

XIV SEMINÁRIO

O Lazer em Debate

A História dos Estudos Acadêmicos sobre Lazer no Brasil

13 a 15 de junho de 2013

COLETÂNEA

Campinas
Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas
2013



Silvia Cristina Franco Amaral
Marília Martins Bandeira
Alexandre Soares Bastos
Regiane Cristina Galante
Priscila Campos
Flávio Benini Filho
Dirceu Santos Silva
Viviane Paes
(Organizadores)

**COLETÂNEA
XIV SEMINÁRIO
“O LAZER EM DEBATE”**

Campinas
Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
ANDRÉIA DA SILVA MANZATO – CRB8/7292
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA UNICAMP

Se76c Seminário “O lazer em Debate” (14.: 2013 : Campinas, SP)
Coletânea do XIV Seminário “O lazer em Debate” / Silvia
Cristina Franco Amaral [et al.] (organizadores). - Campinas, SP:
FEF/UNICAMP, 2013.

ISBN: 9788599688182

1. Lazer - Congressos. 2. Recreação - Congressos. I. Amaral,
Silvia Cristina Franco. II. Título.

CDD: 306.4

1. Lazer - Congressos
2. Recreação - Congressos

Organizadores da Coletânea:

Silvia Cristina Franco Amaral
Marília Martins Bandeira
Alexandre Soares Bastos
Regiane Cristina Galante
Priscila Campos
Flávio Benini Filho
Dirceu Silva
Viviane Paes

Artes: **Zigríd Emanuelli** (Sesc São Paulo)

Observações:

A revisão dos textos é de responsabilidade dos seus autores.
Os índices estão organizados por ordem alfabética dos títulos dos trabalhos

**COLETÂNEA
XIV SEMINÁRIO
“O LAZER EM DEBATE”**

Campinas, 13 a 15 de Junho de 2013

Realização:

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação Física
Departamento de Educação Física e Humanidades

Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Lazer (GEPL/FEF/Unicamp)

Serviço Social do Comércio – Sesc São Paulo

Apoio:

Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC/Unicamp)
Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (FAEPEX/Unicamp)
Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA/Unicamp/Limeira)
Grupo Gestor de Benefícios Sociais (GGBS/Unicamp)
Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLEC/CED/UFPR)
Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL/EACH-USP)

XIV SEMINÁRIO “O LAZER EM DEBATE”

REALIZAÇÃO

Universidade Estadual de Campinas

Reitor

Prof. Dr. José Tadeu Jorge

Diretor da Faculdade de Educação Física

Prof. Dr. Paulo Ferreira de Araújo

Departamento de Educação Física e Humanidades

Prof. Dr. Marco Antonio Coelho Bortoleto

Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Lazer (GEPL/FEF/Unicamp)

Profa. Dra. Silvia Cristina Franco Amaral

Serviço Social do Comércio - Sesc

Administração Regional no Estado de São Paulo

Presidente do Conselho Regional

Abram Szajman

Diretor do Departamento Regional

Danilo Santos de Miranda

Superintendentes

Técnico-Social **Joel Naimayer Padula**

Comunicação Social **Ivan Giannini**

Administração **Luiz Deoclécio Massaro Galina**

Assessoria Técnica e de Planejamento **Sérgio José Battistelli**

Gerente de Desenvolvimento Físico-esportivo **Maria Luiza de Souza Dias**

Adjunto **José Henrique Osoris Coelho**

Assistentes **Luciana Vaz** e **Regiane Cristina Galante**

Gerente de Estudos e Desenvolvimento **Marta Raquel Colabone**

Adjunto **Andrea de Araújo Nogueira**

Assistentes **Ioná Damiana de Souza** e **Maurício Trindade**

Sesc Campinas

Gerente **Evandro Marcus Ceneviva**

Adjunto **Vilma de Marchi**

COMISSÃO ORGANIZADORA DO XIV SEMINÁRIO “O LAZER EM DEBATE”

Coordenação Geral

Sílvia Cristina Franco Amaral (Unicamp)

Denise Mariano da Silva e Luciano Teixeira de Souza (Sesc São Paulo)

Comissão Científica

Christianne Luce Gomes (UFMG)

Débora Alice Machado da Silva (Metrocamp)

Dirceu Santos Silva (Unicamp)

Edmur Antonio Stoppa (EACH/USP)

Eliana de Toledo (FCA/Unicamp)

Gisele Maria Scwhartz (UNESP)

Gustavo Luis Gutierrez (Unicamp)

Helder Ferreira Isayama (UFMG)

Luciana Vaz (Unicamp)

Luciano Teixeira de Souza (Sesc São Paulo)

Luiz Gonçalves Junior (UFSCar)

Olívia Ribeiro (Unicamp)

Priscila Campos (Unicamp)

Regiane Cristina Galante (Sesc São Paulo)

Ricardo Ricci Uvinha (EACH/USP)

Sílvia Cristina Franco Amaral (Unicamp)

Silvio Ricardo da Silva (UFMG)

Simone Rechia (UFPR)

Victor Andrade de Melo (UFRJ)

Comissão Editorial

Ariane Campos (Sesc São Paulo)

Regiane Cristina Galante (Sesc São Paulo)

Rose Maria Leal de Melo (Sesc São Paulo)

Zigrid Emanuelli (Sesc São Paulo)

Alexandre Soares Bastos (GEPL/FEF/Unicamp)

Marília Martins Bandeira (GEPL/FEF/Unicamp)

Comissão de Avaliação

Denise Mariano (Sesc São Paulo)

Luciano Teixeira de Souza (Sesc São Paulo)

Ruth dos Santos (Sesc São Paulo)

Eliana de Toledo (FCA/Unicamp)

Rafaela Peres (GEPL/FEF/Unicamp)

Viviane Paes (GEPL/FEF/Unicamp)

Comissão de Espaços e Equipamentos

Denise Hirose (Sesc São Paulo)

Edson de Sousa (Sesc São Paulo)

Ivan Franco (Sesc São Paulo)

Kenya de Almeida Leite (Sesc São Paulo)
Marcos Henrique da Silva (Sesc São Paulo)
Maurício Feltrin (Sesc São Paulo)
Tatiana Fukuhara Borges (Sesc São Paulo)
Vanessa Góes Ogawa Valverde (Sesc São Paulo)
Dirceu Santos Silva (GEPL/FEF/Unicamp)
Gisela Maria Brustolin (GEPL/FEF/Unicamp)

Comissão de Atividades Culturais

Denise Mariano da Silva (Sesc Paulo)
Luciano Teixeira de Souza (Sesc São Paulo)
Maurício Ricci (Sesc São Paulo)
Thiago Aoki (Sesc São Paulo)
Valquíria Pinheiro (Sesc São Paulo)
Simone Rechia (GEPLEC/UFPR)

Comissão de Hospedagem, Alojamento, Alimentação e Transportes

Elianne Pires (Sesc São Paulo)
Fernando Mekaru (Sesc São Paulo)
Kenya de Almeida Leite (Sesc São Paulo)
Lais Mariana Ribeiro de Oliveira (Sesc São Paulo)
Sheila Adriani (Sesc São Paulo)
Bruno Modesto (GEPL/FEF/Unicamp)
Flavio Benini Filho (GEPL/FEF/Unicamp)
Marília Martins Bandeira (GEPL/FEF/Unicamp)
Priscila Campos (GEPL/FEF/Unicamp)

Comissão de Apoio à Apresentação de Trabalhos

Jadiel Ferreira dos Santos (Sesc São Paulo)
Ruth dos Santos (Sesc São Paulo)
Bruno Modesto (GEPL/FEF/Unicamp)
Dirceu Silva (GEPL/FEF/Unicamp)
Marília Martins Bandeira (GEPL/FEF/Unicamp)

Secretaria

Olívia Ribeiro (Sesc São Paulo)
Luciano Teixeira de Souza (Sesc São Paulo)
Emerson Teodorico Lopes (FEF/Unicamp)
Mario Maggi (FEF/Unicamp)
Vanessa Prates (FEF/Unicamp)

Website

Blandine de Oliveira Cassins (FEF/Unicamp)
Luís Filipe Mendonça Figueira (FEF/Unicamp)

Receptivo

Ana Beatriz Porelli (FEF/Unicamp)
Ana Maria Loureiro (FEF/Unicamp)
Bárbara Lourenzem de Sousa (EACH/USP)
Bruna Eliza Previatello Peçanha (EACH/USP)

Brunna Gabriela Figueiredo dos Anjos (EACH/USP)
Camila Alberto Augusto (EACH/USP)
Caroline Galvão Nery (EACH/USP)
Cinthia Casimiro Pedrão (EACH/USP)
Diogo Luis de Oliveira Migotto (EACH/USP)
Douglas Silva Ribeiro (EACH/USP)
Fender Von Borell Du Vernay Esperidião (EACH/USP)
Flávia Martinelli (FEF/Unicamp)
Francisco Domingos BezerraNogueira Jr (UFMA)
Gabriel Coimbra (FEF/Unicamp)
Gabriela Varjão Gruber (EACH/USP)
Giovanna Ticianelli (FEF/Unicamp)
Janaina Carrasco (EACH/USP)
Jaqueline Letícia Mesquita Silva Oda (EACH/USP)
Jessica Miyuki Nagae (EACH/USP)
João Paulo Franco de Camargo (FEF/Unicamp)
Juliana Saneto (FEF/Unicamp)
Laura Preehl Clemente (EACH/USP)
Marcelo Prado Jr (FEF/Unicamp)
Mirella Tessarim dos Santos (EACH/USP)
Natália de Souza Carlos Gonçalves (EACH/USP)
Nívia Zanato Velloso (EACH/USP)
Rafael Afonso de Oliveira (FEF/Unicamp)
Rebeca Signorelli (FEF/Unicamp)
Renata Ferreira Badiali (EACH/USP)
Ronney Bueno Mesquita (EACH/USP)
Vanessa Souza Fiore (EACH/USP)
Yuri Vasquez (FEF/Unicamp)

PROGRAMAÇÃO DO XIV SEMINÁRIO “O LAZER EM DEBATE”

13/06/2013 quinta-feira

16h30 às 19h - Credenciamento

19h às 20h - Abertura Solene

20h às 21h30 - Conferência de Abertura: **Utopia e Realidade do Tempo Livre**

Conferencista: Prof. Dr. Frederic Munné (Universidade de Barcelona)

Mediador: Prof. Dr. Ricardo Uvinha (EACH/USP)

21h30 - Coquetel de Abertura

14/06/2013 sexta-feira

10h às 12h - Mesa 1: **Lazer no Brasil: memória e história**

Palestrantes: Prof. Me. Newton Cunha; Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante (FEF/Unicamp)

Mediadora: Prof^ª Dr^ª Simone Rechia (UFPR)

12h às 14h - Almoço

14h às 16h – Apresentações Oraís

1- LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS 1

Coordenador: Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama (UFMG)

1. O FINANCIAMENTO DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

Marcelo Resende Texeira e Wagner Barbosa Matias

2. APROXIMAÇÕES ENTRE ESPORTE E LAZER NO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Sheylazarth Ribeiro

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E OS LEGADOS DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014: VISÃO DE CIDADÃOS DE NATAL/RN

Cheng Hsin Nery Chao, Giselle Helena Tavares, Marcelo Fadori Soares Palhares, Ivana de Campos Ribeiro, Gisele Maria Schwartz

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E A UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER

Lorenna Pereira Oliosi, Carlos Nazareno Ferreira Borges, Marcel Ivan dos Santos, Jayanna de Rezende Bachetti

5. POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER E TEORIA DE ESTADO

Marcelo Paula de Melo

2- LAZER E TURISMO

Coordenador: Prof. Dr. Ricardo R. Uvinha (EACH/USP)

1. RUA AUGUSTA: UM RETRATO DO LAZER E PERSPECTIVAS PARA O TURISMO

Camila Freitas Curaçá

2. LAZER, TURISMO E CULTURA EM SÃO PAULO: UM ESTUDO SOBRE O METRÔ COMO UM CAMINHO PARA NOVOS OLHARES TURÍSTICOS DA CIDADE DE SÃO PAULO
Bárbara Machado Mazzetti, Caroline Galvão Nery, Cinthia Casimiro Pedrão, Júlio César Souza Santos
3. INVENTARIAÇÃO TURÍSTICA DO CENTRO DO DISTRITO MUNICIPAL DA PENHA DE FRANÇA – SÃO PAULO
Brunna Gabriela Figueiredo dos Anjos, Camila Muralho Pereira, Diogo Migotto, Jessica Miyuki Nagaie, Laura Preehl Clemente, Júlia de Almeida Darabos, Paula Sassi Freitas
4. A EXPERIÊNCIA DE ALTERIDADE NO “MOCHILAR”
Denise Falcão

3 - LAZER, ESPAÇO E POLÍTICAS SOCIAIS

Coordenador: Prof. Dr. Edvaldo Góes (FEF/Unicamp)

1. COLÔNIA DE FÉRIAS TEMÁTICA DO PELC CAMPINAS: QUESTÕES ACERCA DO PLANEJAMENTO NO LAZER
Gabriel da Costa Spolaor e Débora Alice Machado da Silva
2. PARQUES PÚBLICOS DA ZONA LESTE DE SÃO PAULO E AS CONDIÇÕES PARA O LAZER ATIVO
Mônica Alves Cardona e Marco Antônio Bettine de Almeida
3. DA PISTA DO PAÇO AO PARQUE DA JUVENTUDE: A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA PRÁTICA DO SKATE
Allana Joyce Soares Gomes e Ana Claudia Porfírio Couto
4. PARQUES URBANOS, A NATUREZA NA CIDADE: PRÁTICAS DE LAZER
Mariana Inocência Oliveira Melo e Karina e Silva Dias

4 - LAZER E EDUCAÇÃO

Coordenador: Prof^a Dr^a Denise Corrêa (UNESP/Bauru)

1. INTERFACES ENTRE LAZER E EDUCAÇÃO: O CASO DO PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
Marcília de Sousa Silva e Hélder Ferreira Isayama
2. COMPREENSÕES DO LAZER NA PROPOSTA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO FÍSICA DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ
Simone Rechia, Daniella Tschöke Santana, Andressa Landarin Barbosa, Karine do Rocio Vieira dos Santos, Fernando Richardi da Fonseca
3. “ENTRE A FOME DE PÃO E A DE BELEZA”: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO GUIADO NO CONTEXTO DE UM EVENTO DE LAZER
Alison Douglas da Silva, Alexander Pereira da Silva, José Luis Straci, Anselmo Cássio Cesário, Valéria Cristina Ribeiro Vieira
4. O VALOR FENOMENOLÓGICO DO “VAGABONDING” PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PELO LAZER
Cae Rodrigues

5 - LAZER E CONCEITOS

Coordenador: Prof. Dr. Luiz Gonçalves Junior (UFSCar)

1. REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA CATEGORIA LAZER PARA A ANÁLISE DA PRÁTICA FUTEBOLÍSTICA
Rodrigo Valentim Chiquetto
2. REFLEXÕES SOBRE O LAZER: RECREAÇÃO É LAZER?
Ricardo Peixoto Stevaux

3. REFLEXÕES SOBRE COMO IR A CAMPO: O CASO DE UM ESTUDO SOBRE O LAZER EM ANGRA DOS REIS-RJ

Ana Paula Cunha Pereira, Silvia Cristina Franco Amaral, Jonathan Long

4. MESTRADOS LATINO-AMERICANOS EM LAZER, RECREACIÓN E TIEMPO LIBRE: INTERFACES

Christianne L. Gomes e Rodrigo Elizalde

5. UMA VIDA DE SÍSIFO: O USO DO TEMPO NA PERSPECTIVA DO ABSURDO

Natália Puke

6 - LAZER E HISTÓRIA

Coordenador: Prof^a Dr^a Kátia Danailof (Metrocamp)

1. “TRADIÇÃO NÃO SE DISCUTE”: UMA REFLEXÃO SOBRE A NOÇÃO DE CONTINUIDADE HISTÓRICA NAS MANIFESTAÇÕES DE LAZER – O CASO DO CARNAVAL DA CIDADE DE OURO PRETO/MG

Sarah Teixeira Soutto Mayor

2. A HISTÓRIA DO TURISMO SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC)

Bernardo Lazary Cheibub

3. A ATIVIDADE FÍSICA COMO ELEMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE E REFLEXÕES SOBRE OS SERVIÇOS SOCIAIS DURANTE O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO (1946-1964)

Eduardo Mosna Xavier e Marco Antonio Bettine de Almeida

4. ARTICULAÇÕES ENTRE O LAZER E A CONSTITUIÇÃO POPULAR DO MASSIVO NA HISTÓRIA

Nádia Bueno Rezende

7 – LAZER E CONTEMPORANEIDADE

Coordenador: Prof^a Dr^a Juliana Rodrigues (EACH/USP)

1. AS DANÇAS CONSUMIDAS NO LAZER URBANO: UMA PRÁTICA DE ETNOGRAFIA MULTISSITUADA

Eliane Regina Crestani Tortola

2. PROCEDÊNCIA E CONSUMO DE PRODUTOS E DE SERVIÇOS DE LAZER DOS FREQUENTADORES DO EVENTO Z FESTIVAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

Daniela Raucci dos Santos, Disney Chaves Batista, Ellen Prado Pimentel, Erica Prado Pimentel, Mariana Gonçalves de Souza, Renata Telino Dias Rocha, Stephanie Fernandes Bitencourt

3. ATUAÇÃO PROFISSIONAL E LAZER NA NATUREZA: DISCURSOS E PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS

César Teixeira Castilho

4. SOBRE OS TRABALHADORES DO LAZER DE AVENTURA NA NATUREZA

Marília Martins Bandeira

8 - LAZER E ESPORTE

Coordenador: Prof. Dr. Sílvio Ricardo Silva (UFMG)

1. LAZER VIRTUAL E O JOGO DE XADREZ: PERCEPÇÕES ACERCA DAS PRÁTICAS DE XADREZ ONLINE E PRESENCIAL

Danielle Ferreira Auriemo Christofolletti, Priscila Raquel T. da Costa Trevisan, Nara Heloisa Rodrigues, Marcelo Fadori Soares Palhares, Ivana de Campos Ribeiro, Cheng Hsin Nery Chao

2. ASSISTÊNCIA A JOGOS DE FUTEBOL NO ESTÁDIO E NA TV: UMA MANIFESTAÇÃO DO LAZER

Milena Avelaneda Origuela e Cinthia Lopes da Silva

3. INTERPRETAÇÕES ACERCA DO TEMPO DE NÃO TRABALHO E A CONCENTRAÇÃO PARA OS JOGADORES DE FUTEBOL NA DEMOCRACIA CORINTHIANA

Mariana Zuaneti Martins

4. ENTRE O ÚTIL E O AGRADÁVEL: A PRÁTICA DO SKATE E AS SUAS POSSIBILIDADES

Giancarlo Marques Carraro Machado

5. OS VARIADOS USOS DE UM GRUPO DE ESCALADA NO ÂMBITO DO LAZER

Gabriel Rocha Vargas e Silvia Cristina Franco Amaral

16h às 16h30 – Intervalo

16h30 às 18h - Painéis Temáticos:

1. **Lazer e Meio Ambiente** - Prof. Dr. Humberto Luis de Deus Inácio (UFG)
2. **Lazer, Educação e Direito à Cidade**- Profa. Me. Débora Alice Machado (Metrocamp)
3. **A Educação Física e o “lazer ativo” nos Parques Infantis de São Paulo no período 1935-1938**- Profa. Dr^a Kátia Danailof (Metrocamp)
4. **Lazer: do nacional desenvolvimentismo à globalização** - Prof. Dr. Marco Bettine (EACH/USP)
5. **Lazer e Antropologia** - Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani (USP)
6. **Lazer e Jogos Tradicionais** - Prof^a Dr^a Elizara Carolina Marin (UFMS)
7. **Lazer, Futebol e Etnografia** - Prof. Dr. Mauro Myskiw (Unioeste/PR)
8. **Lazer e Drogas** - Prof^a Dr^a Liana Abrão Romera (Ufes)

18h30 às 19h30 - Sessão de Pôsteres

20h - Programação Cultural

15/06/2013 sábado

10h às 12h – Mesa 2: Lazer no Brasil: ação, política e produção de conhecimento

Palestrantes: Prof^a. Maria Luiza de Souza Dias (Gerente de Desenvolvimento Físico-Esportivo do Sesc São Paulo); Prof. Dr. Fernando Mascarenhas (UnB)

Mediador: Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama (UFMG)

12h às 14h – Almoço

14h às 16h – Apresentações Orais

9- LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS 2

Coordenador: Prof. Dr. Reinaldo Pacheco (EACH/USP)

1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: UM ESTUDO DE CASO NA SECRETARIA DE CULTURA E LAZER DE SOROCABA

Kleber V. Barros Kachinski e Edmur A. Stoppa

2. A RELAÇÃO LAZER E POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DO PROGRAMA FICA VIVO!

Samuel Santos e Hélder Ferreira Isayama

3. PERSPECTIVAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO SETOR DE ESPORTE E LAZER EM VITÓRIA – ES

Marcel Ivan dos Santos, Lorena Pereira Oliosí, Jayanna de Rezende Bachetti, Carlos Nazareno Ferreira Borges

4. ANÁLISE DOS PROJETOS E EVENTOS DE LAZER IMPLEMENTADOS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA, NO PERÍODO DE 2009 a 2012

Temistocles Damasceno Silva e Marlos Meira de Abreu Vergne

10 - LAZER, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Coordenador: Prof. Dr. Edmur Stoppa (EACH/USP)

1. A WORLD LEISURE ORGANIZATION E SUA REPRESENTATIVIDADE NOS ESTUDOS DO LAZER NO BRASIL

Ícaro Vinícius Ramos Nogueira Souza e Ricardo Ricci Uvinha

2. ESTUDOS DO LAZER NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ NO PAFOR – MARABÁ/PA: INTERFACES ENTRE O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E O MODELO BIOECOLÓGICO DE URIE BRONFENBRENNER

Patrícia do Socorro Chaves de Araújo

3. AS CONTRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS: POSSIBILIDADES A PARTIR DO ESTUDO DE CASO NO CENTRO CLÍNICO DE EVOLUÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE MAIRIPORÃ – SP

Nelson Mendes de Souza Neto e Denis Terezani

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL NO LAZER

Marina de Carvalho Alecrim Alves

11 - LAZER E ESPAÇO

Coordenador: Prof^a Dr^a Simone Rechia (UFPR)

1. PRAÇA KANTUTA: REDUTO DE LAZER DE IMIGRANTES BOLIVIANOS EM SÃO PAULO

Ubiratan Silva Alves

2. O ESPAÇO DE LAZER DA UFJF: AS PERCEPÇÕES DOS FREQUENTADORES EM RELAÇÃO AO CAMPUS

Michele Pereira Rodrigues

3. AS CIDADES MODERNAS E A CENTRALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER E CULTURA: O CASO DE BELO HORIZONTE – MG

Ana Claudia Porfírio Couto e Rafael Fróis

4. MULTIPLICIDADES: ENCONTROS E TRANSINDIVIDUAÇÕES PELO LAZER

Paulo Cezar Nunes Junior

5. O INSÓLITO DOS ESPAÇOS DE LAZER NA PÓS-MODERNIDADE

Rita C. Giraldi

12 - LAZER E TRABALHO

Coordenador: Prof^a Dr^a Christianne Gomes (UFMG)

1. BOLIVIANOS EM SÃO PAULO: POSSIBILIDADES DE TRABALHO E LAZER

Rosana Fernandes dos Santos, Janaina Carrasco Castilho, Reinaldo Tadeu B. Pacheco

2. ATIVIDADES LÚDICAS EM AMBIENTES CORPORATIVOS: DESENVOLVENDO O RELACIONAMENTO INTERPESSOAL NA VISÃO DOS COLABORADORES

Michele Custódio Zanardi, Renato Reis Morais Lima, Alipio Rodrigues Pines Junior, Cleber Mena Leão Junior, Tiago Aquino da Costa e Silva

3. O SÉRIO E O LÚDICO: REPENSANDO AS CATEGORIAS LAZER E TRABALHO A PARTIR DOS VIDEOGAMES

Guilherme Pinho Meneses

4. O LAZER SOB A ÓTICA DOS GESTORES DE CONFECÇÕES TÊXTEIS, DE JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS: UM ESTUDO PRELIMINAR

Cristiane Erica Duque e Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior

13 - LAZER E JUVENTUDE

Coordenador: Profª Drª Eliana de Toledo (FCA/Unicamp)

1. ANÁLISE DO ESTILO DE VIDA EM JOVENS ESTUDANTES DA REDE ESTADUAL DE CONTAGEM-MG

Marcos Gonçalves Maciel, Amarildo da Silva Araujo e Alexandre Francisco Alves

2. LAZER, JUVENTUDE E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: ALGUMAS REFLEXÕES

Willian Lazaretti da Conceição

3. POLITICA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVEM E SEUS IMPACTOS – UMA ANÁLISE DOS EGRESSOS DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO ARCO DE ESPORTE E LAZER EM RECIFE

José Nildo Alves Caú

4. A PRAIA DO LAZER E DO LUXO: UMA ETNOGRAFIA DA SOCIABILIDADE ENTRE A ELITE JUVENIL EM FLORIANÓPOLIS

Thaís Henriques Ramos

14 - LAZER, INFÂNCIA E BRINCADEIRAS

Coordenador: Profª Drª Elaine Prodócimo (FEF/Unicamp)

1. CRIANÇAS E SUAS SUGESTÕES: O LAZER NA CIDADE DE MARINGÁ-PR

Fabiana Moura Arruda

2. INTERAÇÃO DE CRIANÇAS NAS ACADEMIAS DA PRIMEIRA IDADE

Solange Batista Silva, Giuliano Pimentel, Marcos Ruiz da Silva

3. EVANGELIZAR E BRINCAR: AÇÕES CONTRADITÓRIAS? A PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS EM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS DA EVANGELIZAÇÃO INFANTIL DA ASSOCIAÇÃO HERCULANO PIRES, JUIZ DE FORA/MG

Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior, Romilda Aparecida Lopes, Juliana Gomes Campos, Arthur Oliveira da Silva

4. JOGOS E BRINCADEIRAS ESCOTEIRAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Márcio Ferreira de Souza e Cíntia Lopes da Silva

5. JOGOS E BRINCADEIRAS INDÍGENAS: A DINÂMICA LÚDICA INFANTIL NA COMUNIDADE VERÁ TUPÃ'I DE CAMPO MOURÃO-PR

Gislane Ferreira e Giuliano Gomes de Assis Pimentel

15 - LAZER E CULTURA

Coordenador: Profª Drª Elizara Carolina Marin (UFMS)

1. ARTUROS, FILHOS DO ROSÁRIO: NAS PRÁTICAS SOCIAIS, UMA HISTÓRIA QUE SE REVELA NA FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Karla Tereza Ocelli Costa e José Alfredo Oliveira Debortoli

2. AS QUADRILHAS JUNINAS NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA CULTURAL

Luiza Rayol Rodrigues Barros, Tereza Nair de Paula Pachêco, Pamella Domingos Paulino, Marcia Azevedo Lopes

3. A SOCIEDADE AGRÍCOLA CULTURAL E ESPORTIVA DE VALE VÊNETO – RS COMO ESPAÇO E TEMPO PARA OS JOGOS TRADICIONAIS

Fernanda Stein e Elizara Carolina Marin

4. OS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS: O ESPORTE E O LAZER PROMOVENDO TEMPO E ESPAÇO PARA O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Khellen Cristina Pires C. Soares e Ana Elenara da Silva Pintos

5. PONTOS DE CULTURA COMO ALTERNATIVA PARA LAZER E LAZER CULTURAL

Fabricio Marques da Silva

16 – LAZER, CORPO E GÊNERO

Coordenador: Prof. Dr. Odilon Roble (FEF/Unicamp)

1. A PERCEÇÃO DO AUMENTO DE PESO E SEUS EFEITOS SOBRE O LAZER, A AUTOESTIMA E AS PRÁTICAS SEXUAIS FEMININAS

Amarílis Coelho Rocha e André Fontan Köhler

2. A VEICULAÇÃO DO CORPO FEMININO NO CARNAVAL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O LUGAR DA MULHER NA PRODUÇÃO DA FESTA

Sarah Teixeira Soutto Mayor e Maria Cristina Rosa

3. A DANÇA COMO PRÁTICA DE LAZER: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE HOMENS, GÊNERO E O BALÉ CLÁSSICO

Renata Ferreira dos Santos e Simone Cassoli Ferraz

4. GINÁSTICA, LAZER E GÊNERO NA VILA DA BARCA

Carmen Lilia Da Cunha Faro, Elis Priscila Aguiar da Silva, Raphael do Nascimento Gentil, Suziane Chaves Nogueira

16h às 16h30 – Intervalo

16h30 às 18h – Avaliação do Evento

18h às 19h - Encerramento

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea tem por objetivo disponibilizar para a comunidade científica os trabalhos apresentados durante o XIV Seminário “O Lazer em Debate”, que teve como tema *A História dos Estudos Acadêmicos sobre o Lazer no Brasil*. O Evento, realizado entre 13 e 15 de Junho de 2013, nas dependências do SESC Campinas, em Campinas, São Paulo, foi resultado da união e da cooperação de um grupo de estudiosos composto por alunos de graduação, pós-graduação, docentes universitários e trabalhadores do Sesc, na busca de um olhar para o passado visando qualificar ainda mais este campo de estudos no Brasil.

Desde a década de 1960 os estudos do Lazer no Brasil tem construído seu espaço no meio acadêmico. Hoje temos constituídos diversos grupos de estudos e pesquisa, conquistamos linhas de fomento para este tema em diferentes agências, disciplinas sobre este conhecimento estão em grande parte dos currículos dos cursos de graduação em educação física (área que tradicionalmente desenvolveu um grande volume de investigações), e também na discussão curricular do turismo, sociologia, educação, geografia, história, antropologia, dentre outras.

Procurando aprofundar as reflexões sobre a temática do Lazer e suas diversas interfaces, bem como ampliar a difusão do conhecimento acadêmico na área, no ano 2000, a Universidade Federal de Minas Gerais, por meio do CELAR – Centro de Estudos de Lazer e Recreação, realizou o primeiro Seminário “O Lazer em Debate”.

Ao longo das 13 edições anteriores o evento já foi realizado em parceria com diversas Instituições, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade de São Paulo e o Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte, nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Natal.

Em 2013, pela primeira vez, o Seminário acontece numa cidade do interior de um Estado: Campinas/SP. E tal escolha tem uma razão de ser. A história dos estudos acadêmicos sobre o Lazer no Brasil nos indica que algumas instituições e sujeitos tiveram uma grande contribuição para o desenvolvimento inicial destes estudos em nosso País, dentre elas o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o extinto Departamento de Estudos do Lazer da Faculdade de Educação Física da Unicamp. Assim, para esta edição, estabelecemos uma parceria institucional entre a Faculdade de Educação Física da Unicamp e o Sesc Campinas, com a Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp (FCA), com a EACH-USP, por meio do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL) e com a UFPR, por meio do Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLEC).

Desta forma, o XIV Seminário O Lazer em Debate reuniu interessados na temática e os convidou a refletirem sobre o importante passado dos estudos do Lazer objetivando, com isto, não só reconhecer a importância das instituições e sujeitos que fizeram parte desta história, mas analisar o estado atual deste campo e perspectivar o futuro desta temática, reconhecidamente multidisciplinar e que constitui um dos direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988.

Assim, queremos problematizar os estudos acadêmicos e os reflexos destes na cotidianidade, na consecução de um Brasil que prima pela garantia do direito a ter direitos. Esta edição do Seminário tomou para si o desafio de discutir um pouco da História dos Estudos Acadêmicos sobre Lazer no Brasil, e esta foi a temática central do evento.

Para esta edição, recebemos 217 propostas de apresentação de trabalhos, entre comunicações orais e pôsteres. Destes, após criteriosa avaliação pelo comitê científico, o qual qualificou esta iniciativa, foram aprovados 70 apresentações orais e 100 pôsteres, que publicamos nesta coletânea, para desfrute da comunidade científica.

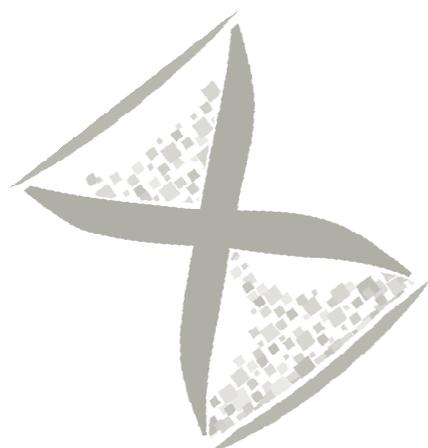
Além das comissões científica e organizadora, competentes e disponíveis, não podemos deixar de agradecer o apoio da Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC/Unicamp), do Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (FAEPEX/Unicamp), da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA/Unicamp/Limeira), do Grupo Gestor de Benefícios Sociais (GGBS/Unicamp), do Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLEC/CED/UFPR) e do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL/EACH/USP).

Por fim, agradecemos aos nossos convidados nacionais e estrangeiros que, com a qualidade de suas intervenções, contribuíram para a excelência deste Seminário.

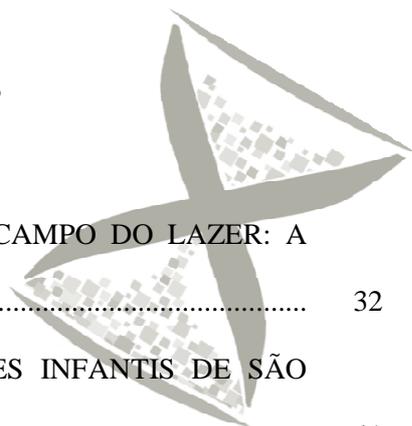
Boa Leitura!

Comissão Organizadora
XIV Seminário O Lazer em Debate

Campinas, Outono de 2013



ÍNDICE DE MESAS E PAINÉIS



ACÇÃO, POLÍTICA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO CAMPO DO LAZER: A EXPERIÊNCIA DO SESC SÃO PAULO Maria Luiza de Souza Dias	32
A EDUCAÇÃO FÍSICA E O “LAZER ATIVO” NOS PARQUES INFANTIS DE SÃO PAULO (1935-1938) Kátia Danailof	41
LAZER E USO DE DROGAS Liana Abrão Romera	50
LAZER NO SESC, FATOS E MEMÓRIAS Newton Cunha	58
NOTAS ETNOGRÁFICAS DO LAZER NUM CIRCUITO DE FUTEBOL DE VÁRZEA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE Mauro Myskiw	61
O LAZER, A EDUCAÇÃO E O DIREITO À CIDADE Débora Alice Machado da Silva	74
UMA LEITURA DO LAZER NO BRASIL: DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO À GLOBALIZAÇÃO Marco Antônio Bettine de Almeida	81

ÍNDICE DE APRESENTAÇÕES ORAIS

A ATIVIDADE FÍSICA COMO ELEMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE E REFLEXÕES SOBRE OS SERVIÇOS SOCIAIS DURANTE O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO (1946-1964) Eduardo Mosna Xavier e Marco Antonio Bettine de Almeida	91
A DANÇA COMO PRÁTICA DE LAZER: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE HOMENS, GÊNERO E O BALÉ CLÁSSICO Renata Ferreira dos Santos e Simone Cassoli Ferraz	97
A EXPERIÊNCIA DE ALTERIDADE NO "MOCHILAR" Denise Falcão	104
A HISTÓRIA DO TURISMO SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC) Bernardo Lazary Cheibub	110
A PERCEPÇÃO DO AUMENTO DE PESO E SEUS EFEITOS SOBRE O LAZER, A AUTOESTIMA E AS PRÁTICAS SEXUAIS FEMININAS Amarílis Coelho Rocha e André Fontan Köhler	118
A PRAIA DO LAZER E DO LUXO: UMA ETNOGRAFIA DA SOCIABILIDADE ENTRE A ELITE JUVENIL EM FLORIANÓPOLIS Thaís Henriques Ramos	125
A RELAÇÃO LAZER E POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DO PROGRAMA FICA VIVO! Samuel Santos e Hélder Ferreira Isayama	133
A SOCIEDADE AGRÍCOLA CULTURAL E ESPORTIVA DE VALE VÊNETO – RS COMO ESPAÇO E TEMPO PARA OS JOGOS TRADICIONAIS Fernanda Stein e Elizara Carolina Marin	141
A VEICULAÇÃO DO CORPO FEMININO NO CARNAVAL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O LUGAR DA MULHER NA PRODUÇÃO DA FESTA Sarah Teixeira Soutto Mayor e Maria Cristina Rosa	148
A WORLD LEISURE ORGANIZATION E SUA REPRESENTATIVIDADE NOS ESTUDOS DO LAZER NO BRASIL Ícaro Vinícius Ramos Nogueira Souza e Ricardo Ricci Uvinha	155
ANÁLISE DO ESTILO DE VIDA EM JOVENS ESTUDANTES DA REDE ESTADUAL DE CONTAGEM-MG Marcos Gonçalves Maciel, Amarildo da Silva Araujo e Alexandre Francisco Alves	162
ANÁLISE DOS PROJETOS E EVENTOS DE LAZER IMPLEMENTADOS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA, NO PERÍODO DE 2009 a 2012 Temistocles Damasceno Silva e Marlos Meira de Abreu Vergne	169
APROXIMAÇÕES ENTRE ESPORTE E LAZER NO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO Sheylazarth Ribeiro	175

ARTICULAÇÕES ENTRE O LAZER E A CONSTITUIÇÃO POPULAR DO MASSIVO NA HISTÓRIA Nádia Bueno Rezende	183
ARTUROS, FILHOS DO ROSÁRIO: NAS PRÁTICAS SOCIAIS, UMA HISTÓRIA QUE SE REVELA NA FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO Karla Tereza Ocelli Costa e José Alfredo Oliveira Debortoli	188
AS CIDADES MODERNAS E A CENTRALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER E CULTURA: O CASO DE BELO HORIZONTE – MG Ana Claudia Porfírio Couto e Rafael Fróis	194
AS CONTRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS: POSSIBILIDADES A PARTIR DO ESTUDO DE CASO NO CENTRO CLÍNICO DE EVOLUÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE MAIRIPORÃ – SP Nelson Mendes de Souza Neto e Denis Terezani	202
AS DANÇAS CONSUMIDAS NO LAZER URBANO: UMA PRÁTICA DE ETNOGRAFIA MULTISSITUADA Eliane Regina Crestani Tortola	209
AS QUADRILHAS JUNINAS NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA CULTURAL Luiza Rayol Rodrigues Barros, Tereza Nair de Paula Pachêco, Pamella Domingos Paulino, Marcia Azevedo Lopes	216
ASSISTÊNCIA A JOGOS DE FUTEBOL NO ESTÁDIO E NA TV: UMA MANIFESTAÇÃO DO LAZER Milena Avelaneda Origuela e Cinthia Lopes da Silva	221
ATIVIDADES LÚDICAS EM AMBIENTES CORPORATIVOS: DESENVOLVENDO O RELACIONAMENTO INTERPESSOAL NA VISÃO DOS COLABORADORES Michele Custódio Zanardi, Renato Reis Moraes Lima, Alipio Rodrigues Pines Junior, Cleber Mena Leão Junior, Tiago Aquino da Costa e Silva	227
ATUAÇÃO PROFISSIONAL E LAZER NA NATUREZA: DISCURSOS E PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS César Teixeira Castilho	234
BOLIVIANOS EM SÃO PAULO: POSSIBILIDADES DE TRABALHO E LAZER Rosana Fernandes dos Santos, Janaina Carrasco Castilho, Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco	242
COLÔNIA DE FÉRIAS TEMÁTICA DO PELC CAMPINAS: QUESTÕES ACERCA DO PLANEJAMENTO NO LAZER Gabriel da Costa Spolaor e Débora Alice Machado da Silva	249
COMPREENSÕES DO LAZER NA PROPOSTA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO FÍSICA DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ Simone Rechia, Daniella Tschöke Santana, Andressa Landarin Barbosa, Karine do Rocio Vieira dos Santos, Fernando Richardi da Fonseca	257
CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL NO LAZER Marina de Carvalho Alecrim Alves	264
CRIANÇAS E SUAS SUGESTÕES: O LAZER NA CIDADE DE MARINGÁ-PR Fabiana Moura Arruda	271

DA PISTA DO PAÇO AO PARQUE DA JUVENTUDE: A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA PRÁTICA DO SKATE Allana Joyce Soares Gomes e Ana Claudia Porfírio Couto	278
“ENTRE A FOME DE PÃO E A DE BELEZA”: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO GUIADO NO CONTEXTO DE UM EVENTO DE LAZER Alison Douglas da Silva, Alexander Pereira da Silva, José Luis Straci, Anselmo Cássio Cesário, Valéria Cristina Ribeiro Vieira	285
ENTRE O ÚTIL E O AGRADÁVEL: A PRÁTICA DO SKATE E AS SUAS POSSIBILIDADES Giancarlo Marques Carraro Machado	291
ESTUDOS DO LAZER NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ NO PAFOR – MARABÁ/PA: INTERFACES ENTRE O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E O MODELO BIOECOLÓGICO DE URIE BRONFENBRENNER Patrícia do Socorro Chaves de Araújo	298
EVANGELIZAR E BRINCAR: AÇÕES CONTRADITÓRIAS? A PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS EM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS DA EVANGELIZAÇÃO INFANTIL DA ASSOCIAÇÃO HERCULANO PIRES, JUIZ DE FORA/MG Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior, Romilda Aparecida Lopes, Juliana Gomes Campos, Arthur Oliveira da Silva	305
GINÁSTICA, LAZER E GÊNERO NA VILA DA BARCA Carmen Lília Da Cunha Faro, Elis Priscila Aguiar da Silva, Raphael do Nascimento Gentil, Suziane Chaves Nogueira	313
INTERAÇÃO DE CRIANÇAS NAS ACADEMIAS DA PRIMEIRA IDADE Solange Batista Silva, Giuliano Pimentel, Marcos Ruiz da Silva	320
INTERFACES ENTRE LAZER E EDUCAÇÃO: O CASO DO PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE Marcília de Sousa Silva e Hélder Ferreira Isayama	328
INTERPRETAÇÕES ACERCA DO TEMPO DE NÃO TRABALHO E A CONCENTRAÇÃO PARA OS JOGADORES DE FUTEBOL NA DEMOCRACIA CORINTHIANA. Mariana Zuaneti Martins	335
INVENTARIAÇÃO TURÍSTICA DO CENTRO DO DISTRITO MUNICIPAL DA PENHA DE FRANÇA – SÃO PAULO Brunna Gabriela Figueiredo dos Anjos, Camila Muralho Pereira, Diogo Migotto, Jessica Miyuki Nagae, Laura Preehl Clemente, Júlia de Almeida Darabos, Paula Sassi Freitas	342
JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS: O ESPORTE E O LAZER PROMOVENDO TEMPO E ESPAÇO PARA O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS Khellen Cristina Pires C. Soares e Ana Elenara da Silva Pintos	349
JOGOS E BRINCADEIRAS ESCOTEIRAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES Márcio Ferreira de Souza e Cíntia Lopes da Silva	356
JOGOS E BRINCADEIRAS INDÍGENAS: A DINÂMICA LÚDICA INFANTIL NA COMUNIDADE VERÁ TUPÁ'I DE CAMPO MOURÃO-PR Gislane Ferreira e Giuliano Gomes de Assis Pimentel	363

LAZER VIRTUAL E O JOGO DE XADREZ: PERCEPÇÕES ACERCA DAS PRÁTICAS DE XADREZ ONLINE E PRESENCIAL Danielle Ferreira Auriemo Christofoletti, Priscila Raquel T. da Costa Trevisan, Nara Heloisa Rodrigues, Marcelo Fadori Soares Palhares, Ivana de Campos Ribeiro, Cheng Hsin Nery Chão..	370
LAZER, JUVENTUDE E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: ALGUMAS REFLEXÕES Willian Lazaretti da Conceição	377
LAZER, TURISMO E CULTURA EM SÃO PAULO: UM ESTUDO SOBRE O METRÔ COMO UM CAMINHO PARA NOVOS OLHARES TURÍSTICOS DA CIDADE DE SÃO PAULO Bárbara Machado Mazzetti, Caroline Galvão Nery, Cinthia Casimiro Pedrão, Júlio César Souza Santos	384
MESTRADOS LATINO-AMERICANOS EM LAZER, RECREACIÓN E TIEMPO LIBRE: INTERFACES Christianne L. Gomes e Rodrigo Elizalde	391
MULTIPLICIDADES: ENCONTROS E TRANSINDIVIDUAÇÕES PELO LAZER Paulo Cezar Nunes Junior	398
O ESPAÇO DE LAZER DA UFJF: AS PERCEPÇÕES DOS FREQUENTADORES EM RELAÇÃO AO CAMPUS Michele Pereira Rodrigues	405
O FINANCIAMENTO DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE Marcelo Resende Texeira e Wagner Barbosa Matias	412
O INSÓLITO DOS ESPAÇOS DE LAZER NA PÓS-MODERNIDADE Rita C. Giraldi	418
O LAZER SOB A ÓTICA DOS GESTORES DE CONFECÇÕES TÊXTEIS, DE JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS: UM ESTUDO PRELIMINAR Cristiane Erica Duque e Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior	424
O SÉRIO E O LÚDICO: REPENSANDO AS CATEGORIAS LAZER E TRABALHO A PARTIR DOS VIDEOGAMES Guilherme Pinho Meneses	432
O VALOR FENOMENOLÓGICO DO “VAGABONDING” PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PELO LAZER Cae Rodrigues	439
OS VARIADOS USOS DE UM GRUPO DE ESCALADA NO ÂMBITO DO LAZER Gabriel Rocha Vargas e Silvia Cristina Franco Amaral	446
PARQUES PÚBLICOS DA ZONA LESTE DE SÃO PAULO E AS CONDIÇÕES PARA O LAZER ATIVO Mônica Alves Cardona e Marco Antônio Bettine de Almeida	453
PARQUES URBANOS, A NATUREZA NA CIDADE: PRÁTICAS DE LAZER Mariana Inocência Oliveira Melo e Karina Silva Dias	460
PERSPECTIVAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO SETOR DE ESPORTE E LAZER EM VITÓRIA – ES Marcel Ivan dos Santos, Lorenna Pereira Oliosi, Jayanna de Rezende Bachetti, Carlos Nazareno Ferreira Borges	467

POLITICA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVEM E SEUS IMPACTOS – UMA ANÁLISE DOS EGRESSOS DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO ARCO DE ESPORTE E LAZER EM RECIFE José Nildo Alves Caú	474
POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E OS LEGADOS DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014: VISÃO DE CIDADÃOS DE NATAL/RN Cheng Hsin Nery Chao, Giselle Helena Tavares, Marcelo Fadori Soares Palhares, Ivana de Campos Ribeiro, Gisele Maria Schwartz	481
POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: UM ESTUDO DE CASO NA SECRETARIA DE CULTURA E LAZER DE SOROCABA Kleber V. Barros Kachinski e Edmur A. Stoppa	487
POLÍTICAS PÚBLICAS E A UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER Lorenna Pereira Oliosi, Carlos Nazareno Ferreira Borges, Marcel Ivan dos Santos, Jayanna de Rezende Bachetti	494
POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER E TEORIA DE ESTADO Marcelo Paula de Melo	499
PONTOS DE CULTURA COMO ALTERNATIVA PARA LAZER E LAZER CULTURAL Fabricio Marques da Silva	506
PRAÇA KANTUTA: REDUTO DE LAZER DE IMIGRANTES BOLIVIANOS EM SÃO PAULO Ubiratan Silva Alves	511
PROCEDÊNCIA E CONSUMO DE PRODUTOS E DE SERVIÇOS DE LAZER DOS FREQUENTADORES DO EVENTO Z FESTIVAL NA CIDADE DE SÃO PAULO Daniela Raucci dos Santos, Disney Chaves Batista, Ellen Prado Pimentel, Erica Prado Pimentel, Mariana Gonçalves de Souza, Renata Telino Dias Rocha, Stephanie Fernandes Bitencour	518
REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA CATEGORIA LAZER PARA A ANÁLISE DA PRÁTICA FUTEBOLÍSTICA Rodrigo Valentim Chiquetto	525
REFLEXÕES SOBRE COMO IR A CAMPO: O CASO DE UM ESTUDO SOBRE O LAZER EM ANGRA DOS REIS-RJ Ana Paula Cunha Pereira, Silvia Cristina Franco Amaral, Jonathan Long	532
REFLEXÕES SOBRE O LAZER: RECREAÇÃO É LAZER? Ricardo Peixoto Stevaux	539
RUA AUGUSTA: UM RETRATO DO LAZER E PERSPECTIVAS PARA O TURISMO Camila Freitas Curaçá	545
SOBRE OS TRABALHADORES DO LAZER DE AVENTURA NA NATUREZA Marília Martins Bandeira	552
“TRADIÇÃO NÃO SE DISCUTE”: UMA REFLEXÃO SOBRE A NOÇÃO DE CONTINUIDADE HISTÓRICA NAS MANIFESTAÇÕES DE LAZER – O CASO DO CARNAVAL DA CIDADE DE OURO PRETO/MG Sarah Teixeira Soutto Mayor	561
UMA VIDA DE SÍSIFO: O USO DO TEMPO DA PERSPECTIVA DO ABSURDO Natália Puke	568

ÍNDICE DE PÔSTERES



A (RE)PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES REFLETIDAS NA FALTA DE ESPAÇOS DE LAZER NA CIDADE DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/ PA Raphael do Nascimento Gentil, Raimundo Miguel dos Reis Pereira, Jessyca Ramos Costa, Laíse Silva Sousa	575
A CONTRIBUIÇÃO DO LAZER NA PROMOÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA CULTURA POPULAR: A CASA DO CANTADOR EM FORTALEZA- CE Tereza Nair de Paula Pachêco, Luiza Rayol Rodrigues Barros, Pamella Domingos Paulino, Marcia Azevedo Lopes	576
A CULTURA CORPORAL NO IFPR PARANAGUÁ: NOVAS POSSIBILIDADES DE VIVÊNCIAS NO TEMPO E ESPAÇO DE LAZER DOS ALUNOS Aline Tschoke	577
A DINÂMICA DA URBANIZAÇÃO E DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER EM BELÉM-PARÁ Mirleide Chaar Bahia e Silvio Lima Figueiredo	578
A IMPORTÂNCIA DA JUSTIÇA DEMOCRÁTICA NA APROPRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXISTÊNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER Renato Schiavinato de Oliveira	579
A IMPORTÂNCIA DO CELAZER NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NO CAMPO DO LAZER NO BRASIL Regiane Cristina Galante e Silvia Cristina Franco Amaral	580
A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA GESTÃO DO PARQUE BARIGUI EM CURITIBA-PR: INFLUÊNCIA NA APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS Talita Stresser de Assis	581
A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES QUANTO A ESPAÇOS DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ Simone Rechia, Fernando Richardi da Fonseca, Karine do Rocio Vieira dos Santos, Flavia Gonzaga Lopes Vieira	582
A PRAÇA DA POESIA DE OUTRORA E DE AGORA: REFLEXÕES SOBRE UM EQUIPAMENTO DE LAZER Miraira Noal Manfroi e Alcyane Marinho	583
A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS DE IDOSOS NAS ATI's DA CIDADE DE MARINGÁ-PR: UMA POSSIBILIDADE DE LAZER? Anielly Estanislau Bezerra, Thaís Andréa Puzzi de Andrade, Fernando Augusto Starepravo	584
A RELEVÂNCIA DA TAÇA EPTV DE FUTSAL PARA A CIDADE DE DESCALVADO" Beatriz Cavalcante da Silva e Marco Antonio Bettine de Almeida	585
A RELEVÂNCIA DAS EXPERIÊNCIAS NO ÂMBITO DO LAZER: O QUE PENSAM GESTORES E PROFESSORES DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA QUE ATUAM NESSE CAMPO? Simone Rechia, Emília Amélia Pinto Costa da Silva, Regiane C. Galante, Luciana Itapema, Paulo Vilela, Talita Stresser de Assis, Andreia Juliane Drula	586

ACAMPAMENTO DE FÉRIAS PARA CRIANÇAS DE 10 A 12 ANOS: APRIMORANDO O RELACIONAMENTO SOCIAL Gustavo Hesselbarth e Vany Zacharias	587
ACAMPAMENTO NA ESCOLA Leonardo Toledo Silva, Bianca Beatriz, Clodoaldo Domingos, Heyder Augusto, Lucinéa Mendes, Paola Abreu, Rejane Tomaz, Rosimar Carvalho	588
ACESSIBILIDADE AO ESPAÇO CENTRO CULTURAL PALÁCIO DAS ARTES Leonardo Toledo Silva, Lídia Carla, Rosimar Carvalho	589
ALVORADA FUTEBOL CLUBE: LAZER E FUTEBOL AMADOR DE BELO HORIZONTE João Paulo Silva de Carvalho e Sílvio Ricardo da Silva	590
ANÁLISE DE AUTOESTIMA DE MULHERES PARTICIPANTES DO PROJETO LAZER E CIDADANIA Ioranny Raquel Castro de Sousa, Gislene Moreira Nogueira Faria, Maria Márcia Viana Prazeres, Mirelle Pereira do Nascimento, Tânia Mara Vieira Sampaio	591
APORTES DE MICHEL FOUCAULT E NORBERT ELIAS AOS ESTUDOS DO LAZER Marcina Amália Nunes Moreira	592
APROXIMAÇÃO ENTRE AS GESTÕES DOS SETORES DE SAÚDE E ESPORTE/LAZER EM VITÓRIA/ES: INTENÇÕES E PERSPECTIVAS. Jayanna de Rezende Bachetti, Carlos Nazareno Ferreira Borges, Lorenna Pereira Oliosí, Marcel Ivan dos Santos	593
AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA: EDUCANDO PARA O LAZER E QUALIDADE DE VIDA André Luiz Nunes Casagrande e André De Filippis	594
AS CICLOVIAS DE SÃO PAULO (BRASIL) E DE BERLIM (ALEMANHA): O QUE ESTAS CIDADES PODEM APRENDER UMA COM A OUTRA? Pit Lazarus	595
AS MUDANÇAS DO LAZER INFANTIL COM BASE EM ESTUDOS DE GRUPOS DE CRIANÇAS E IDOSOS DA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO PAULO Lucas de Almeida, Mauricio Ferreira de Brito, Natália de Souza Carlos Gonçalves, Cinthia Horvat, Pâmala Reis Matos, Karina Cristina Mello, Cinthia Suwabe	596
AS PERCEPÇÕES DOS AGENTES DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE/ME – UMA IMERSÃO ATRAVÉS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO José Nildo Alves Caú	597
AS PRÁTICAS NOTURNAS DE LAZER E A CONVIVÊNCIA ENTRE AS CULTURAS JUVENIS NA “BAIXA RUA AUGUSTA” Ana Carolina Santos, Bárbara Decarli, Bárbara de Oliveira, Carolina Costa, Erika Sayuri, Mirella Tessarim, Vanessa Fiore; Edegar Tomazzoni	598
ATIVIDADES LÚDICAS NO CONTEXTO ESCOLAR: DO LAISSER-FAIRE ÀS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR Luiz Gustavo Bonatto Rufino e Suraya Cristina Darido	599
ATIVIDADES NO PALÁCIO DAS ARTES: ACESSO AO LAZER? Leonardo Toledo Silva, Deísiane Carvalho de Ázara, Jonathan Silva Leles	600

<p>ATIVIDADES RECREATIVAS E TERCEIRA IDADE: MOTIVAÇÃO PARA A PRÁTICA E SEUS BENEFÍCIOS João Carlos Fabro Belão e Sabrina Ribeiro Jorge</p>	601
<p>ATIVIDADES VIVENCIADAS NO LAZER ENTRE IDOSOS DE UM GRUPO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM FLORIANÓPOLIS (SC) Priscila Mari dos Santos, Alcyane Marinho, Giovana Zarpellon Mazo</p>	602
<p>“BEM-VINDO AO UNIVERSO DA DIVERSIDADE!” LAZER E CULTURA NUTRINDO O AMBIENTE UNIVERSITÁRIO EM SETE EDIÇÕES DO EVENTO SARAU DO GUISADO. Marcela Batista Ferreira, Alison Douglas da Silva e Valéria Cristina Ribeiro Vieira</p>	603
<p>BICICLETANDO SESC SOROCABA: ATITUDE SOBRE RODAS Carolina Parreira Marques e Lucas Ghiraldi Veronez</p>	604
<p>BRINCADEIRAS E JOGOS NO TEMPO ESCOLAR Janaina Carrasco Castilho, Rosana Fernandes dos Santos, Maria Aparecida Cunha Malagrino, Cintia Daniela Tukassa, Silvia Regina Orloski de Castro</p>	605
<p>BRINCANDO NO PROGRAMA MINAS OLÍMPICA GERAÇÃO ESPORTE - FHA Leonardo Toledo Silva, Leonardo Fernando de Jesus, Ana Paula Silva Moreira, Eduardo Teixeira da Silva, Fernanda da Silva Simões</p>	606
<p>BRINQUEDOS DE MIRITI NO UNIVERSO ESCOLAR: SABERES SÓCIO-CULTURAIS DO LAZER NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA Jéssyca Lisboa e Patrícia de Araújo</p>	607
<p>CLUBE DA ESQUINA: UMA EXPERIÊNCIA DE LAZER ASSISTIDO NA SAÚDE MENTAL Marina de Carvalho Alecrim Alves</p>	608
<p>CONTOS DE FADAS E SUAS RELEITURAS AO LONGO DOS TEMPOS Marina Zambon Del Rio Gonzalez e Karoline Derchain de Ávila</p>	609
<p>DA CONSCIENTIZAÇÃO ATÉ INICIATIVAS PARA PROMOÇÃO DE TURISMO RESPONSÁVEL POR MEIO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE LAZER E PROGRAMAS EDUCACIONAIS PARA OS MORADORES DE RIO CLARO NA FEENA Aline Santana, Fabiana Keifa Matos, Jaqueline Silva Izidoro, Gabriela Tavares de Moraes, Raissa Requeña dos Santos, Tatiane Dias</p>	610
<p>DANÇA E LAZER UMA COMBINAÇÃO PERFEITA: RELATO DE EXPERIÊNCIA Gislene Moreira Nogueira Faria, Ioranny Raquel Castro de Sousa, Maria Márcia Viana Prazeres, Mirelle Pereira do Nascimento, Tânia Mara Vieira Sampaio</p>	611
<p>DIFERENTES REALIDADES DA EDUCAÇÃO PARA O LAZER EM COLÉGIOS DO ESTADO DO PARANÁ Karine do Rocio Vieira dos Santos</p>	612
<p>É POSSÍVEL UMA INTERVENÇÃO AFROBRASILEIRA POR MEIO DA ANIMAÇÃO SÓCIO CULTURAL? Silvana dos Santos e Giuliano Gomes de Assis Pimentel</p>	613
<p>ESTUDO DE CASO: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O PARQUE CHICO MENDES, PARQUE INDEPENDÊNCIA E PARQUE RAUL SEIXAS SOB A ÓTICA DE SEUS FREQUENTADORES Caroline Coelho Cardoso Aguiar, Jaqueline Wingter Franco, Joyce Gabrielle Salgado, Leonardo Paulino Pimentel</p>	614

ESTUDO DE CASO: O “PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE” COMO FORMA DE LAZER PARA ADULTOS EM UMA CIDADE DO INTERIOR DE SÃO PAULO Andréia Vieira Sardinha, Marina Francisco Mansur, Cathia Alves	615
FESTA A FANTASIA: UMA OPÇÃO DE LAZER Leonardo Toledo Silva, Deisiane Carvalho de Ázara, Jonathan Silva Leles, Frederico Vinícius Ramos Braga	616
FINALIDADES DA RECREAÇÃO NOS CLUBES DE DESBRAVADORES Ananda dos Santos Mendonça, Andressa Peloi Bernabé, Giuliano Gomes de Assis Pimentel	617
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE RECREADORES EM FOCO A PARTIR DA ANÁLISE DA EQUIPE DE RECREAÇÃO E LAZER DA CIDADE DE MARINGÁ-PR NOS ANOS DE 2001 A 2004 Andressa Peloi Bernabé e Paula Marçal Natali	618
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM ATIVIDADES DE AVENTURA:UM ESTUDO SOBRE SANTA CATARINA Alcyane Marinho, Juliana de Paula Figueiredo, Miraíra Noal Manfroi, Vinicius Zeilmann Brasil, Priscila Mari dos Santos	619
FORMAÇÃO NO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC): ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE FORMADORES André Henrique Chabaribery Capi e Hélder Ferreira Isayama	620
GASTRONOMIA DE EXPERIÊNCIA: ASPECTOS INOVADORES E DIFERENCIAIS DE CINCO RESTAURANTES DA CIDADE DE SÃO PAULO Juliana Andrade dos Santos, Luciana Teixeira Duarte, Luciana Maria Novaes Dias, Matteo Bernardo Mascarenhas, Pablo Marcelo Pereira, Tainah Nozema	621
GESTÃO DAS MODIFICAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER EM NATAL PARA A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL 2014 Cheng Hsin Nery Chao, Giselle Helena Tavares, Danielle Ferreira Auriemo Christofoletti, Priscilla Raquel Tedesco da Costa Trevisan, Nara Heloisa Rodrigues, Gisele Maria Schwartz	622
IMPACTOS DO TURISMO NO LAZER DOS MUNICÍPIOS: O CASO DE BROTAS/SP Olívia C. F. Ribeiro	623
INSTAGRAM: TECNOLOGIA DO PROTAGONISMO FOTOGRÁFICO Brunna Gabriela Figueiredo dos Anjos; Camila Muralho Pereira; Jessica Miyuki Nagae; Laura Preehl Clemente, Marília Nunes Cortes da Silva	624
INSTITUTO INHOTIM: LAZER E CULTURA OU DIFERENCIAÇÃO SOCIAL? Leonardo Toledo Silva, Bruno Fernandes Rodrigues, Frederico Vinícius Ramos Braga, Marco Túlio Furtado	625
INTERAGIR-BRINCAR-CONVIVER: A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS LÚDICOS NAS ESCOLAS Renata Ferreira Badiali	626
INTERESSES CULTURAIS DO LAZER OBSERVADOS EM UM ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM RECREAÇÃO E LAZER Cecília Bertuol, Priscila Mari dos Santos, Alcyane Marinho	627
INTERFACES ENTRE LAZER, CIDADANIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA EXPERIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA RURAL NO MUNICÍPIO DE MARAPANIM – PARÁ. João Nazareno Ferreira e Patrícia de Araújo	628

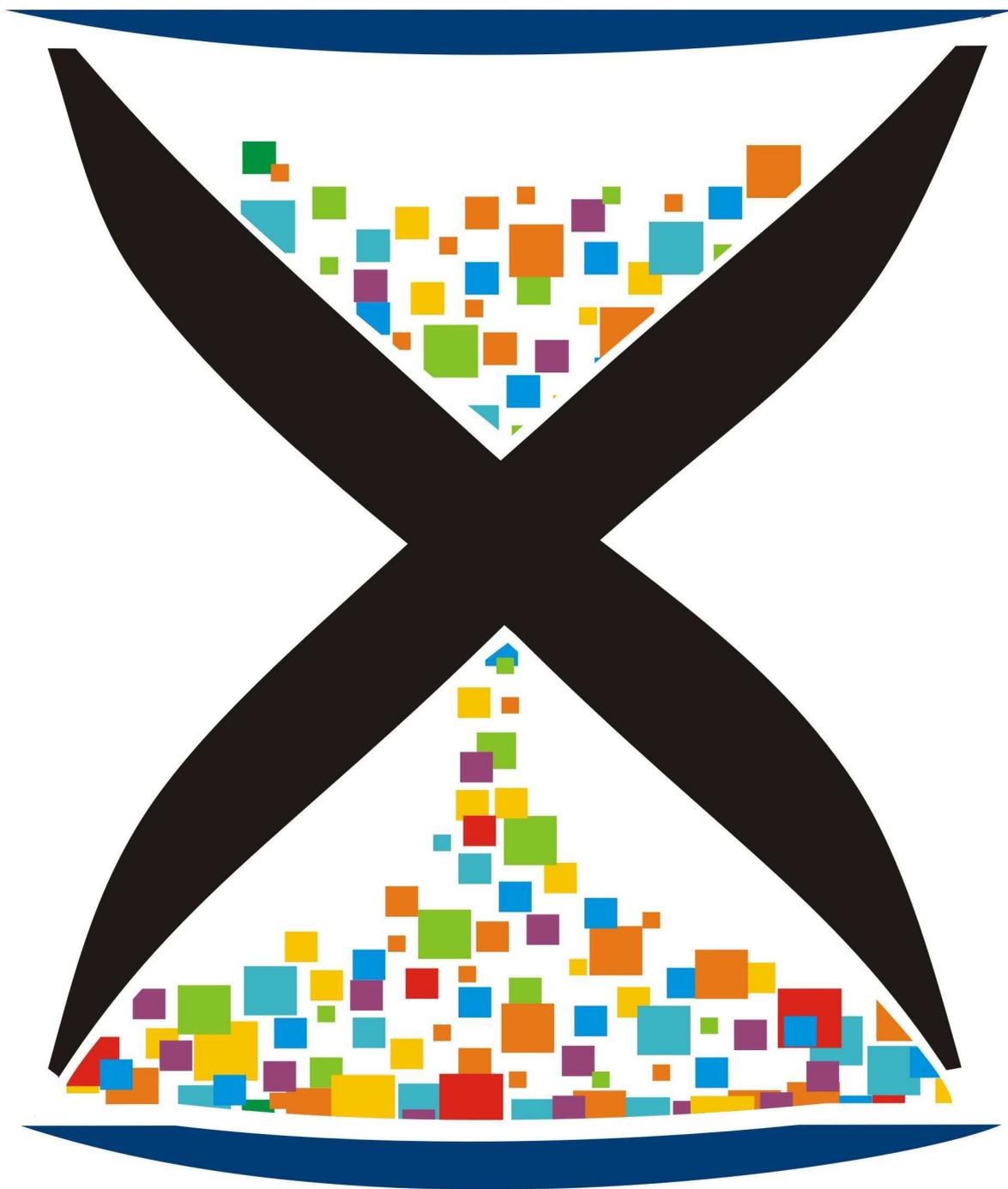
JOGOS POPULARES X JOGOS ELETRÔNICOS: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO LAZER NA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE AURORA / CE Eduardo de Lima Melo e Antonio Ulisses de Sousa Junior	629
JUVENTUDE, LAZER E DROGAS: UMA AMOSTRA GLOBAL DO QUE O JOVEM PENSA, PAUTADA NO GENFEST 2012 E NA ESCOLA JOVENS POR UM MUNDO UNIDO Carla Carolina Nico Gavazza e Liana Romera	630
LAZER DE ACADÊMICOS DE UM CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE BARREIRAS-BA Milton Cezar da Silva e Frederico Euler de Souza Castro	631
LAZER E FORMAÇÃO CONTINUADA NAS METRÓPOLES AMAZÔNICAS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE OS SERVIDORES PÚBLICOS DE BELÉM E MANAUS Dalva de Cássia Sampaio dos Santos e Helder Ferreira Isayama	632
LAZER E IDOSOS UMA CONVIVÊNCIA DE RISCO? – A EXPERIÊNCIA COM ATIVIDADES DE AVENTURA NA NATUREZA NO HOTEL FAZENDA “AREIA QUE CANTA” – BROTAS (SP) Ernesto Marquez Filho e Débora Alice Machado da Silva	633
LAZER E PATRIMÔNIO NAS FAZENDAS PONTE ALTA E ARVOREDO Salomé Lima Ferreira de Almeida, Juliana Ferreira Brasil, Raquel dos Santos Gaião	634
LAZER E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: PESQUISA SOBRE A TEMÁTICA NO CONTEXTO DE SETE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATINO AMERICANOS Christianne L. Gomes, Rodrigo Elizalde, Leonardo L. L. Lacerda, Mirleide C. Bahia, Ingrid Moreira, Rodrigo Silva	635
LAZER E VIRTUALIDADE: SATISFAÇÃO E RECEPTIVIDADE COM OS WEBGAMES ADAPTADOS PARA UTILIZAÇÃO NOS SEGMENTOS DO LAZER Gisele Maria Schwart, Giselle Helena Tavares, Marcelo Fadori Soares Palhares, Danielle Ferreira Auriemo Christofolletti, Nara Heloisa Rodrigues	636
LAZER, EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO: EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM MANGUINHOS/ RJ Rosângela Silveira de Carvalho e Nathália Barros	637
LAZER: ESPORTE ADULTO NO SESC PIRACICABA Diego Fernandez, Giovana Cristina Bottene Terezani, Rosana de Almeida e Ferreira	638
LAZER NO ESPORTE DE AVENTURA: UMA ANÁLISE SOBRE CELEBRAÇÕES EM TORNO DA CORRIDA DE AVENTURA Fúlvio Rodrigues Valeriano, Giuliano Gomes de Assis Pimentel, Leonardo Madeira Pereira, Elisângela Andrade Assis	639
LAZER, SAÚDE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: PESQUISANDO A TEMÁTICA NO CONTEXTO DA INTERVENÇÃO COM PESSOAS IDOSAS Natascha Stephanie Nunes Abade e Christianne Luce Gomes	640
LAZER, SUBJETIVAÇÃO, MOTIVAÇÃO: A MULHER E O ENVOLVIMENTO COM AS ATIVIDADES DE AVENTURA NA NATUREZA Gisele Maria Schwartz, Priscila Raquel Tedesco da Costa Trevisan, Ivana de Campos Ribeiro, Cheng Hsin Nery Chao, Amanda Mayara do Nascimento, Leonardo Madeira Pereira	641

LEGADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ÂMBITOS DO LAZER E DA CULTURA NO MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA/SP Priscila Raquel Tedesco da Costa Trevisan, Gisele Maria Schwartz, Giselle Helena Tavares, Danielle Ferreira Auriemo Chrsitofoletti, Nara Heloisa Rodrigues, Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro	642
LUGAR E NÃO-LUGAR DE LAZER: UM PASSEIO NA PRAÇA BENEDITO CALIXTO. Luiza Akemi Takemoto	643
MAPEAMENTO DOS PROGRAMAS, PROJETOS ESPORTIVOS E DE ATIVIDADE FÍSICA NA CIDADE DE LIMEIRA – SP Mariana Pelizari e Bruna Cristina Ferreira	644
MULHERES E A PRÁTICA DO LAZER EM CLUBES ASSOCIATIVOS Flávia Rafaela Rocha Pianca, Marcela Martins Pereira, Cathia Alves	645
O <i>SKATE</i> NA GRANDE VITÓRIA: PRIMEIROS APONTAMENTOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA Nadyne Venturini Trindade e Aline Dantas	646
O AMBIENTE VIRTUAL E O LAZER: PERSPECTIVAS DE ENVOLVIMENTO DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA Nara Heloisa Rodrigues, Amanda Mayara do Nascimento, Priscila Raquel Tedesco da Costa Trevisan, Giselle Helena Tavares, Danielle Ferreira Auriemo Christofoletti, Marcelo Fadori Soares Palhares, Gisele Maria Schwartz	647
O CARNAVAL ITALIANO EM VENEZA: ENTRE CORPOS, MÁSCARAS E REPRESENTAÇÕES Vitor Hugo Marani e Larissa Michelle Lara	648
O CINEMA INCENTIVA O TURISMO SEXUAL? ALUSÕES TÁCITAS AO TURISMO SEXUAL NOS FILMES DA SÉRIE 007 Luciana Teixeira Duarte	649
O ESPORTE PARA CRIANÇAS DE 6 A 10 ANOS DE IDADE NO SESC SOROCABA Maria Fernanda Telo Ladeira Alves e Felipe Augusto de Oliveira Andrade	650
O <i>ESTADO DA ARTE</i> DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DA CIDADE DE BARBACENA/MG Thiago Barreto Maciel, Alexandre Lúcio Euzébio da Silva, Helenice Karina dos Reis, Paulo Henrique de Oliveira Correa, Rafael de Melo Rail, Tassiana Aparecida Hudson, Caroline Larissa de Castro, Gabriel de Oliveira Ribeiro	651
O LÚDICO E A REABILITAÇÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE FLORIANÓPOLIS (SC) Alcyane Marinho e Marcelle Moraes de Francisco	652
O MILITARISMO E SEU REFLEXO NO FUTEBOL FEMININO DO RIO DE JANEIRO Nathália Barros e Rosangela Silveira de Carvalho	653
O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS ATIVIDADES DE LAZER NO PARQUE ECOLÓGICO DO TIETÊ Ícaro Vinícius Ramos Nogueira Souza	654
O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE: UM CONVITE A IMPLANTAÇÃO E RESGATE DAS PRÁTICAS E EQUIPAMENTOS DE LAZER DOS TERRITÓRIOS Tatiana Coletto dos Anjos	655

O USO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER A PARTIR DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS	
Emília Amélia Pinto Costa da Silva	656
PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O LAZER: UM ESTUDO SOBRE A ACESSIBILIDADE DE USUÁRIOS DE CADEIRA DE RODAS AOS PARQUES DA JUVENTUDE E ECOLÓGICO DO TIETÊ NA CIDADE DE SÃO PAULO POR MEIO DO TRANSPORTE PÚBLICO	
Beatriz Cavalcante da Silva, Diogo Bezerra da Silva, Felipe de Andrade Brito, Mariana Lotério Roberto, Renata Teles da Silva, Edegar Luis Tomazzoni	657
PETECA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE INTERVENÇÕES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	
Gislane Ferreira, Giuliano Gomes de Assis Pimentel	658
POLÍTICAS DE LAZER EM CAMPO GRANDE-MS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E ANIMAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	
Felipe Soligo Barbosa, Isabela Caroline Marques Santos	659
POLÍTICAS DE LAZER EM CAMPO GRANDE-MS: O USO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS ESPECÍFICOS DE LAZER	
Felipe Soligo Barbosa, Marcela Grisólia Grisoste, Eder Paes da Silva	660
PRÁTICAS CULTURAIS E VIVÊNCIAS CORPORAIS: SUJEITOS E CONSUMOS NO CALÇADÃO DE CAMBURI	
Júlia Borges Rocha, Heloisa Heringer Freitas, Onesimo Cunha de Freitas, Renan da Rocha Carvalho, Liana Abrão Romera	661
PRÁTICAS CULTURAIS E VIVÊNCIAS CORPORAIS: SUJEITOS E CONSUMOS NA PRAIA DE CAMBURI: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES	
Heloisa Heringer Freitas, Júlia Borges Rocha, Onesimo Cunha de Freitas, Renan da Rocha Carvalho, Liana Abrão Romera	662
PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NA ÁREA DO LAZER	
Erica Rigolin da Silva, Bruna Solera, Ana Beatriz Pacífico, Giuliano Gomes de Assis Pimentel...	663
PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA, FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS SOCIOASSISTENCIAIS E DE ESPORTE E LAZER PARA A COMUNIDADE DO AERO RANCHO: A EXTENSÃO DA UCDB	
Felipe Soligo Barbosa; Marcela Grisólia Grisoste, Valmir Moisés Rabel, Vera Lícia de Souza Baruki, Ana Luiza de Souza Louzan	664
PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO EM LAZER DE GRUPOS DE PESQUISA NACIONAIS: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS RECURSOS HUMANOS	
Alcyane Marinho, Priscila Mari dos Santos, Mirleide Char Bahia, Cathia Alves, Andreia Fernanda Molleta	665
RESGATE DE JOGOS E BRINCADEIRAS TRADICIONAIS NA COMUNIDADE GUERRA DE MARINGÁ	
André Eduardo Gobetti; Filipe Bossa; Guilherme Arana Demitto; Jessica Martins Marques; Jéssica Natany do Nascimento; Karenn Addressa Ticianel; Nadine do Amaral Luvizetto; Priscilla Rubin Sari; Thaís Andrea Andrade	666
RUA AUGUSTA: UM LUGAR NA METRÓPOLE	
Ana Caroline Bernal, Camila Yukie Goto, Jacqueline Lourençon Ghebra, Tamiris Martins da Silva, Yuli Della Volpi	667

TEMPO LIVRE DE TRABALHO E FRUIÇÃO DO LAZER: AS DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA VIGILÂNCIA DA UNICAMP Bruno Modesto Silvestr, Silvia Cristina Franco Amaral	668
TRANSFORMAÇÃO URBANA DE PARAISÓPOLIS: AS MUDANÇAS NOS HÁBITOS DE LAZER DOS MORADORES DE CONDOMÍNIOS Douglas Silva Ribeiro, Giovanna Costa de Almeida, Ingrid Honório Santos, Marcelo Cordeiro de Oliveira, Mariana Alves Monteiro dos Santos, Rebecca Cyndell Crozara, Victoria Germano Ferreira Frederico	669
UM GRUPO DE MULHERES VIVENCIANDO O LAZER ARTÍSTICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA Maria Márcia Viana Prazeres, Ioranny Raquel Castro de Sousa, Gislene Moreira Nogueira Faria, Mirelle Pereira do Nascimento, Tânia Mara Vieira Sampaio	670
USO PÚBLICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: ESTUDO DE CASO PARQUE ESTADUAL DE VASSUNUNGA/SP Fillipe Soares Romano, Amanda Cabral da Silva, Gabriel Pereira da Silva, Paula Sassi Freitas, Antonio Carlos Sarti	671
VII COLÔNIA DE FÉRIAS NO CAMPUS – CANAL COLÔNIA Silvio Ricardo da Silva, Bruno Bitarães, Carolina Caldas, Christian Vieira, Daniel Faustino, Débora Faria, João Paulo de Carvalho, Júlia Fossi, Juliana Teixeira, Lucas Procópio, Ludmila Sartori, Marina Guedes, Natascha Abade	672
VIOLÊNCIA NO FUTEBOL PAULISTA: UMA ANÁLISE DOS MOTIVOS QUE GERAM VIOLÊNCIA NAS TORCIDAS ORGANIZADAS Vitor Alfaro Machado de Miranda, Fillipe Soares Romano	673
VIVÊNCIAS DE LAZER NAS PRÁXIS DA CAPOEIRAGEM Joelson Silva de Sousa, Patrícia de Araújo	674





Mesas e painéis

AÇÃO, POLÍTICA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO CAMPO DO LAZER: A EXPERIÊNCIA DO SESC SÃO PAULO

Maria Luiza de Souza Dias
Gerente de Desenvolvimento Físico-esportivo do Sesc SP

1 O Sesc e o lazer no Brasil: um pouco de história

Brasil, década de 1930, Getúlio Vargas assume a Presidência da República. Um novo governo, uma proposta para desenvolver o Brasil.

Marcando definitivamente a história política, social e econômica do País, Getúlio disciplinou as relações entre capital e trabalho, lançando a legislação trabalhista e as bases para o desenvolvimento industrial, com a Companhia Siderúrgica Nacional.

Com a crescente industrialização, o perfil das cidades se altera de forma rápida, pela migração das pessoas do campo para as cidades em busca de trabalho nas indústrias. Expandem-se o comércio e os serviços. Afloram problemas de infraestrutura, uma vez que as cidades não estavam preparadas para suportar o crescimento, ficando a população prejudicada no acesso às necessidades básicas como moradia, educação e saúde (SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2000, p.1). Além disso, esses trabalhadores não possuíam qualquer qualificação profissional para ocupar os novos postos de trabalho.

Despreparada para a nova vida, a população sofre e faz aumentar as tensões sociais. Preocupada com (a falta de) condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e o que isso poderia gerar em termos de prejuízos para o desenvolvimento do país, em meados dos anos 1940, a classe empresarial articulou-se para decidir sua atuação face às mudanças e frente à situação social, realizando a Conferência das Classes Produtoras, em maio de 1945, na cidade de Teresópolis – RJ.

As lideranças empresariais da época, questionando seu papel no contexto das transformações da sociedade brasileira, tomaram a iniciativa de propor e assumir alguns novos e sérios compromissos sociais. Divulgadas posteriormente num documento que recebeu o nome de “Carta da Paz Social”, as recomendações propostas pelos empresários definiam basicamente uma postura de justiça social, capaz de assegurar aos trabalhadores melhores condições de vida:

Com o objetivo de atender às necessidades sociais urgentes e de propiciar aos trabalhadores do campo e da cidade maior soma de bem estar e igualdade de oportunidades, propõem-se os empregadores a criar um Fundo Social ser aplicado em obras e serviços que beneficiem os empregados de todas as categorias, e em assistência social em geral, repartindo com os Institutos existentes as atribuições assistenciais e de melhoramento físico e cultural da população. O objetivo do Fundo Social é promover a execução de medidas que, não só melhorem continuamente o nível de vida dos empregados, mas lhes facilitem os meios para o seu aperfeiçoamento cultural e profissional. **Carta da Paz Social**, Teresópolis, maio de 1945

Levando em conta as intenções colocadas na Carta da Paz Social, em 1946, o então presidente da República Eurico Gaspar Dutra assinou o decreto lei nº 9853, cujo artigo 1º atribuía à Confederação Nacional do Comércio, presidida por João Daudt D’Oliveira, a tarefa de “criar o Serviço Social do Comércio - Sesc, com a finalidade de planejar e executar medidas que contribuam para o bem estar e melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias e, bem assim para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade” (OS

CINQUENTA ANOS DO SESC, 1996, p.12)¹.

Prestar assistência ao comerciário era o objetivo primeiro do Sesc, principalmente nos setores médico, odontológico, sanitário e hospitalar. Como entidade de assistência social, a entidade desenvolvia um trabalho complementar àquele das agências governamentais no campo da prestação de serviços sociais, sobretudo, na saúde, destinados à população trabalhadora e assalariada do país. A promoção do bem-estar social, a elevação do padrão cultural e “a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias” davam-se através da oferta de serviços a custo reduzidos.

Foram criados os restaurantes populares e os serviços de Educação Sanitária e Nutricional, as maternidades, os ambulatórios pediátricos e a “Atenção Maternal”, em resposta às altas taxas de mortalidade infantil. A necessidade de descanso do trabalhador deu origem às Colônias de Férias, e a necessidade de equacionar questões básicas de vestuário e alimentação originou os cursos de arte culinária e formação doméstica, somados aos centros de recreação infantil voltados para a atenção à infância. Tais programas originariam mais tarde os chamados Centros de Atividades.

Aos poucos os centros se ampliaram e os trabalhos que inicialmente eram voltados inteiramente para as necessidades da área de saúde se diversificaram, abrangendo áreas de interesses mais amplos, como por exemplo os cursos de inglês, português, corte e costura e balé infantil. Nos anos seguintes a 1950 floresceram os grupos de teatro, música, dança, cinema, fotografia, artes plásticas e os grêmios e clubes de funcionários de empresas comerciais.

Todo esse processo levou a reflexões teóricas e técnicas quanto ao tipo de serviço social a ser desenvolvido pela entidade e, inclusive, apontou para a necessidade de abertura para a comunidade em geral, já que se entendia que a promoção social do comerciário não envolvia somente os comerciários, mas igualmente as comunidades nas quais estes se inseriam. No estado de São Paulo, buscando ampliar o campo de ação da entidade, são lançadas as Unidades Móveis de Orientação Social – UNIMOS. Formadas por três orientadores sociais e um furgão equipado com todo o material necessário para o desenvolvimento de atividades comunitárias de cunho social, cultural recreativo e esportivo, as UNIMOS viajavam pelas cidades do interior do estado que, embora apresentassem certa densidade demográfica de comerciários, não justificavam a implantação de um Centro Social permanente.

Assim, no final da década de 1960, a discussão sobre a questão do lazer como instrumento e oportunidade de trabalho social sobe à tona e o tempo de lazer é redescoberto como fonte de um grande potencial educativo aplicável ao desenvolvimento pessoal.

Na década de 1970, o Conselho Nacional do Sesc aprovou suas Diretrizes Gerais de Ação, incorporando oficialmente em sua política social o lazer como um de seus campos de ação prioritários. De acordo com o documento, o SESC “aproveitará o tempo livre e a disposição psicológica do indivíduo para motivá-lo à autopromoção social, através do incentivo ao aprimoramento de sua formação e do estímulo à sua atualização em face das mudanças” (SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 1983, p.8). Tal inclusão foi determinante para marcar o posicionamento político da Instituição já desde aquela época: a realização de ações sociais que vão para além das necessidades de subsistência da população. A grande meta a ser alcançada pelo trabalho do Sesc continuou sendo a educação social, a ênfase, contudo, passou a ser o lazer do comerciário (OS CINQUENTA ANOS DO SESC, 1996, p.18).

¹ Artigo comemorativo aos 50 Anos de criação do Sesc. Publicado na Revista E, publicação mensal do SESC São Paulo, destinada aos comerciários e à população em geral, que discute assuntos relacionados à cultura, educação, ao cotidiano da entidade, sua programação de atividades e principais projetos, além de trazer entrevistas e reportagens com personalidades de destaque na comunidade científica, artística e cultural.

2 o Sesc São Paulo e a produção do conhecimento no campo do lazer

Ainda na década de 1970, buscando aprofundar as reflexões a respeito do lazer, a fim de definir suas linhas de atuação, o Sesc São Paulo constituiu o chamado CELAZER, um Centro de Estudos do Lazer organizado por técnicos e orientadores sociais que, durante alguns anos, se debruçaram sobre a produção científica de pesquisadores europeus, americanos e brasileiros, bem como na própria atuação institucional.

O Centro promovia, internamente e em parceria com Universidades e outras Instituições, encontros, eventos, congressos e seminários. Em uma dessas ocasiões, o Celazer tomou contato com as ideias e propostas do sociólogo francês Joffre Dumazedier, em visita ao Brasil.

Sendo favorável às ideias de Dumazedier, o Sesc o convidou para realizar uma sequência de fóruns de discussões e seminários sobre lazer para os técnicos e funcionários da entidade e organizações parceiras. Alguns pesquisadores do SESC realizaram, ainda, pós-graduação na Universidade René Descartes (Sorbonne), em Paris, sob orientação do sociólogo.

Após os estudos com Dumazedier, alguns dos técnicos e orientadores sociais deixaram o Celazer e o próprio Sesc, buscando sequência para seus estudos acadêmicos nas Universidades, tornando-se pesquisadores de referência nacional e internacional na área, certamente contribuindo para a produção do conhecimento no campo do Lazer no Brasil e, até hoje, influenciando essa produção.

O Celazer esteve em atividade até início da década de 1980. A partir de então, o investimento do Sesc na produção de conhecimento no campo do Lazer tem se dado de outras formas, seja no estímulo ao desenvolvimento e capacitação permanente do seu quadro técnico; seja por meio da publicação de livros, revistas e periódicos nas áreas da cultura, esporte, artes, cidadania, trabalho social com idosos; ou ainda na realização de Congressos, Seminários e eventos cujo objetivo se funda na reflexão e na troca de experiências e conhecimentos sobre lazer, cultura e educação.

A partir da década de 1990, as reflexões a respeito do Lazer na Instituição acabam diluídas na produção interna de seus funcionários que, mesmo dedicando-se ao campo da fazer e da experimentação, não deixaram de refletir e produzir sobre a temática. Exemplos disso são os escritos do sociólogo Dante Silvestre Neto, e do jornalista Newton Cunha. Ainda, é importante ressaltar a participação do Sesc São Paulo na organização do Congresso Mundial de Lazer, em 1998: Lazer numa Sociedade Globalizada. O evento caracterizou-se como um marco no campo do Lazer à medida que conduziu uma reflexão na qual os sistemas de emprego, assim como dos valores culturais e sociais sobre o chamado ‘tempo livre’ estariam se esgotando – ou chegando ao fim de um ciclo na atual sociedade globalizada. Estiveram na programação personalidades como Milton Santos e Domenico de Masi.

As últimas incursões do Sesc São Paulo neste campo de conhecimento têm se dado a partir da vinda de outros teóricos que propõem a reflexão sobre a contemporaneidade e os aspectos relacionados ao lazer, como cultura e educação. Como exemplo destacamos as valiosas contribuições de Edgar Morin, que frequentemente realiza encontros nas Unidades do Sesc e internamente, com os funcionários e técnicos, sobre a Teoria da Complexidade.

Mais recentemente, em 2012 o Sesc São Paulo constituiu o Centro de Pesquisa e Formação, que para além de recuperar o papel de Instituição como produtora e difusora de conhecimento no campo da cultura, objetiva ampliar e consolidar o compromisso socioeducativo da Instituição com seu público prioritário e com a sociedade em geral. Estruturado a partir de três núcleos – Pesquisa, Formação e Publicação e Difusão -, o Centro pretende “explorar novos temas relacionados ao universo da ação sociocultural; fomentar a interlocução entre gestores, mediadores e público. [...] estimular a extensão da consciência de

cada sujeito na linha do desenvolvimento humano e da ampliação da cidadania, [...] contribuir para a solidez formativa no campo da cultura e das artes, [...] e tornar públicos conteúdos ligados às áreas de atuação [...] e o conhecimento socialmente produzidos nos campos de ação do Sesc” (SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2013, p.61).

3 A ação do Sesc no campo do lazer

Desde sua criação, o Sesc está presente na vida dos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, de suas famílias e das comunidades com as quais tem vínculo, atuando na perspectiva do desenvolvimento humano pleno, sobretudo através da democratização do acesso à cultura e ao lazer para a população.

Atualmente com 32 Unidades operacionais no estado de São Paulo, o Sesc reconhece o Lazer como tempo/espaço de dedicação a si próprio, de desenvolvimento de competências e potencialidades. Para além do descanso e até mesmo do divertimento, o lazer é visto como um momento destinado à realização pessoal e oportuno à participação e realização de atividades que estimulem a apropriação e aquisição de conhecimentos, desencadeadoras de bem-estar, de exercício de cidadania, provocadoras de educação coletiva, promotoras do autodesenvolvimento e habilitadoras para a melhoria da vida social.

Entendemos que, ao vivenciar ou fruir plenamente seus momentos de lazer, o cidadão mergulha em um tempo favorável às experimentações únicas que favorecem a ressignificação de valores e estilos de vida. Assim, a música, a dança, o teatro, o cinema, as artes visuais, o turismo, as atividades físicas, os esportes, a recreação, a aproximação com a virtualidade da internet e muitas outras práticas humanas realizadas nesse momento ganham inquestionável relevância.

E todos esses conteúdos estão presentes na ação cotidiana da Instituição, que se dá a partir de duas frentes principais: “(i) no contraponto às propostas mercadológicas comumente disponíveis para vivências no tempo livre da população, e (ii) na extrapolação do papel complementar à ação governamental, tal que, além de democratizar o acesso aos bens socioculturais, desenvolva uma programação atrelada aos valores e ideais identificados como positivos, contribuindo para um indivíduo melhor e, como resultado, para uma sociedade melhor” (SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO, Departamento Nacional, 2012, p.11).

Para alcançar as finalidades no campo do lazer, a política institucional propõe o entendimento do ‘tempo livre’ como aquele que se dá fora dos limites temporais das obrigações estabelecidas de maneira formal ou informal, ou seja, é aquele que compreende o tempo que não está sujeito “ao trabalho profissional, às obrigações domésticas, familiares e sociais [...]. É o tempo no qual se pode criar oportunidades de escolhas, ou seja, no qual o indivíduo se liberta para fruir e usufruir do lazer.

Entretanto, não basta ofertar um sem-número de atividades para preencher o tempo dos indivíduos. As propostas devem possuir uma intencionalidade formativa transformadora, conforme destacam as Diretrizes Gerais de Ação (SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO, 2004, p.13).

Essa intencionalidade é traduzida por meio da ação educativa à qual se propõe a Instituição. Nesta ação, todas as propostas devem objetivar o alcance de três princípios: informação, capacitação e desenvolvimento de valores.

Neste sentido, para garantir o alcance de tais objetivos, todos os conteúdos e recursos disponíveis devem ser utilizados, visto que não há uma atividade que garanta, de forma isolada, o desenvolvimento de todos os valores e do conhecimento possível de ser explorado no tempo livre. Isto significa trabalhar na perspectiva da multi e interdisciplinaridade nas atividades que compõem cada um dos Programas de Ação Institucional e, ainda, apresentar a diversidade dos interesses culturais do lazer: físicos, artísticos, sociais, intelectuais e manuais

(Dumazedier, 1974), turísticos (Camargo, 2003) e virtuais (Schwartz, 2003) na tentativa de atuar com maior abrangência sobre os indivíduos, ampliando as possibilidades de experiências e, portanto, de educação plena.

2.1 Diretrizes de Ação no campo do Lazer

O Sesc estabeleceu, em 2012, oito diretrizes fundamentais para propiciar as condições necessárias de aplicação dos conceitos apresentados em relação à política de ação institucional no campo do lazer.

A primeira, e como não poderia deixar de ser, estabelece a ligação entre as Diretrizes Gerais de Ação do Sesc e as Ações específicas no lazer: a ênfase na intencionalidade da entidade no processo educativo do lazer. Neste ponto, entende-se que a execução sempre vem precedida da reflexão, visto que “uma ação intencionada diz respeito a se pensar no ‘porque’ e ‘para’ que está se propondo um Programa, uma Atividade, uma Realização” (SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO, Departamento Nacional, 2012, p.24).

A segunda diretriz aponta para a necessidade de atendimento dos diversos interesses e perfis sociodemográficos e culturais da população por meio do desenvolvimento de uma programação plural, capaz de dar acesso às pessoas às várias linguagens, bens culturais e tecnologias. Para tanto, no planejamento das ações deve-se levar em conta:

- as culturas locais e globais;
- a vocação da programação;
- os valores a serem desenvolvidos;
- os diversos públicos (faixas etárias, gêneros, condição socioeconômica, etc);
- os espaços de atuação.

Assim, sem hierarquização ou juízo de valores, a oferta de programação deve garantir o estímulo a novas e diversas experimentações e aprendizados por parte dos indivíduos.

Enquanto terceira diretriz, estabelece-se o foco na Multi e Interdisciplinaridade uma vez que, como mencionado anteriormente, acredita-se que por meio da soma das ações e da interação das diversas áreas de conhecimento, o Sesc poderá contribuir para o desenvolvimento humano pleno e para a formação de sujeitos capazes de fazer escolhas e buscar iniciativas desencadeadoras de bem estar e qualidade de vida.

A quarta diretriz visa estimular o envolvimento crítico e criativo dos indivíduos no lazer, contrapondo o consumo alienado do entretenimento e a conseqüente perda da autonomia e expressividade de cada um. Por meio de ações direcionadas a dar “condições para que os indivíduos se expressem pela prática, desenvolvendo habilidades e conhecimentos que os façam mais sujeitos de suas experimentações” (SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO, Departamento Nacional, 2012, p.27), busca-se garantir aos sujeitos a posição de protagonistas de suas ações individuais e coletivas.

Como quinta diretriz temos o desafio de evitar ações que corroborem com os interesses da indústria cultural e afirmem os valores hegemônicos. Nossa proposta é ser um espaço para a inovação no campo cultural, para a expressão da contemporaneidade, para as novas tecnologias e “para novas formas de ver, pensar e agir sobre mundo” (SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO, Departamento Nacional, 2012, p.28).

A prioridade de atendimento à clientela de menor renda estabelece a sexta diretriz de ação do Sesc no campo do lazer. Isto significa proporcionar a um grupo de pessoas menos favorecidas - cultural e economicamente falando - o acesso aos bens culturais, sociais e lúdicos que, via de regra, não se encontram disponíveis no âmbito da escola, do lar, do trabalho e das ruas. Tal oferta objetiva complementar sua formação favorecendo sua “inserção no mundo atual em termos possibilidades, oportunidades e atitudes mais ampliadas”

(SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO, Departamento Nacional, 2012, p.27).

A sétima diretriz observa uma condição fundamental para o alcance dos objetivos da instituição: a qualificação e valorização dos recursos humanos. Assim, o investimento na atualização e na formação permanente de seu quadro técnico é constante, sobretudo porque são esses sujeitos que atuam na materialização, junto à clientela, do pensamento e da missão da entidade. A formação cultural ampliada, o perfil educador e o conhecimento das possibilidades de atuação no campo do lazer são características presentes e valorizadas nos profissionais do Sesc.

A oitava e última diretriz estabelecida se refere ao investimento nos recursos físicos e materiais, adequando-os para o atendimento às necessidades e demandas da programação de lazer. As instalações e equipamentos devem, sempre, permitir a realização das ações, a identificação por parte do público e a experimentação de novas possibilidades, garantindo padrões de acessibilidade e segurança.

Assim, observando as diretrizes mencionadas e apoiando-se nos valores que regem nossa ação, o escopo de atuação do Departamento Regional de São Paulo abrange cinco grandes frentes de trabalho, conforme mencionaremos a seguir.

2.2 As Ações do Sesc São Paulo

2.2.1 Educação

Partindo da compreensão de que os processos educativos se desenvolvem de forma permanente, para além do ambiente escolar, as realizações são propostas de maneira a contribuir para a formação dos indivíduos em ações estabelecidas no seio do processo social, por meio de atividades que levem em conta os interesses e referências culturais dos indivíduos.

Nesta perspectiva de Educação, a Instituição realiza Seminários e Encontros Temáticos nas mais variadas temáticas, cursos de Valorização Social e os Programas Educação para a Sustentabilidade, Diversidade Cultural, Educação para a Infância e Juventudes, Sesc Curumim, Trabalho Social com Idosos, Internet Livre e Cultura Digital e Sesc Gerações.

2.2.2 Saúde

Ampliando o entendimento da saúde enquanto ausência de doença, a proposta de Promoção da Saúde no Sesc está associada a um conjunto de valores e parte de um processo educativo que aposta na capacidade do ser humano em controlar a sua saúde e seus determinantes, por meio de conhecimentos adquiridos, para melhoria da sua qualidade de vida.

A atuação do Sesc em relação à saúde se dá nos campos da Odontologia (atendimento odontológico exclusivo para os trabalhadores no comércio de bens, serviços e turismo e seus dependentes, com custos subsidiados), da Alimentação e Nutrição, da Educação em Saúde e na realização de avaliações clínicas voltadas aos alunos dos cursos físico-esportivos e avaliações dermatológicas para utilização das piscinas.

2.2.3 Ações Artísticas

A ação do Sesc São Paulo no campo das artes é baseada numa definição ampla e expandida acerca do patrimônio cultural. O objetivo principal é “apresentar as diversas faces da cultura brasileira e de outras culturas, favorecendo os intercâmbios culturais” (SERVIÇO

SOCIAL DO COMERCIO, 2013, p.83), entendidos como base fundamental para a construção das sociedades contemporâneas.

Sistematizadas nas linguagens de artemídia, artes visuais, cinema, circo, dança, literatura, música e teatro, as atividades contemplam espetáculos, exposições, exhibições, mostras itinerantes, oficinas, intervenções e performances, realizadas cotidianamente nas Unidades e em espaços públicos, fruto de parcerias institucionais. Entre os parâmetros norteadores incluem-se: a qualidade e relevância conceitual, a diversidade de manifestações artísticas e o compromisso com a pesquisa e o hibridismo de linguagens.

As atividades buscam estimular a reflexão e se orientam por uma visão humanista de cidadania, incluem valores e práticas ligadas ao simbólico, à fruição das artes e à imaginação criativa.

2.2.4 Turismo Social

Com o objetivo de ampliar o conceito do Viajar enquanto expressão máxima do conteúdo turístico do lazer, os participantes do programa de Turismo Social do Sesc São Paulo são estimulados a encontrar um novo mundo: dialogar com outras culturas, interagir com os habitantes dos locais visitados, conhecer seu patrimônio natural e respeitar suas tradições, sempre de forma prazerosa, responsável e consciente.

As atividades propostas contemplam excursões, passeios, hospedagem no Centro de Férias Sesc Bertoga, bate papos, expedições virtuais, oficinas e vários outros tipos de vivências.

2.2.5 Desenvolvimento Físico-esportivo

Compreende as ações de caráter educativo que estimulam a ampliação das experiências relacionadas aos esportes e às atividades físicas e conscientizam sobre sua importância como práticas de lazer, incentivando a autonomia do participante, disseminando valores como integração, respeito à diversidade e inclusão social, procurando favorecer a sociabilidade, o aprendizado e a incorporação de habilidades corporais, visando qualidade de vida e bem-estar.

São realizadas ações sistemáticas, como cursos (Programa Sesc de Esportes e Programa de Ginástica Multifuncional), torneios (Copa Sesc do Comércio e Serviços) e eventos em geral (Circuito Sesc de Esportes, Dia do Desafio). Nelas, há orientações e envolvimento técnico de profissionais que atuam com o propósito de trocar conhecimentos, provocar a consciência corporal dos cidadãos e ampliar a formação autônoma dos inscritos nas atividades.

Além disso, e concordando com CAMARGO (1998) no seu entendimento de que, no âmbito da educação não formal “o próprio espaço físico converte-se em espaço educativo, em que as informações se multiplicam em todos os espaços e tempos do cotidiano” (p.33), os espaços esportivos do Sesc são disponibilizados para a prática da Recreação Esportiva livre ou orientada, entendendo-a como instrumento para a propagação de noções e conceitos relacionados à integração, respeito à diversidade e inclusão social. Assim, a perspectiva da prática físico-esportiva associada ao brincar, jogar e recrear-se tem, na ludicidade e convívio com o outro, a oportunidade para a aprendizagem, troca, prazer e sociabilidade.

Dentre os vários programas e projetos da área físico-esportiva, o Sesc Verão é uma das iniciativas que, nos meses de janeiro e fevereiro, desenvolve atividades que visam sensibilizar a população para a importância da prática da atividade física e esportiva no âmbito do lazer e sua inserção na agenda diária.

Estruturado a partir da reflexão sobre um determinado tema, o projeto extrapola a área

físico-esportiva e busca envolver todas as demais áreas de atuação do Sesc, que desenvolvem uma diversificada programação a partir do mesmo tema, traduzindo valores e conteúdos que poderão sensibilizar ou modificar o cotidiano dos indivíduos em relação ao lazer.

Em 2013, o projeto propôs uma reflexão sobre o indivíduo e a sua relação com os espaços possíveis para a prática esportiva e usufruto do lazer, que resultou no *slogan* “Esporte para Todos, em Todos os Lugares”. Assim, refletimos que o indivíduo se apropria de um espaço e o torna um local de prática a partir do momento em que este espaço se torna um “lugar”, ou seja, quando o indivíduo atribui sentido e significado ao espaço, e este então se torna parte do indivíduo, e vice-versa.

Como o indivíduo olha para o espaço e entende-o como um espaço de prática e para a prática foi a principal indagação que motivou os técnicos na criação da programação, que contou com exposições fotográficas, apresentações esportivas, vivências e clínicas, oficinas, espetáculos de música, circo e teatro, passeios, cursos e fóruns de discussão sobre lazer e apropriação dos espaços públicos, resultando num atendimento de cerca de dois milhões de pessoas no período.

Reflexões Finais

A partir do olhar sobre as ações do Sesc, visualizamos o papel norteador que o fenômeno do lazer tem sobre a Instituição.

Constituindo-se enquanto prestadora de serviços a trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo e à comunidade em geral, o Sesc lida, diretamente, com o desenvolvimento cultural das comunidades com as quais tem vínculo, além de possuir um objetivo educativo nas suas ações.

Valendo-nos do pressuposto de que o lazer “amplia a imaginação criadora, estimula o aprimoramento do indivíduo e o desperta para a importância de sua participação e colaboração para o progresso social” (DIRETRIZES GERAIS, 1983, p.8), a proposta de atuação e o espaço físico do Sesc são priorizados enquanto possibilidades de divertimento e recreação orientados, e de realização de atividades visando ao desenvolvimento e crescimento cultural e social.

Buscamos ressaltar, portanto, a importância da valorização, proposição e desenvolvimento de iniciativas que permitam ao cidadão, em seus momentos de lazer vivenciar - consciente e voluntariamente - mais opções para o seu integral desenvolvimento cultural e social. Ao ofertar uma série de atividades no campo do lazer, dotadas de intencionalidade educativa, reforçamos nosso posicionamento e nosso entendimento de que o mesmo se trata de um campo de ação e de conhecimento profícuo, que permite a difusão de valores e a promoção da educação não formal e permanente, em prol de uma sociedade melhor, de um país melhor.

Referências

- CAMARGO**, Luiz O. de L., Lazer: concepções e significados. In **LICERE**: Revista do centro de estudos de lazer e recreação/EEF/UFMG. Belo Horizonte: Celar, v1, no.1, 1998, p. 28-36.
- DUMAZEDIER**, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- OS CINQUENTA ANOS DO SESC**, **Revista E**, Publicação Periódica do SESC São Paulo, ano 3, n. 3, pág 10-21, 1996.
- SCHWARTZ**, Gisele M. O conteúdo virtual: contemporizando Dumazedier. **LICERE**: Revista do CELAR/EEF/UFMG. Belo Horizonte: Celar, v.2, nº6, 2003, p.23-31.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**. Política de lazer. Sesc – Departamento Nacional. Rio de Janeiro, RJ, 2012.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**. Realizações 2012. Sesc, Administração Regional no Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**. Diretrizes gerais de ação do Sesc. Sesc, Departamento Nacional, Rio de Janeiro, RJ, 2004.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**, Gerência de Recursos Humanos. Sesc São Paulo, Apostila de treinamento de técnicos, 2000, Mimeo.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**. Uma ideia original: Sesc São Paulo 50 anos. Companhia Lazuli Editora. São Paulo, SP, 1997.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**. Diretrizes Gerais de Ação do Sesc, Sesc, Departamento Nacional, Rio de Janeiro, RJ, 1983.

A EDUCAÇÃO FÍSICA E O “LAZER ATIVO” NOS PARQUES INFANTIS DE SÃO PAULO (1935-1938)

Profa. Dra. Kátia Danailof
(Professora do Curso de Educação Física / Metrocamp)

RESUMO

Nos Parques infantis de São Paulo (1935-1938), a educação física é analisada a partir de sua inserção no projeto de difusão cultural do Departamento de Cultura de São Paulo. Orientada pela perspectiva de “lazer ativo”, a educação física apresenta-se configurada a partir de duas premissas: informar a população sobre conhecimentos que, acreditava-se, seriam esquecidos e combater a passividade e a inatividade identificadas no modelo escolar de ensino.

Introdução

Contando com a participação de Mário de Andrade, Anhaia Mello, Fernando de Azevedo, Paulo Duarte, dentre outros, a proposta inicial dos parques infantis, desenvolvida junto ao Departamento de Cultura de São Paulo (1935 a 1937) destaca a necessidade de ocupação do tempo livre das crianças, meninos e meninas em “estado de abandono” pelos pais que, na maior parte do dia, dedicavam-se ao trabalho nas fábricas (RAGO, 1997, p. 117). Conforme o imaginário da época, sozinhas nas ruas, as crianças conviviam com jogos brutais e em espaços insalubres, com a falta de movimento gerada pela circulação intensa de veículos e transeuntes, com o ar impuro que vinha das fábricas e automóveis.

Como primeiro diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, Mário de Andrade (1935-1938) apreendeu parques infantis como espaços adequados de convívio e socialização, garantindo acesso aos serviços básicos de saúde, valorizando uma proposta de educação que contemplasse “a solidariedade, a comunicabilidade e a cooperação”, privilegiando “o convívio das crianças de todas as classes sociais” e de etnias diversas, apontando escolhas em função da renovação cultural e social pretendidas, qual seja: ampliar a difusão da cultura a todas as camadas da população, visando informar a população operária e “tradicionalizar” as elites.

Seguindo tal perspectiva, o presente estudo analisa a inserção da educação física nos parques infantis no período em que Mário de Andrade dirigiu o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). A delimitação do estudo parte de duas premissas, a saber: a difusão cultural defendida pelo Departamento de Cultura de São Paulo, tendo como público-alvo as crianças, e o “lazer ativo”, ideal que aproxima as ações pedagógicas nos parques infantis à perspectiva da “escola ativa”. Para tanto, são tomados como fontes de estudo: Regimento Interno do Departamento de Cultura: divisão de Educação e Recreio; Revista do Arquivo Municipal (RAM); “I Curso de Etnografia” realizado por Dina Lévi-Strauss no ano de 1937; Boletim de Hygiene (1930); e Revista Educação Physica.

Cabe destacar que, nas fontes analisadas, o termo “recreio ativo” é referência tanto para nomear funções e divisões no Departamento de Cultura, como para significar a organização das atividades em um tempo (lazer) em que as crianças não estavam na escola. Assim, o termo “lazer ativo”, associado ao “recreio ativo”, é apresentado em um momento da história em que o poder público desenvolve projetos destinados a ocupar o tempo disponível (MARCELLINO, 1987) das crianças, marcando a emergência de um

discurso que pode ser considerado:

um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2008, p. 31-32)

Trata-se de uma perspectiva que aponta para a associação entre “lazer ativo” e qualidade de vida que, tal qual analisa Pimentel (2012, p 300), “deriva justamente da premissa de que se o tempo livre pode sediar alguns desvios ao status quo, o lazer pode servir de mecanismo de resgatar esses corpos à fisiologia do sistema”. Tal referência evidencia-seem palavras, ações, imagens destinadas à promoção da saúde, que se integram e diluem atualmente em torno da idealização de um estilo de vida ativo (FRAGA, 2006).

Seguindo tal perspectiva, cabe questionar: quais os parâmetros que sustentam o “lazer ativo” nos anos 1930? O que significava ser “ativo”? Qual o papel da educação física para a articulação, promoção e difusão do “lazer ativo” para a sociedade? Qual seu objetivo? Quais valores sustentava? Nas linhas de ação do Departamento de Cultura sobre a cidade de São Paulo para os parques infantis, busca-se os indícios de um olhar sobre a fruição do tempo longe das obrigações da escola e do trabalho, os componentes que animam a ação cultural que passa a irradiar no espaço urbano no que diz respeito ao papel da educação física nestes espaços, promovendo o chamado “lazer ativo”.

Os parques infantis

O Departamento de Cultura, segundo o ato n. 861 de 1935, abrangeria os seguintes campos:

- I – Divisão de Extensão Cultural, com as seguintes seções:
 - teatros e cinemas;
 - rádio-escola.
- II – Divisão das Bibliotecas, com duas seções;
- III – Divisão de Educação e de Recreios, com as seguintes seções:
 - Parques infantis;
 - Campo de Atletismo, Estádio e Piscina;
 - Divertimentos Públicos.
- IV – Divisão de Documentação Histórica e Social com duas seções:
 - Documentação Histórica;
 - Documentação Social.

Fundamentado em um projeto amplo de difusão cultural, nota-se a correlação entre os trabalhos realizados pelo Departamento de Cultura, onde os investigadores sociais, por meio da divisão de documentação histórica e social, forneciam subsídios para compreender e intervir na sociedade, influenciando ações diretas junto ao público,

a fim de promover o “am melhoramento da qualidade de vida dos paulistanos, sem excluir o operariado” (FARIA, 2002, p.85).

Parques infantis, campos de atletismo, estádios, piscinas, bem como os divertimentos públicos, conforme pontua a legislação do Departamento de Cultura, a Divisão de Educação e de Recreios seria responsável pela construção e aparelhamento dos parques que deveriam ser localizados, preferencialmente, próximos aos bairros operários, escolas e moradias (LEGISLAÇÃO, 1935).

Assim, integrado ao ideal de promover uma melhoria nas condições de vida da população, o projeto para os parques infantis comprometer-se-ia em “colaborar na obra de preservação e de previsão social e contribuir para a educação higienica das crianças”, promovendo e solicitando “inquéritos e pesquisas higienicas, psicologicas e sociaes, nas populações infantis que frequentarem essas instituições extra-escolares” (LEGISLAÇÃO, 1935, p. 22 e 24).

Reconhecendo as “mazelas da cidade” como as causas da degradação moral e física da população, o poder público cria estratégias para sanar os problemas sociais, defendendo a escola como um espaço privilegiado para reestruturação do país e, conseqüentemente, a superação de entraves à sua inserção na modernidade. Em espaços extraescolares, os exercícios físicos serviriam a um projeto de socialização marcado pela ocupação útil do tempo. Cabe lembrar que tal perspectiva é defendida em 1929 pela ABE (Associação Brasileira de Educação), que propunha a criação de espaços recreativos na cidade, cuja intencionalidade centrava-se, segundo Linhales (2006), na difusão de um modelo escolar de ensino pautado na disciplina e no domínio técnico. O ideal de “transbordamento da escolarização pelos espaços da cidade” (LINHALES, 2006, p. 22) é concretizado nos parques infantis de São Paulo nos anos 1930, perceptível nas expectativas acerca do papel do instrutor de educação física e no conjunto de saberes que este deveria dominar.

Lazer e escola ativos

A escola é o lugar onde a criança tem que ficar sentada, bem quietinha, quatro horas por dia, nove meses por ano, absorvendo abstrações e sem a prática da experimentação. Tudo se passa como se o interesse da criança gravitasse em torno dos livros, silêncio, passividade, inatividade.

A escola é ainda individualista, na época em que vivemos, não se propondo a ensinar cooperação, iniciativa ou autodireção ou a arte de fazer amigos e dirigir os outros. Violando as leis do desenvolvimento físico e psíquico, prepara homens sem iniciativa, sem vontade, sem idéias. Forma pulmões e corações débeis, braços e pernas macilentos e debilitados; gerando na criança uma anemia e uma constituição acanhada e incompleta.

Esqueceu-se que o objetivo da escola não é formar sábios e sim homens e mulheres fortes, bem constituídos, bem equilibrados, capazes de sustentar o peso do trabalho e afrontar a luta pela vida numa civilização complexa como a nossa. [...]

A escola não é, pois, o sistema ideal de cultura infantil. Um outro sistema precisa, não diremos substituí-la, mas completá-la. Um sistema que tome a criança como ela é [...]. Esse sistema é o Parque Infantil.¹

¹ MIRANDA, Nicanor. *Origem e propagação dos parques infantis e parques de jogos*. Departamento de Cultura, Divisão de Ensino e Recreio, 1941, pp. 12-13.

Nicanor Miranda, chefe da divisão de Recreação do Departamento de Cultura de São Paulo, em 1938 realiza um discurso com a clara intenção de polemizar com a escola. Miranda analisa a função social da escola a partir da concepção de criança creditada pelos recorrentes debates presentes na Associação Brasileira de Educação (ABE). Tal perspectiva justificaria, em especial, a presença dos parques infantis na cidade de São Paulo, como um espaço necessário à formação das crianças, privilegiando um sistema de educação que consideraria *a criança como ela é*. Refutando a ideia de um aprendizado passivo, essas crianças teriam a possibilidade de aprender por meio da ação.

Lembra o urbanista Anhaia Mello (Apud NIEMEYER) que o conceito de parque infantil evoluíra e deveria acompanhar o ritmo de desenvolvimento e progresso da cidade. Esse espaço não significaria apenas um ideal estético, mas seria destinado “ao recreio ativo de todas as classes da população e de todas as idades, desde a criança de idade pré-escolar até o adulto”. Conforme cita, “O tapete de relva transformou-se no *playground*, no *play-field*; o lago, na piscina ou no *skatinpound*” (2002, p. 64).

Nesse sentido, os parques públicos não seriam apenas o “pulmão da cidade”, mas espaços que substituiriam a contemplação da paisagem verde, o contato com a natureza e o ar livre, por atividades orientadas. Deveriam, antes, servir aos critérios de higiene e moralização do trabalhador, cujos benefícios refletiriam na estética urbana e na educação da sociedade para o mundo do trabalho (NIEMEYER, 2002, p. 61).

Fernando de Azevedo participou ativamente da idealização dos parques infantis, contribuindo com propostas visando “reformas educacionais com que se sonhava forjar uma humanidade nova em que se concentravam as últimas esperanças de uma vida melhor, da restauração da paz pela escola e da formação de um novo espírito, mais ajustado às condições e necessidades de um novo tipo de civilização” (AZEVEDO, 1963, p. 389).

A nova civilização citada refere-se à formação humana para a sociedade urbano-industrial, gerando a necessidade de privilegiar conhecimentos que permitissem a sua leitura e a adequação à forma de convívio por ela exigida. Seguindo tal perspectiva, destaco a análise realizada por Carvalho (1998, p. 26-27), que contempla os embates sobre a perspectiva modernizadora presente na ABE:

[...] é preciso entender, aqui, o sentido em que se resgata o tema da industrialização nos projetos que circulam na ABE. Este sentido foi, principalmente, o de responder a problemas políticos e sociais que a presença da fábrica gerava. Neste escopo, propostas ‘modernizadoras’ diferiam das ‘tradicionalistas’ por programarem esse controle incorporando novos métodos, técnicas e modelos educacionais, tomando a fábrica como paradigma da escola e da sociedade. Tratava-se, neste caso, de programar, em moldes mais adequados ‘às exigências de uma sociedade nova, de forma industrial’, mecanismos de controle social.

Assim, a relação entre escolas, parques infantis e fábricas estabelece-se em um intrincado contexto. A sociedade urbano-industrial organizava-se, nesse início do século XX, a partir da dissociação entre trabalho e lazer, gerando preocupações que cercavam a reestruturação da fábrica segundo os modernos princípios de higiene, a incorporação da tecnologia e da ciência à produção para um grande público, dentre outros aspectos, sinalizando toda uma reforma de mentalidade em curso (NIEMEYER, 2002). Nesse sentido, a “forma industrial” citada por Carvalho pode ser reconhecida pela imposição de um tempo em que os operários (crianças, jovens e adultos de ambos os sexos)

permaneciam nas fábricas, pelo tempo livre das obrigações do trabalho e, em especial, na forma como esse tempo era apropriado.

O instrutor de educação física, para ser admitido nos parques infantis, seria submetido a um processo de seleção composto por uma prova escrita e outra prática. Seguindo a análise do “Programa do curso para instrutor”, na prova escrita, o candidato deveria apresentar domínio sobre “O moderno conceito de Educação Física; a Educação Física e a ação física, mental e social do indivíduo”; “As bases fundamentais da Educação Física. A Educação Física e a sociedade moderna”; “Os jogos. Efeitos psicofisiológicos”; “A estafa. Sintomas. Quais os meios mais aconselháveis para evitar a estafa na criança e no pré-adolescente”; “A **ginástica ortopédica**, corretiva ou terapêutica. Valor e objetivos. Aplicações aos Parques Infantis”; “Psicologia aplicada. Leis do aprendizado”; além de dominar os métodos de “Jahn, Ling e Amoros. O modelo francês” e compreender a “Educação Física da infância. Fundamento fisiológico. A **sedentariedade** e a infância”. Deveria, ainda, utilizar “**Fichas de aproveitamento. Elaboração. Controle.** A ficha como elemento para a pesquisa social” (PROGRAMA, 1935).

Associada à valorização da “normalidade do crescimento e o equilíbrio das funções” (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 52) que passavam a configurar como elementos fundamentais do ensino escolar, as práticas consideradas saudáveis seriam aquelas não prejudiciais ao desenvolvimento infantil. Para tanto, o interessado nessa “nova filosofia” de ensino ativo, deveria preparar-se de forma igualmente ativa, ou seja, o professor não se formaria observando aulas, copiando programas de ensino e os aplicando, mas dedicando-se, sobretudo, ao estudo da “nova psicologia” para “saber por que se faz e como se faz” (p. 48). Segundo Lourenço Filho (1978), a formação profissional seria fundamental para a idealização de um projeto fundamentado que se propunha educar segundo a forma como a sociedade se apresentava, ou seja, que deveria trabalhar “segundo o seu tempo [...]” (p. 48).

Assim, o futuro instrutor deveria ter um desempenho satisfatório na prova prática, realizada em um dos parques infantis, que envolvia “exercícios de correção” da postura, do andar e de problemas específicos como cifose, lordose e escoliose (PROGRAMA, 1935, P. 8).

As propostas educacionais presentes nos parques infantis, sob a perspectiva do *lazer ativo*, congregam tais aspectos, dirigindo-se tanto à criança como ao profissional que se ocuparia delas. O lazer e a escola ativos configurar-se-iam na ideia de que a criança, acompanhando o ritmo da sociedade urbano-industrial, deveria ser educada a partir do complexo: “energia, ação e produtividade”. O papel da instrução nas sociedades, conforme aponta Carvalho (1998, p. 157), “era o de condutor, do transmissor pelo qual é possível a transformação da energia potencial do homem em energia cinética”.

As afirmações expostas podem ser pensadas a partir do que John Dewey (1979) entendia ser o mundo moderno nos anos de 1930. O autor considerava que o transporte, a imigração, o comércio e a intercomunicação haviam transformado a sociedade, ou seja, os grupos passavam a conviver tanto com os costumes tradicionais quanto com as inovações tecnológicas advindas com o progresso.

Segundo Aguayo (1939), Dewey foi quem primeiro teorizou a “nova educação”, baseando-se numa filosofia de ensino pautada na experiência como processo prático, defendendo que “De um lado experiência significa atividade, escolha deliberada e intencional; de outro é estimulada pelo contato de indivíduos com o meio físico e social”. (p. 41). No entendimento da época, cada hábito apresentava como princípio modificar a mentalidade, fixar “certas propensões e desejos”. Modificando o hábito,

haveria influência direta na própria percepção cotidiana, como também nas relações com outros homens. Tal processo vinculava-se, ainda, ao chamado robustecimento do hábito, fortalecendo certos traços do caráter, este conhecido popularmente como moral (DEWEY, 1979, p. 393).

A moral compreenderia, enfim, o caráter. Este deveria identificar-se com a educação do “homem em todo o seu feito e manifestações concretas” (DEWEY, 1979, p. 393). Significa, assim, trabalhar o homem para que ele se torne pleno em suas atitudes e não reconhecido por poucos traços que possam ser mencionáveis. Este homem ideal carrega com ele atitudes que envolvem o relacionamento social, as quais passam a dar significado ao caráter. Dewey acrescenta:

Chamar-lhes virtudes em seu isolamento, se assemelharia a tomar o esqueleto pelo corpo vivo. Os ossos têm, sem dúvida, importância, mas sua importância está no fato de suportarem outros órgãos do corpo, de modo a torna-los capazes de atividade integrada e eficaz (1979, p. 393).

Os atos são tratados como excelências morais, as quais implicam outras atitudes que dependem do meio social. Neste sentido, entendia-se que “A educação é uma atividade formadora ou modeladora – isto é, modela os seres na forma desejada de atividade social”, dizia Dewey (1979, p. 393). A educação deveria, enfim, gerar oportunidade de ações em conjunto para que os educandos compreendessem o sentido social de suas aptidões e dos recursos e materiais utilizados (DEWEY, 1979, p. 11). Prosseguindo em sua análise, o autor afirma que a escola deveria oferecer algo parecido com “um ambiente homogêneo e bem equilibrado para as pessoas mais jovens”, afastando a juventude do ambiente impuro das ruas (DEWEY, 1979, p. 23).

Anhaia Mello, ao lado de Fernando de Azevedo, assume a necessidade de instalação de espaços que atraíssem jovens e crianças para lugares higiênicos. Conforme determinava a legislação, os parques deveriam localizar-se próximos aos bairros operários, o mais próximo possível das escolas e famílias, “[...] servindo à educação moral, higiênica e estética das crianças, contribuam para despertar o interesse das famílias por essas escolas populares de saúde e de alegria” (DEPARTAMENTO, 1935).

Seguindo tal perspectiva, a legislação do Departamento de Cultura para os parques infantis defende que os instrutores de “Jogos e Educação Physica Infantil” deveriam cumprir as funções de “zelar pela saúde das crianças [...]” como também “propagar a prática de brinquedos e jogos nacionais, cuja tradição as crianças já perderam ou tendem a perder” e “aproveitar as oportunidades que lhes proporcionam o interesse das crianças, para lhes ministrar a educação physica, systematizada por meio de exercícios adequados” (LEGISLAÇÃO, 1935, p. 25).

Considerações Finais

No limite, os parques infantis representam a imagem da própria cidade como um campo de provas, ou um imenso laboratório urbano, em que as diferenças étnicas, as questões de higiene e de educação geram curiosidade sobre o futuro do país e sobre a construção da sociedade civilizada, fomentando intervenções junto à população. Pesquisa e ensino realizados com as crianças parqueanas indicam que:

[...] sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele

também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito (FOUCAULT, 2000, p. 15).

Reconhecendo que a “liberdade do brincar, da vivência, da cultura infantil, tinha claros objetivos patrióticos, os quais a Educação Física certamente poderia contribuir” (BERTO, FERREIRA Neto, SHNEIDER, 2009, p.9), destaca-se neste estudo o projeto de lazer ativo associado à perspectiva da escola nova, considerando que o educador deveria guiar-se pela lógica urbano-industrial, compreendendo a atividade como elemento essencial à promoção de hábitos saudáveis e costumes considerados adequados ao convívio social. A aproximação entre a perspectiva da escola ativa e o lazer converge para a reafirmação de que a criança deveria ter seu aprendizado direcionado a partir de suas necessidades e, em vez de o mestre ou do professor, ela deveria ditar os caminhos da educação.

Assim, se o ideal de lazer ativo remete ao enfrentamento de problemas característicos das sociedades industrializadas (PIMENTEL, 2012), é possível afirmar que, ao longo do tempo, estas mesmas sociedades apresentam problemas singulares. Reconhecidas como as causas que ocasionaram a degradação moral e física de seus moradores, as chamadas “mazelas da cidade” tornaram-se o protótipo de imperfeição inscrito nas ruas e nos gestos dos próprios habitantes.

Os preceitos da medicina higienista são fundamentais para a constituição e valorização da educação física nesse momento da história, na medida em que os higienistas tinham como meta “fazer do systema nervoso um aliado e não um inimigo”. Para atingir tal objetivo, julgavam que deveriam “tornar automáticas e habituais [...] o maior número possível de ‘ações úteis’ e fugir com grande cuidado a tudo que puder engendrar hábitos nocivos” (BOLETIM, 1930).

A atividade física passava a ser vista como forma de ajustar o corpo ao estado mental e social, considerados normais, tornando a criança “mais obediente e mais flexível” aos olhos dos pedagogos defensores do novo modelo de ensino. Segundo os defensores da nova pedagogia:

Ao mesmo tempo, reage ella (atividade corporal) sobre a mente, desenvolvendo, precisando, aclarando os estados que procuram traduzir-se em atos. Há, pois, uma reciprocidade, bem reconhecida, de funções: os pensamentos, os desejos, as emoções criam as atitudes do corpo; e estas, actuando sobre suas causas determinantes, fazem-nas mais conscientes e, por isso, mais susceptíveis de controle (TOLEDO, 1930, p. 290).

Guiada por bases científicas – biológicas e fisiológicas – a moderna Educação Física seria a área capaz de educar, moldar o corpo, apontando para “táticas disciplinares” que a

cada exercício se torna então unidade superposta e sincrônica. A mão adulta teria delegado uma vez mais seus poderes; o que a substitui permanece mecânico, misturando instrumentos móveis e dispositivos especiais para “corrigir” a motricidade (VIGARELLO, 1995, p. 35).

Conforme analisa Vigarello, o comportamento torna-se mais complexo à medida que “Domínio e controle interiorizados predominam” (1995, p. 35). A moderna concepção de educação física interviria diretamente na ação “física, mental e social” da criança, “Gestos onde o corpo da criança deve ser um espaço passível de manipulação

direta e concreta” (VIGARELLO, 1995, p. 27).

Em geral, os instrutores que trabalhariam nas escolas paulistas – da capital e do interior – submeter-se-iam, como parte de sua formação, a um “estágio” como instrutor nos parques infantis. Assim, também nos parques infantis, a educação física representa uma forma específica de pensar o tempo e o espaço destinados à educação e, no caso, ao *lazer ativo* das crianças. Assim, a lógica social apresenta uma forma preconcebida e construída desde o século XIX sobre “[...] O estudo, o descanso, o exercício físico, a alimentação [...]” através da qual

tudo passou a ser regulado, controlado e vigiado, e a utilização “ótima do tempo” passou a ser determinante na metodologia utilizada. Tornava-se imperioso não deixar margem à ociosidade pois ‘o ócio [induz] à vagabundagem, à capoeiragem e aos vícios prejudiciais ao desenvolvimento físico e moral (SOARES, 1994, p. 77).

As escolas paulistas foram as principais responsáveis pela difusão da ginástica como prática adequada à educação do corpo infantil. A “moral do lazer”, no caso, acontece à medida que o trabalho passa a ser valorizado, tornando-se necessário “incutir nas crianças e jovens uma ‘dimensão utilitária do tempo’” (SOARES, 1994, p. 78).

A presença da moderna concepção de educação física nos parques infantis significa, portanto, uma forma específica de relação da criança com o seu corpo e com o espaço, “colocando em prática o processo disciplinar dos corpos” (SOARES, 1994, p. 79). Prevista pela influência do discurso médico-higienista e pela proposta de um “lazer ativo”, a transformação social se daria em função da idealização de uma sociedade “saudável” e que, para tanto, adequava o organismo infantil a suportar a velocidade e a intensidade nervosa presente nas ruas da cidade de São Paulo, (re)produzindo-a e a controlando conforme a realidade urbano-industrial exigia.

Referências

- ANDRADE, Mário. **Danças dramáticas do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1982. [c. 1959]
- ANDRADE, Mário de. **Inauguração do Curso de Etnografia do Departamento de Cultura** (minuta da palestra). [São Paulo]. 1p.datil., com anotações, [abril de 1936].
- AZEVEDO, Fernando. **Da educação física**. São Paulo: Melhoramentos, 1960.
- _____. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura brasileira**. 4. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1963.
- AZEVEDO, Fernando; RUDOLFER, Noemy da Silveira. Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal - RAM**, São Paulo, ano II, vol. XIII, maio 1935.
- BERTO, Rosianny Campos; FERREIRA Neto, Amarílio; e SHENEIDER, Omar. Parques infantis e colônias de férias como espaços/tempos de educação da infância (1930-1940). **Pensar a Prática**, n. 12, v.1, p. 1-12, jan./abr. 2009.
- BOLETIM de Hygiene Mental, n. 15, 1930.
- DANAIOLOF, Kátia. **Crianças na trama urbana: as práticas corporais nos Parques Infantis da São Paulo dos anos 1930**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- DEPARTAMENTO de Cultura. Ato n. 767, de 9 de Janeiro de 1935. In: **Regimento interno**. São Paulo: Departamento de Cultura, s/d.
- _____. **Regimento interno dos parques infantis**. s/d.
- DEWEY, John. **Democracia e educação**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora

Nacional, 1979.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Educação pré-escolar e cultura**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Cortez, 2002.

FILLIZZOLLA, Ana Carolina Bonjardim. **Na rua, a “troça”, no parque, a troca**: os parques infantis da cidade de São Paulo na década de 1930. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. **A arqueologia do saber**. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRAGA, Alex Branco. **Exercício da informação**: o governo dos corpos no mercado ativo. Campinas: Autores Associados, 2006.

GOBBI, Márcia Aparecida. **Desenhos de outrora**: os desenhos de crianças pequenas do acervo Mário de Andrade. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

JARDIM, Eduardo. **Mário de Andrade**: a morte do poeta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos infantis**: o jogo, a criança e a educação. Petrópolis: Vozes, 2004.

LEGISLAÇÃO do Departamento de Cultura para os parques infantis. **Revista do Arquivo Municipal** - RAM. São Paulo, ano I, vol. IX, jan. 1935.

LÉVI-STRAUSS, Dina. **Instruções práticas para pesquisas de antropologia física e cultural**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1936.

_____. **I Curso de Etnografia** (minuta da palestra). [São Paulo]. 1p.datil., com anotações, [abril de 1936].

LINHALES, Meily Assbú. **A escola, o esporte e a “energização do caráter”**: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MIRANDA, Nicanor. Origem e propagação dos parques infantis e parques de jogos. In: DEPARTAMENTO de Cultura, Divisão de Ensino e Recreio, 1941.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. Campinas: Papyrus, 1987.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. **Parques infantis de São Paulo**: lazer como cidadania. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

PROGRAMA de Concursos para Instrutores. **Revista do Arquivo Municipal**- RAM. São Paulo, ano III, vol. XXIX, nov. 1936.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. O passivo do lazer ativo. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 18, n. 03, p. 299-316, jul/jset de 2012.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REVISTA Educação Physica, São Paulo, ano I, n. 1, 1932.

_____, São Paulo, ano IV, n. 7, 1936.

SANT’ANNA, Denise Bertuzzi de. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, Carmen Lúcia (org.). **Corpo e história**. Campinas: Autores Associados, 2001. p.3-24.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física**: raízes européias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.

TOLEDO, João. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Livraria Liberdade Editora, 1930.

VIGARELLO, Georges. Panóplias corretoras: balizas para uma história. In:

SANT’ANNA, Denise Bertuzzi de. **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

LAZER E USO DE DROGAS

Proaf. Dra Liana Romera
Universidade Federal do Espírito Santo

O hábito de consumir substâncias psicoativas é tão antigo quanto a própria humanidade. Presente em diferentes culturas, sociedades e épocas, o consumo de drogas envolve uma complexidade que deve ser considerada ao se debater o tema. Além da necessidade de discutir a questão com a intermediação das diferentes áreas do conhecimento, é preciso ainda que se despoje de qualquer postura moralista, preconceituosa ou de julgamentos maniqueístas, que somente contribuem para fortalecer os estigmas dos usuários e alargar a distância do debate sério e racional.

Embora se perceba o aumento no número de usuários de drogas e a presença de novas substâncias psicoativas no cenário social, a temática ainda representa assunto complexo e controverso, cujas discussões e abordagens, quando distanciadas do conhecimento científico, resultam em conclusões equivocadas e contraproducentes que em nada contribuem para a compreensão do problema, para a proposição de políticas públicas ou para a diminuição das consequências negativas que o uso produz.

Ancorado na abordagem sociológica, o presente texto tem por objetivo destacar alguns elementos básicos que permeiam as discussões dessa área, visando levantar reflexões acerca do uso de drogas e sua aproximação com a temática do lazer.

Romera (2008, p.30) defende que para estudar o uso e o usuário de drogas deve-se considerar uma tríade formada pelo tipo de substância, o indivíduo e o contexto social no qual ele se insere, uma vez que a combinação desses fatores imprimirá toda a diferença nos distintos modos de uso, como do seu significado para o usuário. Considerar a inter-relação entre o tipo de substância procurada, o indivíduo e o modo como este irá relacionar-se com a droga significa contemplar o usuário valendo-se de uma abordagem biopsicossocial preocupada com o ser humano e seu bem-estar.

Partindo do princípio de que o uso de drogas representa um comportamento milenar, faz-se importante considerar que tal uso vem ocorrendo durante os séculos de diferentes modos, por grupos diversos, com finalidades variadas (medicinais, religiosas, recreativas) e em diferentes contextos sociais, alternando a classificação do lícito e do ilícito.

Em estudo sociológico referente a drogas, Bergeron (2012) destaca que a distinção entre drogas lícitas e ilícitas é permeada por uma fronteira simbólica que muda seu foco de tempos em tempos, de acordo com os interesses financeiros da época. Segundo Bergeron, o papel determinante do Direito moderno na definição do que seja droga lícita e ilícita faz com que nem toda substância psicoativa seja classificada como entorpecente pela legislação. Afirma Bergeron (2012, p. 8) que a “a categorização social de uma substância como ‘droga’ e sua classificação jurídica como ‘entorpecente’ dependem muito mais de uma convenção social e cultural”.

As áreas das Ciências Sociais, como Antropologia e Sociologia, passaram a interessar-se pela temática das drogas na segunda metade do século XX, coincidindo com o período em que o consumo torna-se massificado nas sociedades ocidentais. No campo das Ciências Sociais, os primeiros estudos enfocaram o uso de drogas como “formas particulares de desvio”, entendidas como uma calamidade social, tratado com preconceitos, moralismos fortalecedores de estigmas dos usuários, vinculando o uso à delinquência, relacionando, de modo geral, o usuário de drogas à falta de caráter, malandragem e marginalidade.

Essa forma de abordar a questão, com uma visão reducionista que compreende todos os usuários de forma homogênea, que rotula a todos como incapacitados e moralmente frágeis, somente contribui para o aumento do estigma, o preconceito e o distanciamento de melhor compreensão dos usos, dos usuários e seus contextos.

Bergeron ressalta que o usuário de drogas era chamado de drogado, termo pejorativo, pois era considerado pela sociedade como alguém que perdeu as qualidades essenciais que fazem um sujeito social digno e respeitável. Os primeiros estudos sociológicos do uso de drogas foram, de modo geral, realizados com grupos minoritários e economicamente desfavorecidos, construindo-se uma herança histórica que dá origem aos preconceitos e alimenta opiniões distorcidas sobre o tema até os dias atuais.

Além de tratado como temática relacionada à delinquência e marginalidade, o uso de drogas era também compreendido como uma escolha de pessoas fracas, “um caminho sem volta”, “um sinal de fracasso pessoal”, numa construção social de homogeneização dos usuários de drogas.

Acerca da tendência de homogeneização dos usos e usuários de drogas, Espinheira (2004, p.11) apresenta uma advertência que, mesmo parecendo óbvia, é bastante pertinente:

Os usuários de drogas têm em comum, o que é evidente, o uso de drogas. Podemos, portanto, afirmar que as formas de uso e os significados diferem de indivíduo para indivíduo, assim como de grupo para grupo dentro de uma mesma cultura, e são mais distintos ainda quando comparamos culturas contrastantes.

Os usuários de drogas não pertencem a uma única categoria, não são semelhantes nem mesmo pelo fato de usarem o mesmo tipo de substância. Ainda afirma Espinheira (2004, p. 19):

[...] o uso de drogas depende mais do usuário do que da droga que usa, e isso significa que não se pode atribuir à droga uma autonomia em relação ao indivíduo ou mesmo ao contexto social, mas, ao contrário, perceber o indivíduo e seu contexto para compreender o tempo e os espaços das drogas em sua vida.

Além de padrões de consumo diferentes, há também níveis de envolvimento distintos. Modos de relacionar-se com a droga e seu contexto particularizado variam de um para outro indivíduo, devendo-se, portanto, considerar que um usuário ocasional não é o mesmo que um usuário regular¹, assim como um dependente químico não é sinônimo de traficante. Embora os estudos mostrem que a linha divisória que separa o uso regular da dependência seja bastante tênue e varie de um para outro usuário, nem todos os usuários irão desenvolver a dependência e usar drogas indefinidamente. Da mesma maneira, é uma parcela muito pequena do universo de usuários de drogas que se envolve com o tráfico ou outras modalidades de contravenção.

Aos poucos os focos de análise das pesquisas sobre consumo de substâncias psicoativas foram se distanciando das abordagens que exaltavam somente o desvio e passaram a considerar outras relações entre a droga e o usuário, como o uso relacionado à busca do prazer, hedonismo e seu consumo em contextos menos relacionados aos guetos e mais próximo das situações de lazer.

¹ O uso de drogas está classificado em experimental, ocasional, habitual e dependência.

Sobre tais mudanças, Bergeron (2012, p. 8) adverte que os novos tempos trazem novos usos; porém, alguns resquícios ainda habitam o imaginário social:

Embora o consumo recreativo de drogas, ligado à diversão e à festa, forme cada vez mais um dos aspectos mais significativos do quadro que descreve o uso de drogas no início do século XXI, o imaginário social habitualmente associado à droga e à toxicomania é sombrio: o fato de experimentar esses produtos, ou pelo menos alguns deles, é com muita frequência concebido como a mãe potencial do vício, do crime, da morbidez e da marginalidade.

O estreitamento da relação entre consumo de droga, diversão e a aproximação das discussões do lazer podem contribuir para o distanciamento das abordagens estigmatizantes e da marginalidade dos usuários, exigindo olhares e estudos mais próximos da atual realidade que envolve os diferentes usos.

Drogas e lazer

Se no início dos estudos sociológicos sobre o uso de drogas prevaleciam abordagens sobre a relação entre consumo, marginalidade e delinquência², mais recentemente as pesquisas apontam outras aproximações entre uso de drogas lícitas e ilícitas em diferentes contextos, com predominância nos espaços de lazer também pela busca de prazer. Sobre essa abordagem, podem ser citados: Baptista et al. (2002), Calafate et al. (2008), Hunt e Evans (2003), Jimenez, Diaz e Ruiz (2005), Martins (2006), Reis e Romera (2009), Romera (2008), Scivoletto e Morishita (2001), entre outros.

Considerando haver diferentes drogas, para finalidades diversas, conforme sinaliza a história da humanidade, há que se ater também ao fato de que existem diferentes níveis de uso e de envolvimento com as substâncias. Nem todo uso de psicoativos é originado da mesma lógica ou motivação.

Se a droga, seu uso e seu comércio conhecem uma expansão sem precedentes a partir de meados do século XIX, mas sobretudo na virada dos dois séculos, é preciso esperar a segunda metade do século XX para que o consumo, do modo como o conhecemos nos dias atuais, encontre suas premissas verdadeiras (BERGERON, 2012, p. 28).

Defende Bergeron coexistirem ao menos dois grupos distintos de usuários de drogas, um deles formado pelas camadas menos favorecidas da sociedade e mais facilmente vinculados ao consumo marginal, estreitando a relação (ainda que superficialmente) da droga com a violência social e marginalidade.

Outro grupo é formado pela parcela mais favorecida economicamente, cujo uso de drogas está diretamente relacionado ao hedonismo e tem por principais contextos sociais as “baladas”, festas e demais modalidades de lazer noturno.

Na atual relação estabelecida com a droga, especialmente pelo público jovem

² No capítulo “Droga, delinquência e criminalidade”, do livro *Sociologia da droga*, Bergeron questiona se a prática delincente é responsável pelo uso de drogas ou o contrário? Sugere o autor haver entre os temas uma relação complexa. Com base em estudos sociológicos, afirma que o nível de delinquência dos usuários encontra-se mais ligado à existência de uma delinquência anterior e à variável intensidade do que ao uso regular ou dependente. Para Bergeron, quando ambas se dão de modo simultâneo, favorece a explicação de que o uso se deu por diversos outros fatores sociais.

(mas não unicamente), o lazer representa ao menos dois papéis fundamentais para o aprofundamento das questões afetas à temática:

- 1-A vivência do lazer, sobretudo aquele desenvolvido em eventos noturnos, foi detectada como contexto privilegiado para o uso de drogas, apontada em inúmeras e recentes pesquisas que serão aqui apresentadas.
- 2-O lazer transforma-se relevante locus de estudos sobre o uso de drogas, sugerindo não somente maior envolvimento com a temática, mas também a necessidade de estreitar o diálogo entre as Ciências Sociais e a Saúde, fortalecendo abordagens multi e interdisciplinares para melhor compreensão do assunto.

Assim, serão mencionadas algumas pesquisas cujo objetivo consistiu em analisar a relação entre consumo de diferentes drogas em distintos contextos de lazer, ressaltando que, ainda que reconhecendo a relevância dos trabalhos já desenvolvidos para analisar a relação drogas e lazer – realizados especialmente por grupos de pesquisa da Europa e Estados Unidos –, é preciso admitir que ainda há muito por fazer e desvendar nesse campo sociológico.

Há que se considerar também que o fato de abordar o tema sem preconceitos moralistas não significa nenhum tipo de apologia do uso de drogas, considera-se aqui que qualquer uso representa risco à saúde e à vida do indivíduo e da sociedade.

Trata-se tão somente de olhar para uma questão social sem incorrer em julgamentos morais, na tentativa de melhor compreender o tema e visando apresentar subsídios que possam amenizar os impactos do uso de drogas para os usuários.

Contextos de lazer e consumo de drogas

Importantes pesquisadores têm buscado compreender os fatores que envolvem o uso de drogas com base em estudos desenvolvidos em contextos de lazer. Associações entre álcool e vida sexual, drogas sintéticas e alteração das percepções, além da busca hedonista, são observadas nas conclusões de trabalhos que enfocam o tema.

Calafate et al. (2008) estudaram os modos de diversão noturna de jovens europeus e classificaram as novas formas de vivência do lazer dessa parcela da sociedade como um fenômeno social importantíssimo no mundo ocidental. O modelo recreativo das noites e dos finais de semana desses jovens foi denominado de Modelo de Diversão Hegemônico (MDH). O referido modelo se propagou de forma acelerada na Europa, desde o início da década de 1980, em virtude, em grande parte, dos modelos de diversão noturna criados nos lugares turísticos do Mediterrâneo, que rapidamente se espalharam por outros continentes, influenciando de modo significativo a forma de viver o lazer de uma parcela da juventude. Nesse modelo de diversão, o consumo de drogas lícitas e ilícitas é constante e, embora não seja unanimidade entre seus frequentadores, apresenta uma parte significativa de consumidores, tanto das substâncias lícitas, como álcool e tabaco, quanto ilícitas, como maconha, cocaína, *ecstasy*, entre outras.

Calderonet al. (2012) analisaram os efeitos associados ao policonsumo³ de drogas em festas *raves* na Espanha e fizeram a classificação dessa modalidade de festa – cujas principais características são a música eletrônica, realizadas geralmente por mais de uma noite em grandes espaços na zona rural ou em lugar de difícil acesso, como

³ Consumo simultâneo de diferentes substâncias psicoativas com objetivo de associação dos efeitos provocados por cada uma delas.

também a auto-organização e a propaganda, que não ocorrem pelos canais convencionais de divulgação. Segundo Calderonet al. (2012, p.39), “Diferentes estudos têm mostrado que o consumo e policonsumo de drogas em *raves* é superior ao que se encontra em outros contextos recreativos”. Entre os resultados apontados na pesquisa, nessa modalidade de lazer, os autores destacam:

Todos os participantes consumiram uma ou mais drogas. 20,1% dos participantes consumiram seis ou mais drogas, 45,6% consumiram quatro a cinco drogas. Ainda de acordo com os autores, a prevalência de uso, em ordem crescente, foi álcool, maconha, speed, ecstasy (MDMA), cocaína, ketamina, LSD (CALDERON ET AL., 2012, p. 45).

Buscando melhor compreender o usuário de drogas sintéticas nessa modalidade de divertimento, os autores detectaram os principais efeitos percebidos pelos usuários e afirmam:

[...] os efeitos mais percebidos foram sentimento de euforia, bem-estar, felicidade, conexão com a música, potencialização dos sentidos e melhor comunicação com os demais [...] dentre os efeitos negativos percebidos destacaram-se cansaço, bruxismo, falta de concentração, perda do sono, depressão (CALDERON ET AL., 2012, p.45).

Pesquisando outros contextos recreativos noturnos do público jovem, Calafatetal. (2008, p.37) exploraram os modos como os jovens espanhóis se relacionam com o uso de drogas e a sexualidade, objetivando a classificação de cada tipo de droga e seu papel na experimentação da sexualidade nessa modalidade de lazer. Concluíram os pesquisadores que o álcool é a droga mais popular e a que maiores vantagens oferece ao consumidor entre quatro modalidades de experimentação sexual analisadas: “[...] facilitar o encontro sexual, envolver-se em experiências mais arriscadas, aumentar a excitação e prolongar a relação sexual”.

No Brasil, o consumo de *ecstasy* foi estudado por Baptista et al. (2002), que identificaram que os clubes noturnos e as *ravessões* são os principais contextos de uso de drogas, ganhando mais força na década de 1990. Alegria, autoconfiança, sociabilidade e euforia promovidas pela droga são os principais efeitos buscados nesse consumo.

Acerca do perfil do frequentador desse tipo de lazer aliado ao consumo do *ecstasy*, Baptista et al. (2002) revelam ser jovens adultos com boa formação escolar, inseridos no mercado de trabalho, pertencentes às classes sociais privilegiadas, sendo poliusuários de drogas, coincidindo então com os achados de Calderon et al.

O crescente aumento do número de usuários de drogas é verificado na mesma proporção da descoberta das novas substâncias, especialmente as sintéticas. Apesar desse aumento da oferta das drogas sintéticas consumidas em contextos de lazer, no Brasil, tanto quanto nos países da Europa, o álcool representa ainda a droga mais consumida em situações de lazer, conforme apontam os resultados do *Relatório brasileiro sobre drogas* (BRASIL, 2009)⁴, muito embora ele não seja socialmente percebido como droga, possivelmente por figurar entre as substâncias lícitas.

⁴ Os dados considerados referem-se ao I e ao II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, realizados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) em convênio com a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Departamento de Psicobiologia, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), nos anos de 2001 e 2005, respectivamente. A população estudada é constituída por brasileiros com idade entre 12 e 65 anos, residentes em cidades com mais de 200 mil habitantes no Censo de 2000, configurando 108 cidades.

Alguns números apresentados no relatório apontam o álcool como principal substância de uso dos brasileiros. Embora o documento aponte a prevalência de uso durante a vida, o ano e o mês, com base nas coletas realizadas em 2001 e 2005, será destacado somente o uso no ano referente a 2005, a fim de apresentar os dados mais recentes do uso de drogas entre os brasileiros.

A prevalência do uso de álcool no ano foi de 49,8%, enquanto o uso de maconha ficou em 2,6%, cocaína com 0,7%, e estimulantes também com 0,7%. Os dados confirmam o maior consumo de álcool quando comparado a outras drogas, ratificando a necessidade de políticas do álcool mais eficazes. Outra importante questão a ser considerada está no padrão de beber, pois o consumo excessivo é constantemente verificado na literatura.

A expressão surgida entre os pesquisadores da área, “beber ao extremo”, assim como o termo *binge*, definido como o consumo, em uma só ocasião, de cinco doses ou mais para homens e quatro doses ou mais para mulheres, ilustram a relação que uma parcela da sociedade estabelece com a bebida e o faz, preferencialmente, em momentos de lazer.

Beber ao extremo e *binge* representam termos que abarcam um modo de consumo no qual beber em excesso não pode ficar restrito a medidas de quantidade e à frequência ou à embriaguez em si, pois envolve uma série de contextos sociais e culturais nos quais tal comportamento é cada vez mais evidente (MARTINIC; MEASHAM, 2011).

Outra expressão que caracteriza o uso de substâncias psicoativas por parte de uma parcela da juventude durante as “baladas” é o “*salir de marcha*”, expressão espanhola que caracteriza o consumo exagerado de alguma droga lícita ou ilícita. Numa mostra com estudantes de 14 a 18 anos de idade, observou-se que mais da metade havia “*salido de marcha*” no último mês. Nessas saídas, 44,8% dos jovens beberam ao extremo, 26,4% fumaram maconha, 3,8% consumiram cocaína e 1,4% usou *ecstasy*.

Os estudos brasileiros e europeus apontam sempre um consumo maior de drogas lícitas em comparação às ilícitas, embora os alardes da mídia e das políticas sobre drogas tenham como foco os usuários de substâncias ilícitas.

O lazer como lócus de estudos sobre os usos de drogas

Considerando as mudanças ocorridas no perfil do uso de drogas, mudanças de contexto e predominância dos espaços recreativos, o lazer passa a representar importante lócus de estudos da sociedade e conseqüentemente do uso de drogas. Nesse sentido, Magnani (2000, p. 25) afirma:

O lazer não é apenas um campo promissor de atividades, de negócios, de intervenção: é também um campo a partir do qual se pode pensar a sociedade atual com seus grupos, sua sociabilidade e seus conflitos. Suporte de múltiplos significados, o lazer oferece uma via de acesso ao conhecimento dos impasses e possibilidades que se abrem na sociedade contemporânea.

Acredita ainda o antropólogo que “[...] a partir do lazer é possível pensar a sociedade e refletir sobre valores mais gerais, pois ele não está desvinculado dos demais planos da vida social” (MAGNANI, 2000, p. 22).

Também para Pais (1990, p. 591), destacado sociólogo português, que tem nas culturas juvenis seu tema de estudos, as abordagens acerca desse conjunto de comportamentos juvenis apresentam-se diretamente ligadas às questões do tempo livre,

sendo, portanto, “[...] no domínio do lazer que as culturas juvenis adquirem uma maior visibilidade e expressão”.

As possibilidades investigativas que essa área de conhecimento apresenta legitimam-se desta forma como importante campo de estudos interdisciplinares da vida, dos costumes e das diversas manifestações sociais, entre elas o uso de drogas.

Finalizando

O uso de drogas representa um costume milenar que atravessou a história e os povos, sendo concebida de acordo com os interesses de cada época. Usos medicinais, religiosos e recreativos representam formas distintas de relação do homem com as substâncias psicoativas. Mudanças nos contextos de usos, nos usuários, nas intenções devem ser consideradas para que a questão possa ser mais bem compreendida.

Os modos de ocupação do tempo livre passam a refletir os modos de vida de um tempo social; assim, cabe analisar os tempos atuais e as formas de ocupação do tempo pelos diferentes grupos etários, étnicos, de gênero, classe social, intelectual etc.

Distinguir os diferentes usos de drogas e seus usuários sem a visão homogeneizada representa uma nova postura exigida sobre aqueles que queiram focar nessa direção.

Desvincular o uso e o usuário de drogas da marginalidade e da condenação antecipada, compreendendo que, ainda que se use a mesma substância, cada indivíduo é movido por motivações e necessidades particulares.

Compreender as novas modalidades de usos de drogas e sua associação com os contextos de lazer significa delegar a esse campo do conhecimento um *status* de relevância para entendimento dos fenômenos que envolvem os usos de drogas, possibilitando subsidiar políticas públicas de lazer e de prevenção.

Referências

BAPTISTA, M.C. et al. O uso de êxtase (MDMA) na cidade de São Paulo e imediações: um estudo etnográfico. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, UFRJ, v.51, n. 2, p. 81-89, 2002.

BERGERON, H. *Sociologia da droga*. Tradução Tiago José Risi Leme. São Paulo: Ideias e Letras, 2012.

BRASIL. *Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental*. Brasília, 2001. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm>. Acesso em: maio 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. *Relatório brasileiro sobre drogas*. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; IME USP; organizadores Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Vladimir de Andrade Stempluk e Lúcia Pereira Barroso. Brasília: SENAD, 2009. 364p.

CALAFAT; A. et al. Qué drogas se prefieren para las relaciones sexuales en contextos recreativos. *Adicciones*, Palma de Mallorca, Socidrogalcohol, v.20 n. 1, p. 37-48, 2008.

CALDERON, F.F. et al. Efectos asociados al policonsumo de drogas in fiestas raves. *Health and Addictions: salud y drogas*, INID, Universidad Miguel Hernández - Campus de Sant Joan, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 37-59, 2012.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL – INTERSETORIAL, 4., 2010. *Relatório final...* Brasília, Ministério da Saúde. Disponível

- em:<www.saude.gov.br/saudemental>. Acesso em: maio 2013.
- ESCOHOTADO, A. *La historia elemental de lãs drogas*. Barcelona: Anagrana, 1992.
- ESPINHEIRA, G. Os tempos e os espaços das drogas. In: ALMEIDA, A.R. et al. (Orgs.). *Drogas, tempos, lugares e olhares sobre o seu consumo*. Salvador: EDUFBA, CETAD/UFBA, 2004. p. 1-26.
- GONTIES, B.; ARAUJO, L.F. Maconha: uma perspectiva histórica, farmacológica e antropológica. *Mnemes – revista de humanidades*, Natal, CERES/UFRN, v. 4, n. 7, fev./mar. 2003.
- HUNT, G.; EVANS, K. Dancing and drugs: a cross national perspectives. *Contemporary Drugs Problems*, Somers, Publications Legais Federais, v. 30, n. 4, p. 779-814, 2003.
- JIMÉNEZ, M.V. M.; DIAZ, F.J.R.; RUIZ, C.S. A motivadores de consumo de alcohol em adolescentes: análisis de diferencias inter-género y propuesta de un continuum etiológico. *Adicciones*, Palma de Mallorca, Socidrogalcohol, v.17, n. 2, p. 105-120, 2005.
- MAGNANI, J.G.C. Lazer, um campo interdisciplinar de pesquisa. In: BRUHNS, H.T.; GUTIERREZ, G.L. (Orgs.). *O corpo e o lúdico*. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 19-33.
- MARTINIC, M.; MEASHAM, F. *Nadando com crocodilos: a cultura do beber ao extremo*. Routledge – Taylor & Francis Group, 2011. Disponível em: <<http://www.icap.org/LinkClick.aspx?fileticket=D6TZXuWCLNg%3D&tabid=212>>. Acesso em: maio 2013.
- MARTINS, R.A. *Uso de álcool, intervenção breve e julgamento sócio-moral em adolescentes que bebem excessivamente*. 2006. Tese (Livre-Docência em Psicologia da Educação) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2006.
- PAIS, J.M. Lazer e sociabilidades juvenis – um ensaio de análise etnográfica. *Análise Social*, Lisboa, Universidade de Lisboa, vol. XXV, n. 108-109, p.591-644, 1990.
- REIS, H.H.; ROMERA, L.A. O uso de álcool, futebol e torcedores brasileiros. *Motriz*, Rio Claro, UNESP, v.15, n.3, p.541-551, jul./set. 2009.
- ROMERA, L.A. *Juventude, lazer e uso abusivo de álcool*. 2008. (Tese de Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- SCIVOLETTO, S.; MORISHITA, R.S. Conceitos básicos em dependência de álcool e outras drogas na adolescência. *Jornal Brasileiro de Dependências Químicas*, São Paulo, ABEAD, v.2, supl. 1, p.30-33, jun. 2001.

LAZER NO SESC, FATOS E MEMÓRIAS

Newton Cunha

Minha exposição terá como objetivo apontar os principais fatos que evidenciem, de um ponto de vista cronológico, isto é, no transcorrer da segunda metade do século XX, os trabalhos teóricos e práticos do Sesc de São Paulo, tendo por tema ou perspectiva o lazer e, portanto, seus conceitos, dimensões e atividades. Sem dúvida, a entidade pode ser considerada, no Brasil, uma das pioneiras desses estudos e de suas aplicações em âmbito social.

Desde sua criação, o Sesc se valeu do tempo livre de sua clientela como veículo ou condição indispensável para a consecução de seus programas e a realização de seus objetivos de educação informal e permanente, incluindo interesses e atividades recreativas, esportivas, de saúde, artístico-culturais, turísticas e associativas.

Se nas duas primeiras décadas o Sesc se valeu de métodos de trabalho mais próximos do Serviço Social, como o indica a própria denominação institucional, a partir de meados da década de 1960, sob influência de estudos propostos pelas sociologias americana e francesa, assim como por organizações públicas e particulares daqueles países, a entidade passou a adotar o tempo aparentemente “não-produtivo” e pessoalmente disponível como eixo de reflexão e de proposição de atividades.

A predominância do campo do lazer no âmbito do trabalho teórico do Sesc começou a declinar em meados dos anos 1980, tendo assim perdurado por cerca de 20 anos. Desde então, e embora não tenha havido o abandono do recurso indispensável do tempo de lazer de sua clientela (sem o qual seus programas e atividades não se efetivam), é sem dúvida perceptível a ascensão das concepções teóricas da ação cultural como núcleo de debate e de produção intelectual na instituição.

Estudos e programas sobre o campo, as funções e as atividades de lazer

- 1) O primeiro trabalho de pesquisa de campo, no Brasil, tendo em vista as atividades de lazer, intitulou-se *Lazer Operário, um estudo de organização social*, do professor Acácio Ferreira, Salvador, Bahia, 1959.
- 2) Na Revista do Comerciarário, nº 39, de 1960, editada pelo Sesc, podemos encontrar um artigo de um de seus técnicos pioneiros no interesse pela área do lazer, Carlos Malatesta, no qual se lê: “A automatização e a mecanização em todos os campos estão aumentando, progressiva e consideravelmente, a produtividade do homem e, em consequência, diminuindo os períodos de trabalho... Esta diminuição das horas de trabalho significa um aumento do tempo livre, destinado à quarta e mais negligenciada das funções humanas – o cultivo do corpo e do espírito”.
- 3) Em 1966, o professor José Vicente de Freitas Marcondes apresentou o ensaio *Trabalho e Lazer no Trópico* no Seminário de Tropicologia, sob direção de Gilberto Freyre, em Recife. Quatro anos mais tarde, ou seja, em 1970, Freitas Marcondes iria criar o curso de pós-graduação em *Sociologia do Lazer e do Trabalho* na Escola de Sociologia Política de São Paulo.
- 4) Em 1968, aparece o livro *Lazer e Cultura* (editora Vozes), de autoria de João Camilo de Oliveira Torres, historiador e professor da PUC da Universidade Federal de Minas Gerais.

- 5) Em 1969, o Sesc de São Paulo e a Secretaria de Bem-Estar da Prefeitura de São Paulo realizam o *Seminário sobre o Lazer*, tendo em vista discutir sua importância no mundo contemporâneo. Para a abertura desse evento, Renato Requiça – assessor e posteriormente diretor regional do Sesc em São Paulo, escreveu um pequeno ensaio intitulado *As Dimensões do Lazer*.
- 6) Em 1971, Renato Requiça publica internamente, no Sesc, dois livretos: *Esporte, atividade de Lazer e Conceito de Lazer*; também naquele ano, saiu publicado *O Lazer e o Planejamento Urbano no Brasil*, livro da professora de pedagogia Ethel Bauer Medeiros, que houvera trabalhado na constituição do Parque do Flamengo, no Rio;
- 7) Pouco depois, em 1973, Renato Requiça volta a escrever, para os técnicos do Sesc, um outro ensaio, tendo por base o trabalho comunitário da instituição, desenvolvido pelas assim chamadas Unidades Móveis de Orientação Social (Unimos), intitulado *Lazer e Ação Comunitária*.
- 8) Um outro polo de estudos se desenvolve paralelamente no Rio Grande do Sul, e ali é criado, em 1974, na PUC de Porto Alegre, o *Curso de Especialização em Lazer*, em nível de pós-graduação, já com a colaboração de Joffre Dumazedier.
- 9) Também em 1974, o Sesc do Paraná, a Fundação Cultural de Curitiba e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba promoveram o *I Seminário Nacional sobre Lazer* e, no ano seguinte, o Sesc Nacional, juntamente com o Sesi e o Ministério do Trabalho realizam no Rio de Janeiro o *I Encontro Nacional sobre o Lazer*;
- 10) Como trabalho preparatório para o seminário do Rio de Janeiro de 1975, o Sesc Nacional realizou uma grande pesquisa sobre *Hábitos de Lazer da População Comerciária*, abrangendo 12 capitais de 5 regiões;
- 11) Começam a ser realizadas, ainda em 1975, as Feiras de Lazer no Estado de São Paulo, sendo a primeira a de Santo André, englobando, num mesmo local, e durante períodos variáveis de tempo – de fins de semana a um mês – diversas atividades recreativas, esportivas e artísticas.
- 12) A colaboração do Sesc de São Paulo com o professor e pesquisador Joffre Dumazedier, que passou a assessorar a instituição, teve início em 1976, quando o primeiro técnico do Sesc, Luis Otávio de Lima Camargo, foi inscrito no curso de pós-graduação Sociologia da Educação dos Adultos e dos Lazer, dirigido pelo sociólogo francês na Faculdade René Descartes de Paris, pertencente à Sorbonne. Nos anos subsequentes, entre 1977 e 1979, mais 7 técnicos participaram desse mesmo programa, além de uma dezena de outros em universidades estrangeiras, no Canadá, na Holanda e na Argentina;
- 13) Reunindo seus textos anteriores e estatísticas de natureza sociológica, provenientes de institutos nacionais, Renato Requiça volta a publicar, em 1977, e na oportunidade um texto então mais abrangente sobre o tema, intitulado *O Lazer no Brasil*, numa co-edição com a Editora Brasiliense.
- 14) Também em 1977, é criado no Sesc São Paulo o Celazer, Centro de Estudos do Lazer, sob a orientação teórica de Dumazedier. O lazer se consolida como área de estudo e de pesquisa, por meio de seminários internos, realizados na capital e nas unidades operacionais do interior, quanto de proposição e experimentação de atividades;
- 15) Simultaneamente, começam a ser elaborados em 1977 os Cadernos de Lazer, uma revista dedicada a ensaios e reportagens sobre atividades do tempo livre, na Divisão de Comunicação Técnica da entidade. Serão produzidos quatro números entre 1977 e 1979, também em co-edição com a Editora Brasiliense.

- 16) Já no Celazer começam a ser produzidos e publicados textos curtos (cerca de 10 páginas, no máximo), sob a denominação de *Leituras Celazer*. Tinham como público direto os técnicos da entidade, já então denominados animadores culturais ou socioculturais e constituíam discussões teóricas sobre práticas e programas da instituição, tais como: atividades físicas, artesanato, hábitos de leitura, associativismo, distinção entre lazeres ativos e passivos. Também o Celazer se incumbiu de realizar duas pesquisas de natureza sociológica com as clientelas do Centro Cultural e Desportivo Carlos de Souza Nazareth, hoje conhecido como Sesc Consolação, e do Centro Campestre, procurando verificar diferenças e semelhanças de interesses e de públicos freqüentadores. Na época, por exemplo, ficou patente que a grande maioria do público era constituída por pessoas do sexo masculino, jovem em idade (entre 18 e 25 anos), com formação escolar de nível secundário incompleto.
- 17) Em 1980, os Cadernos de Lazer foram substituídos pela *Biblioteca Científica do Sesc – Série Lazer*, que veio a publicar, até 1983, cinco livros, entre os quais: Teoria Sociológica da Decisão, de Joffre Dumazedier, As Diretrizes para uma Política de Lazer, de Renato Requiza, Valores e Conteúdos Culturais do Lazer, de Dumazedier, Lazer e Educação Permanente, de Ettore Gelpi;
- 18) Mais tarde, já em 1986, o Sesc, em companhia da World Leisure and Recreation Association e da Alair – Asociación Latinoamericana del Tiempo Libre, organizaram um *Encontro Internacional de Pesquisadores em Lazer*.
- 19) Na mesma década de 1980, apareceram três livros de técnicos ou de ex-técnicos do Sesc: *Lazer e Humanização*, do Nelson Marcelino (editora Papyrus), *O que é Lazer* (Coleção Primeiros Passos, da Brasiliense), de Luiz Otávio de Lima Camargo, e *A Felicidade Imaginada – as relações entre os conceitos de trabalho e de lazer*, de minha autoria, igualmente publicado pela editora Brasiliense.

NOTAS ETNOGRÁFICAS DO LAZER NUM CIRCUITO DE FUTEBOL DE VÁRZEA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

Mauro Myskiw

Doutor em Ciências do Movimento Humano (UFRGS)

Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Membro do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF/UFRGS)

1 Introdução

Estudos sócio-antropológicos que abordam o fenômeno do futebol vivenciado como prática de lazer nas cidades brasileiras tem aumentado nas últimas décadas e, a respeito destes, acredito estarmos diante de uma possibilidade compreensão que escapa de interpretações otimistas ou pessimistas. Isso tem ocorrido especialmente no âmbito de Programas de Pós-Graduação, sobretudo na medida em que se passa a notar uma maior desconfiança nos deslizamentos das noções do “futebol profissional” para dizer sobre as práticas cotidianas e urbanas. Já há algum tempo as investigações tem se voltado a compreender o “futebol de lazer” nas cidades a partir das suas lógicas e de seus significados. Sem a pretensão de estabelecer um “marco inicial” desse movimento analítico-compreensivo, parece-me que foram importantes a dissertação de mestrado de Simoni Lahud Guedes (1977, Futebol brasileiro: instituição zero) e a tese de doutorado de José Guilherme Cantor Magnani (1982, Festa no pedaço: O Circo-Teatro e outras formas de Lazer e Cultura Popular).

Esse movimento, tal como o observo, não significa a ausência ou a negação de comparações com o “universo profissional”, mas a existência de esforços baseados em pesquisas empíricas que, em maior ou menor medida e densidade, produzem um olhar “de dentro” – como diria Magnani (2002) – sobre o futebol praticado por pessoas comuns, no âmbito das cidades. Os enfoques analíticos desses estudos são muito diversos (identidade, significados, sociabilidade, gênero, apropriações urbanas, etc.), como também as tradições disciplinares dos Programas de Pós-Graduação nacionais que despertaram interesse na compreensão desta prática social (Antropologia Social, Ciências Sociais, Educação, Educação Física, Geografia, História e Sociologia)¹.

O interesse crescente na compreensão “deste futebol” não é descabido. Trata-se de um fenômeno da cultura urbana² objetivada e subjetivada num conjunto de práticas (jogar, treinar, torcer, *apitar*, *bandeirar*, vender, beber, organizar, etc.) que não tem

¹ Dentre as investigações que encorpam essa lógica analítica, destaco os trabalhos de Antunes (1992), Stigger (2000), Rigo (2001), Gonçalves (2002), Bauler (2005), Hirata (2005), Tokuyochi (2006), Faria (2008), Figueirêdo (2008), Silveira (2008), Pimenta (2009), Fontes Silva (2009), Spaggiari (2009), Gonçalves (2011), Alves (2011) e Stédile (2011). Além destes, uma série de outros trabalhos, resultados de pesquisas não necessariamente vinculadas às dissertações e teses em Programas de Pós-Graduação, se somam a esse movimento, como os de Schifnagel (1979), Magnani e Morgado (1996), Guedes (1997), Stigger (1997), Vilella (1997), Arantes (2003), Damo (2007), Silva e Chaveiro (2007), Spaggiari (2008), Lopo (2008), Beverari (2009), Rigo, Jahnecka e Silva (2010), Leal (2010), Bueno Júnior e Carvalho (2012).

² A noção de cultura que tenho em mente está próxima àquela descrita por Gilberto Velho (2003, p. 63), quando afirma que ela é “[...] um conceito que só existe a partir da constatação da diferença entre *nós* e os *outros*. Implica confirmação da existência de modos distintos de *construção social da realidade* com a produção de padrões, normas que contrastam sociedades particulares no tempo e espaço”. Na expectativa de tratar de “uma cultura”, a do futebol-lazer-urbano, no entanto, vale destacar o quão arbitrário também é este exercício, no sentido de que a noção de cultura tem a capacidade de produzir (com autoridade) as diferenças entre o “eu” e os “outros” (ABU-LUGHOD, 1991) ou, mais ainda, de co-produzir as próprias realidades (SAHLINS, 1997a; 1997b).

muitos centímetros nos jornais impressos, tempo nos programas de rádio e TV ou *píxels* nos *webe hotsites* esportivos, mas que ocupam um importante lugar nos campos, parques e praças, assim como nas *copas*, bares, sedes e salões de festas, isto é, na vida cotidiana das pessoas nas cidades. Nesta apresentação, aliás, meu objetivo é justamente destacar esse carácter cotidiano de tais práticas e pensá-las na relação com o lazer, tendo como referência básica o fato de que se tratam – o futebol e o lazer – de fenômenos culturais, isto é, com particularidades, mas cujos significados não estão imunes às tramas e dramas da vida urbana, isto é, à diversidade das configurações que objetivam os modos de jogar, de torcer e de organizar.

Para tanto, estarei argumentando a partir de uma experiência etnográfica multilocal de 33 meses (desenvolvida entre 2009 e 2011), período em que estive circulando e constituindo trajetórias de investigação (e de participação, em alguns casos) num grande arranjo de ligas e de competições de futebol de várzea da cidade de Porto Alegre³, que pode, sem problemas, ser referido como espaços, tempos e práticas “de lazer” de trabalhadores (n) daquela cidade. A respeito deste arranjo de “lazer varzeano”, uma das noções que, desde o início, chamou minha atenção – e que passei a estranhá-la – foi a de “time”. Não seria imprudente afirmar que para experimentar o lazer, na maioria das vezes, era necessário fazê-lo vinculado, de uma forma ou de outra – como jogador, treinador, dirigente, da *diretoria* outorcedor –, aos “times”, pois estes arranjos é que orientavam a circulação das pessoas e dos grupos pela cidade, que demandavam a permanência nos campos ou no entorno destes e que suscitavam a realização de partidas na forma de “amistosos” ou de “competições”. Ora, se as oportunidades do lazer futebolístico urbano passavam por esses arranjos, logo passei a me questionar sobre o “lugar” dos times no lazer das pessoas e dos grupos (?).

Nos primeiros passos da pesquisa a ideia de time era aquela mais comum e que estamos muito acostumados a pensar, bastante próxima da noção de times-clubes, isto é, de agremiações ou “organizações esportivas” que seriam “representantes” de um grupo de pessoas (e seus sinais diacríticos), cujas diferenças seriam afirmadas e marcadas no interior de embates, principalmente na forma de “competições institucionalizadas”. No entanto, passados alguns meses de investigação, numa conversa com um funcionário público do município de Porto Alegre, a quem cabia zelar por um dos campos, escutei ele reclamar nostálgicamente de que “o clube de hoje é um jogo de camisas [...], não tem aquele vínculo de clube” (DC, 03/08/2009). Esta afirmação-reclamação funcionou como uma espécie de gatilho para a problematização que está no cerne deste texto, qual seja: como seriam as dinâmicas de montagens (e desmontagens) dos times como jogos de camisas? Seria o caso de pensar um movimento de desinstitucionalização do futebol de lazer?

2 Do pertencimento à circulação

Com a finalidade de avançar sobre a compreensão destas questões segui para os campos de futebol da cidade de Porto Alegre, primeiramente para aqueles localizados na região central e/ou para os que estavam situados em praças ou parques que constantemente figuravam na agenda do *municipal da várzea*⁴. Procurava observar os times diante de seus compromissos com os *carneis* das rodadas, mas inicialmente fazia

³Esta experiência está retratada com mais detalhes na tese de doutorado intitulada “Nas controvérsias da várzea: Trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre” (MYSKIW, 2012).

⁴ Trata-se de uma grande competição organizada em duas fases: a primeira chamada de *regionais*, em campeonatos promovidos por ligas de futebol da cidade de Porto Alegre; a segunda denominada de *municipal*, num campeonato coordenado pela Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME), a partir dos times classificados *nos regionais*.

“de longe”, raramente conversando, apenas observando, situado, na maioria das vezes, fora dos alambrados. A partir dessa *situação etnográfica*⁵ parecia-me que os times se tratavam de arranjos estáveis e representativos de bairros, vilas, ruas ou condomínios (agremiações). Cheguei a cogitar uma aproximação dos times com a noção de *pedaço*⁶ no sentido da categoria apresentada por Magnani (2003), como um espaço simbólico de pertencimentos e reciprocidades, na medida em que eles diziam sobre um componente espacial (campos como *casas*; bares e residências como *sedes*; vilas como suas *comunidades*) e sobre a vivência do exercício de uma sociabilidade de lazer de uma classe de trabalhadores.

Contudo, este olhar “de longe” logo se revelara, por demais, limitado, pois, em muitos casos, os times poderiam ser melhor descritos como “lugares de passagem” dos jogadores, dos treinadores, dirigentes e até mesmo dos torcedores durante um amistoso ou um campeonato, em uma ou outra categoria. Cerca de 9 meses depois de iniciar a observação pelos campos, em vista de processos de negociação de imersão para a pesquisa, eu já começava permanecer dentro dos limites dos alambrados e isto fez com que o foco de entendimento dos times não se limitasse à noção de “pertencimento” aos times, mas que considerasse também a de “circulação” neles. Na beira dos campos, já conseguindo visualizar algumas trajetórias e conversar com os membros das equipes, especialmente com seus dirigentes, notava que ora os jogadores e os treinadores estavam num time, ora noutro; ora disputavam competições numa liga, ora noutra; ora jogavam/treinavam em equipes da sua região de residência, ora noutras bastante distantes.

Percebi, então, que se desejasse compreender a noção de times como *jogos de camisas* – e a nostalgia do funcionário público – precisava estar atento à circulação das pessoas e às suas trajetórias pelos/entre times. Este foi um dos aspectos que me fez negociar a imersão numa liga de futebol de região periférica da cidade, a liga da Vila Paraná⁷, na qual permaneci durante 22 meses, observando o Miranda (*dono*-dirigente da liga) e participando das práticas de organização de competições. Dentre as 24 ligas que me foi possível mapear, esta era uma das que mais agregava times e jogadores nas suas competições (mais de 40 times e de 800 jogadores em 2010, assim como em 2011), sendo facilmente descrita como uma *liga regional*, pois as equipes e seus membros não se restringiam à vila. Estando “envolvido” na organização das competições da liga, pude “escolher” 5 times que eram mencionados como sendo “de 3 vilas” distintas da periferia da cidade de Porto Alegre, pelas quais, em 2010 e em 2011, eu circulava com frequência, inicialmente na companhia do Miranda e, depois, dos *donos* dos outros times (ver quadro 1, na próxima página). Meu objetivo inicial era observar esses times em circulação pela cidade e, durante os 22 meses, o fiz em relação a 97 partidas disputadas por eles, em diferentes regiões e em distintos tipos de compromissos (amistosos, campeonatos, torneios e excursões).

⁵De acordo com Hélio Silva (2009) – e eu experimentei bem isso – o pesquisador é alguém que procura *situar-se* e, por vezes, é *situado* pelos *interagentes* num espaço simbolicamente delimitado, numa interação que implica mutualidade – afetar e ser afetado.

⁶O *pedaço*, na lógica do trabalho de Magnani (2003), refere-se a um espaço concreto de relações. Ele o define como “[...] aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos espaços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade.” (MAGNANI, 2003, p. 116).

⁷As denominações das vilas, dos bairros, das praças e dos parques, como também os nomes dos interlocutores foram substituídos para garantir que “outros usos da pesquisa” fossem operados, para além daqueles referentes ao debate acadêmico, causando prejuízos às pessoas e instituições envolvidas.

Quadro 1 – Relação dos times observados e de algumas características dos arranjos.

Times	Categorias nas quais disputavam as partidas	Donos	Vilas	Número de Partidas observadas
Guarani ⁸	Livre, veterano 35, 40 e 50 anos	“do Miranda”	“da vila Paraná”	20
São Pedro	Livre, veterano 35 e 40 anos	“do Edilson”	“da vila Ibema”	19
Esperança	Livre e veterano 40 anos	“do Borracha”	“da vila Ibema”	15
Bandeirantes	Veterano 35 anos	“do Turco”	“da vila Ibema”	21
Cerro Azul	Livre e veterano 35 anos	“do Vargas”	“da vila Cambé”	22

Porém, ao seguir esses 5 times com a ambição de circunscrevê-los enquanto espaços simbólicos singulares e como eles estariam, então, relacionados ou implicados por dinâmicas da vida urbana, deparei-me com um desafio muito objetivo: os jogadores circulavam, mudavam de categorias ou de *quadros*, mudavam de times até mesmo “dentro” de uma competição (o que poderia parecer ilícito pelos termos do regulamento); os times faziam *parcerias*, mesclavam equipes, desapareciam e reapareciam. E, para minha surpresa, não eram apenas aqueles jogadores classificados como *diferenciados*⁹ que produziam essas trajetórias entre times, embora em relação a estes a circulação fosse muito mais evidente. Isso desafiava a minha expectativa inicial de encontrar “organizações esportivas” mais ou menos estáveis, fechadas, representativas deste ou daquele grupo. Não significava que a dimensão de agremiação esportiva inexistisse ou que fosse menos importante; apenas restava claro que havia lógicas de reciprocidade e de pertencimentos para além dos times e que eram fundamentais para compreensão de como estes eram arranjos e desarranjos. Mas que tipo de “organização” orientava a circulação das pessoas pelos times?

3 As redes de conhecidos do futebol

Observando o esforço para “trazer umas *cabeças* para o *time*” – como diziam –, isto nos campos, nas ruas, nas casas, nos bares, nos salões de festas, pessoalmente ou por telefone, pude notar que os *quadros* normalmente eram formados no entrecruzamento e na sobreposição das “redes de conhecidos”¹⁰ das pessoas envolvidas nos arranjos. A grande maioria dos membros dos 5 times que acompanhei mais “de

⁸No caso do Guarani, pela proximidade com o Miranda, também dono-dirigente da liga da Vila Paraná, cheguei a figurar como um ajudante, pois ao mesmo tempo em que circulava com as equipes, procurava colaborar em algumas tarefas organizacionais.

⁹Jogadores a respeito dos quais se concordava que *faziam a diferença* dentro de campo na comparação com os demais, normalmente também descrito como os que *tinham bola*, como *boleiros* ou como os *bola-bola*.

¹⁰A noção de rede, aqui, não é simplesmente uma soma de pessoas conectadas. No que se refere aos deslizamentos e às ações das pessoas entre times, me aproximo de uma noção de rede fundamentada por Bruno Latour (2008) na teoria ator-rede. Para Latour, um ator não é, ele mesmo, a fonte de uma ação, mas alvo de uma enorme quantidade de agências (humanas e não-humanas) que convergem para ele e que o fazem agir. A ação é distribuída, sugerida, influenciada pelas conexões; a ação é uma tradução (incerta) das conexões, o que não significa que os sujeitos sejam transportadores, pois eles são, também, mediadores, isto é, trabalham com/entre as conexões. A rede, na obra de Latour, refere-se a uma ferramenta metodológica, de mapeamento daquilo que fazem as pessoas agirem, sendo a tarefa dos investigadores desdobrar atores como mediadores conectados.

perto” era formada entre vizinhos(moradores próximos, de um mesmo bairro, vila ou condomínio), familiares(filhos, sobrinhos, irmãos, tios), colegas de trabalho/ocupação (ocupação formal ou informal; lícita ou ilícita), conterrâneos(migrantes de uma mesma cidade do interior do Estado), amigos de infância (os que “cresceram”, brincaram e estudaram juntos) e outros *conhecidos* do próprio futebol, com quem “simplesmente” se jogou/jogava junto. Quem circulavacom os times, além de aprender a (re)*conhecer* os jogadores, aprendia, simultaneamente, tal como aconteceu comigo, que eram filhos e pais desta ou daquela família, homens casados com esta ou com aquela mulher, trabalhadores nesta ou naquela empresa ou obra, frequentadores deste ou daquele tipo de festa, bar ou baile, moradores desta ou daquela rua/casa/barraco, etc.

A composição dos times colocava em ação estas “redes de *conhecidos*” e isso, frequentemente, não estava “nas mãos de uma pessoa” – de um *dono*, de uma *diretoria* tal como eu havia cogitado inicialmente –, pois era bastante comum, mais do que eu podia imaginar, a participação ativa daqueles que, ao incorporarem as equipes, tratavam de movimentar os seus próprios *conhecidos*, o que tornava a montagem dos *quadros* ainda mais polifônica, dinâmica e, por vezes, tensa. Um time, como o Boa Vista da vila Cambé, segundo explicava-me um dos membros *da diretoria*, num jantar-baile da liga (DC, 11/12/2010), começou com seu pai, a partir de um núcleo familiar; logo passou a contar com o vizinho de um dos filhos do *dono*, que, por sua vez, levou consigo um colega de trabalho. Este exemplo, dentre vários que observei, serve para enfatizar que a montagem dos times era bastante distribuída entre aqueles que “faziam parte”ou que foram convidados a fazê-lo.

Aqueles que ingressavam nos times e participavam de partidas deixavam rastros sobre seu envolvimento; passavam, então, a construir e fazer parte de outra “organização”, os “*conhecidos do futebol*”. Não significava estritamente pertencer a um time, mas ser reconhecido como alguém “do futebol”; não se tratava de deixar de ser identificado como vizinho, amigo, colega de trabalho, familiar, mas de ocupar outros lugares simbólicos bastante significativos (ser goleiro, zagueiro, lateral, volante, meio campo, atacante, *frangueiro*, *goleador*, treinador, titular, reserva, *maldoso*, *brigador*, etc.) dentro e fora dos campos (nas ruas, nos bares, nas festas, etc.). Isto somente acontecia, no entanto, no interior dos times, quando as pessoas – de diferentes trajetórias de vida – constituíam e imbricavam as suas “redes de conhecidos do futebol”, a partir das quais deslizavam nas oportunidades de lazer. Os que entravam em campo e *mostravam o seu futebol*, mais do que conseguirem um “lugar no time”, passavam a constituir “um lugar na rede de conhecidos do futebol”. A partir dali, poderiam ser convidados para outras partidas em outros times, daí a importância de se experimentar partidas em diferentes arranjos.

Nesse sentido, os *jogos amistosos* tinham papel central. Assim que me inseri na liga da vila Paraná, não demorou muito para que eu notasse que o futebol envolvia uma ampla movimentação de times em vista de *amistosos*, isto é, partidas que *não valiam nada*, como diziam meus interlocutores se referindo ao fato de que não contavam pontos para campeonatos ou torneios. Observei mais de 30 destes jogos, grande parte nos períodos que antecediam as competições e outros durante a realização de campeonatos, nas *folgas*. Assim percebi que *os amistosos* representavam momentos fundamentais não apenas nas montagens dos times, pois eles configuravam ensejos para a ampliação das redes de conhecidos do futebol, algo importante tanto para os times (*donos*, treinadores), como para os jogadores. Por um lado, os jogadores ampliavam suas oportunidades de prática do futebol, ao se tornarem conhecidos; por outro, os *donos* e treinadores (não todos) encaravam a situação como forma de compor e reforçar as equipes, desenvolvendo estratégias para “amarrar as redes” em prol do time (convencimento da representação de grupos, vilas, *comunidades*; incentivos na forma de

churrasco, cerveja, gasolina, dinheiro, porções de drogas; promessas de titularidade; isenção de participação nas taxas).

Contudo, era no ambiente das competições (nos campeonatos e torneios) que o tornar-se um “conhecido do futebol” ganhava evidência. As exigências de seriedade e de performance eram maiores, assim como os compromissos com os times, com os adversários e com a disciplina. Não apenas os donos e treinadores deviam comunicar a seriedade. Os jogadores também eram levados a fazê-lo, mostrando seu empenho em campo, mas também colaborando com dinheiro para pagar taxas (de inscrição e de arbitragem), ofertando caronas nos seus veículos, entregando fotocópias ou informações dos seus documentos de identificação, pagando cerveja depois do jogo, etc. A performance esportiva, definitivamente, não era a única informação que entrava nos cálculos dos donos e dos treinadores, como também dos próprios jogadores que sabiam da necessidade de constituir favoravelmente suas redes. Aqueles que *assinavam* com o time era adequado comunicar no cotidiano das competições que *não deixariam os colegas na mão*.

Poderia dizer que, em relação aos *amistosos*, as partidas nas competições “apertavam mais os laços” entre as redes de conhecidos engendradas em prol do reconhecimento do time enquanto grupo coeso, solidário, competitivo e sério. Algumas pessoas se destacavam nesses engendramentos e, ao fazê-lo por muito tempo, eram lembradas quase como propriedades dos “seus times” (como o Edilson “do” São Pedro, o Turco “do” Bandeirantes, o Muçum “do” Itapejara e o Magno “do” Concórdia). Entretanto, o fato destes jogadores estarem fortemente vinculados e identificados com determinados times não os impedia de participar de outros, como ocorreu com o “Turco do Bandeirantes”, que participou de competições pelo São Pedro e pelo Vila Paraná, levando consigo os seus *conhecidos*. Quando fez isso, tinha decidido não colocar “seu time” no campeonato e, por isso, procurou outros para *não ficar parado*. Quer dizer, o pertencimento e a circulação não expunham uma relação de oposição, mas se referiam a lógicas sobrepostas. Nesta apresentação estive/estou destacando uma delas – a lógica dos deslizamentos entre times – e, a respeito desta, resta-me tratar um pouco mais sobre a compreensão em torno dos sentidos das redes de conhecidos na circulação das pessoas e dos grupos.

4 As oportunidades de lazer e o círculo de amizades

Permanecendo e circulando frequentemente nas 3 vilas – em alguns períodos da pesquisa, mais do que 4 dias por semana –, conhecendo melhor as pessoas e os grupos, vendo-os “trocar de times” sem que isso representasse, como eu poderia supor inicialmente, um problema moral ou uma transgressão, passei a estranhar o fato de que as recorrentes lembranças da “passagem” por diferentes arranjos, ao serem contadas, mostravam-se tão importantes quanto o relato de conquista de títulos. Não foram raras as vezes que os homens relatavam – para mim e entre eles – os times pelos quais “tinham passado” e, a forma como isso era explicitado, deixava evidente a sua importância, principalmente quando se tratavam dos times, campos e competições “mais ilustres” da cidade de Porto Alegre, no sentido da qualidade futebolística implicada.

Circular pelos times, campos, campeonatos, falar sobre isso, lembrar, reviver, atualizar os colegas sobre a lista de times não era algo negativo, pelo contrário, era mencionado com certo orgulho. Numa dessas reminiscências, o Bola, que jogou o campeonato da liga da vila Paraná em 2010 pelo Esperança e reforçou o Guarani no *municipal* do mesmo ano, contava-me que “já joguei em quase todos os times da vila Realeza”, listando o nome das equipes (não menos do que 5), e continuou dizendo que

“já joguei três anos com o São Pedro aqui da vila [Ibema]” (DC, 17/10/2010). Tanto nesta, como noutras, ao reviverem a circulação nas conversas, parecia-me que meus interlocutores estavam descrevendo um “currículo varzeano”.

Os times mais citados eram aqueles que *tinham nome*, cujo vínculo servia para informar aos interlocutores da ocasião sobre a qualidade de quem conversava ou de alguém a quem ele se referia, tal como ouvi um jogador falar de seu colega de time (goleiro). Eu assistia aquela na companhia deste jogador (reserva), quando elogiei o goleiro pela sequência de defesas. A fim de confirmar minha avaliação, meu interlocutor disparou a seguinte resposta: “É, ele jogou no Capitão Marques da vila Cascavel” (DC, 13/03/2010). A grande maioria dos que experimentavam o futebol de lazer *varzeano* na cidade de Porto Alegre sabia rapidamente da qualidade dos jogadores do Capitão Marques, time de um grande traficante da região, que *coloca dinheiro* e costuma fazer *seleções*. O meu interlocutor não precisava dizer mais nada sobre “seu goleiro”. Aquelas poucas palavras foram mais do que suficientes.

A explicitação destas informações não era despropositada, uma vez que elas comunicavam o como e o quanto as pessoas eram conhecidas no futebol, algo que estava diretamente relacionado com as suas oportunidades de lazer¹¹. Notadamente, as habilidades futebolísticas eram valorizadas – não por acaso, os ex-profissionais eram bastante solicitados –, porém, diante daquilo que eu havia observado e experimentado, não poderia reduzir a circulação e as oportunidades de lazer à performance tático-técnica. Além disso e, muitas vezes, à revelia disso, o significado das redes de conhecidos estava próximo daquilo que o Miranda (dirigente da liga da vila Paraná, dono do Guarani, jogador veterano que circulava por times de várias vilas) denominou de “círculo de amizade”. Numa entrevista, ao contar-me sua história no futebol, franqueou-me que, ao chegar em Porto Alegre, entrou no time da vila Assis, no qual jogou por cerca de 20 anos. Ali, explicou-me, “fiz um círculo de amizade muito grande e, depois, fui migrando para os outros *clubes*”, chegando a ser buscado em casa para jogar nos campeonatos, quando “ganhava *um troco* e a bebida livre na *copa*”, juntamente com seu *parceiro*, o Coruja, com o qual ainda deslizava pelos times. Quando o Miranda era convidado para jogar num time, se houvesse a oportunidade, logo chamava o Coruja.

Morando há mais de 25 anos na capital, jogando nos times das vilas Assis, Machado e Paraná, o Miranda constituiu uma extensa rede de conhecidos do futebol, que ele relaciona diretamente ao número de amigos e à experiência divertida dos finais de semana e feriados. Quando perguntei sobre o que lhe faz ir ao campo para jogar, sua resposta foi enfática nesse sentido:

O futebol para mim é um dos melhores círculos de amizade. Eu acho que se não existisse futebol, não existiria tanta amizade. Então eu não consigo me achar aos domingos se eu não estiver em um campo de futebol, para mim é meio triste. Porque em cada canto que a gente vai, em cada lugar que a gente vai, ali tem um [amigo], a gente cultiva aquela amizade, [...] faz novas amizades, é uma amizade sadia [...]. (MIRANDA, 2011)

¹¹ Em alguns casos também de ganhos, na medida em que o envolvimento nos times resultaria em pagamentos na forma de dinheiro, cerveja, serviços e até mesmo porções de drogas. Mas, ainda assim, seria difícil desqualificar o envolvimento da dimensão de lazer, muito embora se constatasse algum tipo de benefício para além da prática.

Ao escutar essa resposta concordei imediatamente. Disse, naquela ocasião, que nos quase dois anos da pesquisa, mesmo sem entrar em campo para jogar, tinha *feito* novos amigos, o que me fazia, algumas vezes, ir para os campos somente para assistir um jogo, *dar uma olhada*, conversar. O Miranda, depois de ouvir-me, complementou, argumentando que, conforme a pessoa vai jogando ela “vai abrindo o círculo de amizades, então se torna bem *conhecido* no meio do futebol, por mais velho que ele esteja, mesmo que vá lá só para olhar, às vezes é convidado para jogar [...]”. Em conversas como esta, pude aprender que ser jogador *conhecidona várzea* revela um personagem implicado pela maior ou menor habilidade nas tarefas do jogo de futebol, porém, sem desconsiderar vínculos de amizade *fora da bola*. Se, de um lado, não era estranho notar que a rede de conhecidos do futebol daqueles que se podia chamar de *boleiros* era bastante extensa, o que lhes ampliava a possibilidade de prática, de outro, os *boleiros* eram vistos com desconfiança, na medida em que estavam propensos a desconsiderar os vínculos *fora da bola*¹².

Em face disso, frequentemente, os *boleiros* eram convocados a provar que faziam parte do círculo de amizades e que não estariam propensos a deixar *os parceiros na mão*. Isto significava que a fidelidade e o pertencimento, em muitos casos, não se relacionavam diretamente aos times, mas aos círculos de amizade. Aqueles que “passavam” de times em times comunicavam que estavam se movimentando dentro dos seus círculos de amizade e isto era uma dinâmica bastante presente nos times das 3 vilas que pude observar. Para evidenciar essa “realidade” cheguei a retomar as anotações dos diários de campo para fazer um levantamento das movimentações dos jogadores entre times, no período de 22 meses. Encontrei anotações que me permitiram dizer sobre a circulação de 40 jogadores, cujo resultado consta na tabela 1.

Não tenho a pretensão de generalizar esses números, mas não posso deixar de enfatizar que as informações apresentadas na tabela 1 correspondem ao que aprendi na convivência com meus interlocutores, a maioria deles veteranos: eles estavam sempre buscando uma oportunidade para *mostrar seu futebol* (alguns deles de obter algum tipo de ganho), não sendo um problema a mudança de time, pois, ao contrário do que eu podia imaginar, isso aumentava a rede de conhecidos do futebol e, conseqüentemente, a própria possibilidade de estar jogando. Nesse sentido, o fato de que entre 40 jogadores apenas 5 tinham menos de 35 anos não era gratuito. Estava mais ou menos evidente que os mais jovens circulavam menos entre os times, em relação aos veteranos. Ainda que seja prudente reconhecer que estive mais próximo dos veteranos – eles permaneciam mais tempo na beira dos campos, nas *copas*, nos bares e festas –, parece óbvia a conclusão de que estes tinham uma história de circulação mais longa e, portanto, tinham construído um círculo de amizades bastante amplo, que lhes ampliavam as possibilidades de estar jogando.

¹² Havia donos-treinadores, como o Almeida do Nova Aliança, que preferiam não fazer *amistosos*, alegando que ele determinava a perda de jogadores mais do que o reforço ou a preparação do time. Numa ocasião em que ele me explicava essa relação, justificava que “se coloco o cara *no banco*, não vem mais, vai para outro time” (DC, 12/04/2011). Cabe dizer, contudo, que o time do Almeida, de veteranos, era um daqueles considerados *times de boleiros*, formado por *diferenciados* que deslizavam com muito mais fluidez nas suas redes de conhecidos, para os quais não faltava oportunidade de jogar (e até de ganho financeiro com essa prática).

Tabela 1 – Levantamento da frequência anotada nos diários sobre o vínculo de jogadores com diferentes times, competições e categorias, num período de 22 meses de observação.

Jogadores* (idade**)	Times	Competições	Categorias
Cebola (43)	7	11	3
Adelar (38)	6	7	3
Coruja (39)	5	6	3
Miranda (45)	4	7	3
Amaral (40)	4	7	2
Alceu (40), Gabirú (40)	4	5	3
Tostão (46), Ramos (37) e Seu Vieira (43)	4	5	2
Denis (44) e Grilo (50)	4	4	2
Jesus (39)	3	5	3
Turco, Capitão, Pará (37) e Dartel (48)	3	5	2
Paulo (21)	3	5	1
Chico, Zequinha e Zezé (43)	3	4	2
Choco (32)	3	3	1
Rodrigo (40)	2	5	2
Matias (40) e Prego (38)	2	5	1
Mineiro (38)	2	4	2
Lucinar (40), Jorge (38), João (16) e Helinho (38)	2	4	1
Juarez (51), Viola (39)	2	3	2
Bola (32) e Batata (50)	2	3	1
Jairinho (40), Giba (28), Lipe (31), Celso (35) e Fiuza (41)	2	3	1

*Os jogadores da mesma linha foram agrupados em função da frequência de vínculos com times, competições e categorias. Portanto, não significa, necessariamente, que circularam juntos.

** Idade calculada com base em 31/12/2010.

Estas histórias-trajetórias de circulação guardam relação com as observações e análises empreendidas por Daniel Veloso Hirata (2006). A partir de um estudo que contempla a história de vida de trabalhadores, sem deixar de lado a dimensão da formação das redes de sociabilidade em torno de times da *várzea* da cidade de São Paulo, o autor tratou de mostrar as trajetórias de suas montagens, traçando fios e conexões com outras dimensões da vida urbana (o trabalho, a família, a moradia, o tráfico e a política).

4 Os times de camisas como “nós” das redes de conhecidos

Iniciei esta apresentação destacando e problematizando o “lugar dos times” na vida de muitas pessoas que se deslocam pela cidade de Porto Alegre e que convergem para os campos de futebol, configurando momentos vivenciados e descritos como “de lazer”. A partir da nostalgia de um funcionário público que afirmou não haver mais clubes, mas “times de camisas” orientei as análises para as montagens dos times como “espaços de passagens” das pessoas, questionando sobre a desinstitucionalização esportiva desses arranjos de práticas do futebol tão significativas na vida das pessoas e da cidade. Passei, então, a destacar a dimensão da “circulação” dos jogadores, dos treinadores e dos próprios dirigentes entre times, mas, ao avançar nas interpretações, muito embora as pessoas e grupos deslizassem e co-produzissem diferentes arranjos práticos do futebol, notei que não poderia deixar de tratar da dimensão do

“pertencimento”.

Isso foi necessário na medida em que eu notava que as circulações pelos times não se davam de modo aleatório ou sem sentido, muito embora não ocorresse estritamente de acordo com as lógicas institucionalizadas do esporte. Assim, emerge como categoria central a noção (ou a “organização”) de *rede de conhecidos do futebol* que, ao invés de distanciar os vínculos das práticas de outras dimensões da vida ordinária, parece operar no sentido oposto, criando a imagem dos “times de camisas”, isto é, arranjos pelos quais se “passa” para *mostrar o futebol*, o que se faz deslizando dentro dos *círculos de amizades*. Vestindo as “camisas dos times” as pessoas ou os grupos escrevem suas oportunidades de lazer, desenvolvendo (ou limitando, dependendo do domínio dos códigos e das etiquetas) as suas redes. Os times, por sua vez, escrevem suas histórias nos amistosos e nas competições amarrando (seriam espécies de “nós”), de alguma forma, de maneira mais ou menos estáveis, essas redes de conhecidos do futebol.

Essa “forma” de interpretar práticas de lazer em vista da dimensão da circulação não é uma novidade, estando presente nos trabalhos de Magnani e Souza (2007), de Magnani e Torres (2008), tendo como base a noção de circuito¹³, mas privilegiando a inserção dos grupos na paisagem urbana e suas articulações com os espaços, instituições e equipamentos. Diferente disso, nesta apresentação, procurei fundamentar a ideia de que a circulação se estabelece na forma como os atores – ao *mostrarem seu futebol* – e os times constituem e arranjam suas *redes desconhecidas do futebol*. Estas redes, amarradas na forma dos times de maneira muito diversa, dizem não apenas sobre as oportunidades de lazer, mas também sobre a diversidade dos seus significados.

Referências

- ABU-LUGHOD, L. Writting against culture. In: FOX, R. G. **Recapturing anthropology: working in the present**. Santa Fé: School of American Research Press, 1991. p. 153-169.
- ALVES, U. S. **Imigrantes bolivianos em São Paulo: a praça Kantuta e o futebol**. 2011. 180 fls. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- ANTUNES, F. M. R. F. **Futebol de fábrica em São Paulo**. 1992. 190 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992.
- ARANTES, C. C. **Estudos sobre o "futebol de várzea": breves reflexões a partir do caso de Campinas**. 2003. 50 f. Monografia (Conclusão de Curso) - Bacharel em Treinamento em Esportes, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- BAULER, S. R. G. **O futebol faz rolar mais do que uma bola: um estudo sobre o significado do futebol numa periferia urbana**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- BEVERARI, R. F. **Futebol de várzea: berço de insubordinações**. 2009. 85 f. Relatório (Iniciação Científica PIBIC-CEPE) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia

¹³ O circuito, na lógica dos estudos de Magnani (2007, p. 21), “[...] trata-se de uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos seus usuários habituais.”

- Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BUENO JÚNIOR, C. R.; CARVALHO, Y. M. de. Análise antropológica de uma prática de futebol dotada de sentidos e significados. São Paulo, **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 11, n. 1, p. 95-106, 2012.
- DAMO, A. S. A rua e o futebol. In: STIGGER, M. P; GONZÁLEZ, F. J.; SILVEIRA, R. da. **O esporte na cidade: estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- FARIA, E. L. **A aprendizagem na e da prática social: um estudo etnográfico sobre práticas de aprendizagem no futebol em um bairro de Belo Horizonte**. 2008. 229 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- FIGUEIRÊDO, H. M. de. **O futebol, a igreja e a rua da telha: educação para o lazer no Município de Vicência**. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- FONTES SILVA, J. L. **Os significados do futebol amador recifense a partir de sua interdependência com o futebol profissional**. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- GONÇALVES, A. M. A. **Futebol amador: campo emergente de sociabilidade**. 2002. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.
- GONÇALVES, G. R. **A crise da cidade em jogo: o futebol na contramão em ruas da Penha**. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- GUEDES, S. L. O espaço do jogo. In: GUEDES, S. L. **Jogo de corpo: um estudo de construção social de trabalhadores**. Niterói: EDUFF, 1997, p. 130-155.
- GUEDES, S. L. **O futebol brasileiro: instituição zero**. 1977. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977.
- HIRATA, D. V. **Futebol de várzea: práticas urbanas e disputa pelo espaço na cidade de São Paulo**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade São Paulo, São Paulo, 2005.
- HIRATA, D. V. No meio de campo: o que está em jogo no futebol de várzea? In: HIRATA, D. V. *et al.* **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 243-278.
- LATOUR, B. **Reensamblar lo social: uma introducción a La teoria del actor-red**. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- LEAL, E. M. Jogando pela honra: corpo e masculinidade em uma escola para meninos *em situação de rua*. **Movimento**. Porto Alegre, v. 16, n. 02, p. 229-247, abr./jun., 2010.
- LOPO, R. M. **É o fim da várzea?** Ensaio etnográfico sobre formas de sociabilidade, narrativa e conflito em um time de futebol de várzea na cidade de Porto Alegre. 2008. 71 f. Monografia (Conclusão de Curso). Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.
- MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço: O Circo-Teatro e outras formas de Lazer e Cultura Popular**. 1982. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Social, Universidade de São Paulo, 1982.
- MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3. ed. São

Paulo: Hucitec; Unesp, 2003.

MAGNANI, J. G. C.; MORGADO, N. Futebol de várzea também é patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, São Paulo, n. 24, p. 175-184, 1996.

MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. de L. **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. 3. ed. São Paulo: EDUSP; Fapesp, 2008.

MAGNANI, J. G. C.; SOUZA, B. M. de. **Jovens na metrópole**: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MYSKIW, M. **Nas controvérsias da várzea**: Trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre. 2012. 415 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

PIMENTA, R. D. **Desvendando o jogo**: o futebol amador e a pelada na cidade e no sertão. 2009. 225 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

RIGO, L. C. **Memórias de um futebol de fronteira**. 245 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

RIGO, L. C.; JAHNECKA, L.; SILVA, I. C. da. Notas etnográficas sobre o futebol de várzea. **Movimento**. Porto Alegre, v.16, n.3, p. 153-177, 2010.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). **Mana**, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997a.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II). **Mana**, v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997b.

SCHIFNAGEL, B. Caracterização geral do futebol de várzea como atividade popular de lazer. **CERU - Centro de Estudos Rurais e Urbanos**, São Paulo, n. 12, p. 110-125, set., 1979.

SILVA, A. B.; CHAVEIRO, E. F. Jogo de bola: uma análise socioespacial dos territórios dos peladeiros. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 1-14, jan./jun., 2007.

SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez., 2009.

SILVEIRA, R. da. **Esporte, homossexualidade e amizade**: estudo etnográfico sobre o associativismo no futsal feminino. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SPAGGIARI, E. Ganhar jogo, pagar jogo e ganhar visita: prática futebolística em um bairro rural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a. 14, n. 30, p. 165-190, jul./dez., 2008.

SPAGGIARI, E. **Tem que ter categoria**: construção do saber futebolístico. 2009. 265 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

STÉDILE, M. E. A. **Da fábrica à várzea**: clubes de futebol operário em Porto Alegre. 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

STIGGER, M. P. **Desporto, lazer e estilos de vida**: uma análise cultural a partir de práticas desportivas realizadas nos espaços públicos da cidade do Porto. 2000. 321 f. Tese (Doutorado) - Ciências do Desporto, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto, Porto, 2000.

STIGGER, M. P. Futebol de veteranos: um estudo etnográfico sobre o esporte no

cotidiano urbano. **Movimento**, a. 4, n. 7, p. 52-66, 1997.

STIGGER, Marco Paulo. Lazer, cultura e educação: possíveis articulações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 73-88, jan., 2009.

TOKUYOCHI, J. H. **Futebol de rua**: uma rede de sociabilidade. 2006. 172 f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VILLELA, J. L. M. Por uma etnografia da pelada: descrição de um caso. **Pesquisa de Campo**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 69-93, 1997.

O LAZER, A EDUCAÇÃO E O DIREITO À CIDADE¹

Débora Alice Machado da Silva

Alegria, desafio e esperança

Foi com grande alegria que recebemos o convite para participar do XIV Lazer Debate na condição de painelistas. Trata-se de uma rica possibilidade para compartilharmos algumas reflexões relativas à pesquisa de doutorado em Educação, que está em fase final de desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unimep, na linha de pesquisa “Política e Gestão Educacional”.

Evidencio a alegria do convite, pois de alguma forma, o processo de doutoramento é acompanhado de um balanço pessoal e profissional e, neste sentido, foi possível identificar a relevância do Seminário Lazer em Debate na construção de nosso percurso acadêmico.

Merece destaque ainda, a admiração e o respeito que temos por seus organizadores que têm garantido e reafirmado, historicamente, o compromisso com a realização de eventos de alto nível, articulando discussões relevantes e atuais, de maneira crítica, e constituindo tempos-espacos de encontro, produção e difusão do conhecimento considerando as dimensões políticas, conceituais, pedagógicas e tecnológicas do campo do lazer.

Ao mesmo tempo, essa compreensão nos responsabiliza e nos coloca diante de um duplo compromisso: possibilitar processos semelhantes aos que vêm dando os passos iniciais na área do lazer e aproveitar a realização do Seminário para intensificar o diálogo com os pares.

Outra questão a destacar é o fato peculiar da XIV edição do Lazer em Debate ser realizada no município de Campinas, sob a coordenação da Faculdade de Educação Física da Unicamp e do SESC, duas importantes instituições onde os Estudos do Lazer começaram a ser sistematizados e amplamente difundidos pelo engajamento pessoal e profissional de vários sujeitos históricos, entre eles destacamos o prof. Nelson Carvalho Marcellino, a quem acompanhamos mais de perto nos últimos 16 anos e cuja passagem pelas duas instituições legou a consolidação acadêmica, política e pedagógica do debate, bem como a formação de gerações inteiras de pesquisadores e gestores que hoje se debruçam sobre a temática do lazer em todo o Brasil.

Neste sentido, vemos o XIV Seminário Lazer em Debate como um grande desafio em que temos a possibilidade de re-memorar a história e colocá-la em pauta de maneira crítica, avaliando as perdas e ganhos, que as divergências e as convergências destes mesmos sujeitos históricos legaram para a discussão do lazer e, sobretudo, para sua concretização como política pública e direito social de toda população brasileira.

Compreendemos que quando instituições cuja relevância histórica na construção do campo dos Estudos do Lazer voltam ao protagonismo do debate, assumindo o compromisso da realização desta edição do evento, o fazem não no sentido de exterminar a história, mas sim de lhe garantir uma revisão crítica que permita a consolidação de perspectivas futuras. E, neste sentido, acreditamos ser pertinente também afirmarmos nossa posição, posto que ela não coaduna com a posição de alguns

¹O presente texto aprofunda algumas reflexões anteriores da pesquisadora, apresentadas no 10º Congresso de Pós-Graduação da Mostra Acadêmica da UNIMEP, em outubro de 2012. O artigo integra as reflexões de pesquisa do doutorado em Educação no PPGE da UNIMEP.

pesquisadores do campo do lazer para os quais o lazer esteja com os dias contados.

Tentaremos, neste texto, trazer alguns elementos que nos sinalizam exatamente o contrário, demonstrando que essa interpretação talvez seja expressão da demarcação das disputas existentes no campo acadêmico cuja construção parte da formulação de outras sínteses explicativas.

Ao discutir a questão da cultura FREUD (2010) procura analisar também os patrimônios de ideais existentes na sociedade e afirma que apesar de num primeiro momento parecer que estes ideais determinariam as realizações do círculo cultural, a que se considerar que a satisfação que os ideais oferecem às pessoas é

de natureza narcísica; ela repousa sobre o orgulho da realização que já foi bem sucedida. Para que seja completa, essa satisfação precisa ser comparada com outras culturas que se lançaram a realizações diferentes e desenvolveram outros ideais. Devido a tais diferenças, cada cultura se atribui o direito de menosprezar à outra (FREUD, 2010, p. 50)

Assim, a hipótese de que o lazer esteja em extinção representa para nós a expressão legítima desta afirmativa, sobretudo, quando compreendermos que a produção do conhecimento científico é um processo histórico coletivo constituído de avanços, pausas e retrocessos. Somamos a isso o fato de que toda leitura do mundo étno somente a leitura de uma dada perspectiva, e não da verdade, neste sentido, a suposição da extinção do lazer parece remeter a negação da história, curiosamente daquela em que se foi forjado na mesma medida em que a transformava e a resignificava de maneira dialética.

Deste ponto, recorremos a dois conceitos Freudianos no sentido de compreendermos a posição que defende a “extinção do lazer”, são eles: o ato social, em que a satisfação pulsional/impulsional está atrelada a alteridade; e, o ato narcísico, em que a satisfação pulsional/impulsional escapa aos efeitos da alteridade. Negar a história, apontando para a extinção do lazer, parece ser uma tendência que está mais preocupada em marcar posições e delimitar um campo de forças do que problematizar propriamente a questão do lazer, afinal, se retrocedermos à antiga Roma, por exemplo, vamos identificar que os denominados “divertimentos” já eram utilizados de maneira bastante perspicaz no controle das massas.

Neste sentido, o “coro” da extinção do lazer parece apenas sinalizar a construção de um pólo de forças em oposição, estabelecendo um “jogo possível” à construção do conhecimento no campo do lazer, o que nos parece legítimo. Ao mesmo tempo, temos a esperança de que tal contraponto esteja ancorado no bom senso de considerar que a história é sempre portadora de diferentes versões e, é exatamente aí que reside sua infabilidade, caso contrário a história passa a ser um “instrumento” para construir as muralhas que isolam os “iluminados”, da grande “massa amorfa”.

E é neste espírito de encontro, com a possibilidade de diálogo com os pares, que procuramos assumir o desafio de trazer para a sessão Painel Temático algumas reflexões que procurem articular o Lazer, a Educação e o Direito à Cidade. O presente artigo analisa as contribuições do pensamento de Henri Lefèbvre, especialmente no que se refere às categorias “direito à cidade”, “sociedade burocrática de consumo dirigido”, “crítica da vida cotidiana” e “festa” para estudos que tratem, especialmente, das relações entre lúdico e educação; lazer, educação e sociedade; lazer e a cidade, bem como estudos no campo das políticas públicas e setoriais de lazer e/ou educação.

Temos a clareza de que são apenas reflexões introdutórias que, em breve, poderão ser ampliadas a partir da defesa da tese prevista para meados deste ano. Neste

sentido, só tenho a agradecer a oportunidade que me foi dada pela organização do evento para trazer as problemáticas que tem sido alvo de meu trabalho acadêmico nos últimos anos. Afinal, o caminho da escrita e da produção do conhecimento tem momentos singularmente solitários e, neste sentido, o encontro passa a ser um ritual a celebrarmos!

Introdução

Os campos de estudo do lazer e da educação são multifacetados e muitas vezes tratados como antagonicos. Mas, ao assumirmos o lazer como cultura compreendida em seu sentido mais amplo tendo como balizadores o tempo/espaço disponíveis e características próprias de atitude (MARCELLINO, 2005), identificamos a possibilidade de que lazer e educação possam ser entendidos como elementos em relação dialética² com capacidade para gerar diferentes práxis e processos educativos. Para tal, é fundamental que nos aproximemos de outro conceito: o de “vida cotidiana”.

Ao denunciar a “sociedade burocrática de consumo dirigido”, Lefèbvre (1991), evidencia a maldição que nos legou a modernidade, quando nos tempos de prosperidade da sociedade burguesa, depositou todas as suas esperanças no progresso técnico e na expansão econômica, forjando uma racionalidade técnica-científica e um meio técnico-científico-informacional³ (SANTOS, 2006), cujo alcance extrapola o chão das fábricas, os espaços públicos alcançando diferentes esferas da vida cotidiana, em seus tempos e espaços.

Na tentativa de visualizar novas formas de racionalidade Lefèbvre (1991) se questiona sobre o alcance do cotidiano⁴ na sociedade moderna, tentando identificar se deste lugar onde impera a racionalidade oficial, seria possível perceber certa cotidianidade.

Embora verificando na “sociedade burocrática de consumo dirigido” a possibilidade do lazer evasão, a “crítica da vida cotidiana” constitui-se para o autor como uma via, para que a festa possa ser recuperada, a partir da conquista do “direito à cidade”. Isso implica a afirmação da cidade como lugar de encontro e não meramente de passagem, entre os lugares de trabalho e de moradia. Desta perspectiva, quais os diálogos possíveis entre lazer e educação?

Problematizando estas questões, buscamos nas obras de Lefèbvre (1970, 1981a, 1981b, 1991, 2001) alguns caminhos na tentativa de superar os desencontros entre a

² Recorremos aqui ao conceito de dialética amplamente discutido por Lefèbvre (1983, p.21-22) ao afirmar que “só existe a dialética (análise dialética, exposição ou ‘síntese’) se existir movimento; e que só há movimento se existir processo histórico: história. Tanto faz ser a história de um ser da natureza, do ser humano (social), do conhecimento! [...] A história é o movimento de um conteúdo, engendrando diferenças, polaridades, conflitos, problemas teóricos e práticos, e resolvendo-os (ou não).”

³ “Quanto ao meio técnico-científico-informacional é o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção (SANTOS, 2006, p.157). [...] os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. (Ibidem, p.159) [...] O conhecimento exerceria assim - e fortemente - seu papel de recurso, participando do clássico processo pelo qual, no sistema capitalista, os detentores de recursos competem vantajosamente com os que deles não dispõem (Ibidem, p.163).

⁴ Em sua obra “A vida cotidiana no mundo moderno” Lefèbvre (1991) apresenta dados de pesquisa sobre o cotidiano, orientado pela questão central: É possível distinguir uma cotidianidade expressa no cotidiano que é lócus da racionalidade oficial e é ao mesmo tempo expressão de uma super irracionalidade?

festa e a vida cotidiana, entre lazer e educação, o que tem acarretado uma percepção equivocada, mas amplamente disseminada, que o cotidiano seja desprovido de beleza e sentido, que a educação deva ser apartada da experiência lúdica, da curiosidade e da criatividade, portanto, apartada e alienada de outras esferas da vida.

Um pouco do caminho metodológico percorrido

Nesta pesquisa utilizamos como trajetória de raciocínio o método regressivo-progressivo de Lefèbvre (1970) que recupera a noção de “formação econômico-social” discutida por Karl Marx, chegando ao que autor denominou de “lei do desenvolvimento econômico desigual” que considera: a desigualdade de ritmos históricos nos quais avançam as forças produtivas; a dimensão espacial desses processos históricos; e, conseqüentemente, a coexistência de tempos e representações históricas diversas (passado, presente e futuro) na vida social.

Desta perspectiva, as discussões a respeito do direito ao lazer e a educação não podem vir descoladas de dois aspectos fundamentais: a desigualdade de condições materiais (formações e estruturas de uma mesma época histórica) típicas do modo de produção hegemônico na sociedade, na época em que estas experiências acontecem; e a desigualdade de representações a respeito do lazer e da educação, “que diz respeito à coexistência de formações de épocas e datas diferentes, de temporalidades históricas (LEFEBVRE, 1981a, p. 165-166) o que evidencia a necessidade de que o estudo parta de uma abordagem que seja histórica e ao mesmo tempo dialética.

Utilizamos a pesquisa bibliográfica a partir da definição das obras que seriam analisadas de forma a contribuir com a temática do lazer e da educação, dentre as quais, damos destaque: “A vida cotidiana no mundo moderno”; “O direito à cidade”; “Du rural à l’urbain”, “Para compreender o pensamento de Karl Marx”. Em seguida, realizamos a leitura aprofundada contando com as etapas, sugeridas por Severino (2000), de análise: textual, temática, interpretativa e de problematização.

As contribuições do pensamento de henri lefèbvre para o lazer e a educação

Para Lefèbvre (2001) o direito à cidade proclama a realização da vida urbana como valor de uso (do encontro) exigindo um maior domínio de seu valor de troca (econômico, mercadoria). Assim, o urbano assume certo caráter de totalidade, ao mesmo tempo em que nunca está inteiramente presente. A partir dessa tensão entre ausência-presença, totalidade-individualidade a cidade vai sendo construída e compreendida pelos sujeitos, ao mesmo tempo em que os constrói, de maneiras desiguais, e sem que seja possível compreendê-la de maneira total. Isso nos impede de considerar o urbano como um dado da verdade, pois em sua dimensão concreta, a cidade é um amalgama de sentidos que constitui o tecido social.

A cidade para Lefèbvre (2001) é uma obra da civilização que assumiu características distintas em diferentes períodos da história (antiguidade, idade média, modernidade) o que não nos autoriza a analisá-la como algo dado, estagnado, mas como centro dinâmico da vida em sociedade, espaço em que proliferam as relações sociais (inclusive as de produção), espalhadas nas mais variadas atividades, gerando contradições. O conceito de cidade não é recente, mas a cidade moderna guarda determinadas características que a diferenciam das cidades antigas (marcadas pela propriedade comunal, a cidade era política) e das medievais (observa-se a dupla luta de classe, resultado da propriedade corporativa das manufaturas que ainda não convivem com a idéia de trabalho abstrato).

A cidade capitalista, inaugurada com a modernidade, traz a tona uma nova contradição explicitada pela intensa fragmentação e especulação do espaço (para troca e venda), associada à elevada capacidade técnica e científica da produção do espaço social em escala global. No Brasil, diferentemente da Europa, o processo de industrialização antecede o de urbanização que acontece apenas na década de 70, quando pela primeira vez na história do país a população urbana superou a rural, respondendo a demandas imediatas de um grande fluxo de população (migrantes e imigrantes) que se desloca para trabalhar nos centros industriais emergentes. Esse fato explica, em partes, o crescimento desordenado de muitas cidades.

Para Lefèbvre (2001) o direito à cidade é uma das formas de resistência à fragmentação do espaço das cidades, que emerge com a rejeição do afastamento promovido na realidade urbana, em suas diferentes dimensões (econômicas, sociais, culturais, simbólicas...). E, se toda ação humana é dirigida por interesses materiais, tal qual nos aponta o materialismo marxista, o direito à cidade representa um apelo para que a reivindicação da natureza não se constitua como desvio do direito à cidade, ou ainda, como possibilidade de fuga da cidade deteriorada, o que valorizaria ainda mais seu valor de troca.

O direito à cidade é compreendido pelo autor como direito à vida urbana, que vai muito além das necessidades antropológicas socialmente elaboradas e alcança a necessidade humana de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), de simbolismo, de imaginação, de atividades lúdicas.

Através dessas necessidades especificadas vive e sobrevive um desejo fundamental, do qual o jogo, a sexualidade, os atos corporais tais como o esporte, a atividade criadora, a arte e o conhecimento são manifestações particulares e momentos, que superam mais ou menos a divisão parcelar dos trabalhos(LEFÈBVRE, p.105, 2001).

Não poderíamos também considerar que estas últimas sejam tratadas de maneira desvinculada das outras necessidades socialmente elaboradas, o que poderia expressar uma leitura, também fragmentada, do ser social em seu processo de humanização.

Afirmamos, portanto, a perspectiva de que “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1851-1852). Assim, ao mesmo tempo em que nos colocamos como homens de nosso tempo recuperamos, com o “direito à cidade”, a possibilidade de anúncio/denúncia da crise destes centros constituídos/construídos/produzidos sobre a segregação dos “centros de riqueza, poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam do privilégio político” (LEFÈBVRE, 2001, p.32).

O processo histórico, dialético e contraditório de humanização do ser social, encontra na crítica da vida cotidiana de Lefèbvre (1991) uma via capaz de subverter a lógica imposta da participação, recuperando, mesmo que momentaneamente, em “possíveis cotidianos”, o sentido da obra, da atividade criadora.

Desta perspectiva, qual a contribuição que a educação e lazer podem dar para o processo de valorizando a cidade como lugar de encontro, do imprevisto, do imprevisível, do inesperado e não meramente como pano de fundo para as várias formas de expressão do valor de troca? De que maneira a luta pelo direito à cidade, entendido como garantia da vida urbana que ainda não começou - visto que “estamos acabando de fazer o inventário dos restos de uma sociedade milenar na qual o campo (predomínio do natural) dominou a cidade” (LEFÈBVRE, 2001,p.108) - influencia e resignifica a

própria compreensão das possíveis relações entre lazer e educação em nosso tempo?

Considerações finais

As contribuições do pensamento de Henri Lefèbvre apontam a “crítica da vida cotidiana” como alternativa para que sejam percebidas novas formas de racionalidade, hoje esmagadas pela lógica hegemônica e, neste sentido, a educação passa assumir uma perspectiva mais ampla, considerando o lúdico não como um elemento que está restrito ao lazer, ou a instrumentalização de processos educativos no interior de processos de educação formal.

O lúdico recupera, com a “crítica da vida cotidiana”, a característica de uma manifestação da cultura (HUIZINGA, 2000) que pode estar presente em diferentes dimensões da vida (trabalho, lazer, vida cotidiana), inclusive na educação. Mas para valorizar esta dimensão da educação não podemos compreendê-la apenas como formação e reprodução das forças de trabalho, recuperando a valorização do trabalho produtivo, a totalidade própria do ser humano.

Para não colocar esta proposição num plano ideal, mas concreto, posto que, é síntese de múltiplas determinações, talvez a alternativa seja questionarmos profundamente a esperança sem precedentes depositada no progresso técnico, pois na mesma medida em que ela possibilitou avanços nos mais variados campos da vida humana, também representou o legado da consciência de que vivemos em multidão, mas cada vez de maneira mais solitária (RIESMAN, 1995).

Como os esforços empreendidos em torno da modernidade desconsideraram a negatividade própria da condição humana e a falseabilidade da racionalidade técnico-científica-informacional, talvez tenha-nos restado recuperar a festa, como alternativa ao mal estar, decorrente do fato de nos percebermos apenas como “dançarinos na corda sob o precipício” (NIETZSCHE, 2002). Festa esta em que a utopia precisa estar ancorada em “possíveis cotidianos” para que a vida recupere seu sentido e beleza, pela práxis de coletivos e pessoas que vivem e se percebem como sujeitos de sua época.

No que diz respeito à educação a racionalidade oficial parece colocar, ainda, de forma hegemônica, a formação das forças de trabalho, estando, em geral, pouco preocupada com uma formação que dê conta do “trabalho produtivo”.

Numa condição como esta o lazer passa a ser relegado a duas condições principais:

- a de entretenimento, que tem a vida cotidiana como palco de seu consumo, influenciado pelas diversas formas de publicidade que tendem a dissociar a mercadoria do mundo real; a atividade de lazer da vida cotidiana. Colocando assim o lazer como algo restrito ao mundo privado, gerador de estilos de vida que se realizam a partir da produção que esta mesma indústria do entretenimento realiza no sentido de padronizar os produtos e serviços.

- a uma atividade, relegada a níveis de menor importância, de caráter ocupacional ou funcionalista, podendo neste último caso assumir diferentes perspectivas: romântica, moralista, compensatória e utilitarista (MARCELLINO, 2001).

Não poderíamos nos convencer com estas duas perspectivas, caso contrário, estaríamos tratando o ser humano exclusivamente como tabula rasa, e o lazer como mera “mercadoria”.

Compreendemos assim, a partir do pensamento de Henri Lefèbvre, que o lazer pode se constituir também como experiência cultural geradora do desenvolvimento das pessoas. Não pelo ordenamento e transmissão “escolarizante” de conteúdos,

organizados num conjunto de atividades dirigidas, mas pelo envolvimento e participação cultural, pelo acesso, autogestão e reconhecimento de conteúdos culturais diversificados, pela construção de novas relações sociais e, fundamentalmente, pela vivência de atitudes e valores que, na maioria das vezes, não integram o cotidiano das pessoas. O lazer entendido como tempo/espaço de ruptura, em que a festa pode ser recuperada em diálogo com a vida cotidiana, a partir de “possíveis cotidianos”.

Referências

- HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. Coleção Estudos Dirigida por J. Guinsburg. São Paulo, Editora Perspectiva, 2000.
- LEFÈBVRE, H. Introduction à l'apsycho-sociologie de la vie quotidienne. 2^a. Edição. In: _____. **Du rural à l'urbain**. Textes rassemblés par Mario Gaviria. Paris, Éditions Anthropos, 1970.
- _____. **Perspectivas de sociologia rural**. 1^a. edição 1953. Trad. Cynthia A. Sarti e Solange Padilha. In: MARTINS, José de Souza. (org.). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo, Hucitec, 1981a.
- _____. **Para compreender o pensamento de Karl Marx**. Lisboa, Livraria Editora Pax, 1981b.
- _____. **Lógica dialética, lógica formal**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1983.
- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, Editora Ática, 1991.
- _____. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo, Centauro, 2001.
- MARX, Karl. **18 Brumário de Luís Bonaparte** (1851-1852). Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/brumario.pdf>, consultado em: 10/02/2012.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e esporte – políticas públicas**. 2ed. Campinas, Autores Associados, 2001.
- _____. **Pedagogia da Animação**. 7ed. Campinas, Papirus, 2005.
- RIESMAN, David. **A multidão solitária: um estudo da mudança do caráter americano**. São Paulo: Perspectiva, 1961.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- _____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- NIETZSCHE, Frederico. **Assim falava Zaratustra**. Tradução José Mendes de Souza. Versão para ebooks. Fonte Digital, Digitalização da versão em papel, 2002. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/elibris/zara.html>, consultado em 21/02/2012.

UMA LEITURA DO LAZER NO BRASIL: DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO À GLOBALIZAÇÃO.

Marco Antonio Bettine de Almeida

Introdução

Este texto procura apresentar um panorama geral a respeito da evolução das práticas de lazer e sua reflexão teórica na realidade política e econômica brasileira. Tanto em função da complexidade do objeto lazer, como pela extensão e riqueza do período analisado, foi necessário priorizar os autores e as tendências mais relevantes, num processo de escolhas que nunca consegue ser totalmente isento de influências ideológicas e de convivência institucional. Mesmo assim, acreditamos que o texto atinge o objetivo de apresentar a evolução das práticas de lazer no contexto nacional, como também os principais autores estrangeiros que influenciam a produção teórica local. Com o objetivo de mostrar da forma mais clara possível esta relação entre as práticas de lazer, a reflexão teórica no campo de pesquisa e a realidade política e econômica do Brasil, adotamos uma periodização bastante comum: nacional desenvolvimentismo de 1946 até 1964; período militar de 1964 até 1982; redemocratização de 1982 até 1990 e globalização de 1990 até a atualidade. Como o foco do artigo está nas práticas de lazer e na reflexão teórica a respeito, as observações sobre a realidade brasileira são resumidas e limitadas à sua influência nas questões centrais.

Lazer e nacional-desenvolvimentismo (1946-1964)

No período que vai de 1946 até 1964, vamos presenciar no Brasil um projeto nacional desenvolvimentista, fundamentado na substituição de importações e caracterizado pelo populismo político. Entre outras transformações importantes convém destacar o surgimento da indústria automobilística, a construção de estradas por todo o país, a inauguração da capital federal Brasília distantes dos maiores centros urbanos, a adoção de políticas trabalhistas e a criação de uma indústria de base como a mineração, extração de petróleo e siderurgia. No campo da cultura e das artes vamos encontrar a valorização de temáticas brasileiras, justificada como forma de preservação dos valores nacionais ameaçados pela invasão cultural estrangeira, em especial norte-americana (Zílio, et all, 1982). Este sentimento nacionalista é reforçado por acontecimentos no plano internacional, como os movimentos de libertação nacional marcados pelo ideário socialista e a valorização dos trabalhadores rurais, a exemplo da revolução cubana de 1959, a independência da Argélia em 1962, e a guerra do Vietnã (Ridenti, 1999).

A ênfase no desenvolvimento econômico e industrial impulsionou as transformações que possibilitaram um maior acesso ao lazer através do desenvolvimento das artes e espetáculos e pela valorização do lazer do trabalhador por meio da construção dos clubes-empresa. No campo da produção teórica foram escritos inúmeros estudos de antropólogos e sociólogos destacando a cultura popular, o lazer popular e o folclore, a exemplo de Darcy Ribeiro, Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freire. Como no Brasil somente em 1960, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), a população urbana ultrapassa a rural, vamos encontrar um lazer típico do início da industrialização, ilustrado pela passagem entre o lazer como manifestação popular e comunitária e o lazer como mercadoria de consumo

disponível no mercado. Como salienta Corbin (1995), o lazer firma-se na luta entre operários e detentores do capital enquanto a conquista de espaços de lazer nas empresas, a participação dos operários nos campeonatos nacionais e o desenvolvimento esportivo de algumas empresas-clubes. Outro ponto relevante, segundo o autor, é o desenvolvimento do esporte de elite e a criação de teatros e musicais.

Frente a uma classe urbana crescente, onde se destaca uma massa de estudante que superpovoou as universidades públicas das grandes metrópoles, desenvolve-se de forma acelerada a prática de esporte nos clubes, a importância da casa de campo ou praia, e os passeios de carro pela rede de estradas em expansão. Este lazer de fim-de-semana terá seu ápice no período seguinte, depois do golpe militar, devido principalmente ao desenvolvimento econômico (o chamado “milagre econômico”) que ascendeu socialmente uma classe média, ao mesmo tempo em que as Prefeituras e Estados investem em parques e espaços para práticas esportivas.

Grande parte dos intelectuais e artistas atuantes no momento histórico pré-1964 buscava expressar o homem brasileiro enquanto a cara do Brasil, ou procuravam ainda denunciar a utilização política do lazer enquanto instrumento de alienação dos setores populares que seriam explorados pela apropriação da mais-valia no processo de luta de classes (Frederico, 1998). De maneira geral, na virada da década de 1960, consolidam-se e fortalecem-se duas vertentes que são decorrentes da situação política do país e herdeiras do processo específico de luta por uma procura de bens culturais brasileiros: (a) a busca dos valores nacionais e a “cara” do Brasil, e (b) a incorporação de influências estrangeiras (Ramos, 1983).

Segundo o cineasta Glauber Rocha a luta deste nacionalismo e a busca de interpretação do povo brasileiro tinha como perfil estético a luta contra a fome, trazendo elementos cosmopolitas, mas priorizando muitas inovações técnicas, numa expressão fortemente vinculada ao discurso da fome, do terceiro mundismo e da superação do imperialismo. O teatro também acompanhou o clima político nacionalista, que perpassava toda a sociedade brasileira, através da reorientação de uma produção cultural que se volta para a questão nacional e busca o contato com os setores populares por meio de apresentações, com preços acessíveis, para a população de baixa renda. Na música popular a questão do cosmopolitismo e da busca da brasilidade foi muito forte, a Bossa Nova surgiu deste casamento entre a assimilação do Jazz americano e sua inovação estética, para servir em um segundo momento de modelo a ser exportado.

Os espetáculos de lazer do período desenvolvimentista tinham como público principal os setores urbanos da classe média e alta, que procuravam pensar e incorporar, através das apresentações, as características do povo brasileiro e o subdesenvolvimento, enquanto que os setores operários podiam ter contato com peças que discutiam a exploração e a mais valia. O lazer popular mantinha a tradição do lazer de rua, o circo e as festas católicas. As práticas esportivas tinham como espaço a rua, a empresa e os campos improvisados. Na cidade, ainda em desenvolvimento, havia muito espaço livre para a população de baixa renda organizar atividades lúdicas, enquanto que os setores mais abastados tinham os clubes esportivos e os parques públicos situados, em geral, nas regiões mais valorizadas.

A marca da ditadura: o lazer no período militar (1964-1982)

Grande parte das manifestações de lazer vão se transformar, depois do golpe militar de 64, em função principalmente: (a) do crescimento urbano; (b) da censura e (c) da repressão policial às práticas de ruas. Podemos ainda acrescentar que o desenvolvimento dos meios de comunicação e de uma indústria cultural, onde se

destaca a popularização da televisão, ajudou também a desintegrar as manifestações artísticas que buscavam atingir os setores populares.

O golpe militar de 1964 garantiu o prosseguimento do desenvolvimento capitalista no Brasil em escala cada vez mais ampliada, intensificando a concentração de renda, optando por uma modernização conservadora a partir de uma aliança de classes que “jogava por terra a hipótese de um antagonismo entre a burguesia brasileira de um lado, e a burguesia internacional e oligarquia agrária de outro” (Mantega, 1995, p.116).

Com o Ato institucional nº5 (AI-5), de dezembro de 1968, centenas de cidadãos e líderes políticos tiveram seus direitos políticos cassados, as organizações estudantis independentes foram postas na ilegalidade e os partidos políticos existentes foram dissolvidos. No seu lugar impôs-se um sistema bipartidário com a Aliança Renovadora Nacional (Arena), pró-governo, e a oposição oficialmente tolerada Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (Ridenti, 1999). “Para evitar que a esquerda cultural reorganizada pós-64 se popularize, o policiamento torna-se verdadeiramente pesado, com delação estimulada e protegida, a tortura assumindo proporções pavorosas, e a imprensa de boca fechada.” (Schwarz, 1978, p.72).

Depois do dezembro de 1968, com a repressão crescente a qualquer oposição ao regime militar, ocorreu: 1) o esgotamento do interesse pelas questões políticas; 2) o refluxo dos movimentos de massas; 3) a censura e a ausência de canais para o debate e a divulgação de qualquer proposta contestadora; 4) o surgimento de uma resistência de esquerda armada (guerrilha urbana); 5) redução das expressões artísticas. Estes fatos marcaram o fim de um florescimento cultural e do movimento popular, abrindo caminho para a indústria cultural, principalmente a televisão. O “milagre econômico” da década de 1970, marcado pelo desenvolvimento acelerado, ampliou também a desigualdade social, a ponto do Brasil ser considerado pela ONU, até meados da década de 1980, como o país mais desigual do mundo (Ortiz, et all, 1988). Mas, ao mesmo tempo, ocorre o aumento do número de famílias típicas da classe média, que puderam comprar seus televisores e automóveis, ir ao cinema, adotar fins de semanas de lazer no campo ou praia e substituir gradualmente o comércio de rua pela ida ao shopping.

O modelo político que vai dar sustentação ao regime militar apoia-se numa aliança entre, de um lado, a censura e repressão política e do outro o desenvolvimento e controle da indústria cultural. Houve um casamento oportuno entre a necessidade de investimento estatal para a ampliação da televisão e a imprescindível propaganda de governo. A disponibilidade de crédito internacional, mais as condições internas, levaram à corrida desenvolvimentista do chamado milagre econômica, ao mesmo tempo, que se destacava como líder em concentração de riqueza e analfabetismo (Silverman, 2000).

Com o regime militar as expressões populares e as festas típicas passam a ser controladas, assim como todas as expressões artísticas. A amizade com os vizinhos, a brincadeira de rua das crianças e o lazer típico do meio rural são inibidos não somente pela repressão policial, mas também pelo próprio desenvolvimento das cidades com a diminuição de áreas livres e aumento do número de carros nas ruas. Tudo isto torna a televisão a maior vivência de lazer popular. Os militares, sabendo que as manifestações populares e de lazer serviam como propaganda política, iniciaram um amplo investimento na área esportiva, divulgando e incentivando a participação em jogos olímpicos e campeonatos mundiais de futebol, construindo estádios, campos de várzea e parques públicos. Esta utilização política do esporte e lazer, segundo Sant’Anna (1994), teve seu apogeu com o projeto governamental Esporte Para Todos. Através do discurso de formação de atletas e investimento nos clubes, o esporte serviu para mostrar a

evolução da nação, caso típico de regimes totalitários. Neste período o esporte foi sistematicamente utilizado a favor do regime militar, como a conquista do terceiro campeonato mundial de futebol (1970), ou as medalhas no Pan-americano e nos Jogos Olímpicos no período de maior repressão política (1970, 1971 e 1972).

O desenvolvimento desigual foi uma das marcas do regime militar. Enquanto as manifestações dos setores populares foram controladas e suprimidas, a classe média teve seu apogeu devido ao “milagre econômico”. Tivemos, neste período, a formação de um lazer próximo às elites internacionais como as viagens para outros países; a criação de espaços turísticos e hotéis; os passeios nos fins de semana (já que os militares continuaram a construção das estradas por todo país, que posteriormente seriam diminuídas pela crise do petróleo da década de 1970); acesso a filmes que não fossem censurados; o desenvolvimento dos museus; as músicas da indústria cultural; a expansão criação de clubes. Em resumo, podemos dizer que o lazer da classe média no Brasil, após o desenvolvimento industrial e das cidades acompanha, com algumas peculiaridades, como a censura, o desenvolvimento do lazer dos países industrializados, como apontado por Corbin (1995). Ao mesmo tempo, os setores de mais baixa renda tiveram seu espaço de lazer, como a rua e manifestações populares, diminuído. Com pouco dinheiro e frente às crises emergentes na economia mundial o refúgio é a casa e as telenovelas, que também serviam como propagandas políticas do regime. Estes dois lados do lazer levam-nos a afirmação que o regime militar possibilitou a elitização do lazer, ou ainda uma concepção dual de lazer, que seria ampliada na globalização.

O Estado, no regime militar, ao mesmo tempo em que continua o projeto desenvolvimentista procura retirar o caráter político contestatório das artes e do lazer, investindo na televisão e no cinema para formar um aparato ideológico baseado nas artes audiovisuais (Ramos, 1983). Na televisão, mais especificamente, temos o Estado ao lado da indústria cultural, através do investimento em temas apolíticos como as telenovelas (Ortiz, et all, 1988). Entre 1964-1980 ocorre uma formidável expansão da produção, distribuição e consumo de bens culturais, de acordo com a necessidade de apoio do governo junto à população. É nesta fase que se dá a consolidação dos grandes conglomerados de meios de comunicação, como a TV Globo e a Ed. Abril. O exemplo clássico deste nacionalismo sem engajamento político, sem compromisso estético e distante de qualquer inovação foram as pornochanchada (estilo de filme pornô brasileiro).

Com a censura, as práticas de lazer popular ficam restritas aos eventos do regime militar com o EPT (Esporte Para Todos) (Sant’Anna, 1994); apresentações de circos populares e parques de diversões (Magnani, 1998); e as atividades do Serviço Social do Comercio (SESC) e da Indústria (SESI), de onde saíam, na década de 1980, os primeiros estudiosos do lazer no Brasil (Marcellino, Requiça, Oliveira), tendo como palco da sua formação os acontecimentos políticos já descritos. Estes autores vão ter visibilidade na década de 1980, quando o Brasil passa a viver o período da redemocratização, ou do afastamento planejado dos militares do poder, com a volta da preocupação com o popular e o engajamento político. Teóricos brasileiros do lazer, como Marcellino, Requiça e Oliveira, vão propor em suas análises a formação de agentes culturais de lazer junto à população, recuperando a valorização do popular reprimida durante o regime militar. Eles atuavam com ou para órgãos sociais, vinculados aos sindicatos patronais da indústria e do comércio, ao mesmo tempo em que compactuavam com as ideias de uma esquerda cuja importância política tendia a crescer na medida em que o regime político torna-se mais democrático. É natural, portanto, que a produção, a respeito de lazer, procure privilegiar no primeiro momento temas populares e da cultura, tentando superar duas décadas de censura e repressão.

Este resgate artístico do popular através do lazer, contudo, não vai se realizar. Segundo Ridenti (1999) tivemos, depois da volta da democracia, a maior evolução da indústria cultural jamais vista. A redemocratização, com o respeito às garantias individuais e a liberdade de expressão, criou um ambiente propício para a proliferação da indústria cultural e da globalização.

Redemocratização e o surgimento de uma reflexão nacional sobre lazer (1982-1990)

A reflexão a respeito do lazer, no Brasil, começa a ser sistematizada a partir da década de 1970 (Requixa, 1980), através da incorporação das discussões de Joffre Dumazedier e Stanley Parker. A presença do primeiro deu-se por um “casamento” prático-teórico, entre a valorização do popular presente em sua obra (Dumazedier, 1979) e a lembrança da efervescência política nas artes, universidades e sindicatos da década de 60 (Ridenti, 1999).

Não houve a apropriação de cientistas norte-americanos, neste primeiro momento, porque esta “busca” das características do povo brasileiro tinha como marca uma postura antiamericana (Ridenti, 1999). A incorporação de autores dos Estados Unidos vai ocorrer somente no começo da década de 1990 quando no Brasil, através da globalização, começou-se a estudar os parques temáticos, o turismo e o lazer nas empresas, bem como os aspectos econômicos do lazer.

Os principais autores brasileiros que assumiram as teses de Dumazedier foram Requixa e Macellino. Ambos trabalhavam para o SESC (Serviço Social do Comércio), uma entidade constituída no início para prestar serviços aos comerciários e a seus dependentes. Esta entidade trouxe Dumazedier para proferir palestras no Brasil e publicou quatro livros sobre o lazer, que representam o marco inicial da pesquisa sistemática sobre o tema.

Em termos gerais, podemos dizer que nas décadas de 1970 e 1980 quando Marcellino, Requixa e Oliveira discutiam o lazer, as pesquisas estavam permeadas pelos temas da cultura popular, por autores como Gramsci e pelo método educacional de Paulo Freire. A partir desta leitura, Marcellino (1990) discute a inserção dos conteúdos culturais de lazer como forma de sistematização de uma política de lazer, sugerindo a formação de agentes culturais de lazer. Em termos gerais, Marcellino pensou o lazer como atividades desenvolvidas dentro de um planejamento criterioso, onde as práticas espontâneas da cultura popular seriam racionalizadas, descritas e confrontadas com práticas novas, visando a formação de quadros especializados em animação sócio cultural, ou ainda profissionais voltados ao desenvolvimento de atividades de lazer junto à população.

A globalização e o lazer: a exclusão social e a inserção da indústria cultural mundial na cultura brasileira

É consenso na literatura sobre o final do século XX que importantes mudanças no âmbito econômico aconteceram a partir de 1980, principalmente com as políticas de Reagan e Thatcher. Neoliberalismo, monetarismo, financeirização econômica, globalização, mundialização, muitos são os nomes deste fenômeno que se caracteriza pela liberalização financeira dos fluxos de capital, abertura da pauta comercial com baixa tarifária ou livre comércio e reestruturação das relações produtivas. Foram fenômenos aparentemente distintos que deram início a um único movimento internacional de reformulação do capitalismo. Com maior liberdade na circulação de

dinheiro e mercadorias as empresas encontraram novas formas de gerenciamento da produção, circulação, financiamento e acumulação de capitais. Nada disso seria possível sem uma revolução na tecnologia das comunicações, informática e transportes que reduziram distâncias geográficas e temporais.

A abertura política, no começo da década de 1980, propiciou um desenvolvimento vertiginoso da indústria cultural, em função principalmente dos investimentos que já tinham sido realizados durante o regime militar na área das comunicações. Porém, é preciso ter presente que enquanto a expressão típica da indústria cultural no regime militar caracterizava-se pelo nacional-desenvolvimentismo, a indústria cultural na redemocratização e nos períodos subsequentes é marcada pela globalização e pelo fim da censura. Estes dois acontecimentos mostraram ser o casamento perfeito para o desenvolvimento de práticas de lazer típicas dos países desenvolvidos no Brasil, apesar da grande exclusão social e dificuldade de acesso a um lazer pago para a maior parte da população.

Esta exclusão refletiu uma mudança do paradigma do lazer. Com a globalização e a alta taxa de desemprego todas as discussões do lazer que se referiam à dicotomia lazer/trabalho, ao lazer pautado no tempo livre ou à importância da formação de quadros internos entram em colapso metodológico. Estas teorias se estruturaram durante os efeitos da redemocratização e o início da globalização, frente ao frenesi do nacional-popular e da pedagogia que estavam em voga, ajustadas aos resquícios do milagre econômico, à política de pleno emprego pautada no crescimento do setor de serviços, às leituras keinesianas sobre o Estado de bem-estar-social e à esperança da participação popular na política brasileira. Na globalização ampliam-se as discussões do lazer através do debate entre diferentes grupos que tanto podiam apoiar-se na leitura de autores clássicos, como nos pós-modernos, ou ainda em autores contemporâneos da sociologia. Cada qual interpreta de diferentes formas como o lazer contemporâneo se insere na globalização e suas contradições.

Com a globalização o Brasil adota uma política neoliberal a partir dos anos 1990 sem grandes diferenças dos demais países em desenvolvimento, caracterizada pelas privatizações e a diminuição da atuação do Estado nas diferentes esferas da vida, inclusive no lazer. A passagem do mundo do trabalho pela chamada reestruturação produtiva levou à terceirização, à informalidade, ao desemprego estrutural, à perda dos direitos trabalhistas e à quebra das organizações sindicais. Uma das consequências foi o crescimento do setor terciário (serviços, comércios, entretenimento, lazer e turismo) em detrimento do setor secundário (indústria). Outras características importantes que também fazem parte deste novo modelo econômico é a supremacia da língua inglesa, a velocidade, o consumo, as relações efêmeras, a reformulação das concepções de tempo e espaço, a influência da imagem, a mundialização da cultura através da indústria cultural e a minimização do papel do indivíduo.

Apesar da melhora nos índices sociais, como o aumento da expectativa de vida, a diminuição do crescimento vegetativo, a diminuição de analfabetos e uma pequena melhora na distribuição de renda têm um típico quadro de país subdesenvolvido, o que se reflete no lazer, pois somente os setores de classe média e alta usufruem de um amplo leque de alternativas. Podemos afirmar que no Brasil o lazer das classes alta e média, não se diferencia muito das outras grandes metrópoles do mundo. São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, etc. possuem praticamente as mesmas possibilidades de lazer que Nova York, Paris, Londres, etc. Existe à disposição um lazer globalizado como os parques temáticos, estrutura de turismo, academias de ginásticas e escolas de esportes, espetáculos de teatro, cinemas, apresentações nacionais e internacionais de música, bares e restaurantes finos com chefes da cozinha internacional (SESC/WLRA,

2000).

A existência deste mercado de lazer voltado à população de mais recursos leva ao desenvolvimento de uma reflexão sistemática, principalmente com relação ao turismo, hotelaria e esportes de aventura (Trigo 2000, Bruhns 1997 e Rago 1999). Além disso, manifestações de cultura popular com mais visibilidade nos meios de comunicação de massas, como o carnaval e a capoeira, constituem objetos específicos de pesquisa (Bruhns, 1997). O estudo das demais manifestações populares de lazer, contudo, avança com muita dificuldade em função do pouco acesso a financiamento e poucas possibilidades de divulgação dos resultados.

As possibilidades de acesso ao lazer, por parte da população excluída e de baixa renda no Brasil, ficam cada vez mais restritas. Primeiro por falta de espaço, já que as ruas são palco da violência urbana, tornando a televisão o maior promotor do lazer. Os parques e áreas verdes, por sua vez, são poucos em relação à demanda, sub-utilizados em função da falta de investimentos e da ausência de uma política de coordenação com os demais órgãos públicos, além de muitas vezes localizarem-se nas regiões mais ricas das cidades.

Este quadro permite perceber, em resumo, três novas tendências de pesquisa na área: (a) uma tentativa de redefinir o lazer através de recuperação dos autores clássicos das ciências humanas à luz dos acontecimentos atuais; (b) uma apropriação das reflexões dos autores chamados de pós-modernos e (c) uma tentativa de sistematizar uma reflexão do campo do lazer voltada especificamente à implementação de políticas públicas e iniciativas do terceiro setor.

Palavras finais

A compreensão da natureza e características das atividades de lazer constitui um objeto de pesquisa complexo e amplo. Suas manifestações influenciam, e são influenciadas, pelos mais diferentes aspectos da vida em sociedade, desde a dimensão psicológica do indivíduo até a dimensão econômica e de mercado. Além disso, é preciso levar em conta as divergências entre as diferentes escolas de pensamento que constituem o campo de pesquisa das ciências humanas, que podem levar a interpretar de forma distinta o mesmo objeto de pesquisa.

Estamos conscientes que o objetivo deste artigo procura ilustrar as relações entre as manifestações do lazer, sua inserção no contexto da realidade brasileira e sua interpretação teórica desde a perspectiva dos trabalhos acadêmicos, só pode ser atingido de forma resumida e procurando ser o mais objetivo possível. Acreditamos contudo que o resultado permite uma visão de conjunto útil no sentido de realizar uma primeira aproximação ao tema, assim como para problematizar aspectos específico ou ainda levantar novas questões, conforme ilustrado no quadro a seguir:

Quadro I: Panorama Político, Econômico e Teórico do Lazer.

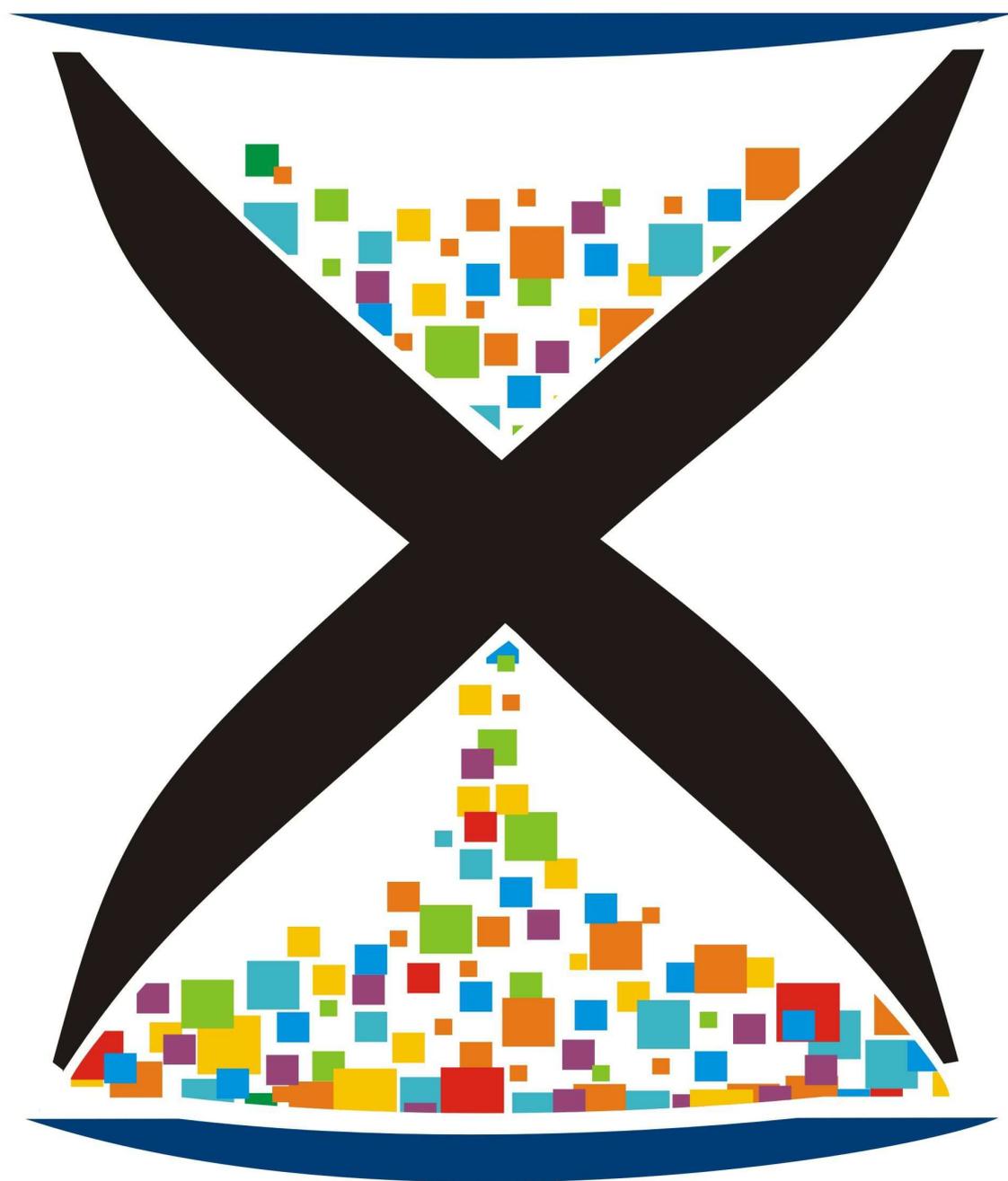
	Nacional desenvolvimentismo	Regime militar	Redemocratização e Globalização
Características políticas e econômicas do período	Liberdade democrática; Instabilidade política; Início da industrialização; Valorização do nacional popular; Formação de mercado consumidor; Definição da classe média.	Restrição de liberdades (AI-5); “Milagre” econômico; Aumento das desigualdades; Formação de pólos industriais; Tentativa de desenvolvimento regional.	Garantia democráticas; Estagnação econômica (principalmente setor secundário); Desenvolvimento da indústria cultural e internacionalização da cultura; Sociedade dual (exclusão social).
Mudanças nas práticas de lazer	Crescimento urbano e adaptação das práticas comunitárias aos espaços da cidade; Desenvolvimento nacional do teatro, música, cinema e artes.	Impacto do desenvolvimento tecnológico (automóveis, estradas) no lazer de final de semana; Utilização política do esporte e do lazer; Construção de parques públicos; Incentivo governamental para as práticas de lazer e das artes não engajadas politicamente ou críticas.	Desenvolvimento de um mercado de lazer de alto padrão; Pouco investimento em lazer popular; Desenvolvimento das artes, teatro, cinema, com incentivos governamentais; Reestruturação de centros e museus para práticas de lazer urbano, com recursos públicos e privados. Políticas públicas voltadas ao lazer “pedagógico” e iniciativas independentes umas das outras.
Reflexões teóricas sobre o lazer do período	Pouca ou nenhuma reflexão sobre o lazer; Valorização das raízes nacionais; Influência moralista ou de teorias que interpretam o lazer como descanso para trabalho.	Repressão e censura de reflexões teóricas, apenas discussões favoráveis aos programas de lazer governamentais; Inicia-se um intercâmbio com a produção estrangeira sobre o lazer (Dumazedier, Parker).	Contato e intercâmbio com as diversas correntes estrangeiras; Superação da dicotomia trabalho / tempo livre Estudos dos clássicos, pós-modernos, sociólogos contemporâneos e políticas públicas;

O Brasil, apesar da enorme desigualdade social da sua população e das limitações econômicas decorrentes da industrialização tardia, possui um sistema universitário de pós-graduação, quase que exclusivamente público, que possibilita o desenvolvimento de pesquisa e o intercâmbio de resultados, tanto internamente como com o exterior. A reflexão a respeito do objeto lazer, tal qual foi aqui apresentada, ilustra esta realidade onde em alguns casos consegue-se acompanhar o desenvolvimento internacional do tema incorporando contribuições originais, enquanto em outros casos só se repete a produção externa, ou nem mesmo isso consegue ser divulgado.

Referências

- BRUHNS, Heloisa. *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas, SP: Unicamp, 1997.
 CORBIN, Alain. *L'Avènement des Loisirs (1850-1960)*. Paris: Aubier, 1995.
 DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia Empírica do Lazer*. Tradução: Silvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva/SESC, 1979.
 FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In: MORAES, João (Org.).

- Historia do marxismo no Brasil III*. Campinas: Editora Unicamp, 1998.
- MAGNANI, José. *Festa no Pedaco: Cultura Popular e lazer na cidade*. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998.
- MANTEGA, Guido. Marxismo na economia brasileira. In: MORAES, J. (Org.). *Historia do marxismo no Brasil II: Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- MARCELLINO, Nelson. *Lazer e Educação*. Campinas: Papyrus, 1987.
- ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia; RAMOS, José. *Telenovela: história e produção*. São Paulo: Editora brasiliense, 1988.
- RAMOS, José. *Cinema, Estado e Lutas Culturais: anos 50, 60, 70*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.
- REQUIXA, Renato. *Sugestões e diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: romantismo revolucionário de artistas e intelectuais (pós 1960)*. Tese de Livre Docência, Campinas: Unicamp, 1999.
- SANT'ANNA, Denise. *O prazer justificado: história e lazer (São Paulo, 1969/1979)*. São Paulo: Marco Zero/MTC-Cnpq, 1994.
- SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SESC/WLRA. *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.
- SILVERMAN, Malcolm. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Tradução: Carlos Araújo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.
- TRIGO, Luiz. A educação e lazer, turismo e hotelaria nas sociedades atuais. In: MARCELLINO, N. (Org.). *Lazer & Empresa*. Campinas: Papyrus, 2000.
- ZÍLIO, Carlos; LAFETÁ, João; LEITE, Ligia. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Editora brasiliense, 1982.



Apresentações Orais

**A ATIVIDADE FÍSICA COMO ELEMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
Análise e Reflexões sobre os Serviços Sociais durante o Nacional
Desenvolvimentismo Brasileiro (1946-1964)**

Eduardo Mosna Xavier
Marco Antonio Bettine de Almeida

RESUMO

O Período Nacional Desenvolvimentista Brasileiro (1946 à 1964) foi marcado pelo pujante crescimento industrial, além de uma sensível inversão populacional do eixo rural para o urbano. Essas transformações mobilizaram o governo a instituir políticas públicas que possibilitassem uma administração desse novo cenário. Nesse contexto, a atividade física (apesar da inexistência de uma pasta gerencial específica) também foi contemplada com algumas medidas que destacaram este período do Estado Novo e projetaram a compreensão e a realização do movimento humano para o esporte e a saúde durante o Regime Militar. O Governo criou os Serviços Sociais, com ênfase no fomento de estratégias de formação e preenchimento do tempo livre dos industriários e comerciantes, concebendo uma estrutura que ofertava não apenas a atividade física e o esporte como, também, espaços de socialização política peculiares em ambientes de congregação com a realização do movimento. O Nacional Desenvolvimentismo foi um período marcante para a concretização de desejos do Estado no tocante ao uso da atividade física como um instrumento de política pública, apesar das medidas ocorrerem de forma indireta, sem a valorização percebida na contemporaneidade.

Palavras-chave: Nacional Desenvolvimentismo, Atividade Física, Serviços Sociais.

1 Introdução: Análise Histórica do Nacional Desenvolvimentismo

A reconstrução dos fatos que ocorreram e, de certa forma, findaram-se no passado, suplanta a mera utilização de recursos metodológicos para buscar a “*verdade*”. Através da interdisciplinaridade, com fulcro na idealização de uma Memória Política que permita uma tentativa crítica de reconstrução de acontecimentos do passado; esta dissertação irá analisar uma fase da história brasileira de grande crescimento econômico e de discutíveis e fragmentadas políticas sociais¹, que acarretaram na sedimentação do abismo na desigualdade brasileira (sobretudo referente á distribuição de renda): **o**

Período Nacional Desenvolvimentista² (1946 a 1964)

O expressivo crescimento econômico e industrial do Brasil Nacional Desenvolvimentista intensificou a migração do eixo rural para o urbano, potencializando essa transição populacional iniciada no Estado Novo. Para Braga (2006), esse período foi o que apresentou os maiores índices de movimentação

1 Aureliano & Draibe (1989), em periodização sobre a formação do Estado de Bem-Estar Social no Brasil, entendem a fase de 1930 até 1964 como introdução e expansão fragmentada. O que demarcou essa chamada fragmentação foi oriundo da existência de diferentes institutos no provimento da política social. Central nesse período foi o caráter meritocrático da cidadania, ou “*cidadania regulada*” (SANTOS, 1987, p. 22).

2 O Verbetes “*Nacional Desenvolvimentismo*” foi concebido, discutido e desenvolvidos pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a partir de 1955. Informação disponível em <www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em 23 de jan. 2010.

populacional do eixo rural para o urbano:

Durante a década de 50 registram-se as maiores taxas de migração interna da história do país, de acordo com os mesmos movimentos que se desenhavam nas décadas anteriores: Rio e São Paulo figuravam como os dois maiores centros de atração dos migrantes originários, principalmente, dos Estados do Nordeste e Leste. De outro lado, Estados como Paraná e Goiás aumentam sua capacidade de atração dos migrantes para as áreas de fronteira agrícola. (p. 2)

A inversão do eixo urbano e rural ocorreu concomitantemente com um perceptível crescimento demográfico no território nacional, impulsionado pelo aumento da natalidade e da expectativa de vida. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população brasileira, além de apresentar um vertiginoso crescimento a partir da década de 1950, também apresentou uma evidente disparidade, relacionada ao ritmo de crescimento urbano e rural:

Gráfico 1 – Crescimento populacional urbano e rural entre 1950 e 1970



Fonte: IBGE3

Essa inversão “*demográfica*” populacional ratificou a assunção de uma ideologia política primária iniciada durante o primeiro governo estado-novista de Getúlio Vargas - GV, que determinava a valorização dos fatores econômicos em detrimento às intervenções na área social. A interferência do governo na formação de uma ideologia coletiva vinculada à industrialização e ao crescimento econômico constituiu um dos fatores basilares no fomento de políticas públicas concebidas durante o Nacional Desenvolvimentismo brasileiro. Entretanto, esse período da história brasileira não recebeu a devida valorização no tocante a elaboração de estudos científicos (de natureza histórica, sociológica e antropológica), sendo o crescimento econômico industrial o principal (e exaustivo) assunto que envolveu (direta e/ou indiretamente) as publicações sobre o Nacional Desenvolvimentismo, transformando esse período num terreno fértil para a concepção de produções científicas.

2. Objetivos

Estudar as Políticas Públicas de Atividade Física no Período Nacional

3 Informação disponível em http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/populacao.shtm. Acesso em 4 de mar. 2013.

Desenvolvimentista realizada nos Serviços Sociais, especificamente o SESI e o SESC, entendendo sua interferência naquele momento histórico e seus reflexos para as décadas posteriores.

Construir uma Memória Política do movimento praticado nos Serviços Sociais no Nacional Desenvolvimentismo

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa quantitativa foi realizada através de uma revisão bibliográfica e legislativa de 1920 à 1970, englobando publicações em jornais, periódicos científicos, livros e imagens publicadas.

A Teoria de Pesquisa Aplicado foi a de análise de conteúdo, utilizando as 03 etapas descritas por Bardin (1970), quais sejam, a pré-análise, a análise e a inferência.

4. Fundamentação Teórica, Resultados e Discussões

4.1 Um Diagnóstico da Atividade Física e do Lazer no Nacional Desenvolvimentismo

A perspectiva de “*modus vivendi*” da população brasileira (com um claro enfoque tecnocrata, fatalista e alienado) conduziram essas pessoas para o estabelecimento de rotinas resumidas uma jornada de trabalho mais controlada e limitada: 08 horas por dia e 40 horas semanais⁴, permitindo momentos de folga não vivenciados antes do Estado Novo.

Apesar dessa “*ociosidade*” do trabalhador preocupava o Governo, as limitações de exercício de liberdade do direito do trabalhador, consubstanciadas pela CF de 1937, permitia que o Governo não se imbuísse de fomentar políticas públicas para o preenchimento do tempo livre durante a Era Vargas. Não eram estipuladas como prioridades básicas dois tipos de vivências necessárias à manutenção de uma saúde e qualidade de vida mínima para a subsistência do homem: o lazer e a atividade física. Essas ações humanas, quando realizadas no tempo livre, possibilitariam aos trabalhadores e aos seus familiares os necessários momentos de descontração, imprescindíveis para suportar a extenuante jornada dentro e fora do âmbito profissional.

O preenchimento do tempo livre e dos momentos de ócio seguia as diretrizes estabelecidas no Estado Novo, qual seja, da oferta de opções com o propósito de controle das ações humanas no período não laboral ou estudantil. As cerimônias nacionalistas (como as comemorações patrióticas da independência e da proclamação da república) tinha como propósito a impregnação na cultura popular dos ideais nacionalistas.

As práticas de lazer populares como os jogos que pulsam nos morros, ou as brincadeiras de rua urbana, ou as festas rurais populares, as festas urbanas populares eram formas de lazer que representavam as práticas coletivas de convivência e símbolos daquela comunidade. Entretanto, Almeida (2006) enfatizou que muitas dessas manifestações de cultura popular, com o propósito de preencher esse tempo livre eram, na verdade, uma tentativa de manutenção das tradições ruralistas, em meio à um

4 A CF de 1937 especificou “*dia de trabalho de 8 horas, que poderá ser reduzido, e somente susceptível de aumento nos casos previstos em lei*”. (artigo 137). Entretanto, a Constituição de 1937, sob a justificativa de que o Estado, sob as instituições existentes, não dispunha de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo, foi editada pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, uma nova Constituição (FERRARI, 2002, p.58)

incipiente cenário de urbanização no Brasil:

Em outras palavras, as pessoas ao trazer estes elementos populares, muitas vezes típicos de uma região não urbana, resguardam os valores do seu grupo, mantendo coesa a ideia de comunidade. Afirma-se que estes valores encontram-se, também, nos jogos e brincadeiras populares incorporados na dinâmica da sociedade urbanizada. Os jogos, desta forma, exprimem a dinâmica de um grupo e a sua forma de convivência num espaço hostil aos elementos religiosos, torna-os uma fonte de resistência ao desenvolvimento produtivo (p. 7).

4.2 Os Serviços Sociais no Nacional Desenvolvimentismo

Os Serviços Sociais (empregados como uma estratégia de gestão pública pelo Estado) foram concebidos no final do “*Estado Novo*” (1930 a 1946). Seu escopo foi de formar mão de obra especializada para a indústria e o comércio, além de possibilitar um espaço de educação e lazer aos trabalhadores e seus familiares. Esses entes de natureza paraestatal tiveram uma decisiva participação nas áreas de lazer, educação física, recreação e esporte competitivo, funcionando como uma das mais importantes políticas públicas dessa área durante aquele momento histórico.

Os Serviços Sociais podem ser conceituados como uma espécie de “*Associativismo*”, já que permitia a reunião de um grupo de pessoas num determinado espaço físico. Durante o Nacional Desenvolvimentismo, ocorreu um significativo aumento de clubes poliesportivos, bem como de locais de prestação de serviços aos trabalhadores. Tais fatores potencializaram a vinculação dos industriários e comerciantes à essas “*Associações*” que prestam serviços aos trabalhadores urbanos, apresentando também um expressivo e consistente número de filiados, como ilustra o gráfico abaixo:

Tabela 1 - Associações Desportivas e número de associados durante o Nacional Desenvolvimentismo:

Ano	Associações Desportivas	Número de Associados
1957	5.816	1.986.202
1960	8.050	2.675.813
1964	7.677	3.357.325

Fonte: *Estatísticas do Século XX* (2006).

Os comerciários e os industriários, normalmente, consideravam os exíguos períodos que não exerciam atividade laboral como momentos de lazer. A miscelânea entre os conceitos de tempo livre e lazer deturpou o raciocínio dos comerciantes e industriários, que passaram a considerar o mero preenchimento do tempo ocioso como atividade de lazer. Dessa forma, a participação num mutirão⁵, por exemplo, era considerado um momento de lazer. Apesar das relações sociais entre integrantes da mesma classe social, com objetivos similares, trazer certa satisfação, os conceitos laborais de cumprimento de metas, envolvimento com a produção e, sobretudo, geração de “*mais valia*” são motivos que classificariam aquela atividade como laboral.

O **Serviço Social da Indústria (SESI)** é uma Entidade Paraestatal⁶ seria controlada e administrada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Os principais

⁵ Tipo de política pública habitacional muito comum no Nacional Desenvolvimentismo, em virtude do crescente ritmo de urbanização.

⁶ Pessoa Jurídica híbrida, cujo controle compete às instituições privadas, mas seu serviço tem um caráter e interesse eminentemente público.

objetivos fomentados por esse Serviço Social institucionalizado seriam, conforme aponta o próprio documento legal que o criou, a melhoria da qualidade e no estilo de vida do trabalhador do ramo industrial, institucionalizando esta atividade de socialização. Para Mendonça Júnior (2004) a própria concepção do liberalismo impulsionou o empresariado à criar o SESI, com fundamentos que propunham atingir “*a paz social, da produtividade industrial e do reconhecimento, pelos líderes industriais de então, da responsabilidade social da empresa*”. (p. 72). Dentro das atividades desportivas oferecidas pelo SESI, durante o Nacional Desenvolvimentismo, destacavam-se aquelas destinadas às áreas lúdicas, escolar e esportiva. As atividades eram ofertadas para diversas faixas etárias. Os Jogos Nacionais do SESI7 (concebidos durante o período histórico estudado) exemplificam os eventos peculiares a esse Serviço Social, bem como sobre seu público alvo, como aponta o próprio Mendonça Júnior (2004):

Quanto ao esporte, ele aparece na área de Lazer do SESI na linha de desporto educacional e de participação. São oferecidos cursos nas mais diversas modalidades esportivas e realizados torneios e campeonatos para crianças, adolescentes, adultos e idosos, trabalhadores da indústria e assemelhadas, tais como Jogos Nacionais do SESI (p. 74).

O SESI também foi pioneiro em organizar competições esportivas envolvendo trabalhadores urbanos. Em 1947, essa instituição realizou a 1º Olimpíada Operária, envolvendo os clubes localizados, apenas, na cidade de São Paulo. Já a 3ª Olimpíada Operária, realizada durante todo o mês de maio de 1949, foi a que teve maior destaque. Certame que originou os Jogos Abertos do Interior (maior competição de esporte amador no mundo), a estrutura desta competição impressionou para os padrões da época. Segundo dados da FIESP8, esta competição envolveu, ao todo, 1.000 (mil) atletas de diversas regiões brasileiras.

O **Serviço Social do Comércio (SESC)**, assim como o SESI, também é classificado como Entidade Paraestatal. Não possui finalidade lucrativa e, atualmente, possui sedes em todo o território nacional. Suas ações estão direcionadas para o bem-estar social dos comerciários e empregados de empresas de serviços, bem como de seus familiares. Também atua nas áreas da Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência Médica. Foi criado em 1946, no dia 13 de setembro, através da assinatura do Decreto-Lei nº 9.853, que autorizava a Confederação Nacional do Comércio à organizar e implementar esse Serviço Social.

Os espaços para a prática de ações esportivas, recreativas e lúdicas ofertados pelo SESC eram bem similares àqueles existentes no SESI. Ambas as autarquias utilizavam o que Ziperovich (2007) chamava de “*tipologia de espaços*”, onde os círculos de socialização eram divididos em escola, sociocultural, aquático e esportivo.

O primeiro evento esportivo de grandes proporções organizado pelo SESC foi a “*Liga de Futebol de Salão Amador*”, em 1953. Destinada a comerciantes e comerciários, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro e contou com a participação de 24 times, com duração de seis meses. Foi idealizado para ocorrer em sistema de grupos, composto cada um por 4 times, onde os comerciários jogavam entre si em turno e retorno, classificando os melhores de cada grupo para a fase final

7 Desde 1970, os Jogos Nacionais assumiram a nomenclatura de Jogos Industriários do SESI. Em 2006 foi realizada sua 59ª Edição, que contou com a participação de 2081 empresas e 107.033 trabalhadores. Informação disponível em <<http://www.sesisp.org.br/home/2006/esportelazer>>. Acesso em 29 de jun. 2010.

8 Informação disponível em <www.fiesp.org.br>. Acesso em 29 de jun. 2010.

5 Considerações Finais

O estudo de políticas públicas relaciona-se diretamente com a inclusão de assuntos de interesse estratégico na agenda na agenda de intervenções do poder público, sujeitando-se à interferências conforme o grau de ativismo e de mobilização dos cidadãos e partidos políticos (através da manifestação de suas ideologias sociais – valores, crenças, opiniões), bem como da interação e possibilidade de participação dos atores sociais nela envolvidos.

A criação do Sistema “S” refletiu uma necessidade política, não apenas de garantir uma estrutura de ocupação do “Tempo Livre” à crescente mão de obra urbana em comércios e indústrias, mas também para a formação e sedimentação de uma “classe social”, cujo comportamento refletiu, num primeiro momento, não apenas na ideologia destes nascentes grupos, mas naquela mais conveniente à classe dirigente e dominante.

Os Serviços Sociais disponibilizavam espaços de prática e atividade física, recreação e lazer. Entretanto, as finalidades propostas pelo Estado se vinculavam, apenas, com a formação física e política dos cidadãos, num momento de ampla concentração populacional nas cidades e de uma premente necessidade de profissionais na área do comércio e da indústria.

Referências

- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. *Análise do desenvolvimento das Práticas urbanas de lazer relacionadas a produção cultural no período nacional-desenvolvimentista à globalização através da “Teoria da Ação Comunicativa”*. UNICAMP. Campinas/SP, 2008.
- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. *Lazer no Estado Novo e os usos do tempo livre*. ·Revista Lecturas: Educación física y deportes, ISSN-e 1514-3465, n. 98, 2006.
- AURELIANO, Liliana & DRAIBE, Sônia Miriam. *A especificidade do 'Welfare State' brasileiro*. In: MPAS/CEPAL. Economia e desenvolvimento - vol. I: reflexões sobre a natureza do bem-estar. Brasília: MPAS/ CEPAL, 1989.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Editora Medigraf. São Paulo, 1970.
- BRAGA, Fernando Gomes. *Migração Interna e Urbanização no Brasil Contemporâneo: Um estudo da Rede de Localidades Centrais do Brasil (1980/2000)* Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006
- FERRARI, Irany, NASCIMENTO, Amauri Mascaro; MARTINS FILHO & Ives Gandra da Silva. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho*. 2. ed., São Paulo: Ltr, 2002.
- GRIFI, Giampiero. *História da Educação Física e do Esporte*. Editora Luzzatto. Porto Alegre/RS, 1989.
- JUNIOR, João Peregrino da Rocha Fagundes. *Sentidos e objetivos da Educação Física*. In Arquivos da Escola Nacional da Educação física e Desporto. Universidade do Brasil, ano V, nº 5. Rio de Janeiro/RJ, 1949.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do Século XX*. Centro de Documentação e disseminação das informações. Rio de Janeiro/RJ, 2006.
- MENDONÇA JUNIOR, Ataliba. *O Lazer no SESI: do conformismo á participação*. Editora UNIMEP. Piracicaba/SP, 2004.
- SANTOS, Boaventura Souza. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1987.
- ZIPEROVICH, Carlos. *Espaços e Equipamentos Recreativos*. In: *Recreação, Esporte e Lazer*. Editora Instituto Tempo Livre. Recife/PE, 2007.

A DANÇA COMO PRÁTICA DE LAZER: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE HOMENS, GÊNERO E O BALÉ CLÁSSICO

Renata Ferreira dos Santos
Simone Cassoli Ferraz
Marco Antonio Bettine de Almeida

RESUMO

Este estudo analisa a questão do gênero relacionada à dança como prática de lazer, especificamente do gênero masculino quanto ao balé clássico, com o propósito de compreender como o homem é visto pela sociedade enquanto bailarino. Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica, e posteriormente, uma análise sociológica baseada nas obras de Pierre Bourdieu, Karl Marx e Jurgen Habermas. Conclui-se que o gênero é socialmente construído, assim como a dominação masculina que deixa clara a existência de um papel que o homem precisa cumprir para afirmar a sua masculinidade. Por mais que o balé clássico seja associado à feminilidade, ele teve sua origem com Luís XIV, um homem da corte francesa, o que prova que esta prática nunca teve seu foco voltado exclusivamente para as mulheres.

Palavras-chave: Dança, Homens, Gênero.

Introdução

Lazer é definido classicamente, por Dumazedier (1979) como o conjunto de ações escolhidas pelo sujeito para diversão, recreação e entretenimento, num processo pessoal de desenvolvimento.

A dança pode ser considerada um fenômeno social, pois esteve presente durante toda a história da sociedade, da primitiva à contemporânea, retratando épocas e graus do desenvolvimento social, econômico, cultural, político e religioso. Ela materializou as técnicas, os valores e os significados das civilizações expressando e revivendo os fatos por meio da representação das vivências do homem no mundo e das influências que o mundo lhe apresentava (RANGEL, 2002).

Os povos primitivos utilizavam o movimento corporal como a sua principal forma de comunicação e comunhão. Os homens dançavam para a colheita, para a fertilização, para a diversão, para fazerem agradecimentos e principalmente como meio de comunicação e entendimento entre os membros da sociedade. Além disso, a dança também era considerada uma ligação entre o homem e seus deuses. Sendo assim, é possível afirmar que a dança fornece elementos ou representações da cultura dos povos, podendo manifestar os hábitos e costumes de uma sociedade (MEDINA, 2011).

As pessoas passaram a dançar cada vez mais na medida em que a dança foi sendo aprimorada, o que possibilitou que toda a movimentação fosse transformada em diversão e entretenimento (MEDINA, 2011). A dança pode ser praticada como forma de expressão artística, expressão humana, expressão de sentimentos e expressão da sociedade, como forma de aquisição de conhecimentos, de práticas de lazer, de prazer, como libertação da imaginação, desenvolvimento da criatividade e da comunicação, e como veículo de socialização (BARRETO, 2004).

Foi na corte francesa que surgiu o primeiro bailarino do qual se tem relato: Luís XIV. Juntamente com ele, houve o surgimento das escolas de dança, fazendo com que esta prática ganhasse forma de profissionalização e entretenimento, perdendo assim o

seu antigo objetivo de obter comunhão com os deuses (MEDINA, 2011). Foram estabelecidas regras e técnicas específicas, e o balé clássico nasceu trazendo consigo a exigência de horas de ensaios, perfeição de movimentos e gestos, ultrapasse de limites corporais e vinculação de ideias, propostas e temas pré-estabelecidos.

A palavra gênero, segundo o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, significa uma categoria que indica por meio de desinências uma divisão dos nomes baseada em critérios, tais como sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro.

Segundo Joan Scott (1989), o “gênero” aparentemente surgiu primeiro entre as feministas americanas que insistiam no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Gênero indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. As mulheres centravam-se sobre elas de forma extremamente estreita e isolada, utilizando o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. De acordo com essa opinião, tanto as mulheres quanto os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de um estudo inteiramente separado.

Objetivo

O objetivo deste estudo foi analisar a questão do gênero relacionada à dança como prática de lazer, especificamente do gênero masculino quanto ao balé clássico, com o propósito de compreender como o homem é reconhecido e considerado enquanto bailarino, e as relações feitas entre esta prática e a sua orientação sexual.

Procedimentos Metodológicos

Primeiramente foi feita uma pesquisa bibliográfica, baseada nos seguintes itens: (a) história da dança; (b) definição e construção do gênero e; (c) o papel do homem na sociedade. Posteriormente, foi realizada uma análise sociológica da literatura encontrada, baseada nas obras de Pierre Bourdieu, Karl Marx e Jurgen Habermas, com o objetivo de fazer uma reflexão mais profunda sobre a temática.

Fundamentação Teórica

1 A Dominação Masculina (Pierre Bourdieu)

A divisão entre as relações sociais de dominação entre os gêneros separa-se em duas classes de habitus diferentes, que levam à classificação das coisas do mundo e das práticas segundo a distinção e oposição entre o masculino e o feminino. O habitus é um sistema de disposições, tendências incorporadas pelo indivíduo decorrentes da especificidade do processo de socialização por ele vivido. As disposições são estruturadas e estruturantes sendo determinadas pelas condições sociais mais estruturais que se apresentam no processo de socialização dos sujeitos, ao mesmo tempo em que concorrem para a determinação das práticas destes sujeitos.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esta construção abrange principalmente o corpo em sua estrutura biológica, pois é esta formação estrutural que diferencia os sexos. A diferença biológica entre o corpo masculino e o corpo feminino, e principalmente a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode justificar esta

diferença socialmente construída entre os gêneros.

Um sujeito com o objetivo de provar que de fato é um verdadeiro homem necessita demonstrar sua virilidade como um ponto de honra, apresentando seu nível de potência sexual. Mesmo sendo compostos da mesma fisiologia, o homem e a mulher são vistos como se fossem duas variáveis, sendo uma superior e a outra inferior. Esta diferenciação é bem dividida em uma série de oposições mítico-rituais: alto/baixo, em cima/em baixo, seco/úmido, quente/frio, ativo/passivo, móvel/imóvel, que sustentam a ideia de que o homem é superior, pois fica por cima. Algumas civilizações chegam inclusive a condenar a posição amorosa na qual a mulher se põe por sobre o homem.

Todas estas oposições relacionam o ato sexual a uma relação de dominação, que se dá no sentido de submeter alguém a seu poder, à tomada de posse.

O ato sexual se dá em uma relação de dominação em que os homens dominam, apropriam-se, possuem as mulheres. A relação sexual apresenta-se como uma relação social de dominação, pois ela se origina da divisão entre o masculino ativo e o feminino passivo, tendo o masculino o desejo de posse como dominação erotizada, e o feminino o desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada.

A esta dominação podemos relacionar a homossexualidade, neste caso, a reciprocidade é possível nas relações sexuais, mas os papéis ativos ou passivos são indissociáveis das relações sociais, pois o ativo continua sendo o dominante e o passivo o dominado, porém no caso, o passivo além de ser dominado é feminizado pelo outro. Sendo a sexualidade referente ao poder, a pior humilhação para um homem é ser transformado em mulher.

O corpo é diferenciado socialmente a partir do gênero oposto, o masculino não feminino e o feminino não masculino. Esta definição social quanto à distinção sexual acaba impondo quais práticas convém para cada sexo, proibindo ou desencorajando as condutas consideradas impróprias, como o homossexualismo, ou práticas que podem ser associadas a ele.

Por causa da socialização as mulheres são diminuídas e negadas, porém os homens também são prisioneiros e vítimas da representação dominante, tendo de se submeter a exercer a dominação, como capacidade reprodutiva, sexual e social.

Algumas atitudes tomadas pelos homens são construídas sobre o medo de serem discriminados ou serem submetidos a categorias femininas, podendo ser chamados de fracos, delicados e mulherzinhas, e pelo receio de serem excluídos do mundo dos homens sem fraquezas. A virilidade é construída diante de outros homens, para outros homens e contra a feminilidade, como se existisse uma espécie de medo do feminino, o que é subjetivo.

A masculinização do corpo masculino e a feminilização do corpo feminino são tarefas intermináveis que levam tempo e necessitam de muito esforço. A família auxilia para esta dominação com a exigência da inserção em um trabalho, que também possui uma divisão sexual, existindo trabalhos para homens e trabalhos para mulheres. A igreja é marcada pelo antifeminismo considerando a matéria de trajés, e uma visão pessimista relacionando a inferioridade à mulher. A escola é responsável por ensinar as maneiras de ser e as maneiras de ver e de se ver, enfim, os modos de se pensar.

2 A Emancipação do Homem na Vida Social (Jürgen Habermas)

O trabalho, pela essência de dominar a natureza para colocá-la a serviço do homem, possui uma racionalidade do mesmo tipo da racionalidade da ciência e da técnica, ou seja, uma racionalidade pautada na organização e na escolha adequada de meios para atingir determinados fins.

O interesse primordial de Habermas foi construir uma teoria crítica da sociedade para possibilitar a emancipação do homem na vida social, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades de auto-reflexão.

Existem diferentes tipos de ação de acordo com a relação que o homem estabelece com o mundo. O agir racional com respeito a fins manifesta-se de duas formas: o agir instrumental e o agir estratégico, sendo que o primeiro tende a organizar os meios adequados ou inadequados segundo os critérios de um controle eficaz da realidade, o segundo depende de uma avaliação correta das possíveis alternativas do comportamento, que resulta de forma exclusiva de uma dedução feita com o auxílio de valores e de máximas.

Habermas diferencia a orientação para o entendimento mútuo da orientação para o sucesso, ao abordar a estrutura do agir orientado para o entendimento mútuo, de forma a explicar que os atores são orientados exclusivamente para o sucesso (para as consequências de seu agir) tentando alcançar os objetivos de sua ação influenciando externamente por meio de armas ou bens, ameaças ou seduções, sobre a definição da situação ou sobre as decisões ou motivos de seu adversário.

A ideia da ação comunicativa, que visa à emancipação social complementa o pensamento de que a criatividade será mais desenvolvida quanto mais livre for uma sociedade. Apenas os indivíduos suficientemente capazes de estabelecer relações verdadeiras e livres de qualquer tipo de dominação poderão adquirir a liberdade de pensamento e conseqüentemente, de criação.

Critica-se a racionalidade instrumental e defende-se a racionalidade comunicativa, que é a única forma de levar o homem ao entendimento, pois o livre fluxo das ideias passa pela liberdade de pensamento, e também pelo rompimento com a dominação social que permeia as relações sociais.

Sendo assim, tanto a criatividade quanto a racionalidade são componentes intrínsecos do ser humano, e infelizmente seus princípios têm sido deturpados para obedecerem e sustentarem a lógica vigente de mercado.

3 O Ser Social (Karl Marx)

O trabalho, na visão marxista, é a única forma de obtenção da riqueza, não apenas sob o aspecto econômico, mas também sob o aspecto cultural. A riqueza não se resume a uma simples acumulação de bens materiais, mas sim, a apropriação dos bens produzidos no decorrer da evolução do gênero humano.

Há uma aproximação tanto do homem necessitado quanto do comerciante, pois ambos não refletem a essência do homem enquanto homem, mas uma expressão alienada dessa essência: o homem tornou-se tão preocupado com o que necessita para sobreviver que não é capaz de admirar qualquer forma de expressão artística, e o comerciante, está tão preso ao valor comercial do minério que sua beleza já não tem importância, pois ele não aprecia o minério enquanto minério, ou seja, tanto o homem necessitado quanto o comerciante, não conseguem se formar enquanto verdadeiros representantes do homem moderno em sua genericidade. Cabe ressaltar que o homem não se distingue dos demais animais somente por aspectos morfológicos, mas sim pelas suas características enquanto ser social.

O homem chega a ser incapaz de se reconhecer na atividade que realiza, um bom exemplo disso está refletido no filme “Tempos Modernos”, onde o ator principal Charles Chaplin atuava um operário em meio a rodas dentadas, e não tinha noção do que se produzia, pois a sua parcela na produção era ínfima e apartada do produto em sua totalidade.

Na contra mão da concepção de trabalho que é proposta pela sociabilidade do capital, com enfoque na reprodução do metabolismo do capital em favor da formação do ser social na sua totalidade, o trabalho como essência humana, sendo fragmentado confere uma relação objetividade/subjetividade de certa forma alienada, afeita ao pragmatismo e em oposição á filosofia da práxis.

Os homens são os protagonistas da sua própria história, entretanto, “não a fazem segundo sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias encontradas, dadas e transmitidas pelo passado”, pois cada sociabilidade comporta inúmeras possibilidades e limitações histórico-sociais particulares.

Resultados e discussões

Diferentes conteúdos de apropriação teórica do lazer(DUMAZEDIER, 1979) pode fracionar a cultura em segmentos fechados, de forma a não segmentar a ideia de lazer, trabalhamos a sua relação como definida pela totalidade das tradições, técnicas e instituições derivadas de um sistema histórico, parte integrante e indissociável do saber partilhado por determinada comunidade.

Do século XV ao século XVIII, o balé clássico operou uma eficiente pedagogia da masculinidade. Juntamente com outras práticas corporais como a esgrima, ele era considerado um meio eficaz para se formar “homens”, ou seja, para generificar corpos masculinos. Ele estava associado a um modelo de masculinidade hegemônico, denominado de o “patriarca gentil”: o nobre europeu, aristocrático, refinado, elegante, que tinha valor e que provava a sua masculinidade por meio da execução de gestos corporais suaves, delicados e de certa sensualidade. Nesta época, a dança era considerada pela sociedade uma atividade masculina natural, e em contrapartida, uma prática imprópria para as mulheres (ANDREOLI, 2011).

Esta situação é invertida na metade do século XVIII e início do século XIX, uma vez que os ideais modernos de masculinidade são inventados como forma de resposta a uma crescente necessidade de organização das relações sociais, oriundas de um novo processo civilizador (ANDREOLI, 2011).

O balé clássico então, com a sua estética originária da nobreza do século XVIII, (o modelo de masculinidade anterior), começou a ser negado por essa nova representação.

Foi com o propósito de sustentar esse novo modelo hegemônico de masculinidade que surgiram representações que construíram a noção de que homens que dançam não são totalmente homens, e no momento em que houve essa desvalorização da dança como atividade masculina, o balé clássico passou a ser associado ao feminino (ANDREOLI, 2011).

De acordo com Parsons, as mulheres adotavam papéis expressivos, e os homens, papéis instrumentais. Os papéis sociais são associados a determinadas posições na divisão social do trabalho, e fornecem roteiros da feminilidade e da masculinidade que são aprendidos por meio do processo de socialização. Estes roteiros são diferenciados para meninas e meninos de acordo com o gênero (SCOTT, 2010).

A socialização é condicionada de acordo com o gênero e corresponde ao sexo biológico, enquanto que a cultura se desenvolve sobre um alicerce fornecido pela natureza. Este desenvolvimento não é predeterminado, e por isso, a socialização pode ser “falha”, o que pode levar à aquisição de papéis sexuais “inadequados”. Portanto, essa “falha” pode ser usada para explicar a homossexualidade ou outros “desvios” em relação aos papéis sexuais normativos (SCOTT, 2010).

Mesmo que a quantidade de modelos masculinos na dança aumentasse, isso não

significaria necessariamente que os homens se sentiriam mais à vontade de ver a dança do mesmo ponto de vista das mulheres. Stinson (1998) afirma que o problema não é a homossexualidade, mas sim as atitudes que muitas pessoas adotam a respeito do assunto.

Considerações finais

A dança está ligada a uma série de condições sociais de estruturas dominantes. O preconceito e discriminação existentes se dariam por causa da construção social que impõe a ideia de gênero que determina quais são os comportamentos que se encaixam dentro de um determinado padrão, distinguindo certas atividades como masculinas ou femininas, sendo estas utilizadas como representações sociais e culturais dentro da construção social. Homens que se afastam deste padrão são expostos a discriminações e subordinações.

Essa composição nos faz sugerir a possibilidade dos condicionamentos sociais relacionados ao gênero, terem favorecido as mulheres na construção de um habitus, de modo geral, associando a dança à feminilidade (BOURDIEU, 1996).

Os movimentos leves do balé clássico, a flexibilidade e a demonstração de sentimentos relacionar-se-iam à fraqueza e à vulnerabilidade, características apontadas como femininas, estereotipando bailarinos como delicados e trazendo decorrentes dúvidas quanto a sua heterossexualidade.

A própria sociedade reforça por diversos meios que determinados tipos de dança são direcionados ao gênero feminino, porém o estilo da dança também interfere nesta construção: Bailarinos são discriminados e estereotipados de homossexuais ou afeminados, enquanto que dançarinos de hip hop, por exemplo, possuem uma maior aceitação social, uma vez que a sua prática não é relacionada à sua orientação sexual, por ser composta por movimentos considerados mais fortes, “mais masculinos”.

Por mais que o balé clássico seja associado à feminilidade, ele teve sua origem com Luís XIV, um homem da corte francesa, o que prova que esta prática nunca teve seu foco voltado exclusivamente para as mulheres.

Podemos observar que tanto as mulheres quanto os homens são vítimas desta dominação que lhes é imposta, porém tanta pressão em cima dos homens que dançam muitas vezes os leva a deixar de praticar o balé clássico, devido às cobranças sociais vindas principalmente da família, dos amigos e da igreja, fazendo com que muitos acabem desistindo de uma futura carreira ou simplesmente de um hobby a ser praticado em seu tempo de lazer.

O balé clássico não possui relação direta com a orientação sexual dos bailarinos, pois esta orientação é extremamente pessoal e decorrente de outras variáveis.

As práticas corporais trazem consigo uma construção da imagem, o homem é discriminado no balé clássico assim como a mulher é discriminada no futebol, porém esta construção da imagem não apresenta todo o contexto que é vivenciado pelo indivíduo. Mesmo nas escolas de dança, os bailarinos são comumente cobrados por seus professores a mostrarem uma imagem masculina enquanto dançam, independente de sua orientação sexual. Sendo assim, esta diferenciação entre o masculino e o feminino é de grande relevância, mesmo no mundo da dança. Nos famosos balés de repertório, não existe qualquer tipo de obra que faça menção ao homossexualismo, pelo contrário, algumas obras como “A Bela Adormecida”, “O Lago dos Cisnes”, “La Bayadere”, “O Corsário”, “Dom Quixote”, entre outros, relatam histórias de amor vivenciadas por casais heterossexuais.

O lazer deve ter uma postura crítica, de modo a compartilhar objetivos e

recursos adotando critérios de incentivo à sociabilidade espontânea e ao desenvolvimento da sensibilidade e do autoconhecimento dos participantes. É neste sentido que procuramos aqui apontar a importância da pesquisa a respeito do objeto da dança como lazer e suas reflexões no tocante ao homem, gênero e balé clássico.

Referências

- ANDREOLI, G. S. *Representações de masculinidade na dança contemporânea*. Revista Movimento, v. 17, n.01, p. 159-175, 2011.
- BARRETO, D. *Dança: ensino, sentidos e possibilidades na escola*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- BOURDIEU, P. (1999). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CAMINADA, E. *História da dança: evolução cultural*. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.
- DAVIS, N. Z. “*Women’s History in Transition: The European Case*”, *Feminist Studies*, 3 (Winter 1975-76), p.90.
- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1979.
- HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa, I: Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madri : Grupo Santillana de Ediciones S.A, 1999.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes, p. 7-179, 3ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1997.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*, São Paulo, Nova Cultura, 1991, p.165-188.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. A Revolução Antes da Revolução. São Paulo: Expressão Popular, Coleção Assim Lutam os Povos, 2008.
- MEDINA, J. et al. *As Representações da Dança: uma Análise Sociológica*. Artigos Originais, Movimento. Porto Alegre, 2008.
- Oxford English Dictionary, Ed. 1961, vol.4.
- SCOTT, J. – *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989
- SCOTT, J. (org); tradução Carlos Alberto Medeiros; consultoria técnica Luiz Fernando Dias Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- STINSON, S. *Reflexões sobre a dança e os meninos*. Revista Pro – Proposições, vol. 9, n. 2, 1998.

A EXPERIÊNCIA DE ALTERIDADE NO “MOCHILAR” 1

Denise Falcão

RESUMO

Este estudo apresenta um olhar possível para os mochileiros em suas práticas de viagem de mochila que tensiona o modelo mercantilizado de viagens de lazer para focar na dimensão da experiência humana e das relações estabelecidas. Para isto, adotei como ponto central da discussão o sujeito em sua mediação com o mundo, em especial a experiência de alteridade vivenciada nessa atividade. Esta experiência possibilita o auto-conhecimento e pode produzir uma capacidade de auto-expressar-se sendo constituinte da subjetividade dos sujeitos.

Palavras chaves: Mochileiro; Alteridade; Lazer

Este trabalho foca uma das categorias de significados da prática de mochilagem evidenciada em minha pesquisa de mestrado desenvolvida no programa de pós-graduação interdisciplinar em estudos do lazer/UFMG.

Esse estudo realizado com mochileiros produziu uma mudança radical perante o olhar mercantilizado encontrado em outras pesquisas acerca dessas práticas como foi verificado na revisão bibliográfica realizada, para centrar-se na dimensão da experiência humana e das relações estabelecidas pelos que assim viajam.

Trata-se de um estudo situado na atualidade que procurou refletir sobre a tensão que o sujeito contemporâneo vive na relação indivíduo/sociedade.

O sistema capitalista mantém prescrições conferidas ao ser humano por meio da lógica de produção/consumo que explora a força de trabalho, mas acima de tudo impõe metas de felicidade vinculadas ao poder econômico. A felicidade passa a ser comercializada como um produto, um ideal a ser conquistado.

Nesta lógica, tem-se um sistema que busca massificar os seres humanos com propostas homogeneizantes que acabam por anular a singularidade dos sujeitos. Porém, não se pode perder de vista que a edificação das relações sociais não são lineares, pois são mediadas por aspectos históricos-culturais complexos que produzem singularidades. Forças divergentes e antagônicas se tensionam e se complementam na medida em que a vontade individual confronta forças coercitivas de caráter social. Esse tensionamento representa um paradoxo constitutivo do ser humano. Por um lado a liberdade individual, ou seja, a capacidade de cada sujeito escolher arbitrariamente o que lhe é mais útil e interessante, seguindo sua própria preferência, independentemente dos demais; e por outro lado o imperialismo da obrigação coletiva que reflete as normas e valores sociais interiorizados e as repressões psicológicas sofridas (Mauss, 2003).

O percurso de individuação do sujeito se processa concomitantemente na sua relação com o mundo. Para manter uma sustentação epistemológica para este entendimento, apoiei-me no diálogo entre a Teoria Histórico-cultural e o Pensamento Complexo, que se interligam por compreenderem que a constituição da subjetividade do sujeito tanto quanto a construção de seus sentidos e significados está atrelada a intrínseca relação indivíduo-sociedade. Desse modo, entendo que essa mediação representa a dinâmica complexa de um processo formador e auto-regulador da

1 Neologismo criado a partir da ação de viajar de mochila.

subjetividade.

Neste estudo, aponto a atividade de viajar de mochila como um lazer constituinte de um sujeito que procura romper, de certa forma, com o modelo hegemônico socialmente vigente para viagens e principalmente viagens de lazer.

O mochileiro é reconhecido nesta investigação como sujeito de sua atividade, um sujeito ativo. Sendo assim, ele procura a possibilidade de agir, de superar o prescrito, de transgredir, de experimentar suas escolhas em direção à realização de projetos pessoais assumidos, permitindo assim a emergência de um sujeito que é único e irrepetível (Rey, 2003; 2004).

A viagem de mochila compreendida como uma forma alternativa de viagem tensiona valores simbólicos que são gestados pela prática turística hegemônica.

Nesse aspecto, no imaginário social viajar representa a possibilidade de quebrar a rotina vivida no dia-a-dia, de conhecer lugares paradisíacos, de vivenciar distintas emoções, de conhecer outras culturas, etc. Os mochileiros comungam com estes desejos, porém os tensionam porque necessitam vivenciar esses valores planejando e realizando suas viagens de forma pessoal e não massificada. Para isso, adicionam a esses valores uma pitada de ousadia. Ou seja, os mochileiros não compactuam com a transformação das viagens em mercadorias a serem consumidas. Eles compreendem esta prática como uma experiência de vida na qual constroem significados que dão sentido à sua existência. De todo modo, reconheço que esses sentidos são produzidos e reproduzidos pela interação dialógica dos sujeitos em suas relações com o mundo.

Um forte significado desvelado nesse estilo de viagem foi a experiência de alteridade. A experiência de contato com o diferente afeta e transforma os sujeitos envolvidos. “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que passa o que acontece, ou o que toca” (Bondía, 2002, p.21). Para isso, torna-se necessário transcender o mundo das informações, das opiniões, dos saberes produzidos e vivenciar na prática do contato a possibilidade de experiência², de troca. Nesse processo, compreende-se que o crescimento pessoal e social se constitui na medida da experiência e não só da informação. A alteridade se dá pela perplexidade provocada pelo encontro das culturas, as quais transformam o olhar que se tem sobre si mesmo. Segundo Laplantine (2006, p.21), quando ficamos presos a uma única cultura, ficamos cegos à dos outros e míopes à nossa mesma, conforme suas palavras,

[...] a experiência da alteridade (e a elaboração dessa experiência) leva-nos a ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar, dada nossa dificuldade em fixar nossa atenção no que nos é habitual, familiar, cotidiano, e que consideramos “evidente”. Aos poucos, notamos que o menor de nossos comportamentos (gestos, mímicas, posturas, reações afetivas) não tem realmente nada de “natural”. Começamos, então, a nos surpreender com aquilo que diz respeito a nós mesmos, a nos espiar. O conhecimento (antropológico) da nossa cultura passa inevitavelmente pelo conhecimento das outras culturas; e devemos especialmente reconhecer que somos uma cultura possível entre tantas outras, mas não a única.

Nesse momento, estou abordando a noção de alteridade pela visão antropológica que envereda seus estudos como o estudo do Outro, entendido como outra sociedade, outra cultura, outro grupo social, enfim, aquele que se apresenta de forma diferente de mim. Temos, então, uma abordagem como uma tentativa de compreender a diversidade

2 Experienciação: termo adotado para romper com a ideia experimentalista da psicologia tradicional.

cultural, em um encontro radical com a alteridade.

Para Jodelet (1998, p.50) “o objeto alteridade, estudado pela psicologia social, acha-se situado no plano do vínculo social, da relação entre um “ego” e um “alter””. Nessa visão, a alteridade é compreendida como produto de um duplo processo de construção e exclusão social que são intimamente ligados numa unidade de contrários. Ao apontar como forma “do que é outro”, a noção de alteridade torna-se vinculada a um “não eu” de um “eu” e a um “outro” de um “mesmo”. Essa distinção entre o mesmo e o outro traz a tona a noção de identidade bem como a de pluralidade. “É sempre a reflexão acerca da alteridade que precede e permite toda definição identitária” (Auge, 1994, p.84).

Ainda sobre alteridade, Jodelet (1998) faz uma distinção entre a “alteridade de fora”, isto é, o que é distante, diferente, exótico com relação a uma determinada cultura (a visão antropológica) e a “alteridade de dentro”, que remete às diferenças existentes dentro de um mesmo conjunto cultural ou social. A mesma autora salienta como uma necessidade de aprendizagem gera diversas possibilidades que se estabelecem nas relações com o outro e os diferentes graus de proximidade desse outro numa realidade social. Aquele que não é o mesmo que “nós” pode ser apenas diferente, mas próximo, ou constituir-se como um alter em “sua forma mais extrema e alienante”, como é no caso dos preconceitos e de todas as formas de exclusão social.

Para pensar a representação da alteridade nos contextos de viagens de mochila faz-se necessário não perder de vista que num mundo contemporâneo globalizado, que se apresenta com contornos fluídos e instáveis (Bauman, 2004), a alteridade radical parece dissolver-se diante a contração do planeta, acarretando uma diluição das diferenças e uma homogeneização cultural. Digo isso, porque essa representação “de alteridade radical” se perde no encontro com a representação da “alteridade múltipla”. Nesse sentido, conforme afirma Gusmão (1999, p.44/45),

se no passado o outro era de fato diferente, distante e compunha uma realidade diversa daquela de meu mundo, hoje, o longe é perto e o outro é também um mesmo, uma imagem do eu invertida no espelho, capaz de confundir certezas pois, não se trata mais de outros povos, outras línguas, outros costumes. O outro hoje é próximo e familiar, mas não necessariamente é nosso conhecido.

Diante desse contexto atual, a experiência da viagem proporciona ao viajante o contato com o diferente, o diverso, o desconhecido. Ao remeter-se a um tempo/espço descontínuo, essa profunda modificação espaço-temporal acarreta no sujeito um duplo estranhamento: a experiência de ser diferente de si e do outro e a experiência de estar diferente de si e do outro (Perez, 2009). Desse modo, viajar pode se constituir num momento de encontro consigo mesmo frente ao estranho, um reencontro do sujeito frente a uma sociedade que tenta aniquilar ou confundir a própria identidade pessoal.

A retórica dos mochileiros entrevistados, que fizeram parte da pesquisa, me fez compreender que a expectativa da viagem de mochila marca fortemente a motivação de ir ao encontro do inesperado, do inusitado. A possibilidade de entrar em contato com novas emoções, o reconhecer-se e o estranhar-se diante de um Outro, marca o inacabado da condição humana. A metamorfose, pela qual o sujeito passa através do visto e vivido antes, durante e depois de uma mochilada, reflete o jogo produzido entre referenciais de identidades e alteridades constituintes da subjetividade do sujeito. Pode-se dizer que essas duas categorias são dialógicas, fazendo parte de uma unidade de contrários (Morin, 1990).

Foi interessante perceber também que os mochileiros encaravam essa

experiência como um processo de aprendizagem, de autoconhecimento e de fortalecimento pessoal diante dessa possibilidade de relacionamento mediado pela diversidade do mundo – pessoas, lugares e culturas.

Nesse contexto de mediação entre o conhecido, que se carrega (ideias, cultura, moral etc), e o desconhecido, com o qual o sujeito se permite entrar em contato, as mudanças que podem ocorrer pela experiência de alteridade são expressas pelo pensamento de Ianni (2000, p.30):

Quem viaja larga muita coisa na estrada. Além do que larga na partida, larga na travessia. À medida que caminha, despoja-se. Quanto mais descortina o novo, desconhecido, exótico ou surpreendente, mais liberta-se de si, do seu passado, do seu modo de ser, hábitos, vícios, convicções, certeza. Pode abrir-se cada vez mais para o desconhecido, à medida que mergulha no desconhecido. No limite, o viajante despoja-se, liberta-se e abre-se, como no alvorecer: caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao andar.

Essa necessidade de encontrar o diferente parece refletir a angústia que a rotina da vida contemporânea abate sobre os sujeitos. Representa a pulsão da errância como denominou Maffesoli (2001). Num paradoxo contemporâneo pode-se perceber que o sujeito tem uma infinidade de opções para qualquer coisa que deseje na vida, mas ao mesmo tempo, todos esses desejos estão vinculados à incerteza da satisfação. Não há garantias e o risco de ficar insatisfeito é permanente.

Frente a isso, lançar-se ao encontro do Outro representa a aceitação do inacabamento e da dinamicidade da constituição do sujeito, pois no deslocamento, que toda viagem implica, é necessário validar a relação eu-outro, próprio-alheio, individual-social, num jogo constante entre a identidade e a alteridade na produção do sentido. “Trata-se de um processo dialogal e de apropriação do outro para uma nova simbiose que seja capaz de manter viva a tensão entre forças centrípetas e centrífugas em contínuo trânsito entre a concentração e a dispersão” (Oliveira 2012, p.29). Sendo assim, pode-se compreender a experiência da alteridade como parte da constituição reflexiva do sujeito que Giddens (2001) pontua e que Rey (2003) aponta como a capacidade reconstrutiva da subjetividade do sujeito.

A viagem, corroborando com Kryzinski (1997), gera um significado como operador cognitivo, gerador de saberes diversos e de metadiscursos. Media a reflexividade entre identidade-alteridade por meio da tensão dialógica entre o familiar e o estranho.

Desse modo, tem-se no Outro um espelho que às vezes reflete o conhecido e às vezes aponta o desconhecido. Como diz Bakhtin (2003), o olhar do Outro sempre será diferente do meu, mas preciso dele para me enxergar diferente do que me vejo.

Os mochileiros parecem compreender bem essa dialética. O aprendizado obtido na experiência de alteridade parece representar uma grande motivação dos sujeitos. Em muitas falas pude identificar o desejo desse encontro com o Outro e como esse encontro propicia o autoconhecimento.

Pensar a significação da experiência de alteridade para os viajantes de mochila representa certificar-se da incompletude humana e de que o sujeito está em constante mudança, percebendo que o Outro é integrado não somente como um estranho, mas como uma possibilidade de transformar o familiar. Nas palavras de Bussolete e Molon (2010, p.84), na compreensão da transformação como possibilidade pelo contato com o Outro, as autoras colocam em jogo a tensão entre o que carregamos e o que se reorganizará.

Neste movimento podem entrar nossos antigos conceitos e imagens. Estranhar o familiar é retirar a representação de sua ancoragem no terreno exclusivo do passado e buscar o novo, aquilo que reordenará, mesmo que pela desordem, o familiar, não só pelo objeto, mas pelo contexto da representação, permitindo uma aproximação mais ampla tanto dos pensamentos como dos afetos, ultrapassando o real e o racional na sua explicação.

Sendo assim, a representação da experiência de alteridade na atual sociedade traz embutida uma motivação e uma capacidade para vivenciar a dinamicidade que o ser humano possui na constituição de sua história. Essa mediação vivida pela alteridade coloca o sujeito em constante diálogo com a vida, sem que ele se renda à coerção de valores sociais autoritários, arraigados e fixos, mas que ele perceba a diversidade de visões de mundo que ampliam a sua própria visão.

Pelas palavras de Bakhtin (2003, p.21) ressalto a presença do Outro como uma necessidade na constituição do sujeito. Porém, esse Outro sempre será um Outro que nos confronta e que reflete nossa imagem, seja pela percepção da similaridade, seja pela percepção da diferença.

Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. Porque em qualquer situação ou proximidade que esse outro que eu contemplo possa estar em relação a mim, sempre saberei e verei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver: as partes de seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar – a cabeça, o rosto e sua expressão -, o mundo atrás dele, toda uma série de objetos e relações, em função dessa ou daquela relação de reciprocidade entre nós são acessíveis a mim e inacessíveis a ele. Quando nos olhamos, dois diferentes mundos se refletem na pupila de nossos olhos. Assumindo a devida posição, é possível reduzir ao mínimo essa diferença de horizontes, mas para eliminá-la inteiramente, urge fundir-se em um, tornar-se um todo único e tornar-se uma só pessoa.

Portanto, ter a consciência de que o “ser sujeito” implica a responsabilidade de assumir o diverso e o múltiplo, que se estabelece através da relação com o Outro, representa a complexidade da relação com o mundo. É o Outro que aponta que se é provisório, que não se está acabado, fazendo refletir quem somos nós e quem são os outros na multiplicidade infinita do diverso.

Desse modo, fica evidenciado por este estudo, que a experiência de alteridade é constituinte do ser mochileiro e da prática de mochilar desvelando que esta atividade representa, em um de seus possíveis significados, o encontro consigo mesmo num jogo produzido entre referenciais de identidades e alteridades constituintes da subjetividade do sujeito.

Referências

- Augé, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.
- Bakhtin, M. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes: 2003.
- Bondía, J.L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 19, 2002.
- Bussoletti, Denise; Molon, Susana I. Diálogos pela Alteridade: Bakhtin, Benjamin e Vygotsky. Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [37]: 69 - 91, set./dez.,

2010

- Giddens, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.
- Gusmão, N. M. M. Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, 41-77. julho, 1999
- Ianni, Octavio. "A metáfora da viagem". In: _____. Enigmas da modernidade-mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 11-31, 2000..
- Jodelet, Denise. A Alteridade como produto e processo psicossocial. In: Representando a Alteridade. Angela Arruda (org). Petrópolis. RJ: Vozes, 1998.
- Laplantine, François. Aprender Antropologia. 19ª reimpr. da 1. Ed de 1988. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- Maffesoli, Michel. Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro. Record, 2001.
- Mauss, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naif, 2003
- Morin, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo, Paris: Instituto Piaget. 1990
- Perez, Lea F. Festas e viajantes nas Minas oitocentistas, segunda aproximação. Revista De Antropologia, São Paulo, USP, v. 52 n° 1, p.290- 338, 2009.
- Rey, Fernando L. G., Sujeito e subjetividade. São Paulo: Pioneira, 2003.
- _____. O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito. Petrópolis. RJ: Vozes, 2004.

A HISTÓRIA DO TURISMO SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC)

Bernardo Lazary Cheibub

RESUMO

Este artigo é fruto de uma investigação em andamento, desde 2011 - realizada no doutorado em História, Política e Bens Culturais da FGV, orientada pela professora Bianca Freire-Medeiros - acerca da origem, constituição e implementação da ideia de turismo social no Sesc, examinando as circunstâncias em que o lazer e o turismo tornam-se relevantes nas suas políticas. Procuramos entender as metamorfoses e readaptações que nortearam as ações da Instituição, e como as modificações no conceito de turismo social no Brasil e no mundo vêm dialogando com suas diretrizes, posturas e intenções. Mapeamos e analisamos a produção acadêmica, sobretudo brasileira, que de forma central ou tangencial, abordou a temática. Foram realizadas entrevistas com profissionais dos departamentos nacional e regional paulista do Sesc – dois departamentos atuantes e “atentos” às ideias e mudanças envolvendo o turismo social no mundo e representativos na história do turismo social no país. Foram feitas algumas visitas à Biblioteca do Sesc-DN e ao centro de documentação e pesquisa do Sesc-SP, nomeado de Sesc-memória, dois dos poucos lugares que congregam documentos importantes relacionados à história do Turismo Social na Instituição.

Palavras-chave: turismo social; história; Sesc.

Questões econômicas, sociais, espaciais, políticas, culturais e físicas constituem algumas das barreiras que restringem a fruição do turismo enquanto possibilidade de lazer para a população de um modo geral. O turismo social surgiu como uma proposta de democratizar a experiência turística a estes indivíduos ou grupos com alguma limitação ou dificuldade de acesso. O Ministério do Turismo do Brasil caminha conceitualmente neste sentido, concebendo-o como a “forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (Mtur, s.d). Já o Comitê Econômico e Social Europeu o define explicitamente como um direito:

Todo mundo tem o direito de descansar diariamente, semanalmente e anualmente, bem como o direito ao tempo de lazer que lhes permite desenvolver todos os aspectos da sua personalidade e sua integração social. Claramente, todos podem exercer este direito ao desenvolvimento pessoal. O direito ao turismo é uma expressão concreta desse direito geral, e o turismo social é impulsionado pelo desejo de garantir que ele seja universalmente acessível na prática (EESC, 2006: 68).

Nesse cenário, iniciativas que pretendam democratizar as oportunidades de acesso a essas formas particulares de fruição do lazer, tal como o turismo, devem ser analisadas de maneira crítica. Considerando-se o lazer como um direito social, suas configurações não deveriam representar nenhum tipo de privilégio. Mas infelizmente não é exatamente assim que as coisas vêm se encaminhando. Sobretudo se pensarmos que, em geral, as ações governamentais brasileiras nesse setor são escassas e, quando existem, ineficientes do ponto de vista social. O Ministério do Turismo, por exemplo, tem liberado recentemente uma considerável quantidade de recursos para a organização

do turismo no Brasil, mas a forma de endereçamento dessas iniciativas visa sempre associações empresariais ou outros segmentos patronais. A população menos favorecida, que é quem deveria usufruir das benesses do crescimento dessa economia, bem como das ações públicas para com ele, se veem à margem de todo o processo, participando, quando muito, como coadjuvantes ou mão de obra precarizada.

Nos exemplos de aplicação do turismo social, podemos perceber que cada país fornece uma maneira diferente de realização. Nos países considerados neoliberais, como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, o turismo social é um fenômeno bem menos conhecido, e raramente recebe apoio do setor público. Já em países como França, Bélgica, Portugal e Espanha, o turismo social utiliza dinheiro público e ocorre, basicamente, durante os feriados nacionais; nestas nações, a base para a oferta é a percepção do desfrutar do turismo como um direito de todos (Minnaert et al, 2009). “Nas Américas, o país precursor do turismo social foi a Argentina. Suas primeiras ações nessa forma de turismo surgiram em 1945” (Falcão, 2009: 122). Podemos afirmar que o turismo social na maior parte da Europa e em alguns países latino-americanos foi e é desenvolvido de maneira central pela iniciativa de órgãos públicos, o que difere da experiência Brasileira (Falcão, 2006). No Brasil, quem passa realmente a desenvolver ações turísticas com mais regularidade é o Serviço Social do Comércio.

O Sesc compõem o chamado sistema ‘S’, que além de terem em comum seu nome iniciado pela letra s, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Além do Sesc, existe o Senac (serviço nacional de aprendizagem comercial), representantes do setor de comércio e serviços; Sesi (serviço social da indústria) e Senai (serviço nacional de aprendizagem industrial), representantes do setor de indústria; Sest (serviço social dos transportes) e Senat (serviço nacional de aprendizagem do transporte), representando o setor de transportes; e Sebrae (serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas).

A Entidade, mantida e administrada pelos empresários do setor de comércio de bens e serviços, tem por finalidade contribuir para o bem-estar de seus associados por meio de ações nas áreas de Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência. Foi criado em 1946 por decreto-lei assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra a partir das deliberações da Primeira Conferência das Classes Produtoras. De acordo com Corrêa, os principais pontos da conferência falavam da necessidade da promoção de serviços de bem-estar social, incluindo ações de saúde e educação, cooperativas, salários mais justos, melhor seguro social, seguro de acidentes, maiores férias e benesses ao trabalhador (2010), gerando a titulada Carta da Paz Social. A carta aprovada na conferência continha forte apelo à “harmonia e confraternização entre as classes sociais” que seria resultante de uma “obra educativa” intencional, cuja responsabilidade caberia necessariamente a empregadores e empregados aproximados por “estrito entendimento”. A Carta estabelecia um grande pacto social envolvendo estado, trabalhadores e empresários, que juntos trabalhariam para amenizar os conflitos entre capital e trabalho. O termo então utilizado para esta consagração foi “Paz social” (Corrêa, 2010: 42).

O Sesc é inicialmente implantado nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Segundo Lamarão e Araújo (1994), foi adotado um sistema descentralizado de organização, contando o Sesc com uma administração nacional (com alguns órgãos de supervisão e de determinação de algumas diretrizes gerais) e administrações regionais dotadas de esfera de competência própria. A primeira administração regional do país foi o Sesc-DF (na época, situada na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país), seguida pelo Sesc-RJ. A partir de 1961, esta autonomia foi enfatizada pela III Convenção nacional de técnicos do Sesc. Na prática as regionais

não subvencionadas (que conseguem se manter sem a ajuda dos recursos financeiros do Departamento Nacional) – SP, RJ, MG, RS e PR – acabam sendo politicamente e administrativamente mais autônomas do que as regionais que “dependem” financeiramente da administração nacional (recebendo investimentos em infraestrutura, serviços, obras e reformas, especialmente nos seus meios de hospedagem).

De acordo com Betânia Figueiredo, projeto dessa amplitude só poderia ser içado com o apoio do governo, que, além de criá-lo por meio de decretos-lei, se responsabilizava (e ainda se responsabiliza) pelo recolhimento da contribuição compulsória no valor de 2% do montante das folhas de pagamento dos trabalhadores do comércio, possibilitando, assim, a atuação do empresariado na assistência social (1991).

Uma das primeiras iniciativas do Sesc articuladas ao turismo foi a busca de uma área onde pudesse construir um local para as férias do trabalhador. A área escolhida foi Bertioga, no litoral paulista, onde em 1948 foi inaugurado o Centro de Férias Sesc Bertioga, também conhecido como Colônia de Férias Ruy Fonseca, considerada a primeira do país. Contudo, foi somente a partir de 1951, após a I Conferência de técnicos do Sesc, que a Instituição retrai suas atividades médico-assistenciais (predominante nos primeiros anos) e começa a priorizar as práticas de lazer oferecidas no tempo de não-trabalho dos comerciários, recomendando a criação de Colônias de Férias e Clubes, além da organização de férias coletivas (Corrêa, 2010). Mesmo mantendo os serviços médicos e dentários, percebe-se a partir deste momento um propósito educativo com a criação e o desenvolvimento de obras recreativas, culturais e associativas (Lamarão & Araújo, 1994).

Seguindo tal tendência, os Departamentos Regionais do Sesc em Pernambuco e no Rio Grande do Sul assinariam, logo após sua criação, contratos de arrendamento de equipamentos da rede hoteleira para a realização de colônias de férias para trabalhadores do Comércio. Em 1952 é inaugurada a Pousada Nogueira, em Petrópolis, que mais tarde receberia o nome de Colônia de Férias Getúlio Vargas, reinaugurada pelo próprio. Ainda na década de 50, tem-se início a programação de excursões rodoviárias com pernoites chamadas de caravanas de turismo social - tendo o Sesc Rio Grande do Sul como pioneiro e durante a década de 50 um dos grandes organizadores destas experiências - e as atividades recreativas nas colônias de férias (Costa, 2006). Até a década de 70 mais Colônias de Férias foram construídas, como a de Imbetiba, em Macaé-RJ, inaugurada em 1955. Segundo Lamarão e Araújo, a organização das colônias de férias em algumas administrações regionais do Sesc “resultou de uma avaliação das condições de trabalho dos empregados do comércio, que constatou ser imperiosa a necessidade de oferecer à categoria, durante o período de férias, oportunidade de recuperação das energias despendidas ao longo de um ano de trabalho” (1994: 58).

De acordo com Flávia Costa (2006), o maior mérito do Sesc foi o de inserir no cotidiano dos trabalhadores a questão do tempo livre e do lazer de férias, numa época em que poucos se davam conta de sua importância para o bem-estar e o desenvolvimento social e cultural dos indivíduos. Contudo, na opinião de Denise Sant’anna, “o Sesc, ao longo de sua história, sempre se destacou por uma ação social de cunho assistencialista, seja no nível da saúde, como nos primeiros anos de sua existência, no da educação ou do lazer dos trabalhadores comerciários” (1994: 48). Devemos indagar se este discurso educacional tem como pano de fundo uma ideia civilizatória. Débora Silva recheia a discussão, ao dizer que:

Além da notável difusão do lazer via Sesc, a partir de 1969 foi cada vez mais freqüente o uso do termo ‘lazer’ nos discursos políticos, destacando-se principalmente as práticas consideradas saudáveis como forma de combate ao ócio, considerado um perigo social. O lazer se

constitui, aos poucos, como um instrumento de disciplina e organização da sociedade, voltado ao ajustamento e à educação social, fato que pode ser observado por meio da análise das formas de controle dos usos diversificados do “tempo livre”, que na época passaram a ser substituídas por formas de lazer institucionalizadas (2008: 101).

Conforme Luiz Wilson Pinal, a partir da década de 70, o trabalho no Sesc teve que ser “modernizado”; este fato é ilustrado quando se percebe que, em São Paulo, a Colônia de Férias de Bertiooga se tornara pequena para o tamanho da demanda, fruto do crescimento considerável da população paulista e por conseguinte, dos comerciários. Como alternativa, o Sesc-SP aumentou consideravelmente o número de excursões para determinados locais turísticos, realizando passeios de fins de semana e viagens orientadas para camadas sociais com renda de moderada a baixa, estimulando o uso intensivo dos seus equipamentos de hospedagem e lazer (Falcão, 2006) e de alternativos, como pousadas, colégios e mosteiros, firmando convênios também com diversos hotéis (Almeida, 2001). Este pode ser considerado um aspecto positivo dos projetos de turismo social da Instituição: a tentativa de adequação da “oferta hoteleira já existente a uma demanda crescente das classes menos favorecidas por alternativas de turismo viáveis” (Menezes et al, 2010: 22). De acordo com Menezes et al: “Isso reduz a ociosidade do trade turístico, inclusive durante a baixa temporada, e possibilita o seu acesso a novas camadas consumidoras, democratizando o consumo de turismo e lazer” (2010: 22). Deve-se destacar que a tentativa de “equalização” da sazonalidade (esta considerada uma das maiores “vilãs” da atividade turística) realizada pelo Sesc foi endossada por todos os entrevistados.

Esta gama de serviços e equipamentos passa a ser oferecida não somente para os comerciários e seus familiares, mas para o cidadão em geral (chamado de usuário), que tem acesso a um preço ocasionalmente diferenciado em relação a outros arranjos do mercado turístico. Segundo um dos entrevistados², o “ocasionalmente” varia bastante de regional para regional; dependendo do Estado, experiências turísticas concretamente acessíveis para indivíduos ou famílias de baixa renda são raras ou inexistentes. Sobre essa compreensão, Luiz Pina e Sílvia Hirao³ descrevem que o turismo emissor tomou tamanha proporção que chegou a um ponto em que as unidades do Sesc competiam com as agências de viagens privadas, o que iria de encontro a sua própria natureza. Quanto a isso, o depoimento de um gerente de uma das unidades do Sesc Rio provoca reflexões quanto as ações envolvendo o turismo da Instituição, que para ele, não representava a comunidade local⁴: “Era um turismo comercial, com parceiros, com um valor não acessível a essas pessoas e nem ao próprio comerciário [...] na verdade, o trabalho do Sesc não é competir com as empresas de turismo” (Cheibub, 2009: 63).⁵

Em 1979 o Sesc-SP adere aos princípios estabelecidos na famosa Carta de Viena, também conhecida como Carta do Turismo Social, adotada pelo Bureau Internacional de Turismo Social – BITS, em 1972 (Bureau, 1980). O BITS (atual OITS

1 Profissional do Sesc, foi um dos construtores do que seria o centro de documentação e pesquisa do Sesc Rio.

2 Dois dos quatro entrevistados preferiram manter o anonimato até a publicação final da tese, aonde poderão ser referenciados.

3 Sílvia Hirao integra a coordenação de turismo social do setor de programas sócioeducativos do Sesc SP. Tanto Sílvia quanto Luiz Pina foram entrevistados preliminarmente para a construção deste trabalho. Ambos aceitaram serem citados e referenciados.

4 Se referindo especificamente às pessoas da região da Leopoldina.

5 Depoimento retirado das entrevistas que realizei na pesquisa de mestrado.

– Organização Internacional de Turismo Social) se autodefine como uma ferramenta internacional para o desenvolvimento do turismo social no mundo. Criado em 7 de junho de 1963, com sede em Bruxelas, é uma associação filantrópica internacional, cuja finalidade é promover o turismo social, afirmando-se como uma fonte de intercâmbio de ideias e constituindo-se para os poderes públicos em um centro permanente de informações, capaz de instruí-los sobre a concepção e o desenvolvimento do turismo social no quadro de uma política nacional (Bureau, 1980). Dois princípios fundamentais estão enunciados na declaração supracitada, considerada o principal documento relacionado ao turismo social, servindo de guia de ação para todas as entidades que desenvolvem esta modalidade de turismo: 1) o turismo é parte integrante da vida social contemporânea e 2) o acesso ao turismo deve ser visto como um direito inalienável do indivíduo.

Em 1980, o Sesc paulista filia-se ao OITS, tornando-se a primeira organização das Américas a integrá-lo, participando ativamente dos encontros internacionais promovidos pela Organização. Posteriormente, em 1996, é signatário da adoção da Declaração de Montreal, que atualizara a Carta de Viena. A declaração agregou questões como o turismo de base comunitária, equidade social pelo turismo e no turismo, responsabilidades individuais de turistas e anfitriões, turismo para jovens, turismo para portadores de deficiências e economia social solidária (Bureau, 1980). Certamente uma ampliação na concepção mais geral de turismo social e que pode ser visto parcialmente na prática com o exemplo do turismo emissivo do Sesc São Paulo, em que nos passeios a determinados lugares, é contratado um guia local e são utilizados equipamentos, instalações e serviços da localidade visitada; além disso: “As comunidades passaram a ser convidadas, sempre que possível e em acordo com a programação desenvolvida, a estreitar o contato com os participantes das atividades, geralmente por meio da demonstração de um conhecimento tradicional” (Costa, 2006: 17). Por outro lado, algumas “unidades-hospedagem” nomeadas de Colônias de Férias (como a de Bertioga-SP, Venda Nova-MG e Nogueira-RJ) apresentam pouquíssimas relações com seu entorno, aparentando mais uma “ilha” de desenvolvimento rodeada por comunidades pobres.

Mesmo que, notadamente na regional paulista a partir dos anos 80, percebamos um processo de ressignificação da atividade, ainda hoje são majoritárias as atividades agenciadoras de turismo nas muitas unidades do Sesc-SP. Todavia, algumas unidades tomam cuidado com a destinação, com a época (tentam vender pacotes na “baixa” temporada, conforme já exposto acima), com o público, objetivando não concorrerem diretamente com as agências privadas, não caracterizando desse modo um turismo estritamente comercial. Um dos tópicos do documento norteador da operacionalização da área de Turismo Social do Departamento Nacional coloca que: “Não se recomenda o uso de comunicação de massa (Rádio, TV, Jornal) face a interpretação de concorrência por parte das agências de turismo” (1991: 13). Podemos conjecturar: se houvesse um processo de seleção dos indivíduos ou famílias que tivessem prioridade no usufruto das ações oportunizadas pelo Sesc⁶, seria necessário esta solicitação e a preocupação de possível concorrência com as agências comerciais? Além disso, a diretriz esclarece algo reiterado por dois profissionais entrevistados: a pouca divulgação das atividades turísticas em geral oferecidas pela Instituição.

Há ainda os projetos subsidiados pelo próprio Sesc e/ou parceiros/patrocinadores - como é o caso do TJC, analisado em minha pesquisa de Mestrado - oferecidos

6 Assim como acontece em diversos programas de órgãos e instituições europeias, onde a renda e a quantidade de pessoas na família são os critérios principais ao priorizar o acesso ao turismo (LIMA *et al.*, 2011).

gratuitamente a comunidades de baixa renda, geralmente situadas no entorno das unidades. De acordo com Costa (2006), a criação de programas especiais por segmentos e/ou estratos sociais mais vulneráveis visa, primeiramente, incluir tais estratos no movimento turístico, iniciando-os no mundo das viagens e do turismo. Em São Paulo “[...] foi incrementada a programação onde tais segmentos pudessem exercitar a convivência com outros grupos, num claro enfrentamento ao isolamento em guetos e num amplo exercício de inclusão e solidariedade” (Costa, 2006: 14). No Sesc regional Rio, desde 1978, porém mais intensamente nos últimos vinte anos, podemos perceber uma grande quantidade de trabalhos com idosos, tendo como objetivos a prevenção ao isolamento e à marginalização, criando grupos de convivência e uma movimentada programação recreativa e cultural, incluindo diversos passeios e viagens (Lamarião & Araújo, 1994: 164). Para o desenvolvimento da pesquisa, devemos, de fato, recorrer às posições de Melo (2008) sobre a proliferação, no Brasil, dos chamados projetos sociais, que se apresentam como alternativas de inclusão social. Para esse autor, há que se investigar essas iniciativas para além dos discursos, prospectando o seu modo de operacionalização e funcionamento, que explicitam mais adequadamente se as intenções anunciadas tem alguma possibilidade de serem alcançadas.

Na opinião de um dos profissionais entrevistados, o Sesc faz bastante pelos comerciários e seu familiares, questionando até se outras associações de classe conseguem realizar o mesmo. Contudo ele avalia que em algumas regionais não há uma preocupação social envolvendo o turismo, em outras palavras, “não se esforçam o bastante para oferecer o menor preço possível”, o que aponta para uma de nossas hipóteses principais: o quanto de turismo social efetivamente há no Sesc? Outra questão assumida por um dos profissionais é a carência na Instituição de mão de obra tanto em quantidade quanto em qualidade: “o trabalho é feito muitas vezes com equipes restritas”; tem-se a estrutura física (vide os diversos meios de hospedagem do Sesc espalhados pelo Brasil), porém, para ampliar a demanda seria necessário a contratação e a capacitação de profissionais que pudessem dar conta de um maior volume de trabalho. Além disso, as políticas comerciais entre as regionais – na conjugação entre emissão e recepção, sobretudo envolvendo grupos de turistas⁷ – nem sempre se coadunam de maneira eficaz.

Certamente é necessário o aprofundamento da pesquisa de campo para a obtenção de mais resultados e conclusões. Diferentemente dos países europeus e alguns latino-americanos - que, por possuírem uma densidade de atuação, principalmente no âmbito público, acabam tendo mais pesquisas e escritos sobre turismo social - no Brasil, obras ou pesquisas que analisem criticamente e a fundo o fenômeno são praticamente inexistentes (seja com um viés institucional ou não). Reinaldo Dias sugere que o tema “ainda está para ser estudado” e aponta perguntas sobre turismo social no país que “só serão respondidas com um intenso trabalho de pesquisa a quem se dispuser fazê-lo” (apud Menezes et al, 2010: 12). O desenvolvimento dessa pesquisa pretende se infiltrar nesta lacuna por meio da análise de documentação e fontes orais ainda pouco exploradas pelos pesquisadores.

Num momento em que o lazer e o turismo estão presentes, senão como práticas, mas como um conjunto de aspirações para um número cada vez maior de pessoas, torna-se relevante uma pesquisa que resgate os primórdios dessa atenção que recebe o tempo de não-trabalho, notadamente, a análise crítica de práticas como o turismo e a viagem num contexto mais amplo que oscila e apresenta complexas matizes entre dois

7 Como exemplo disso, o meio de hospedagem prioriza a recepção de turistas individuais enquanto uma unidade emissora vende para este hotel pacotes em grupos, gerando assim problemas táticos e operacionais.

pólos: oportunidade para quem não teria a chance de vivenciar tais experiências & instrumento de controle e busca de paz social. Assim como ressalta Chauí (1997), cumpre-nos encontrarmos as brechas por onde passa o contra discurso e a contra prática que definem a crítica. Entender como a criação de significados a respeito do turismo - enquanto possibilidade de lazer - é pressionada pelo jogo político e econômico nos parece uma área fértil no campo da história e das ciências sociais.

Referências

- Almeida, M. V. de. (2001). Turismo Social: por uma compreensão mais adequada deste fenômeno e sua implicação prática na realidade atual brasileira. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, São Paulo.
- Bureau (1980). Bureau internacional du tourisme social. Estudios Turísticos, Madrid (67), 147-154.
- Chauí, M. (1997) Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 7. ed. São Paulo: Cortez.
- Cheibub, B. L. (2009). Lazer, experiência turística, mediação e cidadania: um estudo sobre o projeto Turismo Jovem Cidadão (Sesc-RJ)”. Dissertação de Mestrado, Mestrado Interdisciplinar em Lazer/UFGM, Belo Horizonte.
- Corrêa, A. A. A (2010). A construção da modernidade e o controle do não trabalho na sociedade brasileira: uma análise das propostas do serviço social do comércio (Sesc). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social/UERJ, Rio de Janeiro.
- Costa, F. R. (2006). Turismo para todos: Turismo Social no Sesc-SP. São Paulo; Sesc. Departamento Nacional do Sesc (1991). Documento norteador da operacionalização da área de Turismo Social. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Informação – Sesc/DN.
- EESC - European Economic and Social Committee. (2006). Opinion of the Economic and Social Committee on Social Tourism in Europe. Brussels: EESC.
- Falcão, C. H. P. (2006). Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade. In Carvalho, C. L. de e Barbosa, L. G. M. (Ed.) Discussões e propostas para o turismo no Brasil. 127-145. Rio de Janeiro: Senac Nacional.
- Falcão, C. H. P. (2009). Turismo Social. In Barros Júnior, J. C. (Ed.) Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade. São Paulo: Editora Edicon.
- Figueiredo, B. G. (1991). A criação do Sesi e Sesc: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio. Dissertação de Mestrado, Faculdade de História/Unicamp, Campinas.
- Lamarão, S. T. de N. e Araújo, R. C. de. (1994). Memória SESC Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sesc-ARRJ.
- Lima, J., Eusébio, C., Varum, C. A. (2001). O combate à exclusão social através de programas de Turismo Social para famílias economicamente carentes. In: Revista Encontros Científicos–Tourism and Management Studies. Número especial.
- Melo, V. A. de. (2008). Projetos sociais de esporte e lazer e a participação da comunidade: repensando os modelos atuais. In Ventosa, V. (Ed.) Los agentes de la animación sociocultural. 252-275. Madrid: Editorial CCS.
- Menezes, P.; Motta, P.; Da Silva, T. C.; Vidal, M. de O; Castro, D. C. de (2010). Democratização do turismo no Brasil: um estudo sobre o papel do Turismo Social. 4º. Congresso Latinoamericano de Investigación Turística, 1-24.
- Minnaert, L.; Maitland, R.; Miller, G. (2009) Tourism and social policy: The Value of Social Tourism -. Annals of Tourism Research, Vol. 36, No. 2, 316–334, Elsevier Ltd.

- Mtur (s.d). Segmentação do turismo: marcos conceituais. Brasília.
- Sant'anna, D. B. (1994). O prazer justificado: história e lazer (São Paulo 1969/1979): São Paulo: Marco Zero.
- Silva, D. A. M. da. (2008). Territórios do Lazer: panoramas e reflexões sobre a animação sociocultural. In: Marcellino, N. C. (Ed.) Políticas Públicas de Lazer. 97-117. Campinas: Alínea.

A PERCEPÇÃO DO AUMENTO DE PESO E SEUS EFEITOS SOBRE O LAZER, A AUTOESTIMA E AS PRÁTICAS SEXUAIS FEMININAS

Amarílis Coelho Rocha
André Fontan Köhler

RESUMO

No mundo contemporâneo, a supervalorização do corpo magro e esguio, a partir de padrões de beleza difundidos pelos meios de comunicação, firmas privadas e senso comum cotidiano, vem acompanhada pela desvalorização e marginalização de indivíduos que não se adequam aos supracitados padrões, destacando-se, nisso, as mulheres que se avaliam acima da faixa de peso ideal. O trabalho analisa e avalia como a percepção de aumento de peso influencia o lazer, a autoestima e as práticas sexuais femininas; ou seja, qual é a influência do autojulgamento de estar acima da faixa de peso ideal sobre esses pontos. Para isso, além da revisão de literatura analítica e histórica, aplicou-se um questionário a quarenta graduandas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, além de se ter realizado duas entrevistas semiestruturadas. A pesquisa mostrou que a percepção de estar com sobrepeso influencia negativamente a experiência de lazer, a autoestima e as práticas sexuais da amostra pesquisa, além de colocar entraves à sociabilidade feminina. Contudo, a supracitada percepção também dá origem a novos hábitos de lazer, avaliados como positivos pelas pesquisadas, o que se revela como uma oportunidade interessante para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Constrangimentos ao lazer; Escala de Autoestima de Rosenberg; Padrões sociais.

1. Introdução

O trabalho aborda o lazer, a autoestima e as práticas sexuais de mulheres que se percebem acima do peso ideal, e analisa e avalia como esse público feminino, que não se encaixa – ou pensa não se encaixar – nos padrões de beleza da sociedade, age e se sente em relação a esses três pontos, bem como as razões de isso acontecer.

O **objeto de estudo** são mulheres que têm a percepção de estarem acima do peso ideal (critérios próprios), na faixa etária entre 18 e 35 anos, inclusive, e que sejam graduandas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). A escolha da EACH/USP justifica-se pela heterogeneidade de seu corpo discente, que conta com alunas matriculadas em dez cursos de graduação, de várias classes sociais, idades e procedências.

O trabalho **justifica-se** pelo fato de a busca da beleza na contemporaneidade exercer influência sobre um grande número de pessoas, de variadas classes sociais e culturas (CASOTTI; SUAREZ; CAMPOS, 2008); frisa-se, contudo, que o padrão ideal, advindo da estética, afeta comparativamente mais o sexo feminino, já que ele é o alvo principal de campanhas publicitárias veiculadas nos meios de comunicação, exigindo da mulher, entre outras coisas, a magreza como principal requisito (MORGAN; VECCHIATTI; NEGRÃO, 2002). A sociedade adota posturas cruéis em relação aos indivíduos que não cumprem suas exigências; dessa maneira, o grupo, incapaz de interagir e se relacionar, acaba excluindo-se, vivendo, mesmo que simbolicamente, às margens dessa sociedade (NOVAES, 2006).

O **objetivo central** do artigo é avaliar quais são as mudanças ocorridas na vida das mulheres, a partir da percepção de aumento de peso, sobre os seguintes pontos: a) a experiência de lazer – atividades, locais e sociabilidade; b) a autoestima; e c) as práticas sexuais.

2. Metodologia de Pesquisa

A metodologia de pesquisa compreendeu a revisão de literatura analítica e histórica, a aplicação de questionários abertos e fechados e a realização de entrevistas semiestruturadas.

O questionário aplicado tem trinta questões, das quais vinte e uma são fechadas, seis combinam a escolha de alternativas com espaços abertos, nos quais cada entrevistada pôde inserir informações adicionais, e três são abertas, que deixavam a entrevistada livre para responder. Dentre as questões fechadas, catorze estão no formato de escalas sociais e de atitudes, que, de acordo com Martins e Theóphilo (2007, p. 92): “[...] surgem com o intuito de facilitar a análise de dados qualitativos categorizados ao longo de uma escala, que pode ser construída através de uma sequência de enunciados.”

Na elaboração de uma escala social e de atitudes, são estruturadas sequências gradativas a respeito de uma situação simbólica, e, então, para se obter o resultado, cabe ao informante assinalar o grau com o qual mais bem se identifica; no trabalho, optou-se pela utilização de uma Escala de Lickert.

Para a medição da autoestima, utilizou-se a Escala de Autoestima de Rosenberg (EAR), técnica mundialmente utilizada que, segundo Rosenberg (1965), é um instrumento unidimensional, capaz de classificar a autoestima em baixa, média ou alta. Originalmente, a EAR apresenta dez questões fechadas, divididas entre sentenças positivas e negativas, tendo a “autoimagem” como referência (SBICIGO; BANDEIRA; DELL’AGLIO, 2010). No questionário, as perguntas de escala seguiram a Escala de Lickert, com sete pontos, do “discordo totalmente” (1) ao “concordo plenamente” (7).

O questionário foi aplicado ao longo de novembro de 2012, na EACH/USP; quarenta mulheres responderam-no, formando uma amostra de gênero não probabilístico (MARTINS, 2002).

Realizaram-se entrevistas semiestruturadas, nas quais um roteiro é utilizado; contudo, permite-se que o entrevistado discorra livremente sobre o assunto, podendo também o entrevistador levantar novas questões. A técnica foi escolhida devido a sua eficiência em oferecer, ao conjunto do estudo, elementos para reforçar evidências coletadas em outras fontes, trazendo maior confiabilidade à pesquisa (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). Foram realizadas duas entrevistas, ambas com discentes do Curso de Bacharelado de Lazer e Turismo; a Entrevistada 1 possui 22 anos, ao passo que a Entrevistada 2 tem 21 anos.

3. Fundamentação Teórica

Seguindo-se Dumazedier (1980, p. 19), o lazer é:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Contudo, nem todos têm acesso ao mesmo tipo de lazer e entretenimento; há barreiras intraclasses e interclasses sociais, que impedem o aproveitamento geral e igualitário desses elementos, na sociedade contemporânea (BRUHNS, 1997). As barreiras intraclasses sociais podem variar entre faixa etária, gênero e portadores de deficiência; no segundo caso, as mulheres são as mais atingidas, já que, de acordo com Bruhns (1995), são estereotipadas como frágeis, submissas e subordinadas.

Atualmente, o corpo é considerado um capital, pois, além de apresentar valor de troca, e ser percebido como um objeto de mercado, ainda é capaz de determinar o status daquele que o possui, tornando-se uma poderosa ferramenta de inserção social. O corpo só possui efeito positivo, ao influenciar o status da pessoa, caso apresente determinadas características, dentre elas o peso considerado ideal pela sociedade – o que nem sempre significa ser saudável (ZORZAN; CHAGAS, 2011).

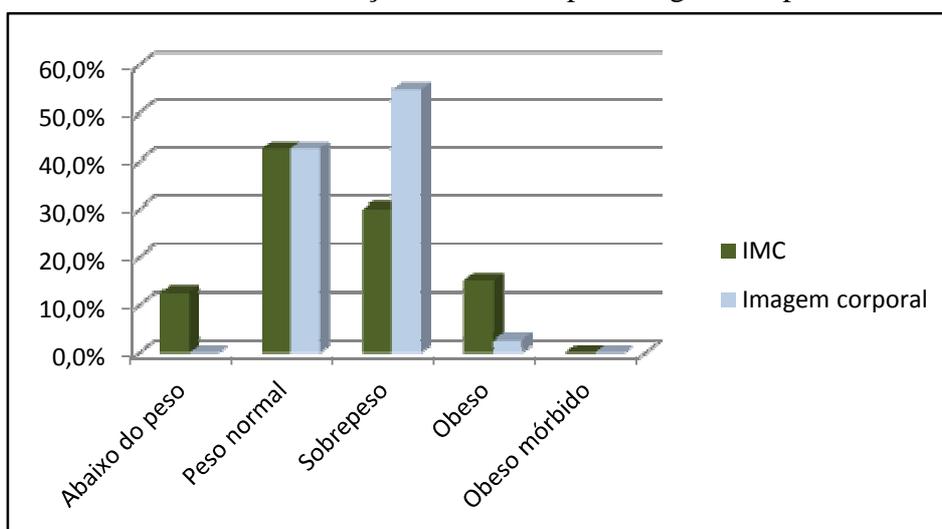
A partir dos sacrifícios e restrições feitos por muitas mulheres, para o controle do peso e melhoria de imagem, percebe-se que estar dentro dos padrões estéticos da sociedade traz mais confiança, prazer e segurança. Um dos determinantes da felicidade ou infelicidade do indivíduo é a autoestima, que, de acordo com Branden (1995), é a característica fundamental para se compreender nossa identidade própria. Ela pode ser interpretada como a maneira que nós sentimo-nos; por isso, tem o poder de influenciar atitudes relativas a todos os aspectos da vida, a exemplo do trabalho, relações interpessoais e maneiras de agir.

O sobrepeso, além de caracterizar a perda da autoestima, também é interpretada como má conduta pessoal, podendo resultar em consequências graves para quem a possui, dentro do ciclo em que está inserido (NOVAES, 2006). De acordo com a autora, alguns equipamentos e locais específicos de lazer são evitados pelo público que se considera acima do peso, por serem reduto de pessoas que cultuam o corpo, como as academias de ginástica e até mesmo as praias.

4. PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA

A partir do peso e altura informados nos questionários, foi calculado o Índice de Massa Corporal (IMC) de cada mulher da amostra, como mostra o Gráfico 1:

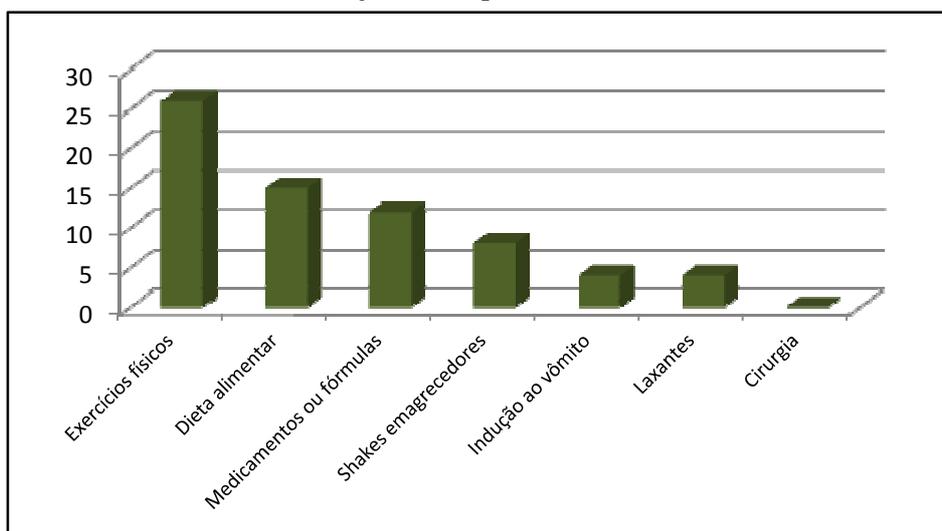
Gráfico 1: Distribuição da amostra por categoria de peso.



Ao se considerar apenas as mulheres que se julgam acima da faixa de peso ideal

– com sobrepeso ou obesas, portanto, que perfazem vinte e três discentes –, nota-se que aproximadamente 30% delas estão na categoria “peso normal,” segundo o IMC, considerada saudável pela Organização Mundial de Saúde (CERVI; FRANCESCHINI; PRIORE, 2005). Ainda se considerando apenas esse grupo específico dentro da amostra (autoimagem de sobrepeso ou obesa), o Gráfico 2 traz os principais métodos utilizados para a perda ou manutenção do peso:

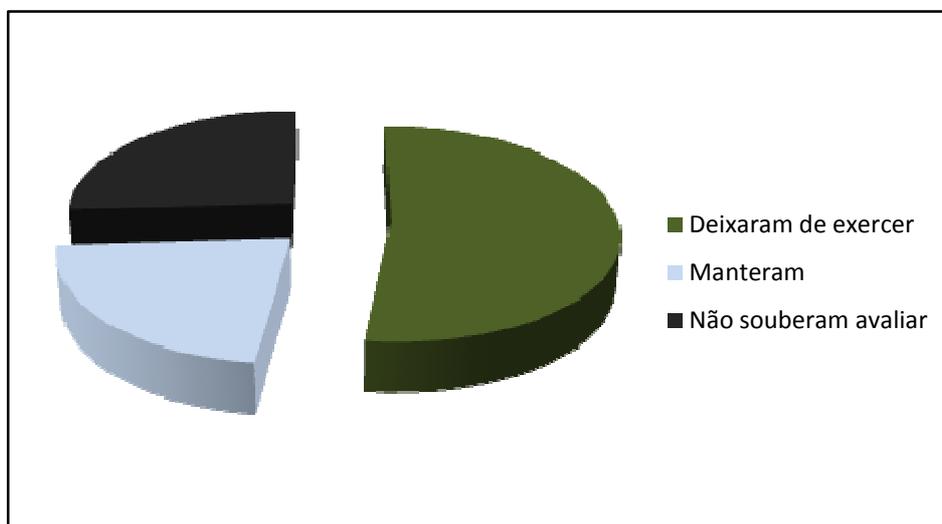
Gráfico 2: Métodos utilizados para perder ou manter o peso, com o número de citações nos questionários.



Cumprir destacar que, das vinte e nove mulheres que utilizaram métodos para perder ou manter o peso, onze delas (38%) utilizam de três a seis dos procedimentos listados, ao mesmo tempo. A Entrevistada 1 afirmou que, além dessas técnicas, ainda fica dias sem comer, quando precisa emagrecer para uma festa. Já a Entrevistada 2 recorre a simpatias e feitiços destinados ao emagrecimento, publicados em *sites* e revistas que cultuam a boa forma.

O Gráfico 3 traz a percepção da mudança nos hábitos de lazer, por parte das entrevistadas que se consideram acima da categoria “peso normal”:

Gráfico 3: Percepção de mudança nos hábitos de lazer, por parte de mulheres que se julgam acima da categoria “peso normal.”



Ilustrativo das mudanças nas práticas de lazer (“Deixaram de exercer”), que afetaram 52% dessas mulheres, é o seguinte trecho do depoimento da Entrevistada 1:

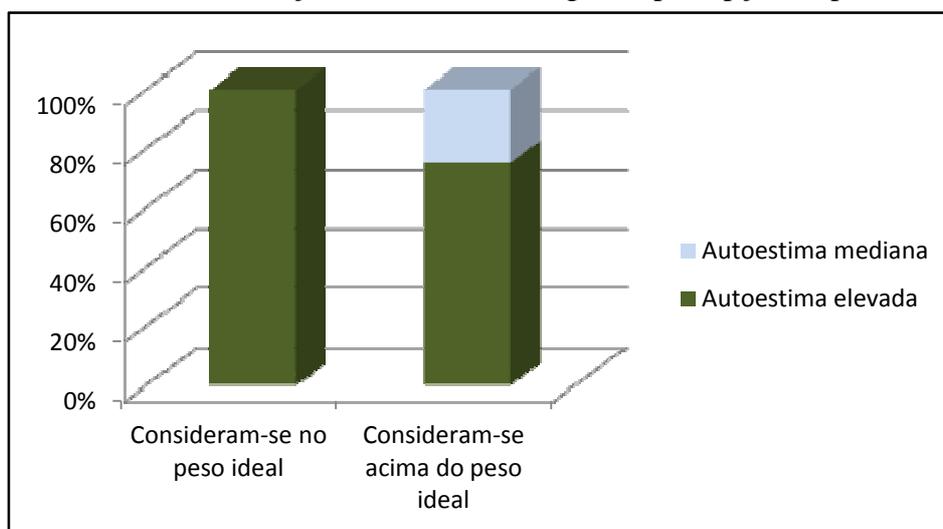
[...] antes de engordar eu chegava na academia, por exemplo, todos os garotos vinham me auxiliar no exercício e eram super legais. Agora, na mesma academia, parece que eu nem existo! Dá uma angústia, por mais que a gente não queira se importar. Não por aqueles homens em si, eles não representam nada na minha vida, mas a atitude deles reflete a relação das pessoas em geral quando acontece essa mudança tão brusca em tão pouco tempo. (Entrevista feita na Cidade de São Paulo, novembro de 2012)

Cumpre destacar que, do grupo de mulheres que afirmaram terem mantido suas práticas de lazer – 22% do total –, 35% apontaram que tinham deixado de ir a locais e equipamentos que frequentavam antes da percepção de aumento de peso. Ou seja, inconscientemente, essas mulheres também mudaram seu lazer.

Dos locais evitados pelas mulheres que perceberam aumento de peso, nos últimos três meses, destacam-se a praia (dezesseis citações), a piscina (quinze citações), as baladas (doze citações) e a academia (dez citações); trata-se de espaços e locais que põem o corpo das mulheres – e homens – em evidência.

É também possível relacionar, mesmo que de modo simples, a imagem corporal com a autoestima da amostra de mulheres. O Gráfico 4 ilustra bem isso:

Gráfico 4: Avaliação da autoestima, segundo percepção de peso.



O questionário também contemplou uma questão relacionada à postura em relação ao sexo – “Você sente que sua postura, em relação ao sexo, mudou de alguma maneira, após a percepção de aumento de peso? Assinale o grau que você mais se identifica nas afirmações abaixo:” –, que foi relacionada à satisfação com o próprio corpo e à autoavaliação do desempenho sexual. Percebe-se, claramente, que mulheres que notaram aumento de peso, nos últimos três meses, apresentam alto nível de insatisfação com o corpo e baixa autoavaliação do desempenho sexual; cabe notar o fato de que, das mulheres que engordaram mais de quatro quilos, nos últimos dois anos, 62% sentiram que deixaram de ser paqueradas. A Entrevistada 1 sintetiza bem essas questões:

Quando estou mais magra, não tenho pudores na cama, faço todas as posições, de todas as maneiras. Me sinto *sexy*, gostosa, e quero provocar o homem que tem a sorte de estar comigo naquele momento [...] quando engordo, aí (sic) ferra tudo! Se surge a oportunidade de fazer sexo, eu até aproveito, mas tudo muito mais recatado. Tenho medo de fazer certas posições e ficar banhuda, ou então de ficar por cima, porque a barriga vai balançar. Se a luz estiver acesa, nem a roupa toda eu tiro! [...] Quando estou mais magra, posso escolher qualquer um [homem], então é bem frustrante e desanimador encarar encontros nesse atual formato, o de (sic) bola. (Entrevista feita na Cidade de São Paulo, novembro de 2012)

5. Considerações Finais

O trabalho propôs-se a analisar e avaliar a influência da percepção do aumento de peso, por parte de graduandas da EACH/USP, sobre o lazer, a autoestima e as práticas sexuais; havia a expectativa de que a percepção de estar com sobrepeso influenciava negativamente esses três pontos, além de colocar entraves à sociabilidade feminina, o que foi confirmado.

Da amostra de pesquisa, mais da metade das mulheres apresenta o desejo de perder peso, independentemente do IMC. Percebe-se que as características estéticas, estabelecidas pela sociedade, afetam o comportamento das mulheres em relação a seu corpo, fazendo com a busca por um peso e forma ideal, dentro dos padrões divulgados pela mídia, ultrapassem barreiras que podem, inclusive, interferir na própria saúde, como passar alguns dias sem comer.

A percepção de estar acima do peso ideal limita a experiência de lazer de 52% da amostra que têm essa autoavaliação, tendo sido constatados os seguintes problemas: a) vergonha; b) insegurança; c) roupas apertadas; e d) falta de integração com outros frequentadores. Algumas entrevistadas, mesmo tendo afirmado que não mudaram seus hábitos de lazer, contaram que se sentem deslocadas e perdidas em ambientes anteriormente frequentados.

Após a avaliação feita pela EAR, constatou-se que os piores resultados foram os das mulheres que se consideram acima do peso ideal. Mesmo se tratando de um teste geral de autoestima, com perguntas abrangentes e sem relação alguma com o corpo, o conjunto dessas mulheres sente-se inferior ao restante das entrevistadas; a relação, que precisa ser testada, mostra que a autoestima é influenciada negativamente pela percepção de aumento de peso.

No que toca as práticas sexuais femininas, a percepção de aumento de peso correlaciona-se negativamente com os seguintes pontos: a) a satisfação com o próprio corpo; b) o desempenho sexual (autoavaliação); e c) o tratamento do sexo oposto – demonstrações de interesse, amabilidade etc.

Observa-se que, dada uma série de valores, imagens e pré-conceitos existentes na sociedade contemporânea, a percepção de estar acima do peso ideal causa, em parte das mulheres, vários problemas psicológicos e de socialização. Doenças como depressão e distúrbios alimentares afetam mulheres saudáveis, de todas as idades, classes sociais e níveis de escolaridade, que se excluem, perdem parte da autoestima, e têm problemas em suas práticas sexuais.

Por fim, cabe destacar essa percepção de estar acima do peso ideal dá origem a novos hábitos de lazer, que algumas graduandas avaliaram como algo positivo; ficar mais em casa, ir a restaurantes e fazer caminhadas estão entre algumas das respostas recebidas. O trabalho não explorou esse ponto; ele surge como uma oportunidade

interessante para pesquisas futuras.

Referências

- BRANDEN, Nathaniel. **Auto-estima**: como aprender a gostar de si mesmo. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- BRUHNS, Heloisa Turini. Corpos femininos na relação com a cultura. In: ROMERO, Elaine (Org.). **Corpo, mulher e sociedade**. Campinas: Papirus, 1995.
- BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- CASOTTI, Letícia; SUAREZ, Maribel; CAMPOS, Roberta Dias (Orgs.). **O tempo da beleza**: consumo e comportamento feminino, novos olhares. São Paulo: SENAC, 2008.
- CERVI, Adriane; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro; PRIORE, Sílvia Eloiza. Análise crítica do uso do índice de massa corporal para idosos. **Revista de nutrição**, v. 18, n. 6, pp. 765-775, 2005.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MORGAN, Christina M.; VECCHIATTI, Ilka Ramalho; NEGRÃO, André Brooking. Etiologia dos transtornos alimentares: aspectos biológicos, psicológicos e sócio-culturais. **Revista brasileira de psiquiatria**, v. 24, n. 3, pp. 18-23, 2002.
- NOVAES, Joana de Vilhena. **O intolerável peso da feiúra**: sobre mulheres e seus corpos. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio; Garamond, 2006.
- ROSENBERG, Morris. **Society and the adolescent self-image**. Princeton: Princeton University Press, 1965.
- SBICIGO, Juliana Borges; BANDEIRA, Denise Ruschel; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Escala de autoestima de Rosenberg (EAR): validade fatorial e consistência interna. **Psico-USF**, v. 15, n. 3, pp. 395-403, 2010.
- ZORZAN, Fernanda Saldanha; CHAGAS, Arnaldo Toni Sousa das. Espelho, espelho meu, existe alguém mais bela do que eu? Uma reflexão sobre o valor do corpo na atualidade e a construção da subjetividade feminina. **Barbarói**, n. 34, pp. 161-187, 2011.

A PRAIA DO LAZER E DO LUXO: UMA ETNOGRAFIA DA SOCIABILIDADE ENTRE A ELITE JUVENIL EM FLORIANÓPOLIS

Thaís Henriques Ramos

RESUMO

O presente artigo foi construído com base nos dados obtidos no meu campo etnográfico que serviu de base para a construção da minha dissertação de mestrado intitulada “Jovens, festas, luxo e glamour: uma etnografia das elites juvenis em Florianópolis”. Ele busca explorar, numa perspectiva etnográfica, as relações que os jovens de Florianópolis, Santa Catarina, mais precisamente na praia de Jurerê Internacional estabelecem com a cidade nas suas práticas de lazer, e perceber como este grupo se reconhece e se sociabiliza nesses espaços, bem como o uso que fazem destes equipamentos urbanos, entendendo a importância do lazer para estes grupos e os sinais exteriores de reconhecimento e seus aspectos simbólicos.

Palavras-chave: lazer, festas, espaços urbanos.

Atualmente a praia de Jurerê – principalmente a parte Internacional, é vista e tratada como um espaço destinado ao lazer de alto padrão para os frequentadores exigentes que procuram Florianópolis. Jurerê é uma praia típica da região norte da ilha, localizada a aproximadamente 23 quilômetros do centro da capital. O bairro é dividido em duas partes, cada qual com características distintas: na parte esquerda está situado o loteamento residencial Jurerê Internacional, gerenciado pela empresa de condomínios de luxo Habitasul. Esta parte é totalmente planejada e, além das casas conta com parques, hotéis, supermercados, restaurantes e bares, além de um *Shopping Center* a céu aberto, o *Open Shopping*, também empreendido pela Habitasul.

As casas de Jurerê Internacional apresentam um padrão estético e arquitetônico comum: são mansões não-muradas, em sua maioria de dois ou três andares, com linhas modernas e suntuosas, vistosos jardins e piscinas. Geralmente possuem vagas de garagem para mais de quatro carros, e há nas construções o predomínio de vidro e da cor branca. Caldeira (2002) explica que o modernismo, desde os anos 50 até hoje, tem sido utilizado fortemente na arquitetura brasileira e planejamento urbano, sendo associado ao prestígio e ajudado a vender residências para a elite da população. Já no canto direito está localizada a parte conhecida como Jurerê Tradicional. Neste lado vivem os moradores mais antigos, geralmente os que moram no bairro e não apenas passam férias, e as edificações mostram-se um pouco mais simples que as mansões vistas no lado Internacional. Neste trabalho me atreei à análise de Jurerê Internacional, visto ser este o pedaço (Magnani, 2002) utilizado pelos grupos de jovens que frequentam a praia e as festas de Jurerê em suas relações de lazer e sociabilidade.

Uma característica peculiar de Jurerê – tanto Internacional quanto Tradicional, é que o bairro não possui cercas nem muros, ou seja, todos têm acesso. Porém, as cancelas são simbólicas, e outros dispositivos restringem a circulação. Um deles é a distância do bairro em relação ao centro (23 quilômetros) e a pouca circulação de ônibus, aliada ao preço da cara tarifa. Para Caldeira (2000) as relações sociais não são neutras no espaço construído; ele influencia a qualidade e o tipo das interações sociais que ocorrem. A autora também elucida que as fronteiras do espaço urbano não são tão abertas e indetermináveis, pois as desigualdades sociais, juntamente com as segregações espaciais sempre foram fortes características das cidades modernas, que têm seus

espaços apropriados das mais diversas formas por diferentes grupos de acordo com sua posição social e poder. Importante destacar, no entanto, como faz Patriota (2012), ideia que associa ao bairro de Jurerê Internacional, é que o universo dos condomínios fechados é um processo de construção de materialidades diversas, onde são associadas, em uma rede de relações, diferentes referências simbólicas redimensionadas e não um mundo estanque, com um recorte que supõe um grupo com existência estável, definida e estruturada. O condomínio, nesse caso, é visto como uma categoria contextual, pois os significados são produzidos o tempo todo de maneira dinâmica e processual.

Se os condomínios horizontais são realizações de projetos individuais e coletivos que organizam e dão direção, de forma mais ou menos inovadora, a conjuntos de símbolos existentes, no ambiente sócio-cultural mais amplo da cidade, país e mundo das sociedades complexas moderno-contemporâneas, eles são também espaços que, uma vez criados, constroem novas fronteiras simbólicas que delimitam grupos sociais e se expressam através de variações de um ethos e um estilo de vida específico (PATRIOTA, 2012: 74).

Em meio a este cenário, entre as mansões residenciais e espaços comerciais em Jurerê Internacional, despontam as boates e os *beachclubs* que atraem no verão, milhares de jovens que utilizam esses espaços como redes de lazer e sociabilidade. Quando falamos de lazer, prontamente o identificamos em relação a quanto resta de tempo livre. Ao analisar as práticas juvenis no circuito de lazer em Jurerê Internacional, trato da significação social do lazer, ou seja, de uma referência cultural compartilhada por indivíduos de uma mesma sociedade, que integram de uma forma minimamente harmoniosa suas significações e práticas cotidianas. As expressões utilizadas para conceituar o lazer, de acordo com Pronovost (2011) remetem a um conjunto simbólico com base em um sistema cultural constituído de valores. Esses valores, além de indicarem códigos e maneiras de comportamento e pensamento, como princípio de conduta, também funcionam como integradores sociais, devido ao sentimento de pertencimento a um grupo que tendem a instaurar.

Nesse caso, o lazer é definido por seu papel eventual na construção ou na manutenção da ordem social, o que constitui uma das funções essenciais dos valores sociais. A função de integração que desempenha o lazer é interpretada diferentemente segundo os estilos de vida, as faixas etárias, etc. Tal caso fica muito explícito com relação às opiniões dos jovens (PRONOVOST, 2011: 34).

O lazer além de servir como integrador social, também funciona como uma prática hedonista, ligada ao prazer. Não querendo reduzir a dimensão social do lazer, associando-o simplesmente a um mero passatempo, utilizo a expressão para pensar tanto as redes de sociabilidade quando as práticas de descontração entre os jovens de Florianópolis, mais precisamente nas boates de Jurerê Internacional. É a descrição destes espaços e as relações que os jovens empreendem neles que analiso, verificando semelhanças e diferenças entre os espaços e similaridades, dissonâncias e conflitos nas ações e discursos dos frequentadores da boate *Posh* e do *beach club Cafe de La Musique*, todos localizados no bairro de Jurerê Internacional.

A etnografia resulta de uma relação e é preciso reconhecer essa posição a partir de uma reflexão ética e epistemológica. Antes de proceder à etnografia dos clubes, vale à pena discorrer sobre alguns dos saberes básicos da antropologia urbana. Agier (2011) elucida que a reflexão antropológica urbana apóia-se num fato: o de que os

conhecimentos da antropologia urbana não emergem da própria cidade, e sim a partir de uma montagem de seqüências da vida urbana retiradas de uma pequena parte do mundo real. O autor apresenta dois critérios para essa construção antropológica. O primeiro consiste numa diferença de escala, já que os conhecimentos são produzidos pelo antropólogo em uma escala microssocial.

O segundo critério, conforme Agier é a pesquisa empírica, quando o antropólogo se baseia nas informações colhidas “em campo” e na observação dos espaços e relações, bem como no diálogo com os nativos. Esses dois critérios combinados fazem com que as informações coletadas pelo antropólogo sejam elevadas a construções teóricas da cidade. O autor explica que um dos desafios da antropologia urbana consiste na capacidade de construir uma metodologia e uma reflexão centradas no indivíduo que vive em espaços cultural e socialmente heterogêneos, sem, no entanto, abandonar questões relativas à unidade cultural e à organização social dos povos. Agier (2011) esclarece que para aprender a cidade, o antropólogo deve descrever as suas regiões, referenciando representações espaciais e morais dos atores, para em seguida, construir os quadros de pesquisas estudados em situação e em relação. Já o terceiro momento de pesquisa do antropólogo urbano consiste em apoiar-se nas diferentes situações para “ver” e “seguir” as redes sociais que operam na cidade.

Conforme Velho (1994) quando um antropólogo faz uma etnografia, um de seus grandes desafios ao narrar um evento consiste em comunicar o tom e o clima do que está descrevendo. É preciso transmitir sons, cores, sabores, além de reconstituir as interações dos participantes. É isso que me dedico a fazer nas próximas páginas ao olhar de perto e de dentro (Magnani, 2002) a partir do arranjo dos atores sociais e descrever as duas festas que servem de base para a análise que constitui esse artigo. O lazer pressupõe um tipo de descomprometimento com as atividades cotidianas e no caso da festa, o distanciamento é ainda maior. É preciso fazer parte do jogo e entender e partilhar as regras de conduta e comportamento ditada pelos próprios participantes. Geralmente as normas são internalizadas antes para depois serem atualizadas nos papéis sociais.

Ao falar de lazer, observa-se freqüentemente uma tendência muito clara de evocar certos elementos circunstanciais. Entre esses elementos, encontramos o lugar, o momento, as companhias, o ambiente, a ocasião. De fato, esses elementos se enunciam menos formalmente como regras do que como condições de prática. É por isso que são qualificadas de normas contextuais. Uma mesma atividade pode pertencer a campos distintos de significação conforme ela implica ou não um grau satisfatório de ação ou de modalidades particulares. O contexto, quer dizer, o âmbito externo da própria atividade, pontua a significação desta última pelo viés de elementos cuja presença ou ausência confirma ou invalida a ideia de lazer [...] Essas observações levam a crer que as normas de interpretação do contexto se reúnem às outras regras de ação e de modalidades na articulação da significação do lazer (PRONOVOST, 2011: 38-39).

O *beach club* *Cafe de La Musique* tem sua sede em São Paulo e filiais em várias outras cidades, como Florianópolis. O Café, como é constantemente chamado pelos seus freqüentadores, está situado em Jurerê Internacional, na Avenida dos Merlins, s/n, posto 1-B. O *club* está localizado na beira da praia, mas seu acesso se dá pela rua de trás. A entrada é bastante arborizada e a estrutura é de madeira de cor escura, dando um toque rústico ao local. Centralizada em um pequeno e baixo muro de pedra, que fica ao

lado de alguns arbustos que funcionam como continuação do muro, está a placa do clube, pequena e discreta, com o nome e o desenho, que é a logomarca da casa, o perfil estilizado de uma cabeça humana, com notas musicais fazendo vezes de cabelo. Em texto retirado do *site* (<http://www.cafedelamusiquefloripa.com.br>) encontrei a seguinte descrição da casa:

Cafe de La Musique – Beach Club

O luxo do verão brasileiro – Jurerê Internacional – Florianópolis/SC

Inspirado nos balneários europeus – St. Tropez, Capri, Cannes, Monte Carlo, Marbella – há 5 anos o Cafe de La Musique transformou Jurerê numa praia badalada repleta de Jet-setters dispostos a muito luxo e requinte!

À beira-mar, filial da matriz dinning club em São Paulo, o Cafe Floripa, como ficou conhecido, segue a proposta beach club que proporciona diversão e sofisticação ao seu público. Os grandes eventos de réveillon, os sunsets inesquecíveis e a temporada carnaval conquistaram os habitués de Jurerê Internacional!

Jurerê tem ares de Miami Beach! O pedaço é o epicentro do luxo em Florianópolis, sede do Cafe de la Musique onde, no verão, as festas fervem regadas a espumante e ao som de batidas eletrônicas.

O local é ponto de encontro de modelos, globais, jogadores de futebol e outros *jet-setters* da mídia, que misturam-se a um animado grupo de jovens que procuram as ditas *glamorosas* e distintas festas como as do Café. Uma peculiaridade desse clube é o horário das festas. Salvo a noite de *reveillon* e uma noite do carnaval, todas as festas são realizadas à tarde. São os *sunsets*, já conhecidos pelos frequentadores. Eles começam às 5 horas da tarde e encerram por volta da meia noite. É uma espécie de ‘esquentar’ para alguma balada à noite, visto que percebi, entre conversas e observações, que os nativos sempre estendem a festa, ali mesmo na mancha de lazer de Jurerê Internacional. No verão, salvo algumas exceções, os *sunsets* não cobraram ingresso feminino, porém, as mulheres tinham uma data limite para entrar de graça – geralmente até as 6 horas da tarde. Já os ingressos masculinos são cobrados e durante o verão, os homens pagavam 400 reais apenas para entrar na festa. No *reveillon* e no carnaval os ingressos masculinos chegaram a custar 2 mil reais cada. Como pagam pelos ingressos, os homens não têm horário limite para entrar e acabam chegando por volta das 7 horas da noite, quando o local já está lotado de mulheres que, não tendo pagado para entrar, precisaram chegar cedo para garantir a regalia. Mesmo com os altos preços, não há uma disparidade tamanha entre público feminino e masculino. É bastante comum observar um clima de paquera, namoro e flerte.

Logo na entrada da casa há um grande salão coberto, com mesas e cadeiras feitas de *rattan*, uma espécie de fibra natural, dispostas no centro. No lado direito encontra-se o bar, atrás de um longo balcão. Logo após o bar, ainda no lado direito, está o banheiro feminino. Uma funcionária fica na porta controlando e liberando a entrada das mulheres, conforme a disponibilidade. O banheiro possui 3 sanitários, um grande espelho e duas pias. Observei muitas mulheres que entravam e saíam apenas para utilizar o espelho, analisando a roupa, arrumando o cabelo ou retocando a maquiagem. Após esse salão, estão as portas de vidro e madeira branca, que, abertas, dão passagem a área aberta que abriga camarotes, cabine do *DJ*, pista de dança, outro bar e os banheiros masculinos. Esta área é ao ar livre e uma estrutura transparente cobre apenas o teto, para proteger o público de chuvas. No entanto, com sua vista para a bela praia, na pista de dança os frequentadores conseguem sentir a brisa do verão, enquanto dançam e

circulam por este salão. Existem três tipos de camarotes: as mesas e cadeiras de madeira escura, dispostas nos lados esquerdo e direito, as piscinas, que nada mais são do que um buraco feito da mesma madeira escura que pavimenta o chão, e almofadas brancas em cima dessa mesma estrutura que faz as vezes de assento e uma espécie de estrutura de madeira, com cortina de voal branca, sofá e almofadas, imitando um bangalô. Pode observar que é bastante comum os jovens subirem em cima das mesas e sofás para dançarem. Os valores dos camarotes são os seguintes: 15 mil reais o bangalô (com direito a 11 mil reais de consumação); 10 mil reais a mesa (com direito a 8 mil reais de consumação) e 30 mil reais a piscina (com direito a 25 mil reais de consumo). Nos camarotes há um garçom exclusivo e as bebidas variam. Porém, as marcas são estipuladas pela casa.

Mesmo quem não paga pelo camarote e fica na pista, não escapa dos altos preços tributados às bebidas. Uma dose de vodka com energético custa 39 reais, uma cerveja custa 12 reais e um simples refrigerante não sai por menos de 8 reais. A bebida mais consumida na casa é a vodka. As garrafas de *champagne* são levadas até os camarotes pelos garçons e garçonetes com uma vela em cima da garrafa, que é acesa, soltando faíscas e permitindo que todos os presentes na festa consigam visualizar o ato. Sobre o consumo a garçonete Tati, que trabalha há três anos na casa fala: “Os homens bebem mais, e as mulheres geralmente bebem dos homens. Também é comum vê-los distribuindo bebidas ou até desperdiçando, pois o valor que pagam em consumação, se não consumido, não é devolvido, e às vezes sobra muito”. Em uma dessas tardes de *sunset*, ao fim da festa, observei um grupo de homens do Rio de Janeiro jogarem garrafas inteiras de *champagne* uns nos outros.

A música que predomina no *Cafe de la Musique* é a eletrônica, preferencialmente o estilo conhecido como *house* (um ritmo eletrônico com batidas mais melodiosas e letras). A cabine do *DJ* fica de frente para o mar e o camarote atrás deste, também chamado de *backstage*, é reservado a atrizes e atores globais, jogadores de futebol e outras celebridades que costumam visitar a casa. Percebi que enquanto as mulheres usavam roupas bastante diferentes umas das outras como saias, vestidos, shorts, blusas, camisas, saltos ou sandálias rasteiras, o visual dos homens era, em sua grande maioria, muito parecido: uma camisa de cor clara, com as mangas dobradas e os dois primeiros botões abertos, bermuda e um tênis não-esportivo. Os óculos escuros completavam a produção. Observei que entre o público masculino algumas grifes eram bastante utilizadas como *Lacoste*, *Armani*, *Calvin Klein* e *Polo*. Entre as mulheres o uso de óculos escuros também era muito requisitado. Era bastante raro ver um visual mais despojado, como biquíni e saída de praia. A maquiagem era muito utilizada, bem como brincos, pulseiras e anéis.

É bastante comum ver os presentes durante a festa, e até mesmo na pista de dança, mexerem em seus *smartphones*, geralmente da marca *Apple*, para mandar mensagens, responder ao *whatsapp* (aplicativo que permite aos usuários de *smartphones* mandar e receber mensagens sem pagar tarifa) ou mesmo para conferir as redes sociais e postar fotos recém-tiradas na festa na rede social *facebook*.

A *Posh Club* está localizada em Jurerê Internacional (Rodovia Jornalista Maurício Sirotsky Sobrinho, km 1.5 – SC - 402), no complexo de entretenimento *Music Park*, um espaço de 120 mil metros quadrados formado por *Pacha* (filial da famosa casa de música eletrônica localizada no balneário de Ibiza, na Espanha), *Posh Club* e *Park Stage*, uma arena para *shows* que recebe atrações nacionais e internacionais. Ainda que estejam localizados na mesma área, os três espaços são independentes, funcionam com programações distintas e têm públicos-alvo diferenciados. Em texto retirado do *site* (<http://poshclub.com.br/2013/#2013/posh-club/>) encontrei a seguinte descrição da casa:

A *Posh Club* traz a característica do alto padrão em festas para o complexo Music Park, fortalecendo o conceito de elegância a partir de elementos inspirados nos grandes clubs do mundo com um toque de originalidade. Já consolidada como um dos *points* mais sofisticados do Brasil e primando pela excelência de serviço e produto, a *Posh* é uma casa sazonal, abrindo principalmente no verão, quando recebe um público altamente qualificado – entre moradores de Florianópolis e turistas nacionais e estrangeiros.

Percebi que o luxo, o estilo e a sofisticação exaltados pelo *site*, são aceitos pelo público que frequenta a festa, que rotineiramente recorrem a esses adjetivos para se referirem à balada. Tendo como uma de suas características a sazonalidade, a *Posh* só abre suas portas no verão. A casa funciona a partir da última semana de natal e encerra suas atividades após o período do carnaval, garantindo a alcunha de exclusiva, que tanto preza e divulga. A *Posh* só começa a encher a partir da 1 hora da manhã, tendo o seu auge de público entre 1h30min e 2 horas da manhã. É bastante comum ver os jovens que frequentam a balada irem a algum *dinning club* em Jurerê Internacional, como o *Donna*, e fazerem um ‘esquentá’ antes de irem à *Posh*. Este é o circuito de lazer usado pelos frequentadores de Jurerê Internacional. O estacionamento, dentro do *Stage*, apresenta uma distinção. O normal custa 30 reais e fica há poucos metros distantes do clube. Já o vip custa 50 reais e está localizado em frente a casa. No estacionamento vip visualizei automóveis de marcas de luxo como *Ferrari*, *Audi*, *Porsche*, *Masserati* e *BMW*. A distinção continua na venda dos ingressos: enquanto mulheres pagam 200 reais para adentrar a casa, os homens costumam pagar entre 400 e 600 reais, dependendo da festa. Também é bastante comum ver jogadores de futebol, modelos e globais convidados, desfilando pela casa. No entanto, mesmo não sendo famoso, sempre há uma maneira de entrar de graça. São as famosas listas, organizadas pelas *promoters* das festas, *DJs* e sócios da *Posh*. Mas, para figurar na lista, predominantemente feminina, que permite a entrada gratuita é preciso conhecer e ter contato estabelecido com essas pessoas. Caso contrário, é necessário desembolsar essa quantia. Existe ainda, uma última maneira para as mulheres: conseguir entrada com algum dos homens que tenha adquirido um camarote. Os camarotes da *Posh* chegam a custar até 10 mil reais, dependendo da festa e do dia. Os valores são convertidos em bebidas. Aqui também, a exemplo do Café, o mais consumido é a vodka, e as *champagnes* também chegam aos camarotes com os já conhecidos fogueiros. Sobre eles, Breno, um dos garçons da casa, é enfático: “a idéia é que os outros percebam que você está bebendo aquele espumante, é ser visto. E para a casa é bom, porque tem gente que vê e também quer fazer igual, então acaba consumindo mais”. Os preços das bebidas seguem a mesma linha do *Cafe de La Musique*. Uma dose de vodka com energético sai por 51 reais e uma água de coco pode ser adquirida ao valor de 10 reais.

O local é dividido em quatro ambientes: biblioteca (*lounge* de entrada), *temakeria*, pista de dança e varanda. A entrada e a fachada da *Posh* seguem uma linha mais contemporânea, enquanto que o interior apresenta uma decoração mais sofisticada. Ao entrar na casa, após a conferência do ingresso, você se depara com a biblioteca, de forte inspiração renascentista. As paredes são de pedra e os sofás são de veludo nas cores preto, marrom e coral. Outros objetos complementam esse ambiente como lustre de cristal, cômodas italianas, espelhos venezianos, livros antigos e reprodução de pinturas da época do Renascimento. Esse ambiente é muito sofisticado e remete a uma atmosfera de luxo. Ainda na biblioteca, está localizado um bar, no canto direito. Já no segundo ambiente, a *temakeria*, predominam as cores preta e amarela, conferindo ao ambiente um toque mais contemporâneo. Há ainda uma grande mesa comunitária, na cor preta. A

varanda, que também serve de espaço para os fumantes, é composta por bancos, *futtons*, almofadas e folhagens verdes. Ao lado da temakeria estão os banheiros feminino e masculino. Para chegar até eles, é preciso passar por um longo corredor, ladeado de espelhos. Por último temos a pista de dança, que tem o chão com desenho quadriculado nas cores preta e branca e um grande lustre no teto. Em volta da pista, estão dispostas as mesas dos dezoito camarotes. Atrás da cabine do *DJ* há uma parede de pastilhas douradas com cortinas. A *Posh* mescla espaços mais despojados com ambientes mais sofisticados.

A vestimenta dos homens que vão à *Posh* é bastante semelhante a do Café, com uma pequena diferença: as camisas de grifes famosas continuam, mas as bermudas dão lugares a calças, em sua grande maioria jeans. Já os vestidos esvoaçantes e em tons claros e estampas florais que as mulheres usam no *beach club* transformam-se em vestidos mais curtos e justos e de tecidos mais nobres. Proliferam muito brilho, paetê, saltos altíssimos, maquiagem intensa e jóias. Percebi que a preocupação com a produção é muito grande nas mulheres. Há inclusive, no banheiro feminino, uma maquiadora que fica à disposição até as 3 horas da manhã. Sempre que ia ao banheiro, nas vezes em que entrei na *Posh*, via uma fila de mulheres ansiosas para retocar o *make* antes de voltarem para a festa. Também era muito comum vê-las olhando-se no espelho, ajustando a roupa ou o cabelo. O som tocado no clube segue o mesmo estilo do Café e também predominam um clima de paquera, porém, em menor grau do que no *beach club*.

As observações em campo, bem como as conversas com os freqüentadores das festas e profissionais que trabalham nos clubes analisados, aliadas às teorias que discorrem sobre as práticas de lazer nos espaços urbanos me permitiram apontar algumas sínteses, sem, no entanto, dar um tom indiscutível às minhas argumentações. É possível perceber que Jurerê Internacional figura como uma mancha de lazer (Magnani, 2012) da cidade de Florianópolis, e que o espaço serve como ponto de referência para os freqüentadores, por aglutinar os *beach clubs* e boates, freqüentadas por jovens que buscam festas ditas elitizantes, para um público seletivo e que ostente símbolos associados a luxo, sofisticação e *glamour*. A mancha permite a circulação de pessoas de várias procedências, exatamente como ocorre no verão em Jurerê, onde a movimentação de turistas brasileiros e estrangeiros é muito alta.

Os jovens que freqüentam as festas de Jurerê internacional, até podem não se conhecerem, mas se reconhecem, pois portam o mesmo *habitus* (Bourdieu): têm um mesmo padrão de vestimenta, conhecem quais são os *DJs* do momento, sabem quais as melhores festas, que horário ir, as marcas que devem ser usadas, o que beber etc. Enfim, compartilham de um mesmo universo simbólico e assim vão tecendo relações que assegurem sua sociabilidade nesse circuito de lazer. Igualmente, trato Jurerê Internacional como um circuito de lazer, pois esse bairro sustenta um estilo de vida calcado em elementos que constituem o imaginário de quem o freqüenta como luxo, distinção, elite, requinte, dentre outros, e esses elementos são constantemente reconhecidos e apropriados por seus usuários que constroem e reconstroem suas relações em meio ao lazer que esse equipamento urbano proporciona.

Referências

- AGIER, Michel. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “Segregação urbana, enclaves fortificados e espaço público”. In: Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

- MOURA, Cristina Patriota de. *Condomínios no Brasil Central: expansão urbana e antropologia*. Brasília: Letras Livres, 2012.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 49, 2002.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor & TORRES, Lilian de Lucca (orgs). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- VELHO, Gilberto. *Unidade e fragmentação em sociedades complexas*. In *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

A RELAÇÃO LAZER E POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DO PROGRAMA FICA VIVO!

Samuel Santos
Hélder Ferreira Isayama

RESUMO

Neste trabalho objetivamos apresentar a relação entre o lazer e a política de prevenção social à criminalidade do Estado de Minas Gerais, uma vez que esta é encarada como uma política de segurança pública cidadã. Como procedimentos metodológicos, adotamos a revisão de literatura sobre segurança pública, prevenção social à criminalidade e Lazer, bem como a análise documental de fontes produzidas pela Secretária de Estado de Defesa Social (SEDS) de Minas Gerais, no que toca à prevenção ao crime juvenil, em especial do Programa Fica vivo! Concluimos que o lazer é uma ferramenta, um instrumento e um meio para o acesso e a aproximação do Estado ao público alvo atendido pela política de prevenção social, seja pela mediação dos oficineiros do Fica Vivo! ou pelas estratégias discursivas dos documentos institucionais, que organizam, estruturam, dizem, informam e conduzem de alguma forma as intervenções.

Palavras-chave: Lazer; Política de Segurança Pública; Prevenção Social à Criminalidade.

Introdução, Objetivo e Metodologia

Com a expressão “Construindo um Novo Tempo”, o Governo de Minas iniciou um amplo processo de propagação de discursos e imagens, tanto nos meios de comunicação de massa quanto nos diferentes espaços, territórios e locais de execução da política ora implantada desde o ano de 2002. Após a vitória nas eleições, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) procurou tornar efetiva a estratégia de produzir novos modos de operar a política, sobretudo, a de segurança pública no Estado. Logo, foi criada a Secretária de Estado de Defesa Social (SEDS), responsável por institucionalizar o Plano Estadual de Segurança Pública.

Ao ser criada em 2003, a SEDS elaborou uma estrutura organizacional e administrativa que chamou de “Política de Prevenção Social à Criminalidade”, sendo resultado de debates ideológicos e pragmáticos. Ideológico no sentido de fundamentar-se numa concepção de sociedade e política que, quer eliminar fatores de risco para a ocorrência de crimes contra a ordem pública e, pragmática no sentido de oferecer soluções para os problemas que incomodam a “paz social”.

As ferramentas, instrumentos e mecanismos criados para alcançar tais objetivos, pautaram-se primordialmente na “gestão de resultados ou choque de gestão”¹ e no modelo de gerenciamento por ciclos, onde são propostas atividades que englobam fases do planejamento, execução, monitoramento e avaliação de resultados das ações (SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL, 2012).

Nesse sentido, ao olharmos atentamente para o Plano de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2003), também notamos a preocupação das

¹ Segundo a SEDS, “o modelo de gestão de resultados consiste em acompanhamento intensivo das atividades planejadas segundo ciclo composto por quatro etapas: Planejamento, Execução, Monitoramento e Avaliação (PDCA)”.

autoridades políticas com a inclusão e a participação da população nos processos de planejamento, execução, e avaliação nesse setor. Ou seja, perspectivando criar um conjunto de ações participativas de prevenção social da criminalidade, e com isso, diminuir fatores de risco para ocorrência do fenômeno criminal, a SEDS institucionalizou programas e projetos de controle de homicídios, em diversos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), na própria capital e no interior do Estado.

Neste contexto, destacamos o Programa Fica Vivo!, que reúne um conjunto conectado de ações para a juventude, visando a garantia de direitos em favor da emancipação cidadã e a busca da diminuição da letalidade juvenil. Projetos que construam caminhos para o alcance da paz social e da organização comunitária, no sentido de solucionar problemas cotidianos da população que reside nas vilas e aglomerados das cidades (LEITE, 2009).

O Fica Vivo! oferece canais de relacionamento e interação entre os atores do Estado² e a população atendida pelas ações. Esse programa é uma proposta da política de prevenção social à criminalidade do Estado, e funciona com o atendimento de jovens com idade entre 12 a 24 anos, moradores de regiões com índices elevados de homicídios. O tempo médio de atendimento dos jovens é de cinco horas semanais e se dá por meio de oficinas, cujos responsáveis são os oficinairos. Estes atuam mobilizando saberes relacionados à cultura, aos esportes e à inclusão produtiva. De acordo com a metodologia do Fica Vivo! (SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL, 2009), o oficinairo possui um saber que lhe é próprio, estando diretamente ligado a um ofício.

Um dos objetivos específicos das oficinas é garantir aos jovens o acesso ao lazer. Portanto, o lazer é vislumbrado pelo Programa como direito social e área importante para diminuição dos fatores de risco e aumento da proteção social aos indivíduos. De outro modo, como área que fortalece e faz somar a concepção de segurança pública cidadã. Nesse sentido, concordamos com Marcellino (2006) que o lazer não é um fenômeno isolado de outras dimensões da vida social, mas sim dinâmico e interdependente das diversas áreas de atuação profissional e dos campos do conhecimento.

O lazer é paradoxal, e isso é algo rico em sua configuração, pois se de um lado é materializado em políticas públicas de prevenção social ao crime, sendo visto como direito de cidadania e setor promissor para incentivo da circulação dos jovens na comunidade local e nos diferentes espaços da cidade. Por outro, sua presença na política, seu agenciamento público e sua incorporação por parte dos profissionais de diferentes ramos dos saberes, não garante a sua capacidade intrínseca de despertar nos sujeitos conhecimentos que conduzem à transformação social e a crítica à sociedade contemporânea.

Parafrazeando Marx, Hands (2003, p. 9), o radical é aquela “pessoa que deseja uma mudança profunda num sistema político, normalmente através da alteração da base da sociedade”. A nossa sociedade tem por base fundamental o lucro e o consumo desenfreado de produtos, bens, serviços e tecnologias. No entanto, compartilhamos com o ideal de outra base de sociedade, e tendemos a defender e assumir as propostas dos grupos sociais, das políticas identitárias e dos múltiplos sujeitos que contrapõem a mentalidade de que, o progresso e a ordem adveem unicamente do capital financeiro e do controle dos comportamentos transgressores.

² São atores do Programa: os oficinairos (pessoas da comunidade ou profissionais das diferentes áreas de atuação como Educação Física, Artes, Música, Filosofia, Informática, Teatro, etc) e as técnicas sociais (geralmente formadas em Sociologia, Pedagogia, Assistência Social e Psicologia).

O texto da metodologia do programa Fica Vivo! deve ser visto como objeto de crítica, pois não basta dizer que as oficinas tem como objetivos específicos garantir aos jovens o acesso ao lazer, uma vez que, isso não significa que o lazer seja vivenciado de modo qualitativo pelos jovens frequentadores das ações da política. Ademais, pelo fato de que a participação dos jovens em espaços da comunidade onde moram, estarem sendo limitados, seja por ocasião das restrições da dinâmica criminal ou pela própria estrutura de distribuição desigual dos equipamentos e serviços públicos de lazer nos territórios da cidade. O trabalho de Couto e Silva (2013) confirmam uma estrutura desigual de distribuição dos equipamentos e serviços públicos de lazer e cultura na periferia da cidade de Belo Horizonte, estando estes centralizados na região sul, lugar demarcado como território da elite.

Dito isso, objetivamos apresentar a relação entre o lazer e a política de prevenção social à criminalidade do Estado de Minas Gerais, detendo-nos de modo específico sobre os discursos que lançam estratégias de condução do Fica Vivo! Desse modo, o procedimento metodológico do presente artigo é a revisão de literatura sobre segurança pública, prevenção social à criminalidade e Lazer, bem como a análise documental de fontes produzidas pela Secretária de Estado de Defesa Social (SEDS) de Minas Gerais, no que toca à prevenção ao crime juvenil, em especial do Programa Fica Vivo!. Portanto, a pesquisa documental consistiu na reunião e análise dos dados disponibilizados no site (www.seds.mg.gov.br), no documento intitulado “Metodologia do Programa de Controle de Homicídios” e no “Plano Estadual de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais”.

Fundamentação teórica e Discussão

O documento denominado Plano Estadual de Segurança do Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2003) descreve a necessidade de valorizar como marca de sua gênese, a participação coletiva e a gestão compartilhada das propostas de intervenção na realidade local. Ou seja, deve compor a pauta do debate e da proposta sobre criminalidade e violência, ações que em conjunto precisam da conexão dos entes federativos, estaduais, municipais e sociedade civil organizada.

Em outras palavras, o documento destaca a concepção da segurança pública como dever do Estado e compromisso de todos os cidadãos, independentemente a qual campo profissional pertença os atores que intervêm nessa área, pois a segurança pública é um setor inter e multidisciplinar³. Podendo ser vista também como um campo dos direitos sociais que está em permanente diálogo com os diferentes atores e campos profissionais⁴.

No âmbito nacional, notamos que o Ministério da Justiça criou um guia para apontar diretrizes aos municípios, afim de que incorporem responsabilidades sobre as questões de prevenção do crime e da violência. O documento deixa claro e evidente que,

3 Para Saporì (2007), a segurança pública é uma área multidisciplinar permeada de paradoxos, que suscita o surgimento de diferentes teorias analíticas para propor alternativas que auxiliem no controle da violência e da criminalidade.

4 Sobre isso, posso relembrar da formação qual participei quando ainda era estagiário do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte, onde a formadora do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, naquela ocasião, deixou claro, que para os problemas de violência entre os jovens deveríamos ter fundamento na seguinte ideia “se ficar o bicho pega, se correr o bicho come, mas se agente se juntar o bicho some”. Quero resgatar, com isso, que o discurso da segurança pública como compromisso de todos já está impregnado na concepção e na fala dos diferentes profissionais, sobretudo, nos processos de formação em serviço cujo recorte é a articulação de políticas sociais. Isso tem demonstrado a interdisciplinaridade entre as áreas do Esporte, do Lazer e da Segurança Pública.

as ações nessa área devem respeitar os direitos humanos e incorporar a participação da comunidade nas ações de segurança pública. Porém, antes mesmo da publicação do referido documento pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) (BRASILIA, 2005), o governo de Minas já previa e planejava ações compactuadas com uma concepção de segurança pública cidadã.

O fato é que, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a gestão democrática e participativa deve fazer parte dos documentos legais dos estados e municípios, uma vez que, devem respeitar e acompanhar os avanços ou retrocessos contidos na lei maior do Estado Nacional. Arelado a isso, ressaltamos que depois da constituinte de 1988 vem ocorrendo um processo de descentralização da política do âmbito federal, e com isso, uma maior autonomia para estados e municípios criarem ou implantarem suas políticas públicas que, dependem cada vez mais dos contextos sociais e suas demandas locais.

Com base nessa discussão, fica evidente que os princípios de gestão, participação e descentralização precisam de lugar nos documentos institucionais dos estados e municípios, bem como nas ações dos diferentes atores que atuam no exercício da política. Portanto, a legitimação desses princípios deve-se dar diante dos canais de relacionamento entre a comunidade e o poder público local, através dos mecanismos de acompanhamento e controle pela população, sobre quais recursos e projetos se encontram em execução. Tais prerrogativas pós Constituição de 1988 são elementos que constituem um Estado Democrático de Direitos.

Não obstante, o Plano Estadual de Segurança Pública (MINAS GERAIS, 2003) contempla como parte de seus princípios, a efetivação de políticas públicas preventivas com a mobilização da rede de proteção social existente, serviços sociais como instrumentos para o exercício da cidadania, canais de co-responsabilização das entidades governamentais e não governamentais no que se refere, aos problemas da violência e da criminalidade.

Dentro do arcabouço ideológico e pragmático desenhado pela política de prevenção social, existe uma construção multifacetada e multidisciplinar, que consegue aglutinar ideias de diferentes áreas do conhecimento científico e propor ações dos distintos campos de intervenção profissional. Dito de outra maneira, as ações da política de prevenção social visam estabelecer eficiência e inovação dentro da proposta de segurança pública cidadã, acionando para isso mecanismos para o desenvolvimento da educação, da cultura e da qualidade de vida (SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL, 2009).

É ainda objetivo específico da prevenção social à criminalidade desenvolver projetos transversais minimizando fatores de risco e maximizando fatores de proteção social, acionando redes parceiras entre as instituições públicas e privadas, oferecendo serviços sociais e levando em consideração questões de gênero, etnia, faixa etária, dentre outras (SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL, 2009).

Segundo Leite (2009), a prevenção pode despertar novos olhares no sentido de vermos e interpretarmos os conflitos sociais, bem como também percebermos a criminalidade e a violência de outras maneiras e modos. Essas novas percepções vem requerer dos atores que atuam na política, a postura de primar pelo alcance do rigor metodológico e da valorização da sensibilidade humana.

Sobre esse debate, temos duas visões. A primeira é que, a violência se processa de diferentes formas e nuances, em distintos lugares, classes sociais, momentos e sujeitos. Nas instituições, no trabalho, no lazer, na casa, na cidade, na rua, na escola, nas alegrias e tristezas, no professor e no aluno, no homem e na mulher, na polícia e no criminoso. Portanto, faz-se mister compreender a violência como uma manifestação

humana e cultural, presente em todas as sociedades, nos múltiplos modos de vida, nas experiências cotidianas e nos costumes das comunidades. Em segundo lugar, observamos que uma política de prevenção social tem que ser capaz de contribuir com o desenvolvimento dos cidadãos, oferecendo padrões mínimos de proteção social e programas de transferência de renda. E isso dependerá de uma série de critérios que envolvem gênero, religião, classe social, raça, cultura, etnia, faixa etária, identidade e outras demandas da realidade social.

Esse debate propõe que a política de segurança pública cidadã mobilize em seu quadro de atores conhecimentos que transformem tanto os sujeitos da atuação quanto os receptores da ação, a ponto de desenvolverem juntos diferentes saberes para a construção de uma sociedade melhor, com condições dignas de trabalho, lazer, educação, cultura, dentre outros.

Esse pressuposto vem contrapor ideologias que prevaleceram na Ditadura Militar brasileira, e de alguma maneira, vem questionar na atualidade, propostas de formação e atuação na área de segurança pública que não dialogam com o pensamento crítico radical e com os saberes interconectados aos demais direitos sociais. Pois, se na Ditadura tínhamos um conjunto de ações autoritárias e instrumentalizadoras na área da segurança (BELLI, 2004). Hoje, temos e vivemos um novo momento, tempo em que os campos profissionais e científicos se veem diante da possibilidade do conflito social e político, seja para enfrentar os modelos prescritos oferecidos pelo mercado e o Estado, ou para levantar a problemática da interdisciplinaridade.

Na visão de Santos (2013) o conhecimento interdisciplinar aglutina um conjunto de ideias e estratégias interconectadas, que juntas requerem ações para o enfrentamento do isolamento e dos problemas que atingem a humanidade. Com isso, a interdisciplinaridade que vislumbramos é do ponto vista crítico e radical, tece conexões no sentido de iluminar, fazer conhecer e problematizar o sistema de organização social. Este último, na visão de Goldmann (1974) nos mobiliza para buscar uma maior capacidade de adaptação e adequação. Por injetar constantemente em nossas vidas a incorporação diária de mecanismos instrumentais e técnicos, cada vez mais racionalizados e sofisticados. Que longe de neutralidades, esses aparatos são ferramentas funcionais para o sistema que se baseia no lucro, em suas mais variadas facetas, nos processos de gestão e planejamento, no crivo da eficiência e da eficácia, ou até do ponto de vista da administração do tempo.

O tempo destinado para a interação com os dispositivos tecnológicos tão úteis e paradoxais, que ao mesmo tempo em que organizam alguns aspectos da nossa vida, desorganizam e produzem confusão em outros. O tempo, aquele que nos orienta de certo modo para as dimensões pessoais, sociais e profissionais, e até mesmo nas relações tensas e conflitivas entre duas dimensões humanas essenciais, como o trabalho e o lazer ou a produção e a consciência.

Como aponta Werneck (2001), não é apenas por ser um polo mercadológico promissor e um setor dinâmico da economia mundial no século XXI, que o lazer vem sendo visto de modo positivo pela sociedade. É também devido ao “conhecimento de si mesmo” (GOLDMANN, 1974), qual permite a tomada de consciência das pessoas de perceberem o valor e a importância que o mesmo carrega e possibilita na nossa vida cotidiana. Assim sendo, o lazer pode estabelecer contribuições no diálogo com outros setores dos direitos sociais, principalmente, pelas possibilidades que oferece para contribuir com o enfrentamento da violência nos espaços urbanos.

Foi pelo fato da ocorrência e do registro do aumento da violência e da criminalidade urbana no Estado de Minas Gerais, que o Fica Vivo! foi adotado e institucionalizado enquanto política de prevenção social à criminalidade. Ele visa

“reduzir a incidência de homicídios dolosos, mediante ações de prevenção e repressão, nas áreas de risco da Região Metropolitana de Belo Horizonte e em outros municípios do Estado cujos indicadores de criminalidade violenta o justifiquem” (MINAS GERAIS, 2003).

Aqui fica evidente, que é pelo caminho da proteção social, da repressão e da redução da mortalidade que o lazer estabelece relação com a política de segurança pública do Estado de Minas Gerais. De outra forma, pelo conhecimento específico do ofício dos oficinairos (SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL, 2009), seus saberes mobilizados com os jovens durante os momentos das oficinas, suas estratégias de condução do trabalho que possibilitam em grande proporção à construção de relações imbricadas na trajetória de vida, acadêmica, profissional e em particular na comunidade, lugar onde cresceu-se e desenvolveu-se como sujeito.

No site institucional da SEDS, nas seções de prevenção e notícias, os dados indicam que o Fica Vivo! atua na prevenção primária, qual procura agir na comunidade antes que o crime aconteça, propondo intervenções e desenvolvendo atividades coletivas de esporte, cultura, artes e cidadania. Nessa lógica, o governo de Minas emite a ideia de prevenção pela arte e pelo esporte, citando principalmente projetos institucionais que ocorrem uma vez ao ano, como a exposição ou mostra de grafite e os jogos esportivos materializados nas olimpíadas do Programa (SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL, 2013).

Ao analisar tais dados, percebemos que eles vão de encontro ao que nos diz o trecho que reforça a realização de atividades para “ocupação dos espaços ociosos” (SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL, 2012). Isso vem demonstrar o pensamento do que o ócio representa em nossa sociedade, ou seja, suas ambigüidades. Pois ao mesmo tempo em que ele é tido como espaço e tempo para construção de mentalidades ativas, por meio de processos educativos e socializadores como o esporte, a cultura e a arte, ele também é visto pela política de prevenção como lugar propício para o aparecimento de crimes e atividades marginais. Nesse sentido, são realizadas ações para ocupação de espaços ociosos.

Considerações Finais

Dessa forma, o lazer no Fica Vivo! pode ser visto como uma ferramenta, um instrumento e meio para o acesso e a aproximação do Estado ao público alvo atendido pela política de prevenção social à criminalidade, seja pela mediação dos oficinairos ou pelas estratégias discursivas dos documentos institucionais, que organizam, estruturam, dizem, informam e conduzem de alguma forma as intervenções de segurança pública cidadã.

Retomando o debate da valorização da sensibilidade humana a partir da concepção de segurança pública cidadã, acreditamos que perceber o trabalho dos oficinairos do programa Fica Vivo! é uma ação que precisa ser incentivada dentro da política de prevenção social à criminalidade, mas também, valorizar seus saberes e sua atuação, pois sabe-se das dificuldades para socializar e construir estratégias de condução do trabalho no tempo e espaço de lazer dos jovens, principalmente nos contextos de risco social, violência, criminalidade, miséria e em situações de conflitos entre gangues rivais.

Esse pressuposto requer do próprio Estado a atitude de assumir e oferecer formação qualificada e condições dignas de trabalho, com espaços bem cuidados para as intervenções, maior distribuição, variedade de equipamentos e serviços públicos de lazer, materiais diversificados e de qualidade, garantias legais trabalhistas aos

oficineiros, como descanso remunerado, férias, 13º salário e lazer.

O ócio é um termo que aparece raras vezes nas estratégias discursivas do site institucional da política de segurança pública do Estado de Minas Gerais, já o lazer é um termo que aparece mais vezes, tanto no site institucional quanto nas oficinas de atendimento aos jovens, no ofício ou saberes mobilizados pelos oficinairos, na metodologia do Programa Fica Vivo! e no Plano Estadual de Segurança Pública.

Sobre isso, emergem para o campo dos estudos do lazer novas possibilidades, aquelas de tecer discussões radicais, críticas e aprofundadas em torno das estratégias discursivas e das ações conduzidas pela política de prevenção social à criminalidade. Pois nesse sentido, acreditamos que o caminho da pesquisa pode gerar a compreensão e o desvelamento de novos entendimentos, sobretudo para se pensar o diálogo e as conexões entre lazer, ócio, prevenção social à criminalidade e políticas de segurança pública cidadã.

Referências

- BELLI, Benoni. **Tolerância Zero e Democracia no Brasil**: visões da segurança pública na década de 1990. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. São Paulo: Saraiva, 1997, 16ª edição.
- COUTO, A. C. P.; DA SILVA, R. F. *As cidades modernas e a centralização dos equipamentos de lazer: O caso de Belo Horizonte no Brasil*. **Anais do III Congresso Internacional em Estudos Culturais**: “Ócio, Lazer e Tempo Livre nas Culturas Contemporâneas”. Aveiro, Portugal, jan. 2013.
- GOLDMANN, L. **Ciências Humanas e Filosofia**: Que é a Sociologia? São Paulo: DIFEL, 1974, 4ª edição.
- HANDS, G. **Marx**: Biografias Essenciais. Portugal: Publicações América-Europa, 2003.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer**: Uma Introdução. Campinas: Autores Associados, 2006, 4ª ed.
- LEITE, F. Sistema penal, segurança pública e prevenção social à criminalidade. In: OLIVEIRA, K. B.; OLIVEIRA, G. G. **Olhares sobre a prevenção à criminalidade**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009.
- MINAS GERAIS. Decreto n. 43.334, de 20 de maio de 2003. Cria o Programa Controle de Homicídios do Estado de Minas Gerais. **Minas Gerais Diário do Executivo**. Belo Horizonte, 21 maio 2003.
- MINAS GERAIS. **Plano Estadual de Segurança Pública de Minas Gerais**. 2003.
- SANTOS, S. *Dialogando com Stuart Hall: Algumas Contribuições para Formação Profissional em Lazer*. **Anais do III Congresso Internacional em Estudos Culturais**: “Ócio, Lazer e Tempo Livre nas Culturas Contemporâneas”. Aveiro, Portugal, jan. 2013.
- SAPORI, L. F. **Segurança Pública no Brasil**: Desafios e Perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- SEDS. **Programa Controle de Homicídios**: Metodologia. Belo Horizonte, julho. 2009.
- SEDS. **Prevenção Social à Criminalidade**: A Experiência de Minas Gerais. Belo Horizonte, dezembro, 2009.
- SEDS. Institucional: Histórico. Disponível em: <https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=58&Itemid=214> Acesso em: 20 nov. 2012.
- SEDS. Prevenção: Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade (CEPEC). Disponível

em:<https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=167> Acesso em: 15 dez. 2012.

SEDS. Notícias: Novo Centro de Prevenção é inaugurado em Belo Horizonte.

Disponível

em:<https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2148&Itemid=71> Acesso em: 14 mar. 2013.

BRASILIA, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Guia para Prevenção do Crime e da Violência nos Municípios**. 2005.

WERNECK, C. L. G. Lazer e Mercado: Panorama Atual e Implicações na Sociedade Brasileira. WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. **Lazer e Mercado**. Campinas: Papirus, 2001, Cap.1 pp.13-44.

A SOCIEDADE AGRÍCOLA CULTURAL E ESPORTIVA DE VALE VÊNETO- RS COMO ESPAÇO E TEMPO PARA OS JOGOS TRADICIONAIS

Fernanda Stein
Elizara Carolina Marin

RESUMO

Este trabalho tem a finalidade de apresentar uma pesquisa em andamento que pretende compreender o processo de constituição da Sociedade Agrícola Cultural e Esportiva de Vale Vêneto (SACE), situada no município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul, como espaço e tempo de vivência do jogo tradicional no contexto histórico da colonização italiana no Estado. Para a coleta de dados, estamos utilizando a pesquisa e análise documental. As Sociedades são um dos principais espaços de vivência dos jogos tradicionais e vem sofrendo modificações com as transformações históricas.

Palavras-chave: Sociedade. Jogo tradicional. Colonização italiana.

Introdução

O jogo tradicional é uma manifestação cultural que surge com a interação entre os homens e com a natureza, na busca de suprir suas necessidades sociais, culturais, materiais e econômicas.

Historicamente, segundo Lavega Burgués et al. (2011), o jogo sempre esteve presente no cotidiano dos grupos sociais e das diferentes comunidades, assumindo papéis e características diferentes para cada povo e período histórico.

Em 2010, o Grupo de Pesquisa em Lazer e Formação de Professores (GPELF), visando o diagnóstico dos jogos tradicionais do campo e da cidade no estado do Rio Grande do Sul (RS), desenvolveu uma pesquisa que objetivou o aprofundando de dados sobre o tema no Estado, abarcando oito municípios, selecionados por sua representatividade cultural: alemã – Agudo, Nova Petrópolis e Santa Cruz do Sul; italiana – Bento Gonçalves e São João do Polêsine; indígena – Tenente Portela; portuguesa – Pelotas e Rio Grande. Foi encontrada uma diversidade de jogos tradicionais cultivados por estes grupos.

No que tange a colonização italiana, as Sociedades foram identificadas como um dos principais espaços para o desenvolvimento dos jogos tradicionais. Elas constituíram-se, nas Colônias, como espaço e tempo onde a população compartilhava propósitos, costumes e preocupações em comum, e tiveram papel fundamental na reconstrução social e cultural dos imigrantes que chegavam ao sul do Brasil.

No decorrer do processo histórico, estes espaços transformaram-se, assim como outras instituições sociais.

Neste sentido, este trabalho tem o objetivo de compreender o processo de constituição da Sociedade Agrícola Cultural e Esportiva de Vale Vêneto (SACE), Rio Grande do Sul, como espaço e tempo de vivência do jogo tradicional no contexto histórico da colonização italiana no Estado.

Pesquisar os espaços em que os jogos tradicionais são praticados contribui para a compreensão destas manifestações em sua configuração histórica, social, política e econômica. Além disso, existe carência de estudos de instituições científicas e órgãos públicos sobre o tema. Também, grande parte dos jogos tradicionais identificados pela pesquisa realizada pelo GPELF é mantida pelas Sociedades ainda existentes, o que motiva o estudo neste âmbito.

Procedimentos Metodológicos

Para atingirmos os objetivos deste trabalho, utilizamos pesquisa e análise documental. Segundo Cellard (2010), a análise documental permite reconstruções que por vezes não estão ao alcance da memória dos sujeitos, além de trazer a percepção histórica do fenômeno estudado. Para a autora, tudo que é vestígio do passado, tudo que serve de testemunho é considerado documento ou fonte. Podem ser textos, filmes, objetos, fotos, entre outros. Além disso, deve-se atentar para o contexto em que o documento foi produzido; quem são os seus autores; confiabilidade e natureza do texto; e sentido dos conceitos e palavras utilizadas nele.

O recorte que trazemos neste trabalho diz respeito à Sociedade Agrícola, Cultural e Esportiva (SACE) de Vale Vêneto, localizada no distrito de Vale Vêneto, do município de São João do Polêsine, que foi escolhido por expressar fortes marcas culturais da colonização italiana. Além disso, o município de São João do Polêsine fez parte da pesquisa desenvolvida pelo GPELF, já citada anteriormente, o que facilita o contato e articulações com os locais da pesquisa.

Nossos critérios de escolha da Sociedade foram: os jogos tradicionais estarem presentes no rol de suas principais manifestações desde sua fundação até atualmente; existir a longo período de tempo (mais de 40 anos); e ter expressividade na região em que está localizada.

A análise está sendo realizada em registros, atas, alvarás de funcionamento e estatutos da SACE; em museus; em documentos pessoais dos sujeitos sociais, como fotos e cartas; e em outras fontes documentais que podem surgir no processo de desenvolvimento da pesquisa.

Em virtude da diversidade de documentos arquivados pela Sociedade, priorizamos, em um primeiro momento, estes que seguem abaixo:

- ata de fundação – registra o ano de fundação da Sociedade, nome de seus fundadores, e outras questões referentes à fundação;
- estatuto (desde o primeiro até o atual) – é constituído por um conjunto de normas que regulam as relações entre os membros e a Sociedade. Capítulos que podem estar presentes neste tipo de documento: da organização; das finalidades; dos deveres; do patrimônio; da dissolução; dos sócios (categorias, direitos, deveres, exclusão); das penalidades; da joia e mensalidade; da frequência; da diretoria; da eleição; da assembleia geral; dos regimentos internos; das disposições gerais; entre outros;
- livros de atas: constam registradas todas as reuniões e assembleias feitas desde o ano de fundação da Sociedade.

Para a coleta das informações frente aos documentos, construímos um roteiro contendo: nome da Sociedade; jogos tradicionais praticados no local; tipo de documento (ata, estatuto, etc.); nome do documento, ano, autor(es); assunto principal; registros que assinalam a constituição da Sociedade, em especial os objetivos; registros que assinalam transformações por que passaram no processo histórico; registros que assinalam a configuração atual de Sociedades; registros relacionados aos os jogos tradicionais; outras informações relevantes.

O jogo tradicional como manifestação cultural

O jogo tradicional faz parte da cultura de um grupo social e por isso traz características da sociedade onde é produzido, carregando consigo conhecimentos desenvolvidos ao longo de gerações, e ao mesmo tempo características das condições matérias do momento histórico em que é praticado. Por ser tradicional, manifesta o

passado reconfigurado às condições presentes.

Bruhns (1996, p. 28), em estudos sobre diferentes perspectivas acerca do jogo, afirma que

Os jogos devem ser compreendidos e analisados na cultura da qual fazem parte, pois por si mesmos, nada dizem. Somente numa cultura, enquanto parte dela, passam a ter sentido, como também essa cultura somente pode ser entendida dentro de sua realidade social e da história dessa sociedade.

Na Europa, alguns autores vêm dedicando-se em estudar o jogo tradicional, contribuindo para discussões sobre o tema. Dentre eles destacamos Parlebas (2001, 2004) e Lavega Burgués (2000, 2006, 2011).¹

Parlebas (2001) esclarece algumas características do jogo tradicional como: uma manifestação ligada à tradição de determinada cultura; regido por regras flexíveis adaptadas aos interesses de quem joga; acontecer a partir de organização local ou regional, não dependendo de instâncias oficiais como federações; e não depender de processos econômicos para acontecer, embora seja influenciado por eles.

O mesmo autor ao tratar da origem dos jogos, afirma que o grande número deles conhecido hoje foram transmitidos ao longo do tempo, de geração em geração, constituindo uma gama de práticas lúdicas que vão sendo reconfiguradas e reajustadas às condições de novos contextos e sociedades. Os jogos tradicionais surgiram a partir dos costumes e estão presentes na identidade e na cultura de comunidades. O autor ainda salienta a inviabilidade de estabelecer uma origem única para determinado jogo, visto que desde os primórdios da humanidade, ele estava presente, muitas vezes, de forma idêntica em diferentes culturas (PARLEBAS, 2004).

Como manifestação da cultura, os jogos tradicionais têm sentido para a sociedade da qual fazem parte. Para Moreno et. al. (2007), estudando jogos tradicionais das Ilhas Canárias, estas manifestações não surgem separadas da cultura, mas com ela, atribuindo sentidos que mudam de cultura para cultura. O autor ainda alerta que estes sentidos têm caráter histórico, não estando aquém do espaço e do tempo em que são produzidos.

A colonização no rs e o surgimento das sociedades

A colonização italiana no estado do RS, conforme Costa et. al. (1986), iniciou na metade do século XIX. A Itália deste período passava por conflitos e revoluções em prol de sua unificação nacional. Além disso, o forte desenvolvimento do capitalismo industrial acelerou o crescimento urbanizado. Houve um aumento populacional na Europa e empobrecimento de camponeses e artesãos, deixando milhares de desempregados. O governo italiano, ao se deparar com problemas sociais e econômicos, passou a incentivar a emigração, na tentativa de diminuição do desemprego e controle populacional.

Neste mesmo período, aqui no Brasil, após a Lei Áurea, de libertação dos escravos, fazia-se necessário substituir o trabalho escravo por trabalhadores livres e que pudessem produzir para o consumo interno do país. O RS, ainda uma área despovoada,

¹ Destacamos que, embora tenhamos como referência a produção europeia sobre jogos tradicionais, não faremos nossa análise a partir da praxiologia motriz, ou seja, a partir do olhar que autores europeus têm dado ao tema. Para maiores esclarecimentos sobre a praxiologia motriz, ler: PARLEBAS, Pierre. *Juegos, Deporte y Sociedad: Léxico de Praxiología Motriz*. Barcelona: Paidotribo, 2001.

precisava ser colonizado para que as fronteiras do sul do país fossem defendidas e preservadas. Os primeiros imigrantes italianos chegaram ao sul do Brasil em 1875 (COSTA et. al., 1986).

Ao constituírem diferentes colônias, algumas dificuldades surgiram a estes imigrantes, principalmente no que tange a localização das colônias, por serem regiões ainda desabitadas; a infraestrutura disponibilizada e o desamparo do governo imperial. É neste contexto que o trabalho comunitário destas comunidades ganhou força e possibilitou a superação destes obstáculos. Costa et al. (1986) esclarece que as colônias, a partir de um “espírito de solidariedade e colaboração”, organizaram-se tendo como base diferentes tipos de Sociedades, com o fim de resolver coletivamente dificuldades enfrentadas.

As Sociedades foram fundamentais na composição da identidade social e cultural da população. Segundo Schuch (2008), as Sociedades exerceram papel decisivo no processo de integração, defesa e preservação da cultura, com diversas finalidades, em especial recreativas, esportivas e culturais, fazendo parte dos espaços de lazer destes imigrantes. Era o espaço onde população encontrava-se para auxiliarem uns aos outros na organização da lavoura, na construção de casas e no cultivo de hábitos, costumes, crenças e manifestações que os identificavam como grupo (COSTA et. al., 1986). Dentre as manifestações culturais trazidas pelos imigrantes e materializadas nestes espaços, estava o jogo, que segundo Marin et. al. (2012, p. 75), “viajaram clandestinamente nos navios dos missionários, dos mercadores, dos soldados e à revelia das políticas migratórias”.

Nas Sociedades, as manifestações culturais eram reconstruídas à maneira do país de origem, mas sempre readaptada às condições locais. Entretanto, anos mais tarde há o desmoronamento deste quadro cultural, causado pelas medidas da campanha de nacionalização do país tomadas durante o Estado Novo². Durante este período, muitas Sociedades que cultivavam manifestações socioculturais de seu país de origem foram fechadas e a língua italiana foi proibida. Em contrapartida, eram desenvolvidas manifestações esportivas nas escolas. Estas medidas foram tomadas em prol de um projeto de nacionalização do país, que objetivava gerar uma cultura única brasileira e a modernização do Brasil, a partir da consciência moral e cívica (PAZ, 1998).

Mazo (2007), em seu estudo sobre a nacionalização das Associações Esportivas de Porto Alegre, aponta que durante este período algumas leis e decretos foram criados, obrigando os espaços culturais a se adequarem às novas exigências do país. A repressão aos imigrantes alemães e italianos agravou-se em 1942, quando o Brasil expressou apoio aos países aliados na Segunda Guerra Mundial.

A autora afirma que as Associações Esportivas ditas “estrangeiras” mostraram resistência ao processo de ruptura e fragmentação de sua identidade cultural, unindo-se entre si, formando associações maiores e evitando a extinção das menores. Outra alternativa foi a inserção de novas práticas esportivas em seu rol de manifestações culturais, como por exemplo, o futebol, o basquete e o tênis, que vinham conquistando inúmeros praticantes na época.

A adesão das Associações aos esportes significou, de um lado, a aceitação destes espaços pela política de nacionalização e o desvio da atenção deste movimento para as atividades esportivas, e de outro, a possibilidade de não transparecer a resistência da identidade cultural dos imigrantes, que ainda era cultivada em outros momentos, que não os esportivos (MAZO, 2007).

Neste movimento histórico, afirma Marin et. al. (2012), algumas Sociedades

²Regime político brasileiro, tendo como presidente Getúlio Vargas. O período durou entre 1937 e 1945, sendo caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo.

extinguiram-se, porém outras resistiram, assim como parte da tradição também se manteve de maneira dinâmica, modificando a partir das condições materiais de cada época.

A sociedade agrícola, cultural e esportiva de Vale Vêneto-RS

O município de São João do Polêsine está localizado na Região Centra do RS, há 45 km de Santa Maria e integra a Quarta Colônia de Imigração Italiana no Estado. Foi emancipado em 19923 e conta com uma população de 2.635 habitantes, segundo dados do censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴

Marin et al. (2012), em pesquisa sobre os jogos tradicionais italianos, abarcou o município de São João do Polêsine, identificando que algumas Sociedades são espaços de vivência de manifestações como Bocha, Mora, jogos de carta como Chinquillo e 3sete, entre outros. Além disso, no interior do município, as festividades dos Clubes e Sociedades em datas comemorativas são espaços frutíferos para o cultivo de jogos tradicionais.

A Sociedade Agrícola, Cultural e Esportiva (SACE), está localizada no distrito de Vale Vêneto, pertencente à São João do Polêsine. O distrito formou-se a partir da imigração italiana iniciada na região em 1878.

Segundo a Ata de Fundação da SACE, o espaço foi fundado em 1965, com os objetivos de criar uma sede social como ambiente de bem-estar, recreação e convívio entre os associados. Em seu primeiro Estatutos, de 1966, as finalidades da Sociedade estão subdivididas em agrícola, cultural e esportiva, ou seja:

- Agrícola: no sentido de dar assistência para associados e pequenos agricultores não associados, com produtos agrícolas, mudas, sementes, adubos, incentivar a vinda de técnicos para ajudar nas lavouras;
- Cultural: com a realização de bailes e outras reuniões festivas; manutenção de uma biblioteca; e promoção de conferências sobre assuntos sociais ou científicos que interessem a comunidade;
- Esportiva: a Sociedade como sede para a prática de todos os jogos e esportes permitidos em lei, como bochas, tênis de mesa, voleibol, futebol, etc.

A síntese histórica da SACE, constatada nos Estatutos, relata que a ideia de construir uma Sociedade Recreativa surgiu de um grupo de moradores de Vale Vêneto. Entretanto existiam opiniões diversas quanto ao seu caráter. Alguns acreditavam que a Sociedade deveria ficar independente dos esportes, outros optavam pela formação de um único espaço contemplado por vários departamentos (esportivos, recreativo, cultural e agrícola). Tais divergências levaram à busca de orientações no âmbito da política estadual, cuja orientação foi a constituição de uma única Sociedade, pois o caráter esportivo contribuiria para dar visibilidade e angariar possíveis recursos econômicos junto ao Governo Federal da época, o que levou a Sociedade ser registrada, em 1966, como pessoa jurídica, em 1970 no Conselho Nacional de Serviço Social, e em 1973, na Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Em relação ao espaço destinado à SACE, podemos identificar algumas mudanças, registradas nos Estatutos e em Alvarás de Funcionamento. No princípio, funcionava provisoriamente no salão de uma das famílias da comunidade (família Rorato) perdurando até 1970. Neste período, a cancha destinada à prática da bocha também estava localizada junto à família. Depreende-se que, nesse período, os espaços

3 Fonte: <http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/historico.aspx>. Acesso em: 01/03/2013

4 Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas – DPE. Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 01/03/2013

de encontro e sociabilidade estavam ligados a esfera familiar, vicinal e de compadrio.

Posteriormente, foram alugadas as dependências do Pensionato São Luiz que, no período, era propriedade dos padres palotinos. Em 1973, a SACE comprou o prédio, constituindo sua sede oficial, onde até hoje está instalada.

Identificamos o forte vínculo da comunidade de Vale Vêneto com a religiosidade a partir dos registros sobre a inauguração da nova cancha de bocha construída junto à sede da SACE em 1977. O a celebração contou com o ato de bênção da cancha por Dom Arnoldo Onisto, bispo italiano, que, juntamente com Dom Ivo, bispo da região, fizeram os primeiros arremessos das bochas na nova cancha.

Atualmente, a sede oficial da SACE está localizada ao lado da Igreja Matriz de Vale Vêneto, constituindo juntamente com esta, um espaço de encontro da comunidade nos finais de semana, visto que as missas na Igreja acontecem nos sábado pela tarde e nos domingos pela manhã. Após o encerramento da missa, as pessoas deslocam-se para a Sociedade, reunindo-se para jogar bocha e baralho, conversar e reforças os laços sociais.

Considerações finais

Hoje, existe ainda a organização de diferentes espaços (bares, sociedades, clubes, entre outros) para a prática de jogos tradicionais em regiões colonizadas p italianos, como por exemplo, a SACE, de Vale Vêneto. Embora com algumas dificuldades para se manterem, as Sociedades ainda assumem papel importante sendo muitas vezes o principal espaço e tempo de lazer da população destes municípios e de renovação dos laços sociais.

Também os órgãos públicos demonstram pouco apoio às manifestações de jogos tradicionais e seus locais de prática, estes na maioria das vezes mantidos pelas Sociedades e Clubes privados, que a partir de taxas ou mensalidades pagas por seus membros conservam os locais e materiais destinados aos jogos.

Muitas das transformações pelas quais as Sociedades de jogos tradicionais, a exemplo da SACE, passaram tiveram papel importante para a manutenção delas, conservando seus elementos centrais e o desenvolvimento de jogos tradicionais. Neste sentido, continuamos nossa pesquisa, buscando mais elementos que contribuam para nossos questionamentos acerca da constituição das Sociedades como espaço e tempo de vivência dos jogos tradicionais.

Referências

- BRUHNS, Heloisa. Turini. O jogo nas diferentes perspectivas teóricas. **Motrivivência**, Florianópolis, ano VIII, n. 9, p. 27-33, dez. 1996.
- CELLARD, André. A análise documental. In.: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 295-316
- COSTA, Rovílio. et al. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1986.
- LAVEGA BURGUÉS, Pierre. **Juegos y deportes populares tradicionales**. Barcelona: INDE Publicaciones, 2000.
- LAVEGA BURGUÉS, Pierre. (ed.). **Juegos Tradicionales y Sociedad en Europa: La cultura europea a la luz de los juegos y deportes tradicionales**. Barcelona: Imprenta Grafic Car, 2006.

- LAVEGA BURGUÉS, Pierre. et al. Os jogos tradicionais no mundo: associações e possibilidades. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 1-19, jun. 2011.
- MARIN, Elizara Carolina. et al. Jogos tradicionais no Estado do Rio Grande do Sul: manifestação pulsante e silenciada. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 03, p. 73-94, jul./set. 2012.
- MAZO, Janice. Zarpellon. A nacionalização das associações esportivas em Porto Alegre (1937-1945). **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 43-63, set./dez. 2007.
- MORENO, José Hernández. et al. **Catálogo de los deportes y juegos motores tradicionales canarios de adultos**. Barcelona: INDE Publicaciones, 2007.
- SCHUCH, Heitor. **As Sociedades alemãs: a cultura através dos tempos**. Porto Alegre: Corag, 2008.
- PARLEBAS, Pierre. El destino de los juegos: herancia y filiación. In.: LAGARDERA OTERO, Francisco; LAVEGA BURGUES, Pere. (org.). **La Ciencia de la acción motriz**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2004. p. 59-76
- PARLEBAS, Pierre. **Juegos, Deporte y Sociedad: Léxico de Praxiología Motriz**. Barcelona: Paidotribo, 2001.
- PAZ, Ivoni. Nör. **Nova Petrópolis: da submissão à rebeldia (1858-1937)**. Caxias do Sul: UCS, 1998.

A VEICULAÇÃO DO CORPO FEMININO NO CARNAVAL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O LUGAR DA MULHER NA PRODUÇÃO DA FESTA

Sarah Teixeira Soutto Mayor
Maria Cristina Rosa

RESUMO

Esta pesquisa discute a veiculação do corpo feminino numa manifestação de lazer, o carnaval da cidade de Ouro Preto (MG), utilizando-se da análise de imagens publicitárias, *sites*, formas de ingresso, músicas, programações, entre outros. Os lugares ocupados por esse corpo, uma das principais mercadorias vendidas na festa, revelam a necessidade de desnaturalizar a condição feminina no carnaval e em outros momentos de lazer, como também a juventude, comumente entendida como um momento transitório em que todo excesso é normal. Torna-se necessário, portanto, entender a festa como instância formativa que também educa e produz diversas formas de violências, muitas vezes, simbólicas e mascaradas pela permissividade que este momento abarca.

Palavras-chave: Corpo feminino; Carnaval; Lazer

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir a veiculação do corpo feminino no carnaval da cidade Ouro Preto/MG, do ano de 2009, considerando a ambiência de produção e realização da festa, fortemente marcada pela constituição de um público específico, o jovem, bem como pela forte presença de iniciativas mercadológicas no ano em questão.

Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A primeira foi o primeiro passo do estudo e compreendeu a procura e a seleção de referências que poderiam dialogar com o tema proposto. Contribuições de diversas áreas sobre as temáticas juventude, festa, mercado e corpo constituíram, assim, o referencial teórico básico. Já a pesquisa documental teve o intuito de obter informações sobre a produção da festa. Esta foi realizada na Secretaria Municipal de Turismo de Ouro Preto/MG, por meio do material de divulgação do carnaval, e também em outros espaços, como nas próprias ruas e nos *sites* da Prefeitura Municipal, das empresas privadas promotoras e patrocinadoras do carnaval e, em especial, dos blocos organizados pela juventude presente na cidade. Foram analisadas fotos, vídeos, músicas, cartazes, panfletos, programações, atrações, formas de ingresso, entre outros.

Por fim, foi realizada pesquisa de campo. Esta teve como principal técnica a observação participante, o que possibilitou contato mais estreito com o fenômeno pesquisado. Concordando com Magnani (2003), essa técnica pode permitir uma apreensão maior do contexto estudado, na medida em que proporciona um contato mais direto com ações que nele ocorrem. A observação aconteceu, prioritariamente, durante as concentrações e os desfiles dos blocos pelas ruas da cidade.

Diante das possibilidades metodológicas apresentadas, os lugares ocupados pelo corpo feminino foram analisados, levando-se em consideração pontos estruturadores do carnaval ouro-pretano no ano de 2009, como a centralidade do corpo e sua veiculação e associação a uma juventude idealizada, fatores intrinsecamente relacionados à expansão de um mercado festivo na cidade.

A veiculação do corpo feminino no carnaval ouro-pretano: uma mercadoria da festa

Um dos indicativos do crescimento acelerado de iniciativas mercadológicas no carnaval da cidade de Ouro Preto pode ser demonstrado por meio da comparação entre a pesquisa que originou este artigo (SOUTTO MAYOR, 2009) e outro estudo realizado por Rosa (1998), que teve como objetivo compreender as inter-relações entre turistas e moradores no carnaval de Ouro Preto, em 1997 e 1998. Na ocasião dessa pesquisa, a autora constatou apenas cinco blocos criados por estudantes residentes nas diversas repúblicas da cidade. Em 2009, eram mais de quarenta. Uma das hipóteses desse crescimento pode ser definida pela lucratividade que os blocos passaram a gerar para seus organizadores, além da visibilidade que adquiriram para o poder público, empresas privadas promotoras de eventos, patrocinadores e foliões.

Estes blocos passaram a ser reconhecidos como expressão da cultura jovem em Ouro Preto no carnaval e isso, em grande parte, deve-se pela proximidade almejada com os grandes modelos carnavalescos de “sucesso” no país, como o de Salvador/BA. Nesse caso, no lugar dos trios elétricos, impossíveis de circular nas ladeiras históricas da cidade, foram surgindo grandes *shows* privados, com bandas de renome nacional, principalmente no estilo do axé e do *funk*. Amplos espaços fechados especificamente para a ocasião passaram a contar com uma mega estrutura para abrigar foliões de todo o país. Até o espaço “público” das ruas passou a ser cercado durante os desfiles dos blocos por seguranças contratados, a fim de garantir apenas a passagem de quem vestia o abadá correspondente.

De material barato, provisório e descartável como a própria festa, essa roupa com valor de ingresso, uma das principais marcas da cultura jovem em diversas festas e eventos espalhados por todo o país, chegou a Ouro Preto com a mesma função de delimitar quem pertence, ou não, àquele carnaval. Um ingresso que, ao contrário do antigo bilhete de papel que tinha a função esgotada no momento da entrada em determinado evento, permite ingressar também em uma rede simbólica de identificação e pertencimento. O abadá confere ao corpo uma marca que permanece durante todo o carnaval e que, de certo modo, demarca o que é ser homem e ser mulher na festa.

Durante as observações, o primeiro ponto que chamou a atenção foi a grande necessidade de quase todas as mulheres presentes em concentrações e desfiles dos blocos de modificar seu abadá, a fim dar visibilidade ou invisibilidade a algumas partes do corpo. Confeccionado, na maioria das vezes, em larga escala, com tamanho único, o abadá ganhava forma diferentes para cada uma. Decotes e recortes que deixavam à mostra, principalmente, barriga, busto e costas correspondiam ao restante do visual, composto por *shorts* e minissaias, as principais vestimentas. A quase obrigatoriedade da utilização desta roupa e de suas transformações observadas nas ruas conferia à exibição do corpo um dos objetivos da própria festa.

Foi notável o quanto a identificação com o carnaval estava intimamente relacionada à aquisição do abadá, um acessório do corpo que se tornou comum nas festas jovens e, principalmente, à atitude de folião/consumidor. Não bastava apenas vesti-lo: era preciso adequá-lo a um padrão de exibição do corpo. Nesse sentido, não era satisfatório somente possuir a roupa, mas também adotar “condutas e procedimentos adequados a fim de promover a classificação visível naquele espaço [...]” (FEATHERSTONE, 1995, p. 48). Essa atitude remete aos apontamentos de La Taille (2008) e Pimentel (1999). Para o primeiro autor, o que mais importa hoje não é o produto consumido, mas a atitude do consumidor. Já para o segundo, a roupa evidencia além de pertencimento, personalidade.

Concordamos com Goellner (2005, p.29), para quem o corpo não é só presença física, mas também o seu entorno, como “a roupa e os acessórios que o adornam, [...] a imagem que dele se produz, [...] os sentidos que nele se incorporam [...]”. Assim, variadas formas de representação do corpo na festa foram analisadas, o que revelou o corpo feminino como um dos principais produtos anunciados, veiculados e vendidos no mercado do carnaval ouro-pretano.

Nos anúncios dos blocos na *internet*, nos cartazes e panfletos espalhados pela cidade, o corpo feminino configurava-se com um atrativo do carnaval. Nos *sites* isso era mais evidente. A grande maioria das fotos e dos vídeos promocionais exibia corpos de mulheres em outras edições da festa, em sua maioria trajando roupas bem curtas. Alguns *sites* estampavam em letras garrafais a “garantia de mulher bonita” como um dos chamativos dos blocos, junto a outros produtos oferecidos pelos organizadores, como cerveja, *shows* e brindes.

O bloco Diretoria publicou em sua página na *internet*: “A Diretoria é o bloco que tem disparado as mulheres mais bonitas e os cuecas mais gente boa do Carnaval ouropretano”. A imagem veiculada como símbolo do bloco era o desenho representando uma personagem da atriz Angelina Jolie, Lara Croft, do filme Lara Croft: Tomb Raider (2001). No *site*, a mulher, de *short* curto e uma mini blusa, exibia um corpo virtual quase desnudo, ideal e inacessível às mulheres comuns. Percebia-se claramente a relação do sucesso do bloco com a valorização de uma beleza midiática desejável para a mulher não apenas pertencer ao universo da festa, mas também servir de estímulo à participação do público masculino. Um corpo belo que, como aponta Merengué (2002, p. 60), deve ser adquirido, conquistado, porque “ele é o corpo, modelo dos modelos [...]”.

Outro ponto que chamou a atenção foram os cartazes de cerveja, espalhados na concentração dos blocos pesquisados, que mostravam mulheres bonitas, modelos publicitárias seminuas junto ao produto principal, algo que já se tornou comum na divulgação desse tipo de bebida no país. A cervejaria que patrocinou a festa em Ouro Preto, no ano em questão, divulgou, em sua propaganda na televisão, um grupo de amigos no carnaval. No diálogo deles, as mulheres, com os corpos à mostra, igualavam-se à própria cerveja. Além da posse e do controle sobre o corpo da mulher, é difícil não associá-la ao valor de objeto conferido à bebida:

[...] É carnaval!
 No carnaval, ninguém é de ninguém.
 Qual é cara? Essa Skol é minha!
 Mas a mulher era minha!
 [...] Beijamos na boca sem nem perguntar o nome.
 Música? Manda que a gente canta.
 Coreografia? Manda que a gente faz.
 [...] Resumindo: carnaval é coisa de gente muito boba que nem eu e você
 Sabemos que redondo é rir da vida!1

Compartilhando com as ideias de Brandão (1989, p.9), para quem a festa não rompe com as relações do cotidiano, mas excede a sua lógica e “toma a seu cargo os mesmos sujeitos e objetos, quase a mesma estrutura de relações do correr da vida e os transfigura”, as visões do corpo feminino tomado como objeto e da juventude como

1 Transcrição da propaganda da cervejaria Skol, veiculada na mídia televisiva no ano 2009.

boba e banalizada, que apenas reproduz o que é difundido estão muito presentes no cotidiano e encontram no carnaval um terreno propício de veiculação e aceitação, em grande parte, pela falta de questionamento dos momentos festivos.

Para além das propagandas dos blocos e do patrocinador oficial do carnaval, esses ideais valorativos emergiam também nas músicas tocadas nos diversos ambientes da festa carnavalesca. Uma música, muito executada na concentração do bloco Ouropirô, foi “Ela é toda boa”, do grupo Psirico (2008):

[...] Chamada de avião, corpo de violão, a maior obra prima
 [...] É um pecado que um homem sempre quer desfrutar
 É uma obra divina que nasceu para o nosso bem
 [...] Você é a água que mata minha sede
 Mulher brasileira é toda boa. Toda boa, toda boa, ela é toda boa
 [...].

Na letra, percebe-se, além da construção de um corpo ideal para a mulher – “avião”, “corpo de violão”, características da “toda boa” –, a associação com a busca do prazer masculino e com uma função quase utilitária: “obra divina que nasceu para o nosso bem”; “água que mata a minha sede”. O feminino é construído, pois, a partir do que espera e deseja o masculino.

A letra dessa música é um dos retratos de uma cultura que ainda enxerga a mulher pelo corpo, ou melhor, pelo corpo que supostamente deve ter. Assim, não apenas a música é consumida no mercado fonográfico, mas também os valores que ela transmite, nos diversos espaços que circula. Tipos de corpo e comportamento também são construídos. Como nas propagandas de cerveja, a centralidade do corpo feminino transformado em objeto, com valor de mercado, já se tornou banal nas produções musicais.

Outras músicas deste tipo chamaram a atenção devido ao lugar de submissão ocupado pelo corpo feminino e da sua relação com a sexualidade, e ao mesmo tempo, pelo corpo masculino como detentor de poder. Um exemplo é “Quem é o gostosão daqui” (2007), do grupo Aviões do Forró. A letra diz o seguinte:

Vou te levar pra cama, vou te deixar toda nua, vou te morder,
 vou te lambar, safada [...] Vou te levar às nuvens [...] Eu sou
 força total, no sexo sou campeão [...] Quem é o gostosão daqui?
 Sou eu, sou eu, sou eu [...].

Na música, o homem não só é o responsável pelo prazer feminino, mas quase o dono, tanto do sentimento quanto do corpo da mulher. Para além destes dois blocos, no *site* e em panfletos distribuídos por outro, o “69”, uma das atrações era a presença do cantor de *funk* Vaguinho, autor do sucesso “Eu puxo o seu cabelo” (2006):

Eu puxo seu cabelo
 faço o que você gosta
 dou tapa na ‘bundinha’
 vou de frente, vou de costas [...]

O discurso de poder e de violência sobre o corpo da mulher incentivado por

inúmeras produções musicais, imagens e outros artifícios midiáticos era visto nas ruas e encarado como algo normal, a exemplo de uma das falas do comercial da cervejaria citada: “Música? Manda que a gente canta!”. Afinal, como a própria publicidade dizia: “Carnaval é coisa de gente muito boba, que nem eu e você”. O adjetivo “bobo” incorpora-se às representações veiculadas e, de certa forma, legitima atitudes presentes nesse momento. E, “já que ninguém é de ninguém”, na aparente normalidade e ingenuidade, o corpo feminino era mostrado durante a festa como algo a ser possuído, consumido, objeto de desejo, que não pertence à mulher, mas a quem consome o carnaval.

Não é de se admirar, pois, a grande ocorrência de um fato que já se tornou comum nos eventos destinados ao lazer da juventude, seja no carnaval, seja em outras festas que atraem grande público. O anonimato da multidão, associado à permissividade relacionada aos momentos festivos e à representação do corpo feminino demonstrada anteriormente, vem permitindo, há muito tempo, agressão de homens a mulheres, de ofensas verbais a abusos sexuais e outras formas de violências.

No carnaval pesquisado não foram poucas as situações desse tipo, principalmente de homens que agarravam e beijavam mulheres à força. Era tão frequente o fato que havia faixas colocadas pela Prefeitura Municipal e pela Polícia Militar em alguns pontos no centro da cidade com esta mensagem: “Roubar beijo é crime, não perca o seu carnaval”. Interessante é que a justificativa para convencer os homens a não cometer o “roubo” era a possibilidade de perda do carnaval e não o respeito à mulher, constituindo assim, outra face do mesmo discurso verificado nas produções publicitárias e nas músicas que banalizam o corpo feminino.

Estas constatações apontam para a importância de considerar o que socialmente se constrói na relação de homens e mulheres como parte de um processo formativo, que também educa e é atravessado por “símbolos, representações e práticas” (LOURO, 1997, p. 28). É preciso problematizar o corpo feminino ainda associado a determinadas características físicas e a uma ideia de sexualidade exibível e que adquire grande centralidade nos momentos festivos, sobretudo entre os jovens.

O cenário é Ouro Preto, no ano de 2009. Mas as questões apresentadas podem ser pensadas em outros contextos festivos de nosso país. Formam, ainda, indagações muito atuais, que apontam para vários fatores que merecem ser mais bem problematizados.

Considerações Finais

Os lugares ocupados pelo corpo da mulher no carnaval ouro-pretano chamam atenção para a necessidade de desnaturalizar a condição feminina na festa pesquisada e em outros momentos de lazer. Concordamos, pois, com Brandão (1989), para quem a festa faz parte da vida social, e com Goellner, para quem o corpo é um constructo social e assim, também, as práticas que o produzem, tornando importante: “desconstruir representações, desnaturalizar o corpo de forma a evidenciar os diferentes discursos que foram e são cultivados, em diferentes espaços e tempos [...]” (2005, p. 33).

Vale ainda dizer que não basta desnaturalizar o corpo, mas também a juventude, comumente entendida como um momento transitório e como símbolo de *status*, em que todo excesso é normal. E também a própria festa, compreendida como um momento passageiro, em que tudo é permitido, em que imagens publicitárias, músicas e outros discursos parecem não passar de simples brincadeiras. Torna-se necessário, portanto, entender a festa como instância que também educa e coloca “em

circulação uma determinada representação de sexualidade e de gênero, as quais, na maior parte das vezes, não questionamos” (RAEL, 2003).

Em síntese, esta pesquisa apresenta um olhar sobre a temática, que não é o único e cuja realização se pauta na crença de que os questionamentos colocados podem suscitar e provocar novas reflexões, possibilitando pensar a multiplicidade de apropriações dos sujeitos como fatores de concordância e/ou de resistência aos modelos de corpos veiculados e difundidos em diferentes tempos e espaços da vida. Assim, ao considerarmos que há incontáveis formas de significar e ressignificar o corpo feminino na festa, que também é plural, como a própria juventude, buscamos contribuir para o respeito e a igualdade entre homens e mulheres nos diversos âmbitos da experiência humana, nas quais se incluem os momentos de lazer.

Referências

- BLOCO DIRETORIA. Ouro Preto, 2009. Disponível em www.blocodiretoria.com.br. Acesso em 5 jan. 2009.
- BLOCO OUROPIRÔ. Ouro Preto, 2009. Disponível em: www.blocoouropiro.com. Acesso em: 5 jan. 2009
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. Campinas: Papyrus, 1989.
- COMERCIAL SKOL, Carnaval 2009. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=7C__cw7wGF8. Acesso em: 5 abr. de 2009.
- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- AVIÕES DO FORRÓ. **Quem é o gostosão daqui?**, 2007. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/avioes-do-forro-musicas/810046/>. Acesso em 5 mar. de 2009.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre; LOURO, Guacira, Lopes (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 28-40.
- KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Cidadania, 2007, p.89-114.
- LA TAILLE, Yves D. **Cultura da vaidade e consumo**. In: 2.º Fórum Internacional Criança e Consumo. Instituto Alana. São Paulo, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3.ª ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003.
- MERENGUÉ, Devanir. A ordem e o mercado dos prazeres. In: BRUHNS, Heloísa; GUTIERREZ, Gustavo Luis (orgs.). **Enfoques contemporâneos do lúdico**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002, p. 57-70.
- PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. **Ações motrizes e representações no jogo do laço no vale do Itabapoana**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, São Paulo, 1999.
- PSIRICO. **Ela é toda boa**, 2008. Disponível em: <http://www.bandapsirico.com.br>. Acesso em 9 mar. De 2009.
- RAEL, Cláudia Cordeiro. Gênero e sexualidade nos desenhos da Disney. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ROSA, Maria Cristina. **Inter-relações de turistas e moradores: um olhar através das manifestações corporais no carnaval de Ouro Preto**. Dissertação (Mestrado).

Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, São Paulo, 1998.

SOUTTO MAYOR, Sarah Teixeira. **Lazer, mercado e corpo**: um estudo sobre a juventude no carnaval de Ouro Preto. Monografia (Especialização em Lazer). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, UFMG, Belo Horizonte, 2009.

VAGUININHO, MC. **Tapa na bundinha**, 2006. Disponível em:

<http://vagalume.uol.com.br/vaguinho-e-cia/tapa-na-bundinha.html>. Acesso em 5 mar. de 2009.

WEST, Simon (produtor). **Lara Croft: TombRaider**. Estados Unidos: Paramount Distribuidora, 2001.

A WORLD LEISURE ORGANIZATION E SUA REPRESENTATIVIDADE NOS ESTUDOS DO LAZER NO BRASIL

Ícaro Vinícius Ramos Nogueira Souza
Ricardo Ricci Uvinha

RESUMO

O campo acadêmico do estudo do lazer vem passando por um pleno desenvolvimento nos últimos anos, e isso se deve ao papel de vários agentes, entre eles vale ressaltar as sociedades científicas com expressiva influência na pesquisa, reconhecidas por seus eventos, grupos de pesquisa, staff e publicações. Destas, é notória a importância da WLO, associação não-governamental com status de órgão consultivo da ONU responsável por reunir pesquisadores temáticos de várias nacionalidades e reconhecida por sua abrangência e relevância mundial na pesquisa científica em lazer. Entende-se a partir deste contexto a necessidade de compreender a representatividade da WLO no campo temático do lazer no Brasil, especialmente no setor acadêmico-científico. Por meio de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, combinando enfoques bibliográfico e documental, através da pesquisa de dados da participação de brasileiros no *World Leisure Congress* e no *World Leisure Journal*, obtivemos uma percepção sobre como se dá a ativação dessa organização na área da pesquisa científica sobre o lazer em nosso país.

Palavras-chave: Lazer. Pesquisa Científica. *WorldLeisure Organization*.

AWLO(World Leisure Organization) é uma associação mundial voluntária não governamental que tem como foco desvendar e fornecer condições para que o lazer assuma seu papel de promotor de bem-estar individual e coletivo. Serve de fórum ou ponto de encontro para pessoas e organizações de todo o planeta que acreditam que o lazer tenha espaço como fator de crescimento humano, desenvolvimento e bem estar. Busca promover o acesso ao lazer como necessidade básica, assim como à educação e saúde (WLO, 2012).

A WLO possui alguns princípios de funcionamento e objetivos complementares, entre eles a promoção de fóruns para analisar e discutir sobre o lazer nas perspectivas teóricas e práticas, o encorajamento a pesquisa e a disseminação do conhecimento e informação sobre o lazer (WLO, 2012). Sendo assim é possível notar que um dos principais objetivos da *World Leisure Organization* está em fomentar a pesquisa científica na área. O Artigo XI da Declaração de São Paulo (WLO, 1999), que tinha como tema a globalização tem como princípio a promoção de programas de intercâmbio para pesquisa na área. A *Charter for Leisure* (WLO, 2000) em seu décimo artigo explana sobre a importância da disseminação do conhecimento sobre o lazer. E além dos documentos e protocolos a WLO investe em ações práticas com o objetivo de desenvolver o lazer no âmbito acadêmico-científico.

A divisão em comissões é um projeto da WLO de divisão do lazer em áreas de interesse para fomentar o estudo das especificidades promovendo assim maior dedicação e disseminação do conhecimento sobre essas áreas. São doze comissões que devem oferecer contribuições segundo três eixos: pesquisa, informação e defesa de propostas (COMMISSIONS..., 2012). Os seus respectivos temas são: Acesso e Inclusão; Crianças e Juventude; Educação; Gestão; Lazer na Terceira Idade; Leis e Políticas; Pesquisa; Turismo e Meio Ambiente; Voluntariado; Mulher e Gênero; Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças; Nações Unidas.

Tendo em vista a difusão do conhecimento outro foco de atuação da WLO junto à globalização é o programa de *Chapters*, que consiste na formação de comitês regionais da organização que podem ser formados em qualquer parte do mundo.

O Congresso Mundial do Lazer é o principal fórum mundial de discussão e apresentação de trabalhos científicos na área. É realizado de dois em dois anos, sendo que os anais desse congresso apresentam inúmeros trabalhos científicos de pesquisadores de diversas nacionalidades dissertando sobre o lazer. Segue tabela com lista dos congressos já realizados e os que serão realizados futuramente, com sede já definida (WLO, 2012).

Tabela 01. Lista de Edições dos Congressos Mundiais do Lazer.

Edição	Cidade	País	Ano
1ª Edição	Lake Louise	Canadá	1988
2ª Edição	Sidney	Austrália	1991
3ª Edição	Jaipur	Índia	1993
4ª Edição	Cardiff	País de Gales	1996
5ª Edição	São Paulo	Brasil	1998
6ª Edição	Bilbao	Espanha	2000
7ª Edição	Kuala Lumpur	Malásia	2002
8ª Edição	Brisbane	Austrália	2004
9ª Edição	Hangzhou	China	2006
10ª Edição	Quebec	Canadá	2008
11ª Edição	ChunCheon	Coréia do Sul	2010
12ª Edição	Rimini	Itália	2012
13ª Edição	Mobile Bay	USA	2014
14ª Edição	Durban	África do Sul	2016

Fonte: *World Leisure Organization*.

Outro projeto importante para a área, segundo Edginton (2007), é a *World Leisure Journal*, maior publicação da organização. O periódico aceita pesquisas básicas e aplicadas, além de relatos profissionais e de experiências sobre lazer, recreação e áreas relacionadas.

O *World Leisure Center of Excellence* também é mais uma contribuição da organização para a área da educação, que agracia com o título de Centro de Excelência as universidades que possuem programas de pesquisa, graduação e pós-graduação avançados na área do Lazer. (WORLD..., 2012).

A *World Leisure Academy* é a academia que segundo Edginton (2012) tem como função promover o estudo e a discussão em torno do fenômeno do Lazer promovendo a pesquisa e a defesa desta esfera social.

Além de todos esses projetos existem outros meios que a WLO utiliza para atuar no campo acadêmico-científico, como as premiações oferecidas pela organização, um modo de reconhecer a contribuição de pesquisadores e estudiosos da área. Premiando autores de grande importância e contribuição para a área e os melhores trabalhos inscritos no Congresso Mundial do Lazer.

Foi identificado por essa revisão de literatura um esforço da WLO para fomentar a pesquisa científica a partir de seus eventos, publicações, prêmios, documentos, declarações e projetos. Sendo assim, podemos buscar entender qual a representatividade dessas ações no Brasil e se este esforço surte resultados em nosso país identificando a participação dos pesquisadores brasileiros nas atividades promovidas pela organização.

Para isso nos baseamos em uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, de enfoque documental com o objetivo de obter um breve panorama sobre a relação da WLO com a pesquisa científica temática da área, realizando consultas aos anais dos

últimos três congressos mundiais (Quebec, 2008; ChunCheon 2010; Rimini 2012) e dos últimos dez volumes da *World Leisure Journal* (publicadas entre 2003 e 2012) para identificar a participação dos brasileiros apresentando trabalhos e enviando artigos científicos verificando assim a participação dos brasileiros nas atividades da organização que buscam promover a produção científica.

Análise dos dados

Com a obtenção dos dados foi produzida uma discussão sobre os mesmos. Para isso foi necessária uma separação dos dois tipos de informações coletadas nesta pesquisa: a consulta documental ao periódico científico da *World Leisure Organization*, o *World Leisure Journal*, para identificar o número de publicações de brasileiros durante o período dos últimos dez anos, entre 2003 e 2012, como definido previamente, totalizando toda a produção da publicação nos últimos dez volumes; e as participações de brasileiros no principal evento científico da organização, através da consulta documental aos anais do *World Leisure Congress*, em suas últimas três edições, nenhuma delas realizadas no Brasil, tendo como objetivo mensurar a participação de brasileiros no envio de resumos de trabalhos científicos e apresentação dos mesmos em evento mundial da área ocorrido no exterior.

Foram pesquisados os últimos 10 (dez) volumes do *World Leisure Journal* (ISSN: 1607-8055). Cada volume possui quatro edições, totalizando 40 edições visualizadas.

Tendo em vista esses número, foram registradas 05 (cinco) publicações de brasileiros nos últimos dez anos do *World Leisure Journal*. Na imagem a seguir (Tabela 01) podemos ver a distribuição dessas publicações por ano e volume.

Tabela 02. Publicações por Volume

Volume	Publicações
Volume 48 (2006)	2
Volume 49 (2007)	1
Volume 50 (2008)	1
Volume 52 (2010)	1

Os outros volumes entre 2003 e 2012 não apresentaram publicações de pesquisadores brasileiros.

Nota-se com os dados obtidos que a participação dos brasileiros no *World Leisure Journal* é pequena, tendo em vista que em quarenta edições da publicação apenas cinco possuíam algum artigo produzido por pesquisador brasileiro. Para cada edição o número médio de artigos aceitos é de cinco, e a partir desses números entendemos o quanto ainda há espaço para que os brasileiros possam ter maior participação nesse periódico.

Algumas consequências dessa baixa participação de brasileiros estão na avaliação do *World Leisure Journal* no sistema de avaliação Qualis da CAPES, que qualifica e classifica os periódicos, oferecendo uma atualização anual dessa avaliação (BRASIL CAPES..., 2013). Neste sistema a classificação do *World Leisure Journal* é B4 na área da Educação Física e Interdisciplinar, e C na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, (sendo A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C – o de menor relevância), uma avaliação baixa, já que comparado a outros periódicos da área, o *World Leisure Journal* perde em relevância, por exemplo, para o *Leisure Studies*, publicado pela LSA do Reino Unido, com avaliação B1 na área de Educação Física.

Foram identificados três diferentes tipos de publicações em que as

participações de brasileiros se enquadram: *research paper*, *original article* e *special feature*. Não foram registradas publicações com participação de brasileiros nas chamadas *Comissions Updates*, que são as seções destinadas às comunicações e artigos provenientes das comissões. Foram levantados também dados sobre a filiação dos autores dos artigos publicados. Apenas um autor não possuía nenhum tipo de filiação, e apenas uma universidade brasileira foi representada duas vezes no periódico nos últimos dez anos (FGV), como podemos ver na Tabela 04:

Tabela 03. Dados de Filiação

Filiação	Freq.
Fundação Getúlio Vargas (FGV) ¹	2
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ²³	1
Universidade de São Paulo (USP)	1
Centro Universitário SENAC	1
Sem Filiação	1

Os dados de filiação não indicaram intercâmbio entre brasileiros e pesquisadores de filiados a instituições de outros países, porém indicaram parcerias entre os pesquisadores brasileiros, com um trabalho coproduzido pela FGV e UFMG. Concluímos também que a maioria das participações tem apoio de universidades ou centros universitários, sendo que só uma entre 5 não possuía nenhum tipo de filiação, e também observamos a presença dos grupos de estudo, com uma publicação com apoio do CELAR, da UFMG, confirmando as características descritas do panorama da pesquisa científica do lazer no Brasil traçada nos primeiros momentos da pesquisa.

World Leisure Congress

A participação de brasileiros através de submissões e apresentações de trabalhos no *World Leisure Congress* também foi avaliada, considerando as últimas 03 (três) edições do evento, como já fora citado.

A Figura 01 apresenta a evolução das participações de brasileiros no *World Leisure Congress* neste período:

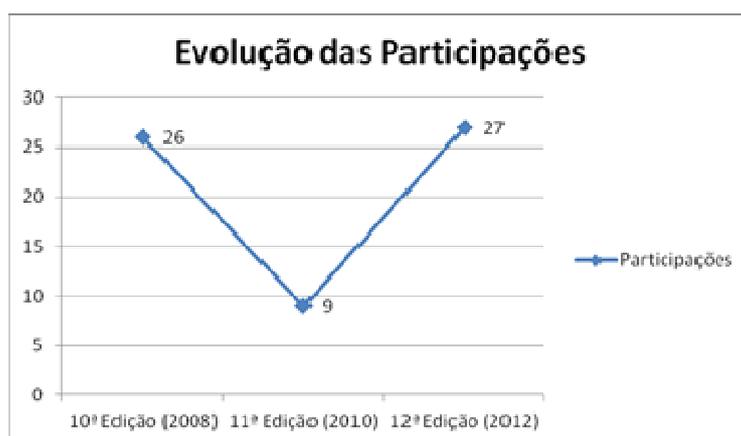


Figura 01. Gráfico de Evolução das Participações

Com os dados da Tabela 05 e da Figura 01 podemos verificar que a

-
- 1 Uma das publicações foi produzida por autores de uma parceria da FVG com a UFMG.
 - 2 Uma das publicações foi produzida por autores de uma parceria da FGV com a UFMG.
 - 3 Por meio do CELAR.

participação dos brasileiros se manteve equilibrada na 10ª e na 12ª edição do evento, porém teve uma queda bruta na 11ª edição, o que pode ser explicado pelo local da realização do evento, já que as edições de 2008 e 2012 ocorreram no Canadá e na Itália, respectivamente, enquanto a edição de 2010 foi realizada em ChunCheon, na Coreia do Sul, o que pode ter dificultado a participação dos brasileiros, por razões como os custos de viagem e de hospedagem ou a dificuldade com a língua. Entretanto, após seis anos entre a 10ª e a 12ª edição, podemos notar que houve o crescimento de 01 participação, de 26 em 2008 para 27 em 2012, mostrando o interesse dos brasileiros em submeter suas pesquisas para apresentação no evento. No congresso de Rimini, em 2012, segundo Uvinha (2012) o número total de publicações de latino-americanos no evento foi de 58, sendo assim os brasileiros representaram quase metade desse total.

Os trabalhos inscritos são categorizados em comunicações orais e pôsteres. As participações de brasileiros com comunicações orais se apresentaram da seguinte forma nos congressos pesquisados:

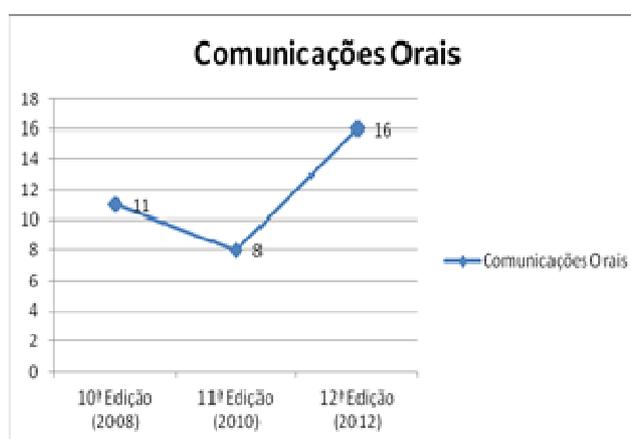


Figura 02. Gráfico de Comunicações Orais por Edição

O número de comunicações orais apresentou um crescimento entre os anos de 2008 e 2012, apesar da queda no ano de 2010, na edição sul-coreana do evento em que, como dito anteriormente, o número total de participações caiu.

Também foi mensurado o número de participações de brasileiros, nos últimos três congressos, utilizando pôsteres:

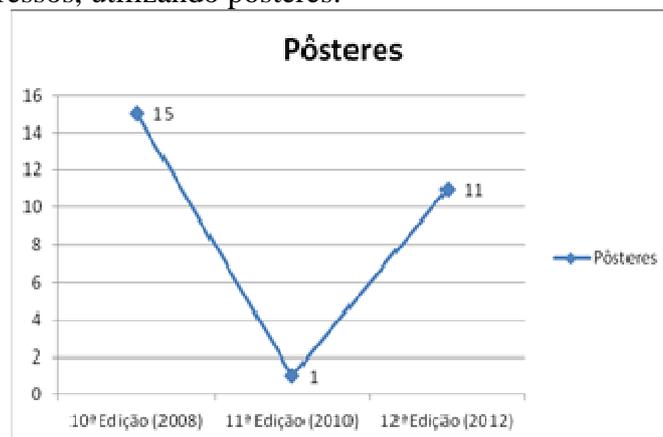


Figura 03. Gráfico de Pôsteres por Edição

A participação por meio dos pôsteres caiu entre 2008 e 2012, sendo que no ano de 2010 apenas uma participação dessa categoria foi realizada.

Também podemos fazer uma comparação entre a participação dos

brasileiros nas edições contempladas pela pesquisa, relativizando a utilização dos pôsteres e das comunicações orais em cada uma delas.

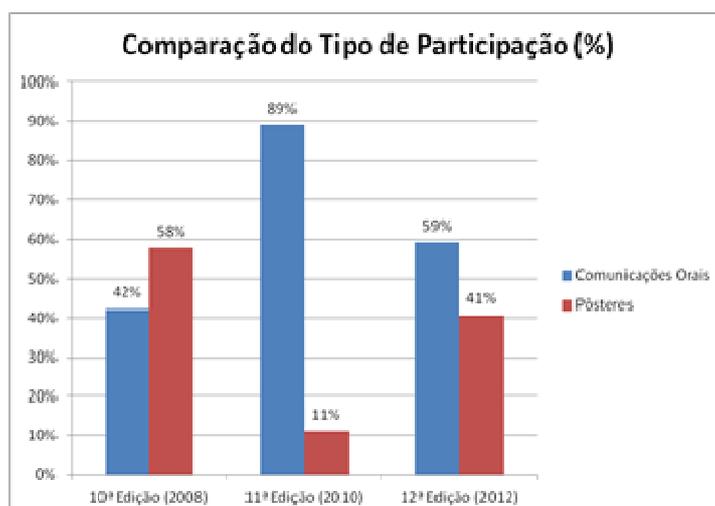


Figura 04. Gráfico de Comparação do Tipo de Participação (%)

Podemos observar que as comunicações orais representaram 17% a mais das participações de brasileiros no *World Leisure Congress*, em 2012 do que em 2008. O contrário aconteceu com a utilização dos pôsteres, que perdeu espaço ao longo desses seis anos. Com esses números podemos concluir que os brasileiros estão demonstrando-se mais arrojados ao representar o Brasil em apresentações no exterior, já que as apresentações das comunicações orais exigem mais desenvoltura e conhecimento da língua nativa do país de realização do evento ou da língua inglesa do que as apresentações dos pôsteres. Observa-se também o interesse destes pesquisadores em obter maior representatividade com seus trabalhos, sabendo-se que as comunicações orais possuem maior visibilidade, pois nas mesas o número de pesquisadores é menor do que nas demonstrações de pôsteres e o pesquisador possui um tempo determinado exclusivo para sua apresentação diante do público, enquanto nos pôsteres as apresentações ocorrem concomitantemente.

Considerações Finais

Com os dados apresentados e discutidos anteriormente podemos concluir que há uma pequena participação dos brasileiros em publicações do *World Leisure Journal*, essa participação poderia ser maior, porém, como citado por Gomes e Melo (2003) a preferência dos brasileiros por relatos de experiência em contraponto à produção científica inédita possa ser uma das justificativas para a baixa participação nacional. Outros fatores podem ser a baixa qualificação da publicação pelo sistema Qualis e a melhor avaliação de outros periódicos, como indicado anteriormente, além da barreira do idioma, já que a submissão dos artigos deve ser feita em inglês.

No *World Leisure Congress*, a participação brasileira é maior, com destaque para os brasileiros em eventos de abertura e inclusive a realização do congresso no Brasil, em 1998.

Levando em conta as duas variáveis, percebemos que os brasileiros possuem uma preferência pela participação em eventos e pela comunicação de seus trabalhos científicos originais em fóruns e simpósios, mesmo que estes apresentem a barreira do deslocamento.

Para internacionalizar o conhecimento produzido no Brasil os pesquisadores

enfrentam dificuldades corriqueiras a todos os programas de pesquisa do país, como o deslocamento, a língua, o apoio financeiro, a falta de programas de intercâmbio, entre outros. Podemos notar nos dados sobre o *World Leisure Congress* na Coréia do Sul como a distância foi prejudicial representação brasileira no evento, uma evidência desses problemas estruturais e de apoio financeiro. Entretanto, a maturação dos pesquisadores demonstrada com os números e as sedes dos próximos eventos da organização, que serão nos EUA e na África do Sul, que por razão da língua (inglês) podem oferecer melhores perspectivas para o aumento da presença brasileira nessas ocasiões.

Por parte dos brasileiros, a maior interação com a entidade por meio das comissões ou da participação como membro também poderiam aumentar a relevância da organização para a área do estudo científico no país. Com o advento desses programas, o reconhecimento de um centro de excelência brasileiro também seria um grande passo para o aumento da representação dessa organização, assim como a constituição de um *chapter* em solo nacional.

Por fim, a representatividade da organização é a de uma grande instituição internacional, que como não poderia deixar de ser possui um *status* forte por sua abrangência e relevância no exterior, porém que objetivamente para os brasileiros no campo acadêmico-científico ainda pode ter ampliada a sua participação no país, através da maior inclusão dos brasileiros na organização e nas ações da mesma. As contribuições brasileiras para a Sociologia do Lazer são relevantes, e a WLO é um dos meios para que essas contribuições continuem sendo ampliadas em número e qualidade e divulgadas para que os brasileiros recebam o reconhecimento por suas ações.

Referências

- BRASIL CAPES. Sistema Qualisweb. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em: 06 jan. 2013.
- COMISSIONS. About Comissions. Disponível em: <<http://www.worldleisure.org/template.php?id=133&About+Commissions>>. Acesso em: 13 mai. 2012.
- EDGINTON, C.R. The World Leisure Organization promoting social, cultural and economic transformation. Licere, Belo Horizonte, v.10, n.2. 2007.
- GOMES, C. L.; MELO, Victor A. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 9, n.1 p. 23-44, 2003.
- UVINHA, Ricardo Ricci. Transformando as cidades, trasformando o lazer: O Congresso Mundial de Lazer em Rimini, Itália. Licere, Belo Horizonte, v.15, n.5, p. 1-8, 2012.
- WLO. World Leisure Organization. Charter For Leisure. Ceder Falls: WLO, 2000. Disponível em: <<http://www.worldleisure.org/userfiles/file/charter.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2012.
- WLO. World Leisure Organization. São Paulo Declaration. São Paulo: WLO, 1999. Disponível em: <<http://www.worldleisure.org/userfiles/file/saupaulo.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2012.
- WLO. World Leisure Organization. About us, who we are. Disponível em: <<http://www.worldleisure.org/template.php?id=104&Who+Are+We+Home>>. Acesso em: 13 mai. 2012.
- WORLD Leisure Center of Excellence. Disponível em: <<http://www.worldleisure.org/template.php?id=151&World+Leisure+Center+of+Excellence>>. Acesso em: 16 mai. 2012.

ANÁLISE DO ESTILO DE VIDA EM JOVENS ESTUDANTES DA REDE ESTADUAL DE CONTAGEM-MG

Marcos Gonçalves Maciel
Amarildo da Silva Araujo
Alexandre Francisco Alves

RESUMO

O estudo teve por objetivo analisar o perfil do estilo de vida em jovens estudantes da rede estadual de Contagem. A amostra foi composta por 50 alunos com média 16,9 anos, sendo 48% do sexo masculino e 52% do sexo feminino, todos, estudantes do terceiro ano do ensino médio de uma escola pública. Como instrumento de pesquisa foi adotado o questionário “O Pentágono do Bem Estar”, proposto por Nahas, Barros e Francalacci (2000). Para a análise dos dados foi utilizado a estatística descritiva. Os resultados demonstram que os alunos apresentaram um estilo de vida considerado inadequado. Conclui-se a necessidade de estimular a prática da atividade física para a saúde, associada a educação para e pelo lazer como um dos meios para se alcançar essa proposta, incentivando os jovens a terem um estilo de vida mais saudável.

Palavras Chave: Estilo de vida; Lazer; Jovens.

Introdução

A sociedade moderna apresenta como uma de suas características a inversão do quadro epidemiológico na maioria dos países, com a redução das doenças infecto-contagiosas, e o aumento das chamadas doenças e agravos não transmissíveis (DANT), como obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes tipo II, estresse, dentre outras. Segundo a World Health Organization (WHO, 2004), mais de 58 milhões de mortes ocorridas no mundo em 2005, aproximadamente 60% podem ser atribuídas às DANT. No Brasil, de acordo com o relatório do Banco Mundial (2005), sobre as enfermidades, as DANT são responsáveis atualmente por 66% da incidência de doenças diagnosticadas no país, sendo as doenças contagiosas responsáveis por 24% e, os ferimentos por 10% dos casos registrados.

Segundo Nahas (2006), o acometimento das DANT é atribuído aos fatores não modificáveis e aos modificáveis. Os primeiros são classificados como: idade, sexo, história familiar de doenças congênitas. Os modificáveis que também podem ser entendidos como comportamentos de risco modificável à saúde, ou estilo de vida, estão relacionados aos padrões de dieta, nível de atividade física, tabagismo, etilismo, dentre outros.

Diversos estudos vêm investigando o estilo de vida em jovens, destacando o aumento da prevalência das DANT, necessitando, portanto, de uma intervenção preventiva desde a mais tenra idade para se evitar o acometimento dessas morbidades (CESCHINI, *et al.* 2009; FARIAS JUNIOR, *et al.* 2009; ARAÚJO; BLANK, 2008; FARIAS JUNIOR, *et al.* 2004; FEIJÓ; OLIVEIRA, 2001).

Dessa forma, a detecção dos fatores de riscos frequentes e modificáveis e a intervenção educativa para desenvolver atitudes e comportamentos saudáveis podem contribuir para a redução da morbimortalidade decorrente das DANT (NAHAS, 2006).

Diante da complexidade que envolve o tema saúde, faz-se necessária a formação

de conhecimentos interdisciplinares que possibilitem a elaboração de ações e estratégias eficazes para a promoção da saúde da população. Para Carvalho (2005) o lazer é uma das dimensões da vida que podem ser usadas para se intervir de maneira ampliada no processo saúde-doença nos âmbitos individuais e coletivos, sem enfatizar unicamente o aspecto biológico, mas pode através de uma intervenção pedagógica e crítica do lazer contribuir para a formação do cidadão.

Segundo essa mesma autora, “ainda que lazer e saúde sejam temas atuais, pertinentes e polêmicos, há poucos trabalhos no Brasil, que se dedicam a enfrentar essa discussão de natureza ética, política, cultural e social” (CARVALHO, 2003, p. 121). Essa também é a posição de PINTO (2006), ao afirmar que a relação entre lazer e a saúde é tão nova e complexa que poucos na literatura a discutem.

Sendo assim, uma maior integração entre as áreas da saúde e do lazer contribuirá para a construção novos conhecimentos e estratégias que possibilitem mudanças individuais e coletivas, incentivando as pessoas à adoção de um estilo de vida saudável.

Considerando os aspectos anteriormente descritos o objetivo desse trabalho é investigar o perfil do estilo de vida no lazer em jovens em idade escolar de uma escola pública estadual do município de Contagem/MG.

Metodologia

Este estudo é caracterizado como transversal do tipo qualitativo descritivo. A seleção da amostra foi intencional não probabilística, composta por 50 alunos com média de idade de 16,9 anos, regularmente matriculados no terceiro ano do ensino médio de uma escola pública estadual da região de Contagem/MG.

O instrumento adotado para a coleta de dados foi o questionário “O Pentágono do Bem Estar”, validado por Nahas, Barros e Francalacci (2000). Esse instrumento compreende 15 questões abrangendo cinco dimensões que retratam o de estilo de vida: componente nutrição (CN), atividade física (AF), comportamento preventivo (CP), relacionamento social (RS) e controle de estresse (CE). Cada questão deve ser respondida por meio de uma escala¹ que variava de zero a três, sendo considerado o menor valor o escore que representa o pior estilo de vida até o escore três que representa o melhor estilo de vida.

Os voluntários, após assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido, responderam o questionário. A coleta dos dados foi realizada por um único aplicador, que reuniu os participantes em uma sala segundo um agendamento prévio com a direção da escola.

A digitação dos dados foi realizada no programa Excel® 2007, seguida de conferência para o lançamento correto dos dados. A análise foi realizada no programa SPSS 18, adotando procedimentos descritivos dos dados.

Resultados e discussão

A Tabela 1 refere-se ao perfil sociodemográfico da amostra. Apresenta um equilíbrio em relação à distribuição entre os sexos e faixas etárias.

¹Relação das escalas adotadas pelo questionário: [0] nunca = absolutamente não faz parte do seu estilo de vida; [1] raramente = às vezes corresponde ao seu comportamento; [2] quase sempre = quase sempre verdadeiro no seu comportamento; [3] sempre = a afirmação é sempre verdadeira no seu dia-a-dia; faz parte do seu estilo de vida (Fonte: NAHAS; BARROS; FRANCALACCI, 2000).

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico da amostra

Idade	Sexo				Total
	Masc.		Fem.		
	%	freq.	%	freq.	
16,9 (média)					
16	29,2	7	26,9	7	14
17	33,3	8	66,7	16	24
18	37,5	9	11,5	3	12
Total	48	24	52	26	50

Análise dos componentes do perfil do estilo de vida²

Os resultados serão apresentados por agrupamento conforme os componentes do estilo de vida avaliado.

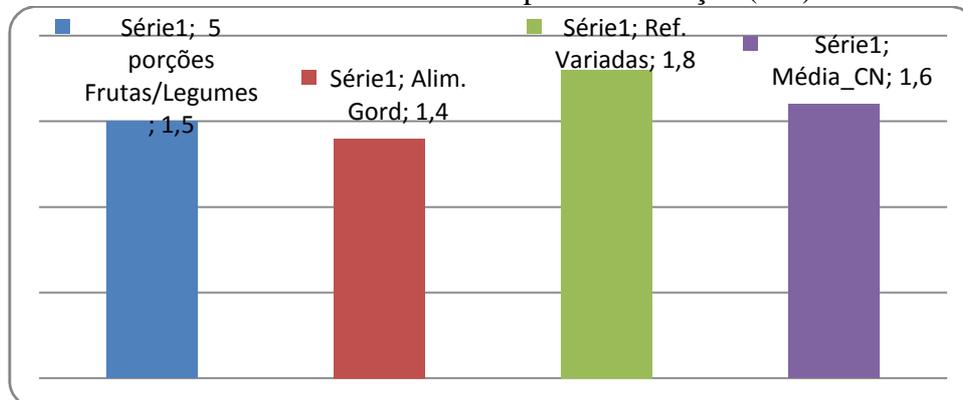
Componente: Nutrição

a- Consumo de cinco ou mais porções de frutas/legumes por dia. A média das respostas foi de 1,5 sendo os valores da escala menos e mais citados foram os números um e dois (18% e 34%, respectivamente).

b- Consumo de alimentos gordurosos. A média das respostas foi de 1,4 sendo os valores da escala menos e mais citados foram três e dois (14% e 36%, respectivamente).

c- Realização de 4 a 5 refeições ao dia. A média das respostas foi de 1,8 sendo os valores da escala menos e mais citados foram zero e três (10% e 30% respectivamente).

Gráfico 1 - Médias do componente nutrição (CN)



Componente: Atividade Física

d-Prática de pelos menos 150 minutos de atividade física por semana com intensidade moderada a intensa. A média das respostas foi de 1,6 sendo os valores da escala menos e mais citados foram um e dois (18% e 30% respectivamente).

e- Prática de pelo menos duas vezes por semana de exercícios que envolvam força e alongamento muscular. A média das respostas foi de 1,7 sendo os valores da escala menos e mais foram dois e três (14% e 40% respectivamente).

² Classificação do estilo de vida conforme as médias dos componentes:

0 - 0,99 -> Índice Negativo de Bem-Estar;

1 - 1,99 -> Índice regular de Bem-Estar;

2 - 3 -> Índice positivo de Bem-Estar.

(Fonte: NAHAS; BARROS; FRANCALACCI, 2000).

f-Prático no dia-a-dia, de caminha ou andar de bicicleta como meio de transporte e, preferencialmente, usa as escadas ao invés do elevador. A média das respostas foi de 1,7 sendo os valores da escala menos e mais citados foram um e três (16% e 34% respectivamente).

Gráfico 2 - Médias do componente AF



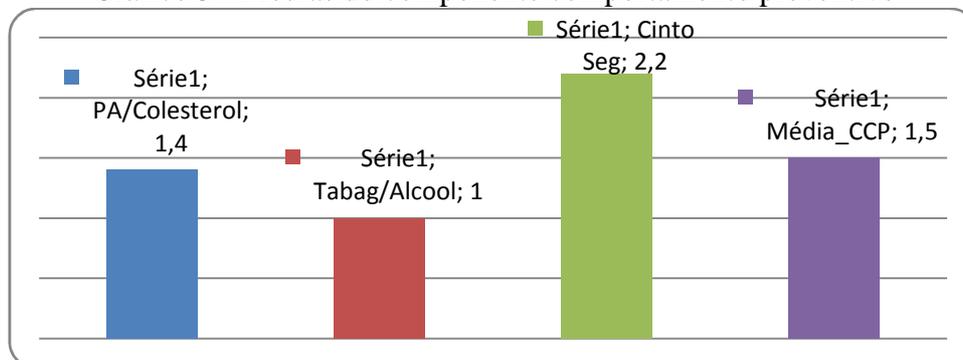
Componente: Comportamento Preventivo

g- Conhecimento de sua pressão arterial, níveis de colesterol e procura controlá-los. A média das respostas foi de 1,4 sendo os valores da escala menos e mais citados foram três e dois (14% e 36%, respectivamente).

h- Uso de cigarros e bebidas alcoólicas. A média das respostas foi de 1,0 sendo os valores da escala menos e mais citados foram dois e zero (8% e 52%, respectivamente).

i- Uso do cinto de segurança e abstenção de bebidas alcoólicas ao dirigir. A média das respostas foi de 2,2 sendo os valores da escala menos e mais citados foram zero e três (12% e 52%, respectivamente).

Gráfico 3 - Médias do componente comportamento preventivo



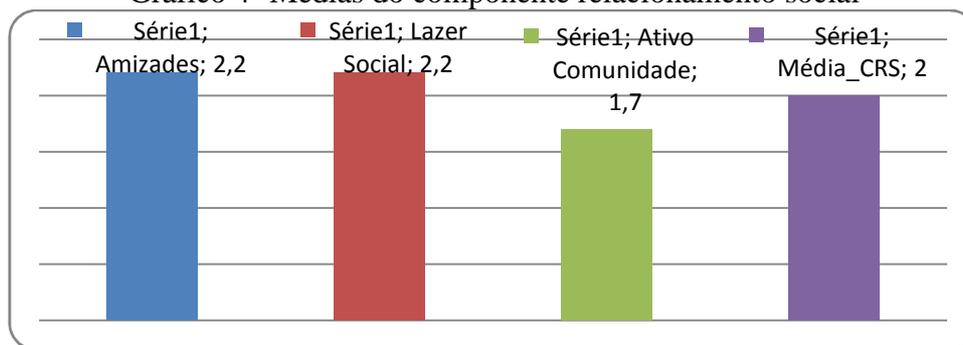
Componente: Relacionamento Social

j- Cultivar amigos e está satisfeito com seus relacionamentos. A média das respostas foi de 2,2 sendo os valores da escala menos e mais citados foram um e três (4% e 72%, respectivamente).

k- Se em seu lazer inclui reuniões com amigos, atividades esportivas em grupo ou participação em associações. A média das respostas foi de 2,2 sendo os valores da escala menos e mais citados foram um e três (8% e 46%, respectivamente).

l- Se procura ser ativo em sua comunidade, sentindo-se útil no seu ambiente social. A média das respostas foi de 1,7 sendo os valores da escala menos e mais citados foram zero e três (20% e 32%, respectivamente).

Gráfico 4- Médias do componente relacionamento social

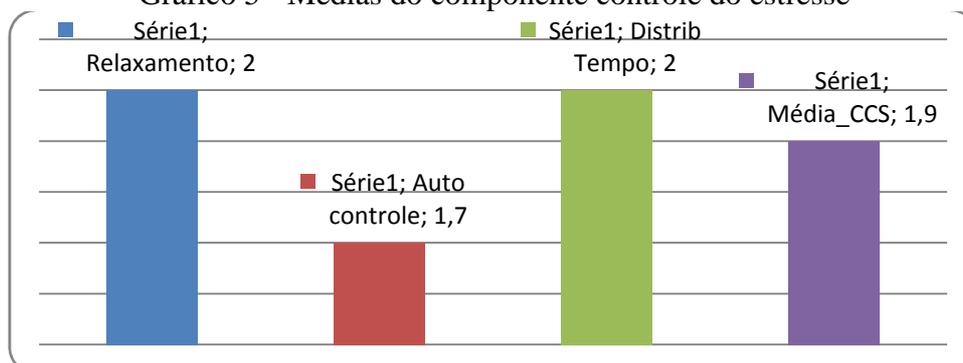
**Componente: Controle do Estresse**

m- Se reserva tempo (ao menos 5 minutos) todos os dias para relaxar. A média das respostas foi de 2,0 sendo os valores da escala menos e mais citados foram dois e três (10% e 52%, respectivamente).

n- Se mantém uma discussão sem alterar-se, mesmo quando contrariado. A média das respostas foi de 1,7 sendo os valores da escala menos e mais citados foram zero e dois (18% e 36%, respectivamente).

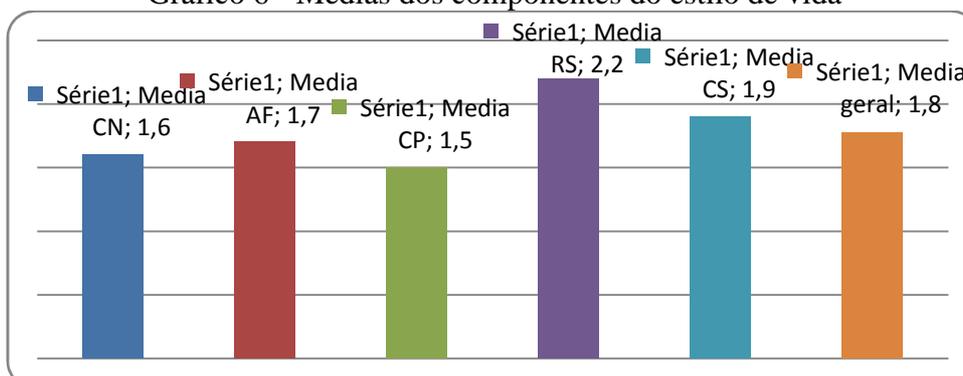
o- Se procura equilibrar o tempo dedicado ao trabalho com o tempo dedicado ao lazer. A média das respostas foi de 2,0 sendo os valores da escala menos e mais citados foram um e três (10% e 40%, respectivamente)

Gráfico 5 - Médias do componente controle do estresse

**4.12 Resumo das médias dos componentes do questionário**

O Gráfico 1, apresenta as médias de cada componente do estilo de vida analisado, demonstrando que os jovens foram classificados em geral como tendo um estilo de vida regular.

Gráfico 6 - Médias dos componentes do estilo de vida



No que concerne à nutrição, os dados demonstram que há deficiências quanto às recomendações de cinco porções diárias de frutas e verduras, orientadas pela WHO (2004). Essa restrição a uma alimentação saudável (diversificada e equilibrada na ingestão calórica) predispõe os jovens a alterações no peso corporal e doenças metabólicas.

Os jovens relataram um relacionamento social satisfatório, sendo a maior média apresentada entre os diversos componentes analisados. Esse dado corrobora aos de Sene *et al* (2008), Dada e Prati (2007). Os primeiros autores realizaram uma investigação com alunos da oitava série do ensino fundamental, com idade entre 14 e 16 anos do município de Tubarão/SC. O trabalho verificou que apenas no fator relacionamento social foi alcançado um resultado positivo dos participantes, sendo que os demais itens foram considerados negativos.

Dada e Prati (2007) analisaram alunos de uma escola estadual da cidade de Marialva-PR. A amostra desse estudo foi composta por 193 alunos do primeiro ano e 86 alunos do terceiro ano do ensino médio. O trabalho concluiu que o estilo de vida dos alunos não foi considerado positivo, sendo que apenas no aspecto relacionamento social os estudantes parecem se enquadrar no nível adequado.

Por outro lado, a menor média ocorreu com o comportamento preventivo, apresentando hábitos nocivos a saúde, que por sua vez, pode estar relacionado com os resultados inadequados dos outros componentes avaliados, demonstrando uma deficiência quanto aos aspectos relacionados à educação a saúde (alimentação inadequada e inatividade física).

Analisando a média do controle do estresse para esse grupo, pode-se verificar que o mesmo apresenta uma classificação como regular, necessitando, portanto, uma melhor orientação para o controle dessa variável no dia-a-dia dos jovens, pois nessa faixa etária também é caracterizada pelos diversos conflitos pessoais e sociais que acometem os jovens.

Pedroso *et al* (2005), realizaram um estudo com escolares de um colégio particular da cidade de Marechal Cândido Rondon/PR. A amostra foi constituída por 32 alunos com média de idade entre 11 á 16 anos. Os resultados demonstraram que este grupo de alunos tem na maioria dos quesitos atitudes positiva, sendo que apenas no componente nutrição não apresentou resultados satisfatório.

Em geral, os dados apresentados em nosso estudo corroboram aos dos anteriormente descritos quanto à vulnerabilidade que os jovens investigados se encontram, em relação à adoção de um estilo de vida inadequado, podendo interferir negativamente em sua saúde atual ou apresentar reflexos no futuro.

Segundo Gazzinelli, Reis (2006), não é possível pensar em saúde sem simultaneamente pensar em educação e as relações existentes entre ambas. Isso nos leva a reconhecer a importância do desenvolvimento do lazer e do movimento corporal em uma perspectiva mais crítica, abordando toda a sua relevância cultural, e não apenas seguindo os ditames da indústria cultural que promove entre outros valores, o culto ao corpo através do consumismo e o ativismo físico.

De acordo com Pinto (2008, p.46), “o lazer apresenta-se como um espaço de (re)construção das relações sociais e de conhecimentos, oportunidade de (re)significação das dimensões objetivas e subjetivas que o constituem”, demonstrando assim, a importância de despertar nas pessoas uma reflexão sobre acontecimentos sociais e vivências significativas, e não apenas como meio de divertimento e consumo.

Nessa perspectiva, uma das intervenções do lazer seria a pedagógica, ou seja, conduzir o indivíduo a um processo de aprendizagem e mudança comportamental como, por exemplo, a educação para a adoção de um estilo de vida saudável. Porém, essa

prática seria embasada em uma visão crítica, incentivando o indivíduo a refletir e tomar suas próprias decisões a respeito desse tema, percebendo o papel desenvolvido pela mídia, sobretudo na ideia de corpo e estilo de vida.

Considerações Finais

Este estudo teve por objetivo analisar o perfil dos jovens, em termos gerais, os mesmos têm um do estilo de vida regular, porém, ainda inadequado, sobretudo, em relação ao comportamento preventivo que apresentou os menores valores, especialmente quanto ao consumo de bebidas alcoólicas e tabagismo.

Os resultados demonstram a relevância de se promover uma educação para a saúde, que pode ser obtida por meio de uma educação através das vivências de lazer, por meio do incentivo à adoção de um estilo de vida saudável desde a infância e adolescência, que pode se prolongar por toda a vida adulta, atuando como um meio de promoção da saúde.

Referências

- BANCO MUNDIAL/Brasil – **Enfrentando o desafio das doenças não transmissíveis** (Relatório). Brasília: Novembro, 2005.
- CARVALHO, Y. M. **Formação profissional em políticas públicas de lazer com enfoque na saúde**. In: MARCELLINO, N. C (Org.). Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte. Campinas: Papirus, 2003, p. 121-135
- _____. **Lazer e saúde**. SESI/DN, Brasília: 2005.
- CESCHINI, F.L.; FIGUEIRA JUNIOR, A.J.; FALCONI, C.A.; *et al.* 2009. Atividade física e saúde: importância dos statements para a prática de atividade física em crianças e adolescentes, adultos e idosos. **Revista Brasileira De Ciências Da Saúde**, ano vii, nº 21, jul/set.
- DADA, R.F; PRATI, S.R.A. Estilo de vida em adolescentes no ensino médio. **Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar**, Maringá, 2007.
- GAZZINELLI, M. F.; REIS, D. C. In (ORG.) GAZZINELLI, M. F; REIS, D. C; MARQUES, R. C. **Educação em saúde: Teoria, método e imaginação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- NAHAS, M.V.; BARROS, M.V. G; FRANCALACCI, V. O Pentáculo do bem estar-Base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos ou grupos. **Revista Brasileira Atividade Física e Saúde**. v.5, n.2, 2000.
- _____. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: Conceitos e sugestões para um estilo de vida saudável**. 4ª edição rev. e atual. – Londrina: Midiograf, 2006.
- PEDROSO, A.A; BOTH, J.; SCHEMMER, C.G.; *et al.* Estilo de vida de escolares Rondonenses: Um caso de um colégio particular. **Revista Virtual EF Artigos**, Natal, V. 03, nº 14, Nov. 2005.
- PINTO; G. B. Lazer e promoção da saúde: Um estudo com os profissionais da área da saúde. **Licere**, Belo Horizonte, v.9, nº. 2, p. 67-80, dez. 2006
- PINTO, L.M.S.M. **Lazer e educação: Desafios da atualidade**. (In). MARCELLINO, N. C. Lazer e sociedade: Múltiplas relações (Org.). Lazer e sociedade: algumas reflexões. São Paulo: Alínea, 2008, p. 45-61.
- SENE, R.F; NANDI, A.P; FREITAS, L. Uma análise do perfil do estilo de vida de alunos da 8ª série do ensino fundamental do município de Tubarão, SC. **Revista DigitalEFDeportes**, Buenos Aires, n.126, 2008.
- WORLD HELATH ORGANIZATION. **Global strategy on diet, physical activity and health**. Genebra, 2004. Acessado em 21 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.who.int/dietphysicalactivity/strategy?eb11344/en>.

ANÁLISE DOS PROJETOS E EVENTOS DE LAZER IMPLEMENTADOS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ-BA, NO PERÍODO DE 2009 À 2012

Temistocles Damasceno Silva
Marlos Meira de Abreu Vergne

RESUMO

A presente pesquisa propôs analisar os projetos e eventos de lazer implementados na zona urbana do município de Jequié/BA, no período de 2009 a 2012. Enquanto procedimento metodológico, tal estudo caracterizou-se como uma pesquisa documental, utilizando como referência empírica os relatórios e registros administrativos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do município investigado. Os resultados apontaram que os projetos e eventos de lazer implementados se configuram num modelo de gestão unilateral, sendo elaborados, executados e avaliados apenas pelo órgão público responsável pela implementação de tais ações. Ao mesmo tempo, não contemplam ações diversificadas em relação aos conteúdos culturais que estruturam o lazer. Após o caminho percorrido durante a investigação científica, conclui-se que o município de Jequié /BA não possui efetivamente uma política pública voltada para o lazer no que diz respeito ao período de tempo analisado. Logo, considera-se de fundamental importância que o poder público do município de Jequié – BA, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, traga a tona uma nova discussão, com a finalidade de resignificar e de buscar novas políticas públicas de lazer referendadas na gestão participativa.

Palavras-Chave: Política Pública. Gestão. Lazer.

1.Introdução

As políticas públicas setoriais, alicerçadas em ações governamentais que visam atender a sociedade nas demandas relacionadas ao esporte e lazer, foram historicamente produzidas num contexto inverso das lutas sociais, representando um modo de intervenção estatal no que tange as questões sociais (STAREPRAVO, 2011). Logo, tais ações se materializam na atuação do Estado, visto que na contramão dos direitos civis e políticos, a implementação das políticas públicas são canalizadas pela intervenção decisiva do Estado, por meio de programas e projetos sociais.

Neste contexto, traçar uma investigação científica acerca das políticas públicas de lazer implementadas no Brasil, em especial no município de Jequié/BA, perpassa prioritariamente pela necessidade de demarcar o espaço social onde tais ações são construídas, avançando gradualmente na compreensão da abrangência das ações implementadas bem como na diversificação dos conteúdos culturais que constituem o fenômeno lazer (MARCELLINO, 2008). Ao mesmo, Amaral (2009) aponta que a abordagem do lazer como programa de governo deverá ser consolidada através da articulação intersetorial dos diversos órgãos que compõem o poder público.

Sendo assim, a análise das políticas públicas de lazer no Brasil constitui um alicerce de fundamental importância no processo de resignificação das ações implementadas em todo o país bem como torna-se ferramenta auxiliar do processo de consolidação da gestão participativa.

Diante disso, a presente pesquisa objetivou analisar os programas, projetos e

eventos implementados enquanto políticas públicas de lazer, na zona urbana do município de Jequié/BA, no período de 2009 a 2012. Para realização de tal análise, buscou-se identificar os programas, projetos e eventos de lazer implementados durante o período investigado verificando a abrangência de tais ações bem como a articulação intersetorial entre os diferentes órgãos da administração pública do município e a possibilidade da diversificação dos conteúdos culturais do lazer.

2. Procedimentos metodológicos

Esta investigação científica apresenta-se como uma pesquisa documental, que para Ludke e André (1986) constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas ou seja desvelando novos aspectos de um tema ou problema. Utilizou-se enquanto técnica básica de coleta a análise de documentos da implementação de políticas públicas de lazer no município de Jequié – Bahia, no período de 2009 a 2012. O recorte espacial da pesquisa está relacionado a disponibilidade de acesso aos documentos necessários a mesma, já no que diz respeito ao recorte temporal, levou-se em consideração a gestão pública retratada no período de 2009 à 2012, como possibilidade de análise de suas ações. Elencou-se como fonte de evidências do estudo: documentos e registros em arquivo fornecidos pela Secretária Municipal de Esporte e Lazer de Jequié (SMEL).

No que diz respeito aos documentos analisados, foram utilizados durante o estudo: memorandos, relatórios anuais, calendários esportivos, equivalentes ao período investigado. Em relação aos registros em arquivo foram utilizados: registros de serviço (os quais informaram dados referentes ao número de clientes atendidos pelas ações realizadas pela SMEL), e registros organizacionais (os quais emitiram dados referentes as competências intersetoriais alusivos as ações planejadas).

Vale ressaltar que a interpretação dos dados foi realizada a partir da busca da análise de documentos visando entender criticamente, o sentido e significado das categorias identificadas e estabelecidas, a fim de relacioná-las com os aspectos apontados no referencial teórico.

3. Política pública de lazer no Brasil: uma breve reflexão

Para que se possa estabelecer uma reflexão sobre as políticas públicas de lazer no Brasil se faz necessário prioritariamente uma breve discussão sobre o conceito que permeia a terminologia política pública. Neste contexto, para Amaral (2009), as políticas públicas podem ser entendidas a partir de três dimensões que juntas compõem o seu conceito.

A primeira dimensão estaria relacionada à política na sua dimensão filosófica, epistemológica, conceitual. A segunda refere-se à atividade política partidária e por fim, a terceira dimensão estaria ligada a elaboração e implementação de programas de ações públicas. Sendo assim, para discutir política pública de lazer Amaral (2009, p.47) apresenta dois modelos radicalmente opostos que disputam o espaço da periferia, denominados “Antipopular” e o “Participativo”.

Segundo Amaral (2009), o modelo denominado “antipopular”, se baseia no direcionamento dado pelos gestores responsáveis pelo fomento das políticas setoriais de lazer, à atenção aos excluídos, a qual fica restrita somente ao plano teórico.

Os programas e as diferentes formas de proteção ao trabalhador e excluídos neste caso, são pensados pela iniciativa privada ou estão sob a livre-iniciativa de cada cidadão. Os excluídos ficam a mercê da boa

vontade das ONGs, filantropia ou sem proteção social (AMARAL, 2009 p.47).

No que diz respeito ao modelo participativo, Amaral (2009) aponta que este modelo preconiza a participação popular, logo, o relacionamento entre Estado e sociedade civil seria aberto e em processo de constante aperfeiçoamento, objetivando o alcance da autonomia para o enfrentamento da realidade local e ao mesmo tempo servir como um indicador de ressignificação da cidadania. Para a autora, tais políticas garantem a redução permanentemente das desigualdades, servindo-se com exaustão dos meios que se fizerem necessários para incentivar e potencializar a participação dos cidadãos (AMARAL, 2009 p.51).

No tocante ao pensamento de Starepravo (2011) percebe-se que o autor enfatiza o entendimento sobre política pública a partir de uma conjuntura pré-estabelecida no intuito de materializar ações alicerçadas por disputas e decisões estratégicas.

A política pública muitas vezes é apenas a parte mais visível de todo processo desenvolvido em espaço social específico, que comporta disputas, relações, alianças, decisões estratégicas e também não planejadas (STAREPRAVO *et al* 2011, p. 234).

Para o autor seria o Estado, ou melhor, os agentes eleitos para dirigir o Estado, que teriam por função elaborar as políticas públicas para os diversos setores, estes organizados em arrumações políticas, que por sua vez, interferem na seleção de prioridades para alocação dos recursos públicos que são retirados da população e a ela deveria ser devolvido, na forma de programas e serviços públicos.

O conceito de políticas públicas é aqui entendido como uma estratégia de intervenção e regulação do Estado (e daqueles que o administram), que objetiva alcançar determinados resultados ou produzir certos efeitos no que diz respeito a um problema ou a um setor da sociedade (MENICUCCI, 2006 apud. STAREPRAVO, 2011).

Nesta perspectiva, para Suassuna (2007) as políticas governamentais voltadas ao lazer no Brasil são executadas de modo verticalizado, sendo elaboradas e executadas pelos órgãos governamentais competentes para tais funções, desconsiderando a população nativa que se dirigem para as regras do sistema.

Sendo assim as políticas públicas de lazer no Brasil caminham em um sentido inverso do modelo participativo, ou seja, tais ações estão cada vez mais focalistas. Vale ressaltar que entende-se por políticas públicas focalistas aquelas ações que visam atender a uma demanda da população que vive em estado de instabilidade social (AMARAL, 2009 p.45). Logo, tais políticas utilizam-se de um discurso moralista no qual o lazer está aliado ao combate das mazelas da sociedade.

Logo, no Brasil percebe-se uma política anti-polular, com o Estado não assumindo seu papel, surgindo diariamente políticas levadas a população das periferias por entidades publicas ou em parcerias com empresas terceirizadas, que tendem a manter a sociedade a margem do sistema.

Nesse sentido, quando se fala sobre a questão do lazer, principalmente, ligado à construção de políticas de atuação, um primeiro aspecto importante a ser considerado seria justamente a amplitude do lazer e sua compreensão parcial e limitada, que pode ser destacado na ação de órgãos públicos, na pesquisa, na legislação etc. (MARCELLINO, 2008).

Para Suassuna (2007, p.10) é perceptível um grande avanço no que diz respeito a uma discussão acerca do lazer, mas ainda é evidenciada uma deficiência de programas e ações governamentais que privilegiem o lazer. Logo, para a autora, as ações e os programas a serem elaborados devem ter “considerações políticas intersetoriais”, pontuando uma necessidade de estabelecimento de parceria com outras esferas do governo.

Sendo assim, o lazer, enquanto uma política pública de estado, deve ser entendida como uma ação que supere a visão assistencialista, redimensionando assim o espaço urbano, dando vida as praças e espaços destinados ao lazer, através de um diálogo constante entre os gestores e a população local. Além disso, constata-se a necessidade de se estabelecer um trabalho em parceria entre as secretarias que envolvem tal fenômeno.

4. Resultados e Discussões

Para apresentação dos resultados obtidos através da coleta de dados da pesquisa bem como posterior discussão de tais dados foram elencadas quatro categorias de análise, sendo elas: A identificação dos programas, projetos e eventos de lazer implementados no município; a abrangência de tais ações; a articulação intersetorial na execução dos projetos e as ações diversificadas referentes aos conteúdos culturais do lazer.

4.1 Identificando os projetos e eventos de lazer implementados no município

De acordo com o levantamento de dados realizado através da pesquisa foram identificados dois projetos denominados “Solazer” e “Torneio Esportivos das Praças”. Em relação aos eventos elencaram-se quatro ações sendo elas: “Gymnaestrada, Copa dos Campeões, 24 Horas de Esporte de Quadra e Semana das Artes Marciais” (RELATORIO DAS ATIVIDADES DA SMEL, 2012).

Dentre os projetos e eventos realizados pela SMEL, pode-se notar que os mesmos basicamente possuem um caráter voltado à prática esportiva como meio de saída para o lazer, confirmando assim o pensamento de Marcellino (2008) o qual aponta que os projetos esportivos acarretam baixos custos, ações imediatas e paliativas.

Nesta perspectiva, percebe-se que os projetos e eventos implementados no município de Jequié/BA, no período de 2009 a 2012, possuem características bem determinantes, que conforme Mezzadri (2008) aproximam-se do conceito de políticas governamentais de natureza emergencial, pois tende a suprir a demanda momentaneamente. Ao mesmo tempo configuram uma política focalizada, que como consequência, segundo Amaral (2009), atende somente a um determinado grupo social.

Percebe-se também que os projetos implementados no período investigado aproximam-se de um modelo de gestão antipopular que conforme Amaral (2009) assumem uma conjuntura pautada no modelo antipopular, ou seja, sem a participação da comunidade. Além disso, tais projeto e eventos caracterizam-se conforme Suassuna (2007) como ações verticalizadas que são elaboradas pelas entidades governamentais municipais sem a consulta prévia da população ou daquele grupo em que tais ações seriam executadas.

Sendo assim, concorda-se com o pensamento de Starepravo (2011) o qual afirma que tais políticas passam por variadas reformulações de governo para governo sem a participação popular.

4.2 Abrangência dos programas e projetos de lazer implementados

Observa-se que o número de pessoas atendidas pelos projetos e eventos de lazer desenvolvidos pela SMEL, no município de Jequié – BA, é demasiadamente insignificante ao número total de habitantes, logo, para Suassuna (2007) estas políticas são consideradas verticalizadas, pois a sua elaboração vem de um órgão superior competente para realização de tais ações sem a consulta prévia da população do local beneficiado. Ao mesmo tempo quase não se percebe-se a diversificação do público-alvo a ser atendido, privilegiando assim a classe adulta masculina na maioria das ações propostas.

4.3 Articulação intersetorial na execução dos projetos implementados

No que compete à articulação intersetorial na execução dos projetos e eventos apenas o projeto SOLAZER estabeleceu uma articulação entre as secretarias municipais, que contou com a participação das Secretarias Municipais de: Esporte e Lazer, Desenvolvimento Social, Cultura e Turismo, Saúde, Educação, Agricultura e Meio Ambiente e Serviços Públicos (RELATORIO DAS ATIVIDADES DA SMEL, 2012).

Sendo assim, constata-se que praticamente não existiu articulação intersetorial no período investigado, logo, tal fato vai de encontro ao pensamento de Amaral (2009) que evidencia a necessidade de sistematização de um modelo de gestão dos projetos e eventos de lazer no qual, apesar dos setores existirem independentemente, a governabilidade depende do trabalho em conjunto.

Além disso, percebe-se também que a falta de articulação intersetorial nos projetos e eventos do município de Jequié – BA, sustentam um dado importante evidenciado por Marcellino (2008) onde o mesmo defende a necessidade de enxergar o lazer para além de uma política de atividades, o que remete a um trabalho em conjunto com diversas secretarias.

4.4 Diagnosticando se os projetos e eventos de lazer implementados proporcionaram ações diversificadas visando contemplar as variadas manifestações do fenômeno lazer

Dentre os documentos analisados encontraram-se projetos e eventos voltados às práticas esportivas urbanas, jogos populares, demonstrações de lutas e danças. Vale ressaltar que os projetos aconteceram durante todo o período analisado. Já no que competem aos eventos, alguns se repetiram e outros deixaram de serem executados, verificando-se também uma inclinação dos eventos para a prática de esportes.

Conforme a categorização de Dumazedier (1980) acerca dos conteúdos culturais nos segmentos artísticos, manuais, físico-esportivos, intelectual e social tão como Camargo (1986) na segmento turístico, nota-se a grande vinculação dos projetos e eventos realizados a um único conteúdo (físico-desportivo) haja vista que em sua grande maioria, foram realizados campeonatos interbairros, negando assim, a diversificação dos conteúdos culturais do lazer (MARCELLINO, 2008).

Nesta perspectiva, os dados encontrados indicam que os projetos e eventos de lazer não apresentaram significativos papéis na vida individual e social, dos beneficiados, levando-os a uma distorção, no que diz respeito ao entendimento do lazer, em sua extensão e natureza (PIMENTEL, 2010 p.16).

Considerações finais

Após o caminho percorrido durante toda a investigação científica, conclui-se que o município de Jequié /BA não possui efetivamente uma política pública voltada para o lazer no que diz respeito ao período de tempo analisado.

Logo, evidenciou-se que os programas, projetos e eventos implementados não atendem a demanda populacional existente bem como não minimizam as barreiras sociais vigentes, percebendo-se assim, a necessidade de um programa contínuo de lazer, construído a partir de um diálogo constante com a população envolvida. Em relação a articulação intersetorial constata-se que tal ação não foi consolidada, reforçando assim o pensamento do lazer enquanto uma ação isolada e ao mesmo tempo nega-se o princípio da transversalidade, a partir de um programa de governo que almeja apenas ações paliativas de caráter emergencial. Sobre a abrangência das ações deu-se conta de que a quantidade de habitantes do município e o número de ações realizadas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer não foi suficiente para englobar todos os habitantes do município, levando-se em consideração a idade, gênero e/ou grupo social da comunidade investigada. Em relação a diversificação dos conteúdos culturais do lazer conclui-se que os projetos e eventos implementados não garantem em sua totalidade o acesso aos diversos conteúdos existentes.

Portanto, considera-se de fundamental importância que o poder público do município de Jequié – BA através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) traga a tona uma nova discussão, com a finalidade de resignificar e de buscar novas políticas públicas de lazer referendadas na gestão participativa.

Referências

- AMARAL, Sílvia Cristina Franco. **Lazer e Políticas Públicas - Um olhar sobre a periferia**. In: DIAS, C. A. G., MONTEIRO, M. B. (Org.) *Lazer e Periferia: Um olhar a partir das margens*. São Gonçalo, RJ: Instituto Usina Social, 2009.
- CAMARGO, L. O. de L. **O que é lazer**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo. Sesc, 1980.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARCELLINO, N.C. **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas – SP, Alínea, 2008.
- MEZZADRI, F. M; STAREPRAVO F. A. **A estrutura dos projetos de esporte e lazer nos municípios de Piraquara, São José dos pinhais e Araucária. I Encontro da ASLEDE**, Curitiba- PR, 2008.
- PIMENTEL, G. G. de Assis. **Teorias do Lazer**. Maringá – PR. Eduem 2010.
- RELATORIO DAS ATIVIDADES DA SMEL**. Disponível em <http://jequieesportes.wordpress.com>. Jequié/BA, 2012. Acesso em 05/12/12.
- SUASSUNA, D.M. **A Políticas Públicas Para o Esporte e o Lazer no Brasil**, Brasília 2007.
- STAREPRAVO F. A. **Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta**. Disponível Em: www.cbce.org.br/cd/resumos/283.pdf. Guarapuava – PR, 2011.
- _____. SOUZA, Juliano de; MARCHI JR., Wanderley. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise**. Movimento (UFRGS. Impreso), v. 17, p. 233-251, 2011.

APROXIMAÇÕES ENTRE ESPORTE E LAZER NO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Sheylazarth Ribeiro

RESUMO

Este estudo descreve as relações entre esporte e lazer presente em uma política pública de esporte educacional. O Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, é um programa que oferece atividades esportivas no contra turno escolar possibilitando a participação de um grande número de beneficiários. As relações entre as práticas esportivas e o tempo livre do grupo atendido são complexas, demandando reflexões sobre essa ação governamental. Como conclusão percebemos que apesar do lazer não ser objetivo principal ou secundário do Programa ele era tratado nos documentos, entretanto ele se apresenta “como falta de opção” para os programas sociais que não tem verbas para financiar a todos os beneficiários que desejariam o esporte como alto-rendimento.

Palavras-chave: PST, Lazer e Esporte.

Introdução

As ideias expostas são resultados de uma pesquisa orientada no mestrado em lazer da UFMG que buscou entender como o lazer era tratado em uma política pública de esporte educacional (RIBEIRO, 2013). Esse trabalho demonstrou que o lazer é tratado nos documentos¹ utilizados para a formação dos profissionais que atuam no programa, e segundo Ribeiro (2013) o lazer é apresentado com diferentes concepções. Assim, esse artigo tem o objetivo de refletir sobre uma das ideias presentes nos documentos da capacitação dos profissionais do programa que relaciona lazer e a prática esportiva em programas sociais.

O Programa Segundo Tempo é uma ação governamental de repasse de verbas da união para os municípios e instituições federais através de convênios. As conveniadas tem a responsabilidade de gerir ações que contemplem crianças e adolescentes em idade escolar e fora do período das aulas. Assim, as atividades tornam-se práticas de lazer para muitos desses grupos.

Para entender essa relação entre as atividades de esporte ofertadas pelas conveniadas e o lazer realizamos uma sistematização dos dados contidos nos documentos utilizados para a capacitação dos profissionais do programa, e construímos uma descrição do funcionamento das atividades esportivas no programa. Então, através de autores que já analisaram as relações entre esporte e sua influência nas práticas culturais (DAÓLIO; VELOZO, 2008), e também o esporte em outros programas sociais (ZALUAR, 1991; 1994), analisamos as relações entre esporte e lazer no PST (Programa Segundo Tempo).

O programa tem um amplo atendimento no Brasil e reconhece² o lazer como um conteúdo relevante para a formação dos profissionais. Desse modo, compreender algumas ideias que cercam o lazer e a prática esportiva pode contribuir para ampliar o entendimento do lazer no processo de formação do profissional do PST.

1 Livros produzidos pela Comissão de especialistas em Educação Física para a formação profissional 2004 e 2005; o Material Didático para o processo de capacitação do PST 2008, Brasil (2008); Edição-piloto do livro Recreio nas Férias, Oliveira e Pimentel (2009); e Oliveira e Perim (2009).

2 Embora, segundo Ribeiro (2013), esse conteúdo tenha sido inserido no currículo da formação dos profissionais de forma conturbada, hoje ele é uma temática trabalhada nos cursos de formação.

O esporte e o lazer no PST

O esporte é a atividade condutora do programa. Nos livros utilizados para a formação dos profissionais do PST existe todo um processo de trabalho com o esporte para atender o público desejado. As atividades esportivas são idealizadas e deveriam ser trabalhadas pelos profissionais como descreveremos a seguir.

As atividades de esporte do programa teriam como princípio a ludicidade que permearia todo o processo. Assim, através dos jogos e brincadeiras, as pessoas desenvolveriam habilidades técnicas, táticas, cognitivas e sociais até os 14 anos. A partir dessa idade, começaria uma especialização esportiva de acordo com a o interesse e aptidão de cada um e dos 18 aos 21 anos, o jovem poderia optar por uma carreira esportiva ou praticar o esporte como atividades de lazer, como nos mostra o trecho abaixo:

Dentro do sistema de formação e treinamento esportivo, finalizada a etapa da formação, quando os pré-requisitos biotipológicos, técnico-táticos e psicológicos estiverem claramente definidos, torna-se relevante a definição do papel do esporte na vida de cada cidadão. Assim, a escolha da prática esportiva voltada para o lazer, para a saúde, para a contextualização do tempo livre ou para o esporte de rendimento, deve ser equacionada. No caso dos esportes coletivos, a idade sugerida para essa decisão está próxima dos 20 - 21 anos. (Comissão de Especialistas de Educação Física, 2005c, p. 22).

De acordo com Comissão de Especialistas de Educação Física (2005 c), o EAT (Ensino – Aprendizagem – Treinamento) seria uma das possibilidades de auxiliar os beneficiários a se apropriarem dos saberes esportivos educacionais. Percebo que essa é uma das propostas pedagógicas que regeria o ensino do esporte dentro do PST, e o objetivo do EAT seria o de que os beneficiários deveriam se apropriar de habilidades que permitam participar das manifestações esportivas na sociedade. E, na etapa dos 20 - 21 anos aproximadamente, as pessoas poderiam optar por vivenciar as manifestações esportivas. Essa ideia se aproxima da teoria da pirâmide esportiva³, na qual existe uma base de ensino do esporte e as pessoas com habilidades esportivas seriam direcionadas a espaços próprios de treinamento. Bracht (2003) nos lembra de que o programa Esporte na Escola, que se transformou em PST, tinha como um de seus objetivos contribuir para a deslocamento da base da pirâmide para o meio objetivando o topo da pirâmide.

Segundo Comissão de Especialistas (2005c), existe uma preparação para trabalhar o Esporte Educacional nos núcleos, conforme os objetivos do PST. Por outro lado, como não era objetivo proporcionar o lazer, esse não tinha uma sistematização de trabalho descrita no início do programa, contudo ele poderia ser um fim para o PST. Em outras palavras, ao fim do processo pedagógico esportivo do EAT, os beneficiários poderiam utilizar as habilidades adquiridas tanto para o esporte de rendimento, quanto para o esporte lazer. Tal perspectiva é representada por Greco e Silva (2008) quando afirmam que

através das práticas esportivas variadas se oferece ao participante um

3 Essa teoria tem como base a ideia de massificar o esporte para que os possíveis atletas de alto rendimento fossem descobertos. Segundo Bracht (2003) “As políticas públicas e a legislação esportiva, a partir da década de 1970, expressam, em nosso entendimento, a tensão entre o papel da EF – e o esporte escolar a ela vinculado – e os interesses do sistema esportivo. Em linhas gerais é possível dizer, no entanto, que o sistema esportivo é atendido pelo Estado, fazendo do esporte escolar (da EF) a base da pirâmide esportiva” (p. 92).

arcabouço de conhecimentos que facilita sua decisão sobre a prática do esporte na idade adulta (saúde, lazer, recreação, rendimento, alto rendimento, profissional), bem como capacita para decisões que vão muito além do domínio motor e que se relacionam com as dimensões cognitivas, sociais, afetivas, de estilo e qualidade de vida, entre outros aspectos (p. 92).

Desse modo, percebemos que de 2003 a 2008 o lazer aparece como uma possibilidade de vivência do esporte no PST, contudo não havia uma sistematização para se trabalhar o tema de acordo com Comissão de Especialistas de Educação Física (2005c) entre outros.

Em uma pesquisa realizada por Souza *et al.* (2010), identificou-se que o principal motivo da participação dos beneficiários nos núcleos é a oportunidade da prática de atividades esportivas, e em segundo lugar, aparece o interesse por uma vivência de lazer. Embora o percentual mostre a satisfação dos beneficiários face às atividades lúdicas, é importante reconhecer o papel influenciador que o esporte de alto rendimento adquire nesse programa.

De acordo com Melo (2007), existem duas grandes tendências para explicar o fenômeno esportivo. Um que debate sua existência desde a antiguidade, e outra que o entende como algo gerado na sociedade moderna. O autor também aponta que as características que marcam o esporte são a forma organizacional, um calendário esportivo próprio, um corpo técnico especializado, e a possibilidade de gera um mercado ao seu redor. O esporte no Brasil surge pela influência das *public schools* inglesas e se amplia por causa de fatores como: a vinculação do esporte à saúde; a utilização do esporte como estratégias de formação corporal; e o crescimento constante do mercado esportivo. A divulgação e o mercado esportivo tem possibilitado o lançamento para criação de modismos e influenciando sujeitos por todo o mundo (MELO, 2007).

Segundo Daólio e Velozo (2008), o poder da mídia esportiva divulga imagens de atuações de atletas de alto rendimento, e o movimento corporal realizado por eles “constitui-se em técnica das mais eficientes e, plasticamente, das mais belas” (p. 1). Assim, há um mercado ao redor do esporte que o divulga e identifica como um conjunto de técnicas e ações específicas e esses autores demonstram como as técnicas dos movimentos corporais esportivos, divulgadas pela mídia, são tomadas como referência e deixam de lado as possibilidades de técnicas esportivas que poderiam surgir localmente.

Baseados no conceito de imitação prestigiosa de Marcel Mauss, Daólio e Velozo (2008) explicam que pessoas portadoras de “autoridade” tendem a ser imitadas, e isso ajuda a compreender a “dinâmica de mundialização de determinadas técnicas esportivas” (p. 1), especialmente pelo amplo alcance da mídia esportiva. Os autores chamam atenção para o fato de que na Educação Física existe abordagens divulgadas no esporte profissional como o ideal, como um padrão a ser alcançado. Contudo, as técnicas dos movimentos corporais esportivos prestigiadas pelo público nem sempre estão diretamente ligadas a características de eficiência e força, como a “finta do futebol”. Assim, Daólio e Velozo (2008) afirmam que

as técnicas dos movimentos esportivos de prestígio têm significados culturais imbuídos na sua forma de execução. Por isso, concordo que na sociedade contemporânea, cuja cultura é mundializada, certos elementos técnicos são retirados do seu lugar de origem e colocados num lugar de destaque, como referentes globalizados. Em relação às técnicas corporais, determinados gestos são colocados em movimento

pela mundialização da cultura e a modernidade tende a universalizá-los. Contudo, não podemos esquecer que tais gestos técnicos são construções culturais que surgiram em contextos históricos e socialmente concretos, portanto, sua origem é local. Também não se pode perder de vista que a modernidade que se apresenta em nossa sociedade e sua pretensão de universalidade não ocorrem de forma justa e democrática em todos os contextos. Como consequência não são apenas as técnicas que se tornam universais, mas também as ideologias que surgem com elas. Isso explica porque determinados gestos técnicos tradicionais e eficazes no plano local são postos de lado em nome de certos “universais” na dinâmica da modernidade-mundo. Isso gera certas ideologias sobre as técnicas corporais que precisam ser rebatidas no plano simbólico (DAÓLIO; VELOZO, 2008, p. 1).

Daólio e Velozo (2008) mostram que há relações entre técnicas que são sobrepostas a outros tipos de movimentos humano e são dadas como “verdadeiras ou corretas” em relação a esses últimos. Os autores lembram ainda que a origem dessas “técnicas corretas” é local, ou seja, qualquer pessoa é passível de criar uma forma de movimentação esportiva. Contudo, a modernidade que pretende universalizar “saberes”, através da mídia esportiva, altera nosso olhar sobre tais relações. Entre todas as formas possíveis do “movimento” humano algumas são eleitas como certas em detrimento a outras e, esse processo de eleição não é neutro, mas vem acompanhado de ideais também nas práticas esportivas.

Lembro que os processos pedagógicos sugeridos para a educação do esporte nos núcleos do PST indicam que ensinar os “movimentos técnicos” seria um objetivo nos núcleos. Ao se apropriar desses conhecimentos ao longo da vida, o beneficiário, em uma determinada idade, poderia optar em como vivenciar o esporte. É necessário ressaltar que um dos objetivos do Programa seria a promoção da cidadania, e segundo Comissão de Especialistas (2005c), a relação entre a aprendizagem desses movimentos técnicos e a cidadania se daria na seguinte maneira:

O processo de ensino-aprendizagem-treinamento(EAT) se inicia na infância. Nesse contexto, torna-se importante tanto a aquisição de experiências motoras e de jogos – que serão significativas para posterior aprendizagem de habilidades esportivas complexas – como também de hábitos motores essenciais para a existência do ser humano, possibilitando-lhe aquisições que auxiliarão o pleno exercício de sua cidadania (COMISSÃO DE ESPECIALISTAS 2005 c, p. 10).

O texto acima mostra que a relação de ensino-aprendizagem, proposta pelo EAT para os núcleos do programa, se iniciaria na infância e almejaria que os beneficiários se apropriassem de “hábitos motores” para o exercício da cidadania. O EAT – se dividiria em duas etapas de treinamento diferentes: a etapa de formação esportiva e a etapa de treinamento. A formação esportiva é dividida em níveis que se adaptariam às fases do crescimento humano, e o ideal seria que as crianças e jovens construíssem um acervo motor variado que possibilitasse na fase final uma especialização de movimentos técnicos esportivos. A proposta pedagógica do EAT considera que

seja na escola em atividades curriculares ou extracurriculares, ou no clube, o jovem ou adolescente terá um arcabouço e um acervo motor

que permitirão (conforme seus interesses, necessidades e oferta do meio ambiente), a opção e a escolha pela prática e treinamento do esporte com vistas ao alto nível de rendimento, ou para o esporte mais orientado para o lazer e a saúde (COMISSÃO DE ESPECIALISTAS, 2005 c, p. 10).

O trecho acima destaca que o interesse do programa em que as pessoas possam se apropriar de habilidades que possibilitaram participar de espaços sociais de uma forma esportiva. Assim, o acervo de movimentos técnicos, que seriam adquiridos pelos beneficiários nos núcleos, teria dois fins possíveis conforme o interesse dos sujeitos.

Segundo Athayde (2009), os discursos sobre o PST mais frequentes eram o interesse e desejo pelo esporte profissionalizado, por isso a influência do esporte de rendimento sobre a apropriação dos gestos técnicos esportivos pelas pessoas interfere na escolha de vida dos beneficiários.

Zaluar (1991) afirma que cada comunidade se apropria de atividades esportivas diferentemente, mas mostra como as comunidades reivindicam o conhecimento técnico e exercício de esforço e vontade para “se tornarem esportistas competentes, até profissionais” (p.33) no contexto dos programas sociais esportivos. Para a autora, nas comunidades estudadas o esporte só se realiza plenamente diante de uma plateia que admira a exibição das habilidades adquiridas e por isso, um programa que não correspondesse com a articulação de torneios não caberia nestas comunidades. Dessa maneira, atividades “só de brincadeira” não serviam para determinados grupos. Segundo a autora

o esporte no mundo de hoje é parte de um campo de conhecimentos esportivos que se diferencia do mero jogo ritual ou divertimentos, porque exige um corpo de conhecimentos e equipamentos específicos, ou seja, uma competência que separa o profissional do leigo. E só é possível realizá-los através do acesso aos equipamentos e conhecimentos técnicos, e, portanto, à competência esportiva (Bourdieu, 1980). É esse aspecto do esporte moderno que marca o “sonho” de virar atleta, acalentado especialmente pelos jovens das classes mais baixas, atraídos e frustrados por ele. É aqui que se depara com o limite do igualitarismo inerente ao esporte como jogo social baseado em regras universais, pois esse acesso continua desigual, mesmo nessas propostas massificadoras, haja vista a qualidade dos equipamentos e dos conhecimentos passados e dos horizontes limitados nas próprias propostas dos projetos esportivos. Para o atleta pobre e desassistido pelo Estado, a possibilidade de continuar a carreira esportista cai sobre os ombros da família (ZALUAR, 1991, p. 38).

O esporte que se apresentar de diferentes formas consegue entre essas distinguir-se quando profissional, pois apresenta conhecimentos e equipamentos específicos. Esses conhecimentos e equipamentos são diferentes porque a intenção das práticas também o é. Zaluar (1991 e 1994) não pesquisa o porquê da preferência dos beneficiários do programa pelo esporte profissional, mas levanta a hipótese de que “a capacidade de mobilização do esporte provavelmente também se relaciona com o projeto de ascensão social” (p.88). A autora contribui afirmando que a desigualdade de acesso ao esporte continua existindo, mesmo com os programas de massificação, por falta de investimento na possibilidade de esses beneficiários continuarem praticando esporte depois dos 18 anos, os programas sociais escolhem o esporte não competitivo como “saída” para que

continuem existindo.

A Comissão de Especialistas (2005c) demonstra que existe uma relação de ensino e aquisição de habilidades esportivas para as práticas do PST, cuja lógica é similar a teoria da pirâmide. Entretanto, não há uma metodologia de trabalho no PST para conduzir os sujeitos que se apropriam de tais habilidades para o esporte de alto rendimento. Percebo uma relação frágil na qual o esporte de alto rendimento influencia as comunidades e não há política de acesso para os sujeitos que desejam vivenciar esse modelo esportivo.

Retomo que Athayde (2009) apresenta que o discurso frequente entre os participantes do PST é o desejo pelo esporte profissional, então a falta de política de esporte de alto rendimento para todos os que desejam ter esse acesso a ele, acaba direcionando as vivências esportivas para o esporte participação (lazer).

Uma pesquisa de Borges, Cabral e Silva (2009) realizaram entrevistas com profissionais do PST e levantaram dados nos quais os profissionais do programa reconhecem que trabalham com o lazer, mas os autores advertem que os profissionais não conseguem potencializar as vivências de lazer nos núcleos. Pensar no lazer como possibilidade da vivência esportiva, exigiria que um programa social investisse na formação dos profissionais para qualificá-los na temática da educação para e pelo lazer.

Ressalto que de 2003 a 2008 o lazer aparece como uma possibilidade de vivência do esporte no PST, contudo não havia uma sistematização para se trabalhar o tema de acordo com os documentos levantados. Um entrave que verifico nesse modelo é que apesar do PST ser um programa de esporte educacional, que teria o alto rendimento ou o lazer como finalidades, ele apresenta um modelo de trabalho para a aquisição de habilidades, que contemplaria o alto rendimento. Por outro lado, há um modelo de trabalho com a ludicidade, mas não há um modelo de trabalho para a finalidade do lazer.

Assim, o lazer aparece “como falta de opção” para os programas sociais que não tem verbas para financiar a todos os beneficiários que desejariam o esporte como alto-rendimento.

Conclusão

Finalizo esse trabalho com a ideia de que apesar de o lazer não ser objetivo principal ou secundário do Programa ele era tratado nos documentos e reconhecido pelos profissionais do programa. O modelo esportivo de alto rendimento é divulgado pela mídia e garantido na formação dos profissionais para que possibilitem a aquisição de habilidades por parte dos beneficiários do programa, entretanto, o não financiamento do esporte de alto rendimento em programas sociais pode interferir na escolha que profissionais e beneficiários fazem de suas práticas.

Referências

- ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. Programa segundo tempo: conceitos, gestão e efeitos. 2009. 176 f.; Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física, 2009.
- BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; CABRAL, Lucas Rezende; SILVA, Samuel Coelho. Representações de esporte/lazer em projetos sociais: Um olhar sobre o Programa Segundo Tempo em Vitória – ES. In: ISAYAMA, H. et al. (org). **Coletânea Lazer em Debate**. Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2009 – p. 115-122.
- BRACHT, V. e ALMEIDA, F. A política de Esporte escolar no Brasil: a

Pseudovalorização da Educação Física. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, maio 2003.

BRASIL. Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Esporte Educacional. Material didático para o processo de capacitação do Programa Segundo Tempo. Brasília, 2008. (Livro Verde).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte]. Esporte, política e sociedade. Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2004a.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte]. Pedagogia do esporte. Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2004b.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte]. Dimensões pedagógicas do esporte. Universidade de Brasília/CEAD, 2004c.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte] *Jogo, corpo e escola*. Universidade de Brasília/CEAD, 2004d.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte]. *Iniciação esportiva*. – 1. ed. – Brasília : Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2005a.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte]. *Manifestações dos jogos*. Brasília : Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2005b.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte] *Manifestações dos esportes*. Universidade de Brasília/CEAD, 2005c.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte]. *Elementos de pesquisa em esporte escolar: monografia*. 1ª ed, Brasília : Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2005d.

DAÓLIO, Jocimar e VELOZO, Emerson Luís. A técnica esportiva como construção cultural: implicações para a pedagogia do esporte. In: *Revista Pensar a prática UFG*, v11, n.1, 2008. Disponível em:

<<http://www.revista.ufg.br/index.php/feff/article/view/1794/3338>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2011.

GRECO, Pablo Juan e SILVA, Siomara. A metodologia de ensino dos esportes no marco do Programa Segundo Tempo. In: BRASIL. Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Esporte Educacional. **Material didático para o processo de capacitação do Programa Segundo Tempo**. Brasília, 2008.

MELO, Victor Andrade. *Dicionário do Esporte no Brasil: Do século XIX ao início do século XX*. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Decania do Centro de ciências da Saúde da UFRJ, 2007. Coleção educação física e esportes.

OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bassoli de; PERIM, Gianna Lepre. *Fundamentos pedagógicos do programa segundo tempo: da reflexão à prática*. Maringá: UEM, 2009. (Livro Branco).

OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli e PIMENTEL, Giuliano Gomes (orgs.). *Recreio nas Férias: Reconhecimento do Direito ao lazer*. Maringá: EDUEM, 2009.

RIBEIRO, Sheylazarth. *O lazer na política pública de esporte: Uma análise do Programa Segundo Tempo*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. **Referências:** f. 118-130.

SOUZA, E., NORONHA, V., RIBEIRO, C., TEIXEIRA, D. FERNANDES, D., VENÂNCIO, M. *Sistema de monitoramento e avaliação dos programas Esporte e lazer da cidade e Segundo Tempo do Ministério de Esporte*. Belo Horizonte: O lutador, 2010.

184p.

ZALUAR, A. Cidadãos não vão ao Paraíso: Juventude e política social. São Paulo: Editora Escuta; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

ZALUAR, A. O esporte na educação e na política pública. In: **Educação e Sociedade**, nº38, abril de 1991 p. 19 a 44.

ARTICULAÇÕES ENTRE O LAZER E A CONSTITUIÇÃO POPULAR DO MASSIVO NA HISTÓRIA

Nádia Bueno Rezende

RESUMO

O presente texto tem o objetivo de utilizar as ideias de Barbero (2009) no que diz respeito a constituição popular que o massivo contém para articular duas proposições para o campo do lazer: o uso categorial e não conceitual do lazer, apoiado nas definições de Koselleck (2006) e a possibilidade de o campo estar tentando impor novas compreensões a antigos cenários, proposta por Melo (2011). A ideia é a de que é preciso considerar o lazer enquanto categoria para que um diálogo efetivamente seja estabelecido entre os estudiosos e a intervenção. Uma das estratégias para alcançar tal objetivo se encontra na inclusão do popular no massivo, de maneira a reconhecer que as formas massivas de consumo dos produtos culturais contêm não apenas mecanismos de opressão, mas também demandas e aspirações do povo. Nessa linha de pesquisa, interessa ao historiador do lazer uma história dos modos de recepção das diversões propostas, bem como uma história das dinâmicas de distribuição das diversões que caíram ou não em gosto popular.

Palavras-Chave: Lazer, popular, massa.

Atualmente, estudos que têm o lazer como temática têm reforçado a necessidade de ampliar as possibilidades e vivências do lazer (PINTO et al., 2011; MARCELLINO et al., 2011). As questões referentes ao tempo de lazer são construções históricas que guardam estreitas relações com a modernidade. Esse tempo é delimitado pela articulação entre o desenvolvimento de um novo modelo econômico, uma nova organização política e a estruturação de um conjunto de novas ideias acerca da vida em sociedade (MELO, 2010, p. 101).

A artificialização dos tempos sociais decorrente dessa nova organização social provocou uma mudança na experiência do divertimento, que passou a ser concebida no chamado tempo livre. No que se refere aos estudos históricos, Melo propõe a adoção do termo *diversão* como expressão do objeto de estudos ao qual nos debruçamos. O autor considera que o lazer é um “possível arranjo da diversão, e não o único” (Melo, 2011, p. 74).

Especificamente na América Latina, a modernidade se constrói em meio à dominação produzida historicamente e à mestiçagem cultural dada socialmente, ou seja, um “tempo de desenvolvimento atravessado pelo descompasso da diferença e da descontinuidade cultural” (BARBERO, 2009, p. 216). Mais que afirmação dos novos ditames sociais, o lazer se apresenta também como espaço/tempo privilegiado das tensões e resistências oferecidas ao novo modelo de sociedade moderna.

O presente trabalho tem a pretensão de discutir e articular duas reflexões que podem contribuir para o avanço dos estudos, na medida em que se apresentam como desafios a ser superados pelo campo do lazer: (1) O uso categorial e não conceitual do lazer, apoiado nas definições de Koselleck (2006); (2) a possibilidade de o campo do lazer estar tentando impor novas compreensões a antigos cenários, proposta por Melo (2011).

Um esforço no sentido de conceituar o fenômeno tem sido insistentemente realizado pelos estudiosos do campo. Contudo, proponho que o lazer seja tratado

enquanto categoria e não enquanto conceito. Com isso quero dizer que será abordado de uma perspectiva mais aberta, sem significações estabelecidas *a priori*. Pimentel e Marinho (2010, p. 26) também propõem o lazer enquanto uso categorial, reforçando seu caráter de permanente construção. Segundo Koselleck (2006, p. 307), categorias “[...] nada dizem ainda sobre uma determinada fronteira, uma determinada constituição etc. Mas o fato de se poder questionar e expor essa fronteira, essa constituição ou essa experiência já pressupõe o uso categorial das expressões”.

Não se trata de diminuir a importância do fenômeno. A compreensão dos conceitos e das categorias não se dá de forma hierarquizada. A imposição de conceitos inclusive pode gerar dificuldades de articulação com a realidade. Melo (2011, p. 73) levanta a possibilidade de o campo do lazer estar tentando impor novas compreensões a antigos cenários, o que explicaria a fragmentação dos grupos envolvidos com as iniciativas do campo. Acredito que o uso categorial do lazer pode contribuir para o ajuste entre as compreensões e os cenários, facilitando assim o diálogo. Um conceito estabelecido *a priori* pode silenciar concepções e impedir um diálogo aberto com os indivíduos e com a realidade social.

No horizonte das preocupações de Melo (2011, p. 73), como uma das causas da imposição de novas compreensões a antigos cenários está a substituição mecânica do termo *recreação* por *lazer*. Estabelecendo uma conexão entre a recreação e os profissionais que atuam diretamente com os programas junto ao público, em oposição aos estudiosos que preferem o termo *lazer*, o autor aponta que aí pode estar a justificativa da distância entre esses dois segmentos, mesmo tendo como objeto o mesmo fenômeno. De maneira geral, o fato central é o de que os estudos do lazer não respondem às questões que aparecem nas intervenções, e, segundo Melo (2011, p. 73), isso se expressa na fragmentação entre o Seminário O Lazer em Debate e o ENAREL (Encontro Nacional de Recreação e Lazer), por exemplo.

A substituição mecânica da recreação por lazer, e a insistência de conceituação de tal fenômeno sem se ter em conta a própria história e a experiência das pessoas exemplifica o equívoco de tomar como conceito aquilo que é categoria. Koselleck (2006, p. 103) afirma que a história dos conceitos deve levar em conta não apenas a história da língua, mas também a história social, já que “toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística”. O autor então conclui que o afinamento da análise linguística dos conceitos faz com que antigas proposições se tornem mais precisas, assim como os fatos históricos se tornam mais claros a partir do estudo de sua constituição linguística. Isso leva a necessidade de que certas proposições supostamente já compreendidas passem por uma revisão (KOSELLECK, 2006, p. 104).

Melo (2011, p. 73) indica que alguns entendimentos – principalmente no meio acadêmico – alcançaram alto grau de aceitabilidade e convencimento, mas as reflexões sobre eles precisam ser retomadas tendo em vista os novos estudos históricos com investigações no cenário contemporâneo. O autor então sugere a recuperação do debate sobre antigos conceitos e um investimento melhor no entendimento dos arranjos do mercado.

À luz das reflexões de Koselleck (2006) pode-se entender que o que Melo (2011) propõe é o estudo da *co-incidência* entre os diversos conceitos de lazer desenvolvidos pelos acadêmicos e a realidade da sociedade contemporânea, que teria se modificado segundo novos estudos históricos que têm o tempo presente como recorte. De maneira geral, esses estudos apresentam uma nova forma de olhar para os possíveis arranjos da diversão, contribuindo para melhor entender os contornos e limites da atuação do mercado. Esse tipo de investigação aponta indicadores para um conceito de lazer que se aproxime da experiência das pessoas nas sociedades contemporâneas.

Contribuindo justamente para essa aproximação, Barbero (2009) discute a constituição do massivo a partir do popular. Para o autor (2009, p. 226), a presença das massas na cidade foi adquirindo pouco a pouco traços mais nítidos. [...] Em meio à sua ignorância das normas e ao desafio que sua mera presença introduzia, seu desejo mais secreto era alcançar os benefícios que a cidade representava. As massas queriam trabalho, saúde, educação e diversão. Mas não podiam reivindicar seu direito a esses bens sem massificar tudo. [...] A massificação era de uma só vez, com a mesma força, a integração das classes populares à “sociedade” e a aceitação por parte desta do direito das massas, ou seja, de todos, aos bens e serviços que até então tinham sido privilégio de poucos. E isso a sociedade não podia aceitar sem ao mesmo tempo transformar-se profundamente. Essa transformação, porém, não assumiu nem os traços nem a direção esperada pelos revolucionários, e portanto estes pensaram que não tinha ocorrida transformação alguma.

Segundo o argumento de Barbero (2009), a antiga cultura popular ou folclórica teria se convertido em cultura de massa na medida em que as metrópoles foram se constituindo e era preciso que todos tivessem acesso à saúde, educação, transporte, trabalho e lazer. A lógica é simples: uma grande quantidade de pessoas precisa se deslocar no espaço da cidade, por isso é organizado um tipo de transporte que leva várias pessoas juntas, ao mesmo tempo, em um mesmo local, de forma bem padronizada. Ou seja, um transporte de massa. Em Belo Horizonte, por exemplo, é grande a reivindicação pela construção do metrô, justamente porque é um transporte de massa, que resolveria o problema de deslocamento para muita gente.

A mistura de componentes folclóricos, que têm referencia no rural, populares, marcados pela cultura urbana, e elitistas, que impõem uma diferenciação em meio a padronização predominante, em um mesmo fenômeno, fornece complexidade a constituição do massivo.

Canclini (1980, p. 50) denuncia a dificuldade de distinguir o que é popular do que não o é por causa da fluidez com que as mensagens se deslocam entre os canais de elite, de massa e populares, não obedecendo necessariamente a esse sentido.

[...] a mescla de componentes populares, de massa e elitista não é tão fácil de distinguir e, inclusivamente, não deve ser condenada. Devido a essa fluidez de circulação entre os diferentes níveis, um grande número de mensagens recorre a todos eles aproveitando as possibilidades de cada meio para enriquecer sua significação. (CANCLINI, 1980, p. 50)

O argumento de Canclini (1980) reforça as ideias de Barbero (2009) de que o massivo foi se constituindo lentamente a partir do popular, e que, portanto, conserva certas características dele, bem como suas demandas e aspirações.

A ideia de que as mensagens utilizam os potenciais de significação dos diferentes níveis vale tanto para as pretensões comerciais quanto para as elitistas e populares. O fato bruto da circulação não beneficia nenhum dos lados especificamente; é apenas a nova forma de organização da vida em sociedade.

Assim, “[...] a cultura de massa foi constituída acionando e deformando ao mesmo tempo sinais de identidade da antiga cultura popular e integrando ao mercado as novas demandas das massas” (BARBERO, 2009, p. 175). O massivo seria então entendido como o modo de existência do popular, e a cultura o espaço para promoção da reconciliação das classes e reabsorção das diferenças culturais.

O alcance desse fato com certeza impacta não somente os modos de olhar a massa, mas também as concepções do lazer. A hipótese que quero levantar é a de que reconhecer que a massa contém certas aspirações e demandas populares é um caminho para a resolução dos problemas levantados por Melo (2011). Isso faz sentido tendo em

vista os seguintes aspectos:

(1) O abandono ao termo *recreação* e sua posterior substituição por *lazer* se deu basicamente pela crença de que o primeiro estaria relacionado aos mecanismos de opressão que impõe a supremacia do capital, enquanto o segundo guardaria certa possibilidade de reação, desde que crítico e criativo, termos comumente utilizados pelos estudiosos do campo. Ao considerar as ocorrências populares na massa, os argumentos que sustentam as desvantagens da recreação em relação ao lazer se desmontam. A recreação pode não conter de forma tão definitiva as relações ideológicas da hegemonia, já que, mesmo nos termos da indústria cultural, a subjetividade das pessoas esta contida na massa, ainda que não de forma intacta ou original.

(2) A ideia de a massa conter o popular traz à tona uma necessidade de revisão dos conceitos, já que muitos foram construídos tendo como base a supremacia da dominação em oposição à alienação dos dominados. A discussão de termos como *indústria cultural*, *cultura de massa* e *cultura popular* ganha novos contornos, um novo horizonte de problemas aparece. Na esteira dessa nova maneira de pensar o lazer na sociedade vem uma outra relação entre os estudos acadêmicos e a intervenção, no sentido de que ambos teriam como premissa tanto os mecanismos de imposição quanto as possibilidades de subversão presentes em todos os arranjos da diversão na modernidade.

No final das contas, parece mesmo que o que não se pode perder de vista ao estudar a história da diversão, ou do lazer, são as duas categorias meta-históricas descobertas por Koselleck (2006, p. 312): espaço de experiência e horizonte de expectativa. Se “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem” (KOSELLECK, 2006, p. 306), nada mais coerente do que assumir que aqueles “que sofrem” também têm experiências e expectativas que impactam o curso da história. E esse impacto pode ser tanto que já não será mais possível identificar quem atua e quem sofre a história.

Para os estudiosos do lazer que têm o propósito de melhor entender os contornos do mercado e em que medida ele atinge as escolhas e demandas das pessoas, interessa, por exemplo, construir uma história da frequência aos teatros, e de como as dinâmicas de ocupação dos espaços e criação das peças modificou essa frequência. Tudo isso inserido na história do teatro como um todo, que comporta também a história dos atores, das peças, dos espaços cênicos, entre outras. Resumidamente, interessa ao historiador do lazer uma história dos modos de recepção das diversões propostas, bem como uma história das dinâmicas de distribuição das diversões que caíram ou não em gosto popular.

Referencias

- BARBERO, Jesus Martín. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- CANCLINI, Nestor García. *A socialização da arte*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- KOSELLECK, Reinhard *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho; CAPI, A. H. C.; SILVA, A. M. Lazer no município: formação e desenvolvimento de quadros. In: ISAYAMA, H. F. *et. al.* (Org.). *Gestão de políticas de esporte e lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 229-246.
- MELO, Victor Andrade de. O lazer (ou a diversão) e os estudos históricos. In: ISAYAMA, Hélder; SILVA, Silvio (Org.). *Estudos do Lazer: um panorama*. Rio de

Janeiro: Apicuri, 2011.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis & MARINHO, Alcyane. Dos clássicos aos contemporâneos: revendo e conhecendo importantes categorias referentes às teorias do lazer. In: PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis (Org.). *Teorias do lazer*. Maringá: Eduem, 2010.

PINTO, L. M. S. de M. *et al.* Desafios para a gestão das políticas de lazer no Brasil. In: ISAYAMA, H. F. *et al.* (Org.). *Gestão de políticas de esporte e lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.v. 1, p. 27-50.

ARTUROS, FILHOS DO ROSÁRIO: NAS PRÁTICAS SOCIAIS, UMA HISTÓRIA QUE SE REVELA NA FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Karla Tereza Ocelli Costa
José Alfredo Oliveira Debortoli

RESUMO

Este estudo explicita a intenção de pesquisar com os Arturos, uma comunidade que mantém vivas tradições negras do Brasil, localizada em Contagem/MG. Tem como objetivo compreender o festejar dos integrantes da Comunidade dos Arturos durante a Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, as relações que se estabelecem no processo de engajamento destes sujeitos na preparação e vivência desta festa e suas implicações no tornar-se um Arturo. O cotidiano da comunidade mostrou-se um universo social riquíssimo que pôde ser explorado a partir do enfoque teórico baseado na aprendizagem situada, proposto por Jean Lave e Etienne Wenger (1991) e na abordagem ecológica da experiência cultural proposta por Tim Ingold (2000). Foi realizado um estudo etnográfico utilizando os recursos do caderno de campo, de entrevistas informais e de uma oficina de fotografia. A partir da história apropriada por seus atores e revelada nas práticas que são revividas cotidianamente foi possível mergulhar na Festa da Comunidade dos Arturos. O tornar-se Arturo revelou-se como constituinte de uma aprendizagem na prática, influenciada sistematicamente por ações cotidianas nas quais fazer/aprender envolve relações de poder, acordos, negociações e conflitos inerentes a vida social. Nesse envolvimento festivo, comunitário e identitário constitui-se, cotidianamente o tornar-se um Arturo.

Palavras-chave: Arturo, Festa, cotidiano, aprendizagem.

Introdução

Durante a graduação, pesquisei sobre a construção e realização de ruas de Lazer e sua contribuição na formação de seus participantes. Concluí estes estudos intrigada sobre a influência destas práticas no cotidiano das pessoas. Entrando para o espaço escolar, percebi entre meus alunos, crianças do Ensino Fundamental da cidade de Contagem/MG, muita resistência em assumir uma identidade negra. Então decidi investigar se o brincar festejando e/ou festejar brincando poderia ter influência na construção de uma identidade positiva.

Surgiu então a ideia de construir um projeto de estudo com a intenção de pesquisar com os Arturos, uma comunidade que mantém vivas tradições negras do Brasil localizada no município de Contagem/MG. Buscar entender que relações emergem a partir da participação desta comunidade na festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário.

Meu universo é o chão da escola e não fiquei imune à naturalização de um modelo escolar limitador das formas de pensar e agir dos sujeitos. Minhas leituras iniciais me direcionavam a ir a campo para descobrir o “manual de instrução” que era “transmitido” aos pequenos para se tornarem Arturos.

Ledo engano. As reflexões feitas após a leitura de produções etnográficas realizadas sobre outras práticas sociais, como o boxe (WACQUANT, 2002), a pesca (SAUTCHUK, 2007), o futebol (FARIA, 2008), os malabares nos sinais (CAMPOS,

2010), a dança (RESENDE, 2011) e principalmente sobre o terreiro de Umbanda (BERGO, 2011) me ajudaram a olhar para a comunidade dos Arturos e para suas festas como um universo social privilegiado e que poderia ser explorado a partir do enfoque teórico baseado na aprendizagem situada, proposto por Lave e Wenger(1991) e na abordagem ecológica da experiência cultural, proposta por Ingold(2000).

Tornar-se um Arturo é mais que seguir uma tradição, não é dom, vocação ou aceitação de um destino inevitável. O cotidiano daquela comunidade mostrou-se extremamente fértil em possibilidades de pensar muitas e distintas questões tão interessantes quanto urgentes ao campo de pesquisa do Lazer.

Mas por que estudar o Lazer?

A festa para os Arturos é uma ferramenta de empoderamento da comunidade. Trazendo para o centro da conversa a prática festiva foi possível discutir as possibilidades de a festa trazer à tona histórias que também se revelam no cotidiano. Entendendo que a Festa pode ajudar a revelar identidades que se expressam no envolvimento, participação, aprendizagem e experiência cultural. Estudar o Lazer tornou-se, assim, fundamental. Entendendo o Lazer aqui como perspectiva de olhar que busca romper com dicotomias, que permite olhar para o cotidiano rompendo com os dualismos trabalho/tempo livre; trabalho/cultura. A historiografia sozinha faria um trabalho interessante, mas entender os Arturos a partir do Lazer e suas dimensões estéticas foi imprescindível para buscar entender o aprender a/na Festa.

Objetivo

Como objetivo principal, nesta teia de relações constituídas a partir da Festa de Nossa Senhora do Rosário, busquei compreender o festejar dos integrantes da Comunidade dos Arturos e como e quais relações se estabelecem com a sua identidade étnica a partir do processo de engajamento destes sujeitos na preparação e vivência desta festa e suas implicações no se tornar um Arturo.

Procedimentos metodológicos

Para atingir o objetivo desejado optei por uma pesquisa de caráter qualitativo. O estudo de caso numa perspectiva etnográfica mostrou-se a abordagem metodológica mais adequada para a realização desta pesquisa, trazendo a possibilidade de retratar situações que emergiam das relações e na participação da comunidade nos festejos, significados das brincadeiras e os reflexos em sua cultura, percebendo esta cultura, como sugere Clifford (1998), como uma construção multivocal, que percebe a diferença como um “efeito de um sincretismo inventivo” (p.19). Admito minha “ousadia” em mergulhar neste universo da Antropologia sem nunca antes ter pisado neste terreno. Seguindo a sugestão de Velho (2010), decidi “correr o risco” colocando-me como duplo aprendiz: dos meus mestres acadêmicos e dos meus mestres no campo, buscando construir não uma etnografia que representasse ou espelhasse os Arturos, mas sim que “atestasse” sua presença, que fosse portanto “ participante da presença e que, por isso mesmo, não pretendesse se confundir com ela.” (VELHO,2006:12) Não foi o caso de tornar-me Arturo, mas de conversar com eles, compreendendo o que vi, ouvi, cheirei, toquei. Busquei, enfim, “não tanto o estudo *de* pessoas, e sim um modo de estudar *com* as pessoas”. (BATESON, 1980 apud VELHO,2006:5)

Foi uma grande aventura: descobrir que não deveria ir a campo “buscar respostas” ou “confirmar teorias”, mas buscar um diálogo entre teorias acadêmicas e nativas. Como afirma Peirano (1992)

[...]A pesquisa de campo implica um confronto de diferenças. [...] todo bom antropólogo aprende e reconhece que é na sensibilidade para o confronto ou o diálogo entre "teorias" acadêmicas e nativas que está o potencial de riqueza da antropologia. (p.10)

A partir deste entendimento do fazer etnográfico adotei a proposta de Loïc Wacquant¹ invertendo a ideia de observação participante para uma **participação observante**. Busquei mergulhar na Festa a fim de focar nas nuances do festejo e poder vivenciá-lo de forma intensa. Utilizei para isto o recurso do caderno de campo, de entrevistas informais e semi-estruturadas e de uma rica experiência proposta por Campos (2010), a oficina de fotografia.

Fundamentação teórica

As perspectivas propostas pelos antropólogos Jean Lave e Tim Ingold trouxeram contribuições fundamentais para que eu pudesse dar sentido e visibilidade aos dados coletados na comunidade. Com esses dados pude enfim perceber que a aprendizagem é inseparável da vida cotidiana. Tim Ingold (1994) quando trata da Cultura em seu livro Companion Encyclopedia of Anthropology e Jean Lave (1993) quando discute a aprendizagem na prática oferecem pistas interessantes. Segundo os autores, a prática social, no caso as festas nos Arturos, não são organizadas com o objetivo específico de constituir uma identidade. Elas são organizadas para que aconteçam e acontecendo elas fazem com que seus participantes aprendam.

Compreender nuances da cultura vai além de ir a campo e capturar como ela é transmitida aos mais jovens e verificar se a partir desta transmissão eles se tornam Arturos. Segundo Ingold (1994) a cultura não é algo pronto, externo, que pode ser internalizado. Ela não aceita uma definição final, fechada. As pessoas vivem culturalmente e não vivem em culturas. Não existem fronteiras culturais. O mundo é contínuo, daí a possibilidade da interatividade entre os homens. Foi a partir daí que ampliei meu olhar, observando não somente a festa, mas, necessariamente, as relações entre os sujeitos desta festa, a festa e o mundo.

A teoria da **aprendizagem situada** proposta por Lave e Wenger (1991) trouxe grande contribuição para ir direcionando meu trabalho de campo e, posteriormente, produzir uma análise e uma escrita que desse conta de uma prática cultural absolutamente diversa e dinâmica. Foi possível compreender que a aprendizagem é inerente a toda prática social e a partir disso, não mais centrar a atenção no indivíduo como aprendiz e sim pensar a aprendizagem como participação no mundo social.

Aprende-se fazendo, torna-se um Arturo sem ter sido ensinado como sê-lo. O engajamento coletivo, esta partilha sobre saberes e interesses comuns constitui, segundo Lave e Wenger (1991), em um processo de pertença (identificação) que se efetiva fundamentalmente a partir do acesso às diversas fases das atividades e aos diferentes membros da comunidade, assim como à informação, aos recursos e às oportunidades para participar.

Ingold (2000) também traz contribuições importantes sobre a constituição de identidades dos sujeitos. A partir de seu enfoque teórico, percebe-se que o “ser Arturo” não acontece a partir da transmissão da cultura da comunidade. Torna-se um Arturo pelo treinamento em tarefas diárias, cujo sucesso do cumprimento requer uma

¹ Sobre o trabalho do autor ver: WACQUANT, Loïc. Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Tradução Ângela Ramalho, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

habilidade² praticada para perceber e responder fluentemente a aspectos salientes do meio ambiente. Em suma, a aprendizagem não é uma transmissão de informação, mas uma **educação da atenção**.

Participar da Festa, saber tocar os instrumentos, proteger-se com o rosário, rezar junto ao Altar pedindo proteção aos Santos é mais que uma estratégia para aprender a ser a Festa. Esta é uma forma de se conectar aos fundamentos e rituais do Congado, participando diretamente em sua prática. A presença constante das crianças nas Festas, a relação que os adultos estabelecem com elas e o envolvimento com as práticas permitem aos pequenos Arturos uma participação plena.

Resultados e discussões

Estudar os Arturos implica no entendimento de sua constituição como uma das inúmeras formas de resistência do negro escravo em Minas Gerais que se revela na manutenção das tradições que sobreviveram apesar das pressões geradas pelo escravismo.

Para a compreensão deste processo, a obra de Núbia Gomes e Edmilson Pereira³ torna-se um instrumento fundamental de pesquisa. No livro *Negras Raízes Mineiras*, os autores analisam a herança africana que permaneceu em Minas Gerais como forma de resistência, buscando minúcias da formação histórica da Comunidade dos Arturos. Este primoroso e detalhado estudo constituiu uma primeira base histórica de minha pesquisa.

Ao percorrer o caminho histórico de resistência do negro em Minas devemos nos atentar para não cometer o erro de querer buscar nos Arturos um “africanismo puro” ou um “agrupamento genuíno” como nos orienta Bastide (1985). Isso nos levaria a ignorar a interferência do tempo e o processo de aculturação. Os Arturos conservam sim valores africanos em suas representações. Nas festas, como *filhos do Rosário*, estão fortemente ligados ao passado e à Terra-Mãe. Em sua vida diária trabalham e enfrentam as dificuldades dos trabalhadores de baixa renda que compõem a grande massa operária do nosso país. Eles transitam, pois, entre o profano e o sagrado: no dia a dia entregam-se ao duro trabalho para sobreviverem, experimentando a fraqueza decorrente da individualidade; nas festas são os *filhos do Rosário*, tornando-se totais e eternos, fazendo transbordar uma consciência coletiva, que os faz Arturos, negros, filhos de África.

A Comunidade dos Arturos, localizada no município de Contagem, mantém vivas tradições negras do Brasil em pleno coração da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. O grupo tem a origem ligada ao negro Camilo Silvério, então escravo que chegou em terras mineiras no final do século XIX. É a partir do filho deste casal, Arthur Camilo Silvério que as informações sobre a formação da Comunidade ganham corpo. Arthur Camilo Silvério é o fundador da Comunidade dos Arturos, já no nome podendo-se atestar a força da ancestralidade que é o “arcabouço mantenedor da vitalidade dos Arturos contemporâneos” (GOMES; PEREIRA,2000:163). As festas na comunidade

O modo de ser dos Arturos se expressa fundamentalmente nas manifestações artístico-culturais e celebrações do sagrado que a comunidade preserva e recria. A festa para os Arturos é “fator de aliança e elemento agregador da comunidade” (GOMES;PEREIRA,2000:215), assim, a análise do calendário festivo dos Arturos nos

² Entendida aqui, como sugere Ingold, na capacidade de estabelecer relações entre percepção/ação num contexto dinâmico e ricamente estruturado.

³ GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Negras raízes mineiras: os Arturos*. 2ª. Ed. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2000.

possibilita perceber a dimensão da importância destas festas para a comunidade, principalmente a do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, na qual a religiosidade da comunidade transborda e seus integrantes se transmutam em *filhos do Rosário*.

A Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário representa para os Arturos a concentração festiva da comunidade. Por sua vinculação com a comunidade negra do Brasil tornou-se a festa dos santos de cor, ou seja, São Benedito e Santa Efigênia. A festa nos Arturos dura três dias com intenso trabalho para a comunidade. Há o levantamento do mastro avisando que a festa se aproxima. No domingo a festa da matina, o cortejo, a visita aos reis festeiros, a missa conga, o grande almoço, o pagamento da promessa e a procissão com os andores dos santos. Na segunda-feira, se coroam os novos reis, descem-se as bandeiras e se encerra o reinado.

Para a festa são formadas duas Guardas: Congo e Moçambique. A escolha da guarda por parte dos seus componentes depende das características individuais, do gosto pessoal, do ritmo, mas muitas vezes a influência familiar é o fator primordial desta escolha.

Considerações finais

Superado o equívoco inicial de buscar o “passo a passo” de como tornar-se um Arturo, iniciei este novo momento do trabalho de campo mergulhada na participação observante das situações mais comuns da comunidade. Entretanto, percebi que não bastava frequentar as festas públicas e suas reuniões internas, seria preciso acompanhar o dia a dia da comunidade. Compreendi, influenciada pelos estudos de Bergo (2011), que os fundamentos do Congado estão de tal modo intrincados no curso dos acontecimentos cotidianos que são parte do mundo ordinário dos seus praticantes. Comecei, então, a aproximar-me cada vez mais de tal contexto visando entender como os sujeitos lidam cotidianamente com as questões relativas à festa, e como isto influencia seu cotidiano.

Um dos maiores desafios que encontrei foi, portanto, buscar escapar aos padrões pré-estabelecidos no imaginário coletivo que, de modo geral, centralizam a atenção nos aspectos exóticos da festa. Não querendo reproduzir uma descrição formal desta festa, fui ao encontro dos meus anfitriões, entendendo-os como capitães, rainhas, reis e dançantes sujeitos ativos daquela festa e não como meros reprodutores do fato constituído. Foi ficando mais claro para mim, a cada ida à comunidade, que a preparação e a organização revelariam mais sobre a complexidade da prática festiva do que o próprio evento em si. Afinal, é na vida cotidiana - e não somente durante a festa - que a fé que transborda durante os festejos se concretiza, que os laços afetivos evidenciados nos festejos se fortalecem, que as relações de respeito, de afeto e também de poder aparecem com maior clareza.

O essencial do saber Arturo transmite-se fora de uma intervenção explícita. Cada vez que tocam, cantam, dançam, batem caixa, ouvem e repetem histórias os Arturos não estão fazendo sempre a mesma coisa. Nos momentos que estão conversando, ouvindo histórias, trocando informações, batendo caixas, tocando o patangome ou mesmo participando como visitantes de outras Festas do Congado, eles estão se **habilitando**, se apropriando do modo de ser Arturo. Assim, mais que repetir ou reproduzir, os Arturos exercitam e experimentam a Festa e, desse modo, podem aprendê-la. E, a partir desta aprendizagem se constituem Arturos.

Parece tão simples, mas é um fazer/aprender que envolve relações de poder, acordos, negociações e conflitos inerentes a vida social. E, é a partir desse envolvimento que o Arturo aprende os gestos, os significados, as emoções, as disposições corporais e identidades que o produzem Arturo.

Referências

- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. Contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. Tradução de Maria Heloísa Capellato e Olívia Krähembühl. 2.ed. São Paulo: Livraria Editora, 1985.
- BERGO, Renata Silva. **Quando o Santo Chama: O terreiro de Umbanda como contexto de aprendizagem na prática**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. (Tese de Doutorado)
- CAMPOS, Túlio. **Pequenos trabalhadores nos sinais e suas experiências no cotidiano da rua: entre o “espetáculo” do malabares e as brincadeiras, os riscos e as tensões do trabalho explorado**. Belo Horizonte: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. (Dissertação de Mestrado)
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998
- FARIA, Eliene Lopes. **Aprendizagem da e na prática social: um estudo etnográfico sobre as práticas de futebol em um bairro de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. (Tese de Doutorado)
- GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Negras raízes mineiras: os Arturos**. 2ª. Ed. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2000.
- INGOLD, Tim. Culture, perception and cognition. In _____ **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London and New York: Routledge, 2000. Chapter 9. pp.157-171.
- INGOLD, Tim. Introduction to culture. In: _____. (ed.) **Companion encyclopedia of anthropology**. London: Routledge. 1994, pp. 329-349.
- LAVE, Jean, WENGER, Etienne. **Situated Learning**. Cambridge: Cambridge University Press (CUP), 1991.
- LAVE, Jean. The practice of learning. In: CHAIKLIN, Seth; LAVE, Jean. **Understanding practice: perspective on activity and context**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- PEIRANO, Mariza G.S. **A favor da Etnografia**. Série Antropologia, n.130, Brasília, 1992. Disponível em: nau.ufsc.br/files/2010/09/Peirano_a-favor-da-etnografia.pdf. Acesso em 8/1/2013.
- RESENDE, Leandra Fernandes. **Entre pontas, coques e pliês: aprendizagem da dança clássica no contexto do centro de formação artística do palácio das artes**. Belo Horizonte: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. (Dissertação de Mestrado).
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel. **O ARPÃO E O ANZOL técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)**. Brasília: Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2007. (Tese de Doutorado).
- VELHO, Otávio. **Trabalhos de campo: antinomias e estradas de ferro**. Aula inaugural no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, mar., 2006.
- VELHO, Otávio. **“Coram Riscos!”: depoimento**. [dezembro, 2010]. Paraíba: Revista Antropológicas, ano 14, vol.21(20: 329-341) 2010. Entrevista concedida a Flávia F. Pires e Silvia G. Nogueira. Disponível em: www.ufpe.br/revistaantropológicas/index.php/revista/article/.../150. Acesso em 8/1/2013.
- WACQUANT, Loic. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Tradução Ângela Ramalho, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

AS CIDADES MODERNAS E A CENTRALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER E CULTURA: O CASO DE BELO HORIZONTE - MG

Ana Claudia Porfírio Couto
Rafael Fróis

RESUMO

Este artigo apresenta um trecho do estudo em finalização “Lazer, Juventude e Espaço Urbano: A relação dos jovens de bairros populares com os Eventos e Equipamentos de lazer da Cidade de Belo Horizonte”, desenvolvido no Programa Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais. Em pesquisa anterior – especialização, identificamos que os jovens moradores da periferia/subúrbio não frequentam os eventos e equipamentos públicos de lazer da cidade. E antes de ir a campo para conhecer os motivos, buscamos na concepção histórica do planejamento urbano da Cidade, elementos que nos auxiliassem no entendimento desta constatação. Assim, apresentamos parte do resultado da investigação, que apresenta a história de uma cidade idealizada pelas elites inspiradas no modernismo europeu, que segregaram do espaço planejado os seguimentos populares que construíram a cidade. A investigação nos apresenta uma cidade que concentra desde sua fundação dos equipamentos específicos de lazer na área “nobre” a cidade - reservado as elites.

Palavras-ChaveLazer e planejamento urbano; Equipamentos de Lazer; Lazer e Movimentos Sociais

Premissas

Com o advento da Revolução Industrial uma quantidade sem precedentes de pessoas, abandonaram o campo e passaram a viverem em aglomerados urbanos. Sem planejamento, as cidades europeias do final do Século XIX, como Paris e Londres, foram as primeiras a experimentar o caos social provocado pela multidão, o que despertou a atenção de múltiplos observadores: Filantropos, médicos e jornalistas, que investigaram as condições das casas, das fábricas e dos lares dos trabalhadores dos bairros operários, para constatar toda a degradação da espécie humana daquele tempo.

É neste contexto que segundo Bresciani (1986), surge a **Ideia Sanitária**, profundamente arraigada na medicina e na moral burguesa que preconizava: A higiene e a medicina social, o urbanismo, a estatística, a sociologia da família e a psicologia social, que mais tarde vão dar início ao que conhecemos por Ciências Sociais.

A Ideia Sanitária tinha um duplo sentido. Físico e moral - define uma sociedade sã: Sem doenças, sem crimes, revoltas ou revoluções. O reequacionamento das cidades com base na teoria dos fluidos – propiciar a circulação do ar, da água, da luz, das mercadorias e das pessoas (BRESCIANI, 1986 p. 28)

Diversas cidades brasileiras foram erguidas ou adequadas seguindo este modelo, Freitag (2003 p. 117) afirma que cidades como Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Marília, Londrina entre outras, são cidades jovens que foram projetadas na prancha para territórios vazios. Outras cidades que já existiam desde o período da colonização portuguesa, foram revitalizadas pela modernidade, tomando como critério a higienização, o embelezamento e a funcionalidade, como é o caso por exemplo de

Curitiba e do Rio de Janeiro.

1. Belo Horizonte

A Cidade de Belo Horizonte, começa a ser construída no ano de 1894, e tem sua fundação no dia 12 de Dezembro de 1897. Imaginada pelas elites mineiras, agroexportadoras¹ portadoras de uma ordem republicana, segundo Cerezo (1997), ela foi concebida para marcar a ruptura com o passado tradicional colonial, e nasce, sob o signo da recém proclamada República Brasileira, que queria marcar o seu surgimento com um monumento totalizante “moderno” avesso a herança colonial da antiga capital de Minas Gerais: Ouro Preto.

Julião (1992), ao analisar o imaginário da sociedade Mineira, prestes a fundar a Nova Capital, afirma, que as elites idealizavam uma cidade capaz de ser um Marco Zero de passagem do Império para a República. Sob o signo das Luzes e da racionalidade científica. Uma visão que também correspondia para as elites à sensação de viver a “aventura da modernidade”, a exemplo de cidades europeias.

Para Buere (1997), apesar da comissão construtora de Belo Horizonte, ter por objetivo construir uma cidade evitando a realidade social caótica já experimentada pelas cidades do velho mundo², esta era positivista e fiel aos ensinamentos (mandamentos) da modernidade europeia, e em sintonia com os mais recentes projetos urbanísticos vigentes, planejou uma capital com lugares arejados, amplas e largas avenidas, inspiradas no modelo de reestruturação de Paris do Conde Haussman.

O Engenheiro chefe da comissão Construtora da Nova Capital foi Aarão Reis, professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro que integrava a geração de intelectuais positivistas da República. Este era afinado com a mentalidade reformista das elites e comprometido com a bandeira do progresso. Inspirado em utopias europeias queria concretizar ideias urbanísticas através do exercício da geometria, arregimentando as funções humanas no espaço - um verdadeiro geômetra social³. Seu plano geral para a cidade de Belo Horizonte, previa três zonas:

A **Urbana** (Dentro do perímetro da atual Avenida do Contorno, destinadas as repartições e as residências dos funcionários públicos), **Suburbana** (Em torno da urbana, fora do perímetro da Contorno, para sítios e chácaras) e a **Rural** (a mais externa, para o cinturão verde destinada ao abastecimento da cidade) (CEREZO 1997 p.123).

A proposta idealizada objetivava forçar a população a ir se desenvolvendo do Centro para a Periferia. De “dentro” para “fora”. De forma que os valores da área central – Perímetro da atual Avenida Contorno, sintonizados com o modelo da urbanidade e civilidade dos países desenvolvidos se expandissem para as áreas periféricas. O que não era uma tendência apenas da Nova Capital Mineira, e sim, de todas as cidades que passaram pelo processo do novo urbanismo do século XX.

Neste modelo os novos formatos arquitetônicos são impostos e instituições disciplinares (médicos-sanitaristas, fiscais repressivas, entre outras) começam a ordenar

1Termo utilizado por LE VEN 1977, em Estudo sobre a Formação Econômica, Social e Política de Belo Horizonte.

2BRESCIANI 1982 - Sobre as condições de moradia e a superpopulação em Londres e Paris do Século XIX.

3Termo utilizado por Lewis Mumford (1982) p. 191, resgatando a ideia dos Planejadores – de Hipódamo a Haussmann, cuja utopia é realizar ideias urbanísticas através do exercício da geometria e da arregimentação de funções humanas no espaço urbano.

as pessoas nos novos espaços remodelados fazendo com que a população pobre seja expulsa dos centros urbanos para as periferias⁴.

Em Belo Horizonte os primeiros a serem expulsos foram os operários que vieram construir a Cidade entre os anos de 1894 e 1897. Ao contrário de outros seguimentos sociais da antiga capital Ouro Preto, que tiveram espaços reservados para moradia, os trabalhadores ou melhor os “bons trabalhadores”⁵, moravam na periferia da Avenida do Contorno em cortiços e aos poucos foram sendo expulsos para outras periferias.

Com o passar dos anos, a especulação imobiliária e os custos vão expulsando os trabalhadores para cada vez mais longe da cidade planejada, para locais sem infraestrutura. A Cidade então passa a ser ocupada diferente do idealizado, e o isolamento da população pobre nas periferias da cidade não foi acompanhado de uma política de construção de infraestrutura:

O isolamento da população pobre em espaços considerados seguros para a sociedade não foi acompanhado de uma política de construção de infra-estrutura básica naqueles locais. Durante as primeiras décadas do século XX, tornaram se frequentes as reclamações de indivíduos, grupos e entidades de classe em relação a precariedade das moradias, a ausência de esgoto, água luz, transporte, entre outros, demonstrando, então, o eterno descaso das autoridades em relação à periferia (BUÈRE, 1997 p. 78)

Na área central da cidade estava toda a infra-estrutura e as promessas da cidade moderna, reservada para poucos, conforme afirma Julião 1992:

Na área Central, ao contrario, estavam localizados o espaços coletivos mais atraentes, os edifícios públicos, e também concentrados de serviços urbanos modernos, como saneamento iluminação, bonde etc. Obviamente, um território elegante e acessível a poucos, já que seus terrenos estavam entregues às leis do mercado. Ali as elites construíam suas residencias, faziam seus negócios, desfrutavam o seu lazer. (JULIÃO, 1992 p. 80)

Nos primeiros anos de vida da Nova Capital era possível perceber a existência de duas ou mais cidades, dentro de Belo Horizonte. Segundo Julião (1996), uma cidade elegante e oficial e a uma outra popular dos toucinhos e cachaças.

A classificação hierarquizava as três regiões em matizes que iam da ordem à desordem urbana. **A Praça da Liberdade**, obviamente, cristalizava a ordem oficial. **A Bahia**, um território de transição, embora mundano e livre do oficialismo, inseria-se nos padrões da ordem pública, aproximando-se dos ideais de progresso. Por último, **a “Zona”**, lugar do obscuro e proibido, onde se misturavam o jogo, a prostituição, a boêmia. E, é claro, onde também estava presente a polícia, atenta àquela desordem. (JULIÃO, 1996 p. 83)

4 A nova faceta deste modelo é visível nas recentes urbanizações de Vilas e Favelas – Programa Vila Vila, em Belo Horizonte que tem expulsado as populações, agora, das periferias da cidade, para as periferias da região Metropolitana. (Procurar algum artigo e autor que fala sobre isto)

5 Segundo LE VEN 1977, dois Anos após a Fundação da Cidade foi reservado um bairro para os bons operários, chamado de 8ª Seção, onde é hoje o atual bairro Barro Preto, com leis específicas e exigências morais.

Neste sentido Júlio Cesar Buere, afirma que há relatos históricos que afirmam a existência de diversas cidades no início da fundação de Belo Horizonte. E destaca três: A Cidade do Poder, a do Lazer e a da Desordem.

Uma cidade do poder” - Ligada aos espaços previamente reservados para órgãos políticos oficiais e o trânsito sem impedimentos das autoridades e escalões mais altos do funcionalismo; **“A cidade do lazer”**, fora do trabalho e da cidade oficial, ainda que circunscrita aos padrões de ordem pública, local reservado para momentos de ócio da elite e estratos médio a da população. Representativos dessa “ cidade” são os locais como a Rua da Bahia, Parque Municipal, Teatros, Bares, Entre Outros; e, por fim, **“a cidade da desordem”**, local de trabalho desordenado, dos bairros pobres, das “zonas”, dos jogos e divertimentos não adequados ao espírito da modernidade requerida pela elite, portanto negadoras da cidade da ordem (BUERE, 1997 p. 70)

Para nós é claro e nítido que não existia somente uma cidade do Lazer, e sim duas, haja visto que os jogos e os divertimentos na cidade da “desordem”, nas “Zonas”, contemplava o desejo e as possibilidades das camadas populares da cidade. Julião (1992), afirma que existia uma lógica segregacionista inegável na capital, que estabelecia limites claros entre ricos e pobres, uma cidade dicotômica de dois mundos onde,

um circulava a elite e estratos médios da sociedade e que era representado positivamente. Outro, associado ao elemento popular, constituía um lugar, na ótica das classes dominantes, não pertinentes ao território da cidade moderna, assim como seus habitantes, simbolicamente, estavam excluídos da ordem social. Daí a identificação de seus espaços com a Zona, a desordem – imagens construídas a partir de atributos de negação. (JULIÃO, 1992 p. 120)

Além de excluídos do ambiente moderno e suas promessas de desenvolvimento e emancipação, os moradores dos bairros populares eram perseguidos por instituições que visavam disciplinar a ordem urbana, com clara orientação a perseguir aqueles que não se enquadravam no sistema do trabalho⁶.

A polícia Militar patrulhava os subúrbios e a Guarda Civil, a zona urbana. Ambas tinham instruções para deter suspeitos, embriagados, vadios, gente que se entregava ao jogo, prostitutas ou indivíduos que faltassem com o decoro público, crianças perdidas e desordeiros. E, ainda, impedir o ajuntamento com algazarra em botequins, tavernas e outras casas de negócios, comunicar as autoridades a existência de reuniões ilícitas e de casas de jogos. Enfim a atenção policial deveria voltar-se para práticas cotidianas, especialmente aquelas ligadas ao tempo livre e de lazer na cidade. (JULIÃO, 1992, p. 147)

2. Outras Cidades Brasileiras

A centralização dos equipamentos/espços de lazer nos centros da cidade, não é um caso específico de Belo Horizonte. É comum os pesquisadores que discutem planejamento urbano e lazer, denunciarem que as áreas reservadas para as elites nas

6 Segundo BRESCIANI 1987 p.19, A prática de recolhimento dos homens pobres encontrados fora do trabalho data da Europa do século XVII.

reformas urbanísticas foram e ainda são privilegiadas. Melo (2009), denuncia que no Rio de Janeiro, uma cidade privilegiada do ponto de vista da quantidade de equipamentos os tem centralizados nas zonas central e sul da cidade.

No caso do Rio de Janeiro, uma cidade que tem o “privilégio” (que aliás deveria ser de todas as cidades, não devendo nem mesmo ser um privilégio) de possuir uma vasta rede de teatros, cinemas, bibliotecas, centros culturais etc., estes se encontram exatamente em sua grande maioria nas zonas que congregam a população de maior poder aquisitivo (Centro e Zona Sul), ficando mais uma vez abandonadas as áreas mais afastadas. Vejamos alguns exemplos. A cidade possui cerca de 60 centros culturais, mas somente 1 se localiza no eixo Zona Norte - Zona Oeste. De todas as salas de cinema existentes na cidade, somente 21 são dedicadas a uma cinematografia “alternativa”, todas localizadas no eixo Centro-Zona Sul. As bibliotecas e museus mais organizados estão também localizados neste último eixo (MELO, 2009).

Na cidade de Curitiba capital do Paraná, Rechia et al (2012), denunciam que a população pobre da cidade tem seus equipamentos de lazer tratados de maneiras distintas dos da região central da cidade.

Percebe-se que os espaços públicos centrais são apropriados pelas pessoas que se deslocam para esses lugares por razões variadas, pois oferecem inúmeras opções de uso como trabalho, comércio, turismo, entre outras. Com isso tais ambientes se tornam movimentados e foco de interesse pelas iniciativas governamentais, que investem em manutenção e ações diversificadas priorizando-os. Já no caso da periferia o descuido do poder público tende a prevalecer, resumindo-se em ações pontuais, como por exemplo, eventos festivos de baixa qualidade, falta de manutenção e segurança. (RECHIA p. 1811 2012)

Quando buscamos autores que discutem o lazer nas regiões metropolitanas o quadro se agrava. Pesquisa de informações básicas municipais do IBGE em 2001 revelou um quadro concentrador dos espaços culturais centralizados nas cidades sedes das regiões metropolitanas, conforme afirma Marcelino 2007.

O aumento da população urbana não foi acompanhado pelo desenvolvimento de infraestrutura adequada. Gerando desníveis na ocupação do solo e diferenciando marcadamente, de um lado as áreas centrais, ou os chamados polos nobres concentradores de benefícios, e de outro a periferia, com seus bolsões de pobreza verdadeiros depósitos de habitações. (MARCELINO 2007 p.16)

No Município de Ribeirão as Neves, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Noronha (2010), apresentou um quadro problemático com relação a insuficiência de locais públicos e adequados para a prática do lazer. Segundo a autora, a cidade está entre os 97% dos municípios do país que carecem de teatros, salas de cinemas e bibliotecas.

3. Movimentos Sociais e a reivindicação pelos Equipamentos de Lazer

Voltando ao caso de Belo Horizonte, mesmo com os consideráveis desníveis históricos na comparação com a região central da cidade, não podemos dizer que nos

dias atuais as periferias da cidade estão totalmente desprovidas de equipamentos de lazer. Em pesquisa realizada por Silva (2010), foi possível constatar que os movimentos sociais populares, vem obtendo diversas conquistas desde o início da década de 1990 fazendo esforço para reparação histórica da ausência dos equipamentos.

A Participação dos sujeitos e dos grupos organizados na transformação do espaço urbano foi essencial para obtenção de conquistas para (re)organização, (re)planejamento da cidade. Os imigrantes italianos foram os primeiros a se organizarem enquanto grupo e reivindicarem melhorias de infra-estrutura nos bairros populares de Belo Horizonte. Segundo Le Ven, “Estes grupos reivindicavam a implantação de serviços básicos e equipamentos urbanos, o patrocínio de festas e jogos comunitários, a construção de templos, e ajuda aos mais necessitados” (LE VEN 1977, p. 89). Protestavam também contra a discriminação que sofrem os operários estrangeiros e nacionais e relação a moradia e lazer em um contexto de formação de uma classe trabalhadora - uma classe nova já que até o ano de 1988 o Brasil era um país escravocrata.

A partir da década de 1980 com acessão dos partidos populares ao poder, cidades administradas especialmente pelos Partido dos Trabalhadores, criaram modalidades de participação com o objetivo de envolver as populações nas tomadas de decisões sobre o uso do recurso público. No Brasil o Orçamento Participativo – O.P. é a modalidade de democracia participativa mais popular e conhecida. Neste modelo a população é convidada a discutir e priorizar junto com os gestores públicos a aplicação de recursos para construção de obras.

Sabemos que esta modalidade de envolvimento da população não é inocente e que outros condicionantes políticos estão por de trás do interesse desta participação popular. Apesar da crítica da estatização e cooptação dos movimentos sociais com a chegada dos partidos populares ao poder, uma análise superficial mostra que as diversas conquistas destes grupos organizados de moradores somam esforços para reparar a (re)ordenar o espaço urbano da periferia da cidade, renegado pelas elites que fundaram a capital.

Entre 1993 e 2008 a população escolheu e aprovou 1.394 obras. São obras de Infra-estrutura urbana – principalmente urbanização de vilas, construção de habitações populares, de unidades de ensino infantil, escolas de ensino fundamental, centros de saúde, parques ecológicos, centros culturais, centros de referência em assistência social, centros poliesportivos entre outras.

Mas quando vamos analisar os números das obras aprovadas pelas comunidades nestes 19 anos somente 6,9% são demandas nas áreas de Esporte, Meio Ambiente, Cultura e Lazer, o que vai de encontro com a afirmação de Melo (2009), que a população e os gestores hierarquiza as necessidades colocando o lazer e a cultura em um plano secundário, à margem das necessidades humanas, onde saúde, educação e trabalho (entendidos como fundamentais à “sobrevivência”) ocupam espaço de predominante importância, ficando relegados ao segundo plano problemas relacionados à cultura e ao lazer.

Analisando os dados do O. P., fornecidos pela Prefeitura de Belo Horizonte, identificamos que na medida que as comunidades foram ganhando obras ligadas a infraestrutura urbana (40%), urbanização de vilas (28,2%), saúde (11,0%) e Educação (11,0%), percebemos aumento das demandas ligadas ao lazer e a cultura.

Uma das informações que ilustra a importância do O.P. para a descentralização dos equipamentos de Lazer, é a constatação de que ele é responsável pela construção da maioria dos centros culturais nas periferias de Belo Horizonte. Dos 15 (quinze) existentes, 12 (doze) foram aprovados pela reivindicação popular. Talvez se não fosse a

participação e a luta das comunidades estes equipamentos e outros ligados ao lazer das populações dos bairros que surgiram fora da prancha do engenheiro Aarão Reis eles nem existiriam.

Com a construção de equipamentos de meio ambiente, esporte, lazer e cultura, a população e os gestores públicos são desafiados a repensarem a distribuição dos recursos públicos, haja visto que somente 1,62% dos recursos anuais são destinados para estas temáticas. O dinheiro é escasso para contratação de pessoal e manutenção dos equipamentos, fazendo com que muitos ficassem abandonados e sem animação sócio/cultural. No O.P. 2011/127 a aprovação de novos empreendimentos culturais não foi recomendada por técnicos da administração Municipal.

Considerações Finais

A Belo Horizonte do Engenheiro Aarão Reis foi projetada para 30.000 habitantes, cresceu, é segundo dados do IBGE (2010), tem 2.300.000 habitantes distribuídos em nove regiões administrativas. Mesmo com a luta dos movimentos sociais em fazer a reparação histórica, até os dias de hoje é de fácil identificação os desníveis quando comparamos a Região Central da Cidade, a antiga Zona Urbana, com as periferias, constatamos que a **Belo Horizonte Planejada**, ainda concentra os equipamentos específicos de lazer.

Assim acreditamos haver uma correlação histórica, direta quando vamos discutir a má distribuição dos equipamentos de esporte, lazer e cultura na cidade, já que o crescimento da cidade se deu de fora para dentro, diferente do que planejaram as elites agro-exportadora. Para Le Ven (1977), a cidade não cresceu como uma mancha de óleo. Cresceu de forma desordenada e sem planejamento, a partir da expulsão da população pobre para as periferias da cidade.

O resgate da história de Belo Horizonte nos apresenta que os seguimentos populares foram expulsos, excluídos e perseguidos na cidade planejada, o que os obrigou a fundar uma outra cidade, com suas próprias redes de lazer e sociabilidade. Os benefícios prometidos pelo planejamento urbano moderno de inspiração europeia só chegou para os moradores pertencentes as elites que moravam dentro da cidade planejada, concentradora de toda infra-estrutura e conforto.

Referências

- BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982;
- _____. **Lógica e dissonância Sociedade do Trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária**. Revista Brasileira de História, São Paulo, V. 6, n.11, p. 7-44, 1986;
- _____. **Metrópoles: As Faces do Mostro Urbano (As Cidades do Século XIX)**. Revista Brasileira de História, v. 5, p. 35-68, 1985;
- BUERE, J. C. **Belo Horizonte: Apropriação Social do Espaço Urbano**. In PAIVA, E. F. (Org). **Belo Horizonte: Histórias de uma cidade centenária**. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997;
- CEREZO, F. L. B. **Vegetação Urbana, Áreas Verdes e Espaços Públicos em Belo Horizonte**. IN PAIVA, E. F. (Org). **Belo Horizonte: Histórias de uma cidade centenária**. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997;

- FREITAG, B. **A Revitalização dos Centros Históricos das Cidades Brasileiras**. IN CADERNO CRH, Salvador, n. 38, p. 115-126, jan/jun. 2003
- IBGE 2010 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IN Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Estatísticas e Mapas**. Disponível em <http://pbh.gov.br> acesso em 20 de Março de 2011;
- JULIÃO, L. **Belo Horizonte: Itinerários da Cidade Moderna (1891-1920)**. Dissertação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. 1992;
- _____. **Belo Horizonte: Itinerários da Cidade Moderna (1891-1920)**. IN DUTRA, Eliana de Fretas (org). **BH: Horizontes históricos**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, p. 49-118. 1996;
- LE VEN, M. M. **As Classes Sociais e o Poder Político na Formação Espacial de Belo Horizonte (1893-1914)**. Dissertação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. 1977;
- MARCELLINO, N. C. **Espaços e Equipamentos de Lazer em região Metropolitana: O caso da RMC**. Curitiba: Ed. OPUS, 2007;
- MELO, V. A. (org). **Equipamentos culturais na América do Sul: Desigualdades**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009;
- MUMFORD, L. **A Cidade na História: Suas Origens, desenvolvimento e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1982;
- NORONHA, V. (org). **Pensando Sobre Políticas Públicas de Lazer Para Juventudes Em Contextos de Vulnerabilidade Social: Contribuições a partir de Pesquisa em Ribeirão das Neves/Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC-MINAS, 2009;
- PAIVA, E. F. (Org). **Belo Horizonte: Historias de uma cidade centenária**. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997;
- PBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Portal do Orçamento Participativo**: Disponível em <http://pbh.gov.br/pbh> acesso em 15 de Setembro de 2011;
- RECHIA, S; TSCHOKE, A; VIEIRA, F. **Os Espaços de Lazer em Curitiba: Entre o Colorido do Centro e o Preto e Branco da Periferia**. Revista Mineira de Educação Física. Edição Especial, N. 1, p. 1804-1812, Viçosa. 2012;
- SILVA, R. F. **Lazer Juventude e Espaço Urbano: Um Estudo Sobre o uso dos equipamentos de Lazer pelos Jovens da Periferia de Belo Horizonte**. Monografia (Especialização em Lazer). Centro de Estudos de Lazer e Recreação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.
- SILVA, R. F.; MELO, V. A.; COUTO A. C. P., **Lazer, Juventude e Espaço Urbano: um estudo sobre o uso dos espaços e equipamentos de lazer pelos jovens da periferia de Belo Horizonte**. IN: Seminário O Lazer em Debate. São Paulo: USP-Leste, 2011.
- SILVA, R. F.; A.; COUTO A. C. P., **As Cidades Modernas e a Centralização dos Equipamentos de Lazer: O Caso de Belo Horizonte no Brasil**. IN: III Congresso Internacional em Estudos Culturais: Ócio, Lazer e Tempo Livre nas Culturas Contemporâneas. Universidade do Avieiro, Portugal, 2013.

AS CONTRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS: POSSIBILIDADES A PARTIR DO ESTUDO DE CASO NO CENTRO CLÍNICO DE EVOLUÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE MAIRIPORÃ – SP.

Nelson Mendes de Souza Neto
Denis Terezani

RESUMO

O presente artigo verifica os resultados da ação do profissional de Educação Física integrado a um trabalho inter/multidisciplinar durante o processo de recuperação do dependente químico. Nossos objetivos buscam identificar na literatura qual a relevância da área da Educação Física para a recuperação de dependentes químicos, e posteriormente, caracterizar os resultados da aplicação de atividades de caráter físico esportivas evidenciando a autogestão do tempo de lazer do usuário em recuperação. O trabalho de caráter qualitativo se constitui como um estudo de caso, valendo-se do critério de acessibilidade e representatividade elegemos o Centro Clínico de Evolução Psicossocial do Município de Mairiporã – SP, pelo fato de atuarmos como profissionais de Educação Física. Por fim, partindo de um trabalho inter/multidisciplinar constata-se que a área da Educação Física oferece grandes contribuições durante toda a recuperação do dependente químico, valendo-se da oferta de atividades físico esportivas, e conseqüentemente, por entender que a internação será o início de um processo que se estenderá ao longo de toda a vida do dependente, devendo o usuário autogerir seu tempo de lazer, optando por atividades que lhe proporcionem descanso, diversão, desenvolvimento social e pessoal.

Palavras-chave: Lazer, Atividades Físico Esportivas, Dependência Química.

Introdução: Educação Física e Dependência Química- possíveis contribuições

Desde o início dos tempos é evidente a procura do ser humano por substâncias que lhe proporcionem prazer, diversão e experiências místicas. É vasta a quantidade de substâncias (naturais ou artificiais) que se fizeram e até o momento se fazem presentes em nossa sociedade, se constituindo como alvo de posições que ora convergem e por outra divergem nas tentativas polêmicas pela erradicação, uso moderado ou liberação.

A existência de relatos de várias civilizações comprova o uso para as mais diversas finalidades - sensação de prazer, sociabilização ou isolamento, entretenimento ou fuga dos problemas cotidianos na tentativa de transcendê-los frente as dificuldades.

Ao longo das últimas décadas o uso e abuso do consumo de drogas demonstram-se cada vez mais evidente, tornando-se difícil imaginar a erradicação de tal fato dentro de um curto espaço de tempo, principalmente se não vinculados aos mais distintos segmentos da nossa sociedade. Diante das circunstâncias, acrescidas pelas inúmeras questões que circundam o universo do consumo de drogas, nossos olhares voltam-se especificamente para a inserção da Educação Física como uma das vertentes na contribuição do árduo processo de recuperação pelo qual passa o dependente, entendendo-a enquanto uma área a ser integrada a um amplo leque de profissões que agem em prol do ser humano que procura se abster do consumo compulsivo e descontrolado de entorpecentes.

Nossos objetivos buscam identificar na literatura qual a relevância da área da

Educação Física para a recuperação de dependentes químicos, e posteriormente, caracterizar os resultados da aplicação de atividades de caráter físico esportivas evidenciando a autogestão do tempo de lazer do usuário.

A Educação Física oferece poucos artigos científicos vinculados à recuperação da dependência química. Paralelamente a escassez literária, psicólogos, neurologistas, enfermeiros e técnicos que trabalham diariamente com dependentes, reconhecem a relevância do profissional de Educação Física durante e após todo o processo de tratamento.

Durante o levantamento bibliográfico, constatamos que na maioria dos casos as atividades de caráter físico esportivas não são orientadas por Educadores Físicos, mas por voluntários ou enfermeiros, provocando uma imensa lacuna profissional a ser suprida, se almejamos um trabalho multidisciplinar com perspectivas interdisciplinares.

Para tanto, a partir das nossas ações profissionais e valendo-se do critério de acessibilidade e representatividade, escolhemos o Centro Clínico de Evolução Psicossocial do município de Mairiporã - SP¹ para o nosso estudo de caso, com base no modo de investigação proposto por Bruyne, et. al. (1991), que o define como:

[...] um caráter ‘particularizante’ e seu poder de generalização é limitado na medida em que a validade de suas conclusões permanece contingente. Essas conclusões não se revelam necessariamente corretas em outros casos, mesmo semelhantes, e fontes de diferenças distintas das contidas no caso escapam inteiramente à análise (BRUYNE, et. al. 1991, p. 227).

Nossas ações são impulsionadas pela grande lacuna existente no processo de tratamento de dependentes químicos, pelo fato do profissional de Educação Física pouco se fazer presente em clínicas especializadas de tratamento, apesar dessas afirmarem e conseqüentemente necessitarem de profissionais que atuem com ações integradas valorizando a multi/interdisciplinaridade.

Por outro lado, entendemos que estudar esta questão representa um avanço para as questões pertinentes as atividades de lazer, voltadas para a autogestão do tempo livre do dependente durante e após sua internação, como também para a Educação Física, profissão necessária para composição do quadro multi/interdisciplinar.

Assim, a problemática da pesquisa nasceu da dialética da ação - reflexão - ação, proposta por (SAVIANI,1980).O trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, sendo a pesquisa bibliográfica realizada com base nas técnicas de análises: textual, temática, interpretativa e problematização propostas por Severino (2000) pelas palavras chaves: Lazer, Atividades Físico Esportivas, Dependência Química.

O uso e abuso de drogas na sociedade contemporânea: Avanços e retrocessos em jogo

Carneiro (2008) professor titular do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) afirma que as normas que definem as drogas como lícitas e ilícitas tem componente étnico-religioso. A título de exemplo todas as substâncias ligadas aos cultos indígenas e ameríndios foram perseguidas e posteriormente proibidas pelo cristianismo. O docente defende a exploração consciente como modelo ideal de

¹ O Centro Clínico de Evolução Psicossocial localiza-se na Estrada Municipal Norberto Antônio de Moraes, 2801, bairro Cinco Lagos, CEP 07600-000 – Mairiporã - SP. Para maiores informações aconselhamos o site: <http://www.grandhouse.com.br>.

educação às drogas. Porém, sua compreensão sobre a caracterização dos entorpecentes é bastante ampla, estando o álcool, a cafeína, e o tabaco entre elas, não restringindo-se somente a substâncias ilícitas perante a legislação, como equivocadamente faz e de maneira pouco eficaz a maioria das campanhas anti drogas.

As inúmeras conceituações sobre dependência química convergem ao menos em um ponto, ou seja, sua constituição acontece por uma relação anômala entre o indivíduo e o modo de consumir uma determinada substância. Classificada como doença biopsicossocial, seus efeitos se manifestam de maneira física e psicológica.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) possui um Código Internacional de Doenças com a finalidade de classificá-las facilitando sua posterior identificação. Assim, o código CID-10 (F10 – F19) refere-se à dependência química como uma enfermidade incurável e progressiva, apesar de poder ser estagnada pela abstinência. Portanto, o relatório da OMS (2011) a define como:

Conjunto de fenômenos comportamentais, cognitivos e fisiológicos que se desenvolvem após repetido consumo de uma substância psicoativa, tipicamente associado ao desejo poderoso de tomar a droga, à dificuldade de controlar o consumo, à utilização persistente apesar das suas conseqüências nefastas, a uma maior prioridade dada ao uso da droga em detrimento de outras atividades e obrigações, a um aumento da tolerância pela droga e por vezes, a um estado de abstinência física. A síndrome de dependência pode dizer respeito a uma substância psicoativa específica (por exemplo, o fumo, o álcool ou o diazepam), a uma categoria de substâncias psicoativas (por exemplo, substâncias opiáceas) ou a um conjunto mais vasto de substâncias farmacológicas.

Pois bem, se a droga é definida como uma substância entorpecente, alucinógena ou excitante, ingerida em geral com o escopo de alterar transitoriamente a personalidade, o álcool não foge a regra, pois de acordo com Laranjeira (2009) na sociedade brasileira a cada 24 minutos uma pessoa é internada por consumo abusivo, e segundo dados da OMS (2011) aproximadamente 2,5 milhões de pessoas morrem anualmente em virtude do consumo inadequado de álcool em todo o mundo.

O tabaco, outra substância quimicamente modificada e provocadora de dependência é encontrada no mesmo estabelecimento comercial onde compramos o pão e o leite. Na última década, as mortes pelo uso de tabaco triplicaram, chegando a 50 milhões. Somente em 2011, seis milhões de pessoas morreram, sendo 80% delas em países pobres e/ou em desenvolvimento, fruto da pouca estrutura médico-hospitalar para lidar com as patologias decorrentes do uso contínuo do tabaco (FERREIRA, TUFIK, MELLO, 2012).

Nossas justificativas iniciais almejavam debruçar-se sobre estudos vinculados ao uso e abuso de entorpecentes considerados ilícitos e de caráter “devastador”, como preferem as reportagens sensacionalista das T.V.s, jornais e demais meios eletrônicos almejando chocar e “alertar” a sociedade das mazelas provocadas pelas drogas. No entanto, após os primeiros levantamentos bibliográficos sobre o tema fomos apresentados a uma realidade ainda mais devastadora, a realidade das drogas consideradas lícitas, “sociais” e menos “devastadoras” ou como bem salienta Dumazeider (1994, p. 59) “É lamentável que 200 drogados morram a cada ano por *overdose*, mas o que pensar das 12 mil mortes por abuso de álcool?”

Durante nossas ações como profissionais de Educação Física no Centro Clínico de Evolução Psicossocial na cidade de Mairiporã (SP), tivemos a oportunidade de acompanhar e se familiarizar com as atividades cotidianas dos adictos. Logo no primeiro dia, fomos convidados pela equipe interdisciplinar a participar de um debate, cujo tema referia-se a adicção.

O monitor perguntou a todos os presentes “Qual a sua dependência?”, após algumas respostas previsíveis como: “Sou viciado em álcool e cocaína” ou “Minha adicção é o crack e cocaína”, um dos internos afirmou com toda convicção “Eu sou viciado em prazer”. Essa resposta nos chamou atenção e posteriormente foi explicada pelo monitor condutor do debate. Segundo ele maconha, álcool, cocaína, crack, ópio, êxtase ou qualquer outra substância é consumida para que o usuário sinta prazer.

Podemos então concluir que vivemos em uma sociedade infeliz e carente de prazer? O fracasso na busca desse sentimento, na auto-imagem, no trabalho, na família, no convívio social tem levado homens e mulheres à dependência química. Albuquerque (2012) baseado nos dados oferecidos pelo Instituto de Desenvolvimento Integral ressalta que na sociedade brasileira em torno de 8 a 12%, já desenvolveram alguma forma de dependência química.

Para estas indagações, que fincam profundas raízes no fértil terreno do lazer, podem carregar consigo uma grande armadilha imperceptível - a ambiguidade - que segundo Marcellino (2000) poderá promover tanto atitudes críticas e criativas para o desenvolvimento pessoal e social, quanto permitir acomodação, conformismo e alienação. Na mesma lógica ressalta a existência de “valores destrutivos do lazer”, mas deixa claro ser muito difícil estabelecer critérios que julguem o que seja desejável e permitido, de atitudes indesejáveis e ilícitas com base na cultura de cada sociedade.

Em dezembro de 2011 participamos do curso para formação de agentes multiplicadores para encaminhamento e triagem de dependentes químicos realizado na cidade de Cotia- SP. Após emocionante exibição teatral oferecida por uma jovem atriz, recebemos as boas vindas do anfitrião que pronunciou: “Sou dependente químico em recuperação há 25 anos...”

Equivocam-se aqueles que imaginam que a recuperação do dependente químico representa apenas o período de internação em clínicas ou comunidades terapêuticas. A internação é um tipo de tratamento indicado quando o adicto necessita de um ambiente mais estruturado e seguro, quando sua agressividade implica em riscos a sua integridade física e para os outros, necessidade de interromper uma situação extrema que reforça o uso da droga, ausência de apoio psicossocial que possa facilitar o início da abstinência, complicações orgânicas devido ao uso de drogas ou até mesmo sua supressão.

O tipo de tratamento escolhido deve variar de acordo com a gravidade do uso e os recursos disponíveis para o encaminhamento. Os modelos de tratamentos cientificamente recomendados são a desintoxicação, grupo de auto-ajuda, comunidades terapêuticas, tratamentos farmacológicos, tratamentos psicossociais, entrevista motivacional, aconselhamento, intervenção breve, terapia cognitiva comportamental (TCC) e Prevenção a Recaída, terapia de grupo, terapia de família e redução de Danos.

Os resultados da Atividade Física durante o processo de recuperação do dependente químico

Analisando a realidade das clínicas visitadas, com destaque para nossas ações no Centro Clínico de Evolução Psicossocial do município de Mairiporã - SP notamos que os grupos de dependentes em recuperação são muito heterogêneos. Portanto, a indicação da atividade física deve ser personalizada levando em consideração algumas variáveis

como: histórico das práticas de atividades físicas e adicção, exame de bioimpedância, disposição para atividade física e avaliação psicológica.

Classificada pela medicina como doença biopsicossocial, a substância química promove agressão ao corpo do dependente, mas manifesta-se de diferentes formas, devido a individualidade biológica do usuário, propriedade tóxica da substância, quantidade consumida e o histórico de utilização. Portanto, cada usuário em recuperação deve ser entendido de forma singular ao receber indicação para realizar a prática de atividade física (tipo de exercício, duração e intensidade), respeitando suas capacidades biológicas, como também suprimindo as necessidades do respectivo dependente.

Difícilmente encontraremos dois indivíduos com o mesmo histórico de atividade física, adicção e resultados de exames psicológicos e bioimpedância, porém, os efeitos das substâncias no corpo do dependente são muito semelhantes e variam apenas na intensidade e presença de outros danos (comorbidade²).

Segundo Plavnik (2002) o abuso de drogas pode causar alteração da pressão arterial. A utilização da cocaína, por exemplo, causa o estreitamento das artérias intrarenais e as crises adrenérgicas podem levar à hipertensão, taquicardia, hipertermia, agitação e convulsões. O consumo continuado aumenta a liberação e diminui a captação neuronal da norepinefrina provocando aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial.

A associação entre o consumo de álcool e a elevação da pressão arterial é bastante conhecida. Os efeitos cardiovasculares dependem do histórico e da quantidade de álcool consumida, até mesmo fatores étnicos influenciam, assim, as baixas concentrações de álcool no metabolismo resultam no aumento do fluxo sanguíneo coronariano, débito cardíaco e volume sistólico em corações normais, enquanto concentrações mais altas deprimem esses parâmetros hemodinâmicos. Para as questões analisadas nesse estudo, corroboramos com Romera (2008) ao alertar que o álcool figura como droga lícita e, portanto, livremente comercializada no país. Mesmo com as recentes campanhas voltadas à proibição do consumo de álcool por menores, o Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas (CEBRID) o aponta como substância de maior preferência de uso entre o público jovem brasileiro.

O usuário em recuperação que apresente problemas na pressão arterial deve ser orientado para a prática de exercícios com alta frequência (maioria dos dias da semana, preferencialmente todos), com intensidade moderada 40 a 60% do VO₂ máximo ou da Frequência Cardíaca, com o tempo maior ou igual a 30 minutos de forma contínua ou acumulada (GARDENGHI, 2007).

O constante estado de indisposição ocasionado pelo uso de substâncias depressoras como a maconha ocasiona progressiva inatividade física e conseqüente diminuição do tônus muscular. Para contribuir na recuperação deste quadro a atividade física deve ser conduzida de forma sistemática, planejada e progressiva, sendo possível constatar em poucas semanas resultados expressivos. A prática regular de atividades físicas deve se constituir em hábito diário, procurando substituir o sedentarismo presente em boa parte dos dependentes.

Outro sintoma muito freqüente no grupo de adictos em recuperação é a insuficiência cardíaca, segundo Rondon et. al. (2000) a atividade física mais indicada é a prescrição de exercícios aeróbios, cíclicos que envolvam grandes grupos musculares.

2 O uso de drogas pode representar a causa e/ou conseqüência de uma doença. Muitos indivíduos que apresentam o quadro de dependência também são portadores de outras síndromes que devem ser tratadas simultaneamente para que o adicto tenha chances de sucesso em seu tratamento. A presença de duas ou mais doenças é denominada comorbidade.

A duração deve ser gradativamente aumentada começando com 15 minutos até chegar de 30 a 40 minutos de duração. Três vezes por semana de preferência em dias alternados. Quanto à intensidade, esta deve progredir, gradualmente, até uma intensidade 10% abaixo do ponto de descompensação respiratória.

Durante o exercício, o fluxo sanguíneo muscular aumenta drasticamente para fornecer o oxigênio e outros nutrientes aos músculos. Segundo Guyton e Hall (2011) o fluxo sanguíneo pode aumentar até 25 vezes, resultado da vasodilatação intramuscular causada pelos efeitos diretos do metabolismo muscular, ocasionando a elevação moderada da pressão arterial.

Apontamentos Finais: Tempo livre ou ocioso? Possíveis contribuições para autogestão do lazer em dependentes químicos em recuperação

Além dos benefícios bioquímicos e psicológicos que a atividade física proporciona ao adicto durante e após a sua realização, quando comparada a outras possibilidades terapêuticas passivas como assistir um vídeo, por exemplo, a sua prática regular tem propiciado melhores resultados, pois reduz o desejo de fumar durante e após a atividade, aumentando o período de latência entre um cigarro e outro (sendo este um dos vícios mais difíceis de serem controlados), reduz os sintomas de abstinência como o estresse, ansiedade, tensão, irritabilidade, agitação e variação de humor e aumenta o período de latência

O convívio social do dependente químico é composto por pessoas que compartilham dos mesmos interesses e paixões. Quando é feita a opção pela abstinência, o dependente procura ajuda e evita frequentar lugares e pessoas que representem riscos e possibilidades de recaída. Neste momento, se faz necessária a criação de uma nova rede social que o acompanhe nesta nova fase de sua vida.

Por fim, partindo de um trabalho inter/multidisciplinar a área da Educação Física oferece grandes contribuições durante toda a recuperação do dependente químico, valendo-se num primeiro momento da oferta da prática de atividades físico esportivas, e conseqüentemente por entender que a internação será o início de um processo que se estenderá ao longo de toda vida do dependente, no qual o mesmo deverá autogerir seu tempo de lazer propiciando desenvolvimento social e pessoal, descanso e diversão.

Referências

- ALBUQUERQUE. **Dependência Química**. Disponível em http://www.albuquerquepsicologia.com/saiba_mais_dep_quimica.html#dependencia_quimica. Acesso realizado em 21 de março de 2012.
- BRUYNE, P; HERMAN, J. SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- CARNEIRO. H. **Não há cultura que não faça uso de drogas**. *Jornal do Campus – Universidade de São Paulo – USP*, segunda quinzena de 2008, p. 06.
- DUMAZEDIER, J. **Valores e Conteúdos Culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1994.
- FERREIRA, S. E., TUFIK S., MELLO M. T. **Neuroadaptação: uma proposta alternativa de atividade física para usuários de drogas em recuperação**. *Revista Brasileira de Ciência do Movimento*. Brasília v. 9 n. 1 p. janeiro 2001
- GARDENGHI, G.; DIAS, F. D. **Reabilitação Cardiovascular em Pacientes Cardiopatas**. *Rev. Integração: Ensino, Pesquisa e Extensão*, v. XIII, p. 387-392, 2007.
- GUYTON, A. C. e HALL, J. E. **Tratado de Fisiologia Médica**. 12 ed. Rio de Janeiro. Elsevier Editora. 2011.

- MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: Uma introdução. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2000. 128 p.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório anual de saúde**. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/25461>. Acesso realizado em 12 de novembro de 2012.
- PLAVNIK, F. L. **Hipertensão Arterial induzida por drogas: como detectar e tratar**. Revista Brasileira de Hipertensão. n.09, p. 185 – 191, 2002.
- ROMERA, L. A. **Juventude, lazer e uso abusivo de álcool**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Faculdade de Educação Física - FEF. Programa de Pós Graduação em Educação Física, Campinas, 2008.
- RONDON M. U. P. B., ALVES M. J. N. N., BRAGA A. M. F. W., NEGRÃO C. E. **Exercício Físico e insuficiência cardíaca**. Revista Sociologia e Cardiologia Estado de São Paulo Vol 10 n.º 1 Jan/Fev 2000.
- SAVIANI, D. **Educação do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1980.
- SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do Trabalho Científico**: Aspectos técnicos da redação. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

AS DANÇAS CONSUMIDAS NO LAZER URBANO: UMA PRÁTICA DE ETNOGRAFIA MULTISSITUADA

Eliane Regina Crestani Tortola

RESUMO

O estudo que segue objetivou identificar a dança como produto consumido em casas noturnas, em uma realidade local, buscando a compreensão de como a indústria cultural atua na corrupção do sentido/significado dessa manifestação por atores sociais que frequentam esses espaços urbanos de lazer e o (re)conhecimento dos tipos de ritmos que embalam as danças presentes nesses locais, tomando como alicerce a Teoria Crítica de Adorno e Horkheimer. Visa à compreensão dos ritmos que embalam as danças à venda, bem como a maneira pela qual os atores sociais se apropriam desse produto como forma de lazer. A metodologia utilizada foi a etnografia multissituada orientada por Marcus (1998). Os resultados apontam que o mecanismo da indústria cultural motiva a comercialização da dança e que as músicas espetacularizadas pela mídia são as mais consumidas, estabelecendo regras de comportamento e forjando as relações entre os atores sociais envolvidos.

Palavras-chave: Dança, Lazer, Etnografia multissituada.

Introdução

Os estudos sobre a dança no contexto do lazer na contemporaneidade tem dado importância às pesquisas que se voltam para o entendimento do que vem a ser esta manifestação no universo simbólico das noites urbanas, perpassando seu reconhecimento como produto exposto em casas noturnas de forma atraente à conquista de um número significativo de consumidores. A prática da dança, independente do contexto, ocorre por prazer ou por necessidades diferenciadas como, por exemplo, pertencer a determinado grupo social ou conquista afetiva.

Partindo dessa consideração é possível constatar que a dança tornou-se um produto à venda, bem cultural exposto nas vitrines dos clubes, academias e casas noturnas. À mídia é atribuído o papel de disseminar o gosto universal, minimizando a liberdade e autonomia para ousarmos em gestualidade expressiva e criativa, acentuando a capacidade da cópia e da repetição.

Percebemos que o processo cultural que permeia o campo da dança se corrompe por meio dos mecanismos da indústria cultural¹ que adapta-se como sistema no qual todos os seres humanos produzem e consomem de forma aligeirada, rompendo com a capacidade de mediação do conhecimento, promovendo a gratificação imediata.

Músicas e danças são repetidamente trazidas ao conhecimento dos sujeitos que, por vezes, possuem apenas a televisão ou *internet* como meio de apropriação da realidade. O processo midiático reproduz o que deve ser consumido e os consumidores não se furtam em fazê-lo, sem questionamentos. A mídia é capaz de fazer o sujeito gostar de uma determinada música não por seu próprio gosto musical, mas porque todos gostam.

Tais apontamentos voltam-se para as tentativas de entender a construção do

1 Termo explicado por dois autores da Teoria Crítica da Sociedade da Escola de Frankfurt, Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, que o empregaram pela primeira vez, em 1947, de modo a discutir a respeito da mercadorização da cultura, sua reificação e banalização.

gosto por determinado tipo de dança praticada nas casas noturnas e que estão intimamente relacionadas com as músicas veiculadas na mídia. Entender esse processo que envolve música e dança requer a compreensão acerca de como se dá a apropriação dessas danças, ou seja, se o modo de absorção é consciente ou alienado pelos atores sociais que a consomem.

Objetivos

No sentido de identificar a dança como produto consumido em casas noturnas, em uma realidade local, buscamos compreender como a indústria cultural atua na corrupção do sentido/significado dessa manifestação por atores sociais que frequentam esses espaços urbanos de lazer e, especificamente, (re)conhecer os tipos de ritmos que embalam as danças presentes nesses locais.

Procedimentos metodológicos

A cidade de Maringá-PR foi a escolhida para o desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, recorreremos à etnografia multissituada, orientada por Marcus (1998), como método investigativo, que dá a oportunidade de perguntar que tipo de saberes locais são distintamente sondados. Ao invés de fazer uma etnografia local única, parte de uma etnografia de múltiplos locais, que tem por relação o mesmo objeto, nesse caso, a dança, levando em consideração inúmeros aspectos. Desse modo, identificamos como o mesmo fenômeno é percebido em locais diversos e vivenciado por pessoas com gostos e preferências diferenciadas, de classes sociais distintas.

Marcus (1998) orienta para que estejamos atentos às pessoas, às coisas, à metáfora, ao enredo, à história ou alegoria, à vida ou biografia e ao conflito. São técnicas para que possamos entender como o fenômeno cultural ocorre, as quais se traduzem na essência da pesquisa etnográfica multissituada. Não se trata de uma investigação com dados compartimentados e sim um estudo dos conceitos que se desdobram, das relações que se articulam e da utilização e reutilização dos dados coletados até seu esgotamento.

Tomando por base a etnografia multissituada, foram selecionadas cinco casas noturnas, as quais apresentaram cinco modalidades diferentes de dança: a) danças de salão, b) eletrônico, c) sertanejo universitário, d) *funk* e e) *rock*. Além disso, foram encontrados cinco tipos de frequentadores: LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros), idosos, jovens, universitários e adultos. O estudo foi constituído de observação livre, com anotações em diário de campo. Os dados foram categorizados e ordenados de acordo com a relação entre as observações, anotações e as apropriações teóricas realizadas no decorrer da pesquisa. Tais critérios são necessários para a identificação dos diversos locais onde o campo de conhecimento dança é disseminado como lazer.

Fundamentação Teórica

A dança proporciona o (re)conhecimento da construção cultural de uma sociedade por meio de gestualidades que identificam a pluralidade de expressões que constituem o cotidiano das pessoas (LARA, 2008). O elemento que reforça o conceito de cultura, relacionado à dança, é a representação coletiva, pois a cultura não se dá individualmente e sim por meio de interações entre pessoas diversas e suas construções históricas aceitas e interiorizadas como processo normativo passível de transformação.

O processo cultural que perpassa o campo da dança se corrompe por meio dos mecanismos da indústria cultural, Adorno e Horkheimer (1985) se referem aos produtos que são ajustados ao consumo das massas, ou seja, bens culturais padronizados para a satisfação de necessidades iguais.

E, como produto da indústria cultural, a dança possui formas e tipos diferenciados, veiculados no mercado midiático e nos “equipamentos de lazer”, espaço destinado às práticas urbanas (MARCELLINO, 2006), aqui identificados como casas noturnas. Algumas danças se destacam por apelar para o corpo em sua expressão sexual exacerbada, como é o caso do *funk*, ritmo musical que, de acordo com Vianna Junior (1987), foi inventado por negros norte-americanos e, hoje, atinge jovens das camadas pobres da população. Medeiros (2006, p. 87) explica que um dos temas mais polêmicos do *funk* na contemporaneidade é o conteúdo sexual explícito, geralmente cantado por mulheres que “se defendem, alegando ser uma forma de alertar as meninas mais novas e de colocar os homens no seu devido lugar”.

Mas a eroticidade não é particularidade apenas do *funk*. Existem ritmos musicais que instigam e promovem o culto ao corpo e o desejo sexual, a exemplo do sertanejo universitário e do pagode. As letras das músicas falam de corpos esculturais, de sexo e de traição. Deturpam as características originais dos ritmos, aguçando a imaginação dos ouvintes, que passam a dançá-los envolvidos pela batida bem marcada e pelas letras erotizadas.

Alves (2007) sinaliza para a produção sertaneja na atualidade como expressão da modernização do contexto rural, culminando “na mistura dos aspectos da música caipira, do brega e do *pop* internacional”. Afirma que em meados dos anos 1990, há sinais de saturação no sertanejo, convivendo com novos estilos, como o pagode, que sendo vertente do samba, sofre significativa influência dos mecanismos da indústria cultural.

Proveniente do samba, que nasceu dos batuques africanos, o pagode saiu dos subúrbios do Rio de Janeiro, afirma Diniz (2006), ganhando as gravadoras e a mídia iniciando, por volta da década de 1980, o chamado “movimento do pagode”, que desceu o subúrbio carioca em 1990 ganhando a Zona Sul do Rio de Janeiro. Marcado por uma raiz “pop-brega”, o pagode é apropriado pelos paulistanos que criam o “pagode paulista”, advindo de bandas de *rock* das garagens de São Paulo, provocando ruptura das características da música urbana carioca e consumida nas casas noturnas dos grandes centros urbanos, sendo sua dança caracterizada por giros e requebrados, com passos acrobáticos que demonstram habilidade e destreza dos dançantes.

Com característica diversificada, algumas casas noturnas apresentam repertório musical que leva os sujeitos a dançarem vários tipos de ritmos em uma só noite. São casas destinadas a um público de classe média baixa, jovens e idosos, que apresentam, entre outros ritmos, os caracterizados como danças de salão². São danças de pares enlaçados que possuem características peculiares, com regras implícitas que os sujeitos dançantes devem respeitar, como o fluxo do salão (contornar o salão de baile em sentido anti-horário) e a condução estritamente masculina. Esses ritmos possuem simbologias próprias, oriundas em sua gênese e transformações histórico-culturais.

Outro tipo de dança consumida em casas noturnas é oriunda do *rock*, caracterizado pelos consumidores de “roda punk”. Lopes (2006, p. 114) explica que esta roda é também chamada de *moshpit*, e a expressão *mosh* é utilizada no Brasil para designar o ritual que parte da euforia da roda punk, em que o sujeito atravessa o público, sobe ao palco e, aclamado pelos pares, salta em direção a eles na certeza de ser

2 Sobre dança de salão conferir em Tortola e Lara (2009).

amparado pelos seus anônimos colegas de pista. Os que não se aventuram na roda limitam-se a balançar a cabeça para frente e para trás, movimento amplamente difundido no contexto do *rock*, *heavy-metal* e *punk-rock*.

Além dos ritmos apresentados, o que faz a cabeça do público jovem e, em especial, dos consumidores do grupo LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais e transsexuais) são danças consumidas por meio das músicas eletrônicas, que possuem uma característica própria e são chamadas de *remix*, princípio que rege a cibercultura. Elas são caracterizadas por um “conjunto de práticas sociais e comunicacionais de combinações, colagens, *cut-up* de informação a partir das tecnologias digitais”, que tem suas formas delineadas numa dimensão macro com o processo de globalização e auge com as novas mídias (LEMOS, 2005, p. 1).

É importante salientar que os tipos de danças tratados nesse estudo fazem parte de uma cultura local, podendo diferenciar-se de uma região para outra. As danças supra descritas são as consumidas nas casas noturnas investigadas e a compreensão delas terá contribuição significativa das análises advindas do percurso etnográfico, em que as manifestações gestuais dos atores sociais durante a prática dançante se sobressaem, evidenciando as características de cada ritmo no cenário urbano.

Resultados e discussões

O trabalho etnográfico multissituado resultou no reconhecimento das danças consumidas nesses espaços, sendo os ritmos veiculados apresentados no quadro que a seguir:

Quadro 1: Casas noturnas da cidade de Maringá-PR, selecionadas para a pesquisa.

Casa noturna	Público/classe socioeconômica	Evento/Ritmo
Luxurius	LGBT – Lésbicas, <i>gays</i> , bissexuais e transexuais/classe média-alta.	Eletrônico
Aquaticus Bar	Universitários, jovens e adultos/classe média	Samba Pop rock Sertanejo
Estância Gaúcha	Jovens, adultos e idosos/classe média-baixa	Dança de salão
G8 Eventos	Pré-adolescentes, adolescentes e jovens/classe baixa	Pankadão funk
Tribos Bar	Jovens e adultos/classe média	<i>Rock</i> <i>Alternativo</i> <i>Heavy metal</i>

A etnografia multissituada realizada em cinco casas noturnas mostra que esses locais são espaços de sociabilidades, sendo a prática de lazer elemento articulador de grupos, tanto juvenis quanto de adultos e idosos. Ela consiste em reunir, num tempo-espaço determinado, um público disposto à dança, à bebida e à conversação, sendo a dança o fator que os move e os reúne. Desse modo, a dança, a conversa e a bebida tornam-se as principais atividades de lazer nesse contexto.

Com palco para *performances* dançantes embaladas pelas músicas eletrônicas, a casa noturna Luxurius é o espaço para a realização de giros, bate-cabelo e rebolados, cantando as músicas tocadas pelo DJ. O público GLBT chama a atenção pela gestualidade e por sua forma de dançar espontânea, de movimentos livres. O bate-cabelo é o movimento predominante entre os homossexuais que possuem cabelos

longos. Parece uma competição entre os mais competentes, os quais giram a cabeça, com o tronco inclinado para frente, em movimento que simula um “oito”. Na pista de dança, os movimentos ficam restritos ao espaço físico em que a pessoa está. Cada um respeita o território do outro, rebolando, batendo cabelo, dançando em duplas com movimentos sensuais. Porém, no palco, a dança é diferente. Quem ousa se expor, dança com mais desenvoltura, é um momento de apresentação/espetáculo em que o palco é o cenário para a fruição da dança.

No Aquaticus Bar, as danças também são consumidas por meio da relação com as músicas midiáticas. A dança é livre e improvisada. Não existe um padrão. Cada um realiza os movimentos de acordo com sua própria gestualidade. Alguns apresentam muita desenvoltura durante a dança, realizando passos performáticos e acrobáticos. O consumo étlico aumenta consideravelmente no decorrer da noite, animadas por duplas sertanejas ou bandas de pagode. Quando uma música muito conhecida toca, a pista de dança fica lotada e os sujeitos abandonam tudo ao êxtase da dança.

Relações de poder podem ser observadas no tocante à questão de gênero. Ao dominar o corpo feminino, o homem se afirma em sua sexualidade. Rapazes chamam as garotas para dançar e exibem, uns para os outros, os passos que conseguem executar. As pessoas comentam, observam e logo é possível ver casais em cantos isolados tentando executar os movimentos observados. Há grupos de rapazes que ensinam os passos para seus amigos em um local distante da pista, onde tem mais espaço.

Uma das casas que é vista como palco para a realização de *performances* é a G8 Eventos. Nessa casa, quem comanda o som são os DJs com o *funk* e suas letras carregadas de erotismo, falando de sexo e mantendo sempre a mesma batida. Meninas e meninos fazem o bondinho – formação em coluna, com pernas semiflexionadas e mãos nos joelhos e mexem o quadril para frente e para trás. Nos mezaninos, garotas se agarram em ferros que cercam o espaço e dançam mexendo os quadris. Meninas se insinuam para os meninos e exibem seus corpos. Por sua vez, os meninos simulam movimentos sexuais para as meninas, voltando-se para elas. Garotos ensinam outros a dançar. O espaço ali é para o aprendizado do ritual, da dança e para iniciar as relações de socialização.

As garotas dançam como se estivessem vendendo seus corpos, os movimentos lembram sexo, instigam e provocam. Em determinados momentos não é possível perceber se algumas garotas estão com sua roupa íntima ou não por baixo da minúscula saia que cobre parcialmente seu corpo. O *funk*, que é o ritmo predominante, instiga ainda mais a execução desse tipo de dança, com letras altamente erotizadas, sendo os Mc's responsáveis por incitar os jovens.

Na casa noturna Tribos Bar, a apresentação da banda no palco gera o movimento na pista de dança. A casa é frequentada por pessoas de vários estilos, reúne apreciadores de *rock*, *heavy metal*, entre outros. Jovens, adultos e até pessoas mais velhas dividem o espaço e o entretenimento. As pessoas paradas, de frente para o palco, balançam a cabeça e observam as bandas tocarem. Inesperadamente, eles começam a se esbarrar uns nos outros e a dar socos para todos os lados formando a “roda *punk*”. Alguns sobem no palco e se jogam ao público que os eleva até colocá-los de volta ao chão, movimentação conhecida por “*mosh*”. A dança fica cada vez mais agressiva e o *rock* ainda mais pesado. Enquanto isso, outras pessoas em volta da roda apenas ouvem as músicas, balançam a cabeça ou levantam os braços.

Situação muito diferente foi vivenciada na casa noturna Estância Gaúcha. Nela, o espaço é amplo, sem jogo de iluminação, com pista de dança onde casais dançam circulando o salão no sentido anti-horário, apresentando *performances* com giros e floreios diversos. Há público de idade variada, com predominância para a faixa etária

entre 40 e 60 anos. A casa oferece os serviços de *personal dancers*, um profissional “alugado” para dançar com as mulheres ou com apenas uma mulher durante um período de tempo determinado pelo dançarino. Esta é uma das características que configura a dança como um produto de consumo.

Os ritmos são variados em todas as noites, porém, um é predominante – o vanerão. Quando a banda para de tocar, por alguns minutos, eles colocam músicas eletrônicas variadas. Nesse momento ninguém vai à pista de dança, parece existir uma regra implícita que determina esse comportamento, assim como no momento em que ficar parado na pista de dança configura uma quebra de regra. Quem se arrisca é imediatamente arrastado pela multidão dançante pista afora, que fica mais cheia de dançantes quando toca o sertanejo ou vanerão, já que esses são os ritmos mais veiculados pela mídia. Nesse aspecto, fica evidente que a música midiática influencia, também nessa casa noturna, a prática e o consumo da dança pelos atores sociais envolvidos.

Durante as incursões realizadas foi possível observar que o mecanismo da indústria cultural determina a comercialização da dança. As músicas da mídia são as mais dançadas e, por vezes, estabelecem regras de comportamento de modo a determinar as relações entre os atores sociais envolvidos nesse processo.

Aqui, a etnografia multissituada deu conta de observar o produto dança, vendido nas casas noturnas, seguindo o enredo, as alegorias, as coisas e as metáforas. Assim, o sentido dessa pesquisa se dá na ligação entre “retratos etnográficos” dos atores sociais e as relações postuladas desses retratos com o destino da dança em vários contextos onde ela é consumida.

Considerações finais

Entendemos a dança, como produto disponível, é deturpada, erotizada e banalizada no processo de industrialização, sendo esse processo determinante do tipo de dança acessível ao consumo no lazer urbano. Foi constatado que o mecanismo da indústria cultural motiva a comercialização da dança e que as músicas espetacularizadas pela mídia são as mais consumidas, estabelecendo regras de comportamento e forjando as relações entre os atores sociais envolvidos.

Ao profissional que trata com o campo de conhecimento da dança cabe estar atento ao processo de comercialização desse bem cultural, de modo a identificar os mecanismos que o deturpam, conhecendo-o de modo a intervir durante sua ação docente.

Referências

- ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- ALVES, Emiliano Rivello. **O rock e o sertanejo: antinomias da indústria cultural na conformação das preferências musicais de jovens de classe média urbana**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás, 2007.
- DINIZ, André. **Almanaque do samba: a história do samba, o que ouvir, o que ler, onde curtir**. Rio de Janeiro: José Zahar, 2006.
- LARA, Larissa Michelle. **O sentido ético-estético do corpo na cultura popular**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas: SP, 2004.
- LEMOS, André. **Ciber-cultura-remix**. Seminário: sentidos e processos. Mostra

- Cinético Digital, Centro Itaú Cultural. São Paulo, Itaú Cultural, 2005. Disponível em: <http://www.andrelemos.info/artigos/remix.pdf>. Acesso em: 4 out. 2010.
- LOPES, Pedro Alvim Leite. **Heavy metal no rio de janeiro e dessacralização de símbolos religiosos**: a música do demônio na cidade de São Sebastião das terras de Vera Cruz. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/1590>, Acesso em: 1 out. 2010.
- MARCUS, George. E. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. In: MARCUS, George E. **Ethnography through Thick/Thin**. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- MARCELLINO, Nelson. Carvalho. Lazer, espaço urbano e transversalidade. In: CARVALHO, João Eloir (Org.). **Lazer no espaço urbano**: transversalidade e novas tecnologias. Curitiba: Champagnat, 2006, p. 71-81.
- MEDEIROS, Janaína. **Funk carioca**: crime ou cultura? O som dá medo. E prazer. São Paulo: Terceiro Nome, 2006.
- TORTOLA, Eliane R., LARA, Larissa M. **A dança de salão no contexto escolar: aspectos da pluralidade cultural**. Revista Digital - Buenos Aires - Ano 14 - Nº 133- Junho de 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd133/a-danca-de-salao-no-contexto-escolar.htm>.
- VIANNA JUNIOR, Hermano Paes. **O baile funk carioca**: festas e estilos de vida metropolitanos. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

AS QUADRILHAS JUNINAS NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA CULTURAL

Luiza Rayol Rodrigues Barros
Tereza Nair de Paula Pachêco
Pamella Domingos Paulino
Marcia Azevedo Lopes

RESUMO

As festas e quadrilhas juninas estão inseridas no contexto cultural e social do Brasil. As empresas patrocinadoras desses eventos veem nesse segmento uma oportunidade de conquistar uma nova clientela, utilizando o marketing para agregar consumidores efetivos, atendendo o mercado da indústria cultural. Observa-se, assim, as transformações nas manifestações culturais e dos valores tradicionais em um grande espetáculo mercadológico. Optou-se, então, por utilizar em nossa metodologia pesquisas de natureza qualitativa e quantitativa, fazendo-se necessário um embasamento teórico acerca das categorias: Lazer, Cultura popular e Quadrilhas Juninas, bem como também, o contato com os participantes mediante uma observação indireta, para uma posterior aplicação de entrevistas semi-estruturada com alguns participantes das quadrilhas juninas, a partir de uma amostra das 44 quadrilhas juninas de Fortaleza, registradas em 2012, que estão associadas à Federação de Quadrilhas do Ceará (FEQUAJUCE), tentando compreender como elas promovem o lazer e a cultura popular na perspectiva dos participantes, no contexto da Indústria Cultural.

Palavras-Chave: Lazer. Indústria Cultural. Quadrilhas Juninas.

Introdução

Partindo-se da perspectiva que a Festa de São João é uma das mais tradicionais do país, conhecida por alegrar e divertir a população brasileira, é de grande importância social o estudo sobre quadrilha junina, que com o passar dos anos, ganhou proporções gigantescas, mobilizando órgãos públicos, cidades e bairros inteiros para concursos e espetáculos das quadrilhas juninas.

A relação do Lazer, Indústria Cultural e Quadrilhas Juninas devem ser estudadas e identificadas, pois as festas e as quadrilhas juninas estão inseridas no contexto cultural e social do Brasil. As empresas patrocinadoras veem nas quadrilhas juninas um novo segmento de negócios e uma oportunidade de conquistar uma nova clientela, utilizando o marketing para agregar consumidores efetivos, atendendo o mercado cultural, transformando uma manifestação cultural do resgate e preservação dos valores tradicionais em um grande espetáculo mercadológico.

Os estudos sobre o lazer e quadrilha junina tornam-se fundamentais, pois é uma vivência de valores que contribuem para mudanças de ordem moral e cultural. Dessa forma, sua teorização nos permite analisar e contextualizar, não apenas suas manifestações culturais, que resgatam tradições e valores dos nossos povos, mas também, o interesse que destinam às pessoas que participam das quadrilhas juninas e os organizadores a prática cultural como um momento desinteressado, espontâneo e livre das suas obrigações sociais.

Objetivos

As quadrilhas juninas ganham grandes proporções e atualmente há um novo segmento das mesmas, pois foi introduzida nesse festejo popular a indústria cultural,

que propõem como desígnio fornecer produtos adaptados ao consumo das massas, reelaborando seus componentes para a esfera de consumo, tornando-a mercadoria (ADORNO, 1978). Nesse sentido, busca-se compreender como as quadrilhas juninas de Fortaleza, que compõe A Federação de Quadrilhas do Ceará (FEQUAJUCE), promovem o lazer e a cultural popular na perspectiva dos participantes, no contexto da indústria cultural.

Procedimentos metodológicos

De acordo com as características apresentadas, optou-se então, por utilizar em nossa metodologia as pesquisas de natureza qualitativa e quantitativa, pois ambas se complementam, bem como possibilitam um melhor entendimento acerca do recorte da realidade. Almejando maior familiaridade com as categorias Lazer, Cultura Popular, Indústria Cultural e Quadrilhas Juninas, faz-se inicialmente necessário um embasamento teórico para que as pesquisadoras possam compreender a realidade em que irão estudar, com isso, a pesquisa é baseada na **Referências** de alguns autores que abordam as categorias a serem pesquisadas. A fim de captar informações dos pesquisados, utiliza-se da aplicação de entrevistas semi-estruturada como técnica do trabalho em campo, com observação indireta. A pesquisa por meio de uma amostra das quadrilhas juninas de Fortaleza, registradas em 2012, que estão associadas A Federação de Quadrilhas do Ceará (FEQUAJUCE) tentará compreender como elas promovem o lazer e a cultura popular na perspectiva dos participantes, no contexto da indústria cultural.

Fundamentação teórica

Segundo Dumazedier (2007, p. 32) existem três funções do lazer: a) função de descanso; b) função de divertimento, recreação e entretenimento; c) função de desenvolvimento. Diante de tais características, a quadrilha junina, isenta da influência da indústria cultural, devem vim a ser compreendidas como atividade de lazer, que nada mais é que:

[...] um conjunto de ocupações às quais os indivíduos podem entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 2007, p. 34).

Ainda segundo Dumazedier (2007, p.141) nas sociedades industriais e democráticas há necessidade de valorização da cultura popular, pois na cultura moderna, não se pode ser adquirida unicamente pela prática das obrigações diárias, mas sim é preciso um tempo livre para aquisição de conhecimentos e aptidões. Portanto, as quadrilhas juninas devem ser um momento prazeroso, desenvolvendo o lazer e dando continuidade a cultura popular.

O lazer, assim como a educação, a cultura, o esporte, e tantos outros fatores que constituem a vida social do homem é pensado e estudado por muitos pesquisadores do assunto, que veem no lazer, a sua importância e vivência de como ele interage com outras esferas sociais.

Santos (1994) diz que a cultura é uma construção histórica, baseada na sociedade que a compõe, sendo assim um produto coletivo da vida humana. Nesse sentido, as festas populares, quadrilhas juninas e festas religiosas tomaram um novo segmento cultural para atender a sociedade midiática, incorporando novos valores estéticos populares, dando origem à indústria cultural, que transforma esses festivais e elementos da festa junina, como a quadrilha, para atender o mercado consumidor. Santos (1994)

ressalta que a indústria cultural parece homogeneizar a vida e a visão do mundo das diversas populações.

Nesse sentido,

a cultura de massa está baseada na produção e no consumo padronizado e, independentemente de seus conteúdos, não goza de autonomia e de organização por parte dos sujeitos envolvidos. Em contrapartida, a cultura popular está baseada em relações pessoais, responde as especificações locais.[...] em suma, ao passo da cultura de massa se insere no campo de tecnologias e de disciplinas e vigilância, as ações e representações da cultura popular inscrevem-se no contexto de (re)formulações e de resistências às normas preestabelecidas. (WERNECK,2001, p. 48).

Assim, visto a cultura de massa como produto da indústria cultural, nota-se que ambas geram interferências na cultura popular e na prática do lazer, no caso, com a homogeneização das quadrilhas juninas. O lazer também se torna “refém” do mercado, com isso, as tradições, a espontaneidade e o divertimento como critério secundário de participação nas quadrilhas juninas veem sendo atitudes recorrentes por parte dos participantes, e principalmente, pelos organizadores do evento.

Para Marcelino (1950), o lazer é a realização de qualquer tipo de atividade que envolve a satisfação de seus praticantes e sua importância na vida moderna é um tempo privilegiado.

Ainda segundo Marcellino (2002), o lazer é classificado em seis áreas fundamentais e distintas: interesses artísticos que buscam a beleza e o encantamento, o interesse intelectual buscando as informações objetivas e explicações racionais, os interesses físicos que, engloba as práticas esportivas, passeios, prevalecendo o movimento, os interesses manuais, na qual, há capacidade de transformação dos objetos, os interesses turísticos, ocorrendo à quebra da rotina temporal e espacial e os interesses sociais que prevalece o convívio social e o relacionamento.

Portanto, com a caracterização do que vem a ser lazer, a quadrilha junina pode ter tais elementos presentes em sua prática, no qual a pesquisa mostra que devemos regatar esses elementos do lazer na quadrilha junina.

E é nesse sentido que se faz necessário o resgate do lazer como algo que possibilita o encontro com o prazer e não como legitimadora da indústria cultural, buscando a valorização das singularidades de cada quadrilha junina. Que para Gutierrez (2001, p. 7):

[...] a definição de lazer, como atividade não obrigatória de busca pessoal do prazer no tempo livre [...] o lazer não pressupõe necessariamente a consumação do prazer. Seu compromisso é com a busca do prazer, com a luta por uma sensação de prazer que pode, ou não, vir a ocorrer.

Logo, apesar do contexto da indústria cultural, da mercantilização das quadrilhas juninas, como a busca de premiações, disputa acirrada entre as mesmas, do esforço físico demasiado, vestimentas desconfortáveis, é diante dessa perspectiva que se faz necessário refletir sobre a real importância da prática da quadrilha junina como forte elemento que possibilita a promoção da cultura popular e do lazer, tendo em vista que, já não sejam esses os interesses prioritários por quem se apropriou pela organização desse evento.

Resultados e Discussões

O termo lazer torna-se cada vez mais presente no discurso dos candidatos a cargos públicos, nos anúncios imobiliários, em jornais, revistas, enfim, o que não se tinha até pouco tempo atrás, agora faz parte do nosso cotidiano. Logo, esse termo foi adquirindo diversos significados, dentre os quais, a característica de supérfluo e impreciso, que vem sendo usado principalmente como instrumento ideológico, como na famosa expressão “pão e circo”, não compreendo-o no seu sentido amplo, do desenvolvimento pessoal e social que o pressupõe. (MARCELLINO, 2002)

Em relação ao Orçamento Participativo, a verba destinada à Cultura, ainda é dividida entre exposições, eventos artísticos diversos, espetáculos, festivais e outros, sendo que esse último é o que costumeiramente percebemos os grandes investimentos, tornando-se ainda mais difícil o olhar para a cultura popular. Já em relação ao Lazer, notamos que o mesmo aparece atrelado ao Desporto, como se fossem sinônimos, apresentando como premissa fundamental democratizar o acesso à prática do esporte, e, assim, o lazer, mais uma vez é colocado em segundo plano, tanto é que, temos o Ministério do Esporte e não do lazer. Estatisticamente, de acordo com o Orçamento Geral da União, de 2011, o desporto e lazer recebeu 0,02% e a cultura 0,04% de investimentos.

Nesse sentido, o lazer e a cultura popular é posto de lado, na distribuição das verbas orçamentárias do governo, conseqüentemente as quadrilhas juninas também passam por essa problemática, no contexto da indústria cultural, em fornecer adeptos ao consumo das massas:

[...] a cultura de massa aliena, forçando o indivíduo a perder ou não formar uma imagem de si mesmo diante da sociedade, uma das primeiras funções por ela exercida seria a narcotizante, obtida através da ênfase ao *divertimento* em seus produtos. Procurando a diversão, a indústria cultural estaria mascarando realidades intoleráveis e fornecendo ocasiões de fuga da realidade. (COELHO, 2006, p. 23)

Nesse contexto, as quadrilhas juninas passam por transformações, do sertão à cidade elas ganham outras perspectivas e novas roupagens. Assim, o mundo dos encantamentos, o encontro do presente com o passado, um viver e reviver de emoções, um legado de saberes, a simplicidade das quadrilhas juninas são cada vez mais distante do povo. Com isso, as quadrilhas juninas ganham maior visibilidade e interesse de diversos públicos, desenvolvendo o lazer para os espectadores, que deixam suas casas para prestigiar os concursos de quadrilhas juninas e para os próprios participantes que se interessam em dançar e dispõem de tempo para os ensaios.

Considerações Finais

A quadrilha junina no contexto da indústria cultural vem sofrendo um processo de homogeneização das suas memórias. O lazer já não é sinônimo de prazer e divertimento possibilitando uma lacuna no espaço para a mercantilização das quadrilhas juninas. Nesse sentido, é necessário resgatar o sentimento do lúdico e da brincadeira dos participantes, para assim, contribuir na promoção e disseminação da cultura popular. Para tanto, a indústria cultural põe em xeque os valores e as tradições, em uma perspectiva da coisificação e alienação.

Referências

- ARANTES, Antonio Augusto. **O que e cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer: uma introdução**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. Campinas, SP: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2001.
- COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- AYALA, Marcos; IGNEZ, Maria; AYALA, Novais. **Cultura popular no Brasil: perspectiva de análise**. São Paulo: Ática, 2006.
- GOMES, Maryvone Moura. **Um olhar sobre as festas juninas e seus novos cenários: O caso do São João de Maracanaú - Região Metropolitana de Fortaleza (RMF, Ceará)**. Bahia: GeoTextos. vol. 7, n. 2, p. 99-120, dez. 2011.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e cultura**. Campinas, SP: 1ª ed. Alinea, 2007.
- WERNECK, Christianne Luce G.; STOPPA, Edmur Antonio; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Lazer e mercado**. Campinas, SP: Papyrus, 2001. (Coleção Fazer/Lazer)
- Federação das Quadrilhas Juninas no Ceará**. Disponível em: <<http://fequajuce.com.br/>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2013.
- A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/trigueiro-osvaldo-espetacularizacao-culturas-populares.html>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2013.
- Brasil. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Secretaria de Orçamento Federal. Orçamento Federal ao Alcance de Todos: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2013. Brasília, 2012.
- Orçamento Geral da União: Execução orçamentária de 2010. Disponível em: <<http://laurocampos.org.br/2011/03/orcamento-geral-da-uniao-2010/>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2013.

ASSISTÊNCIA A JOGOS DE FUTEBOL NO ESTÁDIO E NA TV: UMA MANIFESTAÇÃO DO LAZER

Milena Avelaneda Origuela
Cinthia Lopes da Silva

RESUMO

O objetivo deste trabalho é realizar apontamentos sobre a assistência do futebol pela televisão e presencialmente em estádios. Os procedimentos metodológicos foram revisão de literatura a partir de autores clássicos e contemporâneos que discutem a assistência do futebol no âmbito do lazer, por meio de análises textual, temática e interpretativa e discussão qualitativa. Como resultados, destacamos que a assistência aos jogos de futebol pela televisão e presencialmente nos estádios são manifestações de lazer e possuem características diferentes. Pela televisão o futebol é pré-interpretado e editado, porém o espectador pode desenvolver uma postura ativa em relação a esse conteúdo. Já o espaço do estádio proporciona a livre manifestação do espectador esportivo com hinos, gritos e xingamentos como forma de expressão.

Palavras-chave: lazer; assistência; futebol; estádio; televisão.

Introdução

Ao pensarmos nos estudos do lazer nos deparamos com seus gêneros conforme descritos por Dumazedier (1999, p.103): produtivo (realização, expressão); não produtivo (observação, contemplação ou assistência), bem como Marcellino (2002) que aponta três gêneros: prática, informação e assistência.

Embora a assistência seja um dos gêneros do lazer, notamos que tem sido pouco estudada pelos pesquisadores desse campo, sendo que a maior parte dos trabalhos enfocam a questão da manifestação humana a partir da vivência dos jogos futebol. Este trabalho, portanto, tem como objetivo levantar alguns apontamentos sobre a assistência no lazer, especialmente destacando a assistência dos jogos de futebol pela televisão e presencialmente em estádios.

Objetivos

Este trabalho tem como objetivo realizar apontamentos sobre a assistência do futebol pela televisão e presencialmente em estádios.

Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada é a revisão de literatura, tendo como base autores que discutem a assistência ao futebol no âmbito do lazer. Para o tratamento dos textos realizamos as análises propostas por Severino (2007): textual, temática e interpretativa. Utilizamos para a pesquisa as seguintes palavras-chave: lazer; assistência; futebol; estádio; televisão. A discussão se dá com base na pesquisa qualitativa que, segundo

Minayo (1994, p.21), “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

Fundamentação teórica

É muito comum falarmos do esporte como uma atividade de lazer. Mas qual o significado do esporte no mundo moderno? O esporte tem uma autonomia com suas normas, gestos, valores, objetos, espaços e temporalidades especiais. Em oposição ao trabalho que tem a ver com dever, obrigação e, conseqüentemente, produção. O esporte é uma atividade não produtiva no sentido de produzir uma transformação da natureza ou da sociedade. É uma esfera da vida que nega o utilitarismo dominante e por isso promove um efeito de pausa, de descontinuidade do trabalho (DAMATTA, 1994).

Neste trabalho trataremos da assistência específica dos jogos de futebol, pois este esporte reúne muitas coisas em suas multidimensões é jogo, esporte, rito e espetáculo. A paixão pelo futebol é tão grande que muitos brasileiros esquecem de que ele foi inventado na Inglaterra e pensam que ele é como a feijoada, o carnaval, o samba, um produto brasileiro. Isso acontece porque provavelmente promove sentimentos básicos de identidade individual e coletiva (DAMATTA, 1994).

O futebol é um fenômeno que faz parte do lazer dependendo da maneira como é vivenciado. Neste trabalho destacamos a assistência aos jogos de futebol pela televisão e presencialmente nos estádios.

A televisão é também um fenômeno de lazer e tende a ser comum a quase todas as classes sociais, faixas etárias, sexo etc. Para muitas pessoas assistir televisão é uma opção em seu tempo livre, sendo essa uma característica determinante do que o público espera dos programas de TV. Alguns autores afirmam que os espectadores de espetáculo esportivo pela televisão são “leigos” e meros consumidores de eventos e que isso os tem afastado da prática e os torna passivos.

Porém, acreditamos ser um equívoco associar a assistência à passividade. Concordamos com Marcellino (2002) que tanto a prática como o consumo podem ser ativos ou passivos. O autor questiona a valorização como “inferior” ou “superior” em relação a se participar passivamente ou praticar uma atividade. Para o autor, o que é determinante é a atitude do indivíduo em relação à prática ou ao consumo. Sendo assim, o espectador pode ser até mais ativo que o praticante. A diferença entre uma atividade ser ativa ou passiva não está no gênero, mas sim no nível de participação da pessoa envolvida. Estes níveis podem ser classificados em três estágios: elementar, que é caracterizado pelo conformismo, repetição sem se pensar no que se faz ou assiste; médio, onde existe a criticidade; e superior ou inventivo, quando se usa a criatividade.

Dumazedier (2004) fala da atividade e a passividade no lazer. Ele enfatiza que a atividade de lazer em si mesma não é passiva ou ativa, mas a questão é a atitude que a pessoa assume com relação à atividade decorrente do próprio lazer. Uma atitude ativa ou passiva não está em oposição, em alguns momentos uma se sobrepõe a outra. Podemos citar três implicações fundamentais da atitude ativa:

1. pelo menos periodicamente uma participação consciente e voluntária na vida social, um certo grau de responsabilidade na vida de um grupo, sociedade, como por exemplo na família, na empresa, etc;
2. participação consciente e voluntária na vida cultural, opondo-se às práticas rotineiras, imagens estereotipadas e às ideias preconcebidas de determinado meio social, por outro lado, deve haver um esforço para se considerar, compreender, explicar e utilizar os produtos da técnica, das ciências e das artes e recorrendo, em alguns casos, à criação e invenção;

3. exige um progresso pessoal livre pela busca, na utilização do tempo livre, procurando um equilíbrio entre descanso, distração e desenvolvimento.

Estes pontos citados acima se referem a atitudes ativas e passivas de modo geral, porém o ponto que gostaríamos de destacar se refere à atitude dos espectadores de jogos de futebol. Em seu texto “Atitudes ativas e estilo de vida” Dumazedier (2004) comenta quais as características de um espectador ativo com relação a um filme cinematográfico. Podemos, entretanto, fazer uma comparação destas características com a assistência ao jogo de futebol.

Segundo o autor, a atitude ativa é, em princípio, *seletiva*. O espectador escolhe o jogo que deseja assistir, não o faz só por não ter nada para fazer. O espectador ativo também escolhe sua fonte de informação, a respeito do evento que irá assistir, ele pode usar a internet, o jornal, o rádio e a própria televisão para sua escolha.

Com relação ao futebol ele é *sensível* às imagens, aos movimentos, aos sons, ao evento como um todo. O espectador cria um estado de disponibilidade para viver aquele momento, é o “sonho acordado”, muitos se imaginam naquela situação. O espectador ativo é *compreensivo*. O jogo, as narrações possuem uma linguagem específica e um vocabulário que são próprios do esporte. O espectador ativo procura decifrar o jogo. Mesmo que a fala e a narração sejam pobres, isso não o impede de apreciar o jogo e após o término deste o espectador procura analisar quais as impressões que lhes foram causadas. Podemos notar quando após um jogo ficamos analisando como seria se aquele jogador não tivesse errado um pênalti ou se o juiz não tivesse errado aquele impedimento.

O espectador ativo também passa a *apreciar* o jogo, fazendo comparações com outros jogos e isolando o espetáculo da vida real. O espectador procura a explicação, sendo o ponto de partida para uma pesquisa sobre regras, estilo de vida, dados sobre o esporte, história dos jogadores, dos times, das localidades, da cultura e da sociedade.

Por fim, o espectador ativo *comunica* suas aquisições culturais, seu conhecimento a outras pessoas, no papel de informante ou animador de seus amigos e família.

Marcellino (2002) fala que alguns dos traços definidores do lazer são a livre escolha e um caráter desinteressado sobre a atividade escolhida. A assistência aos jogos de futebol, pela televisão ou presencialmente no estádio tem essas características. Pela televisão o espectador pode escolher entre diversos canais com jogos de inúmeros campeonatos do mundo inteiro, além dos programas de debate sobre o assunto em praticamente todas as emissoras de TV. Nos estádios, dependendo do campeonato, os jogos são semanais em diversas cidades no país, possibilitando o poder de escolha.

Quando tratamos da relação entre esporte e lazer, Archetti (1999 *apud* GUEDES, 2002) destaca um ponto de vista interessante ao dizer que os esportes, os jogos e a dança se constituiriam em “zonas livres” nas sociedades modernas, espaços para a “liberdade e criatividade cultural”. Quando falamos em liberdade e criatividade nos lembramos das características do lazer na questão da liberdade de escolha e num nível médio e superior por ser crítico e criativo, ou seja, um lazer ativo.

Seja presencialmente no estádio ou pela televisão é importante que o espectador mantenha uma atitude ativa diante o conteúdo assistido. Por isso, destacamos a necessidade de estudos sobre a assistência do futebol, a midiáticação do esporte e suas peculiaridades do contexto da sua recepção, temas ainda pouco explorados pela Educação Física.

Resultados e Discussões

O esporte era originalmente uma atividade para ser “praticada”, mas com o crescimento da comunicação de massa ele se torna um espetáculo para ser “assistido”. Independente se a escolha do sujeito seja assistir ao jogo de futebol no estádio ou pela televisão as interpretações em cada espaço serão diferentes, os significados são construídos dependendo do grupo em que se está.

Gastaldo (2000) destaca que atribuir significados implica definir a realidade, e a partir do momento que isso acontece são estabelecidas relações de poder. Esse poder da definição da realidade presente no ato da enunciação está localizado em grande parte no discurso da mídia, de forma explícita no discurso jornalístico e mais sutilmente e simbolicamente no discurso publicitário.

A mídia tem papel importante na questão de atribuir significados e de certa maneira define uma realidade para o espectador. Hoje não há como pensar o universo do esporte espetáculo sem a sua apropriação pela mídia. A apropriação midiática do esporte perpassa a experiência ‘direta’ de assistir a um jogo de futebol no estádio. Muitos torcedores acompanham a partida com um olho no gramado e outro no rádio ou celular. Gastaldo *et al* (2005) afirma que com o aumento dos espectadores aumenta-se o número de pessoas que necessitam “compreender” o que há para ser visto, conseqüentemente há uma demanda por “comentaristas”, que “traduzem” o jogo reforçando o profissionalismo.

No caso do futebol televisivo, o jogo acontece somente onde está a bola. Não temos a visão global do espaço de jogo. No início das transmissões de futebol pela televisão uma única câmera acompanhava as jogadas de longe, assemelhando-se à visão do espectador presencial. Hoje em dia são dezenas de câmeras, móveis, giratórias, aéreas, distribuídas em todos os espaços possíveis no estádio, construindo uma narrativa com o objetivo da representação do evento esportivo. As imagens escolhidas (por exemplo, um gol ou um lance repetidos sob diversos ângulos) vão construindo, juntamente com as narrativas dos locutores, uma versão do que está acontecendo no campo (GASTALDO, 2000).

O mundo da imagem, da televisão, é dominado pelas palavras, o jogo torna-se um discurso sobre o jogo. Essas palavras que dominam o mundo das imagens, segundo Bourdieu (1997), lançam luz sobre uma expressão usada por Umberto Eco (1984): a “falação”. Essa expressão resume bem o que grande parte da programação esportiva televisiva faz, cumprindo funções básicas, principalmente nas “mesas-redondas”, noticiários e programas esportivos.

Mas além da assistência ao futebol pela televisão existe a opção da assistência presencialmente no estádio. No Brasil, embora a maioria dos espectadores de jogos assista ao futebol pela TV ainda notamos um grande público frequente nos estádios.

Nos estádios as multidões podem desfrutar de um espetáculo de grande poder de sedução visual e auditivo. Torcedores comuns e torcidas organizadas/uniformizadas se vestem com as cores do seu time e daí, juntos, torcem, gritam, cantam hinos dos seus times, levantam bandeiras e faixas, se fantasiam, pulam, fazem uma grande festa.

Luiz Henrique de Toledo (2000), estudioso do futebol, em seu livro “No país de futebol” traça um panorama do jogo dentro e fora de campo. Ao falar sobre o desenvolvimento do futebol no Brasil, ele cita o Guia de *Football*, publicado por Mario Cardim. Neste guia, veiculado em 1903, encontrava-se um conjunto de recomendações aos que iniciavam na sociabilidade esportiva: tabelas e resultados dos campeonatos disputados, estatutos da então Liga Paulista, regras e os principais manuais técnicos sobre como aprender a jogar (e assistir), nomes das posições dos jogadores e

propagandas de produtos não esportivos como bebidas e charutos, ou seja, gostos e hábitos das camadas que inicialmente experimentavam as potencialidades da sociabilidade promovida pelos esportes, principalmente a elite das principais cidades brasileiras. Esse tipo de obra de divulgação do futebol, mesmo que de forma restrita a nível social preenchia uma lacuna na vida esportiva das cidades, pois os jornais do início do século XX noticiavam sucintamente sobre os jogos ocorridos, traziam somente a formação dos times e os resultados.

Atualmente, a mídia, especializada no futebol, é um verdadeiro manual para o torcedor. Tabelas dos jogos de todos os campeonatos, comentários sobre as jogadas, informações dos jogadores, clubes, contratações, análises das jogadas utilizando tecnologia de computador ajudam o torcedor a assistir o jogo transformando-o num grande espetáculo. Mesmo que o sujeito não disponha de tecnologia durante um jogo no estádio é possível se informar de tal forma que se tem a sensação de dominar tudo sobre aquele jogo.

Assistir a um jogo de futebol no estádio proporciona ao espectador a oportunidade da busca à excitação (ELIAS e DUNNING, 1992). Neste equipamento de lazer a pessoa pode ter sentimentos e se expressar de uma forma que não poderia em outros locais de sua rotina cotidiana com suas repressões e regras como, por exemplo, o trabalho ou a casa.

Uma destas formas de expressão são os xingamentos. De acordo com Toledo (1996) os palavrões proferidos nos jogos de futebol são comportamentos expressivos tão importantes quanto a própria fala enquanto no cotidiano os palavrões são usados como linguagem e simbolizam conflitos e discórdias. Os palavrões fazem parte do espetáculo como mais um modo de expressão das emoções, alegrias, raiva, tristeza, frustrações.

Toledo (1996) ainda afirma que a utilização de palavrões não pode ser pensada como destituída de sentido ou como uma agressividade gratuita. Eles fazem parte de padrões de conduta e comunicação na expressão dos conflitos, negociações e protestos. É uma maneira dramática de se comportar verbalmente. O autor ainda cita Mauss que trata dessas expressões afirmando que:

[...] todas as expressões coletivas, simultâneas, de valor moral e de força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo, são mais que meras manifestações, são sinais de expressões entendidas, quer dizer, são linguagem. Os gritos são como frases e palavras. É preciso emití-los, mas é preciso só porque todo o grupo os entende. É mais que uma manifestação dos próprios sentimentos, é um modo de manifestá-los aos outros, pois assim é preciso fazer. Manifesta-se a si, exprimindo aos outros, por conta dos outros. É essencialmente uma ação simbólica [...] (MAUSS, 1979, p.153 *apud* Toledo, 1996).

Embora esses atributos de levantar, xingar, gritar são vistos nas torcidas organizadas e também entre os torcedores comuns no estádio. Eles são proferidos num momento de raiva: uma decisão do juiz contra o seu time, um jogador que perde um gol ou erra um passe etc. Essas ações parecem ser uma forma de manifestação do torcedor que não corresponde a uma situação conformista e sim crítica e até mesmo criativa.

Considerações finais

O futebol como uma manifestação cultural brasileira faz parte do lazer e seja com a prática ou com a assistência e tem como características a livre escolha e um

caráter desinteressado. O espectador pode escolher quais jogos assistir e onde quer assistir, se pela TV ou presencialmente no estádio.

No caso da televisão, embora o conteúdo seja pré-interpretado, editado e acompanhado da “falação” de narradores e comentaristas há a possibilidade do espectador exercer uma atitude ativa. Já no caso dos estádios o espectador pode utilizar gritos, hinos e xingamentos como forma de expressão diferentemente do que poderia ser feito em sua casa ou trabalho.

Levantamos aqui alguns apontamentos sobre a assistência como um dos gêneros do lazer destacando a assistência aos jogos de futebol pela TV e presencialmente no estádio esperando que possam haver mais estudos sobre este gênero e suas relações com o esporte.

Referências

- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- DAMATTA, R. Antropologia do óbvio: Notas em torno do significado social do futebol brasileiro. **Revista Dossiê Futebol**, São Paulo: USP, 1994.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. 3 ed. Editora Perspectiva S.A. São Paulo, 2004.
- ECO, H. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992.
- GASTALDO, E. L. “Os campeões do século”: Notas sobre a definição da realidade no futebol-espetáculo. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, v.22, n.1, p.105-124, 2000.
- GASTALDO, E. L. *et al.* Futebol, Mídia e Sociabilidade: uma experiência etnográfica. **Cadernos IHU Ideias**, ano 3, n.43, Unisinos, 2005. Disponível em: <http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/053031_Gastaldo_Futebol,%20midia%20e%20sociabilidade.pdf>. Acesso em 12 jan 2013.
- GUEDES, S.L. De criollos e capoeiras: notas sobre futebol e identidade nacional na Argentina e no Brasil. **XXVI Encontro Anual da ANPOCS**, 2002.
- MARCELLINO, N.C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 3ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 6ª edição, 1994.
- SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.
- TOLEDO, L. H. **Torcidas organizadas de futebol**. Campinas, SP: Autores Associados/Anpocs, 1996.
- TOLEDO, L. H. **No país do futebol**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ATIVIDADES LÚDICAS EM AMBIENTES CORPORATIVOS: DESENVOLVENDO O RELACIONAMENTO INTERPESSOAL NA VISÃO DOS COLABORADORES

Michele Custódio Zanardi
Renato Reis Morais Lima
Alipio Rodrigues Pines Junior
Cleber Mena Leão Junior
Tiago Aquino da Costa e Silva

RESUMO

A pesquisa teve como finalidade observar se as atividades lúdicas podem desenvolver o relacionamento interpessoal em ambientes corporativos, uma vez que as relações entre as pessoas são de suma importância e podem trazer consequências em toda vida social e familiar. Como categorias teóricas deste trabalho, foram abordados as atividades lúdicas, jogos, relacionamento interpessoal e ambiente corporativo. Os procedimentos metodológicos adotados foram a revisão bibliográfica e a pesquisa direta quantitativa, com estudo exploratório. Como instrumento de coleta de dados aplicou-se questionário fechado a 33 colaboradores de 17 empresas diversas, sendo 17 homens e 16 mulheres com experiência mínima de dois anos no mercado de trabalho. Os resultados apontaram que 70% das empresas realizam ações lúdicas em programas frequentes ou permanentes. 91% dos entrevistados afirmaram que as empresas onde trabalham não fazem uso da estratégia lúdica para desenvolver o relacionamento interpessoal; e 94% dos entrevistados acreditam que a atuação profissional pode ser melhorada por meio das relações interpessoais, pois equipes bem integradas contribuem positivamente para obtenção de metas e resultados. Conclui-se que o relacionamento interpessoal, mesmo sendo importante no ambiente corporativo, não é muito estimulado, tampouco de forma lúdica, mas que a ludicidade é uma estratégia positiva na visão dos colaboradores.

Palavras-chave: Atividades lúdicas. Ambiente Corporativo. Relacionamento interpessoal.

introdução

Ao discorrer sobre o mundo corporativo não pode desprezar que o mercado está cada vez mais competitivo, e a procura por profissionais qualificados cresce diariamente, logo a cobrança pelo desempenho e metas também aumentam. Na compleição destas exigências o colaborador passa por tensão e momentos estressantes, e muitas vezes diante da sobrecarga diária não consegue ter um convívio social com os colegas de trabalho.

São cada vez mais frequentes as pesquisas referentes à utilização das atividades lúdicas em ambiente corporativo. Observa-se que as propostas lúdicas são meios para diversos objetivos, como a diversão e a descontração, bem como promove um ambiente mais harmonioso e menos estressante, busca a união dos colaboradores, o desenvolvimento da socialização e o relacionamento interpessoal, entre outras. Os escopos destas vivências lúdicas podem ser determinados e estipulados segundo as necessidades da empresa e de seus colaboradores.

O objetivo desta pesquisa é observar se as atividades lúdicas podem ser uma possibilidade de desenvolvimento de relacionamento interpessoal no ambiente corporativo. Este trabalho foi realizado por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de

campo, e para obtenção dos resultados foi aplicado um questionário fechado com perguntas de múltipla escolha a pessoas de diferentes empresas, que possuíam, no mínimo, dois anos de experiência no mercado de trabalho.

Procedimentos metodológicos

Conforme Richardson et al. (2007, p. 15), “a única maneira de aprender a pesquisar é fazendo uma pesquisa”. Partindo do problema “a utilização das atividades lúdicas em ambientes corporativos” no quis diz respeito ao desenvolvimento das competências, especificamente o “relacionamento interpessoal”, a pesquisa teve como objetivo verificar a utilização da estratégia lúdica como possibilidade de obtenção do desenvolvimento das relações interpessoais.

Foi realizada uma revisão bibliográfica, considerada como o primeiro passo para uma pesquisa científica, pois faz um levantamento e uma seleção de outros trabalhos já pesquisados (MATTOS; ROSSETTO JUNIOR; BLECHER, 2008).

A pesquisa utilizou o método de procedimento descritivo com estudo exploratório, que tem por objetivo ampliar as hipóteses e a familiaridade do pesquisador com o ambiente, a fim de obter novos conceitos do fenômeno estudado segundo Marconi e Lakatos (2003),

Tratou-se de uma pesquisa direta que de acordo com Mattos, Rossetto Junior e Blecher (2008) caracteriza-se pela procura de dados diretamente da fonte, no qual permite conhecer a realidade na prática.

A abordagem é quantitativa e teve como instrumento de coleta de dados o questionário, que é considerado uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões entregues às pessoas das quais se querem obter informações diversas (GIL, 2008). Este instrumento foi composto por 8 (oito) questões fechadas com respostas de múltiplas escolhas, relacionadas à ludicidade, treinamentos e palestras, relacionamento interpessoal, crescimento e atuação profissional bem como vida familiar e social.

Fundamentação teórica

O mundo corporativo exige excelência de desempenho de seus colaboradores, onde o trabalho é conferido diariamente pelas metas e objetivos estipulados conforme a produtividade e necessidade da empresa. E assim ocorre o aumento das obrigações e responsabilidades profissionais, com cobranças excessivas sobre os colaboradores, sendo alvos preferenciais das doenças do mundo contemporâneo como o estresse, resultando num ambiente pouco propício para se trabalhar motivado, empenhado e sociabilizado, para Silva e Gonçalves (2010).

Segundo Marcellino (2000) as empresas valorizavam, antigamente, os funcionários rotulados “máquinas”, e atualmente buscam colaboradores criativos, participativos e críticos que saibam se adaptar diante das inúmeras mudanças e informações.

Moraes e Schwartz (2009) afirmam que já existem empresas que buscam a mudança deste cenário, explorando outros universos estratégicos com base nas atividades lúdicas, onde as relações interpessoais, o empenho e o prazer são valiosos e oportunizam a atingir os objetivos da empresa.

Nota-se atualmente o uso das atividades lúdicas nas empresas para diversos fins, como meio de observação das competências dos colaboradores e na respectiva socialização dos mesmos, por exemplo. Geralmente as propostas lúdicas nas empresas são caracterizadas como ato de diversão e descontração.

Aumenta a necessidade das empresas se reorganizarem a partir das novas abordagens sociais, e se atentarem às adequações do perfil de colaboradores que anseiam ter. É importante rever suas respectivas ações, e buscar novos caminhos que evidencie a criatividade, a inovação e os relacionamentos interpessoais dentre outros elementos vitais para a sobrevivência das empresas para Sá (2007).

As atividades lúdicas: prazer, euforia e resultados

A ludicidade sempre esteve presente na história e na evolução da humanidade. Cada ser humano tem se apropriado da ludicidade das mais diferentes formas, como na relação e na convivência com outros povos, nas ações educacionais, no ambiente de trabalho, na vida, entre outros.

Por tantos motivos, como desintegração dos espaços de brincar, a violência e a insegurança da atual sociedade torna-se indispensável a utilização do lúdico, uma vez que o mundo contemporâneo, esta afastando cada vez mais o homem do convívio divertido e alegre (PYLRO, 2004).

O lúdico é de uma imensidão tão vasta que interage com o particular ao universal, age em diversas instâncias e torna-se indissociável da condição humana, e ainda atua na participação criadora do cotidiano (PIMENTEL, 2010).

O lúdico é traço de todas as sociedades conhecidas, em todas as épocas da história, e podem acontecer em qualquer momento do cotidiano dos indivíduos, estejam eles trabalhando, trocando fraldas do bebê ou rezando (CAMARGO, 1998).

Santos (1999) contempla que a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão, pois o lúdico é um facilitador da aprendizagem, do desenvolvimento pessoal, social e cultural, além de auxiliar na saúde mental, o lúdico promove a sociabilização e a comunicação.

Reencontrar, vivenciar e entender a seriedade do lúdico é indispensável quando se pretende preservar os valores humanos, e por meio dele buscar a criatividade, viver o novo, acreditar em si mesmo, em suas capacidades, potencial, sonhos e ideias, enfim tornar-se mais fácil e menos doloroso o alcance destes atributos, que por muitas vezes, a tensão, exaustão e preocupação do adulto com o dia a dia, não permite.

O resgate da ludicidade é tão importante que o adulto quando participa de uma atividade lúdica revive prazerosamente o seu ser lúdico, para Santos (1999).

Marcellino (2003) ressalta que quando deixa o conceito e busca-se a análise efetiva da experiência que o lúdico promove, constata-se a forte subjetividade em sua utilização.

As atividades lúdicas na empresa

Viver em uma sociedade capitalista implica em ocupar-se grande parte do dia com o trabalho e com a grande ocupação diária, sendo assim, difícil estabelecer um tempo para a prática das atividades lúdicas. O pouco período que resta entre o trabalho e o tempo livre em muitas vezes será utilizado para as necessidades fisiológicas diárias como comer, tomar banho, dormir, e ainda desempenhar as obrigações familiares desde limpar a casa até alimentar e cuidar dos filhos, como também para cumprir com os compromissos, sendo festa de aniversário, almoço, jantares e outros afazeres cobrados pela sociedade, para Dumazedier (1976).

E apesar de tantas tarefas é importante a vivência da atividade lúdica, pois permite adquirir experiências cognitivas, levando ao conhecimento das necessidades físicas e sociais (KISHIMOTO, 2002).

Luckesi (1998) contempla a atividade lúdica como aquela que propicia plenitude de experiência, a pessoa que utiliza do lúdico no contexto diário permite um conhecimento amplo e perspicaz.

As atividades lúdicas, na forma de jogos, são apresentadas para o ambiente empresarial e têm por objetivo principal desenvolver melhorias na produção da empresa e promover a qualidade de vida dos colaboradores. As atividades poderão desenvolver o autoconhecimento, motivação, liderança, socialização, integração, criatividade dentre outras, para Silva e Gonçalves (2010).

O jogo permite conhecer a si mesmo, aceitar e mediar a própria personalidade, pois jogando a pessoa se desprende um pouco do real, momento pelo qual consente uma auto-avaliação, pois no jogo os acontecimentos e ações aprazam da realidade. Permite-se ultimar que o mundo do jogo é rico e diversificado, que faz uma trama entre a ficção e a realidade, não ocasionando um lugar de fuga e alienado, ou seja, o ambiente do jogo não faz com que a realidade simplesmente desapareça como em um passe de mágica, mas permite que ela fique peculiarmente suspensa, o jogador sabe que está participando de um jogo, mas não sabe do que é capaz de realizar no calor da jogada (BROTTO, 2001).

Huizinga (1999, p. 59) [...] aborda “a essência do espírito lúdico é ousar, correr risco, suportar a incerteza do jogo, e esta intensificação permite ao jogador esquecer que está apenas jogando”.

O jogo possibilita desenvolver novos relacionamentos. Os jogos quando designados por preceitos morais podem enfatizar a magnitude da realidade adulta e enobrecer as qualidades e potencialidades humanas.

As atividades lúdicas na empresa possuem a mesma estrutura do jogo que acontece fora da empresa: tensão, fascinação, ludicidade, regras definidas e competição/cooperação.

Os jogos de empresa tem a simulação como essência, onde os participantes atuam como executivos de uma empresa, avaliando e analisando cenários hipotéticos de negócios e, as possíveis consequências decorrentes das decisões adotadas, para Marques Filho e Pessoa (2000).

Para Crivelaro (1996) os jogos no ambiente corporativo podem ser utilizados: no desenvolvimento de colaboradores, no treinamento, na avaliação, no planejamento, no procedimento de mudança, na tomada de decisão, na triagem de pessoal e na integração das equipes.

Para Vicente (2001) os jogos de empresas associam o prazer lúdico não só à capacidade de raciocínio analítico, mas também à habilidade de tomada de decisão. Pessoas que têm por hábito jogar este tipo de jogo têm menos dificuldade em fazer análises racionais e em tomar decisões. Em nossa sociedade estas duas habilidades estão profundamente relacionadas.

Por fim é possível assegurar que os jogos de empresa permitem aos jogadores desfrutar de experiências marcantes e lúdicas, por meio da representação da realidade do dia a dia de uma organização, no qual busca a resolução de problemas e tomadas de decisão por meio da interação, trabalho em equipe, e principalmente por meio do relacionamento interpessoal, para Lacruz (2004).

Relacionamento interpessoal

O relacionamento interpessoal é uma necessidade social e nas teorias de Maslow faz parte das necessidades secundárias do ser humano. O homem é um ser que precisa viver em grupo, interagindo com o meio e com as pessoas, trocando experiências

(CHIAVENATO, 1998).

As relações interpessoais são desenvolvidas a partir de um processo de interação entre duas ou mais pessoas, que compartilham ações por meio das atitudes e conhecimentos.

O alto grau de ocupação, a ansia e necessidade do colaborador em sempre conquistar algo faz com que a grande parte do ser humano torne-se menos tolerante e mais ansioso, dificultando assim o relacionamento interpessoal. No ambiente corporativo esta relação é ainda mais difícil, pois pessoas com características e personalidades diferentes convivem e dividem espaços por um grande período do dia, podendo se complementar ou criar barreiras inibindo assim o relacionamento, para Rabelo (2009).

O relacionamento interpessoal no mundo empresarial assume importância, pois proporciona uma atmosfera cooperativa, e contribui positivamente para a obtenção de determinadas metas (CHIAVENATO, 1989),

No momento em que as pessoas estão bem relacionadas, elas se comunicam com maior fluxo e com mais entendimento, o que ocasiona sinergia no trabalho em equipe (MARCELLINO, 2005).

Para Magalhães et al. (2008) o desenvolvimento pessoal no mundo corporativo depende das relações pessoais e interfere diretamente nas estratégias adotadas pela empresa para se atingir o esperado, sendo o relacionamento interpessoal uma das competências mais procuradas pelas empresas na atualidade.

Por fim as relações interpessoais saudáveis proporcionam um ambiente agradável e bastante oportuno ao alcance dos objetivos, tanto dos colaboradores quanto dos empreendedores, o que resulta qualidade na convivência diária.

Resultados e discussão

Foram aplicados questionários a 33 colaboradores de 17 empresas distintas, sendo 17 (52%) do gênero masculino e 16 (48%) do feminino com idades entre 20 e 55 anos. A faixa etária predominante foi entre 26 e 35 anos (55%). Quanto ao grau de instrução, verificou-se que 37% possuem Ensino Superior completo (37%) e 24% dos entrevistados possuem curso de Pós-Graduação.

Na sequência, os entrevistados responderam o que entendiam pelo lúdico. Observou-se que 47% definem o lúdico como brincadeira ou jogo; 26% como uma estratégia a se atingir um objetivo; 18% como algo engraçado; e 9% como descontração.

Dimensionar o lúdico em conceito é algo restritivo, sendo assim possível a observação de noções introdutórias sobre o mesmo. Pimentel (2010) afirma que em algumas concepções o lúdico não está restrito apenas ao tempo livre, mas consiste num componente vital para a sociedade e está presente em diversas dimensões, desde um processo criativo de uma campanha publicitária a um contagiante ritual religioso.

Depois, foi questionado se no local de trabalho dos entrevistados havia tempo para se relacionar com os colegas. 61% afirmaram possuir tempo disponível para tal interação, no entanto 36% afirmaram que às vezes possuem tempo, e 3% responderam que não encontravam tempo para respectiva ação.

Em seguida, foi inquirido se a empresa onde o entrevistado trabalha desenvolve algum programa que utiliza o lúdico visando o relacionamento interpessoal como eventos, ginástica laboral e jogos de empresa. 40% responderam que não é frequente a organização das ações lúdicas, sendo entre 1 a 2 ações por semestre; e houve igualdade em 30% das empresas que possuem programa permanente de ações lúdicas e que não possuem programa algum.

É fundamental que as empresas organizem ações lúdicas junto aos colaboradores pois facilitam a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal e social, além de auxiliar na saúde mental dos mesmos, para Santos (1999).

A próxima questão foi relacionada se a empresa onde o entrevistado atua desenvolve algum programa que utiliza as propostas lúdicas visando o relacionamento interpessoal. 91% dos colaboradores disseram que não há ações lúdicas que visam o relacionamento interpessoal. O lúdico é uma necessidade social do ser humano e que promove a comunicação e a sinergia do trabalho em equipe (CHIAVENATO, 1998). Portanto se faz necessário a adequação de tais ações nas empresas.

A respeito da interferência do relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho, item da questão seguinte, verificou-se que 82% dos colaboradores afirmaram que o bom relacionamento interpessoal interfere no ambiente de trabalho, e mais: 94% dos entrevistados acreditam que a atuação profissional pode ser melhorada por meio das relações interpessoais, pois equipes bem integradas contribuem positivamente para obtenção de metas e resultados.

Considerações finais

Verificou-se que atualmente grande parte das empresas não utiliza as ações lúdicas, sejam na forma de eventos, treinamentos e/ou programas.

A pesquisa evidenciou-se que grande parte dos colaboradores entrevistados acredita na ludicidade como meio de obtenção da melhoria das relações interpessoais, e que estas interferem significativamente na vida profissional, social e familiar.

É fato que o lúdico faz parte da vida humana e pode ser explorado em diversos momentos, por meio das atividades - brincadeiras e jogos, tão somente para a pura e prazerosa diversão como para um determinado fim, e que por muitas vezes ao valer-se da estratégia lúdica torna-se mais fácil e menos doloroso o processo de aprendizagem e conquista.

Referências

- CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**: edição compacta. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- _____. **Recursos Humanos na empresa**. São Paulo: Atlas 1989.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KISHIMOTO, T. M. (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a Educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e Empresa**. 2. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- _____. **Lúdico, educação e educação física**. 2. ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2003.
- _____. **Lazer: formação e atuação profissional**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MATTOS, M. G; ROSSETTO JÚNIOR, A. J; BLECHER, S. **Metodologia da Pesquisa em Educação Física**: construindo sua monografia, artigos e projetos. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2008.
- MORAES, F. A. U.; SCHWARTZ, G. M. Treinamento lúdico 'outdoor'. **Revista Digital EF Deportes**, Buenos Aires, v. 13, n. 130, p. 1-7, mar. 2009.
- PIMENTEL, G. G. A. **Teorias do Lazer**. Maringá, PR: Eduem, 2010.
- PYLRO, S. C. **Atividades lúdicas entre adultos jovens**: um estudo com universitários capixabas. 2004. 152 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal

do Espírito Santo, Vitória, 2004.

RABELO, M. S. A importância do autoconhecimento nas relações de trabalho. **Revista SENAC**. Belo Horizonte, MG, v. 6, set./nov. 2009.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SÁ, E. P. **Empresa e Lazer: um olhar sobre grandes organizações da região metropolitana de Belo Horizonte**. 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SANTOS, S. M. P. (Org.). **O lúdico na formação do educador**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SILVA, T. A. C.; GONÇALVES, K.G.F. **Manual de Lazer e Recreação: o mundo lúdico ao alcance de todos**. São Paulo: Phorte, 2010.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL E LAZER NA NATUREZA: DISCURSOS E PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS

César Teixeira Castilho

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação dos profissionais que atuam com experiências de lazer na natureza na cidade de Belo Horizonte e arredores. Realizou-se um trabalho de campo, utilizando-se das técnicas de entrevistas semiestruturadas e observação participante, afim de compreender a dinâmica das modalidades de escalada e observação de vida selvagem nessa região. Levando em consideração que a procura por estas experiências tem aumentando substancialmente nos últimos anos, procurou-se analisar esta aproximação desses sujeitos com o meio natural através de dois aspectos: a “busca” pelo riso e a “busca” pelo auto-conhecimento. Os resultados apresentados levaram em consideração aspectos relacionados à formação profissional, características das modalidades e questões ambientais, associados aos estudos acerca do lazer.

Palavras-chave: Lazer na natureza – atuação profissional

1. Introdução e Objetivos

A contemporaneidade é revelada através das próprias ações e simbioses com cada tempo. Nesse contexto, uma questão que, a cada dia, causa maior consternação, é a relação do homem com a natureza. Ora consumidores, ora admiradores. Ora destruidores, ora agregadores. Atualmente buscamos uma relação com o meio ambiente através de uma separação tão abissal que, segundo vários autores que escrevem sobre a contemporaneidade (BAUMAN, 2008; BOURDIEU, 2001; LYOTARD, 2008; MORIN, 2003), poderá causar catástrofes climáticas irreversíveis e, provavelmente, tragédias de ordem global.

Embora a natureza possa passar a ideia contrária a uma visão de mundo e uma ordem social industrializada e materialmente progressista, essa realidade mostra-se alterada contemporaneamente. Recorremos ao exemplo de Bruhns (2010), a respeito dos fabricantes de veículos utilitários esportivos que se apropriam da natureza em suas propagandas como sendo o “lar natural” desses automóveis. Contraditoriamente, os mesmos requerem um poço de petróleo para alimentar seus motores, facilitando a legitimação do consumo ostensivo de uma classe.

É nesse ambiente descrito acima que as atividades de lazer na natureza se desenvolvem e segundo dados do documento do Ministério do Meio Ambiente do Governo do Brasil¹, as atividades de turismo que encontram na natureza principal motivação têm sido abordadas em inúmeras matérias de jornais, programas de televisão, eventos temáticos, produtos e guias turísticos especializados e trabalhos acadêmicos.

O aumento no número de praticantes e entusiastas que procuram essas atividades de lazer já é um fenômeno estudado em diversas áreas acadêmicas como turismo, sociologia, educação física, antropologia, entre outras. Um aspecto enfatizado é o motivo que leva as pessoas a procurarem estas atividades, alguns autores, como Gyimóthy; Mykletun (2004) e Walle (1997), salientam as duas teorias mais difundidas –

¹www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/livro.pdf

já pontuadas anteriormente – e propõem que essa procura seja analisada através de duas vertentes: pela “Teoria do Risco” (*The Risk Theory*) e ou pela “Teoria do Auto-conhecimento” (*The Insight Theory*).

Segundo os autores supracitados, a procura pelas atividades de lazer na natureza resvalam nesses dois motivos principais. Algumas modalidades desse universo – tais como alpinismo, *rafting*, *bung-jumpee*, corrida de aventura, *mountain-bike*, entre outros – possuem uma relação direta com o sentimento de aventura, de desafio, competição e adrenalina. Por outro lado, existem outras modalidades – tais como *trekking* de longa distância, observação de aves, montanhismo, entre outros – que se caracterizam por uma busca mais harmônica com o meio natural.

Nessa pesquisa, buscou-se contemplar modalidades de lazer na natureza que pudessem envolver as duas abordagens, tanto uma busca pela adrenalina, quanto uma busca pela contemplação. É evidente, ao analisar os diferentes perfis de indivíduos que buscam esta forma de lazer, a separação entre estes dois subgrupos. Pode-se dizer que, nessa pesquisa, a modalidade de escalada está mais associada à “Teoria do Risco”, enquanto a observação da vida selvagem possui uma relação maior com a “Teoria do Auto-Conhecimento”.

As atividades de lazer na natureza quando tratadas como produto tendem ao que em língua inglesa denomina-se “*commodification*”², ou seja, a transformação dessas experiências em mercadoria. Um exemplo clássico desse fenômeno acontece no país da Nova Zelândia. Segundo Perkins e Thorns (2001), a experiência do turismo de aventura nesse país está associada com o desafio de superar as dificuldades oferecidas pela natureza. Dessa forma, a busca por uma aproximação simples com o ambiente natural é inadequada quando pensamos nesse tipo de turismo oferecido pela região. Nesse local, a performance *na* e *com* a natureza é o produto que deve ser comercializado e comprado pelos indivíduos (FAIRWEATHER; SWAFFIELD, 2003).

Nesse sentido, é possível pontuar alguns embates provenientes dessa relação entre a cultura do lazer na natureza na Nova Zelândia e a forma como estas atividades são “comercializadas” como forma de atrair novos turistas. Segundo Reis (2012, p. 307):

Embora as declarações sobre a preservação da Nova Zelândia sejam baseadas em fatos incontestáveis, como as extensas áreas de preservação natural e as paisagens sublimes adequadas para a prática diversa de atividades de lazer outdoor, o ambiente natural é consumido e comercializado como um produto de acordo com a demanda, e não muito envolvido como parte de uma relação normal entre homem e natureza.³

Vale ressaltar que, durante a pesquisa de campo, inúmeros depoimentos foram prestados nesse sentido, como será tratado mais adiante. Isso permite analisar estas modalidades de maneira crítica no cenário em que as mesmas aconteceram. Diferentemente dos estudos realizados em países como Nova Zelândia e Austrália – países reconhecidos pelo lazer na natureza – o Brasil ainda carece de maior profissionalização nesse segmento o que, na opinião do autor dessa dissertação, pode

2 Não existe substantivo semelhante na língua portuguesa. Uma explicação plausível seria a transformação de um fenômeno em commodities, ou seja, em mercadoria para ser consumida.

3 “*Even though his statements are founded on incontestable ‘facts’, such as the extensive preserved natural areas and the sublime landscapes suitable for a wide variety of outdoor recreation activities, the natural environment is consumed and sold as a product guided by demand, and not so much engaged in as part of ‘ordinary’ human-natural environment relationships*”.

representar um ponto positivo na manutenção de características harmônicas entre os profissionais que atuam nessa área e o ambiente natural.

Estes questionamentos foram investigados neste estudo e possuem relação estreita com as dicotomias vividas pelo homem contemporâneo e que podem propiciar condutas danosas quando pensamos na relação com o meio ambiente. Vivemos em constante debate frente às nossas próprias ideias e, principalmente, quando o assunto é nossa relação com o meio natural. Segundo Reigota (1995, p.54) ora nos consideramos um elemento da natureza, ora nos vemos apartados dela, observador e/ou explorador, “nota dissonante”, componente depredador, entre outros.

Estas dicotomias exploradas pelo autor, que, segundo o ponto de vista do presente estudo, também poderiam ser chamadas de “angústias neuróticas”, sempre estiveram presentes nos pensamentos e atitudes dos seres humanos. No entanto, observa-se que a contemporaneidade, fruto de um excesso de informatização, acentua tais comportamentos ampliando as lacunas dicotômicas e os vazios existenciais dos indivíduos – especialmente nas grandes cidades, onde tais sentimentos podem estar instigando uma busca pela vivência do lazer na natureza como se isto fosse um refúgio ou um tratamento para tais patologias.

É esse diálogo que a presente pesquisa pretende estabelecer e que constitui seu eixo central e seu problema: a atuação dos profissionais do lazer na natureza no momento presente, sob uma ótica ampla, correlacionando a “busca” pelo riso e a “busca” pelo auto-conhecimento em duas experiências de lazer na natureza.

2. Procedimentos metodológicos

Considerando que a ação humana é fundamentalmente simbólica, a presente pesquisa propôs a realização de uma investigação *qualitativa*. Assim, vai ao encontro dos pressupostos descritos por Bodgan; Biklen (1982, p. 27):

A pesquisa qualitativa caracteriza-se por: ter um ambiente natural como fonte direta dos dados, possuir o pesquisador como instrumento-chave, ser descritiva e estar preocupada com o processo e tender a analisar os dados indutivamente.

A pesquisa bibliográfica realizada nessa pesquisa, segundo Laville; Dionne (1999, p.112) consistiu em “revisar todos os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo o que possa servir para sua pesquisa”. Contudo, as autoras lembram que toda pesquisa tem um foco de interesse e para não perder de vista a pergunta central, elas propõem as “**Referências** temáticas”. Nesse sentido, para fundamentar a pesquisa foram enfatizados os seguintes tópicos: atuação profissional em lazer, lazer na natureza e estudos sobre a contemporaneidade.

Para coletar informação a propósito de fenômenos humanos, o pesquisador pode encontrar informações observando o próprio fenômeno, ou interrogando pessoas que o conhecem (LAVILLE; DIONNE, 1999). O estudo de campo dessa pesquisa utilizou duas estratégias metodológicas de coleta de dados: a observação não estruturada e a entrevista semiestruturada, conforme os detalhamentos apresentados a seguir.

Inicialmente, realizou-se uma triagem das possíveis empresas e ou modalidades que possuíam histórico de atuação com atividades de lazer na natureza na cidade de Belo Horizonte e arredores. Após este levantamento, a escolha pelo objeto pesquisado seguiu os seguintes critérios: 1) experiência e atuação na área das atividades de lazer na natureza há pelo menos cinco anos; 2) existência de atividades de lazer na

natureza como possibilidade de viagens ou atividades *outdoor*; 3) anuência formal para a realização da pesquisa; 4) sede na cidade de Belo Horizonte e ou arredores; 5) atuação, através de viagens ou atividades *outdoor*, no Estado de Minas Gerais; 6) contemplar as duas teorias sobre a busca pelas experiências de lazer na natureza, a “busca” pelo riso e a “busca” pelo auto-conhecimento.

3. Resultados e Discussões

3.1 Escalada

Por que escalar? Para se obter uma experiência natural; para o medo que nos atrai tanto; para sentir-se totalmente livre; para os monstros que desabam sobre nós mesmos. É como se fosse uma droga!! (BUHL, 2000, p. 71)⁴

O relato anteriores ilustra minimamente a enorme quantidade de sentimentos e emoções que cercam a modalidade da escalada e ou montanhismo. As pessoas envolvidas nesse universo descrevem a atividade com extrema paixão que, muitas vezes, chega a influenciar o pesquisador nesse campo de interesse. Uma distância segura dessa “adrenalina contaminante” faz-se necessária para que as análises sejam realizadas de maneira crítica e objetiva.

Os profissionais envolvidos na escalada e que fizeram parte da pesquisa de campo possuem curso superior que se relacionam de alguma forma com a modalidade: três voluntários são professores de educação física e o outro é biólogo. Apesar de haver uma proximidade quando pensamos em uma modalidade de lazer na natureza, todos os voluntários relataram que durante o curso de graduação a abordagem sobre a temática foi incipiente e que poderia ter sido tratada de maneira mais aprofundada. Nesse sentido, o relato da entrevista do voluntário 3 é esclarecedor:

Foi um pouco superficial. A disciplina era uma disciplina optativa e surgiu no final do curso, quando eu já estava um pouco mais envolvido com a faculdade e chamava-se esportes diferenciados. Tinham várias modalidades e, dentro desses esportes, a escalada estava presente. A gente fez algumas visitas em alguns muros, mas isso foi em outra disciplina, a de atuação profissional. Achei superficial, mas valeu a pena!! (Voluntário 3, entrevista realizada no dia 23/10/2012)

O perfil dos praticantes que procuram esta modalidade, segundo os profissionais envolvidos, podem ser caracterizados em três grupos: praticantes mais experientes e que querem buscar um aprimoramento maior na modalidade e que, em certos momentos, participam de competições; um segundo grupo de curiosos que, por algum motivo, ficaram sabendo da modalidade e que aparecem sem grande interesse; e um terceiro que encara a escalada como uma atividade física regular a fim de obter uma melhor qualidade de vida.

Pelo caráter do risco e da adrenalina estarem tão presentes na escalada, a procura de indivíduos mais jovens é maior e, durante a observação-participante, ficou evidente como o “desafio” da chegada ao cume desperta interesse nesse público. Diferentemente de outras modalidades, existe um estilo próprio dos escaladores.

⁴“Why climb? For the natural experience; for the danger that draws use ever on; for the feeling of total freedom; for the monstrous drop beneath you. It is like drug.”

Normalmente são pessoas que enfatizam a liberdade como forte expressão do caráter, aparentam um desprendimento maior em relação ao corpo e as roupas que usam e, normalmente, possuem uma relação mais estreita com os ambientes naturais.

Nesse aspecto, essa proximidade não se caracteriza por uma consciência ambiental mais aguçada, pelo contrário, a atividade parece encerrar-se sobre ela mesma e a natureza, neste sentido, é vista como um “palco” de luxo e levanta questionamentos importantes a esse respeito. Tal observação ficou evidente nas palavras dos voluntários quando questionados sobre a degradação ambiental causada pela escalada e na observação de campo quando analisou-se a relação entre os mesmos e os praticantes.

Os aspectos relacionados à degradação oriunda da escalada é fruto de debates extremos e o caso clássico da subida do Monte Everest (BEEDIE; HUDSON, 2003), montanha mais alta do mundo, tem obscurecido a prática do montanhismo pelo descontrole no número de visitantes e do alto risco de acidentes fruto dessa “invasão” de turistas. Segundo Beedie e Hudson (2003, p. 626), “a *distinção* que era algo característico do montanhismo, discutivelmente, vem tornando-se subordinada pelo turismo dentro do mais amplo senso definido pela sociedade de consumo”.

A “comodificação” do lazer na natureza é compreendida como o processo pelo qual os objetos e as atividades são avaliadas primariamente em termos de troca de valor comercial (COHEN, 1988) em detrimento de um valor subjetivo e, por que não, educativo proporcionados por tais experiências. A função da indústria do turismo é vender uma *commodity* para um grupo de consumidores (FROW, 1997). O Nepal, situado nas montanhas do Himalaia, tem comodificado suas trilhas e montanhas através de um processo de controle administrativo e tem permitido subidas em montanhas e *trekkings* em ambientes naturais frágeis e que deveriam ser protegidos. Atualmente existem 150 picos abertos para montanhismo, e o custo da entrada está diretamente relacionado à popularidade e ao tamanho das expedições, desde 1.500,00 dólares para os picos modestos, até 70.000 dólares para a subida do Everest (BEDDIE; HUDSON, 2003).

A entrada maciça da indústria do turismo no lazer na natureza, em especial na escalada, visa “empacotar” e planificar todas as características que, visto historicamente, foram as formadoras dessas modalidades. Pesquisadores desse campo (MILES; PRIEST, 1999) argumentam que toda atividade *outdoor* que se submete a um controle e ou a um conforto extremo não pode estar associada ao caráter aventura, embora este planejamento minucioso seja precisamente uma das características da invasão do turismo. Existe um paradoxo interessante nessa questão por meio do qual quanto mais o itinerário for detalhado, planejado e de fácil realização mais o “pico da experiência” (CSIKSZENTMIHALYI; SELEGA, 1990; PRIEST, 1990) será removido da modalidade.

Embora os profissionais consigam analisar os fenômenos relacionados à degradação e ao comportamento dos praticantes de maneira crítica, na observação participante ficou evidente que o assunto não é colocado em discussão durante a prática da modalidade. Os aspectos técnicos parecem adquirir uma importância maior e os mesmos são avaliados pelos professores no dia-a-dia da Escola. Raros são os momentos, *indoor* ou *outdoor*, em que aspectos relacionados à preservação ambiental são priorizados.

3.2 Observação de Aves

De acordo com Figueiredo (2003), dentre os segmentos do ecoturismo, o que mais tem se desenvolvido atualmente é o turismo de observação de aves, atividade

que para ser viável, depende de ambientes favoráveis à existência da avifauna. Esta modalidade turística envolve milhões de pessoas em todo o mundo, especialmente no hemisfério norte (FIGUEIREDO, 2003), tendo suas origens em meados do século XIX (MOURÃO, 1999). Movimenta anualmente um crescente segmento da economia em países da Europa e América do Norte através da venda de livros, roupas especiais, binóculos e outros produtos e serviços relacionados, tais como organização de viagens e contratação de guias especializados, entre outros itens. Segundo Yourth (2001), cerca de um milhão de britânicos também praticam esta atividade, sendo considerada a terceira maior modalidade de lazer do país.

No Brasil, a observação de pássaros ainda é incipiente quando comparamos com alguns países da América do Norte e Europa, principalmente Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Embora o Brasil apresente características propícias para o desenvolvimento e prática dessa modalidade, o número de brasileiros envolvidos nessa prática de lazer ainda é pequeno. Notadamente a partir da Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92⁵, houve um aumento da divulgação das riquezas naturais brasileiras pela mídia, e a observação de aves veio gradualmente despertando interesse (PIVATTO; SABINO, 2005).

A observação de aves na América do Norte e na Europa é uma atividade de lazer na natureza tão forte e desenvolvida, que as agências especializadas que atuam no Brasil focam nessa clientela e se organizam, através dos diversos materiais de marketing⁶, com o intuito de aproximação desse público. Segundo o Voluntário 1, o foco da empresa é estritamente no público estrangeiro e, raramente, eles atendem pessoas do Brasil.

De acordo com a pesquisa de campo, ficou nítida a constatação de que o público interessado nesta modalidade possui um bom poder aquisitivo, um alto nível de escolaridade e que já viaja há bastante tempo para a prática de observação de aves.

A empresa analisada nessa pesquisa tem como prioridade esta aproximação com projetos ambientais visando uma possibilidade de doação oriunda dos seus clientes e, ao mesmo tempo, para agregar valor à atividade desenvolvida. Mesmo existindo uma relação não muito amistosa entre o turismo e os projetos ambientais, segundo o Voluntário 1, essa proximidade, quando realizada de maneira harmônica, pode trazer benefícios para os dois segmentos.

Esse contato próximo entre cliente e profissional é uma característica importante dessa experiência de lazer na natureza. A maioria dessas atividades exige um conhecimento específico do profissional e na observação de aves é fundamental uma formação especializada sobre o assunto, além de uma fluência no idioma inglês. Os profissionais envolvidos na pesquisa de campo possuem graduação na área de biologia, turismo e jornalismo, e constantemente realizam cursos de aprimoramento e visitam feiras⁷ e exposições sobre o assunto em diversos locais do mundo, principalmente América do Norte e Europa.

Outro aspecto que tem sido alvo de discussão nesse tipo de vivência de lazer na natureza é o uso excessivo de *play-back*, ou seja, a reprodução sonora do canto da ave como forma de provocar a aproximação do macho ou fêmea daquele pássaro. Várias

⁵ Conferência realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro pela Organização das Nações Unidas. Nesse encontro buscou-se conciliar o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, o que ficou conhecido como desenvolvimento sustentável. <http://www1.folha.uol.com.br/foha/especial/2002/riomais10/o_que_e-2.shtml>

⁶ Interessante observar que todos os sites analisados de agências brasileiras estão em língua inglesa e possuem como segunda opção a língua portuguesa.

⁷ A Agência pesquisada possui estande na maior feira britânica sobre o tema há três anos. <http://www.birdfair.org.uk>

dimensões devem ser analisadas, entre elas, o volume utilizado para que ocorra essa proximidade e a quantidade de vezes que deve-se utilizar dessa ferramenta. Embora haja um conhecimento dos profissionais sobre as causas deletérias desse uso excessivo, ainda é recorrente e indiscriminado.

As aves são mais tolerantes à aproximação de veículos do que de pessoas, sendo mais sensíveis ao barulho e ao número de visitantes (KNIGHT; COLE, 1995), assim, recomenda-se que, em atividades que utilizem veículos motorizados, os turistas permaneçam nos mesmos, sendo o número composto por um número reduzido, com no máximo 10 participantes. Knight e Cole (1995) ainda observam que aves com contato frequente com pessoas são mais habituadas e tolerantes à aproximação, desde que não sejam perseguidas. Assim, sugerem a utilização de áreas já com circulação humana, como trilhas antigas e estradas de terra, visando minimizar distúrbios em áreas primitivas e permitir maior proximidade com as aves.

Os profissionais que participaram da pesquisa de campo demonstraram um conhecimento agudo sobre as reais possibilidades da prática de observação de aves na construção de uma consciência ambiental, ou seja, como resistência. Pensar em resistência, como exposto anteriormente, é pensar em ações que contrapõem valores excludentes da sociedade e, no aspecto ambiental, algo que esteja próximo da educação.

A educação ambiental, como educação política, está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e das cidadãs na busca por soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum (REIGOTA, 2009). Durante a observação-participante, foi possível detectar a dependência que essas modalidades possuem da população local para o desenvolvimento das mesmas e, por outro lado, o aspecto econômico que essas modalidades podem movimentar nesses sítios.

Levando em consideração o parágrafo anterior, a educação ampla dessas modalidades alcança nichos inimagináveis e proporciona mudanças de atitude dos participantes e dos outros profissionais envolvidos na rede. O propósito final da observação de aves não deve se restringir ao alcance do olhar puro e simplesmente, pelo contrário, todo o processo para se chegar ao local determinado, todas as pessoas envolvidas, as condutas éticas e o respeito ao pássaro, devem ser priorizados e encarados com seriedade pelos profissionais envolvidos.

4. Considerações finais:

Levando em consideração os achados do trabalho de campo, algumas compreensões a respeito da atuação dos profissionais em experiências de lazer na natureza são possíveis. Dentre elas, é possível destacar que existe uma grande diferença – seja nos profissionais, seja nos praticantes – com relação ao papel da natureza e ou questões ambientais nas duas modalidades estudadas. Além dos objetivos serem distintos, quando pensamos na aproximação desses sujeitos do meio natural, a relação que se estabelece a partir das experiências também levantam questionamentos importantes.

Os profissionais que atuam com a modalidade de escalada possuem uma preocupação muito mais voltada para a técnica do que aos aspectos ambientais propriamente ditos. Embora necessitem de um espaço natural para a prática dessa atividade, os assuntos relacionados à preservação só ganham força quando existe algum embate político com alguma instituição voltada para a preservação. Nesse sentido, o lazer na natureza pode ser caracterizado como algo que se encerra em si mesmo e que provoca poucas reflexões a respeito da cultura em que está inserida.

Por outro lado, na modalidade de observação de vida selvagem, a discussão para além dos aspectos técnicos fica mais evidente. Tanto nas falas dos profissionais desse segmento, quanto nas conversas informais com os praticantes, a interação entre a experiência e as preocupações ecológicas parecem estar em sincronia. Nesse sentido, vale ressaltar que a “busca” por um sentido maior desses sujeitos, para além da prática, pode propiciar um lazer crítico e mais consciente quando levamos em consideração aspectos ambientais mais amplos.

Referências

- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2001.
- BEEDIE, P.; HUDSON, S. Emergence of mountain-based adventure tourism. *Annals of Tourism Research*, 2003, vol. 30, Nº 3, pp. 625-643.
- BOGDAN, R. C. & BIKLEN, S. K. *Qualitative research for education: an introduction for the theory and methods*. Boston, Allyn and Bacon, 1982, p. 27-30.
- BRUHNS, H. O ecoturismo e o mito da natureza intocada. *Acta Scientiarum Human and Social Sciences*. Maringá, v. 32, n. 2, p. 157-164, Fev. 2010.
- COHEN, E. The tourist guide: the origins, structure and dynamics of a role. *Annals of Tourism Research*, 12, 5-29, 1985.
- GYIMÓTHY, S.; MYKLETUN, R. J. Play in adventure tourism: the case of artic trekking. *Annals of Tourism Research*, Vol. 31, Nº 4, pp. 855-878, 2004.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LE BRETON, D. *Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- MOURÃO, R. M. F. 1999. Observação de Aves. Caderno de Subsídios Observação de Aves. In: *Manual Melhores Práticas para o ecoturismo*. Rio de Janeiro, Programa MPE Funbio, 2001.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- REIS, A. C.; SHELTON, E. The nature of tourism studies. *Tourism Analysis*, 2012, Vol. 16, pp. 375-384.
- WALLE, A. H. Pursuing risk or insight: marketing adventures. *Annals of Tourism Research*, Vol. 24, Nº 2, PP. 265-289, 1997.
- YOURTH, H. *Observando e caçando*. World Watch, WWI – Worldwatch Institute/UMA – Universidade Livre da Mata Atlântica, 2001.

BOLIVIANOS EM SÃO PAULO: POSSIBILIDADES DE TRABALHO E LAZER.

Rosana Fernandes dos Santos
Janaina Carrasco Castilho
Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

RESUMO

Os movimentos migratórios, na atualidade, constituem-se como um fenômeno econômico-social complexo e controverso. O presente estudo reflete algumas implicações geradas pelo trabalho informal aos imigrantes bolivianos indocumentados, residentes no Brasil, verificando os possíveis reflexos nas vivências associadas ao campo do lazer e tempo livre. Enquanto procedimento metodológico optou-se por uma abordagem qualitativa, combinando os enfoques bibliográfico e de campo. O enfoque bibliográfico contou com a análise de categorias teóricas relacionadas em livros, periódicos científicos, anais de eventos, entre outros. Já no de campo, desenvolveu-se uma coleta de dados por meio de documentação direta, realizando entrevistas semi-estruturadas e tendo como amostra os imigrantes bolivianos que residem na Cidade de São Paulo e frequentam a Feira Kantuta, localizada no Bairro do Pari na Cidade de São Paulo. Como principais considerações percebeu-se que os sujeitos entrevistados pouco reconhecem a importância e necessidade do lazer em suas vidas, apesar de apontarem algumas atividades realizadas aos domingos. Constatou-se ainda, em boa parte da amostra, que o exercício de práticas de lazer fica comprometido pela exaustiva jornada de trabalho, restringindo dessa forma o seu desfrute no tempo livre, em razão do comprometimento desse tempo com atividades familiares, descanso e outras obrigações. **Palavras-chave:** Bolivianos, Trabalho informal, Lazer.

1. Introdução

Este trabalho visa abordar as relações entre trabalho, tempo livre e lazer, na atualidade. Partimos do pressuposto de uma sociedade em que o capitalismo ainda é a forma determinante dos moldes da produção e que por isso mesmo, provoca mais vezes, a alienação do trabalhador bem como o enriquecimento de poucos em detrimento da exploração de muitos.

Este é o contexto social em que esta pesquisa se insere. Um mundo sem fronteiras, refém do sistema capitalista e no qual as relações de trabalho vêm-se tornando cada vez mais difusas. O desemprego abrange parte significativa da população mundial e a economia informal é responsável por boa parte da produção. Os países com economias mais frágeis tornam-se, muitas vezes, pólos de emigração para países em que, aparentemente, a economia está mais equilibrada.

O problema de pesquisa busca responder à seguinte questão: Quais as condições para a ocupação do tempo livre com práticas de lazer, por parte dos imigrantes bolivianos no Brasil, em especial os que trabalham na economia informal?

A pesquisa teve por objetivo geral investigar as possibilidades de existência de um tempo livre e conseqüente exercício de práticas de lazer, disponíveis para os imigrantes bolivianos no Brasil, que trabalham na economia informal na cidade de São Paulo.

É nesse contexto que esta pesquisa se insere, por meio de um estudo exploratório, tentando aproximações e informações que nos permitam avaliar as influências do cenário atual sobre as relações de trabalho e lazer, em especial na economia informal, visto esta representar parte bastante significativa de nossa população economicamente ativa.

O procedimento adotado para a coleta de dados deu-se através da aproximação com fonte documental utilizada para a composição do referencial teórico e fonte de dados da realidade através de um estudo de caso visando um conhecimento profundo dos fatos analisados. Para cumprir esse caminho buscou-se através de revisão bibliográfica o aporte teórico que validasse a pesquisa e embasasse as considerações e análises sobre os dados encontrados.

Fez-se a partir do mês de março de 2010, visitas dominicais à “Feira Kantuta” localizada na Praça Kantuta, altura do número 625 da Rua Pedro Vicente, Bairro do Pari na Cidade de São Paulo (SP). Ponto de partida de nossas explorações visto ser hoje um reduto de encontro de imigrantes bolivianos em São Paulo. Desenvolveu-se um trabalho de observação e entrevistas com bolivianos e procurou-se identificar aqueles que trabalham na economia informal. As entrevistas foram todas gravadas e autorizadas. Essa observação e entrevistas possibilitaram a aquisição de dados necessários para o cumprimento dos objetivos propostos.

De posse dos dados coletados, passou-se para a fase de agrupamento desses dados em elementos de análise a fim de facilitar o entendimento e a explicitação das considerações sobre os fatos encontrados.

Os elementos de análise permitiram perceber e conhecer parcialmente a realidade de um grupo de trabalhadores bolivianos que atuam na economia informal, identificando a existência de tempo livre e como esse tempo é gasto. Foi validada parte da hipótese inicial, já que se identificou a existência de práticas de lazer dentro desse tempo livre. Buscou-se ainda identificação dessas práticas.

2. Fundamentação teórica

2.1. Globalização

A pós-modernidade segundo Canclini (2008), coloca como tônica para o ser humano um consumo constante, estamos num tempo onde quase tudo é descartável, e para intergrar-se nela, corrobora Padilha (2000), os indivíduos são induzidos a consumir mais e para tanto, trabalhar mais. Todas as promessas de menor tempo de trabalho e maior tempo livre, inclusive para o lazer (DUMAZEDIER, 2004), parecem ter sido frustradas. Engendramo-nos numa encruzilhada cada vez pior, contrapõe Sader (2000), visto que grande parte dessa força de trabalho vê-se excluída de qualquer possibilidade de ascensão a esse consumo, por engrossarem as estatísticas de desemprego no mundo.

As questões sociais na América Latina há muito vêm buscando lograr maior equidade entre seus cidadãos, fato que mesmo após décadas de tentativas, pouco se avançou. Para Draibe (1997) o “Estado de Bem Estar Social” (*Welfare State*) ambicionado em meados de 70 não se consolidou para todas as classes sociais e tendeu privilegiar aquelas que se apresentavam estruturadas.

2.2. Imigração boliviana no Brasil:

No sentido de uma teorização dos processos migratórios que expliquem o que ocorre com os bolivianos, para Sayad (1998, p. 55) “Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. [...] revogável a qualquer momento.” E ainda recorrer à abordagem que vê os processos

migratórios mantidos e suportados pela existência de redes. Entretanto, não é só o fator econômico que vai impulsionar o movimento migratório desse grupo, embora ele seja decisivo, questões sociais e de trabalho também afetam essa decisão.

Na década de 1950, relata Silva (2005), os primeiros imigrantes bolivianos aportaram no Brasil em razão de estudos ou questões políticas, mas foi a partir da década de 70, com a industrialização, que esses fluxos se consolidaram.

Atualmente o ramo da costura prevalece na ocupação desses imigrantes, 44%, mas aparecem também comerciantes, médicos, dentistas, advogados, engenheiros, eletricitistas, mecânicos, marceneiros, artesãos, serviços domésticos, pedreiros, dentre outras.

Para Silva (2006) além dos sonhos por melhores condições, os emigrantes bolivianos trazem consigo também o imaginário veiculado pela mídia sobre o Brasil ser o país do futebol, samba, belas praias, natureza exuberante, belas mulatas, empregos etc. Sonho esse efetivado na posse de uma oficina de costura, em que ele vai perpetuar as mesmas condições de exploração aos seus conterrâneos. “Assim, o coreano mais antigo na cidade explorava o coreano ilegal, que se legalizou e passou a explorar o boliviano ilegal, que se legalizou e explora os conterrâneos ilegais que continuam a chegar da Bolívia. A questão é: como sobreviver sem sair dessa relação de exploração?” (GALETTI, 1995, p.134).

A discriminação afeta diretamente esses bolivianos e como argumenta Silva (2005) essa discriminação é extensiva aos filhos, pois em virtude de seus traços físicos, são taxadas de índios, pelos colegas de escola.

2.3.Trabalho:

Na atualidade, o conceito de trabalho vem-se reformulando, deixa de ser depreciativo para enobrecer quem o exerce. O capitalismo utilizou-se desse conceito, e apoiado nas opiniões da igreja, apresentou o trabalho como algo dignificante para as classes assalariadas. Camargo (2004) afirma que no séc XVI a reforma protestante de Lutero, Zwinglio e Calvino consolidou definitivamente essa inversão de valores. O empresário burguês poderia buscar seus interesses pecuniários o quanto quisesse, “Ademais, o poder do ascetismo religioso punha-lhe à disposição trabalhadores sóbrios, conscienciosos e extraordinariamente ativos, que se agarravam ao trabalho como a um propósito de vida desejado por Deus” (WEBER, 2009, p.137) e dava a esse empresário a certeza de que a distribuição desigual da riqueza no mundo era vontade divina.

As esperanças de alteração desse contexto não se confirmaram, cada vez mais o capital é centralizado nas mãos de uma minoria e o desemprego surge com números bastante expressivos. Criam-se, com isso, relações de trabalho desprovidas de direitos e algumas delas não formais: o subemprego, os bicos, as pessoas jurídicas, as cooperativas. São modos criados pela economia formal para permitir a informalidade, desobrigando os empresários ao pagamento de direitos trabalhistas, dentre eles o descanso semanal remunerado e as férias.

2.4. Tempo livre e tempo de lazer:

O capitalismo traz uma nova dimensão da sociedade com a ascensão da burguesia e ainda a divisão do tempo. Este passa a ser contado pelo relógio, ao qual se submete a força de trabalho em longas e exaustivas jornadas, privilegiando a produção. A força de trabalho é um recurso a mais no processo produtivo. Werneck (2001) vai chamar esse tempo marcado pelo relógio de “tempo linear”, tempo esse consolidado ao longo dos séculos XVII e XVIII, que emergiu da necessidade de se regular o ritmo da produção.

Porém, se há o tempo de trabalho, também há o tempo livre. De acordo com De Grazia (1966) os homens se reúnem para manterem-se vivos e permanecem juntos

para terem uma boa vida. A paz e a prosperidade são perigosas se uma sociedade não sabe o que fazer com o ócio, ou o tempo livre.

A sociedade impõe papéis ao homem, fazendo com que estes de alguma forma se imiscuem no que o ser realmente é e o que a sociedade espera e impinge a ele. Ainda para o autor, o tempo livre está acorrentado ao seu contrário, o tempo de trabalho e, “segundo a moral do trabalho vigente, o tempo em que se está livre do trabalho tem por função restaurar a força de trabalho, o tempo livre do trabalho – precisamente porque é um mero apêndice do trabalho – vem a ser separado deste com zelo puritano” (ADORNO, 2009, p.106).

Temos nesse momento duas grandes possibilidades de lazer, aquele que propicia o desenvolvimento cultural, mas que é caro e normalmente produto destinado a poucos, e aquele que possibilita o divertimento, muitas vezes alienante, acessível porque veiculado através da mídia barata e de grande abrangência e destinado às grandes massas. Dessa forma, o lazer pode ser sim potencial recriador de significados e por isso transformador ou o seu contrário.

2.5. A Feira Kantuta como espaço de lazer:

Em junho de 2002, a reunião de bolivianos que ocorria na Praça Padre Bento no Pari teve de ser deslocada em razão da reclamação dos moradores do entorno. A Associação Gastronômica Cultural Folclórica Boliviana Padre Bento, foi criada para poder legalizar a transferência da Feira para outra praça, a qual denominou-se de Kantuta (flor boliviana, que possui as cores da bandeira boliviana).

A Praça Kantuta, em especial, passa a representar um espaço no qual os imigrantes bolivianos podem perpetuar sua cultura através de manifestações artísticas, de lazer, sociabilidade e mesmo suas atividades rotineiras como um simples corte de cabelo (IGNÁCIO, 2009).

As atividades desenvolvidas na Feira Kantuta vão além da manifestação cultural. Para muitos que trabalham na feira ela, além de possibilidade de geração de renda, serve também como possibilidade de formação de vínculos de sociabilidade e lazer, para outros, uma forma de reencontro com seu país, seus amigos, suas raízes.

Esse é o contexto em que encontramos os bolivianos no Brasil e que fortalecem nossos objetivos de entendimento das forças que interferem na constituição da cidadania a esses imigrantes, e que podem viabilizar ou extinguir seus sonhos e expectativas por uma vida mais humana.

3. Interpretação dos dados

De nossos entrevistados nenhum assinalou alguma formação profissional mais específica, o que deve ter contribuído para a decisão de imigrar para o Brasil em busca de melhores condições. A maioria deles é originária de La Paz, região apontada como expulsora de imigrantes. Alguns dos entrevistados vêm sozinhos, e a maioria em busca de trabalho.

O setor da confecção no Brasil frequentemente tem sido exposto na mídia como permissivo à exploração de mão de obra originária de outros países em especial os bolivianos. Uma das prováveis razões é a terceirização dessa mão de obra por parte das grandes redes de lojas. Frequentemente temos notícias de fiscalizações por parte da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE/SP) nas quais encontraram oficinas que operavam em regime comprovado de semiescravidão trabalhista. Já tivemos casos envolvendo as Lojas Americanas e a loja de departamentos multinacional Zara nestes processos.

Vale ressaltar que hoje, toda a contratação de produtos e serviços

terceirizados submete a empresa contratante como co-responsável pelo cumprimento da legislação trabalhista vigente. Dessa forma, entendemos como negligência ou má fé da empresa contratante querer se imiscuir dessa responsabilidade.

Temos aí, o lado perverso da globalização, através dos grandes conglomerados que escolhem os países que ainda disponibilizam mão de obra barata para fixarem suas unidades fabris.

Encontramos nos entrevistados jornadas de 70 ou ainda de 65 horas semanais, o que conflita com nossa legislação que permite um máximo de 44 horas semanais. A precariedade das relações trabalhistas das oficinas de costura, permite a esses oportunidade de trabalho, mesmo que sob condições aviltantes.

O tempo dos trabalhadores da economia informal parece estar em grande parte comprometido com o trabalho. Se voltarmos às entrevistas e pensarmos em uma pessoa trabalhando um mínimo de 13 horas por dia, não dá para se considerar que as restantes 11 horas possam ser de tempo livre para o lazer.

Ao lembrarmos que do tempo para ser livre, devem ser descontadas as obrigações com os afazeres domésticos, cuidado com filhos, e com o repouso necessário para uma nova e estafante jornada de trabalho no dia seguinte, não é por acaso que os entrevistados se espantam, hesitam e mal sabem falar do que fazem no tempo “livre”. Mais ainda ao acenarem apenas o domingo, e muitas vezes só o domingo à tarde com o vislumbre de tempo disponível para o lazer.

Novamente nos deparamos com uma surpresa ao perguntar sobre suas atividades de lazer, pois são apontadas além da televisão, os parques e algumas saídas para passeios. Percebemos aí, que a indústria cultural ainda não interfere massivamente na vida desses imigrantes, e pode-se atribuir à dificuldade da língua (português e não espanhol) boa parte dessa falta de influência. O lazer desses imigrantes entrevistados apresenta-se bastante restrito a atividades possíveis aos domingos, se pensarmos na condição financeira dos mesmos (as oficinas pagam salários baixos), as opções restringem-se mais ainda.

Quando os entrevistados foram questionados sobre um sonho, notou-se uma grande dificuldade em extrapolar as necessidades materiais de subsistência, dessa forma, possuir uma casa apareceu em quase cem por cento das respostas. É muito difícil pensar em lazer, em sonhos sem ter cumpridas as mínimas necessidades básicas de um ser humano. O sonho de voltar à Bolívia também aparece na fala dos entrevistados. O mais próximo de um sonho despregado da materialidade foi o de uma entrevistada que quer casar...

Perversamente e ironicamente alguns dos imigrantes que trabalham no setor de confecção, hoje se tornaram donos de oficinas de costura e recrutam em seu próprio país ou grupo, conterrâneos que se sujeitam às mesmas condições de trabalho, antes impostas pelos coreanos. Não com isso, faremos uma apologia de que todo o trabalho em confecção é exploratório e menos ainda de que os novos proprietários bolivianos sonham em explorar seus irmãos. Mas já se encontram relatos de casos dessa condição.

Apenas um dos entrevistados estava vindo à Feira Kantuta pela primeira vez, os demais se não iam com frequência (a distância foi apontada), ao menos estavam retornando para as comemorações do carnaval. Seja para comprar produtos bolivianos, conhecer novas pessoas, apreciar as delícias da gastronomia, divertir-se, brincar o carnaval ou aproveitar as datas festivas, todos estavam ali reunidos numa mesma comunidade, com interesses e lembranças de uma mesma terra, que naquele momento estava representada na alegria e nas apresentações culturais. Pessoas com seus melhores trajes típicos, num ir e vir buscando encontrar seus iguais, ansiosos pelas suas apresentações. Seu melhor traje, seu melhor sorriso, sua melhor lembrança.

A Associação foi criada a partir da necessidade de se manter uma reunião que ocorria na Praça Padre Bento, e que por questões de intolerância, teve de ser transferida para a Praça Kantuta. Seus dirigentes assumiram a responsabilidade da organização de um grupo de expositores que queriam apresentar e vender seus trabalhos – artesanato e comidas. Daí a trazer apresentações folclóricas e envolver-se com as necessidades da comunidade boliviana foi um passo.

4. Considerações finais

A globalização favorece a padronização dos gostos e induz ao afrouxamento das especificidades culturais de cada comunidade. Nesse momento, temos na contrapartida, qual seja, o acirramento da necessidade das comunidades locais de preservar sua própria cultura, sob o risco de nublarem suas lembranças ou perderem a capacidade de transmiti-las às próximas gerações.

Nasce daí uma possibilidade, nem sempre real de escolha, de seleção do que se quer ou não para o próprio país. Nesse aspecto, a invasão das empresas transnacionais em países cuja mão de obra é farta e barata não permite escolha. A necessidade de industrialização que promova o crescimento interno faz com que os países ofereçam inclusive incentivos à sua entrada, sob o risco de não conseguirem oferecer empregos à sua população e com isso, gerar um êxodo para países que tem esse oferecimento.

O Brasil aparece nesse quadro com uma economia mais estável frente aos demais países da América Latina e por isso, vem tornando-se um dos pólos receptivos de imigrantes latinos e dentre eles os bolivianos.

Parte significativa da imigração boliviana vem para ser absorvida no setor de confecção. Muitos saem já da Bolívia com empregos arranjados, outros vêm pela promessa dos que aqui estão e outros ainda, arriscam-se na incerteza do que vão encontrar, mas confiantes de um futuro melhor.

Notamos em nossa pesquisa, que os entrevistados trabalham no setor da costura, alguns sob jornada de trabalho desumana, o que confirma dados encontrados em nossos estudos. Outros já conquistaram uma condição melhor e tornaram-se donos de seu próprio negócio, perpetuando o processo exploratório. E é talvez essa pequena minoria que alimenta a continuidade dessa imigração. Eles servem de estímulo para aqueles que chegam.

Nesse sentido, vemos o tempo de trabalho cada vez mais se sobrepujar ao tempo de descanso ou mesmo de lazer. Esse último, quase nem lembrado por aqueles que trabalham na economia informal. Alie-se a isso a condição de indocumentados e temos um caldo de cultura permissivo à exploração daqueles que deixam suas origens em busca de uma melhor condição de vida. Estudos mostram que em alguns casos mesmo na condição de explorados, o imigrante aponta como uma melhoria na sua condição de vida em relação ao país de origem, e isso é por demais triste, numa sociedade que se diz moderna e globalizada. Afinal globalizamos a pobreza e a desumanidade?

Nossa hipótese de que em virtude das relações de trabalho na economia formal, prescindirem de direitos trabalhistas, o tempo livre dos trabalhadores bolivianos fica comprometido foi parcialmente corroborada, uma vez que a mídia de massa não foi preponderante nas respostas e relatadas apenas quando lembramos as mesmas (TV e rádio).

O lazer desses entrevistados passa, entretanto por suas visitas à praças e parques. Uma delas, a Praça Kantuta, é utilizada como ponto de encontro e

sociabilidade de uma comunidade que se reconhece como grupo social e que vê nas festas de seu povo, apresentadas na Feira, uma oportunidade de manutenção da sua cultura em terra estranha. Longe do lazer crítico-criativo, as atividades de lazer apontadas pelos entrevistados, aparentemente apresentam-se como necessidade de reposição de energias para o trabalho.

Referências

- ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009
- CAMARGO, Luiz Octavio de Lima. Sociologia do Lazer. In: ANSARAH, M. G. dos R. (Org.) **Turismo como aprender como ensinar** 2. 3 ed. São Paulo: Editora SENAC. 2004. p. 235–275.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008
- DE GRAZIA, S. de. **Tiempo, trabajo y ocio**. Madri: Tecnos, 1966
- DRAIBE, Sonia Miriam. **Uma nova institucionalidade das políticas sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais**. São Paulo em Perspectiva, 11 (4) 1997.
- DUMAZEDIER, Jofre. **Sociologia empírica do lazer**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva. 2004.
- GALETTI, Roseli. Migração de estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos. In: PATARRA, Neide Lopes. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. p.133-143.
- IGNÁCIO, A. **Kantuta**: um pedaço da Bolívia em São Paulo. Wordpress.com. 2009. Disponível em: <<<http://blogkantuta.wordpress.com/>>>. Pesquisado em 04/06/2010.
- MAGNANI, J. G. C.(org); TORRES, L. de L.(org). **Na metrópole**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 1996.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. 3 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados. 1995.
- PADILHA, V. **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito. Campinas, São Paulo: Alínea. 2000.
- SADER, Emir. Trabalho, desemprego e tempo livre. In: **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo. SESC/WLRA. 2000. p.191-200.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração** – ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SILVA, Sidney Antonio. **Bolivianos**. São Paulo:Companhia Editora Nacional, 2005.
- _____. **Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade**. Estudos Avançados. 20 (57), 2006.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 4. ed. 6. Reimp. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- WERNECK, C. L.G. Lazer e mercado: panorama atual e implicações na sociedade brasileira. In: WERNECK, C. L.G.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (Org.). **Lazer e mercado**. Campinas, São Paulo: Papirus. 2001. p. 13-44.

A COLÔNIA DE FÉRIAS TEMÁTICA DO PELC CAMPINAS: QUESTÕES ACERCA DO PLANEJAMENTO NO LAZER

Gabriel da Costa Spolaor
Débora Alice Machado da Silva

RESUMO

O presente trabalho se constitui como relato de experiência do processo de planejamento das Colônias de Férias Temáticas (CFTs), realizadas em janeiro e julho de 2012, como projeto integrado à implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) em Campinas, fundamentado a partir das contribuições de Freire (1999) a respeito da ação cultural com temas geradores e de Silva (2012) no que se refere a experiência com Colônias de Férias Temáticas. A partir da sistematização do processo foi possível analisar algumas implicações do planejamento para a organização do trabalho pedagógico dos animadores de maneira particular, mas sobretudo para a construção de espaços coletivos de participação que contribuíssem para deslocar o animador do centro do processo de planejamento, fazendo-o assumir o lugar de mediador na atividade de lazer.

Palavras-chave: Lazer, Planejamento, Colônia de férias temática.

Introdução

Apesar dos avanços observados em relação à produção do conhecimento no campo do lazer ainda é bastante comum, nos diferentes campos de atuação profissional, o entendimento de que o domínio de um vasto conjunto de atividades lúdicas (em geral práticas), somado ao carisma e a um bom sorriso sejam elementos suficientes para garantir o desenvolvimento de propostas de lazer.

Do ponto de vista de ocupação do tempo disponível, ou como forma de entreter as pessoas, estas qualidades podem ser exaltadas, mas se desejamos compreender o lazer para além do entretenimento amplamente propagado pela indústria cultural, é necessário tratá-lo em sua especificidade concreta, sem desconsiderar o conjunto das questões sociais as quais está atrelado.

A partir das contribuições de Marcellino (1997) compreendemos o lazer como cultura em seu sentido mais amplo, como uma possibilidade profícua (porque desinteressada) para expressão e manifestação do lúdico no tempo disponível. A disponibilidade de tempo, espaços e atitude compõe o conjunto de elementos que integra a luta (individual e coletiva) pela concretização do lazer, como direito e possibilidade de desenvolvimento pessoal e social, ou mesmo, como descanso extrapolando seu trato, exclusivamente, como entretenimento sob o viés da indústria cultural. Além disso, é importante destacar que o lazer é portador de um potencial educativo.

Trata-se de um posicionamento baseado em duas constatações: a primeira, que o lazer é um veículo privilegiado de educação; a segunda, que para a prática das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação aos conteúdos culturais, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, procurando superar o conformismo, pela criticidade e pela criatividade. Verifica-se, assim,

um duplo processo educativo – o lazer como veículo e como objeto de educação (MARCELLINO, 2000, p.50).

Porém, nem todos conseguem ter acesso e vivenciar, de forma ampliada, os conteúdos culturais do lazer, aproveitando esse potencial educativo e desfrutando de suas possibilidades de descanso, desenvolvimento e divertimento. Para Marcellino (2000) a centralidade dos espaços e equipamentos públicos de lazer é um dos fatores que cria barreiras inter-classe e também intra-classe sociais, já que muitas vezes fatores econômicos, deslocamento e preparação para o mercado de trabalho, como é o caso de crianças e jovens, também acabam por restringir as possibilidades de vivência do lazer.

Ao identificar tais questões trazemos à tona a relevância do planejamento no campo do lazer, entendido como ato de

Decidir antecipadamente quais as alternativas para nossa ação, escolher um curso de ação, fixar objetivos a serem atingidos, prever alternativas e os meios que permitirão alcançá-los num certo período de tempo (ZINGONI e RIBEIRO, 2006, p. 18)

O que não significa assumirmos uma postura de predeterminação, mas sim de “construção coletiva de horizontes” que estejam integrados a programas e políticas mais amplas e que sejam viabilizados por meio da ação com projetos.

É conveniente conceber o projeto não apenas como um mecanismo bem desenhado em que as diferentes partes estão perfeitamente ordenadas, garantindo o bom funcionamento. Será necessário estabelecer comparações com o meio ambiente e com o contexto histórico, considerando o projeto um ser vivo, com um ciclo vital próprio, com raízes na comunidade de origem que o nutrem, devendo receber adequações constantes para dar os frutos esperados (ZINGONI e RIBEIRO, 2006, p. 15-16)

Em nosso caso, as Colônias de Férias se constituíram como projetos integrados a implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade no município de Campinas, cujas atividades foram desenvolvidas em janeiro e julho de 2012, fundamentadas a partir da ação cultural com temas geradores (FREIRE, 1999) e da discussão específica de Silva (2012) a respeito da experiência com Colônias de Férias Temáticas.

SILVA (2008) traz contribuições para atuação profissional em colônias de férias. A partir de uma proposta teórico-metodológica a autora destaca os elementos para construção de Colônias de Férias Temáticas (CFTs), são eles: (1) identificar e compreender o entendimento de Colônia de Férias do conjunto de participantes; (2) compreender e analisar o contexto em que se insere a programação e identificar o perfil dos participantes; (3) identificar as vivências e experiências culturais das crianças e jovens participantes, (4) colocando-os no centro do processo de planejamento, o que – em geral - não é possível observar em algumas visões comuns no campo do lazer, onde o animador é o centro de todo o processo, ou melhor “o centro das atenções”, o que é bem diferente pois não pressupõe um processo.

Objetivo

Buscamos com este artigo sistematizar e problematizar as experiências de planejamento e de organização do trabalho pedagógico das Colônias de Férias

Temáticas realizadas no PELC Campinas, de forma que possamos socializar e ampliar o debate iniciado por Silva (2008) considerando, em nosso caso, o contexto específico de uma CFT realizada por organizações não governamentais no contexto de implementação de uma política pública, a partir de convênio com o Ministério do Esporte.

Metodologia

Este trabalho se constitui como um relato de experiência das Colônias de Férias Temáticas, vinculado à implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), em Campinas, cujas programações foram desenvolvidas em janeiro e julho de 2012, nos dois núcleos do programa que funcionavam no município.

A colônia de férias temática como projeto do PELC Campinas

O PELC é um Programa de Esporte e Lazer subsidiado pelo Ministério do Esporte, que visa oportunizar a população de várias cidades do país, vivências nos diversos conteúdos do lazer. A cidade de Campinas foi contemplada com este programa em agosto de 2011, com a implantação de um projeto piloto que foi executado pela gestão compartilhada de quatro organizações não governamentais. Tal pressuposto de gestão implicou a cada entidade envolvida uma função determinada, sendo elas: administrativa, pedagógica e duas delas acolhedoras das ações junto às comunidades. As atividades do PELC Campinas foram desenvolvidas até o final de dezembro de 2012, em dois núcleos, sendo um deles localizado numa região central da cidade, e o outro, em uma região periférica, atendendo a todas as faixas etárias com o desenvolvimento de oficinas de esporte e lazer.

De acordo com as diretrizes do PELC (2012), um de seus objetivos “*é construir, junto à população atendida, uma relação autônoma, crítica e protagonista, no campo do esporte e do Lazer*”, ou seja, as ações devem estimular a auto-organização comunitária, o trabalho coletivo, a intergeracionalidade, o fomento a difusão da cultura local, a intersetorialidade e a auto-gestão.

No entanto, compreendemos que o tempo de implementação do programa é insuficiente para viabilizar estas questões por completo, o que exige a compreensão de que o programa esteja atrelado a um plano de continuidade mais amplo, se possível com o apoio do município, ou mesmo, sua co-responsabilização uma vez que o esporte e o lazer são direitos previstos na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente, onde se destaca o papel da família, do Estado (poder público) e da sociedade (as organizações não governamentais integram esse grupo) na garantia destes direitos.

O PELC em suas diretrizes (2012) aponta que

Os núcleos devem organizar e realizar, de forma participativa (planejamento, execução e avaliação), eventos de esporte recreativo e lazer (lançamento do programa, festivais culturais, esportivos, artísticos, gincanas, ruas de lazer, colônias de férias etc.).

Esses eventos devem acontecer no mínimo uma vez por mês, dando continuidade nas atividades já desenvolvidas, para beneficiar pelo menos dez vezes mais o número de pessoas atendidas por núcleo, normalmente. No caso do PELC Campinas, foram realizados 34 eventos de esporte recreativo e lazer, ao longo dos 17 meses do convênio. A Colônia de Férias Temática integrou o conjunto destes eventos assistemáticos, nos meses de janeiro e julho de 2012, mas se diferenciava dos demais

eventos, uma vez que se constituiu como projeto com potencial para nos auxiliar a tratar das barreiras para o lazer, de maneira mais objetiva e reflexiva.

A primeira temporada da Colônia de Férias Temáticas do PELC Campinas ocorreu entre os dias 10 e 21 de janeiro de 2012, das 12h30 as 16h30, e o tema gerador foi o “Gênero, participação e reflexão”. É importante destacar que a maior parte da equipe envolvida na coordenação não tinha experiências com o lazer em colônias de férias o que, os colocava numa situação de abertura, para conhecer, pesquisar, experimentar, exigindo que se retirassem da centralidade do processo, para mediá-lo e trazendo à tona a dimensão da produção cultural.

A segunda Colônia de Férias Temática do PELC Campinas contou com o tema “Xadrez” e aconteceu durante o mês de julho de 2012, entre os dias 16 e 28, das 12h30 as 16h30. Neste momento, havíamos passado por mudanças no quadro de agentes sociais do programa o que implicou na composição de um grupo em que aproximadamente metade dos envolvidos havia participado da primeira temporada e a outra metade, o fazia pela primeira vez. Isso implicou em processos de retomada e rememoração, compartilhamento de saber e conhecimentos entre todos os envolvidos, criando espaços de diálogo e colaboração mútua.

As proposições teórico-metodológicas de SILVA (2008) voltadas ao planejamento e desenvolvimento de Colônias de Férias Temáticas foram adotadas como referência para o trabalho uma vez que seus pressupostos apresentavam afinidades com as diretrizes previstas no programa. Ao longo do desenvolvimento do trabalho realizamos ajustes e adaptações conforme as demandas que se apresentavam em nossa realidade.

Com relação ao público atendido, além dos participantes das atividades permanentes do PELC Campinas, estabelecemos parcerias com instituições próximas aos núcleos, como: Escolas, Abrigos, Organizações Não Governamentais. As inscrições foram abertas para crianças de 6 até 12 anos e jovens de 13 até 18 anos, ou seja, trabalhando com dois grupos etários diferentes, simultaneamente. Obtivemos cerca de 60 crianças e 150 jovens inscritos em cada uma das duas temporadas realizadas, em sua grande maioria, moradores da região Sul da cidade de Campinas e derivados das parcerias previamente estabelecidas.

O processo de planejamento e a organização do trabalho pedagógico

O processo de planejamento das Colônias de Férias Temáticas do PELC Campinas teve início dois meses e meio antes do início das atividades (janeiro e julho de 2012), contando com a participação de uma comissão organizadora composta por: Coordenadora Geral (responsável pelas reuniões pedagógicas), Coordenadora de núcleo (responsável por auxiliar no planejamento das atividades, contribuindo com sugestões e reflexões, atuando principalmente dentro da instituição, estabelecendo parcerias e buscando apoio), Articuladora Institucional (responsável pelo suporte logístico e pela alimentação), Agentes Sociais (responsáveis pelo planejamento e execução efetiva da CFT) e Jovens Protagonistas (jovens que participavam das oficinas do núcleo, também assumindo funções na organização dos eventos, atuando como lideranças locais e dando suporte aos agentes sociais). Os integrantes do grupo foram divididos em três sub-comissões: Coordenação, Materiais e Divulgação, com a realização de troca de comissões na temporada seguinte, de forma que pudessem compreender a totalidade do processo de planejamento.

Ao longo dos dois meses e meio realizamos um total de 8 (oito) reuniões, uma por semana, tendo como objetivo, promover as discussões a partir de fóruns pertinentes

a construção e organização do trabalho pedagógico.

De acordo com SILVA (2008) a primeira etapa do processo de planejamento de uma CFT é chamada de “concepção”, ela tem por objetivo delimitar o tema gerador que balizará todo o trabalho dentro da programação. Esse tema será base para todas as atividades desenvolvidas. A autora sugere a criação de diferentes mecanismos de diálogo com os participantes para desencadear a construção dos temas, entre eles: reuniões, fóruns, caixas de sugestão, rodas de conversa nos programas/atividades permanentes, fichas de interesse e diagnóstico (marco zero).

No caso do PELC Campinas o diálogo foi feito com os jovens que freqüentavam as atividades sistemáticas por meio de: rodas de conversa, desenhos, fichas de interesse, fichas de avaliação, diagnóstico (marco zero) e reuniões. A partir dos dados levantados a equipe organizadora necessitou de dois encontros para construção dos temas geradores, buscando agrupar interesses e valores que permitiram identificar uma situação problema concreta/simbólica existente no grupo e que poderia se configurar como uma barreira para a prática do lazer. A partir da identificação da situação problema, o grupo estabeleceu algumas possibilidades de temas geradores.

É importante destacar que os dados coletados e tratados nos permitiram realizar uma leitura crítica da realidade em que estávamos inseridos, para que as sugestões de programação e o tema gerador não estivessem desvinculados do contexto dos participantes.

O resultado desta leitura foi o que nos auxiliou para a escolha do tema gerador da primeira temporada. Visualizamos que o *gênero*, a *participação* e a *reflexão*, eram os principais fatores limitantes da vivência de lazer. Observamos que as meninas não participavam das oficinas que eram consideradas, por elas, como “masculinas”, como por exemplo, “Crescendo nos Esportes” e “Jogos Tradicionais de Rua”. Ao mesmo tempo, os meninos não participavam das oficinas de Ginástica, Dança e Expressão corporal, consideradas como “femininas”. Com isso entendemos que o gênero exercia influência direta na participação nas oficinas, para isso uma reflexão sobre o assunto deveria ser feita, mostrando que essas barreiras poderiam ser quebradas e que ambos os gêneros poderiam usufruir dos diversos conteúdos do Lazer. Definimos estes três fatores limitantes, como as questões que deveriam estar atreladas a delimitação do tema gerador da CFT, para serem discutidos e trabalhados ao longo da programação. Esta era a situação problema evidenciada e que desejávamos problematizar a partir da ação no plano cultural.

A definição dos conteúdos culturais que fariam parte da CFT também se apoiou nos dados coletados a partir de um amplo diagnóstico realizado na implementação das oficinas sistemáticas do PELC Campinas, em que a equipe do programa utilizou-se de: visitas técnicas nos núcleos, reuniões com a comunidade, aplicação de questionários de interesse e também de oficinas abertas durante os dois primeiros meses de implantação, para conseguir conhecer melhor a comunidade e seus interesses.

Levando em consideração as diretrizes do programa, que visam oportunizar o maior número possível de vivências dos conteúdos do lazer, na segunda temporada optamos por manter a situação problema, uma vez que, o desenvolvimento das atividades sistemáticas, nos sinalizaram o profundo enraizamento da questão/problemática do gênero nas práticas de lazer.

No entanto, apesar de mantermos o tema decidimos ampliar sua relação com os conteúdos culturais do lazer. O Xadrez foi escolhido como tema gerador da segunda temporada da CFT do PELC Campinas, ocorrida em julho de 2012. Aliando o tema gerador “Xadrez” com os valores antes estabelecidos, “gênero, participação e reflexão”, tentamos aprofundar essas discussões.

Depois de escolhido o tema gerador inicia-se a próxima etapa do processo: o planejamento, que se caracteriza como momento de alinhar os objetivos e expectativas coletivas, que se materializam na construção do tema gerador e no conjunto de valores que serão alvo de aprofundamento e reflexão dentro de uma “proposta valorativa real, que deve ser suficientemente estruturada, mas, ao mesmo tempo flexível” (SILVA 2008), por que como a proposta da CFT, visa uma construção contínua e coletiva entre a equipe organizadora e os participantes ao longo da programação, algumas mudanças podem ocorrer em determinados momentos da programação, a partir das demandas do grupo de participantes.

O projeto – como recurso de planejamento – além de representar uma maneira organizada de justificar para a instituição a pertinência de realizar uma CFT (seus objetivos, princípios e valores) serve também de referência para a elaboração do programa de atividades, de modo que os animadores não percam de vista os conceitos e os princípios inicialmente determinados (SILVA, 2008)

No PELC Campinas adaptamos a estrutura de projeto proposta por Silva (2008) para as CFT, fruto de contribuições de outros autores da área do lazer, até chegar a uma estrutura mais adequada a nossa realidade, composta pelos seguintes itens: (1) caracterização do projeto; (2) apresentação e estrutura da CFT; (3) objetivos; (4) expectativa de público; (5) recursos necessários; (6) avaliações; (7) cronograma; (8) planilha de previsão/ projeção orçamentária.

Ao final todos os participantes tinham uma idéia geral, de como seria a CFT em todos os sentidos, pois o diálogo entre a equipe organizadora e os envolvidos (público e instituição) era constante, e o acesso ao projeto também era livre e compartilhado, permitindo ajustes e contribuições.

No PELC Campinas realizávamos reuniões semanais em que eram feitos os planejamentos e avaliações das atividades sistemáticas e assistemáticas. Nesse dia todos os envolvidos com as ações debatem e discutem sobre os pontos positivos e negativos do que vem acontecendo nos núcleos e de forma coletiva, tentam achar soluções para as problemáticas. No caso da Colônia de Férias Temática não foi diferente, num primeiro momento todos os agentes sociais realizaram pesquisas em livros e na internet sobre o tema gerador, a fim de se apropriar do tema, coletando estudos, pesquisas, informações e curiosidades sobre o assunto, elementos que serviam de base para os fóruns de discussão da comissão organizadora.

No segundo momento, já tendo um conhecimento aprofundado sobre o tema gerador, realizamos um “*brainstorm*”, com a intenção de abrir um leque de atividades possíveis de se desenvolver na programação, levando em consideração: a formação cultural e profissional, bem como as experiências anteriores dos agentes sociais e, também as características e experiências dos participantes que tinham, em maior ou menor grau, conhecimentos sobre o xadrez que poderiam compartilhar. A partir daí identificamos a possibilidade de trabalhar/experimentar todos os conteúdos culturais do lazer, a partir do xadrez.

Lembrando que o objetivo do programa é atender com atividades diversificadas de Lazer as pessoas da comunidade, Marcellino (2000, p.17) afirma que,

[...] é necessário que essas mesmas pessoas conheçam os conteúdos que satisfaçam os vários interesses, sejam estimuladas a participar e recebam um mínimo de orientação que lhes permita a opção.

As atividades das CFTs eram planejadas a partir dos vários interesses/conteúdos culturais do lazer (sociais, turísticos, artísticos, físico esportivo, intelectual e manual), ou como costumávamos chamar no PELC Campinas “STAFIM”.

A avaliação das CFTs acontecia a partir de duas perspectivas: processual (nas rodas de conversas diárias, em que era possível fazer alterações na programação) e pontual (com a aplicação de questionários ao início e ao término da temporada).

Considerações finais

Não é possível falar em um único modelo de planejamento de Colônia de Férias Temática. Ao nos apoiarmos na proposta teórico metodológica de Silva (2008) o fazemos com a intenção de ampliar o debate, uma vez que a proposta das CFTs no PELC Campinas, estava atrelada a implementação de uma política pública, cuja gestão era compartilhada e realizada por organizações não governamentais.

A partir das experiências relatadas, identificamos a importância do planejamento para a organização do trabalho pedagógico dos agentes sociais (animadores), de maneira particular, nas ações voltadas para o lazer.

Avaliamos que as CFTs realizadas contribuíram para as ações permanentes do PELC Campinas, uma vez que o trabalho com tema geradores passou a ser integrado as oficinas sistemáticas e repercutiu nas ações mais amplas da instituição, problematizando o tema com os demais educadores e técnicos que não estavam diretamente envolvidos com a programação. Mais importante do que isso, promoveu a ampla participação das crianças e adolescentes nos processos decisórios e mudanças significativas na organização do trabalho pedagógico dos agentes sociais.

Por fim, entendemos que a construção de um planejamento coletivo e participativo é algo extremamente complexo, o que exige para além do carisma e da boa vontade, a escolha/construção de “instrumentos” que permitam a ampla participação. Neste sentido, a proposta teórico metodológica de Silva (2008) se constituiu como ponto de partida para resignificarmos nossa própria experiência com o lazer em colônia de férias, criando e experimentando estratégias que pouco a pouco, retiraram os agentes sociais do centro do processo, fazendo-os assumir o papel de mediadores, proporcionando condições de produção cultural coletiva.

Referências

- BRASIL. *Edital do Programa de Esporte e Lazer da Cidade, Diretrizes*. Brasília, Ministério do Esporte, Secretaria de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, 2012.
- FERREIRA, Marcelo P. e MARCELLINO, Nelson C.. *Brincar, jogar, viver – Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Brasília, Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, 2009.
- FREIRE, Paulo. *A educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009.
- MARCELLINO, Nelson C. *Estudos do Lazer: uma introdução*. 2. ed., Campinas: Autores Associados, 2000.
- _____. *Pedagogia da Animação*. Campinas, Papyrus, 1997.
- PINTO, Leila M.S.M et al. *Brincar, jogar, viver – Lazer e Intersetorialidade com o PELC*. Brasília, Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer, 2011.
- SILVA, Débora A. M.. *Colônia de Férias Temática: construindo uma metodologia de ação*. Monografia de Graduação. 75p. Faculdade de Educação Física, Unicamp,

Campinas, 2003.

_____. *Colônia de Férias Temática*: fundamentando a ação a partir das contribuições de Paulo Freire. Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de Piracicaba, Unimep, Piracicaba, 2008.

_____. **Experiências com o lazer em Colônias de Férias Temáticas**. 1ed. Campinas, Editora Alínea, 2012.

ZINGONI, Patrícia e RIBEIRO, Carla A. *Dimensões Políticas do Lazer – elaboração, monitoramento e avaliação de projeto social de lazer*. Brasília, SESI/DN, 2006.

COMPREENSÕES DO LAZER NA PROPOSTA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO FÍSICA DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

Simone Rechia
Daniella Tschöke Santana
Andressa Landarin Barbosa
Karine do Rocio Vieira dos Santos
Fernando Richardi da Fonseca

RESUMO

O Colégio Estadual do Paraná (CEP) é uma referência no âmbito político educacional nesse estado, com isso pressupomos que ações realizadas nesse espaço têm a capacidade de reverberar sobre as demais escolas estaduais no Paraná. Tendo em vista as relações contidas nesse universo, chamamos a atenção ao currículo escolar, especificamente na disciplina da Educação Física e sua relação com o fenômeno lazer. Este estudo teve como objetivo analisar as compreensões de lazer contidas na Proposta Curricular da disciplina da Educação Física do CEP. Para tanto realizamos os seguintes passos metodológicos: (1) Investigação de como se deu o processo de construção desta proposta, a partir de entrevista semiestruturada com o professor responsável pela organização, (2) Identificação da existência dos termos lazer, ludicidade e lúdico na Proposta Curricular, (3) Identificação da compreensão de lazer dos idealizadores da proposta, por meio de um questionário, composto de perguntas abertas. Como resultado nos deparamos com diversas compreensões de lazer, baseadas principalmente nas experiências particulares vividas pelos sujeitos autores das propostas para cada conteúdo.

Palavras-Chave: Currículo, Proposta Curricular, Lazer.

Introdução

O Colégio Estadual do Paraná (CEP) é uma importante referência para a rede de ensino desse estado. Itens como sua história de longa data e suas dimensões físicas fazem dele um importante ambiente político no âmbito educacional do Estado. (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, 2012)

Essa instituição está localizada na região central da cidade, atende nos turnos da manhã, tarde e noite nas modalidades de Ensino Fundamental (a partir do 6º ano), Ensino Médio, Ensino Médio Integrado e Técnico Subseqüente.

No ano de 2012, foram atendidos aproximadamente cinco mil alunos, em uma estrutura de cinquenta salas de aula, auditório para mil pessoas, salão nobre com quatrocentos lugares, biblioteca, bosque, quatro quadras abertas, ginásio, campo de futebol, pista de atletismo, duas piscinas (uma semiolímpica) e planetário.

Tendo em vista a importância desta instituição e das relações políticas contidas nesse universo, chamamos a atenção ao currículo escolar, que possui diversas concepções, sendo que algumas o consideram apenas “[...] um conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo – nível educativo ou modalidade de ensino” (SACRISTÁN, 2000, p.14). No entanto, além do papel de “orientação pedagógica sobre o conhecimento a ser desenvolvido pela escola” (PARANÁ, 2008, p.16), é preciso compreender que o currículo carrega consigo ideologias, as quais passaram por inúmeras tensões para se estabelecerem, sendo

necessário discuti-las, para que atendam da melhor forma os objetivos da instituição escolar e dos sujeitos envolvidos no processo.

Sabendo da importância dessa instituição, pressupomos que ações realizadas nesse espaço têm a capacidade de reverberar sobre as demais escolas estaduais no Paraná. Sendo assim, o currículo do CEP se torna uma interessante fonte de estudo, de forma específica a respeito da disciplina de Educação Física e sua relação com o fenômeno lazer¹. Essa relação se justifica pela relação histórica dessa disciplina com o fenômeno e pelos próprios objetivos da escola, que muito além de trabalhadores deve formar cidadãos, e nessa cidadania o lazer é peça fundamental.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar quais as compreensões do Lazer inseridas na proposta curricular da Educação Física no Colégio Estadual do Paraná (CEP) a partir de seus autores. Para tanto é necessário abordarmos o processo de construção da proposta e identificar a presença ou não de citação dos termos lazer, lúdico e/ou ludicidade.

Como passos metodológicos realizamos uma entrevista semiestruturada (MINAYO, 2011) com o responsável pela organização da proposta (na época coordenador da disciplina, atuando hoje como docente). O propósito foi de investigar como a proposta foi estruturada, quando ocorreu sua construção, quais os autores envolvidos e quais procedimentos foram adotados para sua realização.

Posteriormente, analisamos dez documentos desta proposta, disponibilizados por um dos professores que participou do processo. Neles, verificamos a existência dos termos: lazer, ludicidade e lúdico, termos correlatos à problemática da pesquisa, dos quais foram excluídas as propostas que utilizavam o lúdico como ferramenta metodológica de aula, isto é, aquelas os quais compreendemos que citam o lúdico no sentido de meio para ensinar outros valores ou conteúdos.

Dos dez documentos, seis apresentavam os termos relacionados anteriormente. Dos cinco autores que os citaram, foi possível contatar quatro. Aplicamos com estes quatro autores um questionário via e-mail, com prazo de devolução de uma semana e composto de perguntas abertas, a fim de verificar: a) a formação acadêmica e continuada, b) disciplinas relacionadas à temática do Lazer, e c) de que forma o lazer foi abordado em seus conteúdos, a fim de discutir as compreensões do lazer presentes na proposta curricular a partir de seus idealizadores. Por último, foi realizada uma análise dos dados relacionando a ideia dos professores com o que foi encontrado nas propostas, apontando as compreensões de lazer observadas.

Proposta curricular de Educação Física do CEP: caminhos de uma construção

A construção da proposta curricular de Educação Física do CEP teve início em 2009, prosseguindo em 2010, Ela ocorreu pelo fato do colégio não possuir uma proposta clara e adequada à realidade da instituição e que levasse em consideração as discussões e mudanças de paradigmas ocorridas no campo da Educação Física escolar desde a década de 1990.

No entanto, verificamos uma interrupção no processo de construção desta proposta curricular devido às mudanças de nível estadual, relacionadas à forma de organização dos conteúdos, que alterou o currículo anual pelo ensino por blocos, o qual consiste na divisão da grade curricular do Ensino Médio em blocos de disciplinas semestrais, e não anuais, os alunos têm seis matérias a cada semestre, porém com a mesma carga horária. O CEP foi uma das instituições que aderiu a esta mudança, porém em 2011 decidiu

¹ Essa pesquisa foi realizada durante o Projeto Licenciatura “A escola e os espaços lúdicos”, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLEC), da Universidade Federal do Paraná.

retornar ao modelo anterior (GAZETA DO POVO, 2012). Com a descontinuidade do processo e como a situação da organização dos conteúdos continuava instável, a construção da proposta permaneceu estagnada e assim se manteve até o segundo semestre de 2012.

Todos os professores de Educação Física do colégio neste período participaram do desenvolvimento da proposta, que teve como base as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (DCE's) para a disciplina. Também foram considerados no processo de elaboração os espaços da escola, bem como seus materiais disponíveis e a cultura escolar já estabelecida, relacionada às práticas corporais habitualmente realizadas nos diversos espaços.

As DCE's apontam que o objeto de estudo e ensino da Educação Física refere-se à Cultura Corporal. Esta temática é desenvolvida por meio dos conteúdos estruturantes que são os “[...] conhecimentos de grande amplitude, conceitos, teorias ou práticas, [...]” (PARANÁ, 2008, p.25), integrando e interligando as práticas corporais de forma reflexiva e contextualizada, a partir dos chamados elementos articuladores, que têm a função de alargar a compreensão das práticas corporais, indicando “[...] múltiplas possibilidades de intervenção pedagógica em situações que surgem no cotidiano escolar.” (PARANÁ, 2008, p.54).

Para a elaboração do Projeto Curricular de cada conteúdo específico, a coordenação da Educação Física Curricular da época direcionou os professores que ficariam responsáveis pelo desenvolvimento de determinados conteúdos, sendo considerado aquele com mais experiência ou familiaridade na área específica. Posteriormente, esta relação professor-conteúdo foi aberta para discussão com os próprios professores para possíveis modificações.

Todos deveriam seguir um “modelo” comum para descrever a proposta. Este modelo continha campos a serem preenchidos, como: (1) série (atualmente, o ano) em que o conteúdo seria desenvolvido, (2) proposta de atividades, (3) objetivos e problematizações e (4) relações possíveis que poderiam ser estabelecidas por meio daquele conteúdo. No caso do CEP, os professores tinham como meta em seus projetos valorizar não somente os saberes considerados técnicos, mas também e de maneira indissociável os saberes científicos, sociais e humanos.

Desta forma, segundo um dos professores autores da proposta, os conteúdos da disciplina de Educação Física desenvolvidos pelos professores não deveriam ser tomados como “receitas” para serem aplicadas com os alunos, mas sim, auxiliar na construção de práticas educativas mais humanas, sensíveis, solidárias, participativas, éticas e estéticas, atributos necessários para a inserção crítica e transformadora do aluno, atualmente ou futuramente trabalhador, na sociedade.

Os conteúdos foram divididos por série pelos coordenadores, pelos critérios do nível de complexidade da atividade, pelo tipo de conteúdo e pelos espaços disponíveis à realização das aulas².

Após a elaboração de um esboço de cada proposta verificamos que os professores possuíam formas distintas de abordar os conteúdos sendo que, de acordo com o professor organizador,

[...] cada professor tem uma formação em uma época diferente, não

² O CEP é uma instituição que conta com um número expressivo de alunos (atualmente mais de 5000) e, portanto, de turmas (41 por turno, manhã, tarde e noite). Também possui diversas atividades extracurriculares paralelas às aulas formais – como treinamentos desportivos -, que também demandam o uso dos espaços ofertados pelo colégio. Tal fato interfere diretamente na divisão dos conteúdos da Educação Física Curricular e isso aumenta a complexidade da organização e do planejamento do uso destes espaços.

ficando uma concepção mais unitária/aproximada, fica muito distante. Se fosse para começar novamente talvez faria toda uma preparação antes, uma forma de capacitação para que tenha uma unidade na hora de elaborar o projeto, visões mais aproximadas, para que haja uma matriz só.

Tal afirmação poderia estar relacionada com o fato de a Educação Física contar com várias propostas metodológicas em destaque no final do século XX, estendendo-se até o início do século atual. Estas propostas metodológicas seriam a do Ensino aberto; a Construtivista; Crítico Superadora e a Crítico Emancipadora (OLIVEIRA, 1997), além da Desenvolvimentista, Psicomotricidade, Jogos Cooperativos, Saúde Renovada e finalmente os Parâmetros Curriculares Nacionais. Tais abordagens, segundo Scaglia (2004) refletiam a busca de seus proponentes no sentido de justificar e sistematizar o ensino da Educação Física na escola. Desta forma, percebemos a amplitude do campo da Educação Física, principalmente no âmbito escolar, fato que pode ter influenciado de formas distintas a formação acadêmica e conseqüentemente a compreensão do lazer de cada um dos professores.

Abordagens do lazer nas propostas curriculares

Ao analisar as propostas curriculares dos conteúdos em busca de referências ao Lazer encontramos em seis delas pelo menos um dos termos: *lazer*, *ludicidade* e/ou *lúdico*. Vale lembrar que o fenômeno do lazer e a ludicidade, relacionados à cultura corporal, são dois dentre os nove elementos articuladores dos conteúdos estruturantes desta disciplina³, sendo assim, são reconhecidamente relevantes no âmbito da Educação Física escolar.

Para além de simples atividades, o lazer aqui é compreendido como um

Fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia (MASCARENHAS, 2004, p. 103).

Corroborando com algumas destas ideias, Gomes (2004, p.125) indica o Lazer como uma

Dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo.

A partir destas perspectivas, também é possível verificar que a ludicidade é compreendida como eixo principal da experiência de lazer. As atividades e as atitudes são fundadas no lúdico - entendido como expressão humana de significados da/cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com o contexto (GOMES, 2004, p.145).

A tabela a seguir mostra em quais conteúdos encontramos estes termos, se

³ Os elementos articuladores dos conteúdos estruturantes para a Educação Básica consistem na Relação da Cultura corporal e: Corpo, Ludicidade, Saúde, Mundo do Trabalho, Desportivização, Técnica e Tática, Lazer, Diversidade e Mídia.

estavam relacionados nos itens “objetivo” ou “relações possíveis” do modelo proposto e em qual ano escolar seriam desenvolvidos.

Tabela 1: Os termos de lazer, lúdico e ludicidade presentes nas propostas.

Fonte: Adaptado dos documentos da construção da proposta curricular em questão.

CONTEÚDO	OBJETIVO	RELAÇÕES POSSÍVEIS	ANO
Jogos Populares	-----	Por que não brincamos mais?: O tempo e os espaços para o ato de brincar, o <i>lúdico</i> presente na escola; Os jogos também podem ter o <i>lúdico</i> , e serem menos sérios?	1°
Handebol	-----	Cultura corporal e <i>ludicidade</i> ; Cultura corporal e <i>lazer</i>	1° e 2°
Basquetebol	Vivenciar o basquetebol como uma opção de <i>lazer</i>	Apropriar-se do basquetebol como uma opção de <i>lazer</i>	2°
Futebol	-----	O futebol enquanto atividade física e de <i>lazer</i>	3°
Voleibol	-----	Atividade física e o <i>lazer</i> .	3°
Dança	Reconhecer a possibilidade de vivenciar o <i>lúdico</i> a partir da construção de instrumentos musicais	Cultura corporal e <i>lazer</i> ; A dança enquanto atividade de <i>lazer</i> : espaços e oportunidades	4°

A partir da tabela, é possível perceber que a maior parte das citações da palavra lazer, ludicidade e lúdico, estão contidos no item das “relações possíveis”. A fim de compreender melhor as razões pelas quais o lazer foi relacionado ao conteúdo desenvolvido, aplicamos questionários com os quatro autores destas propostas.

Todos os autores são formados em Licenciatura em Educação Física e cursaram durante esta formação inicial alguma disciplina relacionada à temática do lazer, como disciplinas de *Recreação*, *Recreação e Lazer* e *Fundamentos do Lazer*. Três dos quatro entrevistados possuem algum tipo de especialização ou pós-graduação, entretanto, apenas um respondeu que o curso que realizou abordou a temática do lazer, principalmente relacionada às séries iniciais da educação básica.

Quando questionados a respeito do motivo pelo qual o lazer se encontra como uma das relações possíveis de ser estabelecida com o conteúdo que desenvolveram na proposta (importância e objetivos desta relação) obtivemos diversificadas respostas. Uma delas estava relacionada à vivência esportiva da autora no âmbito do rendimento e do lazer, afirmando que

Era uma diversão para os momentos de lazer, dentro e fora do ambiente escolar. Quando deixei de competir ele continuou presente como forma de lazer [...]. Enquanto estava elaborando a proposta achei muito importante que fosse passado aos alunos as diversas formas de vivenciar o basquete, passando pela iniciação, o jogo, o rendimento, os espaços e o lazer.

Aqui percebemos que a fala nos indica uma motivação pessoal para justificar a inserção do lazer. Percebemos que somente isso não é o bastante para expor a importância do lazer, visto que além de um fenômeno, ele também é um direito, Segundo França (2009, p. 53), “torna-se relevante refletir sobre o lazer, tanto pelo seu teor educativo propositivo, quanto pelo seu aspecto político-social”.

Uma abordagem diferente de um dos entrevistados relaciona o lazer ao prazer e

ao gosto de se realizar alguma atividade, fatores que garantem a aderência, junto com a melhoria na condição física. Segundo França (2009, P. 55) “Não dá para discutir lazer sem reconhecer sua construção histórica enquanto uma elaboração cultural do desejo do homem pelo prazer, pelo gozo, pelo bem estar, [...]”, mas o trato do lazer na escola não deve apenas estar nesse plano. É necessário ensinar aos alunos que eles podem “ao construir práticas de lazer, refletir sobre ‘por que’, ‘para que’, ‘o que’, ‘como’, ‘com quem’, ‘para quem’ [...] significa pensar com que bases e concepções estas práticas serão desenvolvidas” (*Idem*).

Outro professor expressou perspectiva relacionada ao lazer no sentido de proporcionar ao aluno um ambiente favorável para que suas experiências corporais aconteçam a partir do conteúdo, sendo importante que o aluno reconheça em si mesmo suas possibilidades de movimento e criação. Nesta fala, reconhecemos uma das possibilidades do processo educativo do lazer, a de perceber a si próprio como um possível produtor de cultura, porém percebemos que apenas isso não é o bastante para reconhecer a importância do fenômeno lazer.

Por fim, outro enfoque está relacionado ao conteúdo das DCE's (PARANÁ, 2008, p. 59) do Paraná, no qual outra professora cita uma passagem que explica a importância no sentido de “refletir e discutir as diferentes formas de lazer em distintos grupos sociais, em suas vidas, na vida das famílias, das comunidades culturais, e a maneira como cada um deseja e consegue ocupar seu tempo disponível”, sendo papel da Educação Física “promover experiências significativas no tempo e no espaço” (*Idem*).

A resposta da professora vai ao encontro da abordagem do lazer contida nas Diretrizes, na qual apresenta um duplo processo educativo⁴, podendo ser objeto (educação para o lazer) ou veículo de educação (educação pelo lazer), por meio do qual os alunos poderão refletir e discutir as diferentes formas de lazer, nos variados grupos culturais e ainda nos diferentes tempos e espaços. Desenvolver esta temática nas aulas de Educação Física pode “possibilitar aos alunos, no tempo disponível [...] uma apropriação crítica e criativa de seu tempo, por meio da interiorização do conhecimento” (PARANÁ, 2008, p.60).

Observamos que nenhuma das respostas apresentou grandes semelhanças entre si e também em relação às perspectivas de lazer analisadas, o que demonstra que concepções distintas a respeito do lazer estão presentes na proposta curricular para a disciplina de Educação Física do CEP.

Considerações finais

O lazer é uma dimensão da cultura construída socialmente e verificamos que, como tal, vem sendo desenvolvido de forma diversificada na proposta curricular de Educação Física do CEP, alicerçada em diferentes perspectivas e de acordo com as experiências vividas particularmente por seus autores.

Estas distintas concepções acerca do lazer têm suas vantagens, uma vez que os alunos têm possibilidade de estar em contato justamente com diferentes perspectivas, ampliando seu leque de oportunidades de escolha e vivências no tempo e espaço de lazer.

Por outro lado, durante este processo constatou-se que não havia unidade no discurso dos professores, o que dificultou a construção da proposta, evidenciando que, como observado na fala do organizador, seria necessário um trabalho anterior de formação conjunta destes profissionais e também maior estudo acerca das DCE's, a fim

⁴ Ideias elaboradas por MARCELLINO, N. C. Estudos do lazer: uma introdução. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

de que o trabalho fosse encaminhado de forma a tornar os objetivos da proposta curricular e seus respectivos conteúdos mais coerentes entre si.

Nesse sentido, podemos nos questionar se uma multiplicidade de abordagens não pode tornar o fenômeno lazer superficial, uma vez que por meio do currículo, como vimos, definimos o tipo de formação que queremos proporcionar aos sujeitos. É interessante que haja uma base comum acerca das concepções de lazer, que possibilite seu aprofundamento teórico, sem desconsiderar a diversidade de pensamentos.

Com a análise das propostas e entrevistas, consideramos necessário estabelecer o lazer não apenas como “relação possível” com os diversos conteúdos, mas sim como uma relação fundamental e indispensável, pois além de estar relacionado ao tempo, espaço e atitude, não é um fenômeno isolado, pois está em franco diálogo com o contexto.

Por um lado, o lazer pode contribuir para o mascaramento das contradições sociais, mas, por outro lado, pode representar uma possibilidade de questionamento e resistência à ordem social injusta e excludente que predomina em nosso meio. (GOMES, 2004, p.124).

Nesse sentido, seu desenvolvimento no ambiente escolar se mostra de suma importância, uma vez que pode estimular o pensamento crítico e reflexivo do aluno com relação à tematização destas questões.

Referências

- COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ. Projeto Político pedagógico. Curitiba. 2012.
- FRANÇA, Tereza Luíza. Educação para e pelo lazer. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.) **Lúdico, educação e Educação Física**. Ijuí - RS: Unijuí. 2009
- GAZETA DO POVO. Ensino em blocos tem futuro incerto. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/ensino/conteudo.phtml?id=1223357&tit=Ensino-em-blocos-tem-futuro-incerto-no-PR> Acesso em: 18/11/2012.
- GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática de liberdade: uma proposta educativa para a juventude**. 2ª. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- OLIVEIRA, Amauri Bassoli de. Metodologias emergentes no ensino da Educação Física. In: **Revista de Educação Física/UEM**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, Vol. 8, n.1, p. 21-27, 1997.
- PARANÁ. Diretrizes Curriculares da Educação Básica (Educação Física). Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_edf.pdf> Acesso em: 08/10/2012.
- SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SCAGLIA, Alcides. Jogo e Educação Física escolar: Por quê? Para quê?. In: MOREIRA, Wagner Wey (org.). **Educação Física: Intervenção e conhecimento científico**. Piracicaba: Unimep, 2004, p. 107-125.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL NO LAZER

Marina de Carvalho Alecrim Alves

RESUMO

O presente trabalho tem como tema central a prática profissional na área do Lazer, com a finalidade de analisar de maneira histórica as possibilidades e limites da atuação do Serviço Social neste espaço ocupacional. Dessa maneira, a partir da pesquisa bibliográfica, apresentamos como fundamental a análise da vida cotidiana para compreender a prática profissional, bem como a discussão do potencial da arte e dos limites impostos pela mercantilização do Lazer nesta sociedade, para se pensar o espaço/momento de lazer na sua potencialidade de controle e adaptação aos valores da sociedade, mas também na sua capacidade de ser um espaço de lutas contra-hegemônicas e de questionamento desta ordem. Identificamos que os limites impostos à prática profissional de Serviço Social no âmbito do lazer vão desde à inserção do Serviço Social na divisão social do trabalho até a mercantilização do tempo/espaço de lazer, contudo, nossas análises não se direcionam para uma visão fatalista e imobilista do exercício profissional neste espaço, muito pelo contrário, tenta apontar os limites existentes para se pensar alternativas e possibilidades de uma prática profissional que se comprometa com o fortalecimento do projeto ético-político hegemônico atualmente e dos espaços de luta e resistência à lógica capitalista.

Palavras-chave: Lazer, Serviço Social e Vida Cotidiana.

Introdução

O presente trabalho visa fazer uma análise da prática do assistente social na esfera do Lazer, buscando captar suas possibilidades e limitações. Para isso, pretendemos fazer uma breve discussão sobre o Lazer e a vida cotidiana, esmiuçando também suas potencialidades e limites enquanto espaço ou momento de construção de projetos coletivos, no qual o sujeito se identifique enquanto ser humano genérico.

O objetivo geral deste trabalho é traçar breves considerações sobre a prática do assistente social brasileiro no âmbito do Lazer a partir da utilização da pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico. Almejamos como objetivos específicos: 1-Contribuir com a formação e o exercício profissional de assistentes sociais e de outros profissionais das Ciências Sociais e da Saúde; 2-Fomentar o debate sobre o tema e sobre as potencialidades da atuação do assistente social no âmbito do Lazer e, 3- Estimular a criação de pesquisas, projetos de extensão e grupos de discussão sobre o tema.

I-Fundamentação teórica, Resultados, Discussões e Considerações finais

O tempo de lazer ocorre na vida cotidiana, a qual todos os homens vivem. Por isso, pensar uma prática social que tenha o lazer como espaço de intervenção, coloca como imprescindível compreender a vida cotidiana.

A vida cotidiana se coloca como espaço de intervenção de vários segmentos desta sociedade, assim como também expressa o modo de vida dos sujeitos, nos sinalizando que para compreensão dos fenômenos e intervenção nesta realidade, ela se apresenta como algo que deve ser alvo de nossas análises.

Baseada em Lefebvre, Carvalho (2005) ressalta que para apreender a vida cotidiana, temos que considerar três perspectivas. A primeira, é a busca do real e da realidade, na qual é preciso ter claro que a vida cotidiana compreende os afetos, os hábitos, o vivido, enfim as representações que fazem parte do real cotidiano sem se perder no imaginário.

A segunda se refere a totalidade, não como a soma das partes, mas como nas partes que encontram no todo o seu conceito e sua verdade. Pensar a vida cotidiana a partir de sua totalidade, compreendendo que a totalidade é histórica e que por isso é necessário compreender o seu movimento e sua direção enquanto um devir histórico.

A terceira perspectiva a se considerar, “diz respeito às possibilidades da vida cotidiana, enquanto motora das transformações globais.” (CARVALHO e NETTO, 2005, p.21). E por isso, seria a vida cotidiana vivida pelas classes um foco estratégico para uma práxis revolucionária.

A vida cotidiana é vivida todos os dias e por todos os homens em todas as épocas históricas. Há ponto de ser possível afirmar que não há vida humana sem o cotidiano e a cotidianidade. No entanto, o cotidiano e a cotidianidade são vividos de forma diferente tanto nas diferentes épocas históricas, como pelas classes sociais existentes em cada modelo societário. Por fim, é na vida cotidiana que o homem participa com todos os aspectos de sua personalidade e ao se reproduzir enquanto indivíduo, reproduz indiretamente a totalidade social.

O homem é ao mesmo tempo singular e genérico, mas sua genericidade nem sempre se realiza, sendo apenas uma possibilidade. Assim,

O indivíduo (a individualidade) contém tanto a particularidade quanto o homem genérico que funciona consciente e inconscientemente no homem [...]. O desenvolvimento do indivíduo é antes de mais nada, mas de nenhum modo exclusivamente, função de sua liberdade fática ou de suas possibilidades de liberdade.

A explicitação dessas possibilidades de liberdade origina em maior ou menor medida, a unidade do indivíduo, a 'aliança' de particularidade e genericidade para produzir uma individualidade unitária.

Quanto mais unitária for essa individualidade (pois essa unidade, naturalmente, é apenas tendência, mais ou menos consciente), tanto mais rapidamente deixa de ser aquela muda união vital do genérico e do particular a forma característica da inteira vida (HELLER apud CARVALHO e NETTO, 2005, p. 26 e 27)

A questão que se coloca é como romper esta relação muda entre particularidade e genericidade? Antes de responder esta pergunta, cabe antes analisar a imediatividade e heterogeneidade que se apresentam como determinações fundamentais da cotidianidade,

A imediatividade é o padrão de comportamento próprio da cotidianidade, uma vez que os indivíduos se deparam o tempo todo com situações que exigem respostas imediatas, como atravessar uma rua. Estas respostas até por questões de sobrevivência, não podem ser elevadas ao nível de questionamentos mais aprofundados, porque situações como essas ocorrem o tempo todo sem que o indivíduo tenha que depreender todas as suas forças físicas e intelectuais para respondê-las. Sem a conduta imediata, a reprodução do indivíduo se tornaria inviável. Porém, desta imediatividade decorre também um pensamento pragmático que vê a prática a partir de seu critério de utilidade, no qual o útil é o verdadeiro, tornando a funcionalidade o critério de validade no cotidiano. Este pensamento se coloca como um obstáculo a relação entre singular e ser genérico.

A vida cotidiana é heterogênea nos sentidos e aspectos mais diversos. Segundo Heller (1994), podemos perceber que a vida cotidiana é heterogênea em suas atividades, sentimentos, habilidades e afetos. Afinal, as atividades não são apenas diferentes, como se configuram de maneira diferente dependendo da maneira que cada indivíduo lida com ela, de acordo com o tempo e o estrato social. Este conjunto de ações e atividades heterogêneas contém uma determinada hierarquia que se modifica de acordo com os valores de uma dada época histórica. Se delinea assim, uma heterogeneidade hierarquizada que introduz uma certa sucessão linear e repetitiva de atos e atividades no dia a dia que determina uma rotina característica da cotidianidade.

A heterogeneidade e a imediaticidade são determinações da cotidianidade que devem ser suprimidas para que haja a passagem do homem inteiro para o inteiramente homem. Vale inferir, que esta superação nunca será completa e nem eterna, mas é necessária para suspender a cotidianidade. A suspensão da cotidianidade se dá através do processo de homogeneização.

Mesmo que a vida cotidiana tenha esferas e objetivações heterogêneas, não significa que não haja esferas e também objetivações mais ou menos homogêneas. A relação entre homogeneidade e heterogeneidade é relativa as capacidades e habilidades do particular. No entanto,

a medida que se desarrolla la individualidad, cuanto más unitario se hace el particular que actua em la vida cotidiana, tanto más homogêneas se hacen sus capacidades e habilidades: la personalidad unitaria es una estructura homogênea. Pero queda siempre el hecho de que los diversos – heterogêneos – tipos de actividad ocupan cada vez más facultades, habilidades y pasiones diversas, por lo que la vida cotidiana permanece siempre heterogênea hasta para el individuo más homogêneo. (HELLER, 1994, p.116)

Apesar desta relatividade, é possível pensar no que Lukács chama de processo de homogeneização. A homogeneização não significa que o indivíduo atue numa estrutura homogênea e nem que o próprio indivíduo se faça homogêneo, mas que o indivíduo se submerge em apenas uma esfera objetivamente homogênea, na qual o mesmo concentre toda sua energia.

Com isso, temos a identificação do particular com a genericidade, na qual sua intenção está direcionada a genericidade incorporada na esfera homogênea determinada. Para que isto ocorra, não é preciso que se conheça o conceito de genericidade, sendo suficiente que esta esfera seja objetivamente veículo do desenvolvimento genérico.

É de suma importância ressaltar que o processo de homogeneização indica uma supressão da cotidianidade, mas que esta não é um critério subjetivo. Heller (1994) aponta que o processo de homogeneização tem como critério antes de tudo a relação imediata com uma objetivação genérica homogênea que deve ser consciente e ativa, além de ser necessário a concentração sobre esta única tarefa. Soma-se a estes critérios uma generalização de nossa personalidade, das nossas experiências e de nossos pensamentos que pode nos elevar por cima da vida cotidiana, o que no entanto não significa que nos elevará por cima do pensamento cotidiano e vice-versa. Afinal, é preciso ter claro que o processo de homogeneização é um processo e que não há como catalogar o que seriam atividades cotidianas e não cotidianas. O que importa é que

Las objetivaciones genéricas para-si provienen siempre de la cotidianidad y vuelven siempre a desembocar en ella. Y lo que es valido para el desarrollo de la sociedad en su conjunto, lo es también

para el desarrollo del particular: también el particular está en constante movimiento entre sus actividades cotidianas y sus actividades genéricas. En este perenne bascular (que no se verifica solamente en la cotidianidad) se conforman al mismo tiempo el mundo del hombre y el hombre mismo. (HELLER, 1994, p. 118)

Heller discorre sobre a relação entre a vida cotidiana e algumas atividades genéricas, dentre elas estão o trabalho, a moral, a religião, a política, a ciência, a arte e a filosofia. Mesmo tendo o entendimento que durante o tempo livre do indivíduo este pode vivenciar várias destas atividades genéricas citadas, para este trabalho nos interessa as discussões referentes a arte e o tempo/espaço de lazer.

Podemos afirmar, segundo Heller (1994), que a arte é uma atividade objetivamente genérica do conhecimento e do autoconhecimento humanos e é parte integrante da práxis humana em seu conjunto. No início, esta atividade nasceu das necessidades da vida cotidiana e até das necessidades políticas de integração, mas, posteriormente, ganhou autonomia enquanto uma esfera de objetivação específica, com o qual já não possui uma relação direta com as necessidades imediatas de integração ou mesmo com a vida cotidiana dos particulares. Por fim, a arte se referi ao elemento humano em seu conjunto e se apresenta como “la autoconsciência de la humanidad: sus creaciones son siempre vehículos de la genericidade para-sí, y en múltiples sentidos.” (HELLER, 1994, p.200)

A obra de arte tem a capacidade de representar o mundo do homem como o mundo feito pelo homem, além de refletir o desenvolvimento dos valores da humanidade e se tornar também a memória da humanidade.

Destacamos a arte enquanto atividade fundamental para nossa discussão de Lazer por esta estar presente nos espaços e tempos de lazer, mas também pelo fato de arte ser capaz de suspender a particularidade e elevar a genericidade tanto no processo da produção artística de uma obra de arte, quanto no momento da recepção desta obra de arte, no qual o receptor se eleva a genericidade igual ao artista.

Nem toda a arte é capaz de suspender a particularidade, como exemplo temos o Kitsch, que é um tipo de arte, cuja hierarquia de valores não representa nada da genericidade do seu próprio tempo, sendo considerada uma pseudoarte. Assim, também nem toda a arte e gozo artístico elevam a particularidade ao mesmo nível e com a mesma intensidade, afinal os indivíduos que gozam de uma obra de arte carregam com eles toda uma vivência cotidiana sentida de maneira peculiar e que expressam sentimentos, conhecimentos e até mesmo ideologias específicas. Sendo assim, o que define a capacidade de elevação completa da particularidade ao plano da particularidade é o antes do gozo artístico. Da mesma maneira, o depois do gozo artístico ocorre de maneira diferenciada, podendo transformar ou não a maneira de se relacionar com o mundo.

Diante desta capacidade da arte, pensamos que a vivência do lazer relacionada com a arte pode estabelecer momentos em que o indivíduo consiga suspender sua particularidade e se elevar a genericidade. Não de maneira direta, mas entendendo-a como uma possibilidade, esta suspensão pode contribuir para mudanças na vida cotidiana, na medida em que pode acarretar em discussão de valores e de tipos de sociabilidade desta sociedade, que pode culminar em uma práxis voltada para a construção de um novo tipo de sociedade.

Tornar estas suspensões frequentes pode contribuir para uma reapropriação do ser genérico mais profunda e um enriquecimento da percepção do cotidiano. No processo de suspensão, o singular se reconhece enquanto partícipe de uma totalidade. E mesmo que seja temporária, a suspensão permite ganhos de consciência e mudanças no

cotidiano singular e coletivo.

Este conteúdo de transformação do cotidiano tanto singular quanto coletivo e a identificação do ser humano singular com o ser humano genérico é o que irá nortear as potencialidades que vislumbramos no tempo/espaço de Lazer.

Pensamos ser a mediação para se pensar a relação do serviço social e do lazer, o entendimento deste último enquanto direito, mas também enquanto tempo de reflexão e de espaço privilegiado para ações contra-hegemônicas. No entanto, é necessário ter claro os limites que este tempo/espaço coloca a nossa intervenção, no qual o principal é a sua mercantilização dentro da sociedade capitalista que o engedra nas teias da alienação, para que não tenhamos uma visão idealizada deste espaço de intervenção.

O Serviço Social avançou teórica e politicamente desde a década de 80. Este avanço se relaciona com a aproximação do marxismo e com as diversas lutas dos movimentos sociais, bem como com o amadurecimento teórico e com o período da redemocratização vivido pela sociedade brasileira. Através da Lei de regulamentação de 93, das Diretrizes Curriculares de 96 e do Código de Ética de 93 é possível identificar um perfil profissional ligado à garantia de direitos e ao aprofundamento da democracia.

O assistente social atua diretamente com a classe trabalhadora, isto é, com os trabalhadores informais, formais, desempregados e os que vivem em extrema miséria. São, portanto, profissionais que se encontram numa posição privilegiada, já que atuam, na maior parte das vezes, com políticas sociais que visam interferir no cotidiano desta população. Essa interferência pode se dar na direção do controle social, ou a depender do profissional, a direção social desta prática profissional pode revelar seu conteúdo crítico, propositivo e de luta pela garantia de direitos. A direção social da prática profissional deve ser vista com sua devida importância, pois é a partir dela que irá se delinear as escolhas dos processos e das estratégias de ação que tem impacto direto na vida dos sujeitos, que fazem parte da classe atendida por estes profissionais.

A conjuntura brasileira atual revela um cenário pouco promissor no que tange a garantia de direitos. As políticas sociais estão direcionadas pelo ideário neoliberal, e por isso se apresentam ainda mais fragmentadas e segmentadas, além de mais focalizadas, precarizadas e com cunho privatizante. O Estado se direciona para uma desresponsabilização do trato da “questão social” e repassa esta responsabilidade para o mercado, para o chamado “terceiro setor” e para os próprios indivíduos, o que acarreta numa individualização ainda mais forte dos problemas sociais.

O perfil profissional direcionado para garantia de direitos se coloca em choque com a própria dinâmica da sociedade capitalista, o que nos leva a afirmar que apresentamos um projeto profissional contra-hegemônico. Além disso, a prática do assistente social encontra como limite a sua própria inserção na divisão sócio-técnica do trabalho. Com isso, pretendemos argumentar que não cabe ao profissional de serviço social, dado os limites apontados, a tarefa exclusiva de garantir direitos e muito menos de transformar uma sociedade.

A garantia de direitos e a busca por uma construção de uma nova ordem societária podem sim ser a direção dada a prática e que se revela no direcionamento que damos a nossa intervenção profissional, mas jamais algo que cabe ao assistente social executar, até mesmo porque não seria possível. O que cabe a este profissional é sim uma prática social que esteja concatenada com o fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora, com a participação social, com a busca incessante pela universalização dos serviços sociais, enfim com uma prática voltada para um processo de reflexão e ação coletiva e que questione os tipos de sociabilidade e os valores desta sociedade.

Diante do exposto, pensamos que a intervenção do assistente social na esfera do Lazer não pode ser pensada de maneira fragmentada. É necessário compreender como o

lazer se coloca na dinâmica da totalidade e de que maneira o assistente social pode fortalecer o momento/espço de lazer na direção social apontada acima.

Primeiramente, é preciso pensar que o Lazer se torna um espaço consolidado de intervenção dos assistentes sociais na medida em que este se torna um direito posto na Constituição de 1988 e passa a ser alvo de políticas sociais, tanto públicas como privadas. Mas mesmo antes da afirmação do Lazer enquanto direito e da consolidação deste espaço de intervenção, o Lazer foi alvo de intervenção de assistentes sociais, sejam eles contratados pelo Estado ou mesmo pelas empresas, vide a longa atuação de assistentes sociais no Serviço Social do Comércio – SESC que tinha e ainda tem políticas de lazer voltadas para os seus sócios.

O lazer é visto sobre várias perspectivas e sua materialização como política social não deriva apenas em uma única visão sobre o que é lazer e portanto aponta diferentes estratégias de implantação dessa política. Assim, verificamos uma gama de projetos, programas e políticas de Lazer que vão desde a noção de Lazer como ocupação do tempo livre de jovens e da terceira idade à uma visão deste como potencializador da qualidade de vida ou mesmo como controle do tempo livre.

Dessa forma, é de suma importância que o assistente social ao se tornar o profissional responsável por formular e executar políticas, programas e projetos de lazer, imprima neste espaço/momento valores que identifiquem o lazer como direito social universal e que possa propiciar aos indivíduos um momento de identificação do singular com o universal. Este profissional tem como possibilidade, que pode não se efetivar em realidade devido às adversidades da conjuntura neoliberal das últimas décadas e do próprio limite da intervenção profissional posto pela divisão sócio-técnica do trabalho, propiciar a democratização da cultura e do conhecimento que nesta sociedade permanece acessível a poucos.

È possível também a potencialização da participação popular, nos quais os sujeitos tenham direito a voz e voto e construam de maneira coletiva as políticas de Lazer. O assistente social deve priorizar esta participação em todos os processos seja na formulação ou na execução das políticas.

As políticas de Lazer com cunho universalista encontra como limites a utilização do espaço urbano, que ,como aponta Arantes,

embora se saiba que as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista, que a exploração da propriedade do solo não seja um fato novo (Lefebvre op.cit), havendo, portanto, uma relação direta entre a configuração espacial e urbana e a produção e a reprodução do capital, a novidade no atual estágio do capitalismo é que as cidades passaram elas mesmas a serem geridas e consumidas como mercadoria. (ARANTES apud GOMES, 2005, p.5)

Diante deste cenário, torna-se mais uma vez fundamental fomentar a participação popular tanto para incentivar a luta pela democratização dos espaços da cidade quanto para desconstruir a lógica privatista e mercantilizante dos espaços urbanos. A desconstrução desse modelo de gerência da cidade intervém diretamente nas políticas de lazer, pois possibilita também a desconstrução do Lazer enquanto mercadoria e pode possibilitar a utilização deste espaço/momento de maneira coletiva. Portanto, podemos afirmar que o Direito ao Lazer se relaciona diretamente com o Direito à Cidade, e se apresenta como um espaço/momento propício a uma atuação do assistente social numa direção social contra-hegemônica.

As possibilidades de atuação do assistente social na área do Lazer se apresenta

também na sua relação com a democratização do conhecimento e da produção artística e cultural produzida historicamente pela humanidade, que nesta sociedade ainda se concretiza para poucos. Assim, como pode potencializar espaços em que os usuários sejam os criadores do conhecimento, da cultura e da arte. Nestas possibilidades, se coloca a potencial traçado por Heller (1994) de nestes momentos o sujeito elevar a sua particularidade a genericidade e se suspender da cotidianidade.

A intervenção do assistente social nesses espaços pode ter um cunho educativo, trazendo à tona reflexões sobre o cotidiano e suas relações de opressão (gênero, relações de classe, etc); sobre as políticas sociais, econômicas; sobre a indústria cultural e do Lazer, enfim sobre a vida social dos sujeitos neste tipo de sociedade.

Pensamos ser possível que a intervenção deste profissional contribua para um enriquecimento da percepção deste cotidiano pelos sujeitos, na medida em que se direcione para uma prática que relacione o singular ao universal e que ao situar os fenômenos historicamente e incentivar a participação popular, suscite também a busca pela construção de projetos coletivos e contra-hegemônicos de sociedade.

Assim, concluímos que apesar de o lazer afirmar a lógica alienante e fetichista do capitalismo, ele também pode representar um espaço/momento de reflexão e ação contra-hegemônica. Por isso, cabe ao assistente social compreender os seus limites e possibilidades para traçar com clareza e com as devidas mediações as estratégias de ação que irão direcionar a sua prática.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 9ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- CAMARGO, Luiz. **O que é lazer**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 100 p. (Coleção Primeiros Passos, 172).
- CARVALHO, Maria; NETTO, José. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- FERNANDES, Erick; HÚNGARO, Edson; SOLAZZI, José Luís. **Lazer, trabalho e sociedade**: notas introdutórias sobre o lazer como um direito social. Coimbra, 2004. Disponível em: www.ces.uc.pt
- GOMES, Maria. **As transformações no mundo do trabalho e seus reflexos nas cidades capitalistas periféricas**. In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2005, São Luiz, II Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2005. Publicação de resumo completo em anais
- HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana**. 4ª ed. Barcelona: Ediciones Penínsulas, 1994
- MELO, Victor; JUNIOR, Edmundo. **Introdução ao lazer**. 1ª ed. São Paulo: Manole, 2003.

CRIANÇAS E SUAS SUGESTÕES: O LAZER NA CIDADE DE MARINGÁ-PR

Fabiana Moura Arruda

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar as sugestões das crianças para o lazer na cidade de Maringá-PR. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa com o uso da técnica do grupo focal com dois grupos de crianças, um de uma escola estadual e outro de uma particular, totalizando vinte e um sujeitos. Foram feitos três encontros com cada turma com o intuito de conhecer o que pensam e querem para o município. Partindo das propostas das crianças, concluímos que é fundamental que o poder público e os demais responsáveis pela infância na cidade assumam suas responsabilidades e garantam o direito de todas as crianças ao lazer e à participação infantil na vida urbana.

Palavras-chave: Crianças; Lazer; Direito.

Introdução

Este trabalho investigou as sugestões das crianças para o lazer na cidade de Maringá-PR. O estudo é fruto de uma investigação de Mestrado em Educação com crianças que teve como perguntas orientadoras da fase de campo: O que vocês mais gostam na cidade? O que vocês menos gostam? Vocês têm alguma sugestão para Maringá? Salienta-se, portanto, que a pesquisa não tratou diretamente do lazer; esta categoria foi identificada posteriormente durante o processo de análise das falas dos sujeitos¹. A dissertação analisou as opiniões e propostas das crianças para a cidade a fim de propor fundamentos conceituais e ações políticas para a potencialização da participação infantil no município (ARRUDA, 2011).

Fundada em 1947, Maringá, localiza-se na região noroeste do Estado do Paraná, com uma área total de 487,73 km². No ano de 2010, a população era de 357.117 pessoas. Deste total, 66.356 pessoas tinham menos de 15 anos, representando 18,63% da população total (IBGE, 2010).

Somente com a Constituição Federal de 1988 o lazer foi compreendido como direito no Brasil (CARVALHO; VARGAS, 2010). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei federal nº. 8.069 de 1990, em seu artigo 4º faz referência à responsabilidade da família, comunidade, sociedade e do poder público para com a criança e com a garantia de seus direitos, dentre eles o lazer, em condição de prioridade absoluta:

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Apesar do reconhecimento na lei, o panorama geral da realidade das cidades brasileiras é marcado pela diminuição dos espaços e patrimônios públicos bem cuidados

¹ As demais categorias analisadas na pesquisa foram: cultura, escola, transporte/trânsito, segurança, meio ambiente, mobilidade urbana, liberdade e participação infantil.

para o convívio entre as pessoas e grupos sociais diversos (RIBEIRO, 2006), que encontravam naqueles locais possibilidades de relações humanas e práticas culturais (PIRES, 2006). O receituário neoliberal ao fomentar a privatização, a mercantilização e a redução da intervenção estatal na regulação econômica e social (SANTOS, 2005) gera a contínua diminuição do convívio social e de experiências nos lugares públicos. Este quadro geral também influencia a vida das crianças, que sofrem com a falta de espaços públicos para a prática de lazer na cidade, assim como com a invisibilidade perante as políticas públicas e decisões na vida coletiva (SARMENTO *et al*, 2007).

Em contraposição a esta perspectiva de marginalização, nosso intuito foi trazer as propostas das crianças para o lazer. O estudo justifica-se pelos escassos trabalhos em que aquelas são ouvidas e têm espaço para tecer suas críticas e elaborar suas sugestões para o lugar em que vivem.

Objetivo

1. Analisar as sugestões das crianças para o lazer na cidade de Maringá-PR.

Procedimentos metodológicos

O estudo caracteriza-se como qualitativo, sendo realizado com 21 crianças de duas escolas de Maringá, sendo dez da 5ª série de uma escola estadual e onze da 6ª série de uma escola particular, na faixa etária de dez a quinze anos, de ambos os sexos². Os sujeitos participantes foram os que demonstraram interesse e tiveram a autorização dos seus responsáveis. No decorrer do trabalho, apresentamos somente as iniciais dos seus nomes e as suas respectivas idades.

A posição adotada, durante a fase de campo, foi de ouvir as crianças, a partir da fundamentação teórica e metodológica da Sociologia da Infância, que reconhece que aquelas possuem experiências, culturas e conhecimentos que podem contribuir para a investigação da infância, o que não significa deixar de levar em consideração o contexto social, político e cultural no qual estão inseridas (SARMENTO, 2002; DELGADO; MÜLLER, 2005; MÜLLER, 2007).

A técnica adotada para a coleta de informações com os sujeitos foi o grupo focal.

Ao todo foram feitos três encontros para os grupos focais com cada turma, os quais aconteceram de maneira lúdica por meio de apresentações da pesquisadora com os seguintes conteúdos: direitos da criança e do adolescente; experiências de participação infantil pelo mundo³; e a Rede de proteção e atendimento às crianças no município. Após as exposições, eram realizadas discussões acerca do que as crianças consideram bom, ruim e como deveria ser a cidade.

O princípio que orientou a decisão sobre os assuntos a serem tratados nos encontros com as crianças foi a ideia de que as opiniões delas sobre a cidade seriam fruto de seus saberes e vivências. A intenção foi contrastar se o que diziam era contemplado ou não nas leis brasileiras, bem como detectar os obstáculos para que não se realizem as propostas das crianças. A seguir, são apresentadas as sugestões das

² Os sujeitos da pesquisa são tratados como crianças no trabalho, pois se optou por adotar a linguagem do Fundo das Nações Unidas para a Infância que considera crianças os seres humanos com até dezoito anos (UNICEF, 1989).

³ As experiências apresentadas e discutidas com as crianças foram: a) Cidade da Criança (Fano, Itália); b) Cidade Amiga da Criança; c) Orçamento Participativo Criança (Sevilha, Espanha; Goiânia e Recife, Brasil); d) Câmara Mirim (Ipatinga, Brasil); e) Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cidades brasileiras).

crianças para o lazer em Maringá.

Resultados e discussões/fundamentação teórica

O quadro a seguir representa as sugestões das crianças de como deveria ser o lazer. Especificou-se a quantidade de vezes que cada opinião foi identificada nas falas dos sujeitos. As crianças mencionaram dezenove itens, totalizando 37 propostas. Suas sugestões referem-se a espaços, equipamentos e eventos que gostariam de ter acesso ou que desejam ter com mais frequência e cuidado na cidade.

Quadro Nº 1: Sugestões das crianças para o lazer.

LAZER – DEVERIA SER	
1.	Mais horários e vagas nos centros esportivos (1 vez)
2.	Parquinhos novos com mais oportunidades de lazer (2 vezes)
3.	Parquinhos mais bem cuidados (2 vezes)
4.	“Balada” para as crianças entrarem sem bebida alcoólica (3 vezes)
5.	Ruas de lazer em todos os bairros (3 vezes)
6.	Parque de diversão aberto o ano inteiro (3 vezes)
7.	Lugar para cantar e dançar (2 vezes)
8.	Parque grande com rio (1 vez)
9.	Um bairro para as crianças brincarem (1 vez)
10.	Piscinão (1 vez)
11.	Parquinho para as crianças ao lado da catedral (1 vez)
12.	Praças em todos os bairros (1 vez)
13.	Parque do Ingá reformado e aberto (2 vezes)
14.	Lugar para brincar em todos os bairros (4 vezes)
15.	API (Academia da Primeira Idade) em todos os bairros (1 vez)
16.	Praça para brincar e andar descalço (1 vez)
17.	Brinquedos nos parquinhos para as crianças grandes e pequenas (1 vez)
18.	Mais centros esportivos para a prática de esportes (4 vezes)
19.	Zoológico (3 vezes)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Dentre aquilo que disseram os sujeitos estão as sugestões de mais vagas e horários nos centros esportivos; maior cuidado com o patrimônio público; festas sem bebidas alcoólicas; ruas de lazer; parques de diversão abertos o ano todo; parque com rio; um bairro só para as crianças brincarem; e a piscina. Querem ter um parque ao lado da catedral; praças; mais locais para brincar e API (Academia da Primeira Infância)⁴ em todos os bairros; e brinquedos para várias faixas etárias.

As crianças também citaram mais centros esportivos e zoológicos, mais opções de lazer e de prática esportiva em todos os bairros do município, o que demonstra a preocupação delas com a falta de acesso ao lazer em Maringá. De forma geral, não propõem espaços nos quais o acesso é permitido àqueles que podem pagar. Sugerem a criação de ambientes, equipamentos e serviços públicos para que possam vivenciar suas práticas lúdicas por toda a cidade.

Algumas propostas podem ser avaliadas pelo mundo adulto como sendo fantasiosas. Entretanto, não podemos deixar de considerar que a imaginação e a fantasia são características do universo infantil e, portanto, precisam ser conhecidas pelos adultos uma vez que esses já têm mais maturidade e experiências para mediar as

⁴ Projeto desenvolvido ao ar livre pelo governo municipal de Maringá em um único bairro, que conta com brinquedos como: escorregador, gira-gira e balanço para promover o crescimento e o desenvolvimento físico das crianças.

relações entre e com as crianças quando se fomenta a elas possibilidades de reflexão sobre a realidade. Neste sentido, de acordo com Tonucci (1997), entende-se que a promoção de oportunidades para que as crianças opinem não significa realizar todas as suas vontades, “[...] mas serão valiosas indicações para os profissionais encarregados de realizar os projetos” (TONUCCI, 1997, p. 65) destinados à infância.

Os dados mais recentes apontam que, no ano de 2009, a despesa de Maringá com o lazer foi de R\$ 14.246.163,23 (IPARDES, 2010). A cidade conta com dez centros esportivos públicos, seis parques municipais e 36 praças, sendo que, por exemplo, em 52,7% das praças não há lixeiras e em 22,2% não existem bancos, como identificou Remolli (2010).

Embora exista investimento em lazer no município, parece haver uma inoperância das políticas e projetos propostos. No entanto, não foi possível tecer um diagnóstico mais preciso devido à dificuldade de encontrar dados consistentes a respeito da política pública de lazer em Maringá. Não há uma página eletrônica da secretaria de lazer que ofereça à população as informações sobre os orçamentos, programas e projetos desenvolvidos. Foram consultados órgãos da cidade como o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Departamento de Educação Física (DEF) da Universidade Estadual de Maringá, além de pesquisas em periódicos científicos, mas não foram encontradas referências sólidas acerca da política municipal de lazer.

As crianças criticaram a negligência com o patrimônio público e a pouca oferta de espaços e atividades de lazer em todos os bairros de Maringá, como se observa nas falas abaixo:

- “Perto da nossa casa não tem nenhum parquinho, não tem, só tem rua, rua, rua e rua. A gente devia ter um lugar para brincar!” (L., 10)
- “Onde eu moro não tem parquinho perto, se quiser brincar, eu tenho que ir na Praça Santo Antônio!” (J., 10)
- “Têm vários parquinhos só que tá tudo mal cuidado, não tem como brincar lá!” (N., 11)

As críticas e reclamações das crianças podem ser analisadas a partir da história da cidade. Desde o início de sua projeção urbanística, Maringá pautou-se em uma distribuição da população de acordo com as condições sociais e econômicas dos moradores, reproduzindo processos de desigualdade social. A tão divulgada cidade planejada, dotada de árvores e avenidas largas, configura-se planejada para alguns segmentos sociais, enquanto outros sofrem com a carência de serviços e de espaços com qualidade para viver dignamente (RODRIGUES, 2004). Neste sentido, o município parece estar mais atento às questões comerciais e com sua aparência, conforme analisam Rodrigues (2004) e Cordovil (2007), do que com a importância de uma política pública que promova a vivência do lazer com qualidade para toda a população.

A explicação para a realidade local constatada coincide com a afirmação dos autores que chamam a atenção para a degradação dos espaços públicos e para o crescente processo de exclusão social nas cidades no contexto neoliberal capitalista (BLAY, 1978; SAULE JÚNIOR, 2005). Segundo Santos (2005), as políticas públicas, no neoliberalismo, são subordinadas às exigências do mercado e da privatização. Sendo assim, os direitos, que deveriam ser garantidos pelo Estado, transformam-se em serviços oferecidos pela iniciativa privada, o que torna o acesso àqueles restrito a quem detém condições econômicas.

Em relação às sugestões das crianças de como deveria ser o lazer, pode-se verificar que reivindicam que haja mais espaços e atividades por toda a cidade, assim

como um maior cuidado com o patrimônio público, como é possível observar nos trechos dos grupos focais:

- “Onde eu moro tem Centro Esportivo, só que tem só terça e quinta horários disponíveis. Quem não pode no horário disponível, não tem como participar! Então teria que ter mais horários à tarde!” (M. V., 11)
- “Devia ter um parque perto para as crianças!” (C., 10)
- “E eu queria ter um parque novo, que ofereça mais oportunidade de lazer” (N., 11)
- L. V. (11) complementa:
 - “Menos enferrujado!” (L. V., 11)
 - “Mais bem cuidado!” (N., 11)
 - “Eu queria muito que tivesse Academia da Primeira Idade! Só tem uma perto do Cemitério. Queria que tivesse mais perto!” (M. E., 10)
 - “Eu acho que aqui em Maringá tinha que ter uma praça perto dos bairros, não no centro...que tenha brinquedos pra gente, porque senão...a gente tem que ir lá “onde Judas perdeu a meia” para brincar né! (Dá risada)” (G., 10)

Chama-nos a atenção que a posição das crianças volta-se para a democratização do lazer na cidade, pois sugerem a criação e oportunidades de espaços de lazer em todas as regiões. Para Marcellino (1996), a democratização do lazer:

[...] precisa abranger a conservação dos equipamentos já existentes, sua divulgação e incentivo à utilização, através de políticas específicas e a preservação e revitalização do patrimônio ambiental urbano (MARCELLINO, 1996, pp. 33).

Infere-se que os sujeitos não sugerem atividades de lazer que vão ao encontro dos produtos e serviços difundidos pela indústria cultural, o que de certa forma, refuta a teoria de que as crianças são objetos passivos do mundo adulto. Ao contrário, querem lugares e equipamentos públicos na cidade em que possam vivenciar suas experiências e relações:

- “Mais clubes só que públicos! Por exemplo, não precisa pagar pra fazer aula!” (N., 11)
- “[...] deveria ter um lugar que a gente não precisasse pagar, como um clube, que a gente pudesse fazer vários esportes” (M. V., 11)
- J. P. (15) concorda e diz:
 - “Verdade!” (J. P., 15)

As crianças têm muito a nos dizer. Suas propostas são um conteúdo prático para a intervenção na realidade com vistas à efetivação do direito ao lazer. Elas nos expõem, de forma própria e objetiva, o que a cidade deve fazer para a promoção do lazer. Desejam espaços públicos bem cuidados, com manutenção, segurança e com um amplo leque de opções de atividades, direitos já assegurados na legislação brasileira.

Para a realização de tais direitos faz-se necessário que poder público e o mundo adulto se envolvam e assumam suas responsabilidades para com a infância. Partindo das propostas das crianças pela ampliação das atividades e espaços de lazer na cidade, defende-se a busca pela garantia dos direitos infantis, entendendo o lazer e as práticas lúdicas como possibilidades e oportunidades de desenvolvimento humano como

defendem Marcellino (1996) e Piccolo (2008).

Considerações finais

As crianças estão sendo atendidas com pouca atenção e cuidado por parte do mundo adulto, o qual é responsável pela infância e por seus direitos. Falta uma maior comunicação entre adultos e crianças, ou seja, faltam a elas oportunidades de participação na vida urbana, pois no decorrer da pesquisa detectamos que não opinam sobre praticamente nada no município (ARRUDA, 2011).

Criança tem condição e o direito de participar. No caso do Brasil, a legislação como o ECA e o Estatuto da Cidade garantem a participação das pessoas nas políticas públicas. O ECA, no artigo 16, garante que a criança têm direito à:

- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - participar da vida política, na forma da lei (BRASIL, 1990).

Mesmo sem fazer referência à criança, o Estatuto da Cidade, assegura a gestão democrática das cidades, por meio da participação popular, no parágrafo segundo do artigo dois:

- II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001).

Todavia, identificou-se no decorrer da investigação que a maioria das crianças pesquisadas não conhecia o ECA e, portanto, o seus direitos. Diante disso, é preciso formação política para que crianças e adultos conheçam os seus direitos e se organizem politicamente a favor da efetivação e conquista dos direitos em sua realidade (ARRUDA, 2011).

Defende-se que a criança participe sobre as definições de políticas públicas para o lazer voltado para a infância na cidade. As leis são instrumentos legais a serem utilizadas para se buscar a justiça social, por meio de ações políticas que garantam os direitos das crianças de viverem em uma cidade com espaços, equipamentos e serviços públicos de qualidade para todos, além do direito à participação nos destinos das políticas urbanas.

Inseridas em ações participativas é que as crianças, junto com os adultos, vão se humanizando, compreendendo e vivendo seus direitos, em um processo constante de conscientização e de busca de transformação da realidade em oposição às desigualdades e à violação de direitos provocados pela política neoliberal.

Referências

- ARRUDA, Fabiana M. **A cidade pensada pelas crianças: conceitos e ações políticas para a consolidação da participação infantil**. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.
- BLAY, Eva A. Planejar para quem?: ou a reprodução das favelas em cidades paulistas. In: _____. (Org.). **A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana**. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 171-179.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal nº. 8.069, 1990.

- BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei Federal nº. 10.257, 2001.
- CARVALHO, R. M. B. ; VARGAS, A. O contexto histórico das políticas públicas de lazer no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 13, n. 4, p. 30-43, 2010.
- CORDOVIL, F. C. S. O projeto urbano como propaganda: a construção da imagem da cidade de Maringá. In: MACEDO, O. C. *et al* (Orgs.). **Pensar Maringá: 60 anos de plano**. Maringá: Massoni, 2007.
- DELGADO, A. C. C. ; MÜLLER, F. Em busca de metodologias investigativas com as crianças. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 161-179, 2005.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Convenção sobre os Direitos da Criança**, 1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contagem da População**, 2010.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno estatístico**: município de Maringá, 2010.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MÜLLER, V. R. **História de crianças e infâncias**: registros, narrativas e vida privada. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- PICCOLO, G. M. As antinomias dialéticas do lazer. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 20, n. 30, p. 09-27, 2008.
- PIRES, A. M. G. A rua como lugar de formação da cidadania, prazer e felicidade. In: CARVALHO, J. E. (Org.). **Lazer no espaço urbano**: transversalidade e novas tecnologias. Curitiba: Champagnat, 2006.
- REMOLLI, J. A. **Praças e qualidade espacial**: plano piloto da cidade de Maringá, Paraná. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2010.
- RIBEIRO, W. C. Espaço público e qualidade de vida. **Diálogos**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 89-101, 2006.
- RODRIGUES, Ana L. **A pobreza mora ao lado**: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. 2004. 258f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SANTOS, B. S. A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, v. 15, n. 72, p. 7-44, 2005.
- SARMENTO, M. J. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 78, p. 265-283, 2002.
- SARMENTO, M. J. *et al*. Políticas públicas e participação infantil. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, v. 17, n. 25, p. 183-206, 2007.
- SAULE JÚNIOR, N. **O direito à cidade como paradigma da governança urbana democrática**. 2005. Disponível em: <http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=28>. Acesso em: 23 de mar. 2011.
- TONUCCI, F. **La ciudad de los niños**: un modo nuevo de pensar la ciudad. Madrid: Fundación Germán S. Ruipérez, 1997.

DA PISTA DO PAÇO AO PARQUE DA JUVENTUDE: A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA PRÁTICA DO SKATE

Allana Joyce Soares Gomes
Ana Claudia Porfírio Couto

RESUMO

O desenvolvimento do *skate* no Brasil aparece como uma problemática contemporânea e exerce influência no modo como o espaço é apropriado, percebido e modificado pelos sujeitos. Esse estudo objetiva investigar a relação entre a prática do *skate* e a transformação do espaço urbano. Por meio de análises documentais e bibliográficas, foi evidenciado que os desdobramentos históricos do skatismo, bem como, as modificações nos modos de andar de *skate*, contribuíram para a modificação do espaço na cidade de São Bernardo do Campo (SBC) e, mais especificamente, no Parque da Juventude, além disso, a transformação desse espaço exerceu influência no desenvolvimento da prática cultural do skate em SBC e no ABC Paulista.

Palavras-chave: skate, prática, espaço urbano.

1. Introdução – buscando aproximações

O crescente processo de urbanização do Brasil vem evoluindo desde o final do século XIX e início do século XX (MARICATO, 2000). Sendo hoje, responsável pelo surgimento de grandes regiões metropolitanas que concentram quantidades cada vez mais expressivas de pessoas nas cidades, o último censo demonstra que 85% dos brasileiros vivem em áreas urbanas (IBGE, 2010). Esse fato faz com que sejam colocadas em evidência questões que há pouco tempo não faziam parte das demandas sociais brasileiras. Dentre elas, destacamos aquelas vinculadas ao campo do lazer que, cada vez mais, vem sendo compreendido como “uma problemática essencialmente urbana” (MARCELLINO, 2008, p. 21).

Sendo assim, as formas de apropriação, fruição, criação e recriação do espaço urbano se configuram como uma temática contemporânea que vem ganhando repercussão nos estudos sociológicos e antropológicos. Autores como Pelegrini (2004), Magnani (1999, 2007, 2008), Marcelino (2006), vêm realizando pesquisas abordando temáticas relativas a ocupação do espaço urbano como espaço de vivências culturais. Tais estudos, muitos deles inseridos no campo da antropologia urbana, levam em consideração, consonante Magnani (2007),

[...] tanto os atores sociais com suas especificidades (determinações estruturais, símbolos, sinais de pertencimento, escolhas, valores, etc.) quanto o espaço com o qual interagem – mas não na qualidade de mero cenário e sim como produto da prática social acumulada desses agentes, e também como fator de determinação de suas práticas, constituindo, assim, a garantia (visível, pública) de sua inserção no espaço (MAGNANI, 2007, p. 19).

No contexto das relações urbanas, alguns movimentos culturais são evidenciados, muitos deles trazendo estranhamento, preconceitos, conflitos, e disputas de espaço. Dentre as práticas mais comuns dos grandes centros urbanos, caracterizadas pela necessidade de apropriação do espaço, podemos destacar a pichação, o grafite, a prática de danças de rua como o *break beat* e o *street dance* e os esportes radicais tais

como o *patins in line*, o *parkour* e o *skate*.

Nessa conjuntura, o *skate* apresenta-se como um esporte radical cada vez mais praticado nas cidades e difundido nas grandes mídias. Evoluiu em relação a técnicas e equipamentos, atingindo alto grau de performance e avanço tecnológico. Possui diferenciadas formas de ser praticado, podendo ser utilizado como forma de deslocamento, para fins recreativos ou por meio de competições de nível amador e profissional. Esta última é responsável pela espetacularização que envolve o skate atualmente e movimenta uma crescente indústria dos esportes considerados radicais.

Essa evolução do *skate* contribuiu para o aumento da quantidade de adeptos no Brasil e, mais especificamente na região do ABC Paulista¹. Essa realidade traz consigo determinadas problemáticas que envolvem o uso do espaço urbano e sua consequente modificação. Sendo assim, a presente investigação possui como problemática central: **Como a prática do skate contribui para a transformação do espaço urbano?**

Desse modo, tomaremos como lócus da pesquisa o Parque Cidade-Escola da Juventude Città Di Marostica ou Parque da Juventude² (como é conhecido pelos seus frequentadores). Este parque foi construído a partir da revitalização da antiga Pista do Paço municipal de São Bernardo do Campo (SBC), também conhecida como a Pista Velha de SBC³ e faz parte do conjunto de equipamentos urbanísticos que compõe o “circuito”⁴ de skate do ABC paulista.

Destarte, a pesquisa **objetiva** estudar a relação entre a prática do *skate* e o processo que transformou a Pista do Paço no Parque da Juventude – São Bernardo do Campo - SP. E, especificamente, apresentar como se deu o processo de modificação da Pista do Paço de SBC e estabelecer qual a relação que o desenvolvimento do *skate* em SBC possui com o surgimento do Parque da Juventude.

2. Método

A pesquisa contou com estudo bibliográfico e pesquisa documental. Sendo analisados páginas virtuais, vídeos, fotografias, exposições, folders e informações existentes no Parque da Juventude.

3. Fundamentação teórica – espaço urbano

De acordo com Almeida e Tracy (2003) as discussões envolvendo questões da espacialidade são de grande importância na compreensão de aspectos centrais das Ciências Sociais contemporâneas. As autoras afirmam ter surgido uma nova “geografia cultural” que está ancorada em torno de três parâmetros teóricos:

As noções de espaço e lugar não envolvem séries de relações fora da sociedade, mas estão implicadas na própria produção das relações sociais e são, em si mesmas, socialmente produzidas; as relações

1 Compreende as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

2 Este será o termo utilizado para designar o parque em estudo. Em alguns momentos será utilizado também o constructo *Parque*.

3 Nesse estudo serão utilizados as nomenclaturas Pista do Paço e Pista Velha de SBC para referir-se à esse *lócus*.

4 O termo “circuito” consiste em “uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos seus usuários habituais.” (MAGNANI, 2007, p. 21).

espaciais e os lugares a elas associados são múltiplas e contestáveis; a ênfase no espaço traz, em si mesma, um novo modo de abordar o tempo (ALMEIDA e TRACY, 2003, p.25-26).

Estudos contemporâneos têm mostrado que o espaço está intrinsecamente relacionado com os atores sociais, bem como a sua produção cultural, havendo reciprocidade no tocante às influências que um acarreta ao outro. Assim, o espaço está constantemente sendo modificado pelas ações do homem, ele não é mais compreendido como mero cenário de trocas e disputas, mas faz parte das relações sociais, sendo modificado e ao mesmo tempo contribuindo para o surgimento e transformação de práticas culturais.

As autoras Almeida e Tracy (2003), subsidiadas pelos postulados de Foucault, acreditam que a localização física foi substituída pela produção social do espaço, utilizam ainda o conceito de “heterotopia”, proposto por Foucault (1984), para designar a singularidade existente nos espaços que possuem a capacidade de se relacionar com todos os outros e são diferentes dos espaços “utópicos” por serem, ao contrário destes últimos, efetivamente realizados. Segundo as autoras, esses espaços “heterotópicos” produzem desestabilização das relações espaciais em torno de práticas sociais e discursivas.

Com isso, podemos compreender o modo como determinados espaços revelam novas maneiras de interação social, de sociabilidades, vinculados a novas identidades e práticas sociais, tais como os lazeres urbanos, nos quais os espaços, organizados, controlados e designados a determinado fim, são ressignificados concreta e simbolicamente, para que haja a produção de cultura.

Trata-se, portanto, de pensar o tempo e o espaço conjuntamente, e a ambos como produtos de inter-relações, pois ‘uma vez superada a hipótese de que espaço e tempo são categorias mutuamente exclusivas, uma vez admitido que o espaço é composto por uma multiplicidade de histórias, percebe-se que nada poderia ser a um só tempo mais ordenado e mais caótico que o espaço, com todas as suas justaposições inusitadas e efeitos emergentes involuntários (Almeida e Tracy, 2003, p. 28-29).

A organização espacial urbana está cada vez mais centrada nas grandes metrópoles, nas quais "o espaço é o ‘locus’ da reprodução das relações sociais de produção” (LEFÉBVRE, 1976, p. 30). O espaço urbano sofre modificações a medida que a sociedade também se transforma, avanços tecnológicos, mudanças nos sistemas políticos e econômicos geram transformações, não apenas socioculturais, mas também espaciais.

Para Marques (2010), no século XX o urbanismo conseguiu penetrar de forma decisiva como saber legítimo para guiar ações estatais de planejamento urbano. Segundo o autor, a utopia racionalista modernista previa o fim da rua como o lugar do *flâneur*, para se tornar o lugar do tráfego. A circulação e o fluxo passa a ser objeto de preocupação das obras urbanísticas, acabando com a rua enquanto espaço público e de permanência. “[...] era uma expressão do enunciado de organização e disciplinamento dos corpos que foi se tornando dominante desde o século XIX” (MARQUES, 2010, p.35).

Essa lógica de organização e controle advinda com a modernidade contribuiu, segundo Augé (1994), para a produção de “não-lugares”, ou seja, “de espaços que não são em si lugares antropológicos e que [...] não integram os lugares

antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a ‘lugares de memória’, ocupam aí um lugar circunscrito e específico (AUGÉ, 1994, p. 73).

Porém, na década de 1960, revoltas sociais questionam o modo de organização da vida e retomam a rua como espaço de intervenção e de reivindicação, os cidadãos se (re) apropriam da rua, enchendo-a de vida e tornando-a palco de resistência cultural, na qual os lazeres urbanos estão inseridos (MARQUES, 2010).

Vários são os movimentos urbanos que se inserem nessa nova realidade, tais como o movimento dos grafiteiros, *blacks*, *punks*, *breakers*, entre outros. Nessa perspectiva o *skate* também aparece, como uma prática genuinamente urbana, na qual as paisagens da cidade são apropriadas e (re) significadas pelos skatistas.

4. Resultados e Discussões – da pista do paço ao parque da juventude

O Parque da Juventude, localizado no centro da cidade de SBC, entre as avenidas Faria Lima e Armando Ítalo Setti possui mais de 21 mil metros quadrados. O espaço foi projetado com o objetivo principal de oferecer serviços para os praticantes de esportes radicais, de forma gratuita e inédita no Brasil⁵.

Dentre as modalidades desenvolvidas no Parque, o *skate* é a atividade mais popular, esse fato pode ser percebido em uma visita às dependências. É visível a grande quantidade de skatistas distribuídos pelos vários ambientes do parque, não apenas andando de *skate*, mas também utilizando o espaço como ponto de encontro, ou apenas para assistir às sessões que ocorrem no *street park*. Um outro fato que demonstra sua popularidade é a quantidade de campeonatos de *skate* que são promovidos durante o ano, tais como o Circuito Brasileiro Vertical Amador de *Skate*, o Circuito *Skate* para a Juventude de São Bernardo e a etapa final do Brasileiro de *Street Skate* Amador, realizados no ano de 2012⁶.

A história do Parque da juventude está intrinsecamente relacionada aos desdobramentos do skatismo em São Bernardo do Campo (SBC). A cidade é hoje, reconhecida mundialmente pela sua tradição na prática do *skate*, já que essa modalidade esportiva vem evoluindo, desde a década de 1970⁷, quanto ao número de atletas, modalidades, técnicas, profissionalização, surgimento de pistas e aumento do incentivo governamental.

A primeira pista pública de SBC foi a Pista do Paço, construída em 1982, hoje é conhecida como a Pista Velha de SBC, já que ainda existe e está localizada dentro do Parque da Juventude (NASCIMENTO E PRETTO, 2012). Sua história acompanha a trajetória do *skate* em SBC e no estado de São Paulo. A década de 1980 foi marcada por alguns fatores que levaram, entre outros motivos, São Paulo a se transformar numa referência para o *skate* no país. Sendo eles: o desenvolvimento tecnológico do *skate*, a partir do aumento do número de fábricas situadas em São Paulo; o aparecimento do *skate* de rua e sua associação com o movimento punk, fazendo com que o *skate* se aproximasse com outros fenômenos urbanos e com os movimentos sociais juvenis (BRANDÃO, 2011).

A trajetória da Pista Velha de SBC foi marcada pela constante participação

5 Informações retiradas do site da Prefeitura de São Bernardo do Campo. Disponível em: < <http://www.saobernardo.sp.gov.br>> Acesso em: 11/03/2013.

6 Informações encontradas no Portal ABC do ABC. Disponível em <http://www.abcdabc.com.br/> Acesso em: 11/03/2013.

7 Informação encontrada na exposição A história do skate em São Bernardo do Campo, de curadoria de Flavio Nascimento e Carlos Pretto, exposta durante a comemoração dos 30 anos da Velha pista de SBC, ocorrida no Parque da Juventude no dia 30 de junho de 2012.

da comunidade skatista que teve papel fundamental na conquista de melhorias e ampliações, em alguns momentos por meio de reivindicações feitas às instâncias públicas e em outros angariando verba para reparos e reformas que seriam feitos pelos próprios usuários.

A Pista passou pela sua primeira reforma em 1984, com a instalação de uma grade de proteção que foi conseguida a partir a organização dos skatistas locais. Em 1988 teve sua primeira ampliação, que foi fruto de negociações entre a Associação de Skate de São Bernardo do Campo (ASSBC), fundada em 1987, a Secretaria de Serviços Urbanos e a Prefeitura da época. Uma importante aquisição dessa fase foi a área de *street* infantil que surgiu para suprir a demanda de crianças que surgia e requeria maior segurança (NASCIMENTO E PRETTO, 2012).

Na década de 1990, com o surgimento de novas técnicas e modalidades, seus adeptos sentem a necessidade de ampliações e melhorias na pista. Uvinha (1997) constatou, em sua pesquisa sobre os skatistas do ABC Paulista, que em meados da década de 1990, os frequentadores da Pista do Paço estavam insatisfeitos com a situação atual em que esta se encontrava, alegavam que faltava manutenção, modernização e segurança. Nessa época as melhorias eram realizadas pelos próprios usuários, bem como a promoção de campeonatos.

Os skatistas se apropriaram daquele espaço como sendo deles, criando laços de identificação muito fortes. Esse dado pode ser constatado no Documentário Vidas sobre Rodas (2010), de Daniel Baccaro. Segundo depoimentos do filme, havia um grupo que tomava a frente da organização do espaço, chegando a escolher quem poderia usufruir dele, como se a pista fosse de domínio particular e não pública. Sendo assim, aqueles skatistas que não faziam parte daquele grupo que dominava a Pista, precisavam aceitar os termos de uso que ali eram impostos pelos usuários mais antigos, esse fato chegou a intimidar muitos praticantes de outras cidades de São Paulo, que preferiam frequentar pistas particulares.

Em 2004 a Pista Velha de SBC foi fechada para que pudesse ser feita uma grande reforma. Pereira e Menezes (2008) colocam que, a partir de conversas entre os esportistas e os órgãos públicos, foi iniciado o processo de implantação do Parque da Juventude, sendo a participação dos skatistas fundamental quanto ao planejamento, execução, infraestrutura e funcionamento. Tendo sido inaugurado e aberto ao público em 22 de Agosto de 2007.

Essa nova realidade modificou o modo como os skatistas se apropriavam daquele espaço. O fato de hoje a pista fazer parte do complexo do Parque da Juventude, oferecer uma variedade maior de serviços, receber uma quantidade e diversidade maior de usuários e, além disso, ser um local fechado, com horário de funcionamento e restrições de uso, desencadeou alguns conflitos de interesse. Pereira e Menezes (2008) destacam, nesse processo, que a contratação de profissionais por concurso público, o surgimento de normas de uso e regras de segurança e convívio, a princípio, recebeu resistência dos participantes das modalidades radicais.

O modo como a Pista do Paço de SBC foi reestruturada, ressurgindo no Parque da Juventude, juntamente com sua normatização, pode ser um reflexo de uma tendência dos órgãos públicos, iniciada na década de 1980, a construir lugares artificiais (pistas de *skate*) no intuito de disciplinar e controlar a prática do *skate* no espaço urbano (BRANDÃO, 2011).

Os conflitos surgidos de então, tal como a disputa pelo espaço entre skatistas de gerações e gêneros diferentes, fizeram com que o espaço recém inaugurado do Parque da Juventude sofresse modificações, por meio de adequações na sua sistemática de uso, bem como no seu espaço físico. Um exemplo disso foi o surgimento

da Sessão *Old School*, surgida em 2008, que consiste em um horário reservado para skatistas com idade acima de 35 anos e também, o horário exclusivo para as mulheres, que surgiu no ano de 2009.

O Parque da Juventude hoje reflete o estágio de desenvolvimento do *skate* contemporâneo. Atualmente o esporte possui repercussão nas grandes mídias, redes de televisão especializadas em esportes, como a ESPN e a SPORTV, televisionam os campeonatos mais importantes⁸. Além disso, o número de skatistas aumentou, de acordo com pesquisa do Data Folha feita em 2009⁹, a quantidade de adeptos da modalidade no Brasil é superior a 3 milhões.

Considerações Finais

Essa breve trajetória da Velha Pista de *skate* de SBC demonstra o modo como os sujeitos praticantes de skate se relacionam com a paisagem urbana. As transformações ocorridas no espaço urbano estão imbricadas com suas práticas culturais.

Dessa forma, percebemos que os desdobramentos históricos ocorridos no skatismo, bem como, as modificações nos modos de andar de skate – que estão também inter-relacionados com outros movimentos sócio culturais de cada época – contribuíram para a modificação do espaço na cidade de São Bernardo do Campo e mais especificamente no Parque da Juventude. Foi evidenciado ainda que a transformação do espaço exerceu influência no desenvolvimento da prática cultural que envolve o skate em SBC e no ABC Paulista.

Diante do exposto, fica claro que ainda existem muitas questões a serem discutidas no que toca o uso do espaço urbano para essa determinada prática cultural.

Referências

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 6ª ed. São Paulo: Papyrus, 2003.

ALMEIDA, Maria I. M e TRACY, Kátya M. A. **Noites nômades**: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BACCARO, Daniel. **Vida sobre Rodas**. Brasil: Goma Filmes, 2010.

BRANDÃO, Leonardo. **Corpos deslizantes, corpos desviantes: a prática do skate e suas representações no espaço urbano**. *Revista Ciência do Skate*, Ano 1, Edição 5, s/p, Abril 2008.

_____. **A Cidade e a tribo skatista**: juventude, cotidiano e práticas corporais na história cultural / – Dourados : Ed. UFGD, 2011. 160p.

IBGE. **Censo Populacional 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 de mar de 2013.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**: el derecho a la ciudad. Barcelona, Península, 1976.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. Introdução. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor e SOUZA, Bruna Mantese (orgs). **Jovens na metrópole**: etnografias de circuito de lazer, encontro e sociabilidade.

⁸ a exemplo da etapa carioca do Campeonato Mundial de Skate Vertical, que aconteceu no Rio de Janeiro-RJ, em fevereiro de 2013

⁹ Disponível na página da CBSK. Disponível em <<http://www.cbsk.com.br/pags/home.html>> Acesso em: 07/03/2013

São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

_____. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor e TORRES, Lilian de Lucca (orgs). In: **Na metrópole: textos de etnografia urbana**. 3ª Ed. São Paulo: Editora de universidade de São Paulo, FAPESP, 2008.

MARCELLINO, N. C. Lazer e sociedade: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Lazer e sociedade: múltiplas relações**. Campinas: Editora Alínea, 2008.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, p. 113-130, 1997.

MARQUES, R. A. Cidade lúdica: um estudo antropológico sobre as práticas de Parkour em São Paulo. **Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**. Universidade de São Paulo – USP, 2010.

PELLEGRIN, Ana De. Espaço de Lazer. In: GOMES, C. L. (org.) **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PEREIRA, D. W.; MENEZES, E. O skate em São Bernardo do Campo: III CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADES DE AVENTURA, 2008, Santa Teresa/ES. **ANAIS III CBAA, ES**, 2008.

UVINHA, Ricardo Ricci. Lazer na adolescência: uma análise sobre os skatistas do ABC Paulista. **Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação Física**. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1997.

Páginas virtuais

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. **Parque Cidade escola Cittá de Marostica**. Disponível em: <http://www.saobernardo.sp.gov.br/comuns/pqt_container_r01.asp?srcpg=parque_esportes_radicais&lihtm=true> Acesso em: 11/03/2013.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE SKATE. **Dados do esporte**. Pesquisa Datafolha 2009: Disponível em: <[http://www.cbsk.com.br/docs/Pesquisa%20Datafolha%202009%20\(1\).pdf](http://www.cbsk.com.br/docs/Pesquisa%20Datafolha%202009%20(1).pdf)> Acesso em: 07/03/2013.

PORTAL ABC DO ABC. Home. São Bernardo. **Notícias**. Ações de São Bernardo voltadas para juventude em 1012. Disponível em: <<http://www.abcdoabc.com.br/sao-bernardo/noticia/acoes-sao-bernardo-voltadas-juventude-em-2012-7755>> Acesso em: 11/03/2013.

“ENTRE A FOME DE PÃO E A DE BELEZA”: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO GUISADO NO CONTEXTO DE UM EVENTO DE LAZER

Alison Douglas da Silva
Alexander Pereira da Silva
José Luis Straci
Anselmo Cássio Cesário
Valéria Cristina Ribeiro Vieira

RESUMO

Este trabalho objetiva relatar a experiência “Guisado no campo” realizada pelo Grupo Universitário Interdisciplinar e Itinerante pela promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em parceria com Adolescentes, o Guisado, na zona rural de Poço Fundo-MG, junto a integrantes de uma cooperativa de agricultores familiares da região. Inovando na abordagem de aspectos relacionados à alimentação, em diversas de suas dimensões (política, cultural, afetiva), foram propostas algumas vivências lúdicas, valorizando elementos subjetivos e estético-simbólicos como: construção do “logovivo” (reprodução do logotipo do grupo, utilizando artefatos artesanais e intervenções humano-artísticas; produção de painel com expressões dos presentes em resposta à provocação: “Ei você, que vê e sente: o que alimenta seu corpo e sua mente?”; preparação do guisado-comida pelo/as “guisadeiro/as” e cozinheiro/as da comunidade, seguida do compartilhamento da refeição (vivência da comensalidade); intervenções musicais, ao longo do dia, culminando, espontaneamente, numa “Roda de Viola”, com integrantes do Guisado e da comunidade local. A experiência suscitou discussão sobre metodologias adotadas na Extensão Universitária e o potencial de abordagens lúdicas (contextualizadas na vivência do belo, do artístico, do lazer não alienado e considerando as diferentes facetas do lúdico) em possibilitar uma prazerosa integração entre saber popular e acadêmico, favorecendo o desenvolvimento tanto individual quanto social.

Palavras-chave: Alimentação; Educação Popular; Ludicidade.

Introdução

“Existe um mundo que acontece pelo desenrolar lógico da história, em toda a sua crueza e insensibilidade. Mas há um mundo igualmente concreto que nasce dos sonhos. [...] Quando os sonhos assumem forma concreta (Hegel dava a isso o nome de ‘objetivação do espírito’), surge a beleza.”. Rubem Alves. Paixão pela Educação. In: Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação. p. 10-11).

Como já o disse o poeta cubano Onelio Cardozo e o cantaram os Titãs (“A gente não quer só comida, quer comida, diversão e arte.”), o ser humano não só tem a fome de pão, saciável, mas, também, a insaciável fome de beleza, essa “compulsiva atração que sentimos pela transcendência, [...] o sabor estético que, em nosso silêncio, toma emprestados a música, a letra, a imagem, a forma e as cores, que exprimem o sentido do nosso existir.” (BETTO, 2003, p.120).

Além do que tange à transcendência, pode-se considerar que esse “universo da beleza” engloba também cidadania, consciência dos direitos, autoestima, inserção comunitária, acesso à educação, ao lazer, à arte e à cultura (BETTO, 1990).

A alimentação, por sua vez, não deve ser abordada apenas como um fenômeno biológico, mas também afetivo, social, cultural e político. No Brasil, a conquista de uma lei federal criando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) colocou em evidência a necessidade de se abordar essa temática sob a ótica da construção da cidadania, tendo em vista, ademais, o enfoque interdisciplinar/intersectorial a que remete o conceito de SAN¹ (BRASIL, 2006).

Institucionalizado enquanto uma ação de Extensão da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), o Guisado (Grupo Universitário Interdisciplinar e Itinerante pela promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em parceria com Adolescentes) vem, desde 2008, trabalhando em prol da formação de “Agentes Jovens de SAN” - em diferentes contextos - e contribuindo, simultaneamente, para a formação acadêmica e cidadã de jovens universitários.

Fundamentando-se em conceitos como a Educação Popular (VASCONCELOS, 2004; 2011), o Protagonismo Juvenil (COSTA, 1999) e a Animação Sociocultural (ALMEIDA, 2008), o grupo tem buscado adotar estratégias metodológicas que estimulam a participação ativa e criativa dos envolvidos, os quais podem atuar como multiplicadores em seus diversos espaços de socialização. Nesse sentido, além do caráter interativo, as atividades propostas têm se pautado, sobretudo, pela valorização da dimensão lúdica e/ou artístico-cultural.

Marcellino (1996, p. 38) considera fundamental “assegurar à criança o tempo e os espaços para que o caráter lúdico do lazer seja vivenciado com intensidade capaz de formar a base sólida para a criatividade e a participação cultural e, sobretudo, para o exercício do prazer de viver”. Gomes (2004) também situa o lúdico como instância de desfrute, prazer e autossatisfação, mas que, por outro lado, também traz o risco de uma conduta de evasão da realidade. Ou seja, a dimensão lúdica – que para Marinho e Pimentel (2010) é parte indissociável da condição humana, tendo participação criadora no cotidiano e para Bruhns (1993) ocorre em diferentes facetas da realidade (tais como linguagem, alimentação, moda, ciência e política) - pode possuir conotações positivas (de alegria, emancipação e reflexão), mas também remeter a aspectos negativos (como alienação, fuga da realidade, conformismo e passividade).

No bojo dessas reflexões, o presente trabalho propõe-se a relatar a experiência “Guisado no campo”, ocorrida no âmbito da programação local da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT 2011) que visa a mobilizar a população, em especial crianças e jovens, em torno de temas e atividades de ciência e tecnologia, valorizando a criatividade, a atitude científica e a inovação.

Contextualizando a experiência: o *locus*, os sujeitos, a proposta.

A atividade aqui enfocada ocorreu na zona rural do município de Poço Fundo-MG - distante cerca de 40 km da cidade de Alfenas - e foi construída coletivamente por integrantes do Guisado e de uma cooperativa de agricultores familiares da região (COOPFAM), cuja renda provém principalmente da cafeicultura orgânica.

Denominada “Guisado no campo”, a atividade se deu no âmbito de um evento realizado no sábado, 22 de outubro, o qual encerrou a programação local da SNCT 2011, tendo sido promovido pela UNIFAL-MG em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). Além dos integrantes da cooperativa, houve também a participação de outros moradores da comunidade, de todas as faixas etárias.

¹“Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.” (BRASIL, 2006).

Para além da confraternização e do entretenimento, a atividade buscou o empoderamento comunitário, inovando na abordagem de aspectos relacionados à alimentação, em diversas de suas dimensões (política, afetiva, cultural, simbólica). Foram propostas algumas vivências lúdicas, como o brincar, o cantar, o poetizar, o teatralizar, o cozinhar e o comer (compartilhar uma refeição), valorizando elementos subjetivos e estético-simbólicos.

As vivências em si: “pão e beleza” em várias facetas da ludicidade

Logo pela manhã, ao chegar ao local, a equipe iniciou a montagem do “logovivo” do Guisado (reprodução, em perspectiva ampliada e tridimensional, do logotipo oficial do grupo) no espaço de um campo de futebol existente em uma parte mais baixa do terreno. Com o objetivo de chamar a atenção para a riqueza de significados evocados por esse logotipo (Figura 1), bem como para sua relação com a realidade social e cultural da comunidade, foram utilizados - em equivalência aos elementos nele presentes - artefatos artesanais e intervenções humano-artísticas.

Para além da dimensão estética, os elementos/signos constituintes do logo remetem, sobretudo, a abordagens sócio-político-econômicas relacionadas aos processos de produção, distribuição, acesso e consumo dos alimentos (BRASIL, 2006), tais como: 1) A SAN sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada: a centralidade da pessoa humana - simbolizada no logo original por figuras coloridas remetendo a dois adultos (homem e mulher) e um adolescente - foi representada na versão “viva” por pessoas (do projeto e da comunidade) que, em intervenções oportunas ao longo do dia, vestiam figurinos em cores análogas às figuras do logo e deitavam-se num tecido branco (cor de fundo do logo), no centro de um círculo laranja construído com tecido sintético (TNT).² 2) A relação campo-cidade (figura de prédios na parte superior direita do logo e de uma planta, à esquerda): o papel decisivo da Agricultura Familiar para o abastecimento alimentar e práticas agrícolas sustentáveis; 3) A bicicleta (em direção ao campo, em movimento inverso ao intenso êxodo rural do último século) como um ícone da liberdade e da sustentabilidade para o atual século: autonomia/soberania locomotiva, atividade física e saúde; 4) O balaio cheio de alimentos frescos e diversos (“erguido” pela figura menor de boné vermelho - o adolescente - numa alusão à premissa do Protagonismo Juvenil) faz referência à importância do resgate de práticas alimentares regionais saudáveis.

Ainda é interessante destacar que, na versão “viva”, os ramos verdes da parte superior do logo (os quais, em perspectivas diferentes, simbolizam tanto o “campo”, quanto uma parte da fruta) foram representados com folhas de cana apanhadas nos arredores do próprio local em que a atividade foi realizada, o que aumentou a interatividade entre os participantes, além de tornar mais explícita a relação entre o tema da SAN e aspectos da realidade local. Também é digno de nota que a imagem da bicicleta indo na direção Cidade→Campo (representada na versão “viva” por uma bicicleta artesanal de madeira e blocos de plástico pretos) faz alusão à necessidade de intensificar o diálogo entre Cidade/Universidade e o meio rural, com vistas ao maior comprometimento da academia com as problemáticas referentes às questões agrárias/agrícolas de nosso país, as quais impactam diretamente a SAN das populações, em especial as mais vulneráveis (BRASIL, 2011).

A única alteração empreendida na versão “viva”, em relação ao logo original, foi a inclusão, na sua parte inferior (onde, no original, está a descrição, por extenso, da sigla

² Este círculo - na verdade, uma forma circular não completamente fechada - ao mesmo tempo em que remete a uma fruta (visão reforçada pelos ramos verdes na parte superior), também evoca, em sintonia com a proposta metodológica do Guisado, circuitos abertos e flexíveis, práticas educacionais libertadoras, dialéticas. Abordagens holísticas, totalizadoras.

Guisado) de um trecho da música “A Novidade”, de Gilberto Gil³. Além de evocar a dialética entre as fomes de “pão e beleza”, a inserção dessa música no contexto da atividade (com um trecho da letra impresso e incluído no “logovivo”, bem como sendo cantada/tocada ao violão por um dos integrantes do Guisado) também se mostrou pertinente por suscitar a reflexão sobre as disparidades sociais e a realidade de fome/insegurança alimentar ainda vigentes no país.

Observou-se que, em princípio, a proposta do “logovivo” causou surpresa e algum estranhamento aos presentes (moradores locais e mesmo estudantes e professores universitários). Tal observação, entretanto, corresponde aos propósitos de uma intervenção com caráter lúdico e artístico. De fato, “a arte deve promover – para além da mesmice, da mímese, do copismo, da repetição” esse efeito de “estranhamento, de penetrar numa dimensão nova na maneira como se apreende o mundo e a própria arte, só visível pelo olhar estético ou artístico” (FOERSTE; CAMARGO, 2010, p. 11).

Simultaneamente à montagem do “logovivo”, houve a produção de um painel no qual todos os presentes, indistintamente, tiveram oportunidade de expressar-se – na forma de desenhos, frases, letras de música e poemas – em resposta à provocação: “Ei você, que vê e sente: o que alimenta seu corpo e sua mente?”. Inscrita numa faixa e acompanhada da sugestiva imagem de um monociclo cuja roda era a metade de uma laranja, a provocação buscou fazer alusão às “diversas fomes” do ser humano e formas de saciá-las. O intuito era estimular, ludicamente, a reflexão acerca da alimentação - enquanto um fenômeno pluridimensional - e conhecer algumas nuances de como os respondentes (pessoas da comunidade, além dos professores, estudantes e dirigentes universitários ali presentes) a enxergam, fazendo um paralelo com as possíveis “visões de mundo” também refletidas nas respostas. A análise geral dos registros feitos no painel sugere que a pergunta-provocação conseguiu despertar as reflexões objetivadas, sendo que a maior parte deles denota uma visão que não restringe a alimentação a aspectos biológicos/individuais e que, por outro lado, aponta para sua íntima ligação à afetividade e às realidades pessoais, mas também para suas interfaces com questões socioculturais, econômicas, éticas e ambientais.⁴

Enquanto ao ar livre as pessoas saciavam sua “fome de beleza”, na cozinha era preparado, pelo/as “guisadeiro/as” e cozinheiro/as da comunidade, o guisado-comida⁵. Ao preparo, com intensa troca de saberes culinários e dietéticos, seguiu-se o compartilhamento da refeição, o que permitiu a vivência prazerosa da comensalidade, ou seja, o comer/beber comunitariamente, ao redor da mesma mesa, uma das referências simbólicas mais ancestrais do ser humano enquanto humano (BOFF, 2008).

Ainda aconteceram, no decorrer de todo o dia, intervenções musicais que culminaram, espontaneamente, numa “Roda de Viola”, com integrantes do Guisado e da comunidade local tocando seus instrumentos e compartilhando canções relacionadas à realidade camponesa. Segundo Vasconcelos (2004, 2011), um dos elementos fundamentais do método da Educação Popular é essa valorização dos saberes do educando, que permite que ele se sinta “em casa” e mantenha a sua iniciativa. Assim, não se reproduz a passividade e a verticalidade usuais dos processos pedagógicos tradicionais. Para Brandão (1982), ela busca ampliar os espaços de interação cultural e fomentar formas coletivas de aprendizado. No escopo teórico-prático da Animação

³ “Oh, mundo tão desigual, tudo é tão desigual! De um lado esse carnaval, do outro a fome total”.

⁴ Algumas respostas exemplificam bem essa análise: “A certeza de que não estou nesse mundo por acaso, mas por um motivo divino”. “Saber que tudo tem jeito nesta vida.”, “Sentir que o planeta tem futuro.” “O bom e velho arroz com feijão.” “Fazer pessoas felizes.” “Um bom café e todo o desenvolvimento que ele representa!” “A natureza, principalmente a água em abundância!” “Sentir a brisa e o sol que faz germinar o alimento que me sustenta.” “O não preconceito! Isso alimenta minha mente!”

⁵ O que seria um guisado? Há múltiplas receitas, definições, mas, em essência, uma refeição saborosa, caseira, simples - mas que sustenta; nutritiva, colorida, pode ser preparada até de improviso, a partir da livre mistura dos mais variados ingredientes.

Sociocultural - que segundo Wanderley (2007) inspira-se na cultura do lazer e pode ser considerada, histórica e ideologicamente, herdeira dos movimentos de Educação Popular - também está o acesso de todos à cultura, a valorização do grupo e da ação comunitária como espaços de expressão e de criatividade, bem como a formação de cidadãos participativos e críticos, com vistas às transformações da sociedade.

De fato, conforme ressalta Sampaio (2011), o lazer, por sua inserção na amplitude da dimensão cultural própria das sociedades, pode propiciar tanto descanso e divertimento como pode empoderar as pessoas para tecerem contra-símbolos culturais. Afirmção coerente com a ponderação de Gomes (2004) segundo a qual o lazer pode contribuir para o desmascaramento das contradições sociais e, por outro lado, representar uma possibilidade de questionamento e resistência à ordem social injusta que predomina em nosso meio.

Marcando o encerramento do evento e constituindo-se enquanto uma expressão/vivência do lúdico na linguagem (BRUHNS, 1993) realizou-se um jogral, envolvendo integrantes do Guisado e da comunidade (além de representantes dos outros grupos parceiros ali presentes e inclusive os dirigentes acadêmicos/Pró-Reitores de Extensão das duas instituições promotoras do evento) os quais declamaram, ao som de instrumentos percussivos, alguns versos-sínteses da experiência.⁶

Considerações finais

Ao longo de um dia de lazer e rica interação entre acadêmicos e comunidade, foi possível estabelecer uma aproximação inicial entre esses atores, como ponto de partida para um futuro trabalho conjunto. A experiência possibilitou a discussão acerca de estratégias metodológicas adotadas na Extensão Universitária e o significativo potencial das abordagens lúdicas (contextualizadas na vivência do belo, do artístico, do lazer não alienado e considerando, ademais, as diferentes facetas do lúdico aqui experienciadas) em propiciar uma prazerosa e real integração entre o saber popular e o acadêmico, podendo contribuir, assim, para o desenvolvimento tanto individual quanto social.

Referências

- ALMEIDA, R. F. Animação Sociocultural: notas para a confusão. **Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana**, v.3, n.1, abr./out. 2008.
- ALVES, R. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 148p.
- BETTO, F. **Fome de pão e de beleza**. São Paulo: Editora Siciliano, 1990. 330 p.
- BETTO, F. Fome de pão e de beleza. In: *Gosto de uva: escritos selecionados*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 119-120.
- BOOF, L. **Comensalidade: refazer a humanidade**. ALAI, America Latina em Movimiento, 18/04/2008. Disponível em: <http://alainet.org/active/23567&lang=es>. Acesso em: 06 de maio 2012.
- BRANDÃO, C. R. **Lutar com a palavra**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- BRASIL. **Lei nº 11.346, 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, 2006.
- BRASIL. CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E

⁶ 1-Na academia e na comunidade: não dá pra esquecer a sustentabilidade; 2-Diversidade, equilíbrio, combinação. Isso sim é nutrição; 3 - É legal, é legal! Integrar COOPFAM e UNIFAL; 4- Novidade, novidade! Universidade ouvindo a sociedade; 5- Integrar, integrar! O saber acadêmico e o popular; 6 - Mistura, mistura, que mistura! Esse Guisado tem sabor de Extensão pura; 7 - Salve a arte, salve a arte! Alimentar a alma também faz parte; 8 - É bonita, é bonita, é a vida: saúde, prazer, comida!

NUTRICIONAL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012-2015**. Brasília, DF: MDS; Consea, 2011. 120 p.

BRUHNS, H. **O corpo parceiro e corpo adversário**. Campinas: Papirus, 1993.

COSTA, A.C.G. O adolescente como protagonista. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento**. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem, v. 1, 1999. p. 75-9.

GOMES, C. L. (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FOERSTE, G. M. S.; CAMARGO, F M. B. Estranhamento como categoria estética em arte. Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas “Entre Territórios”. 19. **Anais...** Cachoeira, BA: ANPAP, 2010. Disponível em: http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/ceav/fernanda_monteiro_barreto_camargo.pdf Acesso em: 04 mar de 2013.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 1996.

MARINHO, A.; PIMENTEL, G. G. A. Dos clássicos aos contemporâneos: revendo e conhecendo importantes categorias referentes às teorias do lazer. In: PIMENTEL, G. G. A. (org.) **Teorias do lazer**. Maringá: Eduem, 2010. p. 11-41.

SAMPAIO, T. M. V. Apresentação. In: SAMPAIO, T. M. V.; SILVA, J.V.P. (org.) **Lazer e Cidadania: horizontes de uma construção coletiva**. Brasília: Universa, 2011. p. 19-25.

VASCONCELOS, E. M. Educação Popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, v. 14, n.1, p. 67-83, 2004.

VASCONCELOS, E.M. Educação Popular: um jeito de conduzir o processo educativo. In: CRUZ, P. J. S. C. **Educação Popular na Formação Universitária**. Reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p. 28-34.

WANDERLEY, M. B. Conceitos de animação sociocultural. In: **Cidadania ativa na prática: contribuições da psicologia e da animação sociocultural**. Cadernos Temáticos do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região. n. 5. São Paulo: CRP 06, 2007.



Figura 1 – Logotipo do Guisado e versão construída na atividade “Guisado no campo” (“logovivo”).

ENTRE O ÚTIL E O AGRADÁVEL: A PRÁTICA DO SKATE E AS SUAS POSSIBILIDADES

Giancarlo Marques Carraro Machado

RESUMO

A pesquisa analisa os múltiplos sentidos atribuídos à prática do skate na cidade de São Paulo. Por meio da etnografia realizada pretende-se evidenciar não só aspectos em torno do exercício de uma prática esportiva e de lazer, mas, sobretudo, as implicações em virtude dos usos e das apropriações dos espaços urbanos por parte dos cidadãos. De uma forma bem ampla, vislumbra-se mostrar como a cidade pode ser lida e ordenada simbolicamente por meio de um *olhar skatista*. Nesse sentido, ao pesquisar os diversos *lugaresskatáveis* da cidade e os seus respectivos *picos*, a referência etnográfica não é um único espaço ou aglomerações de pessoas, mas sim, uma multiplicidade de espaços e de atores que se encontram articulados por meio de redes mais amplas de relações. Desse modo, tem-se a chance de relacionar os distintos recortes inseridos no universo do skate em São Paulo, sendo esse não definido *a priori*, mas construído a partir de discursos, práticas e representações heterogêneas, e em meio a uma dinâmica relacional. **Palavras chave:** skate; espaços urbanos; apropriações urbanas.

Introdução

Até meados da década de 50 do século passado, a prática do skate não passava de uma mera brincadeira, um entretenimento sem tantos objetivos, como os de realizar manobras, vencer obstáculos, disputar competições ou muito menos de viver profissionalmente do mesmo. Nessa época, a fabricação do objeto o qual entendemos atualmente como “skate” era totalmente improvisada. Na maioria das vezes ele era feito por meio de rodas de patins soltas e anexadas a uma tábua reta de qualquer madeira. Sendo assim, não havia demasiada preocupação quanto ao seu formato, durabilidade ou estabilidade.

Somente a partir de 1960 que esse brinquedo improvisado adquiriu novos significados. Com a irregularidade das ondas em praias californianas, vários surfistas norte-americanos apropriaram-se das tábuas com rodinhas e deram um outro sentido ao seu uso: após alterarem seus formatos, ficando semelhantes à uma pequena prancha, elas se tornaram uma espécie de surfe sobre rodas. Através delas os surfistas podiam, de certo modo, surfar a qualquer momento e em muitos lugares, transpondo alguns dos movimentos antes feitos dentro d’água para diversos equipamentos urbanos. Por conta dessa proximidade com o universo do surfe, a prática do skate inicialmente foi chamada de *sidewalk surfing*, expressão que pode ser traduzida como “surfe de calçada”.

Do mar para as ruas. A partir do novo sentido atribuído à sua prática, o skate, que antes era feito de forma improvisada, passou a ser fabricado e vendido em larga escala. Foi um verdadeiro *boom* a sua utilização, que atraía cada vez mais a atenção de jovens que estavam à procura de uma atividade inovadora. Embora tenha passado por momentos de maior ou menor visibilidade ao longo do tempo¹, o skate teve seu universo construído a partir de uma heterogeneidade de códigos, símbolos e experiências. Em virtude disso consolidou-se a atuação de muitos agentes ligados à prática, os quais

¹ Para uma discussão mais detalhada sobre a história do skate, vide Brandão (2011).

passaram a investir e atuar na mídia especializada, na organização de eventos, na criação de confederações, na fabricação de produtos, etc. Com efeito, aos poucos foram delineadas distintas funções em meio à dinâmica responsável por transformar aquilo que antes era apenas uma brincadeira em um esporte.

A mídia contribuiu e continua contribuindo para popularizar e dar visibilidade ao skate a partir da divulgação e da promoção de vários eventos, em especial, campeonatos. Dentre muitos exemplos, é válido destacar a realização dos X Games, tradicional competição promovida pelo canal ESPN, desde 1995, com foco nos esportes classificados como “radicais”; e também o Maloof Money Cup, competição que distribuiu, em 2011, a quantia de US\$2 milhões aos melhores skatistas colocados. Em função do espetáculo proporcionado por essas e outras competições, os eventos contam com o apoio de inúmeros patrocinadores dos mais diversos segmentos – marcas de bebidas, roupas, calçados, automóveis, alimentos, etc. – que investem consideráveis quantias em um tipo de ação voltada a um público considerado jovem. O skate, portanto, passou a ser visto com bons olhos por muitas empresas, que estrategicamente associam suas marcas a essa prática tendo em vista seus interesses.

A antropóloga Simoní Guedes (2010), ao fazer um balanço das produções acadêmicas que se aproximam da temática “esporte, lazer e sociabilidade”, reconhece que a partir do surgimento de diversos trabalhos acadêmicos que enfocam múltiplos aspectos das práticas esportivas e de lazer, ampliou-se “[...] o escopo empírico, introduzindo novas questões, deixando de ser uma Antropologia do futebol para transformar-se em uma Antropologia das práticas esportivas [...]” (Guedes, 2010, p.442). Nesse sentido, paulatinamente tem-se uma mobilidade temática, o que reverbera também no alargamento do campo de análises, tornando-o cada vez mais complexo. Em decorrência disso, no contexto brasileiro, a Antropologia das práticas esportivas passou a acolher pesquisas de várias outras práticas, tais como voleibol, basquete, capoeira, surfe, skate, etc.²

Na perspectiva de Guedes (2010, p.444), concomitante ao alargamento do escopo empírico das pesquisas feitas sobre práticas esportivas, surgiram novas problemáticas teóricas que se expressam em ao menos duas vertentes: “de um lado, diversos trabalhos enfocam o corpo e a corporalidade [...], enquanto outros apontam para a construção de ‘estilos de vida’ específicos e circuitos de sociabilidade bem delimitados”. Embora esta pesquisa seja perpassada por questões inerentes a ambas as vertentes apresentadas, o seu objetivo principal é, sobretudo, analisar as apropriações dos espaços urbanos a partir do uso do skate, e, conseqüentemente, os múltiplos sentidos dessa prática. De uma maneira ampla, uma pergunta que guia as análises é: “como os skatistas constroem, simbolicamente, a cidade por meio da prática do skate e de suas experiências como cidadãos?”

Objetivos

Por meio de uma etnografia realizada na cidade de São Paulo pretende-se evidenciar não só aspectos em torno do exercício de uma prática esportiva e de lazer, mas, sobretudo, as implicações em virtude dos usos e das apropriações dos espaços urbanos por parte dos cidadãos. De uma forma bem ampla, vislumbra-se mostrar como a cidade pode ser lida e ordenada simbolicamente por meio de um *olhar skatista*. Nesse sentido, a referência etnográfica não é um único espaço ou aglutinações de pessoas, mas

² Vale ressaltar que a utilização da nomenclatura “Antropologia das práticas esportivas” foi proposta por Toledo & Costa (2009) ao invés de “Antropologia dos esportes”, no sentido de ganhar mais mobilidade temática em relação às pesquisas feitas.

sim, uma multiplicidade de espaços e de atores que se encontram articulados por meio de redes mais amplas de relações. Desse modo, tem-se a chance de relacionar os distintos recortes inseridos no universo do skate em São Paulo, sendo esse não definido *a priori*, mas construído a partir de discursos, práticas e representações heterogêneas, e em meio a uma dinâmica relacional. Para tanto, é obviamente necessário contemplar a questão do “espaço”, sempre um tema caro à pauta antropológica desde os primórdios da disciplina³. Com efeito, considero o espaço urbano não apenas um pano de fundo onde ocorrem processos de natureza sociocultural, mas também, como algo expresso por meio de um conjunto polifônico de representações e narrativas nativas, conforme frisado por Frúgoli Jr. (2005, p.133).

Isaac Joseph (2005, p.96) já aventara que a passagem da urbanidade à cidadania não corresponderia a uma consequência natural. Já o cidadão não se reduz à figura do transeunte, e, “tampouco coincide obrigatoriamente com a do cidadão (embora possa vir a assumir tal condição)” (Frúgoli Jr., 2007, p.7). Com base em tais pressupostos, outro desafio desta pesquisa é demonstrar etnograficamente como os skatistas relacionam as suas práticas cidadinas às práticas de cidadania a que estão sujeitos na cidade de São Paulo. Portanto, em vez de apresentar uma única lógica em torno do universo do skate, pretende-se evidenciar etnograficamente os múltiplos sentidos que o perpassam, os quais, embora em alguns momentos pareçam contraditórios, são contínuos e postos em prática de acordo com a *situação*⁴.

Procedimentos metodológicos

Diante de uma pluralidade de atores, cenários e distintas posições, a etnografia realizada para a presente pesquisa foi feita de forma *multilocalizada* (Marcus, 1995). Em virtude disso, não trato os skatistas como parte de um grupo urbano dado aprioristicamente, o qual impõe limites bem definidos transcendentemente aos seus participantes. Apesar de a prática do skate ser individual, ela só tem sentido se for feita em companhia de outros cidadãos; portanto, as formas de sociabilidade são permanentemente construídas, constituindo-se de maneiras instáveis e efêmeras. Sendo assim, compartilho dos pressupostos de Roy Wagner (1974) que, ao problematizar a noção de grupos sociais na Antropologia, postula que eles não devem ser tratados como deliberadamente organizados, e por conta disso não devem constituir pontos de partida para as análises. A pesquisa centra-se nos processos relacionais que emergiram em certas situações e não na busca de uma unidade nas práticas e nos discursos nativos.

Não obstante, ainda proponho com o método etnográfico focalizar fatos muitas vezes “familiares”, mas levando em conta uma postura *de perto e de dentro*⁵, apreendendo os padrões de comportamento, “não de indivíduos atomizados, mas de múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos” (Magnani, 2002, p.17). Nessa abordagem etnográfica sobre uma prática esportiva e de lazer inserida no

³ Para informações detalhadas sobre as produções que enfocaram a questão do “espaço” na Antropologia, vide Silvano (2010).

⁴ Para informações sobre os desdobramentos e a trajetória do conceito de *situação* na Antropologia, ver Frúgoli Jr. (2007).

⁵ Magnani (2002, p.25) salienta que em contraste com visões classificadas como *de fora e de longe*, um olhar *de perto e de dentro* permite que “ao partir dos próprios arranjos desenvolvidos pelos atores sociais em seus múltiplos contextos de atuação e uso do espaço e das estruturas urbanas, este olhar vai além da fragmentação que, à primeira vista, parece caracterizar a dinâmica das grandes cidades e procura identificar as regularidades, os padrões que presidem o comportamento dos atores sociais. Supõe recortes bem delimitados que possibilitam o costumeiro exercício da cuidadosa descrição etnográfica”.

meio urbano visa-se, portanto, construir um conhecimento diferente que possa ser concebido por meio de uma relação de alteridade, onde olha-se de outros ângulos para “apreciar a cidade do ponto de vista daqueles que, exatamente por causa da diversidade de seu modo de vida, se apropriam dela de forma também diferenciada” (Magnani, 1993, s/p)⁶.

Fundamentação teórica

Para dar conta das análises empreendidas, as quais relacionam a prática do skate aos usos e às apropriações dos espaços urbanos, recorro a alguns autores cujas idéias se aproximam do contexto etnográfico pesquisado, com destaque para Georg Simmel (1983 [1908]) e a sua noção de *proximidade* e *distância*, e Isaac Joseph (2005) e a figura do *citadino*.

Georg Simmel (1983 [1908]), no começo do século passado já chamava a atenção para a dimensão espacial e relacional das cidades através da noção de *mobilidade*, a qual se manifesta a partir da figura do *estrangeiro* - ou *estranho* - como uma forma específica de interação que articula a noção de *proximidade* e *distância* nos relacionamentos estabelecidos (Frúgoli Jr., 2007, p.16). Nesse sentido, o indivíduo está concomitantemente perto e longe, condições que se revelam por meio de uma proximidade corporal e uma distância espiritual. Isso o leva a ter mobilidade não só pelos espaços da cidade, mas também, em suas interações, as quais lhe propiciam um estranhamento, a constituição de formas de associações e mediações, bem como o conflito com os outros. Partindo dos postulados de Simmel (1983 [1908]), a etnografia do universo do skate, ao descrever a mobilidade dos skatistas pelas cidades, evidencia esse caráter de *proximidade* e *distância* que emerge em meio a uma dinâmica relacional construída a partir do exercício de uma prática esportiva e de lazer.

Isaac Joseph (2005, p.119) considera que os espaços públicos - locais onde muitas vezes os skatistas se encontram - podem ser entendidos como a unidade desconcertante de um espaço físico de locomoção e de um espaço abstrato de comunicação. Levando em conta as idéias desse autor, o enfoque da pesquisa é destinado à figura do *citadino* (Joseph, 2005), isto é, a um sujeito de mobilidade que faz do espaço público uma espécie de “jornal”, por onde circula, observa e, conseqüentemente, faz a sua leitura. O *citadino* é ao mesmo tempo um ator e um observador, alguém que se desloca por entre os espaços e, para isso, “precisa de um ‘guia’ que lhe permita orientar-se na justaposição das ordens rituais das quais necessita quotidianamente explorar a possibilidade de acesso” (Joseph, 2005, p.120).

Os praticantes do skate, na condição de *citadinos*, vêm a cidade por meio daquilo que muitos deles chamam de *olhar skatista*. Essa expressão nativa - que de certa forma pode ser entendida, com base na proposição de Joseph (2005, p.120), como algo que “guia” as práticas desses *citadinos* - reverbera a percepção que os skatistas possuem dos espaços e dos equipamentos urbanos. Dependendo de suas características, os mesmos podem ser considerados como *picos*, isto é, obstáculos a serem superados. Portanto, ao circular pelos espaços urbanos e ao ressignificar as finalidades atribuídas aos seus respectivos equipamentos, a cidade ganha novos contornos a partir das experiências dos *streeteiros*.

Nos “rolês” feitos entre campeonatos, pistas e ruas, os skatistas acessam distintos espaços tendo em mente a possibilidade de realizar manobras, tecer formas de sociabilidade, e estabelecer relações de *proximidade* e *distância* que, de acordo com as

⁶ Disponível também em <http://www.n-a-u.org/ruasimboloesuporte.html>. Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

situações, podem resultar em mediações com outros cidadãos. Sendo assim, compartilho a idéia de Joseph (2005, p.80) de que pensar a cidade “[...] não é insistir em apropriar-se ou em querer pertencer a um bairro, mas estudar os recursos urbanísticos, os equipamentos e serviços que permitem ao cidadão superar o estranhamento de um território pouco familiar e orientar-se em um ‘universo de estranho’”.

Resultados e discussões

Apesar de sua dimensão espetacularizada, o skate também vive momentos de disputas, de diálogos e de repressões, principalmente quando associado à utilização de alguns equipamentos urbanos. Dentre as várias modalidades que fazem parte desta prática, uma delas sempre foi alvo de problemas envolvendo uma série de atores: trata-se do *street skate*, ou seja, a prática do skate nas ruas.

Os *streeteiros*, como se denominam os skatistas adeptos da modalidade *street skate*, transitam pela cidade com um olhar apurado para certos equipamentos urbanos, que são vistos como obstáculos a serem superados. Desta forma, um corrimão não serve somente para dar segurança a quem utiliza uma escada, mas também para ser deslizado com o skate. Uma escada não é apenas para se passar de um nível ao outro, mas para ser pulada. Uma escultura não é só para ser olhada e apreciada, mas ao contrário, pode servir como uma inclinação propícia para manobras. Os exemplos se estendem aos bancos, às bordas, às placas de trânsito, etc.

O espaço público não é um espaço de produção de universais, mas ao contrário, “um espaço de hibridação e de excentramento do qual desconfiamos naturalmente” (Joseph, 2005, p.119). E por ser menos um espaço consensual, as variadas lógicas atribuídas à utilização de equipamentos urbanos que, a princípio, não foram planejados visando à prática do skate, em muitos momentos podem resultar em conflitos entre skatistas e demais cidadãos. De certa forma, o skatista pode se chocar com outros pedestres na calçada, se machucar, bem como danificar equipamentos, muitos deles privados, ao considerá-los como obstáculos. Essas atitudes têm sido motivos de polêmicas em São Paulo, levando muitos agentes ligados ao poder público a tentar medidas rigorosas, como a proibição do skate nas calçadas da cidade⁷. Outros agentes, todavia, entendem que isso não deve ser feito, embora a prática necessite ser regulamentada e disciplinada.

Se para os skatistas a prática do skate em equipamentos urbanos pode se constituir tanto como uma “diversão” quanto um “trabalho”⁸, para muitos outros cidadãos, ela não passa de um ato de “vandalismo”. Para delimitá-la em uma área reservada para esse fim, a prefeitura de São Paulo tem construído diversas pistas, as quais podem ser encontradas em distintas regiões da cidade. Na visão de alguns agentes, construí-las seria, possivelmente, uma boa solução diante as disputas pelos usos dos equipamentos da cidade.

Embora haja um incentivo à prática do skate em pistas, os skatistas, sobretudo os *streeteiros*, nem sempre as utilizam. O que é mais valorizado no *street skate*, é saber utilizar de forma criativa os diversos *picos* encontrados pela cidade. Com base no trabalho de campo realizado é possível averiguar que a prática do *street skate* pode ser feita em múltiplos espaços, os quais se tornam, partindo da concepção de De Certeau

⁷O vereador Adolfo Quintas (PSDB) formulou o projeto de lei nº 116/2009, de 05 de março de 2009, que objetivava proibir a utilização de skates nas calçadas do município de São Paulo. A elaboração desse projeto de lei foi motivo de polêmica, levando o vereador a recuar com seus objetivos. Para mais informações sobre a tentativa de proibição do skate nas ruas de São Paulo, vide Machado (2011).

⁸ Sobre a dimensão da “diversão” e do “trabalho” relacionada à prática do skate, vide Machado (2011).

(2009), *lugares praticados*. Nesse sentido, assim como “[...] a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres” (De Certeau, 2009, p.184), um equipamento urbano pode ser transformado em *pico* pelos *streeteiros*. Isso os leva a inventar, por meio do *olhar skatista*, um conjunto de possibilidades de usos dos espaços através de suas *sessões* pela cidade.

Considerações finais

Se para o poder público a *cidadania* se aproxima, de certo modo, do conceito de *civilidade*, para os skatistas – ou, para ser mais específico, para os *streeteiros* – a condição de *cidadão* está mais relacionada à *sociabilidade* e, portanto, à de *cidadino*. Conforme demonstrei em minha dissertação de mestrado (Machado, 2011), os skatistas possuem uma espécie de repulsa à sociabilidade confinada a certos espaços que dispõem de certas regras, como as pistas, em prol da valorização de seu alargamento por toda a cidade. Sendo assim, restringi-los à espaços construídos especialmente para a prática esportiva, não detém os devires do universo do skate em São Paulo.

Levando em conta as *aproximações* e *distanciamentos* (Simmel, 1983 [1908]) dos habitantes da cidade e o caráter relacional apresentado em torno do universo do skate, conclui-se que as práticas cidadinas incorporam ou englobam as práticas de cidadania no contexto urbano. Os skatistas cidadãos beneficiam-se das alternativas fornecidas pelo poder público (como os campeonatos e as pistas) e se posicionam politicamente diante suas demandas. Todavia, por mais que participem das competições e pratiquem em espaços “apropriados”, eles não deixam de ir para as ruas, onde, para muitos, se anda de skate de “verdade”, pois são nelas em que podem fazer uma parte de seus “trabalhos”, como a captação de imagens para a mídia especializada, e também, onde se vivencia aquilo que é apontado como primordial no skate, ou seja, a “diversão” em companhia de outros. Portanto, os skatistas, seja em suas condições de *cidadãos* ou *cidadinos*, buscam unir o “útil ao agradável”⁹, além de conquistar a cidade por meio de seus múltiplos discursos, relações e práticas cotidianas vividas em *situação*.

Referências

- AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- BRANDÃO, Leonardo. *A cidade e a tribo skatista: juventude, cotidiano e práticas corporais na História Cultural*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Editora Vozes, 2009, 16^o ed.
- FRÚGOLI JR, Heitor. “O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia.” *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n^o 1, 2005, p.133-165.
- _____. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007.
- GUEDES, Simoni Lahud. “Esporte, lazer e sociabilidade”. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias (coord. de área); MARTINS, Carlos Benedito (coord. geral). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia*. São Paulo, ANPOCS, 2010, p. 431-456.
- JOSEPH, Isaac. “A respeito do bom uso da Escola de Chicago”. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. UFMG/IUPERJ, 2005 [1998], p. 93-128.
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. *De “carrinho” pela cidade: a prática do*

9 Frase dita por um skatista durante o trabalho de campo.

street skate em São Paulo. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2011.

MAGNANI, José Guilherme C. *Rua, símbolo e suporte da experiência urbana*. Disponível em <http://www.n-a-u.org/ruasimboloesuporte.html>. Acesso em 20 de fevereiro de 2013

_____. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17, n° 49, 2002, p. 11-29.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, 1995, p. 95-117.

SILVANO, Filomena. *Antropologia do espaço*. Lisboa, Assírio & Alvim, 2010.

SIMMEL, Georg. “O estrangeiro”. In: MORAES, Evaristo (org.). *Sociologia: Simmel*, São Paulo, Ática, 1983 [1908].

WAGNER, Roy. “Are there social groups in the New Guinea Highlands?”. In LEAF, M.J. (org.). *Frontiers of anthropology: na introduction to anthropological thinking*. New York, D. Van Nostrand Company, 1974, p. 95-122.

TOLEDO, Luiz Henrique de; COSTA, Carlos Eduardo (orgs.). *Visão de jogo: antropologia das práticas esportivas*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2009.

**ESTUDOS DO LAZER NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ NO
PAFOR – MARABÁ /PA: INTERFACES ENTRE O ENSINO, PESQUISA E
EXTENSÃO E O MODELO BIOECOLÓGICO DE URIE
BRONFENBTRENNER**

Patrícia do Socorro Chaves de Araújo

RESUMO

O presente trabalho constitui um relato das experiências sistematizadas na disciplina Estudos do Lazer na Universidade do Estado Pará no curso de Licenciatura em Educação Física através do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PAFOR). Tendo como objetivo primordial apresentarmos algumas estratégias de formação experienciadas no município de Marabá /PA a partir da disciplina Estudos do Lazer. Na ação metodológica optamos pelo Modelo Bioecológico de Urie Bronfenbrenner como alternativa promissora para orientar pesquisas na área da educação Física, pois, ao se utilizar os quatro núcleos - processo, pessoa, contexto e tempo, isso permite obter uma concepção sistêmica ao ministrarmos a disciplina lazer tendo como referência o tripé ensino-pesquisa-extensão. À guisa de conclusão: infere-se que as ações projetadas na disciplina Estudos do Lazer tiveram relevância no desenvolvimento integral (competências pessoais, sociais, produtivas e cognitivas) do ser humano, o que consideramos obter sentido/significado para formação cidadã, para formação humana e principalmente para formação de pesquisadores no campo do lazer. **Palavras-chave:** Estudos do Lazer – Ensino – Pesquisa - Extensão - Modelo Bioecológico.

1 Introdução

A respeito das políticas nacionais para se efetivar uma educação cidadã, a Declaração Mundial de Educação para todos, de 1993, matriz da política educacional brasileira de inclusão social na universidade, destina-se a satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem, a participação do cidadão na transformação da sociedade, o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas e a melhoria da qualidade de vida e de conhecimento (MONTES; SANTOS, 2004).

Sobre essa questão, Freire (1987, p. 38) nos mostra que a educação deve ocorrer por meio da práxis, ou seja, defender o movimento de “reflexão e ação dos homens sobre o mundo” como forma de alterar os quadros de exclusão social, de apropriação do corpo para a lucratividade, de injustiça perante aos mais carentes. Os cursos de Educação Física podem ter esse pressuposto e possibilitar aos formandos um processo de reflexão/ação sobre seu fazer docente. Segundo Isayama (2010, p. 13), ao fazer referência à formação:

Deve possibilitar o domínio de conteúdos que tem de ser socializados, por meio do entendimento de seus significados em diferentes contextos e articulações interdisciplinares. Deve, ainda, promover o conhecimento de processos de investigação que auxiliem no aperfeiçoamento da ação do animador cultural no gerenciamento do próprio desenvolvimento de ações educativas lúdicas, críticas e criativas.

Nesse sentido, consideramos quatro diretrizes para o ensino universitário:

impacto e transformação; interação dialógica; indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão; e o Modelo Bioecológico. Visto que, consideramos a necessidade de uma estrutura teórico-operacional para o trabalho dos atores do processo educacional na disciplina Estudos do Lazer, em harmonia com as ações teórico metodológicas, destacamos o modelo Bioecológico de desenvolvimento de Bronfenbrenner, que busca valorizar o contexto sócio-cultural do educando no processo de ensino-aprendizagem (KREBS, 2001).

Uma vez que na formação e atuação do profissional de Educação Física no âmbito do lazer e o desenvolvimento das mais diversas atividades, exige informações e conteúdos que forneçam subsídios para uma prática orientada por uma proposta de “reflexão/ação/reflexão”, assim como, constructos teóricos metodológicos, na tentativa de encontrar um olhar mais humano, para que o lazer possa ser vivenciado como instrumento de mudança e gerador de novos valores em nossa sociedade, encontrei como um dos referenciais no Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner (1995), uma das respostas as minhas inquietações.

Assim, ao construir conhecimento a partir do viés ensino, pesquisas e extensão, tenta-se encontrar novas maneiras de olhar e compreender a disciplina Estudos do Lazer, e de buscar caminhos que possibilitem uma direção para a práxis contextualizada, onde buscamos elaborar estratégias tendo como foco central na disciplina, na turma de licenciatura plena no PAFOR1 no município de Marabá – PA, interpassando por avanços teóricos e metodológicos, porém ainda insuficientes, se considerarmos sua complexidade a partir do fenômeno a ser estudado e aplicado ao lazer quando relacionado ao Modelo Bioecológico e a carência de referências a partir desta inter-relação.

O Modelo Bioecológico possibilita a investigação e a análise do fenômeno por meio de quatro núcleos inter-relacionados: pessoa, processo, contexto e tempo; e também é denominado de modelo PPCT. Ele promove o conhecimento de como essas pessoas ou grupo vivenciam determinada experiência (processo), inseridas em diferentes contextos. Esses contextos possuem aspectos físicos, sociais e valorativos, que os caracterizam e exercem influência na pessoa, pela continuidade (tempo) e estabilidade do sistema de relações e da construção de suas rotinas, de sua biografia e história social.

2 Estratégia metodológica da disciplina estudos do lazer: educação, desenvolvimento e formação humana

As estratégias de formação dos alunos/as no curso de Licenciatura em Educação Física no PAFOR – Marabá /PA não podem ser dissociadas de projetos de desenvolvimento social, é necessário reconhecer que qualquer leitura que se faça acerca da educação profissional, inclusive de suas práticas pedagógicas, pressupõe uma opção política pautada no projeto de sociedade que se toma como referência, onde trabalhamos com diversos no eixo temático *I – SABERES SÓCIO – HISTÓRICO DO LAZER*: Debater sobre os conteúdos do lazer, os equipamentos, a pedagogia do lazer e os subsídios para políticas públicas de lazer enquanto nota introdutória da disciplina e

10 Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica é resultado de um conjunto de ações do Ministério da Educação (MEC), por meio dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, em colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e das Instituições Públicas de Educação Superior (IPES), neles sediadas, com fins à melhoria da formação do corpo docente brasileiro.

desenvolver um estudo bibliográfico que permita transversalizar os conhecimentos em termos de época e sociedade sobre diferentes concepções. Onde utilizamos autores tais como Werneck (2000), Pinto (2001), Pimentel (2010), Marcellino (2003), Isayama (2004), dentre outros, apresentam contribuições relacionadas aos mais diferentes aspectos (postura profissional, conteúdos, valores inspiradores, formação continuada...), para uma formação/atuação mais consistente e contextualizada dos profissionais do lazer.

Destarte que, acreditamos que a inserção do modelo ecológico procura romper com a tradicional separação positivista entre sujeito e objeto e sugere entrar no contexto de formação profissional e da investigação científica, onde os pesquisadores integram-se ao ambiente a ser pesquisado de forma mais próximo possível daqueles que o constituem. O desafio de relacionarmos o lazer a proposta de Bronfenbrenner demanda uma maior aproximação maior a trabalhos, leituras e enfoques que, utilizam qualitativos considerando o pesquisador como um sujeito participativo do processo de coleta de dados.

Dessa maneira, apontamos um conjunto de aspectos inter-relacionados que consideramos essenciais na formação e atuação dos profissionais do lazer:

1. Estabelecer uma relação recíproca entre teoria e prática;
2. Amplo conhecimento dos conteúdos culturais do lazer;
3. Conhecimento profundo em termos de interesses da população com a qual estamos trabalhando;
4. Investimento na formação continuada;
5. Formação de uma equipe multiprofissional.

Os projetos educacionais em disputa, no fundamental, remetem ou à conformação da educação ao status quo, ou seja, procuram se ajustar à realidade instituída, ou se contrapõe ao estabelecido e se comprometem com outro modelo societário, no qual o ser humano seja o elemento balizador das decisões a partir do viés, *Lazer e Formação e Desenvolvimento de Pessoal*, estando presente no II eixo temático vivenciado na disciplina, denominado *LAZER, POLÍTICA, CIDADE E GESTÃO PÚBLICA*, tendo como proposição compreender a dinâmica das políticas públicas na sociedade e da oferta de espaços e equipamentos a partir das necessidades social, local, na tentativa de garantir a participação popular nas lutas sócias para a garantia do direito ao lazer.

Neste eixo temático ao correlacionarmos com a teoria de Bronfenbrenner e Morris (1998) destacamos a importância de fazer pesquisa de maneira a descobrir fatos, e não simplesmente verificá-los, ou seja, acreditamos o lazer enquanto direito social, pode “atuar como alavanca de transformação social” justamente porque ele emerge tanto da construção, como da dispersão de valores questionadores da sociedade (MARCELLINO, 1987).

Bronfenbrenner (1999) sublinha a importância da presença simultânea de cinco aspectos na sua definição: 1) Para que o desenvolvimento ocorra, é necessário que a pessoa esteja engajada em uma atividade; 2) Para ser efetiva, a interação deve acontecer em uma base relativamente regular, através de períodos estendidos de tempo, não sendo possível ocorrer efetivamente durante atividades meramente ocasionais; 3) As atividades devem ser progressivamente mais complexas, por isso a necessidade de um período estável de tempo; 4) Para que os processos proximais sejam efetivos, deve haver reciprocidade nas relações interpessoais; e, 5) Finalmente, para que a interação recíproca ocorra, os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato devem estimular a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1999).

Assim, a ênfase ao direito ao lazer na vida contemporânea vislumbra a evidência

para a construção e vivência de valores que contribuam para “as mudanças de ordem moral e cultural, imprescindíveis à construção de uma outra realidade social, mais justa e mais humanizadora” (GOMES, 1988, p.5)

Assim, realizamos uma divisão em três momentos: (i) Pensar e fazer: prática pedagógica – atitude humana transformadora a partir do entendimento do Lazer enquanto direito social; (ii) Práxis: atitude humana transformadora – um arquétipo propositivo das políticas públicas de acesso ao lazer; (iii) Notas para um norte de rompimento das barreiras para vivências do Lazer. No eixo temático III referente às: *ÁREAS DE INTERVENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM LAZER*, tendo como proposição o debate crítico através de pesquisa ação acerca da formação e atuação profissional em lazer.

Sob a ótica da unidade, a distinção entre teoria e prática se dá no seio de uma unicidade indissolúvel. Pressupõe uma relação de autonomia e dependência de um termo em relação ao outro. Na visão de unidade, a teoria nega a prática imediata para revelá-la como práxis social; a prática nega a teoria como um saber autônomo, como puro movimento de idéias e teoria e prática são tidas como dois elementos indissolúveis da “práxis”, definida como ações teórico-práticas.

3 Práticas formativas no Lazer ou práticas pedagógicas no Lazer?

Toda prática formativa é uma prática social que se constitui num processo através do qual os sujeitos vão produzindo as condições materiais, espirituais e as relações sociais que garantem a sua existência; consiste num fenômeno social integrante das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma determinada sociedade, cujas finalidades e meios do processo formativo se subordinam à estrutura e à dinâmica das relações entre as classes sociais, sendo, pois, socialmente determinado. Isto significa que além de ser constituída, é constituinte destas relações, e compõe-se, segundo Frigotto (1995), num campo de disputa hegemônica, em que as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos, nas diversas esferas da vida social se dão em sintonia com os interesses de classes.

Acreditamos que a prática pedagógica se apresentaria em sintonia com os problemas postos pela prática social e as ações do professor exprimiriam um caráter criador, no sentido de voltar-se para formação de um novo ser humano, da transformação da realidade e da construção de uma nova sociedade, recolocando-se nesse sentido, na trajetória de volta, a prática social.

Nesse sentido, de acordo com Isayama (2002, p.06) “A Educação Física vem prestando expressiva contribuição ao incremento da produção científica, pedagógica e cultural específica sobre o lazer no Brasil, especialmente no ensino superior”. Enfim, entre as diversas iniciativas, encontra-se em muitas IES (Instituições de Ensino Superior) a inserção de questões acerca do lazer, em disciplinas específicas, na grade curricular dos cursos de Educação Física. Segundo o autor, o mesmo ocorre em cursos de pós-graduação em nível *lattu* e *stricto sensu*, em eventos científicos, publicação em periódicos, entre outras.

Neste sentido, a partir dos pressupostos da indissolubilidade entre teoria e prática. Considerando a didática da educação profissional, as perspectivas das unidades trabalhadas na disciplina Estudos do Lazer pressupõem que:

- A formação do ser humano em suas amplas capacidades (teórico-práticas) como principal referência pedagógica na práxis do Lazer;
- A teoria e a prática educativa constituiriam o núcleo articulador da formação profissional para o Lazer;

- A teoria sendo sempre revigorada pela prática educativa (leituras e referências do Lazer);
- A prática educacional sendo o ponto de partida e de chegada (ações e vivências do Lazer);
- A ação docente se revelaria a partir da prática concreta e da realidade social (pesquisa de campo e exposição da realidade vivenciada pelos discentes).

4 Vivências, ações de intervenção e pesquisa

Como objetivo geral, estruturado na disciplina buscou implantar vivências de lazer para o desenvolvimento humano na perspectiva de uma educação para o lazer. Sendo desdobrado a partir de uma questão problematizadora “*lazer para que te quero ver: políticas públicas e cidadania em Marabá – PA*”, tendo a oportunidade de expressar sua subjetividade, seus sentimentos, sua criatividade e também a sua própria realidade.

Todas as atividades desenvolvidas foram avaliadas utilizando-se outros instrumentos como: relatórios escritos, orais e registros fotográficos. Por meio das estratégias avaliativas utilizadas, os participantes evidenciaram novas posturas no seu cotidiano, no convívio com os demais colegas, demonstrando um maior respeito ao ambiente de coletividade vivenciado em moradia estudantil, revelando-se, assim, como pessoas mais autônomas (FREIRE, 1996), gerando a partir dessa ação oito projetos acadêmicos de trabalho de conclusão de curso desenvolvidos em duplas.

À guisa de conclusão

Como contribuição, acreditamos que há caminhos possíveis o ensino do lazer e intervir na realidade onde a disciplina fora ministrada que vivenciam situações adversas, utilizando metodologias com enfoque sistêmico, que possibilitem analisá-las em diversos ângulos. Destacamos que o presente relato proporcionou gerar conhecimentos relativos à utilização de metodologias, que compreende uma nova maneira de olhar o contexto em que a pessoa está inserida, ou seja, para investigar não apenas características da pessoa, mas também as características do ambiente em que vive.

O Modelo Bioecológico de Urie Bronfenbrenner apresentou-se como alternativa promissora para orientar pesquisas na área da enfermagem, pois, ao se utilizar os quatro núcleos - processo, pessoa, contexto e tempo, isso permite obter uma concepção sistêmica ao ministrarmos a disciplina lazer tendo como referência o tripé ensino-pesquisa-extensão. Entendemos serem necessárias mais investigações voltadas para o contexto do ensino da disciplina, visando ampliar estudos que a partir da interface lazer e o Modelo Bioecológico.

A partir dessas observações destacamos alguns pontos relevantes na operacionalização das ações educativas da disciplina: 1- O fortalecimento da convivência da comunidade acadêmica (educandos e educadores); 2- Melhor compreensão do cotidiano e dos momentos lúdicos no processo de formação humana e profissional; 3-Reestruturação das ações pedagógicas das disciplinas curriculares desenvolvidas nas salas de aula; 4- Redimensionamento do planejamento de ensino passando a valorizar e incentivar a reflexão e a construção significativa dos conhecimentos sobre o lazer; 5- Possibilidade de disseminação de estudos e pesquisas na prática social do lazer; e, 6 – O lazer, corporeidade e cidadania no processo de profissionalizante nas dimensões humana, lúdica e prazerosa.

Um projeto de educação amazônica, para ser incluído, deve estar pautado na

participação de seus sujeitos sociais, culturais e políticos. O ensino universitário, como pólo irradiador do saber social junto à comunidade, pode e deve ser agente pró-ativo na capacitação de sujeitos cognoscentes que saibam se mobilizar no campo do Lazer e das políticas públicas em prol de uma cidadania plena e na formação profissional na licenciatura em Educação Física, dialogando com a práxis e a educação para pesquisa.

Considero a pertinência dessas reflexões para os estudos da formação em Educação Física voltada ao lazer, pois penso que esse processo formativo precisa incluir espaços para práticas educativas que valorizem a educação pela pesquisa por meio de uma ação investigativa. Essa atitude pode contribuir para a construção de um profissional que se reconhece enquanto pesquisador e produtor de conhecimento, e não, um simples “reprodutor” de gestos mecânicos. (MANESCHY, 2012, p. 3).

Nesse sentido, verificou-se que as ações transdisciplinares no PAFOR no campus MARABÁ / PA, oportunizou-se a partir da disciplina Estudos do Lazer um melhor desenvolvimento humano e educacional. Pois acreditamos que o trabalho transdisciplinar propicia um melhor rendimento na educação de origem; melhorias capacidade de lidar com as diferenças; o desenvolvimento de atitudes contrárias ao preconceito; e a formação de sujeitos ativos na busca de seus direitos e deveres.

Destarte, infere-se que as ações transdisciplinares nas ações projetadas na disciplina Estudos do Lazer terem relevância no desenvolvimento integral (competências pessoais, sociais, produtivas e cognitivas) do ser humano, o que consideramos obter sentido/significado para formação cidadã, para formação humana e principalmente para formação de pesquisadores na área o que pode servir de subsídio para políticas públicas em toda América Latina.

Referências

- BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- DELORS, Jacques. (Org) *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra: São Paulo, 1987.
- GOMES, Christianne. A formação profissional no lazer em nossa moderna sociedade: Repensando os limites, os horizontes e os desafios para a área. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.47-65, set. 1998.
- ISAYAMA, Helder. Ferreira. Formação Profissional no âmbito do lazer: desafios e perspectivas. In: ISAYAMA, Helder (Org.), *Lazer em Estudo: currículo e formação profissional*. Campinas, SP: Papirus, p.9-25, 2010.
- _____. *Recreação e lazer como integrante de currículos dos cursos de graduação em Educação Física*. 2002. 205 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MANESCHY, Gustavo. Conhecimento sobre o lazer nos cursos de Educação Física em Belém, PA. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, Año 16, Nº 165, Febrero de 2012. Disponível: <http://www.efdeportes.com/> acesso em 16/07/2012.
- MARCELLINO, Nelson C. *Lazer e educação*. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- _____. O lazer na atualidade brasileira: perspectivas na formação/atuação profissional. *Licere*, Belo Horizonte, v.3, n.1, p.125-133, 2000.
- _____. *Pedagogia da animação*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2000.

_____. Lazer e Educação. Campinas: Papirus, 05. ed, 1987.

MONTES, F. R. F.; SANTOS, I. B. Saberes e práticas da inclusão: introdução. Brasília, DF: MEC, SEESP 2004.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PIMENTEL, Giuliano G. de A. Formação acadêmica do gestor de lazer. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER – GESTÃO DO LAZER: COMPETÊNCIAS E ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL, 20., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: SESI, 2008. p.1-8. (CD ROM).

_____. (Org.) Teorias do Lazer. Maringá-PR: Eduem, 2010. v. 1.

PINTO, Leila M. S. de M. Formação de educadores e educadoras para o lazer: saberes e competências. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Campinas, v.22, n.3, p.53-71, 2001.

_____. Lazer: concepções e significados. Licere, Belo Horizonte, v.1, n. 1, p.18-27, 1998.

KREBS, R. J. Novas tendências para o estudo do desenvolvimento humano. Prata da casa. São Luís, n.11, p. 93-108, 2001.

EVANGELIZAR E BRINCAR: AÇÕES CONTRADITÓRIAS? A PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS EM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS DA EVANGELIZAÇÃO INFANTIL DA ASSOCIAÇÃO HERCULANO PIRES, JUIZ DE FORA/MG

Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior
Romilda Aparecida Lopes
Juliana Gomes Campos
Arthur Oliveira da Silva

RESUMO

Muitas casas espíritas têm incorporado elementos da ludicidade ao ensino da evangelização infantil em suas fileiras. Assim, o objetivo deste trabalho é investigar como crianças partícipes da evangelização infantil da Associação Herculano Pires (A.H.P), localizada em Juiz de Fora, Minas Gerais, concebem a sua experiência ali. Os procedimentos metodológicos utilizados nesta investigação foram a revisão bibliográfica e o uso de questionários junto a vinte e nove educandos, entre seis e quatorze anos. Nota-se que eles, ao privilegiar os momentos de ludicidade em sua experiência na associação, não deixam de apreender elementos da religião, mostrando que o brincar pode ser mais bem explorado, sem, entretanto, causar prejuízo às práticas da evangelização infantil espírita.

Palavras-chave: Evangelização infantil espírita. Brincar. Associação Herculano Pires.

Introdução

Se levarmos em conta a contribuição de Isayama; Gomes (In MARCELLINO, 2008), para quem o lazer na infância assume caracteres singulares em relação aos adultos, visto que o ato de brincar se tornar um elemento central dessa fase da vida, associado à prática usual de incorporar elementos da ludicidade ao ensino da evangelização infantil nas casas espíritas, como nos mostra a dissertação de Rodrigues (2012, p.138), embora não seja algo restrito às instituições kardecistas (CAMARGO, 1998; MELLO, 2008), a reflexão sobre as práticas da evangelização espírita podem ser dignas de maior atenção, visto que podem adquirir uma feição de lazer para as crianças, contrapondo-se a uma noção que apregoa ser a evangelização infantil uma vivência educacional religiosa apenas. Assim, nos parece relevante perquirir acerca das representações construídas pelos pequenos em relação às práticas educativas das casas espíritas espalhadas pelo Brasil.

Curioso notar, entretanto, que a existência de um profícuo debate entre vínculos e distanciamentos entre religião e lazer se ateve, quase sempre, a uma forma de compreender ambos sob a lógica dos adultos. A criança, enquanto um sujeito social pleno, portanto, atores sociais completos (SILVA; DEBORTOLI, 2012, p. 195), não parece constar em muitas análises que se debruçaram sobre esse vínculo. De maneira especial, no que toca ao lazer, essa restrição quanto ao debate entre lazer na fase infantil é confirmada por Isayama; Gomes (In MARCELLINO, 2008, p.158) ao constatar que a “maioria dos estudos dedicados ao universo infantil opta [por] evitar [...] atrelar o lazer à infância”.

Entretanto, apesar da evangelização infantil, que prima pela educação moral, dentro de uma proposta de educação integral (PIRES, 2004; INCONTRI, 2008), abarcando ainda a educação física e a educação intelectual, ser realizada em centenas de

instituições espíritas há décadas, parece haver certa carência de pesquisas que buscam compreender como as crianças concebem sentidos a essas experiências educacionais. Dessa maneira, indaga-se: qual a percepção das crianças em relação à educação espírita infantil?

Posto isso, o **objetivo** deste trabalho é investigar como crianças partícipes da evangelização infantil da Associação Herculano Pires (A.H.P), localizada em Juiz de Fora, Minas Gerais, concebem a sua experiência ali, bem como as práticas educacionais presentes na A.H.P, buscando apreender se a representação presente dentre os educandos poderia se aproximar de experiências do lazer, ao invés apenas de vivências religiosas. A presente investigação se **justifica** por duas razões: a primeira diz respeito à ausência de estudos que tomem como escopo as práticas pedagógicas da evangelização espírita infantil. A outra razão diz respeito ao reconhecimento da criança como um sujeito pleno, o que nos faz crer que os educandos também constroem e representam o mundo, dando a ele sentidos próprios. Isso, a nosso ver, legitima a importância de apreender as representações desses sujeitos, o que pode, futuramente, ajudar a construir não “práticas de evangelização para as crianças”, mas sim “práticas de evangelização com as crianças”, em que o adulto também possa aprender, reforçando a relação entre os pares, a exemplo do que evidencia Rodrigues (2012).

A **metodologia** deste trabalho consiste, primeiramente, na realização de uma breve revisão bibliográfica, pautada nos eixos temáticos *lazer, religião e criança*. Em um segundo momento, através de um questionário com seis perguntas, sendo quatro fechadas e duas indagações abertas, tentou-se identificar a percepção de 29 crianças, entre 8 e 14 anos, em relação às suas motivações e experiências em relação à evangelização infantil da Associação Herculano Pires. Ressalta-se que as **categorias de análise** utilizadas nesta investigação são: i) motivação; ii) percepção das atividades oferecidas durante a evangelização infantil; iii) percepção da instituição; iv) apreensão de elementos religiosos nas práticas da A.H.P.

Este trabalho está **estruturado** da seguinte maneira: em uma primeira seção, há uma reflexão acerca das características que o lazer assume na infância; já a segunda seção é dedicada a caracterizar o *lócus* da investigação. Por último, são apresentados os dados colhidos em campo, sucedidos de uma análise à luz das contribuições teóricas utilizadas ao longo da investigação sucedidos das conclusões.

1 Lazer na infância: aproximações com a evangelização infantil espírita

A concepção acerca da criança sofreu modificações ao longo do tempo, e, na modernidade, mediante ascensão do Capitalismo, em que se privilegiam, na escola, as dimensões disciplinar, técnica e individualista, a criança foi alvo da formação que almeja indivíduos mais úteis e moralmente disciplinados (DEBERTOLI, 2006). Assim, houve certo esvaziamento, nas instituições escolares, da dimensão da ludicidade, só presente ali, quase sempre, sob uma ótica instrumentalista, isto é, quando necessária para alcançar algum fim, como, por exemplo, domar o caráter, inculcar fórmulas, ou favorecer o ato de decorar conceitos.

Como bem demonstra Ariès (2011), a valorização da criança, enquanto um sujeito pleno, com características que lhe são próprias, é uma conquista recente na história ocidental, e o início desse movimento de descoberta da infância data o século XIII, porém só se consolida ao longo do século XIX e no decorrer do XX, a partir das contribuições de Freud, Vigotsky e Piaget. Importa considerar que a compreensão da criança como um ser pleno capaz de ser valorizado não pelo que será, mas pelo que é (ISAYAMA; GOMES In MARCELLINO, 2008), contribui com a tese de que a infância

é um período da vida importante para se estudado (DEBORTOLI, 2006), pois “ser criança é ter uma forma particular de se relacionar com os universos sociais e humanos”, portanto digna de atenção (DEBORTOLI, 2006; SILVA; DEBORTOLI, 2012, p.198).

Ora, se no universo do adulto, há preponderantemente uma demarcação de tempos bem delimitados, como o tempo do trabalho, da educação, da religião e do lazer, ainda que, defendamos a imbricação deles entre si, essa lógica estanque não é passível de ser visualizada na infância. Ali, para se ter um exemplo, é possível “perceber claramente que não há uma separação nítida entre o trabalho e o brincar, apesar de constituírem universos distintos” (CAMPOS, 2012, p.175).

Se não há um corte tão nítido, para a criança, entre o trabalho e o lazer, como postulado anteriormente, essa propensão também tende a se repetir em suas vivências religiosas, quiçá, educacionais. Ou seja,

As crianças observadas tinham diversas obrigações além da escola, o que, em certa medida, poderia atrapalhar os seus momentos de lazer. Mas fica evidente que, a todo o instante, elas burlam esses momentos e se aproximam do que intitulamos ‘lazer’ [...]. Ou seja, quando são obrigadas a ir ao Culto, mas levam alguns brinquedos dentro da Bíblia; quando brincam de pegador no salão pastoral [...]. (SILVA; DEBORTOLI, 2012, p.198)

A criança, ao construir possibilidades de vivências lúdicas em diversas situações, como na rua, na casa no trabalho, no interior das instituições mais totalizantes (DERBETOLI in CARVALHO; SALLES; GUIMARÃES, 2006, p.84) aponta que as práticas, quando a ela direcionadas, deveriam contemplar essa propensão dela a brincar em todos os lugares.

Brincar esse que se reveste da máxima importância para alguns teóricos. Walter Benjamin (1984) acredita que o brincar significa sempre libertação, na medida em que a criança, na modernidade, estaria bastante inserida no universo do adulto. Os brinquedos e as brincadeiras, mesmo impostas pelos adultos, fomentariam a subversão da ordem imposta, transformando esse universo da brincadeira com elementos da imaginação. “A criança quer puxar alguma coisa e se torna um cavalo, quer brincar de areia e torna-se um padeiro, quer esconder-se e torna-se ladrão ou guarda”. (BENJAMIN, 1984, p.70). Além disso,

Nas brincadeiras se aprende e são incorporados conceitos, preconceitos e valores. Nelas se expressam nossas múltiplas belezas, como também as mais sutis e grotescas mazelas humanas e sociais.(DEBERTOLI In CARVALHO; SALLES; GUIMARÃES, 2006, p.78).

Esse debate aponta que a questão central não diz respeito apenas à incorporação do brincar na prática educativa, inclusive a evangelização infantil espírita, mas em reconhecer que

Na linguagem da brincadeira, podemos, e muito bem, estabelecer nossa forma de trabalho [...]. A criança não precisa (e nem deve) ficar pensando em por que brinca, mas o educador precisa constantemente procurar saber o que o brincar tem a ver com o seu trabalho. Refletindo um pouco, penso que, somente a partir de meu conceito sobre o brincar, se me apropriou desse gesto e se percebo o quanto ele é

importante para a criança, é que consigo dar significado e direção ao meu fazer de educador. Preciso reconhecer que já fui criança e lembrar como foi importante brincar em minha formação. Ver e escutar a criança que está diante de mim e me perguntar: se eu fosse criança, o que seria mais importante fazer agora? O outro não sou eu, mas na relação educador/educando é importante ver o outro como a si mesmo, não como uma extensão de si mesmo, mas como integrante de uma proposta em que ambos possamos crescer mutuamente. Cada qual em seu lugar e em seu papel (PEREIRA in CARVALHO; SALLES; GUIMARÃES, 2009, p. 25-26).

Essa reflexão, antes que desencadear um esvaziamento das práticas educativas da evangelização infantil nas casas espíritas, visa trazer à tona que o brincar por si só, enquanto uma prática fundamental da criança de estar e dar sentido ao mundo, poderia descerrar um conjunto de perspectivas de trabalho, como, por exemplo, a observação das tendências comportamentais da criança; a valorização das representações dos pequenos, que passariam a ser mais consideradas no processo ensino-aprendizagem; a diminuição da distância entre educador e educando, que, juntos, em alguns instantes do brincar, poderiam compartilhar momentos, ambos aprendendo um com o outro.

Posto isso, não parece haver coerência na lógica que não considera o brincar, também dentro de espaços religiosos, como uma dimensão de aprendizado. Na medida em que o brincar guarda regras próprias, representações do mundo e leituras do contexto, ele também pode ser digno de atenção das tarefas educacionais espíritas. O tempo de brincar não excluiria o tempo de aprender. Eles são complementares e, diríamos, indissociáveis, na medida em que há de se privilegiar o processo e não somente o produto.

2 Lócus da pesquisa

A Associação Herculano Pires é um centro espírita, localizado em Juiz de Fora, Minas Gerais, fundada em 2011, no bairro Sagrado Coração de Jesus, localizado na zona sul da cidade. A instituição conta com cerca de doze trabalhadores voluntários e atende, via suas atividades semanais (cursos e evangelização) infantil, aproximadamente 70 crianças. Cabe ressaltar, ainda, que embora a A.H.P seja uma entidade espírita, as atividades ali executadas são de cunho inter-religioso, recebendo crianças de todas as religiões, pautada no princípio de respeito às crenças alheias, sem imposição de dogmas, pois “nenhuma aula de evangelização espírita [...] nem pretende realizar a internalização dos princípios espíritas, pois sua finalidade é [...] despertar na criança as suas forças interiores e fazê-las aflorar no plano da consciência” (PIRES, 2004, p.26).¹

Atualmente a principal frente de trabalho da Associação Herculano Pires, também conhecida como “escolinha” pela comunidade, é a evangelização, que ocorre aos sábados entre 09:00h e 12:00h e conta com cerca de 50 educandos com idades que variam de 01 a 14 anos. A evangelização infantil pode ser demarcada em quatro momentos, a saber: momentos do brincar (livre), entre às 09 horas e 09:30h; momento musical, prece e café (de 09:30h – 10:00h); atividades² (10:00 h – 10:50h) e as oficinas

¹ Na A.H.P, há estudos dos seguintes educadores: Sócrates, Platão, Comenius, Pestalozzi, Rousseau, Vigotsky, Prof. Rivail, Herculano Pires, Anália Franco, Eurípedes Barsanulfo e, permanentemente, Jesus.

² A Associação Herculano Pires atua com projetos trimestrais, que visam, mediante o aprender fazendo, o desenvolvimento de habilidades e competências. “Isto se entende melhor se recordamos que Pestalozzi preconiza a primazia da educação sobre a instrução, e do “saber fazer” sobre o “saber” com o que deita as bases da pedagogia ativa (SOËTARD, 2010, p.91)”.

(11:00 h – 12:00h).

Ao adentrarem na associação, as crianças têm um momento livre em que podem brincar, conversar, exercitar a liberdade de pensamento e de expressão, praticada entre as crianças e educadores em diálogo franco e aberto, liberdade de escolha, liberdade de transitar por todos os espaços da casa (INCONTRI, 2006.p. 191; PACHECO, 2008?). Posteriormente, há um momento musical, realização da prece e um café da manhã.

As crianças que atuam com os projetos trimestrais da A.H.P. foram divididas no início do ano em cinco grupos de trabalho divididos conforme o grau de afetividade para com os educadores³, exceto os educandos até 06 anos, que se vinculam a uma turma de iniciação, ou turma dos “pequenos”. Dessa forma, cada grupo atua de forma autônoma, criando seus próprios dispositivos de chamada, de pesquisa e dinâmicas a serem desenvolvidas. É importante salientar que uma das premissas da casa é o trabalho com grupos heterogêneos, ou seja, grupos com idades mistas, assim como realizado por Pestalozzi, em Yverdon (INCONTRI, 2006.p.191. Por último, importa assinalar que, na A.H.P, são oferecidas as seguintes oficinas: brincar, música, futebol e trabalhos manuais.

3 Apresentação e análise dos resultados

Perfil dos educandos

No dia 09 de março de 2013, 29 educandos responderam a um questionário composto por seis perguntas, e que foram aplicados no momento do lanche. Optou-se por, naquele momento, em privilegiar crianças que já estavam nos grupos de trabalho, isto é, a partir de 6 anos, por acreditar que não se dispunha de um aparato metodológico adequado para apreender as representações dos menores. Desse universo de vinte e nove questionários, importa considerar que vinte e um deles são oriundos de meninos, enquanto oito meninas complementaram os dados. Não foi possível segmentar e agrupar dados por idades. Entretanto, é possível constatar que há diversidade quanto à faixa etária da amostra, na medida em que seis entrevistados têm doze anos, outros seis possuem dez anos; há cinco crianças com oito anos, ao passo que dois dos entrevistados possuem nove anos, assim como outros dois têm treze anos e mais dois com seis anos. Outras três crianças com onze, associadas a mais três educandos de quatorze anos finalizam a amostra.

i) Motivação

Diferente do que se pode imaginar, quando indagados sobre a razão pela qual vão à Associação, uma minoria composta por uma criança (curiosamente uma das quatro crianças declaradamente espíritas) alegou que a ida se deve por obrigações dos pais; a ampla maioria, isto é, vinte e oito crianças alegaram que a ida é espontânea e que as principais razões para estarem lá são: 1) as atividades mais as oficinas, com dezesseis respostas; 2) as oficinas, com dez considerações; 3) outras razões, com três respostas. Esse dado nos parece revelador, na medida em que a ida das crianças, para um espaço de evangelização infantil é voluntária, ainda que muitas delas sejam vinculadas ao catolicismo ou ao protestantismo. Além disso, chama a atenção, o fato de que a maioria das respostas também aponta para um interesse nas “atividades”, momento que antecede

³ Na Escola da Ponte, não há o modelo de divisão por turmas. Além disso, há o acompanhamento de um professor para onde quer que ele vá, isto é, se qualquer professor muda de sala, há alunos que também o fazem. (PACHECO, 2008?, p.72)

às oficinas (de brincar, de futebol, de artesanato e de música) e que tem como objetivo refletir e pesquisar acerca de temas que compõem os projetos trimestrais, cujos temas já foram “meio ambiente”, “gnomos”, fadas e duendes”; “as religiões”, “Jesus” e “higiene”.

Isso nos parece sinalizar que as próprias crianças conseguem visualizar também a atratividade das atividades, na medida em que a A.H.P tende a respeitar o universo infantil quanto à alternância de práticas, embora tente conceber tempo para brincar e tempo para aprender, apesar de, em muitos momentos, se imbricarem (in CARVALHO; SALLES; GUIMARÃES, 2009, p. 25-26). Há uma tentativa ali de, ao oportunizar a pluralidade de práticas e respeito aos momentos da criança, romper a dicotomia do ensino, tido como maçante, e da brincadeira, tida como estimulante.

Outra motivação digna de nota em relação à Associação se deu a partir dos amigos (onze respostas) e, também, da participação da família, que, via conhecimento ou presença de algum membro familiar, permitiu que o educando tomasse conhecimento da iniciativa. Ou seja, os laços de sociabilidade entre eles parece predominar em relação a ações exógenas em prol da iniciativa, remetendo à premissa de que são sujeitos plenos, capazes de agir mundo.

ii) percepção das atividades oferecidas durante a evangelização infantil

Quando indagados sobre o que mais gostam de fazer na A.H.P, há predominância da ludicidade nas respostas, na medida em que atividades ligadas à essa dimensão de exaltação dos sentidos, vinculada à imaginação predominou nas respostas. Doze crianças disseram que gostam mais de jogar futebol, ao passo que cinco responderam “brincar”. Foi apontado, ainda, com uma resposta cada o gosto pela prece, o carinho dos professores e, com duas respostas, o ato de estudar.

Esse dado, em que revela a predominância da dimensão lúdica nas respostas, pode ser iluminado e melhor compreendido a partir do postulado teórico de Isayama e Gomes (in MARCELLINO, 2008) que assinala que, nessa fase da vida, a ludicidade é um fator chave no estar no mundo das crianças. Assim, as atividades mais tradicionais de ensino, embora sejam motivadoras para as crianças, não, são, entretanto, aquilo que elas mais gostam na A.H.P, o que parece revelar que as evangelizações infantis espíritas poderiam considerar mais o brincar, não apenas o “brincar orientado”, mas o simples ato de brincar, até porque “nunca se tem a certeza de que a construção do conhecimento efetuado pela criança será exatamente a mesma desejada pelo professor”. (KISHIMOTO, 2007, p.37).

iii) percepção da instituição

Nesse momento, evocam-se as resposta das crianças ao pedido de definir a Associação usando três palavras.

Há dezessete ocorrências de “legal”, dez de um “lugar bom”, e seis de “divertida”. Outras respostas apontam a Associação como um lugar “maneiro” e cinco disseram “brincadeira”. Essas respostas, novamente, assinalam que a vivência da evangelização infantil ali praticada é apreendida pelas crianças em sua feição lúdica. Há cinco ocorrências da palavra “educação” (uma para ensino), cinco ocorrências para “carinhosa”, ao passo que duas respostas salientando que ela é “bonita” e “interessante”. Curioso notar percepções pontuais que a concebem como “diferente”, “harmoniosa”, “feliz” (três ocorrências cada) e duas falas que salientam “as atividades” praticadas naquele espaço. Não foi encontrada, nas respostas, uma percepção negativa. Tal fato

pode ser explicado quanto à existência, na instituição, de uma prática de convocar periodicamente assembleias de educandos, ou seja, eles são, voluntariamente, convidados, a, depois do horário, permanecer na A.H.P para discutir problemas, apontar soluções e sugerir práticas, muitas delas encampadas pelos evangelizadores, como, por exemplo, aumentar o tempo da oficina de futebol, ter frutas no café da manhã e ter garrafas de água em cada turma, o que nos lembra a dimensão compartilhada do processo de ensino-aprendizagem, pois “no domínio das relações interpessoais e do equilíbrio afectivo dos alunos, o quadro de direitos e deveres regula todo o sistema de relações, mas é proposto, debatido e aprovado pela assembleia” (PACHECO?, 2008, p.68).

iv) apreensão de elementos religiosos nas práticas da A.H.P

Quanto à dimensão religiosa, a despeito de práticas ecumênicas, que fazem uso de elementos ligados à ludicidade para a relação ensino-aprendizagem, embora se valorize o brincar por si mesmo em outros momentos, poder-se-ia imaginar que as crianças, ao valorizar a dimensão lúdica ali presente, não conseguissem, talvez, apreender elementos religiosos presentes no trabalho. Entretanto, vinte e quatro crianças responderam que “aprenderam algo sobre alguma religião na AHP”, isto é, a maioria delas percebe o componente de ensino moral/espiritual presente no trabalho, mas de maneiras diferentes. A maior parte delas cita a “prece” realizada no começo do trabalho, enquanto outras se lembram das “passagens de Jesus”, “de falar de Deus”, “de respeitar as outras religiões” e do “produto final”. Uma criança evangélica cita “a religião espírita” e outra diz “coisas da igreja”, o que parece confirmar o preceito de que, no trabalho ali feito, não há preponderância da atenção dada ao Espiritismo, tampouco se furta a trabalhar com as outras vivências religiosas presentes na comunidade, procurando, antes disso, preceitos morais comuns. Essas respostas tendem a confirmar a tese de que lazer e religião dialogam entre si antes que se oporem em dicotomias.

Considerações finais

Este trabalho detectou, além da importância que o brincar assume na infância, sendo uma das molas mestras do processo de desenvolvimento das crianças, que as casas espíritas, através de suas evangelizações infantis, poderiam contemplar esse elemento de maneira mais espontânea. Isso porque, para além de um uso funcional do brincar nas práticas educativas ali existentes, há uma dimensão educativa inerente ao ato espontâneo de brincar, pouco aproveitado nesses ambientes. Ao apreender a percepção das crianças ligadas à evangelização espírita da Associação Herculano Pires, notou-se que, embora haja primazia dos elementos da ludicidade dentre aqueles apontados pelos educandos como relevantes, há, ainda, a apreensão de elementos morais ligados à religião. A experiência dessa entidade parece demonstrar que o brincar espontâneo é uma das dimensões educativas da evangelização infantil e uma das mais importantes, pois é o momento em que a criança pode, de fato, ser criança.

Referências

- ÀRIES, P. **História social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
 BENJAMIM, W. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus, 1984.
 CAMARGO, L. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.

- CAMPOS, T. Entre trabalhar e brincar: a rua e suas tensões. In: XIII Seminário O Lazer em Debate, Belo Horizonte, 2012. In: **Coletânea XIII seminário o lazer em debate**. Belo Horizonte, 2012. pp.173-179.
- DEBORTOLI, J. A. O. . As crianças e as brincadeiras. In: Alyson Carvalho; Fátima Salles; Marília Guimarães. (Org.). **Desenvolvimento e Aprendizagem**. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, v. 1, p. 77-88.
- GOMES, C.L. **Lazer, trabalho e educação**: Relações históricas, questões contemporâneas. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- INCONTRI, D.. **A educação segundo o espiritismo**. 8º ed. Bragança Paulista: Editora Comenius, 2008.
- KISHIMOTO, T. M.. O jogo e a educação infantil. In: Kishimoto, T. M (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1996, v. 1, p. 13-44.
- ISAYAMA, H.F.; GOMES, C.L. Lazer e as Fases da Vida. In: MARCELLINO, N.C. (Org.). **Lazer e Sociedade**: Múltiplas Relações. 1ed. São Paulo: linha, 2008, v. 1, p. 156-174.
- MAGNANI, J. C. **Festa no Pedaco**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARCELLINO, N. C.. **Lazer e educação**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2007. v. 1. 164p.
- MELLO, M. Religião: uma análise das práticas enquanto possibilidade de lazer. In: **Anais do 1º Encontro da ALESDE**. Curitiba, 2008.
- PACHECO, J. **Fazer a Ponte**. São Paulo: Vozes, 2008?.
- PIRES, J.H.. **Pedagogia Espírita**. 10º ed. São Paulo: Editora Paideia, 2004.
- SILVA, L.T.; DEBORTOLI, J. A. O. . A criança e o Lazer. In: XIII seminário o lazer em debate, 2012, Belo Horizonte. **Coletânea XIII seminário o lazer em debate**. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 193-199.
- RODRIGUES, I. V. juventude espírita irmão Bosco e a produção de saberes na experiência da evangelização infanto-juvenil no grande bom jardim. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da UFCE. Fortaleza, 2012.
- SOËTARD, M.. **Johann Pestalozzi**. Recife: Editora Massangana, 2010.
- VIEIRA, T.; CARVALHO, A.; MARTINS, E.; Concepções do brincar na psicologia In: DEBORTOLI, J. A. O. (Org.); CARVALHO, A. (Org.); SALLES, F. (Org.); GUIMARÃES, M. (Org.) . **Brincar(es)**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. v. 1.

GINÁSTICA, LAZER E GÊNERO NA VILA DA BARCA

Carmen Lilia Da Cunha Faro
Elis Priscila Aguiar da Silva
Raphael do Nascimento Gentil
Suziane Chaves Nogueira

RESUMO

O objetivo de um projeto para a área de palafita da Vila da Barca foi buscar um aprofundamento nos fundamentos ginásticos, a fim de criar um espaço democrático de exercícios comuns aos meninos e meninas, com a cooperação entre eles para discussões de valores sociais e históricos impostos como o sexismo, o gênero, entre outros. Além de repensar o Lazer para as crianças e jovens a partir da sua dinâmica cotidiana, no sentido de superar práticas antidemocráticas e excludentes e fazer com que esses se vissem para além da realidade a sua volta. Abordamos a ginástica como processo de intervenção socioeducativa, a partir de palestras e oficinas temáticas como “ginástica e inclusão”, “ginástica e gênero”, “ginástica e cidadania” promovendo atitudes de co-educação. No decorrer das experiências, notamos que as discussões sobre meninos e meninas beneficiavam o desenvolvimento total deles, atendendo aos seus interesses físicos, práticos, artísticos, intelectuais e sociais.

Palavras-chave: Gênero, Ginástica, Lazer.

Puxando um fio...

O homem é um ser social e, quando isolado da sociedade, vai perdendo suas condições humanas, ou seja, as suas qualidades de cidadão.

A sociedade brasileira, por meio das relações sociais capitalistas e da política neoliberal, tem alimentado a apartheid social e negado, a 50% da população brasileira que vive na pobreza e a 25% que vive com 188 reais per capita mês o direito de “ser humano”, ou seja, o direito de ser cidadão (IBGE, 2010).

Entendemos que ser cidadão é poder sonhar com a cidadania, lutar por políticas inclusivas, sem discriminação aos diversos aprendizados no campo da arte, da cultura, do esporte e do lazer. Pode parecer utópico, contudo existem inúmeras organizações e movimentos sociais no país que perspectivam projetos sociais como espaços de intervenção e respeito à diversidade dos sujeitos, valorizando-os a partir de suas diferenças pois, ser diferente, não significa, necessariamente, ser desigual.

Partindo desse pensamento, uma docente do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará, em conjunto com discentes, elaborou e materializou o projeto “Ginástica e Prática Social: Cidadania, Inclusão e Lazer na Vila da Barca”¹, cujo objetivo principal foi de levar, às crianças e aos jovens entre 11 e 16 anos, dessa comunidade, um esporte que na linha do tempo divide seus praticantes de acordo com o gênero, que é a ginástica olímpica e a ginástica rítmica. Essa divisão tem se mantido ao longo dos anos a partir de elementos como força, idade, sexo, agilidade, resistência, leveza, delicadeza, entre outros.

Sabendo-se das peculiaridades que atingem regiões historicamente excluídas, como a da Vila da Barca, precisava-se levar esse esporte não apenas como

¹Projeto de cunho sócio-esportivo realizado na área de palafita da Vila da Barca, que durou 10 meses, em 2007, através da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Pará (PROEX/UEPA).

uma atividade descontextualizada mas, a partir dela, estabelecer diálogos sobre preconceitos, sexismo, exclusão, porém nunca negando o lazer a esses participantes e sim, garantir e oportunizar a democratização de um bem comum, que é a ginástica enquanto prática corporal educativa, criativa e transformadora.

Nessa perspectiva, nosso objetivo foi provocar transformações, na comunidade da área de palafitas da Vila da Barca, com a proposta da organização do ensino da ginástica através de temáticas, entendendo a ginástica como um processo pedagógico de intervenção na área de palafitas da Vila da Barca que desperte, nos moradores, vontade de lutar pelas decisões sobre sua vida coletiva, pelo o exercício da cidadania, da inclusão e do lazer, além de garantir a auto-organização de jovens e adolescentes nas atividades, a partir da necessidade de realizar determinadas ações práticas.

A justificativa da temática foi trazer à tona questões como cidadania, inclusão e lazer, tão banalizadas pelo poder público e pela mídia, principalmente na criação de “políticas de sub-cidadania”, políticas de inclusão, imediatistas, que prometem incluir, excluindo.

Com relação à prática social da ginástica, a intenção foi construir, resgatar e proporcionar trocas de experiências lúdicas e culturais, através das manifestações ginásticas individuais e coletivas, interligando-as aos diversos aspectos de suas vidas, como preconceitos, sexismo, exclusão e direito ao lazer.

Vale ressaltar que essas propostas e a metodologia utilizada como palestras, oficinas, vídeos, visitas ao curso de Educação Física da UEPA e apresentações para a comunidade foram construídas e reconstruídas com a intervenção da comunidade, adquiridas a partir convivência dos envolvidos neste processo e seus principais anseios.

Fios que se entrelaçam: O que temos a ver com isso?

O poder público se viu “pressionado” a atender a demanda dos direitos sociais e econômicos da comunidade. Nesse sentido, a Universidade do Estado do Pará (UEPA), em 2007, através da Pró-reitoria de Extensão (PROEX), não ficou alheia a sua realidade circunvizinha, tão discriminada, rejeitada e excluída e, portanto, afastada da discussão sobre políticas inclusivas oriundas das demandas sociais.

Quando trabalhamos com políticas inclusivas, é necessário, primeiramente, levar em conta que essas rejeições e exclusões advêm de preconceitos de diferentes ordens. É preciso considerar também que esses preconceitos acabam por limitar o acesso ao esporte e ao lazer, ou restringir tal acesso as pessoas que buscam aderir as diferentes formas de vivenciá-los (GOELLNER et al, 2009,p.5)

Diversos aprendizados no campo do esporte, da arte, da cultura, do lazer e da expressão corporal, têm sido acionados como desafio às instituições públicas, ao problematizar e desconstruir verdades absolutas. Por exemplo, a menina que gosta de jogar futebol e o menino que pratica ginástica, teriam, por natureza, tendências homossexuais. Essas “verdades” não são “naturais”, mas construídas a partir da cultura dos sujeitos e dos grupos sociais envolvidos. Pode-se perceber essa manifestação das relações de gênero na determinação de atividades como masculinas ou femininas, originadas pela história, privando os indivíduos de experiências transformadoras.

Dessa forma a nossa participação no projeto teve como pauta orientar, trazer e pontuar ressignificações aos conceitos, preconceitos, preceitos, comportamentos e atitudes, valorizando as diferenças culturais das crianças e da juventude da Vila da

Barca. Ao nos comprometermos com a perspectiva inclusiva, no que diz respeito às relações entre gênero, ginástica e lazer, estamos contribuindo para alicerçar e construir uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais igualitária.

O que o Lazer tem a ver com isso...

O debate sobre os direitos humanos é antigo. Esse assunto é referendado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, bem como da Constituição Federal de 1988. Em, 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. E ficou decidido no seu artigo XXIV “Todo homem tem o direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas”.

Novos desafios têm se apresentado no campo das políticas públicas e no lazer para além do paradigma do rendimento, do individualismo, do consumismo, do egoísmo, da competição, valores tão fortes na sociedade, considerados como “regras” e “verdadeiros”.

O debate sobre o lazer como direito é recente no Brasil, nele identificando a inclusão social de parcela significativa da população brasileira, contribuindo com o processo de diminuição da exclusão e da ampliação da inclusão e assim, “refletindo sobre as possibilidades de intervenção nesse âmbito e tentando estimular a conscientização por parte da população e dos poderes públicos constituídos.”(MELO,2003,p.22)

Com o advento da atual Constituição Federal novos documentos surgem no Brasil, a exemplo do lazer que aparece no Título II, Capítulo II, Artigo 6º, como um dos direitos sociais e revela a concepção de lazer vinculado com a “promoção social” expressão, que tem se caracterizado por vícios assistencialistas, atividades de mera “distração”, atividades para ocupar o tempo. Visões compensatórias, utilitárias e limitadas do lazer.

Ao se falar de lazer, não temos como não levar em conta a compreensão do lazer enquanto direito social, “o lazer, assim como a saúde, educação, habitação, etc., passa a adquirir o status de direito social básico”. (MASCARENHAS, 2007, p. 20). O lazer ganha importância quando direcionado ao pleno desenvolvimento humano e a elevação da autoestima dos grupos socialmente excluídos.

Nesse sentido é necessário refletir que: qualquer mudança que queiramos fazer precisa ser de forma gradativa, a partir das experiências já vivenciadas, e a partir daí ressignificar e reconstruir outras. Com entendimento claro de que é no dia a dia no contexto da realidade que emergirão possibilidades reais de mudança.

A tarefa de repensar o Lazer para as crianças e jovens da Vila da Barca a partir da sua dinâmica cotidiana, no sentido de superar práticas antidemocráticas e excludentes e fazer com que esses se vissem para além da realidade a sua volta, foi sem dúvida um grande desafio para o coletivo do projeto.

As atividades de lazer apontadas no projeto não começaram de uma só vez, não nasceram prontas e acabadas. Chegamos com algumas propostas e foram se ampliando, ganhando corpo e consistência. Na trajetória, o coletivo foi estabelecendo relações, apontando propostas para melhorar a própria atuação. As metodologias tecidas sobre o que se trabalhar com o lazer no projeto foi um fio articulador com a comunidade, na direção que se pretendia, e a partir de então, organizamos as ações em torno da comunidade, promovendo o crescimento de todos, em relação à compreensão de mundo e à participação na sociedade.

As experiências vividas no Curso de Educação Física da Universidade do Estado

do Pará – CEDF/UEPA, no contexto de “manhã de lazer com a ginástica olímpica e rítmica”, além do conhecimento das modalidades e dos aparelhos, a relação de convivência dos meninos e meninas conjuntamente; o que mais chamou a atenção foi o passeio de ônibus, conhecendo outras vias de acesso da cidade, até porque muitos deles era a primeira vez que saía do contexto local, e a possibilidade de visitarem uma universidade foi extraordinário pois suscitou falas como: “tia, eu quero estudar aqui”, “tia, ninguém da minha família estuda aqui”. A reflexão que foi realizada na avaliação da atividade, é que é um desafio assumir compromisso com a efetivação de mais projetos, de políticas públicas que ampliem as possibilidades de inclusão no processo de escolarização às parcelas mais excluídas de nossa sociedade.

O que a ginástica tem a ver com isso?

É importante ressaltar que o intuito de ensinar a ginástica não foi de aproximá-los, do esporte pelo esporte, não pelo viés dos elementos previstos pelos códigos de pontuação e nem pelo regulamento da modalidade, muito menos exigir as habilidades físicas dos atletas de alto rendimento, o desafio é fazê-los experimentar uma prática que entrasse no universo das ginástica sem que a ênfase à competição fosse estimulada, pelo contrário, a valoração pela vivência dos movimentos deveria ser privilegiada e dar satisfação as crianças e jovens e para materializar essa construção intelectual em corporal, uma prática pedagógica própria dos sujeitos deverá ser apresentada (VELARDI, 1999).

A palavra ginástica, etimologicamente, procede do gênero feminino mas, historicamente, se construiu a partir dos conceitos de força, agilidade, virilidade, potência, energia, características fisiológicas masculinas. E assim, a história aponta que foi surgindo ginástica para mulheres e ginástica para homens.

Antes mesmo de planejarmos nossas atividades físicas, a vida nos planejou escolhendo o tipo de ginástica que homens e mulheres podiam praticar. Vida essa, fruto de ações de homens que detinham o poder e de mulheres que se submetiam às ordens e determinações (GAIO; GÓIS, 2006, p.1)

Na modernidade, homens somente poderiam fazer movimentos tidos como “quadrados”, firmes, e as mulheres, redondos, ondulados e leves. Assim, muitos meninos e meninas ainda são impedidos de participar de algumas ginásticas devido a estes tipos de preconceitos sendo, algumas vezes, excluídos por colegas e pelos próprios professores, que camuflam seus preconceitos com as afirmativas de que “os meninos são mais fortes”, “não rebola, isso é para mulheres”. E, nesse sentido:

Todo movimento corporal é distinto para os dois sexos: o andar balançando os quadris é assumido como feminino, enquanto dos homens espera-se um caminhar mais firme (palavras que no dicionário vem associada a seguro, ereto, expressões muito masculinas e positivas), o uso das mãos [...], o posicionamento das pernas ao sentar, enfim, muitas posturas e movimentos são marcados, programados, para um e para o outro sexo (LOURO, 1992, p.59).

Contraopondo essas proposições, lançamos o projeto “Ginástica e Prática Social: Cidadania, Inclusão e Lazer na Vila da Barca”, mas ainda assim nos deparamos com uma segunda relação que se entrelaça diretamente com a primeira já apresentada, e que tivemos a oportunidade de “sentir na pele”, em nossas aulas de ginástica na

universidade. Foi observado que os homens, quando estão realizando exercícios com materiais como fita e arco, têm sua masculinidade colocada em suspeição e são maliciosamente atingidos por comentários do tipo “mariquinha”, “mulherzinha”, “Tu és gay que eu sei”, “ Tu enganas a tua mãe, mas a mim não”. Outro exemplo, vivenciamos nas aulas de ginástica artística, no aparelho argolas, onde os meninos se posicionaram contra a vivência das meninas, caracterizando-as como impotentes diante do desafio proposto.

A intervenção pedagógica torna-se fundamental para a desconstrução de alguns estereótipos envolvendo as relações de gênero na ginástica, contribuindo para o desenvolvimento da solidariedade, gerando um melhor entendimento da construção social das diferenças de gênero e, conseqüentemente, a tolerância e respeito a ambos os sexos, sobre o seu desempenho nas práticas corporal e social.

Experiências vividas e tatuadas em nossa memória...

Nos primeiros momentos do projeto, visando mapear os saberes dos participantes referentes às manifestações ginásticas, foram elaborados alguns questionamentos: O que é ginástica? Quais os tipos de ginástica? Onde poderíamos praticar a ginástica?

Por meio destas questões, identificamos que o primeiro contato com ela deu-se através da mídia. Sendo assim, nesse momento, os alunos não tinham muitos conhecimentos acerca do porquê e para quê poderíamos praticar ginástica.

Escolhemos, como tema de uma das aulas, “Brincando com o arco: meninas e meninos?” O objetivo da aula foi a construção do conhecimento corporal através das vivências coletivas afetivas com os colegas, quebra de preconceitos e estereótipos criados em cima do aparelho arco, pela sociedade machista, e aumento das experiências motoras e sociais adquiridas através do manuseio do aparelho e das construções coletivas.

Iniciamos a vivência a partir de questionamentos relacionados ao tema, tais como: “Alguém já brincou com o arco?” “Quais os movimentos que vocês sabem fazer com esse aparelho?”. Lançamos as perguntas propositalmente para entender as relações dos participantes com o aparelho e pedimos para eles mostrarem tudo o que sabiam fazer com o arco.

Notamos que a fala majoritária se deu no sentido da representação feminina produzida principalmente pela mídia: “o rebolar com o arco”. Os meninos, como prevíamos, se manifestaram através de piadas e brincadeiras mas, mesmo assim, socializaram seus conhecimentos com os demais.

Para desmistificar a ideia de que dentro do nosso projeto a ginástica rítmica seria uma prática corporal exclusivamente feminina, utilizamos um texto breve sobre o histórico da manifestação e através do auxílio da palavra-chave respeito, dialogamos a importância de não haver risos, chacotas e, além disso, a turma seria dividida em duplas de meninas com meninos. Direcionamos uma discussão elencando todos os pontos discutidos nos primeiro, segundo e terceiro momentos da aula. Portanto, a partir da construção histórica do conhecimento ginástica rítmica, dos vídeos apresentados e das trocas de experiências, poderíamos reconceitualizar essa prática através de atitudes de respeito à individualidade e de experiências corporais simples e renovadoras. Os participantes demonstraram muito interesse em expressar sua opinião diante do desafio proposto.

No momento da avaliação verbal da aula, os participantes apresentaram as dificuldades e facilidades no manuseio do aparelho; os motivos que levaram os meninos a não utilizarem o aparelho anteriormente; e a importância do respeito de um para com

o outro na ginástica e transferindo isso para a vida.

Desconstruímos estereótipos do senso comum, ao trabalharmos com a ginástica rítmica e artística através de temáticas problematizadoras, tais como “Ginástica e materiais alternativos”, através da proposta da construção da fita a partir do papel crepom. No início dessa aula os meninos se recusaram a confeccionar a fita junto com as meninas, alegando que trabalhos manuais como recortar o papel crepom, colar no palito, não era coisa para homem. Diante dessa dificuldade apresentada começou a intervenção com questionamentos sobre profissões que cortam, recortam, colam, e assim foi surgindo sapateiro, barbeiro, artesão; sobre brinquedos e brincadeiras, entre outros, e que não é o fato de pegar em uma tesoura, cortar um papel que vai definir o gênero e assim des-sexualizando a atividade apresentada.

Destaca-se ainda a temática: “Ginástica Artística: faces e interfaces”, no qual elencamos problemáticas inerentes as questões de força em seus mais diferentes sentidos e os estereótipos incutidos nos corpos feminino e masculino tais como: “o que significa ser homem ou ser mulher?”; “Qual a relação entre as diferenças biológicas percebidas entre os sexos, a mulher é realmente mais fraca do que o homem?”; “O homem é mais forte que a mulher?”. Notamos que os sentidos e significados das respostas dessas questões permeiam um cotidiano marcado por valores e comportamentos mais ou menos rígidos que norteiam a vida das pessoas.

Notamos que por nunca terem vivenciado algumas atividades, tanto os meninos quanto as meninas, sentiam vergonha e, às vezes sentiam incapazes de realizar determinados movimentos. Entretanto, percebeu-se que a questão não seria a perfeição da experiência, mas prioritariamente o fomento da co-educação, “entendida como forma particular de elaborar/ praticar forma de ação comuns para os dois sexos, criando um espaço aberto à colaboração entre eles para a crítica ao “sexismo” socialmente imposto.”(COLETIVO DE AUTORES, 2009, p. 76)

Propusemos a ginástica contextualizando atividades co-participativas nas quais as diferenças não eram eliminadas, mas tratadas em suas especificidades; no entanto, apontamos como falha do projeto, o caráter de ser uma intervenção de poucos meses, até porque sendo este um assunto historicamente construído e sócio-culturalmente desenvolvido, precisaria de diálogos, vivências e intervenções continuadas, já que estes pensamentos estão “naturalizados”. Apesar disso, a semente sobre as ampliações das discussões dessas vivências foi lançada, mas não podemos negar que existem grandes pedras e pontiagudos espinhos na consolidação de transformações mais profundas nessa comunidade; no entanto, consideramos válida nossa intervenção ao lançar as primeiras sementes.

Encontrando o fio ...

A questão de gênero, que envolve a prática da ginástica possibilita, na atualidade, discussões para além (não aquém) do fenômeno esportivo ao aprofundar a análise sobre as questões sociais, econômicas, políticas e culturais da prática corporal e social de homens e mulheres.

Por muitas lacunas no que se apresenta a manifestação de gênero na construção das políticas públicas, o Estado, na possibilidade de agente ampliador da cidadania, deve estabelecer ações permanentes que rompam com esse determinismo histórico e que avancem na equidade de gênero em toda estrutura social, bem como a tentativa do projeto relatado.

Historicamente, os movimentos ginásticos sempre estiveram associados a elementos ideologicamente atrelados à figura masculina. Na atualidade, porém, também

são direcionados às mulheres, mas que ainda não foram desmistificados e ressignificados a partir da concepção do papel de homens e mulheres na sociedade.

Enfim, nós devemos buscar uma prática inclusiva que se preocupe com questões relacionadas quanto ao gênero, pois esses temas ajudam na exclusão, de determinados sujeitos em determinada prática social. Quando isso acontece, a prática da ginástica torna-se elitista, discriminatória e preconceituosa. Evitar situações discriminatórias deve fazer parte de nossa ação educativa afinal, em que meninos e meninas devam ser respeitados nas suas especificidades.

Resta-nos refletir, sem apontar nenhuma receita nessa relação de meninos e meninas na prática da ginástica, uma vez que a relação é confusa. A intenção é desenhar novas possibilidades e avançar para encontrar um fio do compromisso, da criatividade, do pensamento e da ação em busca de inclusão social para abrir caminhos para uma prática pedagógica sem discriminação e preconceitos, e assim mostrar que os meninos e meninas podem fazer suas próprias escolhas.

Referências

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 2009.

GAIO, R.; GOIS, A. A. **As ginásticas de ontem e de hoje: um estudo sobre gênero**. In: Anais do VII Simpósio Internacional “Fazendo Gênero”. Florianópolis, 2006.

GOELLNER, S.V. ET al. **Gênero e Raça: inclusão no esporte e lazer**. Porto Alegre: Ministério do Esporte e Gráfica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Indicadores Sociais Municipais 2010: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio** Disponível em :

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2019&id_pagina=1 Acesso em 14 de março de 2013.

LOURO, G.L. **Uma Leitura da História da Educação Sob a Perspectiva de Gênero**. Teoria e educação, n° 6. Porto Alegre, 1992.

MASCARENHAS, F. Outro lazer é possível! Desafio para o esporte e lazer da cidade. In: CASTELLANI, L.F (Org.). **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

MELO, V.A; ALVES JUNIOR, E.D. **Introdução ao lazer**. Barueri, SP: Manole, 2003.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. **A população que vive na área de abrangência da Vila da Barca**. Belém, 2006.

VELARDI, M. Ginástica Rítmica: a necessidade de novos modelos pedagógicos. In: SCAGLIA, A. J. et al; NISTA-PICCOLO, V.L. (Org.). **Pedagogia dos Esportes**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

INTERAÇÃO DE CRIANÇAS NAS ACADEMIAS DA PRIMEIRA IDADE

Solange Batista Silva
Giuliano Pimentel
Marcos Ruiz da Silva

RESUMO

Neste trabalho estudamos as Academias da Primeira Idade; referente às interações que este ambiente proporciona às crianças que o frequentam. O estudo parte da premissa de que existe relação recíproca entre tarefa-indivíduo-meio e, quanto mais diversificados são os estímulos, melhor o desenvolvimento integral da criança. Neste sentido, as APIs podem se constituir em ambientes para desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e motoras, numa perspectiva lúdica. Assim, o objetivo geral foi analisar a dinâmica de interação da clientela das Academias da Primeira Idade – APIs, com enfoque sobre aspectos motores, lúdicos e sociais. Os objetivos específicos foram caracterizar crianças frequentadoras das APIs de Maringá-PR, observar os estados interacionais presentes nos tipos de brinquedos e brincadeiras presentes neste espaço e listar as ações motoras que as crianças realizam, relacionando lazer e tempo livre para as crianças. O estudo caracterizou-se como pesquisa de campo, cujos procedimentos metodológicos foram a observação e a descrição das APIs. Realizamos uma entrevista semi-estruturada junto aos pais ou responsáveis pelas crianças, bem como com o consultor para os projetos ATI e API da cidade.

Palavras-chave: Academias da Primeira Idade – API. Crianças. Lazer e qualidade de vida. Atividade física.

1. Introdução

A implantação de equipamentos de lazer, seja em ambiente público ou privado, deveria ser o resultado da análise de uma determinada demanda que identifica o perfil do público, suas necessidades e anseios, dentre outras variáveis.

Mesmo considerando a implantação de uma determinada área de lazer, até a implementação de equipamentos, como parques infantis, campos esportivos, salas multiuso, pistas de caminhada, dentre outros, é preciso levar em conta aspectos de como a população se apropriará desses.

Com a implantação das ATIs¹ na cidade de Maringá, e a presença maciça de crianças que vinham para acompanhar os avós e os pais, elas acabavam por tomar o espaço nos equipamentos dificultando o acesso aos aparelhos pelos adultos que queriam realizar exercícios físicos. Dessa forma, para retirar as crianças das ATIs, permitindo com que os adultos pudessem utiliza-las de forma mais tranquila, foi criado as APIs² - um parque infantil com principal objetivo de estimular movimentos gerais como: trepar, agarrar, saltar, equilibrar.

A API é uma espécie de parquinho com um conjunto de doze brinquedos: gangorra em pé, escalada, carrossel, multi (escorregador, argolas giratórias, argolas fixas, serpentina, gira-gira), tornado, cavalo duplo, cisne, escalada torcida, escorregador de rolete, gangorra em nível, gangorra forçada dupla e gangorra forçada

¹ Academia da Terceira Idade

² Academia da Primeira Idade.

simples.

O surgimento da Academia da Primeira Idade – API - foi iniciativa do poder público de Maringá em parceria com instituições privadas. Foram implantadas no centro da cidade como projeto piloto e depois implantadas nos bairros mais distantes. Essas APIs não eram denominadas como Programa de Qualidade de Vida - Programa Maringá Saudável.

Nesse cenário, vemos a iniciativa do setor público na implantação de uma estrutura física para atender crianças, considerando uma demanda a partir de um movimento das pessoas, como reflexo de uma intervenção da própria prefeitura. Ou seja, foram desconsiderados alguns fatores sociais que interferem nos hábitos das pessoas.

Agora, com a implantação de um espaço específico para as crianças, fica a indagação: dentro do que a Prefeitura acredita ser adequada para atender essa demanda “espontânea” das crianças, como se processa a apropriação desses equipamentos pelas mesmas?

Nessa ótica o presente estudo pretende apresentar como se processa a dinâmica da vida infantil nesse espaço e descobrir como acontece a apropriação do espaço, considerando aspectos de caráter motor, afetivo e social.

2. Procedimentos metodológicos

2.1. Tipo de estudo

A pesquisa segue o modelo descritivo e reúne “uma grande quantidade de informação sobre um ou alguns poucos sujeitos”, fato que possibilita uma compreensão maior sobre casos similares ao pesquisado (THOMAS; NELSON, 2002, p. 294). Por meio do trabalho de campo, busca-se coletar e analisar informações aprendidas pela observação.

Alguns dados foram quantificados por meio de gráfico, para uma melhor visualização da utilização dos brinquedos da API pelas crianças, não havendo uma preocupação em generalizar os resultados, preocupando-nos em observar como as crianças exploraram determinado brinquedo de forma criativa, e não na quantidade de crianças que utilizaram estes brinquedos.

As observações foram feitas por meio de instrumento estruturado: ficha de observação, após os primeiros contatos com a foi observar como as crianças utilizavam os brinquedos; como se relacionavam entre si; quais os brinquedos que mais utilizaram em cada idade; quais as habilidades motoras mais recorrentes em cada idade; a criatividade infantil ao propor novos usos dos brinquedos; a participação dos pais ou responsáveis na brincadeira das crianças; dentre outros.

2.2. População e amostra

Os sujeitos da pesquisa foram cem crianças frequentadoras das Academias da Primeira Idade – Maringá-PR, com idade entre um ano e dez meses e doze anos, sendo cinquenta e três meninos e quarenta e sete meninas. São crianças que moram e/ou estudam nas imediações da API ou que, por motivos diversos, acabam por circular nas proximidades das mesmas embora se subentenda que essas crianças pertençam a grupos de classe média, não é possível fazer tal afirmação.

No primeiro momento, foram realizadas visitas nas APIs da cidade de Maringá-PR, em outubro de 2010. A primeira API – Academia da Primeira Idade

visitada está no Jardim Brasil; a segunda na Av. Cerro Azul; a terceira academia localiza-se no Jardim Oásis; a quarta na Praça do Teatro Barracão. Após, visitamos a API instalada no interior do Parque do Ingá e a do Conjunto Sanenge. Não visitamos a API instalada no Conjunto Itaparica, uma vez que o acesso à informação formal referente à implantação das APIs, bem como às pessoas que detém estas informações, no início e decorrer da presente pesquisa, foi promovido com certa morosidade. No entanto, as observações com coleta de dados foram realizadas em três APIs: Jardim Brasil, Cerro Azul e Teatro Barracão, tendo em vista que nestas houve um fluxo maior de crianças no período de visitas as APIs.

2.3. Instrumentos de amostra

Os instrumentos utilizados na pesquisa foram fichas de observação da API; fichas de observação da criança e entrevista semi-estruturada com pais ou responsáveis pelo menor e entrevista semi-estruturada com o idealizador da Academia da Primeira Idade. Fichas estas previamente construídas com base nos pressupostos teóricos de Gallahue e Ozmun (2005), Tani et al (1988) sobre o desenvolvimento motor da criança, e de Wallon (1979) sobre a afetividade, Kishimoto (2002) e Didonet (1995) sobre a brincadeira e Piaget (1975), com as fases de desenvolvimento cognitivo.

2.4. Procedimentos de coleta dos dados

A pesquisa ocorreu em duas etapas, sendo a observação das APIs com informações referentes às mesmas e do comportamento das crianças, em fichas elaboradas para este fim e a análise dos dados. As observações foram realizadas no período compreendido entre 09 de outubro e 02 de novembro de 2010. Primeiramente, as observações foram efetuadas em horários distintos: manhã, tarde e noite, de segunda a sexta-feira e nos finais de semana, para verificar o horário com maior fluxo de crianças. Posteriormente, as observações com coleta de dados ocorreram em dias da semana (das 17h00 às 20horas), bem como sábados e domingos, nos finais de tarde e início da noite.

Nas observações, foi conversado com os pais ou responsáveis pelas crianças sobre o local onde elas moram, se costumam frequentar a API regularmente e em quais horários. Foi solicitado que eles se manifestassem a respeito da API, informando o que acham deste local. Foi questionado, ainda, o caráter que eles conferem à brincadeira infantil e, solicitado que, justificassem sua resposta. Neste caso observou-se o que eles disseram quanto ao local destinado à brincadeira, o tipo de brincadeiras preferidas pelos pequenos e a opinião deles sobre a API, procedendo-se uma síntese das mesmas.

Quanto às crianças, a análise se ateve à chegada da criança (quem a acompanhava e que roupa a criança utilizava). Em relação à brincadeira, foi observado como a criança brincou, suas interações³ com os outros usuários da API, o tipo de brincadeira e se tiverem a mediação dos pais, se estes também brincaram, se a criança se sujou ou não e se, houve nos grupos observados, a preferência por algum tipo de brinquedo.

Quanto aos aspectos motores, foram observados e registrados na ficha de observação - Dados da criança, como o equilíbrio corporal e os movimentos axiais com o corpo estável. Das habilidades locomotoras, a pesquisa priorizou a caminhada, a

³ Nesta pesquisa utilizaremos interações significando as brincadeiras, as conversas e as trocas afetivas que as crianças realizam com outras crianças e com os adultos quando estão num mesmo espaço coletivo e público.

corrida, o salto e o pulo. Quanto à manipulação, foi dado ênfase à habilidade de alcançar, segurar e soltar, pegar, bater e arremessar por cima, bem como chutar (GALLAHUE; OZMUN, 2005).

Buscou-se relacionar os dados observados com a literatura estudada. Houve a solicitação aos pais ou responsáveis da autorização para observar as crianças brincando nas APIs, bem como fotografar as mesmas. O projeto faz parte de trabalhos desenvolvidos no âmbito da linha de pesquisa do Laboratório de Pesquisas do Lúdico (Ludoteca), e já se encontra aprovado pelo COPEP sob Parecer nº CAAE 0227-0.

Os dados foram disponibilizados pelos pais ou responsáveis livremente após conhecido o objetivo da pesquisa. Houve a assinatura do Termo de Livre Consentimento pelos responsáveis pelas crianças, bem como a prévia autorização da divulgação da imagem delas, para fins de pesquisa e apresentação em Congressos.

3. Fundamentação teórica

No lúdico, a criança encontra significado prazeroso a sua ação motora. Ela expressa sentimentos, emoções, compartilha regras, aprende valores (MARCELLINO, 2002).

O brincar da criança nos brinquedos contempla movimentos diferenciados. Nas argolas, o movimento de balanço do corpo acontece em sentido pendular de trás pra frente e vice-versa, o alongamento do corpo, a posição ereta. Na serpentina, elas podiam se pendurar e subir, se enroscar. No escorregador, podiam subir rápido ou devagar, descer, subir de costas e outros. Na área livre da API as crianças se sentiram livres para correr, jogar bola, brincar de pega-pega, mexer na terra, brincar com pedrinhas e gravetos, trocar brinquedos trazidos de casa, construir, soltar a imaginação. No aspecto motor podemos inferir que as crianças com estas habilidades estão na fase motora fundamental, algumas no estágio elementar e outras no estágio maduro de desenvolvimento motor, segundo Gallahue e Ozmun (2005).

Sperb; Sager; Roazzi e Martins (2003) descrevem o estudo de Parten (1932) sobre a interação. Para os autores a interação pode ser classificada segundo quatro critérios: o ser humano se relaciona com o mundo *desocupadamente*, isto é, quando aparenta não estar fazendo nada. Neste caso, teríamos a criança que observa o outro brincar. Há o brincar *individual*, independente e o brincar *paralelo*, aquele em que as crianças estando num mesmo espaço, o exploram de formas singulares, não influenciam nas ações umas das outras. E, outra categoria pensada por Parten (1932) é a brincadeira *cooperativa e a associativa*, aquela em que as crianças brincam juntas, conversam sobre temas comuns, participam segundo seus interesses.

As manifestações motoras das crianças contêm imagens, valores e crenças delas sobre o próprio corpo, por meio do movimento elas desenvolvem a força, a flexibilidade e a resistência; testam seus limites físicos, aperfeiçoando performances. As crianças se divertem e demonstram interesse por seu corpo e pela atividade física, desenvolvem o ritmo, aprendem a se expressar, valorizam o outro, potencializam seu ser.

Concordamos com Fávero (2004) que as habilidades significativas do ser humano ocorrem nos primeiros anos de vida e são elas as grandes responsáveis pela aquisição de futuras habilidades e comportamentos. Contribuindo para essa aquisição, a atividade física inicia-se com a educação do movimento, enfatizando os contatos com a natureza, a ginástica historiada e os jogos nos quais o ritmo, o esquema corporal, a organização temporo-espacial e a coordenação motora são essenciais.

É interessante para alusão à necessidade contemporânea de brincar com

segurança, em espaços abertos, próximos da residência. Para Prosdócimo e Navarro (2008) a rotina de vida e a habitação das famílias reconfigurou o lúdico e, nesta sociedade, é necessário fazer adaptações para vencer o imobilismo, frente à mídia e à violência urbana, que abrangem grande parte da população.

Acrescentamos que a brincadeira é uma necessidade vital das crianças, e, em consequência, conforme Marcellino (2002) cabe à sociedade buscar mecanismos para garanti-la.

4. Resultados e discussões

No geral, observamos que as crianças brincaram em todos os brinquedos. Mas, aspectos do indivíduo como a hereditariedade, as limitações (medo, inexperiência, inibição) e as potencialidades (criatividade, cognição, acervo motor) e do meio (encorajamento dos mediadores, especialmente) afetavam o que cada criança era capaz de realizar. Em geral, as observações atestam que, para elas, é um desafio movimentar-se no escorregador, nas argolas giratórias, nas argolas fixas.

Brincavam Sozinhas ou em grupo. Quando brincavam sozinhas simbolizavam a realidade com pequenos objetos e com elementos da natureza. Em grupo a brincadeira que prevaleceu foi o pega-pega.

As crianças frequentadoras da API foram observadas na utilização dos diferentes brinquedos que compõem a referida academia sobre as categorias comportamentais exploradas preponderantes no indivíduo (GALLAHUE e OZMUN, 2005).

As atividades de locomoção dizem respeito ao deslocamento do corpo no espaço sob o uso ou não de equipamentos. Observamos que o escorregador, a serpentina e as argolas giratórias podem ser lidos na categoria de brinquedos voltados para as atividades de locomoção. Por meio deles as crianças moveram o corpo em contato com a superfície do brinquedo, forçando os braços e impulsionando o corpo, rastejaram e outros. Ainda brincaram de luta ou de correr, saltaram pneus fantasiando estar numa ponte, escalaram brinquedos.

Nos comportamentos de manipulação observamos que as crianças brincaram com pequenos objetos como carrinhos, pazinhas, copos plásticos, bolas, pedras e, com estes, realizaram atividades simbólicas. A terra é um elemento muito prazeroso, no brincar. A linguagem e a expressão corporal nos disseram do prazer das crianças nesta atividade. Elas permaneceram envolvidas na brincadeira simbólica: construir, fazer buracos na terra, riscar o chão, pegar gravetos espalhados ao chão.

Nos comportamentos de estabilidade observamos crianças que permaneceram períodos breves de imobilidade corporal. Um menino, em especial chamou nossa atenção. Ele não explorou os brinquedos até que o pai chegasse a API. Permaneceu sentado por, aproximadamente, cinco minutos numa das partes do brinquedo com a cabeça recostada no mesmo, numa mesma posição e parecia não estar incomodado. Manteve o corpo controlado, estável. Quando o pai chegou, ele assumiu outra conduta; comandou a brincadeira, estabeleceu regras para ele e o pai brincarem, sorriu, conversou e brincou durante mais ou menos uma hora. Observamos que fizera uma opção pela imobilidade na ausência da referência e parceria paterna, levando a identificarmos que a figura do mediador é significativa na interação com o brinquedo.

Outras crianças exploraram a gangorra, os pneus, as argolas fixas sustentando o corpo, equilibrando-o e flexionando-o para as laterais esquerda e direita, para frente e para trás. A gangorra exige a sincronia de movimentos nas pernas, flexionando-as, seguida da extensão. Mas, ela também foi explorada de forma não convencional.

A criança evidencia um instante da brincadeira. Um menino utilizou o brinquedo de forma não convencional. Ele se deslocou sobre o brinquedo, sustentando o peso do corpo nos membros superiores e ao final do deslocamento. Ele fez ainda com o corpo suspenso, flexões. Para finalizar a tarefa ele saltou do brinquedo.

Para analisar os dados coletados, utilizou-se uma ficha de observação - Dados da criança idêntica para os sujeitos. Nela, constaram informações como o brinquedo utilizado, a brincadeira desenvolvida, tipo de interação, o número de crianças envolvidas, dentre outros.

Nas brincadeiras observamos que as habilidades motoras locomotoras que prevaleceram na API foram a caminhada e a corrida e as manipulativas, alcançar, segurar e soltar, exigidos em todos os brinquedos. Depois, teríamos as brincadeiras construtivas e a simbólica, bem como o jogar bola. Nestes espaços as crianças criam diversas formas de interação com o corpo, eminentemente, lúdicas.

Identificamos alguns aspectos que inspiram cuidados. Observamos que não há profissionais acompanhando as atividades nas APIs. Alguns brinquedos são muito altos para as crianças mais novas, as quais têm que ter a ajuda dos pais ou crianças mais velhas para não cair ou mesmo para utilizar o brinquedo, de forma segura.

Todavia, a presença dos pais ou responsáveis nem sempre é sinônimo de envolvimento na brincadeira. Há aqueles que liberam a criança para brincar e permanecem no carro. Nos bairros, mais afastados do centro de Maringá observamos outro comportamento dos responsáveis, eles brincam com as crianças, as ajudam a utilizar os brinquedos.

Entre as crianças foi recorrente a brincadeira cooperativa e associativa, bem como o uso do brinquedo gira-gira. Elas se misturavam e interagiam livremente. Assimilavam as propriedades dos brinquedos e as modificavam, em sua mente, adaptavam cada brinquedo aos seus interesses.

Quanto aos horários, observou-se que as APIs são mais frequentadas após as 18 horas, nos dias da semana e nos fins de semana e que o horário de verão contribuiu para que as famílias permanecessem mais tempo neste espaço.

Considerações finais

A realização desta pesquisa nos possibilitou analisar a dinâmica de interação dos usuários das Academias da Primeira Idade – APIs do ponto de vista motor, lúdico e social. Observamos que nesse espaço de interação social as crianças pulam, correm, sobem, escorregam, conversam, giram, se relacionam afetivamente umas com as outras.

O estudo de campo nos permitiu observar que em Maringá as crianças que frequentam as APIs. Elas, em geral, moram próximas às APIs ou vão até esta no intervalo de atividades cotidianas de seus pais. Os finais de tarde e início de noite são os horários preferidos pelas famílias em razão da organização da rotina.

Nas APIs há muita interação entre as crianças e seus familiares e com outras crianças. O espaço privilegia a brincadeira livre, a escolha no que brincar e a determinação do que fazer no tempo livre. Muitos pais participam junto com os filhos. As APIs influenciam sócio-culturalmente no cotidiano de pais e filhos, a medida que eles utilizam o tempo livre para se divertir, aprender e estreitar os laços afetivos.

Observamos que os brinquedos são atrativos e que as crianças gostam do desafio de explorar as potencialidades deles e criar novas formas de interação com os mesmos. Nas APIs, as crianças realizam brincadeiras locomotoras, manipulativas e estabilizadoras. Meninos e meninas exploram o espaço corporalmente segundo suas demandas afetivas, cognitivas e motoras. Utilizam seu repertório de habilidades prévias

para criar novos movimentos e conhecer as possibilidades de seu corpo.

A autonomia motora é um aspecto relevante na pesquisa. Observamos os diversos significados que as crianças conferem ao movimento. As diferenças de habilidades observadas dizem respeito à relação recíproca entre tarefa-indivíduo-meio e quanto mais diversificados são os estímulos, maior o desenvolvimento integral da criança. O domínio corporal caminha junto com o desenvolvimento afetivo e social. As tarefas que elas realizam na API revelam o significado cultural que nossa sociedade confere à atividade física.

No movimento, o ser humano encontra sua essência. Na atividade motora, a criança concentra habilidades básicas para sua ação em sociedade. O domínio de movimentos sejam estes reflexos, rudimentares, fundamentais e especializados são muito importantes na forma como a criança vai interagir no mundo.

Referências

- AQUINO, Cássio A. B.; MARTINS, José C. de O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho **Revista Mal-estar e Subjetividade** – Fortaleza – Vol. VII – Nº 2 – p. 479-500 – set/2007.
- BREGOLATO, Roseli Aparecida. **Cultura Corporal do Esporte**. vol. 3, São Paulo: Icone, 2003. Coleção Física Escolar.
- DIDONET, V. O. O Direito de brincar. In: ____; **O brinquedista**. Ed. N7. Associação Brasileira de Brinquedotecas, 1995. P 4-7.
- DIEM, LISELOTH. **Brincadeiras e esporte no jardim da infância**. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1981.
- DUMAZEDIER, Jofre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- _____. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973. Disponível em: <www.google.com.br> Acesso em outubro de 2020.
- DOHME, Vânia. **Aprendizagem ao ar livre e ludoeducação**. In: OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bassoli de; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Maringá: Eduem, 2009, p.101-118.
- FÁVERO, Maria Teresa Martins. **Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem da escrita**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá - PR, 2004.
- FERREIRA, **Heraldo Simões**. A formação da consciência moral na criança através dos jogos e brincadeiras. 2007. <http://www.efdeportes.com/> Revista Digital - Buenos Aires - Año 11 - Nº 104 - Enero de 2007.
- FERRONATTO, Sônia Regina Brizolla. **Psicomotricidade e formação de professores: uma proposta de atuação**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP, 2006.
- FILHO, Raulito R. G. Reflexões sobre o tempo livre, o lazer e o antilazer. **Revista Virtual partes**, ano IV, Agosto/2004, n 48. Disponível em: www.partes.com.br/ed48/turismo2.asp Acesso em setembro de 2010.
- GALLAHUE, David L; OZMUN, John C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. Tradução: Maria A. P. da S. P. A., Juliana de M. R., Juliana P. S. S. São Paulo: Phorte, 3 ed., 2005.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física Brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- KISHIMOTO, Tizuko M. (Org) **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2002.

- MARCELLINO, Nelson Carvalho, 1950. **Estudos do lazer: uma introdução**. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.
- NAHAS, Markus Vinícius. **Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida**. 3ª ed. Londrina: Midiograf, 2003.
- OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bassoli de; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. **Recreio nas férias: reconhecimento do direito ao lazer**. Maringá; Eduem, 2009.
- PAIM, Maria Cristina Chimelo. Desenvolvimento motor de crianças pré - escolares entre 5 e 6 anos. **Revista Digital** - Buenos Aires - Ano 8 - Nº 58 - Marzo de 2003. Disponível em:<http://www.efdeportes.com/>. Acesso em outubro/2010.
- PAPALIA, D. E. e OLDS, S. W. **O mundo da criança**. São Paulo: Editora McGraw do Brasil, 1981.
- PEREIRA, Junior Vagner da Silva; TOLOCKA, Ruth E.; MARCELLINO, Nelson C. Lazer Infantil: direitos legais, transformações sociais e implicações ao crescimento e habilidades motoras básicas. **Licere** (Belo Horizonte), v. 9, p. 81-96, 2006.
- PINA, Luiz W. O parque lúdico: a construção de um novo conceito do brincar. In: MIRANDA, Danilo S. de. **O parque e a arquitetura: uma proposta lúdica**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996, p 33-48 (Coleção Fazer/lazer).
- SILVA JUNIOR, Afonso Gomes da. **Aprendizagem por meio da ludicidade**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.
- SILVA, J. V. P.; NUNES, P. R. M. Parques públicos de lazer, de interesse físico/esportivo, animação sociocultural e população atendida. **Licere**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, 2009.
- SOUSA JUNIOR, João G.; VILELA JUNIOR, Guanis de Barros; TOLOCKA, Ruth E. Mudanças ocorridas na cidade de Uberaba-MG e suas possíveis influências no lazer infantil. **Licere** (Belo Horizonte), v. 13, p. 1-5, 2010.
- SPERB, Tania M; SAGER, Fabio; ROAZZI, Antonio e MARTINS, Fernanda M. Avaliação da Interação de Crianças em Pátios de Escolas Infantis: Uma Abordagem da Psicologia Ambiental. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2003, 16(1), pp. 203-215.
- TANI, et alii. **Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1974.
- THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- WALLON, Henri. **Psicologia e Educação da criança**. Lisboa: Vega/Universidade, 1979.

INTERFACES ENTRE LAZER E EDUCAÇÃO: O CASO DO PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Marcília de Sousa Silva
Hélder Ferreira Isayama

RESUMO

Este estudo teve como objetivo investigar a interface entre Lazer e Educação no Programa Escola Integrada do município de Belo Horizonte, cuja proposta de tempo integral possibilita práticas relacionadas ao lazer. Para a análise foi utilizada a abordagem do ciclo de políticas (*Policy cycle approach*) para entender os contextos de influência, produção de texto e prática do programa. Os encaminhamentos metodológicos para a investigação foram a pesquisa bibliográfica, norteadas pelos termos lazer, educação e políticas públicas educacionais, a pesquisa documental e estudo de caso, com a finalidade de proporcionar o aprofundamento na análise conceitual. O instrumento de pesquisa foi a entrevista semi-estruturada e a análise de conteúdo foi utilizada para o tratamento dos dados coletados. O programa pesquisado apresenta, no contexto da prática, interfaces entre lazer e educação no universo da cultura. Compreender essa relação é necessário para ressignificar as práticas do programa, o qual pode sinalizar para o caráter de ‘aluno em tempo integral’ ou a simplificação do tempo a partir da ocupação com atividades em si. As ações educativas planejadas e executadas pelos sujeitos investigados precisam ser redimensionadas e refletidas como promotoras, produtoras e produzidas da/na cultura, além das possibilidades de divertir e alegrar.

Palavras-chave: Lazer - Educação - Política Educacional

O objetivo deste estudo foi analisar a relação lazer e educação no Programa Escola Integrada do município de Belo Horizonte (PEI), a partir dos documentos da política educacional e do processo educativo. Para tanto, as concepções de lazer e educação foram identificadas e interpretadas nos documentos referentes ao Programa Escola Integrada e o Programa Mais Educação. Este último constitui as ações do governo federal materializadas no Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE)¹ e fundamenta as ações do Programa Escola Integrada, que apresenta o lazer como integrante dos processos de intervenção.

Para Saboya (2012), a instituição do *Mais Educação* tem a intenção de garantir alguns direitos, já que considera aspectos relacionados à “educação, saúde, alimentação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência

¹ PDE é uma política pública, um conjunto de medidas e metas, estabelecido simultaneamente ao decreto 6.094 de 24 de abril de 2007. É um ato do poder executivo mais ligado ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que envolve ações em diferentes áreas da economia para impulsionar o crescimento econômico do país. O PAC propunha que cada ministério deveria ter um plano de atuação, o MEC reuniu um conjunto de ações que já desenvolvia, acrescentou algumas novas e lançou o PDE (SAVIANI, 2007), ação que condiciona a assistência técnica e financeira às instâncias subnacionais à assinatura do plano de metas Compromisso Todos pela Educação. Após a adesão, os municípios devem elaborar, para o período de quatro anos, o Plano de Ações Articuladas (PAR), que se constitui no planejamento da política educacional do município, que tem por referência o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes, algumas delas voltadas para a educação integral e/ou para o tempo integral (SECAD, 2009).

familiar” (p.37). Portanto, a concepção de educação integral pautada nesse programa baseia-se no “binômio educação - proteção social” (p.38).

Partindo dessa premissa, na fase exploratória da investigação, compreendida desde a etapa de elaboração do projeto até a entrada no campo (MINAYO, 2010), foram eleitas as questões necessárias para a compreensão dos fenômenos lazer e educação: quais concepções de lazer e educação são utilizadas no programa Escola Integrada? Quais são os conteúdos trabalhados, as estratégias de ação e as metodologias de avaliação, ou seja, de que maneira o lazer é tratado no PEI? Existe conexão entre as abordagens conceituais do lazer do PEI, isto é, no projeto político-pedagógico e nas ações educativas? As concepções de lazer apropriadas pelos sujeitos envolvidos na execução do programa (atores sociais) influenciam suas ações?

O PEI atende crianças e jovens das escolas municipais de Belo Horizonte, matriculados no ensino fundamental e, cuja participação é autorizada pela adesão das famílias ao programa. As ações educativas são desenvolvidas por monitores universitários e agentes culturais e coordenadas pelo professor comunitário, coordenador do Programa Segundo Tempo e pelos coordenadores geral e regional.

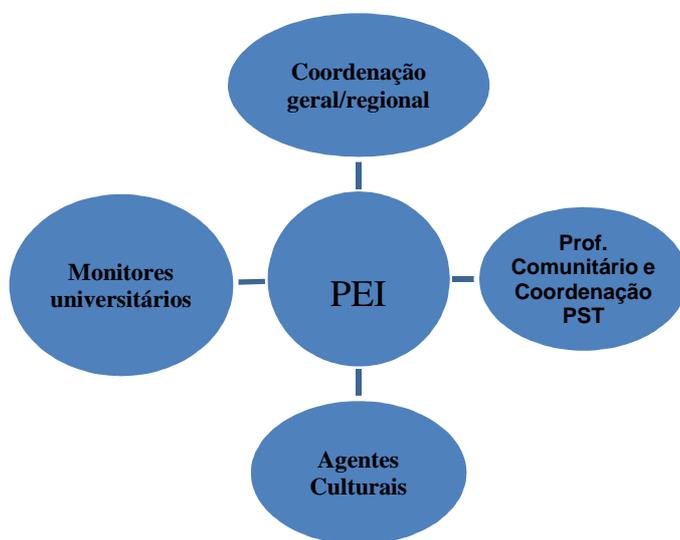


Figura 1 – Estrutura organizacional do PEI

O estudo da apropriação dos conceitos de lazer e educação a partir da política educacional e de determinados sujeitos envolvidos no programa se torna relevante porque mesmo não sendo definida como uma política de lazer, este se encontra contemplado na proposta do PEI. Além disso, as ações dos atores sociais revelam as apropriações do lazer e educação que fundamentam os trabalhos executados. Dessa forma, a investigação utilizou a abordagem do ciclo de políticas (*Policy cycle approach*), proposto por Stephen Ball², para entender os contextos de influência, produção de texto e de prática da política educacional. Esse referencial analítico traduz a complexidade e as contradições da política educacional e caracteriza-se pelo dinamismo e flexibilidade e pela rejeição da concepção tradicional de política que assume uma ordem e linearidade em sua proposição (MAINARDES e MARCONDES,

² Stephen J. Ball é um dos diretores associados do *Centre for Critical Education Policy Studies* (Centro de Estudos Críticos de Políticas Educacionais) e professor do Instituto de Educação da Universidade de Londres. É estudioso de temas sobre políticas e reformas educacionais, consequências das políticas para as classes sociais, performatividade, *governance*, é considerado um eminente pesquisador do campo das políticas educacionais (MAINARDES e MARCONDES, 2009).

2009).

A investigação foi constituída pela pesquisa bibliográfica na qual buscou-se examinar obras e periódicos que contemplavam os termos lazer, política pública educacional e educação. A pesquisa documental baseou-se nos documentos referentes ao plano estratégico de governo, à proposta pedagógica do programa, as proposições curriculares do ensino fundamental, e publicações referentes ao Programa Escola Integrada e o Programa Mais Educação. A pesquisa de campo, por sua vez, foi contemplada por um estudo de caso em uma escola localizada em região de grande vulnerabilidade social, cuja definição é feita por critérios da administração municipal. Na pesquisa o estudo de caso focalizou um programa buscando como são tratados os fenômenos que compõem as questões de pesquisa, compreendendo-os por meio, principalmente, das entrevistas e pelos registros do campo. A análise do material qualitativo possui, dentro da proposta de investigação social, a finalidade heurística de inserção no contexto da descoberta, examinar os dados por meio do balizamento entre os achados e os pressupostos e, ampliar a compreensão dos contextos culturais (BARDIN, 2008). Esse apontamento conduziu a definição da análise de conteúdo na modalidade temática (MINAYO, 2010) para a compreensão dos significados no contexto da fala dos investigados.

Este estudo fundamenta-se na corrente teórica sociocrítica que acentua e interrelaciona os fatores sociais e culturais na construção do conhecimento. A produção social do conhecimento é histórico-cultural, sendo a cultura um campo de lutas para as conquistas sociais (MORAES e VALENTE, 2008). O objeto, então, possui historicidade e estabelece relação dialética com os sujeitos (inclusive o pesquisador) e com o campo.

O Programa Escola Integrada e seus contextos

No contexto de influência a trajetória de formulação da política de ampliação diária do tempo escolar é analisada considerando que sua constituição não se organiza de forma linear. É um processo de interação de interesses de grupos, mediada pela prática (BALL, 2006), por isso, exige uma análise que supere a fragmentação e considere que os elementos constituintes interagem nas realidades históricas. Considerando a atualidade, Ball (2011) revela que há uma profunda transformação nos princípios da provisão social, e como isso, há mudanças nos sistemas de financiamento, nos papéis e estilos de administração, nas relações sociais e nas condições das organizações públicas. Assim, nesses contextos, são construídos os discursos que servem de base para a elaboração das políticas e onde os grupos de interesses operam, buscando fortalecer seus argumentos e dar legitimidade às suas ideias.

Na constituição das políticas públicas as agências multilaterais entram no campo da educação com o discurso de enfrentamento das desigualdades e fracassos escolares e da busca da qualidade da educação. Para Saviani (2007), a lógica do compromisso firmado pelas agências financeiras é de uma pedagogia por resultados, com isso, o governo se equipa de instrumentos de avaliação do desempenho dos alunos, que serve de parâmetros para ajustar às exigências desses atores.

É, pois, uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas —pedagogia das competências|| e —qualidade total||. Esta, assim como nas empresas, visa obter a satisfação total dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que

ensinam são prestadores de serviço; os que aprendem são clientes e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável (p.1253).

Essa abordagem se faz também presente na dinâmica das políticas educacionais, pois há alternativas de financiamentos e financiadores privados para constituir uma infraestrutura do setor público. É compreendido, porém, que na área educacional as reformas também são resultantes de uma reflexão dos processos sociais. Os professores e demais profissionais que atuam na escola promovem ações que reconfiguram as políticas. Portanto, o resultado dessa correlação de forças pode manifestar a tendência para a transformação social qualitativa anunciando a presença da cultura, ou para a manutenção da ordem que aproxima a educação do mercado.

A análise do contexto de influência permitiu identificar a ampliação da jornada diária escolar como estratégia de intervenção, orientada para o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas e de lazer. No entanto, um aspecto que não pode ser desconsiderado é que a extensão de jornada escolar pode ser um complemento para atingir um patamar de qualidade desejado. A educação integral refere-se ao desenvolvimento ‘total’³ dos sujeitos e não está sujeita a determinados espaços e tempos de aprendizagem, ou seja, não está restrita à instituição escolar.

O contexto de produção de texto é o segundo aspecto da trajetória política apresentado por Ball (2011), é a representação da política e exibe várias formas de apresentação desde textos oficiais a vídeos, comentários, pronunciamentos oficiais. Mainardes (2006) discute que os textos não são necessariamente claros e coerentes, podendo ser contraditórios e devem ser lidos considerando o tempo e local de produção. As respostas aos escritos da política são reais e têm consequências na prática, portanto, mesmo sendo intervenções textuais, carregam limitações e possibilidades. Os textos produzidos, dentre elas os registros legais, representam o resultante das disputas e acordos produzidos por grupos que atuam em diversos lugares dessa produção. O contexto de produção de textos tem uma “relação simbiótica, porém não evidente ou simples, com o contexto de influência” (MANAIRDES, 2006, p.52).

O contexto da prática é o espaço onde os atores sociais exercem o papel ativo na interpretação e criação, é o local onde os pensamentos e as crenças desses sujeitos implicam no processo de implementação da política. Nesse contexto é possível perceber aproximações e distanciamentos da política, ou seja, dos textos originais, é também o espaço onde os textos são (re) interpretados e (re) contextualizados. No caso do PEI, o trabalho docente, compreendido como o trabalho específico do professor em sala de aula, a atenção e cuidado com o aluno e todas as outras atividades inerentes à educação é realizado por outros sujeitos que não são professores da escola, o que exige, segundo Cavaliere (2007), um aumento de “responsabilidades de planejamento, controle e avaliação, caso contrário pode-se transformar perigosamente o sistema escolar em terra de ninguém” (p.1031). Coelho (2010) aponta que, além dos exíguos espaços para realização das oficinas, a sobrecarga do trabalho do professor comunitário e a pouca interação com os demais professores da escola, também precisam ser superadas as

³ Tonet (2006) faz crítica aos termos desenvolvimento total/formação integral revelando que diz respeito ao acesso pelos indivíduos aos bens (materiais e espirituais) necessários à sua autoconstrução, o que implica em emancipação humana. Para garantir esse acesso é exigida uma forma de sociedade a qual requer um tipo de trabalho que elimine a exploração e dominação do homem pelo homem. Nesse sentido, o autor reitera que baseado no capital —a realização de uma formação integral jamais pode se transformar em uma efetividade (p.17). Contudo, Moraes (2009) retrata que para se pensar em educação integral deve-se, primeiro, retomar os conceitos de educação da gênese do movimento operário do séc.XIX, ou seja, a construção de uma sociedade de caráter socialista, e segundo, problematizar a realidade dessa formação no bojo das potencialidades e obstáculos da contemporaneidade.

condições precárias de trabalho dos agentes e monitores e as formas de ingresso.

O Programa Escola Integrada e suas concepções

Em relação às concepções de educação, nos documentos do PEI há indicativos de uma influência do sistema global e econômico. O desenvolvimento qualitativo da educação está atrelado a um sistema de metas, estabelecendo parâmetros de eficiência/eficácia e resultados, perseguindo um aumento no Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁴. Os documentos anunciam também a garantia do acesso e permanência das crianças e jovens na escola, porém, apesar desses aspectos constituírem o direito à educação, são insuficientes para defini-la como tal. É necessário também ampliar para a universalização e qualidade das aprendizagens, possibilitando uma formação, de fato, integral.

Nos documentos analisados o lazer é apresentado sob caráter duplamente educativo, ou seja, é tratado como meio e objeto de educação. No processo de escolarização, o PEI apresenta-se como possibilidade de organização do tempo escolar integral, pois delimita um rol de atividades culturais contempladas no contraturno.

Desse modo, o tratamento do lazer é compreendido como um campo de intervenção pedagógica que contempla as duas possibilidades (educação para e pelo lazer), porém é a combinação entre essas características que é construído um processo educativo pautado no desenvolvimento pessoal e social. No caso do PEI as vivências possibilitadas no contraturno, identificadas como práticas de lazer, não devem ficar restritas ao tempo ampliado caracterizado como disponível e/ou desocupado das obrigações do ensino escolarizado.

O foco percebido nas falas dos entrevistados no que se refere ao PEI diz respeito a dimensão do cuidado e assistência proporcionados. Por meio de algumas manifestações dos sujeitos é possível traçar uma relação dicotômica da escola como espaço de instrução e o programa como local de proteção. Os sujeitos investigados manifestam uma ênfase na proteção e cuidado e no oferecimento de oportunidades que são cerceadas pelas condições precárias das famílias dos alunos atendidos. Esses elementos são trazidos no texto da política e refletem na ação, então, é necessário pensar em que medida as práticas contribuem para reduzir as desigualdades educacionais.

Os sujeitos da investigação concebem o lazer como um tempo de descanso, divertimento e como prazer. No imaginário dos entrevistados, o lazer assume a característica de sentimento quando as práticas proporcionam alegria e de tempo quando refletem momento livre/liberado para o descanso, divertimento e falta de seriedade. Portanto, o lazer é idealizado pelos atores pesquisados na dimensão da atitude e tempo, em confluência ou contraposição à noção de trabalho.

Interface entre lazer e educação: qual é o caminho possível?

As considerações finais apresentam uma abordagem crítica da trajetória do Programa Escola Integrada, a busca de princípios explicativos para os objetos lazer e

⁴ O IDEB é um instrumento calculado com base em dois tipos de informações: a) as informações sobre rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) do Censo Escolar da Educação Básica; e b) as informações sobre o desempenho dos estudantes em exames padronizados elaborados pelos sistemas Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Prova Brasil. É a partir do índice alcançado pelos entes federativos que a União oferece apoio técnico e financeiro, previstos na Constituição (SAVIANI, 2007).

educação pesquisados e a compreensão das práticas cotidianas, a partir da manifestação dos sujeitos envolvidos no processo de implementação do programa.

No caso da Escola Integrada, assumir que a educação e o lazer têm a finalidade exclusiva ou primordial de manter os alunos incluídos socialmente determina uma estratégia de embate de problemas presentes na sociedade, porém esse fim não pode mascarar ou encobrir as causas das mazelas sociais. A ação coordenada e executada pelos sujeitos da pesquisa deve refletir uma perspectiva política, que transcende o cuidar e assistir no caminho da conquista e garantia de direitos.

O programa pesquisado apresenta, no contexto da prática, interfaces entre lazer e educação no universo da cultura. Compreender essa relação é necessário para ressignificar as práticas do programa, o qual pode sinalizar para o caráter de 'aluno em tempo integral' ou a simplificação do tempo a partir da ocupação com atividades em si. Enquanto princípio norteador de currículo escolar, a educação e lazer concebidos somente a partir da categoria tempo podem se configurar como ocupação integral do tempo do aluno. Em suma, a escola em tempo integral precisa ser entendida como uma política pública e não como um projeto especial, pois este não garante a universalização, democratização e desenvolvimento de todos os sujeitos do interior da escola.

Na construção deste estudo, é enfatizado que para que as ações resultem em intervenções críticas é preciso que o processo de formação profissional seja pautado em princípios que reflitam politicamente, intelectualmente, cientificamente e socialmente em luta e tensão do reconhecimento da diversidade e diferença cultural. Considerando também que a história de vida do sujeito/ator social é importante para refletir as e nas ações educativas do programa. Desse modo, a formação dos sujeitos envolvidos no PEI deve sustentar-se numa base indissociável de teoria e prática, ou seja, a formação técnica operacional associada à política e intelectual.

Neste estudo, o lazer e educação foram entendidos como prática social ou produção cultural e suas interfaces compreendidas como fomentadoras do debate sobre a cultura escolar, ou seja, sua forma, seu currículo, sua cultura material, seus sujeitos.

Referências

- AKKARI, A. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011. 143p.
- ALVES JÚNIOR, E.D; MELO, V.A. **Introdução ao lazer**. Barueri: Manole, 2003.
- ANDRÉ, M.E.D.A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008. 68 p.
- BALL, S.J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem fronteiras**. vol. 6, n.2, p. 10-32, Jul/Dez., 2006.
- _____. Intelectuais ou técnicos? O papel indispensável da teoria nos estudos educacionais. In: BALL, S.J. **Políticas Educacionais questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p.78-99.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 19. ed. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2008.
- BELO HORIZONTE. **Escola Integrada**. Disponível em <http://www.portal.pbh.gov.br> Acesso em 03/04/2010.
- BOMENY, H. A escola no Brasil de Darcy Ribeiro. **Em Aberto**. Brasília, v. 22, n. 80, p. 109-120, abr. 2009.
- BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno

- escolar. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 abr. 2007.
- CAVALIERE, A.M. Notas sobre o conceito de educação integral. In: COELHO, L. M. C.C. (org.) **Educação Integral: estudos e experiências em processo**. Petrópolis: FAPERJ, 2009. p.41-52.
- _____. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- COELHO, J.S. Escola integrada. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM
- ISAYAMA, H.F. Atuação do Profissional de Educação Física no âmbito do Lazer: a Perspectiva da Animação Cultural. **Motriz**, Rio Claro, v.15, n.2, p.407-413, abr./jun. 2009.
- MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: contribuições para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- MAINARDES, J. e MARCONDES, M.I. Entrevista com Stephen Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**. Campinas, v.30, n.106, p.303-318, jan/abr, 2009.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MORAES, M.C. e VALENTE, J.A. **Como pesquisar em educação a partir da complexidade e da transdisciplinaridade?** São Paulo: Paulus, 2008. (Coleção Questões fundamentais da educação).
- SABOYA, M. G.F. **Programa Mais Educação: – uma proposta de educação integral e suas orientações curriculares**. Dissertação (mestrado em educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, RJ, 2012.
- SAVIANI, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 Especial, out, 2007, p.1.231-1.255. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- TONET, I. Educação e formação humana. **Revista do Centro de Educação e Letras**. UNIOESTE. Campus de Foz do Iguaçu, v. 8, n. 9, p. 9-21, 2º semestre, 2006.

INTERPRETAÇÕES ACERCA DO TEMPO DE NÃO TRABALHO E A CONCENTRAÇÃO PARA OS JOGADORES DE FUTEBOL NA DEMOCRACIA CORINTHIANA

Mariana Zuaneti Martins

RESUMO

O futebol tem sua gênese como atividade de lazer, mas, na medida em que foi profissionalizado, tornou-se também atividade de trabalho por parte de seus praticantes atletas profissionais. Um problema que está presente neste ramo de atividade laboral é que, sob a justificativa da eficiência e do desempenho fisiológico do organismo no esporte, o tempo de não trabalho do jogador passou a ser controlado pela equipe técnica, na “concentração”, num contexto no qual ele não tem autonomia para decidir sobre seu tempo de lazer. Frente a esta problemática, o objetivo de nosso trabalho é identificar e analisar as representações acerca das justificativas apresentadas para a [não] concentração no período da Democracia Corinthiana. Neste, os jogadores de futebol lograram a não obrigatoriedade dela. Através da análise das falas dos jogadores em periódicos especializados da época e de entrevistas, verificamos em que medida esta conquista significou a possibilidade de um autocondicionamento dos jogadores em suas atividades de lazer. A análise das falas demonstrou que as possibilidades concretas de autonomia ficavam ainda assim reféns dos resultados positivos que a equipe apresentava, deste modo, portanto, subordinada ao trabalho.

Palavras-Chave: Heterocondicionamento; Lazer; Jogador de futebol.

Introdução

Na primeira metade da década de 1980, os jogadores de uma equipe de futebol lograram constituir um espaço de relativo debate sobre os rumos do clube e o seu processo de trabalho. Apoiados por uma diretoria que permitia que eles opinassem sobre essas matérias, e motivados ao êxito pela possibilidade de expandir essa experiência, os jogadores do Corinthians forjaram um cenário no qual algumas conquistas foram obtidas com relação a suas condições de trabalho e o respectivo reconhecimento destes como cidadãos e sujeitos políticos. Tal experiência ficou conhecida como Democracia Corinthiana.

No bojo das discussões e das ampliações democráticas conquistadas pelo movimento alvinegro, foi muito ressaltado pela mídia um particular triunfo, a desobrigação da concentração de jogadores no período anterior às partidas oficiais do clube.

A concentração é o período que antecede a realização de partidas de futebol, no qual os atletas ficam a disposição do controle e vigilância da comissão técnica da equipe, com o intuito de melhorarem a eficiência do seu organismo biológico e seu estado psicológico para a realização da partida que disputarão. Este período pode variar de meio dia a mais de um dia. A Lei Pelé, que dentre outros objetivos regulamenta também a profissão do jogador de futebol, determinou que a concentração nunca poderia exceder três dias (artigo 28º, Lei 12.395/2011)¹. Entretanto, apesar de o jogador

¹“se conveniente à entidade de prática desportiva, a concentração não poderá ser superior a 3 (três) dias consecutivos por semana, desde que esteja programada qualquer partida, prova ou equivalente, amistosa ou oficial, devendo o atleta ficar à disposição do empregador por ocasião da realização de competição fora da localidade onde tenha sua sede;”(Lei 12.395/2011, Artigo 28º, §4º, inciso I)

ficar à disposição da equipe, tal número de horas não é computado necessariamente como tempo de trabalho.

Este se configura como o problema deste estudo: a relação entre tempo de trabalho e não trabalho na concentração dos jogadores de futebol. Mais especificamente buscamos as interpretações que justificam ou não a concentração e sua relação com o tempo de não trabalho dos jogadores de futebol no particular caso da Democracia Corinthiana, em que estes lograram suspender sua obrigatoriedade.

Para tanto, realizamos pesquisa documental sobre as reportagens de jornais e revistas especializadas² que retratassem as falas dos sujeitos históricos da Democracia Corinthiana sobre a abolição da obrigatoriedade da concentração. Para esta análise, nos apoiamos nas considerações do historiador Jacques Le Goff (2003, p. 103). O autor salienta que “tendo em vista que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr a luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é um instrumento de poder” (LE GOFF, 2003, p. 525). Por isso, a escolha dos periódicos esportivos cumpriu em nossa pesquisa o papel de colocar em ordem ideias recorrentes e em conflito opiniões diversas sobre o assunto. Ademais, utilizamos a entrevista concedida pelo jogador Wladimir uma importante liderança do movimento corinthiano³.

A partir da seleção de reportagens e de discursos dos jogadores nos meios de comunicação, combinamos as justificativas e os sentidos atribuídos a concentração com uma revisão bibliográfica acerca da relação entre trabalho, não trabalho e lazer, inseridos no período histórico, buscando compreender quais eram as razões e motivos pelos quais os jogadores de futebol não tinham ou deveriam ter o direito a decidir sobre o seu tempo de lazer.

A concentração e o tempo livre no futebol profissionalizado: singularidade ou parte do movimento geral de controle e heteronomia no lazer?

O esporte moderno tem sua gênese no âmbito das práticas de lazer da aristocracia e da burguesia. Surge nas *publicschools* inglesas, rapidamente se institucionalizando em federações, com regras bem definidas e escritas (DUNNING, CURRY, 2006). Uma das primeiras práticas a ser institucionalizada, o futebol, rapidamente se alastrou pela Inglaterra e pelo mundo, tornando uma das principais atividades de lazer. Na medida em que as classes trabalhadoras começaram a praticá-lo, e a reivindicar a possibilidade de dedicação exclusiva a modalidade, o futebol se profissionalizou (ELIAS, 1992).

Elias afirma que para aqueles que são profissionais de uma modalidade esportiva, a prática da mesma configura-se não mais como lazer, uma vez que envolve tensões sérias, que não permitem que nela esteja contida a busca pela excitação (ELIAS, 1992). É considerando este elemento, e que o lazer se constrói diferentemente do trabalho, e, por conseguinte, no tempo de não trabalho, que consideraremos que o jogador de futebol não tem nessa prática momento de lazer, que só poderiam ser realizadas em seus períodos de não trabalho. Nesse sentido, observaremos como nestes

² Realizamos a pesquisa documental entre o período de Março de 1981 a Junho de 1985, nos periódicos especializados dos dois principais jornais paulistas, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo; e na revista Placar, que acompanhava de perto o movimento corinthiano.

³ Estas falas se concentram principalmente em três momentos do movimento em que o debate sobre a concentração fica mais explícito publicamente: no título paulista de 1982, no qual este fato ganha pela primeira vez notoriedade na mídia esportiva; no final do ano de 1983, que a campanha vitoriosa do bicampeonato é atribuída em partes às liberdades conquistadas pelos jogadores; e após o final do movimento, no qual é abolida a facultatividade da concentração.

espaços determinados de tempo, sua profissão também o controla e quais seriam as interpretações possíveis para isso.

Em primeiro lugar, é interessante pensar que a ideia do lazer enquanto parte do tempo de não trabalho nos fornece a própria noção de como o trabalho é o definidor da organização do tempo humano. Alguns autores (como Antunes, 2002, p. 175) utilizam a denominação tempo de não trabalho por considerarem que nenhum tempo no capitalismo é livre das obrigações sociais, ou mesmo da alienação do trabalho, e por isso, o tempo que não é ocupado pelo trabalho, não é livre. Neste caso, por mais que se construa uma oposição entre lazer e trabalho, o último ainda condiciona o primeiro⁴. Deste modo, nem nos momentos de lazer não se pode considerá-lo como livre da esfera do trabalho. Em última instância, isso significa que qualquer atividade de lazer que venha a ser desenvolvida deve respeitar a duração do seu tempo de não trabalho para não ultrapassar o horário de início da jornada laboral seguinte.

Munné (1980) afirmou que há um processo de heterocondicionamento do lazer, que interfere na possibilidade de ser exercido enquanto “tempo livre”. Para ele, há na sociedade burguesa uma tentativa de “civilização” do lazer, que seria “incoerente com a liberdade e contraditória a qualquer concepção democrática de lazer e de demonstrar que o chamado problema do tempo livre é um tema fundamental para o futuro da humanidade” (MUNNÉ, 1980, p. 6, tradução nossa)⁵.

Codina (2006, p.555) afirma que no caso dos esportistas, é comum que seu lazer seja ocupado por atividades consideradas de “lazer sério”, como práticas utilizadas para melhora de treinamento, tratamento de transtornos psicológicos ou mesmo preparação para a aposentadoria. Entretanto, a autora pondera que este modo de lazer também pode ter aspectos críticos, como a ausência da variedade de lazer, a falta de atividade de lazer que quebrassem com a rotina, e mesmo “causar um vício” no lazer sério (CODINA, 2006, p. 556). Ademais o lazer sério pode tolher qualquer possibilidade de autocondicionamento dentro do tempo de não trabalho.

O futebol, antes instrumento pleno de uma prática de lazer, a partir da década de 1930, no Brasil, ao tornar-se também objeto de trabalho, não se encaixa mais no rol dessas atividades. Por isso, é fundamental ao jogador de futebol que ele tenha, fora de sua jornada laboral, momentos para se dedicar a outras atividades, de escolha dele e que não sejam voltadas apenas para a qualificação para o trabalho. Entretanto, essa situação é complexa, já que no futebol profissional, não se estabelece uma jornada fixa de “n” horas de trabalho por semana, e se exige que os jogadores permaneçam, mesmo no seu tempo de não trabalho, concentrados com seus colegas de equipe, sob supervisão, sem poder usufruir dele da maneira como desejarem.

O caso do futebol, no qual o com o advento da concentração, o tempo em que não se está trabalhando é também regulado pelo trabalho não é particular. Thompson (1998), ao estudar a história da classe trabalhadora Inglesa, afirmou que, após a Revolução Industrial, existiu um processo de sincronização do tempo mundial, denominado de “revolução temporal”, que impôs que o tempo industrial subordinava os tempos sociais progressivamente ao conjunto da sociedade. Dessa forma, a primazia do

⁴ Segundo Mascarenhas, o lazer surge considerado em oposição ao trabalho, como forma subordinada às necessidades de reprodução da força de trabalho, um “anti-valor”, mas transforma-se ao longo do século XX, como esfera também de produção e reprodução de valor (MASCARENHAS, 2005).

⁵ Para Munné, o projeto normativo de tempo livre envolveria a possibilidade de ser o momento no qual o homem se autocondiciona, em sua conduta pessoal e social, de modo que as atividades praticadas no lazer seriam aquelas em que predomina a escolha da liberdade em detrimento da necessidade (MUNNÉ, 1980, p. 77). Evidentemente, o absoluto autocondicionamento é a utopia, de modo que é possível verificar uma “escala” de autocondicionamento ao outro oposto, o heterocondicionamento, como possibilidades de variações nas formas de escolha.

tempo da produção passou a reinar acima do tempo religioso, para citar um exemplo dessa subordinação. Morais (2007) afirma que esse tempo passou por maior regulação com o “taylorismo-fordismo”, de modo que o ritmo do corpo e os ritmos econômicos, próprios à produção artesanal, foram destruídos nesse processo, quando se acentuou o controle sob o trabalho assalariado, anunciando a vitória de uma nova ordem cultural e econômica. Neste contexto, a hora de entrar e de sair do trabalho, passou a ser registrada pelo relógio de ponto; os movimentos durante a execução das atividades, controlados pelo cronômetro; o tempo de recolher-se das atividades de lazer, indicado pelos relógios que se espalhavam pelas torres das igrejas e dos demais locais públicos e privados (MORAIS, 2007, pp. 56-57).

Se no padrão taylorista todos os movimentos eram controlados pelo cronometro como forma de registrar a maior eficiência no trabalho, da mesma forma, também, em nome do desempenho, do controle fisiológico da máquina corporal, a concentração é justificada no futebol. O jogador tem seu tempo regulado, para que se acostume à rotina que seu trabalho específico lhe impõe e não perca em desempenho por escolhas “equivocadas”. Usufruir seu tempo livre no bar, ao sabor de toda à boêmia, ou ter relações sexuais, era proibido por ser como prejudicial ao desempenho físico do jogador. No próximo item abordaremos como a concentração era justificada no caso da Democracia Corinthiana.

Representações sobre a concentração e o tempo de lazer na Democracia Corinthiana

A primeira vez em que a problemática da concentração veio à tona durante o período da Democracia Corinthiana foi no momento em que a equipe foi campeã paulista, em 1982. Nesse momento, a vitória era anunciada pelo jogador Sócrates como uma “luta por maior liberdade”⁶. Neste contexto, o jogador informava que negociava seu novo contrato, que continha pontos mais flexíveis, inclusive no que diz respeito à concentração. Para o jogador, flexibilizar a obrigatoriedade da concentração significava um ambiente de maior liberdade e, para ele, era essa conquista, a possibilidade de não ter seu tempo rigorosamente controlado, que incentivava ele para continuar jogando um bom futebol. Ele afirmava também que gostaria de ver todos “os jogadores com os mesmos direitos e as mesmas responsabilidades que estamos assumindo”⁷.

A eliminação da concentração foi obtida no Corinthians a partir das discussões coletivas que se desenvolviam no departamento de futebol. Wladimir descreve a forma como foi aprovada:

Todos os assuntos que nos diziam respeito, a gente decidia coletivamente. A concentração, por exemplo, todo mundo foi ouvido. O consenso foi que a concentração fosse facultativa. Os solteiros teriam que concentrar. Os casados só iriam para a concentração quem quisesse. Os solteiros achavam confortável concentrar porque era o momento em que eles descansavam, se alimentavam melhor. E os casados, alguns concentravam, o Leão, o Biro-Biro, o Zenon. Então, isso foi facultativo. Eu acho concentração um saco. Sempre achei. Eu comia a comida da minha mãe, que era melhor. Minha cama era melhor. Eu não gostava do hotel. Eu gostava mais de ficar em casa.⁸

⁶ “A luta por título é a luta por maior liberdade”, O ESTADO DE SÃO PAULO, 12/12/1982, p. 52.

⁷ *Idem*.

⁸ Wladimir, em entrevista concedida à autora, em 10/03/2012.

O então técnico do Corinthians, Mário Travaglini⁹, anuncia nesta mesma ocasião a eliminação da concentração obrigatória para todos os jogadores. Segundo ele, nas concentrações havia muita ociosidade, o que poderia torná-la não benéfica¹⁰.

Podemos observar duas perspectivas opostas com relação à concentração. Enquanto Sócrates e Wladimir preocupavam-se com a extinção da mesma para lograr a possibilidade de fazer o desejassem durante o período que antecipava a partida, a justificativa presente na fala de Travaglini se refere à eficiência da concentração – no caso, a sua não eficiência. Aliás, atribuir como problemática a “ociosidade” remete-nos às concepções de lazer mais produtivistas, de uma tradição puritana, na qual o lazer, como oposto do trabalho, seria um tempo improdutivo, de inatividade (MUNNÉ, 1980, p. 46-47). Tal como Weber enaltece em “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, o trabalho é visto como meio de se aproximar de Deus, como uma vocação, como uma “valoração da vida intramundana como *missão*” (WEBER, 2004, p. 80), por isso altamente valorizado, em detrimento da ociosidade, do lazer. Prosseguindo a ideia do trabalho no bojo de uma ascese intramundana, Weber ressaltou que a utilidade do trabalho era vista positivamente também pela capacidade de dar lucro econômico privado (WEBER, 2004, p. 148), mas este não seria positivo se fosse usado para atividades de prazer e da concupiscência da carne (WEBER, 2004, p. 149).

Justificar a dispensa da concentração numa perspectiva da eficiência para o desempenho pode ser convincente e conveniente para um meio conservador como o futebol, mas, na medida em que a equipe passou por problemas, tal prerrogativa declinou. De tal modo, a heteronomia no lazer se manteve, uma vez que o que determinou seu usufruto foram os resultados da equipe.

Para Sócrates e Wladimir, a justificativa para não concentrar adquiria outros significados. O primeiro enfatizava a importância de os jogadores serem tratados com seres humanos responsáveis, que seriam capazes de responder pelos seus atos e ter consciência de o que os prejudicaria. Tal visão se opõe aos anseios paternalistas existentes no futebol brasileiro, no qual o jogador de futebol era visto como um ser desprovido de autonomia, que tem necessidade de ser tutelado. A fala seguinte de Wladimir prossegue nesse caminho, enfatizando a necessidade de os jogadores usufruírem de seu tempo de não trabalho da forma como eles desejassem

[o fim da concentração] Foi maravilhoso porque a gente sabia que se a gente perdesse, estava na roça, ia acabar. Iam atribuir tudo a não concentração. O pessoal terminava o treino e ficava no Bar da Torre, lá no Parque São Jorge, e tomava uma cerveja, o Sócrates, o Juninho, Casagrande. A gente fazia tudo as claras, não tinha nada para esconder de ninguém. E incomodava, sobretudo a imprensa, mídia conservadora. O universo do futebol é paternalista e autoritário. A torcida se acha dona, a imprensa se acha dona[do jogador]¹¹.

Esta fala de Wladimir é emblemática do que poderia ser a reivindicação por um lazer menos heterocondicionado. Por mais que no capitalismo existam mecanismos

⁹ A justificativa da eficiência para dar fim à concentração, e a necessidade de algum controle do tempo de não trabalho dos jogadores, é ratificada pela notícia que reportou a demissão do técnico Mário Travaglini, do Corinthians. Nessa ocasião, o jornal “O Estado de São Paulo” criticou duramente a Democracia Corinthiana. A matéria, intitulada “A ‘democracia’ que Travaglini não quis” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 30/3/1983, p. 30) dizia que a saída do técnico seria um alívio para parte do elenco, já que ele impunha restrições ao consumo de álcool e às regras da concentração.

¹⁰ “Travaglini elimina concentração”. O ESTADO DE SÃO PAULO, 14/12/1982, P. 21.

¹¹ Wladimir, em entrevista concedida à autora, em 10/03/2012.

externos de condicionamento das escolhas do tempo de lazer, como Munné (1980, p.12) evidenciou – a partir de uma tendência a ocupar este tempo com atividades de consumo, como mais um espaço de reprodução do capital – o que se discute nesse caso é a impossibilidade a princípio de os jogadores fazerem uma grande gama de outras coisas, inclusive ligadas ao consumo.

Caminhando entre as duas vertentes listadas, a dirigente Adilson Monteiro Alves¹², vice-presidente nas duas gestões da Democracia Corinthiana, considerava a importância dos resultados, mas, mesmo com as críticas que eram atribuídas às liberdades a cada desvio que a equipe obtia, ele defendia a medida de extinção da concentração:

Este ano [1983] enfrentamos muitas dificuldades, a cada derrota, não faltava quem a debitasse à baderna, que é como chamam experiência de democracia [...] e tivemos êxito. Todos são livres para viver como melhor entendem. Se alguém sair daqui e passar a noite numa boate não terá ninguém espionando. Por outro lado, ninguém é patrulhado: cada um diz o que quer, sem sofrer nenhuma retaliação. Também, eliminamos de vez a rigidez da concentração¹³.

A postura de Adilson reafirmava a defesa da autonomia, no que diz respeito ao controle exercido pelo clube, para os jogadores exercerem seu tempo de lazer. Há uma compreensão de que o jogador de futebol, como outros trabalhadores, têm direito de exercer seu tempo de não trabalho. Evidentemente, o reforço das vitórias servia como uma reafirmação de que era possível conciliar o trabalho no tempo de não trabalho, de modo que este último ainda assim permanecia subsumido ao primeiro. Mais recentemente, alguns teóricos, como Shultz, procuraram justificar a necessidade dessa submissão, a partir do conceito de capital humano. Dentro dessa perspectiva, o que geraria renda numa economia seriam as competências no exercício do trabalho, de modo que pra melhorar sua eficiência, era necessário investir em si mesmo, internalizando-se a lógica do empreendimento no indivíduo, que foi denominado de capital humano. Para tanto, todas as esferas sociais, incluindo-se a do lazer estavam subordinadas ao desenvolvimento de competências individuais, com o intuito de que as melhorassem para o trabalho. Neste contexto, as esferas econômica e social se imbricaram completamente, tornando-se a vida social uma forma de empreendimento (FOUCAULT, 2008).

Na concepção de capital humano, apresenta-se uma visão mais “liberal” da subordinação das esferas do lazer ao trabalho, pois o indivíduo como empreendedor de si mesmo, deve buscar seu “desenvolvimento pessoal”, ou de seu capital humano, para concorrer no mercado. No entanto, após o final da Democracia Corinthiana, em momento de má campanha no campeonato paulista de 1985, o então diretor de futebol e o técnico decidem suspender a possibilidade de não se concentrar¹⁴. É nesse momento que o incômodo com os resquícios das gestões democráticas anteriores, mais liberais, são suspensos definitivamente, e a justificativa para isso se encaixava no que havia sido uma parte considerável da tônica da defesa da não concentração: os resultados e a

¹² Adilson Monteiro Alves foi vice presidente de futebol da equipe entre novembro de 1981 e março de 1985. Foi candidato à diretoria do Corinthians para a continuidade da Democracia Corinthiana, quando foi derrotado pela oposição. Ele é considerado uma das principais lideranças do movimento alvinegro, em conjunto com os jogadores Sócrates, Wladimir e Casagrande. Sua presença no clube que deu origem às discussões e votações no departamento de futebol.

¹³ “Adilson garante que a democracia continua”, FOLHA DE SÃO PAULO, 12/12/1983, p. 21.

¹⁴ “Um empate contra a democracia”, REVISTA PLACAR, 21/6/1985, p. 16.

eficiência de desempenho da equipe, que por mais que pudessem ser ocasionados por quaisquer outros motivos, foram todos direcionados para um aspecto e a medida foi um ato de restabelecimento do conservadorismo e surtiu como uma punição.

Considerações Finais

A Democracia Corinthiana teve um apelo interessante ao trazer à tona esse debate sobre a questão da concentração e a regulação do tempo de não trabalho dos jogadores. Por vezes, a concentração foi abolida no plantel corinthiano – ainda que não completamente – e na medida em que não obteve repercussão negativa sobre o desempenho da equipe, manteve-se. A alteração da condição se deu em momentos de instabilidade e com outra diretoria que não apoiava tais iniciativas. Nesse caso, a proposta de abolir a concentração representa a tentativa de tratar o jogador de futebol com mais responsabilidade. Entretanto, a abolição da mesma representou sentidos distintos no que diz respeito à possibilidade de o jogador de futebol controlar seu tempo de lazer. Para alguns deles, significava o respeito e a liberdade de suas escolhas; para o técnico, podia ter benefícios para o resultado, de modo que a autonomia do trabalhador com o seu tempo de não trabalho não era a principal justificativa.

Referências

- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. 6ª edição, São Paulo: Boitempo, 2002.
- CODINA, N. El ocio y el tiempo libre del deportista. **Investigacion social y deporte**, nº 7. Madrid, 2006.
- DUNNING, E. CURRY, G. Escolas Públicas, Rivalidade Social e o Desenvolvimento do Futebol. IN: GERBARA, A. (org.). **Ensaio sobre historia e sociologia nos esportes**. Jundiaí, Editora Fontoura, 2006.
- ELIAS, N. DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- MASCARENHAS, F. Lazer e utopia: limites e possibilidades de ação política. **Movimento (ESEF/UFRGS)**, v. 11, n. 3, 2005.
- MORAIS, M. A. F. **O tempo dos trabalhadores no trilho do capital: o processo de aceleração temporal na companhia Vale do Rio Doce/ MA**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, UFMA, São Luís, 2007.
- MUNNÉ, F. **Psicossociologia del tiempo libre**: un enfoque crítico. Ciudad del México: Trillas, 1980.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

INVENTARIAÇÃO TURÍSTICA DO CENTRO DO DISTRITO MUNICIPAL DA PENHA DE FRANÇA – SÃO PAULO

Brunna Gabriela Figueiredo dos Anjos
Camila Muralho Pereira
Diogo Migotto
Jessica Miyuki Nagae
Laura Preehl Clemente
Júlia de Almeida Darabos
Paula Sassi Freitas

RESUMO

A inventariação turística do centro do distrito municipal da Penha de França, São Paulo, se deu através de três etapas subdivididas, a saber, análise da paisagem, inventariação através da utilização dos formulários do Projeto Inventários da Oferta Turística do Ministério do Turismo, e investigação do perfil socioeconômico e preferências de lazer dos moradores da região. Foram considerados componentes da paisagem, propriedades visuais e focos urbanos; a divisão dos estabelecimentos do local em diferentes categorias; e a pesquisa quantitativa quanto ao uso dos equipamentos de lazer, respectivamente. Dessa forma, a partir da proposta de que todos os equipamentos devem ter plenas condições de utilização por todos, o estudo do centro comercial da Penha de França em São Paulo, após todas as etapas cumpridas, mostrou que a paisagem e seus componentes são essenciais ao turismo e lazer. Foi possível concluir também que mesmo sendo uma região de aclives, possui fáceis meios de acesso; apesar da falta de organização em alguns equipamentos e serviços turísticos; como também permitiu traçar tanto o perfil dos moradores, quanto equipamentos específicos e não-específicos de lazer disponíveis à população.

Palavras-chave: Inventariação; paisagem; lazer.

Introdução

O presente texto é fruto de um semestre de estudo e inventariação turística do Distrito Municipal da Penha de França, localizado na Zona Leste do Estado de São Paulo. O bairro é popularmente conhecido por seu forte apelo religioso e origem operária.

O grupo foi orientado pela Professora Dra. Madalena Pedroso Aulicino em sua disciplina “Inventários do Lazer e Turismo”, na qual são estudados processos metodológicos de análise e pesquisa científica, bem como de interpretação geográfica do meio e aplicando tais fundamentos na prática a partir da pesquisa *in loco* realizada no já citado Distrito Municipal. A partir deste processo, foi possível enxergar o bairro da Penha mais profunda e analiticamente, apreendendo desde sua composição visual, espacial, como sua organização, perfil socioeconômico dos moradores, hábitos e locais de lazer.

Objetivos

O presente trabalho teve como objetivo documentar os resultados da pesquisa de inventários sobre o Distrito Municipal da Penha realizada no segundo

semestre do ano de 2012. A prioridade da pesquisa foi avaliar se os preconceitos existentes sobre este Distrito da cidade de São Paulo como, por exemplo, este ser um bairro de passagem e operário, poderiam ser confirmados; e também analisar o cenário turístico e equipamentos de lazer que o Distrito possui para, assim, ser viável julgar o mesmo competente ou não para ser receptor dos grandes eventos que ocorrerão no Brasil nos próximos anos.

Para que isso fosse possível o trabalho foi realizado em três etapas. A primeira objetivou analisar a paisagem do Distrito Municipal da Penha, e para isso utilizou-se o conceito de Paisagem proposto por Pires (1996) e Santos (1991), no qual se define como aspecto visível do espaço, resultado da função e tempo e variável de acordo com a percepção e intenção do observador. A segunda parte objetivou inventariar o Distrito. Para cumprir o intuito de registrar todos os estabelecimentos utilizaram-se os manuais e formulários do Projeto Inventário da Oferta Turística proposta pelo Ministério do Turismo. Por fim a terceira parte da pesquisa teve como objetivo investigar os equipamentos de lazer e também traçar o perfil socioeconômico e um perfil referente às preferências de práticas de lazer dos moradores do Distrito; e também destacar a importância do lazer para os mesmos.

Procedimentos metodológicos

A seleção do trecho do Distrito Municipal da Penha de França a ser analisado seguiu a delimitação representada pelo Mapa Um abaixo.

MAPA 1 – Delimitação do campo de pesquisa



Fonte: Google Maps. Escala 1cm/500m. Logradouros limítrofes: Avenida Carvalho Pinto, Rua Coronel Meireles, Viaduto Alberto Badra, a Rua Coronel Rodovalho, Avenida Penha de França, Rua Dr. João Ribeiro, Avenida Amador Bueno da Veiga, Rua Mirandinha (lado ímpar) até a Avenida Conde de Frontin.

A primeira fase da pesquisa foi feita entre os dias 24 de Agosto até o dia 14 de Setembro. O processo foi interpretado sob os conceitos de Pires (1996), ao destacar que a paisagem é feita a partir do espaço material, considerando formas, cores, entre outros; os conceitos de Boullón (1990) quanto aos focos urbanos e seus nós, marcos e divisores da paisagem; assim como também foi definida a qualidade visual da paisagem enquanto sua diversidade, singularidade, entre outros, segundo Rodrigues (2003). Foi

utilizado o método direto de avaliação da paisagem com visitas, fotografias, entre outros, assim como o levantamento elementos de orientação.

A segunda fase foi realizada no período entre 15 de Outubro a 19 de Outubro. O grupo tinha como objetivo conseguir alguns dados dos estabelecimentos como, por exemplo, CNPJ, razão social, tipos de serviços, entre outros. A inventariação baseou-se no “Manual do Pesquisador”, disponibilizado pelo Ministério do Turismo em sua página na internet. Não houve o intuito de realizar uma efetiva tabulação de dados nesta fase, o grupo optou por contabilizar o número de formulários utilizados, indicando quais os mais empregados também, e se algum tipo de formulário não foi usado, apontando quais.

A terceira fase da pesquisa foi realizada no período entre 20 de Outubro a 23 de Novembro. Optou-se por realizar uma pesquisa quantitativa do tipo B que, segundo Veal (2011), é realizada através de uma maior utilização de frequência e porcentagem para alcançar uma hipótese, contrapondo-se à do tipo A, que utiliza mais de métodos estatísticos e teses para alcançar os resultados. Dessa forma, decidiu-se pela aplicação de 40 questionários, em que deveriam ser entrevistados homens e/ou mulheres, acima de 18 anos que morassem ou trabalhassem na Penha, contendo perguntas referentes à condição socioeconômica dos entrevistados, bem como seus hábitos e conhecimentos de e sobre lazer.

Fundamentação teórica

Para o embasamento teórico dessa pesquisa, utilizaram-se principalmente os conceitos de espaços, equipamentos de lazer e de paisagem.

Marcellino (2006, p.29-31) relata que as pesquisas realizadas nos grandes centros urbanos demonstram que a população desenvolve suas atividades de lazer majoritariamente no ambiente doméstico, levando-o a defender “a necessidade de desenvolvimento de uma política habitacional, que considere, entre outros aspectos, também o espaço para o lazer” e na “necessidade da utilização dos equipamentos específicos para o lazer, através de uma política de animação”.

Nota-se que tanto os equipamentos específicos como os não-específicos de lazer, muitas vezes, são subutilizados principalmente pelo crescimento acelerado das cidades que gerou “desníveis na ocupação do solo e diferenciando, marcadamente, de um lado as áreas centrais, concentradoras de benefícios e, de outro a periferia, verdadeiro depósito de habitações”, além da ocorrência de uma “visão utilitarista do espaço urbano” (MARCELLINO, 2006, p.57-58) tornando-o como um local de produção. Assim, a população acaba por morar nas periferias, enquanto que os equipamentos de lazer localizam-se nas regiões centrais.

Marcellino et al (2007, p.15-16) fazem uma diferenciação entre equipamentos e espaços, em que “espaço é entendido como suporte para os equipamentos e os equipamentos são compreendidos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade, ou seja, é possível se exercer atividades de lazer sem um equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço”.

Dessa forma, Marcellino (2006) defende a necessidade de uma política de democratização do espaço para que o lazer seja usufruído por todos, além da construção de novos equipamentos e revitalização dos já existentes ou de espaços não específicos para que sejam adaptados para outras finalidades unidas a uma política de igualdade de direitos sociais, econômicos e culturais.

Ocorre também uma diferenciação entre equipamentos e espaços, em que “espaço é entendido como suporte para os equipamentos e os equipamentos são

compreendidos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade, ou seja, é possível se exercer atividades de lazer sem um equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço” (MARCELLINO ET AL, 2007, p.15-16).

O espaço é construído através da transformação do mesmo pelo homem, tendo como finalidade a intencionalidade humana, podendo encontrar no espaço formas naturais e artificiais observadas através da paisagem.

Para se definir o termo paisagem, se faz necessária uma análise de três elementos constituintes da paisagem: o espaço material, o observador e a percepção do observador. O espaço material é composto por combinações de objetos naturais e fabricados que possuem formas em constante transformação conforme as necessidades da sociedade. O observador e a sua percepção evocam o caráter de seletividade da paisagem, pois depende da escala e do ângulo do observador, bem como da acuidade visual e da finalidade daquele que interpreta a paisagem.

A relação sensorial do observador com a paisagem não é apenas visual, ela é feita de sons, odores e impressões de conteúdo espacial e temporal. Pode-se então dizer, que a paisagem expressa a relação entre as ações da sociedade sobre um espaço, o qual Milton Santos (1997, p.05) chamará de “acumulação desigual de tempos”.

De acordo com Pires (1996) e Boullón (1990), para realizar uma análise da paisagem é importante observar três principais categorias: componentes da paisagem; propriedades visuais da paisagem; e os focos urbanos.

Os componentes da paisagem são as formas de relevo, os tipos de vegetação, os corpos d’água e as ações humanas, que são constituídas pelas estruturas e elementos artificiais. As propriedades visuais da paisagem revelam-se através da forma, cor, textura, linha, escala e espaço. E os focos urbanos podem ser divididos em nós, marcos, bairros, setores, divisores e caminhos.

Por fim, cabe ressaltar que para a realização de uma definição mais precisa da análise da paisagem urbana podemos combinar diferentes variáveis do tipo de urbanização, tais como os padrões socioeconômicos, o estilo arquitetônico, a topografia, o tipo de rua e de pavimento, o tipo das árvores, entre outros.

Resultado e discussões

A primeira fase do trabalho nos revelou diversos elementos constituintes da paisagem local, incluindo a importância da expressão visual do meio. Primeiramente, foi possível destacar a presença de aclives e declives relativamente acentuados, com exceção de algumas das principais vias. Constatou-se também a existência de várias ruas estreitas e algumas de paralelepípedo, além de calçadas desiguais e mal conservadas, e muitos buracos no asfalto. Outro elemento presente no bairro são os divisores, como os viadutos, linhas de trem e metrô, e os córregos. Quanto aos marcos do distrito da Penha, existe como principal destaque a Igreja Nossa Senhora da Penha de França, que pode ser vista de diferentes pontos do distrito, bem como de localidades mais afastadas.

Ademais, em todas as avenidas e ruas principais de cada trecho pesquisado constatou-se grande variedade de comércios. Entretanto dentro do trecho percorrido, verificou-se um modo majoritariamente residencial, atribuindo-lhe certo caráter de interior, destoando dos traços geralmente encontrados em metrópoles.

Além disso, ocorre a homogeneidade nas áreas residenciais, visto que no geral todos os trechos apresentaram residências de no máximo dois andares, além de pequena quantidade de condomínios fechados. Um elemento detrator da paisagem foi a

grande quantidade de lixo e entulho em calçadas ou mesmo em algumas ruas. Ademais, as pichações nos muros, excesso de fios nos postes de iluminação e a grande circulação de carros em alguns trechos são os principais problemas de poluição sonora e visual.

Na segunda etapa desse trabalho, que visava o levantamento de atrativos turísticos e de lazer, além de termos observado a disponibilidade de locais concernentes à infraestrutura básica local, em que foram coletados 473 formulários.

Com a aplicação de 390 formulários do tipo A, foi possível comprovar que apesar da variedade de comércios na região, tal variedade visa atender somente a demanda local. Além disso, a região da Penha apresentou facilidades nos meios de acesso, graças a sua localização geográfica e sua característica como meio de acesso entre o centro da cidade e a zona leste. Cabe ressaltar também a dificuldade encontrada na obtenção de dados referentes aos comércios locais, pela recusa ao se preencher os formulários aplicados. Ainda foi possível observar a necessidade de melhorias nos sistemas de comunicações, segurança e médico-hospitalar, considerando os formulários de infraestrutura e apoio turístico.

Os formulários A7 especificamente - Outros Serviços e Equipamentos de Apoio – foram muitos utilizados, haja vista a grande concentração de estabelecimentos comerciais, dentre os quais, os comércios residenciais estavam significativamente presentes na área pesquisada, oferecendo prestação de serviços de pequeno porte. Quanto à acessibilidade, os estabelecimentos em sua grande maioria não apresentam adaptação ou meios de acesso voltados ao público com necessidades especiais.

Os formulários do tipo B foram igualmente aplicados em nossa pesquisa e também possibilitaram a obtenção de dados importantes, somando 77 formulários preenchidos. Obteve-se como principal resultado a falta de organização e atendimento satisfatório em alguns equipamentos e serviços turísticos analisados. Os equipamentos de hospedagem foram os mais precários, dado a falta de opções de hotéis na região. Com relação aos equipamentos de gastronomia, a região apresentou diversas opções de bares e restaurantes.

Já sobre serviços e equipamentos de agenciamento na região, poucos foram encontrados, porém todos bem equipados, com prestação de serviços nacionais e internacionais. Os serviços de equipamentos de lazer e entretenimento foram escassos na região, sendo que as opções encontradas geralmente eram praças públicas e parques com infraestrutura básica ou mesmo inexistente. Não foram encontradas opções de serviços e equipamentos de transporte e de eventos.

Por fim, foram analisados os resultados obtidos a partir dos formulários do tipo C de Inventariação, referentes aos Atrativos Turísticos. Esses foram pouco aplicados, totalizando seis formulários, visto que o distrito não possui infraestrutura suficiente para tornar-se uma região turística. Outro problema observado diz respeito a não existência de placas de sinalização turística. Contudo, observa-se que o único elemento com potencial nesse sentido são algumas das igrejas.

A terceira e última etapa desse trabalho focalizou-se no perfil socioeconômico do centro do distrito municipal da Penha de França e no reconhecimento das práticas de lazer de seus moradores e trabalhadores e a percepção destes acerca do lazer e suas possibilidades. Os resultados foram, em diversas ocasiões, surpreendentes, pois a Penha é vista por muitos como um bairro de baixas condições socioeconômicas. Contudo, constatou-se que a maior parte das famílias entrevistadas pertencia à classe B e C, sendo a primeira a predominante.

Em se tratando das práticas de lazer, assistir a filmes em DVD foi o mais apontado pelos moradores, o que levou o grupo a concluir que os mesmos praticam o lazer doméstico, corroborando esse tipo de atividade como a predominante dentre as

alternativas de lazer. Outro fator que apontou ao lazer doméstico foi o frequente acesso à internet por parte dos entrevistados, o que também demonstrou a grande prática do lazer virtual atualmente.

As consequências do acesso à internet também podem representar uma dicotomia: se de um lado leva informação e lazer às residências, por outro pode contribuir para a desmotivação as atividades que possibilitem a socialização dos indivíduos, requisito fundamental para o desenvolvimento holístico de todo ser humano.

Como já mencionado, os moradores da Penha convivem com equipamentos e serviços de lazer insuficientes em quantidade e qualidade, o que faz com que a população precise se deslocar para outros bairros em busca de tais atividades.

Outro fator significativo foi o fato de que a maioria das pessoas entrevistadas tem uma noção muito básica sobre o lazer, sendo que ao serem questionadas sobre este, muitas não apresentavam uma definição ou conceito acerca do lazer, além de demonstrarem certa insegurança ao responderem perguntas mais específicas sobre o tema.

Respostas referentes a gastos financeiros também foram notórias, pois muitas pessoas não acreditavam na possibilidade de se ter lazer sem tais gastos. A escassez de políticas públicas voltadas para o lazer contribui para a falta de conhecimento acerca de tais possibilidades.

A maioria dos entrevistados não possuía ligação com atividades religiosas, embora as igrejas tenham sido apontadas como tendo papel importante para o lazer de alguns poucos moradores. É cabível destacar também que diversos moradores enfatizaram seu orgulho em residir na Penha, principalmente os moradores que residiam nessa localidade por um longo período.

Considerações finais

Podemos afirmar que constatamos a importância da paisagem e a complexidade inerente à mesma, haja vista a grande variedade de elementos que podem constituir-la, incluindo seus elementos não visíveis, como odores e sons. De certo que esse discernimento adquirido com relação à paisagem nos será importante em nossa futura vivência profissional, principalmente no que tange ao turismo.

Pudemos apreender também elementos importantes concernentes ao processo de se inventariar uma determinada localidade, assim como notamos a importância da coleta dados e estatísticas no setor turístico, os quais podem vir a nortear o desenvolvimento deste trade em determinada região.

Ficou igualmente evidente a importância de se reconhecer o perfil socioeconômico dos moradores e trabalhadores de determinada localidade, uma vez que tais dados revelam algumas características subjacentes da mesma, o que permite um planejamento turístico e de atividades de lazer mais adequados à realidade local.

Por fim, torna-se possível concluir que é de fundamental importância a existência de políticas públicas de criação e, principalmente, manutenção de equipamentos de lazer, além de ações que envolvam a população e as orientem no que diz respeito ao aproveitamento do tempo livre para práticas de lazer.

Referências

- BOULLÓN, R. C. Planificacion Del espacio turístico. México: Trillas, 1990.
PIRES, P. S. Paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da. (Orgs.). Turismo: espaço, paisagem e

cultura. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARCELLINO, N. C. et al. Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana. Curitiba, PR: Opus, 2007.

MARCELLINO, N. C. Estudos do lazer: uma introdução. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

PIRES, P. S. Paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da. (Orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: HUCITEC, 1996.

RODRIGUES. A. B. Geografia do turismo: novos desafios. In: Trigo, L. G. G. (Org) Turismo: como aprender, como ensinar. v.1. 3.ed. São Paulo Editora Senac, 2003. p.87-122.

SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. São Paulo: Hucitec, 1997.

VEAL, A. J. Metodologia de pesquisa em lazer e turismo. São Paulo: Aleph, 2011.

JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS: O ESPORTE E O LAZER PROMOVENDO TEMPO E ESPAÇO PARA O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Khellen Cristina Pires C. Soares
Ana Elenara da Silva Pintos

RESUMO

A compressão do esporte e lazer como instrumento político, uma forma de lutar, reivindicar e conquistar direitos se faz presente ao longo da história dos Jogos dos Povos Indígenas. A possibilidade do esporte e do lazer promoverem a participação popular, como forma educativa, no sentido de politizar o grupo, frente aos seus direitos e desafios abrem novas perspectivas na relação entre o Estado e as comunidades indígenas, contribuindo para a causa indígena. Os Jogos dos Povos Indígenas como espaço de politização provoca novas alternativas de intervenções, em busca de investimentos nas políticas públicas para os grupos étnicos. O Fórum Social Indígena é um evento que ocorre dentro dos Jogos dos Povos Indígenas, objetivando ser um espaço de discussão entre as diferentes etnias. As rodas de conversa e trocas são realizadas a partir de temas sugeridos pelo Comitê Intertribal e o Ministério do Esporte. Este trabalho objetiva refletir acerca da importância do esporte e lazer como espaço e tempo para a reflexão das políticas públicas para os povos indígenas. O trabalho de análise da memória do Fórum Social Indígena nos embasou para as reflexões realizadas a seguir.

Palavras-Chave: políticas públicas. Esporte/lazer. Indígenas.

Introdução

A Constituição Federal é um marco de mudança na relação entre o Estado e as comunidades indígenas no Brasil. Observa-se no Artigo 231 do Capítulo VII, que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1998). Tal artigo demonstra estar em conformidade com a Declaração das Nações Unidas, sobre o direito dos Povos Indígenas, documento elaborado pela Organização das Nações Unidas, no qual se afirma que “os Povos Indígenas são iguais a todos os demais povos e que reconhece ao mesmo tempo o direito de todos os povos a serem diferentes” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2007).

Ao longo da história, o Ministério do Esporte vem se empenhando para construir e implementar uma política nacional de esporte e lazer que atenda os anseios da população indígena, buscando cumprir com o dever do estado de reconhecer a diversidade sociocultural, práticas e saberes tradicionais dos povos, compreendendo que as políticas públicas devem ser elaboradas, desenvolvidas e avaliadas com a participação qualificada de todos os segmentos, especialmente às quais as ações e programas se destinam.

Os Jogos dos Povos Indígenas, idealizado pelos irmãos Marcos e Carlos Terena, membros do Comitê Intertribal, passou a contar a partir de 2007 com o Governo Federal, tendo no Ministério do Esporte, o seu principal parceiro. Foi a partir da IX edição, que o Ministério do Esporte constatou que os Jogos dos Povos Indígenas seria uma importante ferramenta para valorizar a cultura indígena e afirmar sua identidade,

frente a uma política pública que nunca existiu no campo do esporte e do lazer.

De acordo com PINTO (2011):

O resgate e a difusão da cultura indígena são elementos necessários à preservação dos conhecimentos e das manifestações culturais advindas das mais de 220 etnias que vivem nas diferentes regiões do nosso País. São valores ritos cotidianos que se apresentam no universo cultural das sociedades indígenas e que se manifestam em suas danças, cantos, pinturas corporais e em seus jogos esportivos que valorizam o lúdico, o brincar e a expressão de sentimentos como a alegria, essenciais para a qualidade de vida do ser humano e sua convivência social (PINTO, 2011).

A questão indígena é hoje no Ministério do Esporte, razão de investimentos e apoio a pesquisa, realização de eventos científicos e tecnológicos, projetos e programas, que contribuem para a qualidade de vida dos povos indígenas. Os investimentos realizados, no campo da gestão pública, em ações que promovem o esporte e lazer contribuem para o fortalecimento e valorização das práticas corporais indígenas, e os Jogos Indígenas, atualmente são reconhecidos como espaço que promove o intercâmbio entre os povos participantes, sendo indígenas e não indígenas.

Jogos dos povos indígenas

Com o lema “o importante não é competir e sim celebrar”, os Jogos dos Povos Indígenas tiveram a partir de 2007 um apoio institucionalizado do Governo Federal, envolvendo além do Ministério do Esporte, a FUNAI/Ministério da Justiça, o Ministério da Cultura, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, além dos Governos de Estado e Prefeituras Municipais. Os jogos foram criados tendo como principal objetivo resgatar e valorizar os jogos esportivos indígenas, promovendo o conagraçamento e intercâmbio entre outras etnias participantes, fortalecimento da identidade cultural desses povos e confraternização digna e respeitosa dos índios com a sociedade indígena.

Com base em seus estudos realizados com os povos indígenas, ROCHA FERREIRA(2006), defende que:

Os jogos estão impregnados de valores culturais, de criações domundo material e imaterial das sociedades (CULLIN, 1975; VAN MELE& RENSON, 1992). Foram sendo criados pelos diferentes povos, difundidos através do contato e re-significados com as transformações das civilizações e das sociedades. Fazem parte da riqueza da ludodiversidade e do patrimônio cultural da humanidade...Eles são notas importantes nos mitos de criação dos povos. Há ainda aqueles que atribuem serem os jogos mais antigos que a cultura, pois a civilização humana não acrescentou característica essencial alguma a ideia geral do jogo - os animais brincam tais como os homens- diz HUIZINGA (1993).

Lidar com um evento desta magnitude exige um esforço grande por parte dos Líderes do Comitê Intertribal, bem como da Equipe do Ministério do Esporte, na busca pelas melhores soluções as demandas apresentadas, com vistas a garantir à qualidade dos Jogos, em conformidade com as especificidades da cultura indígena, atendendo as exigências burocráticas necessárias a efetivação da ação.

A compressão do esporte e lazer como instrumento político, uma forma de lutar, reivindicar e conquistar direitos se faz presente ao longo da história destes jogos. A evolução das edições dos Jogos dos Povos Indígenas e o envolvimento ativo das diversas etnias nos eventos são reconhecidos pelos organizadores da seguinte forma: “[...] não importava a etnia, a língua, a linha política, e o local de onde vinham, o esporte e o lazer, os Jogos dos Povos Indígenas, quebravam barreiras e preconceitos e propunham a celebração” (TERENA,2009).

A possibilidade do esporte e do lazer promoverem a participação popular, como forma educativa, no sentido de politizar o grupo, frente aos seus direitos e desafios abrem novas perspectivas na relação entre o Estado e as comunidades indígenas, contribuindo para a causa indígena. Os Jogos dos Povos Indígenas como espaço de politização provoca novas alternativas de intervenções, em busca de investimentos nas políticas públicas para os grupos étnicos.

O Fórum Social Indígena é um evento que ocorre dentro dos Jogos dos Povos Indígenas, objetivando ser um espaço de discussão entre as diferentes etnias. As rodas de conversa e trocas são realizadas a partir de temas sugeridos pelo Comitê Intertribal e o Ministério do Esporte, assim como às demais representações executivas se fazem presentes para contribuir com o processo. A ideia é romper com a pobreza descrita por Pedro Demo:

a dinâmica mais profunda da pobreza: sua *politicidade*. Ser pobre não é apenas não ter certas coisas. É principalmente ser destituído de ter e, em especial, de ser, um tipo de exclusão que tem em sua origem não só em carências materiais, mas mormente em imposições mobilizadas por processos de concentração de bens e poder por parte de minorias. Pobreza é carência politizada, no sentido de a carência servir para o favorecimento de alguns em detrimento de muitos. Temem um pobre que sabe pensar. Exigindo ser visto como protagonista, requer direitos, não apenas benefícios. É muito pobre nossa concepção de pobreza. Escondemos sob a capa superficial, por vezes até mesmo fútil, de estudos e políticas focados em benefícios materiais, um oceano de problemas muito mais graves, em especial o extermínio do sujeito capaz de história própria. Concebemos pobreza como nos convém, não como convém ao pobre. Segue que a ele reservamos, com naturalidade fria, propostas pobres. Em termos de pobreza, tudo é muito grave. Mas nada é mais grave que a pobreza política”(DEMO, 2008).

A gestão do esporte e o lazer promove assim um espaço educativo que é o Fórum Social Indígena, um espaço e um tempo de discussão de causas indígenas, e a riqueza desse processo de construção histórica centra-se no fato de que é nas relações estabelecidas ali, nas rodas de conversa, no debate com os representantes governamentais que a educação política vai se desenvolvendo, e os gestores vão identificando novas demandas, e vai se construindo uma nova relação interétnica rumo ao reconhecimento dos envolvidos como seres políticos.

Este trabalho objetiva refletir acerca da importância do esporte e lazer como espaço e tempo para a reflexão das políticas públicas para os povos indígenas. O trabalho de análise da memória do Fórum Social Indígena nos embasou para as reflexões realizadas a seguir.

Fórum social indígena: o índio e a gestão pública

Um espaço de encontro, diálogo e debates acerca das políticas públicas para os povos indígenas, assim vem se consolidando o Fórum Social Indígena, evento que acontece dentro do tempo e espaço dos Jogos dos Povos Indígenas. As mais de 39 etnias envolvidas no evento se organizam para debater temas como meio ambiente, saúde, esporte e lazer, educação, igualdade racial e direito da mulher indígena, no sentido de melhorar a qualidade de vida e as políticas públicas que envolvem esses povos.

O XI Jogos dos Povos Indígenas, realizado no Tocantins, reuniu cerca de 1.400 indígenas, que para além da participação na corrida de tora, no arremesso de lança, na natação, arco e flecha, nas danças e demais modalidades esportivas e de lazer se organizaram para debater questões referentes ao ser índio na sociedade atual. SECCHI in PINTO (2011) contribui com esse olhar ao nos fazer refletir que “Não basta apenas dizer: “sou jovem”; “sou negro”; “sou índio”, é necessário que esses pertencimentos sejam aceitos e legitimados pelo Estado e pela sociedade. Portanto, o critério de pertencimento supõe a pluralidade de percepções e de situações, isto é, supõe a legitimidade de múltiplos atores”.

O Fórum Social Indígena aconteceu durante três dias, e um pouco do que foi dialogado neste espaço estaremos compartilhando aqui, no sentido de socializarmos as discussões, contribuir para com a continuidade dessa política pública promovida pelo esporte e lazer e para com as conquistas dos povos indígenas do Brasil.

A primeira mesa foi organizada com o tema: Igualdade Racial e os Direitos da Mulher Indígena: Terra é Vida! A indígena Maria Helena Pareci se responsabilizou pela coordenação desta mesa que tinha como conferencista a ministra da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, a Secretária Nacional de Esporte e Lazer, o Secretário Estadual de Esporte do Tocantins e o Secretário de Cultura do município de Porto Nacional, tendo ainda como comentarista Miriam Terena.

A ministra do SEPPIR destaca que este ministério foi criado a oito anos para trabalhar com questões que nunca haviam sido trabalhadas pelo governo brasileiro, ficando as comunidades indígenas e negras a margem das políticas públicas. Não tendo espaço no Congresso Nacional, assim houve uma organização do movimento negro, tendo este se organizado para trabalhar pelos direitos relacionados a igualdade racial. As comunidades quilombolas foram catalogadas e assim como as indígenas identificando a necessidade da terra, da vida rural, confrontando com interesses do governo ou privado. Faz-se determinante criar espaços de discussões entre as comunidades da mata para que se identifiquem as lutas.

As mulheres indígenas se identificam neste processo a partir da oportunidade de serem lideranças, de verificarem como, na atualidade, o indígena se encontra, estabelecendo um olhar acerca dos problemas que a comunidade enfrenta, se responsabilizando por verificar as possibilidades de intervenção para solução de problemas.

O encontro das várias etnias é compreendido como uma possibilidade de aprendizagem, assim como o encontro com o não indígena, afinal, estamos construindo uma história de respeito a diversidade. A comentarista esclarece que o movimento das mulheres indígenas vem crescendo, chegando à aldeia as políticas públicas. A história indígena reflete uma luta da mulher por espaço, neste momento é destacado que as mulheres indígenas estão lutando para que tenham 15% de participação nos jogos, sendo ressaltado que neste evento tem delegação que não garantiu a participação feminina. O movimento indígena e negro feminino devem buscar a irmandade, pois as lutas são quase as mesmas (posse da terra, educação, saúde, respeito a diversidade,

investimentos em fortalecimento da cultura), reivindicam a necessidade do SEPPIR abrir espaço de trabalho para um indígena, para que este possa lutar pelos direitos indígenas.

A segunda mesa teve como tema PELC - Esporte Tradição e Afirmação Étnica, sendo coordenada pela professora e pesquisadora Maria Beatriz Rocha Ferreira; uma técnica do Ministério do Esporte foi a conferencista e Carlos Terena, coordenador dos Jogos dos Povos Indígenas, Tainara Terena e Samira Tsibodowapre foram os comentaristas.

Um breve histórico dos Jogos dos Povos Indígenas marcou o início desta mesa, problematizando questões como a dificuldade de recursos humanos para se discutir o desenvolvimento desse evento. O jogo dos sonhos, como é caracterizado pelo coordenador geral recebe a parceria do Ministério do Esporte, que por meio dos vários técnicos assessoram a elaboração do projeto e a organização da realização deste grande evento para as comunidades indígenas. Ocorre que há que se refletir acerca da sobrevivência dos jogos frente as mudanças de gestão, ficando a ressalva de que os povos indígenas são os grandes responsáveis pela realização deste evento e apoio do Ministério Esporte é determinante para a garantia de realização.

O sonho do encontro dos povos com intercâmbio cultural e intercultural está se realizando e os limites e possibilidades desse processo foi destacado nesse momento, acrescentando a ideia de se envolver outros povos na realização e participação desse grande evento. De acordo com o coordenador geral dos jogos "...há que se envolver outros povos, ver as pinturas diferentes, a plumagem diferente, ...o índio está ficando diferente. A televisão enfraquece a cultura, o jovem tem vergonha de manter a cultura e os jogos são importantes para que o jovem veja a importância da língua e da cultura".

A participação indígena na discussão dos jogos, do esporte e lazer trouxe algumas reflexões: o quanto os jogos são importantes para as comunidades e jovens, visto que os jogos transformam o povo, trazendo maior qualidade de vida, podendo contribuir para evitar o alcoolismo e o envolvimento com drogas. Os indígenas solicitaram uma política pública que implantasse ações de esporte e lazer nas aldeias, com professores qualificados e ainda que as lideranças indígenas sejam preparadas para assumir os jogos, entender como o esporte não indígena está presente na atualidade nas comunidades indígenas, em especial o futebol, sendo questionado o valor da competição nesta modalidade. Os indígenas que participaram desse momento destacaram o desejo de conhecer e aprender para assim defender o seu povo.

O tema da terceira mesa foi Direito Indígena – Identidade, Cultura e Educação, sob a coordenação de Cristine Maxakali, tendo como conferencistas uma representante do Ministério da Educação e uma do Ministério da Cultura e como comentarista uma representante da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins.

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, busca promover a educação escolar indígena, inovando o sistema de ensino com a possibilidade do ensino intercultural, específico e diferenciado. A busca pelo respeito a diversidade sociocultural é um dos grandes desafios das políticas públicas, compreendendo diversidade como um recurso enriquecedor. A interculturalidade na educação e na comunicação pode contribuir para políticas pluriculturais e plurilíngues, agregando o valor social da diversidade entendida como patrimônio da nação

A busca do Ministério da Educação é pela autonomia pedagógica das escolas indígenas, local onde as línguas indígenas são tratadas como línguas de conhecimento, na compreensão ampla de educação escolar própria a cada realidade sociocultural, e mais ainda reconhecendo a distinção entre educação indígena e

educação escolar indígena.

Os indígenas trazem a dificuldade quanto à relação estabelecida com os órgãos responsáveis pela gestão da educação e a nível Estadual questionam a necessidade de se ter um indígena como coordenador de assuntos educacionais, observando que no Tocantins já existem pessoas capacitadas para tal função.

Já o Ministério da Cultura, vem trabalhando por meio da Secretaria de Diversidade e Identidade Cultural no sentido de desenvolver ações transversais, tanto no âmbito governamental, quanto por meio de diálogos diretos com a sociedade civil, promovendo a interlocução com setores culturais, notadamente, desprovidos de políticas públicas e/ou onde o braço do Estado não lhes alcança. Neste sentido, instituiu em 2005, o Grupo de Trabalho para Identificar Políticas Públicas para a Cultura Indígena, com a finalidade de indicar políticas públicas para a cultura indígena, em parceria com os povos indígenas, através de uma metodologia de atuação que contemple efetivamente a interlocução com representações.

Dentre a promoção de Campanhas que visam à valorização da Cultura Indígena, oferta de Oficinas para Elaboração de Projetos voltados para Lideranças Indígenas, realização de Encontro entre Povos, esta o Ponto de Cultura – uma ação do Programa Mais Cultura, que tem o objetivo de preservar, valorizar e fortalecer a identidade cultural das comunidades indígenas; utilizando dentre outras ferramentas, as novas tecnologias da comunicação digital.

O tema Economia Verde e Sustentabilidade Indígena foi abordado por Marcos Terena e Fernanda Kaingang, que abordaram a realização do evento Rio+20. Foi esclarecido que tudo começou na Rio 92, podendo verificar entre os participantes quem esteve presente no evento realizado a 20 anos atrás, sendo que o objetivo agora na RIO + 20 é verificar o que mudou nesse período com relação ao meio ambiente, ressaltando que hoje tem muita destruição causada pelo crescimento urbano (do branco destruindo a natureza), a poluição do ar, os venenos agrícolas, alto índice de câncer, necessitando o não indígena estabelecer um olhar para as plantas, pois nelas estão as possibilidades para a elaboração de medicamentos que podem curar as doenças do mundo atual.

A participação indígena é muito importante, visto que são 240 povos, ou seja, 240 sabedorias. Estes espaços de discussão devem ter a participação dos indígenas, para que todos possam conhecer sua sabedoria e os indígenas possam também conhecer a sabedoria do não indígena. Neste processo se faz necessário que os indígenas busquem as universidades, estudando, pesquisando, aprendendo outras línguas, nunca esquecendo o respeito pelos anciãos e o cuidado para com as crianças.

O indígena deve compreender como pode participar efetivamente desse evento que se discute a economia verde, em que se fala do meio ambiente e para que haja esse protagonismo é importante que o indígena entenda que esse interesse deve ser seu: cuidar da terra, do lugar onde vivem, é interesse das comunidades indígenas. Desta forma há que se buscar saber como vai funcionar as pautas, se vai-se discutir a economia verde na visão do indígena ou do não indígena e afinal, o que é a economia verde?

Os povos indígenas não tem representação nos segmentos de discussão da Rio +20, daí a necessidade de se reconhecer o significado do que é economia verde para saber promovê-la. E assim caminham, os indígenas, rumo a defesa dos seus territórios e conhecimentos, estudando o conhecimento do não indígena para defender os seus.

O indígena contemporâneo deve lutar pela de segurança jurídica de suas posses, e isso inclui seus conhecimentos e fórmulas, que ao saírem da aldeia já não

fazem mais parte dela, tornam-se domínio público. A Rio +20 está incentivando os representantes indígenas a estudarem as pautas a serem discutidas, a buscarem o conhecimento do inglês e do espanhol, pois não querem ir só para desfilar cocar e sim para participar efetivamente do evento.

Considerações finais

O esporte e o lazer como espaço de educação popular, de incentivo ao protagonismo na busca das lutas das minorias sociais e do senso de pertencimento. Os Jogos dos Povos Indígenas instiga a comunidade indígena e não indígena a reconhecerem e discutirem as causas que envolvem as etnias brasileiras, promovendo a diversidade.

Apesar dos avanços, muitos são os desafios a serem superados, especialmente por aqueles que tratam do fazer público (gestores). Considerar questões como extensão territorial, densidade demográfica, diversidade cultural, entendimento com relação ao lazer, conhecimentos administrativos e legais, além de infraestrutura e orçamento, é de fundamental importância, visto as especificidades do público alvo a ser beneficiado, objetivando a implantação de uma política verdadeiramente inclusiva, que cumpra com os designs legais, necessários a gestão do recurso público.

Os povos indígenas após anos de buscas por parcerias vêm esta possibilidade consolidando, podendo ser comprovado esse avanço em 2012, quando os frutos desta relação e dos avanços trazidos pelos Jogos dos Povos Indígenas. A experiência da implantação de três núcleos pilotos do Programa Esporte e Lazer da Cidade Indígena (Xavante, Terena e Wai Wai), possibilitou o Ministério do Esporte a assumir outros desafios visando à ampliação do acesso ao esporte e ao lazer, enquanto direito social. O PELC, como é chamado, é um programa que visa ampliar, democratizar e universalizar o acesso ao esporte recreativo e de lazer, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social. Ao garantir o investimento na contratação de recursos humanos, compra de material, promoção de atividades sistemáticas e assistemáticas, além da formação de agentes sociais, os PELC's Indígenas poderão oportunizar as etnias beneficiadas, o resgate e a valorização das práticas tradicionais indígenas como: corridas, cabo de guerra, canoagem, arco e flecha, brincadeiras no rio e atividades culturais; como também as etnias que assim desejarem a vivência de esportes não tradicionais como o vôlei e o futebol.

Outro aspecto que merece atenção é a formação de quadros indígenas, ou seja, o fomento ao surgimento de novas lideranças, para que possam opinar discutir e decidir o futuro das próximas gerações.

Referências

- DEMO, Pedro. Pobreza Política. Campinas-SP. Autores Associados, 2006.
- PINTOS, Leila. Brincar, Jogar, Viver: IX Jogos dos Povos Indígenas. Brasília, Gráfica e Editora Ideal, 2011.
- ROCHA FERREIRA, M. B. Jogos dos povos indígenas: tradição e mudança. Rev. Educ. Fís. Esp, São Paulo, v. 20, Suplemento n. 5, 2006.
- TERENA, M. O brincar, jogar e viver indígena: os jogos para o Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena. In: PINTO, L.M.S.M.; GRANDO, B. S. (Org.). Brincar, jogar, viver: IX Jogos dos Povos Indígenas. Cuiabá: Central de Texto, 2009.
- TERENA, C.J. O importante não é ganhar, mas celebrar. Revista de História da Biblioteca Nacional, 2007.

JOGOS E BRINCADEIRAS ESCOTEIRAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Marcio Ferreira de Souza
Cíntia Lopes da Silva

RESUMO

O Movimento Escoteiro surgiu na Inglaterra no início do século XX e chegou ao Brasil por volta de 1907. Seu desenvolvimento e práticas são desenvolvidos a partir de repertórios de jogos e brincadeiras, descritos em manuais. A partir deste estudo, objetivamos realizar algumas considerações sobre jogos e brincadeiras escoteiras, com base em estudos clássicos e contemporâneos do lazer, da Educação e da Antropologia Social. Os jogos e brincadeiras escoteiras estão presentes em atividades e exercícios ao ar livre, além de aventuras delineadas na natureza e por meio da arte do reconhecimento, observação e exploração do meio natural. Compreendemos que os jogos e brincadeiras apresentam conteúdos lúdicos, porém essas atividades não podem ser consideradas como lazer devido ao discurso moral e normatizador presentes nas mesmas.

Palavras-Chave: Educação Física, Lazer, Escotismo.

Introdução

O Movimento Escoteiro foi fundado por Lorde Robert Stephenson Smyth Baden-Powell, em 1907, na Inglaterra. Segundo dados da página eletrônica do Movimento Escoteiro, ele pode ser entendido como um movimento mundial, educacional, voluntariado, apartidário e sem fins lucrativos. Desenvolve-se por meio de um sistema de valores que prioriza a honra, baseados na Promessa e na Lei Escoteira, e por meio de jogos, práticas dos trabalhos em equipe e da vida ao ar livre, fazendo com que o jovem assuma seu crescimento, tornando-se um exemplo de fraternidade, lealdade, altruísmo, responsabilidade, respeito e disciplina.

Segundo Silva (2012), a organização do Movimento Escoteiro chegou ao Brasil por volta de 1907. Neste ano, Oficiais e Praças da Marinha Armada Brasileira estavam na Inglaterra e ficaram impressionados com o método de educação complementar que Baden-Powell instituiu. Os marinheiros brasileiros trouxeram ao Brasil o modelo dos uniformes escoteiros para introduzir o Movimento Escoteiro no país. Em 14 de Junho de 1910 foi fundado, no Rio de Janeiro, o Centro de *Boys Scouts* do Brasil, surgindo mais tarde outros núcleos escoteiros pelo país, sendo o principal deles a Associação Brasileira de Escoteiros (ABE) em São Paulo, que espalhou o Movimento Escoteiro por todo o país. Em 24 de Janeiro de 1946, o Escotismo foi reconhecido no país como uma instituição extraescolar através do Decreto-Lei nº 8.828, estabelecendo-se entre as instituições escolares que visavam a complementação da educação formal. A partir de então, o Movimento Escoteiro tornou-se popularizado e organizou-se em grupos tal como conhecemos nos dias atuais.

O Escotismo divide-se em três fases a partir das idades de seus participantes: Lobinhos (6 a 10 anos); Escoteiros (de 11 a 14 anos); Sêniores (de 15 a 17 anos) e Pioneiros (de 18 a 21 anos, ou mais).

O Método Escoteiro consiste no desenvolvimento e formação do jovem de uma forma geral. A partir de um processo de progressão, o escoteiro é estimulado a desenvolver suas capacidades e interesses e vencer desafios. Uma das formas do

Movimento Escoteiro desenvolver suas atividades parte da organização e execução de jogos e brincadeiras, explorações e aventuras ao ar livre, além de experimentações e solução de problemas. Tais jogos e brincadeiras são apresentados por meio de manuais escoteiros, onde são organizados em formas de repertórios de atividades, que podem ser: atividades ao ar livre, atividades para locais fechados, atividades para hospitais e instituições etc.

Ao procurarmos investigar os jogos e brincadeiras encontramos especificidades inseridas no uso do controle e das regras. Meninos e meninas, desde os mais jovens aos mais graduados, são designados em castas: Castores (*Beavers*), Lobinhos (*Wolf Cubs*), Filhotes ou Novatos (*Cubs*), dentre outros. Em cada graduação há um chefe escoteiro e um manual próprio, escrito cuidadosamente com a finalidade de determinar e designar jogos e brincadeiras para cada faixa etária.

Objetivos

Este trabalho objetivou realizar algumas considerações sobre jogos e brincadeiras escoteiras, tendo como base estudos clássicos e contemporâneos do lazer, da Educação e da Antropologia Social.

Procedimentos metodológicos

Como procedimento metodológico foi realizado uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores que recorrem a referenciais socioculturais e do lazer, caracterizando uma discussão eminentemente qualitativa. Também foram realizadas análise e interpretação de dados qualitativos. De acordo com Gil (2002), uma pesquisa bibliográfica é realizada por livros e artigos científicos já elaborados, sendo os livros as principais fontes bibliográficas existentes.

Para a realização da pesquisa bibliográfica tomamos como base as cinco fases para o tratamento de um texto acadêmico, de acordo com Severino (2007): análises textual, temática, interpretativa, problematização e síntese pessoal. Sobre a pesquisa qualitativa, Minayo (2012) verifica que ela é trabalhada com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, não sendo reduzido à operacionalização de variáveis, mas sim a profundas relações de processos e fenômenos.

A análise também foi realizada por meio de uma leitura inicial de alguns manuais e duas revistas em quadrinhos. Para o aperfeiçoamento da pesquisa, realizamos uma aproximação dos conteúdos dos jogos e brincadeiras escoteiras com o lazer e com a Educação Física, a fim de que entendamos de que forma a educação corporal e de construção de valores e sentidos estão relacionados ao contato com a natureza.

Fundamentação teórica

Destacamos um referencial teórico baseado na Antropologia Social, linha teórica fenomenológica hermenêutica, onde Clifford Geertz destaca-se como principal autor. O conceito de cultura de Geertz (2012) é essencialmente semiótico e referencial essencialmente interpretativo à procura de significados. Nesse caso, a cultura não é apenas atribuída casualmente aos acontecimentos sociais, aos comportamentos, às instituições, ou aos processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível e com densidade.

Para Nascimento (2008, p. 07), o Escotismo é uma forma de associação livre, voluntária e internacional, que pode ser entendido como um movimento de militarização infantil, de natureza patriótica, cívico-militar, assim como a ginástica e os exercícios militares. O Escotismo articula “uma proposta de autoformação que produz forte impacto nas emoções, nas paixões, nos processos de aprendizagem da vida, nas experiências de contato com a natureza e na produção de uma identidade cidadã”.

Ariès (1981) nos fala sobre a criança que tem notável papel no Movimento Escoteiro. Segundo o autor, a criança nem sempre teve o mesmo papel social que hoje ilustra nossa sociedade. Por muito tempo, havia uma ausência do sentimento da infância. A criança era diferente do homem no sentido de suas características físicas (força e tamanho), mas ela poderia ser comparada a um adulto em miniatura, sendo inclusive tratada como tal.

Outra contribuição significativa de Ariès (1981, p. 59) aplica-se aos entendimentos dos Jogos e das Brincadeiras. O autor fala inicialmente que os jogos, brincadeiras e divertimentos tinham uma atitude moral tradicional, ocupando uma posição de destaque nas sociedades antigas. Os jogos eram admitidos sem restrições e discriminações pela maioria das pessoas, enquanto que para uma minoria culta, moralista e poderosa havia reprovações de quase todos os jogos, denunciando imoralidades. A partir dos séculos XVII e XVIII, os jogos e atitudes tomam um formato mais moderno, mas com um novo ideal de infância: preservação da moralidade e da educação, a proibição de alguns jogos classificados como maus e uma valorização dos jogos reconhecidos como bons.

Huizinga (2010) pressupõe o jogo sendo mais antigo que a cultura. Para ele, um jogo se acha ligado a alguma coisa que não seja o próprio jogo, mas que nele haja alguma espécie de finalidade biológica. Dessa forma, para esse autor, atividades padronizadas da sociedade humana são inteiramente marcadas pelo jogo, como é o caso da linguagem, com a finalidade da comunicação, ensinamentos e comandos. Para Huizinga, o jogo é uma atividade voluntária, onde as crianças brincam porque gostam de brincar e é precisamente aí que reside a sua liberdade. Contudo, o domínio do jogo consiste numa ordem específica e absoluta, criando a ordem e sendo a própria ordem.

Entretanto, essa visão de Huizinga vai à contramão do conceito de cultura de Geertz (2012), cuja ideia de cultura é eminentemente uma atividade humana, e assim, como prediz Huizinga, não é possível pensar o jogo como anterior a cultura. Para Geertz, o jogo é um ato simbólico encontrado em toda atividade humana e deve ser analisado numa perspectiva cultural. Um jogo, nesse caso, apresenta símbolos, expressões e características próprias, conforme as diferentes culturas manifestadas.

Oliveira (1986, p. 30) já nos fala que o brinquedo se apresenta de forma marcante para a criança, proporcionando um sentido de gratuidade, de descomprometimento e de distração. Mas o mesmo não acontece com relação aos jogos e brincadeiras, mesmo que espontaneamente praticados, pois neles a gratuidade dá lugar à prática, à destreza, ao desejo de vencer e à disputa. Se refletirmos em relação aos Jogos e Brincadeiras Escoteiras, poderíamos então reafirmar o que Baden-Powell (1986) escreveu em seu Prefácio que diz: não se trata de diversão e aventura, mas que vai preparando a criança para ser útil numa sociedade.

Huizinga (2010) ainda relata que o jogo é uma atividade voluntária, onde as crianças e animais brincam porque gostam de brincar e é precisamente aí que reside a sua liberdade. Contudo, o domínio do jogo consiste numa ordem específica e absoluta, criando a ordem e sendo a própria ordem. As regras são um fator importante para o conceito do jogo porque todos têm suas regras e determinam aquilo que vale dentro do mundo temporário circunscrito pelo jogo.

Nascimento (2008, pp. 162 – 163) escreve que “o jogo escoteiro era ação que expressava por intermédio de imaginação, impondo a definição de espaço, papéis, regras e associações.” A criança criava um mundo próprio e seu desenvolvimento físico mantinha-se pelo tempo ao ar livre, pela vida de natureza. Sua educação propunha o desenvolvimento corporal, dos sentidos, do espírito, do caráter, da lealdade, da obediência, do respeito etc. Assim, educar por meio dos jogos coletivos e de outras atividades que desenvolviam a inteligência e a formação do caráter e da moral era um dos objetivos principais do Escotismo.

Os jogos e brincadeiras escoteiras, através do Projeto Educativo do Movimento Escoteiro apresentam elementos simbólicos que integram o ambiente e as experiências vivenciadas, compreendendo ações propícias à reflexão em torno dos valores que permeiam a atividade de todos os dias “como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis”, já descritos por Geertz (1989, p. 10).

Geertz (2012, p. 04) ainda aproxima elementos entre a cultura e o indivíduo. A perspectiva de Geertz do indivíduo é como um ser simbolizante, onde símbolos contêm significados e estes são manifestados na cultura. Geertz acredita, portanto, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. Essa teia é a cultura, como ciência interpretativa, à procura de significados.

Como relatam Marcellino e Silva (2006, pp. 18 -19), atitudes moralistas com relação às atividades infantis têm profundas raízes históricas. Segundo os autores, deve haver uma reflexão constante sobre o desenvolvimento de atividades “sadias”, seus valores e até que ponto com esse mesmo pretexto moralista, os valores não estariam contaminados por outras ideias.

Segundo a concepção de Nascimento (2008, p. 163) as crianças ou jovens eram regrados, de tal maneira que pudessem controlar as suas próprias relações sociais. Tais atividades sempre aconteciam em todos os aspectos da vida escoteira, em particular nos jogos e brincadeiras.

Resultados e discussões

Foram analisados repertórios de atividades divididos em modalidades competitivas ou com características de brincadeiras cooperativas. Uma das brincadeiras de destaque, por exemplo, denominado “Basquete de Sabonete” (retirado do livro eletrônico “320 Jogos Escoteiros”) utilizava baldes e sabonetes para que os participantes conseguissem realizar a “cesta” com os dois elementos.

Outros jogos eram caracterizados como jogos de estafeta ou circuito e muitos deles continham elementos lúdicos, mas contendo regras bastante definidas.

Uma edição extra dos Escoteiros Mirins continha várias histórias cotidianas do Escotismo eram apresentadas, além de conteúdos que envolviam o Movimento Escoteiro. Em uma das histórias, vários diálogos e ações mostram ações escotistas, tais como o ato de talhar a madeira, o manuseamento dos nós, ou mesmo a exploração do meio natural (Figura 1). Essas ações ilustram os interesses do lazer (manuais, físicos, sociais, artísticos e intelectuais), já citados por Joffre Dumazedier (1980).

No “Manual do Escoteiro Mirim” (Figura 2), observamos uma confecção de um brinquedo para uso durante as práticas escoteiras: um cocar indígena. Interesses e motivações lúdicas são apresentados nas páginas dos manuais escoteiros e nas revistas analisadas.

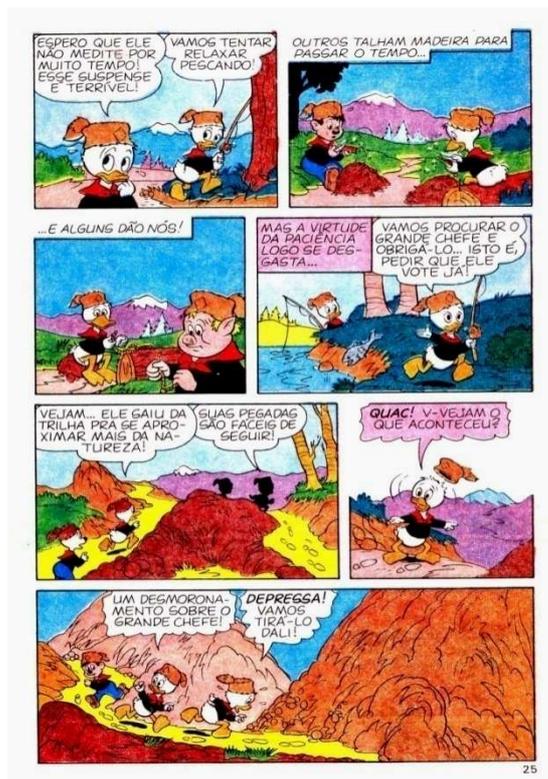


Figura 2 – Ed. Especial Escoteiros Mirins

COMO SE FAZ UM COCAR DE CHEFE PELE-VERMELHA

Que tal brincar de índio, bancando o temível "Touro Sentado"? Vai ser muito divertido se você usar um cocar parecido com o do cacique pele-vermelha. Experimente fazer um assim: com uma tira de papelão ondulado, faça um anel ao redor de sua cabeça e, com um lápis, marque o diâmetro. Perto da marca faça dois cortes, como mostra a ilus-



tração. Eles servirão como fivela: sempre que você encaixar um corte no outro. Depois, arranje algumas penas de um espanador velho, e cole uma por uma nos canudinhos da tira de papelão: maiores no centro, menores nas pontas. Se quiser, faça as penas de cartolina, dobrando um pedaço grande em forma de sanfona. Na pri-



16

Figura 2 – Brinquedo Cocar indígena

Sobre isso, Camargo (1998, p. 34) cita o sociólogo francês Roger Caillois (1986), que apresenta as motivações de: aventura, competição, vertigem e fantasia. Na confecção do brinquedo e na brincadeira estariam presentes tais motivações: na aventura de fabricar o brinquedo; na competição de superar-se pelo desafio de fabricá-lo; na vertigem de poder usá-lo, por fim, na fantasia da brincadeira.

A partir desses elementos, compreendemos que os jogos e brincadeiras apresentam conteúdos lúdicos, porém essas atividades não podem ser consideradas como lazer devido ao discurso moral e normatizador presentes nas mesmas.

Considerações finais

Discutimos até o momento sobre o Movimento Escoteiro, bem como do seu método, suas modalidades e divisões, e também sua propagação no Brasil. Vimos também os jogos e brincadeiras escoteiras como construções culturais e que as crianças fazem parte desse contexto. Podemos compreender que os Jogos e Brincadeiras Escoteiras existem como formas de educação do corpo, de construção de valores e sentidos relacionados ao contato com a natureza e com as atividades realizadas ao ar livre, por meio de suas atividades lúdicas, mas que ainda não podem ser caracterizados como atividades de lazer devido ao discurso moral e normatizador presentes nas mesmas.

Referências

- ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
 BADEN-POWELL, R. S. S. *Escotismo para rapazes: Edição da Fraternidade Mundial*. Curitiba: União dos Escoteiros do Brasil, 1986.

- BARCLAY, V. C. *Games for Camp and Club-room*. Glasgow: Brown, Son & Ferguson Ltd., 1956, p. 22. Disponível em: <<http://www.thedump.scoutscan.com/games4camps.pdf>> Acesso em: 12/out/2011, às 22:34:06.
- CAILLOIS, R.. *Los juegos y los hombres: la máscara y el vértigo*. Mexico: Fondo de la Cultura Económica, 1986.
- COLLYNS, J. B. *60 Indoor Games for Scouts*. Glasgow: Brown, Son & Ferguson Ltd., s/d., p. 15.
Disponível em: <<http://www.thedump.scoutscan.com/60indoor.pdf>>
Acesso em: 03/jan/2012, às 15:10:27.
- DUMAZEDIER, J. *Valores e Conteúdos Culturais do Lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. 6ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- SILVA, D. A. M. da.; MARCELLINO, N. C. *Considerações sobre o Lazer na Infância*. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e Recreação: Repertório de atividades por fases da vida*. Campinas: Papirus, 2006.
- MINAYO. M. C. de S. (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 31ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- NASCIMENTO, J. C. do. *A Escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.
- OLIVEIRA, P de S. *Brinquedo e Indústria Cultural*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- PEARSON, C. A. *Games for Cubs. The new Gilcraft series: number four*. London: C. Arthur Pearson Ltd., 1959, p. 55. Disponível em:
<<http://www.thedump.scoutscan.com/games4cubs.pdf>> Acesso em: 03/jan/2012, às 11:23:58.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 23º. Ed., 2007.
- SILVA. C. M. de L. *A Contribuição do Movimento Escoteiro na Educação do Brasil: Aspectos do Projeto Político Pedagógico do Movimento e reflexos na educação para a cidadania*. 56p. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Ciências da Natureza. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em:
<http://www.escoteiros.org.br/arquivos/noticias/2012/A_contribuicao_do_Movimento_Escoteiro_na_Educacao_do_Brasil.pdf> Acesso em: 12/dez/2012, às 17:14:53.
- SMITH, B. M.; CONNELL, E. *100 Games for Cripple and Hospital Packs*. London: The Boy Scout Association, 1947, p. 09. Disponível em:
<<http://www.thedump.scoutscan.com/100crgames.pdf>> Acesso em: 22/12/2011, às 16:00:36.
- _____. *Manual do Escoteiro Mirim*. 3ª. Ed. São Paulo: Editora Abril, 1970. (Exemplar eletrônico). Disponível em:
<<http://www.quadrinhosantigos.blogspot.com/2010/02/manual-do-escoteiro-mirim.html>> Acesso em: 03/jan/2012, às 08:25:07.
- _____. *Edição Extra - Manual do Escoteiro Mirim*. São Paulo: Editora Abril, 1978. (Exemplar eletrônico). Disponível em:
<<http://www.quadrinhosantigos.blogspot.com/2010/02/edicao-extra-manual-do-escoteiro-mirim.html>> Acesso em: 02/fev/2012, às 15:10:00.
- _____. *The Book of Cub Scout Games*. Glasgow: Brown, Son & Ferguson Ltd., 1968, p. 08. Disponível em: <<http://www.thedump.scoutscan.com/cubscoutgames.pdf>>
Acesso em: 12/out/2011, às 22:15:11.

_____. “320 Jogos Escoteiros”. Centro de Difusão do conhecimento escoteiro Aldo Chioratto - 9º Distrito Escoteiro – Lapa – São Paulo - União dos Escoteiros do Brasil, 2008, p. 36. Disponível em: <http://www.lisdolago.org.br/downloads_files/320_jogos_escoteiros.pdf> Acesso em: 15/12/2011, às 23:11:23.

_____. *Escoteiros do Brasil: Construindo um futuro melhor*. Disponível em: <<http://www.escoteiros.org>> Acesso em: 03/jan/2013, às 11:23:58.

JOGOS E BRINCADEIRAS INDÍGENAS: A DINÂMICA LÚDICA INFANTIL NA COMUNIDADE *VERÁ TUPÃ'I* DE CAMPO MOURÃO-PR

Gislane Ferreira
Giuliano Gomes de Assis Pimentel

RESUMO

Este estudo que possui natureza qualitativa, apresentando traços metodológicos da pesquisa descritiva e de campo - do tipo exploratória, objetivou analisar como ocorre a dinâmica lúdica infantil de um grupo Guarani em uma nova territorialidade. A população foi composta por crianças da comunidade *Verá Tupã'i*, sendo a amostra formada por 10 crianças com idade entre 5 a 12 anos, de ambos os gêneros. A coleta dos dados foi realizada por meio de observações sistemáticas buscando identificar os jogos e brincadeiras presentes entre as crianças, utilizando um diário de campo e a máquina fotográfica digital. Para o desenvolvimento desta pesquisa em terras indígenas houve a aprovação do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá-UEM-PR, bem como a autorização do cacique responsável por *Verá Tupã'i*. Assim, iniciaram-se as coletas de dados e, para averiguar estes dados, utilizou-se a técnica da análise interpretativa onde os resultados indicaram que os indígenas se reorganizam nessa terra recém-conquistada a partir das condições físicas e materiais nela existentes, visto que essas condições interferem significativamente na dinâmica lúdica das crianças.

Palavras-chaves: Indígena – “As comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos” (LUCIANO, 2006, p. 27); **Jogos e brincadeiras** - Nesse estudo o entendimento de jogo/brincadeira a ser utilizado como matriz teórica para discussões e reflexões é o proposto por Caillois (1990), pois conforme aponta o autor o jogo revela ser consubstancial à cultura, cujas manifestações mais notórias e mais complexas surgem estreitamente associadas às suas estruturas, ou enquanto estruturas encaradas no seu lado sério, erigidas em instituições, em leis, em estruturas imperativas, obrigatórias, insubstituíveis, fomentadas, em resumo regras do jogo social, normas de um jogo que é mais do que um simples jogo.

Introdução

Sol, céu azul, cheiro de mato, árvores, pássaros, pés descalços, ventinho na cara, casas, redes, banhos em rios e cachoeiras, fogueira, fumaça, silêncio, cochichos e conversas, risos, crianças brincando, cantos e danças, rezas, tradições, pinturas, comidas, brincos e colares, agricultura, ervas medicinais, pesca, xamoi, cacique, Guarani; universo fantástico do jogo e da brincadeira, com gravetos, cipós, pedrinhas, sementes e rabiscos no chão.

Alguém reconhece isso que foi descrito? Esse tempo e espaço faz parte do cotidiano dos indígenas da comunidade de *Verá Tupã'i* em Campo Mourão-PR e se tornou o cenário deste estudo.

Para quem busca lançar um olhar investigativo sobre traços que compõe a cultura de um determinado grupo faz-se necessário entendê-la, para tanto, apropria-se da teoria de Geertz (1989) que aponta a cultura não como um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos, ela é um contexto, algo dentro do quais os símbolos podem ser descritos com densidade. Seguindo o raciocínio de Geertz (1989), podemos apontar que a cultura é um fenômeno social, cuja gênese, manutenção e transmissão estão a cargo dos atores sociais.

Entretanto, procurando não apenas compreender a história deste grupo societário buscou-se percorrer os espaços preferidos das crianças dentro da comunidade com o objetivo de analisar como ocorre a dinâmica lúdica infantil de um grupo Guarani em uma nova territorialidade.

Trajetos metodológicos

As imersões na comunidade *VeráTupã'i* ocorreram durante o ano de 2012. Dentro deste cenário foi possível observar um grupo de crianças da etnia Guarani com base no contato direto com o objeto estudado, momento em que o pesquisador inscreve o discurso social. “Ao fazê-lo, ele [o pesquisador] o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente” (GEERTZ, 1989, p. 29).

As técnicas utilizadas para lograr a descrição dos jogos e brincadeiras praticadas pelas crianças foram as seguintes: observação sistemática, a coleta de registros fotográficos e anotações em diário de campo.

Optou-se em dar a este estudo uma abordagem qualitativa, pois ela responde a questões muito particulares, trabalhando “com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” de um grupo em particular (MINAYO, 2007, p. 21).

Fez-se necessário haver um forte cariz descritivo para registrar tudo o que foi dito e observado no campo de pesquisa. Para tanto, a pesquisa descritiva na concepção de Gil (1999), tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma das mais significativas refere-se à utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A pesquisa também se caracteriza como sendo de campo do tipo exploratória. As pesquisas de campo do tipo exploratórias “são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema”, com a finalidade de “desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar ou clarificar conceitos” (MARCONI e LAKATOS, 2011, p. 71).

A população deste estudo foi composta por crianças da comunidade *Verá Tupã'i* de Campo Mourão-PR, sendo a amostra formada por crianças na faixa etária de 5 a 12 anos, num total de 10 crianças (todas as crianças da comunidade - 7 do sexo feminino e 3 do sexo masculino).

Para a análise dos jogos e brincadeiras observadas entre as crianças utilizaram-se os procedimentos da análise interpretativa. Para esse tipo de análise, segundo Strauss e Corbin (1990 apud CASSIANI, CALIRI e PELÁ, 1996) os dados são divididos, conceitualizados e se estabelece suas relações. Todo o processo analítico que neste momento se inicia, tem por objetivos: construir a teoria, dar ao processo científico o rigor metodológico necessário e auxiliar o pesquisador a detectar os vieses, desenvolver o fundamento, a densidade, a sensibilidade e a integração necessária para geral uma

teoria.

Obtendo os dados, o investigador examina-os linha por linha e recorta as unidades de análise. Assim cada unidade de análise é nomeada com uma palavra ou sentença exprimindo o significado desta para o investigador (id.).

Referencial teórico

Os jogos fazem parte do patrimônio material e imaterial das sociedades e culturas. Eles se inscrevem no escopo do prazer, na sensibilidade e nas emoções e, a essência do jogo reside em sua intensidade, fascinação e capacidade de excitar, expressas pela incerteza, pelo acaso e congregam valores culturais importantes, que asseguram a identidade dos grupos (CAILLOIS, 1990).

Referente aos jogos presentes na cultura indígena, Fassheber (2006) afirma que, nos dias atuais, os jogos tradicionais indígenas são formas bastante diversificadas, pois é o que cada povo inventa e cria, a fim de manter a identidade do seu ritual e de sua vida lúdica.

De acordo com Rocha Ferreira et al. (2005, p. 33), os jogos tradicionais indígenas têm características específicas nas diferentes sociedades. Eles são definidos como:

Atividades corporais, com características lúdicas, por onde permeiam os mitos, os valores culturais e, portanto congregam em si o mundo material e imaterial, de cada etnia. Eles requerem um aprendizado específico de habilidades motoras, estratégias e/ou chances [sorte]. Geralmente, são jogados cerimonialmente, em rituais, para agradar a um ser sobrenatural e/ou para obter fertilidade, chuva, alimentos, saúde, condicionamento físico, sucesso na guerra, entre outros. Visam, também, a preparação do jovem para a vida adulta, a socialização, a cooperação e/ou a formação de guerreiros. Os jogos ocorrem em períodos e locais determinados, as regras são dinamicamente estabelecidas, não há geralmente limite de idade para os jogadores, não existem necessariamente ganhadores/perdedores e nem requerem premiação, exceto prestígio; a participação em si está carregada de significados e promove experiências que são incorporadas pelo grupo e pelo indivíduo.

Os jogos, as danças e as brincadeiras são formas lúdicas de apreensão da realidade que formam uma identidade fundamentada nos sentidos e significados específicos de cada cultura. Tais práticas demonstram os gostos do grupo social, pois permitem a incorporação de um princípio de classificação que comanda as escolhas dos indivíduos. “O corpo é a objetivação mais irrecusável do gosto [...], ou seja, a maneira de tratá-lo, cuidar dele, alimentá-lo, sustentá-lo, que é reveladora das disposições mais profundas do *habitus*” (BOURDIEU, 2008 apud ALMEIDA e SUASSUNA, 2010).

De acordo com Almeida (2010) as práticas corporais presentes e compartilhadas nas aldeias podem educar e apresentam relação direta entre a infância e a vida adulta. Por meio das brincadeiras é possível apreender a realidade que formam uma identidade fundamentada nos sentidos e significados específicos de cada cultura.

As práticas corporais lúdicas estão envolvidas na totalidade das culturas indígenas; portanto, não se trata de uma área específica dentro dessas culturas. Possuem um símbolo próprio em suas tradições que contribuem para a educação da pessoa indígena. Isso tudo faz dos jogos e brincadeiras atividades extremamente atraentes e

agradáveis para toda a comunidade e promove uma aprendizagem ativa, com avaliação de propostas, valores e conhecimento que vão muito além do que é permitido e proibido ou dos indicadores de pontuação ou valores das jogadas (HERRERO, 2006).

Segundo os estudos de Caillois (1990) as escolhas por determinadas práticas corporais – jogos e brincadeiras – demonstram o modo de se distinguir de um grupo, definindo suas características morais e intelectuais. Propõem que determinados comportamentos sejam seguidos evitando reações adversas e contribuindo para a continuidade da ordem social. Portanto, as influências dos princípios e das categorias dos jogos se manifestam fora desse espaço delimitado por um tempo próprio, penetra na vida ordinária das sociedades, colaborando para definir o estilo de diferentes culturas.

Resultados e discussões

Antes de descrever como ocorre a dinâmica lúdica infantil de um grupo Guarani que se organiza em uma nova territorialidade, é importante destacar que os indígenas que chegaram a essa “nova terra” localizada em Campo Mourão-PR, nomeada como *Verá Tupã’í* buscam manter alguns aspectos tradicionais da sua cultura, em especial o *habitus* coletivo, mas isso depende basicamente das condições físicas e materiais existentes nessa *tekoha*. Essa terra foi adquirida pelos indígenas de *Verá* por meio de uma Associação - Associação *Arandu Atu* - formada por alguns Guarani do Paraná, no qual elaboraram um projeto e conseguiram os recursos necessários para comprar dois alqueires de terra.

Vale mencionar que em *Verá* a quantidade de mata existente é bastante reduzida, logo, para exercerem suas atividades de caça, de coleta de frutas, de sementes, de bambu, de madeira e demais especiarias a serem utilizados nos artesanatos ou em construções dentro da comunidade, se torna um grande desafio, dificultando que algumas de suas tradições, costumes e hábitos sejam realizados. Sendo assim, as práticas lúdicas das crianças também se estabelecem e são influenciadas a partir das condições físicas e materiais existentes nessa territorialidade. Para tanto, apresenta-se os jogos e brincadeiras realizadas por elas e os aspectos que representam a cultura Guarani presentes nas mesmas.

Durante as imersões na comunidade, observou-se que as crianças corriam de um lado para o outro, brincavam de Amarelinha, de Chutar a bola, de escorregar no Escorregador (*Xyryry* – Guarani Mbyá), de Ovo choco, de Pega-pega com a bola, de Pula pula, de Tangará, de uma brincadeira chamada “Vou comer seu filho” (*Ta’u, ta’u Nderay* – Guarani Mbyá).

Em meio às brincadeiras e risadas, geralmente as crianças brincavam aos arredores da calçada da escola por encontrarem ali o material necessário para a realização de algumas de suas brincadeiras. Observou-se que os jogos e brincadeiras são praticados apenas pelas crianças, os adultos não participam e em nenhum momento foram observadas brincadeiras ao entardecer e à noite entre as crianças, nesse horário geralmente as famílias estão se recolhendo para o descanso dentro de suas casas.

Para as crianças de *Verá Tupã’i* naquele tempo e espaço, havia liberdade para exploração. Nesse sentido, se pode destacar o aspecto prazeroso da atividade concomitante à transcendência que a atividade lúdica propiciou. Existem brincadeiras presentes entre elas que apresentam como cenário o contato com a natureza. A cultura lúdica fala do local em que as pessoas vivem, sua história, seus valores, seus fazeres, fala da vida cotidiana e das relações que o homem e a mulher, desde a mais tenra infância, estabelecem com o seu meio, que é social, mesmo na relação com a natureza.

Foi possível perceber meninos e meninas brincando juntos, e os jogos e

brincadeiras são basicamente os mesmos para ambos os gêneros. Geralmente as crianças brincavam aos arredores ou na calçada da escola por encontrarem ali o material necessário para a realização de algumas de suas brincadeiras. As brincadeiras faziam-se presentes também próximas às casas, à natureza e, com menor frequência, na casa de reza.

Notou-se nas análises das brincadeiras e jogos presentes entre as crianças a predileção por jogos competitivos, havendo a presença menor de jogos de vertigem e de e nenhum de acaso. Pode-se aferir que apesar de prevalecer os jogos competitivos entre as crianças de *Verá Tupã'i* onde o grupo ainda se guia por regras que determinam a sua organização social, política e econômica, observa-se em alguns jogos que se privilegia a coletividade e a cooperação, conforme ocorre dentro do próprio grupo societário ali existente, onde todos trabalham juntos – homens e mulheres – para a construção da comunidade e para a manutenção de sua cultura.

Sendo assim, os jogos são atividades em que são manifestadas habilidades individuais, mas também valores de uma sociedade, compreendidos a partir dos sentidos e significados que lhes são atribuídos culturalmente e, por sua vez, expressados no momento de sua realização (CAILLOIS, 1990).

As mudanças que ocorrem na sociedade com o passar dos tempos e a própria relação interétnica vem contribuindo para que a cultura indígena sofra modificações, alterando alguns de seus costumes e tradições, inclusive influenciando na sua maneira de brincar e jogar. Hoje, existe na no contexto lúdico das crianças de *Verá*, brincadeiras e brinquedos não indígenas, mas são ressignificados dentro da cultura, apresentando elementos constitutivos da cultura Guarani como as relações que as crianças estabelecem com a terra e com a natureza, práticas que imitam movimentos de animais, o correr, o saltar, o andar descalço, a posição agachado – cócoras, o espírito de coletividade, o contato físico, obediência as crianças com mais idade.

No processo de uma dinâmica cultural, compreende-se que elementos da tradição não são totalmente abandonados, mas sim, que a estes são incorporados outros elementos que são, por seu turno, característicos da modernidade. Por meio da interação interétnica pode-se inferir a existência de uma afirmação elemento crucial das relações entre índios e *não* índios constituindo-se outro *habitus*, conforme um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem promovida pelo contato interétnico sustentado em um sistema de classificação distinto (ALMEIDA e SUASSUNA, 2010).

Percebe-se que práticas lúdicas corporais que eram praticadas pelos Guaranis há tempos atrás, hoje aparecem entre as crianças, mas com uma nova roupagem, foram ressignificados por elas, como por exemplo, as brincadeiras de correr e de escorregar, incorporando novos sentidos e significados de acordo com o contexto sociocultural que vivem no momento. A ressignificação das práticas tem, por seu turno, uma implicação crucial, ela pode contribuir para o surgimento de outro *habitus* e modificar a relação dos indígenas com o uso de seu corpo. Por outro lado, tem-se, clareza de que as mudanças culturais são e estão suscetíveis de ocorrer, que fluxos e refluxos entre concepções, ideias, perspectivas e valores existem e perpassam as relações interculturais por meio das relações (ALMEIDA, ALMEIDA e GRANDO, 2010).

Precisamos compreender, segundo Elias (1994, p. 24), que assim como a sociedade se modificou com o passar dos tempos e ainda está em transição com relação a sua estrutura, costumes, hábitos e condutas; da mesma forma, os jogos e brincadeiras também se incluem nesse processo de transformação. Assim sendo, destacam-se aqui, algumas hipóteses sobre essas modificações ocorridas para com a cultura lúdica desta comunidade Guarani.

Primeiramente, acredita-se que a impossibilidade das crianças realizarem suas

brincadeiras nas matas e no rio (proibições dos pais) possa ter influenciado negativamente, para que vários jogos e brincadeiras não sejam praticados, especialmente os que envolvem a caça. Visto que esta atividade também não é mais a principal forma de subsistência deste grupo não existe a necessidade de preparar as crianças exercerem essa prática na vida adulta. Sendo assim, muitos jogos e brincadeiras acabaram sendo substituídos por outros.

Outro pressuposto lançado é que muitos jogos e brincadeiras praticados pelos antepassados Guarani talvez não estejam mais presentes entre as crianças pelo próprio desinteresse dos pais e dos filhos em ensinar e aprender, conforme relatos do cacique Emiliano.

Consideramos ser extremamente importante, no que diz respeito às modificações nos jogos e brincadeiras da comunidade, a questão da influência do *não* índio na cultura indígena. Podemos dizer que os indígenas de *Verá*, bem como muitos outros povos indígenas, participaram de uma longa história de contatos, intercâmbios, interpenetrações comuns às sociedades humanas o que tem dificultado a manutenção e preservação de sua identidade étnica e social originalmente.

À guisa de conclusão

Ao final de todas as constatações, pode-se dizer que há elementos para concordar com o pressuposto deste estudo, de que a dinâmica lúdica na comunidade *Verá Tupã'i* de Campo Mourão-PR, se estabelece a partir das condições físicas e materiais da territorialidade. Logo se não existe mais mata e materiais dela provindos para as crianças realizarem jogos e brincadeiras, é bem provável que práticas realizadas por seus antepassados fiquem em desuso, sejam esquecidas ou resignificadas, devido inclusive às mudanças históricas e simbólicas dos sentidos e valores do grupo.

Referências

- ALMEIDA, A. J. M. Esporte, jogos e brincadeiras: compreendendo elementos interculturais para a educação escolar indígena crítica. In: GRANDO, B. S; PASSOS, L. A (orgs). **O eu e o outro na escola: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola.** Cuiabá: EdUFMT, 2010.
- ALMEIDA, A. J. M; ALMEIDA, D. M. F.; GRANDO, B. S. As práticas corporais e a educação do corpo indígena: a contribuição do esporte nos jogos dos povos indígenas. **Rev. Bras. de Ciênc. do Esp. RBCE.** 2010 dez; 32 (2-4): 59-74p.
- ALMEIDA, A. J. M; SUASSUNA, D. M. F. A. L. Esporte e cultura: análise acerca da esportivização de práticas corporais nos jogos indígenas. **Rev. Pensar a Prática.** 2010 jan/abr; 13 (1): 118-134.
- CAILLOIS, R. **Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem.** Lisboa, Edições Cotovia, 1990. Tradução de Palha JG.
- CASSINI, S. de B.; CALIRI, M. H. L.; PELÁ, N. T. R. A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa. **Rev. latino-am.enfermagem.** 1996 dez; 4 (3): 75-88.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FASSHEBER, J. R. M. **Etno-desporto indígena: contribuições da antropologia social a partir da experiência entre os Kaingang [tese].** Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Tese em Educação Física, 2006, 170p.

- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1989.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HERRERO, M. **Jogos e brincadeiras do povo Kalapalo**. São Paulo: Sesc, 2006.
- LUCIANO, G. S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. 4. reimp – São Paulo: Atlas, 2011.
- MINAYO, C. S (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- ROCHA FERREIRA, M. B et al. Jogos tradicionais indígenas. In: COSTA, L. P. (org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

LAZER VIRTUAL E O JOGO DE XADREZ: PERCEPÇÕES ACERCA DAS PRÁTICAS DE XADREZ *ONLINE* E PRESENCIAL

Danielle Ferreira Auriemo Christofolletti
Priscila Raquel T. da Costa Trevisan
Nara Heloisa Rodrigues
Marcelo Fadori Soares Palhares
Ivana de Campos Ribeiro
Cheng Hsin Nery Chao

RESUMO

Com a crescente divulgação do jogo de xadrez na mídia, vem se tornando mais popularizada a prática desta modalidade, em especial, com o uso da tecnologia digital (*internet*), que fez surgir o ambiente virtual e possibilitou novas formas de jogar. Entretanto, pouco se conhece, ainda, sobre o modo como os recursos do ambiente virtual estão sendo apreendidos no campo do lazer, sobretudo no que tange à possibilidade de jogar xadrez *online*. Assim, este estudo, de natureza qualitativa, objetivou investigar as percepções acerca de possíveis diferenciações entre jogar xadrez presencial e *online*. A pesquisa exploratória foi desenvolvida por meio de questionário misto, aplicado a uma amostra intencional composta por jogadores de um renomado *site* de xadrez, maiores de 18 anos e de ambos os sexos. Os dados analisados descritivamente indicam que os participantes percebem diferenças na prática no xadrez presencial e *online*, tendo sido enfatizado que, ao jogar de modo presencial, a pressão psicológica é um componente decisivo na partida, enquanto o aspecto comodidade/segurança foi ressaltado ao se jogar *online*. Novos estudos devem ser considerados, com o intuito de investigar, de maneira mais incisiva, as práticas do xadrez *online* e presencial, a fim de subsidiar mais estudo no âmbito do lazer.

Palavras-chave: Tecnologias, Xadrez, Jogos

Introdução

As tecnologias da Informação estão entrando no contexto social com uma rapidez imensa, fazendo-se necessário adequar todos os ambientes sociais, para acompanhar as mudanças impressas por estes elementos e aproveitar o que eles podem oferecer como ações benéficas para a população, repercutindo nas relações entre os indivíduos (COLL; MONEREO, 2010; NETO, 2008; OLIVEIRA; TORRES; BONILLA; HALMANN, 2010). Todos os setores da sociedade são afetados pelas evoluções tecnológicas, como por exemplo, a área da Saúde, visto que a medicina está se beneficiando das descobertas e avanços tecnológicos. Da mesma forma, a área da engenharia tem conseguido inovar, projetando instrumentos e ambientes totalmente equipados e, muitas vezes, evocando o apelo ecológico, tão premente na contemporaneidade.

No contexto do esporte, as modalidades esportivas iniciam timidamente o uso desses benefícios durante as partidas, sobretudo como auxiliares na configuração de decisões, ou para aprimorar os treinamentos. À guisa de exemplo, é possível citar o futebol, em que o ponto eletrônico pode auxiliar o juiz nas tomadas de decisão sobre alguns lances que causam polêmicas, entretanto, isso ainda não é oficialmente explorado. Outras criações tecnológicas também podem ser utilizadas em outras

modalidades esportivas, como o basquete ou o vôlei, para melhorar as condições da partida. Algumas modalidades já fazem uso de sensores nas linhas que delimitam as quadras, para eliminar as dúvidas sobre posicionamentos e outros entraves.

É interessante ressaltar as opiniões de Tarcia e Cabral (2012), para os quais, muitas das tecnologias utilizadas acabam sendo definidas e impostas pelo contexto, ou seja, de uma realidade instalada, em que as tecnologias são incorporadas às rotinas e hábitos sem qualquer reflexão, entrando automatizadas no dia a dia. Porém, não se pode prescindir de tomá-las em consideração em diferentes momentos, haja vista o potencial de ação, que foi impresso com a criação, por exemplo, da *Internet* e do ambiente virtual.

Com base nesta evolução, aumentaram as possibilidades, inclusive, de se jogar *online*, resultando em novas formas de convívio, sendo que o adversário pode ser a própria máquina, ou outra pessoa. A indústria de jogos on-line tem assistido a um crescimento exponencial na última década (SCHMIERBACH, et al. 2011; SHEN; WILLIAMS, 2011). Comparado com os meios de comunicação tradicionais, jogos *online* tendem a oferecer um ambiente mais social e interativo, que pode trazer, tanto efeitos negativos (GOLUB; LINGLEY, 2008), como efeitos positivos (STEINKUEHLER; WILLIAMS, 2006).

Estas alterações fizeram crescer o interesse em procurar investigar como se processa a interação humana com a máquina, para a configuração do lúdico em forma de jogo. Ao se tomar como foco especificamente o jogo de xadrez, pode-se perceber uma demanda crescente, que participa interativamente. Disto surgem algumas inquietações que merecem ser elucidadas em âmbito acadêmico:

- Será que, com base nesta perspectiva do uso de computadores em casa, utilizando-se a *internet* para jogar, houve alteração significativa nos hábitos dos jogadores, fazendo com que os enxadristas deixassem de frequentar clubes, locais comumente utilizados para esta prática e optassem pela prática do xadrez *online*? Seria de alguma forma mais fácil conseguir o encontro com o outro para se jogar *online*, do que de forma presencial?

Diante dessas inquietações e para ampliar as reflexões sobre o uso de tecnologias no campo do lazer, este estudo teve como objetivo investigar as percepções acerca de possíveis diferenciações entre jogar xadrez presencial e *online*.

Método

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e para o desenvolvimento do estudo foi realizada a junção de pesquisa bibliográfica e pesquisa exploratória. Na primeira, foi realizada uma busca de dados sobre a temática nas mais diversas bases científicas.. Em seguida, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória, com o intuito de se adentrar no universo enxadrístico, na tentativa de ampliar o conhecimento e dirimir as inquietações anteriormente elencadas (Oliveira 2001). O instrumento eleito para a coleta de dados foi um questionário composto por perguntas abertas com o cuidado de elaborar uma breve caracterização da amostra, conforme sugere Oliveira (2001). Para a coleta dos dados, foi utilizado o meio digital, pois existem algumas vantagens ao ser realizar pesquisas com o uso da *internet*, conforme evidenciado nos estudos de Donohoe (2008).

O instrumento foi aplicado a uma amostra intencional composta por 20 sujeitos, que participam do *site* IXC (*Internet Xadrez Clube*), renomado provedor brasileiro de xadrez *online*. Após a anuência desses usuários em participar do estudo, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, respeitando-se todos os procedimentos éticos para pesquisas com seres humanos, da garantia no anonimato, assim como, da possibilidade de difusão dos dados em trabalhos acadêmicos (RICHARDSON, 2008)

Os dados foram analisados descritivamente, por meio da utilização da Técnica

de Análise de Conteúdo Temático, que, para Bardin (2004), trata-se de um conjunto de técnicas que analisa as comunicações de maneira sistemática, apoiando-se na recorrência dos temas apresentados nas respostas, revelando o conteúdo das mensagens emitidas e inferindo possíveis conhecimentos pertinentes a estas mensagens.

Resultados e Discussão

Nos dados correspondentes ao item da caracterização da amostra, tem-se que, dos 20 sujeitos 2 eram do sexo feminino e 18 do sexo masculino. Este fato reafirma, ainda, a fraca presença feminina nesta modalidade (SCHWARTZ et. al., 2006). Com relação aos dados pessoais e formação profissional, verificou-se que a faixa etária encontrava-se entre 18 e 50 anos e, quanto aos dados correspondentes ao grau de instrução, notou-se uma ligeira prevalência do ensino superior completo (35%) seguido do Ensino superior Incompleto ou em andamento com 30%, Pós-Graduação com 20% e 5% com pós-graduação incompleta ou em andamento e, finalizando, 10% com ensino médio. Já no que tange ao tempo em que estes sujeitos aprenderam e praticam o jogo de xadrez, é de no mínimo 5 anos, sendo que tem pessoas que já praticam há cerca de 30 anos.

Quando indagados se existiam diferenças entre o jogo presencial e *online*, 100% da amostra afirmaram que sim e justificaram com várias opiniões diferenciadas. Com relação ao xadrez *online*, os usuários relataram que a **comodidade e segurança** de não precisar sair de casa é um fator relevante na escolha desta prática. Sobre este aspecto é interessante o posicionamento de Dionísio et al. (2009, p.38), os quais relatam sobre a crescente utilização da tecnologia tendo como base: “[...] maior comodidade, maior rapidez, maior qualidade, maior conforto e maior segurança/privacidade na utilização de alguns serviços e na compra de diversos produtos”.

Cabe ressaltar que os jogadores também afirmaram que, nesta modalidade *online*, não existe **ninguém observando o jogo**, sendo assim, aqueles olhares de aprovação ou reprovação a cada lance realizado não existe, deixando o jogador mais à vontade. Pina (2013) ressalta, em seu estudo, que, quando ocorre uma explosão emocional, a parceria entre a emoção e a inteligência continua a acontecer, sendo necessário se refazer para alcançar o equilíbrio, o que vai acontecer quando o estado emocional for reduzido. Com isso, tem-se o exercício de raciocinar, desencadeando a ação da inteligência. Isto resulta, no jogo de xadrez, no medo de errar e, tendo como consequência, ser criticado ou menosprezado por não ter sido capaz de ver lances de fácil análise.

Outro ponto considerado pelos participantes desta pesquisa estava relacionado à **diversão**. Eles relatam que, por se tratar de partidas sem comprometimento e por jogarem mais relaxados, não se empenham tanto nas análises, jogam pelo simples entretenimento ou passatempo. Esta postura difere quando se jogam em clubes, pois mesmo tendo o caráter de entretenimento tem o contato real com o adversário e com isso a ânsia de ganhar é maior, o empenho e tensão se modificam.

Quando jogam *online*, esses jogadores afirmam que sempre têm um adversário à disposição e interessado em passar algum tempo jogando de modo informal. Segundo Hoffman e Nadelson (2010) o fator de diversão é algo significativo para os jogos eletrônicos e suas pesquisas sugerem que o nível de envolvimento está relacionado, inclusive, com ambientes esteticamente atraentes, nos quais os usuários têm expectativas de figuras ou gráficos brilhantes e coloridos e tecnologia de ponta para considerarem os jogos divertidos.

A questão da **visualização em 2D do tabuleiro** e o **pré-lance** que alguns

sites disponibilizam, também foram elencados como fatores atraentes para a opção de se jogar *online*. Esses recursos facilitam e agilizam as jogadas, o que faz o jogador ganhar tempo. Este aspecto, em partidas de 1 minuto, é bastante importante, considerando-se a agilidade necessária para este tipo de jogo. Cabe ressaltar que a interação do ser humano com o computador é importante, sendo necessário, portanto, levar também em consideração o *design*, a avaliação e a implementação de sistemas computacionais interativos para o uso adequado e mais eficaz, conforme salientam Hewett et al. (1992).

Também foi relatada a incidência de um jogo mais descontraído quando utilizam o xadrez *online*, alguns relatam que se **arriscam mais** em suas jogadas, pois aproveitam para testarem linhas teóricas alternativas, ou seja, alguns lances que em partidas que esteja valendo pontos eles não fariam. Também treinam aberturas, uma sequência de aproximadamente 15 lances teóricos, com o intuito de verificar seus reflexos com relação à velocidade de tempo de reação e rapidez de pensamento. Hoffman e Nadelson (2010) fazem uma colocação interessante sobre o escapismo e relaxamento sentido pelos jogadores, ao praticarem aquela modalidade, como um momento no contexto do lazer.

Também foi levantado um questionamento acerca da **honestidade dos jogadores** com relação às artimanhas utilizadas para vencer as partidas, pois em jogos *online*, não há como controlar se o oponente efetivamente faz uso de recursos como computadores ou livros para o apoiarem enquanto jogam, ou mesmo, de algum outro artifício tecnológico. Estes aspectos éticos foram também ressaltados nos estudos de Christofolletti e Schwartz (2005) e Christofolletti (2007), ao pesquisarem sobre a ética no xadrez e contextualizarem os artifícios que alguns enxadrista, técnicos e instrutores utilizam ou ensinam, com o intuito de tirar vantagem em uma partida.

No que tange o jogo presencial, muitos foram os fatores apontados pelos participantes da pesquisa. Quando jogam de forma presencial, a **influência das pessoas** que assistem é um fator determinante para esses jogadores, contribuindo para a perda na concentração, bem como, evidenciando maior **pressão psicológica** sofrida durante o jogo. Oliveira (2010) ressalta em seu estudo a capacidade de utilizar o inconsciente em benefício próprio, a ponto de controlar melhor esta questão da pressão psicológica. Entretanto, em partidas presenciais este aspecto do gerenciamento emocional pode se tornar mais difícil, pela necessidade de treinamento e de autocontrole, o que nem sempre é estimulado.

Nesta modalidade presencial, os indivíduos participantes desta pesquisa afirmam que jogam com **mais cautela**, por considerarem que este é um jogo **mais sério**, para o qual é preciso se concentrar e **não perder o foco na partida**, o que leva à necessidade de **controlar as emoções**, pela presença do adversário. Para tanto, torna-se importante saber com quem se está jogando, o nível de evolução deste adversário, assim como, seu título dentro do xadrez, para que a ansiedade seja mais facilmente controlada.

Neste momento é interessante entender como os jogadores podem controlar esse emaranhado de sentimentos. Para Salovey e Mayer (1990), é necessário que o indivíduo consiga tomar consciência de seu estado emocional, compreendendo o que isto representa, para poder regulá-lo e gerenciá-lo, de modo a não se prejudicar, mas sim, utilizar essas informações emocionais para guiar sua cognição e raciocínio, além do comportamento a ser expresso.

Exatamente o que ocorre na partida, quando as pessoas começam a rodear a mesa do jogador. Nesta situação, é necessário que o jogador aprenda a buscar seu ponto de concentração, isolando-se dos acontecimentos ao seu redor, buscando este autocontrole e o gerenciamento emocional.

Um dos itens de grande importância ressaltado nesta modalidade presencial é o

aspecto referente à **socialização entre os jogadores**. A interação que ocorre entre os adversários durante e após as partidas é colocado como um fator importante e que fica mais evidente no desenvolvimento da modalidade presencial. Este fato é decorrente da possibilidade de interação promovida ao comentar com o outro sobre a análise e a verificação das jogadas realizadas em busca de melhores lances. Estes comentários, geralmente, acontecem com a participação voluntária de ambos os jogadores, promovendo, assim, a interatividade.

Ao se compararem as duas modalidades do jogo de xadrez nos ambientes virtual e presencial, pode-se perceber que ambas apresentam peculiaridade e vantagens específicas, porém, pelas respostas obtidas, o jogo presencial se sobressai no quesito referente à socialização. Christakis e Fowler (2010) afirmam, em recente estudo, que, ao compreender interconexões e interações entre as pessoas que buscam, no ambiente virtual, aspectos novos da experiência humana, percebe-se uma maneira de se tentar entender o próprio ser humano e o mundo ao qual se está inserido. Portanto, esta experiência no ambiente virtual se torna bastante interessante e necessária em diversos aspectos, atendendo às expectativas de diferentes faixas etárias.

Os autores ressaltam ainda a tendência de achar o mundo virtual melhor que o real. Entretanto, os resultados do presente estudo reiteram a forma presencial como mais favorável à sociabilidade.

Considerações Finais

Este estudo buscou investigar a percepção dos usuários do *site* IXC (*Internet Xadrez Clube*) acerca do xadrez *online* e o xadrez presencial. Foi possível perceber que ambas são práticas utilizadas pelos jogadores, com alguns enfoques diferentes, seja para o estudo, ou para o divertimento, dependendo, assim, do objetivo ao qual se propõem jogar.

Os participantes do estudo salientaram que o xadrez *online* se torna mais agradável, quando a prática tem a finalidade de descontração ou de diversão, no contexto do lazer. Além deste aspecto de maior facilidade de entretenimento, o xadrez virtual propicia a comodidade de ser vivenciado no lar, com mais segurança.

A facilidade de poder enfrentar adversários diversos, tanto em relação aos níveis enxadrísticos, como também, provenientes de diferentes partes do mundo, foram características ressaltadas sobre o jogo de xadrez *online*. Ainda que todos esses aspectos tenham sido abordados como positivos em relação ao jogo de xadrez *online*, aspectos negativos foram também evidenciados nesta prática, como, por exemplo, a possibilidade de ocorrer falta de ética e usar artifícios para ganhar as partidas.

Este aspecto é bastante intrigante, pelo fato de que, mesmo no ambiente presencial as condutas antiéticas podem também ocorrer. Entretanto, este fato não foi ressaltado pelos participantes, ao fazerem menção ao jogo presencial.

Outro ponto importante do xadrez *online* é o fator da preparação de partidas e controle maior de tempo. Ao jogar *online* é possível vivenciar este jogo mais rápido e treinar esta reação necessária ao raciocínio lógico-matemático, visualizar rapidamente o tabuleiro como um todo e dar um lance-resposta em frações de segundo, treinando, assim, a agilidade de raciocínio.

Contudo o xadrez presencial também tem suas vantagens, conforme os relatos desta pesquisa. A questão da socialização é um ponto forte do xadrez presencial, na visão dos participantes do estudo. Esta constatação é intrigante, haja vista que, nas partidas de xadrez nesta modalidade presencial não se permite torcida. O silêncio faz parte do jogo e, no que concerne às comemorações em lances magníficos, estas são

sempre internas, ou contidas, sem muitas demonstrações emocionais. Mesmo quando o jogo é em equipe, cada um tem o seu jogo para tomar conta e não pode influenciar o do seu parceiro.

Mesmo com todos estes pontos que reiteram o individualismo nas partidas presenciais, a socialização foi um aspecto importante associado a esta forma de jogar. Participar dos eventos, encontrar os demais jogadores, conversar após as partidas é o ponto alto do xadrez presencial, explicando este aspecto da socialização abordado pelos participantes do estudo.

Com base nesses resultados, tornam-se prementes novos estudos, no sentido de se compreender estes e outros elementos subjetivos envolvendo a utilização de tecnologias no campo do estudo do lazer.

Referências

- CHRISTAKIS, Nicholas A., e FOWLER, James H. **O Poder das Conexões**. São Paulo, SP: Papyrus, 2010
- CHRISTOFOLETTI, D. F. A. **O xadrez nos contextos do lazer, da escola e profissional: aspectos psicológicos e didáticos**. 263f. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade). Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.
- CHRISTOFOLETTI, D.F.A. ; SCHWARTZ, G. M. . A ética no jogo de xadrez. In: XVII Encontro Nacional De Recreação E Lazer (ENAREL), 2005, Campo Grande. **Caderno de Resumos - XVII Encontro Nacional De Recreação E Lazer**. Campo Grande - MS: UCDB EDITORA, v. 1, p. 67-68, 2005.
- COLL, C.; MONEREO, C. **Educação e aprendizagem no século XXI: Novas ferramentas, novos cenários, novas finalidades**. Em C. COLL; C. MONEREO et al (orgs.). **Psicologia da Educação virtual: Aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 15-46. 2010
- DIONÍSIO, P. Vicente Rodrigues, J. Faria, H. Canhoto, R. Nunes, R. C., **b-Mercator – Blended Marketing**, Dom Quixote, Lisboa, 2009.
- DONOHUE, H.. Internet-based leisure research: opportunities and constraints. **Motriz**, Rio Claro, v. 14 n. 1 p. 01-08, jan./mar. 2008b.
- GOLUB, A. LINGLEY, K. . Just Like the Qing Empire Internet addiction, MMOGs, and moral crisis in contemporary China, **Games and Culture**, v. 3, n. 1, p. 59–75, 2008
- HEWETT, T., BAECKER, R., CARD, S., CAREY, T., GASEN, J., MANTEI, M., PERLMAN, G., STRONG, G., VERPLANK, W. **ACM SIGCHI Curricula for Human-Computer Interaction**. New York: ACM, 1992.
- HOFFMAN, B., NADELSON, L. Motivational engagement and video gaming: a mixed methods study. **Educational Technology Research and Development**, New York, v. 58, n.3, p. 245-270, 2010.
- NETO, J. C. N. L. **Levantamento das concepções de tecnologia e educação tecnológica de professores de ciências da escola básica: criação e validação de um instrumento de pesquisa**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2008.
- OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- OLIVEIRA, J. L.. Xadrez e as múltiplas inteligências. **Revista Digital**. Buenos Aires, Año 15, Nº 147, 2010.
- PINA, L. K.M. T.. A afetividade no processo de aprendizagem: debates teóricos. Koan:

Revista de Educação e Complexidade, n. 1, jan. 2013

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. Rev. e ampl.. São Paulo: Atlas, 2008.

SALOVEY, P., & MAYER, J. D. . Emotional Intelligence. **Imagination, Cognition and Personality**, v.9, 185-211, 1990

SCHMIERBACH, M., BOYLE, M.P., XU, Q., MCLEOD, D.M.,. Exploring Third–person differences between gamers and nongamers. **Journal of Communication**, v. 61, n. 2, p. 307–327, 2011

SCHWARTZ, G. M. ; CHRISTOFOLETTI, D. F. A. ; SANTIAGO, D. R.

P. ; CARNICELLI FILHO, S. ; SILVA, R. L. . A mulher no Xadrez: fatores discriminatórios e necessidades de renovação. In: XI Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa, 2006, São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo. v. 20. p. 255-255

SHEN C. , WILLIAMS, D. Unpacking time online: Connecting Internet and massively multiplayer online game use with psychosocial well–being. **Communication Research**, v.38, n.1, p. 123–14, 2011

STEINKUEHLER C.A. , WILLIAMS, D.,. Where everybody knows your (screen) name: Online games as ‘third places’, **Journal of Computer–Mediated**

Communication, v 11, n 4, p. 885–909, 2006 <http://jcmc.indiana.edu/vol11/issue4/steinkuehler.html>, acessado em mar de 2013.

TARCIA, R. M. L. e CABRAL, A. L. T. **O novo papel do professor na EAD**. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (orgs.). Educação a distância: o estado da arte. Vol 2 São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012, cap. 18, p. 148-153.

LAZER, JUVENTUDE E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: ALGUMAS REFLEXÕES

Willian Lazaretti da Conceição

RESUMO

A presente investigação busca refletir acerca do lazer e a possível relação com o contexto de adolescentes que cometeram ato infracional e cumprem medida socioeducativa de internação na Fundação CASA. Trata-se de estudo de natureza qualitativa e buscou compreender os processos educativos decorrentes da prática social do lazer, entendida como um direito de todos. Participaram deste estudo, cinco jovens que cumpriam medida socioeducativa de internação, ao longo do ano de 2011. Os dados foram coletados utilizando-se predominantemente as técnicas de análise documental e entrevistas semi-estruturadas. Para a construção dos resultados, foi utilizada a análise de conteúdo, sendo possível identificar três grandes focos de análise: a) concepção de lazer; b) atividades de lazer; c) processos educativos. O estudo evidencia que os adolescentes compreendem vivências de lazer como as que geram prazer, desconsiderando a questão da obrigatoriedade, característica presente nas instituições totais. Não obstante, quando estão em cumprimento de sanção disciplinar e são “punidos” com a restrição de participar de atividades, segundo os próprios adolescentes pode se constituir em possibilidade de reflexão desde que aliada ao diálogo.

Palavras-chave: Lazer; Processos-educativos; Adolescentes em privação de liberdade

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a prática social do lazer de adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade. Considera-se adolescente infrator, aquele que praticou contravenção penal, sendo analisado especificamente como um ser humano que está em condição peculiar de desenvolvimento (BRASIL, 2008), aspecto que o diferencia de pessoas em fase adulta, cujas são responsabilizadas criminalmente.

Parte dos direitos dos jovens privados de liberdade, relaciona-se as vivências de escola, cursos de educação profissional, arte e cultura, educação, práticas estas relacionadas a área pedagógica que são supervisionadas diretamente pelo poder judiciário, e tem como base a lei do sistema nacional de atendimento socioeducativo ao adolescente – Sinase (BRASIL, 2012). Além destas, tem inúmeras outras práticas sociais, mas que não são foco de estudo deste trabalho, que tem pro objetivo apresentar as atividades pedagógicas vivenciadas por estes jovens, e como eles significam o lazer e se é possível estabelecer relações de lazer e restrição do direito de ir e vir.

Nesse sentido, a privação de liberdade deve ocorrer somente quando for imprescindível, ou seja, quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, e por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou descumprimento injustificável da medida anteriormente imposta (BRASIL, 2012; VOLPI, 2008).

Esses princípios são complementares e fundamentam-se na premissa de que o processo educativo de internação deve ter a brevidade assegurada, de modo que o adolescente não permaneça por tempo prolongado no Centro de Internação considerado uma instituição total (GOFFMAN, 2010), onde vive em situação de isolamento do

convívio em sociedade. Sendo assim, a privação de liberdade deve ocorrer somente quando for imprescindível, ou seja, quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, e quando houver reiteração no cometimento de outras infrações graves ou descumprimento injustificável da medida anteriormente imposta (BRASIL, 2012; VOLPI, 2008).

A questão norteadora da dissertação em questão foi: como as práticas sociais relacionadas as vivências de lazer dentro do contexto da privação de liberdade de um Centro de Internação podem contribuir com a educação dos adolescentes? Com base na questão norteadora foi traçado o objetivo geral: compreender os processos educativos decorrentes da prática social do lazer para a educação de adolescentes em situação de privação de liberdade e identificar os processos educativos que estes adolescentes são submetidos quando privados da participação nas atividades.

Práticas Sociais em Privação de Liberdade

As atividades desenvolvidas pelos adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação, são regulamentadas pela Superintendência Pedagógica da Fundação CASA. E tendo como objetivo a uniformização e padronização das atividades propostas nos Centros, bem como o estabelecimento de padrões no que tange aos procedimentos a serem adotados em cada Centro de Internação, foi elaborado um caderno de diretrizes, haja vista que muitos parceiros prestam serviços a instituição, e para que todos os adolescentes fosse atendidos com qualidade, alguns parâmetros foram traçados, tais como carga horária, formação de educadores entre outros.

As práticas sociais propostas no Caderno Educação e Medida Socioeducativa: Conceito, Diretrizes e Procedimentos, tem por objetivo orientar a execução das atividades pedagógicas existentes na medida socioeducativa de privação de liberdade, enfatizando-se os direitos assegurados pela Fundação CASA no cumprimento do ECA e apresentando práticas sociais decorrentes dos direitos garantidos, tais como acesso a escolarização, profissionalização, cultura, esporte e lazer.

Para elucidar o entendimento de prática social, recorreremos a Oliveira e col. (2009):

Práticas sociais decorrem de e geram interações entre os indivíduos e entre eles e os ambientes, natural, social, cultural em que vivem. Desenvolvem-se no interior de grupos, de instituições, com o propósito de produzir bens, transmitir valores, significados, ensinar a viver e a controlar o viver, enfim, manter a sobrevivência material e simbólica das sociedades humanas (OLIVEIRA e col., 2009, p. 4).

De acordo com a citação acima, toda prática social acontece quando há interação entre os indivíduos e entre eles e os ambientes, que são ou podem ser de ordem natural, social ou cultural. Podemos identificar conceitos importantes, tais como interação, ambiente, natural, social e cultural, os quais subsidiam a constituição de uma prática social. Destarte, o foco deste estudo recairá sobre as interferências e especificidades que o ambiente de controle acerca das escolhas, intenções e do próprio se-movimentar.

O movimento sendo compreendido como parte do processo de interação, e, se as ações implicam modificação dos envolvidos ou, em outras palavras, que nos modifiquemos e também ao outro, isto se dá mediante os movimentos intencionais dessas ações. De acordo com Merleau-Ponty (2006, p.431), “o corpo por ele mesmo, o corpo em repouso, é apenas uma massa obscura, nós o percebemos como um ser preciso e identificável quando ele se move em direção a uma coisa, enquanto ele se projeta

intencionalmente para o exterior [...]”.

Para Merleau-Ponty, toda expressão humana, até mesmo a fala, é gestual, e o gesto, experimentado como figura sobre o fundo do corpo, produz sua própria significação: “[...] uma certa maneira de desempenhar de nosso corpo, deixam-se repentinamente investir de um sentido figurado e o significam fora de nós” (MERLEAU-PONTY, 2006, p.263). Ou seja, as falas são significadas nas interações, nas relações com o outro.

Nas relações interpessoais são consideradas as experiências de vida de cada um, experiências adquiridas na cultura em que estes cidadãos estão imersos. Para contribuir com a discussão sobre o que é cultural e o que é natural, Chauí (2000, p.62), diz haver uma cultura de culturas. A autora defende que há “[...] culturas diferentes, e que a pluralidade de culturas e as diferenças entre elas não se devem à nação, pois a idéia de nação é uma criação cultural e não a causa das diferenças culturais”.

Cada cultura inventa seu modo de relacionar-se com o tempo, de criar sua linguagem, de elaborar seus mitos e suas crenças, de organizar o trabalho e as relações sociais, de criar as obras de pensamento e de arte. Cada uma, em decorrência das condições históricas, geográficas e políticas em que se forma, tem seu modo próprio de organizar o poder e a autoridade, de produzir seus valores (CHAUÍ, 2000, p.62).

Silva (2000) trata a questão cultural de modo que nos permite relacioná-la ao contexto latino-americano. O autor afirma que o domínio simbólico por excelência da cultura tem um mecanismo astuto, por adquirir sua força definindo a cultura dominante como sendo “a cultura”. Assim, valores, hábitos e costumes, bem como comportamentos da classe dominante passam a determinar a cultura, o que significa dizer que os hábitos de outras classes podem ser qualquer outra coisa que não a cultura ou manifestações menos valorizadas.

Para Miranda (1998), por vezes negamos categorias de indivíduos, classes sociais e movimentos sociais, de pessoas cuja identidade pouca importa, simplesmente pelo fato de nos ser dada a referência pela diferença. Diferença entre mulheres, homossexuais, sem-terra, sem-teto, sem-educação, sem-saúde, enfim, os oprimidos: os Sem. Do outro lado temos os Com. Com, que significa com poder aquisitivo para o consumo, em todas as esferas possíveis, mas principalmente com reconhecimento em determinados espaços. Dependendo do contexto, os Com podem ser vistos também como os diferentes, como não pertencentes àquela cultura.

A cultura que tem prestígio e valor social é justamente a cultura das classes dominantes: seus valores, seus gostos, seus costumes, seu hábito, seus modos de se comportar e agir. Na medida em que essa cultura tem valor em termos sociais; na medida em que ela vale alguma coisa; na medida em que ela se faz com que a pessoa que a possui obtenha vantagens materiais e simbólicas, ela se constitui como capital cultural (SILVA, 2000, p.88).

Os valores culturais de quem não pertence à classe dominante são tratados como fenômenos naturalistas. Ou seja, é natural do pobre agir de tal modo, é natural do oprimido ser como é. As ações, portanto, são naturalizadas, quando há imposição de uma determinada classe sobre a outra.

Desse modo, as manifestações produzidas por jovens em conflito com a lei e que em determinado período estão privados de liberdade, são imersos em uma outra cultura,

nem pior nem melhor, mas diferente, e que legitima e valida os conhecimentos trazidos da rua, do convívio no tráfico e no meio delitivo, e aproxima os adolescentes que se assemelham, como se uma tribo inteira fosse transferida a privação de liberdade. Tribo esta, que se reconhece e se afirma com características de absenteísmo escolar, decorrente de inúmeras dificuldades para acesso e permanência na escola. Outro aspecto é o uso abusivo de drogas, tendo como culminância a prática do furto, roubo e tráfico como meio de garantir o uso, mas também para subsistência da família.

Diante do cenário complexo que vivenciam as oportunidades de trabalho se restringem a o ilícito, pois sequer sabem ler e escrever, o que limita também o acesso a diversas áreas da cultura, do esporte e do lazer.

Percurso metodológico

A escolha pela perspectiva de investigação qualitativa e descritiva considerou os estudos de Lüdke e André (1986), tendo em vista o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação em estudo. Além disso, nesse tipo de investigação os dados coletados são predominantemente descritivos, o interesse fixa-se no processo e na perspectiva dos participantes e a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo, no qual o conhecimento é fundamentado especialmente na experiência.

A interpretação dos dados coletados transcende uma tabulação que quantifica as informações, de modo que consideramos os motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos colaboradores, e as observações realizadas valorizam as palavras, as imagens e os processos que se dão no decorrer do processo investigativo. É necessário buscar compreender a visão dos participantes sobre o fenômeno em estudo de forma a considerar as experiências e aprendizados do ponto de vista deles.

A pesquisa foi desenvolvida junto a adolescentes que cumprem medida de internação em um Centro de Atendimento Socioeducativo que atende até sessenta e quatro adolescentes do sexo masculino. Considerando que estão em cumprimento de medida socioeducativa e respeitando o requisito ético, não são divulgados os nomes dos participantes. Dessa forma, os adolescentes puderam escolher outros nomes, com a condição de que não fossem facilmente identificados pelos demais. Alguns destes jovens escolheram rapidamente, outros disseram que não tinham apelidos. Foi perguntado então que nome dariam a um filho, se um dia viessem a tê-lo. E assim foram se expressando, sob a observação do pesquisador no sentido de garantir o sigilo e a privacidade destes adolescentes.

Diante dos objetivos da pesquisa, consideramos que a mais adequada para o estudo era a entrevista semiestruturada, que pode combinar perguntas abertas e fechadas, tendo o colaborador a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O entrevistador tem de estar atento para manter o foco no assunto que é objeto de pesquisa e, se necessário, poderá realizar perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou que recomponham o contexto da entrevista. Considerando o ambiente desta pesquisa, uma vantagem dessa técnica foi a elasticidade quanto à duração, tendo em vista que a sala utilizada para a entrevista era a mesma utilizada por profissionais do Centro quando realizavam atendimentos técnicos.

Os dados coletados através da entrevista foram analisados utilizando-se a técnica de análise de conteúdo. Esta forma de análise das informações obtidas utiliza procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens. O objetivo da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos presentes na comunicação do interlocutor. Segundo Franco (2007), toda mensagem, falada ou escrita, contém uma grande quantidade de informações sobre a pessoa que a produziu, podendo evidenciar

crenças, representações e significados atribuídos pelo sujeito a um determinado fato ou situação. O autor da mensagem é, antes de tudo, um selecionador do que fala e/ou produz, e essa relação não é arbitrária. Ao contrário, possui uma lógica que exprime o modo como o interlocutor significa alguns fenômenos.

Após a realização das entrevistas e suas transcrições, os dados foram organizados, lidos e relidos, a fim de que primeiras impressões, conhecimentos e comentários pudessem emergir. No decorrer desse processo, trechos e frases significativas dos adolescentes, diante dos objetivos do estudo, foram selecionados. Posteriormente, a partir das falas expressivas dos participantes, procedeu-se uma busca pela delimitação dos temas aos quais elas se referiam, definindo-se os temas de análise.

Dessa agregação e classificação das falas dos jovens a partir de temas comuns foram agrupados três focos de análise: concepção de lazer; atividades de lazer; processos educativos, este último se desdobrando em duas perspectivas: decorrente das atividades de lazer em privação, ou fruto dos processos de institucionalização.

Resultados e discussão

Consideramos que as práticas sociais em privação se dão num contexto complexo, pois envolvem interação entre os envolvidos (adolescentes x adolescentes, adolescentes x funcionários, funcionário x família, adolescentes x família) e deles com o ambiente que por longo período de tempo foi hostil e repressivo. Além disso os adolescentes estão restritos do direito de ir e vir, o que é um fator agravante nestas relações, que transmitem valores, significados e que ensinam a viver e a controlar o viver.

As atividades que os adolescentes podem e/ou devem participar, bem como a compreensão destes sobre o conceito de lazer possibilita distintos olhares e compreensões, culminado no foco deste trabalho, que é promover reflexões considerando as diferentes teorias do lazer. Sendo assim, em uma perspectiva de análise podemos identificar que os adolescentes significam o lazer como momento de interação com os demais adolescentes, educadores e profissionais parceiros, tendo como objetivo vivenciar algumas manifestações da cultura corporal, o aprendizado de novas habilidades que poderão subsidiar seu engajamento no mercado de trabalho, além de não pensar apenas na própria condição de privado de liberdade.

Pensando nestas possibilidades de lazer, podemos compreender que esta prática social apresenta inúmeros processos educativos que se relacionam, pois as atividades de Educação Profissional, de Arte e Cultura, de Educação Física e Escolares se dão no mesmo contexto, mas o modo como cada um dos adolescentes significa estas atividades é peculiar, tendo os que apresentam afinidades com elementos da cultura local de onde vieram, e outros que demonstram maior interesse em aprender outras manifestações da cultura.

Identificamos que os adolescentes compreendem como atividades de lazer o *break* e o grafite que fazem parte da cultura *Hip-Hop*, e conforme Castells (2000), esta vivência pode ser encarada como movimento de resistência, que tem origem com pessoas que se encontram em condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas, formando espaços de resistência baseados em valores diferentes ou opostos aos da sociedade.

As práticas sociais como o *break* e o grafite estão fortemente atrelados com a definição utilizada, visto que as "falas", apresentadas pelos participantes do movimento de *hip-hop*, e as roupas, discursos, linguagem corporal, podem ser entendidas como um "estilo de vida", indicador de uma individualidade e, ao mesmo tempo, de pertencimento a um grupo (STOPPA, 2005).

As falas que representam o pertencimento a um grupo se fazem presentes nesse contexto, mesmo os adolescentes que chegam ao Centro que não tem por hábito se expressar utilizando gírias, acabam aprendendo diante da necessidade da comunicação com os demais, mas como também são orientados a não falar com os profissionais utilizando gírias, conseguem estabelecer uma linguagem paralela, no caso a norma padrão é paralela a linguagem que faz parte de sua cultura.

As situações de aprendizagem transcendem os conteúdos, e ensinam valores, crenças e atitudes. Os educadores, parceiros e demais profissionais que estão engajados nas práticas sociais, preocupam-se em ensinar os conteúdos propostos, mas também dialogam sobre as condutas inadequadas, respeito, dignidade e os que perpassam pelas relações interpessoais, para que os adolescentes possam ser inseridos na sociedade, com algumas garantias de construir um outro projeto de vida.

Considerações Finais

Com base em Freire (2005) que menciona que a revolução pode ser vista de duas maneiras, como forma de dominação ou como um caminho de libertação, e para que esta seja de libertação o diálogo com as massas é uma exigência radical de toda revolução autêntica. O pensar com elas, deixar que elas pensem seria o caminho necessário para a superação da contradição imposta pelos dominadores. A dominação é não permitir que as massas pensem.

Neste sentido, os adolescentes que discordam da aplicação da sanção, apontam para um diálogo e um processo de reflexão no qual se o autor da falta disciplinar reconhece e se desculpa, poderia não ser sancionado, tendo em vista o diálogo estabelecido com a equipe e a consecutiva remissão.

Ponderamos que este encaminhamento é pertinente ao analisarmos que a submissão a Comissão de Avaliação Disciplinar e a aplicação de sanção pode prejudicar o andamento do processo judicial do adolescente. Sendo assim, poderia ficar por mais tempo em situação de privação, e muitas vezes não foram faltas graves, o que implica no que dispõe o ECA, quando trata da brevidade da medida.

Outra reflexão que nos cabe, refere-se à compreensão do conceito de lazer da instituição, uma vez que, entende que as atividades sem orientação, enquadram-se em atividades recreativas e de lazer. Considerando que a ação pedagógica complementada pelo desenvolvimento de conteúdos obrigatórios assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente, são desenvolvidos na perspectiva de preparar os adolescentes em privação de liberdade para a vida, incluindo o lazer neste processo formativo, sendo educados tanto pelo o lazer, quanto para o lazer.

Consideramos que este estudo não é conclusivo, e verificamos que adotando um olhar atento e uma escuta sensível as falas dos adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação, pode favorecer a compreensão dos atos cometidos antes e durante a privação. Sendo uma tarefa complexa, pois o convívio com estes dificulta um distanciamento do olhar julgador que compromete a reflexão sobre os processos educativos nas distintas práticas sociais.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012.** Esta Lei institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm acesso em

22/03/2013.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2).

CHAUÍ, Marilena. **Convite a filosofia**. São Paulo, Ed. Ática, 2000.

FRANCO, Maria L. P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 40 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MIRANDA, Ivanise L. Processo educativo: a práxis intencional e o resgate da cidadania. **Revista Fac. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 1, Jan. 1998

OLIVEIRA, Maria V. de; GONÇALVES E SILVA, Petronilha B.; GONÇALVES JUNIOR, Luiz; GARCIA-MONTRONE, Aida V.; JOLY, Ilza Z. Processos Educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: **Reunião Anual da Anped**, 32., 2009, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2009.

SÃO PAULO/FUNDAÇÃO CASA. **Educação e Medida Socioeducativa: Conceito, Diretrizes e Procedimentos**. Superintendencia Pedagógica. São Paulo: 2010. Disponível em <http://fundacaocasa.sp.gov.br/>

SILVA, Tomaz T. Depois das teorias críticas do currículo. In NÓVOA, Antônio e SCHRIEWER, J. A **difusão mundial da escola**. Lisboa, Educação, 2000.

STOPPA, Edmur A. **“Tá ligado mano”**: o *hip-hop* como lazer e busca da cidadania. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

VOLPI, Mário. **Adolescentes privados de liberdade: a normativa nacional e Internacional e reflexões acerca da responsabilidade penal**. São Paulo: Cortez, 2008.

LAZER, TURISMO E CULTURA EM SÃO PAULO: UM ESTUDO SOBRE O METRÔ COMO UM CAMINHO PARA NOVOS OLHARES TURÍSTICOS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Bárbara Machado Mazzetti
Caroline Galvão Nery
Cinthia Casimiro Pedrão
Júlio César Souza Santos

RESUMO

São Paulo: marcada por seu caráter inquietante, diversificado, e por sua riqueza econômica, histórica e cultural, identifica-se a importância do estudo desta metrópole em seus aspectos de lazer, turismo e cultura. A presente pesquisa parte desta premissa para explorar um meio fácil e econômico de conhecimento e descobrimento da cidade, o Turismetrô. Considera-se que a própria população paulistana pode ser desconhecadora de valores da cultura local, os quais muitas vezes passam despercebidos diante da rotina acelerada. Assim, realizou-se um levantamento bibliográfico para fundamentar as características do lazer e turismo, relacionando-o com a capital, analisando conceitos e elementos que podem estabelecer o Turismetrô como caminho para novos olhares da cidade. Buscou-se identificar os roteiros proporcionados pelo programa, apontar os principais aspectos que motivam os participantes a realiza-los, constatar se as expectativas foram alcançadas e avaliar se houve mudanças nos olhares sobre São Paulo após a participação. A metodologia utilizada foi uma análise interpretativa da teoria levantada, bem como pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas com os participantes, originando dados quantitativos e qualitativos. Os resultados obtidos confirmam que as mudanças de olhares ocorreram; entretanto, apontam melhorias em determinados aspectos de forma a tornar o programa mais acessível, eficiente e enriquecedor.

Palavras-chave: Turismetrô, Lazer, Cultura.

Introdução

A cidade de São Paulo, no decorrer de sua história, adquiriu importância socioeconômica, cultural e política em nível nacional. Foi pioneira no desenvolvimento de meios que facilitassem a locomoção dos trabalhadores, o que contribuiu com o potencial da cidade (SÃO PAULO, 2012). Dentre estes meios, o sistema de transporte interligado, o Metrô, surgiu como facilitador para atender esta demanda e atualmente amplia sua funcionalidade apresentando novos programas, como por exemplo, o Turismetrô.

Devido ao seu potencial predominantemente econômico, aspectos sociais e culturais da cidade de São Paulo podem acabar por serem desvalorizados ou até mesmo esquecidos pela própria população (SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 1999).

O presente trabalho visa analisar o Projeto Turismetrô e suas possibilidades de proporcionar novos olhares e transformar percepções da realidade. Para tal, pretende-se identificar os roteiros turísticos oferecidos pelo Programa, apontar os principais aspectos que motivam os participantes a realizarem os roteiros, constatar se as expectativas dos mesmos foram alcançadas e avaliar se houve mudanças nos olhares

sobre a cidade de São Paulo após a participação no Programa.

A fim de responder a questão problema e cumprir com os objetivos do presente trabalho, o mesmo foi elaborado em duas etapas: a estruturação de referencial teórico e uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa.

Neste referencial teórico, buscou-se apresentar uma discussão acerca da temática do lazer, turismo e cultura; seguido de um breve relato histórico do metrô e de atividades culturais e projetos desenvolvidos, dando enfoque ao programa Turismetrô.

Na pesquisa de campo, foi realizada a aplicação de questionários anteriores e posteriores à realização dos trajetos, tanto com os participantes como com os guias. Nesta coleta de dados, buscou-se obter um parâmetro do conhecimento dos usuários em relação ao potencial de cultura, lazer e turismo na cidade de São Paulo e a possibilidade da mudança de olhares sobre a metrópole após a participação no programa. Finalizada esta etapa, confrontou-se os resultados com o referencial teórico.

Fundamentação teórica

No contexto de uma sociedade globalizada, em que o indivíduo é múltiplo em seus aspectos culturais, sociais, políticos, entre outros, o lazer se mostra como um tempo/espaço de crítica no qual uma nova ordem social se faz possível e de paulatina transformação. Sob esta visão, ao tentar suscitar possíveis articulações do lazer, Linhares (1999, p.27) leva-nos a entendê-lo “[...] como tempo/espaço de vivência e de reflexão relativa a valores e normas de convivência [...]” que “[...] apresenta-se como possibilidade de questionamento da estrutura social vigente e de reconstrução das regras que organizam a realidade social”. Em conformidade com a ótica de um dos mais influentes autores da área, Joffre Dumazedier (1980, p. 19), o lazer caracteriza-se como:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

No entanto, nas relações sociais regidas pelo senso comum, o lazer baseia-se em ideias pensadas e preconizadas pelos meios de comunicação de massa que, segundo Marcelino (1996) divulgam as atividades separadamente, sob verbetes consagrados como teatro, cinema, exposições, dentre outros; promovendo informações vagas ou mesmo turvas sobre o lazer, dificultando o seu entendimento.

Neste sentido, o presente trabalho também procura entender como esse fenômeno, atrelado à prática do turismo, possibilita que a cidade de São Paulo seja usufruída e seus espaços sejam repensados de forma a possibilitar maior engajamento e participação da população.

Assim, na perspectiva do turismo atrelado ao lazer e possibilitador de diálogos com a cultura de um local, considera-se o turismo segundo Eduard Guyer-Freuler (1905, apud PANOSSO NETTO, 2010, p.23):

Em sentido moderno, um fenômeno de nosso tempo que se explica pela necessidade crescente de descanso e de mudança de ares, pela aparição e desenvolvimento de gosto pela beleza da paisagem, pela satisfação e bem-estar que se obtém da natureza virgem, mas, muito especialmente, pelas crescentes

relações entre povos diferentes, pelo aumento de empresas que dão lugar ao desenvolvimento do comércio, da indústria e das profissões e pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte.

Assim como ocorre com o lazer, no senso comum o turismo tem conexão relevante com a fuga do estresse por meio do conhecimento do novo – novos lugares, novas pessoas, novas cozinhas, novas culturas – e tem caráter de prêmio recebido após longo período de trabalho (PANOSSO NETTO, 2010).

Representando-se por signos e sofrendo impacto da maneira como estes se apresentam, a cultura, de certa forma, perpassa o lazer e o turismo, de modo que eles constituam-se de sentidos que caracterizam o olhar do praticante da atividade de ambos e que possuem significados e valores distintos, pautados em um espaço/tempo (FERRARA, 1996).

Na cidade de São Paulo observa-se um paradoxo semelhante ao que Melo (2003) aponta ao estudar a cidade do Rio de Janeiro, por meio do qual tem-se uma cidade partida, descentralizada, da qual os cidadãos se desconectam e tornam-se mutuamente desconhecidos. Isso implica na não identificação entre cidade e cidadão e, conseqüente, falta de cuidados para com o espaço urbano, uma vez que ele não é reconhecido como “nosso”.

Assim, será suscitado no presente trabalho o que Carvalho (1996, p. 109) chama de “percurso urbano”: um movimento entre os espaços que possibilite não somente uma contemplação ou um consumo visual de determinada paisagem, mas um “[...] tour que o leva para a leitura crítica da paisagem visitada/vivenciada”.

Analisando, então, a contribuição do metrô como facilitador de atividades de lazer, turismo e cultura, foi apenas em 1968 que se iniciaram as obras das linhas de metrô em São Paulo e, já na década 70, eventos culturais foram realizados na Estação São Bento, motivando a criação de um programa oficial da Companhia denominado Ação Cultural que possibilita, até os dias atuais, a realização de eventos e exposições de arte visual (SÃO PAULO, 2012). Neste mesmo ano, outras dezenas de divulgações e campanhas educativas foram feitas em outras estações (MEMÓRIA METRÔ, 2009).

Já em 1999 o Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESCSP) percebia a importância deste meio de transporte como caminho para o turismo cultural, afirmando que:

[...] o Metrô de São Paulo também resolveu colaborar para a redescoberta da cidade. Ainda um tanto tímido em suas investidas em turismo, porém com a vantagem de ser o meio de transporte mais viável e inteligente da cidade, o Metrô descobriu que poderia atingir o objetivo de aumentar o número de seus "clientes" nos finais de semana promovendo o turismo de um dia (Serviço Social do Comércio, 1999, p.01).

Um dos serviços oferecidos pelo metrô, que se pode ressaltar como propagador da imagem da identidade de São Paulo, em sua mais simples essência, é o programa Turismetrô. Fruto de uma parceria entre a São Paulo Turismo (SPTuris) e a Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ), é operado por uma agência de turismo receptivo local, denominada Check Point, que atua na contratação dos profissionais que atuam no projeto (CLEMENTE, 2011).

Este serviço busca divulgar a cidade de São Paulo pelo seu ponto de vista histórico, cultural, artístico, e por todas as outras múltiplas facetas que esta grandiosa cidade assume, aproximando turista e destino em uma relação de conhecimentos

intrínsecos.

Para a realização de tais passeios turísticos, utiliza-se o meio de transporte mais rápido e eficiente da cidade: o Metrô. Assim como afirma Barretto (2007, p. 22), “Quando os turistas abandonam o cotidiano e deixam suas rotinas de lado, entram num mundo que está fora dos limites, onde as regras são temporariamente suspensas e de onde retornam renovados”.

O Turismetrô tem atualmente cinco roteiros, acompanhados por guias de turismo bilíngues, em que é necessário apenas um bilhete de metrô para a realização de cada roteiro. Os guias passam informações sobre a história da cidade em geral, e sobre os pontos turísticos que são percorridos durante o trajeto. Os cinco roteiros oferecidos são: Sé; Av. Paulista; Liberdade; Theatro Municipal e Luz (SÃO PAULO, 2012). Todos os passeios são realizados aos finais de semana, o que facilita a participação de uma maior parcela de pessoas. Para participar dos roteiros, é necessário chegar com 20 minutos de antecedência à partida do roteiro desejado no balcão do Turismetrô, situado na Estação Sé.

Resultados e discussões

Ao serem realizadas as análises das respostas abertas obtidas no primeiro questionário, percebeu-se que os mais interessados em participar do programa são moradores da cidade de São Paulo que frequentam e possuem conhecimento dos locais visitados pelo roteiro. Os entrevistados apontaram a cidade como culturalmente rica e possuidora de muitas oportunidades e atrativos. No entanto, demonstra-se certa divergência de opiniões, visto que alguns apontam tais atrações como acessíveis apenas àqueles cujo poder aquisitivo é maior, enquanto que outros ressaltam as diversas opções gratuitas que a cidade oferece. Ressaltam também que, se existissem mais profissionais capacitados a atender estrangeiros que falam outros idiomas, bem como se fosse feita maior divulgação das opções de lazer, turismo e cultura que ocorrem na cidade, esta seria melhor usufruída.

Aqui se observa uma das características pelas quais se define o lazer como o conjunto de ocupações às quais os indivíduos se entregam de livre vontade, isentos de suas obrigações habituais, sendo, assim, pessoais e variáveis.

Neste contexto, observa-se o paradoxo das cidades por meio do qual se tem uma cidade partida, descentralizada, da qual os cidadãos se desconectam e tornam-se mutuamente desconhecidos, implicando na não identificação entre cidade e cidadão.

Percebeu-se que os participantes foram motivados pelos mais diversos aspectos, destacando-se o baixo custo da atividade; e dentre outras respostas mais específicas, citou-se a curiosidade, o gosto pela atividade, a vontade de conhecer melhor a cidade em que vivem, a intenção de ter outros olhares sobre os locais visitados e enriquecimento cultural.

Obteve-se, então, uma observação peculiar de um dos respondentes (número 08): “Preciso desconstruir minhas ideias de pensar que os arredores da Estação da Luz é um local frequentado apenas por mendigos, moradores de rua, usuários de drogas, etc.”.

Tal resposta demonstra que o participante, antes mesmo de realizar o roteiro, enxergava no passeio um caminho para a desconstrução de um olhar negativo que tinha sobre os arredores da Estação Luz. Assim, pode-se considerar o Turismetrô como um meio transformador de olhares sobre a própria cidade, muitas vezes ignorada na correria do dia a dia. Possibilita, dessa forma, uma nova percepção da própria cultura, através de um “percurso urbano”, que promove não somente uma contemplação ou um consumo visual de determinada paisagem, mas também o reconhecimento e/ou

olhar crítico sob a mesma.

Revela-se, assim, uma nova possibilidade com grande influência na forma como os elementos históricos, culturais e turísticos são percebidos e sentidos pelos participantes, uma vez que estes caracterizam o olhar do praticante da atividade de lazer e de turismo e possuem significados e valores distintos.

Percebe-se uma satisfação geral dos participantes após a realização do passeio, mostrando que, com o projeto Turismetrô, é possível fazer turismo na própria cidade onde se vive, uma vez que a maioria dos respondentes eram moradores de São Paulo que passaram a ter uma visão mais conceituada e crítica do lugar em que vivem.

Quando questionados sobre os principais benefícios que o programa trouxe, as observações mais frequentes apontavam para o conhecimento cultural e histórico da cidade, a possibilidade de um momento de lazer e entretenimento de maneira descontraída e atrativa, a mudança de olhar sobre a localidade, bem como a possibilidade de uma prática turística de custo acessível. Um depoimento (respondente número 04) revela: “O Turismetrô populariza o acesso ao turismo e a cultura, visto que pessoas sem condição de contratar um guia podem participar do programa”. Outro participante confirma (respondente número 07):

Vejo que o programa abre as portas para o conhecimento de diversos locais, mas deixa as visitas internas de lado, permitindo assim que o turista busque por si mesmo a ampliação de seus conhecimentos. Seria, assim, uma espécie de paliativo para “pescar” sua atenção.

Houve conformidade de opiniões revelando que as mudanças em seus olhares de fato ocorreram. Alguns relatos apontaram, também, que o programa favorece uma vivência dos locais de forma mais humanizada e viva.

E por fim, nas sugestões, considerações e reclamações para o programa, os entrevistados citaram a falta de uma estrutura para dias de chuva, a pouca divulgação do programa e a pouca visibilidade do balcão na estação da Sé. Sugeriu-se a criação de novos roteiros, tanto em novos lugares como em horários diferentes, assim como também a necessidade de mais pontos de descanso durante o percurso, e a adaptação ou criação de roteiros mais acessíveis, como para cadeirantes.

Ressalta-se que tal como a iniciativa do metrô junto a SPTuris em desenvolver o projeto Turismetrô, a atuação de um guia de turismo contribui para proporcionar novos olhares da cidade de São Paulo. Uma das guias afirmou: “sou grande fã do país apesar de todos os problemas”. Apaixonada pela cidade, disse que “veste a camisa”, fala com orgulho, despertando, nos participantes, a vontade de conhecer a cidade sem medo, retratando o lado “mágico” e “encantador” dos lugares.

Considerações finais

Compreender o Metrô além de um sistema de transporte integrado que viabiliza a locomoção da população paulista foi, e é, fator primordial para o desenvolvimento desta pesquisa. Verifica-se que diante de suas aspirações culturais a empresa amplia-se no âmbito de proporcionar hábitos de cultura, turismo e lazer com os inúmeros projetos já citados, em especial, o programa Turismetrô que abrange estes fatores.

No entanto, neste contexto, o programa mostra-se como uma iniciativa singular por parte da prefeitura e da SPTuris, que aparentam ter uma postura ainda primária, limitada e precária em relação a facilitar e estimular o acesso da população aos

bens culturais da cidade. A demanda é um dos fatores que comprova esta posição, já que, a exemplo do próprio Turismetrô, esta se mostra maior que a oferta proporcionada pelo mesmo. Esse excesso de demanda, por sua vez, é causado pela carência de infraestrutura, iniciativas e opções que proporcionem a vivência do patrimônio histórico da cidade por parte do governo, assim como de outras instituições privadas que poderiam oferecer serviços qualificados como esse.

Desta forma, o programa Turismetrô confirma seu papel social possibilitando um meio eficiente e facilitador no acesso ao lazer, convívio sócio familiar, cultura e turismo em São Paulo, assim como, induz tais hábitos na população, propagando uma imagem que forma em cada sujeito uma identidade da cidade paulista, através da visão crítica que os roteiros fomentam.

Reafirma-se o lazer como tempo e espaço de crítica e transformação, tanto por parte dos participantes - como indivíduos que se constituem a partir de experiências e conhecimentos - quanto da própria São Paulo que ganha novas percepções e concepções ao ser valorizada, redimensionada e lembrada pela sua multiplicidade social e cultural, sob os variados aspectos que a compõem.

Contudo, analisando os roteiros individualmente, a presente pesquisa não alcança a proposição estabelecida de verificar de que maneira e em quais pontos as mudanças de olhares ocorreram, havendo a necessidade de especificidade nos questionários para os participantes, de forma a detalhar pontos turísticos e regiões que por vezes carregam estereótipos de precariedade e inacessibilidade.

Num contexto de sociedade emergente e curiosa, a população procura, cada vez mais, explorar a capital diversificada na pretensão de um enriquecimento que vai além do conhecimento descrito em livros e proporcionado pelos guias, isto é, o enriquecimento formador de uma vivência e identidade singular.

Por fim, percebe-se que o programa proporciona novos olhares da cidade de São Paulo de forma geral, sendo até mesmo buscado por alguns com esse objetivo. Ressalta-se, assim, o Turismetrô como meio descobridor da cidade e divulgador de história, cultura, arte, lazer e turismo, de forma abrangente, atualizada e acessível; sendo um exemplo a ser perseguido por futuras iniciativas públicas ou privadas que visem destacar, melhorar e estimular a relação dos indivíduos com os bens culturais da cidade e, logo, com ela própria.

Referências

- BARRETTO, M. **Cultura e turismo**: Discussões contemporâneas. Campinas: Papirus, 2007 – Coleção Turismo.
- CARVALHO, P. F. de. Patrimônio cultural e artístico nas cidades paulistas: a construção do lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Org.). **Turismo**: Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 100-113.
- CLEMENTE, A. C. **Política Pública de Turismo**: um enfoque nas políticas de lazer desenvolvidas pela Empresa São Paulo Turismo. São Paulo, 2011.
- DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- FERRARA, L. D. O Turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Org.). **Turismo**: Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 15-24
- LINHALES, M. A. **Lazer, cidadania e qualidade de vida**: reflexões acerca da possibilidade da liberdade e da ação política. Licere, Belo Horizonte, v.2,n.1,p.19-30,1999.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. 4ed. Campinas, São Paulo:

Autores Associados, 1996.

MELO, V. A. de. Lazer, meio ambiente e envolvimento comunitário. In: MELO, V. A. de. **Lazer e Minorias Sociais**. São Paulo: IBRASA, 2003.

MEMÓRIA METRÔ. **Linha do Tempo**. São Paulo, 2009. Disponível em:

<<http://www.memoriametro.com.br/conteudo.html>> Acesso em: 17 ago. 2012.

NETTO, A. P. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

SÃO PAULO. Companhia do Metropolitano de São Paulo. **Cultura e Lazer**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.metro.sp.gov.br/cultura-lazer/index.aspx>> Acesso em 25 ago. 2012.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Descobrimos os segredos de São Paulo**. São Paulo, 1999. Ano 5. Nº20. Disponível em:

<http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas/revistas_link.cfm?Edicao_Id=20&Artigo_ID=316&IDCategoria=589&reftype=2> Acesso em 20 ago. 2012.

MESTRADOS LATINO-AMERICANOS EM LAZER, *RECREACIÓN* E *TIEMPO LIBRE*: INTERFACES

Christianne L. Gomes
Rodrigo Elizalde

RESUMO

Este texto apresenta alguns resultados de uma pesquisa mais abrangente que foi dedicada ao estudo de cinco propostas de mestrado em Lazer, *Recreación* e *Tiempo Libre* desenvolvidas em quatro países latino-americanos. O objetivo da investigação foi discutir as interfaces (semelhanças e diferenças) entre o mestrado sobre a temática realizado no Brasil e os programas similares existentes na Costa Rica, Equador e México. A metodologia desta pesquisa qualitativa foi composta por investigação bibliográfica, realização de entrevistas com 25 voluntários vinculados aos mestrados estudados e grupo focal com os coordenadores. O estudo das interfaces dessas propostas formativas possibilitou constatar diversos aspectos relevantes de serem considerados no contexto da pós-graduação em lazer, *recreación* e *tiempo libre* no contexto latino-americano. As similaridades e as diferenças existentes entre os cinco mestrados estudados não são uma barreira que impossibilita a interação e a colaboração, e sim uma rica possibilidade de trocas e intercâmbios de forma solidária e construtiva.

Palavras-Chave: Lazer, mestrado, América Latina.

Introdução: Objetivo e metodologia da pesquisa

Este texto apresenta alguns resultados de uma pesquisa mais abrangente que foi dedicada ao estudo de cinco propostas de mestrado em Lazer, *Recreación* e *Tiempo Libre* desenvolvidas em quatro países latino-americanos: no Brasil, na Costa Rica, no Equador e no México.

O objetivo da investigação foi discutir as interfaces (semelhanças e diferenças) entre o mestrado sobre a temática realizado no Brasil e os programas similares existentes na Costa Rica, Equador e México, que são os seguintes:

- *Universidad Regional Miguel Hidalgo* (URMH), México: Em 1997 foi criada a *Maestría en Recreación y Administración del Tiempo Libre*, a primeira no México sobre esta temática. Este mestrado profissional é o mais antigo entre os cinco que foram estudados na pesquisa.
- *Universidad YMCA*, México: A *Maestría en Recreación* tem enfoque profissional e foi criada em 2004 de modo articulado com dois cursos de Especialização sobre a temática, os quais constituem as linhas de pesquisa do mestrado: *Recreación laboral* e *Recreación Turística*.
- *Universidad de Costa Rica* (UCR), Costa Rica: Foi em 2004 que a UCR aprovou a criação da *Maestría Profesional en Recreación*, como iniciativa pioneira no país. A primeira turma de mestrados foi iniciada em 2005.
- *Escuela Politécnica del Ejército* (ESPE), Equador: A *Maestría en Recreación y Tiempo Libre*, com enfoque profissional, foi iniciada em 2006. Atualmente, esta é a única possibilidade formativa em nível de pós-graduação desenvolvida no Equador sobre a temática.
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil: O Mestrado em Estudos do Lazer tem enfoque acadêmico, foi aprovado em 2006 e a primeira turma

ingressou em 2007. O doutorado também passou a ser oferecido em 2012.

A pesquisa realizada no contexto dessas cinco propostas formativas teve enfoque qualitativo e seguiu os aspectos metodológicos que foram propostos por Laville e Dionne (1999) para este tipo de abordagem. Como ponto de partida, foi feita uma pesquisa bibliográfica por meio do estudo de livros e também de outras publicações nacionais e estrangeiras relacionadas à temática investigada.

No segundo momento, a pesquisa foi enriquecida com entrevistas, as quais foram realizadas com 25 voluntários vinculados às cinco instituições estudadas. Em cada proposta foram entrevistadas cinco pessoas: o coordenador, dois professores, um estudante e um egresso. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado. Esta estratégia possibilitou, quando necessário, remodelar as perguntas e acrescentar outras à medida que as informações eram recebidas (Triviños, 1987).

Todas as entrevistas foram realizadas individualmente e, com a concordância formal dos entrevistados (expressa no TCLE), os depoimentos foram gravados e, posteriormente, transcritos na íntegra conforme a língua dos entrevistados, preservando seu o anonimato. A investigação também foi enriquecida com a estratégia de grupo focal com os coordenadores dos cinco mestrados. Esta possibilidade coletiva procurou explorar outras dimensões do objeto estudado.

As informações foram organizadas e analisadas por meio da construção iterativa que integra a estratégia de análise de conteúdo especificada por Laville e Dionne (1999). Dessa forma, a análise foi construída passo a passo – com reflexão e interpretação dos dados coletados durante todo o processo de pesquisa.

Resultados e discussões

A pesquisa bibliográfica sobre a produção de conhecimentos sobre recreação e lazer na América Latina evidenciou que as influências norte-americanas e europeias foram e ainda são muito significativas na região. Foi possível constatar, também, uma particularidade em termos dos estudos latino-americanos sobre a temática: de maneira semelhante aos Estados Unidos, muitos saberes sobre o lazer foram difundidos em distintos países pelas proximidades que essa temática estabeleceu com a recreação pela via do “tempo livre”. Nessa perspectiva, a associação entre os termos recreação e lazer (*recreación* e *ocio*) ainda é bastante comum na região, como herança dos Estados Unidos, onde também ainda é comum a associação entre os termos *recreation* e *leisure*. Estes aspectos, indubitavelmente, acabam gerando muitas dificuldades de compreensão (Werneck, 2000).

Por um lado, em muitos países latino-americanos – notadamente naqueles de língua espanhola – os saberes sobre o lazer/*ocio* ainda são negligenciados e invisibilizados, ou simplesmente são atrelados aos saberes sobre a recreação como se fossem a mesma coisa. Isso decorre do fato de ainda subsistir um preconceito com o uso da palavra *ocio* (aquela que é, tradicionalmente, tomada como sinônimo de lazer/*leisure/loisir*, como ressaltam Gaelzer, 1985 e Salazar-Salas, 2007).

Por isso, é importante considerar não somente os conhecimentos sobre lazer que um determinado autor produz ou utiliza. Também é fundamental reconhecer de onde nascem estes conhecimentos e em quais teorias e autores eles estão fundamentados; conhecer e analisar os contextos em que foram produzidos, a que motivações correspondem, os valores que expressam, os fundamentos que os definem, as visões de mundo e as ideologias subjacentes, assim como os projetos políticos de sociedade com os quais estão comprometidos. Como discutido por Gomes (2011), existe uma estreita relação entre os padrões de conhecimento mundiais e as estruturas econômicas e de

poder hegemônicas. Obviamente, muitos conhecimentos produzidos por autores de distintos países podem ser úteis e necessários para a reflexão sobre o lazer em determinados contextos, mas, eles não devem ser tratados como universais ou ser incorporados de forma descontextualizada e destituída de um posicionamento crítico.

Assim, é fundamental desconstruir as ideias universalizantes que estão arraigadas em nossas experiências, em nossos estudos e em muitas de nossas pesquisas sobre o lazer, visando à busca de alternativas para enfrentar a ordem social injusta e excludente que predomina na América Latina. Por isso, cada vez mais nossos estudos sobre o lazer precisam considerar a busca de alternativas para enfrentar situações complexas como as desigualdades sociais e a concentração de riqueza, a precarização do trabalho, a destituição dos direitos sociais, os conflitos armados, a marginalização e as distintas formas de violência que marcam profundamente toda a região latino-americana, entre muitas outras problemáticas atuais. Afinal, existe uma estreita relação entre os padrões de conhecimento mundial e as estruturas econômicas e de poder hegemônicas (Gomes; Elizalde, 2012).

Algumas dessas questões foram problematizadas nas entrevistas com os voluntários vinculados aos mestrados latino-americanos em *Lazer/Recreación/Tiempo Libre* considerados na pesquisa e também no grupo focal, enriquecendo assim a análise documental. Dessa maneira, o estudo das peculiaridades e das interfaces dessas propostas formativas possibilitou constatar diversos aspectos relevantes, e alguns deles são sintetizados a seguir:

- Quatro dos cinco mestrados foram instituídos entre 2004 e 2006 e um deles (URMH) foi criado em 1997. Esses programas são realizados por três universidades públicas (Brasil, Costa Rica e Equador) e duas privadas (ambas no México).

- Apenas um mestrado tem enfoque acadêmico (UFMG/Brasil) e é gratuito, os demais mestrados são profissionais e são financiados pelo pagamento de mensalidades por parte dos estudantes. Quando o número de alunos inscritos/selecionados é considerado insuficiente para viabilizar financeiramente o mestrado, ocorrem dificuldades que, em geral, impedem a abertura de novas turmas. Esta realidade refere-se não somente aos quatro países aqui considerados e condiz com duas tendências. Uma delas é a diminuição do apoio financeiro dos governos latino-americanos para financiar a educação pública, o que é ainda mais significativo no caso da pós-graduação. A outra tendência é a mercantilização e privatização da educação universitária em geral, em toda América Latina, ao ser um mercado potencialmente gerador de muito lucro, como indicado por Follari (2008).

- Todos os mestrados estão abertos a profissionais formados em nível superior (licenciatura ou bacharelado), provenientes de diferentes áreas do conhecimento. A cada nova turma ingressam entre 15 a 20 estudantes, a maioria formada em educação física em todos os mestrados. O México conta com uma licenciatura específica em recreação e administração do tempo livre e muitos egressos desta licenciatura buscam realizar o mestrado na mesma área. Os mestrados do Brasil, da Costa Rica e do Equador estão sediados em faculdades de educação física e áreas afins, o que é decorrente da tradição em termos dos vínculos tradicionalmente constituídos entre a recreação e a educação física (Isayama, 2010). Isso ocorre na América Latina e também em outros países.

- O corpo docente dos cinco mestrados é constituído por profissionais de diferentes áreas do conhecimento. No entanto, foi possível verificar que boa parte dos professores tem formação de nível superior em educação física, principalmente no Brasil, na Costa Rica e no Equador. Quanto à titulação dos professores, somente no Brasil todos são doutores. Nas demais propostas a maioria dos docentes tem título de mestre, sendo que um professor entrevistado cursou apenas o MBA. Alguns professores

que são mestres realizaram um ou dois doutorados, mas, não chegaram a defender uma tese e concluir o doutorado. De acordo com García Guadilla (2010), apenas um terço dos investigadores na região latino-americana possui doutorado. De acordo com a autora, a expansão da pós-graduação ainda é insuficiente para impulsionar e sustentar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia na região.

- Somente no mestrado da UFMG/Brasil todos os professores trabalham em tempo integral na universidade e na UCR/Costa Rica muitos deles estão numa situação similar. Nos demais mestrados, a maioria dos professores é contratada para desenvolver atividades mais específicas, seja lecionar disciplinas, orientar mestrandos e/ou participar de outras atividades promovidas pelo curso. Nenhum professor do mestrado da UFMG/Brasil recebe qualquer tipo de remuneração adicional para atuar como docentes, orientadores e pesquisadores na pós-graduação, pois, todas essas atividades fazem parte de suas responsabilidades acadêmicas universitárias. Neste sentido, muitos docentes de instituições de educação superior vivem a tendência mundial da precarização do trabalho, que de forma mais sutil também vem sendo chamada de flexibilidade laboral, como um produto da mercantilização da educação superior, como indica Bosi (2007). O autor destaca algumas das principais causas da precarização do trabalho docente no Brasil, o que pode ser homologado para muitas realidades educativas latino-americanas: (a) o crescimento da força de trabalho docente ocorrido, principalmente, no setor privado e em novas universidades estaduais, em que as condições de trabalho e de contrato geralmente são precárias; (b) a mercantilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas instituições de educação superior, e (c) a adoção de critérios exclusivamente quantitativos para a avaliação do trabalho docente.

- Em termos gerais, apenas a proposta desenvolvida no Brasil prioriza a formação de pesquisadores e de professores que atuem com a docência no nível superior, certamente por se tratar de um mestrado acadêmico. Os mestrados desenvolvidos na Costa Rica e no Equador também mencionam essa possibilidade quanto explicitam o campo de atuação para os mestres titulados. Mas, em geral, os mestrados profissionais focalizam mais a questão dos serviços e as aplicações práticas do conhecimento.

- Com exceção da Costa Rica, quatro das cinco propostas contam com linhas de investigação que tratam de temas diversos. Embora a importância da pesquisa seja reconhecida em todos os cinco mestrados, não é enfatizada na maioria das propostas, ocorrendo somente no Brasil, onde os professores coordenam grupos de pesquisa envolvendo a participação de orientadores e estudantes e coordenam projetos de investigação. Considerando a realidade da pós-graduação mexicana, por exemplo, Aguilar (2011) salienta ser reduzido o interesse dos mestrandos em se dedicar à pesquisa, pois, ela é considerada apenas uma “opção” para os interessados e isso é respaldado pela própria legislação que rege os cursos nesse país. Isso, segundo a autora, tem gerado sérios problemas: em termos do baixo interesse por seguir a formação no nível de pós-graduação; da ênfase na educação física; de quantidade/qualidade da produção bibliográfica sobre a temática e também da escassez de pesquisas com enfoque qualitativo. Este problema também pode ser verificado em outros contextos latino-americanos.

- Todas as propostas formativas aqui estudadas são presenciais, mas, o desenvolvimento de cada mestrado ocorre de uma maneira diferente: enquanto alguns são realizados em módulos compactos aos finais de semana (no Equador e nas duas universidades do México que contam com turmas intensivas) ou no verão (URMH), em outros mestrados as aulas acontecem durante a semana, como no Brasil e na Costa Rica (com a diferença que no Brasil as aulas são ministradas nos períodos da manhã e/ou da

tarde e na Costa Rica elas acontecem à tarde/noite, envolvendo também alguns sábados).

- Os mestrados profissionais contam com muitas disciplinas obrigatórias em seus currículos. No mestrado acadêmico (Brasil) a maioria das disciplinas é optativa, permitindo aos estudantes priorizar as suas pesquisas durante os dois anos previstos para concluir a sua formação.

- Os mestrados utilizam metodologias de trabalhos distintas e as quatro propostas com enfoque profissional priorizam conhecimentos técnicos / pedagógicos / administrativos visando a sua aplicação, de modo que algumas práticas de campo são realizadas no decorrer do processo. No Brasil este tipo de estratégia é pouco trabalhada.

- Todas as propostas prevêm a elaboração de um trabalho final como condição para concluir o mestrado, que deverá ser defendido publicamente perante uma comissão avaliadora. Entretanto, o formato deste trabalho final é distinto em cada mestrado, podendo ser elaborado em equipe no México. Além disso, a composição da comissão avaliadora desses trabalhos difere muito entre as propostas. Nos quatro mestrados profissionais (Costa Rica, Equador e México) o coordenador participa da comissão que avalia os trabalhos finais de todos os mestrados.

- Em todas as propostas é fixado o prazo de aproximadamente 20-24 meses para realizar o mestrado, o que em alguns casos representa o tempo previsto para cumprir as disciplinas. Essa possibilidade se diferencia do mestrado acadêmico (Brasil), onde o período de 24 meses inclui o cumprimento dos créditos em disciplinas, a elaboração da pesquisa e também a defesa do trabalho final.

- O índice de titulação ainda é baixo nos quatro mestrados profissionais, evidenciando algumas dificuldades em termos de eficiência terminal. Até o momento em que as entrevistas foram finalizadas (em abril de 2011), no período de março/2008 a março/2011, em duas outras propostas de mestrado desenvolvidas há mais de cinco anos nenhum mestre havia sido formado. Isso representava uma preocupação dos dirigentes institucionais das universidades responsáveis pelos programas. Contudo, no decorrer do grupo focal (outubro/novembro de 2011) foi verificado que as primeiras titulações estavam em processo nesses dois mestrados.

- Considerando a realidade do México, cabe destacar que os mestrados realizados nesse país ficam vulneráveis em termos de eficiência terminal, pois, é considerado *egresado* o estudante aprovado nas disciplinas do mestrado. Assim, muitos são *egresados*, mas, poucos são os titulados. Nessa condição, muitos professores que atuam no magistério do setor público já podem solicitar uma progressão de carreira, o que lhes concede um aumento de salário. Muitas vezes, esta é a principal motivação para o ingresso no mestrado, sem que os mestrados tenham necessariamente o compromisso de concluí-lo. Inevitavelmente, isso acaba prejudicando a instituição que desenvolve a proposta porque reduz muito o seu índice de titulação. O próprio estudante também fica prejudicado, uma vez que se negligencia a relevância de concluir o processo para qualificar a sua formação e também para que possa receber o seu título.

- O campo de atuação profissional vislumbrado para os futuros mestres contempla o setor público, o setor privado e o chamado terceiro setor (organizações não governamentais e associações comunitárias, por exemplo) em todos os cinco mestrados. Entretanto, foi observado que os dois mestrados mexicanos dão uma ênfase maior no empreendedorismo, incentivando seus mestrados a atuarem, profissionalmente, como gestores de suas próprias empresas. Além disso, foram constatadas fragilidades neste aspecto, o que precisa ser visto como um incentivo para que os mestrados busquem ampliar as possibilidades de inserção profissional e de desenvolvimento profissional para os mestres formados em seus respectivos países.

- A maioria dos programas de pós-graduação estudados mencionou vínculos de cooperação e intercâmbio, mas, na pesquisa, poucos indicaram a realização de ações concretas, o que evidencia a importância de estabelecer parcerias voltadas para a articulação e a integração regional. Por isso, certamente a constituição de parcerias e de redes de colaboração envolvendo os mestrados estudados poderá contribuir com a diminuição de algumas das disparidades e desigualdades que incidem sobre a pós-graduação, a pesquisa e a produção intelectual sobre as temáticas lazer/*ocio*, recreação/*recreación* e tempo livre/*tiempo libre* na América Latina, o que representa um importante desafio para as pessoas, grupos e instituições envolvidas neste campo estudos, vivências e intervenções.

Considerações finais

Pelo que foi exposto, ampliar os diálogos entre as instituições que desenvolvem os cinco mestrados sobre lazer/*tiempo libre/recreación* de uma forma sinérgica e construtiva é um amplo e necessário desafio para o desenvolvimento deste campo na América Latina. Esses aspectos também foram ressaltados no grupo focal, quando os participantes dialogaram sobre os desafios comuns a serem partilhados pelos mestrados. Esses diálogos reforçaram a necessidade de investigar mais, levando em consideração as características das sociedades latino-americanas como ponto de partida para construir nossas próprias teorias. Ademais, indicaram a importância de qualificar os estudos sobre as temáticas do lazer/*tiempo libre/recreación*, pois, muitos trabalhos são superficiais e consistem em relatos de experiências com poucas reflexões e de sistematizações mais consistentes.

Vencer a barreira linguística que muitas vezes separa os países de língua espanhola do Brasil, e vice-versa, foi também anunciado como um desafio a ser enfrentado urgentemente por todas as pessoas, grupos e instituições latino-americanas. Ademais, ampliar as possibilidades de comunicação, aproveitando os recursos das novas tecnologias, como a internet, que pode contribuir com a redução das distâncias e com a ampliação da integração latino-americana no campo do lazer/*tiempo libre/recreación*.

Para isso, foi sugerida a criação de redes de colaboração entre os mestrados estudados, que funcionem como um espaço informal de intercâmbio de conhecimentos, ideias, experiências, metodologias de ação e encaminhamentos político-pedagógicos entre pessoas e instituições interessadas na pesquisa e na pós-graduação sobre a temática. Como esclarece Gazolla (2008, p.136), “*Sabemos que la producción intelectual se da en red. Sean redes de personas, sean redes de instituciones o de grupos.*”

O desenvolvimento de estratégias comprometidas com a valorização e com a ampliação do campo de atuação profissional para os mestres titulados em lazer/*tiempo libre/recreación* foi também pontuado como um importante desafio a ser alcançado pelos programas latino-americanos analisados nesta pesquisa.

Em síntese, as similaridades e as diferenças existentes entre os cinco mestrados estudados não são uma barreira que impossibilita a interação e a colaboração, e sim uma rica possibilidade de trocas e intercâmbios de forma solidária e construtiva. Sendo assim, foram identificadas na pesquisa inúmeras possibilidades para constituir vínculos de cooperação entre essas propostas de pós-graduação, já que o mais importante é a vontade comum de trabalhar no sentido de consolidar o campo da recreação e do lazer na América Latina.

Referências

- AGUILAR, Lupe. *Eldesarrollo de la investigación sobre recreación, tiempo libre y ocio*. Rev. Humanidades. Fortaleza, v. 26, n. 2, p. 193-207, jul./dez. 2011.
- BOSI, Antônio de Pádua. *A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos*. Revista Educação e Sociedade. Campinas, Vol. 28, nº 101, p. 1503-1523, 2007.
- FOLLARI, Roberto A. *La selva académica: Los silenciados laberintos de los intelectuales en la universidad*. Rosario: Homo Sapien Ediciones, 2008.
- GAELZER, Lenea. *Lazer, Recreação e Trabalho*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2ª Edição, 1985.
- GARCÍA-GUADILHA, Carmen. Heterogeneidade y concentración em las dinámicas geopolíticas del conocimiento académico. Reflexiones y preguntas para el caso de América Latina. In: MOLLIS, Marcela; NÚÑEZ, Jover Jorge; GARCÍA GUADILHA, Carmen. *Políticas de posgrado y conocimiento público em América Latina y el Caribe: desafíos y perspectivas*. [1. ed.] Buenos Aires: CLACSO, p.135-164, 2010.
- GAZZOLA, Ana Lúcia. *Cooperación universitaria: internacionalización solidaria*. Educación Superior y Sociedad/ Nueva Época. Año 13, n. 1, fev., p. 125-136, 2008. Disponível em: <<http://www.iesalc.unesco.org.ve>>. Acessado em: 26 dez. 2011.
- GOMES, Christianne L. Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. In: *Revista Licere*. V.14, N.3, Belo Horizonte: Celar, p.1-25, set./2011. Disponível em <<http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/sumario.html?ed=29>> Acessado em: 27/3/2012.
- GOMES, Christianne; ELIZALDE, Rodrigo. *Horizontes latino-americanos do lazer/Horizontes latinoamericanos del ocio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. Disponível em: <<http://grupootium.wordpress.com/2012/06/29/novo-livro-horizontes-latino-americanos-do-lazerhorizontes-latino-americanos-del-ocio/>> Acessado em 10/06/2013.
- ISAYAMA, Hélder (Org.). *Lazer em estudo: currículo e formação profissional*. 1ed. Campinas: Papirus, 2010.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SALAZAR-SALAS, Carmen G. *Recreación*. San José, Costa Rica: UCR, 2007.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- WERNECK, Christianne. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Editora UFMG/CELAR-DEF, 2000.

MULTIPLICIDADES: ENCONTROS E TRANSINDIVIDUAÇÕES PELO LAZER

Paulo Cezar Nunes Junior

RESUMO

Este ensaio pretende discutir a temática do lazer e espaço urbano revisitando as ideias de autores clássicos sobre o assunto e propondo uma nova leitura do assunto a partir da obra do filósofo francês Gilbert Simondon. A hipótese é a de que há nos espaços de circulação e outras frações de espaços urbanos não classificados como *equipamentos de lazer* possibilidades de prazer e liberdade, transindividuações (encontros, acoplamentos sujeito/ambiente) que estão além das individualizações agenciadas pelo urbanismo e pelo planejamento urbano.

Palavras Chave: Lazer, Espaço Urbano, Filosofia.

Introdução

Minhas reflexões sobre espaço urbano e lazer na cidade surgiram há alguns anos e tomaram forma mais consistente após meu ingresso no Curso de Mestrado em Educação Física e Sociedade, quando desenvolvi uma pesquisa sobre apropriação de espaços de lazer no Parque do Ibirapuera em São Paulo (NUNES JUNIOR, 2009). Logo após a finalização desta fase de estudos, optei por distanciar-me dos pensadores que articulavam o assunto decodificando o espaço urbano em equipamentos específicos de lazer¹. Naquela ocasião notei que caminhava num certo contra fluxo conceitual do entendimento clássico de equipamento de lazer, uma vez que desconstruí (apoiado em Henri Lefebvre, Milton Santos e José Guilherme Cantor Magnani) a idéia de que existiam áreas específicas e não específicas de lazer na cidade.

Procurando marcar o conceito de *espaço para o tempo livre*, falava sobre a possibilidade de um espaço servir ao tempo livre de acordo com a apropriação feita por parte dos sujeitos, retirando o foco majoritariamente dado aos parâmetros estruturais e físicos por parte de alguns teóricos do lazer. A vontade por investigar este tema foi alimentada mais tarde, quando passei a tomar contato com o pensamento do filósofo francês Gilbert Simondon.

Para este ensaio, parte-se do pressuposto de que a organização das cidades e o planejamento urbano localiza as práticas de tempo livre, instituindo formas de lazer em determinados lugares, com horários e condutas a serem seguidas. Este texto se propõe a investigar estes limites colocando em diálogo autores que, a meu ver, tem contribuições importantes para a reflexão sobre o tema.

Novas reflexões sobre lazer e cidade

As formas urbanas que temos atualmente são frutos de uma configuração produtiva fomentada pelo industrialismo do século XVIII, quando as noções de tempo e de espaço começam a tomar forma segundo a rotina que o novo sistema de trabalho

¹ Em sua obra “Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer”, Requiza (1980) apresenta o conceito de equipamentos de lazer para definir os locais onde este pode ser praticado, atribuindo a eles outras classificações de acordo com suas funções (específico/não-específico) e dimensões (macroequipamento/microequipamento).

demandava. Não por acaso, é nesta época que surge o termo lazer (do latim *licere* - aquilo que é lícito): seria preciso separar as “boas práticas” que pudessem preparar o sujeito para voltar ao turno de trabalho dos vícios da bebida e de outros resquícios de ócio da Idade Média. Segundo Foucault (2011, p 271), “a consciência moderna tende a ordenar conforme a distinção do normal e do patológico e poder de delimitar o irregular, o desviante, o desarrazoado, o ilícito e o criminal”. As novas condutas lícitas foram colocadas em circulação tanto pela proibição/permissão de hábitos quanto pelo desenho do espaço urbano e condições de habitação/circulação que logo depois começariam a ser agenciadas de forma mais sistematizada pelo urbanismo.

Este conjunto de ações de planejamento urbano consagra-se como ciência que organiza a cidade moderna, acessibilizando e valorizando determinados objetos técnicos (SIMONDON, 1958) e apresentando ao sujeito uma rede de estados e de papéis através dos quais ele deve passar sua conduta individual e coletiva. Neste mecanismo, haveria um processo de individuação do sujeito segundo a construção de uma subjetividade própria, “subjetividade essa que determinava constrangimentos a nível espacial” (GUATARRI, 1985, p. 109) combinado com o movimento de transindividuação, com aquilo que o permeava segundo os agenciamentos possíveis, definidos por Deleuze e Guatarri (1997b) como sendo o acoplamento de um conjunto de relações materiais e de signos que lhes corresponde.

Algumas das possibilidades de atualização desses processos de individuação sobressaem-se, tendo em vista que há uma determinada operação que as organiza para agir de acordo com uma forma, um agenciamento (DELEUZE, GUATARRI; 1997b) desejado. Desse modo, quando se fala em organização do espaço urbano implica-se em afirmar que determinados saberes foram acionados para a constituição do modelo de cidade hoje existente: um corpo de conhecimentos foi desenvolvido para justificar a organização das casas, a disposição das ruas, a definição de espaços para o trabalho, para a convivência familiar, para a festa.

Se por um lado existe uma lógica tecnicista individualizante que determina a organização das cidades, por outro lado há outros elementos que fazem emergir novas possibilidades de reconfiguração das normas postas. A ideia de que a vida cotidiana (LEFEBVRE, 1991), as táticas e astúcias (CERTEAU, 1994), as apropriações feitas do ambiente pelo sujeito (POL, 1996), e a produção do espaço material e imaterial (SANTOS, 2002) são alguns exemplos de esforços feitos por alguns pensadores a favor deste movimento de desconstrução. No mesmo sentido, pela noção simondoniana de transindividuação a realidade pode ser percebida como uma relação de coexistências, como um processo permanente de construção de coerências internas cada vez maiores, capazes de se atualizar a partir da relação sujeito/meio (SIMONDON, 1958).²

O encontro sujeito/meio guarda os mecanismos de reconfiguração do espaço urbano, de subversão das regras e de promoção de uma nova realidade. Guatarri também fala desta possibilidade quando diz que:

[...] às arquiteturas disciplinares e enquadradoras sobrepõe-se formas particulares de apropriação, vivências cotidianas específicas que acabam por produzir territorialidades novas e imprevistas [...] fazendo com que a formação do território revele – seja cenário, instrumento e resultado – da contínua luta de dominação e insubmissão. (GUATARRI, 1985, p. 109).

² O filósofo apresenta ainda a existência de uma natureza pré individual: uma espécie de zona de possibilidades, na qual todos os objetivos contém formas de reconfigurações infinitas que posteriormente darão concretude aos processos de individuação. Cada ser carrega em si o próprio princípio, mas somente pode colocá-lo em funcionamento por meio de uma operação com o meio.

Ao tratar deste assunto, a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (2000) diz que o urbanismo modernista contribuiu para a perda da versatilidade das cidades, definindo para cada uma delas um lugar e uma missão separada e específica, provocando a diminuição das possibilidades e da quantidade de contatos e misturas de uso que caracterizavam a cidade multifuncional e mais pública. Este processo depõe contra o sentido primeiro das cidades, sua existência como nó, como cruzamentos de redes, de caminhos possíveis, de trocas, de informações.

Uma cidade tem mais ou menos urbanidade, mais ou menos multiplicidade de acordo com as possibilidades de encontros e de diversidade de uso dos espaços que ela consegue propor. Jacobs (2001) trata esta temática discorrendo sobre elementos básicos para a incrementação da vida no espaço público: a autora propõe, por exemplo, o alargamento das calçadas, o encurtamento das quadras e a diversidade de usos de um mesmo espaço para que a cidade seja dotada de maior multiplicidade.

Questões e estratégias concretas que suscitam encontros e fomentam trocas no espaço urbano que deve ser experimentado para além da esfera individualizada vivenciada normalmente, para perceber outros usos que podem ser feitos além daqueles dados na forma objetiva.

Técnica e tecnicismo

O que me preocupa não é a técnica em si, mas o fenômeno técnico [...] Na medida em que a técnica é uma autorização para fazer, o trabalho é um fazer, ele passa a ser autorizado pela técnica. Ao mesmo tempo, é a técnica, isto é o conjunto de instrumentos objetivos a minha disposição, o que indica qual trabalho posso fornecer. (SANTOS, 2000, p. 36).

Esta passagem do geógrafo Milton Santos apresenta de forma direta uma questão central no pensamento simondoniano: a diferenciação entre técnica (como dispositivo aberto, que opera na individuação) e tecnicismo (como elemento individualizador). O problema não está no entendimento do uso da técnica em si, mas no modo como os objetos técnicos são combinados, e a qual vontade política eles obedecem.

Então, caberia a esta altura do texto lançar uma primeira pergunta: qual seria o motivo para criar-se o distanciamento entre técnica e fenômeno técnico? Simondon auxilia na resposta a esta pergunta quando diz que a separação implica em individualização (SIMONDON, 1958), motivo que explica o fato de vivermos em um mundo onde a escolha por *um* ou *outro* suplanta a heteronormatividade, e somos organizados pela lógica binária.

É esta ideia que opera segundo a forma de segregar homem/mulher, saúde/doença, lazer/trabalho; ela delimita o espaço e organiza a cidade em territórios fronteiriços que prescrevem ações lícitas, segundo horários, normas, nível social; e atitudes a evitar, segundo possibilidades de riscos, segundo a construção da estrutura material que o organiza.

Transpondo este raciocínio para a questão central desta comunicação oral, o problema aqui reside na separação limitadora existente entre espaço de lazer e espaço urbano, uma vez que as zonas de definição de ambos são porosas e não cabem dentro da organização que se coloca para o planejamento das cidades.

Esta dicotomia é enunciada de diferentes maneiras no trabalho de teóricos clássicos do lazer, tal como Joffre Dumazedier (1979), Requixa (1980) e Nelson Carvalho Marcellino (2008). Em seus escritos, estes autores trabalham com o conceito de equipamentos de lazer, fornecendo um corte racional para justificar o tema

“cientificamente”, individualizando apreensões de tempo, de práticas e de espaços de lazer na cidade.

Esta é uma das questões que motiva a reflexão sobre este assunto, tendo em vista que a literatura específica dos estudos do lazer muitas vezes parte de um recorte tipológico ausente de questionamentos sobre sua organização e a despeito do processo de individuações no espaço urbano.

Ao invés dos esforços ficarem restritos a classificações de formas e quantificações individualizantes, a ideia aqui é direcionar a discussão do espaço de lazer para o foco processual, uma vez que, de acordo com uma das ideias centrais da tese simondoniana, a noção da individuação ocorre pela informação e não pela forma (SIMONDON, 2009). Compõe-se de uma zona de afecção (afetar-se e ser afetado) na relação, dando ao sujeito a possibilidade de mudar o que é colocado como norma, devido sua capacidade de individuação.

Estes movimentos corroboram para a formação de multiplicidades, uma vez que "A multiplicidade não deve designar uma combinação de múltiplo e de um, mas, ao contrário, uma organização própria do múltiplo enquanto tal, que não tem necessidade alguma da unidade para formar um sistema" (ZOURABICHVILI, p. 37). A cidade existiria então como a soma dos encontros e pelas trocas que se efetuam, para além da noção de forma e estrutura.

Simondon transpõe a fronteira do ser humano individuado, dizendo tratar-se de um “ser vivo e mais do que vivo” (SIMONDON, 1989) ser ao mesmo tempo indivíduo e mais do que indivíduo buscando provar algo que transborda seu ser individuado. É neste estágio que o autor anuncia as técnicas de exceção: aquelas que fazem o sujeito exceder seu ser individuado, ansiar por um movimento de liberdade que contém e está contido na sua rotina comum, nas suas ações de apropriação e de transformação da realidade.

A experiência do transindividual (SIMONDON, 1989) é a experiência desse excesso, é a insuficiência da vida individual do ponto de vista da potência, é a perda de limite entre a decodificação de espaço e sujeito, de trabalho e lazer. No transindividual, estas percepções ocorrem não apenas no nível material, mas em um plano subjetivo mais potente - a afetividade, que deve ser experimentada quando ela cessa de funcionar como faculdade reguladora e deixa o indivíduo como que transbordado (SIMONDON, 1989). É neste campo que pretendo colocar a discussão do lazer e do espaço urbano: desfazendo as fronteiras para colocar foco nas potências, na liberdade do processo, no transindividual, no poder transformador que a técnica contém quando o espaço passa a ser apropriado de maneira libertadora.

Habitar a máquina

Colocar o olhar no processo e não na forma implica em desenvolver o exercício de olhar panoramicamente, converter-se em *voyeur* que se coloca absorto com foco no transindividual, tal qual o arquétipo grego de Ícaro (CERTEAU, 1994).

Aqui, ver implica ter conhecimento dos mecanismos informacionais envolvidos na produção da realidade. Porém, este estado de vôo deve preceder o movimento mais próximo da realidade concreta, das ruas da cidade, conforme prenuncia-nos o mito de Ícaro: “Será necessário, pois cair de novo no sombrio espaço onde circulam multidões que visíveis lá do alto, embaixo não vêem? Queda de Ícaro.” (CERTEAU, 1994, p. 170).

O auspicioso olhar de Ícaro não o livrou de sua queda, em que pese seu virtuosismo de vôo. O estágio de *voyeur* desencadeou, portanto, o aguçar do olhar

naquilo que antes era invisível (e imprevisivelmente transformador) na cidade (NUNES JUNIOR, 2009). Indissociáveis, vôo e aterrissagem coexistem para que a realidade possa ser transformada.

Para construir-se o movimento da exceção, do transindividual, do transbordado, é preciso antes entender o terreno onde estamos pousados. Assim como o emaranhado de técnicas presentes no funcionamento da máquina não pode nos distanciar de sua integridade, a concepção da cidade como um produto engessado precisa ser revista, como por exemplo, a convenção de que alguns espaços servem a tais funções, cabendo às leis e verdades morais dizer o que é ou não é possível fazer.

O modelo produtivo/industrial presente em todo o processo de individuação do ser humano e do espaço fez-se a partir de objetos técnicos e mecanismos tomados como lei, como controle de fluxo pela eliminação daquilo que a norma não contempla, favorecendo e consolidando instituições. Formas variadas destas eleições de conjuntos técnicos definiram percursos, maneiras de se exercitar, modos de se construir casas, de projetar estradas, de fruir o tempo livre, de se libertar e ser coagido.

Em que pesem as estruturas espaciais de dominação (GUATARRI, 1985), Henri Lefebvre (1991) indica relatos de como podem ocorrer processos transformadores advindos da resistência, do desejo de reforma, da rebelião e da revolução humanos. Para este autor, a vida cotidiana (enquanto capturas infinitas das fugacidades e dos possíveis) seria a responsável por restabelecer a constituição do urbano, pois nela ocorreriam instantaneamente os usos dos espaços e a criação do urbano enquanto obra (LEFEBVRE, 2006).

Como passo fundamental de percepção do meio, Lefebvre sugere que ao aterrissar nosso olhar sobre determinado lugar do urbano, é preciso que exercitemos o entendimento da formação e apresentação daquele espaço (o processo, segundo a teoria simondoniana) concebendo a cidade enquanto uma máquina que é social antes de ser técnica, que ignora a distinção entre sua produção e seu funcionamento, e não se confunde de forma alguma com um mecanismo fechado (ZOURABICHVILI, 2004).

Nas máquinas desejantes tudo funciona ao mesmo tempo, mas nos hiatos e nas rupturas, nas panes e nas falhas, nas intermitências e nos curtos-circuitos, nas distâncias e nos despedaçamentos, numa soma que nunca reúne suas partes em um todo. (ZOURABICHVILI, 2004, p. 35).

O conceito deleuziano de máquina desejante é ligado a ideia de espaço territorializado apresentado por Deleuze e Guatarri (1997a). Os autores falam da efetivação de uma territorialização no processo de apropriação entre sujeito/meio pelo habitar – não necessariamente ter a posse da propriedade, mas fazer dela sua obra, colocar nela sua marca, modelá-la. Habitar a máquina seria viver a cidade, e não na cidade - como se a acoplabilidade sujeito/meio não fosse possível pela separação entre técnica e tecnicismo.

É no processo de criação de espaços reterritorializados (ZOURABICHVILI, 2004) que se concebe um espaço urbano mais plural e aberto, com ritmos variados e com foco na transindividualidade. A lei aqui apareceria apenas como um dos processos que interferem na cidade, concebendo-a como uma circulação habitável, aquela que ocorre não em termos rígidos, mas em termos de tendências espontâneas e maquinicas de uma realidade que é primordialmente pré-individual, metainstável, que precede e inaugura cada individuação (SIMONDON, 1989).

Esta leitura e esforço de reconstrução deve ser um exercício permanente e instigador, visto que a cidade muitas vezes é tomada como máquina construída pela

tecnocracia, como se existisse a partir de um saber e de uma forma política inacessível e invisível.

A mais forte causa de alienação no mundo contemporâneo reside nesse desconhecimento da máquina, que não é uma alienação causada pela máquina, mas pelo não conhecimento de sua natureza e de sua essência, pela sua ausência no mundo das significações e por sua omissão no quadro de valores e conceitos que participam da cultura (SIMONDON, 1958, p. 9).

Assim como Simondon, não falo aqui da aniquilação da forma urbana, da máquina (a cidade como máquina), mas da mudança da relação homem/cidade como máquina desejante, compreendendo as zonas de ação e possibilidades de cada elemento que os integra e, pelas acoplabilidades, construir novas redes, “materializar as idéias de multiplicidade das poéticas, de alterformação, de sobrevivência e de deriva das formas” (PÉREZ-ORAMAS, 2012).

A hipótese defendida aqui, e que pode servir de mote para futuras pesquisas sobre o tema, é a de que há nos espaços de circulação e outras frações de espaços urbanos não classificados como espaços de lazer possibilidades de prazer e liberdade muitas vezes pouco encontradas em áreas destinadas para tal. Neste movimento, a rua será tomada como local privilegiado de encontros, de elementos que possam vislumbrar possibilidades a partir de um grupo de potências que se encontram no conjunto transindividual. A técnica, como elemento básico da criação, da diferença, combina-se com a cidade, como potencial de possibilidades, como território de multiplicidades.

Referências

- CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DELEUZE, G.; GUATARRI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 4 Trad. Suely Rolnik. Vol. 4. São Paulo: Editora 34, 1997a.
- DELEUZE, G.; GUATARRI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5 Trad. Ana Lúcia de Oliveira. Vol. 4. São Paulo: Editora 34, 1997b.
- DUMAZEDIER, J. Sociologia empírica do lazer. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FOUCAULT, M. Os desvios religiosos e o saber médico. In: MOTTA, M. B. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: F. Universitária, 2011.
- GUATARRI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. Espaço e Debates, v. 6, p. 109-121, 1985.
- JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2006.
- _____. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.
- MARCELINO, N. C. Política públicas de lazer. Campinas, Alínea: 2008.
- NUNES JUNIOR, P. C. Espaço para o tempo livre: considerações sobre lazer e apropriação do espaço urbano no Parque do Ibirapuera. 2009. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Ed. Física, Unicamp, Campinas, 2009.
- PÉREZ-ORAMAS, L. A iminência das poéticas (Texto Curatorial da Trigésima Bienal de São Paulo. Disponível em: <
http://www.bienal.org.br/30bienal/pt/sobre/Paginas/cura_doria.aspx>. Acesso em 04/out./2012.
- POL, E. La apropiación del espacio. In ÍÑÍGUEZ, L.; POL, E. (Coord.). Apropiación, cognición y representación ambiental: monografías psicosocioambientales. Barcelona:

PUB, 1996. p. 45-62.

REQUIXA, R. Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer. São Paulo: SESC, 1980.

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC SP. (Org.). Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos. Entrevistadores: Odette Seabra, Monica de Carvalho, José Correa Leite. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SIMONDON, G. La individuación. A La luz de las nociones de forma y información. Tradução: Pablo Ires. Buenos Aires: Ediciones La Cebra y Editorial Cactus, 2009.

_____. L'individuación psychique et collective. À la lumière des notions de Forme, Information, Potentiel et Métastabilité. Paris: Aubier, 1989.

_____. Du mode d'existence des objets techniques. Paris: Aubier, 1958.

ZOURABICHVILI, F. O Vocabulário de Deleuze. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias e Informação, 2004.

O ESPAÇO DE LAZER DA UFJF: AS PERCEPÇÕES DOS FREQUENTADORES EM RELAÇÃO AO CAMPUS

Michele Pereira Rodrigues

RESUMO

O campus da UFJF é um espaço de lazer na cidade de Juiz de Fora. Através da articulação entre revisão bibliográfica e pesquisa de campo com a comunidade que frequenta o campus, este trabalho tem como objetivo apreender como os frequentadores do campus da UFJF concebem o espaço como um espaço de lazer. Para isso, um dos objetivos específicos é identificar o perfil da comunidade que frequenta este espaço, suas motivações e percepções. Esta pesquisa se justifica devido à ausência ou a falta de divulgação de pesquisas sobre o assunto no espaço estudado. Por fim, sugere-se uma abordagem disciplinar do espaço urbano, considerando que, para que o acesso ao lazer seja democratizado, todo o ambiente da cidade deve ser repensado.

Palavras-Chave: Lazer. Espaços de lazer. Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Introdução

Considerado como um direito social¹, a fruição do lazer não deveria representar nenhum tipo de privilégio. Todavia, é perceptível que as dinâmicas socioespaciais se desenvolveram à revelia dos bairros de periferia, concentrando os espaços de lazer nos centros das cidades (MARCELLINO, 2007), o que acaba por dificultar o acesso das pessoas mais humildes, visto que, em muitos casos, não há uma política urbana inter-setorial que integre as diversas zonas municipais, de forma a minimizar as disparidades sociais.

Para Cheibub (2009), esse fenômeno “é importante porque é uma oportunidade. Em seu tempo/espaço podem ser geradas oportunidades significativas de criação, espontaneidade, desinteresse, fruição, prazer concreto e cidadania”. Logo, é necessário que as possibilidades de vivência do lazer sejam democratizadas e, para Marcellino, (2007) “democratizar o lazer é democratizar o espaço”.

É notório que o espaço da Universidade Federal de Juiz de Fora é, para muitas pessoas, um espaço para a vivência do lazer na cidade. O campus concentra alguns equipamentos específicos para o lazer, tornou-se ponto de encontro de familiares e amigos principalmente aos domingos, e, conta ainda com grande área verde.

Contudo, embora um espaço de lazer reconhecido, inclusive pela administração da universidade, não parece haver muitas pesquisas que problematizem a percepção dos usuários em relação ao espaço, o que **justifica** o interesse por este estudo. Dessa forma, optou-se por amearhar conceitos em torno da construção de subsídios que forneçam aos leitores uma compreensão do lazer no espaço urbano, neste caso, o universitário.

Neste trabalho, o **objetivo** é apreender como os frequentadores do campus da UFJF concebem o espaço como um espaço de lazer. Para isso, um dos objetivos específicos é identificar o perfil da comunidade que frequenta este espaço, suas motivações e percepções sobre o espaço.

Já os **procedimentos metodológicos** adotados são: i) revisão

¹BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.

bibliográfica composta principalmente por livros e artigos que se fundamentam nas discussões em torno da problemática do lazer, democratização do acesso no espaço urbano e equipamentos de lazer; ii) aplicação de questionários semiestruturados (MARCONI; LAKATOS, 2010) com o público que frequenta o campus e iii) observação assistemática (MARCONI; LAKATOS, 2010) das dinâmicas das pessoas em relação ao espaço.

Em relação aos autores empregados na realização deste trabalho, foram utilizados principalmente: no que concerne ao conceito de lazer, as contribuições de Gomes (2004, 2008, 2012) e Dumazedier (1979); no que se refere ao espaço urbano, as discussões de Rolnik (2004) e sobre a questão da concentração de equipamentos de lazer nas cidades, as discussões desencadeadas por Marcellino (2007).

A **estrutura** desta investigação contará com três partes, a saber: na primeira parte, o leitor tomará conhecimento da relação entre cultura e lazer. Doravante, a preocupação será em descrever a relação dos espaços de lazer, a distribuição dos equipamentos e o urbanismo atual. Por fim, apresentar-se-á os resultados da pesquisa de campo e as discussões e conclusões referentes ao trabalho. Deste modo, antes de passarmos as reflexões traçadas a partir dos resultados da pesquisa propriamente dita, verifiquemos alguns conceitos que serviram como referencial de análise.

Lazer: dimensão cultural

Entende-se que o fenômeno do lazer é um comportamento cultural, haja vista que, concebê-lo por esse viés é encarar sua capacidade modificadora da ordem social. “Compreendê-lo como dimensão da cultura implica reconhecer: que o lazer participa da complexa trama social; [...] que o lazer revela contradições socioculturais profundamente inseridas na nossa cultura” (GOMES E FARIA, 2005)

No que tange ao debate epistemológico acerca do lazer, Gomes (2008) aponta que o conceito de lazer de Dumazedier assume um cunho restrito, pois se limita à realização de atividades, excluindo, sobretudo, a possibilidade da vivência do ócio² ser considerada lazer. Segundo a autora, a vivência do ócio pode representar um momento de “meditação, contemplação e relaxamento” (GOMES, 2008, p. 125).

Faz-se necessário ressaltar que o lazer num contexto latino-americano, é dotado de um percurso histórico diferenciado. Adotar uma perspectiva eurocêntrica seria negligenciar os demais saberes e nos limitar em reproduzir um discurso dado como universal, ao invés de buscar questionar, problematizar, debater e ressignificar o lazer em um âmbito local.

Ainda neste âmbito, Gomes (2004) expõe que o lazer é uma dimensão da cultura construída a partir de quatro elementos inter-relacionados: as manifestações culturais, as ações/attitudes do indivíduo fundadas na ludicidade, o tempo e o espaço. A este último, esboçar-se-á algumas considerações por ser parte fundamental para a compreensão deste estudo.

Relações entre lazer e espaço

Segundo Rolnik (2000), o urbanismo moderno atribuiu à cidade as funções de lazer, de morar, de trabalho e de circulação. Destas, três funções ficaram confinadas e localizadas em espaços privados, cabendo à dimensão pública a função da circulação.

² Faz sentido aqui expor a diferença entre ócio e ociosidade, haja vista que, enquanto um termo expressa, em um cenário contemporâneo, o sinônimo de lazer, o outro corresponde ao não fazer nada excessivamente.

Dessa forma, é coerente associar que, ao crescimento vertiginoso das cidades, não se aliou o desenvolvimento de uma infraestrutura democrática, criando espaços que se tornam inacessíveis para a maioria da população, justo pela dificuldade de transpor as barreiras socioeconômicas. Como o poder público não dá conta de assegurar espaços de qualidade, emergem os equipamentos privados que, *a priori*, buscam o lucro, e acabam por tornar o lazer mais um objeto de consumo (GOMES, 2012), deixando de fora do processo àqueles que têm pouca condição financeira.

A fim de legitimar as discussões sobre espaço, recorro a Foucault (1967) e o conceito de heterotopia, que desmonta a ideia de que os espaços são definidos somente a partir de sua função e caracteres físicos, mas sim com relação a outros espaços e agregando a significação e uso que um agente social dispensa a ele. Sob esta ótica, Deleuze e Guatarri (1997), sugerem a adoção de duas subdivisões do conceito de espaço: o estriado e o liso. O espaço estriado, sedentário, vinculado ao Estado, é pautado na ordem e nas regras. Já o espaço liso, ou nômade, é aquele onde acontece a guerra, num sentido de quebra da ordem dada, inovação. No primeiro, há delimitação e normatização que pré-definem a partir de suas características as formas de fruição do espaço. No segundo, distinto pela liberdade de expressão e dinamismo, ao espaço é agregada a subjetividade do indivíduo que o leva a entender o espaço como bem quiser e transformá-lo segundo seus anseios.

Para tornar mais claras as perspectivas deste estudo, o espaço de lazer é, segundo Pellegrin (2004), “aquele onde se desenvolvem ações, atividades, projetos e programas de lazer, de um modo geral”. Diz respeito, também, ao lugar onde se concentram os equipamentos de lazer.

Neste âmbito, os equipamentos são subdivididos em específicos e não específicos (REQUIXA, 1980). Por equipamentos não específicos, Requixa entende os que, na origem, não foram idealizados para a experiência do lazer, mas que depois tiveram sua destinação específica alterada, mesmo que de forma parcial. Já os equipamentos específicos são construídos com essa finalidade, podendo ser classificados pela dimensão física, atendimento aos conteúdos culturais (proposta por Dumazedier), ou outros critérios.

Breve exame da estrutura do campus da ufjf para a vivência do lazer

A construção do campus da Universidade Federal de Juiz de Fora data de 1966. Segundo Rezende (2009), a escolha do terreno se deu a partir da ideia da prefeitura em desenvolver o bairro Martelos e, concomitantemente, a área conhecida como Cidade Alta. O projeto, do arquiteto e engenheiro Arthur Arcuri, contemplava, além da disposição dos prédios e a integração com a natureza, a preocupação com que a parte central do anel viário fosse um espaço de convivência entre estudantes, funcionários e comunidade, fato capaz de evidenciar que, desde a sua fundação, a UFJF já era pensada como uma área ligada ao lazer.

Atualmente, a estrutura do campus da UFJF conta com diversas possibilidades para o lazer. O campus é bastante arborizado e dispõe de grande área verde, onde é possível praticar esportes e exercícios físicos, descansar, ler, passear com os animais domésticos, entre outras inúmeras possibilidades.

O interesse do público provavelmente se deve à alteridade do espaço em relação a outros espaços de lazer em Juiz de Fora, tendo em vista que o acesso é gratuito e irrestrito. Para Marcellino (2007), nas grandes cidades, as pessoas buscam áreas abertas (praças, parques, etc.), pois sentem necessidade de estar em contato com o meio ambiente. “Eis porque alguns grandes parques, espalhados pela cidade, tornam-se pólos centralizadores de verdadeiras multidões.” (SANTINI, 1993, *apud* MARCELLINO, 2007, p.25).

Dentre os equipamentos específicos de lazer, o espaço tem uma pista de caminhada de 2.140 metros de extensão (entorno do anel viário), ciclovia, praça cívica, pista de skate e a academia ao ar livre.

Apesar de não manter uma política de lazer institucional, a UFJF investe em equipamentos e infraestrutura para lazer no campus. Em dezembro de 2012, foi anunciado um pacote de investimentos no valor de cerca de 530 milhões de reais, o maior da história entre os investimentos já anunciados para esta Universidade. Os projetos preveem, dentre outras obras, a construção de um Jardim Botânico, um Planetário e a reestruturação do anel viário, com o intuito de fortalecer o turismo e o aperfeiçoar o espaço de lazer do campus.

Apresentação e Análise dos dados

Nesta pesquisa, tive a preocupação em aplicar os questionários em dias e horas alternados, entre os dias 7 e 13 de março de 2013 para tentar entender o funcionamento da dinâmica do espaço em momentos distintos. Os entrevistados foram escolhidos ao acaso e o número de questionários se definiu pela saturação dos resultados, isto é, quando houve a percepção de que os dados começavam a se repetir. Assim, foi realizado um estudo exploratório-descritivo combinado, que, segundo Marconi e Lakatos (2010), tem por objetivo descrever um fenômeno ou um estudo de caso, a partir de informações empíricas e teóricas. Também é característica deste modelo de estudo que o grupo de amostragem seja bastante flexível. Enfim, no total foram realizadas 38 entrevistas. Destes, 21 eram mulheres e 17 homens.

Perfil dos entrevistados

Durante os dias da semana, o número de pessoas que utilizam o campus como espaço de lazer é menor que no domingo. No domingo, o que se nota é que o campus se transforma em um espaço de lazer propriamente dito. Não havia vagas nos estacionamentos, tão grande era o número de pessoas que estavam no campus. Neste dia, é perceptível também a presença de famílias inteiras, pais que levam os filhos para passear, pessoas que vão exclusivamente treinar para algum esporte, entre outros interesses. Há também um encontro de cães, que, segundo os entrevistados, acontece todos os domingos, no gramado ao lado da praça cívica.

Outro fato interessante é a adaptação do espaço do estacionamento e da praça cívica para as crianças brincarem, ponto de encontro também dos pais. Além disso, as crianças utilizavam a academia ao ar livre como se fosse brinquedos, o que comprova que este espaço pode ser designado como heterotópico, em função da adaptação que sofre a partir da subjetividade dos atores sociais sobre ele, como sugere Foucault em 1967.

Neste universo, quatorze entrevistados informaram ter entre 15 e 25 anos. Doze afirmaram ter entre 26 e 35 anos de idade, oito informaram ter entre 36 e 45 anos, dois informaram ter entre 56 e 65 anos e dois responderam ter 83 e 85 anos. Ao que se refere ao estado civil, 50 % dos entrevistados responderam ser solteiros, 34 % responderam ser casados e 16 % afirmaram ser divorciados.

Quanto à sua procedência, é possível observar que a grande maioria dos frequentadores do campus são oriundos de bairros próximos, excetuando uma pessoa que era de outra cidade. Entre os bairros citados, a maior ocorrência foi de moradores do centro da cidade. No total, doze responderam residir no Centro. Outros bairros citados foram: São Pedro, cinco vezes; São Mateus, quatro vezes; Bom Pastor, quatro

vezes; Morro da Glória duas vezes; Cascatinha, duas vezes; Jardim Laranjeiras, Grajaú, Cidade do Sol, São Bernardo, Paineiras, Santa Helena, Morada da Serra e Bairro. Interessa destacar aqui, a observação da possibilidade de que moradores oriundos de outros bairros, mais distantes do campus, frequentem pouco o espaço de lazer da UFJF, justo pela dificuldade de acesso na cidade e, conseqüentemente, aos espaços de lazer, abordada por Marcellino (2007).

Em relação ao meio de locomoção que utilizam para vir ao campus, 59% dos entrevistados responderam vir de carro, 27% responderam vir de ônibus e 13% responderam ir ao campus vivenciar seu lazer a pé. Cabe aqui pensar se a estrutura do transporte coletivo urbano atende satisfatoriamente essa população que busca o lazer, visto que a maioria usa como meio de locomoção o automóvel para ir ao campus a lazer.

Dentre as motivações das pessoas que os levavam a vivenciar o lazer no campus, oito pessoas citaram que gostam do ambiente, quatro afirmaram que escolhem o espaço pela segurança, três pela gratuidade, dois pela flexibilidade de horário. Outras assertivas se deram pela proximidade de casa, pela tranquilidade, por desconhecer outro ambiente para lazer e chama a atenção o fator do contato com o meio ambiente, mencionado várias vezes, associada ao ar puro e que à sensação de que o ambiente remete a saúde. Um dos skatistas afirmou que não conhecia outra pista em Juiz de Fora que não estivesse quebrada e, por isso, opta por vivenciar seu lazer no campus.

Quanto à assiduidade no espaço, quinze entrevistados mencionaram ir ao campus várias vezes na semana a lazer. Outros sete responderam vez por semana, seis várias vezes no mês, quatro uma vez ao mês e seis ocasionalmente.

Espaço de Lazer

Dentre os equipamentos específicos de lazer que costumam utilizar, o mais citado foi a pista de corrida, utilizada por quatorze entrevistados. Em segundo lugar, doze entrevistados afirmaram vivenciar seu lazer na área verde, seguidos por cinco que afirmaram utilizar o espaço do estacionamento, três que usam a academia ao ar livre, três, a pista de skate e um a ciclovia.

Na questão que se refere à avaliação do espaço da universidade para o lazer, foi possível depreender que há uma grande satisfação entre os frequentadores, visto que, apenas um dos entrevistados classificou o espaço como ruim. Vinte o classificaram como excelente e dezessete, como bom. Em relação aos equipamentos, nove entrevistados afirmaram não sentir falta de nenhum equipamento no campus. Cinco pessoas afirmaram que gostariam que tivesse piscina, cinco comentaram sobre a ausência de quadras de esportes, três afirmaram sentir falta de um teatro. Dentre as melhorias, foi notada a ausência de espaços para sentar e fazer piquenique, *playground* para as crianças, espaço para patinadores e telão com dicas de esportes.

Na questão que se refere a outros espaços que vivenciam o lazer, dez vezes foi citado o ambiente doméstico, cinco vezes a academia, sete vezes bares e restaurantes, três vezes sítios e duas pessoas afirmaram vivenciar o lazer na rua. Outros espaços citados foram: AABB, museus, parque do museu Mariano Procópio, outras áreas verdes em Juiz de Fora, Morro do Cristo, shoppings, festas particulares e boates.

Concepção de Lazer

Aos frequentadores do espaço do campus, foi pedido que numerassem, numa escala de prioridades, a importância das seguintes experiências em suas vidas: trabalho/estudo, encontros familiares, compromissos sócio-políticos, momentos de lazer

e experiências religiosas. As vivências de lazer aparecem em primeiro ou segundo lugar em 10 das entrevistas. Já o trabalho ou estudo aparece em primeiro lugar, em 15 ocasiões.

A última pergunta do questionário se refere ao que é lazer para os entrevistados. Eis as observações feitas que mais me chamaram atenção. “Lazer é tudo que não é trabalho”, “Tirar o stress, pensar em coisas boas e momento de tirar a tensão do trabalho”, “Lazer é estar com a minha filha, passear com ela”, disseram os entrevistados. Referências a este pensamento podem ser encontradas na obra de Dumazedier (1979), que as critica por se posicionar oposta somente ao trabalho profissional e desconsiderar outros compromissos como os familiares, religiosos e sócio-políticos, “São momentos ou atividades que proporcionam descontração, alegria, diversão. É algo subjetivo, uma vez que o que é lazer pra mim não é pra outra pessoa”, Essa premissa é trazida por Dumazedier em sua obra, como relativizadora em excesso, visto que não é a atividade em si que é um comportamento de lazer, mas a intenção por detrás da vivência. Por outro lado, é instigante observar a sensibilidade deste entrevistado em entender o caráter individual da opção pela vivência do lazer, destacada, por exemplo, por Gomes (2008). Um dos entrevistados disse que o lazer “É um complemento da vida, uma necessidade básica”, bem como Gomes (2012) salienta em sua obra. “Lazer é qualidade de vida”, “É o lado bom da vida, liberdade, escolha do que fazer com o tempo livre, desde escutar música até contemplar uma paisagem bonita”, “Fugir da confusão, curtir o descanso”.

Foi possível constatar também que os espaços são predominantemente utilizados para a prática de exercícios físicos, apesar de que é possível certificar a ocorrência de outros conteúdos culturais vivenciados no campus como o social e o intelectual.

Considerações finais

Assim, considerando que o espaço de lazer da UFJF seja um dos que tenha maior número de equipamentos na cidade e conte com uma boa estrutura, pensar que este espaço de lazer no contexto da cidade de Juiz de Fora requer considerar que o mesmo deva ser pensado de forma articulada entre os gestores da universidade e os municipais, de forma a democratizar o acesso permitindo que mais pessoas, oriundas de diversos bairros e, não somente do entorno do campus, tenham acesso ao espaço. Além disso, não há uma política de acompanhamento dos frequentadores que objetive e proporcione uma estrutura de animação³, que diversifique os conteúdos culturais vivenciados no campus, tendo em vista seus perfis tão distintos.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994
- CHEIBUB, B. L.; MELO, V. A. de. **Lazer, experiência turística, mediação e cidadania: um estudo sobre o projeto turismo jovem cidadão (SESC-RJ)** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. 2009

³ Tipo de intervenção pedagógica no momento do lazer que é atrelada à noção de democratização e promoção cultural e empenhada em cultivar nos indivíduos sua autonomia e criticidade perante a sociedade.

- DELEUZE, G.; GUATTARI, F.. **Milplatôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 1997. Vol.5
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer: a dinâmica produtora do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FOUCAULT, M.. **Os espaços outros**. Conferência apresentada no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967
- GOMES, A. M. R.; FARIA, E. L.. **Lazer e diversidade cultural**. Brasília: SESI-DN, 2005.
- GOMES, C. L.. **Lazer, Trabalho e Educação: relações históricas, questões contemporâneas**. 2 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- GOMES, C. L.. Lazer - Concepções. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). **O dicionário crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.
- GOMES, C. L.. ELIZALDE, Rodrigo. Horizontes Latino-americanos do lazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012
- LAKATOS, E. M.. MARCONI, M. de A.. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010
- MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H.; SILVA, A. da.; FERNANDES, É. A. de O.. **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas**. Curitiba, PR: OPUS, 2007.
- PELLEGRIN, A. de. Espaço de Lazer. In: GOMES, C. L. (Org.). **O dicionário crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.
- Reforma no anel viário traz mais lazer e segurança para juiz-foranos. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/2012/12/14/reforma-no-anel-viario-traz-mais-lazer-e-seguranca-para-juiz-foranos/>> Acesso em: 24/01/2013
- REQUIXA, R.. **Sugestão de diretrizes para uma política nacional do lazer**. São Paulo: SESC, 1980
- REZENDE, R. F.. **O Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, a contribuição de um projeto moderno para uma cidade contemporânea**. DOCOMOMO, 2009. Seminário 8. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/139.pdf>. Acesso em: 13/03/2013
- UFJF anuncia maior pacote de investimentos da história. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/2012/12/10/ufjf-anuncia-maior-pacote-de-investimentos-da-historia/>> Acesso em: 24/01/2013

O FINANCIAMENTO DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

Marcelo Resende Texeira
Wagner Barbosa Matias

RESUMO

Este estudo o financiamento do Programa Esporte e Lazer da Cidade no período de 2004 a 2012. A pesquisa utilizou categorias e indicadores propostos por Boschetti (2009). Constatamos a asfixia orçamentária vivenciada pelo programa- que deve persistir tendo em vista a realização dos megaeventos esportivos no país. Destaca-se a dependência de emendas parlamentares, a dificuldade dos gestores em compreender o desenho conceitual inovador do PELC, que prevê um modelo de gestão compartilhada, a auto-organização, o trabalho coletivo e a vivência dos conteúdos do lazer de forma intergeracional.

Palavras-Chave: Programa Esporte e Lazer da Cidade; Financiamento; Política Social.

Introdução

O presente estudo analisa o financiamento do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), desenvolvido pelo Ministério do Esporte (ME)¹, que possui a missão de suprir a carência de políticas sociais de esporte recreativo e lazer da população, especialmente daqueles que estão à margem da sociedade.

O PELC, inscrito no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 com o objetivo de “promover o acesso ao esporte recreativo e ao lazer” foi criado a partir das experiências de gestores públicos municipais e estaduais pertencentes ao campo popular e democrático da política e do acúmulo de conhecimentos dos setores progressistas da educação física e das ciências do esporte.

Ele está ancorado em três eixos: 1) Manter os núcleos de esporte recreativo e de lazer nas comunidades e fomentá-los; 2) Consolidar os Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede Cedes); 3) Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer.

Em termos gerais, os princípios do programa são os mesmos presentes no documento “Política Nacional de Esporte”, publicado em 2005: a) Da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e violência social; b) Do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do estado; c) Da universalização e inclusão social; d) Da democratização da gestão e da participação (BRASIL, 2005).

Quanto ao eixo “Funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer”, objeto deste estudo, ao longo dos anos ampliou gradualmente a oferta de atividades de

¹O decreto nº 4.668 de abril de 2003 criou a estrutura e os órgãos do Ministério do Esporte, que sob o comando do Partido Comunista do Brasil (PC do B) desde o início, atualmente possui três secretarias nacionais: a) Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; Secretaria Nacional do Esporte de Alto Rendimento; Secretaria Nacional do Futebol e Direito do Torcedor. Conforme a Medida Provisória 103/2003 o ME possui como objetivo: “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do Esporte e Lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando, para o desenvolvimento nacional e humano”. Desta forma, destacam o Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer da Cidade.

lazer para a população brasileira nas diversas faixas etárias² (BRASIL, 2011).

O PELC é estruturado em núcleos, com no máximo 400 inscritos³ em cada um são atendidos por um Coordenador de Núcleo e seis Agentes Sociais de esporte e lazer⁴ (BRASIL, 2009). As atividades contemplam as manifestações da cultura corporal, sendo organizadas sob a forma de oficinas, com local e horário pré-estabelecido, de caráter permanente e/ou rotativo, de acordo com as características e interesses dos participantes, sendo desejável que os beneficiados frequentem no mínimo duas atividades diferentes.

Além das atividades regulares, as diretrizes prevêm atividades assistemáticas (eventos), cujo objetivo é a integração entre os participantes do núcleo com os demais cidadãos. Os eventos são vistos como parte integrante da execução do PELC, organizados de forma coletiva envolvendo a comunidade como um todo, nos diversos momentos da execução do convênio.

A gestão dos núcleos é feita pelo Comitê Gestor, composto de membros da entidade conveniada, trabalhadores do programa, beneficiados e movimentos populares. Eles possuem a responsabilidade de “acompanhar, coordenar, fiscalizar e monitorar as ações do convênio; efetivar a avaliação processual dos agentes sociais de esporte e lazer e das atividades desenvolvidas; realizar reuniões regulares” (BRASIL, 2008, s/p).

O Governo Federal garante boa parte dos recursos e as entidades conveniadas (governos estaduais, municipais, Distrito Federal e Organizações Não Governamentais) contribuem com um percentual menor. A União ainda “acompanha e orienta a organização dos núcleos de esporte e lazer, apresentando diretrizes e princípios veiculados por meio de uma política de formação” (HUNGARO et al, 2012, p. 86).

Pela própria concepção do PELC, os parceiros preferenciais para o desenvolvimento do programa são entidades públicas, contudo, na ausência do interesse destes, de forma contraditória, foram realizados diversos convênios com entidades do “terceiro setor”⁵. Vejamos o caso do Distrito federal:

[...] pela oposição política ao Governo Federal, a materialização dos programas federais- para implementar núcleos do programa em questão- foi inviabilizada na relação entre os entes federativos. Nessas circunstâncias, os militantes progressistas do campo do esporte e lazer que residiam no Distrito Federal tiveram de buscar saídas para que a população pudesse ter acesso a esta política do Governo Federal. A saída foi a criação de um consorcio de entidades das sociedade civil, com tradição de lutas sociais, vinculados ao esporte e lazer. (IBID, p. 58).

² Souza et al (2010) identificou que entre os beneficiados do programa destacam crianças e adolescentes. Entre os adultos jovens (18 a 44 anos) eram 12,2%, 9% tinha entre 45 e 59 anos e 7,5% possuía mais de 60 anos. Os dados apresentados a priori demonstram a dificuldade do programa em chegar a população em idade laboral. Outro ponto que também merece discussão é sobre como vem sendo tratado o princípio da intergeracionalidade no PELC. Este que é um dos pilares do programa, ao possibilitar troca de conhecimentos, de cultura entre os diferentes gerações possui dificuldades de concretizar no PELC, seja pelo não entendimento dos gestores locais, seja pela fragmentação das ações do ME em grupos específicos, ou ainda, pelo baixo público do programa nesta idade.

³ Embora a análise contemple todo o período do Governo Lula, optou-se por referenciar apenas os anos de 2009 e 2010, pela dificuldade encontrada em obter dados precisos dos anos anteriores.

⁴ No caso do PELC vida saudável existe um coordenador de núcleo e dois agentes sociais de esporte e lazer (PELC/Vida Saudável).

⁵Harvey (2011, p. 204) comenta que as entidades do chamado “terceiro setor”, financiadas por interesses estatais e privados se abstém de uma política estritamente capitalista mesmo defendendo ideias e causas progressistas. “Em alguns casos, no entanto, elas são ativamente neoliberais, defendendo a privatização de funções do Estado de bem- estar social ou promovendo reformas institucionais para facilitar a integração de populações marginalizadas no mercado[...]”.

As parcerias com entidades públicas e privadas na tentativa de garantir o acesso ao lazer a todos os cidadãos possui o acompanhamento da sociedade civil por meio do sistema de ouvidoria do ME e, principalmente, através da organização social que é indicada pelo conveniente para acompanhar o desenvolvimento das oficinas, dos eventos realizados e das ações de formação modular (BRASIL 2008).

Nesta investigação olhamos para o PELC no que diz respeito ao financiamento dos núcleos de esporte recreativo e de lazer. Assim sendo, o debate ocorre a partir de três indicadores propostos por Boschetti (2009), quais sejam: a) as fontes do financiamento; b) a direção dos recursos; c) a magnitude dos gastos. Para este texto seguiremos estas referências da autora e seus desdobramentos.

A autora desdobra estas dimensões em fatores e indicadores e ressalta a necessidade do pesquisador conhecer a política e/ou programa a ser analisado para que possa utilizá-los ou mesmo realizar as adaptações e construir outros elementos para subsidiar a reflexão proposta.

Para o desenvolvimento da investigação foi realizada uma revisão da literatura, que assumiu numa primeira fase o caráter de estudo exploratório. O levantamento bibliográfico sobre o tema estudado possibilitou melhor entendimento sobre o PELC, complementado com a análise dos seguintes documentos: Plano Nacional do Esporte, Diretrizes do PELC e Relatório de Gestão do Ministério do Esporte. Acerca do financiamento extraímos alguns dados do “Portal da Transparência do Governo Federal” e do portal do senado sobre o orçamento federal “Siga Brasil”.

Financiamento e gasto com o PELC

Conforme informações disponíveis no portal “Siga Brasil” (2011) as fontes para o financiamento do desporto e lazer são recursos ordinários e contribuições sobre recursos de prognósticos. Estes estão vinculados às loterias, já aqueles a impostos como Imposto de Renda (IR) e Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI).

O ME estabeleceu, desde 2003, como prioridade da pasta, o Programa Segundo Tempo (PST), restrito ao público infanto-juvenil, desenvolvido pela secretaria comandada pelo PC do B. O PELC até 2010 era conduzido pela SNDEL lócus do(s) grupo(s) do Partido dos Trabalhadores (PT)⁶.

O fato é que o PELC sofreu com o contingenciamento de recursos. Castellani Filho (2007, p. 2) que fora o secretário descreve da seguinte forma:

Ao longo dos últimos três anos sobreviveu às intempéries da quase total e absoluta ausência de recursos orçamentários-financeiros, vítima de uma brutal asfixia- ante um já minguado orçamento ministerial, também ele fortemente contingenciado. Só não foi ferido de morte por causa do sentido inovador de seu desenho conceitual inspirado nas experiências administrativas de governos populares e democráticos [...].

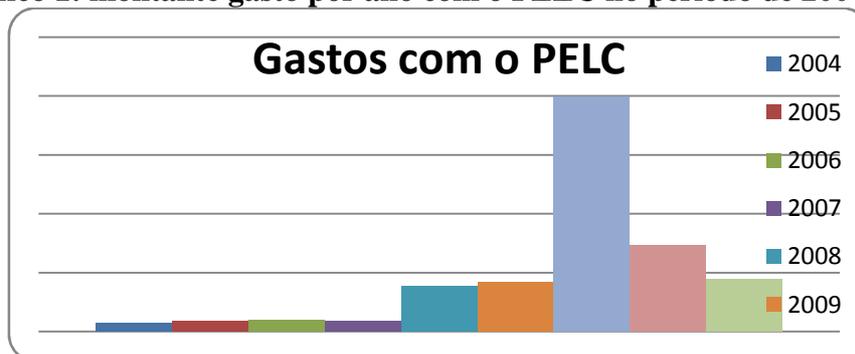
Como alternativa, os gestores do programa estabeleceram parcerias com parlamentares, que por meio das emendas financiaram várias das atividades do programa. Assim, muitos dos recursos, especialmente para infraestrutura é oriundo de emendas dos deputados e senadores. Numa leitura aligeirada isso pode causar uma impressão de que as ações do PELC receberam mais recursos do que de fato recebido (CASTELAN (2011).

⁶ Entre 2003 e 2010 o PELC esteve vinculado a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer- SNDEL, entretanto em 2011 ele passou a ser conduzido pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social- SNELIS.

Neste estudo baseamos nos dados presentes no Portal da Transparência os “gastos diretos” e as “transferências de recursos” efetuado pelo Governo Federal por ano, de 2004 a 2012, período que possuem dados disponíveis.

No período de 2004 a 2012 os “gastos diretos do governo”⁷, conforme dados do Portal da Transparência, com o PELC foi no montante de 8.660.719,86 milhões de reais⁸. Nos últimos três anos houve um aumento em relação ao período anterior (Gráfico 1), com destaque para 2010, contudo nos dois primeiros anos do governo Dilma o montante reduziu sequentemente, apesar do aumento do orçamento do ME.

Gráfico 1: montante gasto por ano com o PELC no período de 2004-2012



Fonte: Portal da Transparência. Elaboração do autor.

Entre 2004 e 2010 foram formalizados 670 convênios, que permitiram 10.602.559 atendimentos de cidadãos de 1.277 municípios com atividades de esporte recreativo e de lazer. Isto gerou 18.995 postos de trabalhos e capacitados 22.898 agentes sociais e gestores em 64 horas de curso, divididas em módulo introdutório e de avaliação (BRASIL, 2011). Contudo, percebe-se com os dados do gráfico acima, que o PELC sofreu ao longo dos anos com a contenção de recursos por parte do ME.

Ao compararmos estes valores com os de “Transferência de Recursos da União”⁹ (tabela 2), há uma enorme disparidade entre o montante de recursos destinados ao programa e os gastos efetivos do governo para sua execução.

Tabela 1: Comparação entre Transferência de Recursos da União e os Gastos Diretos do Governo.

Ano	Transferência de Recursos da União	Gastos Diretos do Governo
2004	9.539.163,45	151.913,59
2005	7.343.502,71	179.746,53
2006	13.766.041,60	201.211,52
2007	10.073.107,56	185.339,70
2008	27.760.556,07	763.484,74
2009	17.302.263,63	833.810,25
2010	23.302.150,71	3.998.143,33
2011	9.005.251,78	1.456.966,22
2012	3.419.900,45	890.103,93

Fonte: Portal da Transparência. Elaboração do autor.

⁷ Ver Glossário, presente no “Portal da Transparência” do Governo Federal (Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario>. Acesso em: 12 de nov. 2012).

⁸ Para todos os dados apresentados foi usado o deflator- Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)-IGP-DI.

⁹ Ver Glossário, presente no “Portal da Transparência” do Governo Federal (Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario>. Acesso em: 12 de nov. 2012).

Se o montante de recursos destinados ao programa tivesse sido realmente gasto, o número de pessoas atendidas teria se multiplicado. Contudo, a priorização do PST, do investimento no esporte de alto rendimento (EAR) e a contenção dos gastos para alimentar o superávit primário limitou a expansão do programa.

Quando comparamos o direcionamento dos gastos por programa de cada secretaria finalística, percebemos a predominância do investimento no EAR. Em 2004 cerca de 9% dos recursos destinados a funcionamento de núcleos de esporte foram para o PELC, enquanto isso o PST recebeu 42% e o EAR 49%. Entre 2005 a 2012, temos os seguintes dados:

Tabela2: gastos com os programas do ME

Ano	PELC	PST	EAR*
2005 a 2007	6%	32%	56%
2008 a 2010	11,6% %	23,3%	55,1%
2011 a 2012	1,6%	47,2%	51,2%

Fonte: Castelan (2011); Portal da transparência e o Sistema Integrado de Administração Financeira. Elaboração do autor.

Nota: * Somente estamos considerando os valores repassados pelo ME por meio de convênios para as Confederações Olímpicas, não consideramos as transferências para o COB, para as federações e confederações associadas ao COB.

Durante o governo Lula “os valores absolutos investidos em funcionamento do programa de alto rendimento tiveram um crescimento maior que o dobro do crescimento apresentado pelos programas voltados ao esporte de participação e educacional juntos” (ibid., p. 129).

Nos dois primeiros anos do governo Dilma o PELC encolheu ainda mais, ressalta-se que em 2011 nem foi lançado edital para o conveniamento com novas entidades, os recursos liberados serviram apenas para pagar os restos de anos anteriores.

Essa relação do setor público com as organizações esportivas e demais atores ligados ao EAR (mídia e mercado) deve ser intensificado nos próximos anos, tendo em vista o Plano Decenal elaborado na III Conferência Nacional do Esporte e a proximidade com os Jogos Rio 2016.

Somente o Plano Brasil Medalhas lançado em 2012 pelo Governo Federal prevê um investimento de um bilhão no EAR¹⁰, enquanto isso as políticas sociais de esporte e lazer esperam “escolas” para continuarem existindo.

Considerações Finais

Este estudo realizou análise da execução do PELC no período entre 2004 a 2012, especialmente acerca da questão do financiamento. Nosso foco de análise foram os núcleos de esporte recreativo e de lazer, eixo articulador do programa. A compreensão do esporte e lazer como direito social possibilitam aos participantes por meio do PELC a vivência de atividades culturais sistemáticas (oficinas) e assistemáticas (eventos) desenvolvidas pelos trabalhadores vinculados ao programa (agentes sociais).

Apesar do seu desenho inovador o programa sofreu ao longo dos anos com a asfixia orçamentária. Diante de um orçamento ministerial pequeno e constantemente contingenciado, de disputas no interior do ME e da priorização do EAR e do PST, o PELC sobreviveu basicamente de emendas parlamentares.

Por fim, observamos barreiras para a boa execução do programa. Sem dúvida, a

¹⁰ Informação disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/09/13/veja-lancamento-do-brasil-medalhas-2016>. Acesso em: 06/02/2013.

principal é a orçamentaria, mas ainda possui a dificuldade dos gestores conveniados em entender a proposta do PELC, muito pela hegemonia no setor do modelo piramidal, tradicionalmente vinculado ao esporte de alto rendimento.

Concluimos este estudo com a certeza da necessidade de novas investigações, que aprofunde algumas das temáticas elencadas e contribua para o aperfeiçoamento do PELC enquanto política que garante a todos o direito de acesso ao esporte e ao lazer.

Referências

- BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, CFESS, ABEPSS, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de edições técnicas, 1988.
- BRASIL 2008
- _____. **III Conferencia nacional do esporte: texto básico**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2010.
- _____. Decreto nº 4.668, de 09 de abril de 2003. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Esporte, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 de abril, 2003, p.2.
- _____. **Política nacional do esporte**. Brasília: ME, 2005. 44 p.
- _____. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. **Orientações para implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília. Acesso em 11 set. 2012. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/PELC2012/diretrizesPELC2011.pdf>
- _____. Ministério do Planejamento. **Esporte. 2011**. Brasília. Acesso em 10 set. 2012. Disponível em: https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro4/4.4_Esporte.pdf
- COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. RIO 2016: cidade candidata. **Dossiê de candidatura**. V.1. Rio de Janeiro: COB, 2009.
- CASTELAN, Lia Polegato. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. Campinas, 2011.188f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2011.
- CASTELLANI FILHO, Lino (org.). **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Ed. Autores associados, Campinas, SP: 2007.
- HUNGARO, Edson Marcelo et all. O programa esporte e lazer da cidade e a sociedade civil do Distrito Federal. In: FILGUEIRA, Dulce; NETO, Alfredo Feres (Orgs.). **Esporte e lazer: a cidadania em construção**. Brasília: Thesaurus, 2012.
- SOUZA et all. **Sistema de monitoramento & avaliação dos programas esporte e lazer da cidade e segundo tempo do ministério do esporte**. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.184 p.

O INSÓLITO DOS ESPAÇOS DE LAZER NA PÓS-MODERNIDADE

Rita C. Giraldi

RESUMO

O presente artigo tendo como método uma pesquisa exploratória com base em revisão bibliográfica e visou através da reflexão teórica, verificar como o avanço tecnológico advindo da globalização/mundialização propiciou mudanças radicais nos espaços de lazer levando os cidadãos a novos hábitos, prioritariamente os interesses consuntivos e virtuais.

Para tanto, foram analisados autores de diferentes áreas do saber com vistas a buscar estabelecer uma possível compreensão dos novos comportamentos de lazer e a relação dialética destes com os espaços criados para tal prática.

A situação resultante deste panorama apontou para um espaço artificial, onde a alta tecnologia se faz presente e possibilitou lazeres inusitados, principalmente devido ao fato de que os limites espaciais até então conhecidos extrapolaram as fronteiras, e mais, tornou-se possível através da tecnologia interativa vivenciar dimensões, espaços e tempos antes nunca imagináveis.

Palavras-Chave: Pós-modernidade, Interesses do lazer, Espaço de lazer.

Introdução

Quando abordamos a questão dos lazeres atualmente, torna-se importante analisá-los sob a ótica da mundialização, pois com ela há alterações das formas de sociabilidade e dos jogos das forças sociais, levando os cidadãos a novos hábitos. Podemos afirmar que não mais o Príncipe de Maquiavel ou o Moderno Príncipe de Gramsci, mas sim o Príncipe Eletrônico (IANNI, 1998) que subordina, recria, absorve ou ultrapassa os outros.

Neste panorama passamos do Homo Faber ao Homo Ludens e, atualmente temos o Homo Globalizatus (HOBSBAWN, 2000, p. 126-151)

As consequências advindas de tantas mudanças podem ser percebidas na fragmentação do indivíduo moderno, manifesto no surgimento de novas identidades, sujeitas agora ao plano da história, da política, da representação e da diferença. Percebe-se também uma exacerbação de certas características das sociedades modernas (individualismo, consumismo, ética hedonista, fragmentação do tempo e do espaço). E os espaços de lazer acompanham tais mudanças e, muitas vezes, apresentam-se como locais inusitados e insólitos.

1. A Pós-Modernidade e os Lazer

A pós-modernidade pode ser considerada como a condição sociocultural e estética do capitalismo contemporâneo, também denominado pós-industrial ou financeiro. A sociedade pós-moderna irá favorecer o surgimento de um hedonismo socializado pela mídia e, de certa forma, respondida pela própria sociedade como sintoma da “sociedade do espetáculo” (Debord, 2003).

Segundo FEATHERSTONE (1997, p. 69), a pós-modernidade pode ser compreendida como aquela que se afasta das ambições universalistas das narrativas

mestras, a visão adotada é da totalidade, do sistema e da unidade simultaneamente, enfatiza o sincretismo. Sua tendência direciona-se à uma cultura de consumo simuladora, apagando a distinção entre aparência e realidade onde o indivíduo perde seu papel de protagonista.

A cultura pós-moderna privilegia serviços e informação sobre a produção material, a Comunicação e a Indústria Cultural ganham papéis fundamentais na difusão de valores e ideias do novo sistema. Ela inscreve-se neste contexto como conjunto de valores que norteiam a produção cultural subsequente (a multiplicidade, a fragmentação, a des-referencialização e a entropia) com a aceitação de todos os estilos e estéticas, pretendendo a inclusão de todas as culturas como mercados consumidores.

Porém, na pós-modernidade, não é o lazer que conhecemos; ele é reinventado. Ele se apresenta com novos valores frente à nova cultura que se delinea. Marcado pelo “tempo pontuado ou pontilhado”¹, o lazer até então entendido como atividade de livre arbítrio, perde sua essência em um cotidiano repleto de apelos. O tempo livre torna-se cada vez mais escasso, cedendo seu espaço ao tempo pontuado.

Na esfera dos lazeres, antes da mundialização podemos dizer que as atividades eram entendidas como compensação à fadiga e ao tédio provocado pelo trabalho fragmentado e em cadeia (Friedmann, 1983) ou, atividade praticada no tempo ‘sobrante’, pautado no orçamento-tempo (GIST; FAVA apud PARK, 1978, p. 21). Ainda neste contexto não há análise do tempo da prática das atividades de lazer e sim, na qualidade da atividade a que alguém se dedica (escritores religiosos e filósofos) e, por fim o lazer possui na essência, atividades discricionais praticadas no tempo livre (Dumazedier, 1976).

Frente às mudanças ocorridas devemos refletir sobre a atividade adotando outros parâmetros, pois atualmente o lazer possui na essência atividades relacionadas ao contexto, é uma opção **individual** (GEBARA in BRUHNS, 2000) ou entendido como cultura (sentido amplo) vivenciada no tempo disponível (MARCELINO, 2008). Atualmente o lazer envolve temas como o personalismo, a sobrevalorização da aparência, a intranscendentalidade dos valores e a performance, tudo isto potencializado pela utilização intensiva do instrumental técnico mais recente disponível, como é o caso das comunicações e da informática (BRUHNS, 2003).

Neste contexto, surge o Lazer de consumo como reflexo da sociedade consumista e imediatista, onde o “ócio conspícuo” reaparece neste “tempo pontuado ou pontilhado” e caracterizado pelo interesse hedonístico, bem como o Lazer virtual como fruto da sociedade tecnicista e individualista, passando a ser mediado pela tecnologia dos sistemas informacionais e possibilitando o que J.Baudrillard (1991) denomina de “simulacro”. Tal panorama agrega dois novos interesses do lazer, o hedonístico e o virtual aos interesses já consagrados por estudos na área, ou seja, os interesses intelectuais, sociais, físicos, manuais, artísticos, (DUMAZEDIER, 1980, p. 110), turísticos, CAMARGO (1986, p. 17-8) e gastronômicos (CAMPOS, 2006).

O viver humano é um constante desafio em adaptar, organizar e reordenar o ambiente em que vive e podemos afirmar que o espaço habitado é, portanto uma estrutura espacial, na qual as diferentes organizações sociais exercem suas atividades cotidianas. E, nessa cotidianidade, o homem constrói sua existência, submetendo-a a duas coordenadas: **TEMPO** e **ESPAÇO**. Cada coordenada possui aspectos particulares,

¹ O tempo *pontilhista* (MAFESSOLI, 2003) e o tempo *pontuado* (NICOLE AUBERT apud BAUMAN, 2008, p. 50) são utilizados quase como sinônimos, pois significam a ruptura e descontinuidade da percepção temporal pelo homem através do conteúdo específico destes pontos de tempo e, hoje, se atentarmos para nosso cotidiano, perceberemos que há um aumento sucessivo de eventos comprimidos em um determinado intervalo de tempo.

principalmente se as analisarmos com vistas às atividades humanas, para as quais elas servem de cenário. Apesar de cada espaço ser projetado visando à racionalização dos diversos movimentos exercidos em cada atividade humana, ele por si só não satisfaz o homem. Sua escala, configuração, decoração e colorido são elementos fixos que apenas informam os usuários sobre as atividades que poderão ali ser exercidas e, os espaços de lazer se incluem neste panorama.

2. O Lazer e os espaços insólitos da cidade pós-moderna

Num mundo globalizado e sem fronteiras como os vivenciados na transição dos anos 80/90, adentramos um período altamente discutível pelos teóricos: a Pós-modernidade. Segundo OLALQUIAGA (1998, p.12-3) o pós-modernismo é um estado de coisas, e não uma ideologia estruturada e coerente sendo percebido alternadamente como revolucionário, fascista, hedonista ou redentor.

A discussão acerca do pós-modernismo não se resume a questões filosóficas. Os debates incluem, entre outros temas, os novos hábitos sociais e as questões relativas ao tempo e seu consumo. Acrescente-se à pauta o fato de que passamos da 'Era das Metrôpoles' para a 'Era das Megalópoles'.

Aceito pela arquitetura desde os anos 60 do século XX, o pós-modernismo caracterizou-se como uma arquitetura que procura simbolizar um estilo de vida e valores públicos que se expressam nos monopólios e grandes negócios; as exposições internacionais e feiras mundiais; as fábricas e as proezas da tecnologia e os templos de consumo e as 'igrejas' da distração.

Como características formais desse movimento temos: as envolventes e majestosas curvas, a superposição dos espaços, a exposição de blocos de concreto e uma série de outros símbolos associados à construção. Existe uma dupla codificação na linguagem utilizada pelos arquitetos visando comunicar-se com um público particular e, isso só se tornou possível pelo avanço da tecnologia utilizada nas construções e o uso de códigos semióticos (VENCKS, 1987, p.350).

Tais características do movimento pós-moderno na arquitetura expressam uma visão mais evolucionista do que revolucionária; não negam a tradição moderna, mas interpretam-na literalmente, integrando criticamente suas glórias e erros, lutando contra os dogmas da univalência, propondo uma coerência estilística pessoal, um equilíbrio estático contra a pureza e a ausência de qualquer elemento considerado 'vulgar'; valoriza a ambiguidade e a ironia, a pluralidade de estilos, o duplo código que lhe permite agradar a todos os gostos populares e, sobretudo pelo gosto das figuras aplicado a composição e decomposição do objeto arquitetônico.

Os ambientes construídos trazem em si a característica de locais higiênicos refletindo uma pluriculturalidade sem referência alguma onde tudo é citado e, ao mesmo tempo, nada é o que se cita. A paisagem construída se mostra como uma colagem de várias fachadas e elementos históricos que remetem a imagens imaginadas (Bachelard,1988) que são irreais, falsas; mas elas são sempre paradisíacas.

A cidade não é mais pensada como um todo, mas sim uma colagem de fragmentos. Os espaços de lazer tornam-se fragmentos desta malha propiciando lazeres consuntivos mediados pela tecnologia que possibilita a concretização dos sonhos utópicos. Numa sociedade midiática, os simulacros também estão presentes nos espaços de lazer.

As cidades já estão, há muito, marcadas pelas tecnologias digitais e já se vive nas Cibercidades ou Cidades digitais, como preferem alguns autores (LÉVY,1996; GUATTARI, 1992; CASTELLS, 1999 e RYKWERT, 2004) . O lugar físico não é mais

tão importante quanto o foi há décadas atrás. Tem-se o teletrabalho, o tele-estudo, a telemedicina. O deslocamento físico muitas vezes não se faz mais necessário. O tempo é economizado e ainda assim, é tido como insuficiente. Mas a possibilidade de conhecer lugares virtualmente em vez de satisfazer a curiosidade, aumenta a necessidade do indivíduo de conhecer fisicamente o ambiente visitado via internet. O espaço de fluxos planetários de informações instaurados pela Cibercultura leva a uma problematização do espaço como lugar nas cidades atuais.

Na tentativa de articular esses dois espaços, o físico e o virtual, foram criados diversos projetos, dando a essas cidades articuladas o nome genérico de cibercidades. Esses pretendem aproveitar o enorme potencial das tecnologias de informação e comunicação para aumentar o interesse das pessoas pelos espaços concretos das cidades, reaquecer o espaço público, criar novos vínculos comunitários, tornar a participação política dessas pessoas mais dinâmica e, claro, ajudar os indivíduos a se familiarizarem com essas novas tecnologias.

Mas as cibercidades não são espaços só de trabalho; algumas são trabalho para alguns e lazeres para outros. Vemos surgir cidades vocacionadas para o lazer, e megaequipamentos para tal prática. Nessas, a tecnologia empregada na configuração e ambientação dos espaços remete seus usuários à ‘simulacros naturais’ como diria Baudrillard, buscando dar ao homem do século XXI uma representação viável da cidade ideal ou a tentativa de oferecer um ‘resumo’ mimético de outro lugar e de outra época.

Cabe ressaltar que a sociedade pós-moderna reafirma a necessidade de que os interesses sejam determinados pelo que se consome, e as mercadorias são valorizadas tanto pelo valor simbólico quanto pelo valor de uso. Nesse prisma, a alienação dos consumidores fica bem clara; na verdade, não conhecem a essência do produto que consomem, muito bem elaborado pela mídia, ao colocar imagens belíssimas conjugadas com uma linguagem verbal de efeito muitas vezes ilusório.

A imagem torna-se mais importante para os olhos do turista que o próprio objeto em si. (BARBOSA, 2001:39)

Quanto aos ambientes de lazer, podemos dizer que os exemplos mais precisos na pós-modernidade são os parques de diversão e os shoppings.

Baudrillard (1973, p.206) termina seu livro “O sistema dos objetos” mencionando que “é preciso que fique claramente estabelecido desde o início que o consumo é um modo ativo de relação [...], um modo de atividade sistemática e de resposta global no qual se funda todo nosso sistema cultural.” Isso refletia, na época, o vislumbamento da sociedade de consumo que se instaurava na segunda metade do século XX. E hoje, temos espaços que são considerados como que ‘templos’ de consumo: os shoppings centers. Já se fala em uma cultura de consumo, onde como coloca TASCHNER (2000, p. 39) esta abrange conjuntos de imagens, símbolos, valores e atitudes desenvolvidas no movimento anterior que, associados ao consumo de mercadorias, seja ele real ou imaginário, orientam diferentes comportamentos.

E neste comportamento de consumo, as lojas de departamentos tornaram-se o ambiente onde a relação lazer/consumo se redefiniu. Tais lojas, atualmente são as denominadas ‘âncoras’ dos shoppings centers e associado ao espaço de compras, outros ambientes surgiram visando atender às necessidades dos compradores e, no caso os lazeres não poderia ser excluído.

A sedução destes espaços extrapola o imaginário cotidiano, levando seus usuários a assumirem papéis que BAUMANN (2008, p. 113) denomina de ‘avatar consumidor’. Tudo é pensado para que dentro da artificialidade intraparedes pareça o mais natural possível e agradável e, a possibilidade infinita de consumir certos objetos e praticar determinados estilos de vida é considerada pelos frequentadores uma das condições necessárias à felicidade.

Por sua vez, os parques de diversão do século XXI em nada se parecem com

os mais sofisticados apresentados no Luna Park no século XIX. Hoje os parques de diversão e os temáticos se afiguram como ‘espelhos universais’ que oferecem imagens difusas e às vezes perdidas de uma consciência coletiva vigente, permitindo a seus usuários reconstruir e reencontrar seus lugares imaginários.

Nestes espaços, a ambiência entendida como a organização espacial voltada a proporcionar as relações sociais e vivências múltiplas, faz com que a arte e a vida se fundam, de modo congelado e transferida ou emprestada a outro espaço e, que podem ser consumidas por seus visitantes e, como coloca ECO (1984, p. 55-60) sobre a Disneylândia “[...] uma vez que o ‘todo falso’ é admitido, é necessário que para ser desfrutado ele pareça todo verdadeiro [...] alegoria da sociedade de consumo, lugar do iconismo absoluto [...]” .

Os parques de diversões hoje são organizados de modo que seus espaços possuam lugares para ver, lugares para comer, lugares para comprar e principalmente, lugares para vivenciar. Estes territórios funcionam como sistemas e formam um microcosmo.

O universo cultural do lazer também apresentou mudanças neste mundo pós-moderno: megaespetáculos, filmes interativos e festas alucinantes.

A confusão pós-moderna de tempo e espaço, na qual a continuidade temporal desaba na extensão e a dimensão espacial se perde para a duplicação, transforma a cultura urbana num gigantesco holograma capaz de produzir qualquer imagem dentro de um aparente vazio. Nesse processo, tempo e espaço se transformaram em ícones de si mesmos e, conseqüentemente, são transformados em cenários. (OLALQUIAGA, 1998, p. 45).

E o futuro?

Teixeira Coelho (1999, p. 133) coloca que a denominada cultura do entretenimento já está delineada através dos múltiplos espetáculos que se pode vivenciar e, numa sociedade do espetáculo como coloca DEBORD (2003) há uma tendência de o espetáculo mediar um mundo não apreensível de imediato, pois a abstração e mistificação do real tornaram-se usual na sociedade de agora uma vez que onde há a representação do cotidiano, o espetáculo reconstitui-se.

Podemos dizer que o espetáculo apresenta uma dicotomia entre mundo real e mundo simbólico e que hoje estamos na era do hiperespetáculo ou o espetáculo da contemplação tendo em vista que cada indivíduo acaba por abdicar de seu papel de protagonista para se tornar um espectador como se retornássemos ao estado de contemplação do outro idealizado como coloca MORIN (1977) nas relações entre os espectadores e os olímpianos. E para tanto, os espaços de lazer se organizam e reestruturam seus interiores com vistas a possibilitar a estes novos sujeitos um ambiente que os envolva na aura de espetáculo apresentado.

A cidade real hoje se apresenta como um cadinho de especializações específicas que visam atender a um cotidiano conturbado e acelerado, onde através do consumo do tempo pontuado, seus usuários buscam atividades hedonistas. Mas a cidade virtual se apresenta como o amplo espaço onde os espaços pessoais e relacionais são respeitados e, principalmente, se apresenta como uma grande ‘festa’, pois

Ninguém hoje sabe qual será a cidade de amanhã. [...]. Talvez assistamos à proliferação, por todo planeta, de aglomerados urbanos, indefinidamente extensos, que farão o conceito de cidade perder todo o significado. (CHOAY, 1979, p. 55).

Referências

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes; 1988.

- BARBOSA, Ycarim M. *O despertar do turismo – um olhar crítico sobre os não-lugares*. São Paulo: Aleph; 2001.
- BAUDRILLARD, Jean. *Sistemas dos objetos*. São Paulo: Perspectiva; 1973.
- _____. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água; 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo – a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar; 2008.
- BRUHNS, Heloisa T. MARINHO, Alcyane. *Turismo, Lazer e Natureza*. Barueri: Manole; 2003.
- CAMARGO, Luís O. Lima. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense; 1986.
- CAMPOS, G.C. A gastronomia como conteúdo cultural do lazer in *XVIII Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL*, Curitiba; 2006.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra; 1999.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva; 1979.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. 2ª Ed. São Paulo: Iluminuras/FAPESP; 1999.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. E-booksBrasil.com; 2003
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva; 1976.
- _____. *Valores e conteúdos culturais do Lazer*. São Paulo: SESC; 1980.
- ECO, Humberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1984.
- FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Nobel/SESC; 1997.
- FRIEDMANN, Georges. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Perspectiva; 1983.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose – um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34; 1992.
- GEBARA, Ademir. Nobert Elias e a teoria do processo civilizador. IN BRUHNS e GUTIERREZ (Orgs). *Temas sobre o Lazer*. Campinas: Autores Associados; 2000.
- HOBBSAWM, Eric. *O novo século*. São Paulo: Companhia das Letras; 2000.
- IANNI, Otávio. *O príncipe eletrônico*. São Paulo: Perspectivas; 1998.
- LÉVY, Pierre. *O que é virtual?* 8ª reimpressão. São Paulo: Editora 34; 1996.
- LIPOVETSKY, Gilles. CHARLES, Sebastien. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla; 2004.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola; 2005
- MAFFESOLI, Michel. *O eterno instante, o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. Porto Alegre: ZOUK; 2003.
- MARCELLINO, Nelson C. Lazer e sociedade: algumas aproximações In: MARCELINO, Nelson C. (org). *Lazer e Sociedade, múltiplas relações*. Campinas: Alinea; 2008.
- OLALQUIAGA, Celeste. *Megalópoli – sensibilidades culturais contemporâneas*. São Paulo: Studio NOBEL; 1998.
- ORTIZ, Renato. *Um outro território*, Lisboa: Olho d'Água; 1999.
- PARKER, Stanley. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar; 1978.
- RYKWERT, Joseph. *A sedução do lugar – a história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes; 2004.
- TASCHNER, Gisele B. *Lazer, cultura e consumo* IN revista de Administração de Empresas – ERA, São Paulo, v. 40, nº 4, 2000, p. 38-47.
- VENCKS, Charles. *Movimentos modernos em arquitetura*. Lisboa: Edições 70/Martins Fontes; 1987

O LAZER SOB A ÓTICA DOS GESTORES DE CONFECÇÕES TÊXTEIS, DE JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS: um estudo preliminar

Cristiane Erica Duque
Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior

RESUMO

As relações de trabalho modificaram-se muito ao longo do século XX. O avanço da tecnologia e as conquistas trabalhistas conquistadas têm sido importante para que ocorra estas mudanças. Visando diminuir os conflitos nas relações trabalhistas, muitas empresas estão investindo na oferta de ambientes agradáveis dentro das empresas. Nesse contexto, o lazer vem se destacando por ser um fator diferencial. O objetivo central desta pesquisa é investigar como o lazer é concebido por malharias de Juiz de Fora – MG e apreender os pressupostos que regem as ações ligadas ao lazer nessas organizações. Para tanto, a metodologia deste trabalho combinou pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com os gestores das duas empresas selecionadas. A justificativa para a realização do trabalho é o interesse da pesquisadora em aprofundar o estudo acerca da adoção de elementos do lazer em malharias de Juiz de Fora, Minas Gerais. O trabalho se encontra dividido em cinco partes. Em linhas gerais, percebeu-se a falta de uma política de valorização do trabalhador que incorpore elementos do lazer, principalmente ao considerá-lo como uma necessidade do trabalhador, e não apenas uma ferramenta para aumento dos lucros, como se observa no discurso dos gestores.

Palavras-Chave: Lazer. Trabalho. Confecções têxteis. Juiz de Fora, Minas Gerais.

Introdução

Nos primórdios da Revolução Industrial, exigia-se muito trabalho e pouco se questionava sobre as condições sociais dos trabalhadores. Desde o século XIX, através de lutas sindicais e o avanço da tecnologia, houve muitas mudanças nas relações trabalhistas. Entretanto, ainda existe uma dedicação exaustiva às atividades profissionais em prol do crescimento econômico. Visando diminuir os conflitos entre a instituição e o trabalhador, a atuação da empresa ganha um papel social importante. Para o desempenho e equilíbrio dos seus funcionários, as organizações têm investido em melhorar a qualidade de vida da sua equipe profissional. Estas atitudes fazem com que as firmas ganhem destaque como uma empresa consciente do bem estar dos seus colaboradores.

Hoje, se sabe que o lazer é muito importante ao ser humano. De fato, o lazer ajuda a ampliar a capacidade criativa, melhorando a autoestima e aumentando a satisfação pessoal. Assim, “[...] a construção de uma nova realidade, mais justa, inclusiva, digna e humanizada também se constrói por meio do lazer, que adquire um papel fundamental nesse processo” (GOMES, 2012, p. 129). Neste sentido, muitas empresas, para obter sucesso e sobreviverem ao mercado competitivo, têm investido em projetos que trabalhem com o lazer.

O estudo tem como **objetivo geral** investigar como o lazer é concebido por malharias em Juiz de Fora, Minas Gerais. Como objetivos específicos, espera-se: I) apreender os pressupostos que regem as políticas de lazer neste tipo de organização; II) proporcionar uma discussão sobre lazer em ambientes de trabalho; III) identificar ações de lazer levadas a efeito pelas organizações pesquisadas.

A **justificativa** para elaborar este estudo se deu a partir de trabalhos e pesquisas de campo realizados em maio de 2011, pela disciplina Fundamento do Lazer, do curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, junto a uma organização têxtil na cidade. Desta forma, optou-se por aprofundar a investigação acerca de como o lazer é compreendido por empresários ligados ao setor têxtil do município.

Quanto à **estrutura** desse trabalho, o estudo foi dividido em quatro seções. Assim, a primeira parte do trabalho aborda uma breve discussão acerca de concepções de lazer. A segunda seção do trabalho levanta as relações entre lazer e trabalho. Já na terceira parte, se contempla uma discussão sobre pseudolucidez no trabalho, assim como ambientes agradáveis e valores do lazer no trabalho. No item seguinte, se aborda a metodologia utilizada no trabalho, apresentação e análises dos dados das entrevistas estruturadas realizadas com os representantes das empresas, e, por fim, as considerações finais.

1 Olhares sobre o lazer

Compreendido por alguns como expressão da liberdade e por outros como uma das principais atividades que o capital se apoderou, o lazer tem sido de debate inesgotável. Este fenômeno cultural tem levado a realização de estudos sob diferentes disciplinas, devido a muitas opções que o lazer oferece, pois esse fenômeno pode ser entendido como um simples uso do tempo livre com atividades lúdicas que dão prazer ao indivíduo. Ao mesmo tempo, o próprio lazer passou a ser empregado como sinônimo de turismo, férias, ócio entre outros. Enfim, a definição de lazer é muito ampla. Portanto, esta parte do estudo pretende ilustrar somente os principais autores e suas definições a respeito desse fenômeno social.

Christianne Gomes (2012) define o lazer como um fenômeno mais amplo. Para a autora o lazer constitui-se de relações que vai além do campo do trabalho, ele dialoga com outras dimensões da vida, como a arte, saúde, linguagem, educação, entre outros. Ela aponta que o lazer é

[...] uma necessidade humana e dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço social. Assim, o lazer é construído na articulação de três elementos fundamentais: a ludicidade, as manifestações culturais e o tempo/espaço social. Juntos, esses elementos configuram as condições materiais e simbólicas, subjetivas e objetivas que podem – ou não – fazer do lazer um potente aliado no processo de transformação de nossas sociedades, tornando-as mais humanas e inclusivas. (GOMES, 2012, p.82).

Na literatura podemos encontrar uma variedade de definições relativas ao conceito de lazer. Umas e outras apontam aspectos diferentes, tomando-se difícil encontrar uma definição que só por si abarque todos os aspectos relevantes e definidores do lazer. Entretanto, conceitos que apontam o lazer como funcionalistas não abarcam todas as necessidades de compreensão do fenômeno. “O lazer não pode ser entendido como simples assimilador de tensões ou alguma coisa boa que ajude a conviver com as injustiças sociais” (MARCELINNO, 2006, p. 16).

Portanto, a definição dada por Gomes (2012) é mais ampla. Para a autora, a forma tradicional de conceituar o lazer principalmente em função do trabalho, como fosse oposto a este, essa não é a única possibilidade de entender e vivenciar o lazer,

embora reconheça a influência de um sobre o outro Ela nos aponta que o lazer é um fenômeno cultural, uma necessidade humana e uma dimensão da cultura, representando, assim, uma prática social complexa que entrelaça diversos campos das relações humanas.

2 Relações lazer x trabalho

Na sociedade em que vivemos, o trabalho exerce um papel importante na vida dos seus indivíduos, assumindo um aspecto de uma garantia de recursos. “O trabalho é também, se não acima de tudo, um meio de viver e colocar ao nosso alcance outras fontes de satisfação.” (FRISCH in FRIEDMANN; NAVILLE, 1962, p.158). Neste sentido, para uma qualidade de aproveitamento do tempo livre, é preciso uma relação satisfatória com o todas as dimensões que compreendem a existência.

Para Magnani (1988, p. 39) “é preciso superar a perspectiva empobrecida da visão tradicional – que não vê no lazer senão um dos fatores da reprodução da força de trabalho – e procurar considerá-lo a partir da ótica de seus usuários”, fazendo, todavia, uso de aparatos metodológicos diferenciados, que transcendam a apreensão estatística e formalista de percepções dos trabalhadores por intermédio de questionários e estatísticas, levando em conta as vivências e a proximidade que o pesquisador deva ter com esses indivíduos.

Por fim, a influência da ética protestante, enobrecedora do trabalho, para uma clima favorável à adaptação do homem à sociedade industrial, ainda é um valor ainda muito presente no senso comum. Muitos trabalhadores ocupam grande parte do seu chamado “tempo livre” com atividades extras para aumentar a renda. O uso do tempo e sua distribuição, não apenas sob uma perspectiva “qualitativa, mas quantitativa, [...] é, pois, um fato político: está em jogo uma série de interesses que visam ao controle do tempo e seu aproveitamento na produção. Afinal, 'tempo é dinheiro' [...]” (MARCELLINO, 2006, p.61).

De acordo com Gomes (2008) “[...] o lazer vem ganhando importância cada vez maior nestes tempos 'pós-modernos'. Essa importância vincula-se, sobretudo, à descoberta do lazer como a essência de um fecundo e promissor mercado, capaz de gerar lucros significativos [...]” . A autora destaca que, em nosso contexto, o jogo de poder social e político determinam as regras. Portanto, se mal utilizado, o lazer pode contribuir para mascarar contradições sociais. As discussões em torno do tema trabalho e lazer devem levar em conta toda uma situação social própria de cada realidade específica.

2.1 Pseudolucidez no trabalho: ambientes agradáveis e valores do lazer no trabalho

Como foi visto na seção anterior, bem ao contrário do que ocorreu no início da Revolução Industrial, as mudanças ocorridas no século XX, mas precisamente no pós-guerra, reconhece-se o fenômeno lazer como um meio de suma importância para o equilíbrio dos indivíduos da sociedade contemporânea. Atualmente, “as organizações enxergam no lazer como instrumento que possibilita a melhoria da produtividade, e as práticas utilizadas servem para desenvolver o processo produtivo.” (SÁ; BARBOSA in ISAYAMA, 2010, p. 216).

É importante destacar que muitas empresas adotam o princípio de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Este conceito tem sido relacionado com lazer, e se espera que possa contribuir de forma eficiente para melhorar a qualidade de vida no trabalho

(PESSOA; NASCIMENTO, 2008, p. 36).

As empresas adotam atividades culturais de lazer para viabilizar a qualidade de vida ou maior satisfação do trabalhador. O discurso adotado pelas empresas de valorização dos indivíduos é atrelado a uma melhoria da imagem da organização. Para Eduardo de Sá e Allan Barbosa:

[...] O lazer como ferramenta utilizada na administração vem sendo sistematicamente observado pela lógica da gestão de recursos humanos e sugere que as organizações que utilize dessa prática têm o perfil inovador, mais afeito a reconhecer como deve ser tratada a relação entre indivíduos e seu espaço de trabalho. (SÁ; BARBOSA in ISAYAMA, 2010, p.206).

Neste sentido o lazer vem sendo usado como um meio estratégico na administração de recursos humanos. Barbosa (1995), no artigo Lazer e Qualidade de Vida, aponta que:

[...] os tão decantados processos de qualidade total, muito bem representado na chancela internacional de qualidade – por exemplo, o *ISO 9000* que somente é concebido a empresas que mantêm condições de qualidade de vida para seus empregados. [...] Assim, a questão de lazer na empresa evolui dos tradicionais benefícios recreativos, vindos dos anos 60, para uma ação necessária no desenvolvimento e no acompanhamento dos recursos humanos. (BARBOSA in MARCELLINO, 1995, p. 164).

Madsen (1999) argumenta que as empresas que associam a seus nomes às atividades de lazer, contam ao seu favor uma imagem bastante positiva, a qual pode advir do marketing que a empresa desenvolve. Embora Madsen apresente de forma positiva este processo das empresas, para Inácio (1999) existe a “possibilidade de que estejamos frente a mais moderna e sofisticada forma de manipulação do trabalhador para benefício do aumento de capital da empresa” (MADSEN; INÁCIO apud STEIDLE, 2007, p. 34-35).

No estudo de Eduardo de Sá e Allan Barbosa já mencionado aqui, os autores afirmam que “é possível inserir a discussão do lazer como instrumento e prática utilizada na gestão organizacional com forte aderência às atividades de recursos humanos”. Entretanto, como eles apontam, para que este possa ser uma ferramenta capaz de trazer desenvolvimento empresarial e benefícios para os indivíduos, é preciso orientar as atividades para que não sejam um mera ferramenta de recursos humanos. (SÁ; BARBOSA in ISAYAMA, 2010). É importante ressaltar, que, mesmo que tais práticas têm sido usadas como marketing (fator de competitividade) das empresas, ainda sim, “as pessoas que vivenciam as atividades de lazer proporcionadas pelas empresas se desenvolvem social e pessoalmente, na medida em que podem ter acesso a experiências lúdicas e a interação entre as pessoas, família e sociedade”. (SÁ; BARBOSA in ISAYAMA, 2010, p. 217). Após a realização desse breve apanhado teórico relacionado ao lazer e o ao trabalho, é necessário, agora, realizar apontamentos ligados à metodologia desta investigação.

3 Metodologia

Para responder às questões norteadoras dessa pesquisa e atingir ao objetivo proposto, os encaminhamentos metodológicos adotados envolveram revisão

bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, conforme será apresentado a seguir.

A pesquisa de campo foi realizada junto às malharias classificadas como empresas de médio porte, da cidade de Juiz de Fora – MG. Conforme o SEBRAE, a empresa de médio porte é caracterizada por 100 a 499 empregados. Optou-se por realizar entrevista estruturada para obter dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo que todas elas sejam comparadas. (MARCONI; LAKATOS, 2010).

As empresas investigadas foram a Malharia Ventre Livre, situada na rua Vitorino Braga, 120, bairro Vitorino Braga, Juiz de Fora, MG e a Indústria e Comercio de Malhas Pinguim com sede na rua Vitar Maria de Oliveira, 865, bairro Progresso, Juiz de Fora, MG.

A Malharia Ventre Livre é uma confecção de artigos do vestuário com 104 funcionários registrados e está no mercado desde março de 1991. Sua missão é: “Produzir tentando ser correto com os compromissos”.

A Indústria e Comercio de Malhas Pinguim também é uma confecção de artigos do vestuário e está no mercado desde 1991. A empresa conta com 349 funcionários registrados. Sua missão é “confeccionar e proporcionar conforto com qualidade e durabilidade, a fim de manter o mercado nacional e atingir o mercado internacional com compromisso ético e transparência nos negócios, no desenvolvimento social ambiental sustentável e na melhoria contínua de qualidade, mantendo claros os princípios familiares e valores dos colaboradores”.

As duas empresas escolhidas para a coleta de dados têm suas trajetórias bem parecidas. As duas foram criadas no ano de 1991, e, como informado pelos representantes, as duas empresas começaram com poucos funcionários trabalhando. Em um trecho da entrevista o administrador Airton relata que a Indústria e Comércio Malhas Pinguim iniciou no ramo contando com apenas quatro máquinas de costura.

As entrevistas foram realizadas no dia 07 de março de 2013 com sócio proprietário na Malharia Ventre Livre LTDA, Marcos Antônio de Paula, que possui graduação em Ciências Contábeis. E, no dia 08 de março de 2013, foi realizada a entrevista com o administrador na Indústria e Comercio de Malhas Pinguim LTDA, Airton da Silva, que possui graduação em Administração de Empresas. Optou-se por realizar as seguintes categorias de análise: espaço de lazer e concepções de lazer.

4 Apresentação e análises dos dados

4.1 espaços de lazer

Apesar das duas empresas atuarem no mesmo ramo e terem características bem parecidas, possuem formas diferentes de se pensar o lazer para seus funcionários. A primeira empresa investigada, a Malharia Ventre Livre conta com um espaço de lazer interno com jogos, TV e três computadores ligados à rede de internet, revistas para leitura e poltronas para o descanso. É importante destacar que este espaço só pode ser utilizado pelos funcionários fora do horário de trabalho, sendo utilizado somente durante o intervalo de uma hora tirado para o almoço. A empresa também possui descontos para o funcionário na academia de ginástica MZN e realiza anualmente uma festa de confraternização. Já a Indústria e Comércio Malhas Pinguim, não possui espaço interno para atividades ligadas ao lazer, oferecendo somente uma festa de confraternização realizada anualmente. Porém, o administrador Airton, apontou que há uma verba de R\$ 120.000,00 a ser usada para o ano de 2013. Segundo ele, esta verba será direcionada para melhorias nos ambientes de trabalho. O entrevistado afirmou que

parte desta verba será usada para a construção de um espaço de lazer para os funcionários.

4.2 Concepção de lazer

Meu primeiro questionamento foi a respeito de como a empresa pensa o lazer para seus funcionários. Marcos, representante da Malharia Ventre Livre, respondeu que “Eu vejo o lazer como uma forma de quebrar a rotina de trabalho e também como uma forma de estreitar relacionamentos”. Ele acredita que o lazer é um meio quebrar a rotina do trabalho, ou seja, “o lazer é tido como forma de se revigorar, tendo em vista enfrentar, novamente, as condições de trabalho” (SÁ, 2007, p. 3). Marcellino (1990, p.20) aponta as “abordagens funcionalistas do lazer” como altamente conservadoras por reforçarem princípios como a manutenção da ordem e a busca pela paz social. O autor considera o “lazer funcionalista” como um simples assimilador de tensões e reparador dos efeitos negativos da força de trabalho. (MARCELLINO, 1990)

O segundo entrevistado, o administrador das Malhas Pinguim, Airton, ao responder esta questão sobre como a empresa pensa o lazer para seus funcionários, responde que a “Hoje o que marca é festa de final de ano.” A resposta do entrevistado ficou vaga, talvez por não houver espaços internos para as práticas de lazer na empresa. Porém, ele continuou apontando outras práticas valorizadas pela empresa. No trecho seguinte, ele assevera que: “o que acho legal da empresa é que em algumas situações quando as pessoas têm problemas de saúde e dificuldades para internar por falta de assistência, o empregador ajuda nesse processo.”

Quanto perguntado quais benefícios do lazer podem ser gerados para os trabalhadores e para empresa, o empresário Marcos considera que:

O lazer contribui para o equilíbrio e consequentemente você ganha mais produtividade, porque quando a pessoa está equilibrada ela fica menos doente, ela não falta mais, ela produz mais, fica mais concentrada. É uma forma de você reter o funcionário.

O empresário, ao responder esta questão, acredita que o maior benefício gerado pelo lazer, portanto, é a produtividade, e para o funcionário é o equilíbrio. A resposta dada pelo entrevistado é intrigante, pois ele vê o lazer como uma simples ferramenta capaz de gerar ganhos de produtividade, excluindo uma dimensão do lazer ligada ao prazer e ao bem estar. Inegavelmente, as organizações acabaram por incluir em seus recursos humanos o lazer como uma necessidade para meios de ganhos de produção. É dessa forma que os benefícios do lazer são concebidos pelo entrevistado, pois “[...] esses valores são indispensáveis à manutenção da ordem social vigente e à perpetuação de visões distorcidas sobre a temática do lazer” (GOMES, 2008, p.79).

Já o segundo entrevistado, representante das Malhas Pinguim, descreve que os benefícios do lazer são: “primeiro é parte multifuncional, e segundo é a parte do pensamento em equipe, isso contribui para diminuir as diferenças, considero como um equilíbrio.” O administrador da Malhas Pinguim propõe que o lazer seja mediador de conflitos. As respostas dadas pelos entrevistados excluem o aporte para o desenvolvimento humano, e o potencial lúdico-criativo não é abordado. Os benefícios do lazer para ambos entrevistados são vistos como um meio atenuar conflitos e uma ferramenta de capaz de diminuir os danos causados pelo trabalho.

É necessário destacar que as respostas dadas pelos entrevistados apontam o lazer como uma ferramenta importante para os recursos humanos. Quando perguntado se o lazer possibilita a melhoria da produtividade e de que forma, Marcos respondeu que:

“acredito que tudo que você poder fazer para o funcionário se sentir melhor protegido e privilegiado, ele sente o esforço da nossa parte, ele produz mais. Eu acho também que tudo que ajuda que ele produza mais, é valido” Airton respondeu que: “Acredito que sim, embora eu não tenha vivenciado isso na prática.” O administrador das Malhas Pinguim complementou a resposta dizendo “você focou muito no lazer, o lazer é importante, mas, uma coisa me preocupa muito, mas será que toda costureira chegou alimentada?” Airton termina dizendo que a maior preocupação dele é se os funcionários têm o básico para sobrevivência – a alimentação.

Considerações Finais

O lazer tornou-se um fenômeno de extrema importância para toda a sociedade. Acabou tornando-se um componente importante para o sistema produtivo. Como Gomes (2012) destaca, na atualidade, lazer é cada vez mais concebido como mercadoria direcionada para o consumo alienado como algo importantíssimo para o êxito e manutenção do sistema neoliberal capitalista.

Assim, as empresas utilizam o lazer como um diferencial no QVT, capaz de melhorar os relacionamentos internos nas empresas. Portanto, as atividades de lazer são oferecidas, quase sempre, como uma “válvula de escape” para diminuir os impactos causados pelo trabalho alienante e principalmente como uma ferramenta de produção.

Nesse sentido, é importante compreender o lazer como um meio de valorização pessoal, é necessário através das práticas, tornarem o lazer como um direito social que todos devem ter e não como uma ferramenta de produtividade. A empresa pode ser uma das instituições a proporcionar o acesso a esse direito, embora muitas vezes o faça por interesse em aumentar a produtividade. Ainda sim é uma maneira de possibilitar às pessoas um cotidiano mais digno e de maior qualidade de vida.

Referências

- BARBOSA, Cláudio. Qualidade de vida no trabalho. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer: formação e atuação profissional**. Campinas: Papirus, 1995.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer: a dinâmica produtora do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- Empresas de médio porte. Sebrae Disponível em; <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>> Acesso em 04/02/2013
- FRIDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. **Tratado de sociologia do trabalho v. II**. São Paulo: Cultrix, 1962.
- GOMES, Christianne Luce. ELIZALDE, Rodrigo. Horizontes Latino-americanos do lazer – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012
- GOMES, Christianne Luce. **Lazer, Trabalho e Educação: relações históricas, questões contemporâneas**. 2 ed. rev. e ampl. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed – São Paulo: Atlas, 2010.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor **O Lazer dos Trabalhadores**. In: Rev. São Paulo em perspectiva, 2(3): 37-39, 1988.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer – uma introdução**. 4 Ed. Campinas: Autores associados, 2006.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus. 1990.
- PESSOA, Wellington Araújo; NASCIMENTO, Leandra Fernandes. **O lazer: um aspecto a ser considerado na qualidade de vida no ambiente de trabalho**. In: Gestão e

Regionalidade – Vol. 24, n 70 p. 32- 44, mai. 2008. Disponível em:

<http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/103> Acesso em 20/01/2013.

PINTO, Gabriela Baranowski. **O lazer em hospitais: realidades e desafios**. 2009.

Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Colegiado do Mestrado em Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. 2009. Disponível em:

<http://lazerufmg.files.wordpress.com/2010/09/gabriela_baranowski.pdf> Acesso em 31/01/2013.

SÁ, Eduardo Penna de. **Empresa e lazer: um olhar sobre grandes organizações da região metropolitana de Belo Horizonte**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2007.

SÁ, Eduardo Penna de; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). **Lazer em estudo** Currículo e formação profissional. São Paulo: Papirus. 2010.

STEIDLE, Andreia Aparecida. **O lazer na empresa: uma análise da situação de cidade de Itapetininga/SP**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Metodista de Piracicaba. 2007.

O SÉRIO E O LÚDICO: REPENSANDO AS CATEGORIAS LAZER E TRABALHO A PARTIR DOS VIDEOGAMES

Guilherme Pinho Meneses

RESUMO

A proposta deste artigo é investigar as associações entre jogo, lazer e trabalho, discutindo a articulação entre estes três conceitos para, a partir de problemáticas levantadas pelos videogames e seus jogadores em etnografia realizada, rever as possibilidades de experimentação dos conceitos “lazer” e “trabalho” enquanto categorias analíticas em futuras pesquisas. Nas conclusões, propomos um modelo para investigar o engajamento humano em suas atividades cotidianas baseado em graus de comprometimento, a despeito de serem classificadas como lazer ou trabalho, prazerosas ou maçantes, de “tempo livre” ou “tempo ocupado”.

Palavras-chave: Lazer, Trabalho, Videogame.

Introdução

Alguns terapeutas que postulam a ideia de uma dependência em jogos eletrônicos (GRIFFITHS, 2008, YOUNG; DONG, YING, 2011; BLINKA; SMAHEL, 2011) trabalham com a ideia de que existem dois tipos fundamentais de uso dos computadores: os *legítimos* e os *ilegítimos*. Os usos *legítimos* seriam somente aqueles relacionados ao trabalho e ao estudo; enquanto os *ilegítimos* seriam aqueles destinados a fins recreativos. Estes deveriam ser evitados, portanto, sob o perigo de se criar uma relação de dependência. Os videogames, lúdicos por característica, uma vez enquadrados nesta classificação, não teriam saída senão a condenação de seu uso.

Nesta classificação fica implícita certa visão de mundo, do que é humano e do que é verdadeiro, em suma, do que seja o verdadeiro humano; uma questão classicamente cara a Antropologia. Enfim, o verdadeiro humano aqui seria aquele que se relaciona com a sua família, e que, sobretudo, trabalha, ou, se podemos assim dizer, que se prepara para o trabalho na escola ou na universidade; que vence desafios reais (e não virtuais) no mundo adulto do trabalho, que ganha dinheiro real, que progride como um profissional real, etc; o que entra em séria controvérsia sobre como os próprios jogadores de videogame pensam sobre si mesmos e suas práticas. Este terreno de disputa, ou seja, esta intersecção entre essas diferentes *cosmologias* é o que nos interessa seguir, pois aí se pode explicitar com mais clareza as ligações entre termos, as associações conceituais e a construção dos argumentos das categorias de *trabalho* e *lazer*.

Objetivos

O objetivo deste artigo é investigar como as associações modernas que trabalham com a ideia de uma vida humana voltada para o trabalho, que, por oposição ao lazer, contribuíram para a estabilização da ideia de um jogador viciado em um falso mundo, o chamado “mundo dos games”. Esta não é uma simples questão, pois há diversos tipos de lazer e eles não são encarados do mesmo modo. Embora partilhem características comuns da esfera lúdica, todos eles se situam em diferentes redes de associações (LATOUR, 2006). Mas de algum modo, o jogo, numa concepção mais

ampla, é entendido como lazer, e inserido numa categoria chamada “tempo livre” (considerado como lazer não produtivo) em oposição à categoria “tempo do trabalho” nas sociedades modernas. Esse foi o foco da atenção no trabalho de campo, ao cruzar as informações, práticas e discursos dos participantes da controvérsia.

Procedimentos Metodológicos

A partir do método etnográfico e da teoria-do-ator-rede (LATOURET, 2006) buscamos não exatamente dar “explicações”, mas tecer descrições mais complexas por meio de uma entrada profunda nos mundos dos jogadores, a fim de que tais ações possam adquirir um significado próximo ao que os próprios atores lhes conferem e nos permitam multiplicar as perspectivas e enriquecer, por fim, a controvérsia que nos interessa. O trabalho de campo ocorreu principalmente em ambiente virtual (HINE, 2000) por meio de observação *outsider* em listas de discussões, fóruns e vídeos. Trabalhamos com duas questões principais: os objetivos dos jogadores nos jogos de MMORPGs (Ragnarok Online, Cabal Online e World of Warcraft) e em uma discussão sobre jogadores profissionais de videogames (ver referências).

Fundamentação Teórica

Tratamos primeiro, pois, de recuperar as reflexões já realizadas sobre os conceitos que iremos trabalhar. A primeira noção a ser debatida aqui é a de *jogo*. Mais especificamente, a questão de como o jogo se associaria ao lazer, e por contrapartida, ao não-trabalho. Há dois autores clássicos nesta área que nos ajudam a colocar a questão: Johann Huizinga, com seu livro de 1938, “*Homo Ludens*”, e posteriormente Roger Caillois, em 1957, com “*Os jogos e os homens*”.

A definição que Huizinga (1999, p. 13) apresenta de jogo possui certas características básicas: é uma atividade que, diferente do trabalho, é livre; e que não faz parte da vida “cotidiana”, “comum”, “corrente”, ou como ele mesmo chama, da vida “real”. Para ele, estas são duas de suas características fundamentais (HUIZINGA, 1938, p. 11). Ainda segundo Huizinga o “jogo distingue-se da vida “comum” tanto pelo lugar quanto pela duração que ocupa”. É esta a terceira¹ de suas características (HUIZINGA, 1938, p. 12).

Além de serem “livres”, não fazerem parte da vida ordinária e terem outra orientação de tempo e espaço, os jogos trazem consigo outro tipo de racionalidade, distinta daquela da racionalidade instrumental que geralmente predomina nas ações voltadas ao trabalho no sentido moderno. Os jogos não “servem” para atingir outros objetivos planejados; têm, ao contrário, um fim em si mesmo (HUIZINGA, 1938, p. 12).

Como não faz parte da vida ordinária, o jogo, para Huizinga, faria parte do

¹ Essa orientação própria de tempo e de espaço do jogo é geralmente entendida pelos terapeutas como o que faz com que o videogame atue como uma forma de *escape* da vida real para o mundo ilusório dos jogos. Também é essa orientação específica que dá origem ao que os teóricos dos jogos chamam de *círculo mágico*, as regras próprias que separam o jogo do não-jogo, da vida comum.

A visão do círculo mágico dos jogos tornou-se bastante influente nos estudos contemporâneos. De acordo com Lin e Sun (2007), a visão do círculo mágico implica tratar o jogo como "um mundo independente do mundo cotidiano real." A melhor experiência de jogo seria alcançada quando o jogo seria "isolado ou oposto às características utilitárias do mundo físico" (LIN; SUN, 2007, p. 336, tradução nossa). Muitos pesquisadores de jogos já entraram na discussão para argumentar a favor ou contra esta visão (COPIER, 2005). Malaby, por exemplo, sugere que esta definição isolacionista dos jogos é realmente "o maior obstáculo para a compreensão do que é poderoso sobre eles" (2007, p. 96, tradução nossa).

campo do extraordinário ou mesmo do supérfluo. Ele não é, por assim dizer, necessário – tal como o trabalho – e outras atividades tidas como de *necessidade básica*: alimentação, sono, sexo, excreção, abrigo, etc. Deve, também, ser praticado num tempo específico – nas horas de ócio, ou, no chamado “tempo livre” – portanto, não deve “invadir” as horas de trabalho sério (HUIZINGA, 1938, p. 11).

Camargo (2003) nos lembra que tal divisão entre necessidades básicas e supérfluas é fruto da teoria de hierarquia de necessidades de Abraham Maslow, que com sua conhecida Pirâmide de Maslow, construiu a ideia de que as necessidades fisiológicas e as de segurança seriam mais fundamentais que as necessidades “sociais”. Camargo alerta que, portanto, essa divisão não deve ser tomada como autoevidente – sob o perigo de desqualificar de antemão as atividades de lazer.

Complementando a definição de Huizinga, trazemos para o debate também a conceituação de Roger Caillois (1967, p. 9). Embora os dois autores difiram em diversos pontos e tenham focos diferentes em suas análises, o conceito básico de jogo, para os fins que nos interessam, é bastante semelhante. Tanto para Huizinga como para Caillois, diferentemente do trabalho, o jogo não produz nada. Não se constitui propriamente numa tarefa (diferentemente da conceituação de Ingold, que exporemos adiante). Como não é produtivo, é associado à perda de tempo, e ao tempo mal utilizado. Enfim, ele opõe-se a *seriedade* representada pelo trabalho. No entanto, como Huizinga afirma, isto não significa que o jogo não é sério (HUIZINGA, 1938, p. 8).

O jogo não é trabalho, não é sério; mas como não dizer que não há seriedade em sua prática? É preciso que as suas regras se apliquem dentro de seu tempo e espaço específicos. Veja o que acontece quando alguém quebra uma destas regras – por exemplo, um jogador de futebol (de linha) que segura a bola com as mãos: isto quebra a “fantasia” do jogo (HUIZINGA, 1938, p. 11).

Hector Rodriguez (2006), em um artigo que comenta *Homo Ludens*, afirma que as definições de Huizinga de seriedade e jogo não são muito precisas; que apesar de serem aplicáveis em muitos casos, em outros, no entanto, não se pode visualizar uma fronteira de maneira alguma. Apesar de Huizinga trabalhar estas dicotomias não muito bem definidas entre seriedade e não-seriedade, necessidades básicas e supérfluas; vida real e vida extraordinária, jogo e não-jogo, – que até certo ponto são problemáticas – a sua noção de jogo não permite classificá-lo como uma atividade *ilegítima*, tal como os psiquiatras e psicólogos que condenam o uso dos videogames. Para ele o jogo não é verdadeiro nem falso, não é virtuoso nem viciante (HUIZINGA, 1938, p. 9).

Classificar o jogos eletrônicos como uma atividade de lazer, que não é produtiva, e sobretudo, que não faz parte do mundo real é uma maneira por demais simples para desqualificá-la. Problemizamos estas aproximações dicotômicas entre lazer e trabalho, jogo e não-jogo, à luz de algumas teorias mais recentes junto com a intervenção de alguns dos jogadores ditos viciados. O próximo movimento desta discussão é ampliar a discussão dos *jogos* para uma mais geral, o *lazer*. Pois, como afirma Norbert Elias (1985, p. 74), o lazer é um conceito *histórico* de classificação de atividades humanas, existente propriamente em *nossas* sociedades modernas, e não de forma universal; apesar das próprias atividades existirem de forma equivalente.

Deste modo, a ideia de *lazer* só pode ser pensada por oposição a uma determinada ideia de *trabalho*; portanto, que se só pode ser construída em relação a um conceito de trabalho específico: trabalho no sentido *moderno*, sendo geralmente este assalariado, realizado fora do ambiente doméstico, dotado de uma jornada contabilizada em horas, e o mais importante, organizado em um tempo próprio. Podemos dizer, então, que na modernidade, separam-se as tarefas e os tempos de modo radical: uma atividade ou é rigorosamente trabalho ou é puro lazer, ou é para ser realizada no tempo “ocupado”

ou no tempo “livre”. Sendo assim, qual seria exatamente o problema das sociedades modernas com o lazer? O que os videogames, mais especificamente, ofenderiam?

A organização do trabalho e lazer nas sociedades modernas, que seguiriam uma determinada lógica de divisão de tempos, não seria, de alguma forma, ameaçada pelos jogos, que operariam em regimes de tempo e espaço diferenciados? Uma vez que os jogos não obedecem a máxima de que “tempo é dinheiro” e que, eventualmente, “invadem” o tempo do trabalho, extrapolando o tempo do lazer que fora alocado para contê-lo; não estaria-se ameaçando o próprio cerne da cosmologia moderna?

O problema não seria, então, o lazer em si mesmo; mas a prática de atividades destinadas a serem executadas no tempo livre dentro do tempo de trabalho. Estaria aí posto o perigo do excesso de lazer; ou o problema de tornar essas fronteiras mais turvas, invisíveis, de difícil supervisão. Afinal, pensariam os modernos, como se poderia saber quem está trabalhando e quem está desfrutando o tempo de lazer? Colocadas estão questões, como, então, operar de outra forma sem que os videogames sejam classificados como *irreais* ou *de fora deste mundo*?

Buscando sair destas visões catastrofistas, e também daquelas meras exaltadoras dos jogos, devemos flexibilizar algumas destas divisões modernas (LATOUR, 1994) que nos impedem de tratar a questão de forma mais complexa. A nossa sugestão aqui é diluir estas categorias – lazer, trabalho e jogo – a partir de outros pontos de vistas teóricos, pois, como argumenta Taylor (2006, p. 153) “imaginar que podemos segregar essas coisas – jogo e não-jogo, [...] virtual e real – não é só não entender a nossa relação com a tecnologia, mas também a nossa relação com a cultura”.

Um destes trabalhos que não trabalham com uma associação rígida entre trabalho e seriedade; nem lazer e não-seriedade; é o de Robert Stebbins (2006, p. 448). Ele forjou o conceito de *serious leisure* (lazer sério) que pode nos ser interessante para pensar estas questões. No entanto, apesar de avançar na discussão, Stebbins ainda continua operando em um vocabulário que mantém os conceitos de lazer e trabalho como categorias *analíticas* de classificação de atividades, as quais ainda não atingem nosso objetivo derradeiro. A seguir, nos aprofundaremos no trabalho do antropólogo britânico Tim Ingold (2000), que adota uma perspectiva que chama de *dwelling*, que em oposição à *commodity perspective*, rompe com as dicotomias modernas de *tempo* (tempo livre e tempo do relógio), de *atividade* (lazer e trabalho), *produção* (arte e tecnologia/produção em massa) e *troca* (sistema da dádiva e do mercado); para trabalhar com uma orientação à tarefas (*task-orientation*) e habilidades (*skills*).

Uma vez que, para Ingold, a fronteira entre o *trabalho* e o *lazer* não é tão rígida quanto parece, do mesmo modo a relação entre *tempo de trabalho* e *tempo livre* também parece ser mais *híbrida* do que pretende a purificação dos modernos (LATOUR, 1994). Não é todo o tempo de *trabalho* que é ocupado, dedicado às atividades produtivas – e estas não são necessariamente repetitivas, maçantes e entediadas, mas, ao contrário, podem conter componentes lúdicos e criativos. Assim como todo o tempo de *lazer* não é exatamente livre, destinado ao puro descanso, desfrute ou prazer.

O que fazer, então, com estas classificações? Negá-las? Rodriguez (2006) recomenda que não totalmente, pois elas seriam úteis e serviriam como boas aproximações em muitos casos, mas não seriam feitas para funcionar como categorias absolutas. Sendo assim, resta-nos, mapear um pouco mais esta controvérsia e trazer à tona a multiplicidade da explicação dos agentes que a tornam tão complexa – para tentar compreender o que eles mesmos entendem por *trabalho* e *lazer*, por *jogo* e *seriedade* e, qual é a relação, afinal, de tudo isso, com os videogames. Para isto, vamos agora nos voltar para o que dizem principais agentes da controvérsia.

Resultados e Discussões

Os jogadores de videogame constantemente relataram casos em que jogam por intermináveis horas mesmo sem ter prazer na maior parte do tempo do jogo; e em muitos casos de que fazem movimentos tão mecânicos e repetitivos que lembram o trabalho nas fábricas fordistas. Para subir um nível num jogo de RPG, por exemplo, o jogador deve matar monstros por centenas de vezes seguidas apertando somente um botão, quando muito acionando alguns botões especiais. O jogo pode se tornar estafante, repetitivo, mas o jogador continua jogando. Como entender tal situação?

Em muitos dos jogos eletrônicos denominados como MMORPGs – “upar”, isto é, adquirir pontos de experiência que deixarão o seu *avatar* (o seu personagem dentro do jogo) mais forte, torna-se o principal o objetivo do jogador na “comunidade” virtual. Em muitos casos, ter um personagem forte significa ter respeito dos demais, ganhar status, obter companhia, favores, além de dar acesso a novas áreas e possibilidades do jogo. Por conta disso, muitos jogadores relatam que estão *trabalhando* nos seus (ou com os seus) personagens. Porque não levá-los a sério? Também não trabalhamos *offline*, pelo menos por um lado, para conseguir, além do ganho material, os mesmos status, respeito e companhia?

A proposição de Huizinga de que o jogo é improdutivo é desafiado se ampliarmos a nossa concepção de materialidade trabalhada nos jogos virtuais. Muitos jogadores produzem itens, casas, relacionamentos e muitas outras coisas nos jogos online; e mesmo neste dito mundo *offline* os jogadores vendem seus personagens, são contratados como jogadores profissionais e remunerados por isso. Seria, apesar de tudo isto, o jogo somente lazer? Seria este pura liberdade? O trabalho seria de todo falso? Responder afirmativamente a estas questões seria descartar tudo aquilo que os *gamers* praticam e nos contam acerca de sua experiência – apesar de não se tratar, do mesmo modo, de respostas únicas, mas ao contrário, extremamente controversas.

Entre muitos jogos, aparece a dicotomia entre o jogador que utiliza o jogo como supostamente seu *lazer* – seu objetivo é divertir-se, desfrutar, socializar com outras pessoas e não se importa muito em cumprir as metas do jogo, em se tornar mais poderoso ou utilizar as estratégias mais adequadas para que consiga vencer os desafios – e o jogador “apelão”, que faria todo o oposto, não importando nada mais senão ser o melhor – este joga para “upar”, ser forte e rico.

Alguns jogadores profissionais de videogame no Brasil (onde concentro minha análise) são acusados de não trabalhar “de verdade”, de viverem na “moleza”, de sofrerem de “falta do que fazer” e de “não terem vida”. Em contrapartida, outros jogadores elaboram respostas afirmando que jogar videogames profissionalmente é sim uma atividade justa e um *trabalho* propriamente dito – inclusive, algumas vezes, o trabalho dos sonhos.

Condenando ou louvando, os jogadores de videogame retratam uma mudança de envolvimento com os jogos a partir de sua profissionalização: jogar deixaria de ser *lazer* – desfrute, brincadeira – para ser *trabalho* – duro, repetido e sério. O principal problema dos jogadores profissionais seria que esta mudança de envolvimento não seria reconhecida pelos demais atores, e, portanto, desvalorizada sob o argumento de que a pessoa não trabalharia de verdade e ganharia a vida na moleza – gerando falta de apoio, patrocínio e mesmo de reconhecimento de suas habilidades (VALENTIM, 2012).

Fica evidente que pelos comentários dos jogadores que os jogos não têm um único uso nem uma única finalidade, mas podem ser apropriados de diversas maneiras. Há formas que, sim, parecem se aproximar ao que os modernos chamam de *trabalho* e

outras que se aproximam do que chamam de lazer, mas sustento que ainda sim não é proveitoso continuar operando com estas categorias. Enfim, poderíamos aqui multiplicar os exemplos, mas acredito que para os objetivos desta breve discussão já conseguimos coletar material para encaminhar algumas conclusões sobre a proposta deste artigo.

Considerações Finais

O ponto, afinal, é que, ao praticar uma antropologia da modernidade, não devemos tratar as categorias jogo, lazer e trabalho como categorias *analíticas*, mas como categorias *nativas*, enunciadas pelos agentes a fim de inserir tarefas em um sistema de classificação propriamente moderno e conferi-las de uma carga simbólica as quais estas categorias evocam.

Tomar estas categorias lazer/trabalho como formas *analíticas* estabilizadas (isto é, como conceitos prontos sem questionamentos) parece problemático para um estudo como este, pois para o jogador uma atividade como jogar videogame pode adquirir um sentido muito próximo ao que entendemos por *trabalho* nas sociedades modernas; enquanto pode ser classificado como *lazer* para alguém que esteja observando o jogo de fora.

Em sintonia com as ideias de Chiquetto (2012), sugiro, por sua vez, utilizar como categoria analítica o conceito de *graus de comprometimento*; como uma formamais adequada para medir o engajamento dos agentes em cada tarefa cotidiana (na perspectiva de Ingold) e também para elencar as suas prioridades. Não está se tratando aqui de um engajamento individual da pessoa com a tarefa, mas de um comprometimento social, que considera toda a agência de todos sobre esse um e desse um sobre todos os demais.

As perguntas mais frutíferas seriam: que associações estariam levando uma pessoa fazer tal coisa? À que isso está se ligando; a que pessoas, a que coisas, a que ideias, a que recursos materiais, a que tudo o mais. A ideia é desvendar essa rede de agenciamentos, mais do que descobrir *uma* causa. E investigando o conjunto de atividades das pessoas, medindo as suas prioridades, podemos chegar a compreender melhor o seu cotidiano do que mantendo como instrumento de análise a dicotomia trabalho-lazer e tudo aquilo de mais problemático que esta oposição carrega consigo.

Referências

- BLINKA, Lucas; SMAHEL, David. Dependência virtual de role-playing games. Capítulo 5, In: YOUNG, K. et al. *Dependência de Internet: Manual e Guia de Avaliação e Tratamento*, Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CAILLOIS, Roger. (1957) *Os jogos e os homens*. Lisboa: Portugal, 1990.
- CAMARGO, Luiz Octávio de L. A pesquisa em lazer na década de 70 In: IV Seminário, 2003, Belo Horizonte. *Coletânea IV Seminário*. Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2003. Vol. 1, pp.33-45, 2003.
- CHIQUETTO, Rodrigo. “Futebol é lazer? Reflexões sobre a aplicação das categorias de tempo livre, tempo ocupado, lazer e trabalho para o estudo da prática futebolística.” Artigo apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2012.
- COPIER, Marinka. “Connecting Worlds. Fantasy Role-Playing Games, Ritual Acts and the Magic Circle”. *Proceedings of DiGRA*, 2005.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- GRIFFITHS, Mark. “Video game addiction: Fact or fiction?” In: WILLOUGHBY, T;

- E. WOOD, E. (Eds.), *Children's learning in a digital world*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008, pp. 85–103.
- HINE, Christine. *Virtual Ethnography*, Sage Publications, 2000.
- HUIZINGA, Johann. (1938) *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. 6ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- INGOLD, Tim. “Work, time and industry”. In: *The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. London & New York: Routledge, 2000.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo, Editora 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford University Press, 2005.
- LATOUR, Bruno. (2005) “Como prosseguir a tarefa de delinear associações?” *Configurações*, 2:11-27, 2006.
- LIN, Holin; SUN, Chuen-Tsai. “Cash Trade Within the Magic Circle: Free-to-Play Game Challenges and Massively Multiplayer Online Game Player Responses”. *Proceedings of DiGRA, 2007*, pp. 335-343.
- MALABY, Thomas. “Beyond Play A New Approach to Games”. *Games and Culture*, vol. 2, no. 2, pp. 95-113, 2007.
- RODRIGUEZ, Hector. “The Playful and the Serious”. *Game Studies*, vol. 6, no. 1. 2006.
- STEBBINS, Robert A. Serious leisure: A conceptual statement. In: *A handbook of leisure studies*. Palgrave Macmillan, 2006.
- TAYLOR, T. L. *Play Between Worlds: Exploring Online Game Culture*. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.
- VALENTIM, Daniel Costa. *Unidos pelo Controle: uma etnografia das práticas de sociabilidades dos cyberatletas de Fortaleza*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2012.
- YOUNG, K; DONG, X; YING, L. “Estimativas de prevalência e modelos etiológicos da dependência de internet”. Capítulo 1, In: YOUNG, K. et al. *Dependência de Internet: Manual e Guia de Avaliação e Tratamento*, Porto Alegre: Artmed, 2011.
- Notícias, fóruns e listas de discussões**
- <http://omelete.uol.com.br/games/confira-um-documentario-sobre-jogadores-profissionais-de-videogame/>
- <http://us.battle.net/wow/pt/forum/topic/6079712970?page=10>
- <http://www.gamevicio.com/i/noticias/31/31734-jogadores-amadores-superam-profissionais-em-campeonato-de-games/>
- <http://www.techtudo.com.br/jogos/noticia/2011/11/entrevistamos-daigo-umehara-o-pele-dos-videogames.html>
- <http://sites.levelupgames.com.br/Forum/ragnarok/forums/t/463547.aspx>

O VALOR FENOMENOLÓGICO DO “VAGABONDING” PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PELO LAZER

Cae Rodrigues

RESUMO

O objetivo desse trabalho é destacar o valor fenomenológico do “*vagabonding*” em propostas de aprendizagem experiencial com base na educação ambiental crítica, sustentando-se na importância da “desconstrução/reconstrução fenomenológica” em processos educativos críticos. A proposta do “*vagabonding*” (que pode ser traduzido como “lazer vagabundo”) é fundamentada pela vivência perceptiva/sensorial com o ambiente por meio de uma concepção de tempo e de espaço que permita certo “desconforto” e “estranheza”, assim como a construção de relações que se distanciem dos objetivos de “desempenho” (*performance*), considerando que esse tipo de vivência possa potencialmente criar um espaço com aberturas para se discutir diferentes aspectos estéticos, éticos e políticos que envolvem as relações ser humano(sociedade)-mundo(natureza). Enquanto vivência sociocultural diversificada a principal contribuição da proposta de um “lazer vagabundo” é a potencial incorporação de uma concepção de tempo e de espaço que possibilite a “desconstrução/reconstrução” de conceitos/ideias socialmente “naturalizadas”, um importante passo ao encontro dos objetivos das teorias críticas/pós-críticas de educação.

Palavras-Chave: Educação pelo lazer; Educação experiencial; Meio ambiente.

Introdução e objetivos

A “problemática” ou “questão socioambiental” é caracterizada por um conjunto de conhecimentos e de práticas que abrangem discursos situados em um lugar de fronteira entre a legitimação e a busca pela legitimação. Nesse processo, transita por diferentes campos e espaços numa constante disputa entre o tradicional e o emergente. Diante dessa realidade, destaca-se a importância em compreender que o discurso de um período histórico particular possui uma função normativa, reguladora, que, por meio da produção de saberes e de estratégias de poder, faz funcionar mecanismos de organização do “real” (FOUCAULT, 2006).

Dentro do espectro dessa disputa, o “saber ambiental” inscreve-se no campo discursivo do ambientalismo enquanto discurso contemporâneo que se desdobra nas práticas discursivas do “desenvolvimento sustentável”, incorporando princípios e valores relacionados à diversidade cultural, às questões de equidade e solidariedade e à sustentabilidade ecológica, social e econômica, constituindo um saber que, consciente da racionalidade dominante no campo das ciências, busca diferentes estratégias na construção de uma “racionalidade ambiental” (FARIAS, 2008). A edificação dessa racionalidade ganha força na incorporação do discurso ambiental por diferentes discursos contemporâneos, como o científico, o econômico, o jurídico, o educacional e o comunitário, e em diversos contextos, como no âmbito da inovação tecnológica, das práticas de autogestão comunitária, dos novos direitos socioambientais, do ativismo dos movimentos sociais, da produção do conhecimento científico e tecnológico, dos programas curriculares, das práticas pedagógicas e dos espaços institucionais de diálogos interdisciplinares. Importante destacar que a construção da racionalidade ambiental não conforma um conjunto homogêneo, fechado e acabado de

conhecimentos, pelo contrário, está inserida na disputa pela hegemonia de sentido, se desdobrando em um campo de formações ideológicas heterogêneas, criando “territorialidades em luta”, constituídas por uma multiplicidade de interesses e práticas sociais e evidenciando as marcas das contradições e contestações existentes entre suas matrizes discursivas (LEFF, 2006).

Dentre essas matrizes discursivas as propostas e práticas associadas às teorias críticas e, mais recentemente, pós-críticas (HART, 2005) ganham força globalmente. No entanto, diante do conservadorismo e tradicionalismo acadêmico/científico e das dificuldades associadas aos complexos processos de transformações paradigmáticas, essas propostas e práticas ainda se encontram nas margens (periferia) do campo ambiental, inclusive em suas associações com o campo educacional. Ao mesmo tempo, são cada vez mais frequentes exemplos de práticas locais (em raros casos nacionais, regionais e até mesmo globais) com sólidos pilares nas teorias críticas e pós-críticas, e a divulgação dos caminhos (possibilidades e limitações) dessas práticas é de essencial importância para o contínuo desenvolvimento e legitimação das bases teóricas da educação crítica (inclusive no campo ambiental).

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é divulgar a ideia do “*vagabonding*”¹ (que a partir desse momento será traduzido como “lazer vagabundo) como parte de uma proposta de aprendizagem experiencial com base na educação ambiental crítica, sustentando-se na importância/necessidade da “desconstrução/reconstrução fenomenológica” em processos educativos críticos. Para tanto, o trabalho será dividido em três partes: a) na primeira parte do texto serão apresentados elementos teóricos que sustentem a ideia da importância/necessidade da “desconstrução/reconstrução fenomenológica” em processos educativos críticos; b) a segunda parte será dedicada à ideia do “lazer vagabundo” como meio para a “desconstrução/reconstrução fenomenológica”, especialmente em uma proposta de aprendizagem experiencial com base na educação ambiental crítica; c) na última parte serão apresentadas as considerações finais, apontando as possibilidades e limitações dessa proposta.

“Desconstrução/reconstrução fenomenológica” e os processos educativos críticos

Dentre as matrizes discursivas associadas ao campo educacional e seus diversos (con)textos, as propostas e práticas fundamentadas em teorias críticas e, mais recentemente, pós-críticas (HART, 2005) ganham força globalmente, processo que começa especialmente a partir dos anos 1970 e se fortalece nas últimas duas décadas. De acordo com os discursos críticos, grande parte dessas propostas e práticas urge por/são dependentes de mudanças/transformações de elementos que, no geral, são constituintes de e constituídos por paradigmas dominantes da atual sociedade, ou seja, rogam por novas/diferentes maneiras de pensar, fazer e ser/existir que implicariam em verdadeiras “viradas” paradigmáticas.

No campo ambiental, por exemplo, as abordagens “holísticas” ou “ontológicas” (no sentido de um “retorno ao corpo ou ao humano”), influenciadas em especial pelas correntes filosóficas existencialistas (como, por exemplo, a fenomenologia), ganham força dentro da lógica da educação crítica e, especialmente, pós-crítica buscando o que seria uma “virada corporal” (SHEETS-JOHNSTONE, 2009). Essas abordagens primariam pela percepção enquanto principal intermédio do corpo com o mundo, o que implicaria numa relação dialógica e integral/não fragmentária. Dessa maneira, teriam

¹ O conceito de “*vagabonding*” abordado nesse artigo é baseado nas aulas do professor Phillip Payne no ano de 2012 na disciplina “*Experiencing Australian Landscape*” oferecida pelo curso de *Bacharel in Sport and Outdoor Recreation* da Universidade de Monash (Melbourne, Austrália).

forte relação com princípios associados, por exemplo, à justiça social e educação democrática, sendo uma crítica direta às ainda dominantes abordagens com primazia na razão que, legitimando os mecanismos de produção/divulgação do conhecimento pelas estruturas simbólicas e materiais de força, naturalizam os paradigmas dominantes causando a manutenção da ordem social vigente.

No entanto, o fato dos ideais da educação crítica, defendidos por movimentos que gozam de certa legitimação global, ainda se encontrarem nas margens (periferia) do campo educacional (incluindo a educação ambiental) nos leva a pensar sobre as limitações dessa abordagem. "Naturalizamos" há séculos uma "ontologia fragmentária" (mente-corpo, homem-mundo, teoria-prática, homem-ciência objetiva, etc.), e nossa estrutura social em seu conjunto construiu-se e desenvolveu-se partindo desses princípios fragmentários (inicialmente no ocidente, porém mais recentemente de forma global/globalizada). Além disso, há uma série de premissas "idealistas" comumente associadas às abordagens críticas, tais como: a) são as ideias das pessoas (ou melhor, o fato que elas têm essas ideias) que exclusivamente causam comportamentos sociais; b) para as pessoas mudarem (se transformarem, transcenderem) tudo o que têm que fazer é mudar suas ideias sobre o que são e o que estão "fazendo" no mundo; c) que as pessoas estão dispostas a ouvir a análises racionais de suas vidas e agirem de acordo com essas análises (FAY, 1986). Processos de transformação/transcendência social ou de quebra paradigmática/"virada" filosófica dependem de uma complexa "teia" de acontecimentos de ordem sociológica, e assumir uma postura não idealista é um dos grandes desafios de teorias verdadeiramente críticas.

Nesse sentido, o ponto de partida para abordagens críticas está necessariamente associado à ideia de uma "desconstrução fenomenológica" (PAYNE; WATTCHOW, 2009), seguida de uma "reconstrução fenomenológica" (des/reconstrução fenomenológica), que possibilite ao indivíduo compreender através da experiência (corporal) os mecanismos de força que fazem parte da construção de estruturas de poder que, classificando/categorizando/legitimando certos saberes sobre outros, servem de pano de fundo para a constituição do "real" (FAY, 1987; BOURDIEU, 1989; FOUCAULT, 2006). O reconhecimento "fenomenológico" (corporal/corpóreo) dessa estrutura social organizada por sistemas hierárquicos de poder associado a uma "insatisfação" legítima/genuína do indivíduo pela ideologia dominante são elementos fundamentais para uma possível "virada" paradigmática/filosófica, inclusive as que clamam por abordagens educacionais/pedagógicas holísticas/ontológicas.

O "lazer vagabundo" como meio para a "des/reconstrução fenomenológica"

Enquanto fenômeno historicamente constituído, o campo do lazer possui relação dialética com a sociedade, ou seja, a mesma sociedade que exerce influência sobre o seu desenvolvimento (pelas disputas entre atores sociais) também pode ser questionada na vivência de seus valores (em práticas que refletem os ideais constituintes do campo do lazer). Enquanto campo de disputa, não conforma um conjunto homogêneo de conhecimentos, e a multiplicidade de interesses evidencia-se em suas matrizes discursivas.

Além das reivindicações pelo lazer enquanto direito para uso efetivo de um tempo e espaço passível de escolha e que não estejam predeterminados pela condição social, as diferentes maneiras de consumo associadas às manifestações de lazer aparecem entre as principais evidências da valorização desse campo nas últimas décadas, considerando o consumo de objetos e bens culturais (shows, livros, CDs, filmes, brinquedos), de equipamentos (academias, centros de compras, parques temáticos, clubes) e de serviços (internet, viagens, passeios) (DE PELLEGRIN, 2006).

Nas primeiras décadas do século XX, quando o desenvolvimento cultural dava os primeiros passos em direção a uma consolidação nacional, fortalecia-se uma sociedade de produção industrial. Assim, sem praticamente nenhuma tradição cultural, entramos vulneravelmente na fase da produção e do consumo, situação que explica o rápido crescimento da “indústria do lazer” (indústria do entretenimento) e a dependência do ser humano pelo consumo do produto lazer (RODRIGUES; STEVAUX, 2010). Essa dependência histórica e cultural à indústria do entretenimento se alicerça, sobretudo, à capacidade de adaptação desse mercado diante de novos fenômenos sociais, sempre garantindo, com a indispensável força da propaganda, novos espaços de atuação.

Um exemplo disso é a propaganda bastante convincente direcionada à aquisição de equipamentos para práticas de lazer. A fetichização da mercadoria comprada e consumida diante de uma necessidade criada por uma sociedade cuja essência está emaranhada às relações capitalistas permite, de maneira geral, uma valorização maior dos produtos utilizados do que da própria experiência vivida. Este ciclo gera um estilo de vida emblemático, ligado a um determinado grupo social que tem em seu universo a possibilidade de adquirir/consumir determinados produtos/serviços que não estão ao alcance de todos. Aliás, esta é uma das expressões da grande contradição existente em nossa sociedade contemporânea, um estilo de vida acessível a poucos, mas que se torna a referência para muitos (RODRIGUES; SILVA, 2011).

No mesmo sentido constata-se nas últimas décadas um grande crescimento da procura pelas práticas de lazer que de alguma forma estão associadas ao “ambiental” (sobretudo fora do meio urbano). No entanto, quando associadas à indústria do lazer, essas práticas são geralmente oferecidas como “mercadoria” ou como elemento “compensatório” para a vida estressante do meio urbano, fortalecendo a ideia de uma natureza como um espaço alternativo, geralmente ligado a um ideal de beleza e bem-estar.

Consequentemente cria-se uma ideia de fuga (espacial e simbólica) da realidade cotidiana, consolidando um ideal preservacionista alicerçado num apelo de sensibilização ambiental que, no geral, não está associado às raízes dos problemas ambientais, afastando-se do significado maior da sustentabilidade, da transformação de uma realidade que é complexa, e de um contexto que é mais amplo, o da coletividade. Em outras palavras, um ideal que dissocia as raízes dos problemas ambientais das questões socioculturais, ao mesmo tempo solidificando as diferenças entre aqueles que podem comprar “fugas do cotidiano” e os que sofrem diariamente as consequências da desigual distribuição de capitais (materiais e simbólicos) (RODRIGUES; FREITAS, 2011).

No entanto, ao mesmo tempo em que o lazer é susceptível às relações de produção e consumo que, ao não questionar os paradigmas sociais dominantes, os legítimos, por outro lado práticas de lazer podem gerar questionamentos aos postulados que sustentam a própria estrutura da relação de produção e consumo que alicerça a indústria de lazer (RODRIGUES, 2012). Nesse sentido, a “intencionalidade”² do indivíduo envolvido na prática de lazer torna-se elemento fundamental, e podemos compreender o lazer enquanto prática social, ou seja:

[...] dimensão da cultura capaz de promover a conscientização dos indivíduos através de suas vivências e experiências (lúdicas ou não lúdicas) de diversos conteúdos culturais em um tempo e espaço próprios, tendo como dimensão fundamental a intencionalidade do ser (SILVA, 2008, p.20).

² “Comportamento corpóreo-mundano e existencial, no qual se constitui e reconstitui o mundo significado” (FIORI, 1986, p.4).

Esse movimento pode ser identificado, por exemplo, em pesquisas que analisam as sinergias entre atividades de lazer e processos educativos (inclusive associados à educação ambiental). Pois é nessa perspectiva que a proposta de um “lazer vagabundo” pode ser interessante como estratégia pedagógica para intermediar o complexo processo de “des/reconstrução fenomenológica”, inclusive dentro do contexto de uma educação ambiental pelo lazer (RODRIGUES; SILVA, 2011).

A proposta de “lazer vagabundo” é fundamentada pela vivência perceptiva/sensorial com o ambiente por meio de uma concepção “fenomenológica” de tempo e de espaço dentro de uma proposta de aprendizagem experiencial. Para tanto, a ideia não se baseia apenas em “se despir” dos objetos/equipamentos materiais usados para trazer “mais conforto” e melhor “desempenho” numa vivência corporal com o ambiente, mas principalmente “se despir” ou “por em suspensão” a ideia de conforto e desempenho (*performance*) nessa vivência, permitindo certa “estranheza” diante de diferentes ambientes. O “desconforto” num ambiente “estranho” e a construção de relações que se distanciem dos objetivos de “desempenho” criam um espaço com claras aberturas para se discutir diferentes aspectos estéticos, éticos e políticos (LEOPOLD, 1989) que envolvem as relações ser humano(sociedade)-mundo(natureza).

Aliás, a escolha pelo termo “lazer vagabundo” justifica-se exatamente pelos aspectos estéticos, éticos e políticos associados a noções temporais/espaciais de “vagabundagem” (*vagabonding*), envolvendo significativas questões sobre as relações entre seres humanos sendo-uns-com-outros-ao-mundo. No campo do lazer, por exemplo, põe em questão a noção do tempo ocioso (vagabundo) enquanto tempo não produtivo, colocando em evidência “problemas” históricos do campo, como a industrialização/mercantilização do tempo de lazer e a utilização “produtiva” do tempo “livre” diante da globalização da “vida corrida” (*fast life*). Ao mesmo tempo, uma abordagem “vagabunda” traz à tona manifestações de diferentes movimentos sociais que se fundamentam em princípios como justiça social/ambiental em busca de “viradas” paradigmáticas que possivelmente proporcionem elementos para o desenvolvimento de sociedades mais justas e igualitárias, como, por exemplo, os movimentos feministas e ambientalistas.

No entanto, considerando a natureza “práxica” (teórico-prática) dos processos educativos, para que a proposta de “lazer vagabundo” possa potencialmente contribuir para a “des/reconstrução” estética, ética e política de relações ser humano(sociedade)-mundo(natureza), há necessidade de “regar” constantemente a experiência com discussões/práticas que tragam ao conhecimento dos participantes os importantes desenvolvimentos teóricos/práticos que cercam a construção histórica dessas relações. Isso pode ser realizado por um conjunto de estratégias, como um período de “preparação” prévio ao programa experiencial com leituras, grupos de discussões e atividades de “familiarização” envolvendo a práxis do lazer vagabundo; atividades realizadas durante o programa experiencial que estimulem vivências reflexivas/perceptivas/sensoriais/criativas em torno dos aspectos estéticos, éticos e políticos das relações ser humano(sociedade)-mundo(natureza), que podem ser propostas/desenvolvidas por qualquer um dos participantes do programa; um período de reflexão pós-programa experiencial, com críticas/autocríticas do desenvolvimento geral da proposta, e possivelmente retomando algumas das leituras iniciais para possíveis reinterpretções.

Considerações finais

Em primeiro lugar, é importante destacar que a proposta de um “lazer vagabundo” não tem como objetivo substituir outras/diferentes atividades esportivas e recreativas de lazer (inclusive na natureza), até porque essas podem desenvolver diferentes questões que estão fora do alcance de um “lazer vagabundo”. No entanto,

compreendendo que, no geral, há um histórico processo de “esportivização”³ das práticas de lazer, juntamente com uma forte associação dessas práticas à indústria do lazer, a proposta de um “lazer vagabundo” busca, especialmente pela “des/reconstrução fenomenológica”, colocar em evidência as relações de força envolvidas nesse processo, assim questionando certos paradigmas socialmente “naturalizados” que dificultam/impossibilitam um desenvolvimento crítico por meio das atividades de lazer.

Como expresso em momento anterior, compreender o lazer enquanto prática social significa reconhecer a intencionalidade do indivíduo envolvido na prática como elemento fundamental para sua significação. No entanto, considerando a natureza social do ser humano, as vivências socioculturais do indivíduo constituem grande parte do “pano de fundo” no qual sua intencionalidade “se apoia”, ou seja, os limites da intencionalidade de um indivíduo dependem, em grande parte, de sua experiência sociocultural. Nesse sentido, talvez a maior contribuição da proposta de um “lazer vagabundo” seja a potencial “ampliação” desse “pano de fundo”, permitindo ao indivíduo incorporar, pela aprendizagem experiencial (corporal), ou seja, pela vivência perceptiva/sensorial com o ambiente, uma concepção de tempo e de espaço que possa possivelmente “des/reconstruir” certos elementos socialmente “naturalizados”.

Por outro lado, há de se reconhecer que a (im)possibilidade de transformar/transcender elementos socialmente “naturalizados” aparece também como principal possível limitação da proposta. Os processos de “naturalização” são corporais/corpóreos, e a ideia de que um conceito ou ideia está “naturalizado(a)” significa que, no geral, o indivíduo não questiona ou nem mesmo percebe que pensa ou age de acordo com esse conceito ou ideia. Nesse sentido, assumir que a apresentação ou mesmo a vivência de novas ideias necessariamente causarão mudanças em comportamentos sociais pode ser um perigoso caminho ao encontro do idealismo. Por outro lado, reconhecer essa limitação e desenvolver a proposta a considerando pode ser um interessante passo no caminho oposto.

Referências

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 1989.
- DE PELLEGRIN, A. Lazer, corpo e sociedade: articulações críticas e resistências políticas. In: PADILHA, V. (org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.
- FARIAS, C. R. O. **A produção da política curricular nacional para a educação superior diante do acontecimento ambiental: problematizações e desafios**. 2008. 215 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- FAY, B. **Critical social science: liberation and its limits**. New York: Cornell University Press. 1987.
- FIORI, E. M. Conscientização e educação. **Educação e Realidade**, v.11, n.1, p.3-10, 1986.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006
- HART, P. Transitions in thought and practice: links, divergences and contradictions in post-critical inquiry. **Environmental Education Research**, v.11, n.4, p.391-400, 2005.
- LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro:

³“Supervalorização da competição e do elemento espetacular-visual costumeiro no âmbito do esporte de rendimento, vinculado ao interesse da exibição de performance para outrem ou de busca estética compulsiva ao aspecto físico massificado e padronizado pelos meios de comunicação, em detrimento da realização de práticas corporais autônomas e significativas, desenvolvidas pelo prazer desencadeado por elas mesmas, com satisfação pessoal intrínseca” (RODRIGUES; GONÇALVES JUNIOR, 2009, p.988).

Civilização Brasileira, 2006.

LEOPOLD, A. **A sand county almanac**: and sketches here and there. New York: Oxford University Press, 1987.

PAYNE, P.; WATTCHOW, B. Phenomenological deconstruction, slow pedagogy, and the corporeal turn in Wild Environmental/Outdoor Education. **Canadian Journal of Environmental Education**, v.14, p.15-32, 2009.

RODRIGUES, C. As práticas de lazer diante do acontecimento ambiental: processos de ambientalização e a compreensão do lazer enquanto prática social. **Licere**, v.15, n.1, 2012.

RODRIGUES, C.; FREITAS, D. Educação física, educação ambiental e educação infantil: confluências em experiências lúdicas. In: GONÇALVES JUNIOR, L.; CORRÊA, D. A.; RODRIGUES, C. **Educação e experiência**: construindo saberes em diferentes contextos. Curitiba: Editora CRV, 2011. p.13-40.

RODRIGUES, C.; GONÇALVES JUNIOR, L. Ecomotricidade: sinergia entre educação ambiental, motricidade humana e pedagogia dialógica. **Revista Motriz**, v.15, n.4, p.987-995, out./dez. 2009.

RODRIGUES, C.; SILVA, R. A. Encontros contemporâneos entre lazer e educação ambiental: um possível caminho para a educação ambiental pelo lazer. **Lazer e Sociedade**, v.3, p.9-24, 2011. (Lazer e Ambiente: propostas, tendências e desafios).

RODRIGUES, C.; STEVAUX, R. P. Do chronos ao kairos: os tempos da educação para o lazer. **Lazer e Sociedade**: Lazer, Educação e Cidadania, p. 28-42, dez. 2010.

SHEETS-JOHNSTONE, M. **The corporeal turn**: an interdisciplinary reader. Exeter:Imprint Academic, 2009.

SILVA, R. A. **Lazer e processos educativos**: o olhar de gestores de clubes de empresa. 2008. 65p. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

OS VARIADOS USOS DE UM GRUPO DE ESCALADA NO ÂMBITO DO LAZER

Gabriel Rocha Vargas
Silvia Cristina Franco Amaral

RESUMO

Este trabalho apresenta alguns aspectos envolvidos nas manifestações de lazer observadas no Grupo de Escalada Esportiva e Montanhismo da Unicamp. O grupo é composto por praticantes e aficionados reunidos pelo interesse e pelo espaço em comum. Uma observação participante revelou que o GEEU é muito mais que o espaço para a prática da escalada, representando também um espaço propício ao exercício de variadas manifestações de lazer que extrapolam a prática central da escalada em si. O objetivo, portanto, é analisar a participação dos sujeitos envolvidos com o grupo de escalada para além da ação da prática em questão. Foi observado que o grupo proporciona uma experiência de lazer rica e idiossincrática, levando o GEEU a deixar de ser apenas o local da prática corporal e passando a ser também um ponto de encontro entre pares com interesses em comum. Isso oportuniza aos seus participantes o pertencimento a um grupo que extrapola a notação de “grupo de escalada” a partir do momento em que as relações começam a tocar outras esferas, sejam no espaço do lazer ou não. Muitas vezes os escaladores visitam o GEEU não para escalar, mas apenas para desfrutar de seus elementos particulares. Portanto, vimos que o GEEU é usufruído de várias formas, como um espaço de prática da escalada e de convívio entre sujeitos com interesses em comum.

Palavras-Chave: lazer; escalada; grupo

Introdução

O Grupo de Escalada Esportiva e Montanhismo da Unicamp (GEEU) é um grupo de praticantes e aficionados pelo esporte, que interagem de maneira próxima e reunidos pelo interesse e pelo espaço em comum. Está baseado em um ambiente artificial de escalada no espaço da Faculdade de Educação Física. Num primeiro olhar sugere-se que aquele é apenas um local em que os sujeitos se reúnem para a prática da escalada. Mas, após o trabalho de campo, revelou-se que o GEEU é muito mais que o espaço para a prática da escalada. Representa também um local onde são exercidas variadas manifestações de lazer e convívio que extrapolam a prática central da escalada em si. Questionando o que é buscado e o que pode ser encontrado no grupo por aqueles que visitam e frequentam o GEEU, o objetivo aqui é analisar a participação dos sujeitos envolvidos com o grupo de escalada para além da ação central da prática em questão. Foi realizada uma observação participante ao longo de 18 meses, período em que foram realizadas oito entrevistas individuais, além das anotações feitas no caderno de campo.

Compreendemos a escalada como uma *prácticentral* a partir do pressuposto de que sua ação essencial – a ascensão – é não mais do que apenas o núcleo de um universo composto por diversas ações, significados e conflitos. Esses elementos vagueiam ao redor deste núcleo, alimentando a vivência rotineira dessa modalidade e por ela também sendo alimentados. A escalada, como um todo, constitui uma cultura com suas próprias atitudes, crenças, valores, práticas e expectativas. Logo, ela assume a forma de um mundo social, que segundo Unruh (apud Stebbins, 2007, p. 12), é

[...] uma unidade de organização social difusa e amorfa [...]. Geralmente é mais abrangente que grupos ou organizações, de maneira que esses mundos não são necessariamente definidos por limites formais, listas de afiliados, ou território espacial [...]. Um mundo social deve ser visto como uma constelação internamente reconhecível de atores, organizações, eventos e práticas que se agregam em uma perceptível esfera de interesse e envolvimento para os participantes. Caracteristicamente, um mundo social não apresenta uma estrutura autoritária de poder centralizado é delimitado [...] por uma comunicação efetiva, e não por território em por filiação formal a um grupo. (tradução minha¹)

Neste mundo social, há elementos reconhecíveis entre os participantes, que assumem uma significação muito mais completa do que quando vistos por observadores externos. É dentro desse cenário que está situado o GEEU. Esse grupo, ao contrário da noção de mundo social, possui uma forma de organização mais clara e formalizada, com membros registrados e monitores voluntários, também membros do grupo, que promovem o funcionamento cotidiano do GEEU.

O espaço físico do GEEU é a “casa” do grupo, o *locus* no qual este universo se consolida. Este espaço passou por um processo de apropriação e transformação, a partir de intervenções quase sempre promovidas e executadas pelos próprios integrantes do grupo. Nem todos os membros do GEEU possuem vínculo direto com a Unicamp, embora a maior parte seja composta por estudantes de variados níveis e áreas, bem como alguns funcionários e servidores dessa instituição. São, em grande parte, moradores de Campinas e região. Questionados em entrevistas da pesquisa “quem é o GEEU”, alguns membros do grupo revelaram opiniões que se aproximam em dois pontos fundamentais – a prática da escalada e o convívio em grupo:

O GEEU é um ambiente que foi, sei lá, que foi criado por pessoas que tinham interesse em fazer algum tipo de treino pra escalar na rocha, [...] no início a ideia era essa, foi criado com essa ideia. Hoje em dia foi isso que eu falei, é um ambiente que as pessoas podem treinar pra escalar na rocha, podem obter uma atividade de recreação ou um espaço pra praticar uma atividade física. As pessoas são todas as pessoas, sei lá, tem bastante aluno da Unicamp, mas tem gente de fora, gente que não tem nada a ver com a Unicamp. Eu acho que esse universo tem crescido cada vez mais. (B.)

Eu acho que o grupo é um bando de gente que gosta do esporte e que gosta da parte social da coisa, da amizade, do círculo que você constrói. (J.)

Não acho que é uma coisa bem definida, tem vários GEEUs. O GEEU que é a galera que pratica boulder, tem o GEEU da galera que aparece uma vez por mês e dá uma escaladinha, tem o GEEU das pessoas que vêm visitar e querem escalar em algum lugar, e tem o GEEU que é um grupo que atua e pratica com frequência, que participa, troca idéia. (C.)

¹ [...] a unit of social organization which is diffuse and amorphous [...]. Generally larger than groups or organizations, social worlds are not necessarily defined by formal boundaries, membership lists or spatial territory [...]. A social world must be seen as an internally recognizable constellation of actors, organizations, events, and practices which have coalesced into a perceived sphere of interest and involvement for participants. Characteristically, a social world lacks a powerful centralized authority structure and is delimited by [...] effective communication and not territory nor formal group membership.

Pra mim, o GEEU, falando assim bem resumidamente é um local de escalada e um, como é que se diz, um local de socializar também. E quem é o GEEU é o pessoal que vai lá todo dia, [...] o pessoal que eu convivo, que tem as mesmas ideias, quer escalar, quer evoluir na escalada, vai lá pra treinar, acho que é isso. (R.)

O GEEU também é amplamente frequentado por estudantes intercambistas, estrangeiros. Muitos deles já frequentavam a atividade em seus países ou universidades de origem, enquanto outros apenas experimentam a escalada por mero entusiasmo, talvez procurando vivenciar o maior número de atividades possíveis no *campus* durante sua estadia. Este também é o caso de muitos “bixos” (estudantes ingressantes), que comparecem em grandes quantidades ao GEEU no início de cada ano. A maioria acaba por não retornar, ou se retornam, o fazem apenas mais uma ou duas vezes. Entre aqueles que já fazem parte do grupo, a interação é próxima. Há um predominante clima descontraído, com muitas piadas e brincadeiras, que alterna com as discussões sobre segurança, sobre a melhor forma de apertar um parafuso, em quê investir os recursos do GEEU, e inúmeros outros assuntos. Transitar entre as cordas que equipam o muro significa também transitar entre pequenos grupos e focos de conversas. Ali, falam sobre a montagem de uma via²; aqui, um grupo de intercambistas estrangeiros aglomera-se em uma indecifrável troca de “betas³”; e lá, um assunto completamente alheio à escalada é debatido com gestos e risadas. Um pouco mais além, alguém mostra o inchaço de um dedo lesionado. Claro, tudo ocorre ao mesmo tempo: uns estão descansando, outros fazendo segurança para os que escalam. Ainda há os que só passaram para “dar um oi”.

Ao confrontar as diferentes visões dos participantes do GEEU através das falas das entrevistas e das observações em campo, evidencia-se uma gama de sentidos atribuídos à participação no grupo de escalada estudado. Em um primeiro olhar, o GEEU é um grupo de praticantes de escalada, de pessoas reunidas ao redor de um interesse central. Mas como já fora notado uma década antes, por Marinho (2001, p. 21):

No começo do surgimento do GEEU, o objetivo primeiro era o de escalar. A opção pelo lazer limitava-se ao interesse de escalar por escalar mas, atualmente, tem se apresentado um pouco diferente. Todos os escaladores pesquisados afirmaram que o muro representa, da mesma forma, uma opção de lazer, no entanto, voltada para diversificados interesses: alguns se limitam a treinar para campeonatos; outros preferem ir ao muro só para bater papo, saber das novidades; outros, ainda, fazem do muro um ponto de encontro para ir às rochas ou a algum outro compromisso e alguns, por fim, gostam (e fazem) de tudo ao mesmo tempo.

Como dito pela autora, o GEEU é um lócus que cumpre variados papéis na experiência de lazer de seus participantes. Os diferentes sujeitos da pesquisa demonstraram diferentes opiniões sobre seu lazer, mas sem, realmente, destoar amplamente em como esse lazer se efetua. No grupo, a prática em si da escalada, seus benefícios e satisfações individuais, a oportunidade de envolver-se com o voluntariado⁴, de adquirir e expressar conhecimentos, habilidades e experiências particulares da escalada, e a possibilidade do sujeito de situar-se em um meio específico, com

² Caminho pelo qual o escalador percorre em sua ascensão.

³ Dicas e orientações sobre as vias dadas por alguém que já a escalou.

⁴ Em intervenções físicas no espaço do GEEU ou outras ações que beneficiem o grupo.

interesses em comum, são fragmentos da experiência rica e idiossincrática proporcionada pela existência do mundo social do GEEU.

O GEEU e o lazer

Como dito, o muro é, em geral, um espaço para a prática da escalada, para ambientar-se entre outros escaladores e, de maneira secundária ou como consequência disso, é também um local para encontrar amigos ou estabelecer novos laços de amizade: para B., a escalada é, além de tudo, “um esporte muito sociável”. O relacionamento interpessoal no ambiente do muro (bem da escalada em geral) está conectado a duas características determinantes do *serious leisure* (STEBBINS, 2007; 2009): a existência de um *ethos* (*uniqueethos*) que emerge ao redor da atividade central e a oportunidade de o participante desenvolver uma identidade pessoal e social (*distinctiveidentity*).

Para Stebbins (2007; 2009), *ethos* corresponde ao espírito de uma comunidade de participantes de uma determinada atividade de *seriousleisure*, manifestado por meio de atitudes, práticas, valores, objetivos e crenças compartilhadas entre esses participantes. Mais que isso, tal *ethos* representa uma rica subcultura – como a que enxergamos ao olharmos todo o universo da escalada. Nesta subcultura, a partir do *ethos*, oportuniza-se também a formação de uma rede de sociabilidade.

O pessoal do GEEU geralmente é muito gente-bona. A escalada é uma coisa que eu gosto de fazer, mas eu também venho aqui pra parte social, né. Acho que as pessoas do grupo são muito importantes. Do meu ponto de vista, os grandes amigos que eu fiz recentemente foram na escalada... fora isso, não tenho muitas grandes novas amizades fora desse quesito [...]. (L.)

Eu acho que eu escalaria mesmo que não tivesse essa parte social forte assim, eu até gosto de ir e fazer a escalada sozinho, mas eu acho que a parte social é um ponto forte também. (J.)

Assim também vê Magnani (2002, p. 22) ao observar grupos de lazer, cujos integrantes “vão até lá para encontrar seus iguais, exercitar-se no uso dos códigos comuns, apreciar os símbolos escolhidos para marcar as diferenças. [...] é assim que essa rede da sociabilidade vai sendo tecida”. O código de ética universal, a identificação entre os praticantes, as representações visuais exprimidas nas fotografias e vídeos, os picos⁵ clássicos ao redor do globo, as notícias das últimas “cadenas⁶” dos mitos da escalada, dentre tantos outros elementos que são universais no âmbito da escalada – e só da escalada – nos faz pensar como as inúmeras outras atividades de *serious leisure* criam, igualmente, inúmeros outros universos de práticas e símbolos compartilhados em subculturas de lazer. Mas não basta apenas que os participantes estejam localizados sob a aura da escalada para que exista uma associação natural entre os sujeitos. Por se tratar de um mundo social, a escalada também conta com seus subgrupos sociais que facilitam ou distanciam a aproximação. Uma interessante observação foi feita por J., que, em entrevista, relatou:

[...] tem um espectro de escalador, [e] o tamanho da rocha é inversamente proporcional à sociabilidade, e isso é consistente em todos os lugares do mundo em que eu fui. Você está escalando um lugar, por exemplo, onde tem alpinismo, clássica e boulder, e todo mundo acampa em um lugar. A galera do boulder é a mais social, vive

⁵ Locais adequados para a prática da escalada, geralmente em ambientes naturais (rocha).

⁶ Completar com sucesso uma via de escalada esportiva.

agitando, fazendo festa, tal. E isso vai de grau em grau: boulder, depois escalada esportiva, escalada tradicional, em móvel, né, e alpinismo. Isso é bem legal, assim. E eu percebi que o individualismo aumenta conforme o grau aumenta também. Acho que é uma simbiose, acho que as pessoas mais individualistas são mais propensas a se identificar com as práticas mais individualistas, e a própria prática direciona isso. (J.)

Adentrar o GEEU como um integrante a ponto de sentir-se plenamente parte do grupo exige, do participante, uma postura de inserção ativa junto ao grupo. Alguns dos entrevistados, que atualmente são membros atuantes e participativos no GEEU, relembram suas chegadas ao grupo e o processo de inserção:

eu achei que foi mais demorado do que eu esperava, [...] [comparado às] experiências anteriores em outros grupos. Mas foi no sentido de não estar muito à vontade com, sei lá... eu não gosto muito da parte do top-rope, e na época o boulder não tinha os colchões direito... então você precisava se enturmar mais com as pessoas pra pedir seg, compartilhar colchão e tal... Então foi mais essas coisas, eu não gostava muito da parede e da estrutura (inaudível). Eu acho que se o boulder tivesse as coisas direitinho eu ficaria mais à vontade. (J.)

Quando cheguei foi tipo, tinha umas 3 pessoas, mais ou menos, que era o R., o L. e o L. [...]. Esses caras me parecem pessoas muito legais assim. E enfim, tipo, ficava mais assim xeretando eles, né, ficar mais perto, puxava assunto na medida do possível, e tal. E foi com eles que eu fui me enturmando [...]. E eu não sei, nunca tive muita dificuldade pra me enturmar com as pessoas, assim. [...] Salvo alguns membros mais velhos [...] que você, sei lá, você tem algum certo respeito, você sente uma certa dificuldade de aproximar. Mas isso com o tempo também acabei aproximando. (F.)

Além disso, ao pensar no GEEU como um grupo situado em um ambiente universitário e, como falado, formado em considerável parte por pessoas vinculadas à Unicamp, também pensamos que ele é mais um espaço de convívio entre pares dentro do *campus*. Sempre é possível observar grupos de amigos que vão ao GEEU apenas para fazer algo diferente durante a semana, ou alguém que experimentava a escalada cedendo à insistência de algum amigo já escalador. Essas manifestações de lazer casual, tidas como uma vivência efêmera e ocasional, distanciam-se de todos os aspectos da experiência de lazer apresentadas nesse texto. Embora, para alguns, uma permanência junto ao grupo represente também alguns sentidos importantes que não têm como interesse primordial a prática da escalada:

Ah, acho que uma coisa que o GEEU tem como papel sem ser escalada, como grupo, ele é a mãe assim dos avulsos da Unicamp, né. Pessoal que vem fazer mestrado de outro lugar, que não conhece ninguém, pessoal que vem... tipo eu que acabei a faculdade e voltei pra Campinas... Ah, “meus amigos moram longe, pra onde eu vou?”. Então GEEU é meio que uma mãe nesse sentido. Você vê muitos gringos que vão pro GEEU porque os caras estão lá perdidos, os avulsos da Unicamp, e não têm muito o que fazer e vai no GEEU, conhece a galera e acaba se enturmando com o pessoal da Unicamp, assim. (L.)

Exatamente dessa maneira, P., estudante estrangeiro ingressante em um

curso de mestrado na Unicamp, encontrou no GEEU mais que uma nova prática corporal, mas um grupo de pessoas com quem poderia integrar-se:

Hoje conversei um pouco com o P., um [estrangeiro] que veio ao Brasil para fazer o mestrado e que parece ter encontrado algum acolhimento no GEEU. tem ido bastante ao muro, algumas vezes nem vai para escalar. Ele já fez alguma amizade com o H., e hoje os dois estavam chamando o pessoal para ir a um forró [...]

Caderno de campo, 27/03/2012

E em nota mais recente, de agosto do mesmo ano:

Estava tomando café na saída do RU e encontrei o P., e parei para conversar um pouco com ele. Ele estava falando sobre alguma festa que foi com seus companheiros de laboratório, e disse que eles não são um bom grupo para sair junto, que as ‘conversas são sempre chatas’. Brinquei dizendo que ‘a gente da escalada é mais legal’ e ele concordou rindo, dizendo que realmente gosta de sair ou viajar com o pessoal do GEEU. Nunca estive com o P. na rocha [escalando], mas ele é presença constante com o pessoal da escalada nas noites [...]

Caderno de campo, 08/08/2012

O caso de P. é um exemplo de algo comum no GEEU, em que o muro deixa de ser o local da prática corporal e passa a ser um ponto de encontro entre amigos. Este é um fator que comprova que o GEEU é utilizado como um espaço de convívio. Como ocorrido com P., os sujeitos também evadem seus grupos de trabalho, estudos ou família, para encontrar pertencimento em seu grupo de lazer, onde encontram outras preocupações que não aquelas do cotidiano.

Ao falar de convívio e pertencimento no grupo de escalada, resta a sensação de que esse é um dos fatores mais importantes observados no GEEU. Mas, além de ser algo que agrega grande valor e significado à experiência de lazer, o convívio com outros escaladores também possui seus reverses. Em alguns momentos, o escalador deseja, apenas, destacar-se de todos esses valores anexos da escalada e concentrar-se em seu momento particular junto à ação de escalar:

Geralmente, quando eu estou indo escalar em São Bento, tá sempre indo o pessoal que tá começando. Daí eu vou escalar sabendo que eu vou ter que montar [equipar] uma via fácil pro pessoal subir e eu acabo deixando de lado alguns projetos que eu tenho, de escalar uma via que eu não consegui ainda. E às vezes isso pode atrapalhar um pouco a vontade de escalar, por ficar em função dos outros e não ter como fazer minhas coisas. (R.)

Eu observo que, sei lá, quando vou com menos pessoas pra rocha, assim, eu consigo concentrar mais ou consigo extrair mais daquele momento assim, sabe? Às vezes vai muita gente, naturalmente você acaba dando atenção pra muita gente, tal, e fica mais aquele momento piquenique assim, aquele momento... eu não sei, cara, assim, é como se fosse um dia de trabalho assim, sabe? É “eu vim cá fazer esse objetivo e vai ser feito...”. (F.)

Jones (2000) também sugere mais uma característica ao *serious leisure*: a importância da filiação a um grupo. Essa qualidade é um elo entre a identidade social e o *serious leisure* (JONES, 2000, p. 288), e é também uma das características mais relevantes observadas no grupo de escalada. Somado à existência de um *ethos* (STEBBINS, 2007; 2009), clarifica-se a aproximação entre a definição do GEEU como

um universo de práticas e as impressões desse grupo baseadas no *serious leisure*. A partir desse conjunto de significantes culturais particulares, cria-se uma rede de trocas através do interesse comum da escalada, que oportuniza aos seus participantes o pertencimento a um grupo que extrapola a notação de “grupo de escalada” a partir do momento em que as relações começam a tocar outras esferas, sejam no espaço do lazer ou não.

Considerações finais

Ao demonstrar a complexidade do universo da escalada e do GEEU, evidencia-se que não são as sensações ou o *status* promovido pela ação central, apenas, que constituem a atração e motivação para a participação na atividade. Mais que isso, é a atuação no grupo de escalada que provê uma extensa e profunda carga de sentidos e significados ao participante, que preenchem uma existência individual. O sujeito encontra, além do prazer da atividade, a oportunidade de compartilhar valores com seus pares, de empreender ações outrora inalcançáveis, de estipular e alcançar suas próprias metas e desafios. Muitas vezes os escaladores visitam o GEEU não para escalar, mas apenas para desfrutar esses elementos consubstancializadores. O GEEU é usufruído de várias formas, tanto pelos seus membros quanto pelos visitantes ocasionais, como um espaço de prática da escalada e de convívio entre sujeitos com interesses em comum. As variadas maneiras com que o grupo é visto por seus integrantes correspondem aos variados sentidos que fazem deste um grupo plural em seus sentidos e significados.

Referências

- JONES, Ian. A model of serious leisure identification: the case of football fandom. **Leisure Studies**. 2000, v. 19, n. 4, pp. 283-298.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2002, v.17, n. 49, pp. 11-29.
- MARINHO, Alcyane. **Da busca pela natureza aos ambientes artificiais: reflexões sobre a escalada esportiva**. 2001. 122 f. Dissertação. Mestrado em Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física, Campinas, 2001.
- STEBBINS, Robert. **Serious leisure: a perspective for our time**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2007.
- _____. **Leisure and consumption**. Common ground/separate worlds. Palgrave Macmillan: New York, 2009.

PARQUES PÚBLICOS DA ZONA LESTE DE SÃO PAULO E AS CONDIÇÕES PARA O LAZER ATIVO

Mônica Alves Cardona
Marco Antonio Bettine de Almeida

RESUMO

O estudo teve por objetivo, realizar o levantamento das condições oferecidas para a prática de lazer ativo em quatro parques públicos municipais da Zona Leste, da cidade de São Paulo, buscando também compreender os parques públicos como importantes espaços para a promoção da saúde, por meio das atividades físicas, no tempo de lazer. Para desenvolver o trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico de referenciais teóricos acerca das temáticas qualidade de vida, lazer, parques públicos e posteriores análises textuais, além de pesquisa em bases de dados governamentais, como o perfil populacional e socioeconômico das áreas estudadas. O método escolhido para a avaliação dos parques foi o tipológico, tendo sido criado um modelo ideal de parque, para realizar a comparação com os mesmos.

Palavras chave: parques públicos, qualidade de vida, lazer.

A importância do lazer ativo para a Qualidade de Vida

O estilo de vida contemporâneo e as facilidades a que têm acesso as populações urbanas contribuem intensamente para a inatividade física. Os avanços tecnológicos das civilizações modernas nos têm liberado de tarefas físicas intensas, tanto nas atividades ocupacionais, quanto domésticas; sendo ainda oferecidas inúmeras opções do chamado lazer passivo (a televisão e os jogos eletrônicos, por exemplo), que diminuíram intensamente o tempo em que se pratica o lazer ativo (esportes, dança, caminhadas, jogos ao ar livre, etc.).

Estes meios de reduzir esforços, embora proporcionem conforto e permitam aumento de produtividade, não reduzem nos indivíduos a necessidade de exercitarem-se regularmente, para que as consequências do sedentarismo não lhes reduzam a capacidade de realizar tarefas rotineiras e a qualidade de suas vidas, num médio e longo prazos (NAHAS, 2010). A relevância da realização de atividades físico-desportivas nos momentos de lazer tem sido consideravelmente divulgada, sendo até mesmo alvo de preocupação das autoridades de saúde pública, tendo em vista a busca de alternativas para disseminar essa prática em grandes populações. Tratando o lazer aqui dentro da perspectiva de contraposição entre o tempo de trabalho e o descanso, utilizamos a noção de Dumazedier (1979) definindo-o como o conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, divertir-se, recrear-se, entreter-se ou informar-se, após desembaraçar-se das obrigações profissionais, sendo sua vivência classificada de acordo com os interesses dominantes na atividade: conteúdos físico-esportivos, manuais, artísticos, intelectuais e sociais (DUMAZEDIER, 1980).

Sendo o lazer ainda, um direito social assegurado pela Constituição de 1988 (Brasil, 1988), as políticas públicas para a promoção do lazer ativo, aliadas às ações do poder público na disponibilização de espaços, equipamentos e profissionais qualificados para a sua difusão e supervisão, principalmente no tempo livre, são um importante instrumento na obtenção de resultados em direção de um padrão mais salutar na Qualidade de Vida das populações.

A reflexão sobre a ordenação do espaço urbano e as possibilidades oferecidas à população do ponto de vista estrutural são de grande relevância, quando se compreende o espaço público como um espaço de ação política e a sua apropriação como um elemento de fortalecimento da cidadania (SERPA, 2007).

Os parques urbanos como objeto de estudo

Grande parte dos estudos relacionados aos parques urbanos voltam-se à questões ligadas à preservação ambiental, gestão de ambientes urbanos e de políticas urbana e ambiental sustentáveis, análise de usos e funções dos parques nas cidades (WHATELY, 2008; OLIVEIRA, 2007; SILVA, 2003; TAKIYA, 2002; SILVA, 2010). No que tange à especificidade dos parques públicos como espaços estratégicos para o chamado lazer ativo, podem ser citados estudos avaliando os determinantes ambientais para a realização de atividades físicas nos parques urbanos, realizado em Curitiba, Paraná (Reis, 2001); avaliação de resultados de programas de atividade física realizados em Recife, Pernambuco (SIMÕES et al., 2009), ou ainda, pesquisa aferindo as barreiras e facilitadores de atividades físicas em frequentadores de parques públicos (SILVA, PETROSKY REIS, 2009).

Bartalini

(1999) analisa este equipamento e a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação, realizando uma síntese da criação de parques municipais em São Paulo, organizada à partir da estrutura técnica disponível na cidade naqueles períodos. Há ainda levantamentos históricos sobre origens e conflitos para a criação de parques, caso do Ibirapuera, em São Paulo (BARONE, 2007), a importância de esse equipamento de lazer nas periferias (ANDRADE, 2010) e a má distribuição dos parques urbanos na cidade de São Paulo, estabelecendo uma relação com a exclusão do acesso ao lazer para a população dos bairros periféricos (COSTA; CAMARGO, 2012).

Um trabalho muito importante dos primeiros a apresentarem uma sistematização da dissertação sobre os parques de São Paulo foi realizado por Kliass (1993), que a definiu nas funções dos parques urbanos na cidade, afirma que os mesmos responderam às demandas de equipamentos para as atividades de recreação e lazer, decorrentes da intensificação da expansão urbana e o ritmo de vida introduzido pelo tempo artificial, que alteraram o estilo de vida do homem contemporâneo.

Para esta autora, os parques são espaços amenizadores das estruturas urbanas, funcionando com uma resposta ao modo de vida industrial e sua forma de espacialização.

Parques urbanos e a cidade de São Paulo

Os primeiros parques urbanos foram inspirados nos modelos paisagísticos que imperavam nos jardins ingleses e franceses do século 18, originados das ideias românticas de volta à natureza. Este modelo incorporava o ambiente, extensos gramados e grupos de árvores aoredorderioselagos, modelado em linhas curvas e suaves colinas. A inserção de parques nas estruturas urbanas ganhou força na Europa no final do século XIX, principalmente na França e na Inglaterra.

Concomitantemente a esse processo, de um lado nos Estados Unidos, o Movimento de Parques Americanos, que influenciou grandemente o desenvolvimento das cidades americanas, com a inclusão de parques nos planejamentos urbanísticos. São exemplos destas realizações, o Central Park, na cidade de Nova York, e em Boston, o parque linear ao longo do rio Charles (KLIASS, 1993).

O primeiro parque urbano paulista no foi o Parque da Luz, aberto ao público para o lazer, em 1825, mas fundado em 1798, em razão de um decreto real com a finalidade de criar um Jardim Botânico. A transição do século XIX para o início do século XX foi fortemente assin-

aladapelaintensificaçãodaeconomiacafeeira,impulsionandoatransformaçãodoantigoburg o,nagrandecidadequeéSãoPaulo.Nesteperíodo,osparquesdeinspiraçãolargamentefrancesa ,eramcriadoscomolocalisdeculturaepontosdeencontroparaasociedadepaulistana. Com estas características, surgiramparquescomoJardimdaLuz,BuenosAireseTenenteSiqueiraCampos(antigoTriano n),sendooIbirapueraoúltimograndeparquecriadodentrodestaperspectiva(SobrinhoeRibeir o,2008). Parques como Piqueri e Carmo,foram criados à partir de remanescentes de grandes fazendas, chácaras e propriedades da elite paulistana.

Perfil Demográfico da Zona Leste de São Paulo e informações sobre os parques e bairros visitados

A zona leste de São Paulo possui 3,8 milhões de habitantes, ou seja, um terço da população da cidade vive em uma área que corresponde a 22% do território do município. Já o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região leste, está na média de 0,478, sendo considerado baixo (Portal da Prefeitura de São Paulo, 2008). No caso da cidade de São Paulo, o cálculo do IDH intramunicipal levou em conta as seguintes variáveis, para cada um de seus 96 distritos: rendimento do chefe da família; taxa de mortalidade infantil; taxa de alfabetização, combinada com a média de anos de estudos, ambas referentes ao chefe da família (Portal da Prefeitura de São Paulo, 2008).

Parque do Carmo – Distrito Parque do Carmo

Situado no distrito de mesmo nome, o Parque do Carmo possui uma área de 1.500.000 m² e pertence à região administrada pela subprefeitura de Itaquera. Essa subprefeitura tem uma área de 55.32 Km², com uma população de 525.337 habitantes, densidade demográfica de 9.766,99 Hab/Km² e IDH por volta de 0,45.

Parque Chico Mendes – Distrito Vila Curuçá

O Parque Chico Mendes possui uma área de 61.600 m² e está localizado no bairro de Vila Curuçá, pertencente à subprefeitura de Itaim Paulista. Essa subprefeitura possui uma área de 21.72 Km², população de 399.140 habitantes, 18.226,76, densidade demográfica de 18.226,76 Hab/Km² e IDH na faixa de 0,40 a 0,45.

Parque do Piqueri - Distrito Tatuapé

O parque do Piqueri possui uma área de 97.200 Km² e está situado no bairro do Tatuapé, que pertence à subprefeitura da Mooca. Essa subprefeitura possui uma área de 35.92 Km², com uma população de 286,598 habitantes, densidade demográfica de 7.086,15 Hab/Km² e IDH por volta de 0,50.

Parque Santa Amélia – Distrito Itaim Paulista

Com 30.000 m² de dimensão, o parque localiza-se no extremo leste do município, localidade pertencente à subprefeitura de Itaim Paulista, no distrito de mesma denominação. Essa subprefeitura possui uma área de 21.72 Km², população de 399.140 habitantes, densidade demográfica de 18.226,76 Hab/Km² e IDH na faixa de 0,40 a 0,45.

Parque Lydia Natalizio Diogo - Distrito Vila Prudente

O parque possui uma área de 60.000 m². Localizado no distrito de Vila Prudente, pertencente à subprefeitura de Vila Prudente, tem uma área de 32.65 Km², uma população de 520,670 habitantes, densidade demográfica de 15.128,11 Hab/Km² e IDH

da região entre 0,45 e 0,50.

Metodologia

A fim de serem estabelecidos os critérios de adequabilidade dos parques visitados, foi utilizado o método tipológico, empregado por Max Weber, por meio do qual, para comparar fenômenos sociais complexos, o pesquisador constrói tipos ou modelos ideais, a partir da análise das principais características do fenômeno.

A essência do objeto criado como tipo ideal, não é sua existência real, mas servir para análise e compreensão de casos concretos. “O tipo ideal, segundo Weber, diferencia-se do conceito, porque não se contenta com selecionar a realidade, mas também a enriquece. O papel do cientista consiste em ampliar certas qualidades e fazer ressaltar certos aspectos do fenômeno que se pretende analisar (Marconi e Lakatos, 2010)”.

À partir das características de dois parques que reuniam componentes importantes para a realização da avaliação, foi criado um “Parque Ideal”, reunindo as qualidades desejáveis em relação a espaço e equipamentos disponíveis. Para estabelecer esses pré-requisitos, foram reunidos elementos do Parque Ibirapuera, localizado na cidade de São Paulo, no Brasil e o Central Park, situado em Nova Iorque, nos EUA. Elementos considerados: ambiência; segurança; sustentabilidade; acessibilidade para deficientes; limpeza; espaços e equipamentos para atividades físicas (em condições adequadas para uso e em quantidade proporcional ao número de usuários); sinalização (circulação interna e de acesso).

Protocolo de Avaliação

Os aspectos gerais dos parques foram avaliados em uma escala de 1 a 5, procurando estabelecer um critério padrão de avaliação, considerando a existência de espaço e equipamentos destinados às práticas físico-desportivas; as condições de preservação, a quantidade e diversidade de equipamentos disponíveis.

Resultados

Parque do Carmo – Distrito Parque do Carmo

O parque do Carmo possui ambiência favorável ao lazer ativo, sendo localizado em uma região bem arborizada e preservada. No quesito segurança, o parque apresenta vulnerabilidade, devido a sua grande extensão (1.500.000 m²) e pequeno número de guardas, visto que existem várias entradas e somente na entrada principal havia indivíduos responsáveis pela segurança. Foi observada difícil acessibilidade para deficientes físicos e ausência de instalações e adaptações para estes usuários. A limpeza foi um item bem pontuado.

Por não haver uma grande diversidade dos equipamentos para atividade física, o parque deixa a desejar neste quesito, apesar da grande extensão e boa qualidade da pista para corrida e caminhada, há poucos equipamentos e os existentes estavam em péssimo estado de conservação. O parque não possui quadras poliesportivas e os campos estão em locais não apropriados para a prática do esporte, pois a área é inclinada e irregular. Quanto à sinalização, existe uma deficiência em relação à sinalização interna, não há placas indicando a distância e nem placas de localização, porém a sinalização externa era de boa qualidade e em número suficiente para os usuários que desejam chegar ao parque.

Parque Chico Mendes – Distrito Vila Curuçá

O parque Chico Mendes está localizado em uma área onde existe uma nascente de água, por isso há uma pequena reserva ecológica protegida pela segurança do parque e pela segurança ambiental, sendo o local bem arborizado. Há no local um pequeno lago que poderia contribuir para o frescor do ambiente, mas o mesmo encontrava-se poluído e exalando mal cheiro. A estrutura de segurança no parque é regular, tendo em vista a sua reduzida dimensão, há um número pequeno de seguranças, mas há instalação de câmeras e cercas eletrificadas. Não há adaptação para a acessibilidade de deficientes.

A limpeza foi mal pontuada, a pista de caminhada estava suja com galhos, folhas e lixo. O parque possui espaços e equipamentos para atividades físicas precários, devido à má conservação e falta de manutenção dos mesmos. O piso das quadras estava desgastado e a estrutura metálica enferrujada. Apesar da razoável diversidade dos equipamentos de ginástica, alguns se encontravam quebrados e outros com dimensões inadequadas. Na parte interna do parque havia pouca sinalização e era mal conservada, proporcionando uma comunicação confusa e ineficaz. Externamente havia poucas placas indicando a localização do parque.

Parque do Piqueri - Distrito Tatuapé

O parque possui um ambiente fresco, com aspecto visualmente agradável. É muito bem arborizado, tornando muito agradável a prática de atividades corporais. Foram visualizados apenas dois guardas fazendo segurança na entrada e não foi observada nenhuma ronda. A acessibilidade para deficientes é ruim, com ausência de instalações e adaptações para os usuários com essas características. A limpeza do local é impecável.

Há uma pista para caminhadas que circunda todo o parque. Também há quadras poliesportivas em estado de conservação regular, poucos equipamentos para ginástica e em estado razoável de conservação. Há placas de sinalização em pequena quantidade e em má conservação.

Parque Santa Amélia – Distrito Itaim Paulista

Em relação à ambiência e paisagismo, o parque é visualmente agradável e possui um espaço razoável para o número de frequentadores, porém não possui muitas árvores de grande porte que possam gerar sombras, dificultando a prática de atividade física e lazer em dias de extremo sol. Há seguranças, porém, mesmo o parque sendo pequeno, eles concentram-se apenas na portaria e não há câmeras e rondas, levando em consideração que existem outras entradas distribuídas pelo parque. A acessibilidade é ruim, há grandes depressões e muitos declives no terreno, com algumas escadas e calçadas quebradas, dificultando o trajeto por toda a área. Há banheiros para deficientes, mas não há outras adaptações para deficientes no local. A limpeza foi bem pontuada. O parque possui alguns equipamentos aparentemente novos para atividades físicas (como barras, prancha de abdominais), porém as duas quadras estão em mal estado de conservação, denotando falta de manutenção.

Parque Lydia Natalizio Diogo – Distrito Vila Prudente

O local apresenta apenas uma parte de sua área arborizada adequadamente, em outra parte do terreno, há apenas algumas mudas de árvores. Por essa razão o local torna-se muito quente, dificultando a prática de atividades físicas. Como nos outros parques visitados, foram vistos guardas apenas na entrada principal.

Há disponibilidade de rampas de acesso no seu interior e banheiros dando suporte à acessibilidade de deficientes. A limpeza foi um ponto forte na avaliação,

apresentando aspecto limpo e organizado. Possui estruturas e equipamentos aparentemente novos em toda a sua área, sendo eles: pista de corrida asfaltada e com terra, playground, equipamentos de ginástica de madeira e aparelhos de ginástica voltados para idosos. A sinalização interna era precária, principalmente as indicações de uso dos aparelhos voltados para idosos.

Considerações Finais

Ao compararmos todos os locais visitados, com o tipo ideal criado para a avaliação, nenhum deles atingiu um conceito máximo em todos os quesitos, ficando a maioria num nível intermediário. Para a prática de atividades físico-desportivas os maiores problemas encontrados foram: arborização insuficiente; equipamentos mal conservados; quantidade insuficiente de espaço e equipamentos, comparando-se com o número de habitantes das localidades em que estão situados.

Numa abordagem mais tradicional poder-se-ia com os resultados obtidos, optar pela argumentação (de valor inquestionável) em favor do desenvolvimento e implementação de políticas públicas, que contemplem investimentos na adequação de espaços e equipamentos que estimulem o lazer ativo, em espaços como os parques, bem como de pessoal qualificado para a orientação dos seus usuários. Porém, alguns aspectos relacionados permitiriam uma continuidade do trabalho, avaliando componentes relacionados ao empoderamento da população nas questões referentes à gestão dos parques, por meio da participação em seus conselhos gestores e em outros espaços colegiados com poder de decisão sobre os processos de planejamento, implementação e fiscalização de políticas públicas sejam nos segmentos do lazer, do esporte ou da saúde, aplicados aos espaços públicos, como os parques urbanos.

Referências

- ANDRADE, C.P. **A importância de um grande equipamento de lazer na periferia de São Paulo: O Sesc Itaquera e os jovens que vivem em seus arredores.** Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010.
- BARONE, A.C.C. **Ibirapuera: parque metropolitano (1926-1954)** Tesede Doutorado Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007.
- BARTALINI, V. **Parques públicos municipais de São Paulo: ação da municipalidade no desenvolvimento de áreas verdes de recreação.** 354f. Tesede Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** Brasília/ DF: 1988.
- COSTA, B.V.; CAMARGO, L. O. L. Parques Urbanos, População e Exclusão em São Paulo. **Licere**, Belo Horizonte: v.15, n.2, p. 1-25, jun. 2012.
- DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer.** São Paulo: SESC, 1980.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer.** São Paulo: Perspectiva/Sesc. 1979.
- HALLAL, P.C.; TENÓRIO, M.C.M.; TASSITANO, R.M.; REIS, R.S. et al. Avaliação do programa de promoção da atividade física Academia da Cidade de Recife, Pernambuco, Brasil: percepções de usuários e não usuários. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: v. 26, n. 1, p.70-78, jan. 2010.
- KLIASS, R. G. **Os Parques Urbanos de São Paulo.** São Paulo: Pini, 1993.
- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010.

- NAHAS, M.V. **Atividade física, Saúde e Qualidade de Vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 5. ed. rev. e atual. Londrina: Midiograf, 2010.
- SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SILVA, D.A.S, PETROSKI, E.L., REIS, R.S. Barreiras e facilitadores de atividades físicas em frequentadores de parques públicos. **Motriz**, Rio Claro, v.15 n.2 p.219-227, abr./jun.2009.
- SILVA JR., V.P.; NUNES, P. R. M. Parques públicos de lazer de interesse físico/esportivo, animação sociocultural e população atendida. **Licere**, Belo Horizonte, v.12, n.2, 2009.
- SILVA, M.M. **Conquistas e desafios de uma área de proteção ambiental inserida na Zona Leste de São Paulo**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- SILVA, R.N. Parques públicos em Alagoas: caracterização e análise no âmbito da produção do espaço. **Revista Percursos** – Nemo, Maringá, v.2, n.2, p.107-133, 2010.
- SOBRINHO, E.J.M; RIBEIRO, M.C. **Novas áreas verdes para São Paulo. Parques urbanos municipais de São Paulo: subsídios para a gestão**. Organização
- WHATELY, M. et al. -- São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.
- PORTAL da Prefeitura de São Paulo. Disponível em:
<http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/indices_sociais/index.php?texto=corpo&tema_cod=2>
. Acesso em: 17 de setembro de 2010.

PARQUES URBANOS, A NATUREZA NA CIDADE: PRÁTICAS DE LAZER

Mariana Inocência Oliveira Melo
Karina e Silva Dias

RESUMO

Este artigo trata de uma investigação de cunho qualitativo que busca investigar os parques urbanos que são espaços públicos capazes de estabelecer relações sociais mediante práticas de lazer e representam espaços com fragmentos de natureza. O meio urbano possui uma crescente demanda de espaços para o lazer, em especial, por “parques urbanos”, que são representativos na socialização e na contemplação/fruição da natureza na cidade. Para tanto, a análise da revisão literária em torno do tema, se dá por meio das discussões teórico-conceituais sobre parques, natureza e lazer. Portanto, a discussão do artigo tem a intenção de apresentar os parques urbanos como espaços que se transformam em lugares de natureza para aqueles que os frequentam e que possibilitam diversas apropriações desses espaços, por meio das práticas de lazer. A apropriação nos parques urbanos leva os cidadãos a (re)pensar a cidade, devolvendo-lhe, quem sabe, um lugar que lhe pertence: aquele de um observador atento ao seu espaço, consciente que a cidade acolhe, a um só tempo, a rotina e a repetição, o deleite e a contemplação.

Palavras-chave: Parques urbanos. Natureza. Lazer.

Introdução

O interesse em estudar os parques urbanos se deu pelo fato das cidades necessitarem de espaços para o lazer que rompam com o universo do cotidiano, tornando-se fonte de equilíbrio para a qualidade de vida de seus moradores, assim o estudo do tema da pesquisa é: *Parques urbanos, (re)construindo a natureza na cidade: práticas de lazer*. A pesquisa qualitativa é a que melhor se adequa para o desenvolvimento da pesquisa, tendo-se em vista que o objetivo geral desse estudo é: investigar como os parques urbanos, com fragmentos de natureza, podem contribuir na vida social dos cidadãos pelas práticas de lazer.

Desse modo, este artigo está estruturado em duas partes: 1 - Parques urbanos: a natureza na cidade, - discorre sobre os parques urbanos - espaços públicos que promovem a socialização e a construção do espaço como um fragmento de natureza, decorrente do crescimento das cidades, tanto no aspecto espacial quanto na demanda por infraestrutura e/ou serviços urbanos. 2 - Socialização na cidade: práticas de lazer, - apresenta uma revisão bibliográfica que analisa as práticas de lazer na vida cotidiana das cidades.

Parques urbanos: a natureza na cidade

Em decorrência da expansão urbana e a introdução do ritmo da cidade industrial, com pouco tempo livre para se socializar e descansar, os parques urbanos surgem como demanda para o lazer. Ao mesmo tempo, os parques urbanos compõem espaços amenizadores das estruturas urbanas, por meio de espaço de socialização, natureza e melhoramento público capaz de proporcionar melhor qualidade de vida para a população. Esta ideia pode ser corroborada por Kliass (1993, p. 19) que apresenta o conceito de parque urbano, afirmando que: “[...] são espaços públicos com dimensões

significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação”.

Com a influência da Revolução Industrial, no século XIX, as grandes cidades europeias estavam diante dificuldades estruturais, como as péssimas condições de trabalho e habitabilidade. Segawa (1996, p. 68) salienta que, a ação benéfica das árvores para a salubridade foi discutida pela medicina ao longo do século XIX, assimilando a arborização das ruas, praças e parques como “pulmões urbanos”¹, perfazendo reserva de ar puro, redução da poeira e limpeza da atmosfera. Dessa maneira, aconteceu a criação dos primeiros parques urbanos para os moradores comuns.

Durante todo o século XIX e metade do XX, no Brasil possuía muitos vazios urbanos, geralmente compostos por várzeas de rios, considerados neste período como espaços destinados ao lazer da população, com a prática de banho, jogos e piquenique. Esses espaços são antecessores ao lazer urbano formal, representado pelas praças e parques, que se desenvolveram na segunda metade do século XX como uma necessidade social. Os autores Macedo e Sakata (2003, p. 31) afirmam que “o parque, ricamente elaborado e decorado, torna-se, no final do século XIX e especialmente no início do século XX, um elemento urbano comum”.

Em consonância à primeira metade do século 20, as construções dos parques ainda encontram-se nas grandes cidades brasileiras – capitais ou não – e estâncias de veraneios, localizados em áreas centrais e bairros de elites, como ressalta Macedo e Sakata (2003, p. 34). O crescimento urbano foi intenso durante todo o século XX, sendo que, nos anos de 1990, foram construídos mais parques públicos, com a intenção tanto de atender aos habitantes – pelo valor estético, cultural e lazer – quanto pela constituição ambiental e pela influência na paisagem de seu entorno, associando-se aos requisitos naturais, sociais, culturais e históricos (re)configurados nas paisagens das *urbes*, em razão da desintegração do tecido físico e social.

Em função do planejamento dos parques, de sua inserção nos espaços urbanos e de sua influência em seu respectivo entorno, Kliass (1993, p. 31) aponta que: “[...] o parque é um fato urbano de relativa autonomia, interagindo com o seu entorno e apresentando em seu bojo condições de absorver a dinâmica da estrutura urbana e dos hábitos de sua população”.

Diante do exposto, pode-se constatar que a presença dos parques muda o perfil dos habitantes que estão ao seu redor, visto que “[...] os novos parques públicos são elementos de valorização do espaço urbano que contribuem para um processo de substituição de população nas áreas requalificadas”, como destaca Serpa (2007, p. 42). Percebe-se, então, que os parques urbanos são como antídotos para os males urbanos: melhoram o clima, contrapondo-se à aridez provocada pelo excesso de construções urbanas; diminuem a poluição do ar; enfim, permitem o contato com a natureza, dentre outros.

O estar ao ar livre, na cidade contemporânea, tornou-se uma necessidade das pessoas, haja vista que nesses espaços se sintam mais tranquilas, facilitando a socialização com outros indivíduos – familiares, amigos, turistas e pessoas antes desconhecidas. A presença dos parques, na estrutura urbana das grandes cidades, é importante para a qualidade de vida das pessoas e capaz de romper com o universo do cotidiano, em razão da facilidade de socialização e da contemplação/fruição, proporcionadas pelos fragmentos da natureza.

1 Expressão utilizada por Segawa (1996).

Socialização na cidade: práticas de lazer

Este capítulo tem como intuito analisar as práticas de lazer na vida social das pessoas. Destarte, o trabalho parte de algumas ponderações da análise histórico-social, juntamente com expressivas contribuições conceituais de lazer. A palavra “lazer” corresponde aos termos *leisure* em inglês, *loisir* em francês e *ocio* em espanhol.

A ocorrência histórica do lazer está ligada às atividades do trabalho. A constituição do lazer no mundo ocidental, em especial, na sociedade greco-romana e no contexto medieval, revela uma oposição entre o trabalho e o lazer, neste período quem trabalhava não tinha o privilégio do lazer. Os autores Gomes (2004b); Sousa (1994) e Werneck (2000) apresentam a ocorrência do lazer no período das civilizações antigas, baseado nos estudos de Sebastian de Grazia², retratando as sociedades gregas, romanas e medievais.

Nas sociedades antigas o trabalho era desvalorizado e representava desprestígio. Na sociedade grega e romana o trabalho era realizado pelos escravos; e, na época medieval os trabalhadores eram submetidos ao senhor feudal, permanecendo a exploração da mão de obra. Na sociedade grega, o lazer era voltado a uma minoria privilegiada da população, sendo composto por atividades intelectuais voltadas à contemplação, à reflexão e à sabedoria, nesta época era considerado como enriquecimento do espírito. (GOMES 2004b; SOUSA, 1994; WERNECK, 2000).

Cabe ressaltar, que na época feudal continua a concepção de quem prática o lazer eram as pessoas que não trabalhavam, como por exemplo, “[...] o homem ‘nobre’ era o perfeito cavaleiro, com formação musical e guerreira [...] (cavalgada, arco e flecha, luta, caça, natação, jogo de xadrez e composição de versos)” (WERNECK, 2000, p. 32). Estes fatos mostram que as pessoas que não trabalhavam eram as que tinham acesso ao lazer e a formação educacional.

No período medieval, por sua vez, o cristianismo influenciava a vida das pessoas. Neste período, o trabalho árduo era considerado como uma vontade de Deus, dado que a igreja propagava como um sacrifício para a salvação da alma. Porquanto, nos momentos de não trabalho, a busca pelo lazer deveria ser voltada a paz e a purificação do espírito, fomentada pelos atos religiosos, conforme Werneck (2000) e Gomes (2004b).

Diante do exposto, para alguns autores as práticas de lazer podem ser presenciadas nas sociedades tradicionais. Assim, compreende-se que mesmo aqueles que trabalhavam árdios (escravos e servos) também possuíam seu tempo de lazer, no entanto, eram praticados escondidos e não eram voltadas às questões educacionais e de reflexões.

A época seguinte, a Revolução Industrial, o trabalho torna-se um “[...] elemento fundamentalmente integrador da sociedade, [...] partilhado por todas as classes sociais” (WERNECK, 2000, p. 54). No entanto, o trabalho não deixa de permanecer como uma atividade exploradora de mão de obra, dado que este período fosse marcado por jornada de 15 a 16 horas, por salário miserável, sem descanso e por um período muito longo da vida. Nessas circunstâncias, surgiu às reivindicações sociais para diminuir a carga horária de trabalho, obter férias, folga nos finais de semana e aposentadoria, enfim, a criação da lei que limita a jornada de trabalho, por exemplo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Brasil, ocorreu em 1943, durante o governo de Vargas.

² Sebastian de Grazia – *Tiempo, trabajo y ocio*. Madrid: Editorial Tecnos, 1966. Para discorrer sobre o lazer no período arcaico o autor, De Grazia, é referência. Entretanto utilizamos auxílio nos estudos de Gomes, Sousa e Werneck, pois não tivemos acesso ao livro, *Tiempo, trabajo y ocio*, em bibliotecas e disponibilidade de venda.

Dumazedier (1974, p. 28) enfatiza que “o lazer não é a ociosidade, não suprime o trabalho; o pressupõe. Corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano ou da vida de trabalho”. Sob esta perspectiva, Dumazedier justifica que não existiam as práticas de lazer na antiguidade. Para ele a ociosidade dos filósofos e fidalgos não podem ser consideradas lazer (1974, p. 27). Concernente às práticas de lazer, como fruto da sociedade moderna urbano-industrial³, depreende-se que após a Revolução Industrial ocorreram às conquistas cidadãs das leis trabalhistas e a educação de direito social, propiciando desenvolver e intensificar as práticas de lazer.

A partir da Modernidade, o lazer passa a ser vinculado à dimensão “tempo”, em destaque a partir da Revolução Industrial, como reitera Werneck (2000, p. 139),

[...] seja ele considerado como ‘tempo livre’, como tempo de ‘não trabalho’, ‘desocupado’ ou ‘liberado’. Estas expressões, no entanto, sugerem a conotação do lazer como o inverso do trabalho, ou mesmo como a sua negação, valores estabelecidos desde a antiga Grécia, mas que continuam se perpetuando, inclusive nos dias de hoje.

Neste contexto se faz mister salientar que o lazer como uma atividade de escolha individual e/ou do grupo é realizado com as conquistas de tempo livre do trabalho. Gomes (2004a) reitera que o trabalho e o lazer possuem características distintas, mas constituem relações dialéticas e está na mesma dinâmica social.

O lazer no Brasil alcançou repercussão histórico-social, a partir de 1970, passando a ser assunto de pesquisas, projetos e ações de estudiosos brasileiros. Nessa época os debates sobre o lazer baseavam-se nos fundamentos do sociólogo francês Dumazedier, o qual foi amplamente desenvolvido e utilizado como referência brasileira. As funções iniciais do lazer apresentadas por Dumazedier são a liberação e o prazer, em oposição ao conjunto das necessidades, compromissos, responsabilidades e obrigações da vida cotidiana. Para o autor o conceito de lazer é:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2004, p. 34).

Pode-se inferir que esse conceito⁴ possui algumas fragilidades, pois o autor denomina o lazer como “conjunto de ocupações” remetendo a ideia de serem desenvolvidas atividades mais relacionadas a aspectos operacionais, sendo assim, simplista, pois as práticas de lazer podem estar ligadas a manifestações culturais, históricas e educacionais.

Na sociedade contemporânea a definição do conceito de lazer relacionado com as práticas depois das “obrigações profissionais, familiares e sociais” é considerada frágil e incoerente, pois não integra a dinâmica e as conexões das relações sociais. Pode-se exemplificar a prática de lazer dos pais levarem seus filhos ao cinema, ao parque urbano, ao clube, dentre outros, compreendemos que estão exercendo atividades de lazer e, ainda, enseja manifestações culturais e sociais.

³ Como acredita Dumazedier, Marcellino e Camargo.

⁴ É importante contextualizar que o conceito supramencionado está inserido no estudo realizado na cidade de Annecy, na França, com 40.000 habitantes, em 1956-1957, a partir do contexto social, cultural, econômico e trabalhista.

Compartilhando da ideia de Gomes (2004a), o autor Marcellino⁵ tem sido destaque nos estudos de lazer no Brasil. Com relação aos conceitos de lazer o autor Marcellino apresenta em seu livro “Lazer e Humanização (1983)”, o lazer e o ócio em campos opostos, pois ele considerava que deveria constar a ocupação ativa no tempo disponível, considerando assim, a contemplação como um não uso do tempo em atividades. Por sua vez, em sua obra “Lazer e Educação (1987)”, Marcellino não coloca o lazer e o ócio em campos opostos, já considera que se confundem. Dessa forma, as práticas de lazer no tempo disponível, podem ser exercidas tanto pelas atividades práticas quanto pela contemplação. Como pode ser observada no conceito de lazer: “[...] caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A ‘disponibilidade de tempo’ significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa.” (MARCELLINO, 1987, p. 31).

Do ponto de vista do desenvolvimento cultural do lazer, Dumazedier (1980) divide-o em cinco categorias: físico, prático, artístico, intelectual e social. Essas categorias não devem ser lembradas isoladamente, pois as distinções das atividades são realizadas pela característica predominante que se busca no desenvolvimento da atividade, dado que as categorias estão interligadas.

Compartilhando da ideia de Camargo⁶ (2003, p. 18), acredita-se que pode ser acrescentada mais uma área de interesse cultural nessa classificação, o turístico, marcado pela prática de atividade voluntária e prazerosa. Em suma, a socialização é importante em todos os interesses do lazer por depreender as relações desenvolvidas por indivíduos ou grupos de pessoas, ocasionando relações e interações sociais, caracterizadas pelos sentimentos dos participantes.

Marcellino enfatiza o quanto é importante à atuação do plano cultural no tempo de lazer, pois: “[...] ao lado de divertimento e do descanso, pode ser também um tempo de desenvolvimento pessoal e social, ou seja, um tempo privilegiado para vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural, necessárias para solapar a estrutura social.” (2007, p. 7).

À proporção que a cidade cresce, a prática de lazer como forma igualitária torna-se difícil de concretizar perante a realidade cotidiana, marcada por exclusões, desigualdades, discriminações e violências. Ressalta-se, ainda, que a presença do lazer na Constituição⁷ remete a conquista de todos os cidadãos brasileiros e, não apenas as conquistas dos trabalhadores, presentes na legislação trabalhista. Gomes (2004a) apresenta o lazer como:

uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espço conquistado pelo sujeito

⁵ Segundo Marcellino as atividades de lazer são realizadas levando em consideração o aspecto tempo e atitude: “O lazer considerado como atitude será caracterizado pelo tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, basicamente a satisfação provocada pela atividade. O lazer ligado ao aspecto tempo, considera as atividades desenvolvidas no tempo liberado do trabalho, ou no ‘tempo livre’, não só das obrigações profissionais, mas também das familiares, sociais e religiosas.” (MARCELLINO, 1996, p. 8, grifo nosso). Esse conceito de lazer relacionado ao “tempo disponível” apresentado por Marcellino implica na liberação de diferentes naturezas, remetendo aos postulados de Dumazedier, porém com o desenvolvimento de suas análises o autor redimensiona-se seus discursos.

⁶ CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. O que é lazer. 2ª reimpr. da 3. ed. de 1992. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos; 172).

⁷ O lazer é reconhecido como um direito social, garantida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que consta o lazer como um dos direitos sociais (título II, capítulo II, no artigo 6); como um dos direitos à melhoria de condição social (título II, capítulo II, no artigo 7, no 4); mostra que “o poder público incentivará o lazer, como forma de produção social” (título VIII, capítulo III, seção III, do desporto, no artigo 217, no 4). As práticas de lazer são influenciadas pela questão educacional, econômica, social e político, no entanto, há uma luta social constante para que seja igualitária.

ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo (p. 125).

A concepção de lazer como um direito social e uma possibilidade de cultura, permeia a ideia das práticas, construções e vivências de lazer ser realmente enraizadas na vivência cotidiana dos indivíduos, de forma criativa, crítica, educativa e significativa. Aproveitar o tempo livre de forma mais produtiva, com o intuito de adquirir novas informações e conhecer culturas distintas, a fim de se tornarem mais críticas, tornou-se um imperativo para as pessoas.

O lazer é uma forma de melhorar a qualidade de vida da população das grandes cidades e deve ser considerado como suprimento às necessidades físicas e psíquicas, como confirma Werneck (2000, p. 140), falando que: “[...] nas últimas décadas do século XX, o lazer vem sendo concebido como um passo fundamental para a busca de qualidade de vida [...]”.

O lazer é uma atividade de grande importância para a vida de cada indivíduo e deve ser praticado periodicamente e não apenas em viagens, nas férias do ano e em finais de semanas esporádicos, pois proporcionam felicidade e vivacidade para o dia a dia. As relações históricas e sociais do lazer são de grande importância para mostrar sua influência nas concepções atuais do lazer, seja nos aspectos com o trabalho, com a cultura e com a educação.

Considerações finais

A cidade precisa ser reconhecida como parte da natureza e os propósitos dos seres humanos devem ser integrados a ela, respeitando e (re)conhecendo o seu poder natural e social. Com as inúmeras transformações ocorridas nas cidades - uso e da ocupação desordenada do solo nos aglomerados urbanos - desde a Revolução Industrial, reduziram-se os espaços com a presença da natureza destinados ao lazer e às interações sociais. O uso dos parques urbanos para as práticas de lazer demonstram a necessidade de um planejamento urbano harmônico, por promoverem a socialização e a interação do homem com a natureza, por meio de atividades esportivas, artísticas, culturais, educativas e contemplativas.

O lazer é uma prática realizada individual e/ou coletivo em um “tempo” disponível com intuito de (re)compor suas energias - mentais e corporais - para a rotina. As pessoas que estão praticando o lazer estão em busca de descanso, divertimento, prazer, liberação, satisfação, liberdade, dentre outros, facilitando o contato com as outras pessoas e até a vivência e desfrute do espaço que estão inseridas. Logo, o lazer não é um fenômeno isolado, ele está inserido em diferentes contextos – históricos, culturais, políticos, educacionais, etc., - conforme os valores, significados, sentidos, saberes advindos de cada sujeito e a influência do meio no qual está inserido.

Referências

- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 25 de fevereiro de 2013.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

- GOMES, Christianne Luce. Lazer – Concepções. p. 119-126. In: GOMES, Christianne Luce. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004a.
- GOMES, Christianne Luce. Lazer – Ocorrência histórica. p. 133-141. In: GOMES, Christianne Luce. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004b.
- KLIASS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: Pini, 1993.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e humanização**. 7^a. ed. Campinas: Papirus, 1983. (Coleção Fazer/Lazer).
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1987. (Coleção Fazer/Lazer).
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e cultura**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2007.
- SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.
- SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SOUSA, Antonio Alvarez. **El ocio turístico en las sociedades industriales avanzadas**. Bosch Turismo: Casa editorial, S.A., 1994.
- WERNECK, Christianne. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**, 2000.

PERSPECTIVAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO SETOR DE ESPORTE E LAZER EM VITÓRIA - ES

Marcel Ivan dos Santos
Lorena Pereira Oliosi
Jayanna de Rezende Bachetti
Carlos Nazareno Ferreira Borges

RESUMO

Trata-se de um recorte da pesquisa de mestrado intitulada “Perspectivas de gestão participativa do setor de esporte e lazer da administração municipal de Vitória-ES”, no qual teve como objetivo analisar os planejamentos e execuções de políticas de esporte e lazer desenvolvidas nas gestões da Secretaria de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Vitória no período 2005-2012, buscando compreender os fatores que promovem o distanciamento do modelo de gestão pautado na participação cidadã. Assim, percebemos que os gestores e a sociedade civil apresentam um entendimento limitado acerca da relevância do lazer e do esporte. Além disso, há uma desvalorização deste setor frente a outros direitos, e principalmente a insuficiente formação dos cidadãos para participar de mecanismos participativos que pode ser observada nas falas de alguns representantes, e a insuficiente percepção de comprometimento social e luta por ganhos coletivos.

Palavras chave: Participação. Políticas públicas. Esporte e lazer.

Introdução

O modelo de gestão do desenvolvimento social, assim como o conceito de cidadania, tornou-se pauta a partir de 1980, no qual o processo de redemocratização e a participação popular na administração pública aparecem como conquistas desse período. Desse modo, alguns estudos, mesmo que em formato de relato de experiência de gestores, têm dado indícios que a gestão participativa e descentralizada são relevantes na efetivação do direito ao esporte e ao lazer.

De acordo com Tonini et al. (2009, p.4), alguns avanços podem ser observados, quando se percebe que “ambos os objetos - Lazer e Esporte - têm sido tomados com o tratamento de direitos sociais pelos chamados governos populares”¹; no entanto, não encontramos estudos que nos dessem evidências que a gestão da Secretaria de Esporte e Lazer (SEMESP) da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), esteja voltada para a acessibilidade e apropriação do esporte e do lazer como direitos sociais, mesmo sendo administrada por “governos populares” desde 2005 (VENTURIN; BORGES 2010; AREIAS; BORGES, 2011). Além disso, não conhecemos quais os traços de legitimação popular estão presentes nos documentos da Secretaria e do Conselho Municipal de Esporte.

Ampliando a discussão, entendemos que a participação cidadã é um fator importante à efetivação dos direitos, e concordamos com as abordagens de Pateman (1992) e Demo (1996) quando fazem referência ao acesso dos indivíduos ao processo decisório como possibilidade de alteração da própria atividade política.

¹ A denominação de governos populares tem sido atribuída a mandatos executivos exercidos por partidos que se denominam de esquerda, sendo que o Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu maior número de mandatos executivos no período após a promulgação da Constituição de 1988.

No entanto, Carvalho (2008) diz que a participação foi mínima no processo de construção histórica da cidadania brasileira, segundo o mesmo autor, a sociedade brasileira esteve ausente de participação nas principais decisões políticas no país, como a independência, a abolição da escravatura e a proclamação da república.

Assim, como mencionado por Farah (2000) e Paula (2005) novas formas de gestão de políticas públicas vêm se desenvolvendo no Brasil, sobretudo no que diz respeito à descentralização e a participação cidadã, mesmo que permeadas pelos conceitos de empreendedorismo e gestão inovadora. Principalmente, após a promulgação da Constituição de 1988, impulsionada pelo surgimento dos movimentos sociais, contrários ao Estado autoritário vigente, que delineou um novo olhar da sociedade civil, a qual clamava por mudanças.

Da mesma forma, a participação cidadã também se constitui pressuposto para o desenvolvimento de uma gestão democrática e para a consecução dos direitos sociais, o que vem se constituindo discurso dos governos populares. Se os estudos realizados sobre a PMV mencionados acima não mostraram evidências de acessibilidade e apropriação do esporte e do lazer como direitos sociais, também significa que não estaria havendo participação cidadã nas ações destes setores? Partindo do pressuposto apresentado de participação cidadã para a consecução dos direitos, nossa resposta é positiva.

Diante do exposto, questiona-se sobre que fatores levaram a(s) gestão (ões) da Secretaria de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Vitória no período 2005-2012, na qual a mesma foi gerida pelo Partido dos Trabalhadores, considerada como “governo popular” e esteve relacionada a uma gestão federal pelo mesmo partido, a aparentemente se distanciar dos novos modelos de gestão direcionados por perspectivas de participação cidadã.

Caminhos Metodológicos

O presente estudo tem abordagem qualitativa, realizado através da pesquisa documental e entrevista semiestruturadas. Os dados primários foram colhidos na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMESP) e no Conselho Municipal de Esporte de Vitória (COMESP), formado por representantes do poder público municipal e da sociedade civil organizada, órgãos responsáveis pela formulação e execução das políticas públicas de esportes e lazer. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os gestores (G1: gestor do 2005-2008) e (G2: gestor de 2011-2012), bem como dois representantes do conselho municipal (C1) e da sociedade civil (C2).

Foram utilizados como fonte de dados, os documentos oficiais, o Plano Estratégico de Vitória – Agenda 21 da Cidade de Vitória: um sonho em construção, a Agenda Vitória 2008/2028, bem como as atas das reuniões do COMESP, no período de 2005 até 2012, e os demais projetos e programas da SEMESP, no intuito de fecharmos o *corpus* do estudo. Foi realizado o agrupamento e categorização das unidades de respostas a partir de palavras- (BARDIN, 2009). Dessa maneira, para apreciação dos dados coletados foi realizado o recorte dos textos de acordo com os conteúdos mais significativos, em seguida confeccionado fichas catalográficas, dividida pelos anos das gestões analisadas e agrupadas de acordo com as categorias escolhidas: participação, descentralização, intersetorialidade.

Referencial Teórico

Partindo do pressuposto que a política refere-se também à “participação no

poder ou à luta para influir na distribuição do poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado”, entendemos que ela também pode significar a luta pela distribuição do poder na cidade do capital (WEBER, 1982, p. 98). Assim, Carvalho (2008), aborda que a participação política é prática da cidadania quando há uma combinação entre os princípios de liberdade, participação e de igualdade, bem como o exercício individual e coletivo dos três tipos de direitos: civis, políticos e sociais.

De acordo com Pateman (1992), ao participar de um contexto que lhe diga respeito diretamente, o homem comum pode chegar a ser mais capacitado para opinar e intervir no desempenho de seus representantes, além de ter mais chance de se educar como cidadão político.

A participação, de acordo com Cunill Grau (1991) implica na criação de novos caminhos ou novas relações entre a sociedade civil e a esfera pública, dependendo de quatro fatores: 1 – níveis de participação: âmbito político e âmbito da gestão pública; 2 – caráter da intervenção dos cidadãos nas atividades e/ou órgãos públicos – consultiva e/ou assessora, resolutive e fiscalizadora e a participação na execução; 3 – caráter dos sujeitos sociais intervenientes – indireto e direto; 4 – origem do impulso a participação – implicação cidadã e ação cidadã.

Entende-se nesse sentido que a participação pode ser efetiva partir de mecanismos e instrumentos de gerencia que sejam coletivos, como o planejamento participativo. Segundo Demo (1996) são três os componentes básicos do planejamento participativo. 1 – formação de consciência crítica e autocrítica da comunidade, pela qual se elabora o conhecimento adequando dos problemas que afetam o grupo. A comunidade formula, com seu saber e em consórcio com o saber técnico, um posicionamento crítico diante da realidade; 2 – identificação e priorização dos problemas, formulando estratégias concretas de seu enfrentamento e encontrando caminhos alternativos e propostas de negociação; 3 – a organização do grupo como estratégia para os dois passos anteriores.

Em se tratando do esporte e lazer, contemplados na Constituição de 1988, e a partir da abertura de um regime político anterior, o conceito de cidadania torna-se pauta nesse campo, o processo de democratização e a participação popular na administração pública aparecem como conquistas desse período. Assim, alguns estudos, no Brasil, têm demonstrado que a participação cidadã, a intersetorialidade e a utilização do orçamento participativo são muito relevantes para garantir a efetivação do direito ao esporte e ao lazer.

Resultados e Discussões

É possível verificar nos planos analisados que existem mecanismos para a participação da cidadã no setor de esporte e lazer, mas estes não são efetivos na prática. E apesar dos planos estratégicos elaborados para cidade serem construídos em uma perspectiva de participação, no setor de esporte e lazer, o cenário foi diferente, tendo sua visão mais restrita ao esporte de rendimento.

Podemos observar a questão da participação a partir da fala do G2, que expõe:

[...] nós temos uma participação pequena do Conselho municipal de esporte. Eu ainda não consegui entender porque tem tão pouca participação. Talvez, porque quando você envolve sociedade civil de uma forma mais individual, as pessoas têm outros compromissos. Elas trabalham, tem essa dificuldade de disponibilizar o tempo pra dedicar a essas questões. Mas, as entidades da sociedade civil responsáveis em organizar todo o segmento esportivo, são as federações [...] Isso nós

temos uma participação maravilhosa. E eu vou falar que não conseguiria potencializar a secretaria se não fosse com a participação deles (G2).

A partir desta fala podemos apontar outra questão importante que Dagnino (2004) tem chamado de reposicionamento da sociedade civil, alertando para o papel distorcido das ONGs e do Terceiro Setor na relação com o Estado. A questão da representatividade assume diferentes facetas e é entendida de diferentes formas pelos setores da sociedade civil.

No caso das ONGs, por exemplo, essa representatividade parece se deslocar para o tipo de competência que possuem: o Estado as vê como interlocutores representativos na medida em que detém um conhecimento específico que provém do seu vínculo com determinados setores sociais e os diversos movimentos. Desse modo, as ONGs passam a representar a sociedade civil alerta Dagnino (2004).

É importante também chamar a atenção para o fato de que o Estado acaba por deixar sob tutela dessas instituições, as funções que seriam de sua competência. Ou seja, o que frequentemente se vê é o forte apelo das organizações, entidades e federações esportivas em busca de atender seus objetivos em busca de recursos públicos, afastando ainda mais os cidadãos do acesso e democratização das práticas culturais de lazer e esporte.

A respeito sobre a participação da sociedade civil e cidadãos no esporte e lazer, o G2 afirma

A maioria das abordagens, da sociedade civil no intuito de querer participar [...] tem um interesse político. Isso é um desafio, porque isso desconstrói uma filosofia de trabalho igualitário. Então assim, muitas vezes isso atrapalha. Agora, depende da forma que você lhe dá com essa questão, vou dar um exemplo claro. Nós construímos o Tancredão, aquele equipamento tem sido de tão importância, de tão importância, que hoje eu tenho um grupo de aposentados que se colocaram a disposição para ser voluntários. Então ali eu identifiquei pessoas que estão com intuito reais de construir essa política. Tanto é que no dia 15 agora, a gente tem uma reunião com pais pra formar um comitê lá. Comitê de pais e amigos do Tancredão. Pra trabalhar a questão de depredação, ta entendendo. Têm um feedback [...] (G2)

Vitória é muito vigiada, existe um canal de acesso ao cidadão muito forte. O “SIC” (Sistema de Informação ao Cidadão), o 156², nos temos a presença muito forte do ministério público, dos órgãos de fiscalização, tribunais de contas. Existe uma necessidade real de tudo ser muito transparente. Porque, agora nós estamos trabalhando, temos um sistema automatizado aqui, chamado geo-esportes. Nós estamos criando nossa central de cadastro de reservas. Então nós temos as informações nas escolinhas de esportes, geo-referenciadas hoje no mapa, quantas vagas ofertadas e tal. E esse acesso à escolinha de esporte, a gente está fazendo o cadastro de reserva, pra que isso seja transparente (G2).

² O Sistema Fala Vitória 156 é um canal de comunicação que coloca o cidadão em contato direto com a Prefeitura de Vitória. São gratuitas as ligações feitas a partir de telefone fixo ou público de Vitória. O acesso dos cidadãos às informações públicas é um direito constitucional regulamentado pela Lei Federal 12.527/2011. Em Vitória, o assunto é regulamentado pela Lei Municipal 8.286/2012.

Diante destas falas outro tema merece destaque, a educação popular que é essencial para a aquisição e principalmente na luta pelos direitos. Ao dialogar com Marshall (1967), Carvalho (2008) salienta que no Brasil, houve uma inversão na aquisição dos direitos, primeiro se deu os direitos sociais, depois os direitos civis e políticos, tornando o tema da cidadania carente de discussões e efetivação na prática. De acordo com estes autores, a ausência de uma população educada é um obstáculo para a participação política.

Corroborando com estes estudos e com a realidade de Vitória destacam-se os estudos de Bonalume (2008 e 2009) e de Rocha et al (2007), sendo que este último investigou a relação entre gestão pública e participação popular em cinco municípios do Estado da Bahia. Os autores constataram a indisponibilidade de diálogo permanente dos gestores com as comunidades, afirmando que as ações municipais estão desarticuladas da realidade concreta. O processo de participação da comunidade local na elaboração e implementação das políticas é difuso e pontual. Isto remete a uma compreensão de que a participação da população se dá eventualmente, quando chamada pelo Poder Público para tratar de questões de interesses específicos e imediatos.

Neste contexto, a visão dos gestores e conselheiros foi importante para entendermos as facilidades e dificuldades para o desenvolvimento do planejamento dos setores de esporte e lazer em Vitória. O C1 destacou que “teve período que não ocorreu planejamento, tivemos dificuldade. E em algum momento da gestão o secretário não convocava planejamento. Fazia as coisas sem essa discussão planejada, sem uma discussão mais coletiva”.

O G1 salienta a questão burocrática administrativa nas licitações para o desenvolvimento de projetos, e como ponto positivo a importância da realização de programas para todas as faixas etárias e os diversos grupos da comunidade.

Na visão do G2³ as principais dificuldades estavam relacionadas aos profissionais da SEMESP. O gestor afirma:

[...] tive uma facilidade enorme quando eu cheguei aqui porque eu tenho bons profissionais da área de educação física. Eu não tenho dificuldade nenhuma em ter um bom projeto aqui [...] Agora, minha maior dificuldade é que só tinha aqui profissionais com esse perfil, então todo o trâmite processual era prejudicado. Tanto é que quando eu cheguei aqui eu tinha 932 processos não cadastrados no sistema de contratos e convênios, prestações de contas na área. Então [...] eu trouxe pra cá um advogado, um contador e outro advogado (G2).

No entanto, quando perguntado sobre a qualificação o G1 aborda que

[...] a Secretaria de Esporte, ela não tem como objetivo principal fazer esse tipo de trabalho, porque, pessoas fora da prefeitura, o grupo da prefeitura existe a Secretaria de Administração, quando faz o aperfeiçoamento dos funcionários, existe o setor da prefeitura, que trabalha com qualificação, não é Secretaria de Esporte [...] (G1).

Já o G2 salienta que houve programas para a qualificação do quadro de funcionários, o que nos leva a pensar que o campo de atuação e a qualidade das políticas públicas em termos de eficiência, eficácia e efetividade foram aprimorados na gestão de 2009-2012.

Podemos ressaltar como ponto positivo uma estratégia adotada pela atual

³ Gestor Atual da SEMESP.

secretaria que foi a formatação do Conselho Gestor. O Conselho Gestor se reúne uma vez por semana com todos os coordenadores, assessores técnicos e profissionais da SEMESP para discutir as prioridades e os desafios da gestão, o que aparenta ser um momento de avaliar as políticas públicas para o setor. Assim, o G2 ressalta que:

[...] a questão de desafios aqui, era o volume excessivo de atividades. Então, eu restringi bastante para conseguir fazer bem feito. É, até porque o reflexo dessa falta de organização de planejamento, eu senti na pele[...] Eu cheguei aqui tinham 930 processos não cadastrados, tinham 75 prestações de contas não analisadas [...] Então a gente deu uma dinâmica nessa questão e, finalizando assim. Esse comitê gestor, que é aonde a gente define a ordem de prioridade das coisas, então isso é mais prioritário do que isso, vamos tocar dessa forma? Temos perna pra tocar? Temos. Então, no comitê de gestor que é uma oportunidade que a gente tem que é pra... Aqui sim, reúne toda a coordenação, a assessoria técnica, que todo mundo trabalha.

Assim, ao observamos os estudos de Demo (2006) que tratam do planejamento participativo, identificamos que a formação da consciência crítica e autocrítica da comunidade não se dá de forma plena, até mesmo porque não é a comunidade que formula um posicionamento crítico diante da realidade do esporte e lazer na cidade. No entanto, não podemos deixar de mencionar que há a identificação e priorização de problemas, bem como formulação de estratégias de seu enfrentamento. Porém, estas estratégias ainda ocorrem um tanto desconexas da comunidade, como no caso do Conselho Gestor da SEMESP.

Da mesma forma, ao pautarmos as análises nos estudos de Cunill Grau (1991) percebemos que as ações partem da gestão pública, e o caráter de intervenção dos cidadãos nas atividades é mais consultiva e ocorre de forma indireta. Salientamos que no contexto brasileiro em geral, a participação cidadã em processos de organização social, com força política para disputar, junto ao governo, espaços para tomar decisões nas intervenções prioritárias da área social, é relativamente recente o que pode explicar o caso da SEMESP.

Considerações Finais

Diante dos apontamentos evidenciados no presente texto, percebemos que o debate em torno das inovações nas políticas públicas longe de ser um assunto conclusivo em si, retrata uma dimensão da sociedade brasileira de ascensão da democracia que durante um longo período histórico, desde a colonização até a época do regime militar passou por um processo de limitação de acesso nas decisões políticas do país. Além disso, ressalta-se que apesar da cidade avançar em termos de espaços democráticos, como exemplo a forte atuação do conselho popular de Vitória e o próprio orçamento participativo, no setor de esporte e lazer, a realidade é diferente.

Acreditamos que esta mudança de perspectiva, parte do entendimento limitado de alguns gestores, e da própria comunidade sobre a importância do lazer e do esporte evidenciados na falta de quorum nas reuniões do conselho, a desvalorização do esporte e lazer frente a outros direitos, a insuficiente formação dos cidadãos para participar de conselhos que pode ser observada nas falas de alguns representantes, a insuficiente percepção de comprometimento social e luta por ganhos coletivos e o descompromisso com a gestão das políticas públicas do esporte e lazer de maneira geral.

No entanto, é possível afirmar também que o setor de esporte e lazer têm

avançado na cidade de Vitória no intuito de promover acesso destas práticas aos cidadãos, haja vista a diversidade de equipamentos, projetos e programações voltadas para a comunidade capixaba de todas as faixas etárias.

Referências

- AMARAL, S. C. F. **Políticas públicas de lazer e participação cidadã**: entendendo o caso de Porto Alegre. Tese (Doutorado) – Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- TONINI, G. T.; BORGES, C. N. F.; AREIAS, K. T. V. **O esporte de alto rendimento na cidade de Vitória**: um olhar sobre as políticas públicas do setor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2009, Salvador. Formação em Educação Física & Ciências do Esporte: políticas e cotidiano. Anais..., 2009.
- VENTURIM, L. F.; BORGES, C. N. F. **A Intersetorialidade no Programa Esporte e Lazer da Cidade**: O Caso da Prefeitura de Vitória. Anais do XI Seminário “O Lazer em Debate”. Natal/RN: CEFT/RN, 2010.
- AREIAS, K. T. V.; BORGES, C. N. F. As Políticas Públicas de Lazer na Mediação entre Estado e Sociedade: Possibilidades e Limitações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas - São Paulo: Autores Associados, 2011.
- BONALUME, C. R. **Esportee Lazer na Intersetorialidade das Políticas Públicas**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2009, Salvador. Formação em Educação Física & Ciências do Esporte: políticas e cotidiano. Anais... Salvador: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2009.
- CUNILL GRAU, N. Participación ciudadana. Dilemas y perspectivas para la democratización de los Estados Latinoamericanos. **Caracas: Revista Del Clad**, 1991.
- DAGNINO, E. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. **Caracas: FACES**, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.
- DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. **Política Social, educação e cidadania**. 2. ed. Debates Sociais. Rio de Janeiro: CBCISS, n°65/66, ano XLI, 2006.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FARAH, M. F. S.; Parcerias, Novos Arranjos Institucionais e Políticas Públicas Locais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, Vol. 18, 2000.
- PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro. Zahar, 1967.

**POLITICA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVEM E SEUS IMPACTOS –
UMA ANÁLISE DOS EGRESSOS DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO
ARCO DE ESPORTE E LAZER EM RECIFE**

José Nildo Alves Caú

RESUMO

Este estudo é o resultado da dissertação de mestrado, na qual objetivou-se analisar os impactos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) no processo formativo da qualificação no arco de esporte e lazer, em Recife. A metodologia caracterizou-se por ser de natureza qualitativa e optamos pelas técnicas de grupo focal, entrevista reflexiva e aplicação de questionários, objetivando adentrar-se nas percepções que os gestores, qualificadores e os jovens egressos tinham do processo formativo. Definiu-se como campo de estudo o Arco de Esporte e Lazer, no bairro do Ibura - Recife. Concluiu-se que o Projovem pouco contribuiu para alterar o processo de degradação das relações sociais vivenciadas pelos jovens, quando relacionados à re-inserção, à escolarização, à qualificação profissional e às relações de sociabilidade. Identificou-se que a maioria dos jovens egressos seguiu uma travessia de escolarização “precarizada” em trilhas de aceleração. Identificou-se que há, no âmbito do Arco de Esporte e Lazer, contribuições no sentido de fortalecer vínculos afetivos e relacionais entre jovens egressos.

Palavras-chave: Projovem; Educação; Juventude, esporte e lazer

I - Política Nacional de Juventude – problematizando Projovem – Recife através do Arco de esporte e lazer

O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens no processo de inclusão dos jovens egressos da qualificação do arco de esporte e lazer em Recife. Definimos a formação inicial em esporte e lazer, como espaço de abstração das nossas questões investigativas e que dá sentido ao nosso trabalho. A escolha do arco ocupacional foi orientada em função do acúmulo que a experiência proporcionou para o setor de esporte e lazer na cidade do Recife, através do Programa Círculos Populares de esporte e lazer,¹ possibilitado assim, pela condição latente do desenvolvimento de ações esportivas e culturais. Tendo como objetivo Oferecer aos jovens entre 18 e 24 anos uma formação complementar à certificação do ensino fundamental, capaz de possibilitar uma atuação inicial no âmbito profissional do esporte e lazer e Garantir um conhecimento empírico de várias possibilidades de trabalho e desenvolvimento do esporte e lazer no âmbito público e privado; Para tanto, o processo pedagógico foi fundamentado através da proposta do Programa Círculos Populares de esporte e lazer, fomentando a qualificação em recreador, agente comunitário de esporte e lazer, monitor de esporte e animador de eventos.

A realidade da implantação do Projovem em Recife instigou o nosso interesse

O Programa estruturador da Política Municipal de Esporte e Lazer com objetivo de implementar, nas comunidades de baixa renda da cidade, círculos de convivência social de Lazer, Esporte e Juventude, que possibilitem o desenvolvimento sistemático de aprendizagens significativas relacionadas ao campo da Cultura Corporal e Esportiva, tendo em vista a educação no e para o exercício do tempo livre. (GEGM, 2005-2008).

em buscar compreensão de elementos que indicassem os impactos de mudança efetiva, na vida dos jovens egressos do projeto Piloto, do Ibura, uma vez que a proposta educativa se propõe a contribuir na direção de modificar o processo de desumanização que envolveu os/as jovens como foco de atenção do programa. Nesse sentido, o nosso estudo foi significativo na medida em que o Projovem enquanto Política emergencial foi implantada como experiência piloto em Recife, em junho de 2005.

Definimos como problemática: **quais os impactos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) no processo de inclusão social dos jovens egressos do Arco da qualificação profissional de esporte e lazer em Recife?** E debruçado na questão norteadora, definimos enquanto objetivos específicos analisar como as diretrizes e os objetivos do Programa se materializa no processo de implantação do Projovem e do arco de esporte e lazer em Recife; Apreender como os qualificadores e gestores avaliam a contribuição das ações da qualificação profissional do arco de esporte e lazer para o fortalecimento da cidadania dos jovens egressos e Identificar como os jovens egressos do Projovem avaliam as contribuições das relações vivenciadas no arco de esporte e lazer para o processo de inclusão social e do fortalecimento do exercício da cidadania.

Optamos como campo de estudo, o bairro do Ibura, que apresentava o oitavo pior índice de desenvolvimento humano municipal (IDH – M) e um dos maiores índices de homicídios de jovens do Recife (SDS/PE, 2003), indicadores esses, que influenciaram na Implantação do Projovem em Recife, uma das capitais metropolitanas com maiores índices de violência e com altas taxas de vulnerabilidade social.

Esse trabalho investigativo caracterizou-se por ser de natureza qualitativa, onde utilizamos a entrevista reflexiva, a aplicação de questionários e a técnica de grupo focal, com objetivo de levantarmos os dados. Essa opção da utilização do grupo focal como técnica de coleta de dados deu-se pelo fato dessa estratégia favorecer uma maior interação entre os sujeitos. Utilizamos à modalidade dos grupos focais vivenciais de interação face a face, neste caso, o nível de análise é intergrupual, centrada no entendimento específico da linguagem do grupo, nas suas formas de comunicação, preferências compartilhadas e no impacto de estratégias, programas, propaganda e produtos nas pessoas (GONDIM, 2002) e (GATTI, 2005)

Para isso foram constituídos grupos focais: 03 (três) com os jovens egressos do projeto piloto Ibura e um (01) dos qualificadores do arco ocupacional de esporte e lazer, onde realizamos (02) sessões de uma hora e meia. Aplicaram-se 21 (vinte e um) questionários com todos os jovens egressos e utilizamos a estratégia da entrevista reflexiva com (09) gestores para levantar os dados com os membros do comitê gestor.

Para análise do conjunto de dados dos grupos focais, das entrevistas e dos questionários, tomamos como referência a técnica de Análise de Conteúdo, a qual, segundo Bardin (1979).

A caracterização do Projovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação comunitária) constitui um dos eixos estruturadores da Política Nacional de Juventude, implementado na gestão do governo Lula, ano de 2005, voltado especificamente para os segmentos juvenis mais vulneráveis e menos contemplado por políticas públicas vigentes: jovens de 18 a 24 anos que não estão matriculados nas escolas e não têm vínculo formais de trabalho. O Programa, ao mesmo tempo, apresenta um caráter emergencial atendendo um segmento que tem a necessidade de chegar ainda jovem ao Ensino Médio – e um caráter experimental, no curso de formação – ao buscar em seu currículo a integração da formação geral, da qualificação profissional e do engajamento cívico.

A implantação do Programa foi subsidiada por um diagnóstico de um conjunto

de ministérios, secretarias e órgãos do governo que tinham ações dirigidas para a juventude. Com isso, formou-se um grupo de pesquisadores, consultores e gestores, com objetivo de sistematizar um documento com um diagnóstico mais amplo das demandas das juventudes brasileiras. Incorporou-se também, os resultados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) na produção de indicadores econômicos, que, agregados aos dados das consultas realizadas pelo Instituto da Cidadania “Projeto Juventude” e pela UNESCO, consolidaram o diagnóstico referência para formulação do marco legal da criação da Política Nacional de Juventude.

Não casualmente o resultado da pesquisa apontou que os jovens de 15 a 24 anos, cerca de 20% da população nacional, ou seja, de uma população jovem de 34 milhões de brasileiros em sua diversidade, expressam o reflexo da condição juvenil contemporânea, nas suas diferenças e desigualdades sociais. Ainda de acordo com os dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o Brasil tem 14 milhões de jovens com renda familiar abaixo de meio-salário mínimo, o que significa 30% da população entre 15 a 29 anos. A análise tomou como base os dados da PNAD 2007, realizada pelo IBGE. Segundo estudo recente, o Brasil conta hoje com 50,2 milhões de jovens, o que representa 26,4% da população. Em 2050, segundo estimativa do IPEA (2007), os jovens serão apenas 19% da população.

Considerados os aspectos levantados e diante de uma política educacional centrada na integração (PROJOVEM), tendo como foco a juventude brasileira em condição de vulnerabilidade social, nossa preocupação com este estudo foi desvelar quais as mudanças efetivas ocorridas na vida dos jovens egressos do Projovem Recife.

Nesse contexto, Oliveira (2003 apud FRIGOTTO, 2007, p. 4) afirma que a classe burguesa brasileira impediu que déssemos o salto para além da “revolução fordista” e a década de 1990 inviabilizou a possibilidade de dar o salto para a “revolução digital molecular”. Por outro lado, a década de 1990 caracterizou-se pela efetivação da política instrumental neoliberal, ampliando a expansão e a oferta da educação básica, mas distante de garantir uma educação de qualidade efetiva que estivesse a serviço da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a escola de educação básica pública assumiu, de forma degradada e preconceituosa, a inserção das camadas populares que até então estavam excluídas da educação escolarizada, consolidando uma desigualdade de oferta para os diferentes grupos sociais.

Uma questão chave refere-se em explicitar as características do momento atual, para Tonet (2005) vivemos uma crise estrutural e não crise conjuntural. Parece claro, quando se consideram as coisas do ponto de vista da autoconstrução do homem, que esta forma de sociabilidade atingiu um momento tal que já não pode abrir perspectivas para que a humanidade alcance a um patamar superior de realização. Esse cenário aponta que há degradação cada vez mais intensa da vida humana sendo isso um fato tão evidente que não necessita de maiores confirmações. É importante acentuar que não se trata só, nem principalmente, de uma crise de valores. É, antes de qualquer coisa, uma crise da produção material, que resulta no conflito de todos os aspectos da sociedade (TONET, 2005).

Frente a essa realidade, o nosso estudo avaliou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, que tem por finalidade proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre elevação de escolaridade, visando à conclusão do Ensino fundamental; a qualificação com certificação de formação inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Nesse sentido é interessante notarmos que a vivência da juventude nas camadas menos favorecidas é dura e difícil: esses jovens enfrentam constantes desafios no cotidiano de sua vivência enquanto condição juvenil

contemporânea. Nesse sentido buscamos a seguir levantar questões que sinalizam para a condição da juventude atual.

II - Juventude e condição juvenil contemporânea – Desvelando as dimensões da Exclusão e Inclusão

Procuramos discutir e analisar a condição juvenil contemporânea, como um processo de transição para o mundo adulto, expondo nesse contexto os novos arranjos da atual crise estrutural que submete a maioria dos jovens, assim como, procurando situar o nosso objeto de estudo através da problematização do par dialético inclusão e exclusão nos discursos das políticas públicas de juventude no Brasil. As questões abordadas de um contexto contemporâneo da tematização de juventude, tomando como ponto de partida os achados e descobertas das crescentes análises e pesquisas e expõem as diferentes trajetórias das condições juvenis no Brasil.

Acreditamos em sintonia com Abramovay e Esteves (2007), que realidade atual, colocar os jovens no foco do conhecimento científico é essencial para que se possa apostar em uma sociedade mais justa no acesso ao bem-estar e à participação cidadã, por meio de maior igualdade de oportunidades. Nesse sentido, entendemos que promover esse debate possibilitará construir trajetórias que desvendem os níveis de inclusão social dos jovens e as suas práticas de integração nas redes de promoção social (educação, trabalho, cultura, esporte, lazer e qualificação no processo socialização da juventude).

Tomamos inicialmente a idéia de “condição juvenil”, buscando na essência do significado da palavra no Latim, “*conditio*” que se refere à maneira de ser, à situação de alguém perante a vida, perante a sociedade. Mas, também, se refere às circunstâncias necessárias para que se verifique essa maneira ou tal situação. Para tanto, existe uma dupla perspectiva, que remete ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico – geracional, bem como, à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes relacionados às diferenças sociais².

Segundo Dayrell (2007), a condição juvenil no Brasil vem sendo constituída dentro de um contexto de profundas transformações sócio-culturais. Desse modo, o seu tratamento deve, obrigatoriamente, considerar as determinações materiais, históricas e políticas a toda e qualquer população social³. Para Abramo (2005) as diferenças entre condição e situações juvenis da noção moderna de juventude sinalizam na direção de permanecer, mas as questões colocadas agora são outras. Se há tempos atrás começavam seus textos a respeito do tema de juventude citando Bourdieu, alertando para o fato de que “juventude” podia esconder uma situação de classe, hoje o alerta inicial é o de que precisamos falar de *Juventudes, no plural, e não, no singular*, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição.

Problematizando as situações de exclusão social aliada às condições de vulnerabilidade social dos jovens brasileiros e relação com os processos formativos tem sido alvo freqüente de debates entre pesquisadores, gestores, políticos e outros intelectuais, sobretudo em virtude do discurso da pobreza e da miséria, emprego e desemprego e a precariedades dos espaços de socialização. O conceito de exclusão foi incorporado ao contexto da Educação com a incorporação de novos discursos como: a exclusão *da* escola e exclusão *na* escola para identificarmos o fenômeno do não-acesso,

² Ver estudos de Abramo (2005) que tematiza essa questão da condição juvenil.

³ Essa visão é reforçada por Minayo et al (1999), em estudo no qual se analisam os resultados de uma pesquisa realizada com jovens do Rio de Janeiro.

evasão, reprovação e da repetência (das camadas populares), apresentado através das análises de Freitas (2002) como “internalização da exclusão”.

Destacamos um dos limites da categoria exclusão, a começar pela definição léxica da palavra, Exclusão como: ato pelo qual alguém é privado ou excluído de determinadas funções -, em que na sua composição está o prefixo *ex* (fora), que separa, corta, inviabiliza a relação. Quer dizer, o sentido, a imagem e a realidade dos excluídos mostram contingentes humanos colocados do lado de fora de uma sociedade cujos mecanismos de impermeabilização de suas fronteiras não permitem o retorno ou a possibilidade de estabelecer relações com os que estão dentro, *os incluídos*, estes aterrorizados diante da ameaça constante de serem os próximos a ficarem do lado de fora (RIBEIRO, 1999).

A discussão acerca de políticas públicas de juventude vem ganhando visibilidade em diferentes setores de nossa sociedade. Vem definindo através de diferentes enfoques a política pública, nome mais utilizado na América Latina, representa aquilo que o governo opta por fazer ou não fazer, frente à situação; a política pública é a forma de concretizar a ação do Estado, significando, portanto, um investimento de recursos do mesmo. Dessa forma, para que exista uma Política Pública é necessário que uma determinada situação requeira uma solução por meio dos instrumentos de ação política, ou seja, da ação⁴. Esse cenário das políticas públicas de juventude no Brasil, tem sido destacado nos estudos de Sposito (2007), Abramo (1997, 2005), Abad (2003) e Castro e Abramovay (2004), tem desvelado uma série de determinantes políticos presentes nas concepções que orientam as políticas públicas de juventude⁵. A seguir iremos emergir na interação dos sujeitos deste estudo.

III – Projovem – dialogando com os diferentes sujeitos

Identificamos na fala do/a gestores (as) que sinaliza para a construção de uma proposta, com um enfoque de política pública comprometida com autoconstrução dos jovens, como elemento de mudança, de forma a vir a garantir uma condição juvenil gozando dos seus direitos. A fala acima remete à compreensão da política pública como uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva.

Identificamos nas narrativas analisadas que o caráter da proposta de formação dos educandos, quando explicitada como “dinâmica”, vem destacar que pode ser um dos indicadores que tenha contribuído para o fortalecimento de novas relações sociais, que possibilitaram aos jovens a experimentar e desenvolver suas potencialidades no sentido do exercício da cidadania.

Identificamos aspectos relacionados à metodologia do arco de esporte e lazer que foram apontadas como sendo uma das estratégias que contribuiu para o estímulo à autoconstrução dos jovens. Como o caráter pedagógico das rodas de diálogos, enquanto uma estratégia metodológica que fomentava a reflexão política dos

⁴ Sendo a política educacional parte da totalidade maior, deve-se pensá-la sempre em sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que se realiza por meio da ação do Estado. São, pois, as políticas públicas que dão visibilidade e materialidade ao Estado e, por isso, são definidas como sendo "o Estado em ação" (AZEVEDO, J. 1997, p. 60).

⁵ Política Publica de Juventude é o conjunto de princípios, estratégias e ações que contempla as distintas realidades dos/das jovens, estabelece seus direitos e responsabilidades e afirma suas identidades e potencialidades. A política é pública quando pertence a todos/as e é construída por toda sociedade. Assim, as políticas devem criar condições para que os/as jovens participem da vida social, econômica, cultural e democrática do país (IBASE; POLIS, 2005, p. 8).

jovens, bem como, tendo propiciado um espaço de vivência lúdica da cultura juvenil dos educandos. Garantindo assim, um momento onde jovens se expressavam através de diferentes linguagens esportivas e culturais. Contemplando num só lugar, a reflexão política e um momento lúdico, onde os jovens utilizavam para se expressarem e discutirem sobre diferentes questões de seus interesses.

Considerações finais

As nossas análises do processo de inclusão dos jovens egressos do arco de esporte e lazer, possibilitou chegar à conclusão que houve um avanço nas políticas públicas de juventude no Brasil. O avanço esse, no governo Lula é ter concebido “os jovens enquanto sujeitos de direitos”. No entanto, pudemos perceber que esses esforços demandam mudanças significativas e ainda será necessária a superação de questões estruturais que afetam a maioria dos jovens brasileiros, de forma a garantir as condições efetivas do exercício pleno da cidadania.

Constatamos que os jovens entendem o processo formativo do arco de esporte e lazer como um espaço que possibilitava apreensão de novos conteúdos culturais, os quais têm sentido à medida que se relacionam com as experiências de vida dos jovens. Ressalta – se o estímulo a reflexão política nos jovens através dos espaços formativos do arco contribuindo assim, para o fortalecimento do exercício da cidadania. **Há uma forte Identificação e interesses pelos conteúdos culturais** foram um dos indicadores que contribuiu para potencializar o investimento dos jovens no processo formativo do arco de esporte e lazer. Identificação deles com a cultura juvenil: linguagens culturais e esportivas que têm relação com movimentos de resistência (hip hop, skate, grupos culturais e bandas de grupos de jovens) (DAYRELL, 2007);

O processo formativo estimulou o espírito criativo nos jovens, pois muitos não acreditavam que tinham capacidade para resolver as situações problemas em que eram colocados. Podemos apontar que o estímulo ao exercício criativo mexeu com auto-estima de muitos jovens contribuindo assim, para o fortalecimento do exercício de construção da autonomia e aflorar o sentimento de pertencimento “aos outros” dos amigos, família, grupos e do seu bairro e cidade.

A contribuição em forjar nos jovens **um espírito de solidariedade no sentido de engajamento comunitário** para as lutas que envolvem as questões da sua comunidade e de sua cidade. O arco pôde contribuir para aquisições de novos conhecimentos que se articula a questões que estão relacionados à construção da autonomia, à participação e à liberdade, que dizem respeito para os jovens como fortalecimento dos direitos sociais.

A pesquisa nos aponta **a importância dada aos espaços de socialização juvenil do arco de esporte e lazer** que proporcionou aos jovens egressos a possibilidade de experimentar e potencializar da condição de fruidores do lazer a produtores, atribuindo assim, um valor de uso e ampliando o seu domínio de território através das novas relações estabelecidas em outros bairros.

Referências

- ABAD, M. **Possibilidade juvenil para o impacto da agenda pública**. Redes de Juventude - Recife, 2003.
- ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista brasileira de Educação**. São Paulo: Maio/Jun/Jul/Ago, nº 5, 1997, nº6.
- _____. Crítica Política de juventude In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. **Políticas Públicas Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, 2005.

- ABRAMOVAY, M; ESTEVES, L. C. G. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas: In: ABRAMOVAY, M; ANDRADE, E. R; ESTEVES, L. Carlos G. (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luiz A. Reto e A. Pinheiro. Lisboa: Ed. 70, 1979.
- BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República. **Projeto: Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação comunitária – Projovem**, Brasília, 2005.
- DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, volume 28, n. 100 – Especial, p.1105-1128, Out, 2007.
- FRIGOTTO, G. **A contradição aparente entre a falta e a sobra de jovens trabalhadores qualificados no Brasil**. São Paulo, Mimeo (Projeto Educação Tecnológicas e o Ensino médio: Ensino médio: concepções, Sujeitos e a relação Quantidade/Qualidade) CNPQ/FAPERJ, 2007.
- GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.
- GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**. Ribeirão Preto. 2002, v.12, n.24,p.149-161.
- IBASE E POLIS. **Diálogo Nacional para uma Política de Juventude**. Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo, SP: Polis 2006.
- RIBEIRO, M, Exclusão: problematização do conceito. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v.25, n.1. p. 35-50, jan/jun. 1999.
- SPOSITO, M. P. **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões Metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.
- TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E OS LEGADOS DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014: VISÃO DE CIDADÃOS DE NATAL/RN

Cheng Hsin Nery Chao
Giselle Helena Tavares
Marcelo Fadori Soares Palhares
Ivana de Campos Ribeiro
Gisele Maria Schwartz

RESUMO

Este estudo, de natureza qualitativa, teve por objetivo investigar as possíveis modificações e adequações adotadas em relação às Políticas Públicas de Lazer em Natal/RN, tendo em vista a realização da Copa do Mundo Futebol, em 2014. A pesquisa exploratória do tipo *survey* foi desenvolvida utilizando-se uma enquete *online*, realizada em *blog* montado por alunos da disciplina Lazer, Animação e Desenvolvimento Humano, do Departamento de Educação Física da UFRN, específico para a pergunta: A Copa da FIFA 2014 trará benefícios às Políticas Públicas de Lazer em Natal? A amostra intencional foi composta por 200 cidadãos de Natal/RN, participantes adultos, de ambos os sexos, perfil socioeconômico variado. Os dados provenientes da aplicação do instrumento foram analisados descritivamente e os resultados indicam a presença de impactos positivos e negativos como legados deste evento. Como impactos negativos foram citados: despejo dos residentes de locais onde serão construídos os novos espaços envolvendo rodovias e arenas esportivas e como positivos: melhoria na infraestrutura, gestão de resíduos e saneamento, incentivo à cultura, novas vagas de emprego para a construção civil e ampliação de arenas culturais e aeroportos, o que promoveria melhoria na oferta de opções no lazer na cidade. Sugerem-se novos estudos ampliando as análises sobre legados esportivos relacionados às Políticas Públicas de Lazer.

Palavras-Chave: Políticas de Lazer, Legados de Mega Eventos, Copa 2014

Introdução

Desde outubro de 2007, quando a FIFA escolheu o Brasil como país sede da Copa do Mundo de 2014, a imprensa divulga sobre o desenvolvimento na infraestrutura do país para atender a esta demanda, passando por construções novas e reformas nos estádios, melhorias nos meios de transportes, mobilidade, saúde, segurança etc. As bancadas políticas, frequentemente na mídia apresentam o discurso de que a implementação destas ações nas cidades-sede vão deixar o país pronto para sediar qualquer evento esportivo do mundo, melhorando bastante a vida das comunidades locais.

Estas ações anteriormente elencadas são tidas como legados positivos. Quando se focaliza a questão de legados relacionados a megaeventos esportivos, estão implícitos determinantes que vão muito além de infraestrutura adequada para a prática esportiva. Os indicadores relacionados com legados ou as ressonâncias sociais advindas dos eventos perpassam, inclusive, os âmbitos socioculturais, a mobilidade urbana, a acessibilidade, o envolvimento de toda a cadeia produtiva no município e a melhoria do bem-estar dos cidadãos (PREUSS, 2007).

Para tanto, é preciso ter consciência de que os legados não ocorrem sem prévio e eficiente planejamento, para que sejam levados em consideração como elementos positivos em determinada sociedade. Contudo, ao se focalizar especificamente os

preparativos para a Copa do Mundo de 2014, pode-se perceber que nem tudo é tão positivo como divulgam na mídia os representantes governamentais. São altíssimos os valores financiados pelo Governo Federal e com incentivos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para as arenas de futebol nas cidades-sede e, nem sempre, se transformam em legados para o futebol regional. Exemplo disso são diversos estádios construídos na última Copa na África do Sul, sendo conhecidos popularmente hoje como “elefantes brancos”, alguns, inclusive, estando em vias de ser demolidos, uma vez que isto representaria menos custo do que se proceder à sua manutenção (BOETTCHER, 2012).

Os problemas sociais fazem parte do cotidiano de qualquer cidadão em todo Brasil. A saúde pública permanece um caos, os transportes públicos, os aeroportos são pontos críticos, a segurança pública talvez seja um dos maiores problemas. Achar que um evento como a Copa vai resolver todos esses problemas é, de certa forma, adotar uma visão inocente, sobretudo em uma cidade como Natal no Rio Grande do Norte, onde diversas obras de infraestrutura nem começaram, faltando menos de um ano para a realização do evento, o que elevam os rumores e escândalos envolvendo atores sociais da Copa e do governo.

Em todo um emaranhado de situações complexas acerca da Copa, uma em especial é preocupante: haverá legados em termos de Políticas Públicas de Lazer para a cidade? Esta inquietação foi a geradora deste estudo.

Objetivo

O objetivo do estudo foi investigar as possíveis modificações e adequações adotadas em relação às Políticas Públicas de Lazer em Natal/RN, tendo em vista a realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014.

Fundamentação Teórica

O Rio Grande do Norte vem se preparando para ser uma das sedes da Copa de 2014. Atualmente, a região metropolitana de Natal possui uma rede hoteleira internacional, que conta com 30 mil leitos, fato que deixa a região numa situação confortável, já que a exigência da Fifa é de que cada cidade-sede possua no mínimo 10 mil leitos (TRIBUNA DO NORTE, 2012). Contudo, o estado deve investir na diversificação do turismo e das diversas opções de lazer oferecidas no Estado, para que os visitantes tenham mais opção e qualidade no atendimento.

A Copa de 2014 proporcionará maior reconhecimento ao país, possivelmente consolidando mais ainda suas cidades como destinos turísticos internacionais, podendo ser este fato considerado como uma perspectiva de legado que ficará da Copa a ser realizada no Brasil. Outro legado que está sendo cogitado é o investimento em áreas como transporte, urbanização, saúde, segurança, saneamento básico e turismo, representando o mote principal da propaganda das autoridades responsáveis no Rio Grande do Norte. Percebe-se no discurso, que a oportunidade de sediar os jogos da Copa 2014 é encarada pelos poderes como um meio de dinamizar o desenvolvimento esportivo, turístico e socioeconômico do Estado (SECOPA, 2012).

Segundo dados do Governo do Estado do RN e Infraero (PORTAL DA COPA, 2012) dos benefícios que a copa poderá trazer são referentes a:

- Construção de um novo Estádio (capacidade 42 mil pessoas);
- Ampliação e modernização do Aeroporto Augusto Severo;
- Construção do novo Aeroporto (São Gonçalo do Amarante)

- Construção de um terminal de passageiros no Porto de Natal;
- Implantação de novas linhas urbanas de ônibus e estações de transferência;
- Realização de obras de infraestrutura e de mobilidade urbana;

Todos estes investimentos podem trazer benefício para o desenvolvimento da cidade de Natal/RN e, certamente, são elementos básicos para uma boa Política de Lazer. Natal tem previsão de receber cerca de 3 milhões de turistas durante o evento (PORTAL DA COPA, 2013). O importante, agora, é pensar no que pode ser feito para que esses turistas possam se acomodar bem na cidade e ter infraestrutura de apoio que satisfaça a essa demanda, sem afetar a qualidade de vida da comunidade local.

O urbanismo, ocasionado pela realização dos megaeventos, surge como uma forma de empreendedorismo urbano. Para Mascarenhas (2010) e Raeder (2010), ações governamentais, aliadas a incentivos privados, podem ser realizadas com o intuito de construir monumentos arquitetônicos e espaços destinados aos jogos e as atividades anexas a estes. A organização destes eventos, esperam que os mesmos possam trazer saltos na inovação de produtos, serviços, estilo de vida, formas culturais e institucionais (MASCARENHAS, 2012)

Várias obras para melhoria nos transportes e fluxo no trânsito preveem a demolição de diversas casas e prédios comerciais, sendo que isto tem criado uma discussão muito efervescente, já que é necessário o despejo de diversas famílias, as quais não têm sido devidamente gratificadas pelos seus imóveis, criando uma revolta geral na população.

Kallyna (2013), na coluna Jornalismo em Foco, diz que, segundo Marcos Dionísio Medeiros Caldas, advogado e militante dos Direitos Humanos, a desapropriação “[...] mostra a crua realidade de pessoas que irão arcar com as piores consequências da Copa do Mundo de 2014 em Natal. Trata-se de um olhar humanizado e realista sobre um tema polêmico.”. A desapropriação é apenas um dos problemas iniciais. Os moradores de rua, conseqüentemente, serão retirados das ruas, pelo menos durante a Copa, para não mostrar aos visitantes do que realmente sofre a cidade. A cidade não está preparada, no momento, para receber um evento de tão grande repercussão, haja visto os problemas de mobilidade urbana, desempregos, desigualdade social, transportes, acessibilidade, entre muitos outros. Porém, o governo está investindo muito em projetos, infraestrutura, além da importância, no que se refere à infraestrutura, há a qualificação de profissionais, projetos de investimentos, a higienização da Copa, que são as retiradas dos “lixos orgânicos”, ou seja, os excluídos da Copa.

Os problemas sociais devem ser considerados como primeiro plano, principalmente por se tratar de pessoas que merecem ser tratadas como qualquer cidadão digno. As decisões tomadas pelos governantes em relação à população devem ser tomadas respeitando seus direitos, para que a cidade possa crescer e se desenvolver de uma forma adequada e consciente. Sendo assim, torna-se instigante perceber o modo como as adaptações e os legados estão previstos e as possíveis adequações que estão sendo estruturadas no que concerne às Políticas Públicas de Lazer em Natal/RN, frente à realização da Copa do Mundo Futebol em 2014.

Procedimentos Metodológicos

O estudo apresenta uma natureza qualitativa, em que uma pesquisa exploratória do tipo *survey* foi desenvolvida, utilizando-se uma enquete *online*, realizada em *blog* montado por alunos da disciplina Lazer, Animação e Desenvolvimento Humano, do Departamento de Educação Física da UFRN, específico para a pergunta: A Copa da FIFA 2014 trará benefícios às Políticas Públicas de Lazer em Natal?

A amostra intencional foi composta por 200 cidadãos de Natal/RN, participantes adultos, de ambos os sexos, perfil socioeconômico variado. Os dados provenientes da aplicação do instrumento foram analisados descritivamente.

Resultados e discussões

Com base nos resultados obtidos na enquete, percebe-se que a questão referente a se a Copa da FIFA 2014 trará benefícios às Políticas Públicas de Lazer em Natal despertou outras preocupações relacionadas aos problemas sociais da cidade. O despejo dos residentes de locais onde serão construídos os novos espaços envolvendo rodovias e arenas esportivas foi citado por 40% dos participantes, mostrando que há vidas sendo prejudicadas e que um evento como esse deveria trazer benefícios e prazer aos moradores, o contrário do que está acontecendo com essa parcela da sociedade.

Os estudos de Ohmann, Jones e Wilkes (2006) evidenciaram que a realização de megaeventos pode trazer tanto impactos positivos quanto impactos negativos para as cidades-sede. Estes autores apontam como pontos positivos o patriotismo, as experiências partilhadas pela comunidade durante o evento, o fortalecimento dos valores da comunidade, entre outros. Como aspectos negativos, eles destacaram, a alienação da comunidade pela elite, os deslocamentos sociais, redução da qualidade de vida pelo aumento dos impostos em virtude de toda a infraestrutura criada para o megaevento, aumento do crime, entre outros.

Estes autores ainda destacam o problema com a prostituição, sendo esta uma questão significativa. Entretanto, mesmo diante de diversos fatores negativos, o estudo de Horne (2007, p.86) afirmou que “os eventos esportivos têm uma capacidade impressionante tanto de atrair recursos para a localidade onde se realizará o evento quanto de dar visibilidade ao local que os sedia”.

Segundo Gursoy e Kendall (2006), é de fundamental importância que haja uma participação efetiva da população envolvida, no que se refere ao planejamento dos eventos. Este estudo mostrou que deve haver um link direto entre o governo e a população atendida, para que as ações não se tornem meramente especulações econômicas. Contudo, na realidade brasileira, este é uma característica que na maioria dos casos não está presente, ou seja, a população raramente participa dos processos decisórios que envolvem as candidaturas das cidades-sedes nos eventos.

A pesquisa realizada por Seixas e Lopes (2012), sobre o processo de candidatura do estado de Pernambuco, para as cidades sem sedes dos jogos da Copa de 2014, concluíram, ao analisar a influências da Copa do Mundo de 2014 na qualidade de vida da população pernambucana, que este evento trará pontos positivos neste sentido, “uma vez que programas de qualificação serão implementados, gerando mais oportunidades econômicas e sociais, além das diversas mudanças que serão promovidas no contexto da cidade e do estado, no que concerne ao esporte, à prática esportiva e aos impactos e legados que serão promovidos” (SEIXAS E LOPES, 2012, p.13).

O estudo realizado por Seixas e Lopes (2012), ao analisar o processo de candidatura do estado de Pernambuco, constataram que não serão realizados grandes investimentos no que se refere as instalações esportivas existentes. Os autores citam somente a Arena Pernambuco, que deverá ser construída por meio de parcerias entre o governo e o poder privado, sendo que este último irá construir e gerir esta instalação por 30 anos após a construção.

Na enquete realizada em Natal, Apenas 35% acreditam na melhoria da infraestrutura, gestão de resíduos e saneamento. Isso é reflexo do atraso nas obras, muitos dos projetos neste sentido nem tiveram início até a presente data. Ao que tange às Políticas de Lazer, apenas 15% citaram a importância do incentivo à cultura, ampliação de arenas culturais e aeroportos, o que promoveria melhoria na oferta de opções no lazer na cidade. Natal é uma cidade privilegiada de muitas belezas naturais, praias com paisagens paradisíacas, dunas e cerca de 300 dias de sol.

No que se refere aos impactos do turismo em cidades-sede de megaeventos, segundo Owen (2005), deve-se relativizar os pontos totalmente positivos ou totalmente negativos, necessitando compreender todo o cenário analisado, refletindo sobre os

custos e benefícios. Para este autor, são comuns estudos realizados que privilegiam os resultados positivos dos megaeventos esportivos, com o intuito de promovê-los ou convencer pessoas acerca de seus benefícios potenciais, em detrimento a uma avaliação mais rigorosa dos resultados obtidos (OWEN, 2005).

Conforme explicita em seu texto, Reis (2008), ao analisar outras experiências na realização de megaeventos, é comum haver superestimativas na previsão de benefícios do ramo turístico. Para esta autora, os organizadores dos Jogos Olímpicos de Inverno de Lillehammer, previram erroneamente o aumento de 67% de utilização deste ramo após os jogos. Esta supervalorização trouxe a falência de 40% dos hotéis da região, entre outros problemas, já que as marcas não foram atingidas e os investimentos foram altíssimos. Esta autora ainda ressalta que a cidade de Pequim, também vivenciou esta experiência de superestimação, prevendo um legado turístico de 50 a 70% de aumento do fluxo depois dos jogos, sendo esta, uma estatística ambiciosa, tendo como base outras experiências.

O estudo realizado por Carvalhedeo (2004) analisou o desenvolvimento turístico de três cidades olímpicas, Barcelona, Atlanta e Sydney, buscando comparar os dados sobre o fluxo turístico antes e depois dos jogos. Os resultados da pesquisa mostraram que, em todas as cidades, os derivados dos jogos tendem a ser de curto prazo.

Contudo, a pesquisa realizada por Brown (2007), ao analisar a experiência de Sydney, conclui que os investimentos realizados pelo governo no âmbito do turismo tiveram resultados preliminares positivos, sendo que a maioria dos turistas que foram questionados, expressaram o desejo de voltar a cidade em algum evento futuro. Entretanto, esta pesquisa não conseguiu evidenciar se esta intenção se transformou em resultados concretos, podendo trazer repercussões positivas para a cidade.

Conclusão

A copa do mundo é um evento esportivo popularizado internacionalmente, que deveria trazer legados positivos para a cidade, principalmente do ponto de vista do desenvolvimento socioeconômico, turístico e esportivo, refletindo em Políticas Públicas de lazer mais eficientes.

Contudo, os resultados do estudo deixaram evidenciado que, até o momento, os impactos negativos estão mais presentes no discurso dos moradores da cidade de Natal. Nota-se, inclusive, que poucos realmente acreditam que as Políticas de lazer vão melhorar em função da proximidade da Copa.

Muito, ainda, deve ser feito para que as Políticas Públicas de lazer vigentes possam efetivamente ampliar as condições de melhoria da qualidade de vida do cidadão de Natal. Para tanto, torna-se necessária a ampliação do foco da centralização da atenção apenas na organização básica necessária para a visibilidade midiática, mas, inclusive, propondo novas estratégias de ação que possam ser mais justas para a população.

Sendo assim, sugerem-se novos estudos ampliando as análises sobre legados esportivos relacionados às Políticas Públicas de Lazer.

Referências

BOETTCHER, Arnulf. Passada a Copa, falta público para estádios na África do Sul. Notícias Midiateca, 17/12/2012. Disponível em: <http://www.dw.de/passada-a-copa-falta-p%C3%BAblico-para-est%C3%A1dios-na-%C3%A1frica-do-sul/a-16447709>. Acessado em 15/03/2013.

BROW, G. Spornson Hospitality at the Olympic Games: an analysis of the implications for tourism. *International Journal of Tourism Research*, West Sussex, v. 9, n.5, p.315-

327, 2007.

CARVALHEDO, A. O Impacto dos Jogos Olímpicos no turismo de cidades-sede. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro. 2004.

GURSOY, D., KENDALL, K. Hosting Mega-events: Modeling Local's Support. *Annals of Tourism Research*, Oxford, v.33, n.3, p.603-623, 2006.

HORNE, J. The Four 'Knows' of Sports Mega-Events. *Leisure Studies*, Oxon v.26, n.1, p. 81-96, 2007.

KALLYNA, K. Marcos Dionísio fala dos direitos dos que não têm direito algum junto à Prefeitura do Natal sobre as desapropriações para as obras de mobilidade da Copa. *Jornalismo em Foco*. Disponível em: <http://www.kallynakelly.com.br/copa-2014/marcos-dionisio-fala-dos-direitos-dos-que-nao-tem-direito-algum-junto-a-prefeitura-do-natal-sobre-as-desapropriacoes-para-as-obras-de-mobilidade-da-copa/> Acessado em 15/03/2013

MASCARENHAS, F. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 39-67, jan/mar de 2012.

MASCARENHAS, F. Os megaeventos esportivos e os impactos desejados nas políticas públicas: perspectiva acadêmica. In: PINTO, L. M. S. M.; UVINHA, R. R.; COSTA, E. T. (Org.). **Brasil 2016: a olimpíada e os impactos desejados nas políticas públicas de esporte e lazer das cidades brasileiras**. São Bernardo do Campo: Domaguil, 2010.

OHMANN, S.; JONES, I.; WILKES, K. The Perceived Social Impacts of the 2006 Football World Cup on Munich Residents. **Journal of Sport and Tourism**, Oxon v.11, n.2, p.129-152, 2006.

OWEN, J. Estimating the cost and benefit of hosting Olympic Games: what can Beijing expect from its 2008 games? **The industrial Geographer**, v.3, n.1, p.1-18, 2005.

PORTAL DA COPA. GOVERNO DO ESTADO DO RN E INFRAERO. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/tags/infraero>> Acesso em: 04 de jun. 2012.

PORTAL DA COPA. **Na Esquina do Continente**. Disponível em:

<<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/arena/natal>> Acesso em: 22 de mar. 2013.

PREUSS, Holger. The conceptualisation and measurement of mega sport event legacies. **Journal of Sport & Tourism**, v. 12, n. 3-4, p. 207-228, 2007.

RAEDER, S. **Jogos e cidades: ordenamento territorial em sedes de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.

REIS, C. A. Megaeventos e Turismo: uma breve revisão. In: RODRIGUES, R. J.;

PINTO, L. M. M.; TERRA, R.; DaCOSTA, L. P. **Legados de Megaeventos**

Esportivos. Brasília: Ministério do Esporte, p.509-515, 2008.

SECOPA. **Planejamento pró-mobilidade: Matriz de responsabilidade**. Natal/RN. 2012.

SEIXAS, T.; LOPES, J. P. S. R. Copa do mundo 2014: um estudo sobre o processo de candidatura de Pernambuco. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, Niteroi, v.2, n.1, p.1-15, jan/jun 2012

TRIBUNA DO NORTE. **Natal concentra leitos turísticos**. Disponível em:

<<http://tribunadonorte.com.br>> Acesso em: jun 2012.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: UM ESTUDO DE CASO NA SECRETARIA DE CULTURA E LAZER DE SOROCABA

Kleber V. Barros Kachinski
Edmur A. Stoppa

RESUMO

Fruto da sociedade urbana, o lazer pode ser desenvolvido nos dias atuais como uma das áreas de manifestação humana em estreita relação com outras esferas de atuação, como o trabalho, a educação, etc., exercendo valores questionadores na sociedade como um todo, assim como, sofrendo influências da estrutura social vigente. No entanto, o que se percebe na sociedade brasileira é a adoção, por parte do governo, de políticas neoliberais, como o abandono da intervenção nas diversas áreas do social. Dentro dessa lógica, a educação, o lazer, passam a serem definidos não com base nas prioridades relacionadas às demandas sociais, mas pelos interesses ligados somente à situação econômica do país. Procurando colaborar para a discussão das políticas públicas, o presente trabalho tem como objetivo, estudar como é desenvolvida a política de atividades da Secretaria de Cultura e Lazer de Sorocaba, suas ações em diferentes relações com os espaços e equipamentos de lazer e as comunidades locais, quais são as características da política de animação desenvolvida pelos profissionais de cultura lazer e recreação nos espaços e equipamentos, bem como qual é o papel da comunidade no desenvolvimento das ações e qual as suas interfaces com outras secretarias, entidades civis e o setor privado.

Palavras -Chave: Lazer; Ciclo das Políticas Públicas; Formação Profissional.

Introdução

O tema políticas públicas sempre me interessou, pois possibilita a reflexão de diversas questões referentes à sociedade. O tema é pertinente para todas as áreas de estudos, trazendo a tona o diálogo entre sociedade e o poder público. Nos estudos de lazer e políticas públicas os trabalhos sempre devem estar direcionados a nos fazer refletir o papel do Estado e dos municípios e, também das comunidades na quebra de paradigmas referentes ao lazer e a política.

Neste trabalho as problemáticas e as suas contestações em políticas públicas, planejamento, lazer, formação profissional são abordadas e tem como cenário uma cidade com fortes tendências globalizantes e uma heterogeneidade marcante desde os tempos do clico do tropeirismo.

Procurando colaborar para a discussão relacionada às políticas públicas, como se da o ciclo, agenda/formulação, execução e avaliação da política pública de lazer na cidade de Sorocaba e suas possíveis implicações para o lazer da população, a partir da análise articulada de seus diferentes componentes, tais como: a formação e desenvolvimento de quadros, a política de atividades, a política de animação, a política de reordenação do tempo, a política de reordenação do solo urbano relacionada aos espaços e equipamentos de lazer, a projeção de indicadores, sem perder de vista o contexto mais amplo da sociedade em questão (MARCELLINO, 1996).

Objetivos

a) Geral: Analisar como é desenvolvida a política pública de lazer na cidade de Sorocaba e suas possíveis implicações para o lazer da população local.

b) Específicos: Analisar quais são os elementos que fazem parte da política de formação e o planejamento de quadros; verificar como é desenvolvida a política de atividades da secretaria de cultura e lazer em suas diferentes relações com os espaços e equipamentos de lazer e as comunidades locais; verificar quais são as características da política pública de animação, bem como qual é o papel da comunidade no desenvolvimento das ações; apontar possíveis alternativas para melhor adequar o desenvolvimento da política de cultura e lazer.

Metodologia

O estudo foi realizado por meio da combinação da pesquisa bibliográfica, documental e da pesquisa de campo supondo a inserção do pesquisador no grupo a ser pesquisado. O método utilizado foi o estudo de caso, entendido como “*procedimentos mais amplos de raciocínio*” (SEVERINO, 2000, p. 162), ou como modo de observação, que constituem os meios de abordar o “real” (BRUYNE, 1977).

A Pesquisa bibliográfica, análise documental (GIL, 1991) foi realizada mediante o levantamento dos documentos referentes à política de lazer. Para a pesquisa de campo: principal instrumento de coleta de dados a observação simples (BRUYNE, 1977). Como recurso complementar foram realizadas as entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 2008) junto aos profissionais. A definição da amostra se deu de forma não probabilística, intencional, para os profissionais e o espaço estudado, a Secretaria de Cultura e Lazer de Sorocaba.

O lazer e a sociedade

O que presenciamos na sociedade é que quase sempre o desenvolvimento pessoal e social fica em último plano, com a ênfase recaindo somente nas potencialidades do descanso e divertimento. Sem desmerecer tais valores, essa situação pode ser reveladora de um processo de alienação, de fuga da realidade e simples consumo, funcionalizando as vivências de lazer, restringindo-as apenas enquanto válvula de escape para as pessoas.

Com isso, entender como nossas cidades foram criadas, como é realizado seu planejamento urbano e quais as funcionalidades destas na vida dos cidadãos são fundamentais para que tais questões, em linhas gerais podem ser apontados a existência de problemas como a falta de equipamentos específicos, as deficiências em relação à questão de planejamento urbano e as barreiras intra e inter classes sociais (MARCELLINO, 1996).

Para Saraiva, (2002) as políticas públicas podem ser decisões que visam o equilíbrio social, estratégias que se direcionam para determinados fins, como um sistema de orientações públicas de ações e omissões para corrigir ou manter a realidade social. Com a necessidade de desenvolver e criar indicadores sociais para entender melhor a correlação das políticas com a sociedade (JANUZZI, 2002).

Para Almeida, (2006) dentro das políticas públicas de lazer, é marco histórico no Brasil, a criação de leis de redução da jornada de trabalho, entre outros. Há a necessidade da população de recriar-se, de ter contato com a participação cultural com espaços e equipamentos de lazer. Desta forma deve surgir a preocupação do poder público em atender a este direito, previsto na Carta Magna Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988).

A participação das comunidades é fundamental para uma administração mais democrática e que atenda a comunidade de maneira clara e objetiva. Ampliando os seus canais de participação cidadã, contribuindo, desta forma, para a efetividade das

tomadas de decisões.

Falar em animação sociocultural pressupõe fazer referências a intervenções sócio educativas, no âmbito da cultura, em nossa sociedade. Estas determinadas características encontradas nos pressupostos da animação sociocultural são ferramentas para o enfrentamento das barreiras inter classes e intra classes sociais encontradas no lazer.

Resultado e discussões

Em relação ao desenvolvimento das ações da Secretaria de Cultura (SECULT) em Sorocaba, a equipe de técnicos em lazer e recreação operacionaliza todas as atividades das aéreas de Lazer e Cultura. É importante destacar que No início de 2007, os técnicos de lazer e recreação da Secretaria de Esportes (SEMES), migraram para outra secretaria, a Secretaria de Cultura (SECULT). O que de fato se torna muito importante para os agentes que trabalham com a aérea de Lazer, pois conforme relatado foi um avanço para as atividades ligadas ao Lazer:

Contudo, é notória a carência de uma Política Pública de Lazer tendo em vista que as atividades são realizadas de acordo com o calendário das principais atividades realizadas pela SECULT, tais como, o Carnaval, Festa Junina, Semana do Tropeiro, Aniversário da Cidade e o Natal. Em grande parte as demais ações vão acontecendo e realizadas “mecanicamente”.

A equipe de técnicos faz reuniões específicas onde se estabelecem as ações a serem desenvolvidas, em sua maioria por meio de uma política de atividades eventuais, a partir das características da difusão cultural, ou seja, com o planejamento, a execução e a avaliação das ações realizadas pelos técnicos da prefeitura, sem o envolvimento direto e efetivo da população – Super Férias, Cena de Cinema, Semana das Crianças, Projetos Musicais, - de modo a abranger, a criança, o adolescente, o adulto e o idoso, propiciando opções de lazer e de tempo livre para as pessoas de forma gratuita e de qualidade.

Tais ações permitem apontar que na SECULT ocorre uma política de atividades, desenvolvida em ações pontuais, uma vez que as ações são desenvolvidas apenas na perspectiva da difusão cultural, programas que apesar de importantes, não apontam para a necessidade de realização de processos de criação e participação cultural, na perspectiva da animação sociocultural, de modo a desenvolver mecanismos de participação efetiva dos diferentes públicos atendidos pela SECULT. Ao contrário dessa perspectiva as ações estão centradas em grandes eventos, atividades pontuais realizadas em diferentes épocas do ano, como no período de férias de julho e janeiro.

Neste contexto, muitas atividades desenvolvidas pela SECULT se tornam e configuram-se como fomentadoras de atividades políticas no período eleitoral. Como apontado, projetos culturais são realizados de maneira a atender regiões de candidatos. Além do mais, neste período todas as atividades não se desenvolvem de maneira plena.

Assim, é preciso considerar algumas questões que auxiliam na compreensão deste quadro de atividades desenvolvidas pela SECULT, em um governo pautado a partir do modelo gerencial, que segundo Paula, (2005) se propõe a articular estratégias que tem como características a dependência, princípios neoliberais de estabilização econômica e estratégias administrativas dominantes no cenário das reformas orientadas para o mercado.

Desta forma foi perguntado, se o planejamento da SECULT era orientado pelo Plano Diretor (2007) e Lei Orgânica do Município (1990). As respostas não deixam as questão claras, uma vez que são dados depoimentos positivos e negativos no

sentido de que as ações sejam pautadas e asseguradas na Lei Orgânica ou no Plano Diretor de Sorocaba.

De acordo com tais proposições é importante a ação conjunta entre secretarias e outras instituições. Tal política de governo auxiliará nas políticas públicas de lazer, a partir de uma interface entre as demais políticas de outras secretarias, tais como educação, saúde, habitação, e água e esgoto, e entre outras. Ações que são relacionadas a outros fins, mas que privilegiam condições para as vivências do lazer (MUNHOZ, 2008).

O que ocorre em maior escala são ações entre as áreas da Cultura e Lazer. Entretanto é possível dar destaque dentro desta questão para dois comentários comuns entre os entrevistados. A falha na comunicação e, ou a falta de informações internas entre as áreas que determina em muitos casos, ações isoladas das áreas, mas que poderiam ter a participação de um quadro maior de gestores. Outro ponto é o período eleitoral, que limita o fechamento de parcerias com os setores privado e terceiro setor.

Damos destaque para duas características marcantes sobre tais considerações acima realizadas. Em muitos casos as parcerias são realizadas para cobrir uma deficiência numérica de gestores e técnicos destinados a trabalhar com cultura e lazer, por se ter recursos menores, a parte orçamentária se torna importante para conclusão destas parcerias (KACHINSKI, 2010).

Há também discursos que trazem questões da falta da participação dos técnicos nas reuniões de planejamento. Tais circunstâncias somente aumentam a distanciamento do executor dos programas daqueles que elaboram e organizam. Dentro deste contexto alguns técnicos procuram elaborar o próprio ciclo de planejamento dos programas que estão a frente,

Os relatos mostram que coordenar diversos níveis de gestão é uma tarefa necessária, pois existe uma distância entre a formulação e implementação para execução. A formulação é a ação a ser desenvolvida frente aos atores políticos e executar é a aplicação das metas propostas. Portanto, na gestão pública é necessário uma quebra de paradigma frente às relações hierárquicas existentes, fazendo com que o executor esteja inserido na realidade da produção das políticas públicas.

Outra questão importante que deve ser destacada são as iniciativas a cerca da tomada de decisão da gestão ou ciclos das políticas públicas, entendidas enquanto processos de gestão. Tal modelo tem como ordenação o conjunto de atividades, etapas/estágios, que visam atender tanto demandas da população, quanto da burocracia do Estado. De forma que este ciclo é compreendido em planejamento, organização, execução e avaliação. .

Uma nova tendência nos governos progressistas aponta para um discurso propondo maior participação popular dentro da agenda política. Uma forma de colocar em prática este discurso é a partir da participação popular nos processos políticos.

Entretanto na SECULT, a participação popular não acontece de forma geral dentro do planejamento e da execução, uma vez que tal questão não é efetiva, acontecendo muito raramente nas ações. O que existe é uma maior participação na avaliação, apesar desta ser muito estreita e limitada, como no caso do programa “Cena de Cinema”.

A intermediação da sociedade esta mais de acordo em ajustar as políticas impostas na relação de aspectos negativos ou positivos, mas não no sentido de reestruturar as políticas públicas. Tal situação é a falta de identidade destas políticas, com a comunidade, que de acordo com Marcellino (2008, p. 14) ocorre na grande maioria das cidades brasileiras, em que, ha um quadro de ações na área do lazer que

pouco se aproxima da realidade de cada local. O que se observa é o diálogo restrito, ou mesma a ausência, entre o poder público e sociedade, ocorrendo o afastamento das comunidades frente à criação das ações.

Portanto, certas considerações devem ser feitas em relação ao planejamento público. Apesar de o lazer estar sendo citado como direito social na Constituição (1988) e em diversas passagens do Plano Diretor da Cidade de Sorocaba (2007). É possível notar certo descaso e prevalência de outras áreas como saúde e educação na distribuição orçamentária.

Nesse sentido é possível notar que o poder público constrói na distribuição de seus recursos uma hierarquia de necessidades. A Secult conta atualmente com 1% de toda receita produzida na cidade de Sorocaba. Além de um quadro de agentes públicos insuficiente para atender de maneira eficaz as atividades propostas, em muitos casos sobrecarregando os funcionários.

Considerações finais

Compreende-se como processo decisório as ações sistemáticas de todo jogo político, que parte primeiramente da discussão e preparação da agenda política. Os elementos envolvidos são diversos, tais como, agentes públicos, políticos de carreira, instituições públicas, do setor privado e do terceiro setor. É neste processo que ocorrem às argumentações para a formulação e posterior implementação das ações governamentais (KACHINSKI, 2010).

Para a fluidez destas características o governo, neste trabalho representado pela Secretaria de Cultura e Lazer (SECULT), deve ter uma postura clara dos seus objetivos diante da população, pois isso torna o órgão público legítimo e capaz de colocar em prática as ações propostas. Contudo, para ter legitimidade o governo deve ter a capacidade de formular e implementar as suas políticas públicas sobretudo em parceria com a população.

Verificou-se é que, guardadas as devidas proporções, o modelo, de cima para baixo, não mudou, apenas foi remodelado por um sistema moderno de gerencialismo, em que, a população não participa diretamente do processo político. A população é mobilizada somente na avaliação dos programas, de forma que participa do processo de reestruturação, ou seja, participa ao final da ação, mas não na formulação e implementação.

Neste contexto, se levarmos em conta as perspectivas da animação sociocultural, em que o indivíduo, profissional ou participante, é o precursor e articulador de todo o processo é preciso que ocorra uma mudança no quadro político atual da SECULT, uma vez que as ações não partem dessa premissa, estando centradas mais na realização de atividades eventuais, onde o “saber fazer” fica restrito nas mãos dos técnicos, sem que este conhecimento possa ser apropriado pelas diferentes comunidades onde as ações são realizadas.

É importante destacar que a mudança deste quadro não deve se dar somente em relação aos programas de ação, mas também por uma reestruturação do modelo de gestão, com a administração dos espaços e equipamentos devendo ser objeto de ação direta da SECULT, entendo, assim, o seu papel social enquanto instituição gestora e implementadora de ações ligadas ao lazer, entendido enquanto direito social e possibilidade de cidadania.

Assim, existe a necessidade da discussão das ações com as demais esferas da prefeitura, bem como com terceiro setor e entidades privadas. Discutindo qual deve ser o papel deste nas parcerias realizadas com o poder público, conforme consta, estas

parcerias são tímidas e poderiam ser melhor realizadas. A parceria com os demais atores da sociedade pode ser considerado, por um lado, um avanço para as políticas destinadas ao lazer. Pois, podem auxiliar no avanço das políticas públicas nos espaços, as quais estas são poucas ou não acontecem.

Outros elementos de uma política de lazer são importantes para entender as relações ocorridas na SECULT. Quanto à formação profissional, os dados apontam para uma relação bastante tímida dos profissionais com a teoria do lazer, discursos que apontam para uma relativização do período de formação acadêmica em relação ao processo de atuação profissional.

Sugere-se nesse sentido, a ampliação de ações com maior participação da população na formulação das políticas públicas e também nos equipamentos nas comunidades locais, sem que isto represente a ausência da SECULT nos processos de gestão dos locais. Parcerias são sempre importantes, mas isso não pode levar à exclusão do poder público, uma vez que isso representará a omissão enquanto entidade que deve zelar e atender aos interesses coletivos.

Os agentes públicos trabalham sempre no limite tendo que fazer e acontecer com o orçamento baixo em relação a outras secretarias, ditas mais importantes. Tais acontecimentos são características comuns em muitas cidades, a exemplo de Sorocaba, a Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação da cidade de São Paulo tende trabalhar com menos de um por cento do PIB da cidade (KACHINSKI, 2010).

Embora longe de concluir o assunto, entende-se que o estudo pode colaborar para o entendimento de como o planejamento, a execução e a avaliação das ações são realizadas na SECULT, em suas relações com a participação comunitária nos diferentes espaços e a atuação dos profissionais, subsidiando novas reflexões e ações para o poder público, ressaltando seu compromisso com a instauração de uma sociedade mais justa e participativa.

Referências

- BRASIL. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Centro gráfico – Senado Federal, 1988.
- BRUYNE, P; HERMAN, J; SCHOUTHEETE, M. de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- JANNUZZI, P. M. de. *Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil*. Brasília: RSP, 56(2): 137-160 abr/jun 2005.
- KACHINSKI, B. K. *Políticas públicas de lazer: um estudo de caso na secretaria municipal de esportes, lazer e recreação de São Paulo – SEME*. Universidade de São Paulo, 2010. São Paulo: Iniciação Científica PIBIC 2009-2010.
- MARCELLINO, N. *Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal*. In: MARCELLINO, N. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas, SP: Alínea, 2008, p.11-16.
- _____. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- MUNHOZ, V. C. C. *O lazer como direito social na prefeitura de Belo Horizonte*. In: ISAYAMA, H. F; LINHALES, M. A. (Org.). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 59-100.
- PAULA, A. P. de. *Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social*. São Paulo: RAE, jan/mar, 2005. Vol. 45, nº 1.
- SARAIVA, E. *Introdução à teoria da política pública*. In: SARAIVA, E; FERRAREZI, E. (Org.). *Políticas Públicas; coletâneas*. Brasília: ENAP, 2006.

- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- SOROCABA. Câmara Municipal. *Lei Orgânica do Município de Sorocaba*. São Paulo: Legislação – Câmara Municipal, 1990. Disponível em:
<http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/sitecamara/proposituras/verpropositura?numero_propositura=1&tipo_propositura=5>. Acesso em: 23 out. 2012.
- SOROCABA. Câmara Municipal. Plano Diretor Lei nº 7.122, Sorocaba: Prefeitura, 2007. Disponível em:
<http://www.sorocaba.sp.gov.br/midias/anexos/478_plano_diretor_de_sorocaba.pdf.pdf>. Acesso em: 23 out. 2012.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2008.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER

Lorena Pereira Oliosi
Carlos Nazareno Ferreira Borges
Marcel Ivan dos Santos
Jayanna de Rezende Bachetti

RESUMO

O presente artigo constitui-se em uma pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo mapear a literatura da área a cerca das políticas públicas de esporte e lazer, a participação popular e a utilização dos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas cidades. Para tanto utilizamos autores como Heideman (2009) para discutir as políticas públicas, Pateman (1992) e Carvalho (2008) para apresentar a participação popular nos processos políticos e Marcellino (2007), Reis *et al* (2008), Matos (2009) e Cruz (2001) para discutir a utilização dos espaços públicos de esporte e lazer.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Participação Popular, Espaços Públicos.

Introdução

O campo de debate sobre o esporte e o lazer ganha cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas e na gestão pública, tornando assim cada vez mais necessária a qualificação das reflexões e investigações relativas a este campo (LINHALES, 2001). Constata-se que a proclamação dos cidadãos pelos direitos sociais vem sendo cada vez mais demandadas, dentre eles estão incluídos os direitos ao esporte e ao lazer (BONALUME, 2011).

A mobilização popular na construção de canais diretos de controle e participação no processo das políticas públicas é de grande importância (BONALUME; ECHER, 2009) e essencial à efetivação dos seus direitos. Marcellino (2001) afirma esta ideia ao apontar a necessidade do poder público estabelecer políticas a partir da ampla discussão com a sociedade civil.

No campo das políticas públicas o esporte e o lazer devem estar vinculados ao conjunto de direitos sociais, cabendo ao estado assumir esta responsabilidade (BONALUME, 2011). A autora ainda complementa que estas políticas sejam realizadas com qualidade e acessíveis a todos. Cruz (2001) acrescenta que é necessário compreender o lazer como uma demanda social de necessidade primária, que deve ser alvo de atendimento por parte do Estado, com o intuito de garantir o bem estar da população.

No que diz respeito aos processos das políticas públicas, é preciso ter clareza da importância da participação popular, neste sentido, Linhares (2001) afirma que as políticas públicas são melhor realizadas quando se tem um diálogo permanente com os gestores dessas políticas e com os cidadãos. Desta forma, é clara a importância de uma gestão democrática e participativa, que torna possível a efetivação dos direitos sociais. Aliado a este modelo de gestão, aponta-se a utilização dos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer, a partir de um planejamento e mediante princípios de igualdade de direitos, da participação popular e da justiça social (REIS *et al*, 2008).

Diante do exposto, e entendendo a importância do debate estabelecido, pretendemos contribuir nesse ensaio a partir de um diálogo com a literatura, especificamente lançando olhar para uma dimensão importante das políticas: o uso de espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer. Nesse sentido, propusemos o texto

dividido em duas partes. A primeira pontua conceitos e apontamentos de diferentes autores sobre as políticas públicas, sobretudo na área de esporte e lazer, destacando a importância da participação popular neste processo. A segunda aborda o que vem sendo discutido sobre políticas de utilização dos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas cidades. Ao final, quando tivermos tomado os elementos do debate, faremos uma breve proposição.

Participação popular nas políticas públicas de esporte e lazer

O termo políticas públicas vem se tornando alvo de discussões cada vez mais frequente no campo do esporte e do lazer e, conseqüentemente, nos órgãos públicos responsáveis por gerir estas políticas, fazendo-se necessário, então, um recorte para esclarecimento do termo. Autores como Heidemann (2009), Pateman (1992) e Carvalho (2008) contribuem para tal esclarecimento.

Para Heidemann (2009) o termo políticas públicas pode ser definido como o conjunto de decisões e ações formuladas e implementadas pelos governos e Estados em conjunto com as demais forças da sociedade. O autor ainda acrescenta que as políticas públicas passaram a corresponder a um conjunto de ações desencadeadas pelo Estado com vistas ao bem coletivo, podendo estar articulada ao setor privado e organizações não governamentais.

Neste cenário, torna-se importante considerar a participação popular como estratégia fundamental no processo das políticas públicas. Carvalho (2008) afirma a necessidade da participação política para garantia dos direitos sociais, buscando alternativas que envolvam a população na formulação e na execução das políticas públicas. Ainda que o mesmo autor ressalte que no processo de construção histórica da cidadania brasileira a participação foi mínima. A sociedade brasileira esteve ausente de participação nas principais decisões políticas no país, como a independência, a abolição da escravidão e a proclamação da república.

Pateman (1992), ao discutir a democracia participativa, afirma a importância da participação dos indivíduos, de forma capacitada e autônoma. Pensar as políticas públicas e assumir a participação da sociedade a partir de uma ação descentralizada torna-se objeto de grande importância nas ações governamentais.

Assim, pensar o esporte e o lazer como direitos sociais implica assumir sua importância, por parte do poder público e dos cidadãos, viabilizando políticas públicas de qualidade. Desse modo, é necessário que haja fiscalização e participação da sociedade no que diz respeito às políticas públicas de esporte e lazer, para que possam discutir os interesses, elaborar propostas e estabelecer as prioridades, a fim de construir coletivamente uma política baseada nos ideais democráticos (ARAÚJO; MAGALHÃES, 2008). Os autores complementam que, para que isso ocorra, é preciso que se construam políticas bem definidas, criando novas estratégias para que as ações de esporte e lazer contemplem a todos.

Considerando, então, o que foi apresentado e com base nos processos de construção, implementação e avaliação das políticas públicas de esporte e lazer, é possível afirmar, segundo Bonalume e Echer (2009) que, apesar dos avanços presentes na Constituição de 1988, é importante que haja mobilização da sociedade civil, desde a escolha de seus representantes, até a construção de meios diretos de participação.

Políticas de utilização dos espaços públicos de esporte e lazer

A administração do espaço urbano requer detalhado conhecimento da cidade e suas possibilidades (PELLEGRIN, 1996), neste sentido, o desenvolvimento de políticas

públicas de esporte e lazer com vistas à utilização dos espaços e equipamentos públicos torna-se fundamental.

A título de esclarecimentos, apresentam-se as definições dos termos espaços e equipamentos, com base em Santini (1993, citado por MARCELLINO, 2007), no qual aponta duas formas de entendimento dos termos. A primeira sugere a utilização dos termos espaços e equipamentos como sinônimos. Já o segundo sugere a distinção dos termos, considerando o espaço como o suporte para os equipamentos; e equipamentos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade.

Marcellino (2007) aponta que os espaços e equipamentos de lazer são componentes dinâmicos de uma política pública, uma vez que as cidades são espaços e equipamentos de lazer. Reis *et al* (2008) analisam a participação do poder público nas ações que se referem às políticas de construção, manutenção e preservação dos espaços de esporte e lazer.

Matos (2009) relata sobre os diversos lugares e equipamentos de lazer, suas formas de gestão e acesso, mediante os princípios da igualdade de direitos, da participação popular e da justiça social. A autora busca oportunizar o debate sobre políticas públicas de esporte e lazer a partir de diferentes concepções de cidade e urbanismo e diferentes formas de gestão, construção e animação dos equipamentos da cidade.

A consolidação de uma política de utilização dos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer deve envolver os processos de planejamento, construção, administração e animação, como propõe Marcellino (2007) ao relatar sobre os espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana de Campinas.

Neste sentido, é importante que o Poder Público tenha clareza da importância dos espaços urbanos da cidade (MARCELLINO, 2007) e disponha de uma visão ampla e integrada com diversos setores, a fim de utilizar estes espaços em prol da população e das práticas de esporte e lazer para os cidadãos, que por direito devem ter acesso a tais espaços e equipamentos públicos.

Este tipo de relação, na qual existe a comunicação entre a população e o Poder Público é fundamental na gestão de políticas públicas de esporte e lazer, no intuito de encontrar soluções para os problemas de espaços nas cidades. O autor ainda acrescenta que o poder público deveria assumir o papel de provocador dessa participação popular da comunidade nas decisões políticas.

O espaço urbano é fundamental para a vivência concreta da prática social do esporte e do lazer, por isso, faz-se necessária a existência de políticas para estruturação adequada dos espaços de esporte e lazer, considerando-os como parte da cultura social (REIS *et al*, 2008). Matos (2009) afirma a importância da abertura e democratização dos espaços públicos, pois estes são um dos elementos fundamentais para a vivência do lazer. A autora ainda complementa que é preciso haver políticas integradas com diversas áreas, possibilitando a estruturação de espaços.

Neste sentido, é importante que o poder público tenha uma visão ampla e integrada com diversos setores a fim de utilizar estes espaços em prol da população e das práticas de esporte e lazer para os cidadãos, que deveriam possuir o acesso a tais espaços públicos. As iniciativas do poder público com relação aos espaços e equipamentos de lazer devem acontecer através de políticas de construção, manutenção e preservação dos ambientes destinados a estas práticas (REIS *et al*, 2008).

Considerações finais

A consolidação de Políticas Públicas para o setor de esporte e lazer pode nos

remeter ao pensamento do quão importante e visível tornou-se este setor ao longo da sua trajetória conforme evidenciado por Linhales (2001).

São diversos os eixos pertencentes ao campo do esporte e do lazer, dentre eles, pensar os espaços e equipamentos de esporte e lazer como um importante ponto a ser discutido nas políticas públicas deste setor. É necessário entender os espaços e equipamentos públicos como condições importantes para o desenvolvimento do esporte e do lazer, considerados como direitos dos cidadãos.

Diante dos objetivos propostos para este trabalho e com base no que foi apresentado sobre a literatura da área é possível afirmar, concordando com Pelegrin (1996), que não cabe somente aos órgãos públicos de administração envolver a população nos processos de formulação das políticas públicas, a fim de buscar soluções para transformar e adaptar os espaços de esporte e lazer das cidades. Vale ainda destacar que ao se afirmar a importância da participação popular neste processo, confirma-se a necessidade de a população decidir sobre a utilização dos espaços e equipamentos, uma vez que estes fazem parte de um conjunto de políticas que devem ser democratizadas.

É possível dizer que quanto ao processo de como se deve encaminhar a participação, constitui-se de objeto de nossas investigações, o que ainda pretendemos compartilhar em momentos posteriores.

Referências

- ARAÚJO, S. M.; MAGALHÃES, Y. C. S. Políticas públicas de esporte e lazer em São Luis – MA: a gestão, participação popular e controle social em discussão. *In*: ARAÚJO, S. M.; VIANA, R. N. A. **Esporte e lazer na cidade de São Luis – MA: elementos para a construção de uma política pública**. São Luis: Edufma, 2008).
- BONALUME, C. R. **O paradigma da intersectorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer**. *Licere*, v. 14, n.1, Belo Horizonte, 2011.
- BONALUME, C. R.; ECHER, S. R. IV Seminário nacional de gestão de políticas públicas em esporte e lazer – participação popular: governo e população partilhando o poder da decisão. *In*: LIBERATO, A., SOARES, A. (org's). **Seminário nacional de políticas públicas de esporte e lazer**. EDUA: Amazonas, 2009.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CRUZ, M. L. M. A experiência da frente popular de Florianópolis. *In*: MARCELLINO, N. C. **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- HEIDEMANN, Francisco. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. *In*: HEIDEMANN, Francisco; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Ed. UNB, 2009.
- LINHALES, M. A. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. *In*: MARCELLINO, N. C. **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MARCELLINO, N. C. *et al.* **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas**. Curitiba: OPUS, 2007.
- MATOS, L. S. Belém: do direito ao lazer ao direito à cidade. *In*: MARCELLINO, N. C. **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MATOS, L. S. III Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer e,

- Belém. Cidade e Urbanismo: Espaços e Equipamentos de Lazer. *In:* LIBERATO, A., SOARES, A. (org's). **Seminário nacional de políticas públicas de esporte e lazer**. Amazonas: EDUA, 2009.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PELEGRIN, A. O espaço de lazer na cidade e a administração municipal. *In:* MARCELLINO, N. C. **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**, Campinas: Autores Associados, 1996.
- REIS, et al. Espaço urbano como aspecto constituinte da política de esporte e lazer em São Luis – MA. *In:* ARAÚJO, S. M.; VIANA, R. N. A. **Esporte e Lazer na Cidade de São Luís do Maranhão: elementos para construção de uma política pública**. São Luis: EDUFMA, 2008.

POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER E TEORIA DE ESTADO

Marcelo Paula de Melo

RESUMO

Os debates acerca das políticas sociais ganham em densidade quando acompanhados de uma expressa discussão sobre a natureza da intervenção estatal e de seu papel na regulação das relações sociais entre as classes que compõem a sociedade capitalista. Este texto busca debater alguns elementos da teoria de Estado ampliado de Gramsci, em sua indissociabilidade com o conceito de sociedade civil.

Palavras-chave: Teoria de Estado, Gramsci, Poulantzas

Primeiros passos

Esse texto irá debater, a luz das contribuições de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas, alguns elementos de uma Teoria de Estado ampliada vinculada ao marxismo. Esse caminho pretende abordar o papel do Estado, sua relação com os organismos na sociedade civil, sua relação com as classes sociais, como parte das tensas relações sociais que fundam e marcam inseparavelmente a sociedade capitalista. A partir disso, traçaremos algumas considerações acerca das políticas sociais de esporte e lazer.

Tal caminho buscará incidir no enfrentamento de concepções que defendem genericamente ser papel do Estado a promoção de políticas de lazer, sem com isso relacionar o que significa a atuação estatal no bojo das relações sociais capitalistas e seu papel na estabilização da dominação burguesa. A abordagem das políticas sociais de lazer em cada caso concreto e o entendimento de seus limites e possibilidades dentro dessa ordem societal ganha em profundidade mantendo a clareza acerca do papel do Estado no bojo da luta entre as classes sociais.

A hegemonia capitalista neoliberal demanda clareza na definição para expressar que seguimos em plena realização desse projeto dominante no Brasil e em grande parte do mundo. Buscando explicar as faces com que o capitalismo neoliberal buscou se apresentar, David Harvey (2008, p. 12) afirma que essa nova fase do capitalismo é tomada como:

uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano só pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidade empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

Tendo isso como pano de fundo, bem como a clareza das modificações regressivas que o projeto neoliberal trouxe para o campo das políticas sociais em geral, importa-nos a discussão de suas interfaces com as políticas de esportes e de lazer.

Sobre o estado capitalista

As mudanças por que foi passando o sistema capitalista implicou em alterações no papel do Estado na regulação de suas relações sociais constitutivas. Antonio Gramsci e

Nicos Poulantzas serão fundamentais na compreensão do papel do Estado no atual projeto político burguês. Um ponto central é a explicitação do papel educativo do Estado capitalista, sendo fundamental a remissão constante à ampliação do conceito de Estado realizada pelo marxista italiano, na chamada sociedade ocidental e em processos de ocidentalização. Assim, o Estado educador é a modalidade necessária de atuação estatal na consecução da hegemonia dominante. Tanto que o autor, debatendo acerca da ampliação estatal, aponta que “...na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (nestesentido, seria possível dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia encorajada de coerção)...” (GRAMSCI, 2000, p. 244).

Com essa ampliação do conceito de Estado, Gramsci identifica alterações na lógica de dominação burguesa, a partir da busca constante do consenso dos dominados operada mediante a ação de uma série de aparelhos privados de hegemonia na condição de intelectuais orgânicos das classes dominantes atuando na sociedade civil. A mesmo tempo, afirma ser necessária a o movimento anticapitalista alut também nessa nova dimensão do social, com a ação de aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora. Isso se deve à indicação de que a sociedade civil pode e transformar numa outra trincheira para a dominação burguesa com a atuação de seus aparelhos privados de hegemonia buscando sedimentar e difundir concepções de mundo funcionais ao projeto histórico dessa classe.

Gramsci (2001) lembra que toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica, a partir do consenso ativo obtido do conjunto da população, ou pelo menos de uma maioria significativa, sendo este consenso sempre provisório, demandando estratégias permanentes de conquista e/ou manutenção. O marxista italiano defende ser preciso não limitar o termo pedagógico às relações escolares, mas ampliar a todas as relações entre e intra classes sociais, uma vez que “esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo o indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguarda e corpos de exército” (2001, p. 399).

Diante disso, reafirmando o caráter de classe desse Estado ampliado, Gramsci mostra como a fração dominante no âmbito do bloco no poder concebe a atuação estatal em seu projeto político. Isso implica na relação desse Estado com as outras frações do bloco no poder e com as classes dominadas. Seja atendendo seletivamente algumas demandas, seja atuando na repressão daqueles que não consentem, a aparelhagem estatal:

[...] é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima de grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrio instável (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e dos grupos subordinados, equilíbrio em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas a ténua determinação de ponto, ou seja, não ató o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 2000, p. 41-42).

Essa forma própria de operar do Estado sobre as relações sociais capitalistas está diretamente relacionada com o grau das relações entre as classes sociais, em sua fração dominante. Assim, segundo o autor dos Cadernos do Cárcere:

[...]ofatodahegemoniapressupõeindubitavelmentequesejamlevados em contaosinteresseseastendênciasdosgruposobreosquaisa hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso,istoé,queogrupo dirigen tefaçassacrifíciosdeordem econômico-corporativa; mastambéméevidentequetaisacrifícioe tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica,nãopode deixar deterseufundamentonafunção decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica(2000, p. 48).

Assim, todo Estado procura criar, difundir emanter formas específicas de sociabilidadeconformeoprojetosocietáriadobloconopoder, assumindoumafunção claramenteeducativa.Esse projetoeducativotemporobjetivo,então, “[...]adequara ‘civilização’ eamoralidadedasmaisamplasmassaspopularesàs necessidadesdo aparelho econômicodeproduçãoe, portanto, deelaborartambémfisicamente tipos novosdehumanidade”(GRAMSCI,2000,p.23).Comisso, “[...]oEstadodeveser concebido como ‘educador’ namedidaemquetende precisamenteacriarum novotipo ou nívelde civilização”(idem,p. 28).

Já Poulantzasfazquestãodeapontara “naturezadeclassedo Estadocapitalista” (2000,p.10), aindaquenãoorestrinjaaoquechamadeduplanaturezadopoderde Estado.Suabuscaporapreendercomosedãoaslutasentreasclassessociais, etambém entre as frações burguesas, no seio do Estado capitalista, permite superar uma abordagememqueessaslutasoraestariamnachamadaestruturaeconômicaouentão, contrariamente,somentenadominação política.

Nuncatendosidoumarelação de exterioridade, areferidaseparaçãoformaldo políticoedo econômiconadamaisédoqueomecanismode inserção do Estado nas relações de produção capitalista. Isso é explicitado por Poulantzas quando afirma ser justamente devido a ofato de umasérie de aspectos (educação, lazer, urbanismo, transporte, saúde, meio-ambiente, esporte, artes etc.), que ocupavam papel marginal na intervenção estatal na economia, estarem diretamente relacionados, na atualidade, à reprodução e valorização do capital, implicando num papel renovado do Estado nesses campos. Não se trata de mudanças exteriores que incidiriam sobre uma realidade de por si imutável, mas contrariamente devendo ser apreendidas no interior de um lugar próprio redefinido para o Estado. Diante disso, Nicos Poulantzas (2000, p. 17-18) afirma que:

[...]aseparação do Estado edoespaçodereprodução, específico do capitalismo, não deve ser tomada como efeito particular das instâncias essencialmente autônomas e compostas de elementos invariantes, qualquer que seja o modo de produção; porém, e sim, como características próprias ao capitalismo, namedida em que ele cria novos espaços do Estado da economia, transformando seus próprios elementos. Esta separação não nos deve levar a crer em real exterioridade do Estado da economia, como se o Estado só, do exterior, interviesse na economia. Esta separação é a forma precisa que encobre, sob o capitalismo, a presença constitutiva do político nas relações de produção e dessa maneira, em sua produção.

Poulantzas (2000) alerta que “se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (da burguesia

no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade” (p. 12). Assim, o papel do Estado na reprodução do capitalismo burguês se dá tendo como fundamento as relações sociais capitalistas de produção e as lutas explícitas e/ou implícitas entre as classes sociais- e também internamente às mesmas entre suas frações. A realização de seus interesses históricos de classe- aprofundar a dominação e a exploração do trabalho ou enfrentar esse processo buscando minorar ou cancelar sua ocorrência num novo projeto histórico- tem no Estado parte importante de manifestação.

O autor greco-francês analisa o papel do Estado sem tomá-lo como sujeito descentrado e autônomo das lutas sociais e de classes, as quais essas, de fora, impactariam as ações estatais, ainda que não façam parte do Estado. Nessa direção, o autor afirma que “certamente, não é o Estado que é o sujeito da história real: este é um processo sem sujeito, o processo das lutas de classes” (p. 114). Isso implica em considerar que o Estado, certamente desempenhou um papel relevante na organização da dominação burguesa, não é, nem pode ser “... uma essência; nem sujeito da história, nem simples objeto instrumental da classe dominante, mas, do ponto de vista de sua natureza de classe, condensação das relações de força que é uma relação de classe” (POULANTZAS, 2000, p. 119). Por isso, o autor ressaltar a necessidade de uma teoria formalista de Estado, que seria a construção de um objeto da teoria do Estado capitalista, relacionando somente às relações de produção, tomada como estrutura econômica, em que a “... luta de classes e a dominação política só intervêm *aposteriori*, para explicar as concretizações- singularidades secundárias desse Estado real histórico” (p. 126).

Nesse sentido, o papel do Estado em relação às classes dominantes é de organização do interesse político do conjunto da classe burguesa em longo prazo. Poulantzas chama de unidade conflitual de aliança de poder e equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, a condição em que se dá essa hegemonia burguesa, na perspectiva da ação estatal, instaurando a unidade política das classes dominantes. Isso não estaria restrito a um único ramo ou aparelho estatal, “... mas, em diferentes graus e gêneros, ao conjunto de seus aparelhos, inclusive seus aparelhos repressivos por excelência [...] que também eles desempenham essa função” (p. 129). Tal papel só pode ser cumprido pelo Estado na medida em que consigam de certa autonomia relativa frente “... a tal ou qual fração ou componente desse bloco, em relação a tais ou quais interesses particulares” (Idem) mesmo no bloco do poder. Somente nesse caso, tem sido possível à burguesia assegurar a organização geral dos interesses das classes sob a hegemonia de uma fração, na atualidade, a fração financeira.

Isso leva o autor a definir o Estado como uma “... condensação material de uma relação de forças entre as classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica [...]” (POULANTZAS, 2000, p. 130). Há essa definição ou uma série de elementos a serem desdobrados para compreensão da lógica da ação estatal. A primeira questão alertada é ser o Estado a condensação material de uma relação. Isso nos permitirá escapar do que Poulantzas chama de pseudodilema de debate acerca do Estado, ora visto como Coisa-instrumento, ora concebido como Sujeito.

A ação estatal na dominação burguesa vai muito além de qualquer entendimento unicamente repressivo-encobridor dos fundamentos que regem essa sociedade. No bojo dos novos papéis necessários à manutenção da correlação de forças favoráveis à consolidação dessa dominação, o “... conjunto das operações do Estado se reorganiza atualmente em relação a seu papel econômico” (POULANTZAS, 2000, p. 170). Isso implica numa atuação muito além das ações ideológico-repressivas, mas buscando abarcar o conjunto da vida social. É nesse sentido que a formulação de Poulantzas

de que a ação econômica estatal tem um conteúdo político ganhanidade. Isso não se limita de forma alguma a sua "...contribuição para acumulação de capital para a exploração, mas também nos sentidos de uma necessária adaptação à estratégia política da fração hegemônica". Nesse sentido, em direção a um aumento de fato dialético, tanto as necessidades político-ideológicas da ação estatal são "...subordinadas ao papel econômico, como também as funções econômicas estão diretamente encarregadas da reprodução da ideologia dominante" (p.171). Aqui não há determinação em última instância do político pelo econômico, nem uma autonomia do político, mas uma conjugação de suas determinações na efetivação do projeto histórico de uma classe, tendo em geral uma fração, ou um conjunto delas, como hegemônicas.

Pretende-se com isso evitar o que Poulantzas (p. 172) chamou de duplo inconveniente, de por um lado, superpoliticizar, idealisticamente, a atividade econômica estatal, "...ao reduzi-la exclusivamente à vontade política da fração hegemônica e de seus dirigentes". Isso varia a cancelar o componente relacional na correlação de forças. As ações estatais seriam então explicáveis somente pela vontade da classe dominante. Contrariamente, outros sérios equívocos seriam concebidas atividades econômicas, "... isoladas da política de conjunto do Estado, devido às necessidades intrínsecas da 'produção' ou à 'complexificação tecnológica' das sociedades atuais" (Idem).

Esporte e políticas sociais

Há uma grande aproximação entre o real dos trabalhadores para maior acesso às políticas sociais, no sentido de socializar o conjunto da produção material e simbólica da humanidade, repartidas desigualmente nas sociedades capitalistas, e a possibilidade de vivências esportivas e/ou de lazer. Como parte do conjunto das intervenções estatais no campo das políticas sociais em diversas formações sociais, questões concernentes aos esportes foram se fazendo presentes.

A presença da oferta estatal no campo dos esportes, em mesmo a entrada da Educação Física no currículo escolar em diversas formações sociais, responde a esse movimento de serem os esportes elementos importantes da formação da sociabilidade requerida pelas relações sociais capitalistas. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, também estão presentes como parte das reivindicações por menor jornada de trabalho e por vivência cultural nesse tempo não de trabalho.

Essas indicações acerca dos esportes sustentam sua colocação como parte da contraditória relação entre as classes sociais na sociedade capitalista. Tanto quanto outros campos das políticas sociais, os esportes assumem uma tripla condição de valorização do capital, estratégias das classes dominantes de obtenção do consenso do trabalhador e o objetivo de reivindicação por parte da classe trabalhadora de uma vivência esportiva, tanto do espetáculo esportivo, como de condições objetivas de praticar esportes. Como outros campos, as políticas de esportes carregam essa contradição em seu cerne, podendo ser modificada em cada conjuntura concreta de acordo com o estágio alcançado da correlação de forças entre as classes sociais.

Como afirma José Paulo Netto (2005, p. 30), a atuação estatal contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da questão social, mediante a oferta das políticas sociais, nos oferece a confirmação mais cabal dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria das formações sociais capitalistas mais avançadas. Sua contribuição (das políticas sociais) à ordem burguesa é manifesta na preservação, controle, formação e reprodução da força de trabalho (atuante, sobrando e

futura) mediante não somente às ações no campo da assistência, da educação, mas também na garantia de seguros. Esses também servem para contrarrestar a tendência de subconsumo que acompanha os momentos de crises cíclicas. Não obstante, também fornecem um respaldo ao colarem a imagem de redistribuidor “social” no Estado capitalista, como um suposto mediador de conflitos de interesses, malgrado seu papel de viabilizador da exploração burguesa (NETTO, 2005).

Netto (2005) mostra que, na ordem burguesa, o enfrentamento das sequelas da questão social só é possível de modo fragmentado e parcializado. Caso contrário, ou seja, tomar a questão social “... como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho- o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa” (NETTO, 2005, p. 32). Tanto que há uma divisão em uma série de problemáticas particulares (educação, emprego, saúde, habitação segurança alimentar etc.) e supostamente enfrentadas por meio de políticas sociais setoriais.

O certo é que a oferta ampliada de políticas sociais passou a compor o rol de medidas anticrise das sociedades capitalistas, buscando a reprodução da força de trabalho e a necessidade constante de legitimação sistêmica do capitalismo. É preciso não restringir isso a uma dimensão unicamente econômica de constituição de um amplo mercado de massa, a apesar de também ser importante não ignorar essa questão. Não obstante, é necessário não estabelecer uma relação direta e linear entre essa expansão das políticas sociais e a dominação burguesa via educação política dos explorados a partir de viés que as conceba – as políticas sociais- como ludibriadoras dos dominados. Isso levaria a acreditar que os trabalhadores teriam deixado de lutar contra o capitalismo por estarem sendo enganados pela classe dominante via melhoria temporária de suas condições de vida nos países centrais. Igualmente equivocado é hiperdimensionar o caráter de conquista da classe trabalhadora. Tanto teórica, como politicamente, é mais adequada a uma concepção fiel à tradição marxiana e marxista, a consideração desses elementos como parte de uma totalidade na correlação de força entre as classes sociais. O papel legitimador da ordem social capitalista implicava tanto numa reprodução da força de trabalho, como também na difusão de possibilidades de ascensão social via acesso às políticas sociais de diversas ordens, sobretudo, pelo avanço da escolarização. Ainda que certamente tais políticas sociais fossem expressão das demandas das classes trabalhadoras como parte de sua luta por melhores condições de vida, não é possível desconsiderar seu papel na educação política dessa classe no sentido de restringir seu universo de luta aos marcos da sociedade capitalista.

Considerações finais

Num momento que as ações burguesas de educação do consenso dos dominados- configurando a chamada pedagogia da hegemonia- ganham maior vulto com as novas expressões das classes sociais no tocante as políticas sociais (Neves, 2010), as políticas de esportes passam a sofrer os processos similares de lutas aos outros campos das políticas sociais.

Nocaso das políticas de Esportes e de Educação Física isso gerou uma espécie de cartilha e linguagem comum. Temas como inclusão social, inserção social, coesão social, disciplina, obediência a normas, cultura adaptada, resolução de conflitos via esportes passam a ser incorporados em documentos de diversos governos e organismos privados sem demandarem maiores explicações. Tomados como autoexplicativos, passam a compor o rol de conceitos supostamente científicos que legitimam a ordem societária burguesa e seus *modus operandi*. Isso torna mais desafiante a luta política por

ampliação ao acesso e permanência da vivência a esse direito social.

Referências

- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Vol.1.** Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.
- _____. **Cadernos do cárcere. Vol.3.** Maquiavel. Nota sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- MELO, Marcelo Paulade. **Esporte e dominação burguesa no século XXI:** agendados Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2011.
- NEVES, Lucia Maria W. (org.) **Direito para o social e esquerdo para o capital:** Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.
- NEVES, Lucia Maria W. (org.) **A Nova Pedagogia da Hegemonia:** estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade. São Paulo: Xamã, 2005
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 2000.

PONTOS DE CULTURA COMO ALTERNATIVA PARA LAZER E LAZER CULTURAL

Fabricio Marques da Silva

RESUMO

A presente pesquisa é tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso e tem por objetivo propor que os Pontos de Cultura, integrantes e ação prioritária do Programa “Cultura Viva” do Ministério da Cultura, possam ser utilizados para lazer cultural para crianças participantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – do Governo Federal. A ideia inicial é que com a “conversação” entre esses programas, eles possam vir a se complementarem e auxiliarem na formação e desenvolvimento de crianças e adolescentes. Situações vivenciadas com crianças do PETI em trabalho de Observação Participante e a pesquisa in loco de Pontos de Cultura corroboram para que a possibilidade levantada na pesquisa possa funcionar sem que ambos os programas percam sua essência.

Palavras-Chave: Cultura, Lazer, Desenvolvimento.

Os Pontos de Cultura estão hoje espalhados por todo o Brasil. Criados como peça principal do programa “Cultura Viva” do Ministério da e, mesmo em meio a escândalos, os que optaram por seguir um caminho correto trabalham para que seu objetivo seja cumprido. Seus objetivos são: Reconhecer iniciativas e entidades culturais; Fortalecer processos sociais e econômicos da cultura; Ampliar a produção, fruição e difusão culturais; Promover a autonomia da produção e circulação cultural; Promover intercâmbios estéticos e interculturais; Ampliar o número de espaços para atividades culturais; Estimular e fortalecer redes estéticas e sociais; Qualificar Agentes de Cultura como elementos estruturantes de uma política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura¹. Entretanto, seria possível utilizá-los também com outros fins? Para essa é a questão que esta pesquisa tentará encontrar respostas, especificamente quanto à questão do lazer. O lazer cultural, mais propriamente dito.

O intuito dessa pesquisa é promover uma integração entre Pontos de Cultura e o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), programa este do Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Trabalho e Emprego, que tem por objetivo “retirar as crianças e adolescentes, de 07 a 14 anos, do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, aquele trabalho que coloca em risco a saúde e segurança das crianças e adolescentes.”² A idéia partiu de trabalhos de pesquisa de Observação Participante durante módulo³ específico durante a graduação feito na cidade de Matinhos, Paraná, entre 15 de setembro de 2011 e 18 de novembro de 2011, onde crianças e adolescentes com faixa etária de 9 a 13 anos, participantes do PETI (que é coordenado no município de Matinhos pela Secretaria Municipal de Ação Social) eram levados a atividades na “Casa da Cultura”, espaço cultural gerido pelo Diretório de Cultura da Secretaria Municipal de Esporte Cultura e Lazer, conforme convênio entre as secretarias,⁴ e também de saídas de campo e

¹ Conforme consta no documento disponível em <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/objetivos-e-publico/>

² Disponível em <http://portal.mte.gov.br/delegacias/sp/peti-programa-de-erradicacao-ao-trabalho-infantil/>

³No Setor Litoral da UFPR os estudos são por projetos, trabalhados em módulos e não por disciplinas.

⁴ Informação repassada pelo Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e

pesquisa em Pontos de Cultura, especificamente a Associação de Cultura Popular Mandicuera, localizada na Ilha dos Valadares, na cidade de Paranaguá, Paraná, distante a aproximadamente 42km de município de Matinhos. Para tanto, foram utilizadas as seguintes Metodologias: Pesquisa Bibliográfica, Observação Participante, Saídas de Campo, Depoimentos, Entrevistas de História Oral.

A Associação Mandicuera é uma entidade que funciona como Ponto de Cultura que tem por objetivo principal a preservação da Cultura Caiçara⁵, mas também existem outras atividades desenvolvidas em suas dependências, como oficina de criação de bonecos, oficinas de culinária caiçara, aulas de informática, oficinas de lutheria⁶ de instrumentos musicais típicos da região, dentre outros, para moradores da Ilha dos Valadares.

Enquanto fazia o trabalho de observação participante com as crianças do PETI, em que o intuito inicial era observar como eram geridas as atividades na Casa da Cultura, algumas situações começaram a chamar a atenção, tanto sobre a falta de interesse das crianças e adolescentes quanto à atividade a ser cumprida, tanto por parte dos professores do PETI, que demonstravam hora convívio, hora falta de paciência com as crianças. De acordo com o Diretor do Departamento de Cultura do município de Matinhos, foi feito um convênio entre a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, a qual o Departamento de Cultura é vinculado, e a Secretaria Municipal de Ação Social, gestora do PETI no município, para que as crianças e adolescentes participantes do PETI fizessem atividades na Casa da Cultura. As atividades programadas basicamente tratavam de oficinas de introdução à música através da aprendizagem de flauta doce, em aproximadamente duas horas semanais cumpridas em um único dia. Tal atividade não fora escolhida na ocasião como a melhor para os alunos e sim por conta de disponibilidade de horários de ambos os lados, considerando também que havia deslocamento feito por ônibus escolar do município. O perfil das crianças atendidas nessa atividade específica é de crianças, que estudam na rede municipal de ensino e que, em sua maioria, moram em locais considerados como de risco social, de classes sociais consideradas mais baixas, as quais por vezes são tratadas como “comunidades”. Porém este termo será desconsiderado, pois, de acordo com CHAUI (2006) o mundo moderno não conhece a comunidade e sim as pessoas são separadas por classes, por seus interesses e desejos. Algumas dessas crianças tinham o rótulo por parte dos professores como “crianças-problema”. No início, quando apresentadas às atividades e voltadas para a introdução musical houve relutância. Nas semanas posteriores o problema continuava persistindo. Muitas crianças estavam desestimuladas a participar da oficina, sem que o instrutor conseguisse dar conta disso. E, para piorar, muitas vezes eram repreendidos pelos professores do PETI por não participarem, o que ocasionavam relutância ainda maior.

Percebendo a situação, o diretor de cultura, que é pedagogo, resolveu fazer abordagens diferentes quanto às atividades. Inicialmente fez uma conversa com os alunos para que os próprios expusessem o porquê da oficina não estar funcionando. Muitos dos alunos disseram que ao invés de flauta eles preferiam ter aulas de violão⁷. O diretor então tentou contornar a situação explicando que a iniciação era à música e não

Cultura do município de Matinhos-Pr.

⁵Compreende-se por Cultura Caiçara determinadas características encontradas na região litorânea compreendida entre o litoral Norte de Santa Catarina e o litoral Sul do Rio de Janeiro. No litoral do Paraná a cultura de preservação gira em torno do Fandango Caiçara, da Folia de Reis, da Bandeira do Divino Espírito Santo e da Santíssima Trindade, bem como de costumes específicos da região.

⁶Arte e ofício da construção de instrumentos musicais.

⁷Segundo o diretor de cultura inicialmente as oficinas seriam de violão iniciante. Porém, devido a falta de instrumentos no local, não seria possível que se realizassem para atender as crianças.

ao instrumento específico. Mesmo assim demonstraram desinteresse.

Na semana subsequente, o diretor de cultura resolveu assumir a oficina. Porém, não mais seria de introdução musical “formal”. Passou a trabalhar com atividades lúdicas, engendradas no ritmo, na dança e nas brincadeiras, quase sempre competitivas. A partir disso, o interesse das crianças pela oficina cresceu abruptamente. Todas queriam participar das atividades, exceto, de início, as consideradas “crianças-problema”. Estas especificamente eram um grupo de quatro meninos com idade entre 11 e 13 anos que não tinham bom comportamento e tinham prazer em chamar a atenção para si e atrapalhar as atividades. Com as devidas mudanças e com a participação efetiva dos que já participavam e de outros que resolveram participar, aqueles acabaram naturalmente se isolando em um canto da sala. Ao ver o divertimento dos outros, aos poucos eles foram entrando nas atividades, inicialmente tentando tumultuar, rindo entre si. Porém, quando perceberam que os outros achavam mais divertidas as atividades ofertadas a eles que suas brincadeiras de mau e gradativamente foram integrando-se as atividades, passando a gostar delas e a participar cada vez mais das mesmas. Era extremamente visível a mudança comportamental das crianças e adolescentes de como chegavam e como saíam das oficinas. Sem exageros, parecia outro grupo de crianças, comportadas e educadas, diferentemente das que eram quando entravam.

Quando indagado ao diretor de cultura, que na qualidade também de pedagogo e conhecedor do programa, o porquê de tal fato, a resposta foi simples e direta: “falta estrutura no PETI e falta qualificação dos professores, o que acaba tornando o PETI uma “creche para crianças grandes”.

Diante desta constatação, a qual pude realmente observar e corroborar, levando em conta toda a pesquisa anteriormente e posteriormente feita⁸, pode-se delinear tais problemas:

- 1) As crianças jamais são consultadas sobre as atividades e são obrigadas a fazer. Essa obrigatoriedade de fazer algo que não querem age diretamente no mau aproveitamento das oficinas para elas ofertadas;
- 2) O PETI carece de reformulação estrutural e os professores de melhor qualificação para que se consiga um melhor funcionamento do programa.

Como exemplo da falta de preparo por parte de alguns professores, cito este caso que presenciei em um dos dias de observação: um dos meninos do grupo era portador de deficiência. Tinha limitações de movimento em uma das mãos e um dos pés. Apesar da deficiência, aparentemente conseguia levar uma vida normal, logicamente com algumas tarefas que ele precisava executar sendo adaptadas por ele mesmo para que pudesse fazer. A convivência com outros alunos (nenhum outro era portador de deficiência) era a mais harmoniosa possível. Jamais durante todo o tempo que fiquei observando vi qualquer tipo de preconceito ou chacota com o menino por causa de sua deficiência. Muito pelo contrário. Entretanto, num certo dia, o diretor da Casa da Cultura fez uma atividade lúdica que envolvia biombos para delimitar certas áreas. Ao final da atividade o diretor solicitou aos alunos que ajudassem a guardar os biombos, que eram leves. Em duplas eles pegavam os biombos e os levavam para o lugar. Quando esse menino portador de deficiência pegou um biombo juntamente com outro colega, foi repreendido pela professora com a ordem: “*Larga! Você não consegue!*”. A situação é que ele estava conseguindo, mesmo com suas limitações. Em resumo, ao invés de incentivá-lo para que pudesse ter uma integração ainda maior com todos, restringiu-o de uma simples tarefa, como se fosse um inválido.

⁸Como explicado na pesquisa “As Mudanças no Modo de Vida das Antigas Comunidades Caiçaras” apresentada no I “Seminário Diálogo de Saberes do Litoral”. Informações em: <http://dialogoslitoral.wix.com/saberes>.

Tendo por base estes fatos, surge aqui a proposta: utilizar pontos de cultura como opção de lazer cultural para as crianças do PETI, para que fujam desse estereótipo de “creche para crianças grandes” (mesmo este não sendo o objetivo do programa) e se transforme em agente formador para seus participantes. A introdução à música e à dança através de atividades lúdicas pode ser fator determinante para que essas crianças possam ter seu desenvolvimento aumentado, além de proporcionar que tenham alternativas além de ficarem enclausuradas entre as paredes apertadas das salas de aula e, de forma lúdica, tenham suas mentes mais abertas para o mundo que as circunda.

Logicamente que não é uma tarefa simples. Primeiramente porque hoje não há um Ponto de Cultura no município e, devido a fatos sórdidos expostos sobre os mesmos há algum tempo atrás, o Governo acertadamente restringiu a abertura de novos pontos de cultura. Porém, é possível a criação de um através de convênio com a Universidade Federal do Paraná, já que o Setor Litoral tem sua sede no município de Matinhos. Outro ponto inicial que deve ser revisto é que, até para conclusão da pesquisa, a proposta inicial seria trabalhar apenas com a Cultura Caiçara. Entretanto essa possibilidade deve restringir a participação das crianças. Há alguns anos atrás, a Casa da Cultura tentou promover em suas dependências oficinas de Fandango.

O fandango era uma dança “batida”, cujo sapateado bem ritmado e difícil, exigia grande agilidade e resistência física. Era uma festa típica dos caboclos e pescadores e uma das mais legítimas manifestações da cultura popular da região de Matinhos.” (BIGARELLA, 1999, pg. 88)

As oficinas não tiveram continuidade devido à falta de interesse. Motivo principal: questionavam o porquê de “fazerem ensaio de quadrilha se ainda não estava em época de festa junina”. Esta constatação totalmente desinformada por parte dos postulantes a serem participantes fez com o que o diretor de cultura fosse pesquisar a situação. Cruzando dados da Secretaria de Educação e da Secretaria de Ação Social, o resultado estimado foi o seguinte: atualmente mais de 70% da população⁹ de Matinhos não tem raízes no município. Se considerarmos que as pessoas que não utilizam a rede pública de ensino e a Assistência Social (população com maior poder aquisitivo), esse número deve crescer ainda mais. Não obstante, além de não terem raízes, ao que parece não fazem questão de ter. Ou seja, essa porcentagem da população além de não querer qualquer ligação emocional e cultural com o município é a que mais utiliza a Secretaria de Ação Social, que é uma das que mais consome os recursos públicos do município.

Se levarmos em conta que os antigos moradores e seus decentes acabaram também deixando essas culturas “morrerem” por razões urbanas, sociais, econômicas e comportamentais¹⁰, ou seja, mesmo os que conhecem as culturas pouco ou nada mais praticam, vivendo “achatados” em meio ao crescimento desenfreado da região, seria impossível iniciar atividades exclusivas trabalhando com a cultura caiçara sem que as mesmas estivessem fadadas ao fim em curto espaço de tempo.

Por estas razões a proposta é que se façam vários tipos de atividades voltadas ao lazer cultural, com música e dança, abrindo também espaço para outros tipos de artes e atividades de forma lúdica, diversificando a oferta e aos poucos ir introduzindo a cultura caiçara para os participantes. A música e a dança são essências de qualquer cultura tradicional, podendo ser, portanto, grandes agentes nesse trabalho, que além de garantir

⁹ 29.428, segundo o Censo realizado em 2010. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>.

¹⁰ Mesma pesquisa apresenta no “I Seminário Diálogo de Saberes do Litoral”, como situado anteriormente.

o lazer cultural para as crianças e adolescentes pode vir a ter outra boa consequência: o possível interesse por parte deles quanto às remotas, mas vivas, culturas da região do Litoral do Paraná.

Referências

- BARTHELMESS, Verner Arthur Conrado. Histórias Dantanho – fastígio, glória e servidão na costa do mar. Curitiba: Editora Kingraf, 2000.
- BIGARELLA, João José. Matinho: Homem e Terra - Reminiscências. Matinhos. Prefeitura Municipal de Matinhos, 1999.
- BONATTO, Santana Jocelina. Gigi, De Volta ao Passado. Matinhos. Gráfica e Editora Venezuela Ltda.
- CHAUÍ, Marilena. Cidadania Cultural: O Direito a Cultura. Editora Fundação Perseu Abramo. 2006.
- DIEGUES, Antonio Carlos (organizador). Enciclopédia Caiçara Volume V. Editora Hucitec. 2006.
- ELIAS, Norbert. A Busca da Excitação. DIFEL 83 Difusão Editorial, Lda. Lisboa. 1992.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 15/03/2013.
- LAPLATINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo. Editora Brasiliense, 2003.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. <http://www.cultura.gov.br>. Acesso em 15/02/2013.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.
<http://www.mds.gov.br/>. Acesso em 07/03/2013.
- VALLADARES, Lícia. Os 10 Mandamentos da Observação Participante. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 22, nº 63.

PRAÇA KANTUTA: REDUTO DE LAZER DE IMIGRANTES BOLIVIANOS EM SÃO PAULO

Ubiratan Silva Alves

RESUMO

O processo de imigração é atual, dinâmico e apresenta constantemente novas configurações e desafios. Em São Paulo, bolivianos começam a chegar de modo incisivo a partir da década de 50. Nos dias atuais, muitos ainda vem a busca de emprego e renda não encontradas em seu país. Muitos deles que vivem em São Paulo, se encontram aos domingos em uma feira realizada numa praça chamada de Kantuta onde podem reviver suas raízes e tradições através da música, artesanato, comida e esporte. Nesta praça há uma quadra onde praticam futsal. Este trabalho estudou estes praticantes de futsal da praça e identificou que praticamente todos trabalham na área de confecção. Além disso, vivem em condições muito ruim de moradia e trabalho, sendo as vezes hostilizados pela sociedade paulistana e muitas vezes privados de sua liberdade por conta de não terem documentos legais. Pretendem juntar renda para melhorar as condições de vida de suas famílias mas sem intenção de retornar a Bolívia pois ainda vem seu país em condições piores do que o Brasil. O encontro nesta praça, por falta de outras opções, parece ser o único local de lazer para grande parte dos bolivianos residentes na capital.

Palavras-Chave: Lazer, bolivianos, Praça Kantuta

Introdução

O processo de imigração, conforme Martins (2004), é extremamente atual e dinâmico. O afluxo de imigrantes é constante, apresentando sempre novas configurações e desafios. Porém, se no passado os imigrantes eram bem-vindos para substituir a mão de obra escrava ou para tornar “mais branca” a nação brasileira, há reservas na aceitação deles hoje, ocorrendo muitas vezes retaliação antes mesmo de atingirem seus destinos.

Só é bem-vindo ao nosso país atualmente quem aporta com tecnologias ou mão de obra especializada. No entanto, o sonho de alcançar uma vida mais digna para si e para seus filhos é comum a todos eles, verificou Silva (2008).

A chegada dos bolivianos no Brasil, de acordo com Silva (1999), aponta os anos 50 como o início principalmente vindo por estudos, com um intercâmbio Brasil-Bolívia, ou ainda por fuga política. Esses antecedentes resultaram na permanência de alguns deles no Brasil devido à grande oferta de empregos.

Nos anos 60, em São Paulo, os bolivianos eram contratados para os trabalhos manuais nas oficinas de costura de propriedade dos coreanos que, antes disso, eram empregados dos judeus. Esses coreanos que fugiam do comunismo, durante o período em que eram empregados dos judeus, se fortaleceram financeiramente e, por isso, conseguiram montar suas próprias oficinas, importando tecidos da Ásia com preço baixo. Essas oficinas tinham como empregados dos serviços manuais os bolivianos que mantiveram o mesmo processo, ou seja, os que começaram como empregados pouco a pouco montavam suas próprias oficinas e traziam compatriotas para trabalharem.

A relevância dos movimentos migratórios da América Latina se destaca a partir da década de 70 devido ao processo de industrialização de países como o Brasil, a Argentina e a Venezuela. O destaque se explica também pela fuga de suas respectivas

pátrias por divergências políticas.

A partir da década de 1980, houve um grande aumento do número de bolivianos que vinham para São Paulo, não mais perseguidos por governos autoritários ou com fins apenas acadêmicos. Bolivianos com nível escolar baixo passaram a vir em busca de trabalho. Esse aumento ocorreu em razão da crise econômica boliviana da época quando se destacou o processo de reorientação da mão de obra por conta da privatização do setor mineiro que provocou muitas demissões.

Silva (2006) constatou que essa busca ocorre pela procura de melhores condições de trabalho e de algum tipo de renda que, naquele país, não seria oferecida, e o sonho a ser alcançado perpassa a busca de uma qualidade de vida melhor para si e seus entes. Na Bolívia o trabalho é extremamente escasso e sem possibilidades de ascensão para aqueles que não conseguem ingressar numa faculdade, e o principal objetivo não é guardar dinheiro, mas sim ter uma vida um pouco melhor. Cerca de 70% da população boliviana economicamente ativa vive na economia informal, pois, além do problema do desemprego, há falta de moradia e há saturação de serviços públicos como a saúde e a educação.

Em linhas gerais, o perfil dos bolivianos que vêm para o Brasil em busca de trabalho nas últimas décadas, de acordo com Silva (2005b), é de jovens, solteiros, em sua maioria do sexo masculino (a presença feminina tem aumentado consideravelmente nos últimos anos), com nível de escolaridade médio. Acrescentam-se nessa lista os profissionais liberais (médicos, dentistas, engenheiros etc.) com expressivo contingente. Esse perfil é muito parecido com o dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa.

Uma das grandes facilidades para se entrar no Brasil são os 16.500 quilômetros de fronteira seca e os acordos feitos entre os países-membros do Mercosul. Esses acordos permitem a entrada de imigrantes com maior liberdade para circulação apenas com o documento de identidade expedido pelo seu país de origem, não havendo necessidade de selar o passaporte.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é mostrar grupos de bolivianos que vivem em São Paulo em questões relacionadas a trabalho e Lazer.

Procedimentos Metodológicos

Os grupos de bolivianos estudados nesta pesquisa frequentam um local de encontro aos domingos denominado Praça Kantuta. Assim, a metodologia utilizada para discussão deste tema foi a etnografia e teve como característica a pesquisa que, de acordo com Eden e Huxham (2001), se aplica aos casos em que é necessário coletar dados mais sutis e significativos. Refutando a ideia de cultura apenas como construção exterior e de materiais, pretende-se, com a Antropologia, estudar o conjunto de sentidos, de significados que o ser humano apresenta diante das diferentes situações, como é o caso estudado, com base na prática do futebol pelos bolivianos na Praça *Kantuta* em São Paulo. Por conseguinte, pela ampla inserção e envolvimento do pesquisador no contexto da pesquisa, os dados se tornam mais facilmente acessíveis. O trabalho aconteceu efetivamente com o pesquisador presente ao local durante 3 anos, auxiliando na organização dos diferentes eventos locais.

Fundamentação Teórica

Nos estudos antropológicos apresentados em Laplantine (1996), nota-se que as diferentes formas de vida encontradas nas sociedades, como o andar, as vestimentas, o

modo de dormir, entre outros, não têm nada de inato. São, sim, uma construção e um produto de escolhas culturais. O autor enfatiza que o que caracteriza a “unidade” do homem “é a sua aptidão praticamente infinita pra inventar modos de vida e formas de organização social extremamente diversos” (p. 21). Conseqüentemente, a cultura hoje é pensada como um processo dinâmico, constante e contínuo de sentido, significação e ressignificação.

Indo além, o autor completa que aquilo que os seres humanos têm em comum é a sua capacidade para se diferenciar dos outros, elaborando costumes, mitos, conhecimentos, instituições, jogos, línguas e tantas outras criações. É uma particularidade da espécie humana sua aptidão à variação cultural.

Conforme Elias (2005, p. 117): “O fator central e inalterável em todas as sociedades é a natureza humana”, e, por terem essa mesma natureza humana, nascem com um equipamento biológico semelhante, o que permite viverem várias possibilidades humanas. É por conta das diferenças culturais que, apesar de termos a mesma “natureza”, explicitamos muitos comportamentos e atitudes distintas.

De modo amplo, a Antropologia pode ser definida como o estudo do homem como ser biológico, social e cultural não apenas na sua totalidade, mas também nas suas diversidades e familiaridades. Nesse contexto, ressaltamos que não se pode esquecer de admitir que a sociedade com a qual temos contato diário e na qual estamos inseridos não é a única, tampouco a mais ou a menos importante ou eficiente e sim apenas mais uma das inúmeras possibilidades de sociedade. Ou seja, a sociedade paulistana, diante dos grupos de bolivianos, não é melhor nem pior, apenas tem diferentes padrões, o que leva os hispânicos a terem que se adequar a certos costumes até por uma questão de sobrevivência.

Postula-se apenas que as sociedades são diferentes entre tantas outras que existem e que ainda podem vir a existir, pois, nos termos de Laplantine (1996, p. 197):

O conhecimento antropológico surge do encontro, não apenas de dois discursos explícitos, mas de dois inconscientes em espelho, que espelham uma imagem deformada. É o discurso sobre a diferença (e sobre minha diferença) baseado em uma prática da diferença que trabalha sobre os limites e as fronteiras.

Etnografia

A Etnografia, base metodológica desta pesquisa, faz parte de uma prática dos estudos do *outro*. Os diferentes níveis de análises e tradições acadêmicas se distinguem com a utilização da Etnografia, que, para Lévi-Strauss (1970, p. 377), corresponde “aos primeiros estágios da pesquisa: observação e descrição, trabalho de campo”.

A utilização de técnicas e procedimentos etnográficos não segue padrões rígidos, mas, sim, o contexto e a percepção que o pesquisador desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. As técnicas devem ser adequadas à realidade em que será feito o trabalho de campo.

A pesquisa que norteou este trabalho se baseou nas ideias de Kemmis e McTaggart (1988), que enfocam a procura da mudança sendo sempre uma mudança para melhorar. Dessa forma, os seus principais objetivos são: melhorar a prática dos participantes, sua compreensão dessa prática e a situação em que se produz a prática. Além disso, objetiva envolver e assegurar a participação dos integrantes do processo, bem como estabelecer uma organização democrática da ação e um compromisso dos participantes com a mudança.

A Etnografia sugere uma observação participante e dependente da aceitação do pesquisador pelos envolvidos na pesquisa. Conforme Malinowski (1986), não se pode

esquecer de que a inserção do pesquisador no grupo é fundamental para eficiência do trabalho etnográfico, e a sua permanência no local acarretará algum tipo de interferência.

Esse tipo de estudo observa predominantemente os padrões mais previsíveis do pensamento e do comportamento humanos manifestos em sua rotina diária. Considera ainda os fatos e os eventos menos previsíveis ou manifestados particularmente em determinado contexto interativo entre as pessoas ou grupos.

Em síntese, a Etnografia visa descobrir e descrever ações dos “nativos” de um determinado grupo dentro de suas interações sociais contextualizadas, buscando o sentido e o significado de suas representações, apresentados pelos próprios “nativos”.

A Praça Kantuta

A pesquisa foi realizada numa praça localizada próxima à estação do metrô Armênia, entre as ruas Pedro Vicente, Carnot e das Olarias, no bairro do Pari, em São Paulo. O nome da praça é uma homenagem à flor que cresce no altiplano andino e que tem as cores verde, amarela e vermelha, as mesmas da bandeira da Bolívia.

A feira oferece aos visitantes barracas com comidas típicas bolivianas, como cereais, doces, pães, bolos, sucos tradicionais e pratos típicos, como as famosas salteñas (*salteñas* em castelhano) como mostra Alves (2012). Somam-se ainda barracas de artesanato, fotos, vídeos, cabeleireiros e brinquedos para as crianças. Em dias festivos, existem apresentações do rico folclore boliviano e eventos culturais. Há uma quadra no centro da Praça utilizada para campeonatos de futsal. A feira funciona das 11h às 19h todos os domingos.

Em média, duas mil pessoas visitam a Praça *Kantuta* a cada domingo, e 90% são bolivianos, entre nativos e descendentes que vão à praça para se encontrarem, se divertirem, degustarem comidas típicas, procurarem emprego, “paquerarem”, jogar futsal e viverem um pouco dos costumes de seu país.

A prática do futsal pelos bolivianos na Praça *Kantuta* se mistura a indivíduos de praticamente toda a América do Sul durante os jogos. Vemos, com muita clareza, que todos se “entendem”, se comunicam e se integram nas equipes e nos jogos, mesmo tendo línguas e origens diferentes. O “vocabulário” do futebol parece não ter fronteiras territoriais dentro “das quatro linhas”. Isso é estendido para “fora das quatro linhas”, onde os espectadores também se relacionam e se comunicam entre si sobre os jogos com comentários em várias línguas, perfeitamente entendidas entre eles.

Se, por um lado, a feira contribui para reforçar a identidade dos bolivianos em São Paulo, por outro, propicia a exacerbação de preconceitos que acabam sendo extensivos a todos os bolivianos na cidade. Isso acontece principalmente quando os paulistanos, de maneira equivocada, dizem que eles são um povo “sem cultura”.

Lazer

O termo “lazer” sempre foi muito discutido principalmente quando se pensa em questões relacionadas à qualidade de vida. Algumas pessoas, principalmente por influências da mídia, postulam o lazer como um produto a ser consumido. Não obstante, a popularização do tema diminui em parte tal visão capitalista do lazer, como algo que possa ser simplesmente comprado.

O tempo livre, nos dias atuais, é visto como elemento indispensável na busca de melhor qualidade de vida. Segundo Magnani (2003), as atividades que preenchem esses momentos e as formas pelas quais as pessoas desfrutam essas situações constituem uma boa via de acesso para que se possam compreender a dinâmica cultural

e os valores sociais contemporâneos de determinados grupos.

Diante desse tema, vamos nos ater a Elias que indica o lazer como: “uma ocupação escolhida livremente e não remunerada – escolhida, antes de tudo, porque é agradável para si mesmo” (Elias e Dunning 1992, p. 107).

Em todos os momentos históricos do ser humano, o controle se fez presente. Na obra em que discute o processo civilizador, Elias (1994b) enfoca o processo pelo qual se deu o controle das emoções até a conjuntura atual. Com o passar do tempo, esse controle parece estar enraizado no subconsciente das pessoas. Elias e Dunning (1992, p. 103) expõem que:

o controle que exercem sobre si tornou-se, de certo modo, automático. O controle – em parte – já não se encontra sob o seu domínio. Tornou-se um aspecto da estrutura profunda da sua personalidade.

Na obra de Elias (1994), o autor afirma que existe a necessidade de buscar um equilíbrio desse autocontrole que poderia ocorrer na prática de atividades em que acontecesse a liberação de emoções e sentimentos reprimidos, a chamada *catarse*, tendo como destaque o lazer.

Nessa linha, Gebara (2002, p. 85) ressalta que o futebol na praça faz isso acontecer e afirma que:

As relações entre lazer e o não lazer tornam-se um equilíbrio entre tensões flutuantes. A função do lazer, se é que assim podemos nos expressar, não é liberar tensões compensatórias e sim, restaurar tensões agradáveis e desrotinizadoras, capazes de recuperar e integrar todas as esferas da vida.

Essa busca pela excitação nas atividades de lazer, principalmente as de caráter mimético, está ligada à manifestação de sentimentos reprimidos pelo autocontrole ou pelas imposições da sociedade.

Os bolivianos que vivem em São Paulo, cada qual com suas lentes, ao depararem com o cotidiano da vida no Brasil, fazem suas interpretações e suas reinterpretações dos novos destinos que ora se moldam em suas vidas. Assim, a faculdade mimética que esses indivíduos possuem, para transformar e ressignificar os novos saberes adquiridos no nosso país, tem uma grande explicitação demonstrada por meio da organização que se dá pela prática do futebol. Consequentemente: “Um olhar atento sobre o futebol pode revelar diversas realidades antropológicas interessantes. Ou seja, sob forma moderna e esportiva, práticas culturais arraigadas no ser humano independentemente de seus ambientes históricos específicos. Mais do que atento, porém, tal olhar deve estar despido de preconceitos, de valores externos ao futebol”. (Franco 2007, p. 212)

Grande parte dos bolivianos opta, talvez por falta de opção, quase que exclusivamente, como atividade de lazer no Brasil, pela prática do futebol, como mostram os resultados da pesquisa. Esse fascínio pelo futebol acontece, de acordo com Franco (2007), por ser uma fresta de liberdade. Poucos bolivianos praticam outras atividades de lazer. Quando o fazem, vão a parques ou praças públicas.

Entrelaçamentos

O Brasil é tido como uma nação hospitaleira, mas o imigrante pode ter dificuldade de deixar-se absorver. Já seus filhos e netos se tornam brasileiros com certa facilidade.

Os bolivianos que vivem em São Paulo, cada qual com suas lentes, ao depararem com o cotidiano da vida no Brasil, fazem suas interpretações e reinterpretções dos novos destinos que ora se moldam em suas vidas. Sobreviver num outro país implica reconstruir representações sociais e se adaptar aos novos processos existentes na nova sociedade.

Grande parte dos bolivianos aliciados para trabalharem nas oficinas é recém-chegada a São Paulo. Tal fato praticamente obriga esses indivíduos a morarem na própria oficina por falta de opção. As condições de trabalho e de moradia de alguns grupos de bolivianos em São Paulo são desumanas com camas de dormir ao lado das máquinas de costura, inviabilizando qualquer tipo de movimentação no local.

A Praça *Kantuta*, considerada uma representação cultural criada pelos bolivianos em São Paulo, na construção mimética da feira dominical acontecem situações das mais variadas, o que os faz reviverem de vez em quando quem são. Além do campeonato de futsal que ocorre na quadra localizada no centro da praça, existem barracas de comidas típicas, artesanatos, fotografias, cabeleireiros, brinquedos, cartões telefônicos que se espalham pelo local e possibilitam aumentar as inter-relações com o Brasil.

Infelizmente constatamos na pesquisa que o futsal na praça é a única atividade física praticada pelos bolivianos, o que os coloca num alto grau de risco, pois trabalham a semana inteira em condições ruins, alimentam-se mal, dormem mal e pouco e ainda aos domingos praticam futsal durante períodos longos.

É necessário que a população paulistana, em primeira instância, aceite o fato desta imigração respeitando as diferenças. Ver-se no planeta Terra como apenas mais um ser humano, entre tantos seres humanos, permite deixar de identificar nossa sociedade como a mais desenvolvida ou evoluída. Postula-se apenas que as sociedades são diferentes, entre tantas outras que existem e que ainda podem vir a existir.

Finalmente, acreditamos que os imigrantes se constituem em agentes de uma memória ética, de uma resistência justa e em sonhadores de uma utopia possível. São protagonistas de outra integração de anunciadores de um novo mundo possível, urgente e necessário.

Referências

- ALVES, U. S. (2012) *Praça Kantuta: Um pedacinho da Bolívia em São Paulo*. São Bernardo: Todas as Musas, 2012.
- EDEN, Colin e HUXHAM, Chris (2001). “Pesquisa-ação no estudo das organizações”. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia e NORD, Walter R. (orgs.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, v. 2, p. 93-117.
- ELIAS, Norbert (2005). *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70.
- _____. (1994). *O processo civilizador* (2 v.). Rio de Janeiro: Zahar.
- FRANCO, Hilário Júnior (2007). *A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GEBARA, Ademir (2002). “Sociologia Configuracional: as Emoções e o Lazer”. In: BRUNHS, H. T. *Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes*. São Paulo: Chronos.
- KEMMIS, Stephen e MCTAGGART, Robin. *Cómo planificar la investigación-acción*. Barcelona: Editorial Alertes.
- LAPLANTINE, François (1996). *Aprender antropologia*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1970). *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MAGNANI, Jose Guilherme Cantor (2003). *Festa no pedaço: cultura popular e lazer*

na cidade. São Paulo: Hucitec.

MALINOWSKI, Bronislaw (1986). *Los Argonautas del pacífico occidental*. Barcelona: Ediciones 62.

MARTINS, José de Souza (2004). “O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira”. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX – 1890-1954*. 3 vols. São Paulo: Paz e Terra, v. 3, p. 153-213.

SILVA, Sidney Antonio da (1999). “Estigma e Mobilidade: o Imigrante Boliviano nas Condições de São Paulo”. *Revista Brasileira de Estudos de População RBEP*, n.1/2, v.16, jan./dez.

_____. (2005). *Bolivianos: a presença da cultura andina*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____. (2006). “Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade”. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, n.57, v. 20, maio/ago.

_____. (2008). *Faces da latinidade hispano-americano em São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp. (Textos Nepo – 55)

PROCEDÊNCIA E CONSUMO DE PRODUTOS E DE SERVIÇOS DE LAZER DOS FREQUENTADORES DO EVENTO Z FESTIVAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

Daniela Raucci dos Santos
Disney Chaves Batista
Ellen Prado Pimentel
Erica Prado Pimente
Mariana Gonçalves de Souza
Renata Telino Dias Rocha
Stephanie Fernandes Bitencourt

RESUMO

Este trabalho, realizado na disciplina Resolução de Problemas, teve como objeto de estudo o lazer dos frequentadores do evento Z Festival na cidade de São Paulo. Com base em referenciais de motivação de viagens para eventos, o objetivo foi investigar dados de procedência e de fruição do lazer na capital paulista pelos visitantes. Como polo cultural, a cidade oferece uma diversidade de opções em entretenimento. A partir dos dados coletados através de um questionário qualitativo, com 310 entrevistas, conclui-se que é preciso melhorar a oferta de serviços de lazer e turismo da cidade de São Paulo em vários aspectos.

Palavras-Chave: Lazer; Eventos; Z Festival (Cidade de São Paulo).

Introdução

Sendo São Paulo o centro financeiro do país e principal porta de entrada dos turistas, ela acaba contemplando uma maior infraestrutura e comportando maior aglomeração de pessoas, atraindo assim, a maioria dos eventos na cidade. Para a população local, os eventos se tornam uma opção de lazer; para moradores de outros estados e municípios, uma motivação para viajar. A capital paulista faz parte do circuito do Turismo de Negócios e Eventos, tanto nacional, como internacional, onde 70 % dos turistas que vem à cidade, se dá por conta desses dois motivos ¹(REHDER, 2012). Os eventos cada vez mais vêm ganhando notoriedade, pois além de ser uma fonte econômica, e gerar empregos diretos e indiretos, eles tem um efeito multiplicador no setor do turismo da cidade. Para lugares que não contam com grandes atrativos, ele se torna um complemento para a renda, e também uma alternativa para contornar a sazonalidade, além de promover o destino. Claro que não basta apenas criar um evento, é preciso de incentivo, investimento e de profissionais qualificados para atingir seu sucesso e atrair público.

Por possuir um calendário anual de eventos, São Paulo fica com a cidade lotada. Este projeto de pesquisa, a partir de um estudo de caso, pretende analisar se os turistas que vêm participar dos eventos, especificamente os Festivais Musicais, praticam outras atividades ligadas ao lazer que a cidade oferece, e por quanto tempo ficam. A escolha do ²Z Festival como objeto de estudo seguiu os seguintes critérios: 1) Realizou-

¹ Entrevista do presidente da SPTuris ao site Uol. Disponível em: <http://m.noticias.uol.com.br/cotidiano/>.

²O evento Z Festival é um evento musical que é destinado a um público jovem, à uma “nova geração”, sendo essa composta por jovens que nasceram e cresceram sobre grandes influências da internet e da evolução tecnológica. Sua 2ª edição ocorreu na Arena Anhembi no dia 29/09/2012.

se uma edição anterior, o que sugere que houve aceitação por parte do público; 2) Oferece atrações internacionais, atraindo pessoas de vários estados do Brasil, facilitando dessa maneira, o acesso a esses turistas; 3) Foi realizado no período de realização deste estudo.

Além desses critérios mencionados, o tema Eventos possibilita estudar o Z Festival tanto na perspectiva do turismo, quanto na perspectiva do lazer, proporcionando oportunidades para novos conhecimentos na área. A metodologia foi baseada em métodos descritivos e qualitativos, e como ferramenta para coleta dos dados, foi aplicado um questionário com oito questões. Por fim, apresenta a porcentagem e análise dos dados, e possíveis sugestões para os problemas identificados. Através da pesquisa e métodos empregados, pretendemos levantar questões relevantes na área do lazer que podem ser melhoradas a partir de nossas observações e análises, e não fazer uma propaganda do festival estudado.

1. Objetivos

1.1 Objetivo geral

Analisar o consumo dos frequentadores do evento Z Festival realizado na cidade de São Paulo.

1.2. Objetivos específicos

1. Identificar a procedência dos frequentadores do evento;
2. Identificar quais produtos e serviços os turistas e excursionistas consumiram;
3. Verificar quais as atividades de lazer eles praticaram além do *show*, e por quanto tempo permanecem na cidade de São Paulo.

2. Metodologia

Foram feitas entrevistas com ³310 (trezentos e dez) pessoas, e como instrumento de pesquisa direta, utilizou-se um questionário com perguntas fechadas e abertas de cunho qualitativo. A aplicação aconteceu no dia do evento, 29 de setembro, em horários pré-estabelecidos pelo grupo, das 13h às 17 horas (abrangendo o horário das 15h, de abertura dos portões), horário que se iniciaram os *shows* e logo se acabaram as extensas filas e inúmeras pessoas do lado externo da Arena Anhembi. O processo se deu a partir do momento em que dividimos os questionários entre nós e nos espalhamos pelos entornos externos da Arena Anhembi onde se encontravam as filas.

3. Contexto histórico

Foi na década de 90 que surgiu e se desenvolveu a indústria global de eventos e festivais, embora eles já possuam um histórico antigo de ocorrências, como é o caso dos Jogos Olímpicos na Grécia e as feiras comerciais na Idade Média. No Brasil, foi após a Segunda Guerra Mundial e com o desenvolvimento industrial, que teve seu impulso a estudos e pesquisas na área, aumentando a construção e adaptação de espaços para a concretização dos eventos. Os avanços tecnológicos, no transporte, na comunicação e na comercialização de bens e serviços turísticos também fizeram parte dessa explosão do

³ A quantidade de entrevistas feitas ocorreu de acordo com a disponibilidade, colaboração e atenção do público em contribuir para com o nosso projeto.

crescimento do Turismo e do Turismo de Eventos. Tudo isso se deve não só ao acúmulo de conhecimento na área, mas também, nas exigências e poder de escolha do público consumidor, o que leva a constante qualificação dos profissionais. A cada ano, eles crescem em número e grau de satisfação. “Em âmbito mundial, há um interesse inédito em festivais e eventos – em níveis nacional e internacional, em cidades, vilas e aldeias e também em áreas rurais e litorâneas. Todos querem celebrar sua forma particular de cultura, tradição, diferenças ou similaridades com outros.” Yeoman et all. (2006). É importante destacar que as características de eventos e festivais são únicas, diferenciando – se desde a organização de seus objetivos, gestão, até público alvo, entre outros. Eles podem se enquadrar entre motivos educativos ou de entretenimento; com fins lucrativos ou não lucrativos; exaltação cultural ou promoção comercial de produtos e serviços; e se são eventos periódicos ou ocasionais. “Os Festivais unem paisagem com estilo de vida de forma simples e também complexa, introduzindo a dimensão humana a espaços estáticos que se tornam animados”, Ros Derret (2006). São Paulo sendo uma das capitais mundiais da cultura, e uma cidade global, possui um estilo de vida complexo, uma cidade que não para, que está sempre se atualizando em termos de informações e serviços oferecidos. Sobre as segmentações turísticas da cidade de São Paulo, Borelli (2010, p.57) diz que “a atividade turística na cidade de São Paulo assume peculiaridades que merecem ser analisadas, enquanto prática social que tem no espaço o principal objeto de consumo, revestido de um caráter cultural próprio: enquanto na maioria das cidades predominam práticas de turismo e lazer canalizados para essa finalidade, em São Paulo, destacam-se os segmentos de turismo de negócios e eventos como carreadores do fluxo turístico da cidade”

Ali-Knight e Robertson (2006), abordam sobre os eventos dizendo que “em nenhum outro lugar isso é mais evidente do que em cidades e conurbações de médio e grande porte. Nem sempre por uma questão de projeto, mas certamente, por testemunhar outros desenvolvimentos, muitas cidades estão procurando formas de assegurar vantagens em relação às outras”. Cidades que tem o turismo como fonte econômica ou complemento, investem em infraestrutura e atrações (naturais, culturais, etc.) para competirem umas com as outras. Aqui entra em questão o ciclo de vida do produto turístico, onde será sempre preciso se manter e se renovar.

É importante destacar que grande parte dos estudos e perspectivas sobre os eventos são vistos somente em sua importância econômica. Mas eles causam também impactos socioculturais e ambientais, onde seus apontamentos podem ser tanto positivos, quanto negativos. Outra observação que vale ressaltar é que cidades como São Paulo, que possuem um calendário composto de eventos, não podem se basear na recreação e no entretenimento apenas neles para seus habitantes, como se a cidade não tem nada mais a oferecer. Deve-se possuir um portfólio de atividades contínuas, não apenas ocasionais, e estender o lazer em outros contextos para a população.

4. Resultados da pesquisa

Antes das análises, é importante explicar o que definimos como atividades de lazer I e atividades de lazer II. As atividades de lazer I se dirigem mais especificamente aos pontos turísticos da cidade, embora com as múltiplas respostas, foram acrescentados os *shoppings centers* e a casa de amigos. Já as atividades de lazer II se especificam mais na vida noturna famosa da cidade, o que não deixa de ser um atrativo. Ressalta-se que os dados coletados não são representativos do público total do evento.

Em relação à Procedência, dentre os visitantes do evento, 82% dos entrevistados eram do Estado de São Paulo; já 18% dos entrevistados pertenciam à

categoria de Demais Estados (que englobava estados como Brasília, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, Sergipe, Minas Gerais e Rio Grande do Sul). Mesmo o Rio de Janeiro sediando o mesmo evento, supõe-se que alguns fluminenses preferiram assistir ao show na cidade de São Paulo, pois foi realizado em um único dia, enquanto no Rio de Janeiro foi organizado em dois dias. Quanto aos frequentadores das regiões da cidade de São Paulo, as Zonas mais populosas da capital paulista foram aquelas que apresentaram maior representatividade com 38% de participantes da Zona Sul, seguido por 27% da Zona Leste, Zona Norte e Oeste apresentaram números próximos, e a menor porcentagem foi do Centro de São Paulo, em vista da região ser pouco habitada.

Sobre o Gênero, o maior número de entrevistados são do público feminino com 86% e somente 14% do público masculino. Acredita-se que esta representação se deve ao fato de as bandas que se apresentaram no Evento *Z Festival* serem mais direcionadas ao público feminino, contando com apenas uma artista feminina (cantora) *Demi Lovato*, e as demais atrações sendo masculinas, as chamadas *boybands*.

Correspondente à Faixa Etária, 43% do público são da faixa de 15 a 17 anos, pelo fato de as atrações do Evento estarem destinadas a este público jovem tanto no âmbito musical quanto na mídia, como por exemplo, algumas das bandas presentes no Evento já participaram de seriados e filmes para público jovem. Já na faixa etária de 12 a 14 anos apresenta 29%, onde a faixa etária do Evento requeria presença de pais ou responsáveis de 5 a 13 anos, e observou-se a atitude de pais ou responsáveis com certa confiabilidade na segurança do evento entre essa faixa. Quanto ao público com maioridade, soma-se 28% dentre os entrevistados. Como visto na Faixa Etária, a predominância de 43% dos entrevistados era entre 15 a 17 anos, o que reflete na formação ensino médio corresponder a 51%, seguida pelo ensino fundamental com 30% da segunda faixa etária predominante ente 12 a 14 anos. Os 19% correspondem a maioridade com graduação completa e incompleta. Desta forma, a profissão estudantes corresponde a 87% dos entrevistados, onde apenas 13% já exerce uma atividade econômica.

Em decorrência da proximidade à cidade de São Paulo, os frequentadores entrevistados do Litoral/Interior de São Paulo, tiveram como o meio de transporte predominante o terrestre com 56% de Automóvel, seguido por 34% de Ônibus, e 10% de Van(algumas representando excursões fretadas). Assim, em decorrência da distância, o meio de transporte predominante dos entrevistados dos Demais Estados, foi o Avião correspondendo à 56% do total. Já 44% dos entrevistados utilizaram o Automóvel e Ônibus, onde se pressupõe que essa porcentagem se deva à esses meios de locomoção serem os mais acessíveis.

Sobre o Tempo de Estadia, pode-se observar que grande parte dos entrevistados que participaram do Evento, com 60%, permaneceram somente 1 dia na cidade de São Paulo. Analisamos que este número se deve por esse Evento ter ocorrido em um período escolar, pois como vimos anteriormente a maioria do público entrevistado eram da faixa de 12 a 17 anos. E baseado em respostas, muitos vieram a cidade de São Paulo somente por causa do Evento, não demonstrando interesse em conhecer a cidade, ou mesmo por falta de tempo. Apenas 38 % permaneceram de 2 a 4 dias, e uma porcentagem mínima, 2%, de 5 a 7 dias. No que se refere à Hospedagem, podemos observar que 51% dos entrevistados não utilizou nenhum meio de hospedagem, por terem permanecido na cidade por um tempo inferior a 1 dia, deixando claro a vinda para especificamente assistir ao *show* . Não se observa um numero representativo de pessoas hospedadas em hotéis, pois outros 27% dos entrevistados ficaram hospedados em casa de parentes ou amigos.

No que tange ao Consumo de turistas e excursionistas, verificou-se que os

custos que se sobressaíram foram de transporte e alimentação (por ser uma necessidade básica, onde pela duração do evento, era essencial). Apenas 10% dos entrevistados consumiram souvenirs, como acessórios que eram vendidos no local (faixas, colares, bandanas, chaveiros, camisetas), e 6% com compras, aonde algumas pessoas que vieram à cidade aproveitaram para ir ao shopping, ou centro da cidade para fazer compras.

Quanto às Atividades de Lazer I, observou-se que das pessoas entrevistadas, 38% não realizam nenhuma atividade de lazer além do show, pois muitos no momento da entrevista alegaram simplesmente não ter conhecimentos acerca das atividades de lazer para realizar na cidade, ou até mesmo sobre a carência na divulgação dos espaços, dos equipamentos que oferecem estas atividades de lazer, além das barreiras econômicas e dificuldades de acessibilidade. Outros 16% dos entrevistados costumam frequentar o shopping por ser uma atividade mais acessível, por ser um costume dos paulistanos, e até mesmo pelo local oferecer uma gama de atividades, como por exemplo, ir às compras, ao cinema, encontrar com amigos, academias, etc. Quanto às atividades de Lazer I da Grande São Paulo, Interior/Litoral de São Paulo e Demais Estados, com 33%, 71%, 64% respectivamente, as respostas foram de que dos entrevistados, nenhum praticou uma atividade de lazer além do *show*. Os motivos mencionados foram os mais variados como pouco tempo, desconhecimento das atividades oferecidas pela cidade, e violência urbana, onde muitos alegaram ter como único motivo à vinda até a cidade o festival. Uma das atividades que se sobressaiu para aqueles que optaram por outra atividade de lazer além do evento foram os shoppings centers, por disponibilizar atividades de suas necessidades e procura (compras, alimentação, etc.) e cinema.

No quesito Avaliação, 81% dos entrevistados avaliou o lazer de São Paulo como bom ou excelente, por principalmente falar que São Paulo oferece uma grande variedade de espaços e equipamentos para pratica de atividades lazer. Já aqueles que consideraram a avaliação das atividades de lazer da cidade regular, alegaram como já dito anteriormente, sobretudo à insegurança, falta de divulgação, falta de profissionais qualificados, e até mesmo a falta de organização dos espaços de lazer.

Considerações finais

De acordo com os estudos realizados e fomentados em referenciais teóricos ricos, pode-se então compreender que os Eventos, Festivais e Musicais realizados na cidade São Paulo trazem não só uma grande importância econômica para a cidade quando realizados, mas assumem papéis de efeito multiplicador para o setor do turismo. Ao analisar e refletir sobre os dados coletados, podemos então perceber o Evento *Z Festival* refletiu na cidade uma movimentação econômica em transportes, alimentação, hospedagem (mesmo que pequena) e *souvenirs*, mas não no âmbito do lazer. Pode-se observar que São Paulo carrega uma forte imagem de “cidade evento”, e isso depende-se dos dados coletados, onde mais da metade dos visitantes ⁴(excursionistas) permaneceram apenas um dia na cidade. Esse fato é descrito no PLATUM 2011-2014 (Plano de Turismo Municipal Cidade de São Paulo), onde diz que “há ainda quem resista à ideia de ver a cidade como um destino turístico, especialmente se o tema for lazer. Maior polo de negócios e eventos do país, a capital paulista acostumou-se a receber os viajantes por essas motivações”. Isso não significa ser ruim, pelo contrário, São Paulo tem dois fortes segmentos reconhecidos, mas existem ainda outros que a

⁴ Excursionistas são os visitantes que ficam em um tempo inferior a 24 horas na cidade. Ver em NETTO, A. P. O que é turismo. 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2010.

cidade oferece que não é tão explorado, ou dinamizado. Quando perguntados durante a pesquisa sobre a avaliação do lazer da cidade, 81% das respostas foram positivas, o que entra em contradição com a permanência dos visitantes, e com a pouca utilização dos moradores sobre o lazer que a cidade oferece.

Não só a imagem de “cidade evento” influencia na pouca procura e interesse dos espaços, equipamentos, atividades pelos moradores locais, excursionistas e turistas, mas, sobretudo, as falhas da cidade de promover a divulgação também como um atrativo turístico. Nesse caso, o investimento no *marketing* se torna imprescindível para atrair novos turistas e novos olhares sobre a cidade. Iniciativas da SPturis, como os programas de promoção turística “Fique Mais Um Dia” e “São Paulo Meu Destino”, não podem ser menosprezadas, mas ainda são poucas diante da potencialidade de lazer e turismo da capital paulista.

Embora o *shopping center* não seja um equipamento específico de lazer, mas por ter sido muito citado durante o questionário, mostrou-se que o lazer e o consumismo quando não juntos, confundem-se. É importante mostrar as pessoas que não só *shoppings centers* podem se tornar atividades de lazer, mas outras diversas atividades que a cidade de São Paulo possui, mas que, no entanto, não as divulga, ou os meios que estão sendo usados para isso não estão sendo eficientes e/ou eficazes, deixando de mostrar seu real potencial turístico como um elemento cultural. Os *shoppings centers* demonstram como os espaços cada vez mais da cidade são privatizados, quando a cidade deveria promover espaços públicos de fácil acesso para sociabilização e atividades lúdicas.

Assim compreende-se que também é válido ressaltar algumas das falhas, de modo que as corrijam que vem ocorrendo por parte do setor turístico, que muitos dos entrevistados alegaram: é necessário que se dedique a atenção quanto à formação dos profissionais neste setor, onde muitas vezes deixam a desejar principalmente no quesito de esclarecimento de dúvidas e informações; a qualidade na capacitação dos profissionais se torna um diferencial no que tange a receptividade/hospitalidade dos serviços prestados. Investir em mais placas de sinalizações de Pontos Turísticos, e espaços, auxilia no momento em que a pessoa está se destinando ao local, além da orientação, dá maior visibilidade aos atrativos turísticos. Investir em maiores divulgações destes espaços, que muitas vezes são de interesses das pessoas, mas que, no entanto, não possuem conhecimento algum sobre a existência da atividade, espaço ou equipamento. Construção de Centrais de Informações Turística de fácil acesso e de grande visibilidade é uma estratégia de melhor informar e receber os visitantes.

Outra característica que foi muito destacada na pesquisa foi a questão da segurança. A violência urbana na cidade de São Paulo afasta os turistas, e até mesmo reforça o hábito dos moradores a não transitarem por ela. Muitos disseram que deixam de visitar vários lugares pela insegurança. E por último e não menos importante, analisamos a procedência dos visitantes no dia do evento, onde 82 % eram do Estado de São Paulo. No PLATUM (2011-2014), foi constatado que o Estado de São Paulo é o principal emissor de turistas para a cidade. Ou seja, os próprios moradores são os principais turistas. Sendo assim, não seria o caso de investir nos atrativos da cidade para a própria população? Ou não seria a grande multidão o seu principal atrativo? Talvez o incentivo do turismo doméstico ajudaria na valorização e no crescimento da *Paulicéia* como potencial turístico, atraindo a atenção de outros estados, e por que não, países. Com o estudo, demonstrou-se que São Paulo, décima cidade mais rica em orçamento do mundo, não consegue aproveitar seu potencial em lazer e turismo. É uma cidade pulsante, que não é só rica economicamente, mas culturalmente. Faltam planejamentos, profissionais, e políticas públicas para absorverem sua real *grandeza*.

Referências

ALI-KNIGHT, J. ; Robertson, M. **Introdução às Artes, Cultura e Lazer**. In: Yeoman, I. et al. *Gestão de festivais e eventos: uma perspectiva internacional de artes e cultura*. Trad. Fagliari, G. S. São Paulo: Roca, 2006.

BORELLI, E. **Turismo paulistano: uma abordagem urbano-espacial**. *Patrimônio: Lazer & Turismo*. Santos, v.7, n. 10, p.54-74, abr.-mai. - jun./2010.

DERRET, R. **Festivais, Eventos e Destinos**. In: Yeoman, I. et al. *Gestão de festivais e eventos: uma perspectiva internacional de artes e cultura*. Trad. Fagliari, G. S. São Paulo: Roca, 2006.

Live Pass. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.livepass.com.br>>. Acesso em: 06/09/2012.

YEOMAN, I. et al **Gestão de festivais e eventos: uma perspectiva internacional de artes e cultura**. São Paulo: Roca, 2006 Traduzido por Gabriela ScutaFagliari.

REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA CATEGORIA *LAZER* PARA A ANÁLISE DA PRÁTICA FUTEBOLÍSTICA

Rodrigo Valentim Chiquetto

RESUMO

Este artigo é fundamentado na pesquisa de iniciação científica elaborada em 2009 e 2010, acerca do *Peladão Indígena*, e na pesquisa em desenvolvimento, a partir de 2012, sobre o Peladão - importante campeonato de futebol amador que ocorre, anualmente, em Manaus. Busca-se desenvolver algumas reflexões sobre a aplicação da categoria *lazer*, enquanto chave explicativa para a prática do futebol neste contexto. Propor-se-á a problematização desta categoria, desvinculando-a de outra, a de *tempo livre*, entendendo-se que a prática do futebol, antes de ser uma atividade de recreação, ou mesmo de fruição, é imersa em uma complexa teia de alianças e disputas que mobilizam aqueles que dela participam. Assim, será proposto que, para além de ser uma modalidade de *lazer*, esta prática carrega consigo aquilo que poderia ser chamado de um *alto grau de comprometimento*.

Palavras-chave: Futebol, Lazer, Cidade.

Introdução e objetivos

Este artigo realiza algumas colocações acerca das pesquisas de iniciação científica e de mestrado por mim desenvolvidas, cujo principal objetivo consiste em compreender de que modo a prática do futebol, no contexto de um importante campeonato de futebol amador realizado em Manaus - o Peladão - , constrói e organiza o meio em que se vive – a cidade de Manaus do futebol. O enfoque recairá sobre a categoria *lazer*, atentando-se para as novas abordagens que podem ser apontadas acerca desta e os possíveis ganhos teóricos daí advindos, tanto para o estudo do futebol quanto para os da antropologia urbana.

O Peladão é dividido em seis categorias: o *Peladão*¹, em que se inscrevem times masculinos de todas as idades; o *Peladão Máster*, reservado aos homens acima de 40 anos; o *Peladão Feminino*, disputado por times compostos por mulheres de qualquer idade; o *Peladinho*, em que jogam times compostos por meninos menores de 15 anos; o *Peladão da Etnia Indígena Masculino* e o *Peladão da Etnia Indígena Feminino*, reservados, respectivamente, aos homens e mulheres que se autodeclararam indígenas e que vivem em Manaus e nos arredores. O Peladão foi criado em 1973 e, na edição de 2012, contou com 24.904 inscritos.

Todas as reflexões aqui organizadas são construídas em conjunto com os outros integrantes do Grupo de Etnologia Urbana do Núcleo de Antropologia Urbana (GEU/NAU) da USP. O GEU foi formado em 2009 e tem como pano de fundo um projeto mais amplo, que propõe, entre outras coisas, o estudo sobre as populações indígenas que vivem no ambiente urbano². O grupo tem realizado incursões a campo

¹ Para que seja diferenciado o Peladão (campeonato) das suas diversas categorias, estas serão realçadas em itálico.

² Trata-se de um PROCAD – Programa de Cooperação Acadêmica – financiado pela CAPES, entre a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), dirigido pelo Prof. Dra. Marta Amoroso, pelo Prof. Dr. Márcio Silva e pelo Prof. Dr. José Guilherme C. Magnani, chamado “Paisagens Ameríndias. Habilidades, Mobilidade e Socialidade nos Rios e Cidades da Amazônia”. Para esta pesquisa, o NAU se

desde sua criação. Logo na primeira ida a campo firmamos contato com um coletivo indígena Sateré Mawé, da comunidade Y'apyrehyt, localizada em Manaus e, a partir daí, desenvolvemos nossa pesquisa. Por meio destes agentes entrei em contato com o *Peladão Indígena*, que se tornou o objeto de estudos³.

Baseado na experiência de campo desenvolvida no *Peladão Indígena* e, principalmente, em certas reflexões colocadas por Tim Ingold (2000) acerca do *trabalho* e do *lazer*, propõe-se a discussão teórica subsequente. Será realizada uma revisão bibliográfica dos conceitos *trabalho*, *lazer*, *tempo ocupado*, *tempo livre* e será apresentada uma abordagem que relacione de formas diferentes tais categorias, buscando levar adiante a ideia de quebrar certas oposições que são aí construídas.

Procedimentos metodológicos

O *trabalho* de campo foi norteado pela análise etnográfica. Esta, no contexto urbano, busca, como aponta Magnani (2002), um olhar *de perto e de dentro* que esteja atento não somente às mazelas da vida na metrópole, mas, principalmente, às permanências e regularidades, aos diferentes arranjos elaborados pelos diferentes atores neste contexto. Deve-se apreender, deste modo, os diferentes “padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem das cidades e depende de seus equipamentos” (MAGNANI, 2002). Também se buscou olhar para a prática do futebol, no Peladão, como um ritual, a partir da perspectiva de Geertz (1989) que em seu texto, *Notas sobre a briga de galos na sociedade Balinesa*, demonstra que as diferentes expressões ritualísticas expressam interpretações das pessoas sobre sua própria cultura. A análise antropológica seria, nesse caso, uma interpretação de segunda mão, uma leitura de uma leitura já realizada pelo nativo.

Desse modo, pôde-se atentar aos diferentes debates que o futebol suscita entre aqueles que o praticam. Ficou claro que, ao jogar futebol, os diferentes atores colocam muitas coisas em jogo e que, por conta disso, não se pode compreender está prática somente na perspectiva do entretenimento ou da atividade descompromissada, típicas daquilo que se convencionou chamar de *tempo livre*.

Fundamentação teórica

Magnani (2010) aponta para as duas correntes de estudo do *lazer* que adotam, como ponto de partida, a revolução industrial e a divisão que se deu, por conta desta, entre o *tempo ocupado* e o *tempo livre*, na sociedade chamada de *moderna*. A primeira corrente de autores, que têm como principal referência Joffre Dumazedier, seria aquela que vê o conjunto de atividades realizadas no *tempo livre*, a serem nomeadas de atividades de *lazer*, aquelas “às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade”, com o objetivo de se divertir, entreter-se e mesmo exercer sua “capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais” (*Lazer e cultura popular*, São Paulo, Perspectiva, 1976 : 34. Op. Cit. MAGNANI, 2010 : 53).

comprometeu a desenvolver o estudo acerca das populações indígenas que habitam as cidades amazônicas, tendo por ponto de partida a capital amazonense.

³ Em 2009 e 2010 desenvolvi a pesquisa de iniciação científica: *Futebol de índio: etnografia sobre a apropriação do ambiente urbano por populações indígenas através do futebol*. E em 2012 iniciei a pesquisa de mestrado: *A cidade do futebol: etnografia sobre a prática futebolística na metrópole manauara*

A segunda, cuja referência é a obra de Mascarenhas (2005), seria aquela que surge a partir de uma perspectiva marxista, interessada em outra dimensão da relação entre *trabalho* e *lazer*, “contestando que o tempo do não *trabalho*, resultado da luta operária e de avanços tecnológicos, possa ser chamado de “livre”, uma vez que tanto um como outro estão sob o controle do capital.” (Magnani, 2010: 53).

Propondo uma divisão menos rígida entre *lazer* e *trabalho*, mas apropriando-se fundamentalmente do primeiro para apresentar um arcabouço conceitual com o intuito de estudar a metrópole, Magnani (2000, 2002, 2007) apresenta o enfoque nos *pedaços, manchas, circuitos, e trajetos* elaborados pelos atores que vivem nas grandes cidades. Assim, *por intermédio* das formas de *lazer*, aqueles que circulam pelo meio urbano se colocariam em relação com este, transformando-o de dentro para fora, sempre de forma criativa e sempre em negociação uns com os outros.

No que se refere à prática futebolística, esta é, costumeiramente, compreendida enquanto atividade própria do momento do *lazer*. Elias (1985) e Bourdieu (1983, 1990) são dois autores clássicos que fundamentam a discussão nestes termos. Para o primeiro, “o *lazer* seria o lugar das danças, confrontos simulados, exibições acrobáticas ou musicais, cerimônias de invocação de espíritos – em resumo, [...] instituições sociais que proporcionam, por assim dizer, a renovação emocional por meio do equilíbrio entre os esforços e as pressões da vida ordinária, com suas lutas a sério, os riscos e seus constrangimentos.” (ELIAS, 1985: 74).

Para o segundo, o *lazer*, é um lugar no espaço-tempo “onde se adquire uma disposição distante e neutralizante em relação ao mundo social” (:139). No caso específico das escolas burguesas, esta disposição aparece por meio de uma relação “desinteressada” com a prática do que quer que seja (arte, esporte, linguagem). No caso *publicschools*, quando relacionado à prática esportiva, seria uma forma da instituição regulamentar o comportamento dos estudantes, pois estes, “dedicariam-se a uma atividade ‘sadia’ e direcionariam sua violência contra os colegas ao invés de direcioná-la contra as próprias instalações ou de atormentar seus professores” e, no caso dos operários fabris, estes teriam sido rapidamente encaminhados, por alguns “patrões paternalistas”, à prática esportiva, para que mantivessem o envolvimento “contínuo e total” com seu *trabalho*.

No que se refere à literatura antropológica sobre o futebol, dois autores que tratam do conceito de *lazer* em suas obras são Toledo (2000) e Damo (2007). Ambos localizam sua pesquisa no campo do futebol profissional e organizam uma divisão, neste, entre aquele momento do *trabalho*, “repetitivo, extenuante e monótono” (DAMO, 2007: 309) e “circunstancialmente mais desencantado” (TOLEDO, 2002: 157), levado à cabo pelos próprios jogadores durante suas horas de treino, e aquele momento ritual, do jogo propriamente dito, cujo usufruto, enquanto forma de *lazer*, se daria, principalmente, na esfera dos torcedores.

Todos os autores supracitados, alguns mais, outros menos, opõe a categoria de *lazer* à categoria de *trabalho*. A primeira, imersa no que se chama de “*tempo livre*”, abarcaria as diversas atividades que, exatamente por se darem no momento em que não se está imerso na extenuante rotina do *trabalho*, poderiam ser dotadas de uma proposição criativa e inventiva. Há ainda uma divisão marcada entre ambas esferas da vida, ainda mais quando notamos que a noção de “*tempo livre*”, enquanto aquele momento é que é possível a auto-entrega a uma atividade por livre vontade.

Tim Ingold, em seu texto *Work, Time and Industry* (2000), revê, de modo bastante relevante esta oposição entre *lazer/tempo livre* e *trabalho/tempo ocupado*. Ingold apresenta as duas grandes divisões relacionadas ao uso do tempo presentes na literatura sociológica: em primeiro lugar, o *tempo racionalizado* versus o *tempo livre*;

em segundo lugar, o *tempo de trabalho* versus o *lazer*. Ambas seriam fruto da imposição do *trabalho* regrado organizado pela indústria que, na tentativa de otimizar o máximo possível da mão de obra, organizou o tempo em unidades mensuráveis. A consequência disso teria sido a regulação abstrata da rotina das pessoas em unidades como “horas” e “minutos”, além da divisão entre o tempo que deveriam utilizar para trabalhar e o tempo que descansariam – o *lazer*. Este, na **Referências** marxista, como já apontado, entendido somente como uma forma de recuperação de mão de obra e criação de um mercado consumidor.

O autor desconstrói, então, estas divisões, afirmando que, de modo análogo às sociedades ditas “tradicionais”, nas sociedades modernas não se depende necessariamente de “horas” e “minutos”.

Ingold cita Evans-Pritchard, que, em sua obra clássica, *Os Nuer* (1978), afirma que na sociedade Nuer a rotina seria organizada de acordo com as tarefas a serem realizadas e, portanto, que estas seriam a base para a mensuração do tempo. Diz Ingold que assim também o é na sociedade chamada ocidental contemporânea: quando se organiza o dia, está-se organizando as tarefas que serão postas em prática durante este dia e, muitas vezes, quando queremos mensurar o tempo, utilizamos como referência estas mesmas tarefas. Desse modo, divide-se a experiência temporal não necessariamente em termos abstratos, mas por meio da diferentes tarefas. A isso, Ingold chama de *task-orientation*.

Além disso, essa forma de organizar o tempo não seria exclusiva do momento do *lazer*, mas se estenderia por todas as dimensões da vida dos agentes. Uma vez que, para Ingold, a fronteira entre o *trabalho* e o *lazer* não é tão rígida quanto parece. Em sua perspectiva, que chama de *dwelling perspective*, todos os atores são agentes no meio que habitam, reconstruindo este meio ativamente durante sua existência. Assim, tanto o meio da casa quanto o meio do *trabalho* (que seria algo como uma casa desconfortável) oferecem diferentes possibilidades para a construção de relações com o outro, para a criação e utilização das *habilidades* (*skills*) que são incorporadas durante a vida e através das quais se compreende o ambiente em que se vive⁴. O autor não nega a necessidade de se aprender a conviver com o relógio, existente na sociedade industrial, mas entende que não se pode reduzir, a esta convivência, toda a concepção de tempo com a qual organizamos nossas vidas.

Torna-se fundamental, assim, adotarmos uma compreensão mais ampla do que se faz durante o tempo em que se está trabalhando. No texto supracitado, Ingold apresenta um relato etnográfico do dia a dia dos motorneiros de certa empresa de transporte de carga e mostra os diversos arranjos que são realizados, entre eles, para que se aproveite o *tempo livre inserido no tempo do trabalho* para a realização de trocas, formação e manutenção de laços de amizade, divertimento, enfim: tudo aquilo que deveria, de acordo com uma teoria que opusesse *trabalho* e *lazer*, estar localizado somente dentro do último.

Da mesma forma, e voltando para o futebol, poder-se-ia colocar que, no mundo dos jogadores profissionais, apesar de todo o regramento das atividades que devem ser realizadas no treino “repetitivo, extenuante e monótono”, há espaços para que os jogadores aproveitem o *tempo livre* ali disponível para toda a sorte de atividades criativas, dedicando-se, também, à relação com o outro. Concluí-se, então, que a

⁴Como afirma Magnani (2010), há grande similaridade entre a teoria da habitação de Ingold, no que se refere a noção de *estar em casa*, entendendo a casa como uma “uma zona de familiaridade que as pessoas conhecem mais intimamente e na qual são conhecidas também de forma mais intensa”, e a categoria de *pedaço*, “desenvolvida a partir de modalidades de *lazer* e encontro em bairros da periferia de São Paulo”. (MAGNANI, 2010)

oposição entre *tempo livre* e *tempo ocupado* deve ser desvinculada da oposição entre *trabalho* e *lazer*, partindo-se da idéia de que tanto a liberdade quanto a ocupação estão inseridas em ambas esferas da vida de cada um. Poder-se-ia até mesmo falar de um “*Lazer Serio*”, como aponta Stebbins (2006), entendendo-o como uma:

[...] systematic pursuit of an amateur, hobbyist, or volunteer activity that participants find so substantial and interesting that, in typical case, they launch themselves on a career centred on acquiring and expressing its special skills, knowledge and experience. (STEBBINS, 2006: 448).

Resultados e discussões

Pois bem, colocado o debate, apresenta-se então o problema: qual seria o real rendimento da categoria *lazer* para o estudo do futebol, como este veio se desenhando a partir da experiência de campo no *Peladão Indígena* de Manaus? Essa questão surge por conta de uma problemática colocada logo no início do *trabalho* do GEU com as comunidades indígenas da capital manauara: como estudar modos de ser tradicionais a partir de uma teoria construída a partir da análise da sociedade moderna e que lida, portanto, com oposições – como entre *lazer* e *trabalho* – típicas deste contexto?

Há, no entanto, apesar deste questionamento, um dado: os índios⁵ estão nas cidades. Organizados ou não em comunidades, trabalhando ou não em indústrias, falando ou não sua língua de origem. Estão na cidade e, como pudemos perceber por meio da etnografia que realizamos com os Sateré-Mawé, articulam-se com os outros – não índios ou índios – que habitam o espaço urbano: fabricando seu artesanato que vendem em diversos pontos da metrópole, organizando rituais em que há participação maciça de agentes externos, relacionando-se com o poder público, com acadêmicos... Jogando futebol pelos campos de várzea e também nos campeonatos – indígenas ou não – em que conseguem se inscrever, entre tantas outras atividades. Organizam sua rotina com base nos afazeres diários, realizados muitas vezes em conjunto e, na medida do possível, quando necessitam de dinheiro, articulam tais atividades para este objetivo.

Mais do que isso: ficou claro que a divisão entre índios que vivem nas cidades e índios que vivem nas aldeias parece limitar sobremaneira as possibilidades de compreensão da ação daqueles agentes no espaço, uma vez que se percebeu que há intensa circulação entre ambos os mundos, o que, na verdade, os unifica, criando um território que extrapola a rigidez encontrada em tal oposição. As aldeias localizadas em espaços urbanos são parte do *circuito* (MAGNANI, 2000) tecido pelos Sateré-Mawé. Este *circuito* contempla – não necessariamente opondo – a cidade e o campo e, ao se olhar para seu arranjo, percebe-se que a cidade Sateré não é Manaus, mas é composta por todos os diferentes *pedaços* que dele fazem parte (desde outras cidades, como Barreirinha, Mawés, Parintins chegando até mesmo a aldeias localizadas na reserva indígena, passando por diferentes aparelhos urbanos presentes nestes locais).

No que se refere à prática do futebol, este apareceria como um dos meios de conexão neste *circuito*. Um dos instrumentos através das quais estes caminhos são tecidos. Isso ficou bastante claro quando, em conversa com um interlocutor indígena, foi me dito que:

⁵ É importante ressaltar aqui que não há, nos *trabalhos* realizados pelo GEU, uma preocupação em definir quem é índio e quem não é, uma vez que entendemos que a “indianidade” é uma construção discursiva, moldada por diversos referenciais, cosmológicos, culturais, étnicos, e que não cabe a nós dizer o que é “certo” ou “errado”, e sim analisar profundamente a elaboração de tais discursos.

Na aldeia, eles fazem muito exercício, pois acordam cedo para caçar (me descreveu o processo de caça inteiro: saem com os cães, depois perseguem o latido, acham a presa... se for um veado, empurram para o lago, e enquanto ele está nadando, um prende ele pelos chifres enquanto o outro corta sua garganta), depois almoçam uma comida muito substanciosa, depois, à tarde, jogam bola. Na cidade, o único momento que tem para se exercitar, segundo ele, é jogando bola. (Caderno de campo, julho de 2009)

Deve-se flexibilizar, assim, a oposição entre *moderno* e *não moderno* (Latour, 1996), no que se refere a ação destes atores no espaço urbano. Esta flexibilização nos leva a quebra de tantas outras dicotomias, como já demonstrando anteriormente, por meio das teorias de Stebbins e Ingold.

Para os jogos do *Peladão Indígena*, os indígenas formulavam seus times, agregavam parentes, amigos; produziam bens que seriam trocados durante os jogos que, neste contexto, mais pareciam uma grande congregação na qual desavenças eram negociadas, alianças eram firmadas, insultos eram trocados.

A figura do jogador não indígena apareceu como fundamental para que se pudesse destrinchar as diferentes formas pelas quais se dava uma disputa entre os diferentes coletivos, formalizados em diferentes times. Pois a inscrição de não-índios era proibida pelo regulamento, mas todos colocavam estes jogadores em seus times, ao mesmo tempo em que acusavam, incessantemente, os outros de não serem verdadeiramente indígenas, por adotarem esta mesma prática. Essa era somente uma das dimensões apreensíveis dos diversos jogos simbólicos que tinham lugar no *Peladão Indígena*. De qualquer modo, era o branco, ali, que estava sob a potência do índio, como que numa ação de *pacificação* (HOWARD, 2002). E esse arranjo era parte fundamental da agência daquelas pessoas sobre o meio em que viviam. Através do futebol e, no caso, do futebol jogado no *Peladão Indígena*, era instituída uma relação dos índios com o meio em que viviam e, naquela ocasião, uma relação em que estes se colocavam como protagonistas.

Considerações Finais

De qualquer modo, o que importa, para este artigo, é demonstrar que, mesmo sendo uma prática dada no tempo do não *trabalho*, ou do *lazer*, os indígenas que jogavam no *Peladão Indígena* significavam este evento de tal modo que não se poderia dizer, de modo algum, que aquele seria seu *tempo livre*. Está-se falando de uma atividade que demanda um grande investimento por parte daqueles que dela participam desenvolvendo, ali, diferentes *habilidades*, por meio de *tarefas* específicas que acabam por organizar as relações entre os indígenas e deles com o mundo no qual habitam. O que se viu, por parte dos que lá jogavam, foi, na esfera cotidiana, a dedicação e disposição para uma atividade extenuante, na forma de treinamento para o campeonato, que, de forma alguma, lembrava uma atividade “livre”. Havia, na verdade, um alto *grau de comprometimento* dos que iam jogar no Peladão. E, uma vez iniciado o torneio, os jogos aconteciam nos finais de semana, e o sábado e o domingo, tornavam-se, definitivamente, sagrados.

A noção de *Grau de Comprometimento* aparece, aqui, como uma forma de dar conta dessa multiplicidade de investimentos realizados pelos diferentes agentes tanto no momento do *trabalho* quanto no momento do *lazer*. Busca-se compreender, assim, de que forma diferentes tarefas aparecem como mais ou menos “livres” dentro do momento em que se está, ou não, exercendo um *trabalho* remunerado. Deve-se ampliar

a categoria de *lazer*, desvinculando-a da categoria de *tempo livre*, para que se possa compreender de que modo diferentes coletivos humanos investem seu tempo em diferentes atividades.

Jogar futebol é, assim, muitas vezes, doloroso, chato, laborioso, monótono. Mas sua linguagem é tão acessível e potente que, em busca das diversas possibilidades sociais que se abrem por meio dessa atividade, vale a pena o sofrimento. Sim, futebol é *lazer* e não, futebol, muitas vezes, não é *tempo livre*. Futebol é, antes, *comprometimento*.

Referências

- HOWARD, Catherine, V. *A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai*. In ALBERT, BRUCE & RAMOS, ALCIDA RITA (Orgs.). [2002]. *Pacificando o branco. Cosmologias do contato norte-amazônico*. São Paulo. Editora UNESP.
- BOURDIEU, Pierre. [1983] Como é possível ser esportivo? In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. p.136-163.
- _____, [1990]. Programa para uma sociologia do esporte. In: _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense. p.207-220.
- DAMO, Arlei Sader [2007]. *Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*. São Paulo. Ed. Ampocs
- ELIAS, Norbert. [1992]. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel,
- GEERTZ, Clifford. [1989]. Notas sobre a briga de galos na sociedade balinesa. In: *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC.
- INGOLD, Tim. [2000]. *The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. London & New York: Routledge.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor, [2002]. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, vol. 17 No 49.
- _____.& TORRES, Lilian. [2000], *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo, Edusp/FAPESP.
- STEBBINS, Robert A. [2006]. *Serious Leisure. In: A handbook of leisure studies*. Palgrave Macmillan.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. [1996], *Torcidas organizadas de futebol*. Campinas. Autores Associados/AMPOCS
- _____, [2002], *Lógicas do futebol*. São Paulo. Hucitec; Fapesp.

REFLEXÕES SOBRE COMO IR A CAMPO: O CASO DE UM ESTUDO SOBRE O LAZER EM ANGRA DOS REIS-RJ

Ana Paula Cunha Pereira
Silvia Cristina Franco Amaral
Jonathan Long

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar discussões acerca da obtenção de dados primários, em investigações do lazer. As reflexões expostas nesta comunicação oral foram possíveis, mediante as experiências do pesquisador com o cotidiano do lazer de um bairro específico, o Frade, localizado no 2º Distrito da cidade de Angra dos Reis-RJ. Por meio da combinação de experiências em campo, somadas a literatura internacional sobre o tema, desenvolvidas por estudiosos que se dedicam a aquisição e organização dos dados durante o processo investigativo, elaboramos uma dinâmica de observação e registro, que, possivelmente pode se estender a outras pesquisas que abrangem problemáticas envoltas da área do lazer.

Palavras-chave: lazer; trabalho de campo; cotidiano.

Introdução

Este texto, parte da tese de doutorado intitulada “O lazer e a residência secundária em Angra dos Reis-RJ”, defendida na Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, tem por objetivo, propor caminhos de interação entre pesquisador e pesquisados considerando os estudos desenvolvidos em campo. Tal proposta se dá em dois momentos-chaves do processo investigativo em problemáticas do lazer. O primeiro momento corresponde à obtenção dos dados. O segundo momento, está ligado aos registros dessas observações, que, por sua vez, não se resumem somente a registros realizados em diário, mas, a uma “dinâmica de observação e registro” (PEREIRA, 2012), conforme apresentaremos adiante.

Vale destacar que, ambas, observações e registros, são consideradas “estratégias ou técnicas” (DAVIES, 2008; BREWER, 2009; LONG, 2010) comumente utilizadas em pesquisas qualitativas dos estudos do lazer. Em outras palavras, estamos nos referindo ao trato com estudos que requerem a obtenção de dados por meio de informações advindas das palavras, imagens e sons, captadas pelo pesquisador com base em três elementos: na crença de um grupo envolvido em uma situação particular do lazer, na maneira como este grupo sente e percebe a problemática em questão, e por fim, na visão de mundo desses grupos considerando seus próprios mundos (VEAL, 2011, tradução nossa). Ainda sobre o uso da pesquisa qualitativa no lazer, Crawford (2009) realça que, um dos fatores que levam os pesquisadores a aderirem ao enfoque qualitativo, é o seu potencial de alcançar dados de maneira profunda, densa ou detalhada. Neste caso, compartilhamos com Sparklen, Timmings e Long (2010, 397, tradução nossa), que “há um real desafio metodológico envolvendo o ganho de informações no campo”.

Cabe frisar que, são várias as técnicas qualitativas utilizadas por pesquisadores da área do lazer atualmente, e dentre estas, Veal (2011) destaca: entrevistas com profundidade, grupo focal, observação participante, pesquisas biográficas, análise de discurso e a etnografia. De modo geral, a obtenção dos dados

nesse tipo de pesquisa, tende a ocorrer em um micro-campo, ou seja, bairros, vilas e comunidades, onde a interação do pesquisador com os pesquisados se adensa no decorrer do processo investigativo.

Neste trabalho, o que apresentaremos são recortes de interações do pesquisador com os moradores locais e instituições que compõem o bairro Frade, localizado em Angra dos Reis-RJ, pertencente ao 2º distrito da cidade. Com uma população aproximada de 20.000 habitantes, o bairro abarca o primeiro e o maior condomínio de residência secundária da região¹. Na década de 1970, o bairro se firmou como um dos maiores polos de concentração de trabalhadores, que se deslocaram de outras regiões do Brasil, para ganharem a vida em um local que lhes propiciassem melhoria das condições econômicas. No entanto, ao findar o fluxo das faraônicas obras realizadas na região (rodovias e usinas nucleares), este condomínio de residência secundária foi colocado como foco de trabalho dos moradores locais (principalmente do bairro Frade), no ramo da construção civil e serviços do setor privado do lazer. Diante desse novo quadro de ofertas empregatícias, inúmeras obras foram realizadas para dar conta de uma “estrutura de lazer” específica, ou seja, centrada no oferecimento de práticas náuticas. Estas, por sua vez, voltadas para a expansão do negócio da residência secundária, provocaram mudanças no meio ambiente (praias e mangues), e, de certa forma, restringiram o acesso dos moradores locais aos espaços naturais do entorno.

Por fim, mesmo considerando que este trabalho é uma produção em conjunto, construído com orientando e orientadores, mantivemos a originalidade das experiências vivenciadas pelo pesquisador nos próximos tópicos (exceto as considerações finais) escritos na primeira pessoa.

A observação no bairro Frade em Angra dos Reis-RJ

Destinei à estratégia de observação uma atenção particular, por enxergá-la como o ponto de partida da construção do que eu pretendia apreender na investigação, logo, a observação se configurou como fonte dos dados primários da pesquisa. Porém, ao iniciá-las, um dilema caminhou em paralelo com meu convívio no campo. Aomesmotempo, em que eu reconheci certa facilidade em interagir com os pesquisados e com as circunstâncias inusitadas, eu também percebia umalacunaminha compreensão relacionada ao ato de observar, e que conseqüentemente, influenciava no meu ato de registrar e comunicar a pesquisa. Isso fez com que eu recordasse de um professor, em uma aula, cujo tema era a observação e pesquisa. Deste episódio, o que mais me marcou, foi a sua advertência a respeito da necessidade de se ter clareza de que se pretende observar de fato. Refletindo sobre isso, percebi que alguns elementos faziam parte de tal clareza de propósito, ou seja, a seleção do local, do grupo e das circunstâncias que possivelmente desencadeariam interações sociais complexas com grupo e indivíduos, que agem a favor dos seus próprios interesses (SMITH; HODKINSON, 2008, p.412). Nesse caso, o ato de observar e interagir com o campo, comungava com o ato de julgar, ou, com o que se pretende comunicar. Os elementos mencionados anteriormente podem ser associados ao que Clifford (2011, p.478) entende como um “processo complicado devido ao efeito de múltipla subjetividade e constrangimentos políticos” os quais estão sob o controle de quem observa e escreve.

Em suma, observar com propósito implicava em reflexões e posteriormente

¹ Tipo de imóvel ligado a um mercado imobiliário especializado na venda, de residências construídas em condomínios fechados, e acoplados a estilos de vida de lazer.

em do pesquisador ações que envolviam a “negociação de acesso ao campo, o desenvolvimento e a manutenção do papel do pesquisador em campo, o ganho da confiança e prática ética no campo” (BREWER, 2009, p.82, tradução nossa)².

Diante de tantos desafios de ordem prática, recorria a algumas leituras naquela época, que aumentaram minhas dúvidas, levando-me a transitar entre termos como, observação direta, observação participante, observações, etc. Enfim, isso sempre fazia surgir em mim questões como: as experiências que vivem em campo se articulavam como observação? O que estava implícito quando eu me valia do termo observação? Quais são as implicações éticas quando um pesquisador adota papéis diferentes para a interação em campo? Sobre isso, dialoguei com alguns pesquisadores, que não viam tal fato como relevante, afinal, tratava-se apenas de um maneira específica de coletar dados.

Neste sentido, a observação pode ser utilizada somente para compreender o significado social de atividades de pessoas num dado campo. Este propósito, frequentemente se associa à participação do pesquisador em campo (BREWER, 2000, tradução minha). Para Schensul, Schensul e Le Compte (1999), a observação pode ser reconhecida, como uma ferramenta efetiva para promover o entendimento de situações variadas. Sob esta perspectiva, os autores encaram-na como, mais pura observação formada pela teoria, e uma escrupulosa atenção aos detalhes. Outras influências na observação, como preconceitos e valores e outros entendimentos implícitos ou desarticulados com a teoria, não contribuem muito para a pesquisa.

Neste sentido, a qualidade e a importância dos fatos que o pesquisador observa e registra dependem da perspectiva observacional, da documentação, da interpretação das habilidades do observador e da oportunidade de observar (tradução minha)³.

Analisando as interpretações dos autores acima, entendi que, a falta de clareza que eu tinha dos diversos enfoques teóricos e práticos possíveis, a respeito do uso da observação, dificultava a minha maneira de registrar as informações que eu adquiria em campo. Este dilema perdurou até início do ano de 2011, ou seja, quando eu havia finalizado uma parte das observações. A partir daí, eu tinha anotações em diário, que só passaram a ter sentido quando encontrei uma maneira de sistematizar as minhas experiências em campo, em conjunto com leituras de autores internacionais, que tratam especificamente do tema da observação e etnografias sob o viés da antropologia.

Para começar, faço questão de compartilhar a crítica que alguns autores fazem a respeito da expressão ‘observação’, tratando-se do uso da etnografia. Gold (1958) e Davies (2008) apontam a expressão observação como *oxymoronic*. Tal expressão significa ‘discurso aparentemente contraditório’, ou seja, os *experts* neste assunto pensam que o uso isolado do termo observação, é reduzido e contraditório, face as diferentes funções que o pesquisador desempenha em campo. A fundamentação desta ideia reside nos “quatro possíveis papéis que o pesquisador pode adotar em campo: completo-observador; observador-como-participante; participante-como-observador ou completo-

² *These include negotiation access, developing and maintaining a role in the field, establishing trust, [...] ethical practice in the field.*

³ *The most accurate observations are shaped by formative theoretical frameworks and scrupulous attention to detail.*

Other influences on observation, such as personal biases and values and the other implicit or unarticulated theories are less helpful. The quality and importance of the facts that an ethnographer observes and records depends on the observational, documentation and interpretation skills of the observer and the opportunities she or she has observing.

participante” (DAVIES, 2008; GOLD, 1958, tradução nossa)⁴. Os autores também explicam que, as mudanças desses papéis funcionam como um processo de negociação entre pesquisador e pesquisado, ou seja, uma espécie de concessão feita pelos pesquisados, dependendo da escalada de aceitação que o pesquisador alcança ao longo do tempo no campo. Fielding (2002, p. 149, tradução nossa)⁵, seguindo a mesma linha destes autores, ressalta que o processo de participação envolve o ‘engajamento gerencial’ do pesquisador, uma decisão que pode servir durante as interações com o campo, visto que, o desempenho de algum papel por parte do pesquisador sempre carregará um elemento de decepção, ou seja, é o risco de estar envolvido em dilemas éticos.

Foico considerando essa visão, que passei a interpretar e sistematizar os diversos acontecimentos relacionados à minha forma de agir no campo. Assim, a conhecida observação utilizada por mim nesta pesquisa, a fim de demonstrar o funcionamento de uma rede de relações do lazer, oscilou entre meu papel de **participante completa** e **participante-observadora**. A noção de **participação completa**, segundo Gold (1958), é aquela em que a identidade do pesquisador e seu propósito no campo “é completamente desconhecido para quem está sendo observado”. Nesta situação, o pesquisador interage naturalmente em áreas do seu interesse de acesso, nas quais ele pode, “jogar e aprender a jogar” (GOLD, 1958, p. 219).

Quanto à noção de **participante-observadora**, Gold (1958)⁶ atribuiu o seu papel ao tratar de grupos de pesquisados conscientes dos propósitos do pesquisador no campo, podendo gerar vantagens e desvantagens ao mesmo tempo. Vantagem, uma vez que o papel observado observado encara de forma explícita “tende a minimizar problemas éticos. desvantagem, porque a relação também carrega inúmeras oportunidades dos observados “comportamentalizarem”, ou seja, mascararem comportamentos, e, assim, dilemas que tipicamente apareceria ao observador completo” (GOLD, 1958, p. 219)⁷. A este tipo de interação no campo, associei as experiências que vivenciei em dependências internas do condomínio inserido no bairro Frade. Para isso, baseio-me no meu conhecimento prévio do setor administrativo do setor de segurança da empresa, assim como, os grupos de residentes secundários e moradores locais. Neste caso, tais setores e grupos, estavam cientes dos meus propósitos, ou seja, dar andamento a uma pesquisa que tratava das relações sociais estabelecidas entre residentes secundários e moradores locais por meio das práticas de lazer. A partir de um grupo de moradores locais e residentes secundários, prática esta, que um grupo de jogadores permitiu-me observar e compartilhar as dependências internas do condomínio, é um exemplo deste tipo de papel desempenhado no campo, conforme descrevo a seguir:

No dia 25 de janeiro de 2011, visitei a administração do condomínio com o objetivo de adquirir um documento que comprovasse a doação do serviço de limpeza a Praça Juca Mariano, situada na Vila. Ao deixar a administração, encontrei um rapaz que há muito tempo eu não via, mas seu rosto era muito familiar. Eu sabia que ele era funcionário

⁴*The ethnographer may adopt one of four possible roles: complete observer; observer as participant; participant-as-observer; or complete participant.*

⁵*The process of participation involves the researcher engaging in impression management. It involves a vital decision, because the role always has an element of deception and this can present ethical dilemmas.*

⁶*The mutual awareness tends to minimize problems of role-pretending; the role carries with it numerous opportunities for compartmentalizing mistakes and dilemmas which typically bedevil the complete participant.*

⁷*Those whom he observes do not know the true identity and purpose of the complete participant in the field research. He interacts with them as naturally as possible in whatever areas of their living interest he can access to him in situations in which he can play, or learn to play.*

de um dos residentes secundários do condomínio, mas, o que eu tinha registrado em minha mente era a imagem desse funcionário sempre ao lado do residente secundário caminhando. O rapaz cumprimentou-me, e perguntou por que ele nunca mais havia me visto no condomínio, enfim, trocamos assuntos triviais, informando-o que o meu propósito em estar no Frade era o desenvolvimento da pesquisa. Ao final da conversa ele comentou que no dia 29 de janeiro haveria um torneio de golfe apenas para os *caddies*⁸ e naquele exato momento, o morador local estendeu-me o convite para participar do evento. Segundo ele, este já era o sexto torneio consecutivo que vinha sendo realizado sempre no final do mês de janeiro e no final do mês de julho. O evento contava com o financiamento de vários residentes secundários (em sua maioria empresários), e com a liberação do campo de golfe, todas as terças-feiras para que os *caddies* treinassem e jogassem. Agradecendo o convite e ao mesmo tempo confirmando a minha presença no local, retornei ao Village da Praia (Diário de Campo, 26/02/2010).

O diálogo descrito anteriormente, envolvendo a prática da observação, ferramenta essencial para aquisição dos dados dessa pesquisa, também conectava-se a outra prática, importante, a nomeação da observação, ou seja, a de registrar. As reflexões e questionamentos dirigidos ao tema, também tiveram origem quando passei a interagir presencialmente com o campo. Isso ocorreu no primeiro período de incursão em campo (de 10 de dezembro de 2009 a 28 de fevereiro de 2010), quando eu buscava mapear o tipo de estabelecimentos concentrados na rua principal do bairro⁹, e para isso, utilizei um caderno de anotações. Naquela época, notei que, a combinação do modo de andar, parar, dirigir o meu olhar às lojas e seguir a fatura em uma anotação, despertou a curiosidade de dois grupos em especial.

Mostrando-se intrigados com a minha atitude, os comerciantes, não familiares a mim e vice-versa (desconhecidos dos meus propósitos em campo), e as pessoas do meu convívio progressivo (cientes dos motivos da minha estada no bairro), num dado momento se aproximaram. Um dos comerciantes perguntou-me se as anotações que eu fazia tinham relação com alguma irregularidade da loja, na verdade, na imaginação desses grupos, eu era uma espécie de fiscal de algum setor do Município. Já as duas pessoas conhecidas, mencionaram: “eu daria tudo pra ler estas anotações”. (Diário de Campo, 12/01/2010). Diante dessas experiências, dois questionamentos foram pontuais: o que eu deveria considerar sobre o ato de registrar termos práticos? Como fazer as observações e os registros funcionarem como uma ferramenta a meu favor?

Nesse contexto, Fielding (2002, p. 152) trouxe contribuições, extremamente relevantes. Não obstante, uma delas foi central, ou seja, o poder de observação e registro é algo que se desenvolve gradualmente.

A dinâmica de observação e registro aplicada em campo

Para Fielding (2002), as observações e registros seguem três formatos: anotações mentais, anotações em bloco e anotações em diário.

A primeira, as anotações mentais, é solicitada em ocasiões que exigem discricionariedade *in loco*. Isso ocorre quando o ato de anotar torna-se inconveniente ou invasivo. Por diversas vezes, lancei mão de este tipo de registro em minhas interações com

⁸ Termo da língua inglesa que caracteriza a pessoa responsável por dar assistência aos jogadores de golfe durante o jogo.

⁹ Rua São Sebastião.

o campo, particularmente na praia durante os passeios de barco, parte do cotidiano do lazer dos moradores locais. Além do mais, os acontecimentos descritos no anterior, serviram como um vetor sinalizando certa falta de tato, assim eu diria, no meu modo de agir em campo, e a partir disso, reordenei minha forma de registrar. tópico

A segunda, anotação em bloco, é útil, e requer do pesquisador a criação de um maneira própria de usar palavras-chave para certas ocasiões, desenhos, códigos, mapas, nomes e contatos. Em minhas interações com o campo, lancei mão de este recurso para registrar os contatos dos pesquisados dispostos a prestarem entrevistas futuras.

O terceiro, sobre as anotações em diário, Fielding (2002)¹⁰ aponta a necessidade de certopadrão de procedimentos, dentre os quais estão: registrar as informações o quanto antes, adotar uma disciplina de registro investindo tempo nessa ação, e para além disso, a ação de registrar, deve envolver “reflexões e conexões entre sequências e elementos de interação” (p. 153, tradução nossa)

Como articulei os temas levantados pelos autores a respeito da observação com o meu modo de agir em campo? O primeiro ponto, que faço questão de destacar, foi o meu reconhecimento da posição vantajosa na qual eu me encontrava. Quer dizer com isso que, as experiências tratadas no texto dos autores não surtiram o efeito de uma receita ou protocolo a ser seguido. O meu acesso à leitura serviram como um adensamento de reflexões latentes em minhas experiências, que, por sua vez, propiciaram uma maneira inteligente de comunicar os caminhos seguidos no emprego desta técnica.

Mesmo reconhecendo as dificuldades e inseguranças que vivino 1º período da pesquisa, percebi de fato, que o meu engajamento em campo, contribuiu para eu alcançar informações, que, pouco a pouco, foram ganhando sentido dentro da proposta da investigação. A obra de Fielding (2001), sobre o desenvolvimento gradual do ato de observar e registrar, identifiquei o quanto a minha interação na etapa seguinte da pesquisa avançou (1.º de abril a 30 de maio de 2012). Dessa forma, com as experiências adquiridas em campo e a aproximação com leituras de contextos variados de pesquisas, estabeleci uma forma própria de manejar as observações, que chamoni esta investigação de dinâmica observação e registro. O diagrama exposto na Figura 1 demonstra o fluxo de procedimentos adotados.

¹⁰The process of writing fieldnotes productive, not just of descriptions but of this reflections on connections between processes, sequences and elements of interaction.

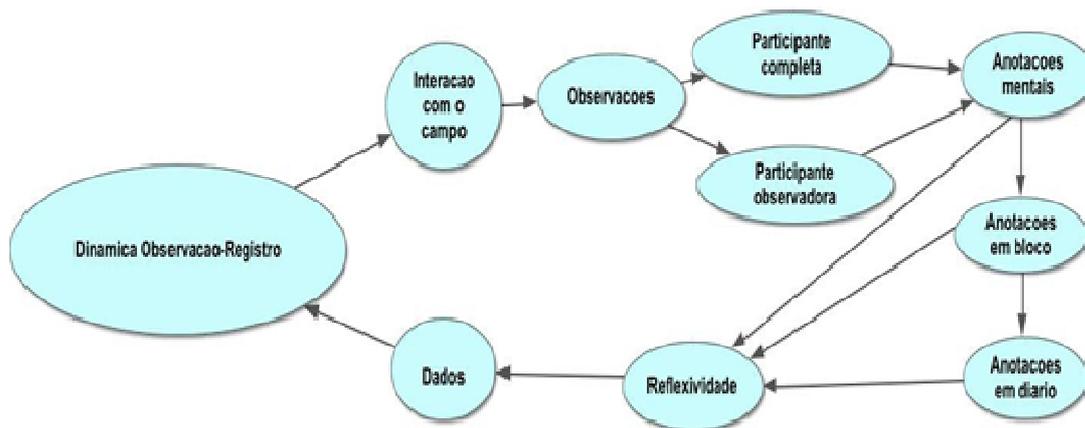


Figura 1: Dinâmica de observação e registro

Considerações Finais

Apesar de reconhecermos que a elaboração da dinâmica aqui apresentada, foi fruto de um processo de reflexividade de um campo de pesquisa do lazer em particular, enxergamos a possibilidade de aplicação dessa proposta em outras pesquisas que abrangem a mesma área. Isto significa dizer que, tudo indica que esse mesmo processo, pode ser utilizado em pesquisas centradas, em núcleos ou instituições públicas ou privadas de lazer como, clubes, academias, escolas, encontros, visitas informais a amigos e vizinhos, entre outros. Neste caso, a relevância da aplicação nessa dinâmica apresentada, reside na facilitação da captação e do registro do entendimento do pesquisador sobre as circunstâncias vivenciadas.

Referências

- BREWER, J. D. **Ethnography**. USA: Open University Press. 2009.
- CRAWFORD, G. Qualitative Research. In: BLACKSHAW, T. ; CRAWFORD, G. **The SAGE Dictionary of LEISURE STUDIES**. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC: SAGE, 2009.
- DAVIES, C.A. **Reflexive ethnography: a guide to researching selves and others**. London, New York: Routledge, 2008.
- FIELDING, N. Ethnography. In: GILBERT, N. **Researching social life**. London, California & New Delhi: SAGE, p. 145-163, , 2002.
- GOLD, R.L. Roles in sociological field observations. **Social Forces**, v.36, n.3, Mar., p. 217-223, 1958.
- LONG, J. **Researching, Leisure, Sport and Tourism: The Essential Guide**. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC: SAGE, 2010.
- PEREIRA, A. P. C. O lazer e a residência secundária em Angra dos Reis-RJ. Tese (Doutorado). Campinas-SP Faculdade de Educação Física – Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- SCHENSUL, L.S.; SCHENSUL, J.J.; LeCOMPTE, M.D. **Essential ethnographic methods**. Oxford: England: Altamira Press, 1999.
- SMITH, J. K.; HODKINSON, P. Relativism, criteria, and politics. In: Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. **Collecting and Interpreting Qualitative Material**. 3 ed. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC: SAGE, 2010.
- Spracklen, K., Timmins, S., Long, J. Ethnographies of the imagined, the imaginary and

the critically real: blackness, whiteness, the north of England and rugby league'. **Leisure Studies**, 29: 4, 397 - 414, 2010.

VEAL, A.J. **Leisure, sport and tourism, politics, policy and planning**. 3.ed., Oxfordshire: UK, 2011.

REFLEXÕES SOBRE O LAZER: RECREAÇÃO É LAZER?

Ricardo Peixoto Stevaux

Introdução e Objetivo

Em busca de desvelar as relações práticas no campo do lazer, apoiado em um recorte histórico das condições de ambos os profissionais (teóricos e práticos) desta área de conhecimento, este trabalho apóia-se nas condições de formação e instrumentais dos profissionais que atuam na área de lazer no Brasil. Tendo como foco central os profissionais que atuam com recreação/atividades recreativas esse trabalho aponta para fatores que possam ser significantes para uma prática profissional destacando os saberes necessários para o desenvolvimento desta profissão, os espaços e condições de atuação e as condições oferecidas pelos cursos de formação inicial para a atuação nessa prática profissional.

A pesquisa teórica é apresentada em duas partes: a) na primeira destacam-se a importância e os problemas emergidos da dicotomia entre teóricos e práticos do campo do lazer, bem como a preocupação com referência a diferenciação do conceito de lazer e recreação; b) a segunda parte enfatiza-se considerações sobre tempo de trabalho e de tempo de lazer e sobre formas de conduta da recreação no momento lazer.

A dicotomia

Com embasamento sugerido pelas publicações a respeito na área da educação física, veremos que a associação entre a recreação e o lazer é muito comum. Como boa parte das análises sobre o lazer no contexto da educação física autores dessa área (BRAMANTE, 1992; BRUHNS, 1997; PIMENTEL, 2002; PINTO, 2001) destacam a recreação como prática reluzente do lazer. Isso é significativo tendo em vista que em outras áreas do conhecimento o lazer nem sempre é vinculado com a recreação (GOMES, 2004).

A proposta deste estudo torna-se relevante e contribui para os estudos acadêmicos considerando a existência de um distanciamento bastante sintomático entre os profissionais “teóricos” do lazer (em geral acadêmicos e professores) e os profissionais “práticos” do lazer (em geral recreadores e gestores), dificultando a aproximação “prática” (da práxis) enquanto instrumento mais rico e produtivo para favorecer o crescimento desta área do conhecimento. Esse distanciamento entre a teoria e a prática se apresenta enquanto um dos principais pontos de embate/debate entre os profissionais da área. Destacando, nesse sentido, o Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) de 2012 realizado em São Luís do Maranhão, no qual a falta de coesão entre os “teóricos” e os “práticos” e a preocupação com as consequências da falta de diálogo entre os “profissionais da teoria” e os “profissionais da prática” foram apresentados enquanto temas de destaque tanto nas apresentações e palestras como em conversas “informais” com professores, gestores, recreadores e mesmo estudantes que começam a entrar em contato com a área constituindo-se, assim, como tônica de preocupação para toda essa classe profissional.

Para essa discussão é importante considerar as palavras de Pimentel (2002), que aponta, apoiando-se em Camargo (1998), a falta de formação e de identidade do profissional da área de lazer:

São muitas as denominações do profissional do lazer: recreador, animador sociocultural, agente cultura, promotor de eventos, gentil organizador. Camargo (1998) acredita que esse especialista enfrenta dois fortes problemas: a falta de identidade e a falta de formação. O

primeiro problema seria porque muitos da ala da 'alta cultura' ou 'erudita' não se vêem como profissionais do lazer. Isso porque têm o preconceito de que lazer seria apenas atividades de entretenimento. O segundo problema está relacionado ao fato de muitos não verem necessidade de formação universitária (seja em educação física, turismo ou cursos afins) para atuar na área (PIMENTEL, 2002, p. 48).

Torna-se evidente a preocupação acadêmica em salientar a formação dos profissionais da área da recreação como ponto determinante para a administração de sua prática. Essa preocupação é bastante aguda para os acadêmicos e professores que disseminam a ideia de que o profissional “prático” do lazer tem, entre outras funções, a possibilidade de, a partir de sua prática, contestar/questionar as vivências conservadoras do status quo (associadas aos discursos dominantes).

Em um trabalho publicado na revista “Caderno Virtual de Turismo IVT”, da área de turismo, o professor Hélder Ferreira Isayama (2008) refere-se à importância da diferenciação dos conceitos de lazer e a área de conhecimento e curso superior de turismo para os indivíduos analisados e salienta o entendimento do caráter dos objetivos do lazer para os estudantes desta área de conhecimento:

A partir das informações adquiridas em campo, observa-se que certa confusão em relação às interfaces e particularidades dessas duas áreas pode ser verificada nos discursos dos coordenadores entrevistados que, muitas vezes, concebem turismo e lazer como sinônimos. As contribuições do lazer para o turismo e para a sociedade são vistas por eles, nesse sentido, de forma funcionalista: atribuem ao lazer a função de recuperação da força de trabalho e de “recarregar as baterias” dos indivíduos para que tenham um bom desempenho no seu trabalho cotidiano. (p.116).

Evidencia-se que, não só no caso de estudantes e profissionais da área de educação física, mas também em outras como a citada por Hélder, como o turismo, existe um desentendimento ou confusão dos termos, de ordem conceitual quanto às diferenças entre lazer-recreação-turismo-educação física. Esse fato acarreta em dificultar no relacionamento e diálogos a respeito de tais premissas.

Diferenças dos diferentes “tempos”

Objetiva-se nesta etapa do trabalho apresentar fatores que permeiam o campo do lazer e que tornam significativos seus percursos para a atual conjuntura deste fenômeno.

Entendendo o lazer enquanto um espaço de tempo vivenciado pelo ser humano, portanto, componente da esfera social, distinto do tempo de trabalho (especialmente após a industrialização e a criação das jornadas de trabalho), o tempo de lazer passa a assumir um papel de destaque na vida cotidiana do ser humano enquanto tempo de inúmeras possibilidades – tempo de descanso, de diversão, de meditação, de contemplação, de saúde, de convívio familiar, etc. No entanto, enquanto esfera da vida social, o lazer começa a constituir-se também em mercado, e alguns fatores foram significativamente importantes como premissas necessárias para a constituição do mercado do lazer. O encurtamento da jornada de trabalho (constituindo-se em possibilidade de aumento do “tempo livre” para o lazer), a melhoria dos salários e dos direitos sociais do trabalhador (constituindo-se em possibilidade de maior consumo do lazer), a concentração dos capitais em busca de novas áreas de aplicação (constituindo-

se em possibilidade de expansão dos espaços de lazer e da melhoria em geral da estrutura do lazer como produto), o progresso dos meios de transporte e a popularização do turismo (constituindo-se em possibilidade de maior contato com espaços de lazer antes inacessíveis), as inovações tecnológicas, que propiciaram o aparecimento de novos campos de atividades, como a televisão e o rádio (constituindo-se em possibilidade de maior divulgação do fenômeno “lazer”, assim como incentivo para o consumo do lazer) (VIEITEZ, 2002).

Uma das mudanças mais significativas sofridas pelo lazer foi a transformação de uma atividade predominantemente individual e privada para objeto de exploração sistemática do capital, pois, com a generalização do capital por praticamente todos os setores da vida social, também o lazer torna-se objeto de exploração econômica desse capital (VIEITEZ, 2002). O lazer assume uma característica fundamentalmente paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que o indivíduo passa a ter mais “tempo livre”, conjuntamente com uma melhoria geral no universo estrutural do fenômeno “lazer”, esse “tempo livre”, controlado pelo capital (alicerçado em um mercado de lazer muito bem estruturado), torna-se, também, um tempo disciplinado pela lógica instrumental do cálculo e do planejamento. O ócio transforma-se em lazer administrado (ALVAREZ, 2002).

O próximo passo torna-se, de certa maneira, previsível. Com a mudança das características fundamentais do lazer,

Concomitantemente, os mecanismos de *controle* do lazer mudaram de forma. Erigido em atividade econômica do capital e elevado à dimensão de atividade de massas, o lazer tornou-se objeto de controle *imediato* do capital. Mais que isso, combinando-se com a indústria cultural, tornou-se meio generalizado de *controle* social, caracterizando-se assim como *lazer alienado*. (VIEITEZ, 2002, p.144)

Neste sentido, o “tempo de não-trabalho”, muito mais do que um “tempo de lazer” ou um “tempo de descanso”, no sentido empregado pelo tempo para o ócio, bate ao mesmo ritmo e segue o mesmo caminho alienante do trabalho, como se o indivíduo se contentasse em vender sua força de trabalho, como se fosse uma mercadoria, para posteriormente poder usufruir o produto dessa venda no tempo fora do trabalho (DUMAZEDIER, 2001). Assim, o “tempo livre” não é realmente livre, uma vez que carrega todo o peso de um mercado do lazer, de um compromisso com a obrigação, de um descompromisso com o ócio, da necessidade de diferenciar-se do tempo de trabalho. Mas, com a aproximação do tempo do lazer com o tempo de trabalho, o que ocorre é o oposto, e já são comuns os indivíduos que não conseguem se adaptar ao tempo desestruturado dos finais de semana, ou indivíduos que transferem sua obsessão pela atividade do tempo do trabalho para o tempo do lazer, buscando ser tão produtivo no ócio quanto no trabalho, gerando uma vocação não apenas para o trabalho, mas também para o lazer. O lazer não só perde-se como possibilidade de uma alternativa à opressão da sociedade técnica, mas torna-se instrumento de duplicação dessa opressão (ALVAREZ, 2002).

Diante dessa realidade, os estudos contemporâneos sobre o lazer seguem duas tendências distintas e antagônicas, uma que concebe o lazer cada vez mais como mercadoria e outra que considera o lazer como fenômeno social, cultural e historicamente constituído em nossa sociedade (PINTO, 2001). Os autores que trabalham com a visão do “lazer como mercadoria” consideram que:

O lazer é carregado do sentido de atividade, cumprindo as funções de descanso, divertimento e desenvolvimento social com fins moralistas (canalização das tensões e reduções dos problemas sociais; válvula de escape e meio de segurança da sociedade), compensatórios (manutenção do status quo e descanso voltado à recuperação da força de trabalho) e utilitários (instrumento de paz social e de mercadoria; entretenimento que demanda o consumo de atividades, bens e serviços) (PINTO, 2001, p.92).

Já os autores que trabalham com a visão do lazer como “fenômeno social” entendem que da vivência do lazer podem emergir valores questionadores da própria ordem estabelecida, compreendendo o lazer como

componente da cultura, no seu sentido mais amplo, vivenciada no tempo disponível das pessoas, considerando-se, particularmente, a qualidade lúdica dessa vivência. Esse conceito de lazer articula-se com a experiência da recreação no sentido de recriar, gerar algo novo (PINTO, 2001, p.93).

Assim, o lazer enquanto manifestação humana traria em seu seio as possibilidades de contestação e mudança de atitudes que, expressas através de ações culturais, poderiam promover a transformação do estilo de vida das pessoas. Nessa perspectiva, pensar em mudanças de postura diante do mundo assim como uma nova ordem moral e intelectual através de uma sinergia entre educação e lazer poderia tornar-se uma possibilidade real (RODRIGUES; STEVAUX, 2010).

Considerações finais

Se por um lado os profissionais “teóricos” do lazer consideram como um problema para a área a administração desenfreada de artigos da cultura popular massificadora como artifício único para a diversão do grande público, por outro lado os profissionais da recreação e animação socioculturais se manifestam a partir de uma expectativa de mercado, e reproduzem posturas tidas como “inadequadas” ou “massificadoras” da cultura popular que são valorizadas em seu âmbito de trabalho sobre a perspectiva daqueles com quem atuam ou daqueles que os contratam.

O lazer pode assim assumir uma função “funcionalista” (MARCELLINO, 2000) satisfazendo as necessidades de atividades cumprindo as funções associadas ao divertimento, desenvolvimento social e ao descanso considerado como desafogo das tensões do dia-a-dia como, por exemplo, as tensões provocadas pelas obrigações e afazeres domésticos, de trabalho ou ainda provocados pelo convívio social, funcionando como válvula de escape compensatório. Por outro lado, ele pode assumir funções atreladas à possibilidade de desenvolvimento cultural, social e educativa, considerado suas origens a partir de valores sociais historicamente construídos.

Assim, há uma preocupação em compreender o que vem sendo produzido/reproduzido pelo profissional prático do lazer em seu ambiente cotidiano de trabalho, além da preocupação em compreender quais as razões que podem contribuir para a manutenção desta ou daquela postura, fatores que fazem parte das expectativas de investigação deste trabalho. Neste sentido, a formação acadêmica, as expectativas e perspectivas de carreira profissional, e a consciência da óptica de mercado com relação à postura profissional tornam-se importantes argumentos a serem descritos e investigados.

Em face destas e de outras questões que possam perturbar ou confundir estudantes e profissionais do lazer, torna-se fundamental salientar neste trabalho o relato de experiência sobre atitudes neste sentido, como a da empresa de recreação Jacaré Ki Pira Eventos e Lazer, da cidade de São Carlos-SP. Para os eventos em que seus serviços são contratados, antecedendo o evento, a direção da empresa organiza reuniões com os profissionais da área de lazer que serão recrutados a realizarem o serviço e *constroem* com esses a programação de atividades, *criam* novas formas de intervenção, *discutem* o caráter educacional que possa existir naquela situação, *discutem* possíveis situações problema, de forma a atingir o maior grau de *entendimento coletivo* das intenções daquela equipe naquele evento em questão. Assim, seus profissionais tornam-se coadjuvantes do processo de criação do evento no que tange às atividades de lazer, em detrimento de serem, estes profissionais, meros executores de tarefas designadas pela empresa.

Outra atitude a ser descrita são as reuniões periódicas intituladas “Café no Jacaré” que ocorrem no Jacaré Ki Pira e que não tratam de um evento específico, mas sim de situações cotidianas nos eventos de lazer. Nestas reuniões, seus participantes promovem discussões sobre textos previamente lidos (cada qual em suas casas) e possuem assim um debate bastante enriquecedor, além de conversarem sobre situações de ordem prática dos eventos passados. Participam destas reuniões profissionais do lazer experientes e iniciantes.

Atitudes que possam salientar intenções e interesses que possam servir de orientação e formação para os profissionais da área, podem ajudar na *reflexão sobre sua prática*, servem como *estudo do lazer* enquanto área de conhecimento e alicerçam, portanto, a prática desses profissionais.

Estes pensamentos a respeito do campo do conhecimento do lazer estão longe de se esgotar. A busca por novas vertentes e possibilidades para a problemática da práxis e para a construção do conhecimento são recentes para a academia brasileira sobre a prática do lazer. O conteúdo deste trabalho pode tornar-se objeto para instigar outros pesquisadores a desenvolverem relações com o esse tema. Assim, esse trabalho cumpri com o compromisso de, mais do que responder, levantar novas indagações em busca de um lazer mais humano e reflexivo.

Referências

- ALVAREZ, M. C.. Racionalização, trabalho e ócio: reflexões a partir de Max Weber. In: BRUHS, H. T. Lazer e Ciências Sociais: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002.
- DUMAZEDIER, J. Lazer e Cultura Popular. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- MARCELLINO, N. C. Lazer e Educação. 6ªed. Campinas: Papirus, 2000.
- MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência e Educação*, v.9, n.2, p.191-211. 2003.
- PINTO, L. M. S. de M. Dicionário crítico da Educação: Lazer. *Presença Pedagógica*, v.7, n.40. 2001. pp.90-93.
- PIMENTEL, Giuliano G. de Assis. Lazer: fundamentos, estratégias e atuação profissional. Maringá: Bertoni, 2002.
- RODRIGUES, C.; STEVAUX, R. P. Do chronos ao kairos: os tempos da educação para o lazer. *Lazer e Sociedade*, v.1, p. 28-42, 2010. (Lazer, Educação e Cidadania).

VIEITEZ, C. G. Marx, o trabalho e a evolução do lazer. In: BRUHS, H. T. Lazer e Ciências Sociais: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002.

WERNECK, C. L.; ISAYAMA, H. F. (ORG.). Lazer, recreação e Educação Física. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

ARAUJO, M; SILVA, M. C.; ISAYAMA, H. F. O lazer nos cursos de graduação em turismo de Belo Horizonte: visão dos coordenadores do curso. Belo Horizonte: Caderno virtual de turismo, vol.8, 2008.

RUA AUGUSTA: UM RETRATO DO LAZER E PERSPECTIVAS PARA O TURISMO

Camila Freitas Curaçá

RESUMO

O objetivo do trabalho é apresentar um retrato da rua Augusta, em São Paulo, identificando a importância que a via possui para seus frequentadores e apontando possibilidades e oportunidades para o lazer e o turismo na região. Foi feita uma revisão da literatura abordando temas como o lazer, a cidade e a rua Augusta. Foram feitas observações e entrevistas e constatou-se que a rua Augusta passa por um forte processo de revitalização ou gentrificação, que vem enobrecendo a região, mudando a sua paisagem e seus atores sociais. O Baixo Augusta vem se firmando novamente como um dos principais pontos de lazer noturno da cidade e influenciando suas travessas, ruas paralelas e o Augusta Jardins, mantendo com esse lado uma relação de complementaridade. Muito frequentado por jovens, apresenta problemas e oportunidades tanto para o lazer dos moradores da metrópole, como para os turistas que visitam a região. Porém, a diversidade de pessoas, de estabelecimentos e a vocação para o lazer que a rua possui, mesmo em meio às transformações intensas, são características que devem ser preservadas e utilizadas para impulsionar o turismo na região.

Palavras-Chave: Lazer. Rua Augusta. Espaço Urbano.

Introdução

A região da rua Augusta, em São Paulo, é considerada uma mancha de lazer que possui uma grande oferta de equipamentos específicos e não específicos de lazer. Além disso, também é caracterizada como um elo entre o centro da cidade e entre a região dos Jardins, além de ser cortada pela avenida Paulista. Essas ligações que a rua estabelece com pontos diferentes se refletem na rua como um todo: na sua diversidade, no seu movimento, no seu público e nos seus estabelecimentos comerciais. Há bares, restaurantes, botecos, casa noturnas, casas de shows, prostíbulos, galerias comerciais, cinemas, teatros, entre outros equipamentos que fazem da rua um lugar repleto de opções de consumo e diversão.

A via é frequentada por grupos variados de jovens com gostos bem distintos e a agitada vida noturna da rua Augusta e o intenso movimento de pessoas e carros ao longo da via nos fazem perceber o quanto esta rua é significativa para o cenário do lazer noturno paulistano.

Já a metodologia do estudo foi estabelecida da seguinte forma: a pesquisa é exploratória e envolve a pesquisa bibliográfica; observações assistemáticas, não-participantes e em grupo; além de entrevistas não-estruturadas, mas focalizadas com o apoio de um roteiro pré-determinado.

Objetivo

Apresentar um retrato da rua Augusta, em São Paulo, identificando a importância que a via possui para seus frequentadores e apontando possibilidades e oportunidades para o lazer e o turismo na região.

Procedimentos metodológicos

O estudo foi concebido como uma pesquisa exploratória e abarcou uma pesquisa bibliográfica sobre temas pertinentes ao trabalho e logo após foi feita uma pesquisa de campo que abrangia observações na rua estudada e entrevistas com frequentadores da região.

A pesquisa de campo foi realizada na rua Augusta, na cidade de São Paulo, durante seis noites de sexta e sábado dos meses de Julho e Agosto de 2011. Foram entrevistados e observados jovens que estavam na rua Augusta e região no momento da pesquisa de campo, porém em diferentes pontos ao longo da via e que aparentemente estavam em seus momentos de lazer.

Através do estudo de campo foi pesquisado onde se localizam os principais equipamentos não-específicos e específicos de lazer de acordo com os jovens que frequentam a rua Augusta. Além disso, foi pesquisado também a relação que os mesmos possuem com a rua e como se manifestam os interesses sociais do lazer no local. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas.

Fundamentação teórica

A fundamentação teórica foi dividida em três seções com alguns subitens e o primeiro capítulo chama-se *o lazer* e dá uma visão geral do que é essa manifestação humana tão vasta e complexa. Utilizamos autores como Camargo (2008) e Dumazedier (1999) para explicar o lazer e suas propriedades. Logo após, afunilamos o nosso pensamento entrando em questões mais específicas nos subcapítulos *os conteúdos culturais do lazer*, em que os seis conteúdos são descritos brevemente com atenção especial aos interesses sociais e aos turísticos do lazer, com o apoio dos autores já descritos acima.

Já o outro subcapítulo, chama-se *os equipamentos específicos e não-específicos de lazer*, em que é feita uma rápida explanação a respeito das diferenças entre ambos, dando uma maior ênfase aos equipamentos não específicos como os bares e as ruas. O último subitem da primeira seção é *os jovens e os interesses sociais do lazer*, em que são destacadas algumas considerações sobre a juventude, as culturas juvenis, as festas e outras formas de vivenciar os interesses sociais do lazer.

O segundo capítulo chama-se *a cidade* e é nesse momento da pesquisa em que são feitas algumas considerações sobre o urbano, a industrialização, a segregação espacial, os conflitos pelo uso do espaço urbano e o crescimento desordenado das grandes cidades que leva a deficiências crônicas em relação a habitação, transporte e lazer. Autores como Lefebvre (2001) e Carlos (2009) apareceram para fundamentar essa parte da pesquisa. Logo depois, entramos nos subcapítulos *a cidade de São Paulo*, em que a história da cidade é contada brevemente, desde sua fundação até a atualidade. Além disso, são apresentados dados básicos sobre ela, como população, extensão territorial, configuração do transporte público e mudanças de seus pólos econômicos ao longo do tempo. A Avenida Paulista recebe maior atenção nesse trecho e um breve histórico da via também é feito.

O outro subitem é *o lazer e o turismo na cidade de São Paulo*, em que números relacionados ao setor do lazer e do turismo são apresentados, como por exemplo, o número de alguns equipamentos específicos e não específicos disponíveis em São Paulo e os dados referentes aos visitantes que desembarcam na cidade. Além disso, são lembrados os principais eventos que ocorrem na capital paulista, bem como a sua estrutura hoteleira, rodoviária e aérea. Os pontos turísticos, a vida noturna de São

Paulo e os locais de comércio popular e de luxo também são citados.

A terceira seção chama-se *a rua Augusta*, em que a rua é apresentada. Nele há os seguintes subcapítulos: *o início, os anos 50 e o declínio*, em que o surgimento da rua, a primeira fase de movimentação a lazer, nos anos 50 e 60, e seu posterior declínio são retratados e, *revitalização, diversidade e as duas Augustas*, em que seu movimento de enobrecimento, sua diversidade de públicos, estabelecimentos e suas diferenças entre dois trechos são relatadas. Utilizamos autores como Abreu (2007) e Lynch (1997).

Resultados e discussões

O primeiro ponto analisado foi o cruzamento da rua Augusta com a Avenida Paulista e a Estação Consolação do metrô, que se localiza nesse cruzamento. Esse espaço é um importante ponto nodal da região, pois é um cruzamento em que há uma forte concentração de pessoas e funciona como um ponto de encontro e local de embarque e desembarque. É um verdadeiro símbolo e núcleo da região da Consolação e toda a sua influência se irradia ao longo da rua Augusta e pelas outras travessas da avenida Paulista que estão próximas (LYNCH, 1997).

O acesso ao metrô Consolação que fica no lado Baixo Augusta e o saguão subterrâneo do metrô próximo as catracas, são dois importantes pontos de encontro, principalmente às sextas e sábados a noite. É comum esses dois pontos estarem sempre cheios durante as noites de final de semana enquanto o metrô funciona. Pelo fato da estação ser um lugar sempre movimentado, um local em que muitos embarcam e desembarcam vindos de diversos pontos da cidade e ficam à espera de amigos, escolheu-se usar esse espaço para fazer observações e colher entrevistas pela facilidade de abordagem.

A interação, o passeio e a diversão começam logo no espaço do metrô. Foram observadas pessoas em grupos conversando, rindo e festejando a chegada de amigos no saguão, enquanto que em frente a saída é comum ver grupos de amigos bebendo e fumando, fazendo o *esquenta* pra balada ali mesmo. Os grupos muitas vezes eram variados, com pessoas com vestimentas diferentes e, outros de pessoas com um visual bem definido e semelhante. Pela diversidade de público da Augusta e região, é possível ver pessoas de estilos e vestimentas variados, como saias curtas, coturnos, sobretudo, casacos coloridos, tatuagens, alargadores, bonés, camisas xadrez, camisetas de bandas de rock de todos os sub-gêneros, calças jeans skinny, tênis coloridos de cano alto, cabelos exóticos que vão desde os mullets aos dreads, dentre outros.

Apesar dos inúmeros problemas com a segurança na região, a presença de policiais foi intensa em todos os dias de campo. Foram vistos policiais homens, mulheres, alguns a pé e em grupos, outros em carros e motos. Todos foram vistos em diversos pontos da rua Augusta. Durante as entrevistas, a segurança foi encarada por muitos colaboradores como um dos principais problemas da via quando foram perguntados sobre o que há de pior na rua. Os entrevistados ainda foram indagados se sentem-se seguros na rua e a maioria disse que não. Alegaram que sentem medo pela quantidade de ataques de skinheads na região e pelos crimes de ódio. No momento de lazer dos frequentadores da rua Augusta, é preciso estar atento e andar rápido, pois o perigo e o medo desses confrontos é constante, mesmo com todo o policiamento na região. Os ataques de skinheads acontecem com frequência na região da Avenida Paulista e da rua Augusta por conta da forte presença de gays que frequentam os vários estabelecimentos noturnos destinados a esse público e que se concentram na região e fazem dela um dos principais pontos de lazer gay da cidade (SIMÕES; FRANÇA, 2005).

Outro espaço localizado no cruzamento da rua Augusta com a Avenida Paulista que também possui importância para o trabalho é a sede do Banco Safra. O enorme prédio da instituição financeira possui uma área livre que recebeu novos usos por parte de jovens, em vez de ser apenas uma área de passagem de quem entra e sai do prédio do banco. É ponto de encontro, espaço destinado aos frequentadores mais jovens da Augusta e da Paulista. Mas, também se tornou espaço para meninos que ficam naquele ponto realizarem suas necessidades fisiológicas e local onde pessoas alcoolizadas acabam vomitando. Muito provavelmente por conta desses dois últimos usos, o espaço do banco, que até então era público, acabou sendo bloqueado por grades, impossibilitando o acesso ao espaço pelos jovens que ali se concentravam.

Na calçada da própria Avenida Paulista, mas em frente ao Banco Safra, em que ocorre toda a aglomeração de jovens, é possível ver meninos e meninas muito novos andando de skate e patins, conversando e bebendo com os amigos. Também não é raro ver pessoas andando de bicicleta ou fazendo caminhada em plena Avenida Paulista ou na rua Augusta.

O outro trecho observado foi o lado Augusta Jardins, que possui um comércio muito forte e variado e é possível observar alguns empreendimentos predominantes como lojas de roupas, academias, salões de beleza, restaurantes, galerias comerciais e botecos. Mas, no período noturno, são poucos os equipamentos em funcionamento, em grande maioria os bares, academias e alguns restaurantes e casas noturnas.

Ao se entrar no trecho Augusta Jardins a partir da Paulista, é possível ver lojas de roupas e, ao descer a rua, percebe-se que elas multiplicam-se e há lojas para praticamente todos os gostos, públicos e segmentos. Os estabelecimentos relacionados a alimentação também são vistos logo ao se entrar na rua. Na esquina com a Alameda Santos há um Mc Donald's e, um pouco mais abaixo, um Habib's 24 horas que é um importante ponto de parada pós ou pré-balada de muitos jovens. Também há muitas docerias, bares, botecos, lojas de produtos alimentícios e restaurantes de diversas especialidades espalhados pela Augusta Jardins, incluindo até um de comida vegana, o Vegacy.

Percebe-se uma grande segmentação e variedade nos estabelecimentos comerciais da via como um todo. Há restaurantes diversos, lojas de roupas para vários públicos, enfim, há uma diversidade de pessoas, mas porque também há uma diversidade de estabelecimentos comerciais adaptados para atenderem aos diversos públicos da Augusta.

Apesar do Augusta Jardins não ter uma vocação para o lazer noturno tão explícita como o Baixo Augusta, possui alguns equipamentos específicos e não específicos isolados. Alguns deles direcionados para os interesses artísticos do lazer, como o Cinesesc e o Teatro Procópio Ferreira, outros direcionados para os interesses sociais como os bares, botecos, as poucas casas noturnas desse trecho, a casa de swing e ainda as academias que correspondem aos interesses físico-esportivos.

Já sobre o Baixo Augusta, podemos afirmar que logo ao entrar nele, a partir da Paulista, numa sexta ou sábado a noite, é possível perceber a agitação e a vocação para o lazer noturno que esse trecho possui atualmente. Há muitos skatistas concentrados principalmente na calçada do Banco Safra e é comum também ver alguns deles descerem o Baixo Augusta em seus skates em alta velocidade pela rua e se arriscando em meio aos carros. Além disso, a presença de ciclistas no Baixo Augusta é intensa, muitos deles andam em grupos enquanto conversam.

Logo no início do Baixo Augusta temos o Espaço Unibanco de Cinema, um dos principais equipamentos de lazer responsáveis pela revitalização da rua Augusta. Ele movimentou essa região da rua e os bares próximos com novos frequentadores que se encontravam e passeavam por lá antes ou depois das sessões de filmes (ABREU, 2007). Nas noites de sexta e sábado, o cinema quase sempre está com o seu saguão

cheio de frequentadores de diversas idades esperando a sessão começar.

Conforme descemos a rua, observamos alguns elementos predominantes no estilo dos frequentadores. Muitos jovens são tatuados, possuem piercings, alargadores de diversos tamanhos e usam cortes de cabelo peculiares como, por exemplo, dreads, franjas, costeletas e mullets. Além disso, foi observado que muitos frequentadores do sexo masculino circulam com instrumentos musicais, como violão e guitarra. Percebe-se que a rua atrai um público interessado pela música, há garotos circulando com seus instrumentos e também há jovens circulando com camisetas de bandas de rock. Já sobre a vestimenta dos que visitam a rua, foi observado que há pessoas muito bem vestidas. Há meninas com salto, saias, bolsas e cabelo impecável e há meninos mais bem arrumados também, mas sem exageros. Porém, muitos outros circulam com uma vestimenta bem casual, como tênis, calça jeans e camiseta, sem deixar o conforto de lado e mantendo um certo estilo sempre.

Em relação ao sexo dos frequentadores, notou-se uma predominância masculina. Os grupos geralmente eram compostos exclusivamente de meninos ou de uma única menina que era geralmente a namorada de um deles. Grupos só de meninas foi algo raro de encontrar, nas mesas dos bares ou caminhando pela rua foi visto que mesmo nos grupos que tinham muitas meninas, sempre havia um ou mais rapazes acompanhando-as. Como a rua possui uma forte presença de homossexuais, é comum ver muitos gays e lésbicas andando em grupos ou em casais. Também foram vistos travestis, mas em menor número e em pontos específicos e menos movimentados.

Os restaurantes também marcam presença nesse lado da rua, há o Madhu, de cozinha indiana, e o Kebab Salonu, de cozinha árabe. Em toda a rua Augusta e em suas travessas, há uma grande diversidade de restaurantes, com especialidades variadas, fazendo com que a via seja muito mais diversificada e muito mais badalada no período noturno. O trecho Augusta Jardins possui restaurantes já famosos e antigos em suas travessas, porém os que estão surgindo no Baixo Augusta são novos e estão contribuindo para fortalecer a fama da região em oferecer muitas opções gastronômicas. É até possível dizer que após a revitalização da rua Augusta, não só o Baixo Augusta influenciou o Augusta Jardins, como também houve o movimento inverso e ambos os trechos atualmente se influenciam, se comunicam e se completam.

Através das entrevistas realizadas foi possível verificar que os entrevistados concordam que a rua Augusta possui potencial turístico pelos bares que existem na via e que podem ser atrativos importantes pra quem vem de fora e, assim, tornarem-se pontos de visita. Porém, segundo eles, o turismo na via ainda está crescendo. A entrevistada Karen relata o motivo pelo qual considera uma via como um local com potencial turístico:

[...] a primeira coisa que eu faço quando conheço um gringo, tipo algum amigo que nunca veio pro Brasil, eu trago eles pra Augusta porque eu acho que tipo, tem uma diversidade maior. [Karen, 20 anos].

Já o entrevistado José também acredita que a Augusta é um local com potencial turístico pela quantidade de possibilidades de atividades de lazer, encontro e consumo que a rua oferece.

[...] é um lugar em que tem um monte de tribo se encontrando, um monte de coisa pra fazer, um monte de balada, um monte de bar, um monte de loja, é um lugar que pode ser, dependendo do tipo de turista, dependendo do que a pessoa tá procurando, pode ser um lugar interessante. [José, 20 anos].

Notou-se que a paquera e a interação é maior no Baixo Augusta, as pessoas se olham mais, são mais abertas a socialização e, com isso, amizades e até namoros podem surgir. Notou-se que a lei antifumo obriga as pessoas a saírem dos bares e baladas para fumarem na calçada e isso é um fator que possibilita e incentiva, de certa forma, a sociabilidade no espaço da rua e fora do estabelecimento comercial, gerando o encontro com o diferente ou com os frequentadores do equipamento da frente ou do lado.

O encontro da rua Augusta com a Fernando de Albuquerque é um dos picos do Baixo Augusta. Ali, encontramos estabelecimentos famosos como o bar Ibotirama e a pizzaria Vitrine. A quantidade de indivíduos no encontro dessas duas vias é tamanha que chegam a ocupar o interior dos estabelecimentos, as calçadas e até mesmo a rua. As rodas de amigos são muito próximas umas das outras, por conta do limitado espaço físico dos bares, das calçadas e pelos carros na rua. Essas rodas, de tão próximas, chegam a se confundir. Outros picos do Baixo Augusta identificados foram as duas quadras entre as ruas Costa e Marquês de Paranaguá, em que há equipamentos como casas noturnas, casas de shows, bares e prostíbulos.

Para o lazer e o turismo na região se manterem em alta, é preciso que se atente não apenas a aspectos como estabelecimentos noturnos inovadores e atrativos. Itens essenciais e básicos precisam de atenção também numa via ou região utilizada pelos seus habitantes a lazer e pelos seus visitantes a turismo. Através do estudo de campo, foi possível constatar que a rua Augusta necessita de atenção em sua infraestrutura. Notou-se que as calçadas são esburacas, diversos pontos são mal iluminados e que o cheiro de esgoto em alguns pontos é insuportável. A rua está passando por um processo de revitalização, por isso, é importante que as instalações básicas acompanhem as mudanças que a rua vem sofrendo para que o espaço se modifique ordenadamente.

É preciso que se pense no espaço da Augusta como um atrativo por inteiro e não apenas na importância dos estabelecimentos ou de determinadas quadras ou trechos isoladamente. Todo o trecho do Baixo Augusta está se revitalizando num único processo que influencia a todas as suas travessas e ruas paralelas como a Frei Caneca, a Haddock Lobo e a Bela Cintra. Além disso, o trecho Augusta Jardins, por mais que tenha características e funções diferentes, também é um trecho que é influenciado pela revitalização do Baixo Augusta. Logo, qualquer iniciativa que se queira tomar para resolver algum problema e trazer melhorias para a região, precisa ser pensada em conjunto.

Considerações finais

Podemos afirmar que a rua Augusta é uma via importante para o lazer e o turismo de São Paulo e há itens que merecem atenção de todos os setores envolvidos com a rua. A segurança, a limpeza, o consumo de drogas, o processo de revitalização, a especulação imobiliária, os ataques e crimes de ódio são problemas que precisam de reflexão e organização para serem entendidos e solucionados.

Destacamos que os dois lados da Augusta, apesar de parecerem opostos, se comunicam e mantém uma relação de troca e influência. Ambos possuem muitas diferenças, mas também apresentam semelhanças e se completam. Além disso, o processo de enobrecimento não atinge apenas o Baixo Augusta, mas também suas travessas e ruas paralelas, fazendo do local, uma enorme mancha de lazer para praticamente todos os gostos e uma grande oportunidade para o turismo da cidade. É preciso que se desenvolva uma política urbana capaz de valorizar e incentivar pontos de

São Paulo como a rua Augusta.

Referências

- ABREU, Carolina C. Galeria Ouro Fino: A mais descolada da cidade. In: MAGNANI, José G.C., SOUZA, Bruna M. (org.) **Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade**. São Paulo: Terceiro nome, 2007. p. 151-165.
- CAMARGO, Luiz O. Lima. **O que é lazer**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009. 98 p.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SIMÕES, Júlio A., FRANÇA, Isadora L. Do "gueto" ao mercado. In: GREEN, James N., TRINDADE, Ronaldo (Org.) **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2005. Cap. 5, p. 309-336.

SOBRE OS TRABALHADORES DO LAZER DE AVENTURA NA NATUREZA

Marília Martins Bandeira

RESUMO

Um conjunto de políticas transformou Brotas, como se autodenomina, na *capital brasileira do turismo de aventura*. Neste contexto, formaram-se aqueles que se referem como *profissionais da aventura*. Em sua maioria, esportistas, ex-militares ou locais que tinham íntima relação com o rio da cidade, foram treinados para a atividade turística. Antes chamados *instrutores*, depois *guias* e agora intitulados *condutores de turismo de aventura* são eles que viabilizam a experiência da aventura na natureza a leigos que chegam à cidade para fruí-la em seu lazer. Embora este processo de proletarização da *aventura* tenha aberto caminho, mesmo que precário meio ao setor de serviços, para a prática como lazer e/ou esporte competitivo por aqueles, de frações das classes menos favorecidas, que se utilizaram do trabalho para acessá-la, as condições de emprego ainda são frágeis e reivindicações urgentes nas rotinas tensas do risco da prática.

Palavras-Chave: lazer, trabalho, natureza, aventura

Introdução

No meio do interior sertanejo o pessoal gosta de mandar uma *cachaçada* pra baixo, cerveja, e vai fazer o quê? Não tem opção. Se você não gosta da escola, ou você vai cortar cana, colher laranja ou vai ser pedreiro. Se não estudar, não tem outra opção. É trabalho braçal mesmo. E quando vê, caiu na cachaça. E aí a aventura chegou na cidade como uma opção de trabalho, uma opção mesmo de ganhar dinheiro com uma coisa que a gente gostava. Eu gostava de fazer o quê, na cidade, quando mais novo? Nadar no rio, curtir a noitada, descer o rio de bóia, conhecer pessoas. E o turismo é isso, né. Só que você tem que ganhar responsabilidade por *operar* estas atividades. Você ganha conhecimento, vai buscando técnica, vai ficando mais responsável e cada vez mais fora de riscos, vamos dizer. Faz os cursos, conhece os equipamentos, os seguros. Mas é claro que a minha primeira motivação pra buscar isso foi a adrenalina da coisa, né? Porque é gostoso. Então, quando eu cheguei pra aventura eu queria curtir, mas mudou, isso virou ganho de conhecimento, porque tudo que eu não sabia eu comecei a ganhar dentro do esporte que eu escolhi pra fazer. Viajei o país inteiro. Lugar que o pessoal paga fortuna pra ir e eu nunca ia conseguir, eu fui ganhando alguma coisinha, conduzindo, dando curso de salvamento, porque eu fui buscar conhecimento de tudo isso.

Esta fala de um *condutor de aventura* de Brotas, São Paulo, é exemplar. Ela sintetiza as falas de muitos outros, todas relacionadas a um conjunto de políticas que ajudaram a transformar Brotas em *cidade da aventura*. Mais precisamente, a cidade se autodenomina capital brasileira do turismo de aventura.

Nesse contexto, como sinaliza a fala citada, a prática de aventura não só é um construto adequado para seu público alvo, chamados, pelos condutores turistas, ou clientes, mas também como adequada a gostos, limitações e habilidades que corresponderiam ao “*ethos*” prático do operário ou trabalhador braçal. Mas, que detém

um *status* diferenciado daquele do colhedor de laranja e cana e do profissional da construção civil, ocupações comuns às classes mais baixas da cidade.

Objetivos

Analisar as condições de trabalho no lazer, em específico, aquelas dos chamados *condutores de atividades de aventura* do município de Brotas, São Paulo, no que pese seus problemas e dilemas.

Procedimentos metodológicos

Os dados analisados neste trabalho são parte de uma pesquisa de mestrado em Antropologia Social e foram produzidos através do método etnográfico a partir das técnicas de observação direta, observação participante e entrevistas abertas.

Fundamentação teórica

Carnicelli Filho e Schwartz afirmaram, em 2005, que 60% daqueles que chamaram de *instrutores* ou *guias de rafting* de Brotas estariam na faixa dos 17 aos 25 anos e 70% teriam como maior grau de instrução o ensino médio. Embora eu tenha encontrado muitas combinações possíveis de níveis de escolaridade, classes econômicas e trajetórias de vida, em 2011, entre os *profissionais da aventura* em Brotas, aqueles que se consideram *condutores de turismo de aventura*, se confirmou a predominância do ensino médio, por vezes incompleto, como nível de educação formal e, por vezes, até ensino fundamental incompleto.

Além disso, a *aventura* também recebe um fluxo de atletas/esportistas de canoagem e canionismo e forças armadas. Muitos *condutores* referem o exército como o local de aquisição de conhecimentos e de atuação possível para aqueles que se identificam com os temas do desafio físico e exploratório e da sobrevivência na selva, que também são encontrados na *aventura*.

Por outro lado, entre os *condutores* estão não apenas aqueles que já tinham experiência prévia com motivos e técnicas semelhantes aquelas da *aventura* e queriam transformá-la em ofício, mas também pessoas que se iniciaram na *aventura* a partir dos cursos de formação de *condutores*, assim como relata o primeiro trecho de entrevista apresentado. Seja porque buscavam um emprego na cidade ou porque gostariam de se tornar adeptos destas modalidades como práticas de lazer, os cursos de *condução* oferecidos pelas *agências turísticas* foram a estratégia encontrada para a aquisição dos conhecimentos técnicos e acesso a equipamentos.

Eu comecei ver descerem o rio e a perguntar como fazia. Por que eu era molecão, queria brincar com os outros meninos adolescentes da minha idade, só que eu não sabia, e eles me disseram que tinha cursos que ensinavam, que eram cursos de condução. Mas, mesmo assim eu fui fazendo. Eu queria fazer por diversão, porque eu sempre gostei de esporte, eu queria brincar mesmo. Mas aí eu fui aprendendo primeiros socorros, como desvirar um bote, a ler linha d'água. Então, eu queria fazer isso pra me divertir, mas era tanta informação que tinha que ter, que isso também poderia ser uma fonte de renda e eu pensei: melhor ainda!

Percebe-se uma idéia muito comum entre os *condutores de aventura* que

proporciona uma reflexão acerca das teorias sobre os fenômenos do divertimento e da prática esportiva. A proposição de que o lazer seria diferente do trabalho e ainda do tempo livre parece não se aplicar nesse caso, em que a *condução* é representada como trabalho-lazer. Seja porque foi no contexto laboral que encontraram a formação técnica necessária para a prática que almejavam enquanto lazer, seja porque foi através da empresa empregadora que puderam dispor do equipamento necessário a esta prática prazerosa.

Brotas tornou-se polo e passou a atrair não só aqueles interessados em consumir uma *aventura conduzida*, mas também os que almejavam trabalhar com ela, porque procuravam vivê-la integralmente. E é neste sentido que a experiência em Brotas pode não se encerrar na cidade, pode ser expandida e pode levar à circulação, assim como sinaliza o excerto a seguir:

Eu fazia curso de Turismo e Hotelaria na faculdade em Santa Catarina e nunca tinha tido contato com aventura, aí tive a oportunidade de fazer um estágio com arvorismo. E como eu sempre gostei de mato, cresci em sítio, achei interessante entrar nesse ramo, porque durante a faculdade eu trabalhava de garçom e era sempre a mesma coisa. E eu sempre tive vontade de fazer uma viagem, assim mais longa. Então, eu já tinha ouvido falar muito de Brotas, por causa do trabalho. Pesquisei e descobri que era um dos melhores lugares do Brasil pra trabalhar com isso. E deu certo de eu vir. Depois eu tranquei a faculdade porque eu quis ficar mais. E estou aqui há dois anos e dez meses agora. Aprendi a guiar primeiro *tirolesa* e *boiacross*, depois *rafting* e *canionismo*, coisas que eu nunca teria a chance de aprender talvez na faculdade. Eu nunca esperei tanto, tanta coisa que teve pra aprender aqui, e que agora eu sei, e isso pode me abrir portas. Não é todo mundo que sabe fazer isso e, aonde eu for, eu vou ter esse diferencial de saber mexer com isso. Porque é tudo muito novo no Brasil, vai crescer, né? E ano que vem eu volto pra faculdade pra terminar, e aí, depois eu tenho vontade de ir pra Pucón no Chile, que lá também é um polo. Ou talvez Costa Rica que tem muito *rafting*.

Além de incorporar a mão de obra local, Brotas passou a atrair pessoas de outras localidades que passaram a procurá-la como escola de *aventura*, ou seja, para adquirir uma formação profissional em *aventura* ou viabilizar uma vida de *aventura* que não seria possível com qualquer outro emprego, como opção de lazer ou apenas como atleta competitivo, visto que não há *esporte de aventura* profissional no Brasil, assim como explicita outra entrevista:

Minha profissão é uma consequência do conhecimento que eu tinha do esporte canoagem. Um meio que eu encontrei de usar meu esporte e conviver com a natureza no meu dia a dia. Fazer essa união, trabalhar, ter com o que sobreviver, mas não precisar deixar o meu esporte e a natureza.

Os motivos relatados pelos *condutores* para a procura de tais atividades são os mais diversos, mas, entre outros temas, o do privilégio da proximidade de sua atividade laboral com sua prática de lazer ou esporte divide lugar com os temas do contato com a *natureza*, do trabalho com pessoas e da satisfação de proporcionar a elas um momento agradável, segundo eles, saudável e, por vezes, onírico. O entrevistado a seguir empresta seu ponto de vista para a explicitação desta questão:

É importante atuar em uma empresa que tem relação com o meio ambiente, além de ter consciência e passar isso pras pessoas e o turismo de Brotas começou justamente por causa da questão ambiental. Todo atleta e condutor de aventura tem uma cultura ambiental legal. Quem vive disso, sem excluir ninguém, do condutor ao empresário tem paixão pela natureza. Seja a pessoa que tem um curso superior ou que só tem primeiro grau, isso é o que se tem em comum, e é o que nos move a continuar trabalhando com isso, porque não é a questão financeira. Não tá dando dinheiro assim pra ser a questão financeira. É essa coisa meio mágica mesmo do trabalho com a natureza. Você nunca vai ver essas pessoas jogando lixo no chão, cortando árvore onde não pode. Foi passando realmente de um pro outro. E além disso, tem a importância de você estar lidando com o sonho de alguém. As pessoas não vêm pra cá só descer um rio, mas pra se sentir um super atleta. Pra se livrar do estresse, mas também pra parecer um herói na frente do filho. E o próprio condutor é visto e colocado como um herói. Aquele que faz parte da história da vida dessas pessoas, em um momento que marca. Então, é como se você pegasse uma pessoa que nunca viu uma bola na vida e colocasse ela pra marcar o pênalti de uma final de campeonato e ela fizesse o gol. Mas, mais ainda que isso, numa arena em que ela pudesse não sair viva. Você leva a pessoa a ter emoções que ela não poderia ter sozinha. Isso é ser condutor de aventura.

Entretanto, na convivência mais detida com meus interlocutores, as narrativas mais romantizadas deram lugar àquelas menos idílicas e às condições materiais de uma *aventura* que também pode ser precária. Dificuldades recorrentes apareceram como constitutivas na vida de um *condutor de turismo de aventura*:

Eu sou de Goiás, morei no distrito federal, no Mato Grosso, aí eu tive a oportunidade de fazer dois cursos de condutor no Mato Grosso, já segundo as normas da ABNT, ou seja, isso é a profissionalização do turismo para os guias. E eu ouvia falar muito de Brotas, que aqui o turismo era profissional, e eu vim. No primeiro e segundo dia eu dormi no banheiro da rodoviária. Aí depois eu conheci o pessoal da agência e me deixaram ficar no barracão de equipamentos, aí fiquei um mês lá e depois eu fui embora. Aí eu voltei de novo e dormi na rua outra vez, mas dessa vez eu continuei procurando emprego e na terceira semana eu já estava de carteira assinada. Mas fora do turismo, né, que no turismo não assina não. Então, eu sou jardineira durante a semana e condutora de aventura nos finais de semana, porque eu amo mesmo. Porque não dá pra pagar todas as contas só com turismo. Tem quem consegue, mas tem que se acabar de trabalhar tem que saber guiar quase todas as atividades e isso quando aparece a oportunidade de trabalhar todo dia, porque aqui a escala roda, né? E por causa da baixa temporada fica sempre ruim. É mais fácil se sustentar de turismo quando é sozinho, eu acho, mas eu tenho duas filhas. Só que eu amo a natureza.

Os *condutores* relatam que além da baixa remuneração e informalidade de sua atividade, as *agências* ao oferecerem os cursos de formação criavam relações de dependência e exigiam fidelidade que beirava à subserviência, tamanha era a fragilidade das condições de trabalho. Para tentar minimizar os efeitos da dependência ante as *agências* foi idealizada a Associação Brotense de Condutores de Turismo (ABCT). A

ABCT ficaria incumbida das tarefas de treinamento e manutenção na formação dos *condutores* e as *agências* contratariam os serviços da associação. Dessa forma, equacionariam melhor e tornariam mais impessoalizada a tarefa de arregimentação dos *condutores* e a administração da escala de trabalho, bem como cumpriria estipular uma espécie de valor piso do serviço prestado, evitando os constrangimentos impostos pelas *agências*.

Todavia, o projeto da associação não se desenvolveu a contento e, atualmente, atua junto à prefeitura, sem a autonomia inicialmente pretendida. Nos anos de 2010 e 2011, a associação auxiliou a prefeitura na realização do I e II Seminário Técnico em Condução de Aventura, que ocorreu na semana do *dia do condutor de aventura*, para *condutores* atuantes e residentes em Brotas, com o objetivo de atualizá-los em relação aos novos protocolos e exigências para a atuação em *aventura* e prepará-los para a *alta temporada*.

Quando foi criada a associação, pelo que eu sei, a ideia foi ter uma central de guias pra todas as agências que precisassem de guia ligar lá e a central mandar o guia. Pra agência não poder escolher, não fazer desfeita pra um, privilegiar o outro. E pra todos poderem descer pra mais de uma agência, porque às vezes a gente não tá na escala daquela agência naquele dia, vai ficar sem ganhar, mas ela também não quer que nós desça pro concorrente dela, entendeu? Mas, aí ficou meio assim...

Carnicelli Filho (2006) analisa as condições de trabalho no *rafting* e afirma que assim como a de outros profissionais do lazer, os *rafteiros* optam por tarefas nas quais aliam o prazer decorrente da vivência destas atividades à remuneração. Embora esta seja a primeira impressão, assim como também a formulei, a visão do autor é tão aprofundada quanto permite um questionário. Para aqueles que tomam a *condução* como um emprego de juventude, que têm outros projetos e condições de implementá-los a proposta do autor parece adequada, mas para aqueles oriundos das classes “baixas” o sentido pode ser outro, daí almejarem o fortalecimento de uma categoria profissional com a referida associação.

A *aventura*, tal como é representada em Brotas pelos *condutores*, é muitas vezes referida como prazerosa. Mas aqui cabe ressaltar a importância de confrontar as narrativas com as práticas para uma compreensão mais abrangente do objeto de estudo. Se, por um lado, o enfrentamento do risco é tido como divertimento, por outro lado, quando a *aventura* é problematizada enquanto trabalho suas exigências podem ser vistas pelos *condutores* como uma demanda desgastante:

Às vezes eu nem durmo em dia anterior ao *canionismo*, é muita responsabilidade trabalhar com a vida das pessoas, é gratificante pelo que elas sentem, mas elas não fazem idéia da tensão que a gente passa.

Esse dado corrobora com aquele de Carnicelli Filho (2006), quando afirma que o sentimento de responsabilizar-se pelo *cliente* é tensionado ainda mais pela forma como se converte em comprometimento com a *agência* empregadora. Além de vivenciarem por si mesmos as fortes emoções de uma atividade de aventura: “devem zelar pela segurança dos clientes das agências e garantir que esta seja uma atividade agradável, segura e prazerosa, para que eles voltem a procurar aquela respectiva agência” (p. 254). Convém, avançar na análise de tal aspecto.

Para colaborar com tal discussão é importante, então, relatar que presenciei

situações eventuais nas quais os *condutores* eram persuadidos a aceitar *clientes* que estavam acima do peso ou abaixo da altura permitidos, a operar com um grupo maior que o recomendado em determinada atividade, a iniciar a operação em horário não adequado, com o nível do rio muito alto e até a participar de atividades que não se sentem preparados para *operar* na falta de outro *condutor* mais experiente. Estas situações aconteciam tanto por imposição direta dos donos das *agências*, no sentido de não perder *clientes* ou de agradar um amigo ou parente, bem como por influência do *coordenador da atividade*, por não querer comunicar ao *proprietário da agência* que cometeu um erro de escala ou que não dispõe de funcionário apto para determinada operação. Estas situações são mais tensas nas atividades em que há exposição a ambientes naturais mais desafiadores e que são consideradas mais complexas, portanto mais arriscadas, como o *canionismo* e o *rafting*.

Os proprietários de algumas *agências*, por sua vez, relacionam estas situações de coação às dificuldades do empreendedorismo, que julgam ser custoso no Brasil. Entre as dificuldades mencionadas, aliás, queixa comum entre empregadores, aparecem os custos trabalhistas, a impossibilidade de manutenção de funcionários registrados, as oscilações da economia e sazonalidade deste mercado, bem como a dita concorrência considerada “desleal” por parte de outras *agências* que ofereceriam o serviço turístico por um preço muito inferior, que não investem igualmente em formação de *condutores* e qualidade de equipamentos. Outra queixa que recai diretamente sobre os *condutores* fragilizados por essa situação de instabilidade é de ordem ética. Os proprietários e administradores de *agências* criticam sua suposta falta de comprometimento e evasão constante.

Estas narrativas frequentes que ouvi em Brotas no período da pesquisa não corroboram para a afirmação de Carnicelli Filho (2005) sobre os trabalhadores de *rafting*: “mesmo com a ansiedade e tensão inerentes à sua tarefa, os guias de *rafting* se mostram alegres e confiantes nos momentos que antecedem as atividades”.

Ora, se o próprio autor identificou que os *condutores* responsabilizam-se por proporcionar prazer aos clientes, parecer sempre alegre, sereno e controlador de todos os riscos pode ser uma autoimposição, recurso para a execução satisfatória do trabalho ou, como relatei, exigência dos proprietários das *agências* que os querem sempre solícitos e dispostos diante dos turistas. Catre e Cloke (2007), em sua análise sobre Queenstown, considerada a capital neozelandesa da *aventura*, sinalizam para um processo semelhante ao descrito para o caso de Brotas:

Fundamental to this process is the presence of guides, who are the gatekeepers for the negotiation of these experiences. The participants have an expected idea of the person who will lead them through the activity – typically active, outdoorsy, [...] This image is enhanced by the company advertising; in one of the most blatant examples we found, an advertisement for a jetboat ride markets the company’s driver as being ‘personality plus’, clearly referring to their distinctive characters, enhanced by company dress. Evidence suggests that adventure operators seek to employ individuals who conform to a particular kind of look that corresponds to tourist’s expectations. In addition, these guides undoubtedly enhance the desire to ‘look good’ during the practice of the activity (p.15).

Ademais, mesmo sem considerar os relatos realizados em conversas com os diferentes *condutores* com quem convivi, pude participar de momentos de pouca descontração, onde o tédio e o descontentamento davam a tônica da atividade

profissional. Numa das descidas de *rafting* que acompanhei, pude presenciar o descontentamento de um *condutor* que, ao seu juízo, considerava os *clientes* daquele momento muito ruins, porque não apresentavam coordenação motora necessária para mínima manipulação dos remos e sequer prestavam atenção às suas instruções.

Esses dados sugerem fortemente que a rotinização da *aventura* na sua forma mais acabada como atividade turística regular faz com que os elementos que por muito tempo sustentaram as narrativas em torno dela, ganhem dimensões de uma atividade comum norteada por relações trabalhistas tensas. As condições pouco ideais de sua execução, enfim, são problematizadas pelos próprios *condutores*:

O pessoal tá cansado. Não tem mais tanta alegria sabe? Não sei se é exaustão do tanto que a gente faz força, tem que carregar e descarregar tudo, todo dia, às vezes três vezes por dia. Dói a coluna, ombro, pulso, hérnia. Ou é pressão que vem de cima. Porque agora tem que fazer papelada pra tudo, contar e recontar tudo, assinar um monte de papel diferente, e não pode esquecer de nenhum, por causa da regulamentação. Ou porque o dinheiro é ruim e a gente vai se decepcionando. O pessoal tá cansado de ter que fazer três descidas por dia com o rio baixo. Porque o cliente não entende, ele acha bom, mas pra gente não dá mais a mesma vontade, o bote vai devagar, fica parando em tudo que é pedra, não dá pra curtir. E aí o trabalho perde a parte de bom que tinha em comparação aos outros trabalhos. E até alguns clientes que já fizeram outros *raftings* em cheia acham meio sem graça e a gente fica meio assim e perde aquela integração boa que pode ter com o cliente. Vira esporte de linha de produção, perde a adrenalina.

Tais relatos contrastam com visões mais idealizadas da prática de *aventura*, tais como as descritas por Souza (2004) em seu estudo de mestrado realizado na área da educação física, mas informado pela psicologia social e os estudos do imaginário. A autora afirma que a solidariedade é a tônica do *rafting*: “Cada pessoa que está no barco procura dar o melhor de si, realizando as manobras [...] conforme manda o instrutor, com a intenção de solucionar o problema de todos, que é o deslizar pelo rio e passar pelas corredeiras com o máximo de segurança, alegria e prazer.” Ela afirma ainda que o mais solidário dentro dessa atividade esportiva é o *guia*.

Do meu ponto de vista, o que os *guias* estão fazendo é trabalho e não solidariedade. Proferem comentários sobre *clientes preguiçosos, desengonçados, frescos* ou *fracos* que a autora parece ignorar. A partir dos dados deste estudo, não se pode afirmar que, como quer a autora “os discursos dos praticantes de *rafting* mostram que todo o esforço empregado durante a descida é compensado com muita alegria e diversão” (p. 119). Nem sempre.

A autora afirma que o *rafting* tem por característica a intencionalidade zero, a não ser a conquista do prazer momentâneo, mas não foi isso que percebi entre os *rafteiros* de Brotas que referem como uma de suas maiores motivações para a adesão ao *rafting* o encontro de um emprego e a intenção de se introduzir no *rafting* competitivo. Quando o cotidiano e o trabalho consistem em deslizar corredeiras, como no contexto da *aventura* em Brotas, o prazer está mais concentrado no trocar de rio ou na *alta temporada*. Assim como o *rafting* no rio Isère, em Savoie, na França:

The craft and the whitewater groups of one company will thus always enter the river at the same place, navigate along the same trajectories (in the vein), stop at the same sites, and land in the same way. This very strict “shaping” of whitewater commercial products may be

considered as a veritable standardization of the activity. However, this spatial restriction in the activities of the instructors does not come from ignorance of what the river has to offer [...] If this standardization is systematically operated, it is because it [...] It allows for the anticipation of technical difficulties and a sufficient amount of time for the necessary maneuvers to be completed by inexperienced clients. It always uses the same locations that are recognized permanently, which is important in a milieu where diverse submerged objects, regularly transported by the river, may be dangerous in navigation. It also tacitly distributes the clients and prevents the overcrowding of certain stopping points (Mounet e Chifflet, 2003: 275-276).

Outra questão ou preocupação bastante recente para os *condutores de aventura*, na medida em que esta configuração do campo da *aventura* é recente no país, e visto que a primeira geração de *condutores* está chegando à faixa dos trinta aos quarenta anos de idade, é a aposentadoria e sua relação com os referidos cansaço e desgaste do corpo. Arrisco-me a dizer que a carreira do *condutor*, assim como, de modo geral, a dos atletas de alto rendimento, é abreviada se comparada a outras profissões e que sua recolocação no mercado da *aventura* é difícil. Segundo L.C., *condutor de rafting*, criador, capitão e técnico de equipe de rafting competitivo, além de instrutor da escolinha de *rafting* da Associação Brotense de Esportes Aquáticos:

Eu acho que só dá pra guiar no máximo até cinquenta anos, que é a idade que o condutor mais velho que a gente conhece aqui têm. Mas, isso sem competir, porque se competir aí já dá bem menos, porque no meu caso além de trabalhar eu compito, e já estou cheio de lesão, acho que só aguento mais dez anos. Todo mundo que compete tem lesão, lesão cervical, lombar e torácica, ombro.

Os *profissionais da aventura* vêm percebendo algo que já é senso comum no pugilismo (Wacquant, 2002), que para além da boia, do remo, da corda e do bote, o corpo é seu principal instrumento de trabalho. É preciso usá-lo sem levá-lo à exaustão porque, no final das contas, são anos investidos na aquisição de um capital-corpo que é dificilmente convertido em outro tipo de capital.

Considerações Finais

O momento que ainda se observa, portanto, é o de uma espécie de proletarização da *aventura*. Não obstante, observam-se egressos das classes operárias tendo acesso à *aventura* na medida em que se precisou de mão de obra para explorar a *aventura* como turismo e aquecer o mercado do entretenimento voltado para a *natureza*.

A profissionalização no âmbito da *condução de aventura* abriu um caminho, ainda que nas franjas de um processo tido como precário no setor de serviços, que acabou viabilizando a prática como lazer e/ou esporte competitivo por frações das classes menos favorecidas, arranjos criativos que muitas vezes permitem a esses *condutores profissionais* participarem na composição de uma ideia mais geral sobre *aventura* no Brasil e no mundo.

Referências

CARNICELLI FILHO, S; SCHWARTZ.G.M. Guias de Rafting: perfil e emoções. *Lécturas educación física y deportes* (Buenos Aires). Año 10 - N° 85, 2005.

- CARNICELLI FILHO, Sandro. Trabalho, Responsabilidade e Emoção: A adaptação de instrutores de rafting. In: Schwartz, Gisele (org.). **Aventuras na Natureza: consolidando significados**. Fontoura, Jundiaí, p. 253-262, 2006.
- CATER, Carl e CLOKE, Paul. Bodies in action: The performativity of adventure tourism. **Anthropology Today**. v.23, n.6, dez, 2007, p.13-16.
- MOUNET, Jean-Pierre e CHIFFLET, Pierre. Whitewater sports: from extreme to standardization. In: **To the Extreme: alternative sports inside and out**. Rinehart, Robert & Sidnor, Synthia (orgs.), 2003.
- SOUZA, Fabiana. **O imaginário no Rafting: uma busca pelos sentidos da aventura, do risco e da vertigem**. São Paulo: Zouk, 2004.

“TRADIÇÃO NÃO SE DISCUTE”: UMA REFLEXÃO SOBRE A NOÇÃO DE CONTINUIDADE HISTÓRICA NAS MANIFESTAÇÕES DE LAZER – O CASO DO CARNAVAL DA CIDADE DE OURO PRETO/MG

Sarah Teixeira Soutto Mayor

RESUMO

Este artigo objetiva discutir algumas ideias encontradas em um estudo pautado na compreensão da história recente do carnaval da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais (1980-2011). Pretende problematizar como a noção de continuidade histórica, proporcionada pela utilização do termo “tradição”, relacionou-se às mudanças percebidas nesta festa, em uma relação aparentemente contraditória. Foram pesquisados dois jornais, o “Estado de Minas” e o “Liberal”, publicados na cidade de Belo Horizonte e Ouro Preto, respectivamente. A pesquisa demonstrou que a noção de tradição teve um papel fundamental nas transformações da festa estudada, servindo a duas funções principais: elo com o passado e valorização aos novos produtos criados. Pode-se concluir que a ideia de tradição foi essencial para as mudanças percebidas no carnaval da cidade, justamente (e, paradoxalmente) pela imutabilidade conferida ao passado e, sobretudo, por certo consenso de que tradição não se discute.

Palavras-chave: Carnaval, Lazer, Tradição

Introdução

Este artigo propõe uma reflexão sobre algumas ideias encontradas em um estudo pautado na compreensão da história recente do carnaval da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais¹. Abarcando uma temporalidade de pouco mais de trinta anos (1980-2011), a pesquisa em questão evidenciou a veiculação de ideias que se fundamentaram na ambiguidade comportada pela coexistência das noções de mercado e tradição, fortemente presentes no processo de rápida transformação da referida festa.

No período eleito para a pesquisa, o carnaval ouro-pretano, uma das principais manifestações culturais da cidade mineira, modificou-se sobremaneira. Da festa local, vivenciada prioritariamente nas ruas da cidade e com um caráter majoritariamente gratuito, à produção de um grande evento privado com características globais foi preciso menos de duas décadas. O reconhecimento da necessidade de se adequar a festa a um mercado carnavalesco vislumbrado em outros contextos “de sucesso” do país, como o da cidade de Salvador, frente, ainda, à possibilidade de promoção do emergente setor turístico ouro-pretano, impulsionou, em meados dos anos 1980, novas iniciativas. Estas se fortaleceriam no início dos anos 2000, quando houve uma clara tentativa de segregação do público participante, com a venda de diversos “pacotes” para a vivência do carnaval, aliada a um forte apelo promocional do mesmo.

Diante de transformações que, provavelmente, possam ter sido vivenciadas em diversos contextos brasileiros, o que chama atenção neste estudo é especificidade da histórica Ouro Preto. Uma especificidade pautada não exatamente (ou apenas) em seus mais de trezentos anos de existência, mas, sobretudo, na representação que ali adquiriram acontecimentos importantes da história nacional, como o período do ciclo do ouro e a Inconfidência Mineira, emoldurados por um cenário que é considerado um dos

¹ Dissertação defendida no Programa de pós-graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação do Prof. Dr. Victor Andrade de Melo.

maiores acervos barrocos do mundo (DUARTE, 2009).

Cidade Patrimônio da Humanidade, Ouro Preto vive, em grande parte, de seu passado; emana antiguidade em cada uma de suas ladeiras e sobrados que tentam se manter intocáveis, como expressou Brandão (1989). No entanto, a noção de tradição que, aparentemente, comporta ideias de continuidade e de permanência histórica e de imutabilidade referente a um passado abstrato, serviu, em grande medida, para impulsionar e legitimar as transformações observadas no carnaval. A sua constante veiculação a cada mudança empreendida, com a devida referência à história das manifestações, proporcionou uma percepção de continuidade “natural” da festa.

Estas constatações foram possibilitadas pelo estudo de reportagens publicadas no jornal Estado de Minas e no Jornal O Liberal, dois importantes impressos existentes no contexto desta pesquisa, publicados, respectivamente, em Belo Horizonte e em Ouro Preto. Ambos veicularam em suas páginas fecundas possibilidades de compreensão do objeto proposto.

Das ruas aos grandes shows: a festa se modifica e a tradição permanece

A cidade de Ouro Preto iniciou a década de 1980 com um carnaval prioritariamente vivenciado nas ruas da cidade. As principais manifestações observadas aconteciam nos espaços públicos e podiam ser acompanhadas de forma gratuita. As escolas de samba e os blocos caricatos desfilavam pelas ladeiras; bandas de música se apresentavam nas praças e largos, formando os chamados “bailes populares”. A Praça Tiradentes, principal marco da cidade, era o mais importante ponto de encontro dos foliões ouro-pretanos e dos turistas, conforme anunciava o Estado de Minas no ano de 1982: “a Praça Tiradentes será pequena para acolher milhares de foliões, enchendo-se de luzes e cores”².

Nesse momento, destacava-se o bloco Zé Pereira dos Lacaios, veiculado pelos jornais como a principal atração do carnaval ouro-pretano. Grande parte das reportagens ocupava-se em retratar a participação desse bloco a cada edição da festa, bem como a sua trajetória histórica. Criado em 1867 por empregados do governo da antiga capital da província mineira, o bloco é considerado o mais antigo em atividade do Brasil e remete ao período de permanência do entrudo em Minas Gerais. Manteve, no período estudado, grande parte das suas características originais, como os cariás, pequenos demônios que tiram faíscas das calçadas com seus tridentes; a baiana e os bonecos gigantes; a bateria e os grandes lampadários com velas acesas, “marcas dos tempos antigos”³.

Outro bloco representativo era a Bandalheira. Criado em 1972 por moradores da cidade, possui uma história bem mais recente, mas, assim como o Zé Pereira, também se tornou uma referência no carnaval da cidade. A sua principal característica se mantém atualmente: a paródia de uma banda militar, que desfila pelas ruas com instrumentos desafinados e um ritmo desajeitado.

Estas e outras particularidades percebidas no começo da década mantiveram certa regularidade até meados dos anos 1980. Já em 1984, chama a atenção propósitos ainda não vislumbrados, sobretudo no que diz respeito às formas de organização e promoção da festa. Uma série de medidas foi pensada para alavancar o potencial turístico do carnaval, dado o reconhecimento da festa como possibilidade de promoção

²MUITA gente procura hotéis de Ouro Preto. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 fev. 1982. 15.582, Primeiro caderno, p.14.

³LACAIOS, cem anos de animação. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 fev. 1981. 15.327, Caderno Turismo, p.1.

da cidade de Ouro Preto. Uma reportagem do Estado de Minas sintetiza as aspirações daquele momento: “[...] até então, nada praticamente se fazia para ativar o sistema promocional da cidade [...]. Hoje em dia existe concorrência e tudo mais para se buscar os turistas, exigindo-se, portanto, projetos nesse sentido”⁴. No referido ano, a abertura do carnaval aconteceu em um importante hotel da cidade, com a presença de convidados de diversos setores: comércio, indústria, emissoras de televisão, empresas de turismo, entre outros.

No final dos anos 1980, a discreta festa ouro-pretana do início da década já ocupava grandes manchetes e espaços cada vez mais relevantes no conjunto de reportagens dedicado às notícias sobre o carnaval mineiro. Seguindo esta tendência, os anos 1990 vislumbraram importantes transformações, cada vez mais interligadas aos novos interesses que emergiam na festa. Nesta década, as iniciativas de promoção vinculavam-se, cada vez mais, a empresas privadas. No ano de 1997, o jornal *O Liberal* assim noticiou o carnaval da cidade: “O carnaval 97 deverá ser promovido em Ouro Preto sob o patrocínio de um *pool* de empresas”⁵.

Na medida em que a década se aproximava do seu final, estas características tornaram-se cada vez mais perceptíveis, caminhando para uma conformação bastante diferente do marco inicial da pesquisa. Várias medidas intervencionistas foram colocadas em prática, com apelos, por vezes contraditórios. Em 2002, parte dos festejos foi retirado do centro histórico e transferido para lugares periféricos, com a justificativa de proteção ao patrimônio e de segurança dos foliões. Mas esta e outras medidas similares impulsionaram, fortemente, o aumento do fluxo de turistas e de sua circulação na cidade, já que não alteraram apenas os espaços, mas o próprio formato da festa.

O maior exemplo aconteceu em 2006, quando houve a criação do Espaço Folia. Instalado no estacionamento do Centro de Convenções da UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), este espaço foi propositadamente delimitado por tapumes e cercas provisórias. Nesse momento, parte considerável da festa se resumia a grandes shows realizados neste espaço fechado, com bandas de renome nacional e com um caráter essencialmente privado. Muitas das características observadas podiam ser comparadas às do carnaval da cidade de Salvador, como a compra de “pacotes” para participar dos shows; o estilo das músicas, especialmente o axé; e a participação condicionada à compra do ingresso, que se traduzia no abadá.

A participação em muitos blocos, sobretudo naqueles criados por estudantes das inúmeras repúblicas existentes em Ouro Preto, passou a ser paga. A concentração, momento preparatório que antecedia o desfile pelas ruas da cidade, tornou-se um grande evento, sendo que, algumas delas passaram a acontecer também no Espaço Folia, com uma parceria realizada com a Prefeitura Municipal e a UFOP.

Com o avançar dos anos 2000, as características mencionadas se acentuaram. Outros espaços privados foram criados para atender a uma demanda cada vez maior de foliões que chegava a Ouro Preto atraída pelos grandes shows. Um exemplo é o Espaço Minas Folia, criado em um bairro residencial da cidade, o que gerou inúmeros embates com os moradores da região. Estes não foram os únicos conflitos e nem foram poucos. As páginas do jornal, sobretudo as do “*O Liberal*”, foram recheadas de críticas sobre os transtornos causados na cidade que, a cada ano, via aumentar significativamente o seu público visitante e, principalmente, sobre o caráter empresarial da festa.

Um dos exemplos mais pontuais aconteceu no ano de 2009, quando uma das

⁴ NETO, Nicolau. Sociedade do interior: Ouro Preto. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 fev. 1984. 16.141, Primeiro caderno, p.12.

⁵ TRÁFEGO em Ouro Preto durante o carnaval. *O Liberal*, Ouro Preto, 27 jan. a 02 fev. 1997. 284, p.8.

patrocinadoras “oficiais” do carnaval de Ouro Preto assim saudou os foliões: “Bem-vindos ao Skol Folia”. Não era uma simples mensagem de boas vindas, mas um forte indicativo da representatividade que empresas privadas adquiriram na organização da festa. O carnaval da cidade foi nomeado “Skol Folia”. Neste mesmo ano, a campanha de divulgação desta cervejaria apostou na seguinte propaganda: “Skol Folia: a mistura redonda de Minas com Bahia”. Esta frase confirmava a força do mercado na festa também com a veiculação de um modelo ideal de carnaval: o soteropolitano, não à toa, um dos mais rentáveis do país. A mistura “redonda”, sinônimo utilizado pela cervejaria para enaltecer a qualidade de sua bebida e produzir um diferencial frente a outras marcas, depunha também sobre a qualidade daquele carnaval.

As iniciativas observadas não abarcam apenas uma mudança nos espaços e na proporção das manifestações, mas, sobretudo, nas possibilidades de participação do público. Na medida em que o que passa a ser valorizado pelo poder público é o que possibilita maior retorno lucrativo à cidade, manifestações construídas pela cultura local, mas pouco atrativas no mercado festivo nacional, podem ser deixadas de lado ou reformuladas. Esta segunda possibilidade é o que sustenta as reflexões deste artigo. No caso do carnaval da cidade de Ouro Preto, manifestações foram claramente reformuladas para atender à principal propaganda daquela festa: a tradição.

Neste sentido, o que importa para as análises propostas por este artigo não são as mudanças em si, mas sim como elas aconteceram. O que pôde ser claramente observado é que o carnaval ouro-pretano se modificou mantendo intrínsecas relações com a tradição da cidade, o que parece sem propósitos em uma leitura inicial, já que as transformações observadas fundavam-se em objetivos cada vez mais inovadores, destoando da interpretação usual que se faz da noção de tradição, tomada como algo estático e mantenedor de certas características “originais”.

No entanto, esta relação ambígua entre o que se pretendia inovador e a ideia de tradição foi uma das grandes alavancas das transformações da festa na cidade. Isto porque as novas manifestações, como os grandes shows privados, foram veiculados e vendidos como uma legítima tradição do carnaval. Não raro foram misturados a manifestações mais antigas e reconhecidas como símbolos da cidade, como o bloco Bandalheira e, principalmente, o bloco Zé Pereira dos Lacaios.

Em se tratando do segundo, a sua existência centenária foi amplamente abordada pelos jornais, mas com uma mudança significativa de enfoque no decorrer dos anos. Na década de 1980, o caráter valorativo conferido à tradição parecia servir ao propósito de destacar aquela manifestação em si, já com o avançar dos anos e, mais precisamente, a partir do início dos anos 2000, foi possível perceber fortemente a utilização da tradição remetida ao bloco enquanto meio para se promover um conjunto de atrações, muitas das quais sem quaisquer relações com o Zé Pereira e sua lógica de participação na festa.

Muitas reportagens anunciaram o bloco como a principal atração de Ouro Preto, mas a ênfase contrastava com o real conteúdo das matérias, que, na maior parte das vezes, destacava muito mais os blocos das repúblicas, os shows privados e as atrações promovidas pela Prefeitura em vários pontos da cidade. No caso da Bandalheira, o Estado de Minas anunciou em uma grande manchete de uma reportagem de página inteira: “Bandalheira nas ladeiras”, porém o conteúdo do texto e a foto utilizada, com jovens vestidos de abadás, pareciam promover, na verdade, outro carnaval⁶.

No ano de 2008, outra situação chamou a atenção. O cartaz promocional da

⁶ TUPINAMBÁS, Glória. Bandalheira nas ladeiras. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 06 mar. 2011. Especial, p.6.

feira, com a chamada “Ouro Preto: Patrimônio da Alegria”, publicado no jornal *O Liberal*, continha a programação detalhada do carnaval⁷. O destaque no cartaz era para as bandas de maior projeção que se apresentariam no Espaço Folia e, junto ao slogan da empresa DM Promoções (promotora daquela festa), havia a propaganda da cervejaria Skol. As outras manifestações da cidade, como os blocos Zé Pereira, a Bandalheira e tantos outros, ficaram em segundo plano, sem nenhum destaque. No entanto, o tema da festa remetia à especificidade histórica da cidade, “patrimônio da alegria”, demonstrando uma das funções exercidas pela ideia de tradição: elo com um passado que assegurava e legitimava as transformações da festa, pela capacidade de incluir tudo o que se produz e veicula na cidade como parte de um mesmo pacote de antiguidades.

Dentre vários exemplos que poderiam ser mobilizados para pensar a função simbólica do Zé Pereira, o que aconteceu no ano de 2011 parece providencial. O tema do carnaval foi assim elaborado: “Vem pra rua brincar de novo”. O jornal *Estado de Minas* acrescentou à proposta a seguinte descrição: “No ano em que são comemorados os 300 anos da criação de Vila Rica, a folia em Ouro Preto faz jus à memória e à tradição dos antigos carnavais. A festa será embalada por velhas marchinhas e por sambas-enredos consagrados”⁸. O cartaz era composto por bonecos do Zé Pereira, por um integrante da Bandalheira, por uma banda de música e por crianças, símbolos que pretendiam representar a festa que se consagrou nas ruas em anos anteriores e que se projetava no presente como uma contraditória propaganda.

Neste mesmo ano, os bonecos do Zé Pereira dos Lacaios foram escolhidos para comporem a decoração do carnaval da cidade. Em meio a um grande palanque e aos mesmos estilos de *shows* do Espaço Folia, grandes bonecos foram colocados na Praça Tiradentes, desconectados do que acontecia naquele espaço na maior parte do tempo.

Assim, a menção constante a manifestações construídas na cidade, sobretudo as mais antigas, em meio às inovações, parecia servir como um elo entre uma festa que se pretendia global e um passado que a legitimava. A tradição, utilizada como um adjetivo, tornava-se, assim, uma das principais marcas do carnaval, servindo, paradoxalmente, para vender o modelo atual de festa.

Neste caso, é preciso considerar a tradição como uma noção que se reinventa e se reescreve, embora necessite da representação de imutabilidade conferida ao passado para se afirmar. Assim, tradições podem ser inventadas para estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado e legitimar ações por meio de uma noção de continuidade bastante artificial (HOBSBAWM, 1997) Para Canclini (2008), a referência à tradição pode ser um esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora e um referente histórico.

Desta forma, o olhar cuidadoso para a utilização da noção de tradição se faz necessário. No caso das manifestações de lazer, a discussão sobre os usos do passado e sobre a ideia de continuidade histórica pode oferecer novas possibilidades para se compreender os mais diversos objetos de estudo. A atenção para a veiculação de noções que parecem simples, triviais e inquestionáveis, como acontece comumente com a tradição, tomada como algo que se justifica por si só, parece fundamental para se compreender mudanças, ou até mesmo, determinadas permanências nas variadas formas de expressão do lazer. No caso deste trabalho, o objeto é o carnaval, mas outros contextos também podem ser pensados na problematização da noção de tradição enquanto instância que comporta grande capacidade de intervenção na vida social.

⁷ O LIBERAL, Ouro Preto, 2008. Sem título, 14 jan. a 20 jan. 2008, p.13.

⁸ TUPINAMBÁS, Glória. Bandalheira nas ladeiras. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 06 mar. 2011. Especial, p.6.

Importante destacar que este trabalho não credita às mudanças um papel “descaracterizador” da festa ou de qualquer manifestação de lazer, entendendo-as como algo que destitui a sua “pureza original” (MAGNANI, 2003). Ao contrário, reconhece que a mudança faz parte da dinâmica cultural e do próprio movimento realizado pelos indivíduos em suas relações/interações sociais. Mas esse reconhecimento não isenta os questionamentos acerca das motivações e dos pressupostos que sustentam as mudanças e, principalmente, das relações de poder que podem se estabelecer em seu interior.

Neste caso, o problema não é a mudança em si, mas como ela se projeta. No caso do carnaval da cidade de Ouro Preto foi evidente a utilização do passado da festa, sob a égide da tradição, para veicular e legitimar um carnaval que se pretendia inovador e que não se aproximava em quase nada das manifestações antigas às quais era associado. Uma aparente contradição, mas oportunamente intencional, a exemplo da reportagem: “Nas cidades históricas mineiras, o carnaval aposta nas tradições locais para cativar o folião, como acontece em Ouro Preto com os blocos organizados pelas repúblicas de estudantes”⁹.

Desta forma, a inclusão das festas atuais na história de Ouro Preto faz com que as pessoas consumam uma ideia, fortemente vinculada ao valor da tradição, embora, visivelmente, muitas de suas características sejam encontradas em qualquer manifestação daquela natureza em muitos outros eventos contemporâneos. Neste caso, a venda da inovação, assim como a sua aceitação, precisa se aliar a símbolos do passado, capazes de conferir uma ideia de originalidade e autenticidade e, ao mesmo tempo, permitir a possibilidade de participação em algo exclusivo, que só existe naquele lugar. A tradição, assim, torna-se também um produto diferenciado, o valor simbólico de uma materialidade que é, na verdade, efêmera, criada por meio dos símbolos de uma moda reciclável.

No caso de Ouro Preto, o valor material e imaterial do conjunto patrimonial da cidade também parece conferir valor e legitimidade às transformações, inseridas em um mesmo conjugado de signos oferecidos pela história do lugar. Uma ideia de tradição fundada em uma produção discursiva que, na sua aparente imutabilidade e no valor de um passado intangível, transforma-se para atender a diversos interesses.

Considerações finais

A pesquisa demonstrou que a noção de tradição teve um papel fundamental nas transformações da festa estudada, servindo a duas funções principais: elo com o passado, já que diante das transformações que visavam promover o carnaval e torná-lo um atrativo turístico com signos globais, a recorrência à tradição conferia legitimidade histórica; e valor aos novos produtos criados, pois o novo formato da festa precisava se diferenciar no mercado em que se inseriu, servindo a ideia de tradição como uma qualidade, um símbolo de *status*. Pode-se concluir que a ideia de tradição foi essencial para as mudanças percebidas no carnaval da cidade, justamente (e, paradoxalmente) pela imutabilidade conferida ao passado e, também, por certo consenso de que tradição não se discute.

Embora seja necessário considerar que entre as ações do mercado e a recepção e apropriação dos indivíduos não existe uma transmissão unidimensional e indiferente, é fundamental atentar-se para os interesses em jogo e para as estratégias utilizadas. E no caso específico do carnaval ouro-pretano, estas questões tornam-se ainda mais complexas pela utilização de um dos principais recursos simbólicos da

⁹ REIS, Sérgio Rodrigo. Arrastão de alegria. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 fev. 2007, p.9

cidade, elemento legitimador de identidade, orgulho e pertencimento àquela terra: a tradição.

Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. Campinas: Papirus, 1989.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- DUARTE, Antônia Reis. *Desenvolvimento do turismo cultural da cidade histórica de Ouro Preto (Minas Gerais – Brasil), Patrimônio da Humanidade*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia). Universidad de Las Palmas de Gran Canaria . Las Palmas de Gran Canaria.
- ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte. 1980-2011.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 3 ed. São Paulo: Hucitec; UNESP, 2003.
- O LIBERAL, Ouro Preto. 1988-2011.

UMA VIDA DE SÍSIFO: O USO DO TEMPO NA PERSPECTIVA DO ABSURDO

Natalia Puke

RESUMO

Este trabalho pretende problematizar a temática lazer através do conceito de absurdo construído por Albert Camus, destacando, sobretudo, as lógicas da produtividade e do consumo como os aspectos socioculturais e econômicos que cerceiam o tempo existencial dos sujeitos em detrimento da apreciação do ócio como possibilidade de “tomada” de consciência e usufruto para afirmação da vida.

Palavras-chave: Produtividade, Lazer e Absurdo

Na narrativa mitológica de Sísifo conta-se que ele fora um mortal astuto que desafiou os deuses em diversos momentos. Espalhou um segredo de Zeus, aprisionou por diversão a Morte, e enganou Hades, o deus dos mortos. Furiosos os deuses puniram-o severamente, condenando-o ao eterno trabalho de rolar um grande rochedo até o cimo de uma montanha. Só que quando Sísifo chegava com a pedra até ao cume da montanha - depois de um árduo trabalho -, todo o seu esforço parecia inútil e sem sentido, pois a pedra sempre caía por seu próprio peso, obrigando-o a descer até o solo para pegá-la e levá-la novamente ao ponto de onde caiu.

Segundo Camus (1989), essa mítica é a alegoria que melhor representa a condição humana, isto é, o movimento de uma existência absurda. Mas, o que isso tem a ver com o lazer? Ora, segundo Marcellino (2007), um dos principais pensadores sobre a temática, o lazer subjaz da tensão entre homem e trabalho. O que está em questão na mítica de Sísifo é o direcionamento do tempo existencial para o trabalho. Não é à toa que Camus denominou Sísifo como o “proletário dos deuses” (CAMUS, 1989, p. 85), ao destacar que a sua situação não é menos absurda que a de um trabalhador dos dias de hoje.

O sentido etimológico do termo trabalho não é nada inspirador, visto que proveniente do latim *tripalium* designa o sentido de tortura, pois *tripalium* era um instrumento em forma de tripé utilizado para punir e domar animais (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006). Nessa ótica, cabe lembrar também, que na simbologia bíblica, Adão e Eva como representantes da gênese da humanidade, recebem castigos quando desobedientes as normas divinas. Sabemos que este castigo é o trabalho, que para primeiro, é aquele provido do suor do seu rosto, e para a segunda, as dores do trabalho de parto. E essa é a sina de Sísifo, o trabalho como condenação.

Ainda sob o prisma da mentalidade mitológica, podemos diagnosticar que Sísifo possui uma relação simbólica com o Titã Prometeu, que roubou do fogo de Zeus e o entregou aos homens. O fogo que era um privilégios dos deuses, possibilitou na atividade humana o controle sobre a natureza e a sua autonomia em relação aos deuses. Desse modo, na mítica grega atribuí a Prometeu o papel crucial para a gênese da humanidade através do trabalho.

Contudo, essa história também é trágica. Zeus enfurecido envia Pandora - a primeira mulher -, que muito curiosa abriu uma caixa donde espalhou todos o males para a humanidade. Ainda nessa mítica narrada por Hesíodo, Prometeu é acorrentando em uma rocha, onde cotidianamente o seu fígado é comido por uma águia. Esse é o seu castigo eterno - por entregar o fogo aos homens -, o de regerar-se todos os dias para ser o alimento da águia.

Embora até aqui possamos perceber um certo niilismo nessas descritas palavras -

a proposta desse trabalho -, que foi realizado por pesquisa bibliográfica (SEVERINO, 1993), não é uma conspiração contra a atividade do trabalho, mesmo porque, o que está produzindo este texto, nada mais é que o próprio trabalho. A problemática que se pretende destacar afigura-se em diagnosticar na lógica da produtividade, as condições absurdas que delineiam os valores vivenciados no tempo existente e no tempo de lazer que contribuem para a manutenção de uma sociedade desorientada, demasiadamente competitiva e alimentada pelos imperativos do mercado.

Nesse diapasão, o tempo de lazer torna-se um campo oportuno para observarmos os sintomas de uma sociedade legislada pela produtividade e consumo. Um olhar absurdo para a facticidade do real, nos revela a distopia do processo civilizatório e dos ideários do progresso tecnológico. Percebe-se que a jornada de trabalho na era cibercultural tem aumentado nos últimos anos, invadindo a propriedade do nosso tempo, misturando-se com a privacidade do nosso cotidiano. Os aparatos tecnológicos, tais como celulares, palmtops e e-mails fizeram com que as horas de trabalho fossem estendidas para a casa. E assim, o tempo de lazer nunca esteve tão fora de moda, na medida em que é preciso trabalhar ainda mais para adquirir os novos produtos do mercado que não cessam de ampliar-se.

Nesse raciocínio, reconhece-se, também, que as representações do lazer celebram os modismos da Indústria do consumo. Isso porque a indústria mercantil infiltra-se em todos os setores da atividade humana, torna-se um evento que “põe em marcha um processo de desorientação em razão da própria super-escolha” (LIPOVETSKY & SERROY, 2011, p. 58). Desse modo,

Consome-se em toda parte, em todo lugar e a todo momento: nos hipermercados e nas galerias comerciais, nos cinemas, nas estações, nos aeroportos; nas horas habituais de funcionamento, mas também, e cada vez mais, no domingo, de noite, de madrugada; sendo servido por vendedores ou servindo-se sozinho, utilizando máquinas automáticas, encomendando pela internet. E as festas, antes religiosas, tornaram-se convites de fruição, uma espécie de orgias de consumo. Daí em diante, o essencial de nossas trocas tende a tornar-se relações mercantis, é a quase totalidade da nossa existência que se encontra colonizada pelas marcas e pelo mercado (LIPOVETSKY, SERROY, 2011, pp. 57 - 58).

No que tange essa problemática, Marcellino destaca que o lazer massificado se reduz às “práticas compulsivas, ditadas por modismos, ou denotadas de *status*. Além disso, é marcante a presença dos componentes de “produtividade”. Valoriza-se a *performance*, o produto e não o processo de vivência que lhe dá origem” (MARCELLINO, 2006, p. 14). Quanto ao elemento do trabalho, sua crítica se desenvolve no sentido de restringir o tempo de lazer, ou seja, de vigorar no tempo da existência de forma demasiada. Em termos específicos Marcellino (2007, p. 48), ressalta que “o caráter social requerido pela produtividade confina e adia o prazer para depois do expediente, nos fins de semana, períodos de férias ou, mais drasticamente, para a aposentadoria”. Por outro lado, na lógica da produtividade o lazer se situa como um tempo de compensação física, ou seja, como um preparo mental do indivíduo para a próxima jornada de trabalho.

No mundo fluído¹ do “hiperconsumo”², onde os apelos midiáticos são os referenciais culturais para as formas de vida, o lazer é instrumentalizado como um produto, docilizador dos corpos através do mundo espetacular das imagens vendidas nas “vitrines” comerciais. Nesse cenário sociocultural, a perversidade socioeconômica

1Referência ao conceito de Modernidade líquida de Bauman

2Conceito utilizado por LIPOVETSKY & SERROY para representar a cultura da produtividade e consumismo.

mascarada pelo prestígio social, liquidações do mercado e confortabilidade do trabalho, administram a letargia cotidiana. Assim, não nos abstermos de trabalhar mais e consumir mais, já que toda essa cultura da produtividade nos reserva sonhos que vem a preencher o vazio da nossa existência sem dono.

Vivemos para trabalhar ou trabalhamos para viver? Este questionamento tornou-se até clichê, mas ainda é muito pertinente. Eis a questão. Estamos tão habituados a mecânica da produtividade que quase não nos questionamos qual o sentido da nossa labutação. Como diria Camus, a vida é mascarada pelo hábito, na medida em que “adquirimos o hábito de viver antes de adquirir o de pensar” (CAMUS, 1989, p. 9).

E é assim, no compasso da “vida de gado” nos tornamos brasileiros, habituados ao não questionamento sobre as tantas absurdidades que cerceiam a nossa vida. É a vida de gado, é o hábito que sustenta as relações mais banais do nosso cotidiano - como levantar todos os dias pela manhã ou almoçar no mesmo horário -, como também, a nossa complacência em relação as normas socioculturais e econômicas. Ora, estamos habituados a aceitar o que predizem sobre o que “certo” e o que é “errado”; trabalhamos, compramos e nos cansamos sem nos questionar, na maioria das vezes, qual é o sentido de tudo isso.

Daí a importante da ruptura do hábito que inaugura o movimento da consciência na vivência do sentimento absurdo. Sobre tal questão Camus (1989, p. 13) escreve:

Todas as grandes ações e todos os grandes pensamentos tem um começo irrisório. As grandes obras nascem, frequentemente, na esquina de uma rua ou no barulho de um restaurante. Assim também a absurdidade. O mundo absurdo, mais que qualquer outro, extrai sua nobreza desse nascimento miserável. Em certas situações, responder "nada" a uma questão sobre a natureza de seus pensamentos pode ser uma dissimulação para com um homem. Os entes queridos sabem disso. Mas se essa resposta é sincera; se representa esse estado d'alma em que o vazio se torna e eloquente, em que a cadeia dos gestos cotidianos é rompida, e em que o coração inutilmente procura o anel que a restabeleça, então ela é como que o primeiro sinal da absurdidade. Ocorre que os cenários se desmoronam. Levantar-se, bonde, quatro horas de escritório ou fábrica, refeição, bonde, quatro horas de trabalho, refeição, sono, e segunda, terça, quarta, quinta, sexta e sábado no mesmo ritmo, essa estrada se sucede facilmente a maior parte do tempo. Um dia apenas o "porque" desponta e tudo começa com esse cansaço tingido de espanto (CAMUS, p. 13).

A construção do conceito “absurdo” é a principal contribuição de Camus para a filosofia, e em certa medida, ele pode ser relacionado ao conceito de “nada”³ em Sartre. O absurdo é sentimento trágico que constata a ausência de sentido e configura-se como o ponto de partida para o movimento da consciência humana no restabelecimento da vida.

De forma fecunda, Camus ressalta que a gênese do absurdo desconstrói a ordem da vida cotidiana, e é “absorver-se nessa certeza sem fundo, sentir-se doravante tão estrangeiro em sua própria vida a ponto de aumentá-la e percorrê-la sem a miopia do amante, eis aí o princípio de uma libertação” (CAMUS, 1989, p. 44).

Acerca dessas questões o sentimento absurdo se apresenta como a tensão

³ O homem é livre para escolher e construir sentido para a sua existência a partir do reconhecimento de ser “nada”, que de um modo geral, compreende-se como a condição da consciência que constata a ausência de sentido substancial na realidade de si próprio e de todas as coisas.

extrema, que mantém constantemente com um esforço solitário o desafio para a afirmação da existência. Nas palavras do próprio autor “o absurdo não liberta: liga” (CAMUS, 1989, p. 49), é como um despertar de um sono que constrói um terreno decisivo para a consciência, tanto para o enfrentamento, quanto na escolha da renúncia à vida. Na radicalidade das palavras cito:

O cansaço está no final dos atos de uma vida mecânica, mas inaugura ao mesmo tempo o movimento da consciência. Ele a desperta e desafia a continuação. A continuação é o retorno inconsciente à mesma trama ou o despertar definitivo. No extremo do despertar vem, com o tempo, a consequência: suicídio ou restabelecimento (Camus, 1989, p. 13)

Acerca desse construto, o que nos é mais frutífero para o estudos do lazer é a sua ideia de restabelecimento como resposta para a condição absurda. O restabelecimento é a ação da criatividade, cujo ímpeto se desdobra na construção de sentido, isto é, na reinvenção da própria vida. É justamente nesse ponto que Camus (1989) identifica a arte e a filosofia como formas de afirmação da existência que edificam os “mundos possíveis”, onde nos tornamos os autores da nossa condição, possibilitando a vasão do sono cotidiano.

É em razão desses aspectos, que subjaz a valoração do lazer enquanto ócio⁴ para a “tomada” da consciência. O lazer não se encerra a uma ocupação ativa, ou seja, como uma *prática* ou *atividade* que nos aduz a “fazer alguma coisa”. Por outro lado, ele pode ser compreendido como uma *atitude*. O ócio como negação de se “fazer algo” e vivenciado como uma contemplação reflexiva possibilita o “pensar em si mesmo” e “para si mesmo”, o que pode vir a contribuir para uma melhor compreensão da nossa condição existencial e, sobretudo, uma clareza sobre a relação que estabelecemos com o mundo que nos circunda (MARCELLINO, 2010).

Esse é o desafio na nossa vida de Sísifo, isto é, a “reserva” do tempo para o pensamento alheio à mecânica das obrigações sociais, do trabalho e consumo. A vida condicionada pela hábito e a exigência do fazer, produzir e comprar ensejam a teia da nossa alienação social e existencial. É por esses aspectos, que ócio pauta-se como uma necessidade existencial e não é à toa que fora primazia de grandes filósofos. Para os antigos gregos, por exemplo, o ócio era sinônimo da atividade intelectual, pois possibilitava a reflexão racional e a contemplação das ideias intimamente ligadas à busca da sabedoria.

Contudo, a cultura do disciplinar do trabalho além de “sequestrar o tempo” como bem escreveu Aduino Novaes (2011), condenou o ócio a uma inutilidade pecaminosa capaz suscitar a culpabilidade secular, por não atender as expectativas progressistas. “Isso porque o trabalho meditativo do ocioso é um trabalho sem finalidade, sem “telos”, um trabalho sem fim”⁵. Mas por outro lado, “o trabalho meditante do ocioso exige muito mais trabalho do que o trabalho mecânico. O trabalho da obra de arte e da obra de pensamento pede um tempo que não pode ser medido pelo relógio”⁶.

Nesse percurso que traçamos é possível extrair do sentimento absurdo três consequências existências: a revolta, a liberdade e a paixão. A revolta como o gatilho

4. No sentido usual ócio significa “cessação do trabalho; folga, repouso, quietação, vagar” (HAUAISS, 2009) e ainda, etimologicamente ócio do latim *otium* significa lazer, atividade intelectual ao vil *negotium*, que por sua vez designa trabalho ou negócio (JAPIASSÚ & MARCONDES, 2006).

5. NOVAES, A. Apologia da Preguiça – Sequestro do nosso tempo pelo trabalho. In: **Folha de São Paulo**, Caderno Ilustríssima. São Paulo, 24 jul. 2011.

6 Ibidem

para o absurdo é o confronto do homem consigo mesmo. A liberdade é “retorno à consciência, a evasão para fora do sono cotidiano” (CAMUS, 1989, p. 44), no qual o sujeito perde sua inocência para construir por si só o seu encanto imanente. E por fim, a paixão é a potência de vida, àquilo que provoca o movimento do querer mais, o querer consumir todo o campo do possível, isto é, criar sentido autêntico para a própria existência no confronto com os papéis sociais e normas morais que cerceiam a subjetividade.

Nesse ponto discursivo, é possível estabelecer a relação de Sísifo e Prometeu como “arquetípicos da revolta do ser humano contra uma realidade tida como injusta” (SECO&PEDROSA, 2010). E assim, nós “descendentes” dessas figuras míticas, continuamos rolando o rochedo e se regenerando todos os dias para dar movimento a existência mesmo diante da ausência de sentido. Sob esses aspectos, é o restabelecimento, a força e a luta que estão em questão como forma de dignificar a nossa existência. Por isso, que Camus finaliza a sua obra “Mito de Sísifo” destacando que “é preciso imaginar Sísifo feliz” (CAMUS, 1989, p. 87).

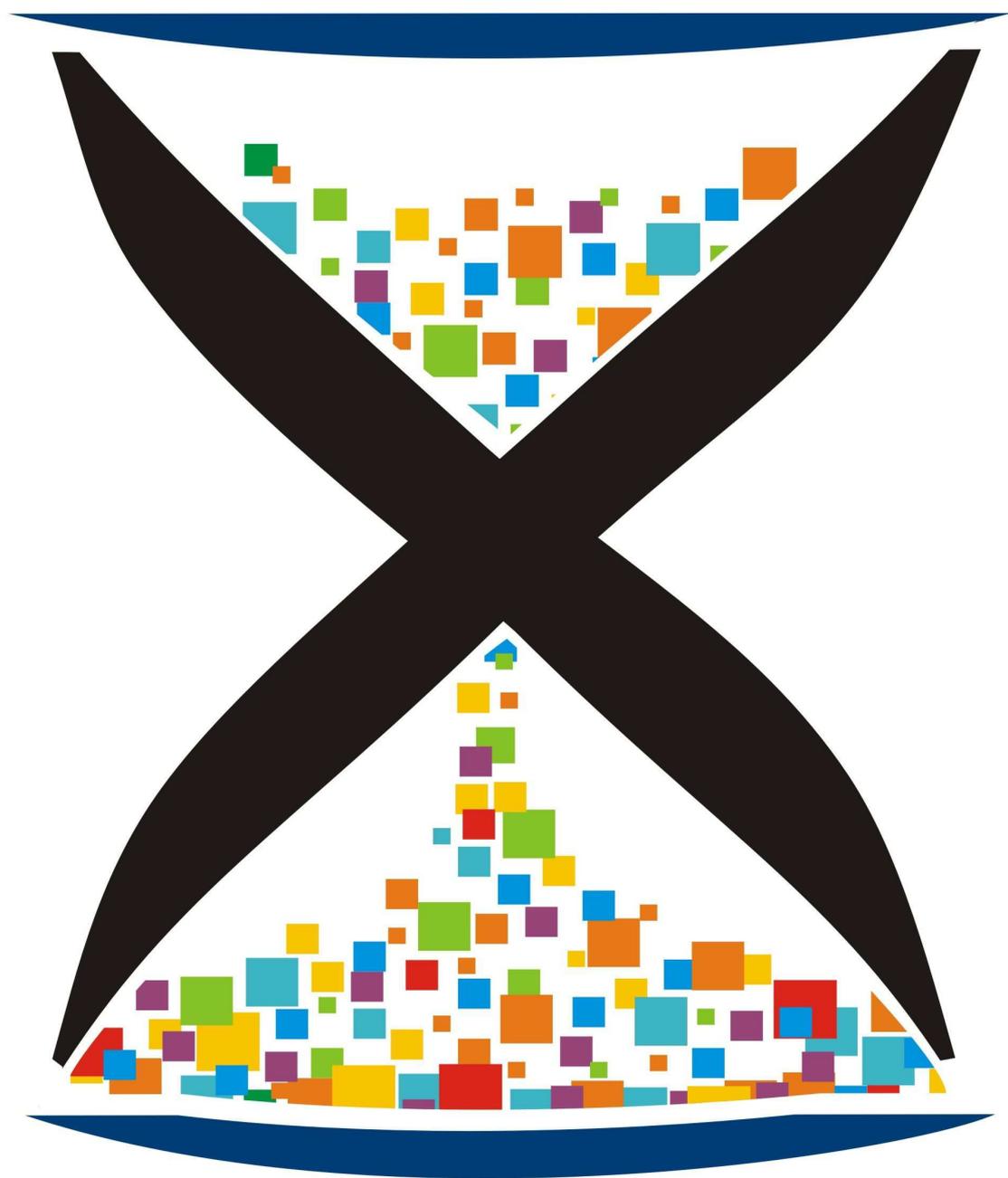
Concluindo, na perspectiva do absurdo, enfatiza-se o trabalho enquanto *techné* e *poiesis*⁷, cuja produção inventiva é condição de liberdade que transforma a realidade e constrói significados diversos. Nesse sentido, destaca-se o uso do tempo do lazer na ótica dos conteúdos artísticos que privilegiam o âmbito da criatividade do sujeito, tanto na ação da fruição estética, quanto na apreciação dos seus derivativos. Isso porque, é a arte que “torna a vida possível, ela é a grande aliciadora da vida, o grande estimulante da vida. A arte como a única força de resistência superior contra toda a forma de negação da vida” (NIETZSCHE, 1999, p. 50). É isso que Camus nos ensina ao articular o conceito do absurdo – a criação de sentido como a única forma de romper com as condições que cerceiam o ímpeto humano para a afirmação da vida.

Referências

- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CAMUS, A. **Mito de Sísifo: Ensaio sobre o Absurdo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.
- LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. A cultura como mundo e como mercado. In: LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A Cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer: Uma Introdução**. Campinas, Autores Associados, 2006.
- _____. Lazer e Qualidade de Vida. In: MOREIRA, W. M. (Org.). **Qualidade de Vida**. São Paulo, Papirus, 2007.
- _____. **Lazer e educação**. Campinas, Papirus, 2010.
- NOVAES, A. Apologia da Preguiça – Sequestro do nosso tempo pelo trabalho. In: **Folha de São Paulo**, Caderno Ilustríssima. São Paulo, 24 jul. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il2407201105.htm>. Acesso em: 08 Nov. de 2011.
- NIETZSCHE, F. Sobre a Verdade e a Mentira no sentido Extra-moral. In: NIETZSCHE, F. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

7. *Poiesis* em grego significa criação ou arte de confeccionar relacionando-se, portanto, com o termo *techné* que designa “saber fazer” ou “saber construir” (SANTAELLA, 1994).

SANTAELLA, L. **Estética de Platão a Pierce**. São Paulo: Experimento, 1994.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, Cortez, 1993.
SECO, M. J; PEDROSA, A. Entre Prometeu e Sísifo: da educação como forma de intervenção. In: **XXX Encontro da Associação de História Económica e Social Crises Económicas, Crises Sociais**. Disponível em:
<http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/ALCINO%20PEDROSA.pdf>. Acesso em: 20 de mar. De 2013.



Pôsteres

A (RE)PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES REFLETIDAS NA FALTA DE ESPAÇOS DE LAZER NA CIDADE DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/ PA

Raphael do Nascimento Gentil, Raimundo Miguel dos Reis Pereira
Jessyca Ramos Costa, Laíse Silva Sousa

O presente estudo buscou elucidar quais os fatores determinantes para a (re) produção das desigualdades refletidas através da falta de espaços de lazer na cidade de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará, bem como entender a dinâmica desses espaços de lazer existentes da cidade e as ações, ditas, de lazer que nelas ocorrem. Tal investigação foi motivada por uma ação interdisciplinar entre disciplinas de sociologia e estudos do lazer do curso de formação em educação física da Universidade do Estado do Pará, tomando como princípio o lazer enquanto direito social e prática democrática garantida pelo Estado. Na construção do trabalho algumas leituras foram necessárias a fim de conhecer as realidades textualizadas nos livros (MARCELLINO, 1996), (VALIM, 1996), (GOMES, 2008), (MELO, 2003); resumo (GENTIL; PEREIRA; BATISTA, 2012) e artigos, como: (BAHIA, COSTA, CABRAL, CARAVELAS, s.d) e (ARANHA, 2011), alguns artigos da Constituição da República Federativa do BRASIL, dando subsídios na elaboração do trabalho, além de amadurecer o momento de intervenção, permitindo uma reelaboração da observação de campo; em seguida foi realizada a ação de campo, dividida em dois momentos: o primeiro para observar e coletar dados sobre os espaços de lazer do perímetro urbano em um bairro central e dois periféricos e no segundo momento aplicar um questionários a vinte moradores dos bairros periféricos, dez em cada bairro, sobre aspectos relacionados as suas práticas de lazer. Como resultado, nos deparamos com uma realidade abdicada dos direitos básicos da vida: a saúde, moradia, saneamento, infraestrutura, educação e que, o lazer, como em muitas outras realidades é posta em segundo plano, pois a população dos bairros periféricos não reconhecem os espaços públicos de lazer como necessário à cidadania, fazendo dos quintais de suas casas, das ruas e dos bares a sua referência principal para a tal manifestação, que na maioria dos casos é entre familiares. Ao serem questionadas se elas utilizam os espaços do centro da cidade 90% disse que não frequentam em razão de não terem transporte, além de afirmarem que os poucos espaços que existem estão sem condições dignas de serem usados e na oportunidade de estarem socializando as manifestações culturais por meio da prática do lazer, alguns moradores disseram já ter sofrido discriminação quanto ao fato de ser reconhecido como morador de um bairro periférico. Enquanto cidade centenária localizada na região sul do Pará, com aproximadamente 50 mil habitantes, Conceição do Araguaia foi historicamente marcada por conflitos agrários e que muitas famílias tiveram que migrar da zona rural para zoa urbana, ocupando principalmente o que hoje é reconhecido como área periférica. Carregada a essa história percebemos que a ação pública partidária que permeia a cidade, quando privilegia, se faz concentrada no perímetro urbano e em único bairro, o centro, por este ser espaço está rodeado de empresas comerciais e de moradias de políticos e latifundiários. Sendo assim, só uma prática revolucionária, que seja capaz de oferecer de forma democrática à população, condições humanas daquilo que lhes é negado, o direito ao lazer.

Palavras-chave: Desigualdades. Espaços de Lazer. Conceição do Araguaia.

A CONTRIBUIÇÃO DO LAZER NA PROMOÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA CULTURA POPULAR: A CASA DO CANTADOR EM FORTALEZA- CE

Tereza Nair de Paula Pachêco
Luiza Rayol Rodrigues Barros
Pamella Domingos Paulino
Marcia Azevedo Lopes

A Casa do Cantador, localizada em Fortaleza-CE, constitui-se como sendo um espaço de resistência da cultura popular em meio à sociedade urbano-industrial e ao processo de globalização ascendente e perverso. O repente ou cantoria é considerado uma arte poético-musical, sendo comum no nordeste do Brasil. Considerados poetas orais no seu ofício, os cantadores levam lindas mensagens com a sua arte do improviso, marcadas pelas suas trajetórias de vida, abordam temáticas variadas, criando assim, constantemente mensagens originais. É importante notar que os cantadores e o seu público encontram-se intrinsecamente relacionados a sensações de busca do prazer, da satisfação e do divertimento, características presentes nas atividades de lazer. A importância do estudo do lazer faz-se necessário, pois é uma atividade que precisa ser compreendida além da banalidade, desmistificando o pretensioso caráter supérfluo que o mesmo adquiriu, sendo necessário, para isso, mostrar as propriedades que permitem designar as atividades como lazer; da entrega de livre vontade, da criatividade, da diversão, marcadas por fatores econômicos, políticos, culturais, ambientais e sociais. Logo, a pesquisa em questão busca mostrar as contribuições do lazer para a promoção e disseminação da cultura popular, ou seja, o lazer na esfera da vida das pessoas, com enfoque nos conteúdos de interesses artísticos do lazer, que são marcados pelas emoções, encantamentos e sentimentos, nesse sentido, as cantorias serão pautadas como um símbolo das diversas manifestações da cultura popular, que através do improvisada da palavra cantada ao som da viola, os cantadores perpetuam as tradições orais, que versam sobre histórias ocorridas ou imagináveis, abordando temáticas diversas das suas vivências, das suas memoráveis trajetórias de vida e das lembranças da infância dos repentistas. . Para tanto, faz-se necessário o estudo, haja vista que somos responsáveis por registrar a nossa cultura popular e o lazer como um espaço fecundo de sabedoria popular, que é muitas vezes são esquecidos e que não recebem a importância devida. Nessa perspectiva, essa pesquisa, ainda em fase inicial, irá se debruçar na natureza de pesquisa qualitativa e quantitativa, pois ambas se complementam. Faz-se necessário um embasamento teórico para que as possa compreender a realidade em que irão estudar, portanto, esta pesquisa é baseada na **Referências** de alguns autores que abordam as categorias a serem pesquisadas. Tal pesquisa também é de campo, pretendendo-se, assim, coletar informações dos cantadores pesquisados através da aplicação de entrevista semi-estruturadas.

Palavras-chave: Lazer. Cantorias. Cultura Popular.

A CULTURA CORPORAL NO IFPR PARANAGUÁ: NOVAS POSSIBILIDADES DE VIVÊNCIAS NO TEMPO E ESPAÇO DE LAZER DOS ALUNOS

Aline Tschoke

Esse resumo pretende relatar a experiência do primeiro ano de desenvolvimento do Projeto “A Cultura Corporal no IFPR Paranaguá: Novas Possibilidades de Vivências no Tempo e Espaço de Lazer dos Alunos”, desenvolvido pela autora, no Instituto Federal do Paraná- IFPR no Câmpus Paranaguá, destacando como uma pesquisadora no campo do lazer e professora de Educação Física vem buscando refletir seus estudos acadêmicos no cotidiano de sua atuação docente em uma instituição de Ensino Básico e Tecnológico. Buscando desenvolver com os alunos a consciência de que o lazer é um direito de todos e o ambiente escolar uma possibilidade do seu exercício. Para tanto, serão descritas as características gerais do projeto, sua forma de desenvolvimento e as atividades realizadas no ano de 2012. A Educação Física é um dos componentes curriculares pertencentes ao núcleo comum dos cursos de Ensino Médio Integrado, porém percebe-se que a carga horária disponibilizada para tal disciplina é insuficiente para o trabalho de forma aprofundada dos elementos da cultura corporal e suas relações com uma vida de qualidade. Nesse caso, o objetivo do projeto aqui apresentado foi criar novas oportunidades para que os alunos pudessem vivenciar no seu tempo e espaço de lazer elementos da cultura corporal de forma conectada com a Educação Física curricular. Os estudantes integrantes do projeto foram responsáveis por potencializar a comunicação entre alunos e professores na identificação de anseios no âmbito das práticas corporais, tanto quanto auxiliar na divulgação e realização das atividades selecionadas, com a intenção também de refletir sobre as diferentes perspectivas frente ao tempo e espaço de lazer, a realidade escolar e o exercício da cidadania. Foram realizados encontros semanais para planejar as intervenções, além de leituras dirigidas sobre a temática buscando o preparo de material, pesquisa e levantamento bibliográfico para o planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades. Os alunos foram incentivados também a participar de atividades diversificadas buscando ampliar o repertório cultural, e finalmente fazer registro e síntese sobre as atividades realizadas de uma forma geral no projeto. Especificamente em 2012, buscando atender os objetivos do projeto e os anseios dos alunos no que tange a temática, foram realizadas as seguintes ações: Festival de Dança, Cultura corporal no cinema, Festival de Jogos e Brincadeiras Populares, Oficina de Xadrez, Oficina de Futsac, Exposição de Brinquedos e Exposição “Os espaços de lazer”, entre outras. Infere-se que os alunos participantes das ações tanto sistemáticas quanto esporádicas desse projeto tiveram mais uma oportunidade de aprofundar seus conhecimentos no que tange aos elementos da cultura corporal, além de ampliar suas capacidades de pesquisa, comunicação e organização, e desenvolver o sentimento de pertencimento ao IFPR a partir de vivências no seu tempo e espaço de lazer também no ambiente escolar.

Palavras-chave:Lazer, escola, cultura corporal.

A DINÂMICA DA URBANIZAÇÃO E DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER EM BELÉM-PARÁ

Mirleide Chaar Bahia
Silvio Lima Figueiredo

Antes mesmo de existir o formato que atualmente se reconhece como cidade, como afirma Mumford (1965), havia o agrupamento humano na caverna, no esconderijo, no acampamento, na aldeia e no pequeno povoado, com funções e finalidades diferentes, que foi se modificando a partir do momento em que o homem passou de nômade a caçador e agricultor, caracterizando uma forma fixa de moradia. O processo de transformação do povoado ou da cidade-vila em cidade como um centro urbano-econômico, para Souza (2003), demonstra a essência da cidade que foi, prioritariamente, um local de trocas, onde existia um espaço central de intercâmbio de mercadorias, característica presente no surgimento da maioria das cidades. Este estudo é um recorte de trabalho doutoral e tem por objetivo abordar sobre os usos dos espaços públicos na cidade de Belém - Pará, buscando entender suas dinâmicas em relação ao lazer e às políticas públicas relacionadas com esse tema. De cunho qualitativo, a pesquisa teve base em estudos exploratórios, com combinação entre levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo, com observação simples e entrevistas não diretivas. Como resultados, foi possível perceber que, atualmente, o processo de produção dos espaços urbanos se caracteriza por uma concentração de bens e serviços públicos urbanos básicos nas regiões centrais das cidades, com uma concentração de melhor infraestrutura urbana e de equipamentos de lazer mais diversificados nos bairros centrais, refletindo a segregação latente imposta na própria estruturação da cidade e as contradições de desigualdade no âmbito social, econômico, político e ambiental. A população mais pobre, por falta de condições de se estabelecer no centro das cidades, vê-se obrigada a buscar modos de moradias em áreas mais distantes que, em sua maioria, são desprovidas de tais serviços, acabando por arcar com os maiores custos para transporte e para acesso aos mesmos. As ações do poder público, por meio da falta ou inadequação do planejamento urbano à realidade da sociedade e/ou pela falta do cumprimento de legislação existente, acabam por atender a uma parcela minoritária da população, justamente aquela que pode atender às exigências de um mercado imobiliário cada vez mais voraz. O espaço urbano não pode ser visto como uma mercadoria ou *locus* de fragmentação, pois é o lugar da reprodução das relações sociais, incluindo-se nessa lógica o espaço urbano, os espaços de lazer, os espaços educativos, os espaços da vida cotidiana de uma sociedade.

Palavras-chave:Lazer; Urbanização; Espaços Públicos de Lazer.

A IMPORTÂNCIA DA JUSTIÇA DEMOCRÁTICA NA APROPRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXISTÊNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER

Renato Schiavinato de Oliveira

Os espaços públicos de lazer estão presentes na arquitetura das cidades atuais, sendo em alguns casos muito freqüentados ou, por outro lado, abandonados, tornando-se apenas espaços vazios inseridos em um determinado entorno. Para que os espaços públicos de lazer permaneçam existindo como espaços de lazer e não somente como espaço é necessário que nesses haja constante vida, ou seja, a presença de pessoas e o significado que elas lhe atribuem, significado este que muitas vezes está relacionado com as formas de apropriação e o uso no plano da vida cotidiana, seja no âmbito cultural, esportivo, contemplativo, etc. Para que essa apropriação e significação/ressignificação sejam possíveis é necessário que no espaço haja justiça democrática, que pode ser entendida neste contexto como o tornar possível o desenvolvimento de direitos cidadãos, como ao lugar, espaços públicos e monumentos, a beleza, identidade coletiva dentro da cidade, mobilidade e acessibilidade, entre outros. Isto posto, esse estudo tem por objetivo, por intermédio de uma pesquisa bibliográfica, demonstrar a importância da presença da justiça democrática para a apropriação e, conseqüentemente, a existência/vida dos espaços públicos de lazer.

Palavras-chave: Lazer, Espaço, Justiça democrática

A IMPORTÂNCIA DO CELAZER NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NO CAMPO DO LAZER NO BRASIL

Regiane Cristina Galante
Silvia Cristina Franco Amaral

O Serviço Social do Comércio – Sesc – é uma entidade privada que atua nos campos da Cultura, Esporte e Lazer, voltada para o bem estar e o desenvolvimento da qualidade de vida de trabalhadores no comércio de bens, serviços e turismo e da comunidade em geral. Tal instituição organizou, no Departamento Regional de São Paulo, entre os anos de 1970 e 1984, um Centro de Estudos do Lazer – o CELAZER. Este Centro de Estudos contou com a participação de estudiosos do Lazer e, entre outras iniciativas, publicou os periódicos **Cadernos de Lazer** e a Revista **Leituras Celazer**, realizando ainda eventos, cursos, congressos e seminários sobre a temática. Neste sentido, este estudo buscará compreender o contexto no qual foi criado o CELAZER, e quais as contribuições do mesmo para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento do Campo do Lazer no Brasil. Para tanto, será realizada Pesquisa Documental no acervo do SESC Memórias – o Centro de Memória do SESC São Paulo, na qual serão analisados os documentos que fundamentaram a criação e a atuação do CELAZER, bem como o material produzido no período de seu funcionamento. Além disso, com base na História Oral, modalidade História Temática, serão entrevistados os idealizadores e participantes do CELAZER no SESC São Paulo, que apontarão o contexto, os processos de criação e as realizações do CELAZER, buscando identificar, a partir do olhar dos próprios sujeitos, as possíveis contribuições dos estudos e dos materiais então produzidos pelo Centro na construção do conhecimento no campo do Lazer no Brasil. Os dados levantados nas entrevistas serão analisados a partir da identificação dos aspectos relevantes ao tema estudado e a formulação de categorias de análise.

Palavras-chave:Lazer, Celazer, Sesc

A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA GESTÃO DO PARQUE BARIGUI EM CURITIBA-PR: INFLUÊNCIA NA APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS

Talita Stresser de Assis

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) foram introduzidas no Brasil em dezembro de 2004, por meio da edição da Lei Federal 11.079. Com essa edição pretendia-se atrair capital privado para projetos de interesse público, especialmente os de infraestrutura. Seguindo essa tendência, a Câmara Municipal de Curitiba aprovou a Lei nº 11.929, de 3 de outubro de 2006, em que instituiu o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas. Um dos primeiros espaços públicos de lazer da cidade a ter sua gestão alterada foi o Parque Barigui, em 2010. No caso desse parque, duas empresas ganharam a licitação de concessão de direito de uso e exploração comercial do Pavilhão Municipal por 25 anos. Dentre as condições impostas aos parceiros privados, estavam: investimentos em obras como a reforma do pavilhão, o desassoreamento do lago, a manutenção dos equipamentos e a implantação de melhorias. Entende-se que essas mudanças, tanto de gestão quanto de infraestrutura, podem influenciar nas formas de apropriação dos usuários, bem como sua relação com os espaços do Parque Barigui. Dessa forma, a partir da parceria público-privada na gestão do Pavilhão Municipal do Parque Barigui e das mudanças relacionadas à infraestrutura e manutenção dos espaços e equipamentos do mesmo, esse trabalho é uma proposta de pesquisa que busca identificar como a parceria público-privada na gestão do Parque Barigui pode influenciar a apropriação desse espaço por meio de práticas corporais e o que gestores e usuários pensam sobre essa mudança na gestão. Esse assunto é relevante principalmente pelo pouco tempo de existência do decreto das parcerias público-privadas no Brasil e a tendência de vários órgãos públicos utilizarem essa estratégia de gestão. Percebe-se também a ocorrência de poucos estudos nessa área relacionada às práticas corporais, o que reforça a função dos pesquisadores em avaliar e dar subsídios para novas políticas públicas do país. Nesse sentido, será possível entender as relações estabelecidas entre instituições públicas, privadas e sociedade civil, além de conhecer as possíveis consequências dessa parceria para a população. Essa pesquisa terá uma abordagem qualitativa, contando com observações sistemáticas e entrevistas. As entrevistas, do tipo semiestruturado, serão feitas com frequentadores da academia do Parque Barigui, em número que será determinado pela amostragem por saturação. Também serão entrevistados, se possível, gestores responsáveis pela parceria público-privada. Em relação às entrevistas com os usuários, os critérios de seleção dos sujeitos serão frequência igual ou superior a 2 vezes por semana nesse espaço e matrícula anterior a dezembro de 2009. Em relação às observações, acontecerão 3 vezes por semana, 2 dias de semana e 1 dia de fim de semana sendo os horários alternados para conhecer a dinâmica do parque em cada período. Os dados obtidos serão discutidos a partir de uma análise comparativa entre as observações, perspectivas dos usuários e gestores, criando categorias a *posteriori* e procurando as semelhanças e diferenças e o porquê dessa relação.

Palavras-chave: Parcerias público-privadas; Espaços e Equipamentos de lazer; Práticas corporais.

A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES QUANTO A ESPAÇOS DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

Simone Rechia, Fernando da Fonseca
Karine do Rocio Vieira dos Santos, Flavia Gonzaga Lopes Vieira

O projeto Licenciado “A escola e os espaços lúdicos”, do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná tem como objetivo, desde 2004, situar algumas escolas da cidade de Curitiba, analisando os espaços destinados às práticas corporais lúdicas. Em 2012, firmou parceria com o Colégio Estadual do Paraná (CEP), tendo como uma das propostas identificar a percepção de estudantes acerca de determinados espaços da escola. Utilizamos a seguinte metodologia: Protocolo de Observação de espaços de Lazer e Questionário com 93 Representantes de turmas dos turnos da manhã, tarde e noite. Constatamos que fatores como acesso, tempo disponível e incentivo dos professores influenciam a apropriação e conseqüentemente a percepção dos estudantes quanto aos diversos espaços do CEP. Podemos refletir a partir do estudo de Rechia e França (2006) que os locais que os estudantes acessam podem se tornar para eles *lugares*. A categoria lugar surge quando um espaço passa a fazer parte da vida de um sujeito, tendo significado para este. Já espaços inacessíveis e com pouca manutenção desestimulam sua apropriação, resultando em percepções negativas destes espaços. Exemplo disto foram relatos em relação ao auditório, que na época da pesquisa estava em manutenção: “*Nunca fomos até lá*”. A falta de manutenção é um fator que inibe a apropriação destes locais, como verificado no relato em relação ao bosque: “*É um Lugar em péssimas condições, muito barro*”. Entretanto, no período da tarde o bosque é muito utilizado e apropriado de diversas formas pelos estudantes do Ensino Fundamental, sugerindo diferentes percepções acerca do mesmo espaço. Ao contrário do que se pensa muitas vezes no âmbito escolar, a apropriação dos espaços pela comunidade escolar acaba por facilitar a regularidade do uso, a segurança e a manutenção (FLORES, 2007). No turno da noite a percepção dos alunos quanto aos espaços é reduzida e o colégio é percebido prioritariamente no âmbito da formação profissional, devido ao pouco conhecimento dos diversos espaços. Segundo comentários dos alunos há “*falta de incentivo para conhecer o local e pouco tempo de intervalo*”, e restrições, “*há lugares que só podem ser “usados” com o professor*”. Entendemos que os espaços do colégio devem ser valorizados por toda a comunidade escolar, pois há uma complementaridade variável entre o trabalho escolar e o lazer, representando o primeiro um papel majoritário na comunicação de saberes estruturados e o segundo contribuindo para a formação da personalidade e da sensibilidade (PRONOVOST, 2011). Ao se apropriarem dos espaços por meio de experiências significativas, as pessoas podem ser estimuladas a estabelecer um sentimento de pertencimento e cuidado com este local. Enfim, os estudantes entendem como positivos os espaços mais acessíveis, e de maneira negativa aqueles que não fazem parte do seu cotidiano. Consideramos importante propor que esses espaços pouco utilizados pelos alunos sejam repensados pela equipe diretiva com objetivo de se tornarem atrativos, a fim de que os estudantes possam ter mais oportunidades de espaços para a fruição de seu tempo disponível na escola.

Palavras-chave: Escola, Espaços, Percepção.

A PRAÇA DA POESIA DE OUTRORA E DE AGORA: REFLEXÕES SOBRE UM EQUIPAMENTO DE LAZER

Miraíra Noal Manfroi
Alcyane Marinho

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa acerca da experiência de moradores que construíram, coletivamente, a Praça da Poesia em Campo Grande/MS, em um Conjunto Habitacional popular, no final da década de 1980. Para tanto, como recursos metodológicos, foram utilizadas observações participantes e conversas informais com pessoas envolvidas com a iniciativa da construção. No período da pesquisa, 2009, o bairro contava com seis áreas verdes, reservadas para a implantação de praças, creches, postos de saúde, quadras esportivas, igrejas ou para atender a outras reivindicações da comunidade. No entanto, embora o bairro já tenha sido construído há mais de trinta anos, as demais áreas verdes continuam sem utilização, demonstrando o descaso das políticas públicas municipais em relação ao lazer dos moradores de bairros periféricos. Nesse cenário, a Praça da Poesia, ao ser novamente analisada, após quase cinco anos da pesquisa ora relatada, mantém-se como o único equipamento de lazer disponibilizado para, aproximadamente, quatrocentas famílias, tornando ainda mais significativa a sua construção coletiva e comunitária. A “luta” atual é para registrar a Praça da Poesia oficialmente, junto à Prefeitura Municipal, com o intuito de assegurar a sua manutenção regular com corte da grama, poda das árvores, iluminação e outros. Os resultados encontrados na investigação, permitem enfatizar a importância do brincar e da existência de pequenos espaços urbanos de convivência para a formação da cultura lúdica, visto que as crianças participantes do estudo se tornaram adultas e, mesmo morando em outras cidades, ainda continuam usufruindo dos espaços da Praça. Quando ocorrem eventuais encontros, em uma roda de tereré embaixo do pé de Ingá, as conversas sempre caminham na direção da rememoração do que foi vivido e do quanto essa infância foi marcada pelo compartilhar, pelo afeto, pelo conviver em grupo, pela construção de valores fraternos, pelo respeito às diferenças, pelas brincadeiras e pelos jogos. Essa memória coletiva permite constatar o quanto as experiências vividas na infância marcam e passam a fazer parte da história de cada um, em um processo de enraizamento de valores, na busca pela convivência, na ousadia de sonhar, na construção de caminhos inovadores ao longo da vida. Atualmente a Praça recebe pessoas que caminham, passeiam, conversam, descontraem-se. Para os moradores, a Praça ainda é o espaço de encontros, trocas, brincadeiras, confraternizações. Para as crianças que cresceram em seus tempos e espaços, a Praça contribuiu para definir suas escolhas e as impulsionou para atuarem em áreas diversificadas, humanistas e criativas: teatro, música, práticas corporais, ciências sociais. Sem negar a importância dos grandes parques, essa reflexão destaca que as pequenas praças são espaços privilegiados para o encontro diário de crianças e de adultos que residem nas suas proximidades, permitindo a experiência do lazer cotidiano.

Palavras-chave: Lazer. Cultura lúdica. Equipamentos de lazer.

A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS DE IDOSOS NAS ATI's DA CIDADE DE MARINGÁ-PR: UMA POSSIBILIDADE DE LAZER?

Anielly Estanislau Bezerra
Thaís Andréa Puzzi de Andrade
Fernando Augusto Starepravo

Em 2009, a expectativa de vida segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 73 anos, e deverá atingir os 81,3 anos em 2050, segundo estimativas. Este fato significa que a preocupação com o bem-estar, especialmente durante a terceira idade, está se tornando uma questão muito frequente entre a população, portanto, além da preocupação em viver mais, preocupa-se também em viver com mais qualidade. Desde 2006, por meio do programa Maringá Saudável, cujo foco é a mudança de hábito das pessoas através da prática de atividade física, alimentação saudável e combate ao tabagismo, a prefeitura da cidade de Maringá vem implantando as Academias da Terceira Idade (ATI's) em locais públicos. Cada ATI é composta por dez equipamentos feitos de metal, que servem para alongar, relaxar, aumentar a flexibilidade, fortalecer, desenvolver a musculatura e a capacidade aeróbica. O propósito das ATI's é combater o sedentarismo, incentivando o público, especialmente os idosos, à prática regular de atividade física gratuita, o lazer e convívio social, e conseqüentemente a melhora da autoestima e da saúde (MARINGÁ, 2007). Em face do exposto, o presente estudo tem por objetivo verificar se a prática de atividades físicas por parte dos idosos nas ATI's da cidade de Maringá – PR se caracteriza como atividade de lazer, considerando a concepção de Dumazedier (1973) que entende por lazer “[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se”. Participaram desta pesquisa 50 indivíduos de ambos os sexos, com idade acima de 60 anos. Todos os dados foram coletados individualmente por meio de questionário. A análise foi feita por estatística descritiva – frequência e percentual. Os resultados mostram que dentre os frequentadores entrevistados 72% são mulheres e 28% são homens, destes 20% são donas de casa e 14% são aposentados, sugerindo que há um maior tempo liberado para a prática do lazer nesse grupo, 100% dos entrevistados frequentam a ATI há mais de seis meses, indicando um alto nível de aderência. Constatou-se que dentre os principais motivos que levaram os entrevistados à utilização das ATI's destacam-se a motivação intrínseca, como gosto ou prazer pela atividade física, com 52%, seguida da recomendação médica, com 23%. Baseado nessa amostra concluiu-se que o fator motivador para a adesão e aderência dos frequentadores está, em geral, relacionado à grande preocupação com a saúde física e mental, fazendo-os buscarem, assim, atividades que tragam a sensação de prazer, liberdade e descontração, neste contexto as ATI's mostram-se como um lugar propício para o desenvolvimento de práticas de lazer.

Palavras-chave: Idoso, atividade física, lazer.

A RELEVÂNCIA DA TAÇA EPTV DE FUTSAL PARA A NA CIDADE DE DESCALVADO

Beatriz Cavalcante da Silva
Marco Antonio Bettine de Almeida

Esta pesquisa analisou a importância da televisão – Rede Globo - na difusão de evento esportivo – Taça EPTV - na região de São Carlos. Para isso pesquisou-se uma das cidades participantes desse evento, a cidade de Descalvado, bicampeã da Taça, perguntando-se sobre a estrutura que é oferecida (quadras e/ou escolas de futsal), comparando se houve melhorias nesses lugares depois que o evento iniciou-se, perceber como o evento influenciou a cidade, tanto na política pública esportiva quanto no oferecimento de espaços e equipamentos de lazer físico-esportivos. Uma das justificativas para a escolha desta pesquisa foi a não representatividade dos jogadores com a cidade, isto é, os jogadores são de fora da cidade, não representando a região. Por isso estudar a influência desse evento, para o futsal da cidade. Perguntando-se, como a prefeitura agiu frente a este evento? Houve projetos e políticas públicas para a prática do futsal? Para fins desta pesquisa utilizaram-se como método análises bibliográficas e análises qualitativas dos locais que ofereciam o futsal, e uma entrevista com o secretário de esportes da cidade de Descalvado. Na entrevista com o secretário de esportes, lazer e turismo da cidade de Descalvado, o evento hoje perdeu o caráter de formação de atletas e se tornou somente uma forma de promoção e marketing da cidade, e as cidades utilizam esse evento como uma forma de espelho para incentivo para as crianças e jovens irem jogar futsal e participarem de campeonatos, seja eles municipais ou regionais. Conclui-se que a secretaria trabalha sozinha com os incentivos da prática de futsal, não tendo nenhuma parceria com outros setores e secretarias da cidade. Quando o campeonato da Taça EPTV acontece há uma busca por patrocinadores e algum investimento da prefeitura, para contratar jogadores para participar do campeonato, pois é através dos resultados obtidos que há procura pela o futsal na cidade, mais muitas vezes esses investimentos não são usufruídos pelos moradores e jovens jogadores da cidade. Com isso vimos que o futsal se tornou um negócio, esses eventos se tornou um combustível para o espetáculo esportivo somente.

Palavras-chave: futsal, evento, políticas públicas.

A RELEVÂNCIA DAS EXPERIÊNCIAS NO ÂMBITO DO LAZER: O QUE PENSAM GESTORES E PROFESSORES DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA QUE ATUAM NESSE CAMPO?

Simone Rechia, Emília Amélia Pinto Costa da Silva
Regiane C. Galante, Luciana Itapema
Paulo Vilela, Talita Stresser de Assis
Andreia Juliane Drula

Pesquisas apontam que compreender o fenômeno lazer torna-se fundamental para os sujeitos que desenvolvem programas e projetos no âmbito do lazer, para que tais experiências possam ser efetivadas no plano político, pedagógico e cultural. Desta forma, o estudo teve como objetivo identificar a concepção de lazer dos gestores e professores que trabalham em espaços destinados à essas experiências. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. Participaram do estudo 236 gestores e professores de uma instituição privada que atua no campo do lazer, cultura e esporte. O instrumento utilizado foi um questionário elaborado pelos autores, no qual foi solicitado aos informantes que enumerassem de 1 a 6, por ordem de relevância, algumas possíveis compreensões do fenômeno lazer. Foram excluídos 45 sujeitos que responderam o questionário de forma incorreta. Desta forma, a amostra totalizou 191 indivíduos, sendo 36,1% composta por gestores dos programas institucionais e 63,9% composta por professores de Educação Física envolvidos diretamente nas atividades junto ao público frequentador. Os dados obtidos foram analisados pelo *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS v.10.0) e em seguida categorizados por meio da análise de conteúdo. Buscou-se agrupar as categorias que tiveram maior incidência em cada opção. Dessa forma, os resultados apontaram que 34,6% dos sujeitos pesquisados compreenderam a categoria “Reprodução de valores e atitudes da sociedade atual” como 6ª opção em ordem de relevância. A categoria “Tempo e espaço para compensar o cotidiano das crianças e adolescentes” foi assinalada por 28,8% dos indivíduos como 5ª opção. Já a categoria “tempo e espaço em que se deve preparar as crianças e adolescentes para diversos aspectos da vida”, foi entendida como uma 3ª opção por 24,1% dos sujeitos pesquisados. A categoria “Tempo e espaço para crianças e adolescentes brincarem livremente sem conflitos” foi entendida por 22,5% dos sujeitos como uma 2ª opção de conceito do lazer. No entanto, a maior parte dos sujeitos (27,2%) marcou a categoria “tempo e espaço para a reflexão de forma crítica dos valores e atitudes impostos na sociedade atual” também como 2ª opção. E por fim, 65,4% entenderam o lazer como “tempo e espaço de resignificação, busca da autonomia e possibilidade de escolha” como 1ª opção. Neste sentido, percebeu-se que os gestores e professores de Educação Física, compreendem o lazer em uma perspectiva na qual as dimensões do tempo e espaço estão inseridos. Por fim, foi considerado satisfatório o entendimento do fenômeno lazer entre os sujeitos estudados.

Palavras-chave: Lazer. Espaço. Atitude.

ACAMPAMENTO DE FÉRIAS PARA CRIANÇAS DE 10 A 12 ANOS: APRIMORANDO O RELACIONAMENTO SOCIAL

Gustavo Hesselbarth
Vany Zacharias

O objetivo deste estudo é verificar os benefícios que os acampamentos de férias podem proporcionar para as crianças com a faixa etária de 10 a 12 anos, em relação à sociabilização e contribuição para a melhoria da relação social e entrosamento dessas crianças. Espera-se que com essa vivência, as crianças possam usufruir do seu tempo livre, de uma forma lúdica e prazerosa, satisfazendo suas expectativas e necessidades de lazer. Vale ressaltar que o presente estudo nos revela a importância de um acampamento de férias desenvolver-se por profissionais capacitados e preparados. Com a aproximação da adolescência, sabe-se que as crianças entre 10 e 12 anos, têm dificuldade em se relacionar socialmente com outras crianças da mesma faixa etária. Normalmente essas relações acontecem entre grupos, dificultando assim essa relação com colegas distantes do seu grupo social. O desenvolvimento da tecnologia, do progresso e o stress da vida moderna, também contribuem para esse afastamento, sobrecarregando as crianças de tarefas, não permitindo a ocupação do seu tempo livre com atividades lúdicas, consequentemente impossibilitando suas relações sociais. Este trabalho consiste em um relato de experiência com pesquisa descritiva através de observação onde os resultados serão obtidos com pesquisa de campo através da coleta de dados. É importante ressaltar que esse trabalho encontra-se em fase de execução. A experiência é enriquecedora e altamente satisfatória até o presente momento, porém resultados mais consistentes poderão ser conseguidos após a conclusão do mesmo. A metodologia empregada neste trabalho consiste numa combinação entre os enfoques bibliográficos, relatos de experiência e pesquisa de campo com enfoque qualitativo, sendo caracterizada como descritiva, serão obtidos através da coleta de dados referentes à amostra com crianças de 10 a 12 anos durante em acampamento de férias.

Palavras-chave: Acampamento de férias, Sociabilização, Crianças de 10 a 12 anos.

ACAMPAMENTO NA ESCOLA

Leonardo Toledo Silva, Bianca Beatriz
Clodoaldo Domingos, Heyder Augusto
Lucinéa Mendes, Paola Abreu
Rejane Tomaz, Rosimar Carvalho

Este relato se refere ao acampamento realizado pelo 6º período dos graduandos do curso de Educação Física da Fundação Helena Antipoff. O local escolhido foi a Escola Sandoval Soares de Azevedo em Ibitité. Nesse texto o lazer compreende a vivência de inúmeras práticas culturais, como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e também as formas de arte (pintura, escultura, literatura, dança, teatro, música, cinema), dentre várias outras possibilidades. Inclui, ainda o ócio, uma vez que esta e outras manifestações culturais podem constituir, em nosso meio social, notáveis experiências de lazer. (Gomes, 2004). Visto dessa ótica definimos o acampamento como uma vivência do lazer. De acordo com Silva (1998), acampamento é um local para proporcionar lazer e educação às crianças e jovens e é também um lugar de permanência provisória. Segundo Littieri (1999, p. 8) “acampamento é toda ação de saída de um grupo organizado com propósitos educativos e que serão alcançados através de atividades de lazer dirigidas por um grupo imbuído desse propósito”. O acampamento foi proposto pela disciplina de Lazer e tornou-se um grande desafio. Foi uma experiência com alunos do ensino fundamental das séries iniciais, que teve como objetivo, colocar em prática o que foi aprendido e discutido de teórico na sala de aula. As atividades foram baseadas nos artigos lidos, reuniões em sala de aula para a elaboração das brincadeiras, organização do espaço, escolha das músicas (da rádio acampamento) alimentação e de tudo que as crianças iriam vivenciar desde sua chegada às 18 horas de sexta-feira e término às 11 horas do sábado. Os alunos vieram com a expectativa de vivenciarem algo novo e essa euforia foi levada em conta na elaboração e no preparo das atividades. Eles vieram abertos a novidades e descobertas, buscando aproveitar todas as atividades, principalmente o dormir na escola. Baseado nisso, podemos citar um fato acontecido no acampamento. Um aluno após uma brincadeira, disse para o colega que era o melhor dia de sua vida. Diante desse fato, e ao ver a alegria estampada no rosto das crianças, percebeu-se que valeu a pena todo o esforço e cansaço pós-acampamento. A dúvida que surgiu durante a organização e preparo do acampamento, sobre o atendimento das expectativas dos alunos, foi esclarecida ao perceber-se a satisfação das crianças realizando as atividades propostas. Esta experiência exigiu uma maior dedicação, responsabilidade no planejamento das atividades e foram fundamentadas nos aprendizados teórico-práticos ao longo da jornada como educadores. Ao término do texto gostaríamos de relatar que atuamos como animadores culturais que nos dizeres de Melo (2004) é um estimulador de novas experiências estéticas, alguém que, em um processo de mediação e diálogo, pretende apresentar e discutir, induzir e estimular o acesso a novas linguagens; um profissional que educa ao incomodar e informar sobre as possibilidades de melhor sorver, acessar e produzir diferentes olhares.

Palavras-chave: Lazer, Acampamento, Planejamento.

ACESSIBILIDADE AO ESPAÇO CENTRO CULTURAL PALÁCIO DAS ARTES

Leonardo Toledo Silva
Lídia Carla
Rosimar Carvalho

Os centros culturais desempenham um papel importante na formação cultural dos indivíduos. Um desses centros culturais é o Palácio das Artes, vinculado à Fundação Clóvis Salgado. O Palácio das Artes foi inaugurado em 1971 é considerado o maior centro de produção, formação e difusão cultural de Minas Gerais. Situado em Belo Horizonte, o complexo arquitetônico ocupa uma área de 900 mil metros quadrados do Parque Municipal voltados para a exibição, produção e formação de recursos humanos para o mercado de artes. A Fundação dispõe de recursos cênicos e acústicos de elevado padrão técnico para a montagem de óperas, peças teatrais, concertos de orquestra, espetáculos de dança e shows de música popular, além de salas adequadas e confortáveis para exposições, exibição de filmes, lançamento de livros, palestras, congressos e seminários. Felício (2011) relata que “as pessoas passam em frente a um dos maiores centros culturais da capital mineira e algumas sentem vontade de entrar, mas não o fazem por medo, inibidas diante da grandeza do lugar”. Em uma reportagem do jornal *Impressão* relata que “O espaço intimida por sua magnitude, o nome ‘Palácio’ já afasta muitas pessoas, pois o significado remete a uma habitação real. Onde os freqüentadores se vestem bem, são estudados e têm esse porte de nobreza”. A visita ao Palácio teve como objetivo observar o ambiente e qual o perfil das pessoas que o freqüentam. Como metodologia foi utilizada a observação onde destacamos a exposição ‘natureza e transformação’. A exposição apresentava fotografias onde as imagens remetem ao meio ambiente a partir do registro de cenas que seguem uma sequência de ordem natural e cíclica: o minério, o aço bruto, o aço transformado em produtos, a grandiosa arquitetura em aço e a natureza. Antes de cada sala, o público atravessa um espaço visual e cenográfico que representa o tema a ser visto a seguir, com interação entre tecnologia, projeção e trilha sonora, ocasionando uma espécie de “mergulho sensorial”. Acreditamos ser importante pontuar que deveria haver mais divulgações nos meios de comunicações de massa, dos eventos gratuitos no espaço cultural Palácio das Artes. Transformá-lo em um espaço acessível a população de baixa renda e recriar a imagem que a população tem sobre este centro cultural abrindo o espaço para os projetos sociais da população carente, pois como relata Melo (2004) a experiência artística (compreendida, ressalta-se, como produção de um objeto específico, mas também como diálogo crítico com as obras) passa a ser uma vivência fundamental para que os seres humanos melhor compreendam o que está ao seu redor. A arte não tem uma função, é uma função. Não se trata somente de pensar em uma educação pela arte, mas, fundamentalmente, em uma educação para a arte.

Palavras-chave: Centro Cultural, acessibilidade, educação.

ALVORADA FUTEBOL CLUBE: LAZER E FUTEBOL AMADOR DE BELO HORIZONTE

João Paulo Silva de Carvalho
Sílvio Ricardo da Silva

A pesquisa objetiva identificar as relações do futebol amador com o lazer daqueles que o vivenciam, no caso, jogadores e dirigentes do Alvorada Futebol Clube (AFC). Além de Identificar quais os motivos dos jogadores e dirigentes se envolverem com o AFC e terem como opção de lazer o futebol amador e verificar quanto tempo e de que maneira os jogadores e dirigentes do AFC dedicam ao futebol amador e as outras formas de lazer. Como justificativa da pesquisa, pode se considerar que o futebol amador de Belo Horizonte está sendo divulgado pelos meios de comunicação e vem se tornando como um momento de lazer, para aqueles que vivenciam ou para aqueles que assistem aos jogos. Ainda assim, a mídia ainda não valoriza de forma concreta esse meio, sendo que o interesse seletivo da mídia pelo futebol profissional é compreensível, considerando o ponto de vista da audiência, dos contratos publicitários valorados pelas leis de mercado (DAMO, 2003). Considerando o meio acadêmico, foi apresentado um conjunto de dados em um estudo realizado pelo grupo de pesquisa GEFuT (Grupos de Estudos sobre Futebol e Torcida) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFTO) - UFMG, que contém um levantamento da produção de teses, dissertações, periódicos, anais e livros que tratam do conhecimento sobre o futebol nas ciências humanas e sociais de 1980 a 2007, que no total de 626 trabalhos catalogados, 3% eram direcionados para a categoria futebol e lazer, e entre esses, poucos eram os trabalhos que tinham relação com o futebol amador. O trabalho também poderá subsidiar ações para o setor das políticas públicas de esportes e lazer para uma consolidação do esporte amador. O trabalho tem uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva, caracterizada como pesquisa de campo. Como instrumentos, serão utilizados questionários pela necessidade de caracterizar o grupo de acordo com seus traços gerais e que permite estabelecer um contato efetivo com as pessoas implicadas no problema investigado (AMARAL;GOMES, 2005). Os sujeitos envolvidos na pesquisa serão todos os jogadores e dirigentes do AFC. Após serão realizadas entrevistas semi-estruturadas sendo escolhidos dirigentes e jogadores que estão a mais tempo no clube. A observação participante será outro instrumento, por se tratar de um estudo em que o pesquisador irá interagir com o contexto analisado através das conversas com as pessoas envolvidas (TRIVIÑOS 1992). Será também realizada uma pesquisa bibliográfica para investigar, procurar e analisar os resultados de experiências de pesquisa e as teorias que foram desenvolvidas por diferentes autores que possuem proximidade com o tema escolhido (GOMES e AMARAL; 2005). Para a análise dos resultados será utilizado o método de análise de conteúdo, que consiste em desmontar a estrutura e os elementos do conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação (LAVILLE, 1999). A busca dos dados já foi iniciada, sendo a divulgação dos resultados finais prevista para Dezembro de 2013.

Palavras-chave:Lazer, Futebol e Futebol amador.

ANÁLISE DE AUTOESTIMA DE MULHERES PARTICIPANTES DO PROJETO LAZER E CIDADANIA

Ioranny Raquel Castro de Sousa, Gislene Moreira Nogueira Faria
Maria Márcia Viana Prazeres, Mirelle Pereira do Nascimento
Tânia Mara Vieira Sampaio

A autoestima é caracterizada como o conjunto de sentimentos e pensamentos do sujeito acerca do seu valor, competências e adequações, que possuem reflexos resultantes em uma atitude positiva ou negativa em relação a si próprio. Contudo, existe um aspecto fundamental, o valorativo, este influencia na forma como o sujeito define suas metas, valoriza o outro, aceita a si mesmo e em como esquematiza suas expectativas para o futuro. Utilizando-se de meios para avaliar a autoestima é possível classificá-la em baixa, média e alta autoestima. A baixa autoestima é expressa pelo sentimento de incompetência, inadequação e incapacidade de enfrentar os desafios, a média pela oscilação do sujeito entre o sentimento de aprovação e rejeição de si, a alta consiste no autojulgamento de valor, confiança e competência. Portanto, o objetivo da pesquisa em andamento foi analisar a autoestima de mulheres participantes do Projeto Lazer e Cidadania, aprovado pelo CEP-UCB sob protocolo 27/2010. A metodologia do projeto, de caráter qualitativo exploratório, consiste em “Oficinas de Lazer” oferecidas quinzenalmente para as mulheres residentes de três comunidades do Distrito Federal, Areal, Riacho Fundo e Recanto das Emas, estas mulheres vivem em situação de vulnerabilidade social. A amostra foi composta por treze mulheres com idade média de $51,6 \pm 10,2$ anos, em geral mulheres artesãs, trabalhadoras em funções de limpeza e desempregadas. Os instrumentos adotados foram a gravação de depoimentos durante os encontros e o Questionário de Roseberg traduzido (1979), contendo dez perguntas objetivas que possuem as opções: discordo totalmente, discordo, concordo, concordo totalmente. A escala de autoestima de Rosenberg é uma medida unidimensional com 10 itens designados a avaliar globalmente a atitude positiva ou negativa de si mesmo. Os resultados dos testes aplicados no início do segundo semestre de 2012 e os aplicados no início de 2013, apontam uma média semelhante, em ambos os momentos, de 15 pontos para a soma do score ($\pm 2,9$ pontos), sendo a menor pontuação de 10 e a maior de 18 pontos. Nota-se que as mulheres, em sua maioria, possuem autoestima com percentil dentro da sua normalidade. Sendo assim, é possível constatar que as “Oficinas de lazer”, embora nos depoimentos, sejam consideradas como um diferencial de satisfação na vida delas, o elemento estudado: a autoestima das participantes, não é ponto no qual se tem que concentrar os esforços do planejamento das atividades do Projeto. Identifica-se o apreço pelos momentos de ludicidade, de liberdade, de independência, de autonomia, de melhora da auto competência, de maior autoconfiança e maior habilidade de se relacionar com as outras pessoas, experimentando a alegria na vida como um direito seu, sem culpa em seus depoimentos.

Palavras-chave: Autoestima; Gênero; Lazer.

APORTES DE MICHEL FOUCAULT E NORBERT ELIAS AOS ESTUDOS DO LAZER

Marcina Amália Nunes Moreira

A presente comunicação versa sobre a diversidade de temas que podem incentivar o desenvolvimento de investigações em Lazer, visto que há uma passividade teórica relativa aos marcos referenciais sobre essa temática que representa constantes inquietações nesse campo de estudos. O estudo bibliográfico das obras de Michel Foucault e Norbert Elias, essencialmente, norteou debates durante o oferecimento de uma disciplina modular no Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada: “Ocio y Educación: perspectivas a partir de Norbert Elias y Michel Foucault”. O objetivo geral dos encontros foi discutir a possibilidade de uma educação para o lazer entendido como forma de vida, distinto de tempo livre. Para tanto, algumas investigações bibliográficas foram propostas. Além da obra de Michel Foucault e de alguns textos de Norbert Elias, constantes no livro “Deport y ocio em el proceso de la civilización”, foram investigados: “Política” e “Poética” de Aristóteles, “Profanaciones” de Giorgio Agamben e “La formación de la noción filosófica de sujeto y subjetividad” de Edgardo Castro. A metodologia de trabalho adotada durante o encontro alternou entre exposições do docente e os espaços de leitura e debate. Dentre os conteúdos específicos sugeridos procurou-se abordar: a) Trabalho, tempo livre e lazer; b) Revisões: eu/outro; sujeito/outro; atividades/práticas; alienação/separação e c) Práticas: homogeneidade, sistemática (saber, poder, ética), aspecto tecnológico/aspecto estratégico. É importante salientar, no entanto, que, embora os encontros tenham sido marcados pela linguagem espanhola, o que possibilitou a assimilação por parte da maioria dos discentes, o aspecto mais relevante foi a possibilidade do entendimento do lazer a partir de novas perspectivas e novos olhares. Esse fato marca uma contextualização geral de tradições e contradições do pensamento ocidental moderno a respeito do tema. Observou-se, também, que a disciplina ministrada possibilitou discussões em outros âmbitos como, por exemplo, educação pelo lazer, qualidade de vida, política e economia. Outro conteúdo que gerou muitas dúvidas foi o fato do professor ser de origem argentina e, nesse contexto, não existe a palavra “lazer” no vocabulário. Assim, o lazer da forma como é entendido e nas condições em que o mesmo se apresenta não existe para ser aceito, mas sim para ser questionado, transformado. A democratização bibliográfica enquanto incentivadora de novos olhares acerca da temática do lazer pode contribuir para essa liberdade do saber.

Palavras-chave:Lazer. Educação. Conhecimento.

APROXIMAÇÃO ENTRE AS GESTÕES DOS SETORES DE SAÚDE E ESPORTE/LAZER EM VITÓRIA/ES: INTENÇÕES E PERSPECTIVAS.

Jayana de Rezendo Bachetti, Carlos Nazareno Ferreira Borges
Lorena Pereira Oliosi, Marcel Ivan dos Santos

Trazemos uma proposta de discussão que constitui um recorte de um projeto de pesquisa que pretende investigar quais as inserções da educação física no planejamento das políticas públicas de saúde da cidade de Vitória – ES. Nesse projeto se pretende ainda entender quais as perspectivas de intersetorialidade na administração pública municipal entre setores cujas ações utilizam as práticas corporais também sustentadas na promoção de saúde. Nesse sentido, propomos em recorte uma análise das ações perspectivadas pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) que são anunciadas como sendo em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes (SEMESP). Em levantamento prévio de documentos da SEMUS disponíveis na *web* relativos aos planejamentos daquele setor, encontramos menção a determinadas ações prescritas para serem realizadas em citada parceria, utilizando um discurso de intersetorialidade e afirmando a intencionalidade de promoção da saúde. Contudo, uma revisão exploratória da literatura tem mostrado que iniciativas dessa natureza em geral mantêm uma característica de implementação de práticas esportivas ou de atividades físicas conduzidas pelo pessoal do setor de esporte/lazer em programas do setor de saúde, que se orientam hegemonicamente pelos objetivos pretendidos pelo setor proponente (SEMUS), quase sempre com insignificantes aproximações de objetivos pretendidos pelo setor parceiro (SEMESP). Nesse sentido, ao investigarmos as ações conjuntas entre SEMUS e SEMESP pretendemos investigar se essas ações cumprem a interesses pertinentes aos dois setores ou se funcionam unidirecionalmente, o que desconstrói um discurso recorrente nos documentos prescritivos: o discurso da intersetorialidade. A justificativa que sustenta tanto o projeto amplo quanto o recorte é de que, tanto a saúde quanto esporte/lazer são direitos sociais, previstos constitucionalmente (BRASIL, 1988), mas, em se tratando de ações conjuntas, ambos os direitos deveriam ser acessados nas ações ofertadas pelos dois setores de gestão e à academia cabe a função de investigar a efetividade das ações. Dessa forma, tomando documentos considerados pertinentes e que tratam do período de 2004/2012, no qual a gestão municipal esteve vinculada a dois mandatos de um governo “dito” popular, pretende-se conhecer o planejamento das políticas públicas de saúde da cidade de Vitória, verificando a inserção das práticas corporais e de como são potencializados o acesso tanto do direito à saúde quanto ao esporte/lazer. Para tanto, além do itinerário metodológico próprio previsto no projeto amplo, nesse recorte estamos adotando as seguintes estratégias: a) Levantamento e análise dos planejamentos de Saúde do município de Vitória no período de 2004/2012; b) Levantamento e análise de relatórios de avaliação das ações implementadas pela SEMUS no período de 2004/2012; c) Tratamento específico de extratos da documentação relacionados às ações da SEMUS que se utilizam das práticas corporais; d) Levantamento das ações de outros setores da Prefeitura Municipal de Vitória que utilizam das práticas corporais na perspectiva da saúde; e) Entrevista com os Gestores da Saúde do município. Dado que tratamos com documentos e entrevistas, utilizaremos de modelo interpretativo misto, constando de análise documental, conforme orientado por Richardson (1999) e pelo modelo de análise de conteúdo por Sourio e Lerat (2002).

Palavras-chave: Saúde. Esporte/lazer. Políticas Públicas.

AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA: EDUCANDO PARA O LAZER E QUALIDADE DE VIDA

André Luiz Nunes Casagrande
André de Filippis

Este estudo parte de um projeto de pesquisa de trabalho de conclusão de curso que tem como objetivo identificar e analisar o conceito de lazer, as aulas de Educação Física como uma educação para o lazer e a sua relação com o público idoso, a fundamentação teórica é baseada em diversos autores, com destaque para os estudos de Marcellino (2010 e 2011), que entendem o lazer como manifestação cultural, Reiquixa, que nos mostra que *"a educação é hoje entendida como o grande veículo para o desenvolvimento, e o lazer, um excelente e suave instrumento para impulsionar o indivíduo a desenvolver-se, a aperfeiçoar-se, a ampliar os seus interesses e a sua esfera de responsabilidades"* (1979, p.21), Dumazedier (1975), explica que embora a necessidade humana de lazer sempre existisse, os conceitos de lazer e recreação, como os conhecemos hoje, são frutos da moderna sociedade urbano-industrial. Originalmente, Recreação significava a atividade ocorrida no tempo de Lazer. Para tanto lançamos mão de pesquisas bibliográfica, que está sendo realizada através dos Sistemas de Bibliotecas Digitais das Universidades, além de sites acadêmicos da Internet, e do Banco de Teses da CAPES, nos últimos cinco anos, abrangendo as técnicas: Levantamento bibliográfico inicial, correspondente aos temas-chave: Lazer, Educação Física escolar e Idoso; Análise textual; Análise interpretativa; e Análise crítica (SEVERINO, 1993). O material analisado até o momento indica que o lazer e sua vivência está relacionada diretamente as oportunidades de acesso aos bens culturais, empregando-se de um tempo livre para participar de atividades que tragam benefícios à saúde, tais como, a melhora na qualidade de vida e o aumento da perspectiva de vida e, também, a interação com pessoas da mesma faixa etária. O lazer é um campo vasto de expressão das categorias pós-modernas pela facilidade das experiências do tempo livre. A brincadeira é infinita, conferindo ao lazer uma expressão múltipla na sociedade. Por isso acreditamos que o lazer influencia e é influenciado pela sociedade pós-moderna. Por isso devemos estar atentos e críticos a estas novas formas de manifestação do lazer, para que durante as aulas na escola o aluno observe as interferências da Educação Física na cultura da apropriação e vivência do tempo-livre, tornando-se autônomo e crítico e levando isso a sua vida de idoso.

Palavras-chave:Lazer. Educação Física escolar, Idoso.

AS CICLOVIAS DE SÃO PAULO (BRASIL) E DE BERLIM (ALEMANHA): O QUE ESTAS CIDADES PODEM APRENDER UMA COM A OUTRA?

Pit Lazarus

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma comparação da infraestrutura das ciclovias existentes nas cidades São Paulo e de Berlim, visando identificar soluções para melhorar as condições atuais. Este trabalho baseia-se, sobretudo, em resultados de uma análise de literatura específica sobre mobilidade urbana e sobre a infraestrutura necessária para a implantação e manutenção de ciclovias nas grandes cidades. A situação atual da infraestrutura das ciclovias em São Paulo ainda não pode ser considerada como satisfatória. São 11 milhões habitantes para utilizar somente cerca de 60 km de ciclovias existente na cidade. Se compararmos essa quilometragem com a extensão da cidade percebemos uma grande defasagem. Mas, devemos considerar que, nos últimos tempos, a situação está felizmente vem se alterando. Em São Paulo mais opções e possibilidades para os ciclistas usar as suas bicicletas vem surgindo. A cidade já iniciou algumas alternativas, como por exemplo, a implantação de ciclorrotas onde carros e bicicletas dividem as ruas, com uma sinalização dando a preferência dos ciclistas. Isso ocorre nos bairros Lapa, Mooca, Moema e Brooklin. Além disso, há algumas ciclofaixas onde uma das faixas da via é separada apenas para os ciclistas. Isso só funciona aos domingos e nos feriados. Existem ciclofaixas em todas as zonas e no centro da cidade. Adicional a isso se pode aproveitar a oportunidade de alugar uma bicicleta em algumas estações do metrô como a Carrão, Anhangabaú, Santana, Paraíso, Corinthians-Itaquera e Pinheiros entre outras. Sabe-se que deve ser um objetivo da Prefeitura de São Paulo investir em ciclovias para melhorar a qualidade de vida da população paulista em geral e a consciência pela proteção do meio ambiente, pois investimentos em ciclovias beneficiam o trânsito e auxiliam para a diminuição da poluição do ar. No sentido contrário está a situação da capital da Alemanha, Berlim. Atualmente a cidade de Berlim conta com mais que 750 km de ciclovias e continua investindo na extensão e na infraestrutura das ciclovias. Como o padrão da rede urbana de ciclovias já é considerado muito alto, o governo municipal tem outros objetivos para aprimorar esse setor como, por exemplo, melhorar a relação entre motoristas e ciclistas. É comum acontecer na cidade acidentes com vítimas fatais, por isso a melhoria desta relação se faz muito importante. Além disso, é necessário investir em espaços para estacionar as bicicletas mais perto de estações do metrô para que a mudança de meio de transporte ocorra rapidamente. Conclui-se entendendo a importância do investimento público em ciclovias e a necessidade de campanhas a favor da utilização da bicicleta visando atrair os motoristas a mudar o meio de transporte. Pretendeu-se aqui apresentar alguns aspectos sobre a situação das ciclovias nas cidades Berlim e São Paulo e mostrar que o tema “Ciclovias urbanas” é muito importante e inovador.

Palavras-chave: Qualidade de vida; Mobilidade urbana; Sustentabilidade

**AS MUDANÇAS DO LAZER INFANTIL COM BASE EM ESTUDOS DE
GRUPOS DE CRIANÇAS E IDOSOS DA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE
SÃO PAULO**

Lucas de Almeida
Mauricio Ferreira de Brito
Natália de Souza Carlos Gonçalves
Cinthia Horvat
Pâmala Reis Matos
Karina Cristina Mello
Cinthia Suwabe

Com base em nosso dia a dia, conscientes da dinâmica do lazer, percebemos que as crianças vem mudando muito seus hábitos do brincar. Assunto exposto constantemente pelos veículos de comunicação, porém não explorado na sua total potência nos âmbitos Científicos. Em tal pesquisa, foi escolhido o método da associação de grupos focais. Selecionando como grupos, crianças entre 07 e 09 anos de idade, atuais estudantes do ensino fundamental I da Escola Estadual Adelina Issa Ashcar, situada no bairro do Cambuci e idosos com idades entre 51 e 83 anos, nascidos entre 1929 e 1961. Desses, a maior parte teve a infância (entre 07 e 10 anos de idade), durante a década de 1950, sendo, atualmente, sócios da Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo (AFABESP). Ambos os integrantes da pesquisa são residentes da região central de São Paulo. O objetivo foi a detecção de pontos convergentes e divergentes entre as modalidades de lazer nas duas épocas, observando os fatores que influenciaram nas mudanças ocorridas. Para obter resultados relevantes ao estudo, aplicaram-se questionários. Houve vários pontos contrastantes nas modalidades de lazer de cada grupo. Nossa expectativa era a de que o grupo de idosos tivesse passado grande parte de sua infância realizando atividades de práticas esportivas ou recreativas, permanecendo maior tempo fora de suas casas. Já no caso das crianças, seria o oposto, devido ao avanço tecnológico, passando a maior parte de seu tempo de lazer dentro de suas residências, envolvidos com o computador ou outros equipamentos eletrônicos. Entretanto, não foi exatamente essa a conclusão do projeto. Devido a parcerias que a Escola Estadual Adelina Issa Ashcar mantém com ONG's, as crianças se envolvem em atividades extracurriculares, ampliando seu leque de conhecimentos, assim como as suas visões de mundo. Deste modo, estas crianças conseguem ocupar seu tempo livre depois da aula, já que a maioria dos pais ou responsáveis trabalham estar constantemente com eles, muito menos contratar um profissional. Outras hipóteses, porém, foram confirmadas, como o fato dos idosos, quando crianças, construírem seus próprios brinquedos, tendo como passatempos atividades relacionadas à natureza. As crianças, em contraposição, passam grande parte do seu tempo em um mundo virtual. Porém, não podemos afirmar que esta ou aquela época é melhor para se viver/ou para se crescer, mas sim, que são diferentes. A atual geração sofre influência da violência, tecnologia, urbanização e da comunicação de massa, percebe-se que o mundo vem mudando através dos anos, gerando ações conforme o contexto. Em outras palavras, o mundo mudou. Mas as crianças, em sua maioria, continuam sendo crianças.

Palavras-chave: Lazer – Crianças – Idosos

AS PERCEPÇÕES DOS AGENTES DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE/ME – UMA IMERSÃO ATRAVÉS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

José Nildo Alves Caú

O estudo visa apresentar as percepções dos agentes do Programa Esporte e lazer da cidade do Município de Sobral/CE. Onde buscamos avaliar através do olhar dos agentes, tendo como referencial a análise de conteúdo. Para tanto, estabelecemos uma relação com a base conceitual do programa e por meio de uma imersão no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), levantamos as percepções dos sujeitos envolvidos no módulo de avaliação I, que tem por finalidade, avaliar o processo inicial de implementação do programa e a sua materialização através da estruturação e desenvolvimento das atividades sistemáticas (oficinas esportivas e culturais) e os eventos. Buscando assim, estabelecer as suas relações com os objetivos e as diretrizes do PELC. Caracterizou-se por ser de natureza qualitativa, assim como a utilização da estratégia metodológica da pesquisa bibliográfica, aplicação de questionário e do software SPSS, na sistematização dos dados, orientado através das etapas operacionais (MINAYO, 2010), da Pré- análises, da exploração do material e na interpretação dos dados coletados. Envolvemos 27 agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade/Ministério do Esporte, participantes do processo de formação continuada do módulo de avaliação I. Utilizamos o instrumento avaliativo do Módulo AV I e aplicamos ao final do processo formativo. Os instrumentos apontam seguintes indicadores de avaliação: os objetivos da programação proposta e os efetivados; os conteúdos desenvolvidos e sua relação com o trabalho realizado nos núcleos; a metodologia adotada para desenvolvimento dos conteúdos; a capacidade técnica do formador na condução e na avaliação do processo formativo. Os resultados apontam que houve efetividade das ações da Política Pública de esporte e lazer e na maioria das questões aferidas os sujeitos apontam que o módulo avaliativo efetivou os objetivos propostos, enquanto espaço de formação e reorganizações das ações a serem desenvolvidas ao longo da próxima etapa formativa. Remetemos a um dos indicadores à metodologia utilizada se o processo formativo tinha motivado a aprendizagem dos conteúdos e os agentes apontaram na sua maioria (26 – 96,3%) que contribuiu para novas aprendizagens dos participantes, bem como possibilitou estabelecer relações entre teoria e a prática. Ressaltou-se que o processo formativo através da metodologia utilizada contribuiu para aprofundar e esclarecer as bases conceituais do programa (PELC). Para 14,8% (4 agentes) apontaram como importante para o processo de apropriação dos conteúdos a forma dinâmica utilizada no desenvolvimento dos trabalhos e para 7,4%(2) registraram que o trabalho em grupo ajudou na apreensão dos conteúdos a serem desenvolvidos pelo programa. Como formador vinculado ao Grupo de formadores/UFMG/ME, tive oportunidade de utilizar um dos instrumentos para o processo de sistematização dos dados, o software SPSS, que potencializou agregar os métodos e identificá-lo como sendo importante para sistematização e criação de instrumentos avaliativos da Política Pública, podendo assim, estabelecer uma maior aproximação do real e a atribuição dos sentidos e significados que os sujeitos expressaram de forma quantitativa e qualitativamente, contribuindo para uma maior amplitude na ação interpretativa no campo da educação não formal enquanto pesquisa social.

Palavras-chave: Política pública de esporte e lazer, Avaliação, Método

AS PRÁTICAS NOTURNAS DE LAZER E A CONVIVÊNCIA ENTRE AS CULTURAS JUVENIS NA “BAIXA RUA AUGUSTA”

Ana Carolina Santos, Bárbara Decarli,
Bárbara de Oliveira, Carolina Costa,
Edegar Tomazzoni, Erika Sayuri,
Mirella Tessarim, Vanessa Fiore

O trabalho foi realizado em razão da ideia de analisar as práticas noturnas de lazer na região da “Baixa Rua Augusta”, na região central da cidade de São Paulo. Para cumprir o objetivo geral, os objetivos específicos foram: verificar se, na convivência entre as pessoas de diferentes culturas que frequentam o local, existe respeito ou intolerância e investigar a percepção dos usuários em relação à rua como espaço de lazer. Uma das questões que instigaram o estudo foi: “Que local poderia expressar maior difusão das diversas modalidades de lazer e de diferentes culturas, do que a Rua Augusta?” Ao longo dos anos, o local tornou-se reduto multicultural, acolhendo harmoniosamente as diversas manifestações e identidades. Outra curiosidade que motivou a pesquisa foi a imagem estereotipada de violência, que têm prevalecido ao longo do tempo e se mantido na atual geração. Essa hipótese não tem fundamento, uma vez que os casos de violência registrados na rua são esporádicos e de pequena magnitude. A delimitação contextual da pesquisa foi o trajeto da rua coloquialmente conhecido como “Baixa Augusta”, situado no eixo norte que inicia no bairro da Consolação e vai até a Avenida Paulista. Essa delimitação baseou-se nos atrativos de entretenimento e na diversidade cultural do espaço. Preliminarmente, realizou-se visita, para mapear e comprovar a teoria de que a região multicultural de lazer atende a diversos públicos, com diferentes preferências. O instrumento de pesquisa de campo foi questionário exploratório, qualitativo e descritivo, para obter uma média de resultados que representasse as visões dos frequentadores do trecho (cerca de 100 pessoas). Com a aplicação dos questionários, de questões fechadas, verificou-se que 60% dos respondentes qualificaram o espaço da “Baixa Rua Augusta” como “bom”, e não houve registros de avaliação “péssima”. Conclui-se, com base nas visões dos frequentadores, que a Baixa Rua Augusta proporciona lazer de qualidade à população. A diversidade de estabelecimentos e de modalidades de lazer corresponde às fundamentações conceituais, de acordo com as idades dos frequentadores. Como outros equipamentos de lazer, a Baixa Rua Augusta tem problemas de infraestrutura, que dificultam a fruição dos equipamentos e evidencia uma perspectiva negativa da cidade aos novos visitantes. As reclamações foram diversas: falta de iluminação, lixo nas calçadas, congestionamento de trânsito, calçadas danificadas, policiamento insuficiente, entre outros. A maioria dos pontos mencionados são problemas de gestão do governo e falta de planejamento urbano, bem como de educação da população. Os problemas, entretanto, não impedem a decisão do público de frequentar a rua, tornando-se forte ponto de lazer e, conseqüentemente, atrativo turístico para os que querem conhecer as danceterias mais famosas da cidade.

ATIVIDADES LÚDICAS NO CONTEXTO ESCOLAR: DO *LAISSEZ-FAIRE* ÀS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Luiz Gustavo Bonatto Rufino
Suraya Cristina Darido

Etimologicamente, compreende-se a expressão “*laissez faire, laissez aller, laissez passer*” como “deixar fazer, deixar ir, deixar passar”, fato que ilustra a necessidade do livre funcionamento de determinada ação ou instituição em termos econômicos, com o mínimo de interferência. De maneira análoga, essa expressão é utilizada para caracterizar um modelo de aulas de Educação Física pautado pela pouca intervenção docente em um arquétipo no qual os alunos assumem as ações das aulas restringindo as potencialidades pedagógicas e as perspectivas recreativas desse componente curricular. Esse modelo de aula apresenta ao menos duas implicações negativas: 1) descaracteriza a importância da Educação Física em sua esfera legal, uma vez que as atuais leis, diretrizes e parâmetros curriculares ressaltam a Educação Física como um componente curricular obrigatório; 2) deslegitima a função social da Educação Física enquanto disciplina curricular cuja importância corrobora com a construção da cidadania e a busca pela autonomia dos educandos ao longo do processo educativo, por meio de ações críticas e criativas. A partir desse ensejo, por meio de uma revisão de literatura na área da Educação Física e da temática do lazer, objetivou-se com o presente estudo compreender as possíveis relações entre as atividades lúdicas no contexto das aulas de Educação Física. Enquanto dados preliminares, foi possível averiguar três categorias temáticas acerca dos estudos investigados, sendo elas: 1) caracterização da Educação Física enquanto componente curricular obrigatório; 2) compreensões sobre as atividades lúdicas dentro e fora do âmbito escolar; 3) atividades lúdicas enquanto elemento que coaduna com a prática pedagógica das aulas de Educação Física. Com relação à caracterização da Educação Física enquanto um componente curricular obrigatório é importante compreendermos os ensejos legais que locam esta disciplina enquanto um componente curricular obrigatório, compreendendo sua esfera legal e as implicações desses entendimentos para a ruptura paradigmática com as ações relacionadas ao “*laissez-faire*” ainda vinculado em muitos contextos. Acerca das compreensões das atividades lúdicas no contexto dentro e fora da escola é importante para ampliarmos as perspectivas sobre educação e lazer e suas relações com as aulas de Educação Física. Sendo assim, compreende-se que o termo “lúdico” deriva da expressão latina “*ludus*” que significa jogo e, portanto, refere-se às ações permeadas pelo lúdico, pela sensibilização e pela plenitude. Por fim, as atividades lúdicas enquanto elemento que coaduna com a prática pedagógica das aulas de Educação relaciona-se com o envolvimento e com o prazer de forma criativa e permeada pela intencionalidade, fato que se correlaciona com os níveis culturais do lazer, uma vez que para ser plenamente envolvente, o lúdico é preciso ascender às ações conformistas, atingindo às ações críticas e criativas. Nas aulas de Educação Física, as atividades lúdicas permitem que as ações sejam realizadas em relação plena com o momento, possibilitando a “entrega à humanização”, fato que corrobora com ações pedagógicas críticas, reflexivas e criativas. Conclui-se que é necessário haver ações permeadas pelas atividades lúdicas nas aulas de Educação Física sem descaracterizar as especificidades pedagógicas desse componente curricular obrigatório inserido no processo educativo, contribuindo com a busca pela autonomia e criatividade dos alunos/cidadãos.

Palavras-chave: Educação Física escolar. Lazer e educação. Atividades lúdicas.

ATIVIDADES NO PALÁCIO DAS ARTES: ACESSO AO LAZER?

Leonardo Toledo Silva
Deisiane Carvalho de Ázara
Jonathan Silva Leles

O texto relata um questionamento sobre as atividades oferecidas no Palácio das artes e a acessibilidade as mesmas. Inaugurado em 1971 em Belo Horizonte, esse complexo arquitetônico é o maior espaço de produção cultural de Minas Gerais. Pensando na definição de lazer escrita por Camargos (1986) citado por Gomes (2004) que afirma ser “um conjunto de atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e libertárias, centradas em interesses culturais [...] realizados num tempo livre...”, percebemos que o Palácio das Artes é um local de opção para a vivência do lazer, pela variedade de atividades oferecidas como, peças teatrais, de dança, filmes, palestras, shows, entre outras. Vários autores vêm discutindo a educação para o lazer e essa discussão nos fez questionar se as pessoas estão sendo educadas para frequentarem o Palácio das Artes nos momentos de lazer. Provavelmente um dos argumentos para as pessoas não o frequentarem seria de ordem financeira, visto que a maioria das atividades são pagas. Mas esse espaço oferece diversas atividades gratuitas. Em uma visita a uma exposição gratuita percebemos que poucas pessoas haviam visitado-a. Essa observação nos fez levantar alguns questionamentos: que tipo de público é atraído pelas atividades do palácio das artes? Será que as classes menos favorecidas economicamente têm conhecimento sobre essas atividades gratuitas? E será que teriam interesse, em seus momentos de lazer, visitar esse espaço? O que impede as pessoas menos favorecidas a não frequentarem esse tipo de local? Percebemos que as atividades são voltadas para um público específico elitizado, possuidores de poder aquisitivo, inclusive as atividades gratuitas, pois observamos a visitação à exposição a qual também visitamos, citada acima, de uma turma vinda de escola particular e de uma senhora que parecia estar fazendo turismo aqui no Brasil. Observando a decoração e os funcionários, cujos trajes eram sociais, que o ambiente do Palácio das Artes é sofisticado e talvez esse seria também um dos motivos pelos quais algumas pessoas não o frequentarem. Acreditamos que o Palácio das Artes pode ser uma excelente opção de lazer, inclusive para aquelas pessoas que não podem usufruir das atividades pagas, visto que o espaço também oferece atividades gratuitas. Para que as pessoas sejam educadas a frequentarem esse espaço, poderia haver uma parceria entre as escolas públicas e o Palácio das Artes, para que crianças e adolescentes tivessem o contato com esse tipo de ambiente, o que favoreceria que os mesmos, na fase adulta, pudessem optar em seus momentos de lazer, pelas atividades oferecidas por esse local. “Os indivíduos deveriam ser educados e oportunizados a ampliar as suas possibilidades de extrair sensações de manifestações as mais diversas possíveis. Ressignifica-se, com isso, o papel da arte na vida dos indivíduos e o espaço que ocupa nas agências de formação (escola, família, tempo livre) (MELO, 2004). Sugerimos que sejam realizados mais estudos sobre a acessibilidade das pessoas ao Palácio das Artes.

Palavras-chave:Lazer. Palácio das Artes. Atividades gratuitas

ATIVIDADES RECREATIVAS E TERCEIRA IDADE: MOTIVAÇÃO PARA A PRÁTICA E SEUS BENEFÍCIOS

João Carlos Fabro Belão
Sabrina Ribeiro Jorge

Introdução: Diversas doenças tais como Diabetes, Hipertensão, Osteoporose entre outras, estão associadas ao avanço da idade. Hardy e Grogan (2009) defendem que o processo de envelhecimento é acompanhado por progressivas e importantes alterações fisiológicas em órgãos e sistemas como a diminuição e alteração da composição muscular, da massa óssea e da capacidade cardiorrespiratória que podem comprometer o desempenho de tarefas diversas, inclusive as mais simples do dia-a-dia. **Objetivo:** Identificar os principais fatores que motivam os idosos na busca pelas atividades recreativas e os benefícios das mesmas. **Metodologia:** O presente trabalho constituiu-se através de uma revisão bibliográfica utilizando-se das seguintes bases de dados: SCIELO, Google acadêmico e demais produções atreladas à área. **Resultados:** Devido aos declínios físico, mental e social característicos da população idosa (SANTOS FILHO, 2004), é de grande relevância a participação destes indivíduos em vivências que proporcionam o aumento da auto-estima e elevação dos níveis de bem estar físico e mental. Tudo isto tende a gerar como consequência uma melhoria da qualidade de vida, um aumento da autonomia funcional e o prazer pela vida, sendo que uma possibilidade para alcançar tais propósitos possa ser a participação em atividades recreativas. Porém, estudos mostram que ainda é baixa a proporção de idosos ativos, principalmente no lazer. De acordo com Suzuki (2005), o crescimento da população idosa em todo o mundo vem despertando o interesse de diversas áreas de estudo, pois geram consequências sociais importantes e revelam a grande necessidade de propor questões que visam um melhor desenvolvimento desta população. Como alerta Rodrigues (2002), grande parte das pessoas idosas não tem acesso aos espaços de lazer, desconhecendo a importância e os benefícios que este pode lhe oferecer. Abrir possibilidades de acesso é fundamental, uma vez que só mediante experiências lúdicas e recreativas o idoso poderá aprender a gostar daquilo que efetivamente vivencia. Contudo, Santos e Pais- Ribeiro (2006) referem-se ao lazer como libertação e prazer, considerando o descanso, o divertimento e o desenvolvimento como as três principais funções do lazer e que cada vez mais se considera que os estilos de vida das pessoas, incluindo o de lazer, influenciam a sua saúde. De acordo com a Carta de Otava (WHO, 1986), a evolução dos padrões de vida, dos trabalhos e dos tempos livres tem um impacto significativo na saúde. As atividades de lazer – atividades desenvolvidas nos tempos livres – parecem assim ser um importante meio para ajudar a manter ou melhorar a saúde e a lidar com o stress. **Conclusão:** É de grande relevância buscar novas linhas de pesquisa que norteiam essa temática com uma necessidade de novos olhares para os indivíduos idosos, de tal maneira que se comece a visualizar como melhorar essa fase da vida, em todos os seus âmbitos, inclusive no que tange ao contexto do lazer e suas inúmeras possibilidades de usufruto, sendo uma delas as atividades recreativas.

Palavras-chave: Idoso – Saúde – Atividades Recreativas

ATIVIDADES VIVENCIADAS NO LAZER ENTRE IDOSOS DE UM GRUPO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM FLORIANÓPOLIS (SC)

Priscila Mari dos Santos
Alcyane Marinho
Giovana Zarpellon Mazo

O lazer está sendo entendido como uma dimensão da cultura, vivenciada por meio de atividades socioculturais em um espaço privilegiado para a manifestação do lúdico e de significativa importância para o desenvolvimento pessoal e social dos idosos. Considerando-se as distintas possibilidades de atividades que podem ser vivenciadas no lazer, este trabalho teve como objetivo investigar a frequência de vivências no lazer de 141 idosos participantes de um grupo de extensão universitária em Florianópolis (SC). Realizou-se uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário, construído e validado para este estudo, a partir da classificação das atividades de lazer (artísticas, manuais, físicas, intelectuais, sociais), proposta por Dumazedier, no final da década de 1970, e implementada (turísticas e virtuais), posteriormente por outros estudiosos. Foram listadas distintas possibilidades de vivências para cada agrupamento de atividades, e os idosos deveriam apontar a frequência de vivência de cada uma em seus momentos de lazer (nunca, algumas vezes, frequentemente, muito frequentemente ou sempre). As informações foram analisadas por meio da estatística descritiva com a utilização do *software SPSS* versão 17. Dentre as cinco possibilidades de atividades artísticas (participação em festas tradicionais; ida a museus ou teatros; ida a bibliotecas; ida a cinemas; e ouvir músicas), apenas a atividade de ouvir músicas é efetivamente vivenciada sempre ou frequentemente pelos idosos em seus momentos de lazer (78,7%). Diante das nove possibilidades de atividades manuais (artesanato; costura; culinária; marcenaria; carpintaria; jardinagem; e cuidar de animais), a mais frequentemente vivenciada é a culinária (67,4%). Referente às atividades de interesses físicos (caminhada; ciclismo; natação ou hidroginástica; dança; musculação; jogos coletivos; jogos individuais; e atividades na natureza), as do meio aquático (72,3%) e as caminhadas (56,7%) são vivenciadas com alta frequência pelos idosos, enquanto as demais são pouco praticadas. Sobre as atividades intelectuais, assistir televisão (35,4%), ouvir rádio (29,8%) e leituras (17,7%) são vivenciadas sempre no lazer dos idosos, em detrimento das atividades de participação em cursos e de jogos cognitivos. Nas atividades sociais, a participação em bailes (23,4%) e as conversas com os amigos (15,6%) foram as mais citadas como sendo vivenciadas frequentemente pelos idosos, quando comparadas à ida a bares e restaurantes e à ida a bingos. Para as atividades turísticas do lazer, apresentou-se a possibilidade das viagens, as quais são vivenciadas pela maioria dos idosos em algumas vezes (45,5%) ou frequentemente (26,4%). Para as atividades virtuais do lazer, apresentaram-se as possibilidades dos jogos virtuais e dos canais de relacionamento na *internet*, mas a maioria dos idosos afirmou nunca vivenciá-las (78% e 71,6%). A reflexão acerca das atividades mais frequentemente vivenciadas no lazer dos idosos pode fomentar respaldo teórico para complementar as reflexões mais aprofundadas sobre o lazer na perspectiva do indivíduo idoso, além de orientar as intervenções com esses indivíduos, desde que os limites da classificação adotada das atividades de lazer sejam reconhecidos, haja vista que o processo de escolha dos indivíduos nem sempre é restrito a um único interesse, sendo esta classificação, portanto, compreendida como uma ferramenta didático-metodológica para tais intervenções.

Palavras-chave: Lazer. Idosos. Conteúdos culturais.

**“BEM-VINDO AO UNIVERSO DA DIVERSIDADE!” LAZER E CULTURA
NUTRINDO O AMBIENTE UNIVERSITÁRIO EM SETE EDIÇÕES DO
EVENTO SARAU DO GUISADO**

Marcela Batista Ferreira
Alison Douglas da Silva
Valéria Cristina Ribeiro Vieira

Institucionalizado enquanto uma ação de Extensão da Universidade Federal de Alfenas, o Grupo Universitário Interdisciplinar e Itinerante pela promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em parceria com Adolescentes, o Guisado propõe trabalhar a temática da SAN por meio de estratégias didático-pedagógicas inovadoras que incentivem a participação ativa e criativa dos envolvidos. Nesse sentido – e fundamentando-se em conceitos como o Protagonismo Juvenil e a Animação Sociocultural - o grupo vem atuando, há cinco anos, no âmbito de diferentes projetos e/ou atividades que valorizam a interatividade, a ludicidade e a dimensão artístico-cultural. Dentre tais iniciativas, destaca-se o evento Sarau do Guisado. No século XIX, sarau era uma confraternização festiva que reunia amigos ligados à cultura, constituindo uma oportunidade de lazer, descontração e compartilhamento de “conhecimentos e delícias”. A diversidade cultural é uma marca do ambiente universitário, cuja “vocação natural” para despertar ou potencializar inclinações artísticas nem sempre é realizada, em virtude da dinâmica acadêmica e seu excesso de atividades/demandas. Porém, nas diretrizes dos seus Projetos Pedagógicos, as universidades ressaltam o estímulo a ações que promovam a qualidade de vida no câmpus e o fomento a atividades culturais. O Sarau do Guisado, portanto – já realizado em sete edições – objetiva resgatar um costume com potencial de incentivar expressões artístico-culturais diversas no ambiente acadêmico e extra-acadêmico. O evento é organizado pelos integrantes do grupo, em parceria com outros jovens da comunidade, que definem programação (incluindo apresentações musicais, teatrais e intervenções poéticas, intercaladas com momentos de “palco livre”) e infraestrutura/decoração-ambiente (uso de tecidos coloridos, panos de chita, confecção de murais, iluminação com velas, além da montagem coletiva do “varal cultural” - composto por poemas, receitas, fotografias e letras de música - inclusive em espaços ao ar-livre), sempre em sintonia com o mote escolhido para cada edição (Ex.: 1º) “Um evento ímpar num dia dedicado aos pares” (devido à estreia ter acontecido num 12 de junho); 2º) “100 anos faria Josué de Castro. E nós, o que fizemos em seu rastro?” (celebração do centenário de nascimento de uns dos principais inspiradores do trabalho em prol da SAN); 3º) “Cidadania no papel: SAN em Cordel” (encerrando projeto de Oficinas de Literatura de Cordel desenvolvido com estudantes da Educação Básica) e o 7º e mais recente: “Bem-vindo(a) ao Universo da Diversidade!”, que coincidiu com o período de realização da Acolhida ao Calouro promovida pela instituição. Um importante “ingrediente” deste universo simbólico-cultural criado em cada sarau, é a degustação do guisado-comida (a tradicional mistura de vegetais cozidos, fazendo alusão à mistura de saberes característica do Guisado). Os “50 primeiros conscientes que levam seus recipientes” vivenciam a comensalidade, isto é, o comer comunitariamente, “uma das referências simbólicas mais ancestrais do humano enquanto humano”. Constata-se que essas e outras reflexões de cunho sócio-político-cultural relacionadas à SAN têm sido despertadas entre os participantes, contribuindo para consolidar o Sarau do Guisado como uma exitosa experiência de compartilhamento/construção do saber, no seu sentido mais amplo, e que - embora sem receita pronta - tem propiciado lazer e convivência, temperados com arte e reflexão.

Palavras-chave: Ambiente universitário, Linguagens artísticas, Produções culturais.

BICICLETANDO SESC SOROCABA: ATITUDE SOBRE RODAS

Caroline Parreira Marques
Lucas Ghiraldi Veronez

O presente trabalho traz o relato de experiência do Clube do Pedal do Sesc Sorocaba, denominado Bicicletando, um programa que visa incentivar a cultura do pedal de forma segura e consciente, reconhecendo a bicicleta como possibilidade de meio de transporte sustentável e de mobilidade urbana, seja para lazer, atividade física ou necessidades cotidianas de locomoção, bem como provocar um pensamento crítico que possa colaborar para melhorias da malha cicloviária de Sorocaba, que hoje já possui mais de 90 km de extensão, e um convívio de respeito entre ciclista-pedestre-motorista. A proposta acontece por meio de atividades como saídas regulares para pedalar, oficinas, bate-papos, intervenções, passeios ciclísticos, aulas com bicicletas estacionárias e de rolo, ministradas por Instrutores de Atividades Físicas do Sesc Sorocaba e contratados, exposições e apresentação de modalidades esportivas que envolvem a bicicleta. Este é um trabalho processual e a perspectiva é motivar o maior número de pessoas a incorporar a bicicleta como uma possibilidade de atitude benéfica para o ambiente, para o próximo e para si mesmo.

Palavras-chave: bicicleta, sustentabilidade, educação

BRINCADEIRAS E JOGOS NO TEMPO ESCOLAR

Janaina Carrasco Castilho
Rosana Fernandes dos Santos
Maria Aparecida Cunha Malagrino
Cintia Daniela Tukassa
Silvia Regina Orloski de Castro

O objetivo deste estudo é investigar e compreender em que condições a utilização de jogos e brincadeiras no cotidiano das atividades escolares pode contribuir com o trabalho pedagógico. Devido à ampliação da jornada escolar, atendendo às políticas nacionais de educação, expressas nos documentos oficiais vigentes que apontam para a necessidade de melhoria na qualidade da formação dos estudantes; a institucionalização do tempo da infância tende a ampliar. Como consequência disso, a redução do tempo livre para brincadeiras e elaborações infantis tem sido substituído por atividades pedagógicas obrigatórias e dirigidas. Pressionadas a cumprir suas tarefas escolares, diariamente, atendendo a uma obrigatoriedade constitucional de frequência à instituição escolar, as crianças demonstram, geralmente, insatisfação, desinteresse e dispersão durante algumas aulas, comportamentos estes que oscilam em diferentes intensidades, conforme a organização metodológica da aula, as condições gerais dos estudantes e a maneira como ocorre a organização escolar. A partir da observação de uma necessidade latente em relação ao brincar, manifestada explicitamente pelos estudantes ou implicitamente por meio de seus comportamentos ou ausência de interesse, propusemos este projeto com o intuito de diversificar as atividades pedagógicas, recorrendo a jogos e brincadeiras. Trata-se de uma pesquisa ação, de abordagem qualitativa, com estudantes da rede pública municipal de ensino em Campinas, no primeiro ciclo do ensino fundamental. Este estudo acontecerá durante todo o ano letivo de modo que a observação intensiva direta será a principal técnica utilizada, complementada por outros instrumentos de coleta de dados como aplicação de entrevistas e registros escritos e pictóricos dos estudantes. Este trabalho teve início no começo do ano letivo de 2013 e os resultados alcançados até o momento foram: o aumento da motivação dos estudantes em relação aos temas e atividades propostas, melhoria na expressividade, pró-atividade na resolução de problemas cotidianos e baixo número de ausências às aulas. Em nossas considerações parciais entendemos que o uso de recursos lúdicos e jogos tem dinamizado o trabalho pedagógico e ampliado as possibilidades de participação dos estudantes durante as aulas. Envolvidos por linguagens diversas, os estudantes motivam-se a participar e entregam-se às atividades como numa brincadeira no tempo livre, porém, dirigida e normatizada pelo professor e por todo o currículo escolar.

Palavras-chave: Escola. Brincadeiras. Jogos.

BRINCANDO NO PROGRAMA MINAS OLÍMPICA GERAÇÃO ESPORTE – FHA

Leonardo Toledo Silva, Leonardo Fernando de Jesus
Ana Paula Silva Moreira, Eduardo Teixeira da Silva
Fernanda da Silva Simões

O Programa Minas Olímpica Geração Esporte – FHA desenvolvido em parceria com a SEEJ destina-se a atender estudantes com idade entre 07 e 13 anos de baixa renda, a partir de um programa de inserção social através do esporte. Em um primeiro momento, beneficia 100 crianças, fazendo parcerias com algumas escolas da região de Ibirité, acreditando que este investimento amplie o repertório e acesso das crianças nas diversas práticas de esporte e lazer. Nesse texto iremos direcionar para uma dessas práticas: o brincar. Nota-se que a brincadeira é uma manifestação cultural, social e histórica, que faz parte da vida das pessoas, e que na nossa cultura está muito vinculada ao mundo da criança. Quando a criança brinca constrói um universo próprio, mas o certo é que este universo tanto reflete quanto refrata o contexto no qual ela convive (SILVA, 2012). Acreditamos que o brincar não deva ser encarado como uma oficina especial, esporádica, pelo contrário ele deve permear todas as nossas ações. Destacamos então dois momentos: a construção de um brinquedo (peteca) e o caderno de jogos e brincadeiras. Na construção de brinquedos experimentamos durante duas semanas a imersão sobre a peteca, onde os educandos foram estimulados a conhecer a história, utilizar os produtos industrializados, depois confeccionar o próprio brinquedo e usá-los não somente no Programa. Eles construíram a peteca com jornal, sacola plástica, produtos naturais como casca de bananeira e pena de aves, utilizando materiais reciclados. O caderno de jogos e brincadeiras foi mais uma possibilidade de valorizar a cultura dos educandos, bem como trabalhar a questão da autonomia e da responsabilidade, pois a cada dia um dos educandos era responsável por levar o caderno para a casa e com a ajuda dos pais/responsáveis descrevem uma brincadeira que iniciaria o próximo encontro. Neste momento os educandos se tornavam os professores e os demais brincavam conforme a demanda. O momento do caderno se torna especial e único, momento este em que o aluno responsável pela brincadeira do dia lê, explica e auxilia o monitor a executá-la junto aos colegas. Também, é uma oportunidade dos alunos conhecerem, vivenciarem e aprenderem “novos” jogos e brincadeiras, que poderão ser executadas dentro fora do programa. A cada dia um novo aluno assumia o posto e toda a responsabilidade que está ação exige, incluindo o dever de cuidar do caderno que se tornará então um bem da turma. Assim o brincar é visto com grande importância dentro do programa, pois a partir dele conseguimos perceber limitações existentes, a forças e a criatividade de nossos educandos, trazendo desenvolvimento aos mesmos. Identificando que o Programa é um importante momento para vivenciar o brincar, um espaço privilegiado para a educação, inserção, apropriação e transformação cultural das crianças seja no campo, nas quadras, na piscina, nas salas e em todos os locais que elas circulam.

Palavras-chave: Brincar, Criança, Projeto Social.

BRINQUEDOS DE MIRITI NO UNIVERSO ESCOLAR: SABERES SÓCIO-CULTURAIS DO LAZER NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Jéssica Lisboa
Patrícia de Araújo

Refletindo sobre a complexidade cultural e a crise de paradigmas vivenciada nesta era entre o acesso cultural do brinquedo e o brinquedo industrializado, este estudo propõe um estudos sobre os saberes da tradição contextualizados na prática da produção de um dos símbolos da cultura paraense, os brinquedos de miriti. Entendido aqui como representação social cultural pelos artesãos e artesãs do município de Abaetetuba/PA, onde comercialização dos brinquedos de miriti vem ganhando maior expressividade a cada ano, com ápice de produção em outubro, durante a festividade do Círio de Nossa Senhora de Nazaré. A proposta, para tanto, é apresentar esse caminhar do brincar na busca de respostas e até mesmo, de afirmativas de que o brincar criativo e inventivo pode contribuir ricamente para o desenvolvimento integral do ser humano, possibilitando vivências significativas de aprendizagem. O presente estudo objetiva analisar o sentido/significado do fomento das práticas sistemáticas dos conteúdos culturais do lazer na escola, a partir da construção e reflexão do acesso ao brinquedo de miriti na Educação Física escolar, visando a relação lazer, educação e prática cultural, nas turmas de ensino fundamental 2º e 3º ano/9 na Escola Estadual Manoel de Jesus Moraes. Assim questionamos: Qual a importância de se trabalhar brinquedo regional de Miriti dentro da escola no sentido de fomentar a prática cultural através do lazer? Tendo como opção metodológica a pesquisa qualitativa do tipo Participante, sendo a coleta de dados realizada através da observação participante, questões fechadas e uma aberta tendo a análise de dados baseada na análise do discurso segundo Bardin (2008). Os resultados mostraram que os alunos foram motivados usando recortes do cotidiano e objetos concretos – brinquedos de miriti – que tornaram significativa a aprendizagem e o entendimento dos saberes sócio culturais do lazer nas aulas de Educação Física e a compreensão de questões ambientais e culturais da necessidade do acesso do brinquedo de miriti enquanto patrimônio histórico cultural do lazer consideramos-se a maneira como poderia ser utilizado nas aulas de educação para estimular a discussão do acesso ao brinquedo de miriti enquanto saberes sócio cultural do lazer e o brinquedo industrializado. É nessa perspectiva, que enfatizamos nas aulas de Educação Física abordar a importância do brincar para a construção do conhecimento pela criança, uma vez, que a atuação mediadora do profissional, possibilita uma prática lúdica voltada a satisfação das necessidades básicas, bem como o desenvolvimento integral da criança; superando a lógica do consumo em que padroniza e faz da criança um simples proprietário do brincar sem acesso aos saberes sócio culturais do lazer.

Palavras- Chave: Brinquedos de Miriti, Lazer Cultural, Educação Física

CLUBE DA ESQUINA: UMA EXPERIÊNCIA DE LAZER ASSISTIDO NA SAÚDE MENTAL

Marina de Carvalho Alecrim Alves

Este trabalho tem como objetivo geral a apresentação da experiência do Clube da Esquina- por uma sociedade sem manicômios em congressos, seminários, conferências e afins. O Clube da Esquina é uma instituição sem fins lucrativos que foi criada em 1996 por profissionais de diversas instituições de Saúde Mental do Rio de Janeiro, usuários da saúde mental e seus familiares, ligada a luta pela Reforma Psiquiátrica. Esta instituição se propõe a ser um Clube de Lazer Assistido que funciona aos sábados, na perspectiva de ser um espaço fora do hospital, com uma visão de cuidado para além da medicalização da loucura, na qual os usuários e os profissionais planejam e fazem atividades de lazer e culturais pela cidade do Rio de Janeiro. Como decorrência do objetivo geral, almejamos como objetivos específicos: a) Incentivar outras experiências de Lazer na área da saúde mental e em outros espaços de saúde, bem como pesquisas sobre a temática; b) Fomentar o debate sobre a importância do Lazer na área da saúde e sua interlocução com as demais políticas sociais; c) Contribuir com a formação e o exercício profissional na área do lazer e; d) Debater a importância política do Lazer enquanto direito à Cidade e a quebra de preconceitos em relação à Loucura. Apesar de dezessete anos de funcionamento, o Clube da Esquina foi pouco explorado como objeto de estudo e, nenhuma ou poucas vezes estes estudos foram expostos em congressos, seminários e afins. Pensamos ser de suma importância levar para espaços de discussão a experiência desta instituição que tem uma grande contribuição na área do lazer. Sendo assim, consideramos que este trabalho tem uma relevância social e política ao possibilitar a discussão sobre: a utilização do espaço urbano, os preconceitos referentes à loucura, a garantia de direitos, a universalização da produção cultural produzida pela humanidade, bem como pelo fato de se propor a debater o Lazer para além de sua utilização enquanto entretenimento, com vistas a sinalizar o seu potencial de espaço/momento de construção de projetos coletivos que vislumbrem uma sociedade que permita a emancipação política e humana de seus sujeitos sociais. Utilizamos como metodologia o estudo do material empírico recolhido no decorrer da minha experiência profissional de 2009-2013. A experiência do Clube da Esquina apresenta como resultados: 1- o aumento da autonomia dos usuários participantes; 2- formação semestral de estagiários, bem como de residentes multidisciplinares do Instituto de Psiquiatria da UFRJ; 3- Maior envolvimento das famílias com os usuários e com as atividades realizadas; 4- Desconstrução de preconceitos em torno da Loucura nos espaços de lazer e culturais da cidade do Rio de Janeiro e; 5- a viabilização do direito à Cidade e ao Lazer aos participantes, que geralmente são excluídos dos espaços públicos da sociedade.

Palavras-chave:Lazer, Saúde Mental e Direitos Sociais

CONTOS DE FADAS E SUAS RELEITURAS AO LONGO DOS TEMPOS

Marina Zambon Del Rio Gonzalez
Karoline Derchain de Avila

Os contos de fadas estão presentes em nossas vidas desde a infância até a vida adulta influenciando o mercado do entretenimento, sendo assim, visou-se fazer um apanhado destes contos de fadas e suas diversas versões ao longo dos anos para verificar sua abrangência. Por meio de Referências e materiais audiovisuais verificamos a presença do tema desde produções independentes até mega-produções. A origem dos contos de fadas se dá na oralidade, desta forma não é possível obter a data exata de seu surgimento, segundo Machado sua origem está provavelmente relacionada às antigas civilizações, eram utilizados em ritos de passagem; como da infância para a vida adulta; no casamento; na velhice e em diversas outras situações. Embora muitos historiadores considerem proveniente da idade média, época em que os irmãos Grimm começaram a publicar estas histórias em pequenos livretos, há indícios de contos similares ao da Cinderela nas ruínas da China do séc. IX d.C. Percebe-se então que de tempos em tempos estes contos se modificam e passam cada vez mais a abranger as múltiplas facetas do ser humano, para que, deste modo, possa atingir não somente o público infantil considerado por muito tempo, o único público deste produto, mas as diversas faixas etárias do ser humano. As sociedades mudam ao longo dos tempos e os contos de fadas acompanham essa mudanças. Sendo assim, os contos de fadas são apresentados em diferentes formatos, desde animações clássicas da Wald Disney como Branca de Neve, Cinderela, até séries para adultos como *“Once Upon a Time”* e *“Grimm”*, que mostram uma nova roupagem do universo tradicional dos mesmos personagens. Somente na última década foram lançados na mídia diversos filmes e animações de contos de fadas, além é claro das séries de TV que estrearam no primeiro semestre de 2012, ambos atualmente com duas temporadas. Tais filmes movimentam a indústria cinematográfica, diversidade de abordagem é tão grande que no primeiro semestre de 2012, foram lançados dois filmes sobre o mesmo conto: “Branca de Neve”, porém com diferentes abordagens onde a princesa é na verdade uma heroína e não depende mais do príncipe e até o salva em situações de perigo. Outro exemplo é a animação Valente da Disney Pixar que conta a história de uma princesa que se disfarça de homem para conseguir provar que é capaz cuidar do reino e protegê-lo. Esta animação ganhou o Oscar da categoria no ano 2012. Além das mídias audiovisuais encontra-se o tema dos contos de fadas na literatura, não apenas em contos infantis, como em história em quadrinhos para adultos. escritos por Bill Willingham, abordam este universo em nova perspectiva, na qual os personagens vivem no mundo atual com identidades secretas. Desta forma é possível perceber que o tema contos de fadas é amplamente utilizado pelo ramo do entretenimento, não apenas voltado para o público infantil, mas sim ampliando seu público alvo para todas, ou a maioria, das faixas etárias. Uma boa adaptação de um conto de fadas pode se tornar um produto altamente rentável.

Palavras-chave: Contos de Fadas, Entretenimento, Fantasia.

DA CONSCIENTIZAÇÃO ATÉ INICIATIVAS PARA PROMOÇÃO DE TURISMO RESPONSÁVEL POR MEIO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE LAZER E PROGRAMAS EDUCACIONAIS PARA OS MORADORES DE RIO CLARO NA FEENA

Aline Santana, Fabiana Keifa Matos
Jaqueline Silva Izidoro, Gabriela Tavares de Moraes
Raissa Raqueña do Santos, Tatiane Dias

A demanda por atividades de lazer, em áreas naturais vem aumentando consideravelmente. Devido à urbanização, a busca das populações por contato com a natureza é constante. Esse relacionamento entre meio ambiente e homem quando planejado, incorretamente causa impactos negativos irreparáveis. A sustentabilidade sugere o desenvolvimento de tais atividades, com limites e normas definidas para que a intervenção humana seja o mínimo possível; nociva à natureza. O turismo e as atividades de lazer são iniciativas, que podem ser desenvolvidas em Unidades de Conservação, consideradas; um grande potencial de sustentabilidade econômica quando bem organizadas. Foi pensando nesses argumentos que o artigo fundamenta-se em um estudo do caso da FLORESTA ESTADUAL NAVARRO DE ANDRADE, e o contato dos visitantes da cidade de Rio Claro, com essa área de preservação ambiental, a intenção é que este trabalho seja útil também para a gestão desse meio com o intuito de que a promoção do lazer e do turismo, sirva como uma forma de conscientização dos turistas. Esta pesquisa foi desenvolvida, com o estudo do caso na FLORESTA ESTADUAL NAVARRO, localizada na cidade de Rio Claro, interior do estado de São Paulo, a coleta de dados foi feita a partir de uma entrevista com a gestora da UC, onde foram expostas principais barreiras e dificuldades encontradas, no processo de conscientização ambiental dos visitantes, além da observação, onde foram notadas as implicações existentes junto a moradores envolvidos com a Associação Amigos do Horto. A pesquisa implicou também em uma revisão da literatura, em artigos que abordavam os temas preservação e meio ambiente. Com essas observações concluímos que as ações de controle de acesso na visita da FEENA, são louváveis, pois o manejo é considerado elemento chave na ideologia do turismo sustentável, pois dessa forma é possível que preserve-se o local visitado, satisfazendo as necessidades econômicas e estéticas assim como as de natureza cultural e econômica. Tais medidas são viáveis apenas com medidas políticas vigorosas baseadas no respeito às trocas sociais, econômicas, éticas e ambientais. Foram analisados na FEENA, espaços que poderiam ser dedicados exclusivamente a inserção da consciência ambiental, onde as práticas de lazer e demonstrassem o necessário respeito dos valores éticos, políticos, e social nas atividades praticadas em UC's, seria preciso também o estímulo governamental, ao se criar ações para arrecadar fundos, com os quais pudesse se manter esses espaços como de polo cultural; como o museu do eucalipto. A ideia de desenvolver trilhas ecológicas pelo território seria outro atrativo, que agradaria a um público variado e contribuiria também para educação ecológica dos visitantes. A Floresta também possui uma vila que conta com vários espaços, onde, com o amparo de recursos obtidos com o auxílio governamental, se fossem reformados, seria interessante desenvolvimento de oficinas educacionais diversas para agradar moradores e turistas de todas as idades. É fundamental também citar a existência de uma ONG: "Amigos do Horto" (AAMHOR) que presta auxílio nas medidas de preservação, com voluntários e busca também o desenvolvimento sustentável da FEENA e na qual se pretende auxiliar com a produção desse artigo.

DANÇA E LAZER UMA COMBINAÇÃO PERFEITA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gislene Moreira Nogueira Faria
Ioranny Raquel Castro de Sousa
Maria Márcia Viana Prazeres
Mirelle Pereira do Nascimento
Tânia Mara Vieira Sampaio

A dança vista como utilização dos movimentos para expressar ideias, sentimentos, emoções, sensibilidade, pensamentos e imaginação, nos últimos anos vêm se desenvolvendo principalmente pela influência da mídia, em novelas e filmes. Um momento e espaço de arte de entretenimento, descontração e lazer. A presente pesquisa em andamento teve como objetivo, relatar as experiências vivenciadas durante os encontros do Projeto Lazer e Cidadania que tematizaram a dança, tanto em sua experimentação, quanto na assistência e debates de filmes. Apaixão por esta arte, no movimento de ensinar e aprender, pode ser experimentada como dimensões físicas e sociais de lazer. No presente estudo em andamento tem se buscado resgatar os valores culturais de diferentes regiões, contextos, desvendando os efeitos da prática da dança, para todas as mulheres envolvidas, professoras, estudantes e mulheres que se reúnem quinzenalmente para as atividades do Projeto Lazer e Cidadania, aprovado pelo CEP-UCB sob protocolo 27/2010. A metodologia aplicada consistiu em pesquisas bibliográficas e de campo por meio de observações e coleta de depoimentos que são realizados durante as “Oficinas de Lazer” de caráter intelectual e físico esportivo, que vem sendo desenvolvidas com a utilização de passos de dança de salão, onde são trabalhados: a coordenação motora, a lateralidade, a socialização, a imaginação, entre outros, e dos filmes assistidos que retratam essa prática, tais como: “*Dança Comigo e Vem Dançar*”. O grupo participante foi composto por 30 mulheres de três Regiões Administrativas do Distrito Federal (Areal, Riacho Fundo e Recanto Emas), as quais duas vezes por mês, participam das atividades de lazer. Cada encontro é voltado para um dos conteúdos culturais de lazer. As reflexões expostas pelo grupo vêm apresentando uma nova perspectiva no imaginário tão arraigado na sociedade contemporânea, que é a competitividade e o preconceito racial e social. Uma possibilidade de resgate da autoestima, de conhecer o seu corpo, seus limites e se permitir viver intensamente o momento como “tempo delas”, por meio da dança, tem sido uma das experiências que o grupo de mulheres aponta como das mais prazerosas.

Palavras-chave: Dança; Gênero; Lazer.

DIFERENTES REALIDADES DA EDUCAÇÃO PARA O LAZER EM COLÉGIOS DO ESTADO DO PARANÁ

Karine do Rocio Vieira dos Santos

O lazer, um direito social garantido pelo artigo 6º da Constituição do Brasil, é uma importante dimensão da cidadania. Todavia, para que esse direito seja efetivado os sujeitos precisam aprender sobre sua importância. Em diversos documentos oficiais referentes ao currículo escolar, como Parâmetros Curriculares Nacionais, nos deparamos com a cultura corporal como principal foco da disciplina da Educação Física. Com isso a abordagem do lazer se justifica na escola, visto que, assim como faz parte da cidadania, está inserido na cultura corporal. Nas Diretrizes Curriculares da Educação Física no estado do Paraná, por exemplo, o lazer é citado explicitamente e reconhecido como um dos temas transversais dos conteúdos da cultura corporal, tendo como foco a educação para e pelo lazer. Segundo Marcellino (2002), a primeira vê este fenômeno como um objeto, e a segunda o utiliza como meio, quanto à educação para o lazer, vemos que a escola é um importante agente nesse processo. Nesse sentido, o projeto de dissertação, brevemente aqui apresentado, irá propor a seguinte problemática: De que forma ocorre a “educação para o lazer” e quais são suas barreiras e facilitadores no interior das aulas de Educação Física no Estado do Paraná? Para tanto seguiremos os seguintes objetivos, (1) Mapear a partir do Grupo de Estudos e Pesquisas em Lazer, Espaço e Cidade, professores atuantes em escolas públicas que admitam trabalhar também na perspectiva de educar para o lazer de seus alunos; (2) Investigar de que forma ocorrem essas aulas; (3) categorizar metodologias utilizadas e barreiras e facilitadores das aulas que contemplam a “educação para o lazer”. Para atingir o primeiro objetivo pretendemos listar professores de escolas públicas que já tenham feito, ou façam parte do GEPLEC e com eles aplicar um questionário, no sentido de selecioná-los. Para o segundo objetivo, pretendemos entrevistar esses professores, dois alunos desses profissionais e uma pessoa da equipe pedagógica que o acompanha. Com isso pretendemos triangular essas falas a fim de estabelecer categorias de análise *a posteriori* que nos auxiliem na resolução da problemática. Temos consciência que, durante a pesquisa precisaremos nos distanciar teoricamente dos sujeitos envolvidos, pois assim como eles também fazemos parte do GEPLEC. Percebemos, porém que a proximidade pode ter mais pontos positivos que negativos, pois nos permitirá maior acesso aos sujeitos, suas instituições de trabalho e seus planejamentos. Além disso, o fato de terem conhecimentos prévios sobre a relação lazer-educação-escola nos permite supor que o olhar destes seja mais fidedigno. Para analisar as falas utilizaremos as técnicas da análise de conteúdo, proposta por Bardin (1988) e Minayo (1998). Com este estudo, nossa expectativa é de que ao ilustrar como ocorrem algumas realidades da educação para o lazer, essa perspectiva ganhe visibilidade e situações de sucesso possam se tornar subsídio para outros professores. Em outro viés, mostrando as dificuldades de se efetivar essa educação, fica mais fácil encontrarmos as soluções para estes problemas, na certeza de que conhecendo melhor o cotidiano da educação para o lazer esse fenômeno possa melhor desenvolvido, repensado e reconhecido como importante temática.

Palavras-chave: Lazer, Educação, Escola.

É POSSÍVEL UMA INTERVENÇÃO AFROBRASILEIRA POR MEIO DA ANIMAÇÃO SÓCIO CULTURAL?

Silvana dos Santos
Giuliano Gomes de Assis Pimentel

O presente ensaio aborda as dificuldades encontradas pelo profissional do lazer em atuar/intervir com as manifestações culturais afrobrasileiras. Apresentando os enfoques da recreação e suas possíveis pedagogizações. Para tanto, se fez necessário, por meio do estado da arte mapear alguns estudos realizados sobre manifestações culturais afrobrasileiras, identificando e reconhecendo as produções teóricas que contemplassem estas práticas. Tendo como objetivo, discutir a existência de elementos culturais afrobrasileiros nas práticas sociais de lazer entre a população brasileira em seu potencial para formação profissional. Desta forma, o estudo conclui-se com a percepção da ausência de intervenções pedagógicas pautadas nas manifestações culturais afrobrasileiras.

Palavras-chave: Animação Sócio cultural, Manifestações Afro-brasileira, Intervenção profissional.

ESTUDO DE CASO: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O PARQUE CHICO MENDES, PARQUE INDEPENDÊNCIA E PARQUE RAUL SEIXAS SOB A ÓTICA DE SEUS FREQUENTADORES

Caroline Coelho Cardoso Aguiar, Jaqueline Wingter Franco
Joyce Gabrielle Salgado, Leonardo Paulino Pimentel

Os parques públicos urbanos são importantes espaços de lazer e preservação ambiental, sobretudo em uma cidade como São Paulo, carente de áreas verdes e também de espaços de lazer democráticos. Atualmente na cidade de São Paulo existem aproximadamente 90 parques públicos, entretanto nem todos os parques se encontram em bom estado. Na tentativa de classificar os parques públicos de São Paulo, o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO) criou um ranking dos melhores e piores parques da cidade. Diante destes fatos, este trabalho tem como objetivo a análise comparativa da qualidade de dois parques classificados como um dos cinco piores de São Paulo, Chico Mendes e Raul Seixas e um parque classificado como um dos cinco melhores, o Parque Independência, sob a ótica de seus frequentadores. A partir de questionários com os frequentadores dos parques pesquisados, levantamento histórico e observações foi possível perceber que os frequentadores dos piores parques não os classificam como tal e nem os frequentadores do melhor o veem desta maneira. Chegou-se a conclusão de que mesmo com as pequenas diferenças de infra-estrutura nos três parques, a maior carência de todos eles e não somente dos dois classificados como piores, é a falta de animação socio-cultural.

Palavras-chave:lazer;parques públicos; animação sócio-cultural.

ESTUDO DE CASO: O “PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE” COMO FORMA DE LAZER PARA ADULTOS EM UMA CIDADE DO INTERIOR DE SÃO PAULO

Andréia Vieira Sardinha
Marina Francisco Mansur
Cathia Alves

Esta investigação literária e de campo, tem como objetivo, descrever as características do programa Academia da Saúde e estabelecer relações entre o programa, o lazer e a idade adulta, numa cidade do interior do Estado de São Paulo. O lazer na sociedade atual é considerado como direito, reconhecido nacionalmente, entretanto sua apropriação pelos indivíduos é deficiente e pouco efetiva. Dessa forma, se torna importante estudar este componente cultural, considerando-o como direito do cidadão. Nesse sentido a compreensão e necessidade de uma política pública de lazer são essenciais. A Política Pública de Lazer é uma gestão organizada, com planos e programas que tem como intuito principal promover ações diversas que considerem o lazer como componente cultural num sentido amplo, atendendo ansiedades e desejos de diferentes faixas etárias na prática, assistência ou conhecimento de diferentes expressões culturais, com objetivo de além de se divertir, educar o cidadão para a vivência autônoma do lazer. Para tal investigação, elegeu-se o programa Academia da Saúde, fundado em 2011, tem como principal objetivo contribuir para a promoção da saúde da população a partir da implantação de polos com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para a orientação de práticas corporais e atividade física de lazer e modos de vida saudáveis. No estudo evidenciamos o público alvo adulto entre 30 e 60 anos, pois é um período de vida em que geralmente o foco está na produtividade, responsabilidades, preocupações e trabalhos visualizando o próprio sustento e ou da família, deixando assim, em segundo plano um tempo reservado para o lazer. O lazer como componente da cultura, pode ser vivenciado de diversas formas, entre elas, a prática de exercícios físicos, no âmbito do interesse físico-esportivo. Até o momento a pesquisa bibliográfica aponta que os planos de ação público que relacionam lazer e saúde para adultos são escassos e pouco efetivos; o programa Academia da Saúde é novo, portanto pouco representativo na apropriação para e pelo lazer. E ainda as ações atuais em torno deste público, não têm retratado as formulações de políticas públicas concretas, parecem apontar muito mais para interesses econômicos e pessoais. Entretanto, podem e devem ser pontos de partida de educação, reflexão e participação para novas construções; seus processos devem ser transparentes e sujeitos as mudanças, alcançando alterações que promovam um lazer prazeroso, educativo e saudável com envolvimento da população, participação nas tomadas de decisão e com mudanças efetivas no cotidiano. Os resultados (até o momento) levam a crer que a relação do indivíduo adulto com o lazer se dá de forma conformista, com pouco envolvimento e baixo número de opções, principalmente ao que se remetem as práticas físico-esportivas, representadas pelas práticas de caminhadas e jogos de futebol sem mediação de profissionais.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Programa Academia da Saúde, Lazer e Adulto.

FESTA A FANTASIA: UMA OPÇÃO DE LAZER

Leonardo Toledo Silva
Deisiane Carvalho de Ázara
Jonathan Silva Leles
Frederico Vinícius Ramos Braga

O presente texto trata de um relato de experiência vivenciado pelos alunos da disciplina de Lazer. Pensando na definição de lazer escrita por Gomes (2004) que afirma “O lazer como uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo”, entre as inúmeras práticas a festa está inclusa. O nosso objetivo foi investigar a festa a fantasia e verificar se a mesma se enquadra como uma opção de lazer. Para Rosa (2004) a festa é visualizada como tempo/espço de educação, de disciplina, em que são pedagogizadas práticas da vida cotidiana, mas também de reivindicação e de subversão. Sendo assim, a festa a fantasia aconteceu no dia 10 de novembro de 2012 em um salão do sítio Recanto do Sabiá em Ibitité. A decoração foi inspirada na festa America *Halloween*, pois continha abóboras, teias de aranha, morcegos e caveiras. As fantasias foram diversas: gatinha, diabinha, havaiano, bruxa, vampiro, papai Noel, anos 60, oncinha, palhaço, presidente Dilma, chaves e Chiquinha, policial, marinheiro, country, cisne negro, gogo boy, chapeuzinho vermelho, pirata, samuray, freira, mendigo entre outras. Inicialmente a festa foi pensada como forma de um trabalho que seria realizado pelas turmas do 6º período de Educação Física da Fundação Helena Antipoff, dos turnos manhã e noite, ou seja, a realização da festa seria uma obrigação e estaria longe de poder ser considerada uma forma de lazer, pois Camargos (1986, p.97) citado por Gomes (2004, p.122) afirma que lazer é “um conjunto de atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e libertárias, centradas em interesses culturais [...] realizados num tempo livre...” A organização da festa foi tensa e a sua obrigatoriedade, para muitos, tornava-a um evento maçante. No momento de sua realização, observamos que as pessoas se divertiam muito e o ambiente ficou descontraído e a festa deixou de ser uma obrigação para se tornar uma atividade livre e prazerosa. Para Bueno (2008, p. 52) os momentos de lazer proporcionados pelas festas, “têm sempre um caráter participativo e a forma de convivialidade que ela cria reforça e nutre os laços sociais”. Percebemos que esses laços sociais foram reforçados, pois as pessoas tiveram a oportunidade de conversar com outras as quais não tinham tanto contato no dia a dia e também com aquelas que o contato é mais frequente. Após essas observações, concluímos que a festa a fantasia pode ser uma boa opção de lazer e temos que concordar com Rosa (2007) quando ela diz "compreendidos como dimensões da cultura, em que valores, tradições, comportamentos e costumes são produzidos, reproduzidos, criados, expressados, a festa e o lazer proporcionam não só reprodução e consumo de bens materiais e simbólicos, como também criação, vivência, experiência, (re)apropriação, transformação e inveção”.

Palavras-chave:Lazer, Festa, Fantasia.

FINALIDADES DA RECREAÇÃO NOS CLUBES DE DESBRAVADORES

Ananda dos Santos Mendonça
Andressa Peloi Bernabé
Giuliano Gomes de Assis Pimentel

O clube de desbravadores realiza atividades que contemplam a recreação tanto no meio urbano quanto natural. Em comum com a história, os movimentos entre ambos os espaços fazem o caráter recreativo dos desbravadores serem ao mesmo tempo civil e religioso. Portanto o presente estudo buscou analisar a recreação proporcionada no clube de desbravadores bem como identificar as características de sua recreação comparando as nuances do meio urbano e do ambiente natural, por meio de uma análise de conteúdo. Verificou-se que a recreação do clube durante alguns períodos históricos fez jus a mecanismos de controle de determinadas políticas de estado, com o intuito de tornar os desbravadores cidadãos patriotas e jovens cristãos. O ambiente encontrado, para essas práticas, foi o ambiente natural, mas com sua preparação sendo feita ainda na cidade. As atividades visavam desenvolver habilidades e especialidades, preparando os desbravadores para um ambiente mais aventureiro, sem perder características recreativas como trabalho em grupo, cooperação e divertimento.

Palavras-chave: Clube de Desbravadores; Recreação; Natureza.

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE RECREADORES EM FOCO A PARTIR DA ANÁLISE DA EQUIPE DE RECREAÇÃO E LAZER DA CIDADE DE MARINGÁ-PR NOS ANOS DE 2001 A 2004

Andressa Peloi Bernabé
Paula Marçal Natali

O presente estudo buscou discutir sobre formação e atuação de recreadores, pautando-se na equipe de recreação e lazer da cidade de Maringá-Pr, atuante entre os anos de 2001 a 2004. O estudo caracteriza-se como qualitativo pois, como afirma Minayo (2007), trabalha com o universo dos valores, crenças, atitudes e significados. Desta forma constitui-se de três etapas: fase exploratória - reconhecimento e delineamento do tema lazer e recreação; trabalho de campo com entrevista semiestruturada realizada com 6 sujeitos, sendo 5 estagiários da equipe e 1 da coordenação; e por fim análise e tratamento do material empírico articulando com a teoria que embasou o estudo, utilizando Análise de Conteúdo (Bardin, 1979). A partir da análise foram estabelecidas as categorias: formação profissional; atuação dos recreadores da equipe; meandros da política; elementos norteadores e constituintes da prática; e repensar da ação. Tais categorias constituíram-se como base para o desenvolvimento do estudo. No tocante a construção e atuação da equipe, constatamos que a partir de 2001 a temática do lazer começa a ser discutida e fomentada dentro da Secretaria de Esportes e Lazer por agentes e pessoas que defendiam a temática devido a abertura da política que se inseria no contexto maringaense. Apontamos para certas fragilidades no desenvolvimento de programas e projetos que possibilitassem a oferta do lazer à população. Demandas e estratégias foram necessárias para justificar a criação da equipe, contratando estagiários para atuarem com a recreação. Assim, foi possível desenvolver programas e projetos possibilitando a oferta do lazer. Para este desenvolvimento a equipe contava com um encontro semanal onde realizavam a formação, diante deste fato analisamos a importância deste processo formativo, sendo uma boa iniciativa realizada, mas acreditamos que não era de todo suficiente devido à limitação de tempo. Apontamos desta forma, a necessidade e importância de um processo de formação integral que fundamente a atuação profissional em lazer e recreação, em princípios da formação política e social ampliada; das vivências práticas e sociais diversificadas; da troca e compartilhamento das experiências e práticas profissionais; do reconhecimento e participação dos processos da gestão; além do princípio de democratização e dos fundamentos técnicos, pedagógicos, políticos, culturais e sociais. Baseando-se nestes princípios apontamos a necessidade de um processo de formação contínuo, bem como, no decorrer da ação profissional. Entendendo que a formação nunca se cessa, deve ser permanente, buscando sempre novos conhecimentos, refletindo e pensando em sua ação pautada na interação entre teoria e prática, sendo necessário o encaminhamento da “ação/reflexão/ação”, como afirma Isayama, 2003 (p. 74), buscando melhorias e evolução nas ações do âmbito das políticas públicas de lazer e recreação.

Palavras-chave: Formação em educação física, Lazer, Recreação.

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM ATIVIDADES DE AVENTURA: UM ESTUDO SOBRE SANTA CATARINA

Alcyane Marinho, Juliana de Paula Figueiredo
Miraíra Noal Manfroi, Vinícius Zeilmann Brasil, Priscila Mari dos Santos

Este trabalho tem como propósito apresentar um projeto de pesquisa em fase inicial de desenvolvimento, no âmbito da formação e da atuação profissional no segmento das atividades de aventura na natureza, no Estado de Santa Catarina. O aumento da popularidade e do número de praticantes de atividades de aventura se configura como uma tendência da sociedade atual. Este novo cenário tem despertado a atenção de profissionais da área de Educação Física com implicações no campo da investigação e da intervenção profissional. Neste contexto, a pesquisa ora apresentada tem como objetivo geral analisar os aspectos relacionados à formação e à atuação dos profissionais que atuam no segmento da aventura e, como objetivos específicos, mapear as empresas e instituições públicas e privadas de Santa Catarina envolvidas com as atividades de aventura; investigar o perfil destes estabelecimentos; investigar o perfil dos profissionais de atividades de aventura que atuam nos mesmos; e verificar a percepção de competências profissionais dos condutores de atividades de aventura na natureza que atuam nessas empresas e instituições. Será realizado um estudo bibliográfico, descritivo e exploratório, com abordagem quanti-qualitativa. A coleta de dados ocorrerá em duas etapas: primeiramente serão mapeadas as empresas privadas e as organizações públicas do Estado de Santa Catarina que oferecem atividades de aventura na natureza. Será utilizado como referência para seleção das empresas e organizações, o guia dos segmentos de esporte de aventura e ecoturismo disponibilizado no *site* oficial da Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR). Em um segundo momento, será efetuado um levantamento do número de condutores de atividades de aventura que atuam nos estabelecimentos selecionados. A seleção dos profissionais será realizada de forma intencional, na qual serão incluídos os condutores com tempo de experiência profissional de, no mínimo, cinco anos e que estejam desempenhando a função de condutor no período de desenvolvimento da pesquisa. O instrumento utilizado para a coleta de dados será um questionário, organizado em duas partes: a primeira, para a caracterização dos condutores, será constituída por questões referentes aos dados biográficos dos profissionais (identificação pessoal, formação profissional, experiência de prática pessoal e experiência profissional); e, a segunda, para análise da percepção de competências profissionais, será composta por questões no formato de escalas de atitude, do tipo *Likert*, com possibilidades de respostas que variam em uma escala de 0 (zero) a 5 (cinco) pontos, correspondendo, respectivamente, desde “nenhum preparo” até “totalmente preparado”. As informações coletadas serão analisadas por meio da estatística descritiva, utilizando-se o *software* SPSS versão 17 (abordagem quantitativa), e por meio da técnica de análise de conteúdo, utilizando-se do *software* NVivo 10.0 (abordagem qualitativa). O estudo será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade do Estado de Santa Catarina e os participantes assinarão um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, comunicando estarem de acordo com sua participação no estudo. Acredita-se que esta investigação poderá contribuir com a prática acadêmica referente às atividades de aventura na natureza, e na identificação das competências necessárias para atuação nesta área, auxiliando em reflexões importantes acerca da formação profissional neste segmento.

Palavras-chave: Atividades de aventura. Formação Profissional. Competências profissionais.

FORMAÇÃO NO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC): ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE FORMADORES

André Henrique Chabaribery Capi
Hélder Ferreira Isayama

Este trabalho tem como proposta discutir o processo de formação e desenvolvimento de quadros de formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), coordenado pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) do Ministério do Esporte. O Programa é desenvolvido a partir de atividades sistemáticas (oficinas de esporte e lazer) e assistemáticas (eventos) em convênios firmados com Governos Estaduais e Municipais e com Universidades e tem como mediador da proposta agentes sociais que passam por um processo de formação sistematizado. Para a realização da formação, o Ministério estabeleceu uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que coordena um grupo de 21 formadores das diferentes Regiões Brasileiras e vinculados as Universidades Federais. O objetivo deste estudo é analisar a formação dos formadores do Programa analisando a trajetória do grupo, espaços de formação, compreensões sobre esporte, lazer, cultura, políticas públicas e formação profissional, dentre outros temas. A investigação será realizada por meio da combinação das pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A natureza da pesquisa será qualitativa e as técnicas utilizadas serão o levantamento bibliográfico, a análise documental, entrevistas e o grupo focal. As entrevistas e o grupo focal serão realizados com os formadores do Programa que se disponibilizarem a contribuir com a pesquisa. A pesquisa está na fase de levantamento bibliográfico e análise da produção teórica do campo. Esses primeiros dados apontam para a necessidade do campo da formação superar o modelo autoritário e antidemocrático e as ideologias instrumentais que enfatizam uma abordagem tecnocrática vislumbrando o profissional como intelectual transformador.

GASTRONOMIA DE EXPERIÊNCIA: ASPECTOS INOVADORES E DIFERENCIAIS DE CINCO RESTAURANTES DA CIDADE DE SÃO PAULO

Juliana Andrade dos Santos, Luciana Teixeira Duarte
Luciana Maria Novaes Dias, Matteo Bernardo Mascarenhas
Pablo Marcelo Pereira, Tainah Nozema

Este estudo tem o objetivo de analisar algumas características presentes em cinco estabelecimentos da cidade de São Paulo (Lab Club, Hooters, Tantra, Dinner in The Sky e Ateliê no Escuro Gastronomia) que podem ser consideradas diferenciais no setor da restauração, e mais especificamente da gastronomia de experiência. Além disso, pretendemos definir as diferenças destes estabelecimentos de restaurantes tradicionais e verificar a contribuição dessa modalidade gastronômica para seu sucesso. Os restaurantes, que originalmente eram meros locais para se alimentar, aos poucos viraram um espaço de socialização. Contudo, alguns estabelecimentos vão além disso, e criam um novo ambiente, voltado para o lazer e para a vivência de novas experiências. Com tantos restaurantes na cidade (segundo o site *Visite São Paulo* são 12,5 mil), para que estes estabelecimentos se mantenham a palavra chave é inovação. Por isso o interesse em se estudar quais características trazem esse conceito inovador. Após selecionar cinco estabelecimentos, pensando nos diferenciais que eles poderiam ter em relação a restaurantes mais tradicionais (seja a comida, o ambiente, o serviço ou outros fatores que queríamos descobrir), aplicamos uma entrevista com os proprietários durante um período de um mês. Com isso, foi possível concluir que, além dos diferenciais no atendimento, os estabelecimentos analisados têm um fator em comum: eles proporcionam uma gastronomia aliada ao lazer, onde o aspecto lúdico e das sensações é as vezes mais importante do que a comida em si. Inclusive, os clientes pagam a mais por estes serviços, justificando os preços mais elevados. Concluiu-se também que essa modalidade gastronômica está crescente no mercado brasileiro, devido ao fato de que em todas as entrevistas pode-se verificar o lucro e o aumento da procura por essas experiências. Muitos clientes deixaram de procurar estabelecimentos apenas para “comer” e sim para ter novas sensações.

Palavras-chave: Inovação, Gastronomia de experiência, Restauração.

GESTÃO DAS MODIFICAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER EM NATAL PARA A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL 2014

Cheng Hsin Nery Chao, Giselle Helena Tavares
Danielle Ferreira Auriemo Christofolletti,
Priscila Raquel Tedesco da Costa Trevisan
Nara Heloisa Rodrigues, Gisele Maria Schwartz

Este estudo, de natureza qualitativa, teve como objetivo investigar a gestão de Políticas Públicas de Lazer da cidade de Natal/RN, para sediar a Copa do Mundo de Futebol, a ser realizada em 2014. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa exploratória, utilizando-se como instrumento para a coleta de dados um entrevista centrada, aplicada a uma Professora da área de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a qual é especialista e desenvolve estudos sobre o impacto dos Megaeventos nas Políticas Públicas. A entrevistada centrou a atenção em evidenciar as modificações e adaptações necessárias para que Natal seja a cidade sede do evento. Os dados provenientes da entrevista foram analisados por meio da Técnica de Análise de Discurso e indicam que a Professora salientou 3 parâmetros em seus argumentos, referentes aos aspectos sociais, estruturais, legais. No contexto dos aspectos sociais ficou patente que as Políticas Públicas de Lazer vêm sendo pouco discutidas, especialmente com a população da cidade, além do aspecto referente à necessidade de maior cuidado para favorecer o bem-estar social e não somente garantir o entretenimento como mercadoria de consumo, com acesso a poucos. Sobre os aspectos estruturais, foi ressaltada a necessidade de mais investimentos, tanto do Governo Federal, quanto de empresas privadas, para a construção e adequação de equipamentos para a realização a contento do referido evento, visto que o Município e o Estado não possuem recursos suficientes para arcar com todas as premências exigidas para o sucesso do evento. No aspecto legal, denota-se a necessidade de maior mobilização política, com leis mais atuais e que atendam à necessidade de se traçar os legados positivos a serem efetivados durante este megaevento. Torna-se necessária a implementação de leis e diretrizes capazes de aprimorar o universo das Políticas Públicas de Lazer em Natal, no sentido de atingir às expectativas da população da cidade e fomentar a criação de legados importantes para a comunidade.

Palavras-chave: Gestão de Políticas Públicas de Lazer, Mobilização Política, Copa 2014.

IMPACTOS DO TURISMO NO LAZER DOS MUNICÍPIOS: O CASO DE BROTTAS/SP

Olívia C. F. Ribeiro

Este trabalho fez parte de uma pesquisa mais ampla sobre as políticas públicas de lazer de Brotas/SP, pequeno município do interior paulista. Brotas é conhecida nacionalmente pelas belezas naturais e pelo número e diversidade de atividades no contexto do lazer praticadas na natureza (*rafting*, *boiacross*, arvorismo etc). A atividade turística se iniciou na década de 1980 com as residências secundárias e com a implantação de um acampamento infantil na cidade. Mas foi nos anos 1990 que o ecoturismo começou a se destacar. O desenvolvimento turístico ampliou a oferta de lazer para os moradores e turistas pelo setor público e privado. O objetivo deste estudo foi verificar quais impactos a atividade turística tem trazido para o lazer dos moradores de Brotas. Impactos são considerados como modificações ocorridas no destino e nas regiões de origem em decorrência da atividade turística. Para a realização do estudo, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas com moradores do município e servidores da Prefeitura Municipal. Os dados foram analisados e mostraram que, em geral, o turismo tem trazido impactos positivos e negativos na cidade, classificados em econômicos, ambientais, políticos, culturais e sociais. Em relação especificamente ao lazer, os entrevistados citaram como impactos positivos o aumento das opções de lazer em termos de atividades, de eventos e de infraestrutura, por exemplo, de bares e restaurantes. Em relação aos espaços públicos, houve, também, melhoria dos atrativos, por meio de construções e instalações de equipamentos. Foram citadas: a construção de uma ponte sobre o Rio Jacaré-Pepira, no Parque dos Saltos, a construção de uma praça de alimentação neste parque, a urbanização do córrego da Lagoa Seca, que foi restaurado e canalizado, a ampliação das calçadas e a realização de um tratamento paisagístico, a realização de melhorias nas margens da represa do Patrimônio, como calçadas, uma praça com pergolado, colocação de areia e tratamento paisagístico. O fato de alguns moradores não terem condições financeiras para usufruir dos atrativos turísticos pagos gerou certa tensão no início do ecoturismo. É importante, assim, que o Poder Público se responsabilize pela implementação de ações que minimizem os impactos negativos, de forma a não afetar a qualidade de vida dos cidadãos brotenses.

INSTAGRAM: TECNOLOGIA DO PROTAGONISMO FOTOGRÁFICO

Brunna Gabriela Figueiredo dos Anjos, Camila Muralho Pereira
Jessica Miyuki Nagae, Laura Preehl Clemente
Marília Nunes Cortes da Silva

O seguinte trabalho teve como objetivo analisar o aplicativo Instagram e suas características mercadológicas como uma tecnologia da informação aplicável ao lazer e ao turismo, verificando-o como recurso de registro fotográfico de destinos turísticos e de momentos de práticas de lazer, ou como uma própria atividade de lazer. Considerou-se importante esse estudo devido à constatação de um fetiche contemporâneo de expor a intimidade do indivíduo, em que tal aplicativo surge como a oportunidade para esse compartilhamento. Para tanto, optou-se realizar inicialmente um resgate de dados históricos sobre os equipamentos de captação de imagem até a chegada do Instagram, analisando as funções do aplicativo, a sua importância no mundo contemporâneo e uma reflexão sobre o protagonismo fotográfico no qual os sujeitos pós-modernos estão inseridos. Dessa forma, observou-se que o ser humano sempre se importou em eternizar momentos, desde o uso de pinturas rupestres, até o de dispositivos fotográficos contemporâneos. Atualmente, após a conquista de meios tecnológicos de grande precisão, as imagens passaram a ter um significado mais amplo, hoje são memórias, desejos. Assim, percebe-se que o Instagram trouxe a intimidade e a demonstração do sujeito por inteiro, seus gostos e desejos através das fotos. Para os fotógrafos o aplicativo possibilitou a automatização da criatividade. Não há regras para fotografias, o sujeito é observador e protagonista do que produz e aprecia nas fotos – pessoais ou não -; não é necessária edição profissional para ter uma imagem de qualidade. Considera-se que o aplicativo possui pontos positivos, tais como a sua gratuidade, o compartilhamento e manipulação de imagens de forma rápida e simples, além da conexão entre as pessoas e o incentivo à criatividade. Em relação ao lazer e o turismo, verifica-se a oportunidade de publicidade como principal ponto positivo do Instagram. Sabe-se que uma das melhores formas de divulgação que um local ou serviço pode ter é a divulgação por indicações, portanto a praticidade do aplicativo em compartilhar a foto, curtir, e ainda comentar proporciona rápida interação com os conhecidos e aguça em segundos o desejo pelas destinações. Entretanto, possui também aspectos negativos, visto que a possibilidade de manipulação das imagens faz com que a fotografia não transmita uma total veracidade sobre uma destinação. Também se pode citar a banalização da imagem, a exacerbação da vontade do sujeito de ver e ser visto, sua ansiedade pela repercussão das imagens que expõe na internet, além de tornar a vida do usuário do aplicativo cada vez mais pública, implicando em problemas de segurança. Assim, concluiu-se que o aplicativo pode ser utilizado como grande divulgador de destinos turísticos e de atividades de lazer, visto que as pessoas após se encantarem com uma fotografia buscam maiores informações sobre o local. O Instagram também se coloca como um lazer virtual, em que as pessoas podem “brincar” de tirar fotos e de se conectarem com suas redes de contatos com a intenção de mostrar quem são, o que fazem e o que gostam de fazer, além de ocuparem uma boa parte do seu tempo livre com o aplicativo.

Palavras-chave: Instagram; contemporaneidade; lazer virtual.

INSTITUTO INHOTIM: LAZER E CULTURA OU DIFERENCIAÇÃO SOCIAL?

Leonardo Toledo Silva, Bruno Fernandes Rodrigues
Frederico Vinícius Ramos Braga, Marco Túlio Furtado

Este texto trata sobre a visita realizada ao Instituto de Arte Contemporânea e Jardim Botânico – INHOTIM, situado na cidade de Brumadinho/MG, tendo como objetivo verificar se a gratuidade ou não influencia em sua escolha como opção de lazer acessível. O Instituto foi idealizado pelo empresário Bernardo Paz, em meados de 1980. Hoje ele constitui-se um grande espaço cultural reconhecido internacionalmente como um dos maiores Jardins Botânicos da América Latina. De acordo com as definições de Dumazedier citadas por Gomes (2004, p. 121), o local constitui-se numa opção de lazer por apresentar “... um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entender-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada...”. Como tal, encontra-se aberto a visitas diárias de terças às sextas, sábados, domingos e feriados. No intuito de incentivar a inclusão, a cultura e o lazer, o Inhotim possui parcerias com projetos educacionais como a Escola Integrada em BH, destinando dois dias da semana, terças e quartas-feiras, a receber a visitas destes alunos. Ainda, o Instituto abre suas portas gratuitamente nas terças feiras a fim de receber a população local e carente. Através de nossas observações e entrevistas, verificamos que o Instituto conta com vários monitores que atuam na função de conduzir as equipes, principalmente de crianças, às diversas estações e galerias, intermediando o contato entre o público, a natureza e a arte. Contudo nos perguntamos se esta população que frequenta realmente está “educada” ou sensibilizada para entender os elementos culturais presentes? Apesar da abertura deste espaço de lazer às diversas camadas sociais, os dias gratuitos, segundo informações, não se constituem como os mais movimentados, sendo estes os finais de semana, o que nos leva a outra questão: se este local é entendido como um espaço de lazer acessível ou de reafirmação do *status* social? conforme as alegações de Alves (2009), o consumo cultural pode ser definido como a ressurreição caricatural ou a evocação paródica daquilo que não é mais, uma vez que, o que é consumido (a cultura) não é mais tal (ALVES, 2009, p. 244), ou seja, as pessoas que ali frequentam o fazem realmente como uma opção de lazer, desinteressada, descompromissada ou como forma de reforçar um consumismo cultural, consumindo-o como representação de bom gosto estético e desempenhando um claro papel de diferenciação social? Para respondermos as estas perguntas é necessário maiores estudos aprofundando em questões como o fato da gratuidade ser num dia de semana, em que a maioria trabalha e a mensuração sobre o sentido atribuído ao espaço para a população que frequenta.

Palavras-chave:Lazer, Consumismo Cultural, INHOTIM.

INTERAGIR-BRINCAR-CONVIVER: A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS LÚDICOS NAS ESCOLAS

Renata Ferreira Badiali

Esse trabalho tem como objetivo reafirmar a importância dos estudantes do ensino fundamental disporem de um espaço onde possam ter a oportunidade de conviver e se divertirem nos horários quando não estão em sala de aula. Assim compreendendo a escola como uma das principais instituições sociais onde crianças e adolescentes se encontram, constroem suas identidades e se reconhecem como sujeitos - entende-se a necessidade de criar oportunidades para que esses possam interagir através de brincadeiras, jogos, salas de leitura e/ou atividades com música. Essas atividades lúdico-interativas exigem a organização de espaços de uso coletivo. Percebe-se que durante o intervalo, entrada ou saída da escola ou até mesmo em uma “aula vaga”, os alunos possuem a possibilidade de interagirem entre si sem prejudicar os estudos escolares. O ideal é que nesses momentos os alunos, ao optarem por determinada atividade encontrem satisfação pessoal e, através das vivências de lazer, se desenvolvam socialmente visto que estão interagindo com o outro e com o mundo, desenvolvendo sua criatividade, imaginação, organização e responsabilidade. A organização desses espaços, então, requer planejamento e diversificação. Algumas opções viáveis privilegia os espaços para jogos que podem ser confeccionados, ou não, pelos alunos; a utilização da quadra ou pátio para jogos e brincadeiras com bolas, cordas, bambolês, entre outros; ou uma sala ou um cantinho aconchegante para a leitura, com prateleiras e livros/revistas acessíveis. Através dessas atividades o jovem deve se reconhecer como um sujeito histórico, um ser social, pertencente a um grupo que produz valores. Entende-se que o ideal seria planejar espaços lúdicos com propostas variadas e um rodízio entre as turmas de estudantes para que todos possam ter acesso às diversas atividades. Conclui-se reafirmando a necessidade da oferta de espaços e atividades lúdicas na escola como um estímulo ao amplo desenvolvimento dos estudantes.

Palavras-chave: ludicidade; educação; desenvolvimento coletivo.

INTERESSES CULTURAIS DO LAZER OBSERVADOS EM UM ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM RECREAÇÃO E LAZER

Cecília Bertuol, Priscila Mari dos Santos, Alcyane Marinho

Reconhecendo a importância da sistematização e codificação das estruturas basais do lazer, proposta, inicialmente, por Joffre Dumazedier e implementada, posteriormente, por outros autores, como uma ferramenta pedagógica para compreender a plenitude da área, este trabalho tem como objetivo relatar os interesses culturais do lazer observados ao longo do “Estágio Curricular Supervisionado II: Recreação e Lazer” no Curso de Bacharelado em Educação Física de uma universidade pública de Santa Catarina, realizado no primeiro semestre de 2012. Durante o estágio, utilizou-se um diário de campo, para registro das informações e atividades propostas, bem como das demais observações e sugestões de trabalho que emergiram. Ao término do mesmo, dentre as experiências vivenciadas, apresentadas sob a forma de relatório final, destacam-se os conteúdos culturais do lazer mais observados no processo decorrido. As atividades aconteceram principalmente em dois momentos: o primeiro, no qual o público alvo era, em sua maioria, jovens e adultos, cujas atividades foram desenvolvidas em uma sala de jogos com mesa de sinuca, tênis de mesa, pebolim, como também em um espaço com diversos jogos de tabuleiros; o segundo, realizado no ginásio, no parque e em uma área coberta da instituição, destinados às crianças com idades entre três e seis anos. Dentre as atividades efetuadas, notou-se que os interesses culturais para cada público se manifestaram de diferentes formas, conforme os interesses individuais, fazendo com que as pessoas procurassem por determinadas atividades. Além disso, percebeu-se a pluridimensionalidade dos conteúdos, os quais podem se manifestar concomitantemente. Os interesses físico-esportivos, artísticos e manuais tiveram predominância nas atividades destinadas ao público infantil, enquanto os interesses intelectuais e sociais, aos jovens e adultos. Nas atividades em que eram requeridos sentimentos, emoções e imaginação (características relacionadas ao interesse artístico); em práticas esportivas ou brincadeiras, prevalecendo o movimento (associados ao interesse físico-esportivo); e em atividades, nas quais o estímulo está na capacidade de manipular objetos (referente ao interesse manual), foi possível perceber que as crianças utilizaram a criatividade como elemento essencial para o desenvolvimento das mesmas. Em contrapartida, os jovens e adultos fizeram uso do raciocínio durante as atividades que envolveram os interesses intelectuais e, como motivação central, procuraram o relacionamento, o contato face a face (interesses sociais). Os interesses turísticos e virtuais não foram observados durante o estágio. Por meio da manifestação dos conteúdos culturais do lazer observados no contexto do estágio em questão, pode-se perceber a abrangência de vários grupos de interesses, por meio dos quais, crianças, jovens e adultos puderam exercitar o corpo, a imaginação, o raciocínio, a habilidade manual, o relacionamento social e o intercâmbio cultural. Além disso, como experiência em termos de formação acadêmico-profissional, foi possível constatar a necessidade de os limites da classificação proposta por Dumazedier ser ponderada, uma vez que o processo de escolha dos indivíduos nem sempre é claro, tão pouco restrito a um único interesse. Sendo assim, a classificação acerca dos conteúdos culturais do lazer pode ser entendida como uma interessante ferramenta didático-metodológica, facilitando o aprendizado sobre as possibilidades culturais do lazer, configurando-se como um guia para distintas intervenções.

Palavras-chave: Lazer. Estágio Curricular Supervisionado. Interesses Culturais do Lazer.

**INTERFACES ENTRE LAZER, CIDADANIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
UMA EXPERIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA
RURAL NO MUNICÍPIO DE MARAPANIM – PARÁ**

João Nazareno Ferreira
Patrícia de Araújo

O lazer é um fenômeno que apresenta uma complexidade histórica, social e cultural, estabelece relações de diversas formas com as vidas dos sujeitos, entre elas, o trabalho, a educação, a cidadania. Devendo ser visualizado no campo da educação física a partir do processo educativo que envolve vivências, intervenções, aprendizagens, conscientização, participação, ludicidade e mudanças na realidade social. Sobre questões mais gerais do tema Meio Ambiente e Educação Física, autores como Leite e Caetano (2004) abordam o caráter ambientalista de atividades desenvolvidas na natureza. Para eles são necessários mais estudos no campo da Educação Física relacionado ao Saber Ambiental, e devem estar ancorados na perspectiva de uma Educação Ambiental. Neste sentido, este estudo propõe pensar as interfaces entre lazer, cidadania e educação ambiental nas aulas de educação física da escola rural de ensino fundamental Bibiano Monteiro, localizada na Vila Mau, município de Marapanim – PA . Esta localidade tem sua sobrevivência à base da agricultura familiar, onde perpassam inúmeros igarapés que vão alimentar os rios da região. O trabalho se constitui como uma pesquisa - ação, cujo objetivo está centrado em apresentar uma proposição de intervenção e análise a partir da interface lazer, cidadania e educação ambiental a ser desenvolvida nas aulas de Educação Física no ensino fundamental. Assim, agregamos quatro linhas de ação: (1) a realização sistemática de oficinas no igarapé próximo a escola, tendo como temática a importância da educação ambiental na vida da comunidade, suas perspectivas e possibilidades de extinção em função da degradação, desmatamento, assoreamento e despejo de lixo no mesmo, através de diálogos e conhecimentos prévios sobre a educação ambiental e a cidadania, com as turmas no ensino fundamental I. (2) a realização de aulas contendo dinâmicas lúdicas e natação, dentro do igarapé, tendo como temática ação comunitária e divisão de tarefas, entre elas catação do lixo jogado no igarapé. (3) sistematização de propostas pelos grupos de como intervir frente na realidade e socialização dos conhecimentos produzidos com os demais membros da escola. À guisa de conclusão: para a implementação de uma Educação Física Escolar ao tratar Educação Ambiental é necessário que os conteúdos dirigidos com vistas a cooperação, igualdade de direitos, autonomia, democracia e participação. Assim sendo a prática diária do professor deverá conduzir para estes, onde o modo de se trabalhar a relação entre lazer, cidadania e educação ambiental, mais do que sua seleção de temática, deverá estar imbuída por uma consciência de mudança e emancipação da comunidade.

Palavras-chave:Lazer, Cidadania, Educação Ambiental

JOGOS POPULARES X JOGOS ELETRÔNICOS: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO LAZER NA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE AURORA / CE

Eduardo de Lima Melo
Antonio Ulisses de Sousa Junior

Os jogos e as brincadeiras infantis populares propiciam o desenvolvimento da imaginação, o espírito de colaboração, a socialização e ajudam a criança a compreender melhor o mundo. Atualmente, devido ao progresso e às mudanças dele decorrentes, as brincadeiras e jogos infantis populares estão sendo substituídos pela televisão, pelos jogos eletrônicos e pelo computador. Em iniciativa do Governo do Estado do Ceará através da Secretaria do Esporte (SESPORTE), o “Projeto Esporte na Minha Cidade” visita semanalmente os municípios cearenses, levando atividades esportivas, lazer, sendo um dos principais objetivos levar a conscientização da importância da prática esportiva para o interior do Estado. Dentro do contexto atual do projeto, surgiu a necessidade de se pesquisar as crianças que participam da recreação e jogos populares e como está essa relação entre jogos populares e jogos eletrônicos, identificando aspectos sobre o lazer e se as crianças do Município de Aurora já possuem acesso aos jogos eletrônicos e se os mesmos estão influenciando na diminuição da participação de jogos populares. A pesquisa foi executada durante a visita do Projeto Esporte na Minha Cidade no Município de Aurora nos dias 06 e 07 de outubro de 2012. Para a coleta de dados, foi realizada uma pesquisa de campo de modo exploratório transversal através de um questionário contendo 10 perguntas. Durante a realização do projeto tivemos cerca de 120 crianças participando das atividades recreativas, onde entrevistamos 70 crianças que correspondem à 58,33% do total da população escolhida para a investigação. A amostra foi escolhida de forma aleatória. Como principais resultados, podemos destacar 95% das crianças já tem acesso a internet através de “lan house” e que quase 50% preferem jogos eletrônicos a jogos populares, porém pudemos identificar que as escolas do município possuem internet e computadores na suas instalações e que as crianças não têm acesso a esse serviço. Podemos destacar que a escola poderia fazer um trabalho educacional para ensinar as crianças sobre o uso consciente do computador e da internet.

Palavras-chave: Jogos Populares, Internet, Lazer.

JUVENTUDE, LAZER E DROGAS: UMA AMOSTRA GLOBAL DO QUE O JOVEM PENSA, PAUTADA NO GENFEST 2012 E NA ESCOLA JOVENS POR UM MUNDO UNIDO

Carla Carolina Nico Gavazza
Liana Romera

Introdução: Quando consideramos a diversidade de oportunidades e conseqüentemente, as diferenças sócio econômicas, geográficas e educacionais que envolvem a sociedade, podemos pensar em diversas juventudes, compostas por diferenças de todos os matizes. É considerando a diversidade de juventudes que o presente estudo busca conhecer um grupo de jovens em particular. Trata-se de jovens do Movimento dos Focolares, grupo ecumênico espalhado por mais de 180 países. Foi no período pós-Segunda Guerra, que o Movimento dos Focolares, também conhecido como Obra de Maria, deu seus primeiros passos em 1944, na cidade de Trento - Itália, com Chiara Lubich. Inicialmente era um pequeno grupo de jovens amigas, que se reuniam para orar e vivenciar essas palavras em seu dia-a-dia. O protagonismo juvenil no Movimento dos Focolares sempre foi algo muito forte, mas foi em 1968 que o Movimento GEN, (Geração Nova) formada pela juventude focolarina, ganhou força. **Objetivo:** A presente pesquisa tem por objetivo conhecer os hábitos de lazer e consumo desta parcela de jovens do Movimento dos Focolares participantes do GENFEST 2012 (Festival GEN que ocorre em um fim de semana a cada 5 anos). **Metodologia:** Pesquisa sociológica de caráter exploratório com combinação de estudos bibliográficos e de campo. As técnicas de coleta de dados foram entrevistas estruturadas com aplicação de questionários a esses jovens de diferentes nacionalidades. Os questionários foram traduzidos para 4 idiomas (inglês, italiano, espanhol e português). Os dados foram coletados durante o GENFEST (com 12000 participantes), ocorrido em Budapeste, em setembro de 2012 e teve seqüência durante a Escola Jovem por um Mundo Unido (com cerca de 600 participantes) realizada em Roma, após o GENFEST. O GENFEST é um encontro internacional de "jovens GENs", onde cada continente e/ou país dará seu testemunho mostrando que a fraternidade universal é possível, regado com muita música, dança e animação. Já a Escola Jovem por um Mundo Unido terá discussões políticas e econômicas de como por em prática esses ideais por aqueles que não são tão assíduos no Movimento. Concomitante a ela, ocorre a Escola GEN, que será um aprofundamento para os GENs mais engajados. Ambas são voltadas para os continentes mais distante do Centro da Obra (Américas, Oceania, África e Ásia). **Resultados parciais:** Foram aplicados 165 questionários junto a uma população jovem representativa de 27 países. Dentre as dificuldades encontradas, a mais complicada, foi a questão do idioma, pois muitas vezes a comunicação ficava prejudicada. Um exemplo disso são alguns jovens, que não queriam perder a programação do evento ou o seu tempo de almoço para responder ao questionário, encurtando e dificultando o tempo hábil de coleta de dados. Ainda assim, foi notório os disparates verbalizados pelos entrevistados, pois alguns falavam abertamente sobre seus consumos ou até, quando em grupo, se exaltavam animadamente para falar de consumo de bebidas. Outros desconfiados queriam garantia de sigilo absoluto, mostrando-se inseguros no início, até serem informados do sigilo e proteção das informações. Os resultados foram lançados em uma planilha e no programa SPSS a fim de verificarmos os cruzamentos dos dados, que são muitos.

Palavras-chave: Juventude; Lazer; Álcool

LAZER DE ACADÊMICOS DE UM CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE BARREIRAS-BA

Milton Cezar da Silva
Frederico Euler de Souza Castro

O objetivo deste estudo foi investigar o tempo destinado ao lazer de acadêmicos ingressantes de um curso de educação física matriculados num curso noturno. Justifica-se tal intento, entender a atual dinâmica da sociedade, que se configura cada vez mais pela busca intensa da ocupação dos diferentes espaços e produção dos meios de vida e, para avançar nessa direção, muitas vezes há de se abrir mão do tempo que deveria ser destinado ao lazer, especialmente quando se associa a dupla jornada de trabalho e estudos. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário com a classificação de lazer por grupos de interesse: artísticos, físicos, intelectuais, manuais, turísticos e sociais (MARCELINO, 2000) e de interesses virtuais (SHWARTZ, 2003). Foi considerado o período de uma semana, sendo que em cada dia os participantes indicaram o tempo destinado para cada atividade. Participaram do estudo 35 acadêmicos, com idade entre 17 e 29 anos, 16 rapazes e 19 moças. Como resultados, verificou-se que as atividades de interesses virtuais foram as mais citadas, com média de 9,5 horas/semana, seguidas pelas de interesses sociais com 6,9 horas, enquanto as atividades de interesses físicos apareceram logo em seguida, com 5,3 horas. O lazer de interesse intelectual ocupou 3,2 horas e as atividades com menor espaço na rotina dos estudantes foram as de interesses turísticos, artísticos e manuais, respectivamente com 2,0, 1,3 e 1,1 horas. Quando questionados qual a prioridade estabelecida para organizar o seu lazer, 65,7% indicaram a companhia e o tempo disponível, ao passo que os demais indicaram o espaço físico, o tipo de atividade e os recursos financeiros. Como conclusão, observou-se que o fato de os sujeitos optarem pela formação em educação física, que possui no movimento corporal um dos seus principais objetos de estudo não se mostrou determinante para a escolha das atividades de lazer e, por outro lado, percebeu-se grande aproximação entre atividades de lazer sedentário (interesses virtuais e sociais) com a prioridade estabelecida (companhia e tempo disponível) na escolha do lazer.

Palavras-chave:Lazer, Acadêmicos, Educação física.

LAZER E FORMAÇÃO CONTINUADA NAS METRÓPOLES AMAZÔNICAS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE OS SERVIDORES PÚBLICOS DE BELÉM E MANAUS

Dalva de Cássia Sampaio dos Santos
Helder Ferreira Isayama

Na atualidade, o campo de intervenção na área do lazer tem se expandido e provocado à criação de novos postos de trabalho. Neste sentido a atuação no campo vem exigindo dos profissionais um processo contínuo de formação para um desempenho qualificado em uma área que se caracteriza por ser interprofissional, pois reúne profissionais ligados a diversas áreas como Educação física, turismo, Arte Educação, Cinema, Pedagogia, dentre outras. No entanto, ainda há uma ideia de que para a atuação no campo não é necessário uma formação específica e profunda sobre as questões relacionadas ao campo do lazer (ISAYAMA, 2002). Especificamente sobre a formação de pessoal para atuação no desenvolvimento de políticas públicas de lazer, uma das premissas básicas para a efetivação de uma política de lazer qualificada, observamos que ainda ocupa um tímido espaço, tanto no debate acadêmico, quanto na gestão pública. O presente estudo tem como objetivo comparar os processos de formação continuada dos servidores públicos que atuam na área do lazer das metrópoles amazônicas: Belém e Manaus. Assim, buscamos verificar a existência de diferenças e/ou semelhanças na concepção de lazer e política de lazer, identificando como o lazer tem sido apropriado pelos mesmos e percebido como eixo articulador da política pública. Além disso, propomos uma análise sobre como tem ocorrido a formação dos profissionais que atuam nessas ações e sobre que conhecimentos e saberes referentes a Lazer, política pública de lazer tem sido apreendidos na formação desses profissionais. Esta investigação combina pesquisa bibliográfica, documental e de campo, portanto é uma pesquisa qualitativa e tem como procedimento o estudo comparativo. A pesquisa bibliográfica está sendo desenvolvida através das teorias sobre lazer, formação e atuação profissional; estudos sobre as metrópoles amazônicas, suas características regionais e interrelações com a formação de profissionais na atuação com o lazer nas políticas públicas. A pesquisa documental reúne documentos que buscam identificar a política de formação continuada das instituições públicas que atuam com lazer das cidades de Belém e Manaus, como as diretrizes de governo e gestão da política pública de lazer. A pesquisa de campo será realizada, por meio de entrevistas semiestruturadas e gravadas com os servidores que estão lotados nas secretarias estaduais e municipais de esporte e lazer e nas secretarias de cultura das cidades de Belém e Manaus.

Palavras-chave: Lazer, Formação continuada, Políticas públicas.

**LAZER E IDOSOS UMA CONVIVÊNCIA DE RISCO? – A EXPERIÊNCIA
COM ATIVIDADES DE AVENTURA NA NATUREZA NO HOTEL FAZENDA
“AREIA QUE CANTA” – BROTAS (SP)**

Ernesto Marquez Filho
Débora Alice Machado da Silva

O espaço social a ser conquistado pelos idosos, embora já tenha apresentado alguns avanços, ainda está em constante construção. Essa conquista passa pelo debate político, técnico e científico, mas também deve considerar o significado da velhice para o próprio idoso, que de alguma forma reflete o imaginário social, inculcando-lhes valores simbólicos que reforçam a “ideia” da velhice como uma fase da vida “indesejável”, “improdutiva”, “assexuada” e isenta de sonhos e desejos. Até pouco tempo atrás o atendimento aos idosos estava limitado a ações prognósticas ligadas a saúde e a previdência social, ou seja, depois que as condições de velhice com poucas perspectivas, já estavam instaladas. Neste contexto, o lazer não é considerado como possibilidade para esta fase da vida, ou quando aparece está atrelado ao consumo de bens/ serviços ou a proposição de atividades estereotipadas para os idosos (jogos de tabuleiro, leitura, hidroginástica e caminhada), restringindo sua esfera de interesses e delimitando um campo em que a relação dos idosos com o lazer passa a se constituir como uma relação de risco. Este trabalho se constitui como um relato de experiência de um laboratório de práticas que vem sendo desenvolvido com atividades de aventura na natureza junto a um grupo de idosos, no Hotel Fazenda “Areia que Canta”- Brotas (SP). As atividades de lazer que envolvem risco proporcionam aos idosos a oportunidade de vivenciar outros valores e experiências que repercutem em sua vida cotidiana, fazendo com que aprendam a conviver melhor com o risco, criando possibilidades que lhe permitam atribuir outros sentidos e significados para a velhice, vivendo desejos e necessidades que fazem parte dessa nova fase, com a consciência dos limites que possuem. Neste trabalho, consideramos atividades de aventura na natureza aquelas realizadas em ambientes aéreo, aquático e terrestre, que podem proporcionar sensações ambíguas de paz-harmonia/risco-vertigem, necessitam de recursos tecnológicos e de segurança específicos para sua prática e proporcionam uma relação entre o praticante e a natureza. No caso deste estudo, as atividades selecionadas priorizaram os ambientes: aquático (canoagem, caiaque, pedalim, pranha, toboágua) e terrestre (trilha em mata, trilha em cachoeira, tirolesa, cavalgada), devido à disponibilidade de recursos materiais para as práticas. As atividades são oferecidas aos integrantes do grupo que, aleatoriamente, optam por algumas delas a partir do interesse pessoal, embora o ingrediente “condições pra realizar”, esteja presente. As primeiras observações relacionadas ao estudo nos permitem identificar o despertar do interesse e a surpresa dos idosos ao se perceberem capazes de realizar atividades desta natureza. As manifestações mais comuns no grupo são: “eu nunca imaginei que conseguira”, “eu jamais me imaginei fazendo isso,” “com essa idade ainda sou capaz”, e se apresentam como suficientes para afirmarmos a importância da proposta. Assim, podemos considerar que as atividades de aventura na natureza oferecem aos idosos - em função dos valores e significados por eles atribuídos, durante a participação nas mesmas - elementos para que reflitam e provoquem mudanças que repercutam na qualidade de vida, especialmente no modo como interpretam/vivem o envelhecimento e sua relação com o lazer.

Palavras-chave: Lazer, Idosos, Atividades de aventura na natureza.

LAZER E PATRIMÔNIO NAS FAZENDAS PONTE ALTA E ARVOREDO

Salomé Lima Ferreira de Almeida
Juliana Ferreira Brasil
Raquel dos Santos Gaião

O estudo em andamento busca investigar o grau de contribuição do programa de lazer, oferecido na Pousada Fazenda Ponte Alta e no Hotel Fazenda Arvoredo, para a manutenção da memória social e cultural de cada patrimônio investigado. Pretende-se também mapear os múltiplos significados atribuídos às fazendas e as atividades de lazer vivenciadas nestes espaços. O interesse por tal investigação surgiu a partir de visitas técnicas, realizadas com alunos do curso de Hotelaria/UFRRJ, às áreas de lazer destes meios de hospedagem. Tais fazendas possuem uma riqueza de elementos históricos e culturais, conhecidas como palcos de acontecimentos históricos do Brasil Colônia que nos remetem a época dos barões de café. Tal estudo pode contribuir com um debate mais amplo sobre lazer, entendendo-o não apenas como práticas prazerosas ou como mais um produto a ser consumido. Mas, como um tempo social que pode produzir enriquecimento intelectual e cultural, e trocas sociais. A importância desta investigação também se configura com a ausência de reflexões em fazendas históricas tendo o lazer como objeto de estudo. A investigação proposta é uma pesquisa qualitativa e usará como técnicas de coleta de dados a observação não participante, entrevistas abertas, questionários, pesquisa bibliográfica e documental. A combinação proposta foi escolhida por acreditar que tais métodos não são indissociáveis e sim complementares, podendo oferecer informações que elucidam as indagações levantadas. As duas fazendas originalmente eram lugar de produção de café, da relação escravo e senhor, e outros fatos históricos. Mas desde a década de 90 sofreram modificações para serem utilizadas como “meio de hospedagem”, mantendo a sua riqueza histórica. Tais modificações também são entendidas pelos proprietários como uma estratégia para manter vivo todo um conjunto de aspectos subjetivos e arquitetônicos que compõe tais patrimônios. Neste sentido, o programa de lazer oferecido nestas fazendas evidencia o papel que tais espaços assumem o de sítios essenciais que suprimem uma sensação de perda histórica. Tal dever, o de manter “vivo” os elementos identitários e culturais no imaginário dos hóspedes e visitantes, é materializado nas atividades de lazer, como apresentações teatrais (Sarau histórico), contação de “casos” através do uso da história oral, visita a museus instalados nas fazendas, entre outros. Mas também há um indício de que algumas atividades de lazer negam a história a ser preservada ou talvez geram um encontro entre práticas contemporâneas e as do século XVIII. Neste momento tais questões estão sendo investigadas. Mas é possível afirmar o uso do slogan de sustentabilidade patrimonial e cultural como uma “marca” que agrega mais valor a estas fazendas tornando-as mais visíveis no novo mercado que estão inseridas, o hoteleiro. O que pode redefinir a proposta de lazer oferecida nestas fazendas, ora afirmando os elementos culturais e identitários, ora negando-os para atender as novas demandas - sendo esvaziada de história e de uma identidade social comprometida com um passado histórico.

Palavras-chave:Lazer, Patrimônio e Turismo.

LAZER E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: PESQUISA SOBRE A TEMÁTICA NO CONTEXTO DE SETE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATINO AMERICANOS

Christiane L. Gomes, Rodrigo Elizalde
Leonardo L. L. Lacerda, Mirleide C. Bahia
Ingrid Moreira, Rodrigo Silva

Este projeto focaliza o desenvolvimento de uma pesquisa que tem como objetivo compreender de que maneira o lazer pode colaborar com a sustentabilidade e com os desafios ambientais do presente. De enfoque qualitativo, a metodologia desta pesquisa é baseada no desenvolvimento de uma investigação bibliográfica, aplicação de questionários e realização de entrevistas. Os dados coletados por meio dos questionários e entrevistas estão sendo obtidos no contexto de cursos de Mestrado e Doutorado dedicados especificamente às temáticas sustentabilidade e meio ambiente na América Latina. Foram selecionados somente os cursos que focalizam essas temáticas e são vinculados à Rede CLACSO (Conselho Latino Americano de Ciências Sociais) de Pós-graduação. Com esta delimitação, os países que acolhem os sete cursos de Mestrado e três de Doutorado selecionados são Argentina (1), Bolívia (2), Brasil (1), Colômbia (2), Cuba (1), Equador (1) e México (2). Numa outra etapa da pesquisa, alguns respondentes do questionário serão entrevistados pessoalmente ou através de recursos tecnológicos mediados pela internet. A análise será realizada a partir da construção iterativa, enquanto estratégia da análise de conteúdo. A temática da sustentabilidade deve ser tratada com enfoque inter/transdisciplinar, considerando aspectos locais, regionais e nacionais particulares, dentre os quais o contexto latino-americano. Como resultados preliminares da pesquisa, destaca-se a importância de desvelar os conflitos do presente e buscar a transformação social no sentido de alcançar a sustentabilidade ambiental, social, cultural e tantas outras. As bases estruturantes dos graves problemas que assolam nossa sociedade e planeta precisam ser não apenas compreendidas, mas, desconstruídas no diálogo e interação com os requerimentos do presente. Por isso, esta pesquisa propõe investigar as potencialidades do lazer para a sustentabilidade e para os estudos ambientais, o que será feito no âmbito de propostas latino-americanas de pós-graduação dedicadas a essas temáticas. A pesquisa encontra-se em andamento e, atualmente, desenvolve a fase de pesquisa bibliográfica. Apoio: CNPq - FAPEMIG.

Palavras-chave:Lazer. Sustentabilidade ambiental. América Latina.

LAZER E VIRTUALIDADE: SATISFAÇÃO E RECEPTIVIDADE COM OS WEBGAMES ADAPTADOS PARA UTILIZAÇÃO NOS SEGMENTOS DO LAZER

Gisele Maria Schwart, Giselle Helena Tavares,
Marcelo Fadori Soares Palhares, Danielle Ferreira Auriemo Christofolletti,
Nara Heloisa Rodrigues

Um dos principais interesses no âmbito do lazer na atualidade recai sobre a utilização do ambiente virtual, haja vista sua potencialidade para atender às expectativas de diferentes faixas etárias à procura por atividades prazerosas e que possam ter ressonâncias em outros setores da vida social. O profissional do campo do lazer deve estar atento a esta demanda, para se apropriar de estratégias que envolvam o ambiente virtual em suas práticas e uma das propostas é referente aos *Webgames* adaptados, jogos virtuais para serem vivenciados com o corpo. No sentido de apresentar e identificar a aceitação deste recurso, este estudo teve por objetivo investigar a satisfação sobre a vivência com os *Webgames* adaptados. A pesquisa exploratória foi desenvolvida utilizando-se uma escala de satisfação do tipo Likert com 5 pontos, aplicada a uma amostra intencional composta por adultos, de ambos os sexos que participaram de vivências onde puderam conhecer a proposta e adaptar os *Webgames* com o corpo. Os dados foram analisados descritivamente e indicam nível alto de satisfação com a proposta e boa receptividade para utilização nos diversos segmentos do lazer. Sugerem-se novos estudos, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre a relação lazer e virtualidade.

Palavras-chave: Atividades de lazer, Jogos de vídeo, Tecnologia

LAZER, EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO: EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM MANGUINHOS/ RJ

Rosângela silveira de Carvalho
Nathália barros

O Rio de Janeiro tem recebido grandes investimentos financeiros em função dos megas eventos esportivos que acontecerão na cidade. Nesse contexto, as políticas sociais e públicas governamentais, têm buscado ações na área de esporte e lazer. Em março de 2006, o Ministério do Esporte aprovou as Políticas Setoriais de Esporte de Alto Rendimento, de Esporte Educacional e Esporte Recreativo e de Lazer, a fim de desenvolver o esporte no Brasil com ações que proporcionem, sob o paradigma do direito e da inclusão social, o desenvolvimento humano. De acordo com o preâmbulo da política setorial, o esporte educacional é aquele praticado na educação básica e/ou superior e deve dialogar com o projeto político pedagógico da instituição e tem como objetivo promover o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo, democrático e participante dentro e fora do espaço escolar. O Projeto Político Pedagógico da EJA Manguinhos entende que a atuação dos professores deve atender as demandas específicas do território, além de promover a participação ativa dos alunos no espaço, portanto a disciplina de educação física teria a função de promover a cultura corporal dentro e fora do espaço escolar, compreendendo seus limites e possibilidades. Assim, diante da necessidade de (re)conhecer os espaços para a prática da educação física educacional e/ou de lazer para jovens e adultos, e também buscando sistematizar algumas reflexões sobre a intervenção nesse campo de atuação, este trabalho relata a experiência da pesquisa realizada pelos alunos da EJA -Manguinhos nas aulas de educação física sobre os espaços de lazer do Complexo de Manguinhos. Este processo se deu em quatro momentos: (1) enumeração em sala de aula dos principais espaços de lazer que os estudantes conheciam; (2) elaboração do questionário com questões sobre a administração, conservação e público frequentador dos espaços; (3) realização da caminhada para visita aos espaços e aplicação dos questionários e (4) problematização e análise dos dados, buscando compreender a relação entre os objetivos da política setorial de esporte e a realidade dos espaços de lazer em Manguinhos. A partir dos dados levantados, percebemos que há um distanciamento entre os objetivos e intervenção das políticas setoriais de esporte e lazer e a necessidade dos estudantes/moradores do Complexo de Manguinhos, visto que além de poucos espaços ofertados estes ainda são mal conservados, não são administrados pelo poder público, não recebem ações das políticas públicas de esporte e lazer, são restritos à prática do futebol e o público masculino é seu principal frequentador. Assim, esta informação traz a tona que as políticas públicas não são eficazes naquela localidade e deveriam abranger as necessidades de lazer de todos os moradores.

LAZER: ESPORTE ADULTO NO SESC PIRACICABA

Diego Fernandez
Giovana Cristina Bottene Terezani
Rosana de Almeida e Ferreira

Com a finalidade de promover o bem-estar social e o desenvolvimento cultural dos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo e da sociedade, o Sesc – Serviço Social do Comércio têm suas ações voltadas para diversas áreas como: educação, saúde, cultura, assistência e lazer. Dentre as ações desenvolvidas destacaremos o Programa Sesc de Esportes, que entende o esporte enquanto elemento cultural de educação e inclusão social, com objetivo de difundir o espírito de conagraçamento, sociabilidade, cooperação, e integração entre pessoas e grupos de todas as idade, além do viés no conteúdo cultural do lazer, o físico esportivo, o qual faz parte da nossa proposta enquanto educadores. Neste sentido, o objetivo do trabalho foi identificar o perfil dos alunos do Programa Sesc de Esportes- Esporte Adulto (Vôlei misto e Futsal Feminino) e as razões que os levam a frequentar o Sesc Piracicaba. Foi utilizado o método de pesquisa qualitativa (Minayo,1994) e quantitativa (Bruyne, 1991) a partir de um questionário com perguntas sobre o perfil dos alunos (idade, gênero, grau de instrução, profissão, bairro onde reside e vinculo com a Instituição) e duas perguntas abertas sendo elas: 1) O que te traz ao Sesc Piracicaba? 2) Ao frequentar o Sesc Piracicaba, qual ou quais atividades você mais procura ou participa? Participaram da pesquisa 29 pessoas, sendo 18 do sexo feminino, 10 do sexo masculino e 1 não informado, na faixa etária entre 16 e 49 anos. Identificou-se que a maioria dos participantes possui nível superior completo e são matriculados na Instituição, no entanto, para inscrever-se no Programa Sesc de Esportes não é necessário ser matriculado. Ao analisar as respostas observou-se que a maioria dos alunos cita a prática esportiva e a socialização como as principais razões pelas quais frequentam o Sesc Piracicaba e como razão secundária, a identificação com a instituição, quanto a missão, a infraestrutura e a acessibilidade. A programação cultural da unidade também foi apontada por alguns sujeitos como uma das atrações. Entendemos que essa pesquisa traz informações relevantes que podem contribuir para ações futuras junto à programação institucional, resultando numa atuação mais efetiva com os participantes do programa Sesc de Esportes na unidade Piracicaba.

Palavras-chave:Sesc, Esporte, Lazer

LAZER NO ESPORTE DE AVENTURA: UMA ANÁLISE SOBRE CELEBRAÇÕES EM TORNO DA CORRIDA DE AVENTURA

Fúlvio Rodrigues Valeriano, Giuliano Gomes de Assis Pimentel
Leonardo Madeira Pereira, Elisângela Andrade de Assis

Certas competições esportivas envolvendo atividades de aventura na natureza evocam diversos conteúdos culturais do lazer e podem ser analisadas como fenômeno sociocultural no contexto do lazer. Este estudo de natureza qualitativa teve com objetivo investigar momentos de celebração e festividade intrínsecas à uma corrida de aventura. O trabalho discute possíveis configurações relacionadas à festa entre os participantes de uma corrida de aventura em diferentes momentos da competição. Através de observação participante, caderno recordatório e arquivos pessoais de fontes iconográficas, construiu-se uma discussão baseado nos acontecimentos observados antes, durante e após o acontecimento do evento. Inicialmente ocorreram movimentos festivos que antecedem a competição, aos quais os participantes celebram o reencontro com colegas de outras partes do país, estado e ou região. As celebrações oriundas deste reencontro configuram uma necessidade de socialização dos indivíduos que compartilham dos mesmos desejos, muitas vezes motivados pela incerteza e pela necessidade de interação como os elementos da natureza. Durante a competição, também configura-se uma grande movimentação materializada na festa para as cidades que sediam as corridas promovendo através do turismo, as trocas que provocam a sedução pela facilidade ao acesso a bens, serviços e produtos culturais regionais, proporcionando a estas localidades maior movimentação financeira. Analisando as teorias Dumazedianas, e através de observação das “conversas” dos praticantes de corridas de aventura, pode se entender que sua prática entrelaçada ao lazer, caracteriza-se predominantemente às esferas culturais turísticas, virtuais, manuais, sociais e físicas, as quais pode ser observado o envolvimento da comunidade local, dos recursos humanos da entidade organizadora e dos acompanhantes que buscam predominantemente na viagem somente as nuances do lazer e do lúdico. As celebrações internas dos esportistas acontecem em quatro momentos de destaque observados, o primeiro acontece quando se encontram os colegas de outras equipes, o segundo na largada, o terceiro durante o decorrer da prova ao qual o encontro de cada ponto obrigatório simboliza uma conquista, realização pessoal, prazer, sensação de vitória e dever cumprido e finalmente o quarto momento que é o da finalização da prova ocorrendo uma comemoração única, independentemente da posição obtida atingindo assim o *ilinx*, de tê-lo feito com a competência de completar a prova após um período de várias horas de atividades enigmáticas lançadas na incerteza do sucesso. Quanto a atividades de socialização entre comunidade e praticantes pode-se observar a interação por trocas culturais permeadas pela compra de bens, pela prestação de serviços, por atividades obrigatórias colocadas pelos organizadores, a exemplo, doação de alimentos, troca de informações sobre algum atalho ou caminho, condições climáticas da região em determinado turno do dia, enfim a realização de uma corrida de aventura em determinada região de certa forma força uma sólida interação entre o participante e a comunidade local uma vez que esta possui o domínio do meio em questão. Pode-se considerar que esse evento proporcionou momentos de desenvolvimento e aprendizado de valores do contexto do lazer.

Palavras-chave: Educação, Corrida, Educação Ambiental.

LAZER, SAÚDE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: PESQUISANDO A TEMÁTICA NO CONTEXTO DA INTERVENÇÃO COM PESSOAS IDOSAS

Natascha Stephanie Nunes Abade
Christianne Luce Gomes

Esta pesquisa propõe articular as temáticas lazer e saúde, um assunto relevante que ainda requer estudos que aprofundem a questão da formação profissional em nossa realidade, especialmente quando se considera um grupo social específico, as pessoas idosas. Neste contexto, há 20 anos a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) realiza o projeto “Educação Física para 3ª Idade”, que desenvolve atividades físicas, sociais e recreativas para pessoas com 60 anos ou mais. Busca-se, promover atividades para melhora de qualidade de vida, colaborando com a saúde e com a capacidade funcional desses sujeitos. Para atender aproximadamente 200 pessoas idosas a cada semestre, o projeto conta com a participação de bolsistas e voluntários que são estudantes de Educação Física da UFMG. Tendo em vista o desafio de ampliar a formação desses graduandos, está prevista a sua participação nos processos de planejamento, execução e avaliação das atividades oferecidas aos idosos, o que é alcançado por meio da orientação do(s) professor(es) que atuam na coordenação do Projeto. Considerando as peculiaridades da formação profissional, a pesquisa está sendo guiada pelos seguintes objetivos: (a) conhecer os entendimentos de saúde, lazer e promoção de saúde dos acadêmicos que atuam no Projeto “Educação Física para 3ª Idade”; (b) verificar o que é colocado como prioridade no planejamento das intervenções; (c) analisar como o lazer integra este processo de formação e atuação e (d) compreender as alternativas buscadas pelos graduandos para qualificar a intervenção pedagógica com pessoas idosas. Como metodologia, esta pesquisa de abordagem qualitativa é caracterizada como estudo de caso, que segundo Laville e Dionne (1999), é uma investigação que permite compreender o caso considerado, assim como os elementos que marcam o seu contexto. Assim, será uma maneira de compreender as circunstâncias presentes nas atividades cotidianas de intervenção dos bolsistas e voluntários do projeto. A investigação encontra-se em andamento e foi iniciada com uma pesquisa bibliográfica, que será complementada e enriquecida com questionários contendo questões abertas e fechadas. O questionário será respondido, voluntariamente, por estudantes do curso de Graduação em Educação Física da UFMG que participem ou tenham participado como bolsistas e/ou voluntários do Projeto nos últimos cinco anos. Segundo Laville e Dionne (1999), para saber a opinião de um grupo sobre um determinado assunto, é preciso interrogá-lo. Para a discussão dos resultados, será adotada a estratégia de análise de conteúdo, que consiste em empreender um estudo minucioso de seu conteúdo, das palavras e frases que compõem as respostas obtidas. De acordo com Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010), o Brasil ainda carece de pesquisas que permitam aprofundar conhecimentos, com a finalidade de qualificar a intervenção junto a essa população, tendo em vista a promoção de uma vida com mais qualidade na velhice. Além disso, a velhice é um tema de pesquisa ainda recente em nossa realidade e que raramente apresenta considerações sobre o lazer das pessoas idosas, bem como sobre a sua importância nessa fase da vida (Pinheiro, 2007).

Palavras-chave: Lazer, saúde, formação profissional, idosos.

LAZER, SUBJETIVAÇÃO, MOTIVAÇÃO: A MULHER E O ENVOLVIMENTO COM AS ATIVIDADES DE AVENTURA NA NATUREZA

Gisele Maria Schwartz, Priscila Raquel Tedesco da Costa Trevisan
Ivana de Campos Ribeiro, Cheng Hsin Nery Chao
Amanda Mayara do Nascimento, Leonardo Madeira Pereira

As atitudes e as relações axiológicas referentes ao fenômeno do lazer desenvolvem-se sob diferentes variáveis, em que a absorção de valores se dá conforme as influências da mídia, da família e de outras instituições mediadoras do processo de subjetivação humana. Entre as variáveis que permeiam o processo pelo qual as pessoas são estimuladas a assumir condutas passivas ou ativas e a aderir ou não a determinadas atividades do contexto do lazer tem como foco os motivos de ordem psicológica, ambientais, sociais e genéticas, cujo filtro recai sobre a consciência dos fatores decisivos ao delineamento dos estilos vigentes. Uma das incógnitas subjetivas a serem mais densamente elucidadas é a busca crescente de mulheres pelo contato com as atividades de aventura na natureza, haja vista os estigmas envolvendo estas práticas. Sendo assim, este estudo, de natureza qualitativa, objetivou investigar os fatores motivacionais que impelem as mulheres a aderirem à prática regular de atividade de aventura no contexto do lazer. A pesquisa exploratória foi desenvolvida por meio da utilização de questionário aberto, como instrumento para a coleta de dados, aplicado *online, em blogs e sites*, a uma amostra intencional composta por mulheres adultas, praticantes assíduas de atividades de aventura. Os dados analisados descritivamente indicam que a possibilidade de reencontro consigo próprias e com a natureza é o principal motivo de adesão, seguido da procura pela adoção de estilo de vida ativo e saudável e pela perspectiva de superação de desafios e preconceitos. Sugerem-se novos estudos para se compreender outras variáveis subjetivas da relação humana envolvendo a mulher e as práticas de atividades de aventura na natureza, no contexto do lazer.

Palavras-chave:Lazer, Motivação, Atividades de Aventura

LEGADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ÂMBITOS DO LAZER E DA CULTURA NO MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA/SP

Priscila Raquel Tedesco da Costa Trevisan, Gisele Maria Schwartz
Giselle Helena Tavares, Danielle Ferreira Auriemo Christofolletti
Nara Heloisa Rodrigues, Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro

O tema Políticas Públicas tem sido gerador de inúmeras discussões em diferentes áreas do conhecimento, demonstrando que este é um assunto de grande relevância social. O debate proposto pelas áreas pauta-se, essencialmente, em questões decisivas, geralmente relacionadas ao mercado de trabalho, ao setor econômico, à saúde, à educação, à segurança. Entretanto, historicamente, as políticas referentes aos âmbitos do lazer e da cultura, parecem, ainda, receber valorização secundária, merecendo novos olhares. Sendo assim, este estudo, de natureza qualitativa, teve como objetivo analisar, na ótica da gestão, as Políticas Públicas utilizadas para a difusão do Lazer no âmbito da cultura, no município de Pirassununga/SP. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa exploratória e o instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma entrevista centrada, aplicada ao atual secretário de cultura desse município. A entrevista buscou evidenciar os principais aspectos visualizados pela atual administração no que se refere ao panorama das Políticas Públicas existentes para a propagação e disponibilização das atividades culturais para a população, como opções de vivências no âmbito do lazer, assim como, compreender as metas e os legados, para que a cultura possa ser disponibilizada no contexto do lazer da comunidade local. Os dados provenientes da entrevista foram analisados descritivamente, por meio da Técnica de Análise de Conteúdo e indicam que, entre as políticas públicas já existentes para contratação de eventos, oficinas e outras atividades culturais, não existia uma forma sistematizada para tais finalidades. Assim, esta sistematização das regras para a seleção de tais atividades, de maneira democrática e participativa, se tornou uma meta e um legado, o qual está em processo de formulação. A proposta inclui a implantação de um programa que possibilite a criação de um fundo para captação de recursos financeiros, no sentido de viabilização de um programa municipal de cultura, por meio da democratização e do orçamento participativo e disponível. Para tanto, o contato com a comunidade representa uma estratégia importante, para definição das propostas e procedimentos, até mesmo no intuito de transformar esse Programa Municipal de Cultura em um legado de ações previamente determinadas, para que se possa oferecer sustentabilidade aos projetos desenvolvidos, por meio da continuidade, de forma que se garanta a identidade cultural local. Novos estudos se tornam necessários na construção de diretrizes para que se possa promover a sustentabilidade dos legados das Políticas Públicas nos âmbitos do lazer e da cultura.

Palavras-chave:Lazer, Políticas Públicas, Cultura.

LUGAR E NÃO-LUGAR DE LAZER: UM PASSEIO NA PRAÇA BENEDITO CALIXTO

Luiza Akemi Takemoto

O objetivo desse trabalho é verificar como os conceitos *lugar* e *não-lugar* podem ser aplicados em espaços de lazer, e a partir dessa premissa, identificar qual é a relação entre os visitantes e moradores do bairro de Pinheiros e adjacências com a Praça Benedito Calixto nos dias atuais. Os espaços de lazer, por definição, possuem o papel de proporcionar o desenvolvimento cultural (físico, intelectual, artístico, social), não obstante, também postulam que haja uma relação dialética entre planejamento e sociedade. Cria-se assim um laço afetivo, tornando o meio material naquilo que chamamos de *lugar*. Todavia, com o fenômeno da globalização, o mundo tem caminhado no sentido oposto. Dada a homogeneização cultural, inicia-se um processo de fabricação de espaços de lazer, tal como se fossem produtos possíveis de serem consumidos por quaisquer pessoas. Desse movimento contrário resulta a despersonalização do meio, ou seja, a desconstrução dos traços identitários regionais. Assim o espaço de lazer passa a constituir um *não-lugar*. Por essa razão, acredita-se na relevância em analisar através de uma situação prática como essa massificação da cultura se manifesta. Se a Praça Benedito Calixto é desvinculada de seu entorno ou se, mesmo diante dessa tendência avassaladora, ainda há espaço para diálogo com as raízes territoriais e culturais da comunidade. Para a realização da pesquisa, foi utilizado como referências teóricas Dumazedier (1974), Tuan (1980), Adyr Rodrigues (1999) e Yázigi (2001). Fizeram-se necessárias 12 visitas *in loco* em dias da semana e horários diferenciados. Realizou-se entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas destinadas a três grupos: visitantes da praça; pessoas que passavam pelos arredores da praça – mais precisamente na Rua Henrique Schaumann, na Rua Teodoro Sampaio e na Rua João Moura –; e frequentadores da Feira de Artes, Cultura e Lazer. Por tratar-se de uma questão tão subjetiva, buscou-se identificar as principais atividades realizadas na praça e as sensações transmitidas ao estar ali. Constatou-se assim que, a praça é utilizada para caminhadas, passeios com animais domésticos, utilização do playground pelas crianças, ida aos restaurantes e estabelecimentos ligados a arte e a cultura e encontro entre amigos e que transmite a sensação de paz, tranquilidade, liberdade e prazer. Observou-se uma afetividade com o espaço. No entanto, verificou-se que, para alguns indivíduos que ali visitam, a praça compõe a única ou a mais próxima opção de lazer em área verde da região, não existe vínculo entre o sujeito e o espaço, trata-se de um não-lugar. A relação de identidade com a praça era diferente na década de 1980, quando, os próprios moradores aspiravam por desenvolver ali atividades culturais e de lazer, até mesmo porque muitos eram artistas. Ainda assim, no contexto atual, verifica-se que a Praça Benedito Calixto, estabelece uma forte relação com seus habitantes e frequentadores, podendo ser considerada um exemplo de superação e persistência.

Palavras-chave: Lazer, Lugar e Não-Lugar.

MAPEAMENTO DOS PROGRAMAS, PROJETOS ESPORTIVOS E DE ATIVIDADE FÍSICA NA CIDADE DE LIMEIRA – SP

Mariana Pelizari
Bruna Cristina Ferreira

O presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva (diagnóstica), - levantamento até então inédito, a qual se pauta em um mapeamento que busca a identificação de atividades esportivas em todo o município de Limeira – SP, referente ao setor público e ao privado, com seus programas e projetos. Identificou-se ausência ou presença destes, tendo como objetivo construir um mapa do sistema esportivo do município, para compreender como o esporte se desenvolve na cidade, para os diferentes públicos, onde estão distribuídos, analisando também os documentos legais que os parametrizam. O estudo é orientado por uma pesquisa bibliográfica, de campo e documental, na qual foram analisados os documentos Lei Orgânica, Plano Diretor, leis que regem as secretarias, e a pesquisa de campo gerou dados que possibilitaram a fixação de pontos georreferenciados. Este se justifica por potencializar o diálogo institucional entre a Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA/UNICAMP) e os diversos setores que promovem o esporte no município, na direção de uma ação conjunta, principalmente devido à recente instalação desta unidade da Universidade Estadual de Campinas no município, e também como diagnóstico esportivo do município. Portanto, como resultado foi possível encontrar: pontos fortes e fracos do sistema esportivo da cidade; setor público se encontra mais distribuído entre os bairros que o privado; privado encontra-se um pouco mais concentrado na região central; bem como a relação dos dados encontrados com os documentos oficiais. Assim podemos perceber que há uma certa distribuição das atividades visto suas particularidades entre setor público e privado.

Palavras-chave: Políticas públicas, Atividades esportivas, Mapeamento

MULHERES E A PRÁTICA DO LAZER EM CLUBES ASSOCIATIVOS

Flávia Rafaela Rocha Pianca
Marcela Martins Pereira
Cathia Alves

A pesquisa desse estudo se compõe por análise bibliográfica e intervenção de campo em duas cidades do interior do Estado de São Paulo, com seleção de dois clubes associativos, por meio da aplicação de questionário a mulheres entre 30 anos e 60 anos. As mulheres na sociedade atual estão buscando cada vez mais qualidade de vida e saúde aliados ao prazer e bem estar. Nesse sentido o lazer pode ser um dos caminhos para promover a saúde relacionada com a prática de exercícios físicos, no âmbito do interesse físico-esportivo. Considerado como manifestação cultural, o lazer ocorre em tempo disponível no qual o indivíduo pode descansar, divertir-se, e ou desenvolver-se, seja praticando, assistindo ou conhecendo a atividade escolhida, e ou ainda, optar pelo ócio. Pode-se dizer que o lazer torna-se um elemento prazeroso, que pode gerar benefícios à saúde. Assim, se faz necessário discutir a relação que a mulher adulta estabelece com o elemento do lazer. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é apontar a relação da mulher com o lazer e verificar se os clubes atendem as expectativas das mulheres quanto a essa manifestação. A mulher na idade adulta possui muitas responsabilidades com trabalho e serviços domésticos reduzindo o tempo para cuidar de si mesma, este público possui tempo escasso devido aos compromissos com casa, filhos, marido, estudos e profissão; e ainda assim a busca da mulher no lazer está se destacando. Um dos espaços que oferecem oportunidades para a prática do lazer é os clubes associativos, que vem ganhando a participação das mulheres uma vez que esses ambientes eram uma preferência apenas para os homens. O clube é um ambiente constituído por pessoas que pagam para desfrutar dos serviços como sala de jogos, piscinas, sala de musculação e ginástica, quadras, bailes, e outros espaços que trazem um programa que privilegie o lazer aos associados, sendo eles homens, crianças, idosos e ou mulheres. Os clubes podem ser considerados locais onde as mulheres vivenciam o lazer de modo divertido e ao mesmo tempo procuram melhorar a saúde. Os resultados do estudo bibliográfico apontam até o momento que as mulheres atualmente vivenciam mais lazer de caráter físico-esportivo, entretanto, na média dos últimos cinco anos, os homens ainda são privilegiados. O público feminino conquistou espaço, ganhou liberdade nas escolhas e limites, mesmo sofrendo exclusões, garantindo melhoria educativa, refletindo para avanços morais e culturais. E os clubes associativos são locais representativos frequentados por mulheres que procuram experiências diversas de lazer.

Palavras-chave: Lazer, Mulher adulta e Clubes associativos.

O SKATE NA GRANDE VITÓRIA: PRIMEIROS APONTAMENTOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA

Nadyne Venturini Trindade
Aline Dantas

Justificativa: O *skate* é atualmente um dos mais populares esportes de aventura urbano do mundo (GYRÃO, 2010; SPORTS GOODS MANUFACTURERS ASSOCIATION, 2006). Culturalmente, o esporte tem sido representado como uma prática associada ao masculino, constituindo espaços de sociabilidade que são atravessadas por relações de poder, promovendo vivências e oportunidades distintas para homens e mulheres. A despeito deste contexto desfavorável – no Brasil, por exemplo, a predominância de praticantes homens chega a 90% (CBSK, 2013) – o número de praticantes do sexo feminino vem crescendo e as skatistas têm se articulado em busca de visibilidade e permanência na modalidade, utilizando para isto as redes sociais, *sites* e outros recursos virtuais buscando a promoção de debates e encontros presenciais. Também na região metropolitana do Espírito Santo, as skatistas exercem o poder de mostrar o que sabem, quem são e de se posicionarem como sujeitos praticantes de *skate* ao deslizarem nas praças, nas ruas, calçadas, campeonatos, sites e programas de televisão. Ao buscarem estratégias para se fazer ver nesse esporte estão buscando afirmar que este espaço também é seu. **Objetivos:** Analisar os modos através dos quais as praticantes de *skate* da Grande Vitória ingressam e se estabelecem no universo desta modalidade, observando os conflitos e as relações de gênero que circulam em torno desta prática. Objetivos específicos: a) Identificar os espaços utilizados para a prática e investigar possíveis particularidades na formação de grupos do sexo feminino; para posteriormente b) realizar entrevistas semi estruturadas com praticantes de três modalidades distintas: downhill, street, longboard; buscando c) entender e analisar como se dá o processo de aproximação, aprendizado e permanência das praticantes dentro da cultura do *skate*, a partir de seus próprios relatos; d) identificar os recursos mobilizados para se fazerem vistas. **Metodologia:** Este estudo tem uma perspectiva descritiva, com abordagem qualitativa na qual a história oral será utilizada por ser entendida como uma fonte histórica que permite de modo privilegiado dar voz às skatistas, valorizando-as e observando o que elas têm a dizer. Seu foco essencial está em conhecer os traços característicos do objeto, as pessoas envolvidas, o espaço, os valores, os problemas etc. (TRIVIÑOS, 1987). Com relação ao tipo de pesquisa, o trabalho será desenvolvido por meio da combinação de pesquisa bibliográfica e de campo. Serão realizadas entrevistas semi estruturadas com os sujeitos envolvidos (mulheres com idade entre 15 e 30 anos de idade, praticantes de *skate* e que desejem participar espontaneamente desse estudo). **Principais Resultados:** Em campo identificou-se os espaços mais utilizados pelas jovens skatistas e observou-se a inexistência de grupos compostos exclusivamente por mulheres, apontando a necessidade desenvolver uma pesquisa em que homens e mulheres sejam definidos reciprocamente, não sendo estudados totalmente em separado. Participou-se de encontros e campeonatos organizados pelas skatistas para o público feminino. As primeiras aproximações permitiram a identificação dos grupos, suas especificidades, modos de organização e composição; possibilitando a escolha das entrevistadas em cada uma das três modalidades.

Palavras-chave: Skate, Mulheres, gênero.

O AMBIENTE VIRTUAL E O LAZER: PERSPECTIVAS DE ENVOLVIMENTO DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nara Heloisa Rodrigues, Amanda Mayara do Nascimento
Priscila Raquel Tedesco da Costa Trevisan, Giselle Helena Tavares
Danielle Ferreira Auriemo Chiristofoletti, Marcelo Fadori Soares Palhares
Gisele Maria Schwartz

Este estudo, de natureza quali-quantitativa, objetivou identificar o envolvimento de estudantes de Educação Física com o ambiente virtual, por meio da utilização da Internet durante o contexto do lazer. A amostragem não probabilística por conveniência foi composta por 15 estudantes de graduação do curso de Educação Física da Universidade Federal de Lavras-UFLA-MG. A média de idade dos participantes foi de 23,2 ($\pm 3,3$) anos, sendo que 9 eram do sexo feminino e 6 do sexo masculino. Os estudantes foram convidados a participar de uma pesquisa exploratória, respondendo a um questionário *online* com 5 questões, construído especificamente para este estudo. Após as análises das respostas, os resultados revelaram que os estudantes utilizam a Internet nas horas livres e consideram que esta é uma atividade integrante do contexto do lazer, justificando que este ambiente promove a distração, é fonte de informações e de comunicação, além de, proporcionar prazer. O *site* mais citado foi o *facebook*, por permitir a comunicação com amigos. Em sequência, foram citados *sites* de informações e notícias, diversos *sites* de jogos, o *youtube* e *sites* de música. Entretanto, apenas duas pessoas escolheram utilizar o tempo destinado ao lazer preferencialmente em atividades realizadas na Internet. A opção pela prática de atividades físicas desenvolvidas no âmbito do lazer apresentou maior incidência em relação às atividades desenvolvidas no ambiente virtual. Observou-se uma relação positiva entre o ambiente virtual e o lazer, porém foram ressaltados o vício e o uso excessivo deste ambiente como fatores que podem implicar em sedentarismo e perda de relacionamentos reais e, ainda, gerar efeitos negativos para a vida do indivíduo. Apesar de os estudantes de Educação Física considerarem as atividades desenvolvidas no ambiente virtual como parte integrante do lazer, a maioria ainda prefere as atividades que componham movimento, como as atividades esportivas, realizadas preferencialmente em ambientes externos ou na natureza. Sugerem-se que novos estudos sejam conduzidos, no intuito de compreender o modo como o ambiente virtual é contextualizado por jovens universitários no âmbito do lazer.

Palavras-chave: Atividades de lazer, Internet, Tecnologia.

O CARNAVAL ITALIANO EM VENEZA: ENTRE CORPOS, MÁSCARAS E REPRESENTAÇÕES

Vitor Hugo Marani
Larissa Michelle Lara

Essa investigação é parte constituinte de uma pesquisa em desenvolvimento ligada ao Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Estadual de Londrina acerca do carnaval de Veneza, notadamente, voltada ao corpo e à máscara. O recorte proposto tem por objetivo refletir acerca das representações da máscara no carnaval veneziano por meio do diálogo com os foliões presentes nesse tempo-espaço. O desenvolvimento dessa temática deu-se pela imersão dos pesquisadores no cotidiano veneziano e em festividades carnavalescas realizadas nos anos 2012 e 2013, experiência que possibilitou o primeiro mapeamento da máscara e sua relação com o corpo na visão de foliões integrantes da festa, em 2013, por meio de um estudo de caráter descritivo. Mesmo com transformações ocorridas na dinâmica do carnaval veneziano contemporâneo em relação ao século XIII, o costume de adornar-se com máscaras e fantasias encontra-se ainda em evidência durante o período festivo, compreendido entre o início do mês de janeiro e fevereiro, com destaque para o final de semana que antecede a quarta-feira de cinzas. Assim, a coleta de dados realizada em 2013, em língua inglesa e italiana, parte de entrevistas com quinze foliões que faziam das máscaras e fantasias suas vestimentas durante sua permanência nos locais públicos da cidade, as quais trazem dados que apontam para as máscaras como meio de composição do sujeito como personagem principal da festa, demonstrando sua necessidade de construção estética; como necessidade nostálgica de vivência de tempos nos quais a sociedade veneziana transitava pelas ruas a partir de sua dinâmica cultural própria; e, por fim, à quebra de regras proporcionada pela máscara, com o objetivo de vivenciar outras experiências, externas ao cotidiano, criando-se um paralelo que se encontra em oposição à vida real, como um jogo de personalidades, o qual permite ao sujeito entreter, seduzir, criar e representar a partir do seu imaginário.

Palavras-chave: Educação Física, Lazer, Carnaval.

O CINEMA INCENTIVA O TURISMO SEXUAL? ALUSÕES TÁCITAS AO TURISMO SEXUAL NOS FILMES DA SÉRIE 007

Luciana Teixeira Duarte

O objetivo dessa pesquisa é analisar e verificar a publicidade tácita do turismo sexual em filmes da série 007 protagonizada por Pierce Brosnan, produzidos de 1995 a 2002 (CHAPMAN, 2000). O cineturismo se apresenta como uma prática na qual os filmes, através das pesquisas de marketing, analisam qual a melhor forma de abordagem dos expectadores para ter como resultado a divulgação e o aumento de interesse por determinados destinos turísticos, o que leva muitas vezes ao incentivo financeiro de certas obras por parte de representantes de tais destinos (NASCIMENTO, 2009). O que também pode ocorrer é o filme passar uma imagem específica ou mostrar uma visão estereotipada do lugar, tanto positiva, mostrando belas paisagens, quanto negativa, revelando apenas a pobreza e a violência de um local ou, ainda, inserindo possíveis referências à prática do turismo sexual (RILEY, 1994). Os filmes da série 007 usam como cenário, por exemplo, Cuba e a Tailândia, conhecidos por esse tipo de turismo (KEMPADOO, 1999). Para verificar essa hipótese, algumas cenas serão analisadas, empregando elementos da semiótica greimasiana, um método que visa estudar a geração de sentido, a significação - esse sentido pode se manifestar em sistemas semióticos variados, como os verbais, os musicais, os plásticos e os sincréticos, como é o caso do cinema (PIETROFORTE, 2009). Nesse caso a semiótica será aplicada à obra cinematográfica tendo como pano de fundo referências teóricas dos estudos culturais sobre a história do turismo sexual e da relação dos filmes com a demanda turística (OPPERMANN, 1998). Como exemplo de análise há uma cena do filme *Um novo dia para morrer*, do diretor Lee Tamahor que se passa em Cuba, onde antes mesmo do protagonista James Bond aparecer, vemos a paisagem de Havana ao fundo, e logo em seguida um casal, provavelmente moradores da ilha, se beijando e vestindo poucas peças de roupas, o que pode ter uma conotação sexual. E isso com o sol e o mar, além da presença de cores intensas. Esses detalhes, além do uso dos elementos que compõem a cena (como os prédios, o mar e a praia, o clima, a música e o figurino) serão analisados por meio da semiótica, com o semissimbolismo, por exemplo, que define categorias de cores, formas e texturas presentes na imagem.

Palavras-chave: Cineturismo; James Bond; turismo sexual; marketing turístico.

O ESPORTE PARA CRIANÇAS DE 6 A 10 ANOS DE IDADE NO SESC SOROCABA

Maria Fernanda Telo Ladeira Alves
Felipe Augusto de Oliveira Andrade

O esporte pode ser interpretado de forma bastante ampla, englobando diversas práticas corporais, incluindo o trabalho com ginástica, dança, luta, jogos e brincadeiras. No Sesc existe o “Programa Sesc de Esportes”, que pretende dar visibilidade ao esporte enquanto elemento da educação permanente. Este programa abrange desde cursos para crianças de três anos até cursos de Esportes para idosos. Faz parte deste programa o “Esporte Criança - 6 a 10 anos”, o qual busca, como objetivo geral, contribuir de forma efetiva para que a criança estabeleça um vínculo com a cultura esportiva e corporal, que se estenda ao longo da vida, valorizando a participação, inclusão, cooperação, autonomia e construção coletiva. Neste trabalho, abordar-se-á o curso Esporte Criança – 6 a 10 anos, o qual teve início na Unidade do Sesc Sorocaba em novembro de 2012. A turma tem trinta alunos regulares e é regida por uma instrutora e tem o acompanhamento de um estagiário. Esse curso tem a duração de três horas, sendo duas horas e meia de atividades esportivas e trinta minutos de lanche, momento muito importante, uma vez que o aproveitamos também para tratar de temas variados, como alimentação saudável, higiene e sustentabilidade. Pretende-se ao longo do ano, incrementar o curso, trazendo palestras com a nutricionista da unidade, assim como trazer a participação da odontologia, de forma a contribuir efetivamente para que a criança adquira hábitos saudáveis e melhore sua qualidade de vida. Visando contribuir no trabalho pedagógico da instituição, este trabalho busca mostrar a participação das crianças em diferentes experiências motoras, cognitivas e afetivas através de vivências em diversas práticas que vão desde brincadeiras populares até a participação em clínicas de esportes diferenciados, como o rugby, o tchoukball e o sepaktakraw, por exemplo. O presente trabalho, de caráter qualitativo, tem como objetivos tornar visível a ocorrência do lúdico e da criatividade nas atividades realizadas dentro deste Programa.

Palavras-chave:Esporte; Criança; Lúdico.

O ESTADO DA ARTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DA CIDADE DE BARBACENA/MG

Thiago Barreto Maciel, Alexandre Lúcio Euzébio da Silva
Helenice Karina dos Reis, Paulo Henrique de Oliveira Correa
Rafael de Melo Rail, Tassiana Aparecida Hudson
Caroline Larissa de Castro, Gabriel de Oliveira Ribeiro

Em tempos de investimentos bilionários nos megaeventos esportivos trazidos ao Brasil, o que continuamos a assistir são milhões de brasileiros vivendo em condições de vida espúrias, alienados do acesso aos serviços básicos tais quais a própria *cultural corporal*, a saúde e a educação. A maioria da população terá que se limitar, mais uma vez, a participar, no máximo, enquanto consumidora potencial de subprodutos da indústria cultural esportiva. Esses eventos difundem consigo a ideologia do talento esportivo e do papel que o esporte deveria prestar: o da criação e descobrimento de talentos esportivos para suprirem o papel da nação frente ao quadro de medalhas. Essa ideologia foi utilizada durante a ditadura civil-militar no Brasil, estruturando a *pirâmide esportiva*, na tentativa de fazer o país alavancar no cenário de medalhas mundial para que se pudesse propalar a falsa imagem de correspondência entre o sucesso esportivo e o desenvolvimento político-econômico. Porém, o fracasso dessa política foi eminente. As políticas espelhadas nos moldes do *esporte espetáculo* se tornam uma ferramenta excludente, pois não permitem a vivência de uma maioria desvalida do “modelo de proficiência técnica” em favor de uma minoria que se destaca por um maior rendimento esportivo. Esse modelo gera um celeiro de atletas, para o qual, através do formato de peneira, somente os melhores têm vez. Essas políticas perpassam desde o campo escolar até os campos não escolares. Logo, ao invés de trazer uma perspectiva democrática e de real acesso à população, se enveredam para um fim específico: formar campeões. O modelo da *pirâmide esportiva* para formação de atletas, mesmo que fracassado, volta a tomar novos fôlegos, sob a justificativa do Brasil não poder decepcionar como sede das competições de 2014 e 2016 e reflete diretamente nas políticas públicas em todas as esferas. No entanto, ainda não temos claro como acontece na cidade de Barbacena/MG. Assim, pretende-se neste estudo mapear as políticas públicas implementadas e/ou apoiadas pela Prefeitura Municipal para o esporte e o lazer e identificar a que finalidades visam atender, além de buscarmos analisar as contradições no desenvolvimento das mesmas. Pretende-se apontar saídas que vão ao encontro de políticas que tenham uma finalidade libertadora, de ampliação da possibilidade criadora do homem, de elevação do padrão cultural da sociedade e contemplem os interesses históricos da classe trabalhadora no que tange ao acesso à *cultura corporal*.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Esporte; Lazer.

O LÚDICO E A REABILITAÇÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE FLORIANÓPOLIS (SC)

Alcyane Marinho
Marcelle Moraes de Francisco

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um projeto de pesquisa, em nível de graduação, em fase inicial de desenvolvimento, o qual pretende investigar as relações estabelecidas entre o componente lúdico e o processo de reabilitação terapêutica em instituições públicas e privadas de Florianópolis (SC). Para tanto, este estudo se configura como uma investigação documental e de campo, apresentando-se como descritivo-exploratória, com abordagem qualitativa dos dados. Inicialmente, serão mapeadas as instituições públicas e privadas de Florianópolis (SC) que trabalham com reabilitação terapêutica. Será efetuado um cadastro de todas as instituições, as quais serão posteriormente contatadas para investigação acerca das formas de tratamento oferecidas. Aquelas que apresentarem, em sua proposta, projetos que, de alguma forma, utilizam o componente lúdico serão o alvo principal desta pesquisa. Para aproximação ao universo pretendido será estabelecido contato direto com coordenadores e/ou responsáveis institucionais. Posteriormente, será utilizada a técnica da observação participante com o intuito de estimular e perceber uma situação de relativa proximidade com os indivíduos pesquisados. A amostra será selecionada de forma não probabilística, sendo escolhidos as instituições e os participantes, conforme interesse e disponibilidade dos mesmos. Para a coleta de dados, será utilizada uma entrevista semiestruturada com pacientes, familiares e equipe profissional das instituições, os quais, concordando em participar do estudo, assinarão um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, seguindo a linha de seus próprios pensamentos e de suas experiências, no foco pelas pesquisadoras colocado, participarão do processo de elaboração da pesquisa. Além disso, será utilizado um diário de campo e um gravador. As informações qualitativas coletadas nesta etapa da pesquisa serão analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo. Inicialmente, os dados serão organizados no *software* NVivo 10.0. A partir desta organização, serão elaboradas categorias de análise. A pesquisa será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). A partir dos objetivos estabelecidos e desta trajetória metodológica, acredita-se que este projeto poderá contribuir para um repensar sobre a formação profissional do fisioterapeuta, a luz da necessária valorização da humanização nas iniciativas terapêuticas. Espera-se com este estudo auxiliar no redirecionamento do olhar e dos saberes necessários na profissão voltada à Fisioterapia nos dias atuais. Portanto, o projeto ora apresentado pretende contribuir para o preenchimento de uma lacuna existente na literatura científica acerca da temática envolvendo o lúdico, o brincar e as diferentes formas de reabilitação da saúde.

Palavras-chave: Lúdico. Reabilitação. Humanização.

O MILITARISMO E SEU REFLEXO NO FUTEBOL FEMININO DO RIO DE JANEIRO

Nathália Barros
Rosângela Silveira de Carvalho

A Educação física no Brasil no decorrer da história foi sendo impactada por diversas correntes filosóficas e políticas que influenciaram diretamente a sua prática e sua posição perante a sociedade. Correntes que surgiram de uma perspectiva materialista atribuída ao sistema sócio econômico capitalista, contribuíram, também, para a estigmatização do esporte e lazer. A ideologia dominante para manter sua ordem utilizou-se da educação física como importante instrumento ideológico para alcançar seus objetivos. Os militares foram os principais influenciadores, onde deixaram suas fortes impressões que transcorreu a prática da educação física durante anos, para Castellani (1991, p.34) “a história da educação física no Brasil, se confundi em muitos de seus momentos com a dos militares”. No Estado Novo esse movimento torna-se mais evidente onde Ghiraldelli Jr. (1994) caracterizou este período da Educação física brasileira de “Militarista”, pois a educação física era utilizada para um projeto de eugenia e de preparação para a defesa da pátria. Nesse período a figura da mulher está diretamente ligada ao papel de mãe como algo natural associando imagem ao seu corpo (Castellani 1991, p.59), com isso a mulher passa a enfrentar uma série de restrições na prática de atividades físicas. Tais medidas, influenciadas pelos militares, provocaram um movimento de restrição da mulher, também em relação à prática do futebol no Estado Novo e até a Ditadura Militar e direcionamento da sua prática do lazer. Porém, mesmo o futebol feminino tendo a sua prática diversas vezes prejudicada decorrente de um pensamento militarista e eugenista, na década de 90 a Confederação Brasileira de Futebol e a Arquidiocese do Rio de Janeiro em parceria com a Marinha do Brasil realizaram o “Campeonato de Futebol de Favelas do Rio de Janeiro” entre 1996 e 2006 incluindo a categoria feminina em 1997, permanecendo até a última edição. Esse campeonato tornou-se a principal competição de futebol feminino no Rio de Janeiro, o que de certa forma disseminou a prática na região metropolitana neste período. Em maio de 2009 a Marinha do Brasil cria a seleção de Futebol Feminino das Forças Armadas Brasileira para participar dos Jogos Mundiais Militares de 2011, contendo inclusive atletas que participaram do Campeonato de Futebol de Favelas. A partir desses pressupostos, este trabalho procura compreender as razões das limitações impostas pelas forças armadas para as mulheres no futebol no decorrer da história e como se encontra essa relação atualmente, além de identificar possíveis discriminações e preconceitos que influenciam a prática do futebol feminino no Rio de Janeiro. Para tal, a metodologia se dará em 3 etapas: (1) levantamento da historiografia do futebol feminino no Rio de Janeiro; (2) entrevista semi estruturada e questionário a serem aplicados em atletas de futebol feminino do Rio de Janeiro e (3) problematização e análise dos dados coletados. Cabe destacar, por fim, que a pesquisa documental e a aplicação dos questionários sobre os fatores intervenientes da prática do futebol feminino está em fase de sistematização, sendo impossível apontar conclusões ou resultados.

Palavras-chave: Mulher, Futebol, Militarismo

O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS ATIVIDADES DE LAZER NO PARQUE ECOLÓGICO DO TIETÊ

Ícaro Vinícius Ramos Nogueira Souza

A Área de Proteção Ambiental da Várzea do Tietê está localizada no estado de São Paulo e abrange vários municípios, entre eles o da capital. Nesta Área de Proteção Ambiental, na divisa da cidade de São Paulo com o município de Guarulhos, está localizado o Parque Ecológico do Tietê - PET, instituído em 1976. Este parque, como Unidade de Conservação é abrangido pelos efeitos da Lei 9.985/2000 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Apesar de ser parte integrante de uma Área de Proteção Ambiental – APA, o parque possui independência e autonomia de gestão, pois não é administrado pela Fundação Florestal, órgão que administra todas as demais UCs no estado de São Paulo e sim pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, outro órgão do governo do Estado de São Paulo. O presente estudo teve como objetivo verificar a efetividade do SNUC no âmbito da utilização do PET para o oferecimento de atividades de lazer, considerando que a Unidade de Conservação estadual em área urbana e foi criada anteriormente à lei federal. Primeiramente foi realizada consulta à lei do SNUC identificando os artigos relacionados à gestão e ao uso das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, em especial as APAs. Foram identificados excertos dos Capítulos I (Art. 4º) e III (Art. 15º), que abordam os objetivos das UCs e as características das APAs. Posteriormente visitas ao Parque Ecológico do Tietê foram realizadas visando o levantamento das atividades de lazer e recreação realizadas no local aproveitando aspectos da lei de proteção ambiental como forma de agregar valor à experiência do descanso e entretenimento, culminando com a produção de um caderno de campo onde todas as observações foram registradas. As visitas foram realizadas nos dias 15 e 21 de novembro de 2012 e após a produção do caderno de campo, os dados e observações ali existentes foram confrontados com a legislação. Foi possível concluir que o parque realiza interligações entre os dispositivos da lei do SNUC e o oferecimento das atividades de recreação e lazer tais como as visitas realizadas nas áreas de proteção de mananciais, conhecidas como “Trilha da Água”; aos viveiros de plantas, que são galpões de sementeira e vegetação de mudas de espécies vegetais nativas da Mata Atlântica; ou ao CRAS (Centro de Recuperação de Animais Silvestres) “Orlando Villas Boas”, setor do parque que recebe e recupera animais silvestres de saúde debilitada (como as capivaras, macacos-aranha e as aves diversas), sendo que alguns deles permanecem no parque após sua recuperação. Recebendo milhares de visitantes por final de semana, o Parque Ecológico do Tietê atrai seu público ao utilizar preceitos da proteção ambiental como forma de promover o lazer dos visitantes, em sua maioria moradores da Zona Leste da cidade de São Paulo.

Palavras-chave:Lazer. Proteção Ambiental. Unidades de Conservação.

O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE: UM CONVITE A IMPLANTAÇÃO E RESGATE DAS PRÁTICAS E EQUIPAMENTOS DE LAZER DOS TERRITÓRIOS

Tatiana Coletto dos Anjos

Este trabalho teve como objetivo sinalizar os marcos que estreitaram a Educação Física (EF) das políticas de saúde e, deste modo contribuíram para o resgate das práticas de lazer. Utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica e a análise documental tendo como estratégia de busca os termos: Promoção à Saúde, Atenção Básica, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF. Citada articulação data da concepção da EF, subsidiada pelas instituições médica e militar, entretanto, os registros indicam que fora o padrão epidemiológico de transição com a modificação das causas de morbimortalidade no país que inseriram a EF, de fato, no *hall* das profissões da saúde ao final da década de 90. A Política Nacional de Promoção à Saúde, em 2006, enfatiza a importância das políticas promotoras de atividades físicas e de alimentação saudável. Este documento, embora singularmente importante nesta convergência entre a saúde e a EF, embora sinalize que as ações devam servir tanto à promoção à saúde como à prevenção de agravos e a reabilitação, restringiu sua aplicação a modelos de cunho terapêutico em espaços com este mesmo fim. Neste momento, iniciam-se também as primeiras propostas de atividade física nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, destinadas a pacientes com sofrimento mental e, de modo mais abrangente, em municípios como São Paulo, nos Centros de Convivências as estratégias extrapolavam este viés. Foi, entretanto com a Portaria 154 de 2008, revogada pela atual (2488 de 2011), que as propostas vinculadas à EF assimilaram, de fato, aspectos da promoção à saúde. Citados documentos, respondem pela diretrizes do NASF - núcleo interprofissional que atua na Atenção Básica de modo a complementar o trabalho das equipes de Saúde da Família e respondem pelo cuidado da saúde de uma determinada comunidade adstrita numa região delimitada e a elas vinculadas. A intervenção prevista para os profissionais de EF envolvidos nestes núcleos parte de dois princípios fundamentais: i) a identificação das práticas locais, seus símbolos, sentido e líderes as quais serão resgatadas e terão o respaldo necessário caso seja necessário aprimorá-la, sem contudo, descaracterizá-la. ii) a apropriação do território e de seus equipamentos sociais e, além disso, os demais locais ocupados pela população para o desenvolvimento de suas práticas corporais e o profissional envolvido deve *empoderar* a população no que diz respeito a real apropriação e a decorrente preservação e adequação destes locais ou vias. Além disto, os profissionais de EF vinculados a este nível de atenção do Sistema Único de Saúde desenvolvem campanhas educativas e de incentivo às práticas corporais e atividade física e desenvolvem ações terapêuticas nas unidades de saúde ou através de ações intersetoriais, mas, sem dúvidas são os dois pilares citados que asseguram e consolidam a proposta do Ministério da Saúde oportunidade de resgate e consolidação das práticas de lazer das comunidades periféricas – que são as que recebem este tipo de assistência- campo este bastante recente e igualmente promissor para a EF investir neste resgate das propostas de lazer, consolidá-las como direito da população e se reafirmar-se como profissão da área da saúde.

Palavras-chave: Promoção à Saúde, Atenção Básica, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, ações comunitárias, práticas de lazer.

O USO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER A PARTIR DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Emília Amélia Pinto Costa da Silva

A vinda dos Megaeventos Esportivos para o Brasil ocasiona algumas transformações urbanas, que podem remeter a benefícios no que se refere ao espaço citadino, trazendo impactos social, econômico, cultural e político para as cidades sedes. No entanto, não significa que sediar tais Megaeventos amenizará a vulnerabilidade social fortemente presente no país. A respeito dos espaços e equipamentos de lazer, esperam-se melhorias, visto que um dos possíveis legados será o aumento da procura da prática de atividade física. Desta forma, questiona-se em que medida os Megaeventos Esportivos no Brasil podem influenciar no uso dos espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte? Para isso, o estudo tem o objetivo de Verificar a influência da vinda dos Megaeventos Esportivos no Brasil, quanto as prováveis melhorias nas estruturas de espaços e equipamentos de lazer, bem como, o incentivo a vivências de lazer e práticas de atividade física nesses espaços. Desta forma, participarão do estudo, moradores das cidades de Curitiba, que residem próximos das áreas que estão sendo modificadas para realização dos jogos da Copa do Mundo, como também os gestores envolvidos no planejamento desses espaços. Como instrumento serão elaborados dois roteiros de entrevista semiestruturados, um para os moradores e o outro para os gestores. Na apreciação dos dados coletados, utilizar-se-á a análise de conteúdo e, as questões fechadas, serão analisadas por meio da estatística descritiva, no qual os resultados serão apresentados a partir do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS v.10.0). Para melhor visualização dos resultados, serão construídos diagramas por meio do *softwareGoDiagramExpress* versão 2.6.2. A coleta de dado está prevista para iniciar em março de 2014.

Palavras-chave: Megaevento. Lazer. Espaço.

**PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O LAZER: UM ESTUDO SOBRE A
ACESSIBILIDADE DE USUÁRIOS DE CADEIRA DE RODAS AOS PARQUES
DA JUVENTUDE E ECOLÓGICO DO TIETÊ NA CIDADE DE SÃO PAULO
POR MEIO DO TRANSPORTE PÚBLICO**

Beatriz Cavalcante da Silva, Diogo Bezerra da Silva
Felipe de Andrade Brito, Mariana Lotério Roberto
Renata Teles da Silva, Edegar Luis Tomazzoni

Em decorrências das dificuldades presenciadas por pessoas sem deficiência ao se locomover por meio dos transportes públicos da cidade de São Paulo, o presente estudo objetivou analisar as condições de acessibilidade da infraestrutura de transportes públicos, metrô e CPTM, e dos equipamentos de lazer, Parque da Juventude (PJ) e Parque Ecológico do Tietê (PET), da ótica de pessoas com deficiência física, especificando os usuários de cadeira de rodas moradores do bairro de Ermelino Matarazzo, zona leste da capital paulista - bairro este desprovido de atrativos turísticos e distante do centro da capital. O trabalho foi embasado em literaturas sobre Lazer e Pessoas com Deficiência, referências de BORDALLO (2011), CAMARGO (1986), PIMENTEL (2003), PIMENTEL (2003), ROCHA (2003); e pesquisa de campo, onde foi simulado um dia como usuário de cadeira de rodas e acompanhante deste (um integrante do grupo se passou por pessoa com deficiência física – visitou os equipamentos de lazer supracitados por meio de transportes públicos sobre a cadeira de rodas). No PET, foram constatadas barreiras arquitetônicas e péssima infraestrutura às pessoas com deficiência; no PJ, foi constatada uma ótima infraestrutura – o parque é totalmente acessível, fazendo com que o usuário de cadeiras de rodas tenha total autonomia para circulação, para utilizar equipamentos de ginástica adaptados a ele, para lanchar, ir ao banheiro e etc; e nas estações utilizadas, do Metrô e CPTM (USP – Leste, Engenheiro Goulart, Brás, Sé e Carandirú) foram averiguadas sinalizações, banheiros, elevadores (com exceção da Estação Engenheiro que possui rampa) e demais itens estabelecidos pelas normas de acessibilidade. Diante dos dados analisados no presente estudos, puderam ser averiguados que os moradores do bairro de Ermelino Matarazzo encontram muitos obstáculos em seus percursos a determinados lugares, devido às calçadas esburacadas, e sem rampas, quando não, as rampas são íngremes e há diversos desníveis do solo. Conclui-se neste estudo que o trajeto da estação Engenheiro Goulart ao PET é árduo e penoso para um usuário de cadeiras de rodas se locomover sozinho em razão das barreiras urbanísticas. O PET não segue os padrões mínimos exigidos para a acessibilidade segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Os demais objetos em estudo, PJ e estações da CPTM e Metrô (USP-Leste, Brás, Sé e Carandirú) apresentaram melhor acessibilidade, permitindo a mobilidade do cadeirante. O direito de ir e vir não são de alguns – são de todos. Segundo Rocha (2003), a falta de acessibilidade a determinados locais e serviços leva as pessoas com deficiência a se sentirem a margem da sociedade. É preciso realizar novos estudos sobre os assuntos aqui abordados, com o objetivo de possibilitar o êxito na qualidade de lazer, perseverando no empenho para a contribuição da melhoria de vida das pessoas com deficiência, para que os efeitos num futuro, não tão longínquo, indiquem outros parâmetros de acessibilidade que colaborem com esse esforço.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Lazer. Acessibilidade.

PETECA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE INTERVENÇÕES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Gislaine Ferreira
Giuliano Gomes de Assis Pimentel

O presente estudo apresenta a prática pedagógica de uma professora de Educação Física utilizando em suas aulas o conteúdo jogos e brincadeiras – trabalhando especificamente com a Peteca – onde a cultura Guarani foi desenvolvida. Para tanto, o estudo se caracteriza como sendo qualitativo, com caráter descritivo e se subdividiu em cinco momentos (teóricos e práticos) tratando de experimentar o ensino da Peteca de forma contextualizada na perspectiva crítico-superadora, com o objetivo de produzir um material pedagógico que possa servir como suporte na elaboração de aulas que valorizem uma educação intercultural a partir das práticas lúdicas corporais indígenas. A população foi composta por estudantes de uma 5ª série do ensino fundamental – séries finais do Colégio Estadual Olavo Bilac – Peabiru/PR, sendo a amostra formada por 32 estudantes de ambos os gêneros. As intervenções foram organizadas de forma clara e objetiva durante três meses do ano de 2011 (abril, maio e junho), utilizando um roteiro de atividades/plano de aula pensado previamente mas que levou em consideração os conteúdos pré-determinados, as aulas anteriores e a construção conjunta com a turma. Esse roteiro/plano de aula não foi rígido mas perfeitamente adaptável a situação específica do dia da aula. Terminada a aula fez-se anotações sobre as observações acerca das atividades e sobre as atitudes comportamentais da turma frente as diferentes situações. Referente à apresentação e descrição das aulas ministradas utilizou-se como instrumentos para a coleta de dados os planos das aulas, um diário de campo, um gravador digital e a máquina fotográfica digital. A partir deste estudo foi possível identificar as dificuldades a serem enfrentadas ao trabalhar um conteúdo que ainda não é muito comum na Educação Física escolar, bem como, demonstrar que realmente há possibilidade de realizar um trabalho nas aulas de Educação Física utilizando a cultura lúdica indígena como conteúdo, promovendo de certa forma, que os estudantes conheçam e vivenciem um pouco da história que constitui a nossa identidade sociocultural, a valorizando e respeitando.

Palavras-chave: Indígena – “As comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos” (LUCIANO, 2006, p. 27); **Jogos e brincadeiras** - Nesse estudo o entendimento de jogo/brincadeira a ser utilizado como matriz teórica para discussões e reflexões é o proposto por Caillois (1990), pois conforme aponta o autor o jogo revela ser consubstancial à cultura, cujas manifestações mais notórias e mais complexas surgem estreitamente associadas às suas estruturas, ou enquanto estruturas encaradas no seu lado sério, erigidas em instituições, em leis, em estruturas imperativas, obrigatórias, insubstituíveis, fomentadas, em resumo regras do jogo social, normas de um jogo que é mais do que um simples jogo.

POLÍTICAS DE LAZER EM CAMPO GRANDE-MS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E ANIMAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Felipe Soligo Barbosa
Isabela Caroline Marques Santos

Este trabalho tem como objetivo apresentar o resultado parcial do plano de trabalho homônimo deste e parte integrante de projeto de pesquisa vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Este plano de trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de construção, manutenção e animação dos equipamentos públicos específicos de lazer em Campo Grande. Na concepção que aborda o lazer com um tempo determinado também existem algumas lacunas, pois uma mesma pessoa pode, num certo período de tempo, desenvolver mais de uma atividade. Outra questão a ser considerada, é o “tempo livre”, pois será que existe um tempo realmente livre de coações ou normas de conduta social, ou seria melhor ou mais correto falar em “tempo disponível”? Assim, o lazer para fins deste estudo, é entendido [...] como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciado no “tempo disponível”. É fundamental como traço definidor o caráter desinteressado dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação, provocada pela atividade prática ou contemplativa (MARCELLINO, 2002b, p. 31). Atualmente são vários os autores que trabalham com a questão de desenvolvimento de uma política de lazer favorável para o Brasil. Neste plano será realizado um estudo descritivo. De acordo com Triviños (1987, p.110), “o foco essencial destes estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas [...]”, com utilização de pesquisa documental. A análise documental fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informação sobre leis, estaduais, processo e condições estruturais. A pesquisa documental será efetuada junto aos documentos dos órgãos competentes (Esporte, Lazer, Parques e Jardins, Planejamento, Secretaria de Obras e Urbanismo), da Prefeitura Municipal, nas últimas 08 administrações, por análise de conteúdo (GIL, 1991). Se necessário, serão utilizados instrumentos complementares de coleta de dados como formulários e entrevistas. Parcialmente podemos perceber que o município de Campo Grande-MS não apresenta os registros necessários para uma análise mais profunda dos aspectos constantes neste trabalho (como documentos de construção, projeto e plantas, documentos de obras e adaptações) para com os equipamentos públicos específicos de lazer. Ainda se considerarmos as leis envolvidas neste temática (seja a Lei orgânica do município, as leis ordinárias, as leis complementares e os decretos), pouco se avançou na preocupação com o direito ao lazer da população, mais especificamente aos equipamentos públicos específicos de lazer da cidade.

Palavras-chave:Lazer. Equipamento público. Campo Grande-MS.

POLÍTICAS DE LAZER EM CAMPO GRANDE-MS: O USO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS ESPECÍFICOS DE LAZER

Felipe Soligo Barbosa
Marcela Grisólia Grisoste
Eder Paes da Silva

Este trabalho tem como objetivo apresentar o resultado parcial do plano de trabalho homônimo deste e parte integrante de projeto de pesquisa vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Este plano de trabalho tem como objetivo geral verificar o uso dos equipamentos públicos específicos de lazer em Campo Grande-MS. Entendemos que para democratizar o lazer implica em democratizar o espaço e muito embora as pesquisas realizadas na área das atividades desenvolvidas no tempo disponível enfatizem a atração exercida pelo tipo de equipamento construído, deve-se considerar que, para a efetivação das características do lazer é necessário, antes de tudo, que haja correspondência entre o tempo disponível e o próprio espaço disponível. Se procedermos à relação lazer/espaço urbano, verificaremos uma série de desconexões, conseqüentes do crescimento desordenado de nossas cidades, caracterizado pela aceleração e imediatismo, particularmente recentes e assim do uso feito por seus frequentadores. O trabalho está sendo realizado através da combinação de pesquisa bibliográfica e de campo, supondo a inserção do pesquisador nos equipamentos a serem investigados. Trata-se assim de pesquisa qualitativa, na linha da pesquisa participante. Para elaboração dos instrumentos de investigação: mapa municipal, figuras do espaço urbano de Campo Grande-MS, suas regiões nos aportamos no Sistema Municipal de Indicadores Georreferenciados para o Planejamento e a Gestão de Campo Grande/MS (SISGRAN). Em mar-2013 Iniciamos as primeiras visitas aos principais equipamentos públicos específicos de lazer no município de Campo Grande-MS. Para construção das categorias de análise realizamos leituras e fichamentos dos principais autores que abordam a temática, por meio de pesquisa bibliográfica realizada no sistema de Bibliotecas da UCDB e da UFMS, e também com buscas nos sites scholar.google.com e periodicosapes.gov.br. Realizamos visitas aos equipamentos públicos específicos de lazer para confecção do diário de campo, com observação participante. Os resultados preliminares são que há evidências de usos adaptados na maioria significativa dos equipamentos visitados e embora, possibilitem tais adaptações, alguns riscos puderam ser registrados.

Palavras-chave:Lazer. Equipamento público. Campo Grande-MS.

PRÁTICAS CULTURAIS E VIVÊNCIAS CORPORAIS: SUJEITOS E CONSUMOS NO CALÇADÃO DE CAMBURI

Júlia Borges Rocha, Heloisa Heringuer Freitas
Onesimo Cunha de Freitas, Renan da Rocha Carvalho
Liana Abrão Romera

Justificativa O projeto Práticas culturais e vivências corporais: sujeitos e consumos no calçadão de Camburi, em Vitória faz parte de um projeto mais amplo, “Educação do Corpo em diferentes instituições, artefatos midiáticos em práticas culturais”. O projeto tem como objetivo principal, estudar a juventude relacionando as práticas corporais para avaliar possíveis consumos de substâncias lícitas e ilícitas durante o lazer. Por reconhecer a vivência do lazer como importante espaço de manifestações culturais também o compreende como destacado lócus de pesquisa. **Objetivos:** estudar a educação do corpo em diferentes espaços da orla de Camburi em Vitória ES. Objetivos específicos: a) mapear e investigar os espaços e práticas culturais, presentes na orla de Camburi, com ênfase nas praticas realizadas no calçadão; para posteriormente b) investigar possíveis consumos de drogas lícitas ou ilícitas entre os praticantes c) se detectados, entender os processos de consumo e sua relação com a práticas corporais; d) oferecer material teórico para que os professores de educação física possam (re)pensar suas prescrições educacionais; e) subsidiar políticas de educação, lazer e prevenção ao uso de drogas. **Metodologia:** Esta pesquisa faz parte de um projeto mais amplo e tem, no tocante aos aspectos metodológicos, uma perspectiva descritiva, com abordagem qualitativa. Tem por característica a descrição interpretativa dos sujeitos e das situações envolvidas com o máximo de abrangência e detalhamento sobre os fatos e fenômenos investigados. Seu foco essencial está em conhecer os traços característicos do objeto, as pessoas envolvidas, o espaço, os valores, os problemas etc. (TRIVIÑOS, 1987). Com relação ao tipo de pesquisa, o trabalho é desenvolvido por meio da combinação de pesquisa bibliográfica e de campo. Trata-se de pesquisa qualitativa de caráter exploratório desenvolvida por meio de observação não participante. Para melhor compor os dados, serão realizadas entrevistas semi estruturada com os sujeitos envolvidos (jovens com idade entre 16 e 30 anos de idade de ambos os sexos, frequentadores e praticantes de atividades no calçadão na orla e que desejem participar espontaneamente desse estudo). A técnica de abordagem dos sujeitos será por meio de informante chave seguindo a técnica *snowball*. Esta pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da UFES. **Principais resultados:** Pode-se constatar que durante a tarde e a noite a quantidade de pessoas praticando esportes e exercícios aumenta consideravelmente, e que as práticas da tarde e noite são diversificadas. O slack line foi o escolhido para aprofundamento, pois é interessante como os objetivos do projeto culminam com o grupo do slack. O informante chave revelou que o uso de drogas está diretamente relacionado com a prática do esporte. Durante uma observação, alguns praticantes se juntaram e foram mais próximos da água para fumar e em seguida voltaram a praticar o slack line. Serão realizadas entrevistas com alguns informantes para coletar a maior quantidade de dados.

Palavras-chave: Lazer, Juventude, Drogas

PRÁTICAS CULTURAIS E VIVÊNCIAS CORPORAIS: SUJEITOS E CONSUMOS NA PRAIA DE CAMBURI: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Heloisa Heringer Freitas, Júlia Borges Rocha
Onesimo Cunha de Freitas, Renan da Rocha Carvalho,
Liana Abrão Romera

Justificativa: As práticas corporais experimentadas no tempo livre representam oportunidades de vivências do lazer nas quais as possibilidades de busca do prazer, liberdade e felicidade são marcas fundantes. Representam um campo a ser explorado pensando a sociedade atual, seus grupos, sua sociabilidade, conflitos e modos de consumo, pois o lazer é aqui compreendido como importante locus de estudos das culturas juvenis, práticas da modernidade, uso de drogas, dentre outros. Questiona-se então se o prazer buscado nas práticas culturais da modernidade, em especial, nas vivências corporais praticadas na orla de Camburi, estão ou não vinculadas ao consumo específico de drogas lícitas ou ilícitas? **Objetivos:** Estudar a educação do corpo em diferentes espaços da orla de Camburi em Vitória ES. Objetivos específicos: a) mapear e investigar os espaços e práticas culturais, presentes na orla de Camburi, com ênfase nas práticas aquáticas, surfe e body board; para posteriormente b) investigar possíveis consumos de drogas lícitas ou ilícitas entre os praticantes de modalidades aquáticas, c) se detectados, entender os processos de consumo e sua relação com a práticas corporais entre os praticantes; d) oferecer material teórico para que os professores de educação física possam (re)pensar suas prescrições educacionais; e) subsidiar políticas de educação, lazer e prevenção ao uso de drogas. **Metodologia:** Esta pesquisa faz parte de um projeto mais amplo e tem, no tocante aos aspectos metodológicos, uma perspectiva descritiva, com abordagem qualitativa. Tem por característica a descrição interpretativa dos sujeitos e das situações envolvidas com o máximo de abrangência e detalhamento sobre os fatos e fenômenos investigados. Seu foco essencial está em conhecer os traços característicos do objeto, as pessoas envolvidas, o espaço, os valores, os problemas etc. (TRIVIÑOS, 1987). Com relação ao tipo de pesquisa, o trabalho será desenvolvido por meio da combinação de pesquisa bibliográfica e de campo. Para melhor compor os dados, serão realizadas entrevistas semi estruturada com os sujeitos envolvidos (jovens com idade entre 16 e 30 anos de idade de ambos os sexos, frequentadores e praticantes de atividades aquáticas na orla e que desejem participar espontaneamente desse estudo). A técnica de abordagem dos sujeitos será por meio de informante chave seguindo a técnica *snowball*. Esta pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da UFES. **Principais Resultados:** Dividiu-se a orla de Camburi para realização de um mapeamento das vivências corporais. Catalogou-se as atividades observadas em água e calçadão, assim como os grupos que as praticam. Observou-se que as condições da praia não são apropriadas para muitos dos esportes aquáticos, ocorrendo grupos somente em condições meteorológicas e marítimas extraordinárias. Com essa dificuldade, foi decidido pela inserção nas atividades do calçadão, especificamente, na tribo do *skate*. Os primeiros contatos serviram para identificar a organização do grupo e sua composição, passou-se a frequentar o grupo, com objetivo de ‘ser do pedaço’, conforme Magnani, com isso foi detectado um informante chave com o qual serão feitas as primeiras entrevistas.

Palavras-chave: Lazer, Juventude, Drogas

PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NA ÁREA DO LAZER

Erica Rigolin da Silva

Bruna Solera

Ana Beatriz Pacífico

Giuliano Gomes de Assis Pimentel

A produção científica brasileira na área do lazer possui ciclos de crescimento, o que estão em consonância com mudanças econômicas e socioculturais. Por outro lado, essa produção é resultado da ação de sujeitos, cuja trajetória investigativa entrelaça idiosincrasia e contexto circundante. Investigar o estado da arte mais atual dos estudos do lazer no Brasil a partir do *curriculum vitae* de pesquisadores foi o objetivo do estudo. Para tanto, foram selecionados 10 sujeitos de produção significativa conforme critérios especificados na dissertação de mestrado de Leôncio Reis (UFPR). O recorte de tempo foi entre 2010-2012 para os artigos publicados em periódicos e 2008-2012 para os projetos de pesquisa. Foi utilizada a revisão sistemática e para o trato dos dados foi utilizada a análise de conteúdo documental gerada da plataforma Lattes do CNPq. A partir das primeiras análises, entendemos que os autores concentram as produções em 10 possíveis temáticas. Destas, a mais estudada é a produção científica do conhecimento em lazer, na qual Isayama, Marcellino, Schwartz e Marinho destacariam. Outra temática relevante é atividades de Aventura com Schwartz, Alves, Costa e Marinho, assim como políticas públicas com Marcellino, Pimentel e Mascarenhas, seguida pelos recortes temáticos: Esporte; Idoso; Qualidade de Vida; Formação e Atuação Profissional. Também se verificou coerência entre projetos de pesquisa e publicações. Outro aspecto que chama atenção são trabalhos sobre temas emergentes, tais como lazer na América Latina (Gomes); lazer virtual (Schwartz); lazer desviante (Pimentel). A partir desses resultados se conclui que aumentou o rigor com a produção científica na área do lazer, pois: a) se verifica que essa temática é o objeto privilegiado de reflexão por parte dos pesquisadores mais produtivos; b) os artigos são provenientes de pesquisas, boa parte financiada pela Rede CEDES e/ou CNPq. Assim, analisado o estado da arte, há indícios de amadurecimento tanto teórico quanto empírico nos Estudos do Lazer.

Palavras-chave:Lazer. Produção Científica. Estado da Arte.

**PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA, FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
SOCIOASSISTENCIAIS E DE ESPORTE E LAZER PARA A COMUNIDADE
DO AERO RANCHO: A EXTENSÃO DA UCDB**

Felipe Soligo Barbosa; Marcela Grisólia Grisoste;
Valmir Moisés Rabel; Vera Lícia de Souza Baruki;
Ana Luiza de Souza Louzan

O objetivo do Programa de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Socioassistenciais e de Esporte e Lazer para a Comunidade do Aero Rancho é propiciar atividades de lazer, dentre seus interesses culturais, com atendimento de qualidade a população da região do Aero Rancho em consonância com os princípios salesianos e a formação acadêmica da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Enquanto metodologia, utilizaremos as narrativas em uma abordagem qualitativa, uma vez que tal investigação está baseada na experiência vivida e na qualidade de vida e de educação dos sujeitos envolvidos, o atrativo principal da narrativa como método é sua capacidade de reproduzir as experiências da vida, tanto pessoais como sociais, de formas relevantes e cheias de sentido. O público a que se destinam as ações do Programa são os frequentadores do Parque que se interessam em participar das ações. Como parceiro deste projeto, contamos o curso de Nutrição e Pedagogia da UCDB e o Laboratório Pedagógico (LABINTER-UCDB) e com a Fundação Municipal de Esportes de Campo Grande-MS por meio da Fundação Municipal de Esporte (FUNESP-PMCG). O objetivo deste momento é ressaltar as abordagens teóricas às quais foram observadas ao longo da história do PCEL e identificar as perspectivas teóricas para o a proposta do Programa atual.

Palavras-chave:Lazer. Extensão. Campo Grande-MS.

PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO EM LAZER DE GRUPOS DE PESQUISA NACIONAIS: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS RECURSOS HUMANOS

Alcyane Marinho, Priscila Mari dos Santos
Mirleide Char Bahia, Cathia Alves, Andreia Fernanda Molleta

O lazer tem sido alvo de interesse de pesquisadores de distintas áreas do conhecimento, enfatizando sua complexidade e seu caráter multidisciplinar. Nesse contexto, os intercâmbios em lazer têm se mostrado significativos e promissores, especialmente pelas novas oportunidades de formação e aperfeiçoamento profissional. Para que as ações de intercâmbio e/ou de cooperação internacional possam se consolidar como programas de internacionalização em lazer, faz-se necessário o envolvimento de diferentes recursos humanos. Este trabalho objetivou analisar os programas internacionais em lazer, operacionalizados por grupos de pesquisa (GP) nacionais, delimitando elementos referentes à identificação dos recursos humanos envolvidos com tais programas, assim como às funções desempenhadas pelos mesmos. Realizou-se uma investigação descritiva exploratória com abordagem quanti-qualitativa. Participaram do estudo 54 representantes de 211 GP em lazer no Brasil, cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário, construído e validado para este estudo, com perguntas mistas visando à aproximação do universo pretendido. As informações foram analisadas por meio da estatística descritiva, utilizando-se o *software* SPSS versão 17.0 (abordagem quantitativa), e por meio da técnica de análise de conteúdo, utilizando-se o *software* NVivo 9.2 (abordagem qualitativa). Encontraram-se nove GP que desenvolvem programas de intercâmbio internacional em lazer ou algum outro tipo de cooperação internacional sobre a temática. Estes GP estão centralizados nas regiões Sudeste (6), Nordeste (2) e Sul (1) do país, principalmente em instituições de ensino superior de caráter público. Três GP relataram o desenvolvimento de determinadas ações de cooperação internacional com países como Portugal, Canadá e Nova Zelândia; dois GP apontaram a operacionalização de programas de intercâmbios científicos com países como Israel, Canadá e França; e os demais GP apresentaram programas consolidados de cooperação internacional com o desenvolvimento de diversas ações com países como Colômbia, Espanha, Portugal, Alemanha e França. Independentemente dos tipos de programas, todos os representantes dos GP apontaram o envolvimento de professores e de alunos em suas ações. Os professores exercem principalmente as atividades de coordenação, organização, orientação e supervisão, além da tomada de frente na operacionalização das ações que envolvem o estabelecimento de redes e os trabalhos em colaboração. Os alunos, por sua vez, executam atividades em coparticipação nas ações coordenadas pelos docentes, incluindo-se os eventos científicos, os projetos de pesquisa, as visitas de intercâmbios, etc. Além disso, cinco representantes dos GP afirmaram contar com a participação de funcionários da instituição, os quais exercem atividades que oferecem apoio técnico às atividades do programa, como na organização de eventos e nas atividades de escritório; e dois com a participação de mecanismos educacionais, os quais possuem o papel de produção de conhecimentos de forma a contribuir com sua formação profissional. Este panorama de recursos humanos foi observado em processos de internacionalização, fomentados pelo desenvolvimento de programas internacionais em lazer em grupos de pesquisa nacionais. Assim, acredita-se ser importante reconhecer os relacionamentos interpessoais estabelecidos nesse processo, bem como conhecer a contribuição das pessoas e mecanismos envolvidos para a efetividade e continuidade das ações de tais programas.

Palavras-chave: Lazer. Internacionalização. Recursos humanos.

RESGATE DE JOGOS E BRINCADEIRAS TRADICIONAIS NA COMUNIDADE GUERRA DE MARINGÁ

André Eduardo Gobetti, Filipe Bossa
Guilherme Arana Demitto, Jessica Martins Marques
Jéssica Natany do Nascimento, Karenn Andressa Ticianel
Nadine do Amaral Luvizetto, Priscila Rubin Sari
Thaís Andrea Andrade

A comunidade Guerra é constituída por famílias que residem na zona rural da cidade de Maringá – PR e desde sua fundação em 1958 buscam cultivar valores e tradições que são transmitidos para as novas gerações. O presente estudo teve por finalidade promover através de uma intervenção o resgate e vivência de jogos e brincadeiras antigas/tradicionais junto aos membros incorporados a esta comunidade. A elaboração deste trabalho ocorreu devido ao fato de que atualmente as pessoas possuem menos tempo para a prática de jogos e brincadeiras, tanto em decorrência do aumento da intensidade do trabalho, quanto da inovação e aumento das tecnologias, assim, conseqüentemente passou-se a suprimir e extinguir as atividades lúdicas e brincadeiras antigas (CAVALHEIRI, 2012), esta característica se apresentou mesmo em se tratando de uma comunidade rural. O processo metodológico utilizado foi de caráter pesquisa-ação (THIOLLENT, 1988) realizado por meio de um levantamento de dados junto a comunidade do Guerra e posterior realização de um evento recreativo organizado por acadêmicos do curso de Educação Física da UEM que cursavam a disciplina de Recreação. Por meio da intervenção realizada identificamos que o evento recreativo tornou - se um espaço de interação entre crianças e adultos da comunidade, proporcionou a lembrança da infância e uma vivência de jogos tradicionais, brincadeiras de roda, cantigas, dentre outros, de diferentes períodos históricos. Devido a positiva avaliação do evento, os membros da comunidade Guerra requisitaram a realização de outros eventos, para que assim pudessem usufruir de outras temáticas que compõem o campo de conhecimento do lazer e estabelecendo com os acadêmicos do curso de Educação Física a possibilidade de realizar intervenções longitudinais com esta comunidade rural.

Palavras-chave: Comunidade Guerra. Resgate e Vivência. Jogos e Brincadeiras Tradicionais.

RUA AUGUSTA: UM LUGAR NA METRÓPOLE

Ana Caroline Bernal, Camila Yukie Goto
Jacqueline Lourençon Ghebra, Tamiris Martins da Silva,
Yuli Della Volpi

O presente trabalho implica em uma análise da ligação dos indivíduos com a Rua Augusta, na cidade de São Paulo, a partir das relações tofílicas estabelecidas e os hábitos de lazer de seus frequentadores. Justificou-se a escolha dessa área como objeto de estudo o fato de a Rua Augusta ser localizada próxima ao grande cartão postal da cidade – a Avenida Paulista –, ser abrigada por três importantes bairros, possuir um processo histórico significativo e por ser reconhecida como símbolo de transformações da pós-modernidade, além de abranger uma imensa diversidade de interesses (comercial, social, entretenimento etc.), e, portanto, uma grande variedade de públicos. A metodologia utilizada foi do tipo exploratória, desde levantamento teórico, pesquisa de campo e observação detalhada do espaço, bem como conversas informais realizadas com visitantes, trabalhadores e moradores do local. Através de entrevistas realizadas com nove pessoas, puderam-se coletar informações que descrevem as relações tofílicas e identificar também os locais que não as apresentam, levando em consideração a dicotomia “Alto Augusta” e “Baixo Augusta”, tanto no período diurno como no noturno. Alguns entrevistados apontaram, além de estabelecimentos específicos, trechos da rua (a exemplo do pedaço entre a Avenida Paulista e a Rua Oscar Freire) como locais de criação de identidade. Verificou-se que devido à grande diversidade do público frequentador da Rua Augusta, principalmente no período noturno, os grupos ou tribos formados acabam frequentando os mesmos bares, restaurantes ou boates, que representam os lugares onde eles se identificam, isto é, a personalidade do lugar é construída a partir de seus valores. Diante desse contexto, em relação ao Lazer e ao Turismo, os lugares possuem um conjunto de características simbólicas que merecem ser identificadas nos processos de mudanças que as políticas podem trazer para a localidade. Essas políticas não devem influenciar nas características que geram sensações e experiências aos sentidos dos grupos visitantes e principalmente dos que ali vivem ou trabalham. Para tanto, os gestores e planejadores devem estar atentos para evitar a desestruturação da identidade dos grupos sociais, do ponto de vista cultural e antropológico, que possíveis intervenções podem causar. Os resultados, portanto, se apresentaram através da fala dos entrevistados, que demonstraram o significado que o local traz para cada um e seus respectivos motivos, o que indicou que a Rua Augusta representa um lugar “calmo”, “cheio de surpresas”, e para algumas pessoas um lugar onde “o diferente é igual”. É importante ressaltar que o público que frequenta a Rua Augusta é bastante diversificado: grupos de LGBT, rappers, roqueiros, “pessoas que se vestem de forma ‘chique’ para chamar a atenção”, “serem vistas”, trabalhadores locais e consumidores. Outro fator relevante é o tempo, o qual durante o dia atinge um público de trabalhadores locais e consumidores transitando pelos inúmeros pontos comerciais e, à noite, um público mais heterogêneo circulando na Baixo Augusta, região que concentra o maior número de equipamentos de lazer. Assim sendo, não há dúvidas de que a Rua Augusta pode gerar uma identidade para cada um que a frequenta. Ela abrange todos os grupos sociais e estes formam laços afetivos que diferem em sua intensidade e modos de expressão com o lugar.

Palavras-chave: Grupos Sociais; Identidade; Relações Topofílicas.

TEMPO LIVRE DE TRABALHO E FRUIÇÃO DO LAZER: AS DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA VIGILÂNCIA DA UNICAMP

Bruno Modesto Silvestre
Silvia Cristina Franco Amaral

Buscamos nesta pesquisa estudar se o processo de reestruturação produtiva, que teve como um de seus desdobramentos a terceirização da força de trabalho, impactou as relações do tempo de trabalho com o tempo livre de trabalho e a fruição do lazer, em especial sobre as mulheres trabalhadoras. No caso das mulheres, apesar da massiva incorporação a partir da década de 1970, essas foram alocadas nos postos mais precários de trabalho (NOGUEIRA, 2004). Com as atividades no tempo de trabalho ganhando novas roupagens, é pertinente analisar se as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores no tempo livre de trabalho sofreram alterações, tendo em vista que as relações entre tempo de trabalho e o tempo livre de trabalho formam um sistema em que a mudança de um interfere diretamente sobre o outro. Assim, nos perguntamos quais as diferenças que existem no tempo livre de trabalho e na fruição do lazer de homens e mulheres trabalhadores terceirizados da vigilância da Unicamp? Para traçar considerações a esse respeito, utilizamos do questionário de orçamento tempo (SZALAI, 1972) e de entrevistas semi-estruturadas (TRIVIÑOS, 1987). Como resultado, observamos que a intrínseca relação entre o tempo de trabalho e tempo livre de trabalho faz com que uma intensa jornada reflita em um tempo consideravelmente menor disponível para este último. Dentro dessa lógica, o tempo de lazer das trabalhadoras do sexo feminino foi substancialmente menor que dos trabalhadores do sexo masculino. Além de o tempo destinado ser diferente, as atividades de lazer apresentaram qualidades distintas, os homens realizam uma diversidade maior de atividades em comparação às mulheres vigilantes, entretanto, a atividade considerada de lazer pelos entrevistados que é realizada com maior frequência é o ato de assistir televisão. Por fim, por nosso trabalho ser uma análise inicial, acreditamos serem necessárias análises mais profundas sobre os impactos da reestruturação produtiva sobre o tempo de lazer da classe trabalhadora, em especial sobre as relações de gênero, e quais os impactos da intensa jornada de trabalho dos trabalhadores terceirizados sobre as atividades de lazer.

Palavras-chave:Lazer, Gênero e Terceirização.

TRANSFORMAÇÃO URBANA DE PARAISÓPOLIS: AS MUDANÇAS NOS HÁBITOS DE LAZER DOS MORADORES DE CONDOMÍNIOS

Douglas Silva Ribeiro, Giovanna Costa de Almeida
Ingrid Honório Santos, Marcelo Cordeiro de Oliveira
Mariana Alves Monteiro dos Santos, Rebecca Cyndell Crozara
Victoria Germano Ferreira Frederico

Tendo em vista a busca pela ampliação do conhecimento acerca da relação entre lazer e as minorias sociais, por meio da disciplina de Resolução de Problemas, um grupo de estudantes do curso de Bacharelado em Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH - USP), realizou um estudo sobre a "Transformação urbana de Paraisópolis - SP: As mudanças nos hábitos de lazer dos moradores de condomínios". Essa foi uma pesquisa qualitativa em que a metodologia utilizada baseou-se em um estudo de caso e as ferramentas que os estudantes fizeram uso foram o Grupo Focal e a Observação Participante, realizadas junto aos atores sociais da população analisada. Após análise das informações coletadas é possível afirmar que as transformações urbanas em Paraisópolis - SP ocorrem em um espaço doméstico e ao mesmo tempo familiar. A segurança está totalmente vinculada com o atual espaço de habitação (condomínio fechado). O convívio social se dá com os mais próximos e o que os aproxima são os lugares dispostos dentro do condomínio para prática de lazer e decisões coletivas (quadra, playground, salão social). E por fim, o lazer é mais bem aproveitado pelas crianças pelo seu maior tempo de disposição para a prática e por terem espaço para brincar, se divertir e usufruir do seu direito social.

Palavras-chave:Lazer, Paraisópolis, Direito Social.

UM GRUPO DE MULHERES VIVENCIANDO O LAZER ARTÍSTICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Márcia Viana Prazeres, Ioranny Raquel Castro de Sousa
Gislene Moreira Nogueira Faria, Mirelle Pereira do Nascimento,
Tânia Mara Vieira Sampaio

O estudo oportunizou o rompimento do imaginário da relação exclusiva de artesanato e fonte de renda ao apresentar possibilidades, a partir de vivências do lazer artístico, de resgatar o lúdico e o abstrato. A vivência desta dimensão cultural do lazer mostra-se necessário visto que as comunidades de baixa renda veem o artesanato como o “sustento da casa” e tem inibidos a emoção, a sensibilidade e o prazer que este pode proporcionar. O artesanato apresenta-se como uma relação social, por meio de seu caráter coletivo de criação, da transmissão, da produção e da circulação das peças. Geralmente, sua elaboração exige um aprendizado a longo prazo (destreza, agilidade e asseio, percepção visual apurada), fruto de boas técnicas e de disciplina para sua realização. A relação pessoal com a transformação do objeto é notória, haja vista o envolvimento da artesã: a mão de quem o faz, a escolha das cores, a sensação do bordado no corpo de quem o toca. Sendo assim, torna-se importante a valorização do tempo de lazer, incluindo o artesanato, pois este é um meio em potencial para tornar o sujeito crítico e criativo, de experimentar novas sensações. A pesquisa em andamento teve como objetivo verificar se atividades de artesanato no contexto do lazer influenciariam a valorização da ludicidade na vida de um grupo de mulheres. A vivência de atividades lúdicas está diretamente relacionada à qualidade de vida, ao bem estar físico, social e emocional das pessoas. Isso se justifica pelo fato de tais atividades proporcionarem a essas pessoas, o aflorar de sentimentos de alegria e prazer. Nesse entendimento, busca-se o distanciamento e o questionamento de um enfoque utilitarista e compensatório, uma vez que o lazer na sociedade atual é uma reivindicação social, uma questão de cidadania e de direito à participação cultural. A ideia central da pesquisa, vem da perspectiva de vivências modificadoras de valores e atitudes experimentadas na fruição dos mo[vi]mentos lúdicos que promovem descobertas que garantam a autonomia e a reinvenção nas esferas do trabalho, da família, da diversão. Este estudo faz parte do Projeto Lazer e Cidadania, aprovado pelo CEP-UCB sob protocolo 27/2010. Participaram 30 mulheres de três cidades de Brasília-DF, Areal, Riacho Fundo II, Recanto das Emas. A concepção metodológica das oficinas de lazer foi marcada pela ludicidade, pois esta instiga os sentidos, desenvolve o simbólico e exalta as emoções, combinando alegria e angústia, relaxamento e tensão, prazer e conflito, regozijo e frustração, liberdade e concessão, entrega, renúncia e deleite. A coleta de dados abrangeu depoimentos gravados em vídeos durante a atividade do lazer artístico. Os resultados obtidos evidenciaram um grupo com uma nova percepção de si e com a possibilidade de vivenciar o artesanato não mais somente como uma fonte de renda, mas também como um momento de lazer. Registraram-se argumentos sobre o aumento da autoestima, a diversão, prazer, diminuição de sentimentos depressivos. Conclui-se que as vivências no âmbito do lazer artístico são oportunidades para desfrutar de um espaço de desenvolvimento humano, de relações sociais e de vivência de novos sentidos, como a emoção.

Palavras-chave: Lazer Artístico; Gênero; Vivências.

USO PÚBLICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: ESTUDO DE CASO PARQUE ESTADUAL DE VASSUNUNGA/SP

Fillipe Soares Romano, Amanda Cabral da Silva
Gabriel Pereira da Silva, Paula Sassi Freitas, Antonio Carlos Sarti

O presente Artigo teve como principal objetivo apresentar o histórico e os diferentes conceitos sobre Unidades de Conservação, em especial as Unidades de Proteção Integral com finalidade para Lazer e Turismo, analisando os aspectos que tangem à visitação e interpretando a trilha que existe no local. O presente trabalho surgiu como cumprimento das exigências da disciplina Lazer, Turismo e Meio Ambiente. Para realização do estudo, buscamos referências no acervo *Dedalus* da Universidade de São Paulo, associado às leituras obrigatórias e complementares da disciplina e, análise perceptiva dos pesquisadores, relatando na íntegra à preparação e a visita técnica realizada ao Parque Estadual Vassununga em outubro de 2012, analisando itens como: à infraestrutura local, recursos humanos e naturais, trilha e o uso para o Lazer e Turismo, realizado através de caderno de campo e, posteriormente, comparando os resultados obtidos pelos pesquisadores, associando-os com a **Referências** existente. Antes de apresentar os resultados, salientamos que o Parque ainda está em processo de aprovação quanto o seu Plano de Manejo e Interpretação das Trilhas, o presente trabalho segue como uma recomendação para melhoria das eventuais mudanças além da comparação com eventuais trabalhos posteriores. Como resultados obtidos, em conversa anteriormente a visita, com responsável pelo parque ressaltou a necessidade de divisão do grupo para melhor aproveitamento das atividades a serem realizadas. No dia da visita foi nos apresentado à sede administrativa, sem o responsável legal que não estava no local conforme combinado, logo em seguida, realizamos a trilha com ajuda de um monitor responsável que nos apresentou informações sobre a fauna, flora, características locais e informações adicionais. A infraestrutura local apresenta boas condições, principalmente, quanto a placas informativas no local. Durante a trilha encontramos um centro de informações fechado, justificado posteriormente por falta de funcionários no local, ao final da trilha havia uma área de recuperação da floresta, pois o local havia sido degradado pela ação humana. Ao fim da visita, foi nos apresentado o museu existente no local e encaminhados a uma sala de conferências para assistir um documentário realizado sobre a região. Como conclusão, apontamos como aspectos positivos: à infraestrutura local e principalmente da trilha; a preocupação com as áreas de recuperação da Floresta e; utilização de convênios com universidades para conhecimento das características e necessidades local, porém alertamos como aspectos negativos, a melhora no nível de segurança local; escassez de recursos humanos para as divergentes funções dentro do parque; à falta de comprometimento de alguns funcionários presentes; falta de diálogo com a população local e; maior controle ao número de visitantes visando cumprir o Plano de Manejo diminuindo o impacto de visitantes no local.

Palavras-chave: Unidades de Conservação; Interpretação de Trilhas; Lazer e Turismo

VII COLÔNIA DE FÉRIAS NO CAMPUS – CANAL COLÔNIA

Silvio Ricardo da Silva, Bruno Bitarães, Carolina Caldas, Christian Vieira
Daniel Faustino, Débora Faria, João Paulo de Carvalho, Júlia Fossi
Juliana Teixeira, Lucas Procópio, Ludmila Sartori, Marina Guedes, Natascha Abade

A Colônia de Férias no Campus da UFMG (CFC), pensada e estruturada pelo PET – Educação Física e Lazer desde o ano de 2009 se constitui como importante espaço de formação para os sujeitos envolvidos direta ou indiretamente no projeto. Em seu cerne, a CFC apresenta um tema norteador, se caracterizando, então, como uma Colônia de Férias Temática (CFT), como já propôs Silva (2012). Segundo a autora “a escolha de um tema para uma colônia de férias pode ser enriquecedora, permitindo inserções na realidade e no cotidiano do público atingido”. Sendo assim, a partir de estudos e observações acerca da infância contemporânea e também através das experiências com as edições anteriores, o grupo estabeleceu como tema central da VII CFC “Canal Colônia”; este propôs problematizar a mídia e a sua influência na formação dos indivíduos participantes através da exploração dos variados conteúdos culturais do lazer, por meio de atividades contextualizadas. Esse trabalho objetiva fazer um relato de experiência de uma intervenção no campo do Lazer contextualizada e fundamentada em autores que se dedicam a pensar o tema, tais como Marcellino, Vitor Melo, Débora Silva, entre outros. A VII CFC atendeu gratuitamente cento e setenta crianças, sendo filhos de servidores (técnico-administrativos, funcionários e terceirizados) e filhos de alunos e professores da UFMG, alunos da Escola Estadual Princesa Isabel da Comunidade Vila Sumaré e pessoas com deficiência da Associação de Pais e Amigos do Banco do Brasil (APABB), com idade entre seis e treze anos, divididos em quatro turmas de acordo com a idade (6-7 anos, 8-9 anos, 10-11 anos e 12-13 anos). Para a formação dos animadores, realizamos quatro encontros com o objetivo de capacitá-los a uma intervenção qualificada, baseada nos conteúdos culturais do lazer, na relação entre animadores e público e na temática estabelecida. Ao final da programação de cada dia, realizamos reuniões de avaliação com todos os animadores. Entende-se, então, que a nossa experiência como animadores culturais com as diferentes turmas, e também como gestores do projeto, nos possibilitou a realização de reflexões acerca da *práxis*. A partir disso, se faz possível refletir acerca da apropriação da brincadeira pela criança e sua capacidade de interação com diferentes sujeitos. Assim, segundo Debortolli, Linhales e Vago (2002) as crianças não podem ser consideradas um mero campo de projeções – uma “massa amorfa”, um ser de natureza “ideal” e “padronizada”, um projeto de “vir-a-ser” linear, ordenado, hierarquizado. É preciso incorporar as crianças como sujeitos coletivos que devem participar de sua construção cultural e política. Compreende-se, por fim, que a VII Colônia de Férias no Campus da UFMG – Canal Colônia se constituiu como um rico espaço de formação para os sujeitos envolvidos (animadores socioculturais, crianças contempladas, coordenador e a sociedade em seu sentido mais amplo) a medida que possibilita o encontro de diferentes, o enriquecimento sociocultural e, sobretudo, o despertar de sonhos e sensibilidades para que, como nos lembra Debortoli (2012), possam aprender a agir e relacionar de forma atenta e sensível; atentos e afetados pelo mundo; sensíveis e afetando o mundo.

Palavras-chave: Colônia de Férias Temáticas. Lazer. Formação.

VIOLÊNCIA NO FUTEBOL PAULISTA: UMA ANÁLISE DOS MOTIVOS QUE GERAM VIOLÊNCIA NAS TORCIDAS ORGANIZADAS

Vitor Alfaro Machado de Miranda
Filipe Soares Romano

O objetivo desta pesquisa é discutir os motivos que propiciam, influenciam ou ocasionam a violência nas torcidas organizadas do futebol paulista, analisando medidas tomadas que não surtiram efeito desejado em relação à violência no futebol. O trabalho surgiu como cumprimento das exigências da disciplina Resoluções de Problemas I da Universidade de São Paulo. A metodologia adotada foi à pesquisa bibliográfica de artigos acadêmicos e revistas especializadas, além de entrevistas com um antropólogo; vereador responsável pelo projeto de lei nº 564/2006 que visa coibir brigas em eventos esportivos e; líderes das quatro principais torcidas organizadas paulistas. Analisam-se as possíveis causas para a violência e os métodos utilizados pelo poder público visando diminuí-las. Os resultados obtidos por meio das entrevistas revelam: de acordo com o vereador, o determinante para as brigas é a falta de educação unida aos meios de comunicação, sanada por programa educacional adaptado ao público, objetivando compreender e ressaltar o papel social do torcedor, que é apoiar o seu clube sem causar tumulto e danos públicos; o papel da mídia seria a exposição do “lado positivo” das organizadas, como ações sociais realizadas e, não somente, as brigadas causadas por elas. O representante da Mancha Alvi Verde ressaltava que as brigas ocorrem em áreas afastadas do estádio que acontecerá a partida, e quando essas brigas acontecem, geralmente, tem caráter pessoal e não ideológicas. De acordo com o representante dos Gaviões da Fiel, a violência no futebol não é algo simplista, já que a mesma é resultante das consequências e organização da sociedade no geral. Representante da Torcida Jovem do Santos discorre sobre o papel das organizadas em apoiar o clube, mas que parte da violência é consequência de ações que ocorrem dentro dos estádios e leis que restringem a utilização de objetos dentro dos estádios. Representante da Tricolor Independente destacou que as brigas em estádios são causadas por problemas pessoais e não ideológicos como antigamente. Ainda destaca outros tipos de violências com as organizadas, como infraestrutura precária, violência policial desnecessária e preço abusivo dos ingressos nos estádios brasileiros. Já para o antropólogo, o problema da violência é também derivado de seu uso como sentimento de reconhecimento a um grupo social, associado ao crescimento “descontrolado” das organizadas e falta de fiscalização desses ambientes. Aponta dois fatores macrossociais: a corrupção e a impunidade, que ocasionam violência no futebol. A falta de interesse na compreensão do lado psicológico, sociológico e antropológico da sociedade aumenta a tensão para novos conflitos; penalização a entidades e não individualmente é motivo de revolta entre as organizadas. A mídia acaba interferindo indiretamente no processo de marginalização dessa camada social. Por fim, minimizar as brigas seria possível através de três pontos fundamentais: penalização individual e real; prevenção e inteligência do poder público em conjunto com as organizadas e, conscientização constante.

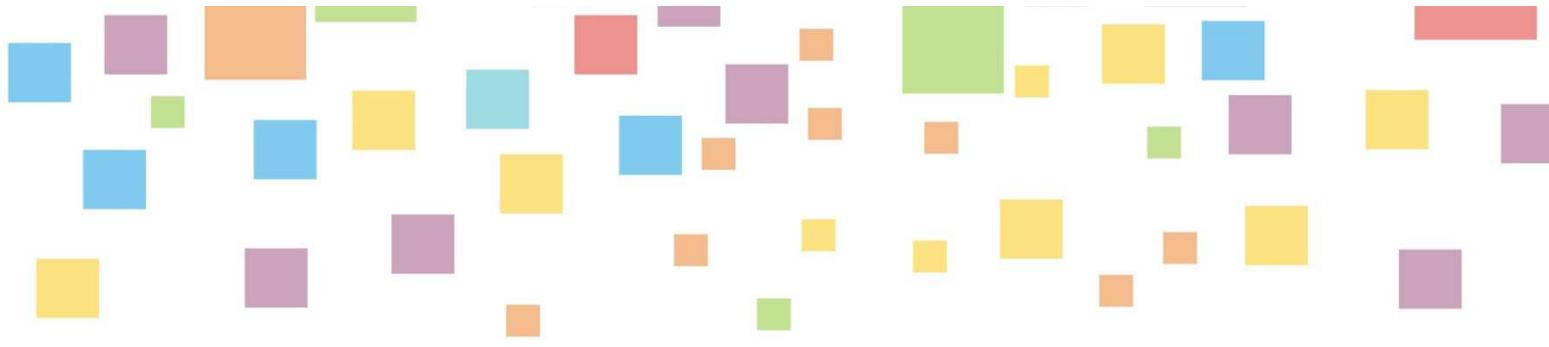
Palavras-chave: Torcidas Organizadas; Violência; Futebol

VIVÊNCIAS DE LAZER NAS PRÁXIS DA CAPOEIRAGEM

Joelson Silva de Sousa
Patrícia de Araújo

RESUMO: O presente estudo busca abrir e ampliar caminhos sobre a manifestação cultural da capoeira como lazer, vivenciada na práxis dos Grupos de Capoeira da Região Metropolitana de Belém. Em contra partida a práxis da capoeiragem e tudo o que concerne da relação do sujeito e a experiência vivida com os signos e símbolos advindos do universo capoeirístico como o jogo, a dança, a musicalidade, a roda, os golpes, os gestos, as encenações do faz de conta, o folclore, a socialização, o lazer, entre outras mais. Considerando a Capoeira uma práxis (atividade) livre e criativa por meio da qual os sujeitos produzem e transformam seu mundo e a si mesmo. Onde questionamos se as vivências de lazer são caracterizadas pelo tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida e a satisfação provocada pelas vivências da capoeira. Vivências essas que são desenvolvidas no tempo liberado das obrigações profissionais, familiares, sociais e religiosas. Assim, objetiva expor elementos que compõem parte significativa da capoeira como vivência do lazer nas práxis dos Grupos de Capoeira da região Metropolitana de Belém. Enfatizar-se a análise dos relatos que retratam a história da capoeira como meio que subsiste adaptando-se as necessidades da Amazônia. Pesquisa de caráter qualitativo, de cunho descritivo onde utilizou-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2008). Os resultados indicam a capoeira como lazer sendo uma práxis experienciada que faz alusão a esta manifestação, tendo como essência na alegria, no prazer, na festividade, na descoberta, na criação entendendo-o como um canal permanente no palco cultural histórico da região e que nutre a sensibilidade de inovação, que favorece encontro entre as pessoas para a troca de experiências. Todavia, percebeu-se que os capoeiristas ainda desconhecem os verdadeiros valores e as contribuições que podem advir do conhecimento e prática do lazer/capoeira demonstrando a necessidade de mais pesquisas nessa área. E por fim, o desejo de experimentar um estudo que não decifre apenas os signos, mas produza sentidos, é multiplique o prazer, a alegria através dos vários elementos que a Capoeira possui como vivência de Lazer.

Palavras-chave: Capoeira, Lazer, Práxis.



9788599688182

Realização:



Apoio:

